

# INDICE

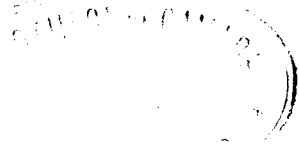
DOS

## ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DE

# 1885

	Pags.
N. 9353.— AGRICULTURA.— Decreto de 2 de Janeiro de 1885.— Rescinde o contrato celebrado com o Brigadeiro Dr. José Vieira Couto de Magalhães, para o serviço da navegação a vapor do rio Tocantins.....	1
N. 9354.— AGRICULTURA.— Decreto de 10 de Janeiro de 1885.— Proroga o prazo marcado para começar os trabalhos da lavra das minas de ferro e outros mineraes ás margens dos rios Jacupyranguinha e Turvo, na Provincia de S. Paulo.....	2
N. 9355.— JUSTIÇA.— Decreto de 10 de Janeiro de 1885.— Declara a medalha de que podem usar os membros da Associação Protectora do Asylo de Mendicidade.....	2
N. 9356.— JUSTIÇA.— Decreto de 10 de Janeiro de 1885.— Dá novo Regulamento para o Presilio de Fernando de Noronha.....	3
N. 9357.— AGRICULTURA.— Decreto de 10 de Janeiro de 1885.— Autoriza o prolongamento da estrada de ferro do Rio Grande a Bagé até ao littoral, sem onus para o Estado, e approva os respectivos estudos e orçamento.....	21
N. 9358.— FAZENDA.— Decreto de 17 de Janeiro de 1885.— Designa a ordem em que devem ser extrahidas as loterias do anno de 1885:.....	23



	Pags.
N. 9359.— JUSTIÇA.— Decreto de 17 de Janeiro de 1885. — Declara especiaes as comarcas de Campinas, Itú, Santos e Mogy das Cruzes, da Provincia de S. Paulo, e fixa-lhes o numero de Juizes de Direito e de seus substitutos.....	26
N. 9360.— IMPERIO.— Decreto de 17 de Janeiro de 1885. — Dá novos Estatutos ás Faculdades de Direito.	26
N. 9361.— AGRICULTURA.— Decreto de 17 de Janeiro de 1885.— Dá provimento ao recurso interposto pela Companhia Villa Izabel do despacho do Mi- nisterio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas que indeferiu a reclamação da mesma Companhia contra a clausula 4 <sup>a</sup> do Decreto n. 8813 de 23 de Dezembro de 1882.....	81
N. 9362.— AGRICULTURA.— Decreto de 17 de Janeiro de 1885.— Concede á companhia que organizar o Engenheiro Augusto Carlos da Silva Telles pri- vilegio para a construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro entre o porto de Benevento, na Provincia do Espirito Santo, e a cidade de Santa Luzia, na de Minas Geraes.....	81
N. 9363.— AGRICULTURA.— Decreto de 17 de Janeiro de 1885.— Proroga por mais dous annos o prazo fixado na clausula 2 <sup>a</sup> do Decreto n. 6993 de 17 de Agosto de 1885.....	94
N. 9364.— AGRICULTURA.— Decreto de 24 de Janeiro de 1885.— Approva provisoriamente as in- strucções regulamentares e tarifas para o tran- sporte de passageiros e mercadorias pela estrada de ferro do Paraná.....	95
N. 9365.— AGRICULTURA.— Decreto de 24 de Janeiro de 1885.— Approva os novos planos apresen- tados pela Presidencia da Provincia de S. Paulo para as obras do caes e melhoramento do porto de Santos.....	131
N. 9366.— AGRICULTURA.— Decreto de 24 de Janeiro de 1885.— Concede á companhia que José Joa- quim Ferreira de Alvarenga e Luiz Gonçalves de Azevedo organizarem para o estabelecimento de um engenho central na freguezia de Cor- deiros, municipio de Nictheroy, Provincia do Rio de Janeiro, os favores mencionados nos §§ 2 <sup>o</sup> , 3 <sup>o</sup> e 5 <sup>o</sup> do art. 6 <sup>o</sup> do Regulamento approved pelo Decreto n. 8357 de 24 de Dezembro de 1881.	132
N. 9367.— GUERRA.— Decreto de 31 de Janeiro de 1885. — Approva o Regulamento para a Escola de aprendizes artilheiros.....	132

	Pags.
N. 9368. — GUERRA. — Decreto de 31 de Janeiro de 1885. — Dá novo Regulamento para a Fabrica de Pol- vora da Estrella.....	149
N. 9369. — JUSTIÇA. — Decreto de 31 de Janeiro de 1885. — Determina que a fiança dos agentes de lações da praça de Belém seja prestada em dinheiro ou em apolices da dívida publica geral ou provincial.....	171
N. 9370. — FAZENDA. — Decreto de 14 de Fevereiro de 1885. — Dá novo Regulamento á Caixa de Amortização.....	171
N. 9371. — MARINHA. — Decreto de 14 de Fevereiro de 1885. — Dá nova organização ás companhias de aprendizes marinhos.....	201
N. 9372. — AGRICULTURA. — Decreto de 14 de Fevereiro de 1885. — Approva a reforma dos Estatutos da Companhia Beberibe.....	211
N. 9373. — AGRICULTURA. — Decreto de 14 de Fevereiro de 1885. — Concede permissão a Ferdinand Kugelmann para colher das mattas dos terrenos devolutos os fructos das palmeiras — Morcity..	218
N. 9374. — AGRICULTURA. — Decreto de 14 de Fevereiro de 1885. — Reforma as disposições regula- mentares o quadro do pessoal tecnico e de escriptorio da via permanente da Estrada de Ferro D. Pedro II.....	220
N. 9375. — AGRICULTURA. — Decreto de 14 de Fevereiro de 1885. — Concede aos vapores de propriedade da Companhia de navegação a vapor Espírito Santo e Caravellas as vantagens e regalias de paquetes, em viagem para qualquer porto do Imperio.....	222
N. 9376. — AGRICULTURA. — Decreto de 14 de Fevereiro de 1885. — Proroga por mais seis mezes o prazo dentro do qual a Companhia « Rio de Janeiro Central Sugar Factors, limited » deverá concluir as obras dos dous engenhos centraes em construcção nos municípios de Araruama e Mangaratiba, Provincia do Rio de Janeiro..	223
N. 9377. — AGRICULTURA. — Decreto de 14 de Fevereiro de 1885. — Approva os contratos apresentados pela Companhia « The Bahia Central Sugar actors, limited », celebrados por escriptura publica com os respectivos proprietarios agri- colas e plantadores, para o fornecimento da quantidade de canna precisa, as fabricas que tem de construir nos municípios do Matto da	

	Pags.
S. João e Villa do Conde, na Provincia da Bahia.....	224
N. 9378.— AGRICULTURA.— Decreto de 14 de Fevereiro de 1885.— Proroga por mais tres mezes o prazo marcado para começo das obras do caes e melhoramentos do porto de Santos.....	225
N. 9379.— AGRICULTURA.— Decreto de 14 de Fevereiro de 1885.— Concede permissão a Antonio Candido de Siqueira ou á companhia que organizar para a pesca, salga e secca de peixe, os favores do Decreto n. 8338 de 17 de Dezembro de 1881, menos a garantia de juros e dispensa de direitos.....	225
N. 9380.— AGRICULTURA.— Decreto de 14 de Fevereiro de 1885.— Concede á companhia que Gregorio Garcia Seabra organizar para o estabelecimento de um engenho central, destinado ao fabrico de assucar de canna, no municipio de Paraty, Provincia do Rio de Janeiro, os favores mencionados nos §§ 2º, 3º e 5º do art. 6º do Regulamento approved pelo Decreto n. 8357 de 24 de Dezembro de 1881.....	226
N. 9381.— FAZENDA.— Decreto de 21 de Fevereiro de 1885.— Regulamento reorganizando a Typographia Nacional e o <i>Diario Official</i> .....	226
N. 9382.— MARINHA.— Decreto de 21 de Fevereiro de 1885.— Altera o Decreto n. 8943 de 12 de Maio de 1883, que prescreve regras para evitar abalroações no alto mar.....	243
N. 9383.— AGRICULTURA.— Decreto de 21 de Fevereiro de 1885.— Concede permissão a Zacarias Salcedo para explorar mineras no municipio do Arraial Queimado, Provincia do Paraná....	245
N. 9384.— AGRICULTURA.— Decreto de 21 de Fevereiro de 1885.— Autoriza a transferencia do engenho central concedido á Companhia « North Brazilian Sugar Factories » no municipio de Mecejana, Provincia do Ceará, para o da Penha, Provincia do Rio Grande do Norte: declara sem effeito a concessão de garantia de juros constante do Decreto n. 8403, de 11 de Fevereiro de 1882, e afiança 6 % dos 7 % garantidos por lei provincial á mesma companhia para o estabelecimento de um engenho central no referido municipio da Penha.....	246
N. 9385.— IMPERIO.— Decreto de 28 de Fevereiro de 1885.— Equipara os vencimentos dos adjuntos	



	Pags.
effectivos e interinos, e determina o vencimento que compete ao adjunto quando rege cadeira...	247
N. 9386.— IMPERIO.— Decreto de 28 de Fevereiro de 1885. — Dá novos Estatutos á Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro.....	247
N. 9387.— AGRICULTURA.— Decreto de 28 de Fevereiro de 1885.— Concede permissão a Manoel Gonçalves da Rosa e José Pereira Ribeiro Guimarães Sobrinho, para explorarem ferro e outros mineraes na Provincia do Paraná.....	253
N. 9388.— AGRICULTURA.— Decreto de 28 de Fevereiro de 1885.— Concede permissão a Manoel Gonçalves da Rosa e José Pereira Ribeiro Guimarães Sobrinho para explorarem mineraes na Provincia de Santa Catharina.....	254
N. 9389.— AGRICULTURA.— Decreto de 28 de Fevereiro de 1885.— Approva não só as plantas da via ferrea que deve ligar o engenho central de S. João do Capivary, Provincia de S. Paulo, ás propriedades agricolas do mesmo municipio, como as plantas que alteram as que foram approvadas pelo Decreto n. 9151, de 23 de Fevereiro de 1884, apresentadas pela Companhia « The S. Paulo Central Sugar Factory of Brasil limited ».....	256
N. 9390.— AGRICULTURA.— Decreto de 28 de Fevereiro de 1885.— Approva o plano, o orçamento e os desenhos apresentados pela Companhia « Pará Central Sugar Factory, limited », para o estabelecimento de um engenho central, destinado ao fabrico de assucar de canna no municipio de Igarapé-mirim, Provincia do Pará, e fixa o prazo dentro do qual a mesma companhia deverá reformar os contratos, que tambem apresentou, para fornecimento de canna ao dito engenho.....	257
N. 9391.— AGRICULTURA.— Decreto de 28 de Fevereiro de 1885.— Approva os estudos definitivos dos prolongamentos da estrada de ferro do Norte..	257
N. 9392.— AGRICULTURA.— Decreto de 28 de Fevereiro de 1885.— Approva provisoriamente as instrucções regulamentares e tarifas para o serviço de transporte de passageiros e mercadorias pela estrada de ferro do Carangola.....	258
N. 9392 A.— FAZENDA.— Decreto de 1 de Março de 1885.— Abre ao Ministerio da Fazenda um credito suplementar da quantia de 1.690:196\$841	

	Pags.
para as verbas 25, 27 e 28 do art. 8.º da Lei n. 3141 de 30 de Outubro de 1882, para o exercicio de 1883-1884.....	295
N. 9393.— AGRICULTURA.— Decreto de 7 de Março de 1885.— Concede á companhia que o Barão de Guapy organizar para o estabelecimento de um engenho central, destinado ao fabrico de assucar de canna, no municipio de Pirahy, Provincia do Rio de Janeiro, os favores mencionados nos §§ 2.º, 3.º e 4.º do art. 6.º do Regulamento approved pelo Decreto n. 8337, de 24 de Dezembro de 1881.....	296
N. 9394.— AGRICULTURA.— Decreto de 7 de Março de 1885.— Concede autorização á Companhia Engenho central Rio Negro para se organizar.	296
N. 9395.— JUSTIÇA.— Decreto de 7 de Março de 1885.— Dá novo Regulamento para o Corpo Militar de Policia da Córte.....	301
N. 9396.— AGRICULTURA.— Decreto de 7 de Março de 1885.— Concede a José Antonio de Araújo, ou á sociedade que organizar, os favores dos §§ 1.º, 2.º, 3.º, 5.º e 6.º da clausula 1.ª do Decreto n. 7959 de 29 de Dezembro de 1880 para os fins a que allude o art. 1.º da Lei provincial n. 2493 de 13 de Julho de 1883.....	320
N. 9397.— IMPERIO.— Decreto de 7 de Março de 1885.— Estabelece regras para a adopção das obras concernentes ao ensino primario e dá outras providencias.....	329
N. 9398.— AGRICULTURA.— Decreto de 13 de Março de 1885.— Approva os estudos definitivos e orçamento para a construcção de mais 30 kilometros do prolongamento da estrada de ferro Leopoldina.....	331
N. 9399.— AGRICULTURA.— Decreto de 13 de Março de 1885.— Concede permissão a Gentil José de Castro para explorar carvão de pedra na comarca de Ilhéos, Provincia da Bahia.....	331
N. 9400.— AGRICULTURA.— Decreto de 13 de Março de 1885.— Concede permissão a Luiz Maria da Silva para explorar ouro na Provincia do Rio Grande do Sul.....	333
N. 9401.— AGRICULTURA.— Decreto de 13 de Março de 1885.— Concede permissão a Izidoro Corrêa Pinto e Antonio dos Santos Porto para explorarem vezeiros auríferos em terrenos de sua	

Pags.

- propriedade, na Provincia do Rio Grande do Sul..... 335
- N. 9402. — AGRICULTURA. — Decreto de 13 de Março de 1885. — Proroga por mais 60 dias o prazo da clausula 12<sup>a</sup> das que baixaram com o Decreto n. 9220 de 31 de Maio de 1884..... 336
- N. 9403. — AGRICULTURA. — Decreto de 21 de Março de 1885. — Proroga por seis mezes, a contar de 24 de Fevereiro deste anno, o prazo estabelecido na 1<sup>a</sup> parte da clausula 2<sup>a</sup> das que baixaram com o Decreto n. 8860 de 27 de Janeiro de 1883..... 337
- N. 9404. — AGRICULTURA. — Decreto de 21 de Março de 1885. — Proroga por mais um anno o prazo fixado na clausula 3<sup>a</sup> das que baixaram com o Decreto n. 8725 de 4 de Novembro de 1882, para a conclusão das obras da estrada de ferro do Norte..... 337
- N. 9405. — AGRICULTURA. — Decreto de 21 de Março de 1885. — Concede a José Negreiros de Almeida Sarinha privilegio por 50 annos para a construção de uma estrada de ferro entre Santa Helena de Alcobaça, na Provincia do Pará, e a cidade de Boa-Vista, na de Goyaz..... 338
- N. 9406. — AGRICULTURA. — Decreto de 21 de Março de 1885. — Altera as modificações feitas por Decreto n. 9366 de 23 de Dezembro de 1884, do pessoal da estrada de ferro do Paulo Affonso. 340
- N. 9407. — AGRICULTURA. — Decreto de 21 de Março de 1885. — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Cintareira e Esgotos de S. Paulo. 343
- N. 9408. — AGRICULTURA. — Decreto de 28 de Março de 1885. — Concede permissão a Eduardo da Silva Abreu para colher em terrenos devolutos os fructos das arvores « *Mauritia venifera* » e « *Mauritia armata* »..... 356
- N. 9409. — AGRICULTURA. — Decreto de 28 de Março de 1885. — Autoriza a Empresa do Plano inclinado de Santa Thereza a construir um outro plano em seguimento ao actual, adoptando o systema Hallidie, e proroga para esse fim por mais vinte annos o prazo do privilegio concedido pelo Decreto n. 5126 de 30 de Outubro de 1872. 358
- N. 9410. — AGRICULTURA. — Decreto de 28 de Março de 1885. — Rescind, mediante clausulas, o contrato celebrado entre o Governo Imperial e

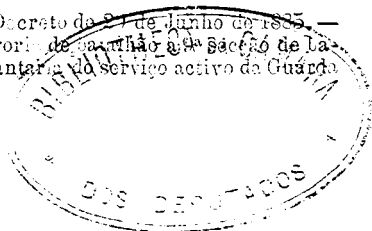
	Dennis Blair & Comp., em 21 de Outubro de 1881, na parte relativa á construcção de quatro engenhos centraes destinados ao fabrico de assucar de canna, nos municipios da Matta de S. João, da Villa do Conde e do S. Francisco, Província da Bahia.....	Pags. 360
N. 9411.—	AGRICULTURA.— Decreto de 25 de Março de 1885.— Approva os estudos definitivos da 1ª secção do prolongamento do ramal de Itapapoana a Itapemirim, e marca o prazo de seis mezes para apresentação dos estudos completos do referido prolongamento e de 18 mezes para a terminação das respectivas obras.....	362
N. 9412.—	AGRICULTURA.— Decreto de 4 de Abril de 1885.— Altera o traçado da 12ª linha da Companhia de Carris Urbanos e Suburbanos, consignado na clausula 12ª do Decreto n. 8504 de 17 de Junho de 1882.....	362
N. 9413.—	AGRICULTURA.— Decreto de 11 de Abril de 1885.— Concede permissão ao Bacharel Trajano Viriato de Medeiros para explorar mineraes na Província do Rio Grande do Sul.....	363
N. 9414.—	AGRICULTURA.— Decreto de 18 de Abril de 1885.— Approva os documentos apresentados pela Companhia « The London and Brazilian Sugar, limited », de conformidade com o § 1º do art. 19 do Regulamento approved pelo Decreto n. 8357 de 24 de Dezembro de 1881, e determina que os meios de comunicação que devem ligar os engenhos centraes da mesma companhia ás propriedades agricolas dos respectivos municipios.....	365
N. 9415.—	AGRICULTURA.— Decreto de 18 de Abril de 1885.— Rescinde, mediante clausulas, o contrato celebrado entre o Governo e Waring Brothers em 30 de Junho de 1882, para construcção da estrada de ferro da Victoria a Natividade.....	365
N. 9416.—	AGRICULTURA.— Decreto de 18 de Abril de 1885.— Concede aos vapores de propriedade da Companhia de navegação Paulista as vantagens e regalias de paquetes, em viagem para qualquer porto do Imperio.....	367
N. 9417.—	AGRICULTURA.— Decreto de 25 de Abril de 1885.— Approva o Regulamento geral para as estradas de ferro do Estado.....	367
N. 9418.—	IMPERIO.— Decreto de 28 de Abril de 1885.— Adia a reunião ordinaria da Assembléa Geral	

	Pags.
para o dia 20 de Maio do corrente anno e pro- roga até ao dia antecedente a actual sessão extraordinaria da mesma Assembléa.....	409
N. 9419.— AGRICULTURA.— Decreto de 28 de Abril de 1885.— Concede á « The Manóes Trading Com- pany » autorização para funcionar no Imperio.	409
N. 9420.— JUSTIÇA.— Decreto de 28 de Abril de 1885.— Consolida a legislação relativa aos empregos e officios de Justiça, prevê aos casos omissos e elimina algumas disposições antinomicas, obso- letas ou inconvenientes ao serviço publico....	411
N. 9421.— AGRICULTURA.— Decreto de 28 de Abril de 1885.— Approva os contratos celebrados por escriptura publica apresentados pela Compã- nhia « The North Brazilian Sugar Factories, limited » para o fornecimento de canna aos engenhos centraes que se obrigou a con- struir nos municípios de S. José de Mipibu, Provincia do Rio Grande do Norte; de S. Lou- renço da Matta, Sorinhaem, Pau d'Alho e Ipo- juca, Provincia de Pernambuco; de Pilar, Pro- vincia das Alagóas, e de Maroim, Provincia de Sergipe, e fixa prazo para a modificação dos contratos da mesma natureza, relativos ao en- genho central do município de Camaragibe, Provincia das Alagóas.....	444
N. 9422.— AGRICULTURA.— Decreto de 28 de Abril de 1885.— Approva os estudos definitivos e o orça- mento para a construcção do ultimo trecho do prolongamento da estrada de ferro Leopoldina.	445
N. 9423.— AGRICULTURA.— Decreto de 28 de Abril de 1885.— Concede permissão a Isaias José Ca- valcante para lavar ouro e outros mineraes no lugar denominado São de Abrahão, Provin- cia do Rio de Janeiro.....	446
N. 9424.— AGRICULTURA.— Decreto de 28 de Abril de 1885.— Proroga o prazo do privilegio conce- dido a Francisco de Camargo Pinto para o ap- parelho compressor de horva matte de surtiões de sua invenção.....	450
N. 9425.— AGRICULTURA.— Decreto de 28 de Abril de 1885.— Substitue a clausula 10 <sup>a</sup> das que baixa- ram com o Decreto n. 8124 de 28 de Maio de 1881.....	451
N. 9426.— AGRICULTURA.— Decreto de 28 de Abril de 1885.— Proroga por um anno o prazo concê- dido a João Pinto Ferreira Leite para a orga-	

	Págs.
nização da companhia destinada a estabelecer seis engenhos contras em outros tantos municípios da Província do Espírito Santo, e restringe ao mesmo prazo a duração do favor de isenção de direitos de importação sobre as máquinas, instrumentos, trilhos e mais objectos destinados ao serviço das fábricas.....	452
N. 9427.— AGRICULTURA.— Decreto de 16 de Maio de 1885.— Concede permissão a Agostinho Pereira Liberato para lavrar mineras na Província de Santa Catharina.....	413
N. 9428.— AGRICULTURA.— Decreto de 16 de Maio de 1885.— Declara caduca a concessão feita pelo Decreto n. 9011, de 27 de Outubro de 1883.....	457
N. 9429.— GUERRA.— Decreto de 30 de Maio de 1885.— Crea na Província do Rio Grande do Sul uma Escola tática e de tiro.....	459
N. 9430.— JUSTIÇA.— Decreto de 30 de Maio de 1885.— Eleva a quatro esquadrões o 27º corpo de cavallaria de Guardas Nacionales da comarca do Rio Pardo, na Província do Rio Grande do Sul, e crea alli outro corpo da mesma arma.....	459
N. 9431.— AGRICULTURA.— Decreto de 6 de Junho de 1885.— Declara caduca a concessão feita pelo Decreto n. 9153 de 23 de Fevereiro de 1884....	419
N. 9432.— AGRICULTURA.— Decreto de 6 de Junho de 1885.— Declara caduca a concessão feita pelo Decreto n. 6183 de 18 de Janeiro de 1877.....	460
N. 9433.— AGRICULTURA.— Decreto de 6 de Junho de 1885.— Approva a reforma dos estatutos da Companhia de seguro contra fogo.....	461
N. 9434.— AGRICULTURA.— Decreto de 6 de Junho de 1885.— Concede autorização á Companhia Engenho contr I Rio Branco para se organizar....	470
N. 9435.— AGRICULTURA.— Decreto de 6 de Junho de 1885.— Proroga por seis mezes o prazo para a immersão do primeiro dos cabes telegraphicos submarinos concedidos pelo Decreto n. 8492 de 18 de Agosto de 1883 e transferitos á « D. Pedro II American Telegraph and Cable Company », e altera a clausula 2ª do mesmo decreto.....	471
N. 9436.— JUSTIÇA.— Decreto de 6 de Junho de 1885.— Crea um Commando Superior de Guardas Nacionales na comarca de Uruguayana, separado do de Alegrete, na Província do Rio Grande do Sul.....	475

Pags.

- N. 9437. — JUSTIÇA. — Decreto de 6 de Junho de 1885. —  
Cria uma secção de batalhão de Guardas Nacionaes do serviço da reserva no município da Vargem Grande, comarca de Itapicuru-mirim, na Provincia do Maranhão..... 476
- N. 9438. — AGRICULTURA. — Decreto de 6 de Junho de 1885. — Prorroga por mais tres mezes o prazo marcado no Decreto n. 8890 de 16 de Dezembro de 1882 para começo das obras do caes e porto de Santos..... 476
- N. 9439. — JUSTIÇA. — Decreto de 13 de Junho de 1885. — Eleva a tres esquadões o 1.º corpo de cavallaria da Guarda Nacional das comarcas do Rio dos Sinos e Maguiné, na Provincia do Rio Grande do Sul, e cria alli uma secção de batalhão da reserva..... 477
- N. 9440. — JUSTIÇA. — Decreto de 13 de Junho de 1885. — Cria mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes do serviço activo na comarca do Rio Bagagem, na Provincia de Minas Geraes.. 477
- N. 9441. — JUSTIÇA. — Decreto de 13 de Junho de 1885. — Cria um Commando Superior de Guardas Nacionaes na comarca de Camaquã, separado do da Encruzilhada, na Provincia do Rio Grande do Sul..... 478
- N. 9442. — GUERRA. — Decreto de 13 de Junho de 1885. — Declara que nos concursos para provimento dos logares de Instructores geraes da Escola de tiro do Campo Grande não farão parte do conselho de instrucção os Instructores adjuntos. 479
- N. 9443. — AGRICULTURA. — Decreto de 20 de Junho de 1885. — Declara caduca a concessão feita pelo Decreto n. 8563 de 13 de Maio de 1882 e revallidada pelo Decreto n. 9107 de 22 de Dezembro de 1883..... 479
- N. 9444. — AGRICULTURA. — Decreto de 20 de Junho de 1885. — Concede permissão a Manoel Vidal Barbosa Lage para explorar carvão de pedra e petroleo na Provincia de Minas Geraes..... 480
- N. 9445. — JUSTIÇA. — Decreto de 20 de Junho de 1885. — Cria um Commando Superior de Guardas Nacionaes na comarca de Icatú, da Provincia do Maranhão..... 482
- N. 9446. — JUSTIÇA. — Decreto de 27 de Junho de 1885. — Eleva a categoria de batalhão a 1.ª secção de batalhão de infantaria do serviço activo da Guarda



	Paga.
Nacional da comarca de Breves, na Provincia do Pará.....	482
N. 9417.— AGRICULTURA.— Decreto de 20 de Junho de 1885.— Concede á Companhia da estrada de ferro Príncipe do Grão-Pará, com applicação ao prolongamento da mesma estrada de Petropolis a S. José do Rio Preto, os favores constantes dos §§ 2º, 4º, 6º e 7º do art. 3º do Decreto n. 5531 de 23 de Fevereiro de 1874....	483
N. 9448.— IMPERIO.— Decreto de 27 de Junho de 1885.— Dá novo Regulamento á Escola de Minas....	484
N. 9449.— AGRICULTURA.— Decreto de 27 de Junho de 1885.— Concede autorização á Companhia de engenhos contraes nas Provincias da Parahyba e Sergipe para funcionar.....	508
N. 9450.— AGRICULTURA.— Decreto de 27 de Junho de 1885.— Approva, mediante clausulas, os documentos apresentados pela Companhia « Engenheiros contraes das Provincias da Parahyba do Norte e de Sergipe », na conformidade do § 1º do art. 49 do Regulamento approvado pelo Decreto n. 8357 de 24 de Dezembro de 1881....	514
N. 9451.— IMPERIO.— Decreto de 27 de Junho de 1885.— Fixa a intelligencia dos arts. 45 a 47 do Regulamento n. 124 de 5 de Fevereiro de 1842....	515
N. 9452.— AGRICULTURA.— Decreto de 27 de Junho de 1885.— Proroga o prazo concedido á Companhia de seguros Garantia, da cidade do Porto, para funcionar no Imperio; permite-lhe crear novas agencias e fazer seguros sobre vidas...	515
N. 9453.— JUSTIÇA.— Decreto de 27 de Junho de 1885.— Eleva a oito companhias o 25º batalhão de infantaria da Guarda Nacional das comarcas do Bananal e Arêas, na Provincia do S. Paulo, e erêr alli uma secção de batalhão da reserva...	517
N. 9454.— ESTRANGEIROS.— Decreto de 4 de Julho de 1885.— Promulga a Convenção, assignada em Pariz a 14 de Março de 1881, pela qual o Brazil e outros Estados se constituem em União, para a protecção dos cabos submarinos.....	517
N. 9455.— AGRICULTURA.— Decreto de 4 de Julho de 1885.— Approva provisoriamente as Instrucções regulamentares e tarifas para a estrada de ferro Central da Bahia.....	535
N. 9456.— AGRICULTURA.— Decreto de 4 de Julho de 1885.— Concede permissão á « North British and Mercantile Insurance Company » para continuar a funcionar no Imperio.....	592



Pags.

N. 9457. — FAZENDA. — Decreto de 11 de Julho de 1885. — Autoriza a incorporação e approva os Estatutos de uma Sociedade anonyma denominada Banco do Credito Real do Pernambuco.....	607
N. 9458. — JUSTIÇA. — Decreto de 20 de Julho de 1885. — Altera a circumscripção de diversos Commandos Superiores da Guarda Nacional da Provincia do Rio Grande do Sul e crêa nelles novos corpos..	626
N. 9459. — JUSTIÇA. — Decreto de 11 de Julho de 1885. — Crêa mais uma Subdelegacia de Policia na freguezia de Nossa Senhora do Loreto de Jacaré-paguá.....	627
N. 9460. — AGRICULTURA. — Decreto de 11 de Julho de 1885. — Concede permissão a Guilherme Francisco Jones para lavrar ouro e outros mineraes na Provincia de Goyaz.....	627
N. 9461. — AGRICULTURA. — Decreto de 11 de Julho de 1885. — Autoriza a « The London Assurance » a funcionar no Imperio.....	632
N. 9462. — JUSTIÇA. — Decreto de 18 de Julho de 1885. — Crêa um Commando Superior de Guardas Nacionais na comarca de Areia, na Provincia da Bahia.....	633
N. 9463. — JUSTIÇA. — Decreto de 18 de Julho de 1885. — Crêa um corpo de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Olinda, na Provincia de Pernambuco, e altera a organização dos batalhões de infantaria n. 65 e 66 da referida comarca.....	634
N. 9464. — JUSTIÇA. — Decreto de 18 de Julho de 1885. — Crêa mais dois corpos de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de S. Leopoldo, da Provincia do Rio Grande do Sul.....	635
N. 9465. — JUSTIÇA. — Decreto de 18 de Julho de 1885. — Crêa mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais na comarca da Amargosa, na Provincia da Bahia.....	635
N. 9466. — JUSTIÇA. — Decreto de 18 de Julho de 1885. — Crêa um Commando Superior de Guardas Nacionais na comarca de Santa Christina do Pinhal, na Provincia do Rio Grande do Sul...	636
N. 9467. — JUSTIÇA. — Decreto de 18 de Julho de 1885. — Reorganiza a Guarda Nacional da comarca de Iguatú, na Provincia do Ceará.....	636
N. 9468. — AGRICULTURA. — Decreto de 25 de Julho de 1885. — Declara sem effeito o Decreto n. 9412	

	Pags.
de 5 de Janeiro de 1884 na parte que se refere aos terrenos das cachoeiras Brava e Macucos, ainda não entregues ao Estado.....	637
N. 9469.— AGRICULTURA.— Decreto de 25 de Julho de 1885.— Declara de nenhum effeito o Decreto n. 8702 de 7 de Outubro de 1882.....	638
N. 9470.— AGRICULTURA.— Decreto de 25 de Julho de 1885.— Renova o prazo concedido a Luiz Augusto de Magalhães e Candida Augusta de Araujo Guimarães para a medição e demarcação de datas mineiras na Provincia de Santa Catharina.....	638
N. 9471.— AGRICULTURA.— Decreto de 25 de Julho de 1885.— Concede á Companhia « The Ceará Harbour Corporation Limited » autorização para funcionar no Imperio.....	639
N. 9472.— AGRICULTURA.— Decreto de 25 de Julho de 1885.— Approva o orçamento do custo provavel do prolongamento do ramal de Nazareth a Timbuiba.....	666
N. 9473.— JUSTIÇA.— Decreto de 1 de Agosto de 1885.— Crea um Commando Superior de Guardas Nacionais na comarca de Paulo Afonso, da Provincia das Alagoas, e altera a organização de outros Commandos Superiores.....	667
N. 9474.— JUSTIÇA.— Decreto de 1 de Agosto de 1885.— Reorganiza a Guarda Nacional da comarca de Assaré, na Provincia do Ceará.....	667
N. 9475.— AGRICULTURA.— Decreto de 1 de Agosto de 1885.— Approva os estudos para o prolongamento do plano inclinado da Emprezza de Santa Thereza.....	668
N. 9476.— AGRICULTURA.— Decreto de 1 de Agosto de 1885.— Concede á companhia que Antonio Augusto Ribeiro Vaz organizar para o estabelecimento de um cengenho central destinado ao fabrico de assucar de canna, no municipio de Paraty, Provincia do Rio de Janeiro, os favores mencionados nos §§ 2º, 3º e 5º do art. 6º do Regulamento approved pelo Decreto n. 8357 de 24 de Dezembro de 1881.....	669
N. 9477.— JUSTIÇA.— Decreto de 1 de Agosto de 1885.— Reorganiza a Guarda Nacional da comarca de Maria Pereira, na Provincia do Ceará.....	669
N. 9478.— JUSTIÇA.— Decreto de 1 de Agosto de 1885.—	

	Pags.
— Reorganiza a Guarda Nacional da comarca de Lavras, da Província do Ceará....	670
N. 9479.— JUSTIÇA.— Decreto de 1 de Agosto de 1885. — Crea diversos corpos de Guardas Nacionais na comarca de Pelotas, da Província do Rio Grande do Sul.....	671
N. 9480.— JUSTIÇA.— Decreto de 1 de Agosto de 1885. — Altera a organização do Commando Superior de Guardas Nacionais da comarca de Monte-Alto, na Província da Bahia, e crea nella novos corpos.....	671
N. 9481.— JUSTIÇA.— Decreto de 13 de Agosto de 1885. — Eleva o numero de corretores geraes da Praça Commercial de Santos.....	672
N. 9482.— JUSTIÇA.— Decreto de 13 de Agosto de 1885. — Declara especial, com um Juiz de Direito e um Juiz substituto, a comarca de Itaguahy, da Província do Rio de Janeiro.....	673
N. 9483.— JUSTIÇA.— Decreto de 13 de Agosto de 1885. — Eleva a oito companhias o 30º batalhão de infantaria da Guarda Nacional das comarcas de Paulo Afonso e Pão de Açúcar, da Província das Alagoas, e crea um batalhão da reserva.....	673
N. 9484.— JUSTIÇA.— Decreto de 13 de Agosto de 1885. — Eleva á categoria de batalhão com seis companhias a 6ª seção do batalhão da reserva organizada no municipio de Picos, comarca de Jaicós, da Província do Piahy.....	674
N. 9485.— JUSTIÇA.— Decreto de 13 de Agosto de 1885. — Crea uma seção de batalhão de Guardas Nacionais do serviço da reserva no municipio da Manga, comarca de Jeremonha, na Província do Piahy.....	674
N. 9487 (*).— AGRICULTURA.— Decreto de 13 de Agosto de 1885.— Approva os documentos apresentados pela Companhia « Eugenio central de S. Fidelis », na conformidade do § 1º do art. 49 do Regulamento approved pelo Decreto n. 8557, de 24 de Dezembro de 1881.....	675
N. 9488.— AGRICULTURA.— Decreto de 18 de Agosto de 1885.— Concede pensão a João Sabo Alves de Oliveira e João Marcelino da Silva.	

(\*). Que em 1886 não houve a lei.

DEPUTADOS

	Pags.
Prado para explorarem mineraes na Provincia de Mato Grosso.....	675
N. 9489.— AGRICULTURA.— Decreto de 22 de Agosto de 1885.— Autoriza a organização da Companhia « Engenho central da Pureza ».....	677
N. 9490.— AGRICULTURA.— Decreto de 29 de Agosto de 1885.— Altera a redacção do art. 13 dos estatutos da Imperial Companhia de seguro mutuo contra fogo, approvados por Decreto n. 9483 de 6 de Junho de 1885.....	682
N. 9491.— AGRICULTURA.— Decreto de 5 de Setembro de 1885.— Concede permissão a Jorge Miranda da Filho e Manoel do Val Pires Ferrão para explorar mineraes na Provincia de Minas Geraes.....	683
N. 9492.— AGRICULTURA.— Decreto de 5 de Setembro de 1885.— Autoriza a transferencia da sêlo da Companhia do « Engenho central Aracaty ».....	685
N. 9493.— AGRICULTURA.— Decreto de 5 de Setembro de 1885.— Renova a concessão de que trata o Decreto n. 5744 de 16 de Setembro de 1874 para exploração de carvão de pedra e petroleo na Provincia de S. Paulo.....	685
N. 9494.— AGRICULTURA.— Decreto de 10 de Setembro de 1885.— Proroga por mais um anno o prazo a que refere-se a clausula 3. <sup>a</sup> do Decreto n. 9004 de 1. <sup>o</sup> de Setembro de 1883.....	686
N. 9495.— AGRICULTURA.— Decreto de 10 de Setembro de 1885.— Declara calucas as concessões feitas pelos Decretos ns. 7584 e 8088, de 3 de Janeiro de 1880 e 7 de Maio de 1881.....	686
N. 9496.— AGRICULTURA.— Decreto de 12 de Setembro de 1885.— Approva os estudos definitivos e orçamento para a construcção da terceira secção da estrada de Ferro de Carangola.....	687
N. 9497.— IMPERIO.— Decreto de 13 de Setembro de 1885.— Proroga a presente sessão da Assembléa Geral.....	687
N. 9498.— AGRICULTURA.— Decreto de 19 de Setembro de 1885.— Declara caluca a concessão feita por Decreto n. 8835 de 5 de Janeiro de 1883.....	688
N. 9499.— AGRICULTURA.— Decreto de 19 de Setembro de 1885.— Proroga por mais seis mezes o prazo marcado pela clausula 3. <sup>a</sup> das que bai-	

	Pags.
xaram com o Decreto n. 8822 de 30 de Dezembro de 1882, para o começo da construção do ramal de Nazareth a Timbaúba, da estrada de ferro do Recife ao Limoeiro.....	688
N. 9500.— IMPERIO.— Decreto de 26 de Setembro de 1885.— Dissolve a Camara dos Deputados e convoca outra.....	689
N. 9501.— IMPERIO.— Decreto de 26 de Setembro de 1885.— Convoca para o dia 3 de Maio do anno proximo vindouro a nova Assembléa Geral e designa o dia 15 de Janeiro do mesmo anno para se proceder, em todo o Imperio, á eleição de Deputados.....	689
N. 9502.— AGRICULTURA.— Decreto de 30 de Setembro de 1885.— Concede permissão a José Floriano de Freitas para explorar mineraes na Provincia de S. Paulo.....	690
N. 9503.— AGRICULTURA.— Decreto de 3 de Outubro de 1885.— Concede permissão á « New-York Life Insurance Company » para funcionar no Imperio.....	691
N. 9504.— AGRICULTURA.— Decreto de 8 de Outubro de 1885.— Concede permissão a Francisco Alves dos Reis para explorar ferro e outros mineraes na Provincia do Rio de Janeiro.....	704
N. 9505.— AGRICULTURA.— Decreto de 12 de Outubro de 1885.— Declara caduca a concessão feita pelo Decreto n. 8123 de 28 de Maio de 1881.....	706
N. 9506.— AGRICULTURA.— Decreto de 12 de Outubro de 1885.— Declara caduca a concessão feita pelo Decreto n. 8405 de 11 de Fevereiro de 1882...	707
N. 9507.— AGRICULTURA.— Decreto de 17 de Outubro de 1885.— Altera as clausulas primeira e trigésima primeira das que baixaram com o Decreto n. 9362 de 17 de Janeiro de 1885.....	707
N. 9508.— AGRICULTURA.— Decreto de 17 de Outubro de 1885.— Transfere á Companhia da estrada de ferro da Leopoldina os favores constantes dos Decretos ns. 7046 de 18 de Outubro de 1878 e 7460 de 6 de Setembro de 1879 da concessão da extincta Companhia da estrada de ferro do Sumidouro.....	708
N. 9509.— IMPERIO.— Decreto de 17 de Outubro de 1885.— Concede a Jorge Miranda Filho, ou á empresa que fôr por elle organizada, os favores da lei, relativamente aos edificios que construir para habitação de operarios e classes pobres...	709

	Pags.
N. 9510.— IMPERIO.— Decreto de 17 de Outubro de 1885. — Concede a Francisco Eugenio de Azevedo e João Franklin de Alencar Lima, ou á empresa que fôr por elles organizada, os favores da lei, relativamente aos edificios que construirem para habitação de operarios e classes pobres.....	714
N. 9511.— IMPERIO.— Decreto de 17 de Outubro de 1885. — Concede a Luiz Raphael Vieira Souto e An- tonio Domingues dos Santos Silva, ou á empresa que fôr por elles organizada, os favores da lei, relativamente aos edificios que construirem para habitação de operarios e classes pobres...	720
N. 9512.— AGRICULTURA.— Decreto de 24 de Outubro de 1885.— Concede permissão á Companhia de seguros Hamburgo-Magdeburgo para conti- nuar a funcção no Imperio.....	726
N. 9513.— AGRICULTURA.— Decreto de 24 de Outubro de 1885.— Concede autorização ao Commen- dador Francisco Eugenio de Azevedo para prolongar a linha da Empresa ferro-carril Villa Guarany, de que é concessionario, por diversas ruas do bairro de S. Christovão.....	730
N. 9514.— FAZENDA.— Decreto de 31 de Outubro de 1885.— Approva, com modificações, as altera- ções feitas nos estatutos do Grande Banco de Credito Real do Imperio do Brazil.....	731
N. 9515.— IMPERIO.— Decreto de 31 de Outubro de 1885. — Altera varias disposições dos Estatutos das Faculdades de Medicina.....	736
N. 9516.— IMPERIO.— Decreto de 7 de Novembro de 1885.— Extingue a classe de alumnos meio- pensionistas do Externato do Imperial Collegio de Pedro II.....	737
N. 9517.— AGRICULTURA.— Decreto de 14 de Novembro de 1885.— Approva o Regulamento para a nova matricula dos escravos menores de 60 annos de idade, arrolamento especial dos de 60 annos em diante e apuração da matricula, em execução do act. 1.º da Lei n. 3270 de 28 de Setembro deste anno.....	738
N. 9518.— AGRICULTURA.— Decreto de 18 de Novembro de 1885.— Concede permissão a Francisco Raymundo Luiz dos Santos e Albino dos Santos Pereira para explorar mineraes na Provincia de Minas Geraes.....	751
N. 9519.— AGRICULTURA.— Decreto de 18 de Novembro de 1885.— Approva as plantas e orçamentos	

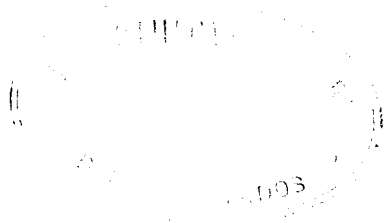
Pag.

- para construção do ramal do Alto Muriaé,  
da estrada de ferro Leopoldina. .... 752
- N. 9520.— AGRICULTURA.— Decreto de 21 de Novembro  
de 1885.— Determina que, a partir da estação  
Lafayette, na cidade de Queluz, Província do  
Minas Geraes, a largura do prolongamento da  
Estrada de Ferro D. Pedro II seja reduzida a  
um metro entre trilhos. .... 753
- N. 9521.— AGRICULTURA.— Decreto de 25 de Novembro  
de 1885.— Concede permissão a G. Gehlen &  
Comp. para explorarem ferro, carvão de pedra  
e outros mineraes na Província do Rio de  
Janeiro. .... 753
- N. 9522.— IMPERIO.— Decreto de 28 de Novembro de  
1885.— Suspende a execução dos Estatutos das  
Faculdades de Direito mandados observar pelo  
Decreto n. 9330 de 17 de Janeiro do corrente  
anno. .... 755
- N. 9523.— JUSTIÇA.— Decreto de 28 de Novembro de  
1885.— Designa a ordem da substituição re-  
ciproca dos Juizes de Direito da Corte no anno  
de 1886. .... 755
- N. 9524.— JUSTIÇA.— Decreto de 28 de Novembro de  
1885.— Designa a ordem em que os Juizes  
substitutos da Corte deverão cooperar com os  
Juizes de Direito e substituir-se reciproca-  
mente no anno de 1886. .... 758
- N. 9525.— IMPERIO.— Decreto de 28 de Novembro de  
1885.— Autoriza transportes de sobras na soma-  
ma de 5:671\$070 e o augmento de credito de  
1:363\$305 para despesas da Illma. Camara  
no exercicio de 1885. .... 759
- N. 9526.— ESTRANGEIROS.— Decreto de 28 de Novembro  
de 1885.— Supprime dous logares de Addidos  
de 1ª classe, um á Legação Imperial em Lon-  
dres e outro á Legação em Pariz. .... 760
- N. 9527.— JUSTIÇA.— Decreto de 5 de Dezembro de  
1885.— Restabelece a disposição do De-  
creto n. 5874 de 6 de Fevereiro de 1875. .... 760
- N. 9528.— AGRICULTURA.— Decreto de 5 de Dezembro  
de 1885.— Eleva o capital garantido á Com-  
panhia estrada de ferro D. Theroza Christina,  
a que refere-se o Decreto n. 7049 de 18 de  
Outubro de 1878. .... 761
- N. 9529.— AGRICULTURA.— Decreto de 12 de Dezembro  
de 1885.— Concede á Companhia «Campos

	Pags.
Syndicate, Limited » autorização para func- cionar no Imperio.....	762
N. 9530. — ESTRANGEIROS. — Decreto de 12 de Dezembro de 1885. — Supprime o lugar de Aldeão de 1. <sup>a</sup> classe á Legação Imperial em Portugal.....	780
N. 9531. — GUERRA. — Decreto de 12 de Dezembro de 1885. — Altera o art. 45 do Regulamento approvado pelo Decreto n. 9367 de 31 de Jan- eiro do corrente anno.....	780
N. 9532. — AGRICULTURA. — Decreto de 12 de Dezembro de 1885. — Approva o contrato celebrado com a Companhia de Navegação a Vapor do Mara- nhão.....	781
N. 9533. — AGRICULTURA. — Decreto de 12 de Dezembro de 1885. — Concede permissão ao Dr. João Ray- mundo Pereira da Silva para explorar guano e phosphato de cal desde o Cabo de Santo Agos- tinho até o Chuy, no Rio Grande do Sul.....	783
N. 9534. — AGRICULTURA. — Decreto de 12 de Dezembro de 1885. — Concede permissão a Manoel Igna- cio Gomes Valladão Junior e Antonio de Souza Silva Brito para explorarem mineraes na Pro- vincia de Minas Geraes.....	789
N. 9535. — IMPERIO. — Decreto de 12 de Dezembro de 1885. — Eleva a 1.322:817,8425 os creditos ex- traordinarios, na importancia de 850:000 \$, concedidos ao Ministerio dos Negocios do Imperio pela Lei n. 3228 de 3 de Setembro de 1884 e Decreto legislativo n. 3271 de 28 de Setembro do corrente anno.....	790
N. 9536. — FAZIENDA. — Decreto de 19 de Dezembro de 1885. — Permite a mudanca de nome do « The New London & Brazilian Bank limited » para o de « London & Brazilian Bank limited »....	791
N. 9537. — AGRICULTURA. — Decreto de 19 de Dezembro de 1885. — Concede permissão a Raymundo Nowion para explorar ouro na Provincia de Minas Geraes.....	792
N. 9538. — AGRICULTURA. — Decreto de 26 de Dezembro de 1885. — Transfere a Arens Irmãos a conces- são para estabelecimento do Elevador de Paula Mattos a que se refere o Decreto n. 7730 de 14 de Junho de 1880.....	793
N. 9539. — AGRICULTURA. — Decreto de 26 de Dezembro de 1885. — Prorroga o prazo estabelecido no Decreto n. 8808 de 23 de Dezembro de 1882	



	para a lavra de mineraes na Provincia de Minas Geraes.....	Pags. 794
N. 9540.—	AGRICULTURA.— Decreto de 26 de Dezembro de 1885.— Lança os contratos approvados pelos Decretos ns. 3898 de 22 de Junho de 1867 e 2949 de 21 de Junho de 1880, relativos ás linhas de navegação por vapor nos rios Madeira, Puris e Negro e nos de Iquitos, Manãos, Macapá e Bayão.....	794
N. 9541.—	MARINHA.— Decreto de 30 de Dezembro de 1885.— Autoriza o credito supplementar de 15:273\$945 para as despesas da verba — Fretes, etc.— do Ministerio da Marinha, do exercicio de 1884-1885.....	795
N. 9542.—	FAZENDA.— Decreto de 31 de Dezembro de 1885.— Autoriza o « English Bank of Rio de Janeiro, limited » para estabelecer caixas filiaes nas cidades de S. Paulo, capital da Provincia do mesmo nome, e de Pelotas, da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.....	796
N. 9543.—	AGRICULTURA.— Decreto de 31 de Dezembro de 1885.— Declara caduca a concessão feita á Companhia Engenho central de S. Fidelis, pelo Decreto n. 9057 de 10 de Novembro de 1883, para o estabelecimento de um engenho central, destinado ao fabrico de assucar de canna, no municipio de S. Fidelis, Provincia do Rio de Janeiro.....	797
N. 9543 A.—	IMPERIO.— Decreto de 31 de Dezembro de 1885.— Orça a receita e fixa a despesa da Illma. Camara Municipal para o exercicio de 1886.....	798



# ACTOS DO PODER EXECUTIVO

## 1885



DECRETO N. 9353 — DE 3 DE JANEIRO DE 1885

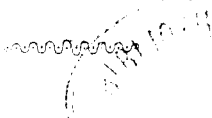
Rescindir o contrato celebrado com o Brigadeiro Dr. José Vieira Couto de Magalhães, para o serviço da navegação a vapor do rio Tocantins.

Attendendo ao que Me requereu o Brigadeiro Dr. José Vieira Couto de Magalhães, empresario da navegação do rio Tocantins, subvencionada pelo Estado, Hei por bem Rescindir o contrato celebrado, de accordo com as clausulas approvadas por Decreto n. 5435 de 12 de Novembro de 1873, devendo, porém, esta rescisão tornar-se effectiva no 1º de Julho do anno proximo vindouro; ficando entendido que o empresario não terá direito de reclamar indemnização alguma a que, porventura, podesse ter direito pela primeira das referidas clausulas, como declarou em sua petição de 24 de Novembro ultimo, que fica archivada.

Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 3 de Janeiro de 1885, 64ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*



## DECRETO N. 9354 — DE 10 DE JANEIRO DE 1885

Proroga o prazo marcado para começar os trabalhos da lavra das minas de ferro e outros mineraes ás margens dos rios Jacupyranguinha e Turvo, na Província de S. Paulo.

Attendendo ao que requereram José Ewbank da Camara, Augusto Corrêa Durão e Abel Gomes da Costa e Silva, cessionarios da lavra das minas de ferro e outros mineraes existentes nos rios Jacupyranguinha e Turvo, na comarca de Iguape, Província de S. Paulo, concedida ao Dr. Joaquim Ignacio Silveira da Motta por Decreto n. 5552 de 27 de Novembro de 1872, Hei por bem Prorogar, por mais um anno, o prazo estabelecido na clausula 1<sup>a</sup> das que baixaram com o citado decreto, para começo da lavra das referidas minas.

Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Janeiro de 1885, 64<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

*Antonio Carneiro da Rocha.*

## DECRETO N. 9355 — DE 10 DE JANEIRO DE 1885

Declara a medalha de que podem usar os membros da Associação Protectora do Asylo de Mendicidade.

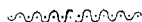
Hei por bem, na conformidade do art. 28 dos Estatutos mandados observar pelo Decreto n. 9347 de 11 de Novembro ultimo, que os associados da Associação Protectora do Asylo de Mendicidade, aos quaes foram conferidos diplomas de accordo com o mesmo artigo, usem de uma medalha, que será de ouro, prata ou cobre, sem esmalte, com o diametro de tres centimetros, tendo no alto a Corôa Imperial, no verso e reverso o emblema constante do modelo junto, na circumferencia do verso a inscripção— Associação Protectora do Asylo de Mendicidade —, e na circumferencia do reverso a data do citado decreto.

A medalha se usará do lado direito do peito, enfiada em fita azul ferrete com orlas brancas.

Francisco Maria Sodré Pereira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Janeiro de 1885, 61<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Francisco Maria Sodré Pereira.*



SENHOR.— A Lei n. 2792 de 20 de Outubro de 1877, art. 3<sup>o</sup> paragrapho unico n. 2, autorizou o Governo a transferir do Ministerio da Guerra para o da Justiça a administração do Presidio de Fernando de Noronha, e pelo Decreto n. 6726 de 3 de Novembro do mesmo anno foi feita a transferencia.

Era consequencia rigorosa dessa medida a necessidade de adaptar-se o estabelecimento ao serviço da Justiça, dando-se administração differente da estatuida pelo Decreto n. 3403 de 11 de Fevereiro de 1865.

Neste intuito mandou o Governo, por Aviso de 30 de Agosto de 1879, um dos empregados da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, o Dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira Filho, ao Presidio de Fernando afim de proceder a minucioso inventario do que alli houvesse e indicar as possiveis medidas para um plano de reorganização. Dessa commissão desempenhou-se aquelle funcionario, apresentando em Janeiro de 1880 o relatorio que foi annexo ao da Justiça do mesmo anno.

Foram ainda ouvidas sobre o assumpto diversas pessoas competentes, entre ellas os Conselheiros André Augusto de Padua Fleury e José Bento da Cunha Figueireiro Junior, Director Geral da supradita Secretaria, e finalmente as Secções de Justiça e Guerra do Conselho de Estado.

Pelos varios estudos se verificou a necessidade imperiosa de medidas legislativas para uma reorganização completa do Presidio.

Mas, convido adoptar-se desde já um regulamento que dê ao mesmo Presidio unicamente o caracter civil e comprehenda as providencias mais urgentes, tenho a honra de apresentar á alta consideração de Vossa Magestade Imperial o Decreto junto, o qual, si merecer o assentimento de Vossa Magestade Imperial, poderá ser posto desde já em execução.

Sou, Senhor, com o mais profundo respeito, De Vossa Magestade Imperial subdito fiel e reverente — *Francisco Maria Sodré Pereira.*

## DECRETO N. 9356 — DE 10 DE JANEIRO DE 1885

Dá novo Regulamento para o Presídio de Fernando de Noronha.

Usando da attribuição que Me confere o art. 102 § 12 da Constituição, e na conformidade do art. 3.º paragrapho unico n. 2 da Lei n. 2792 de 20 de Outubro de 1877 e Decreto n. 6726 de 3 de Novembro do mesmo anno, Hei por bem Decretar que no Presidio de Fernando de Noronha se observe o Regulamento que com este baixa, assignado por Francisco Maria Sodré Pereira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Janeiro de 1885, 61.ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica da Sua Magestade o Imperador.

*Francisco Maria Sodré Pereira.*

## REGULAMENTO

## CAPITULO I

## DO PRESIDIO DE FERNANDO DE NORONHA

Art. 1.º Para o Presidio de Fernando de Noronha só serão remetidos, afim de nelle cumprirem sentença, precedendo autorização do Governo Imperial (Avisos ns. 479 e 564, de 1.º de Outubro, de 19 de Novembro de 1880, e 13 de Janeiro de 1881):

§ 1.º— I. Os condemnados por fabricação e introdução de moeda falsa.

II. Os condemnados por fabricação, introdução, falsificação de notas, cautelas, cedulas e papéis fiduciarios da Nação ou do Banco, de qualquer qualidade e denominação que sejam. (Lei n. 52 de 3 de Outubro de 1833, arts. 8.º e 9.º)

§ 2.º— I. Os militares condemnados a seis ou mais annos de trabalhos publicos, ou de fortificação.

II. Os militares condemnados a mais de dous annos de galés.

III. Os condemnados a degredo.

IV. Os condemnados a prisão, quando no logar, em que se deva executar a sentença, não haja prisão segura. (Decreto n. 2375 de 5 de Março de 1855.)

§ 3.º Finalmente os condemnados, cuja sentença fôr commutada para cumprimento da pena no Presidio.

## CAPITULO II

## DO PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2.º Haverá no Presidio de Fernando de Noronha os seguintes empregados :

- 1 Director.
- 1 Ajudante do Director.
- 1 Secretario.
- 3 Amanuenses, servindo um de escrivão do almoxarifado.
- 2 Capellães, sendo um delles professor de primeiras lettras do sexo masculino.
- 1 Primeiro medico.
- 1 Segundo medico.
- 1 Pharmaceutico.
- 1 Almoxarife.
- 1 Fiel do almoxarife.
- 1 Professora de 1.<sup>as</sup> lettras.
- 1 Carcereiro das prisões.
- 1 Ajudante do carcereiro.
- 15 Guardas.

Art. 3.º Os vencimentos dos empregados serão os marcados na tabella annexa ao presente Regulamento.

Art. 4.º Os serviços de mestres de officinas, auxiliar de escripta, enfermeiro, barbeiro e cabelleireiro, despenseiro, serventes e outros serão desempenhados por sentenciados, que estejam nas condições de bem servir, designados pelo Director, mediante um jornal razoavel, conforme a tabella que se estabelecer e fôr approvada pelo Governo.

Para os logares de mestres das officinas serão contratadas pessoas livres quando não haja no Presidio preso que possa desempenhar essas funcções.

Art. 5.º São de nomeação:

- 1.º Do Governo Imperial, por decreto: o Director, o ajudante do Director e o secretario;
- 2.º Por portaria do Ministro da Justiça: os amanuenses, os capellães, os medicos, o pharmaceutico, o almoxarife e o fiel do almoxarife;
- 3.º Do Presidente da Provincia de Pernambuco: a professora de 1.<sup>as</sup> lettras, o carcereiro e o ajudante do carcereiro;
- 4.º Do Director do Presidio: os guardas por engajamento de dous annos pelo menos.

## CAPITULO III

## DA COMISSÃO INSPECTORA

Art. 6.º Para assegurar a marcha regular do Presidio, tanto na parte administrativa como na economica, haverá

uma comissão inspectora, composta de tres ou mais membros, nomeados em Julho de cada anno pelo Governo Imperial, e della fará parte pelo menos um empregado de Fazenda.

Art. 7.º A comissão inspectora incumbê:

§ 1.º O exame de toda a escripturação, contabilidade e archivo do estabelecimento.

§ 2.º O minucioso inventario do material de guerra pertencente ás fortalezas, da materia prima das officinas, seus artefactos, madeira e o material de construcção, animaes, productos de lavoura, seu estado, generos, machinas e utensilios existentes no estabelecimento.

§ 3.º O estado de conservação dos edificios.

§ 4.º Tomar contas ao almoxarife e verificar o estado do coíre do estabelecimento.

§ 5.º Conhecer da segurança e regimen dos presos, instrucção, exercicio do culto, punições, abono de jornaes, alimentação, vestuario, serviço hygienico e sanitario, distribuição das officinas, fornecimentos, melhoramentos que convenha adoptar-se, etc.

§ 6.º Conhecer da fiel execução do presente Regulamento, instrucções e ordens do Governo.

Art. 8.º O vencimento do pessoal da comissão inspectora será marcado nas leis annuas de orçamento.

## CAPITULO IV

### DEVERES DOS EMPREGADOS

Art. 9.º Competem ao Director do Presidio, além das obrigações que decorrem das disposições de outros artigos deste Regulamento e das que são inherentes ao seu cargo, as seguintes :

§ 1.º A administração geral do Presidio, e a directa responsabilidade pela segurança delle.

§ 2.º Executar e mandar executar, com a maior pontualidade, as disposições do presente Regulamento, e propor ao Governo, por intermedio do Presidente de Pernambuco, as alterações e modificações que julgar necessarias ao mesmo Regulamento.

§ 3.º Organizar e submeter á approvação do Ministerio da Justiça, por intermedio do Presidente de Pernambuco, que poderá mandar logo executar provisoriamente, sem augmento de despeza, as instrucções que forem convenientes á regularidade do serviço das repartições do Presidio, officinas e turmas de presos.

§ 4.º Cumprir as ordens da Presidencia da Provincia sobre qualquer assumpto e as requisições, que, por seu intermedio, lhe forem feitas pelo Chefe de Policia e autoridades judicias, relativamente a sentenciados, ou outros quaesquer presos remettidos para o Presidio.

§ 5.º Mandar proceder em livro especial, escripturado com limpeza, clareza, sem rasuras e em ordem chronologica de dia, mez e anno, á matricula geral de todos os presos que forem entrando, com a designação de seus nomes, idades, naturalidade, estado, condição civil, profissão, signaes característicos, crimes, sentenças, Juizes ou Tribunaes que os condemnaram, autoridades que os remetteram, datas de sua chegada ao Presidio e finalmente as datas do fallecimento, cumprimento da sentença, ou perdão em virtude do qual forem soltos. Na casa das observações se fará apontamento das informações que constarem quanto á vida anterior e procedimento dos mesmos presos, notando-se especialmente si soffreram castigos ou si mereceram recompensa ou elogio.

Os documentos que authenticarem todos esses assentamentos ficarão archivados no estabelecimento.

§ 6.º Fazer registrar em livro especial, por ordem de antiguidade, as guias de todos os presos existentes e dos que forem chegando, e solicitar da Presidencia da Provincia os esclarecimentos exigidos no paragrapho antecedente, e não constantes das guias que acompanharem os mesmos presos.

§ 7.º Fazer organizar em livro proprio o tombo de todas as casas pertencentes a particulares, com indicação dos nomes dos actuaes proprietarios, e das transmissões que se forem realizando.

§ 8.º Mandar sahír immediatamente do Presidio, em virtude das ordens em vigor ou das que receber, todos os sentenciados que houverem cumprido a sua pena ou tiverem sido agraciados.

Nenhum preso, depois de cumprida sua pena, sob qualquer pretexto, continuará a residir no estabelecimento.

§ 9.º Promover o desenvolvimento da industria, quer agricola, quer artistica, e da extracção do guano ou phosphato existente no archipelago, crear officinas, mandar destruir os vegetaes nocivos, substituindo-os por plantas uteis e sobretudo pelas de productos alimenticios, requisitar a aqvisição de animaes que convinha introduzir na ilha, e impedir o estrago dos que actualmente existem, promover o plantio de arvores necessarias á salubridade e uso domestico, conservar as fontes existentes e abrir outras em logares apropriados para serventia do Presidio.

§ 10. Determinar o officio, ou industria e especie de lavoura, pesca, etc., a que se deva applicar o preso, conforme a sua vocação e organização physica, sendo ouvido, quando necessario, o juizo do medico (art. 89).

§ 11. Impedir que de bordo dos navios, quer nacionaes, quer e estrangeiros, que aportarem á ilha, desembarquem mercadorias não legalmente despachadas.

§ 12. Dar ao Governo, por intermedio da Presidencia da Provincia sempre que sahirem navios para a capital, uma relação minuciosa das occurrencias que interessarem ao serviço publico.



§ 13. Incumbir com as vantagens do art. 4º ao preso, que mais apto lhe parecer, a direcção de uma escola, que será frequentada pelos sentenciados sem prejuizo do trabalho diario obrigatorio.

§ 14. Manter a segurança das prisões e reprimir qualquer violencia ou resistencia, para o que disporá não só da guarda do estabelecimento, mas tambem da guarnição militar, podendo em casos anormaes chamar em auxilio da força os presos que pela sua conducta inspirarem confiança.

§ 15. Observar que os empregados tratem os presos com humanidade e evitem os rigores não permittidos pelo Regulamento.

§ 16. Ouvir, pelo modo que estabelecer, os presos que lhe queiram fallar, prestando aos mesmos a attenção devida e fazendo-lhes inteira justiça.

§ 17. Remetter com a necessaria anticipação ao Presidente da Provincia de Pernambuco uma relação nominal dos presos cujas penas estiverem a concluir-se, e esperar as ordens a este respeito.

§ 18. Communicar ao Presidente da Provincia de Pernambuco os fallecimentos dos presos, enviando o termo de identidade e obito.

§ 19. Convocar, mas como corpo consultivo sómente, salvo o caso do art. 60 n. IV, o ajudante do Director, o secretario e o commandante da guarnição, quando por omissão do Regulamento tenha de tomar alguma medida imprevista de caracter grave e urgente.

§ 20. Permittir aos presos correspondencia para fora do estabelecimento, sendo as cartas entregues abertas ao Director para as remetter devidamente franqueadas.

§ 21. Ler, antes de distribuida aos presos, a correspondencia particular que chegar á ilha.

§ 22. Applicar aos presos as penas disciplinares marcadas no presente Regulamento.

§ 23. Abonar aos empregados as faltas de comparecimento ao serviço que forem justificadas até um mez seguidamente, para o fim de mandar pagar o respectivo ordenado.

§ 24. Mandar cumprir as licenças concedidas aos empregados do Presidio, as quaes serão reguladas pelo Decreto n. 6857 de 9 de Março de 1878.

§ 25. Conceder licença até 30 dias com vencimento nos termos do citado decreto, com dependencia de ulterior approvação do Governo, aos empregados enfermos, que a juizo medico precisarem sahir da ilha.

§ 26. Attender aos conselhos dos capellães na direcção moral dos presos.

§ 27. Prestar quaesquer esclarecimentos e informações exigidas pela commissão inspectora (Cap. III).

§ 28. Apresentar annualmente ao Governo Imperial e por intermedio do Presidente da Provincia, até o dia 15 de Janeiro, relatorio circumstanciado do estado do Presidio, com a

estatística de seus edificios, população, produção, receita e despesa, procedimento dos presos, e outras quaesquer informações que julgar convenientes.

Art. 10. Ficam subordinados ao Director todos os empregados e habitantes da ilha, ainda mesmo aquelles que ali estiverem de passagem.

Art. 11. O ajudante do Director coadjuva o Director sob as ordens deste, exercendo immediata inspecção sobre o almoxarifado, officinas e em geral sobre todos os trabalhos.

§ 1.º Substitue o Director nos casos de ausencia ou de impedimento, cumprindo as instrucções que d'elle receber.

§ 2.º Examina todos os mezes o estado dos objectos necessarios, tanto para o serviço disciplinar e economico, como para o serviço das officinas e lavoura.

§ 3.º Indica ao Director os reparos e concertos de que necessitam os edificios, os moveis, utensilios e ferramentas.

§ 4.º Recebe no fim do dia as partes que verbalmente lhe derem os guardas e os mestres, transmittindo-as ao Director quando sejam relativas a factos que demandem providencia.

Art. 12. O secretario é encarregado da secretaria e archivo do Presidio, e além dos amanuenses poderá ter para os trabalhos de escripta um ou mais presos designados pelo Director e que por suas habilitações mereçam occupar-se nesse serviço, mas que não escreverão no livro de matricula dos sentenciados.

E' seu dever:

§ 1.º Dirigir os trabalhos da secretaria e archivo, fazendo e distribuindo o expediente entre os amanuenses e auxiliares.

§ 2.º Ter a escripturação em dia, com especialidade a matricula dos sentenciados.

§ 3.º Substituir o ajudante do Director nos casos de impedimento prolongado.

§ 4.º Examinar a escripturação do almoxarifado, afim de que ella se faça com a necessaria regularidade.

Art. 13. Os amanuenses são immediatamente subordinados ao secretario e executam o que por este lhes fór determinado.

Paragrapho unico. Substituem, na ordem de sua antiguidade, o secretario nos casos de impedimento, enquanto o Director não fizer a designação.

Art. 14. O almoxarife e o amanuense servindo de escrevão do almoxarifado reger-se-hão pela legislação de Fazenda, carregando este áquelle tudo quanto entrar nos armazens e dando-lhe em despeza os artigos que sahirem regular e legalmente dos mesmos armazens, á vista de pedidos ou guias em forma e com o « forneca-se » do Director do Presidio.

Art. 15. E' dever do almoxarife:

§ 1.º Arrecadar não só os generos e toda a produção da lavoura da Ilha de Fernando de Noronha e adjacentes, mas tambem os artefactos das officinas.

§ 2.º Fazer diariamente distribuição dos generos a um determinado numero de presos, e em hora certa, de modo que

não soffra o preso privação, quando terminado o prazo para que foi combinada a ração, e que não excederá de oito dias.

§ 3.º Assignar com o Director do Presidio os termos do recebimento de generos remettidos do continente (art. 50).

§ 4.º Apresentar ao Director, com a necessaria antecedencia, nas épocas de sahida de vapor, uma relação dos artefactos, e dos generos de producção da lavoura que devam ser transportados para a Thesouraria de Fazenda de Pernambuco.

§ 5.º Pagar mensalmente, em presenca do Director e ajudante do Director, a feria dos jornaes dos presos, e bem assim a folha dos guardas, e dos empregados que obtiverem authorização do Governo ou do Presidente da Provincia para receber seus vencimentos pelo Presidio.

Art. 16. O fiel substituirá o almoxarife nos seus impedimentos e o coadjuvará activamente nas respectivas funcções.

Art. 17. Os medicos são encarregados do tratamento dos doentes, quer recolhidos á enfermaria, quer fora della.

O 1.º medico é immediatamente responsavel pelo serviço sanitario, tendo por coadjuvante o segundo.

Art. 18. Os medicos devem ter o maior cuidado e solicitude:

§ 1.º Em comparecer todos os dias de manhã e á tarde, alternadamente entre si, para a visita dos enfermos, para o exame dos condemnados recém-chegados e mais serviços que lhes competirem.

§ 2.º Em vaccinar e revaccinar regularmente os presos e mais habitantes do Presidio.

§ 3.º Em fazer passar para a enfermaria os presos recolhidos ás cellulas de castigo e que não poderem nellas ser tratados.

§ 4.º Em regular tudo que fór conveniente ao tratamento dos doentes, á hygiene e salubridade do Presidio em geral.

§ 5.º Em dar diariamente ao Director um boletim do numero dos enfermos em tratamento, additando a indicação da entrada e sahida, obitos, natureza da molestia, a causa conhecida ou presumida e duração do tratamento.

§ 6.º Em tomar, de accôrdo com o Director, e com urgencia quando se manifestar alguma molestia epidemica ou contagiosa no estabelecimento, as medidas necessarias para isolar o enfermo acommettido, impedindo a propagação do mal.

§ 7.º Em examinar si os generos remettidos do continente para o Presidio estão de accôrdo com o parecer medico, a que se referem os arts. 33 e 39 do presente Regulamento.

§ 8.º Em verificar si os remedios fornecidos são de boa qualidade e si estão de accôrdo com o receitaario.

§ 9.º Em requisitar o numero de enfermeiros que fór necessario para o serviço das enfermarias.

§ 10. Em apresentar annualmente, até o dia 31 de Dezembro, ao Director do estabelecimento, um relatorio em que se mencionará principalmente:

1. O estado sanitario do Presidio e os resultados do serviço medico.

II. Os melhoramentos que convenha adoptar sob o ponto de vista da hygiene, salubridade e regimen das prisões.

III. As molestias reinantes na ilha, assignalando-lhes as causas e meios de removê-las.

IV. O historico de suas observações sobre as molestias notaveis e principalmente das que forem endemicas do Presidio.

Art. 19. O lugar de 1.º medico será de accesso para o segundo.

Art. 20. O pharmaceutico será encarregado da botica.

§ 1.º As descargas das drogas e medicamentos a seu cargo serão autorizadas pelo receituário dos medicos no respectivo livro para os doentes das enfermarias, e para os outros por meio de receitas visadas pelo Director.

§ 2.º Solicitará do Director a designação dos sentenciados que forem precisos para serventes da botica.

Art. 21. O capellão que não fôr professor dirigirá o serviço religioso, e terá sob sua vigilancia o asseio dos templos e dos objectos destinados ao culto, e o cemiterio.

§ 1.º Os capellães, além dos outros actos religiosos, dirão missa diariamente em horas certas, mas não ao mesmo tempo.

§ 2.º Nos domingos e dias santificados farão, antes da missa, uma predica sobre as verdades essenciaes do catholicismo e moral.

§ 3.º Durante a semana santa reunirão os presos, por turmas formadas por ordem do Director, e lhes explicarão os mysterios da Redempção.

§ 4.º No caso de molestia grave, que ponha o preso em risco de vida, predisporão, de accordo com o medico, o enfermo a receber soccorros espirituaes.

§ 5.º No caso de morte celebrarão em suffragio da alma do fallecido uma missa, a que poderão assistir os presos, sem alteração do regimen disciplinar.

§ 6.º O preso que não comportar-se bem durante os actos religiosos será immediatamente retirado e punido, a juizo do Director.

Art. 22. Além dos deveres prescriptos no artigo antecedente incumbem aos capellães:

I. Dar conselhos aos condemnados e consolações, exhortando-os a cumprirem seus deveres.

II. Coadjuvar o Director na educação moral dos presos.

III. Fazer observar toda a reverencia no exercicio do culto.

Art. 23. Depois da missa nos dias de guarda, o ajudante do Director lerá os artigos do presente Regulamento e instruções que se expedirem, para que os mesmos presos conheçam seus deveres, recompensas e as penas que lhes são impostas.

Art. 24. O capellão que fôr designado professor de primeiras lettras, além de dar aula todos os dias de manhã e de tarde aos meninos existentes na ilha, será o immediato responsável pela ordem e methodo da aula regida por preso, nos termos do art. 9º § 13.

Art. 25. A professora de primeiras letras dará lições todos os dias uteis de manhã e de tarde ás meninas existentes na ilha.

Art. 26. O ensino primario da ilha ficará sob a inspecção do Director da instrucção publica da Provincia de Pernambuco, a quem o capellão professor e a professora são obrigados a prestar informações minuciosas, de accôrdo com as ordens recebidas pelos canaes competentes.

Paragrapho unico. As crianças de ambos os sexos residentes na ilha serão obrigadas a frequentar as escolas.

Art. 27. O carcereiro auxiliado por seu ajudante será especialmente encarregado da segurança e asseio das prisões, e da guarda das chaves destas.

Art. 28. Os guardas usarão de uniforme adequado ao seu serviço, e estarão sob as ordens immediatas do ajudante do Director.

§ 1.º Devem ter a maior vigilancia sobre os presos a seu cargo, dando parte de qualquer infracção ao ajudante do Director.

§ 2.º Nas relações do serviço devem portar-se uns com os outros de modo conveniente, ajudando-se reciprocamente.

Art. 29. Aos mestres das officinas cabe dirigir os trabalhos de que forem encarregados; vigiar os presos a seu cargo durante as horas do serviço; ensinar-lhes o officio e marcar-lhes o logar conveniente nas officinas.

§ 1.º Declarar ao ajudante do Director, para ulterior deliberação do Director, os objectos que os presos da 1.ª classe desejarem obter á sua custa.

§ 2.º Empregar o maior cuidado em que as ferramentas, utensilios, materia prima, etc. não sejam estragados pelos presos.

§ 3.º Auxiliar o Director e o ajudante do Director em tudo que se refere ao recebimento da materia prima, ao fabrico e conservacão dos objectos manufacturados, assim como em tudo que fór concernente á distribuição, reparo, ou renovação de ferramenta, utensilios, etc.

§ 4.º Propor ao Director, por intermedio do ajudante do Director, a designação de um ou mais presos que sirvam de contramestre da respectiva officina quando houver necessidade, os quaes substituirão os mestres e os ajudarão, executando as suas ordens.

Art. 30. Haverá em cada officina os livros abaixo declarados, os quaes serão convenientemente escripturados pelos mestres, quando forem livres e souberem ler e escrever, ou pela secretaria, quando não souberem ou forem condemnados:

1.º Para lançamento diario dos trabalhos, com indicação minuciosa da natureza e quantidade dos objectos distribuidos a cada preso;

2.º Para a carga e descarga de toda a ferramenta e utensilios das officinas;

3.º Para lançamento do trabalho distribuido a cada preso, afim de servir de base ao calculo do jornal correspondente;

4.º Para o apontamento dos presos que trabalharem nas officinas.

## CAPITULO V

### DO FORNECIMENTO DE GENEROS AO PRESIDIO

Art. 31. O fornecimento dos generos para o Presidio de Fernando de Noronha se effectuará por meio de arrematação perante a Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, de accordo com a pratica seguida para as demais Repartições.

Art. 32. Os respectivos contratos serão feitos por semestres financeiros ou por maior prazo, conforme determinar o Presidente da Provincia, comtanto que não excedam o maximo do tempo de duração, a que se refere o art. 19 da Lei n. 3018 de 5 de Novembro de 1880.

Art. 33. Os generos, antes da remessa para o Presidio, serão examinados pelo Inspector da saude publica; e nos seus impedimentos, por um ou mais de um medico, designado pelo Presidente da Provincia, sendo preferidos os que perceberem vencimentos dos cofres publicos.

Art. 34. Para o exame determinado no artigo antecedente deverão os fornecedores depositar, no prazo que o Inspector da Thesouraria consignar, os generos em um dos armazens da Companhia Pernambucana de navegação costeira ou em qualquer outro, indicado pela Presidencia da Provincia.

Art. 35. Os fornecedores acondicionarão os generos de modo que com facilidade se possa proceder aos necessarios exames, não só quanto á qualidade, mas tambem com relação á quantidade, peso e medida respectivos. Os instrumentos e o pessoal para isso precisos serão ministrados pelos fornecedores, que ficam obrigados a fazer restabelecer o acondicionamento do modo mais perfeito e completo.

Art. 36. Para proceder-se ao exame que compete ao Inspector da saude, dará o da Thesouraria de Fazenda aviso com a precisa antecedencia, combinando ambos os funcionarios sobre o dia e hora que lhes parecerem mais convenientes para a execução de tal serviço.

Art. 37. Nos casos em que o Inspector da saude entrar em duvida sobre a acceptação dos generos fornecidos, poderá recusá-los e solicitará da Presidencia da Provincia os instrumentos e demais objectos precisos para analyses chimicas, quando o exame pelos meios ordinarios for insufficiente para reconhecer-se a qualidade dos generos, inclusive as bebidas alcoholicas e quaesquer outros líquidos.

Art. 38. O Inspector da saude, si as circunstancias da occasião permittirem, poderá, julgando preferivel, proceder a

exame dentro do armazem onde estiverem expostos os generos em qualquer lugar perto do porto de embarque, ou mesmo a bordo do vapor que houver de conduzir os generos para o Presidio.

Art. 39. Findo o exame, o empregado da Thesouraria, em acto continuo, lavrará o competente termo, no qual serão consignadas todas as occurrencias que se derem. O termo deve ser assignado pelo Inspector da saude, pelo referido empregado e o fornecedor dos generos.

Art. 40. O mesmo empregado, depois de executadas as diligencias prescriptas no presente capitulo e leis regulamentares em vigor, procederá de fórma a evitar a substituição dos generos considerados promptos para embarcar.

Art. 41. Os generos nas condições do artigo antecedente, uma vez postos a bordo, não poderão ser d'ahi retirados antes de chegarem ao seu destino, sem ordem expressa da Presidencia da Provincia sobre representação devidamente fundamentada do Inspector da saude publica, ou do da Thesouraria de Fazenda.

Art. 42. Os exames serão feitos, tendo-se as devidas cautelas, com a maxima brevidade e, sendo possível, em um só dia, ao menos para cada especie de generos, ou remessa parcial dos contratados.

Art. 43. Será organizada, em triplicata, uma relação de todos os generos, na qual assignarão os funcionarios publicos incumbidos dos exames e os fornecedores, si assim o quizerem, para sua resalva. Uma das vias da relação deverá ser entregue aos fornecedores e as outras submettidas á Thesouraria.

Art. 44. Os fornecedores serão obrigados a embarcar á sua custa os generos, de modo a evitar avarias. E por sua conta tambem correrão as despezas resultantes do deposito ou exposição dos generos, remoção destes quando recusados, e frete dos mesmos até o porto de desembarque no Presidio.

Art. 45. Quando os generos tiverem de ser transportados em navios da Armada, o Presidente da Provincia providenciará convenientemente.

Art. 46. Os commandantes de vapores ou navios que conduzirem os generos, ao fundearem em qualquer dos portos da ilha de Fernando de Noronha, darão immediatamente parte ao Director do Presidio, que ao receber essa communicação providenciará sem perda de tempo, no sentido de proceder-se á descarga dos generos e demais objectos que para alli forem destinados.

Art. 47. Os vapores ou navios para todo serviço de descarga, carga, recepção e entrega da correspondencia official, permanecerão no porto do Presidio sómente 24 horas, de sol a sol, salvo quando o serviço, por circumstancias imprevistas, for durante aquelle tempo absolutamente impossivel de executar-se; e neste caso o Director do Presidio justificará

perante a Presidencia o motivo da demora do vapor além do prazo consignado.

Art. 48. Ao Director do Presidio compete exercer a mais rigorosa vigilancia sobre o transporte dos generos de bordo para terra e d'ahi até aos armazens onde devam ser recolhidos.

Os empregados, que o auxiliarem no desempenho dessa incumbencia, verificarão si os volumes ao serem-lhes confiados, quer a bordo, quer em terra, acham-se intactos e isentos de avaria. De accordo com as communicações que nesse sentido receber, o Director abrirá inquerito, dando desde logo providencias, afim de serem descobertos e punidos os autores de qualquer vicio ou desfalque dos generos.

Art. 49. Fica entendido que o exame precedido pelo Inspector da saude na capital não prejudicará de forma alguma o exame que compete aos medicos do Presidio.

Art. 50. Os generos sómente serão considerados como definitivamente recebidos, quando desse acto forem lavrados os respectivos termos pelos competentes empregados do Presidio.

Art. 51. O Presidente da Provincia dará as providencias necessarias para melhor execução do serviço determinado pelo presente Regulamento, conforme a experiencia o aconselhar.

## CAPITULO VI

### DA RECEITA E DESPEZA DO PRESIDIO

Art. 52. A receita do Presidio constará:

I. Da verba votada pelo Poder Legislativo.

II. Do producto da venda que será feita por corretor ou agente de leilão, por intermedio da Thesouraria de Fazenda, das obras manufacturadas nas officinas, dos cereaes e outros generos que se exportarem e do guano ou phosphato que se extrahir.

III. De qualquer venda eventual.

Art. 53. O producto da receita, de que trata o artigo antecedente, será pela Thesouraria de Fazenda accrescentado ao credito distribuido para as despesas do Presidio no respectivo exercicio financeiro.

Paragrapho unico. A mesma Thesouraria communicará trimensalmente á Secretaria de Estado dos Negocios da Justica a importancia da receita do Presidio.

Art. 54. A despesa se restringirá ás tabellas explicativas do orçamento annual votado pelo Poder Legislativo, a saber:

1.º Com os vencimentos do pessoal da administração e commissão inspectora;

2.º Com a diaria dos presos, jornaes dos mesmos e salarios dos mestres das officinas;

3.º Com os medicamentos e dietas para as enfermarias;



4.º Com o guisamento e alfaias para as igrejas;

5.º Com as edificações e concertos de predios, preferindo-se as seguintes obras, que se executarão com os recursos do Presidio e os materiaes nelle existentes:

I. Continuação do edificio, cujos fundamentos foram lançados ao lado do Arsenal na praça chamada do *Commando*, afim de que se possa aproveitar o mesmo edificio para uma grande casa de trabalho em commun;

II. Demolição das divisões internas das casas que ficam em continuação do almoxarifado, de modo que se communiquem umas com as outras e sirvam ao fim, para que se destina aquella Repartição. Reunir-se-hão nessas casas todos os depósitos existentes em edificios isoladas, as quaes serão utilizadas para outros misteres;

III. Construcção de algumas cellulas, em condições e localidades proprias para isolamento dos presos, como castigo disciplinar.

## CAPITULO VII

### DA CLASSIFICAÇÃO DOS CONDEMNADOS

Art. 55. Enquanto outra divisão não se puder pelas actuaes condições do Presidio, os condemnados para elle remetidos serão classificados segundo o seu procedimento em tres classes, que poderão subdividir-se em turmas de 100 das mesmas classes, sob a immediata vigilancia de um guarda.

Art. 56. Pertencerão:

§ 1.º A 1ª classe os condemnados que na 2ª houverem bem procedido durante dous annos consecutivos sem soffrimento de castigo algum.

Os reincidentes só poderão passar no fim de quatro annos seguidos de bom procedimento.

§ 2.º A 2ª classe os que na 3ª, durante um anno consecutivo, houverem bem procedido e sem soffrimento de castigo algum.

Os reincidentes só poderão passar para a 2ª classe no fim de tres annos consecutivos de bom procedimento.

§ 3.º A 3ª classe os que entrarem para o Presidio, e aquelles que voltarem das 1ª e 2ª classes.

Art. 57. Cada turma de condemnados poderá ser subdividida em secções de 20 sob a vigilancia de um preso bem procedido.

Art. 58. Os sentenciados serão recolhidos depois do trabalho diario e da refeição:

§ 1.º Os da 3ª classe á prisão hoje denominada *aldea* e ao parque de Sant'Anna, logo que estejam feitos os reparos para sua completa segurança.

§ 2.º Os da 2ª classe ás casas que para esse fim forem aproveitadas nas ruas mais proximas da *villa*, emquanto não fôr construida prisão apropriada.

Art. 59. Os sentenciados da 1ª classe terão a faculdade de morar com suas familias nos logares e casas que lhes forem permitidos, gozando das vantagens compatíveis com o seu estado.

Paragraphe unico. Serão preferidos para os logares de que tratam os arts. 4º e 9º § 13 e para auxiliar o destacamento no serviço da guarda, havendo para este fim o maior escrupulo na escolha.

## CAPITULO VIII

### DAS PENAS DISCIPLINARES

Art. 60. O Director poderá impor aos condemnados as penas disciplinares seguintes :

I. Rebaixamento de classe.

II. O emprego de ferros.

III. O isolamento nas cellulas, cuja construcção é ordenada com regimen rigoroso, que póde variar, conforme a natureza da falta, comtanto que a privação do alimento não exceda de 24 horas.

IV. Quaesquer outras medidas mais efficazes, não prohibidas por lei, quando as anteriores não produzirem seus effeitos, convocado o pessoal de que trata o art. 9º § 19, para juntamente deliberarem.

## CAPITULO IX

### DA DEFESA E POLICIA

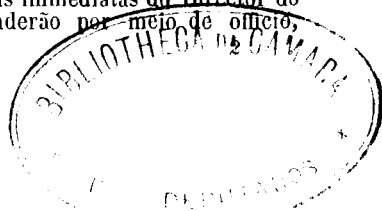
Art. 61. Para a guarda do Presidio haverá ás ordens do respectivo Director um navio de guerra e uma guarnição de infantaria e artilharia sufficiente para guardar os pontos fortificados, estabelecer destacamentos nos logares que facilitarem a evasão dos presos e para os mais serviços que forem necessarios.

Art. 62. A guarnição será mudada quando o serviço publico ou o detalhe militar assim o exigir, e se conservará sempre na mais rigorosa disciplina e o menos disseminada que fôr possivel.

Art. 63. As fortalezas e o material de guerra ficarão a cargo do commandante da guarnição.

Art. 64. Os commandantes, quer do navio de guerra quer da guarnição, ficam sob as ordens immediatas do Director do Presidio e com este se corresponderão por meio de officio,

PODER EXECUTIVO 1885



salvo nos casos urgentes, em que attenderão ás requisições verbaes.

Art. 65. É prohibido ás praças de pret ter familia no Presidio, salvo com licença do Governo.

Art. 66. Nenhum sentenciado poderá usar de armas de qualquer especie que seja, nem outro qualquer instrumento offensivo, com excepção dos que forem indispensaveis aos diferentes misteres do serviço e durante o tempo deste.

Art. 67. O Director do Presidio terá o maior cuidado em fazer pernoitar nas prisões respectivas os presos das 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> classes, que serão recolhidos depois de uma revista (art. 58).

## CAPITULO X

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 68. Nenhum empregado de qualquer ordem ou categoria poderá ter plantações ou criações por sua propria conta, ou de outrem; não se prohibe, porém, que, por entretenimento, ou para seu proprio consumo, cuide de plantas hortensens, da criação de aves, ou exerça qualquer industria, comtanto que não seja para negocio, não podendo vender os productos nem exportal-os (ainda mesmo na occasião de sua retirada do Presidio) a titulo de obsequio a parentes e amigos.

Art. 69. Nenhum empregado de qualquer ordem ou categoria poderá obrigar os presos a fazer o seu serviço particular. Si nas horas de descanso encarregar alguém de algum trabalho, será obrigado a indemnizal-o.

Art. 70. É expressamente prohibida a residencia no Presidio ás pessoas que não se acharem em serviço do estabelecimento. Serão retiradas do mesmo Presidio as mulheres de mau procedimento que alli existirem.

Art. 71. É absolutamente prohibido o commercio no Presidio. O Director providenciará para que sejam fechadas todas as vendas existentes e não recebam mais sortimento algum sob qualquer titulo ou pretexto. Os sentenciados que se empregavam neste commercio serão tratados sem distincção como os outros e sujeitos ao mesmo trabalho (art. 80).

Art. 72. Aos navios de cabotagem que arribarem ao Presidio, além de se proverem dos mantimentos necessarios para a continuação de sua viagem, se venderão pelos preços de Pernambuco os generos da producção da ilha, que os respectivos commandantes ou mestres requererem ao Director.

Art. 73. Os empregados do Presidio mandarão vir directamente de fóra os objectos de que precisarem, mencionando-os em uma relação apresentada previamente ao Director para pôr o *visto*.

Art. 74. Fica abolida a pratica de se nomear um agente para a acquisição dos objectos a que se refere o artigo antecedente.

Art. 75. Serão apprehendidos como contrabando es generos que tenham entrada sem estar contemplados na relação visada.

Art. 76. O Director poderá consentir que sómente os presos da 1.<sup>a</sup> classe mandem buscar fóra do Presidio cousas que não tenham intenção de vender, e em quantidade indispensavel para o seu uso, observando-se a mesma formalidade do *visto* em relação apresentada pelo ajudante do Director.

Art. 77. Fica estabelecido que em nenhum caso as transacções de que tratam os artigos antecedentes entenderão com a economia do Presidio, nem com o dinheiro do fisco.

Art. 78. O vestuario, em que se observará um uniforme para cada classe, e a alimentação dos condemnados, serão fornecidos á custa da sua diaria, mas não em dinheiro.

Tanto o vestuario como as rações dos presos serão fixados por tabella que o Governo expedir.

Art. 79. Aos condemnados que tiverem bom procedimento se poderá distribuir fumo, tabaco e até uma ração de aguar-dente em certos casos.

Art. 80. Todos os condemnados serão obrigados aos trabalhos que lhes forem designados. Só serão dispensados do trabalho os presos invalidos e enfermos; aos que a juizo medico não puderem supportar a disciplina geral, se designarão serviços especiaes de mais facil execução.

Art. 81. Os jornaes de que trata o art. 4.<sup>o</sup> serão abonados integralmente, sendo expressamente prohibido qualquer desconto, que não seja para a Fazenda Nacional, e esse devidamente autorizado nos seguintes casos:

1.<sup>o</sup> Quando não fôr feito regularmente o serviço de cada dia;

2.<sup>o</sup> Por indemnização ou reposição á Fazenda Nacional nos casos de extravio de generos, peças de roupa e outros objectos.

Art. 82. Os presos que desejarem depositar o producto ou parte do producto dos seus jornaes na Caixa Economica de Pernambuco, solicitarão ao Director, que fará abrir uma caderneta para cada um, a qual será entregue aos mesmos presos quando concluirem o tempo da pena. Os condemnados por toda a vida poderão dispor em testamento das quantias que lhes pertencerem.

Art. 83. As cadernetas dos presos que fallecerem e o saldo que possa existir, proveniente de seu jornal, serão remettidos ao Presidente da Provincia de Pernambuco affin de serem enviados ao Juizo competente para proceder á arrecadação e fazel-os entregar a quem de direito fôr.

Art. 84. Cada preso deve ter uma caderneta, em que com a precisa authenticidade se escripture a receita tanto em dinheiro como em generos e peças de roupa, fazendo-se todas as declarações concernentes aos descontos e outras que forem necessarias para conhecimento da commissão inspectora (art. 7.<sup>o</sup> § 5.<sup>o</sup>).

Art. 85. Serão clavicularios do cofre dos valores do Presidio o Director, o ajudante do Director e o almoxarife, devendo o mesmo cofre ser conservado em lugar seguro da secretaria.

Art. 86. A introdução no Presidio de quaesquer bebidas espirituosas, salvo por ordem do Governo, será considerada contrabando, e punidos os contraventores, conforme as circumstancias.

Art. 87. São prohibidos no Presidio os jogos de dados, cartas e quaesquer outros. (Art. 163 do Regul. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842.)

Art. 88. As autoridades judiciasrias terão o maior cuidado em que não sejam remettidos para o Presidio condemnados antes de estar organizado o processo de liquidação das multas, evitando-se, como onerosa ao Estado, a requisição de sentenciados afim de virem do Presidio ao Recife para aquelle processo. As intimações que se houverem de fazer no Presidio terão logar por intermedio do Director.

Art. 89. O Presidente da Provincia de Pernambuco mandará proceder a exame rigoroso nas guias dos sentenciados, entendendo-se com o Juiz das execuções para dar as providencias necessarias.

Art. 90. Logo que fôr posto em execução o presente Regulamento o Director do Presidio abrirá rigoroso inquerito, si ainda não estiver feito o recommendado pelo art. 1.º das Instrucções que baixaram com o Aviso n. 458 de 19 de Setembro de 1881, sobre os assentamentos constantes do livro de matricula dos presos, chamará de per si cada um delles e os interrogará em vista de sua guia para verificar a exactidão das notas, e completar a escripturação do referido livro, remettendo ao Ministerio da Justiça, por intermedio do Presidente de Pernambuco, uma relação daquelles cujas notas não puderem ser verificadas.

Art. 91. O Director do Presidio, julgando mais conveniente á boa distribuição do serviço e melhor alimentação dos sentenciados, poderá estabelecer cozinhas geraes em casas proximas ás prisões afim de fornecer em refeitório e logar apropriado comidas preparadas aos sentenciados.

Art. 92. E' abolida a pratica de se distribuirem gratuitamente aos empregados rações dos generos da produção da lavoura do Presidio. Aos que requererem ao Director se fornecerá pelos preços de Pernambuco.

Art. 93. Poderá haver no Presidio uma bibliotheca com livros apropriados para a leitura dos presos, á custa de doativos e meios que forem consignados na Lei do orçamento.

Art. 94. Logo que fôr publicado o presente Regulamento o Director do Presidio, syndicando da conducta dos presos existentes na ilha, estabelecerá as divisões de classes indicadas no capitulo VII.

Uma vez estabelecidas as ditas divisões se observará a disposição do citado capitulo.

Art. 95. O augmento de despeza com o pessoal, segundo o presente Regulamento, ficará dependente da decretação de fundos pelo Poder Legislativo, podendo porém o Governo preencher desde já os logares que julgar convenientes, com os vencimentos pagos pelo Ministerio da Justiça.

Art. 96. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Janeiro de 1885.—  
*Francisco Maria Sodré Pereira.*

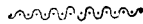
**Tabella dos vencimentos dos empregados do  
Presidio de Fernando de Noronha, a que se  
refere o Decreto n. 9356, desta data.**

EMPREGOS	ORDENADOS	GRATIFICAÇÕES	TOTAL
Director.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
Ajudante do Director...	2:600\$000	1:400\$000	4:000\$000
Secretario.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Amannense.....	800\$000	400\$000	1:200\$000
Capellão.....	1:400\$000	600\$000	2:000\$000
Primeiro medico.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Segundo medico.....	1:700\$000	800\$000	2:500\$000
Pharmaceutico.....	1:000\$000	500\$000	1:500\$000
Almoxarife.....	1:300\$000	700\$000	2:000\$000
Fiel do almoxarife....	700\$000	300\$000	1:000\$000
Professora de 1as lettras	800\$000	400\$000	1:200\$000
Carcereiro.....	480\$000	8	480\$000
Ajudante do carcereiro.	300\$000	8	300\$000

#### OBSERVAÇÃO

Os guardas receberão um salario que será fixado pelo Governo, e não excedera de 1\$600 diários.

Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Janeiro de 1885.— *Francisco Maria Sodré Pereira.*



#### DECRETO N. 9327 — DE 10 DE JANEIRO DE 1885

Autoriza o prolongamento da estrada de ferro do Rio Grande a Bagé até ao littoral, sem onus para o Estado, e approva os respectivos estudos e organimento.

Attendendo ao que Me requereu a *Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway Company, limited*, Hei por bem Conceder-lhe a autorização para prolongar a estrada de ferro do Rio Grande a Bagé desde a actual estação inicial até ao littoral,

na cidade do Rio Grande do Sul, sem onus para o Estado e sob as condições estabelecidas nos Decretos ns. 7056 de 26 de Outubro de 1878 e 7959 de 29 de Dezembro de 1880, e bem assim Approvar os respectivos estudos e orçamento, respeitadas as clausulas que com este baixam assignadas por Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Janeiro de 1885, 61º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9357, desta data**

I

E' concedido á *Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway Company, limited*, privilegio por 90 annos para a construcção, uso e gozo do prolongamento da estrada de ferro do Rio Grande a Bagé, desde a actual estação inicial da mesma estrada até ao littoral, na cidade do Rio Grande do Sul, devendo terminar o prazo do privilegio ao mesmo tempo do da referida estrada, na fórma do Decreto n. 7056 de 26 de Outubro de 1878.

II

Fica sujeita a presente concessão ás condições estabelecidas nos Decretos ns. 7056 de 26 de Outubro de 1878 e 7959 de 29 de Dezembro de 1880, e gozará a companhia dos favores indicados nos mesmos decretos, exceptuados o da garantia de juros do Estado e o de isenção de direitos de importação dos materiaes destinados á construcção do mencionado prolongamento.

III

O Governo não se obriga a solicitar ou recommendar ao Poder Legislativo a concessão da garantia de juros para o capital que fôr empregado na construcção do prolongamento de que se trata, nem tambem solicitará isenção de direitos para os materiaes que forem importados para a construcção do mesmo prolongamento.

IV

Dentro de seis mezes contados da presente data deverá a companhia dar começo aos trabalhos de construcção do prolongamento,

os quaes serão terminados sendo aberta a linha ao tráfego no prazo de 12 mezes, a contar da inauguração daquelles trabalhos.

## V

As despesas de construcção do prolongamento não poderão ser incluídas nas de custeio da linha principal.

## VI

Ficam approvados para os devidos effeitos os estudos e orçamento apresentados, os quaes baixam rubricados pelo Chefe interino da Directoria das Obras Publicas.

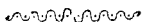
## VII

Para garantir a execução da presente concessão e respectivo contrato a companhia depositará no Thesouro Nacional a importância de 3:000\$000, em dinheiro ou titulos da divida publica, ficando entendido que si o deposito fôr feito em dinheiro não vencerá este juro algum.

## VIII

Será considerada sem effeito a presente concessão si no prazo de 60 dias, contados da data da sua publicação no *Diario Official*, não fôr feito o deposito de que trata a clausula antecedente e assignado o respectivo contrato.

Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Janeiro de 1885. — *Antonio Carneiro da Rocha*.



## DECRETO N. 9358 — DE 17 DE JANEIRO DE 1885

Designa a ordem em que devem ser extrahidas as loterias no anno de 1885

Em conformidade do art. 2º da Lei n. 1099 de 18 de Setembro de 1860, Hei por bem, que na extracção das loterias distribuidas para o corrente anno de 1885, se observe a ordem marcada na relação que este acompanha, assignada por Manoel Pinto de Souza Dantas, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Janeiro de 1885, 61ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Manoel Pinto de Souza Dantas*.



### **Relação das loterias que devem ser extrahidas em 1883**

- 1.<sup>a</sup>—223<sup>a</sup> para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864 e Lei n. 1681 de 18 de Agosto de 1869.
- 2.<sup>a</sup>—23<sup>a</sup> para os Institutos dos Meninos Cegos e dos Surdos-Mudos. Decreto n. 2771 de 24 de Setembro de 1877.
- 3.<sup>a</sup>—224<sup>a</sup> para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864 e Lei n. 1681 de 18 de Agosto de 1869.
- 4.<sup>a</sup>—22<sup>a</sup> para as obras do Hospicio de Pedro II. Decreto n. 2811 de 20 de Outubro de 1877.
- 5.<sup>a</sup>—225<sup>a</sup> para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864 e Lei n. 1681 de 18 de Agosto de 1869.
- 6.<sup>a</sup>—79<sup>a</sup> para o fundo de emancipação. Lei n. 2040 de 28 de Setembro de 1871.
- 7.<sup>a</sup>—25<sup>a</sup> para a irmandade do Santissimo Sacramento da Candelaria da Corte. Decreto n. 2327 de 30 de Julho de 1873.
- 8.<sup>a</sup>—24<sup>a</sup> para os Institutos dos Meninos Cegos e dos Surdos-Mudos. Decreto n. 2771 de 24 de Setembro de 1877.
- 9.<sup>a</sup>—226<sup>a</sup> para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864 e Lei n. 1681 de 18 de Agosto de 1869.
- 10.<sup>a</sup>—80<sup>a</sup> para o fundo de emancipação. Lei n. 2040 de 28 de Setembro de 1871.
- 11.<sup>a</sup>—117<sup>a</sup> para a Santa Casa de Misericordia Expostos, Recolhimento das Orphãs, Collegio de Pedro II e Seminario de S. José. Decreto de 23 de Maio de 1821.
- 12.<sup>a</sup>—7<sup>a</sup> para as obras da matriz de S. João Baptista da Lagôa da Corte. Decreto n. 2328 de 30 de Julho de 1873.
- 13.<sup>a</sup>—227<sup>a</sup> para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864 e Lei n. 1681 de 18 de Agosto de 1869.
- 14.<sup>a</sup>—81<sup>a</sup> para o fundo de emancipação. Lei n. 2040 de 28 de Setembro de 1871.
- 15.<sup>a</sup>—25<sup>a</sup> para os Institutos dos Meninos Cegos e dos Surdos-Mudos. Decreto n. 2771 de 24 de Setembro de 1877.
- 16.<sup>a</sup>—23<sup>a</sup> para as obras do Hospicio de Pedro II. Decreto n. 2811 de 20 de Outubro de 1877.
- 17.<sup>a</sup>—228<sup>a</sup> para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864 e Lei n. 1681 de 18 de Agosto de 1869.
- 18.<sup>a</sup>—82<sup>a</sup> para o fundo de emancipação. Lei n. 2040 de 28 de Setembro de 1871.
- 19.<sup>a</sup>—118<sup>a</sup> para a Santa Casa de Misericordia, Expostos, Recolhimento dos orphãs Collegio de Pedro II e Seminario de S. José. Decreto de 23 de Maio de 1821.

- 20.<sup>a</sup>— 26<sup>a</sup> para a irmandade do Santissimo Sacramento da Candelaria da Côte. Decreto n. 2327 de 30 de Julho de 1873.
- 21.<sup>a</sup>— 9.<sup>a</sup> para as obras da matriz de Nossa Senhora da Gloria da Côte. Decreto n. 2449 de 24 de Setembro de 1873.
- 22.<sup>a</sup>— 229<sup>a</sup> para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864 e Lei n. 1681 de 18 de Agosto de 1869.
- 23.<sup>a</sup>— 83<sup>a</sup> para o fundo de emancipação. Lei n. 2040 de 28 de Setembro de 1871.
- 24.<sup>a</sup>— 26<sup>a</sup> para os Institutos dos Meninos Cegos e dos Surdos-Mudos. Decreto n. 2771 de 24 de Setembro de 1877.
- 25.<sup>a</sup>— 27<sup>a</sup> para o patrimonio do Hospicio de Pedro II. Decreto n. 875 de 10 de Setembro de 1856.
- 26.<sup>a</sup>— 230<sup>a</sup> para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864 e Lei n. 1681 de 18 de Agosto de 1869.
- 27.<sup>a</sup>— 84<sup>a</sup> para o fundo de emancipação. Lei n. 2040 de 28 de Setembro de 1871.
- 28.<sup>a</sup>— 12<sup>a</sup> para o Hospicio da Pedro II e manutenção de alienados. Decreto n. 1838 de 27 de Setembro de 1870.
- 29.<sup>a</sup>— 27<sup>a</sup> para os Institutos dos Meninos Cegos e dos Surdos-Mudos. Decreto n. 2771 de 24 de Setembro de 1877.
- 30.<sup>a</sup>— 231<sup>a</sup> para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864 e Lei n. 1681 de 18 de Agosto de 1869.
- 31.<sup>a</sup>— 119<sup>a</sup> para a Santa Casa de Misericordia. Expostos, Recolhimento das Orphãs, Collegio de Pedro II e Seminario de S. José. Decreto de 23 de Maio de 1821.
- 32.<sup>a</sup>— 43<sup>a</sup> para o Hospital da Santa Casa de Misericordia. Decreto n. 92 de 25 de Outubro de 1839.
- 33.<sup>a</sup>— 232<sup>a</sup> para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864 e Lei n. 1681 de 18 de Agosto de 1869.
- 34.<sup>a</sup>— 7<sup>a</sup> para as obras da matriz de S. Christovão da Côte. Decreto n. 2329 de 30 de Julho de 1873.
- 35.<sup>a</sup>— 120<sup>a</sup> para a Santa Casa de Misericordia. Expostos, Recolhimento das Orphãs, Collegio de Pedro II e Seminario de S. José. Decreto de 23 de Maio de 1821.
- 36.<sup>a</sup>— 233<sup>a</sup> para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864 e Lei n. 1681 de 18 de Agosto de 1869.
- 37.<sup>a</sup>— 24<sup>a</sup> para as obras do Hospicio de Pedro II, Decreto n. 2811 de 20 de Outubro de 1877.
- 38.<sup>a</sup>— 8<sup>a</sup> para as obras da matriz de S. João Baptista da Lagôa da Côte. Decreto n. 2328 de 30 de Julho de 1873.
- 39.<sup>a</sup>— 13<sup>a</sup> para o Hospicio de Pedro II e manutenção de alienados. Decreto n. 1838 de 27 de Setembro de 1870.
- 40.<sup>a</sup>— 234<sup>a</sup> para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864 e Lei n. 1681 de 18 de Agosto de 1869.

41.<sup>a</sup>— 121<sup>a</sup> para a Santa Casa de Misericórdia, Expostos, Recolhimento das Orphãs, Collegio de Pedro II e Seminario de S. José. Decreto de 23 de Maio de 1821.

42.<sup>a</sup>— 25<sup>a</sup> para as obras do Hospicio de Pedro II. Decreto n. 2811 de 20 de Outubro de 1877.

Rio de Janeiro em 17 de Janeiro de 1885.— *M. P. de Souza Dantas.*

~~~~~

#### DECRETO N. 9359 — DE 17 DE JANEIRO DE 1885

Declara especiaes as comarcas de Campinas, Itú, Santos e Mogy das Cruzes, da Província de S. Paulo, e fixa-lhes o numero de Juizes de Direito e de seus substitutos.

Hei por bem, de conformidade com a Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871, Decretar o seguinte :

Art. 1.<sup>o</sup> São declaradas especiaes, nas condições do art. 1.<sup>o</sup> da referida Lei, as comarcas de Campinas, Itú, Santos e Mogy das Cruzes, da Província de S. Paulo.

Art. 2.<sup>o</sup> Haverá em cada uma das ditas comarcas um Juiz de Direito e um Juiz substituto.

Art. 3.<sup>o</sup> Ficam revogadas as disposições em contrario.

Francisco Maria Sodré Pereira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Janeiro de 1885, 64.<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador

*Francisco Maria Sodré Pereira.*

~~~~~

#### DECRETO N. 9360 — DE 17 DE JANEIRO DE 1885

Dá novos Estatutos ás Faculdades de Direito.

Hei por bem que nas Faculdades de Direito do Imperio se observem os novos Estatutos que com este baixam, assignados por Philippe Franco de Sá, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Janeiro de 1885, 64.<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Philippe Franco de Sá.*

# Estatutos das Faculdades de Direito a que se refere o Decreto n. 9369, desta data

## TITULO I

### DA ORGANIZAÇÃO DAS FACULDADES

#### CAPITULO I

##### DA INSTITUIÇÃO DAS FACULDADES

Art. 1.º Cada uma das Faculdades de Direito do Imperio se designará pelo nome da cidade em que tiver assento; será regida por um Director e pela Congregação dos lentes.

#### CAPITULO II

##### DOS CURSOS DA FACULDADE

Art. 2.º Haverá em cada Faculdade dous cursos: o de sciencias juridicas e o de sciencias sociaes.

Art. 3.º O curso de sciencias juridicas comprehenderá o ensino das seguintes materias :

Direito natural.

Direito constitucional.

Direito ecclesiastico.

Direito romano.

Direito criminal, incluído o direito militar.

Direito civil.

Direito commercial, incluído o direito marítimo.

Medicina legal.

Processo criminal, pratica do mesmo processo, e hermeneutica juridica.

Processo civil, processo commercial, e pratica dos mesmos processos.

Historia do direito nacional.

Art. 4.º As materias deste curso constituirão objecto de seis series de exames:

##### *1ª serie*

Direito natural.

Direito constitucional.

Direito ecclesiastico.

*2ª serie*

Direito romano.  
Direito criminal ( 1ª cadeira ).

*3ª serie*

Direito criminal, incluído o direito militar ( 2ª cadeira ).  
Direito civil ( 1ª cadeira ).

*4ª serie*

Direito civil ( 2ª cadeira ).  
Direito commercial ( 1ª cadeira ).

*5ª serie*

Direito commercial, incluído o direito marítimo ( 2ª cadeira ).  
Medicina legal.

*6ª serie*

Processo criminal, pratica do mesmo processo, e hermeneutica juridica.

Processo civil, processo commercial, e pratica dos mesmos processos.

Historia do direito nacional.

Art. 5.º O curso das sciencias sociaes constará das seguintes materias :

Direito natural.

Direito publico universal.

Direito ecclesiastico.

Direito constitucional.

Direito das gentes.

Diplomacia e historia dos tratados.

Sciencia da administração e direito administrativo.

Economia politica.

Sciencia das finanças e contabilidade do Estado.

Hygiene publica.

Legislação comparada sobre o direito privado (noções).

Art. 6.º Estas materias constituirão objecto de cinco series de exames :

*1ª serie*

Direito natural.

Direito publico universal.

Direito ecclesiastico.

*2ª serie*

Direito constitucional.  
Direito das gentes.

*3ª serie*

Diplomacia e historia dos tratados.  
Sciencia da administração e direito administrativo (1ª cadeira).

*4ª serie*

Sciencia da administração e direito administrativo (2ª cadeira).  
Economia politica.

*5ª serie*

Sciencia das finanças e contabilidade do Estado.  
Hygiene publica.  
Legislação comparada sobre o direito privado (noções).  
Art. 7.º Para o ensino das materias que formam o programma dos dous cursos haverá 22 cadeiras:  
Uma de direito natural e direito publico universal.  
Uma de direito constitucional.  
Uma de direito ecclesiastico.  
Uma de direito romano.  
Duas de direito criminal.  
Duas de direito civil.  
Duas de direito commercial.  
Uma de historia do direito nacional.  
Uma de medicina legal.  
Uma de processo criminal, pratica do mesmo processo, e hermeneutica juridica.  
Uma de processo civil, processo commercial, e pratica dos mesmos processos.  
Uma de direito das gentes.  
Uma de diplomacia e historia dos tratados.  
Duas de sciencia da administração e direito administrativo.  
Uma de economia politica.  
Uma de sciencia das finanças e contabilidade do Estado.  
Uma de hygiene publica.  
Uma de legislação comparada sobre o direito privado (noções).  
Art. 8.º O estudo do direito constitucional, criminal, civil, commercial e administrativo será sempre acompanhado da comparação da legislação do Brazil com a das outras nações cultas.  
Art. 9.º Para a collação dos graus não se exige dos acatholicos o exame do direito ecclesiastico.

Art. 10. O ensino das matérias que compoem os cursos da Faculdade será dividido entre os lentes e os substitutos, os quaes serão obrigados a fazer os cursos complementares de que trata o art. 42.

Os lentes das matérias ensinadas em duas cadeiras alternarão entre si a regencia destas.

### CAPITULO III

#### DA DIRECÇÃO DA FACULDADE

##### SECÇÃO I

##### *Do Director*

Art. 11. O Director será nomeado pelo Governo Imperial, d'entre as pessoas distinctas que tiverem o grau de doutor ou bachelar por alguma das Faculdades de Direito do Império.

Para servir no impedimento do Director e em suas faltas, será, d'entre os lentes, nomeado por Decreto um Vice-Director, em cujo impedimento servirá provisoriamente o lente mais antigo que estiver em exercicio, enquanto aprouver ao Governo, que poderá designar outro. O cargo de Director é compativel com o de lente.

O Vice-Director ou o lente que substituir o Director accumulará ao seu vencimento uma gratificação igual á do substituido, ou todo o vencimento do logar no caso de que o effectivo nada perceba.

Art. 12. O Director é o presidente da Congregação; regula e determina, de conformidade com estes Estatutos e as ordens do Governo, tudo quanto pertencer á Faculdade e não estiver encarregado especialmente á Congregação.

Devem-lhe ser dirigidos todos os requerimentos e representações; e por elle serão levados ao conhecimento da Congregação e das comissões as que versarem sobre objectos da competencia destas.

Art. 13. Compete ao Director, além de outras attribuições declaradas nos presentes Estatutos:

1.º Convocar a Congregação, não só nos casos expressamente determinados, como naquelles em que, por deliberação sua, ou á requisição de qualquer lente, feita por escripto e com declaração do objecto da convocação, o julgar necessario, marcando a hora da reunião de fôrma que evite, sempre que fôr possivel, a interrupção das aulas, dos exames ou de quaesquer actos da Faculdade;

2.º Transferir, em circumstancias graves, para outra occasião a reunião da Congregação já convocada, ainda nos casos em que ella deva verificar-se em épocas certas; e suspender a sessão quando se torne indispensavel esta medida, dando em

qualquer das hypotheses immediatamente parte ao Governo dos motivos do seu procedimento ;

3.º Dirigir as sessões da Congregação, observando as disposições destes Estatutos ;

4.º Nomear comissões, quando o objecto dellas fôr de simples solemnidade, ou pelos Estatutos não esteja declarado que a nomeação pertence á Congregação ;

5.º Assignar com os leites presentes as actas das sessões da Congregação ; assignar tambem a correspondencia official, assim como todos os termos e despachos lavrados em nome ou por deliberação da Congregação, em virtude destes Estatutos ou por ordem do Governo ;

6.º Executar e fazer executar as decisões da Congregação, podendo, porém, sobrestar na sua execução si as julgar illegaes ou injustas, do que dará parte immediatamente ao Governo, ao qual compete neste caso a decisão definitiva ;

7.º Organizar o orçamento annual e rubricar os pedidos mensaes das despesas da Faculdade, consultando a Congregação quanto ás extraordinarias que convenha fazer ; e levando ao conhecimento do Governo, para resolver, qual quer embaraço que encontre no parecer da mesma Congregação ;

8.º Providenciar, de conformidade com a lei e as ordens do Governo, para a realização das despesas que tenham sido autorizadas, inspecionando e fiscalizando o emprego das quantias para ellas concedidas ;

9.º Nomear o porteiro, os bedéis e continuos, dando parte ao Governo, e admitir os sorventes ;

10. Determinar e regular o serviço da secretaria e da bibliotheca, e providenciar sobre tudo quanto fôr necessario para as sessões da Congregação, celebração dos actos e serviço das aulas ;

11. Visitar as aulas e assistir, todas as vezes que lhe fôr possível, aos actos e exercicios escolares, de qualquer natureza que s jam, e inspecionar os cursos livres admittidos no recinto da Faculdade pela fórma indicada nos arts. 206 e seguintes ;

12. Velar pela observancia destes Estatutos, e propor ao Governo tudo quanto fôr conducente ao aperfeiçoamento do ensino e ao regimen da Faculdade, não só na parte administrativa que lhe é pertencente, como ainda na parte scientifica, devendo neste ultimo caso ouvir previamente a Congregação ;

13. Exercer a policia no recinto da Faculdade, procedendo pelo modo prescripto nestes Estatutos contra os que perturbarem a ordem, e empregando a maior vigilancia na manutenção dos bons costumes ;

14. Suspender por um a oito dias, com privação dos vencimentos, os amanuenses, o auxiliar, o porteiro, os bedéis e os continuos ;

15. Conceder a estes empregados, dentro de um anno, até quinze dias de licença, sem prejuizo do respectivo ordenado.

Art. 14. O Director, alem das informações, que deverá dar ao Governo, das occurrencias mais importantes, remetterá



no fim de cada anno lectivo um relatorio circumstanciado sobre todos os trabalhos da Faculdade, tratando especialmente do adiantamento do ensino e mencionando os nomes dos lentes e substitutos que mais se tiverem esforçado pelos progressos da sciencia e dos estudos; informará tambem acerca do procedimento civil e moral dos alumnos.

Art. 15. O Director exigirá dos lentes uma nota sobre os alumnos que mais se tiverem distinguido nos exames e a apresentará á Congregação, afim de que esta organize uma lista dos estudantes distinctos, a qual será affixada em todas as aulas.

Art. 16. A correspondencia entre o Director, os lentes cathedrauticos e substitutos será feita por meio de officios; a daquello com os outros empregados da Faculdade, por portaria.

Art. 17. O Director effectivo terá as honras e o tratamento dos Presidentes das Relações judiciasrias.

Art. 18. Os actos do Director ficam debaixo da immediata inspecção do Ministro e Secretario do Estado dos Negocios do Imperio.

O Presidente da Provincia onde estiver a Faculdade, poderá, não obstante, exigir do respectivo Director explicações acerca dos seus actos, e informações sobre qualquer occorrença da mesma Faculdade, afim de as levar com suas observações ao conhecimento do Governo.

## SECÇÃO II

### *Da Congregação*

Art. 19. A Congregação compõe-se do Director e de todos os lentes cathedrauticos e substitutos, e não pôde exercer as suas funcções sem que se reunam mais da metade daquelles que estiverem em serviço effectivo do magisterio.

Os professores particulares e os das Faculdades livres, quando encarregados do ensino de qualquer cadeira da Faculdade, tomarão assento na Congregação; mas não terão voto nas deliberações concernentes ao provimento de logares do magisterio e ás substituições.

Nas deliberações concernentes ao provimento das cadeiras e ás substituições tambem não poderão votar os substitutos.

Art. 20. A convocação dos lentes para as sessões da Congregação será feita por officio do Director, com antecedencia pelo menos de 24 horas, salvo nos casos que não admittam demora.

Neste officio se communicará o fim principal da reunião, quando não houver inconveniente.

Sempre que fôr possível, o Director declarará, antes de terminarem os trabalhos da Congregação, o dia e a hora em que deverá realizar-se a sessão seguinte.

Art. 21. Si até meia hora depois da marcada para a sessão não se achar presente a maioria dos lentes que estiverem em effectivo exercicio, o Director mandará lavrar uma acta, que será assignada por elle e pelos lentes presentes, contendo os nomes dos que, tendo sido avisados, com ou sem justa causa deixaram de comparecer.

Art. 22. Si depois do lavrada a acta, ainda que já esteja assignada, se completar o numero legal, proceder-se-ha na conformidade do artigo seguinte, sempre que o objecto fôr urgente ou o Director julgar conveniente que se celebre a sessão nesse mesmo dia.

Art. 23. Tomada a nota dos lentes que não tiverem comparecido, o Director declarará aberta a sessão, e o secretario procederá á leitura da acta da sessão anterior, a qual, depois de submittida á discussão e approvada, com emendas ou sem ellas, será assignada pelo Director e pelos lentes presentes.

O Director exporá em resumo o objecto da reunião, e, pondo-o em discussão, dará a palavra aos lentes pela ordem em que a pedirem. No caso de conter o objecto partes distinctas, poderá qualquer dos lentes requerer que cada uma seja discutida e votada separadamente.

Art. 24. Nenhum lente poderá fallar mais de meia hora de uma vez, nem mais de duas vezes sobre cada materia, salvo para requerer que se mantenha a ordem nos trabalhos ou dar alguma explicação, o que fará em termos breves.

Art. 25. Finda a discussão de cada objecto, o Director o sujeitará á votação, principiando pelo lente substituto mais moderno.

As resoluções da Congregação serão tomadas por maioria absoluta dos lentes presentes e em votação nominal, salvo quando se tratar de questões de interesse pessoal, em que se votará sempre por escrutinio secreto.

O Director votará tambem, e em caso de empate terá o voto de qualidade.

Art. 26. Quando professores particulares ou de Faculdades livres tomarem parte na votação, esta principiará por elles, regulando a antiguidade a ordem da sua designação para a regencia das cadeiras.

Art. 27. O lente que assistir á Congregação não poderá deixar de votar, o o que se retirar antes de terminados os trabalhos, sem justo motivo apreciado pelo Director, incorre em falta igual á que commetteria si deixasse de comparecer á sessão.

Art. 28. Nas votações por escrutinio secreto não ha voto de qualidade; prevalece a opinião mais favoravel.

Art. 29. Nas questões em que fôr particularmente interessado algum lente, poderá este assistir á discussão e nella tomar parte; não poderá, porém, votar nem assistir á votação.

Art. 30. Resolvendo a Congregação que fique em segredo alguma de suas decisões, lavrar-se-ha della uma acta espe-

cial, que será fechada, lacrada e sellada com o sello da Faculdade. Sobre a capa o secretario lançará a declaração, assignada por elle e pelo Director, de que o objecto é secreto, e notará o dia em que assim se resolveu. Esta acta ficará debaixo da guarda e responsabilidade do secretario.

Art. 31. Antes de se fechar a acta de que trata o artigo antecedente, extrahir-se-ha uma cópia para ser immediatamente levada ao conhecimento do Governo, que poderá ordenar a sua publicidade. A Congregação poderá tambem, quando lhe parecer opportuno, ordenar essa publicidade, procedendo auctorização do Governo, ou, em casos urgentes, a do Presidente da Provincia em que se achar a Faculdade.

Art. 32. Si em sessão algum lente se portar de modo inconveniente, o Director o chamará á ordem, e, si o não puder conter, o convidará a retirar-se da sala, e em ultimo caso levantará a sessão, dando de tudo conta circumstanciada ao Governo.

Art. 33. Na Congregação o Director tomará assento na cabeceira da mesa, em cadeira de espallar, tendo o secretario á sua esquerda, e os outros lentes na ordem seguinte: o cathedratico mais antigo occupará o lado direito, proximo ao Director, e o seu immediato em antiguidade o lado esquerdo junto do secretario, e assim por diante até o mais moderno dos cathedratcos, seguindo-se os substitutos conforme a respectiva antiguidade.

Nas sessões servirá de secretario o da Faculdade.

Art. 34. Cada sessão poderá durar até duas horas, salvo si a Congregação resolver prorogal-a. Esgotado o objecto principal da sessão, os lentes terão o direito de propor, si houver tempo para isso, o que lhes parecer interessante á boa execução dos Estatutos e das ordens do Governo, ao desmpenho do serviço da Faculdade, ao progresso e aperfeiçoamento do ensino e á repressão de abusos.

Art. 35. Si alguma das questões propostas não puder ser decidida na mesma sessão por falta de tempo, ficará adiada, marcando neste caso o Director o dia em que a discussão deve continuar.

Art. 36. O secretario deverá lançar por extenso na acta de cada sessão as indicações propostas e o resultado das votações, e por extracto os requerimentos das partes e mais papeis submettidos ao conhecimento da Congregação, assim como as resoluções por ella tomadas, as quaes serão transcriptas em fórma de despacho nos proprios requerimentos para serem archivados ou restituídos ás partes conforme o seu objecto. Poderá a Congregação mandar transcrever por extenso os papeis que por sua importancia convier que sejam assim registrados.

Art. 37. Compete á Congregação, além de outras attribuições que por estes Estatutos lhe são conferidas :

1.º Exercer a inspecção scientifica da Faculdade no tocante ao systema e methodo do ensino, aos livros e compendios se-

guidos nas aulas, propondo quaesquer reformas ou alterações que forem aconselhadas pela experiencia ou pelo progresso dos estudos ;

2.º Empregar a maior vigilancia afim de evitar que se introduzam praticas abusivas na disciplina escolar e no regimen da Faculdade, tendo o maior escrupulo na manutenção dos bons costumes e dando ao Director todo o auxilio no desempenho de suas funcções ;

3.º Offerecer á consideração do Governo os regulamentos especiaes que enten ter convenientes para os differentes ramos do serviço da Faculdade.

## CAPITULO IV

### DO PESSOAL DOCENTE

Art. 38. Os lentes distinguem-se em cathedraticos e substitutos. Serão nomeados pelo modo estabelecido no art. 115.

Art. 39. Nenhum lente será obrigado a reger outra cadeira além da sua. Aquelle que á regencia de sua cadeira accumular a de outra, terá direito, além dos respectivos vencimentos, a uma gratificação correspondente á da cadeira accumulada. Igual gratificação perceberão os substitutos e professores particulares ou de Faculdades livres quando substituirem os lentes cathedraticos.

Art. 40. Para a substituição dos lentes cathedraticos haverá onze substitutos divididos pelas seguintes secções :

- 1.ª De direito natural, direito publico e direito constitucional.
- 2.ª De direito romano.
- 3.ª De direito civil.
- 4.ª De direito ecclesiastico e historia do direito nacional.
- 5.ª De direito criminal.
- 6.ª De medicina legal e hygiene.
- 7.ª De direito commercial.
- 8.ª De direito das gentes, diplomacia e historia dos tratados.
- 9.ª De sciencia da administração, direito administrativo e noções de legislação comparada.

10.ª De economia politica, sciencia das finanças e contabilidade do Estado.

11.ª De processo criminal, civil e commercial, hermeneutica juridica, e pratica do processo.

Art. 41. Na falta ou impedimento do respectivo substituto, o Director convidará para reger a cadeira um dos cathedraticos ; si nenhum destes annuir ao convite, chamará um dos substitutos e por ultimo um dos doutores ou bachareis que tiverem cursos particulares ou forem professores de Faculdades livres.

Quer na classe dos cathedraticos, quer na dos substitutos, deverão ser preferidos os lentes do curso em que se der a vaga ou o impedimento.

Nenhum substituto será obrigado a reger mais de uma cadeira.

Art. 42. Os substitutos, além da regencia das cadeiras a que são obrigados no caso de falta ou impedimento dos lentes, farão cursos complementares sobre as materias que o Director designar, ouvido o lente respectivo.

Exceptua-se o substituto da 11ª secção, cujo curso complementar consistirá em exercicios praticos sobre o processo.

Os lentes cathedraticos poderão deixar de leccionar as materias dos cursos complementares.

Os lentes substitutos não deixarão de fazer taes cursos, ainda quando estejam na regencia de cadeira.

Art. 43. A antiguidade dos lentes cathedraticos e substitutos será contada da data da posse; havendo mais de uma posse no mesmo dia, regulará a data do decreto de nomeação; sendo esta a mesma, a antiguidade nas funções publicas; na falta desta, a data do diploma de bacharel, e por ultimo a idade.

Art. 44. Nos actos da Faculdade terão precedencia os lentes cathedraticos aos substitutos, e entre uns e outros os mais antigos aos mais modernos, contada a antiguidade do dia em que começaram a fazer parte do corpo docente.

Art. 45. Serão jubilados os lentes cathedraticos e substitutos que tiverem trinta annos de effectivo serviço no magisterio, e poderão sel-o os que tiverem vin e e cinco. Estes o serão com o ordenado e metade da gratificação, e aquelles com todos os seus vencimentos.

Art. 46. Os que antes dos vinte e cinco annos ficarem physicamente impossibilitados de continuar no magisterio, serão jubilados com ordenado proporcional ao tempo de exercicio que tiverem, uma vez que tenham servido effectivamente por mais de dez annos; si tiverem servido por mais de vinte, serão jubilados com o ordenado inteiro.

Art. 47. Os lentes cathedraticos e substitutos são vitalicios. Só perderão os seus logares si forem condemnados por crime a que esteja imposta a pena de perda do emprego, a de galés ou de prisão com trabalho, ou por crime de estupro, rapto, adulterio, furto ou outro dos considerados infamantes ou offensivos da moral.

Art. 48. Os lentes que forem reconhecidos Senadores serão jubilados com o vencimento correspondente ao tempo de exercicio que tiverem na forma destes Estatutos, si esse tempo não fôr inferior a dez annos; si o fôr, entender-se-ha que renunciaram o cargo.

Os que forem reconhecidos Deputados á Assembléa Geral ou membros de Assembléas Legislativas Provinciaes não poderão, durante a legislatura, reger as respectivas cadeiras nem perceber vantagem alguma do magisterio.

Art. 49. O lente que obtiver permissão do Governo para continuar a servir depois de ter completado vinte e cinco annos de exercicio, perceberá mais uma gratificação correspondente

ao terço de seus vencimentos, enquanto fôr pelo Governo conservado no magisterio.

Art. 50. Será contado como tempo de effectivo exercicio:

1.º O tempo do serviço de guerra ou de serviço publico em commissões scientificas do Governo ou por este autorizadas;

2.º O do Ministro do Estado e de Presidente do Provincia, e o de Missão Diplomática;

3.º O numero de faltas, por molestia, que não exceder a 20 por anno, ou a 60 em um triennio;

4.º Todo o tempo de suspensão judicial, quando o lente fôr julgado innocente;

5.º O tempo de serviço publico gratuito e obrigatorio por lei.

Art. 51. Os lentes cathedrauticos e substitutos terão as honras e o tratamento dos Desembarçadores.

Art. 52. Os lentes que completarem vinte e cinco annos de effectivo serviço e tiverem no magisterio bem desempenhado os seus deveres, terão direito ao titulo de conselho, e os que completarem trinta annos terão as honras e o tratamento dos Ministros do Supremo Tribunal de Justiça.

Art. 53. Os lentes usarão das suas insignias doutorales nas seguintes solemnidades:

1.ª Nas visitas de Sua Magestade o Imperador officialmente annunciadas á Faculdade;

2.ª Na collação do grau de doutor ou bacharel;

3.ª Na posse do Director e dos lentes;

4.ª Nos concursos;

5.ª Nos actos de defesas de theses.

Art. 54. Os lentes não perceberão as respectivas gratificações sem o exercicio de suas cadeiras, excepto quando estiverem comprehendidos no art. 50 §§ 1º, 4º e 5º destes Estatutos.

Terão direito aos ordenados quando faltarem por motivo justificado de molestia; não lhes sendo abonadas para este effeito, independentemente de justificação, mais de duas faltas em cada mez.

As faltas devem ser justificadas até o ultimo dia do mez.

Art. 55. As faltas dos lentes ás sessões da Congregação ou a quaesquer actos ou funcções a que forem obrigados na Faculdade, serão contadas como as que derem nas aulas.

Art. 56. Na secretaria da Faculdade haverá um livro em que o secretario lançará os dias de serviço e notará as faltas dos lentes, bem como os nomes dos que comparecerem.

Art. 57. O secretario, á vista deste livro e das notas que tiver tomado sobre quaesquer actos escolares, organizará a lista das faltas dadas durante o mez, e a apresentará ao Director no 1º dia do mez seguinte. O Director abonará as que julgar justificadas.

Art. 58. Sendo a decisão desfavoravel, será immediata-

mente communicada pelo secretario ao interessado, e este dentro de 24 horas reclamará, querendo, perante o Director, que poderá reformal-a.

Art. 59. Si, porém, não fôr ella reformada, será admittido dentro de tres dias recurso suspensivo para a Congregação, e desta, com effeito devolutivo, para o Ministro do Imperio, no prazo de outros tres dias, contados da data daquelle em que se tiver realizado a sessão.

Art. 60. Si não se apresentar reclamação ou não se interpuzer recurso segundo as hypothesees dos artigos antecedentes, o Director mandará lançar as faltas em livro especial para serem opportunamente communicadas ao Governo.

Art. 61. Os lentes que deixarem de exercer as respectivas funcções por espaço de tres mezes, sem que justifiquem perante o Director as suas faltas, incorrerão nas penas do art. 157 do Codigo Criminal. Si a ausencia exceder de seis mezes, reputar-se-ha terem renunciado o magisterio, e os seus logares serão julgados vagos pelo Governo, ouvida a Congregação e a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado.

Art. 62. O lente nomeado que deixar de comparecer dentro de seis mezes para tomar posse, sem communicar ao Director a razão justificativa da demora, perderá o direito ao respectivo logar, sendo a nomeação declarada sem effeito pelo Governo Imperial, depois de ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado.

Art. 63. Expirado o prazo na 1.<sup>a</sup> hypothese do art. 61, o Director convocará a Congregação, a qual, conhecendo do facto e de todas as suas circumstancias, decidirá si tem logar ou não o processo, expondo minuciosamente os fundamentos de sua decisão.

Si fôr affirmativa, o Director a remetterá por cópia extrahida da acta, com todos os documentos que lhe forem concernentes, ao Promotor Publico respectivo para intentar a accusação judicial por crime de responsabilidade; e dará parte ao Governo, assim do que resolver a Congregação, como do andamento e resultado do processo.

Na segunda hypothese do citado art. 61, o Director dará parte ao Governo do occorrido, afim de se proceder na conformidade do mesmo artigo.

Art. 64. Na hypothese do art. 62, verificada a demora da posse, e decidida pela Congregação a procedencia ou improcedencia da justificação que tiver sido allegada, o Director participará ao Governo o que occorrer para a sua final decisão.

Art. 65. Os lentes se apresentarão nas respectivas aulas e nos actos escolares logo que der a hora marcada, e serão sempre os primeiros em dar o exemplo de pontualidade, prudencia e cortezia.

Art. 66. Aquelles que se deslizarem destes preceitos e os que não se esforcarem para preencher, até o dia do encerramento das aulas, os programmas exigidos pelo art. 227, serão

advertidos camarariamente pela Congregação, a quem o Director deverá communicar o facto.

Art. 67. Si não fôr bastante esta advertencia, o Director, ouvida a Congregação, proporá que seja applicada a pena de suspensão por tres mezes a um anno, com privação dos vencimentos, e observará o que a tal respeito fôr pelo Governo determinado em resolução de consulta da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado.

Art. 68. Toda e qualquer divergencia que a respeito do serviço da Faculdade houver entre o Director e algum lente, deve por aquelle ser presente á Congregação.

Art. 69. Si algum lente, nos actos da Faculdade, faltar aos seus deveres, o Director, por si ou por accusação de outro lente, levará o occorrido ao conhecimento da Congregação.

Art. 70. Neste caso a Congregação nomeará uma commissão para syndicar do facto e mandará que o accusado responda dentro de 15 dias.

Art. 71. Dentro de igual prazo, com a resposta do lente ou sem ella, deverá a commissão apresentar o seu parecer motivado.

A vista do parecer da commissão e da resposta do accusado, a Congregação deliberará si este deve ser advertido, conforme o disposto no art. 66, ou si deve ter a pena do art. 67.

Art. 72. Qualquer membro do magisterio que escrever tratado, compendio ou memoria sobre as doutrinas ensinadas na Faculdade, terá direito a um premio pecuniario até á quantia de dous contos de réis, si pela Congregação ou por uma commissão de pessoas competentes nomeada pelo Governo, quando a Congregação deixe de dar no fim de tres mezes o seu parecer, fôr a obra considerada de utilidade ao ensino e approvada pelo Governo. Neste caso será paga pelo Estado a despesa da 1ª edição.

Art. 73. Os lentes farão as prelecções sobre compendios de sua livre escolha e poderão ensinar quaesquer doutrinas, uma vez que não offendam as leis e os bons costumes.

Art. 74. Nas prelecções darão os lentes todas as explicações que forem necessarias para desenvolvimento ou mais facil comprehensão das materias de que tratarem, e refutação das doutrinas erroneas ou menos conformes aos progressos da sciencia.

Art. 75. Quando os alumnos não comprehenderem algum ponto, poderão propor ao lente, verbalmente ou por escripto, as lvidas que lhes occorrerem. O lente explicará o assumpto e resolverá as duvidas no mesmo dia ou na lição seguinte.

Art. 76. Os lentes, quando impedidos, habilitarão os que os substituirem com os esclarecimentos necessarios sobre o estado do ensino a seu cargo.



## CAPITULO V

DO PESSOAL ADMINISTRATIVO E DAS REPARTIÇÕES DEPENDENTES  
DA FACULDADE

## SECÇÃO I

*Da secretaria*

Art. 77. Haverá em cada Faculdade uma secretaria, que, excepto nos domingos, dias santificados e feriados, estará aberta das 9 horas da manhã ás 3 da tarde, de-de o dia da abertura até ao do encerramento dos trabalhos do anno lectivo; podendo, porém, o Director ou o secretario prorogar as horas do serviço pelo tempo que fôr necessario, si houver trabalho urgente ou não estiver em dia a respectiva escripturação.

Art. 78. A um dos lados da porta da secretaria haverá uma caixa propria para receber todos os requerimentos, a qual será aberta duas vezes por dia, e cuja chave estará sempre em poder do secretario.

Art. 79. A secretaria da Faculdade, além do mais que fôr necessario para o bom desempenho do respectivo serviço, terá os seguintes livros:

1.º Para os termos de juramento e posse do Director, dos lentes e mais empregados;

2.º Para o registro dos titulos do pessoal da Faculdade;

3.º Para a inscripção de matricula nas diversas series de cada um dos cursos e para a dos respectivos exames;

4.º Para o registro dos diversos diplomas expedidos pela Faculdade;

5.º Para a inscripção dos candidatos ao grau de doutor;

6.º Para termos de defesa de theses;

7.º Para os actos relativos aos concursos para os logares de lentes;

8.º Para termos de admoestações e outras penas impostas aos alumnos;

9.º Para termos de admoestações e suspensões a empregados da Faculdade;

10. Para apontamento das faltas dos lentes;

11. Para apontamento das faltas dos empregados;

12. Para inventario dos moveis da Faculdade;

13. Para lançamento dos livres e papeis entregues pela secretaria á bibliotheca;

14. Para lançamento do inventario do archivo;

15. Para registro das licenças concedidas pelo Governo e pelo Director da Faculdade;

16. Para registro de termos de juramentos e graus.

Além dos livros especificados, poderá a secretaria ter outros que o Director, por deliberação da Congregação ou proposta do secretario, julgar convenientes ao serviço da Faculdade.

Art. 80. A entrada na secretaria não é facultada aos alumnos, nem ás pessoas estranhas, senão em caso de necessidade, com permissão do respectivo chefe.

Art. 81. Quando algum estudante quizer retirar da secretaria qualquer documento que tenha apresentado, pedel-o-ha fazer, dando recibo e ficando certidão, pela qual pagará o sello marcado no respectivo regulamento.

Art. 82. O pessoal da secretaria constará de um secretario, um sub-secretario e dous amanuenses.

O secretario e o sub-secretario deverão ser doutores ou bachareis em direito e serão nomeados por decreto.

Os amanuenses serão nomeados por portaria do Ministro do Imperio.

O Director designará um dos continuos para o serviço da secretaria.

Art. 83. Ao secretario compete :

1.º Fazer ou mandar fazer a escripturação propria da secretaria, guardar, conservar e arrecadar convenientemente os moveis e objectos a ella pertencentes ;

2.º Mandar, no fim de cada anno, encadernar os avisos e as ordens do Governo, as minutas dos editaes, das portarias do Director, dos officios por elle expedidos, quer ao Governo, quer ás diversas autoridades do paiz e aos lentes, e as actas das sessões da Congregação ;

3.º Lançar ou fazer lancar em livro proprio, com titulos distinctos, o inventario de todos os objectos pertencentes á Faculdade, exceptuados os da bibliotheca ;

4.º Exercer a policia dentro da secretaria, fazendo sahir os que perturbarem a regularidade dos trabalhos, e velar pela boa ordem em todo o edificio da Faculdade, afim de dar circumstanejadas informações ao Director ;

5.º Redigir e fazer expedir a correspondencia do Director ;

6.º Comparecer ás sessões da Congregação, cujas actas lavrará e das quaes fará leitura nas occasiões opportunas ;

7.º Abrir e encerrar, assignando-os com o Director, todos os termos referentes a concursos e inscrições para matricula e exame dos alumnos ;

8.º Lavar o assignar com o Director todos os termos do juramento, não só de graus como de posse dos empregados ;

9.º Lavar os termos de juramento e de posse do Director e dos lentes da Faculdade ;

10. Lavar ou mandar lavar todos os termos de exames ;

11. Fazer a folha dos vencimentos do Director, e dos lentes e mais empregados, apresentando-a no ultimo dia de cada mez ou no primeiro do seguinte ;

12. Organizar, sob as ordens do Director, até o dia 25 de cada mez, o orçamento das despezas da Faculdade para o mez seguinte ;

13. Providenciar sobre o asseio do edificio da Faculdade e inspecção ao serviço do porteiro, dos bedéis, continuos e serventes, attendendo á natureza e qualidade do objecto e á categoria do empregado ;

14. Religir e assignar toda a correspondencia da Faculdade que não fór da exclusiva competencia do Director ;

15. Informar, por escripto, sobre todas as petições que tiverem de ser submittidas a despacho do Director ou da Congregação ;

16. Lançar e subscrever todos os despachos da Congregação ;

17. Prestar nas sessões da Congregação as informações que lhe forem exigidas, para o que o Director lhe dará a palavra quando julgar conveniente ; não podendo, porém, discutir nem votar ;

18. Encerrar o ponto dos empregados, notando a hora do comparecimento e a da sahida dos que se retirarem antes de findo o expediente.

Art. 84. O secretario está sujeito ao horario dos mais empregados, e os seus actos ficam sob a immediata inspecção do Director da Faculdade, a quem dará o motivo das suas faltas.

Art. 85. Ao sub-secretario compete auxiliar o secretario no desempenho de suas obrigações, observando as ordens e instrucções que delle receber. Na falta e impedimento do secretario, todas as suas funcções e encargos passarão para o sub-secretario.

Art. 86. Si o sub-secretario substituir o secretario por tempo excedente de tres mezes, fará, para apresentar-lhe quando terminar a substituição, um relatorio circumstanciado de todos os factos occorridos na secretaria na ausencia daquelle.

Art. 87. Na ausencia do Director, ou de quem suas vezes fizer, nenhum empregado poderá deixar o serviço antes de terminar a hora, sem consentimento do secretario, a quem dará os motivos por que precisa retirar-se, afim de que este, quando comparecer o Director, possa fazer-lhe a necessaria communicação.

Art. 88. As certidões passadas na secretaria só conterão o que tiver sido requerido.

Art. 89. Haverá em cada Faculdade um porteiro, dous bedéis, cinco continuos e os serventes que forem necessários para o serviço ordinario, que desempenharão segundo as ordens do secretario.

Art. 90. Compete ao porteiro : ter a seu cargo as chaves do edificio, abrindo-o e fechando-o ás horas determinadas ; cuidar do asseio interno de toda a casa, empregando para esse fim os serventes que forem designados ; receber os officios, requerimentos e mais papéis que forem dirigidos á secretaria e entregal-os ás partes quando assim fór ordenado ; velar pela guarda e conservação dos moveis e objectos da Faculdade que não estiverem na secretaria ou na bibliotheca, entregar ao

secretario uma relação delles para a transmittir ao Director, e cumprir quaesquer ordens que por este ou pelo secretario lhe forem dadas acerca do serviço.

Art. 91. Os bedoés e continuos serão especialmente encarregados do serviço das aulas, da secretaria e da bibliotheca, bem como da policia de todas as salas, corredores e dependencias da Faculdade.

## SECÇÃO II

### *Da bibliotheca*

Art. 92. Haverá em cada Faculdade uma bibliotheca destinada especialmente ao uso dos lentes e dos alumnos, mas que será franqueada a todas as pessoas decentes.

Art. 93. A bibliotheca será de preferencia formada de obras, memorias e quaesquer impressos ou manuscriptos relativos ás sciencias professadas na Faculdade.

Art. 94. A bibliotheca estará aberta todos os dias uteis das 9 horas da manhã ás 3 da tarde e das 6 ás 9 horas da noite.

Nos dias em houver sessão da Congregação a bibliotheca não será fechada senão depois de terminados os trabalhos da sessão.

Art. 95. Haverá na bibliotheca quatro catalogos :

1.º O das obras pelas materias de que tratarem ;

2.º O das obras pelos nomes dos autores em ordem alphabetica ;

3.º O dos dictionarios ;

4.º O das publicações periodicas.

Art. 96. O catalogo das obras por materias se dividirá em volumes, de accôrdo com a seguinte classificação :

1.º *Sciencias juridicas* — comprehendendo as obras sobre direito natural, direito ecclesiastico, direito romano, direito civil, direito criminal, direito militar, medicina legal, direito commercial, direito maritimo, historia do direito, theoria e pratica do processo, e hermeneutica juridica ;

2.º *Sciencias socias* — comprehendendo as obras sobre direito publico universal, direito constitucional, direito das gentes, diplomacia, historia dos tratados, sciencia da administração, direito administrativo, economia politica, sciencia das finanças e contabilidade do Estado, e hygiene publica.

Art. 97. O catalogo pelos nomes dos autores será organizado de modo que, em frente do nome pelo qual cada autor é mais conhecido, se achem inscriptas todas as suas obras existentes na bibliotheca.

Art. 98. O catalogo dos dictionarios comprehenderá todos os glossarios, vocabularios, encyclopedias, com distincção das especialidades, ainda que estejam incluidos em outros catalogos.

Art. 99. No catalogo das publicações periodicas se mencionarão as revistas, theses, bibliographias, memorias, relatorios e quaesquer impressos que tenham o caracter de periodicos.

Art. 100. O bibliothecario deverá rever os catalogos de cinco em cinco annos, afim de lhes fazer os necessarios acrescenn-tamentos.

Art. 101. Organizados os catalogos, e sempre que forem revis-tos, o bibliothecario os fará imprimir, com previa autoriza-ção do Director, para serem enviados á Secretaria do Imperio, aos lentes e empregados graduados de ambas as Faculdades, ficando sempre archivado um exemplar na secretaria.

Art. 102. Os livros serão collocados nas estantes por ordem numerica, tendo cada volume no dorso um rotulo ou cartão indicativo do numero que tem no respectivo catalogo.

Art. 103. Haverá na bibliotheca tantos estantes numeradas quantas forem necessarias para a boa guarda e conservação dos livros, folhetos, impressos e manuscritos.

Art. 104. Os livros da bibliotheca serão todos encadernados, e não só elles, como tambem os folhetos, impressos e manuscri-ptos, terão o carimbo da Faculdade.

Art. 105. Não poderá sair da bibliotheca nenhum livro, folheto, impresso ou manuscrito.

Art. 106. Haverá na bibliotheca um livro de registro para nelle se lançar o titulo de cada obra que fôr adquirida, com indicação da epocha de entrada e do numero dos volumes ; e outro em que se escreverão os nomes das pessoas que fizerem donativo de obras, com declaração do objecto sobre que estas versarem e dos nomes de seus autores.

Art. 107. Na bibliotheca propriamente dita só é facultado o ingresso aos lentes e empregados da Faculdade ; para os estudantes e pessoas que quizerem consultar obras haverá uma sala especial, onde se acharão os catalogos e o mais que fôr necessario.

Art. 108. Um dos continhos da Faculdade deve permanecer na sala de leitura e será responsavel, si não avisar, por todos os estragos que se derem nos livros e objectos alli existentes.

Art. 109. O pessoal da bibliotheca constará de um bibliothecario e de um ajudante, que devem ser doutores ou bachareis em sciencias juridicas e sociaes e serão nomeados por decreto, e de um auxiliar nomeado por portaria do Ministro do Imperio.

Art. 110. O logar do bibliothecario é compativel com o de lente.

Art. 111. Ao bibliothecario compete :

1.º Conservar-se na bibliotheca enquanto ella estiver aberta ;

2.º Velar pela conservação das obras ;

3.º Organizar os catalogos especificulos no art. 95 segundo o systema que estiver em uso nas bibliothecas mais adian-tadas e de accôrdo com as instrucções que receber da Congrega-ção ou do Director da Faculdade ;

4.º Communicar ao Director as occurrencias que se derem na bibliotheca ;

5.º Apresentar o orçamento mensal das despesas da biblio-theca ;

6.º Propor ao Director a compra de obras e a assignatura de periodicos, dando preferencia ás publicações que versarem sobre materias ensinadas na Faculdade, e procurando sempre completar as obras ou collecções ;

7.º Fazer que se conserve a conveniente harmonia na encadernação dos tomos de uma mesma obra ;

8.º Provi lenciar para que sejam promptamente satisfeitos os pedidos dos leitores ;

9.º Fazer observar o maior silencio na sala da leitura, ordenando que se retirem as pessoas que o perturbarem, e recorrendo ao Director, quando não for attendido ;

10. Apresentar mensalmente ao Director um mappa dos leitores, das obras consultadas e das que deixaram de o ser por não as possuir a bibliotheca, e uma relação das que tiverem sido adquiridas ;

11. Organizar e remetter annualmente ao Director um relatório dos trabalhos da bibliotheca, e do estado das obras e dos moveis, indicando as modificações que a pratica lhe tiver suggerido ;

12. Encerrar o ponto dos empregados da bibliotheca, notando a hora do comparecimento e a da sahida dos que se ausentarem antes de terminar o expediente ;

13. Dar noticia ao Director da Faculdade de todas as novas publicações mais importantes feitas na Europa e na America.

Art. 112. Ao ajudante de bibliothecario compete transcrever em livro para esse fim destinado, e na primeira columna de cada pagina, os pedidos de obras para consultas, ficando a outra columna em branco para nella mencionar-se a entrega do livro, a sua falta ou deterioração ; e executar os trabalhos que pelo bibliothecario lhe forem designados.

Art. 113. Quando o ajudante servir de bibliothecario, o Director designará quem o substitua.

Art. 114. Os empregados da bibliotheca ficam sujeitos, no que lhes fôr applicavel, ás mesmas obrigações estabelecidas para os da secretaria.

## CAPITULO VI

### DOS CONCURSOS PARA OS LOGARES DE LENTES

Art. 115. As nomeações para os logares de lentes cathedaticos e substitutos serão feitas por decreto, mediante concurso.

Art. 116. Podrá o Governo dispensar o concurso, quer para o logar de lente cathedatico, quer para o de substituto, si a Congregação da Faculdade onde se der a vaga propuzer unanimemente algum doutor ou bacharel que se tenha distinguido por mais de cinco annos no exercicio do magisterio particular e seja autor de algum compendio ou tratado premiado pelo Governo.

Art. 117. O Governo poderá permittir a troca de cadeiras entre os lentes do mesmo curso, a requerimento destes, votado em scrutinio secreto pela Congregação, que informará sobre a conveniencia da permuta. O Director addicionará, em officio separado, as reflexões que lhe parecerem convenientes.

Art. 118. A disposição do artigo antecedente se observará tambem quando, achando-se vaga alguma cadeira, qualquer dos lentes pretenda ser para ella transferido.

Art. 119. Só poderá requerer troca ou transferencia o lente que tiver mais de tres e menos de dez annos de exercicio da cadeira em que se achar.

Poderá verificar-se a transferencia independentemente de requerimento, si a propuzer a Congregação e o Governo a julgar vantajosa ao ensino, ou por deliberação do Governo, ouvida a Congregação.

Art. 120. No caso de haver mais de uma vaga, a Congregação resolverá qual a ordem em que as cadeiras devam ser postas em concurso.

O prazo da inscripção do segundo concurso e de cada um dos subseqüentes começará a correr 60 dias depois da abertura da inscripção do anterior.

Art. 121. A Congregação apresentará ao Governo os mais votados d'entre os concorrentes até o numero de tres, si tantos ou mais se tiverem habilitado.

Art. 122. Para o preenchimento da vaga o Governo escolherá um dos propostos, attendendo não só á sua aptidão para o magisterio, como tambem ao seu procedimento moral e civil. Si se verificar que na votação houve irregularidade, será a proposta devolvida á Congregação afim de que observe as respectivas disposições. Si porém o Governo entender, ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, que o concurso deve ser annullado, por se terem nelle preterido formalidades essenciaes, assim resolverá por decreto contendo os motivos dessa decisão, e mandará proceder a novo concurso.

## SECÇÃO I

### *Das habilitações para os concursos*

Art. 123. Poderão ser admittidos a concurso para o logar de lente cathedraticeo ou substituto os brasileiros que estiverem no gozo dos direitos civis e politicos e forem doutores ou bachareis em sciencias juridicas e sociaes graduados por qualquer das Faculdades do Imperio, ou que, tendo-o sido por instituições estrangeiras, se tiverem habilitado em defesa de theses perante alguma daquellas Faculdades.

Art. 124. Poderão tambem inscrever-se os estrangeiros que, tendo qualquer daquelles graus, fallarem correntemente por-

tuguez ou francez. No caso de serem graduados por instituições estrangeiras, ficam sujeitos à habilitação prévia em defesa de theses, salvo si tiverem sido professores de Faculdades estrangeiras reconhecidas pelos respectivos Governos.

Art. 125. Para provarem essas condições os candidatos deverão apresentar a secretaria da Faculdade, no acto da inscrição, seus diplomas e titulos ou publicas fórmulas de theses, justificando a impossibilidade da apresentação dos originaes, e folha corrida do logar de seu domicilio.

Art. 126. Aos estrangeiros, que forem nomeados lentes, não se expedirá o titulo de nomeação sem que tenham previamente obtido carta de naturalização.

Art. 127. Si no exame dos documentos exigidos se suscitar duvida sobre a authenticidade ou o valor de qualquer delles, ouvido o interessado quando for preciso, o Director convocará immediatamente a Congregação, que decidirá no prazo de tres dias. A decisão da Congregação será sem demora transmitida pelo secretario a todos os candidatos e publicada pela imprensa.

Art. 128. O candidato que quizer inscrever-se irá á secretaria assignar o seu nome no livro destinado á inscrição dos concurrentes. Neste livro o secretario lavrará para cada concurso um termo de abertura, e, opportunamente, o de encerramento, os quaes serão assignados pelo Director.

Art. 129. Na mesma occasião poderá o candidato, além dos documentos especificados no art. 125, apresentar quaesquer outros que julgar convenientes, ou como titulos de habilitação, ou como prova de serviços prestados á sciencia e ao Estado, passando-lhe o secretario um recibo, no qual declare o numero e a natureza dos documentos.

Art. 130. A inscrição se poderá fazer por procurador, si o candidato tiver justo impedimento.

Art. 131. O prazo para a inscrição será de quatro mezes, e, si expirar durante as ferias, conservar-se-ha aberta a inscrição nos tres primeiros dias que se seguirem ao termo dellas.

A inscrição ficará encerrada no ultimo dia do prazo ás 2 horas da tarde.

Art. 132. No dia fixado para o encerramento reunir-se-ha a Congregação, ás 2 horas da tarde, e, lidos pelo secretario os nomes e os documentos dos inscriptos, decidirá sobre a habilitação de cada um destes por votação nominal. Finda a votação, lavrará o secretario o termo de encerramento, que será logo assignado pelo Director.

Art. 133. O Director fará extrahir pelo secretario duas listas dos candidatos habilitados pela Congregação, uma das quaes mandará publicar e a outra remetterá ao Governo, com a exposição do que tiver occorrido durante o processo das habilitações.

Art. 134. Do juizo da Congregação a respeito das habilitações poderá recorrer para o Governo qualquer dos concurrentes



que se julgar prejudicado pelo que tiver sido resolvido, quer a seu respeito, quer em relação aos outros candidatos.

Art. 135. Tres dias depois da verificação da vaga de lente, si não se realizar nenhuma das hypotheses dos arts. 116, 117 e 118, mandará o Director annunciar o concurso na folha official da respectiva Provincia e na da capital do Imperio. A publicação do edital será repetida em cada um dos ultimos oito dias anteriores ao do encerramento da inscripção.

Art. 136. Fimdo o prazo da inscripção nenhum candidato será a ella admittido.

Art. 137. Si, terminado o prazo, ninguém se tiver inscripto, a Congregação deverá espaaal-o por outro tanto tempo, e, terminado este, si ninguém se apresentar, o Governo poderá fazer, por proposta da Faculdade, a nomeação d'entre os doutores ou bachareis em sciencias jurídicas e sociaes que tiverem pelo menos tres annos de exercicio de magisterio particular e, nenhum havendo nestas condições, d'entre os que se tiverem distinguido na advocacia ou na magistratura.

Art. 138. Si não fôr possível para os actos do concurso reunir a Congregação, por falta de numero de lentes, o Director o communicará ao Governo, e em caso de urgencia, ao Presidente da Provincia, afim de ser autorizado para convidar os lentes jubilados que puderem comparecer; na falta destes, os professores de cursos livres na Faculdade ou os doutores ou bachareis que regerem cursos particulares, e em ultimo caso advogados ou magistrados que se tenham distinguido no exercicio de sua profissão.

Art. 139. Si algum concurrente fôr acommettido de molestia que o inhiba de tirar os pontos ou de fazer qualquer das provas, poderá justificar o impedimento perante a Congregação, que, si o julgar legitimo, espaaará o acto até oito dias no caso de haver mais de um concurrente, podendo-o fazer por mais tempo si houver um só candidato.

No caso de já ter sido tirado o ponto, dar-se-ha outro em occasião opportuna, observando-se novamente o processo respectivo.

Art. 140. O candidato que, ainda por motivo de molestia, se retirar de qualquer das provas depois de começada, ou não completar o tempo marcado para as provas oraes, ficará excluido do concurso.

## SECÇÃO II

### *Do concurso para o logar de lente cathedratico*

Art. 141. As provas deste concurso serão as seguintes :

- 1.<sup>a</sup> Defesa de theses e dissertação.
- 2.<sup>a</sup> Prova escripta.
- 3.<sup>a</sup> Prova oral estudada.
- 4.<sup>a</sup> Prova oral do improviso.

## PARTE PRIMEIRA

## Da defesa de theses e dissertação

Art. 142. No dia seguinte ao do encerramento das inscrições, salvo si estiver pendente de decisão algum recurso, cada um dos candidatos apresentará na secretaria da Faculdade 100 exemplares de um trabalho original, impresso, comprehendendo tres proposições sobre cada uma das materias do curso a que pertencer a cadeira vaga e uma dissertação, que deverá versar sobre assumpto livremente escolhido pelo candidato e concernente ao objecto da mesma cadeira.

As cadeiras communs aos dous cursos considerar-se-hão pertencentes ao curso de sciencias juridicas.

Art. 143. No dia da entrega das theses o secretario lavrará um termo, que o Director assignará, declarando quaes os candidatos que as apresentaram.

Art. 144. Serão excluidos do concurso os que não apresentarem as theses no dia marcado.

Art. 145. Logo depois de lavrado o termo a que se refere o art. 143, o secretario mandará entregar a cada um dos candidatos as theses dos seus competidores e remetterá um exemplar a cada lente da Faculdade.

Art. 146. O secretario officiará aos candidatos participando, com antecedencia de 48 horas, o dia, a hora e o logar em que deya effectuar-se cada uma das provas do concurso.

Art. 147. Oito dias depois daquelle em que forem apresentadas far-se-ha a defesa das theses.

Art. 148. Cada candidato será arguido por tres lentes, argumentando cada um por espaço de meia hora, marcada por ampulheta.

Art. 149. Os arguentes serão eleitos pela Congregação d'entre os lentes cathedraticos do curso a que pertencer a cadeira vaga, no dia em que forem entregues as theses.

Art. 150. No caso de haver um só candidato, será este arguido por uma commissão de cinco lentes.

Art. 151. As sessões de arguição e defesa de theses nunca poderão durar mais de tres horas, não se comprehendendo os periodos de descanso que a Congregação julgar necessarios.

Art. 152. Si o numero dos concurrentes exceder de dous, continuará a arguição por tantos dias consecutivos quantos forem necessarios.

Art. 153. A arguição será sempre feita segundo a ordem da inscripção dos candidatos e em presença da Congregação.

## PARTE SEGUNDA

## Da prova escripta

Art. 154. No segundo dia depois da defesa das theses, a Congregação nomeará uma commissão de tres lentes cathedraticos

do curso a que pertencer a cadeira vaga, para formar uma lista de 20 pontos sobre a materia da mesma cadeira.

Em seguida a commissão submeterá á Congregação a lista dos pontos que tiver organizado ; e, approvados ou substituidos, serão pelo Director numerados, escrevendo o secretario os numeros correspondentes em pequenas tiras de papel em tudo iguaes, que, depois de dobradas, serão lançadas em uma urna.

Art. 155. Serão postas em outra urna tiras de papel com os nomes dos lentes presentes, e o lente mais antigo extrahirá oito tiras, escrevendo-se os nomes á proporção que forem sorteados.

Art. 156. Serão logo depois admittidos os candidatos ; o primeiro na ordem da inscripção tirará um numero da urna dos pontos, e lido pelo Director, em voz alta, o ponto correspondente, o secretario dará uma cópia delle a cada candidato.

Art. 157. Recolher-se-hão immediatamente os concurrentes a uma sala, onde haverá a legislação que fór necessaria, e terão o prazo de quatro horas para dissertarem sobre o ponto sorteado, deixando em cada meia folha de papel uma pagina em branco.

Art. 158. A cada hora desse trabalho assistirão dous lentes dos oito sorteados na ordem em que estiverem os seus nomes, afim de fazerem observar o silencio necessario, e evitar que algum dos concurrentes consulte qualquer livro ou papel, ou tenha communicação com quem quer que seja.

Art. 159. Terminado o prazo das quatro horas, serão todas as folhas da prova de cada um rubricadas no verso pelos dous lentes que tiverem assistido ao trabalho da ultima hora e pelos outros candidatos.

Art. 160. Fechada e lacrada cada uma das provas e escripto no envoltorio o nome do seu autor, serão todas encerradas pelo secretario em uma urna de tres chaves, uma das quaes será guardada pelo Director, e as outras duas pelos dous lentes a que se refere o artigo antecedente.

Art. 161. A urna será cerrada com o sello da Faculdade, impresso em lacre sobre uma tira de papel rubricada pelo Director e pelos dous referidos lentes.

#### PORTE TERCEIRA

##### Da prova oral estudada

Art. 162. No segundo dia depois da prova escripta reunir-se-ha a Congregação para assistir á prova oral, na qual se observará o disposto no art. 154, menos quanto ao numero de pontos, que será de trinta.

Art. 163. A prelecção será feita publicamente, 24 horas depois de tirado o ponto, dando-se ao candidato o espaço de uma hora para fazel-a, sempre na ordem da inscripção. Emquanto fallar um candidato, os que se lhe seguirem estarão recolhidos a uma sala d'onde não possam ouvir-o e onde ficarão incommunicaveis.

Art. 164. No caso de haver mais de tres candidatos, serão estes divididos em duas ou mais turmas, que tirarão pontos diversos.

Art. 165. A divisão das turmas se fará por sorte no dia em que a primeira houver de tirar ponto.

Art. 166. A turma designada pela sorte para o 2º logar tirará ponto no dia da prelecção da 1ª, seguindo-se em tudo as mesmas disposições.

#### PARTE QUARTA

##### Da prova oral de improviso

Art. 167. Esta prova se fará publicamente e durará tres quartos de hora.

Art. 168. No segundo dia depois da prova oral estudada, si não fôr feriado, reunir-se-ha a Congregação e nomeará uma comissão de tres lentes cathedraes do curso a que pertencer a cadeira vaga, para formar 20 pontos sobre os assumptos mais importantes da mesma cadeira para a prova oral de improviso.

Art. 169. Approvados esses pontos pela Congregação, seguir-se-ha o processo estabelecido na ultima parte do art. 154.

Art. 170. Do ponto tirado pelo candidato inscripto em primeiro logar, os outros, recolhidos em sala reservada, só terão conhecimento, cada um por sua vez, tres quartos de hora antes de começar a sua prova.

Durante o prazo de tres quartos de hora, que o candidato terá para coordenação de suas idéas, não poderá recorrer a nenhum livro ou qualquer outro auxilio, excepto os volumes da legislação.

Art. 171. São applicaveis a esta prova as disposições dos arts. 164 e 165.

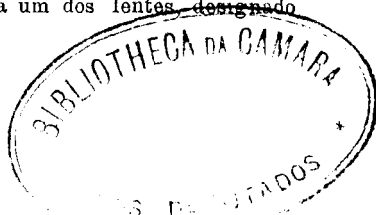
#### PARTE QUINTA

##### Do julgamento

Art. 172. Concluida a ultima prova reunir-se-ha a Congregação no primeiro dia util em sessão publica.

Art. 173. Abrir-se-ha a urna das provas escriptas, e, recebendo cada candidato a que lhe pertence, a lerá em voz alta, guardada sempre a ordem da inscripção.

O candidato, que nessa ordem se seguir ao que estiver lendo, velará pela fidelidade da leitura, fiscalizando o primeiro inscripto a do ultimo. Quando, porém, houver um só candidato, a fiscalização caberá a um dos lentes designado pelo Director.



Art. 174. Finda a leitura retirar-se-hão os candidatos e espectadores e se procederá á votação, na qual só poderão tomar parte os lentes cathedraticos dos dous cursos.

Art. 175. Não poderão votar os lentes que não tiverem assistido a qualquer das provas oraes, incluída a de defesa de theses, ou não tiverem ouvido a leitura da prova escripta.

Art. 176. O julgamento se fará por votação nominal, e versará primeiramente sobre a habilitação de cada candidato, ficando excluidos os que não obtiverem a maioria dos votos presentes.

Quando houver um só candidato, é preciso que reúna dous terços dos votos presentes para que seja considerado habilitado.

Procederá depois a Congregação, tambem por votação nominal, á classificação por ordem de merecimento dos candidatos que tiverem sido admittidos pela primeira votação.

Art. 177. Designado o concorrente a quem compete o primeiro logar, por ter obtido maioria de votos, seguir-se-ha o mesmo processo para designação dos que devam occupar o segundo e o terceiro logar, formando-se assim uma lista de tres nomes para a nomeação.

Art. 178. No caso de empate de dous candidatos, por haver cada um obtido igual numero de votos, serão ambos submettidos a segunda votação. Verificado novo empate, o Director terá voto de qualidade.

Art. 179. Finda a votação o secretario lavrará uma acta em que serão referidas todas as circumstancias occorridas.

Art. 180. No dia seguinte reunir-se-ha a Congregação para approvar as actas do concurso e assignar o officio de apresentação dos candidatos.

Este officio será acompanhado de cópia authentica das actas do processo do concurso, das provas escriptas, e de uma informação particular do Director, ou de quem suas vezes fizer, sobre todas as circumstancias occorridas, com especial menção da maneira por que se houveram os concorrentes durante as provas, da sua reputação scientifica, de quaesquer titulos de habilitação que tenham apresentado e dos serviços que tenham prestado.

### SECÇÃO III

#### *Do concurso para o logar de lente substituto*

Art. 181. Nos concursos para os logares de lente substituto serão observadas as disposições relativas aos concursos para os logares de cathedratico, com as seguintes alterações:

1.º Os pontos versarão sobre as materias da secção a que pertencer o logar vago.

2.º Na approvação dos pontos e no julgamento dos concursos tomarão parte os substitutos.

3.º As comissões para organização dos pontos e arguição dos candidatos se comporão de lentes cathedromaticos e substitutos, nomeados pela Congregação d'entre os do curso a que pertencer o lugar vago.

4.º O candidato escreverá cinco proposições sobre cada uma das cadeiras comprehendidas na secção.

## CAPITULO VII

### DA POSSE DO DIRECTOR, DOS LENTES E MAIS EMPREGADOS

Art. 182. O Director tomará posse e prestará juramento perante a Congregação.

Para este fim deverá enviar por officio o titulo de sua nomeação a quem estiver exercendo o cargo de Director.

Este convocará a Congregação para o primeiro dia util, e participará ao nomeado o dia e a hora em que deverá comparecer para ser-lhe deferido o juramento e dada a posse.

Recebido o novo Director á porta do edificio pelo secretario e pelos mais empregados, e á porta da sala da Congregação pelo Director interino e pelos lentes presentes, tomará assento á direita do mesmo Director, e, lido pelo secretario o decreto da nomeação, prestará juramento, do que se lavrará um termo, que será assignado por elle e pelos ditos lentes.

Tomará logo depois o lugar que lhe compete, e dar-se-ha por terminado o acto da posse, que será communicado ao Governo e ao Presidente da Provincia em que se achar a Faculdade.

As mesmas formalidades serão observadas em relação ao juramento e á posse do Vice-Director.

Art. 183. Os lentes prestarão juramento nas mãos do Director, perante a Congregação, que será para este fim convocada.

Art. 184. Si em qualquer dos casos dos artigos antecedentes não puder reunir-se a maioria da Congregação, verificar-se-ha, não obstante, o acto de juramento e posse, qualquer que seja o numero dos lentes presentes.

Deste facto se fará menção na acta e se dará parte ao Governo.

Art. 185. Os novos lentes serão recebidos á porta do edificio pelo porteiro acompanhado dos bedéis e continuos, e na sala das sessões da Congregação pelo secretario.

Prestado o juramento e lavrados os termos, que serão assignados pelo Director e pelos nomeados, estes tomarão assento nos logares que lhes competirem.

Art. 186. Si apesar do disposto no art. 184 não fôr possível reunir a Congregação, prestarão juramento e tomarão posse: o

Director e o Vico-Director perante o Presidente da Provincia, e os lentes perante o Director da Faculdade.

Art. 187. Os outros empregados da Faculdade prestarão juramento e tomarão posse perante o Director, do que se lavrará termo.

## CAPITULO VIII

### DA REVISTA

Art. 188. Será publicada em cada uma das Faculdades uma *Revista* de sciencias juridicas e sociaes.

Art. 189. Essa *Revista* será redigida por uma commissão de tres lentes cathedaticos e dous substitutos, nomeada pela Congregação na primeira sessão de cada anno.

Art. 190. A *Revista* será impressa em oitavo francez com o numero de paginas sufficiente para formar annualmente um volume de 600 paginas pelo menos.

Art. 191. Nenhum lente poderá, sem justo motivo, recusar o encargo de redactor.

Art. 192. A *Revista* será publicada de dous em dous mezes.

Art. 193. Terão preferencia para a publicação as memorias originaes sobre assumptos concernentes ás materias ensinadas na Faculdade, e dar-se-ha na *Revista* um summario das decisões da Congregação que, a juizo do Director, possam ser publicadas.

Art. 194. A commissão de redacção nomeará d'entre seus membros o redactor principal.

Art. 195. A commissão se entenderá com o bibliothecario da Faculdade, afim de ser enviada a *Revista* ás redacções dos periodicos da mesma natureza nacionaes ou estrangeiros, e ás instituições scientificas mais importantes, recebendo-se em troca as suas publicações.

Art. 196. O preço da assignatura para os alumnos será de metade do que fôr fixado para os demais assignantes pelo Director da Faculdade de accôrdo com a commissão. Nenhum alumno poderá tomar mais de uma assignatura, e o que ceder a sua a livreiros ou commerciantes será obrigado a pagar integralmente a respectiva importancia.

Art. 197. Todo exemplar destinado a alumno da Faculdade terá escripto o nome deste na primeira pagina.

## CAPITULO IX

### DAS COMISSÕES EM BENEFICIO DA SCIENCIA E DO ENSINO

Art. 198. De cinco em cinco annos cada Faculdade indicará ao Governo um lente cathedatico ou substituto para ser

encarregado de estudar nos paizes mais adiantados da Europa e da America os progressos da sciencia, os melhores methodos de ensino e a organização das Faculdades de Direito.

Art. 199. A Congregação dará por escripto ao nomeado instrucções adequadas para o bom desempenho da commissão, designando a época e a duração das viagens e os logares que deverá visitar, e impondo-lhe a obrigação de informar a Faculdade de tudo que possa interessar ao ensino.

Art. 200. As Faculdades transmittirão uma á outra as instrucções dadas aos commissionados, e as cópias dos relatorios por estes apresentados.

Art. 201. Os Directores velarão pelo cumprimento das instrucções que forem dadas aos commissionados, levando ao conhecimento da Congregação e do Governo o que occorrer durante a commissão, assim como o resultado final desta. O Governo, ouvida a Congregação, cassará a nomeação do commissionado que não cumprir suas obrigações, e o mandará regressar dentro de prazo determinado, findo o qual cessarão os suppimentos que lhe forem concedidos.

## CAPITULO X

### DO ENSINO PARTICULAR NAS FACULDADES

Art. 202. Os doutores ou bachareis em sciencias juridicas ou sociaes poderão abrir cursos livres das mesmas sciencias no recinto da Faculdade ; e para isso deverão dirigir á Congregação um requerimento acompanhado dos seus diplomas scientificos e de folha corrida, no qual designarão a materia que pretendem leccionar e o programma que se propoem seguir.

Art. 203. A Congregação votará nominalmente sobre a petição do candidato.

Art. 204. No caso de ser attendido o candidato, o Director designará o local em que poderá ser feito o curso.

Art. 205. Si não houver logar para todos os pretendentes, será isto especificado na licença ; e, si o candidato persistir em abrir o curso, deverá avisar immediatamente o Director indicando a localidade em que terá de ser feito.

Art. 206. Todos os cursos livres ficarão sob a immediata fiscalisação do Director da Faculdade, que os visitará sempre que lhe parecer conveniente.

Art. 207. Quando os cursos livres não preencherem os seus fins ou nelles forem desprezados os programmas, o professor as doutrinas subversivas e contrarias á moral, ou se derem disturbios e desordens, o Director dará conhecimento do facto á Congregação, que deverá cassar a licença concedida.

Art. 208. O professor particular que não se conformar com a resolução tomada pela Congregação poderá recorrer para o Governo, que exigirá desta as razões do seu acto e decidirá como fór mais acertado.



Art. 209. O prazo da licença para os cursos livres não deverá exceder de um anno; a concessão poderá, todavia, ser renovada si convier ao ensino.

Com as petições para a continuação dos cursos bastará que os candidatos apresentem o seu programma.

Art. 210. Poderão ser admittidos a abrir cursos livres os doutores ou bachareis estrangeiros que se tiverem habilitado em defesa de theses perante alguma das Faculdades de Direito do Imperio e os que tiverem sido professores officiaes ou particulares de Faculdade estrangeira reconhecida pelo respectivo Governo.

Art. 211. Para os actos solemnes da Faculdade todos os professores particulares serão convidados, havendo para elles logar especial.

Art. 212. No relatorio annual remettido ao Governo pelo Director se fará sempre menção dos professores particulares que mais tiverem contribuido para o adiantamento do ensino.

Art. 213. Os professores particulares serão obrigados a publicar em cartazes os programmas dos seus cursos, com o horario respectivo, a localidade em que os farão e outras informações que julgarem convenientes. Esses cartazes serão affixados, depois de vistos pelo Director, nos logares mais frequentados do edificio da Faculdade.

Art. 214. Os cursos dos professores particulares poderão ser diurnos ou nocturnos; estes ultimos não deverão prolongar-se além das 9 horas da noite.

Art. 215. Os professores particulares são responsaveis pelas despezas que occasionarem, assim como pelos damnos que elles ou seus discipulos causarem nos objectos da Faculdade, e nos que forem postos á sua disposição para o ensino.

Art. 216. Os empregados subalternos da Faculdade são obrigados a prestar os seus serviços nos cursos particulares, mediante remuneração préviamente ajustada com os professores e approvada pelo Director.

Art. 217. Os lentes cathedrauticos e substitutos não poderão abrir cursos retribuidos das materias professadas na Faculdade.

## TITULO II

### DO REGIMEN DAS FACULDADES

#### CAPITULO I

##### DO TEMPO DOS TRABALHOS

Art. 218. Os trabalhos principiarão pelos exames preparatorios em S. Paulo no dia 25 de Junho e no Recife no dia 3 de Fevereiro, e terminarão quando estiverem concluidos todos os exames e actos da Faculdade.

Art. 219. Além do periodo comprehendido entre o encerramento da Faculdade e o dia de sua abertura no anno seguinte, serão fériados os dias de Carnaval até quarta-feira de Cinza, os da Semana Santa e da Paschoa, o dia 11 de Agosto, os dias de festa ou luto nacional e o do enterramento do Director ou de qualquer lente effectivo ou jubilado da Faculdade; e em S. Paulo ainda os dias comprehendidos entre 22 de Dezembro e 7 do Janeiro.

## CAPITULO II

### DOS EXERCICIOS ESCOLARES

Art. 220. As aulas das Faculdades serão abertas em S. Paulo no dia 3 de Agosto e no Recife no dia 15 de Março, e encerradas em S. Paulo a 20 de Março e no Recife no dia 15 de Outubro.

Art. 221. Quinze dias antes da abertura da Faculdade a Congregação se reunirá para distribuir as horas das aulas, verificar a presença dos lentes, designar os substitutos e na falta destes quem deva reger as cadeiras cujos lentes se acharem impedidos.

Art. 222. O Director fará publicar por edital e pela imprensa o resultado desta sessão da Congregação.

Art. 223. Quando a vaga ou o impedimento se der no decurso do anno, cabe ao Director fazer a designação de quem deva reger as cadeiras.

Art. 224. O horario approved no principio do anno lectivo só poderá ser alterado pela Congregação, si o exigirem as conveniencias do ensino.

Art. 225. Os lentes cathedraticos darão cinco lições por semana, por espaço de uma hora, organizando-se o horario de modo que em nenhum dia deixe de haver uma aula, pelo menos, de cada serie.

Art. 226. Os lentes substitutos encarregados dos cursos complementares darão duas lições por semana de uma hora cada uma.

Art. 227. Cada lente cathedratico ou quem o estiver substituindo será obrigado a apresentar á Congregação na primeira sessão do anno lectivo o programma do ensino de sua cadeira, o qual deverá comprehender toda a materia, dividida em partes ou artigos distinctos.

Si nesta sessão o lente não apresentar o programma, não poderá reger a sua cadeira enquanto não o tiver apresentado.

Art. 228. Recebidos os programmas, o Director nomeará uma commissão de tres lentes para uniformal-os de modo que exprimam o ensino completo das materias professadas na Faculdade. A commissão dará o seu parecer motivado e em sessão da Congregação, que deverá effectuar-se sete dias antes da abertura das aulas, será esse parecer discutido e votado.

Art. 229. Os programmas depois de adoptados, com modificações ou sem ellas, serão impressos e não poderão ser alterados.

Art. 230. Os programmas approvados em um anno poderão servir para os annos seguintes, si a Congregação, por si ou por proposta dos respectivos lentes, não julgar necessario alteral-os.

Em todo caso deverá o lente apresentar o programma, com ou sem proposta de alteração, afim de ser remettido á commissão de que trata o art. 228.

### CAPITULO III

#### DAS INSCRIPÇÕES

Art. 231. Haverá em cada Faculdade uma inscripção de matricula e uma inscripção de exame.

#### SECÇÃO I

##### *Da inscripção de matricula*

Art. 232. As matriculas para o curso das Faculdades se farão: na de S. Paulo de 17 a 31 de Julho e na do Recife de 1 a 14 de Março, excepto quanto á 1ª serie, para a qual continuará aberta a inscripção por mais 15 dias.

Art. 233. Podem as Congregações das Faculdades em qualquer tempo admittir á matricula os alumnos que por motivo de justo impedimento não se tiverem matriculado nos prazos marcados no artigo antecedente, contanto que em qualquer aula da respectiva serie não tenha havido 40 lições.

Art. 234. Para a matricula em alguma ou em todas as cadeiras da primeira serie de qualquer dos cursos o estudante deverá provar:

1.º Achar-se habilitado nas seguintes materias preparatorias: portuguez, latim, francez, inglez, allemão, italiano, arithmetica, algebra até equações do 2º grau, geometria, geographia, historia, philosophia, rhetorica e poetica, e elementos de physica, chimica, botanica e zoologia;

2.º Ter sido vaccinado em tempo não anterior a cinco annos;

3.º Ter pago a taxa de 51\$000.

Art. 235. Para a matricula em alguma ou em todas as cadeiras de qualquer das series seguintes o alumno deverá apresentar:

1.º Certidão de approvação nas materias da serie anterior;

2.º Conhecimento de ter pago a taxa de 51\$000.

Art. 236. São válidos para a matricula os exames de preparatorios prestados nas Faculdades de Direito e na de Medicina da Bahia, na Escola Polytechnica, na Militar, na de Marinha e na de Minas de Ouro Preto, no Imperial Collegio de Pedro II, e nas mesas de exames da Inspectoria Geral da Instrucção primaria e secundaria do municipio da Corte e das suas Delegacias nas capitães das Provincias.

Exceptuam-se os exames que na Escola Militar e na de Marinha não tiverem sido feitos segundo programma que comprehenda toda a materia exigida para a matricula nas Faculdades de Direito.

O Governo declarará quaes os exames incluidos nesta excepção.

Art. 237. A abertura e o prazo das matriculas serão annunciados por editaes affixados nos logares mais frequentados da Faculdade e publicados pela imprensa oito dias antes das épocas determinadas no art. 232.

Art. 238. A inscripção de matricula poderá ser feita por procurador, si o alumno tiver impedimento justificado, a juizo do Director.

Art. 239. O secretario, logo que lhe fôr apresentado despacho do Director mandando matricular algum estudante, abrirá termo de matricula no livro respectivo, fazendo menção do nome do alumno e de sua idade, filiação e naturalidade, e o assignará com o matriculalo ou seu procurador no caso do artigo antecedente.

Art. 240. Os termos de inscripção de matricula serão lavrados seguidamente e sem que fique de permoio espaço em branco.

Art. 241. A inscripção será feita pela ordem em que forem recebidos os requerimentos, e, si dous ou mais estudantes se apresentarem simultaneamente, com despacho do Director, para se inscreverem na mesma cadeira ou na mesma serie, guardar-se-ha na inscripção a precedencia determinada pela ordem alphabetica de seus nomes.

Art. 242. No dia determinado para se fecharem as matriculas, escreverá o secretario em seguida ao ultimo termo o de encerramento e o assignará com o Director.

Art. 243. Fiada a inscripção de matricula o secretario fará organizar uma lista geral dos matriculados nas diversas series de cada um dos cursos, com declaração da filiação e naturalidade, e a mandará imprimir sem demora para ser distribuida pelos lentes e alumnos e enviada ao Ministerio do Imperio.

Art. 244. A taxa de inscripção de matricula só dá direito a esta no anno lectivo em que tiver sido paga.

Art. 245. A matricula em uma Faculdade será válida na outra, uma vez que o alumno apresente guia do respectivo Director, observada a disposição do artigo antecedente.

Art. 246. E' nulla a inscripção de matricula feita com documento falso, e são tambem nullos todos os actos que a ella se seguirem. Aquelle que por esse meio a pretender ou obtiver,

além de perder a importancia das taxas pagas, fica sujeito ás penas do art. 301 do Código Criminal, e inhibido, pelo tempo de dous annos, de se matricular ou prestar exame em qualquer dos estabelecimentos de instrução superior.

Art. 247. Cada alumno que se tiver matriculado receberá do secretario um cartão impresso, assignado pelo Director, contendo o seu nome e a designação da serie em que se tiver inscripto.

Art. 248. Sómente serão considerados alumnos da Faculdade os estudantes matriculados.

Art. 249. Aos alumnos é garantida pela inscripção de matricula a precedencia nos assentos das aulas segundo a sua ordem numerica.

## SECÇÃO II

### *Da inscripção de exames*

Art. 250. A inscripção para os exames se effectuará do dia 5 a 20 de Março na Faculdade de S. Paulo e do dia 1 a 15 de Outubro na do Recife.

Os exames começarão tres dias depois do encerramento da inscripção e terminarão depois de examinados todos os inscriptos.

Art. 251. As pessoas que quizerem inscrever-se para exames deverão dirigir um requerimento ao Director, satisfazendo as seguintes condições:

1.<sup>a</sup> Apresentar certidões de approvação nas materias exigidas como preparatorios para a matricula, ou nas que antecedem ás dos exames requeridos, segundo a ordem do programma official;

2.<sup>a</sup> Provar a identidade de pessoa;

3.<sup>a</sup> Pagar a importancia da taxa, que será de 51\$000, por todas as materias de uma mesma serie ou por qualquer numero das materias que a constituem, para os que tiverem pago a da matricula, e de 102\$000, para os que não se tiverem matriculado;

4.<sup>a</sup> Apresentar attestado de vaccina não anterior a 5 annos.

§ 1.<sup>o</sup> A prova da identidade far-se-ha por meio de attestação escripta de algum dos lentos, ou de duas pessoas conceituadas e residentes na cidade onde estiver a Faculdade.

A falsidade da attestação de identidade sujeita aquelle que a assignou, assim como o individuo que com ella se tiver apresentado a exame, ás penas do art. 301 do Código Criminal.

§ 2.<sup>o</sup> O estudante, em nome de quem e com cujo consentimento outro individuo tiver obtido inscripção ou feito exame, perderá este e todos os mais exames prestados até áquella data. Para este effeito o Director da Faculdade dará conhecimento do facto ao Governo e aos Directores de todos os outros estabelecimentos de ensino superior.

§ 3.º As condições 1ª, 2ª e 4ª não serão exigidas dos alumnos da Faculdade, salvo na parte relativa á exhibição de certidões de approvação nas materias da serie anterior.

Art. 252. As inscripções para exames serão lançadas, como as inscripções de matricula, em livros especiaes para as diversas series de cada um dos cursos, com termos de abertura e de encerramento, lavrados pelo secretario e assignados pelo Director.

Os lançamentos serão feitos de modo que fique uma margem no livro respectivo, na qual se possa mencionar o resultado do exame de qualquer materia da serie em que o alumno tenha sido reprovado.

Art. 253. O alumno poderá requerer a inscripção de exame para uma ou mais series ou para qualquer materia da mesma serie, mas não será admittido a prestar exame de qualquer materia de uma serie sem ter sido approvado em todas as materias da serie anterior.

Art. 254. As pessoas que quizerem prestar exame das materias de uma ou mais series fóra da época marcada no art. 250, e se acharem nas condições legais, fôrão para esse fim um requerimento ao Director, juntand-o os necessarios documentos.

Art. 255. Verificadas as condições legais, o Director deverá admittir o requerente á inscripção, na qual serão observadas as disposições do art. 251, e marcará para o exame hora em que não prejudique as aulas e os outros trabalhos da Faculdade.

Art. 256. Por este serviço extraordinario cada um dos examinandos pagará, por exame, a propina de 30\$, que será dividida pelos lentes que tomarem parte no exame, e a de 5\$ ao secretario.

Estas quantias serão préviamente entregues ao secretario, que passará recibo extrahido do livro de talão.

Art. 257. Os examinandos serão chamados pela ordem da respectiva inscripção de exames.

Art. 258. Os reprovados não poderão prestar novo exame das mesmas materias, senão quatro mezes depois e pagando a taxa respectiva.

Guardado, porém, esse intervallo, poderão repetil-o uma ou mais vezes.

Art. 259. O pagamento da taxa de exame só dá direito a este na época em que tiver sido requerida a inscripção.

Art. 260. Observar-se-ha quanto á inscripção de exames, no que fôr applicavel, o disposto nos arts. 237, 238, 241, 242 e 245.

## CAPITULO IV

### DOS EXAMES

Art. 261. No dia seguinte ao do encerramento das aulas reunir-se-ha a Congregação para designar os examinadores o a ordem em que devem ser feitos os exames.

Art. 262. As comissões julgadoras serão constituídas por dous examinadores, que serão o lente da cadeira e o seu substituto, e por mais um lente cathedratico, salvo as dos exames da 1ª, 5ª e 6ª series do curso de sciencias juridicas, e da 1ª e 5ª series do curso de sciencias sociaes, que se comporão, sempre que fôr possível, dos tres lentes cathedrauticos respectivos.

Art. 263. Cada comissão será presidida pelo lente cathedratico que não fôr o da cadeira sobre que versar o exame, e, quando se compuzer sómente de cathedrauticos, pelo mais antigo d'entre estes.

Art. 264. Tanto na prova escripta como na oral, nenhum lente será obrigado a examinar mais de uma turma por dia, podendo porém fazel-o, si o quizer, a convite do Director.

Art. 265. No caso de impedimento de algum examinador, o Director determinará quem o deva substituir, podendo, em falta de lentes cathedrauticos e substitutos, nomear doutores ou bachareis em direito que tenham a necessaria idoneidade, preferidos os que foram professores particulares.

Art. 266. O secretario manlará affixar em lugar conveniente uma lista dos estudantes que se tiverem inscripto.

Diariamente remetterá á comissão examinadora a relação dos que devam ser chamados a exame e dos que se lhes seguirem, em numero igual, afim de preencherem as faltas dos que não comparecerem.

Art. 267. E' prohibida aos estudantes a troca de logares para exames.

Art. 268. O exame constará de duas provas: escripta e oral, e versará sobre as materias de cada cadeira.

Art. 269. O candidato que tiver faltado á chamada para qualquer prova de exame só poderá ser chamado de novo na mesma época si justificar perante a comissão o motivo da falta. Em nenhum caso será chamado mais de duas vezes na mesma época.

Art. 270. Si o alumno se retirar de qualquer das provas antes de terminal-a, será considerado reprovado, excepto si justificar perante a Congregação superveniencia de molestia, sendo neste caso admittido depois de todos os outros.

A justificação deverá ser apresentada no seguinte dia util ao Director, que a transmittirá sem demora á Congregação.

Art. 271. A votação será por escrutinio secreto e por espheras brancas e pretas.

Nenhum examinador deixará de votar.

Art. 272. Proceder-se-ha a uma primeira votação para decidir si o examinado deve ou não ser approvado. Sendo o resultado affirmativo, proceder-se-ha a uma segunda votação para determinar a nota da approvação.

Art. 273. Terá a nota de approvado plenamente o examinando que obtiver todas as espheras brancas, a de approvado simplesmente o que tiver maioria de brancas, e a de reprovado o que tiver a totalidade ou maioria de espheras pretas.

A nota de distincção será conferida ao que, tendo sido appro-

vado plenamente, obtiver todas as espheras brancas em novo escrutinio, requerido para esse fim por um dos membros da commissão examinadora.

Art. 274. Será permittido ao estudante approved simplesmente prestar de novo o mesmo exame, mas neste caso prevalecerá a nota do segundo exame, quer seja de approvação, quer de reprovação.

## SECÇÃO I

### *Da prova escripta*

Art. 275. A' prova escripta serão os examinandos admittidos por turmas, cujo numero se regulará attendendo não só á capacilade das salas e ás exigencias de severa fiscalisação, mas tambem ao tempo necessario para ser dado o parecer da commissão examinadora.

Cada turma, porém, não poderá ter mais de trinta examinandos nem menos de dez, salvo si fôr menor o numero dos habilitados para o exame.

Art. 276. A prova escripta será feita a portas fechadas, sob a fiscalisação da commissão examinadora.

Art. 277. Haverá, para cada materia, uma urna em que se recolherão, em tiras de papel convenientemente dobradas, tantos numeros quantos forem os artigos do respectivo programma. O primeiro alumno da turma tirará da urna duas tiras de papel, que entregará ao presidente da commissão, e este em voz alta lerá os numeros e verificará os artigos correspondentes do programma. Sobre cada um desses artigos ou seus paragraphos considerados como pontos a commissão indicará a parte que deva ser tratada, ou proporá uma questão, tendo o examinando o direito de escolher um dos dous assumptos para objecto de sua prova.

Art. 278. Os assumptos indicados e as questões propostas serão transcriptos em uma taboa negra collocada á vista de todos os examinandos.

Art. 279. Os pontos sorteados para a prova escripta voltarão diariamente para a urna.

Art. 280. Feito o sorteio dos pontos e chamado cada examinando pelo presidente do acto, este lhe entregará, rubricada pelos membros da commissão examinadora, uma folha de papel, na qual o examinando escreverá a prova, que deverá ser datada e assignada.

Art. 281. E' vedado aos examinandos levarem consigo cadernos, papeis, escriptos ou livros e communicarem-se entre si durante o trabalho das provas. Si algum precisar sahir da sala de exame antes de terminado o mesmo trabalho, só poderá fazel-o com licença do presidente da commissão, que mandará acompanhá-lo por pessoa de sua confiança.



Art. 282. A comissão examinadora fiscalizará todo o trabalho dos examinandos, não consentindo que estes consultem apontamentos ou livros, excepto os volumes da legislação.

Art. 283. O examinando terá duas horas para a prova escripta. Será considerado reprovado o que tiver escripto sobre assumpto differente do que lhe coube por sorte ou não tiver escripto cousa alguma; e o que fôr sorprendido em consulta de livros ou apontamentos.

Art. 284. Recolhidas, no fim do tempo marcado, as provas de toda a turma, no estudo em que se acharem, dará a comissão examinadora sobre cada uma dellas o seu parecer escripto e motivado, em termos claros e succintos.

## SECÇÃO II

### *Da prova oral*

Art. 285. Terminadas as provas escriptas de cada cadeira serão os examinandos chamados para a prova oral.

Art. 286. Esta prova será feita sobre qualquer dos assumptos comprehendidos no programma da cadeira.

Art. 287. Cada turma será, no mínimo, de oito examinandos.

Art. 288. A arguição se fará segundo a ordem da inscripção.

Art. 289. Arguirá em primeiro logar o lente substituto ou quem suas vezes fizer, e, sendo a commissão composta sómente de cathedraticos, o mais moderno d'entre estes; nos assentamentos, porém, o presidente assignará em primeiro logar, o lente cathedratico preceferá ao substituto, e, entre os cathedraticos, o mais antigo ao mais molerno.

Art. 290. Nenhum lente poderá arguir por mais de um quarto de hora.

Art. 291. O examinando que faltar á prova oral no dia em que fôr chamado, tendo na prova escripta a nota má, será considerado reprovado; o que não tiver tido essa nota o justificar o motivo da falta, poderá prestar novo exame na mesma época.

Art. 292. Terminada a prova oral de todos os alumnos da turma, os membros da commissão examinadora, tendo presentes as provas escriptas, procederão ao julgamento pela fórma estabelecida nos arts. 271, 272 e 273.

Art. 293. A reprovação nas materias de uma cadeira não importa a perda do exame nas outras materias da mesma serie.

Art. 294. A nota do julgamento será lançada na capa da prova escripta, assignada por todos os examinadores e transcripta no livro para esse fim destinado.

## CAPITULO V

## DOS GRAUS CONFERIDOS PELAS FACULDADES

Art. 295. Aos que tiverem sido approvados em todas as materias do curso juridico será conferido o grau de bacharel em sciencias juridicas ; os que tiverem terminado o curso de sciencias sociaes receberão o grau de bacharel em sciencias sociaes.

O grau de doutor será conferido aos que, tendo o de bacharel em ambos os cursos, defenderem theses pela forma estabelecida nestes Estatutos.

Art. 296. O grau de bacharel em sciencias juridicas habilita para a advocacia, a magistratura e os officios de justiça ; o de bacharel em sciencias sociaes, para os logares do corpo diplomatico o consular.

Art. 297. O estudante que tiver concluido um dos cursos e protender habilitar-se no outro, poderá aguardar a terminação de seus estudos para tirar a carta de bacharel, na qual se mencionará a sua graduação em ambos os cursos.

## SECÇÃO I

*Da defesa de theses para o grau de doutor*

Art. 298. O bacharel em sciencias juridicas e sociaes por alguma das Faculdades do Imperio, ou estrangeiras reconhecidas pelos respectivos Governos, que quizer obter o grau de doutor, requererá ao Director, em qualquer tempo, que o mande inscrever para defender theses.

Para este fim instruirá o seu requerimento :

1.º Com a carta ou cartas de bacharel, ou com publica-fôrma destas, justificando a impossibilidade da apresentação dos originaes ;

2.º Com folha corrida do logar do seu domicilio.

Art. 299. A defesa de theses deverá effectuar-se dentro dos quinze dias que se seguirem ao da terminação dos exames na Faculdade.

Fôra dessa época realizar-se-ha em qualquer tempo, comtanto que não prejudique as aulas.

Nesta hypothese cada doutorando deverá entregar ao secretario, mediante recibo, a quantia de 70\$000, que se dividirá igualmente pelos examinadores, como propina pelo accrescimento de trabalho.

Art. 300. No principio do anno lectivo os lentes em exercicio enviarão ao Director dez pontos sobre as materias de suas cadeiras.

Esses pontos, depois de approvados pela Congregação e lançados na acta da sessão em que forem adoptados, serão pelo secretario numerados e escriptos em livro especial.

D'entre os ditos pontos escolherá o doutorando aquelles sobre que pretenda escrever as proposições e a dissertação.

Art. 301. O requerimento para a inscripção será entregue ao secretario, e este passará recibo, declarando o nome do pretendente, os documentos apresentados e o dia em que foram entregues.

Art. 302. Feita a inscripção, o Director marcará o dia e a hora em que se ha de reunir a Congregação, afim de designar quando deva ter logar a apresentação das theses e nomear a commissão que as tem de examinar e approvar, a qual será composta de tres lentes.

Art. 303. O doutorando apresentará uma dissertação e sobre cada uma das materias tres proposições pelo menos.

Art. 304. A commissão a que se refere o art. 302 deverá, no prazo de tres dias, contados do recebimento das theses, interpor e remetter o seu parecer por escripto ao Director, afim de que este o faça constar ao doutorando.

Art. 305. Si o doutorando não se conformar com o parecer da commissão, poderá recorrer por meio de requerimento ao Director. Este immediatamente convidará os dous lentes mais antigos entre os que não tiverem feito parte da primeira commissão, e com elles tomará conhecimento do recurso, resolvendo a questão definitivamente, e communicando logo ao doutorando a decisão, para ser observada sem mais recurso.

Art. 306. Approvadas as theses, serão estas impressas a expensas do doutorando, com formato em quarto grande, segundo o modelo adoptado, e trarão no principio o nome do Director e o quadro do corpo docente da Faculdade.

O doutorando entregará ao secretario da Faculade 25 exemplares no prazo de 20 dias.

Art. 307. No caso de não serem as theses approvadas pela commissão, não será o doutorando admittido a exame sem que apresente outras que mereçam approvação.

As theses não serão approvadas si contiverem doutrina immoral ou subversiva e palavras inconvenientes ou desrespeitosas.

Art. 308. Recebidas as theses pelo secretario, será convocada a Congregação para se proceder em sessão publica ao sorteio dos lentes que devem constituir a commissão examinadora.

Esta commissão se comporá de sete lentes, sendo, quando fór possivel, quatro cathedromaticos e tres substitutos. O presidente será o lente cathedratico mais antigo d'entre os sorteados.

Art. 309. Cada examinador arguirá por meia hora, começando pelo mais moderno.

Art. 310. Para o sorteio de que trata o art. 308 basta a presença de mais de quatro cathedromaticos e mais de tres substitutos; mas, si, além dos cathedromaticos e substitutos sorteados, estiverem presentes dous ou mais lentes de cada uma das classes, será tirado á sorte mais um cathedratico e um substituto, para supprirem, aquelle a falta que se possa

dar de um dos cathedrauticos, e este a de um dos substitutos primeiramente sorteados.

Art. 311. Para o referido sorteio o secretario apresentará tantas cedulas quantos forem os lentes presentes, e, escrevendo em umas os nomes dos cathedrauticos e em outras os dos substitutos, as passará ao Director, que, lançando aquellas em uma urna e estas em outra, procederá ao sorteio.

Art. 312. Si as theses depois de impressas não combinarem com o original approvado, o Director não consentirá que sejam defendidas e mandará intimar o autor para reformal-as reimprimindo-as á sua custa. Si as alterações indicarem má fé, o Director levará o facto ao conhecimento da Congregação, a qual poderá resolver que o doutorando seja reprehendido pelo mesmo Director perante ella, ou adiar a defesa das theses pelo prazo de tres mezes a um anno, conforme a natureza e gravidade das alterações.

Art. 313. Si forem dous ou mais os doutorandos, logo que se concluir o sorteio dos lentes para arguirem o primeiro, proceder-se-ha ao sorteio para a commissão examinadora do segundo, pelo modo determinado nos artigos antecedentes, e assim por diante.

Art. 314. Concluidos os trabalhos determinados nos artigos anteriores, o Director mandará logo affixar no logar do costume, e publicar pela imprensa, edital em que se declare o dia da defesa das theses de cada um dos candidatos, e distribui-las por todos os lentes sorteados.

Art. 315. A defesa das theses se effectuará no oitavo dia depois do sorteio dos examinadores, ou no immediato, si aquelle for feriado.

Art. 316. No dia e á hora designados para a defesa das theses, os lentes que estiverem em effectivo exercicio e os jubilados presentes, precedidos do Director, se dirigirão á sala dos actos solemnes, com as insignias do seu grau, e, subindo ao doutoral, o Director tomará o primeiro assento do lado direito da cadeira presidencial, que será occupada pelo lente mais antigo d'entre os sete primeiramente sorteados para esse acto, seguindo-se ao Director os outros lentes cathedrauticos e substitutos na ordem da antiguidade.

Art. 317. Logo que os lentes tiverem tomado assento no doutoral, o candidato será introduzido na sala pelo porteiro; e recebido á porta pelo secretario, este o acompanhará ao logar que lhe é reservado ao lado direito da mesma sala, e perto do doutoral, onde estará uma mesa convenientemente ornada; irá depois sentar-se no lado opposto, junto de outra mesa, sobre a qual haverá uma ampulheta de meia hora para regular o tempo da arguição de cada examinador.

Art. 318. Acabada a defesa das theses, sahirão da sala o candidato e os assistentes, e, fechadas as portas, a commissão examinadora procederá ao julgamento, cujo resultado o secretario lançará no livro respectivo por termo, que será assignado pela commissão.

A votação será por escrutinio secreto na fôrma do art. 271, observando-se o disposto nos arts. 272 e 273.

Art. 319. No dia seguinte ao da defesa das theses do primeiro candidato, ou no immediato, si aquelle fôr forjado, será arguido e julgado o segundo, si o houver, e assim por diante até o ultimo, observando-se a respeito de cada um as formalidades acima declaradas.

Art. 320. O candidato que fôr approvedo deverá antes de receber o grau entregar na secretaria da Faculdade 100 exemplares impressos de suas theses.

Art. 321. O Director remetterá ao Governo quatro exemplares das theses e á outra Faculdade de Direito um numero sufficiente para serem distribuidas por todos os lentes e ficaram alguns exemplares archivados na Bibliotheca.

Art. 322. A approvação simples não impedirá a collação do grau; fica todavia salva ao doutorando a faculdade de defender novas theses, e si o fizer, prevalecerá a nota do segundo julgamento.

Art. 323. O que fôr reprovado sómente poderá ser admittido a novo acto um anno depois.

## SECÇÃO II

### *Da collação do grau de bacharel*

Art. 324. O dia para a collação do grau de bacharel será annuciado por editaes e nas folhas de maior circulação.

Art. 325. Publicada na secretaria da Faculdade e pela imprensa a relação dos que tiverem de tomar o grau de bacharel, comparecerão elles no dia que fôr designado, ás 10 horas da manhã, na sala destinada para a collação do grau, onde serão recebidos pelo secretario, que fará a chamada de todos, declarando os nomes dos que se acharem presentes.

Art. 326. A solemnidade da collação do grau será presidida pelo Director, a quem compete conferir-o na presença de todos os lentes, revestidos das insignias doutoraes. O secretario lavrará o respectivo termo, o qual será assignado pelos lentes.

Art. 327. Feita a chamada, o bacharelado que primeiro tiver terminado o curso pedirá ao Director, em seu nome e no dos outros bacharelados, o grau de bacharel.

Em seguida o secretario lhe apresentará o livro dos Santos Evangelhos, sobre o qual prestará de joelhos e em voz alta o juramento constante da formula annexa a estes Estatutos.

Cada um dos outros, pela ordem dos actos da ultima serie, se approximarão da mesa em que estiver o referido livro, e dirão de joelhos — Assim o juro.

Art. 328. Prestado o juramento, o Director chamará os bacharelados e lhes conferirá o grau. Pondo sobre a cabeça do primeiro a borla da Faculdade, usará da seguinte formula: — Em virtude da autoridade que me concedem os Estatutos

desta Faculdade, confiro-vos o grau de bacharel em sciencias juridicas (ou sociaes). Chamará depois o segundo e os que se lhe seguirem até o ultimo, e, collocando a borla sobre a cabeça de cada um delles, dirá — E a vós tambem.

Art. 329. Concorrendo bacharelandos em sciencias juridicas e bacharelandos em sciencias sociaes, serão aquelles chamados e receberão o grau em primeiro logar.

Art. 330. Finda a collação do grau um dos bacharelandos, que tiver sido escolhido por seus companheiros, lerá um discurso, o qual deverá ser previamente apresentado ao Director, que só consentirá na sua leitura si nada contiver inconveniente.

A este discurso responderá um lente escolhido pelos bacharelandos para lhes servir de padrinho na solemnidade.

Art. 331. Será permittido aos bacharelandos mandarem, a expensas suas, ornar a sala do grau e collocar bandas de musica na mesma sala e em suas immediações.

Art. 332. Durante o juramento e a collação do grau, os lentes e os espectadores conservar-se-hão de pé e guardarão silencio.

Art. 333. O distinctivo do grau de bacharel será um anel de ouro e rubi. Os bachareis poderão usar de uma beca, segundo o modelo que será dado pelo Ministerio do Imperio.

### SECÇÃO III

#### *Da collação do grau de doutor*

Art. 334. Na collação do grau de doutor observar-se-ha o disposto no art. 324.

Art. 335. Designado o dia pelo Director, serão avisados os membros da Congregação, os lentes jubilados e os doutorandos, e convidadas pessoas distinctas por titulos scientificos ou litterarios ou por sua posição social para assistirem á solemnidade.

Art. 336. O doutorando escolherá um lente para lhe servir de padrinho.

Art. 337. Ao chegar á porta principal será o doutorando recebido pelo porteiro e pelos bedéis e continuos, que o acompanharão a uma sala, onde deverá esperar pela hora marcada para a collação do grau.

Art. 338. A' hora designada dirigir-se-hão para aquella sala o Director e todos os lentes, precedidos do porteiro, bedéis e continuos, do secretario e mais empregados da Faculdade. O doutorando os receberá á porta e incorporados seguirão para a sala do grau.

Art. 339. Nesta sala haverá, no logar mais conveniente, uma mesa e uma cadeira de espaldar para o Director; ao lado esquerdo serão collocadas duas cadeiras, sendo uma para

o doutorando e outra para o padrinho, que lhe dará sempre a direita.

Art. 340. Os doutores ou bachareis pelas Faculdades do Imperio, ou por Academias e Universidades estrangeiras, que comparecerem com as respectivas insignias, terão assento promiscuamente logo abaixo do lente substituto mais moderno, si entre elles não houver algum ou alguns que sejam lentes de qualquer das Faculdades: estes os precederão sempre, guardando entre si a ordem da antiguidade.

Na mesma sala, além dos bancos ou cadeiras para os estudantes e espectadores, haverá assentos especiaes para os convidados.

Art. 341. Tendo todos tomado assento, fará o secretario a leitura do termo de approvação; em seguida o doutorando lerá um discurso allusivo á solemnidade, e o terminará pedindo a collação do grau de doutor.

Este discurso será previamente apresentado ao Director e só poderá ser lido si fôr julgado conveniente.

Art. 342. Findo o discurso o padrinho do doutorando o apresentará ao Director. Este, depois de deferir-lhe o juramento constante da formula annexa a estes Estatutos, lhe ornará o dedo com o anel e conferirá o grau, pondo-lhe a borla sobre a cabeça e revestindo-o do capello. A formula da collação do grau de doutor será a mesma que a do grau de bacharel, com a differença da designação do grau.

Art. 343. Em seguida o doutorando cumprimentará o Director e tollos os lentes, e irá sentar-se logo abaixo do lente mais moderno. O padrinho fará um discurso congratulando-se com o novo doutor pelo resultado de seus esforços, e mostrando-lhe a importancia do grau que recebeu e o uso que na sociedade deve fazer de suas lettras.

Art. 344. Terminado este discurso o Director dará por finda a cerimonia, e o novo doutor será acompanhado até á porta do edificio da Faculdade pelo mesmo prestito com que tiver ido da sala de espera para a do grau.

Art. 345. De todo este acto se lavrará um termo, que será assignado pelo Director e pelo padrinho do doutor, e subscripto pelo secretario.

Art. 346. Si concorrerem mais de um doutorando no mesmo dia, serão todos recebidos pela mesma maneira que o primeiro, na sala de espera, á proporção que forem chegando, e d'ahi irão juntamente para a sala do grau.

Neste caso o discurso de que trata o art. 341 será lido pelo doutorando que para este fim fôr escolhido pelos outros, o qual pedirá o grau para todos os doutorandos.

O grau será conferido a cada um pela orlem em que se tiverem verificado as defesas de theses; o primeiro prestará o juramento por extenso, dizendo os outros sómente — Assim o juro.

Art. 347. Dada a hypothese dos artigos antecedentes, proferirá o discurso de que falla o art. 343 o padrinho que fôr escolhido pelos doutorandos.

Art. 348. Os distinctivos do grau de doutor são, além do anel de ouro e rubi, a borla e o capello. Poderão também usar de beca, e esta será igual á dos bachareis.

Art. 349. A' solemnidade da collação do grau de doutor é applicavel o disposto nos arts. 331 e 332.

## CAPITULO VI

### DA POLICIA ACADEMICA

Art. 350. Os alumnos deverão guardar as leis da civilidade, já entre si, já para com os lentes, e mais empregados da Faculdade.

Art. 351. O estudante que perturbar o silencio, causar desordem dentro da aula ou nella proceder mal, será reprehendido pelo lente.

Si não se contiver, o lente o fará immediatamente sahir da sala e levará o facto ao conhecimento do Director. Si o lente vir que a ordem não pôde ser restabelecida, suspenderá a lição, e, mandando tomar o nome dos autores da desordem, dará parte do occorrido ao Director.

Art. 352. O Director, assim que tiver noticia do facto, nas duas ultimas hypotheses do artigo antecedente, convocará a Congregação, a qual, depois de ouvir o delinquente, poderá impor a pena de exclusão da Faculdade por um a dous annos, conforme a gravidade do facto.

Art. 353. Si a desordem fôr dentro do edificio, porém fóra das aulas, qualquer lente ou empregado, que presente se achar, procurará conter os autores em seus deveres. Si não forem attendidas as admoestações, ou si o caso fôr de natureza grave, o lente ou empregado que o presenciar deverá immediatamente communicar o facto ao Director.

Art. 354. O Director, logo que receber a participação, ou quando por outros meios tiver noticia do occorrido, tomará de tudo conhecimento e interrogará os estudantes indigitados.

Art. 355. Si depois das indagações a que proceder o Director achar que os culpados merecem maior correção que uma simples advertencia feita em particular, os reprehenderá publicamente.

Art. 356. A reprehensão será neste caso dada na secretaria em presença de dous lentes e dos empregados e de quatro a seis estudantes pelo menos, ou na aula a que o alumno pertencer, presentes o lente e estudantes da mesma aula, os quaes se conservarão nos respectivos logares.

A estes actos assistirá o secretario, e de todos, bem como dos casos a que se refere o art. 351, lavrará um termo, que será presente na 1.<sup>a</sup> sessão da Congregação e transcripto nas informações dadas ao Governo sobre o procedimento dos alumnos.



Art. 357. Si a perturbação do silencio, a falta de respeito ou a desordem fôr em acto de exame ou em qualquer acto publico da Faculdade, ao lente que o presidir competirá proceder pela maneira prescripta no art. 351.

Art. 358. Si algum dos factos de que tratam o artigo antecedente e os arts. 351 e 353 fôr praticado por alumno que já tenha feito a sua ultima serie de exames, o lente ou o Director deverá levar tudo ao conhecimento da Congregação, a qual poderá substituir a pena de reprehensão publica pela de adiamento da collação do grau ou retenção do diploma até um anno.

Art. 359. Si o Director entender que qualquer dos delictos declarados nos artigos precedentes merece, pelas circumstancias que o acompanharam, mais severa punição, mandará lavrar termo de tudo pelo secretario com as razões que o estudante allegar a seu favor e com os depoimentos das testemunhas que souberem do facto, e o apresentará á Congregação. Esta, depois de empregar os meios necessarios para conhecer a verdade, poderá condemnar o delinquente á pena de exclusão da Faculdade por um ou dous annos, conforme a gravidade do delicto.

Art. 360. O alumno que manchar ou de qualquer modo damnificar as paredes, as portas e os cartazes da Faculdade, será chamado á presença do Director e reprehendido, e o que intencionalmente inutilizar ou estragar livros ou moveis, será obrigado a substituir por um objecto igual o que tiver sido por elle inutilizado ou estragado; e na reincidencia, além da substituição, será admoestado pelo Director, ou punido pela Congregação com a pena de exclusão da Faculdade por um ou dous annos, segundo a gravidade do delicto.

Art. 361. Sempre que se verificar qualquer desaparecimento de objectos da secretaria ou das aulas, o secretario o participará por escripto ao Director, o qual nomeará uma commissão para proceder a minuciosa syndicancia do facto.

O bibliothecario levará igualmente ao conhecimento do Director quaesquer subtracções occorridas na bibliotheca, e a tal respeito se praticará o que fica acima determinado.

Art. 362. Descoberto o autor do delicto de que trata o artigo antecedente, será reprehendido pelo Director ou expulso da Faculdade pela Congregação, conforme as circumstancias do facto, e obrigado á restituição do objecto subtrahido.

Art. 363. Os estudantes que arrancarem editaes dentro do edificio da Faculdade ou praticarem actos de injuria dentro ou fóra do mesmo edificio por palavras, por escripto ou por qualquer outro modo, contra o Director, ou contra os lentes, serão punidos com a pena de exclusão da Faculdade por um a dous annos, conforme a gravidade do caso.

Art. 364. Si praticarem dentro do edificio da Faculdade actos offensivos do pudor dos alumnos e da moral publica, ou si em qualquer logar ou por qualquer modo dirigirem ameaças, tentarem aggressão ou vias de facto contra as pessoas indicadas no artigo antecedente, ou qualquer empregado, serão punidos com o dobro das penas alli declaradas.

Si effectuarem as ameaças ou realizarem as tentativas, serão punidos com a pena de inhabilidade para estudar em qualquer dos estabelecimentos de instrução superior.

As penas deste artigo e dos dous antecedentes não excluem aquelles em que incorrerem os delinquentes segundo a legislação geral.

Art. 365. Si os delictos dos artigos antecedentes forem commettidos por estudantes da ultima serie de exames, serão punidos os delinquentes com a suspensão do acto, ou, si já o tiverem feito, com a demora da collação do grau ou com a retenção do diploma pelo tempo correspondente ao das penas marcadas nos mesmos artigos.

Art. 366. As penas de exclusão ou expulsão da Faculdade, suspensão de acto, demora de collação do grau, retenção de diploma e inhabilidade para estudar em qualquer estabelecimento de instrução superior, serão impostas pela Congregação.

Art. 367. O estudante, que, chamado á presença do Director, não comparecer, será coagido a fazel-o, depois de lavrado o termo de desobediencia pelo empregado que o fór chamar, requisitando o mesmo Director auxilio da autoridade policial.

Neste caso, qualquer acto de resistencia á autoridade policial importará a exclusão da Faculdade por um ou dous annos e, si a resistencia fór seguida de offensas physicas, a expulsão da Faculdade com inhabilidade para estudar em qualquer dos estabelecimentos de instrução superior, além das penas em que o delinquente tiver incorrido pela legislação geral.

Art. 368. Os lentes exercerão a policia dentro das respectivas aulas e nos actos academicos que presidirem, e deverão sempre auxiliar o Director na manutenção da ordem e do respeito dentro do edificio da Faculdade.

Art. 369. Não estando presente o Director, deverão substitui-lo no cumprimento deste dever os lentes cathedromaticos e substitutos por ordem de antiguidade, e, na falta de todos elles, o secretario, quando da continuação de qualquer falta possam resultar inconvenientes graves.

Art. 370. O porteiro, os bedéis e os continuos velarão pela boa ordem e asseio dentro do edificio da Faculdade, advertindo com toda a urbanidade os que praticarem qualquer acto em contrario.

Si suas advertencias não bastarem tomarão os nomes dos infractores e darão parte do occorrido ao Director, e em sua ausencia a qualquer lente ou ao secretario, afim de providenciarem.

Art. 371. Si qualquer pessoa estranha á Faculdade commetter algum dos delictos previstos nos arts. 351, 353 e 363, será o facto levado ao conhecimento do Director, afim de que faça tomar por termo o occorrido e o communique á competente autoridade policial para proceder na conformidade das leis. Poderá tambem o Director prohibir ao autor daquelles actos a entrada no edificio da Faculdade.

## TITULO III

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 372. Os vencimentos do Director, dos lentes e mais empregados das Faculdades são os que constam da tabella annexa sob n. 1.

Pelas cartas e pelas certidões de exame cobrar-se-hão os emolumentos declarados na tabella sob n. 2.

Art. 373. O Director, o secretario e todos os mais empregados nomeados pelo Governo ou pelo Director da Faculdade têm direito á aposentação na fórma do cap. 8º do Decreto n. 5659 de 6 de Junho de 1874.

Art. 374. As licenças ao Director, aos lentes e mais empregados se regularão pelo Decreto n. 8488 de 22 de Abril de 1882.

Art. 375. O juramento dos que tiverem de receber grau, do Director, dos lentes e mais empregados será o que consta do Formulario junto a estes Estatutos, salvo para os acatholicos, os quaes jurarão conforme a religião de cada um, ou substituirão o juramento pela promessa de bem cumprir os deveres inherentes ao grau ou ás funcções.

Art. 376. A collação do grau de doutor ou bacharel poderá realizar-se sem a presença da Congregação ou qualquer outra solemnidade, quando o Director assim o julgar conveniente a bem da disciplina.

Do mesmo modo será conferido o grau de bacharel aos que concluirem o curso durante o anno lectivo.

Art. 377. Os diplomas de doutor e de bacharel serão conformes aos modelos do Formulario e impressos em pergaminho a expensas daquelles a quem pertencerem.

Art. 378. O diploma de pessoa que não se achar presente para assignal-o perante o secretario, será remettido pelo Director á autoridade do logar em que estiver ella residindo, afim de que o assigne em sua presença. Si porém a pessoa a quem pertencer o diploma não se achar na Provincia em que estiver a Faculdade, o Director o enviará ao Ministerio do Imperio, afim de providenciar para que seja preenchida aquella formalidade.

Art. 379. Não se passará segundo diploma senão no caso de perda justificada e com resalva lançada pelo secretario e assignada pelo Director.

Art. 380. Haverá nas Faculdades um sello grande, que servirá para os diplomas academicos, e sómente poderá ser empregado pelo Director, e outro pequeno para os papeis que forem expedidos pela secretaria.

A fórma dos sellos continuará a ser a mesma actualmente usada nas Faculdades.

Art. 381. A borla, o capello e as fitas das cartas para o sello pendente terão a mesma fôrma e côr que estão adoptadas.

Art. 382. Na sessão de abertura dos trabalhos a Congregação designará por votação nominal um de seus membros para apresentar na 1ª sessão do anno seguinte uma *Memoria historica* em que se relatem os acontecimentos notaveis do anno.

Nessa *Memoria* será especificado o grau de desenvolvimento a que tiver sido levada nesse mesmo periodo a exposição das doutrinas, tanto na Facultade como nos cursos particulares, e para isso os lentes darão ao redactor da *Memoria historica* as informações precisas acerca da materia que tiverem ensinado.

A *Memoria* será impressa, recolhendo-se alguns exemplares á bibliotheca.

Art. 383. Não poderão ser examinadores nem votar conjuntamente em questão de interesse particular os lentes que tiverem entre si, com o examinando ou interessado na questão, parentesco em linha ascendente ou descendente, ou em linha collateral até o 2º grau, contado segundo o direito canonico.

Quando entre dous ou mais lentes se verificar o impedimento de que trata este artigo, só será admittido a votar o lente mais antigo.

Quando o mesmo impedimento se verificar entre o Director e alguns lentes, votará sómente o Director.

Art. 384. Haverá na secretaria, para a verificação das faltas dos empregados, um livro no qual serão notados os que não comparecerem á hora, ou se retirarem sem licença antes de findos os trabalhos.

Reputar-se-ha falta a entrada depois da hora ou a sahida antes della.

Art. 385. Na secretaria e em cada uma das aulas haverá um relógio de parede para regular as horas do serviço.

Haverá tambem uma sineta para os signaes do começo e fim das aulas.

Art. 386. No edificio da Facultade haverá duas salas especiaes — uma para os actos solemnes e collação dos graus, e outra para as sessões da Congregação.

Art. 387. Cada alumno terá direito nas aulas a um logar numerado correspondente ao numero de sua matricula.

Art. 388. O Director, os lentes, o secretario e o bibliothecario usarão nos actos solemnes do vestuario adoptado.

Art. 389. O porteiro, os bodeis e os continuos usarão no recinto da Facultade, e no exercicio de suas funcções, do uniforme que for adoptado e de um distinctivo, que consistirá em uma chapa de metal collocada ao lado esquerdo da gola, com a designação do emprego.

Art. 390. Dos estatutos, regulamentos e mais actos anteriores, relativos ás Facultades de Direito, subsistem as disposições concernentes ás aulas de preparatorios e aos exames respectivos, com as seguintes modificações :

1.ª Os lentes cathedrauticos e substitutos poderão ser nomea-

dos presidentes das mesas de exames de preparatorios, mas não serão obrigados a aceitar esta incumbencia, que nunca será desempenhada com prejuizo dos exames e mais trabalhos da Faculdade. Podrá tambem o Director escolher taes presidentes d'entre pessoas habilitadas, estranhas á Faculdade, que não exerçam o magisterio particular.

2.ª As aulas do curso annexo á Faculdade de Direito de S. Paulo funcionarão de 25 de Junho a 5 de Abril.

## TITULO IV

### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 391. Ficam dependentes de approvação legislativa as disposições dos arts. 2º, 7º quanto ás novas cadeiras, 17, 40, 45, 46, 47, 49, 52, 82 quanto á creação dos logares de amanuenses, 109 quanto á do logar de auxiliar, 198, 293, 372 quanto ao augmento dos vencimentos do secretario, do sub-secretario, do bibliothecario e do ajudante do bibliothecario, e ao dos emolumentos devidos pelas cartas e pelas certidões de exame, e 373 em relação aos amanuenses e ao auxiliar.

Art. 392. Em quanto não fór approvada pelo Poder Legislativo a creação das novas cadeiras mencionadas no art. 7º, o curso de estudos em cada Faculdade constará das materias que são objecto das seguintes cadeiras:

Direito natural e direito publico universal.

Direito ecclesiastico.

Direito romano.

Direito constitucional, direito das gentes, diplomacia e historia dos tratados.

Direito civil (1ª cadeira).

Direito criminal, incluido o direito militar.

Direito civil (2ª cadeira).

Direito commercial, incluido o direito maritimo.

Sciencia da administração e direito administrativo.

Economia politica, sciencia das finanças e contabilidade do Estado.

Processo civil, commercial e criminal, incluido o militar, pratica dos mesmos processos, e hermeneutica juridica.

§ 1.º Estas materias serão distribuidas em cinco series de exames, a saber:

#### 1ª serie

Direito natural e direito publico universal.

Direito ecclesiastico.

*2ª serie*

Direito romano.

Direito constitucional, direito das gentes, diplomacia e historia dos tratados.

*3ª serie*

Direito civil (1ª cadeira).

Direito criminal, incluido o direito militar.

*4ª serie*

Direito civil (2ª cadeira).

Direito commercial, incluido o direito maritimo.

*5ª serie*

Sciencia da administração e direito administrativo.

Economia politica, sciencia das finanças e contabilidade do Estado.

Processo civil, commercial e criminal, incluido o militar, pratica dos mesmos processos, e hermeneutica juridica.

§ 2.º O actual lente da 1ª cadeira do 1º anno ensinará unicamente direito natural e direito publico universal; o da 1ª cadeira do 2º anno, direito constitucional, direito das gentes, diplomacia e historia dos tratados.

§ 3.º Para a substituição dos lentes cathedraes os actuaes substitutos serão distribuídos pelas seguintes secções:

1.ª De direito natural, direito publico, direito constitucional, direito das gentes, diplomacia e historia dos tratados.

2.ª De direito romano e direito civil.

3.ª De direito criminal, incluido o militar, e direito ecclesiastico.

4.ª De direito commercial e direito maritimo.

5.ª De sciencia da administração e direito administrativo, economica politica, sciencia das finanças e contabilidade do Estado.

6.ª De processo civil, commercial e criminal, incluido o militar, e hermeneutica juridica.

§ 4.º Os substitutos, alem de regerem as cadeiras no caso de falta ou impedimento dos respectivos lentes, farão os seguintes cursos complementares:

O da 1ª secção, um de direito das gentes, diplomacia e historia dos tratados.

O da 2ª secção, um de direito civil.

O da 3ª secção, um de direito criminal.

O da 4ª secção, um de direito commercial.

O da 5ª secção, um de sciencia das finanças e contabilidade do Estado.

O da 6ª secção, um de exercicios praticos sobre o processo.

Art. 393. Cal a um dos actuaes substitutos será designado pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, ouvido o Director da Faculdade, para servir n'uma das secções de que trata o § 3º do artigo antecedente.

Art. 394. Os actuaes substitutos conservam o direito de ser providos, por antiguidade, nas cadeiras ora existentes que vierem a vagar, ainda que não pertençam ás respectivas secções.

Art. 395. Os actuaes alumnos das Faculdades não serão obrigados a prestar exame das novas materias comprehendidas nas cadeiras em que já foram approvados.

Art. 396. A habilitação na lingua allemã e na italiana, em algebra e nos elementos de sciencias physicas e naturaes, só será exigida dous annos depois de publicados os presentes Estatutos.

Art. 397. No corrente anno estabelecer-se-hão em ambas as Faculdades mesas de exames para os alumnos que por justo impedimento, reconhecido pela Congregação, não tiverem podido prestar-os no fim do ultimo anno lectivo.

Para esses exames, que começarão a 15 de Março e serão feitos nas mesmas condições anteriormente estabelecidas, haverá uma inscripção de 1º a 14 do dito mez.

Art. 398. Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Janeiro de 1885.—  
*Filippe Franco de Sá.*

## Formulas dos juramentos a que se referem estes Estatutos

### DO DIRECTOR E DO VICE-DIRECTOR

Juro aos Santos Evangelhos respeitar a Constituição e as leis do Imperio, observar e fazer observar os Estatutos desta Faculdade, cumprindo, quanto em mim couber, os deveres do cargo de Director (ou Vice-Director). Assim Deus me Ajude.

### DOS LENTES

Juro aos Santos Evangelhos respeitar a Constituição e as leis do Imperio, observar os Estatutos desta Faculdade e cumprir os deveres de lente com zelo e dedicação, promovendo o adiantamento dos alumnos que forem confiados aos meus cuidados. Assim Deus me Ajude.

## DO SECRETARIO, DO BIBLIOTHECARIO E DOS MAIS EMPREGADOS

Juro aos Santos Evangelhos cumprir fielmente os deveres do cargo de.... desta Faculdade. Assim Deus me Ajude.

## PARA O GRAU DE BACHAREL

Juro aos Santos Evangelhos respeitar a Constituição e as leis do Imperio, e concorrer, quanto em mim couber, para o bem publico, guiando-me sempre no uso das minhas lettras pelos principios da justiça e da honra.

## PARA O GRAU DE DOUTOR

Reitero o juramento, que prestei quando me foi conferido o grau de bacharel, de respeitar a Constituição e as leis do Imperio, etc. (o mais como no juramento para o grau de bacharel).

## Modelos dos diplomas

## DE DOUTOR

*No alto.* — Em Nome de Sua Magestade o Sr. D.... (o nome do Imperador), Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil.

*Mais abaixo.* — Faculdade de Direito da Cidade d....

*No corpo da carta.* — Eu F.... (o nome do Director e seus titulos), Director da Faculdade.

Tendo presente o Termo de aptidão ao grau de Doutor, que obteve o Sr. F..., natural de..., filho de..., nascido a..., e o de collação do grau que recebeu no dia... de... de..., depois de ter sido approvado (declarando-se a nota da approvação) em defesa de theses; e usando da autoridade que me conferem os Estatutos desta Faculdade, mandei passar ao dito Sr. F... a presente carta de Doutor em sciencias juridicas e socias, para que possa gozar de todos os direitos e prerogativas concedidas pelas Leis do Imperio.

S. Paulo (ou Recife)..... de..... de.....

(Sello).

ASSIGNATURA DO  
DOUTOR

O PRESIDENTE DO ACTO.

O DIRECTOR DA FACULDADE.

( Assignatura )

( Assignatura )

O SECRETARIO DA FACULDADE

( Assignatura )

( O diploma terá pendente o grande sello da Faculdade.)



## DE BACHAREL

Os diplomas de bacharel serão passados nos mesmos termos dos de doutor, *mutatis mutandis* e supprimidas as palavras :  
— depois de ter sido aprovado em defesa de theses.

## N. 1

## Tabella dos vencimentos

	Ordenado	Gratificação
Director.....	4:000\$000	2:000\$000
Lente cathedratico.....	3:200\$000	1:600\$000
Lente substituto.....	2:000\$000	1:000\$000
Secretario.....	3:200\$000	1:600\$000
Sub-secretario.....	2:133\$336	1:066\$664
Bibliothecario.....	2:133\$336	1:066\$664
Ajudante do bibliothecario.....	1:600\$000	800\$000
Amanuense.....	1:200\$000	370\$000
Auxiliar da bibliotheca.....	800\$000	400\$000
Porteiro.....	750\$000	450\$000
Bedel.....	600\$000	300\$000
Continuo.....	600\$000	300\$000

## N. 2

## Tabella dos emolumentos

Diploma de bacharel ou de doutor.....	200\$000
Certidão de cada exame.....	5\$000



## DECRETO N. 9361 — DE 17 DE JANEIRO DE 1885

Dá provimento ao recurso interposto pela Companhia Villa Izabel do despacho do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas que indeferiu a reclamação da mesma companhia contra a clausula 4ª do Decreto n. 8813 de 23 de Dezembro de 1882.

Tendo-Me sido presente o recurso interposto pela Companhia Villa Izabel do despacho do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas que indeferiu a reclamação da mesma companhia contra a clausula 4ª do Decreto n. 8813 de 23 de Dezembro de 1882, que permittiu á de Carris Urbanos ligar duas de suas linhas pela rua Senador Euzebio, allegando ser essa concessão attentatoria do privilegio que obteve pelo Decreto n. 5046 de 5 de Agosto de 1872, e de conformidade com a Minha immediata Resolução de 5 de Janeiro deste anno, tomada sobre parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarada em Consulta de 28 de Fevereiro do anno proximo passado; e Considerando que a clausula 11ª do citado Decreto n. 5046 expressamente estipula quer o privilegio da recorrente para a communicação por meio de tracção animada sobre trilhos entre o bairro de Villa Izabel e a cidade pelas ruas do seu traçado, quer a prohibição de serem aproveitadas essas mesmas ruas por outra empreza para identico systema de viação, ainda que para pontos ou bairros diversos, excepto entre a Praia Formosa e a praça da Constituição: Hei por bem Dar provimento ao indicado recurso da Companhia Villa Izabel para que a de Carris Urbanos desista do lançamento de trilhos na rua Senador Euzebio, si não fôr possível chegar a accôrdo com aquella.

Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Janeiro de 1885, 64ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*



## DECRETO N. 9362 — DE 17 DE JANEIRO DE 1885

Concede á companhia que organizar o Engonheiro Augusto Carlos da Silva Telles privilegio para a construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro entre o porto de Benevente na Provincia do Espirito Santo e a cidade do Santa Luzia na de Minas Geraes,

Attendendo ao que Me requereu o Engenheiro Augusto Carlos da Silva Telles, Hei por bem Conceder á companhia que organizar,

privilegio por 60 annos para a construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro entre o porto de Benevente na Provincia do Espirito Santo e a cidade de Santa Luzia na de Minas Geraes, mediante as clausulas que com este baixam assignadas por Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Janeiro de 1855, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

**Clausulas a que se refere o Decreto n. 9362, desta data**

**1**

E' concedido á companhia que organizar o Engenheiro Augusto Carlos da Silva Telles privilegio por 60 annos para a construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro entre o porto de Benevente na Provincia do Espirito Santo e a cidade de Santa Luzia na de Minas Geraes.

Além do privilegio, o Governo concede os seguintes favores :

1.º Cessão gratuita de terrenos devolutos e nacionaes e bem assim dos comprehendidos nas sesmarias e posses, excepto as indemnizações que forem do direito, para o leito da estrada, estações, armazens e outras obras especificadas no respectivo contrato.

2.º Direito de desapropriar, na fórma do Decreto n. 816 de 10 de Julho de 1855, os terrenos de dominio particular, predios e benfeitorias que forem precisas para as obras do que trata o paragrapho antecedente.

3.º Uso das madeiras e outras materias existentes nos terrenos devolutos e nacionaes, indispensaveis para a construcção da estrada.

4.º Preferencia em igualdade de circumstancias para lavra de minas na zona privilegiada, sendo expresso em contrato especial o numero de datas que o Governo julgue conveniente conceder, bem como as condições a que deve ficar sujeita a empreza.

5.º Preferencia para acquisição de terrenos devolutos existentes á margem da estrada ; effectua-lo-se a venda em lotes alternados de maneira que, sendo o primeiro da companhia, o segundo ficará pertencendo ao Estado e assim por diante, e pelo preço minimo da Lei de 18 de Setembro de 1850, si a companhia os distribuir por immigrants ou colonos que importar e estabelecer, não podendo, porém, vendel-os a estes, devidamente medidos e demarcados, por preço excedente ao que fór marcado pelo Governo.

Essa preferencia só terá logar durante a construcção da estrada.

Si, decorridos cinco annos depois de concluida a estrada, não tiverem os terrenos sido distribuidos a immigrants, a companhia os adquirirá á razão do preço maximo da lei, indemnizando o Estado da differença que estiver por pagar.

## II

Si no prazo de 12 mezes contados desta data não estiver incorporada a companhia, caducará a presente concessão.

## III

A companhia será organizada de accôrdo com as leis e regulamentos em vigor.

Terá representante ou domicilio legal no Imperio.

As duvidas e questões que se suscitarem estranhas á intelligencia das presentes clausulas, serão resolvidas de accôrdo com a legislação brasileira.

## IV

Os trabalhos da estrada começarão no prazo de seis mezes, contados da data da approvação da planta geral e do perfil longitudinal da linha; e proseguirão sem interrupção, devendo ficar todos concluidos no prazo de tres annos.

## V

Os trabalhos de construcção não poderão ser encetados sem prôvia autorização do Governo; para isso os projectos de todos esses trabalhos serão organizados em duplicata e submittidos á approvação do mesmo Governo. Um dos exemplares será devolvido á companhia com o — Visto — do Chefe da Directoria das Obras Publicas do Ministerio da Agricultura, e o outro ficará archivado no mesmo Ministerio.

## VI

Passados seis mezes, a contar da data da incorporação da companhia, serão apresentados ao Governo a planta geral da linha concedida e um perfil longitudinal, com indicação dos pontos obrigados de passagem.

O traçado será indicado por uma linha vermelha e continua sobre a planta geral na escala de 1 por 4.000, com indi-

cação dos raios de curvatura e a configuração do terreno, representada por meio de curvas de nível equidistantes de tres metros; e bem assim, em uma zona de 80 metros pelo menos para cada lado, os campos, matas, terrenos pedregosos e, sempre que fôr possível, as divisas das propriedades particulares, as terras devolutas e minas.

Nessa planta serão indicadas todas as distancias kilometricas contadas do ponto de partida da estrada de ferro, a extensão dos alinhamentos rectos e bem assim a origem, a extremidade, o desenvolvimento, o raio e sentido das curvas.

O perfil longitudinal será feito na escala de 1 por 400 para as alturas, de 1 por 4.000 para as distancias horisontaes, mostrando respectivamente por linhas pretas e vermelhas o terreno natural e as plataformas dos côrtes e aterros. Indicará por meio de tres linhas horisontaes, traçadas abaixo do plano de comparação:

1.º As distancias kilometricas, contadas a partir da origem da estrada de ferro.

2.º A extensão e indicação das rampas e contra-rampas e a extensão dos patamares.

3.º A extensão dos alinhamentos rectos e o desenvolvimento e raios das curvas.

No perfil longitudinal e na planta será indicada a posição das estações, paradas, obras d'arte e vias de comunicação transversaes.

O perfil longitudinal será acompanhado por um certo numero de perfis transversaes, inclusive o perfil typo da estrada de ferro.

Esses perfis serão feitos na escala de 1 por 100.

O traçado e o perfil longitudinal poderão ser apresentados por secções, contanto que estas se estendam de um ponto de passagem obrigado a um outro, e que no prazo marcado tenham sido apresentadas todas as secções.

## VII

Passados seis mezes depois da approvação do traçado do perfil longitudinal, a companhia apresentará projectos completos e especificados de todas as obras necessarias para o estabelecimento da estrada, suas estações e dependencias, bem como as plantas de todas as propriedades que fôr necessario adquirir por meio de desapropriação.

Os projectos das obras d'arte compor-se-hão de projecções horisontaes e verticaes e de côrtes transversaes e longitudinaes na escala de 1 por 100.

Os projectos das estações mais importantes e das pontes poderão, mediante prévia concessão do Governo, ser apresentados á medida que tiverem de ser executados.

Apresentará regularmente:

A relação das pontes, viaductos, pontilhões e boeiros com as principaes dimensões, posição da linha, systema de construcção e quantidade de obra;

A tabella da quantidade de excavações necessarias para executar-se o projecto, com indicação da classificação approximada dos materiais e das distancias médias do transporte;

A tabella dos alinhamentos, raios de curvas, cotas de declividades e suas extensões;

As cadernetas authenticadas das notas das operações topographicas, geodesicas e astronomicas feitas no terreno;

Os desenhos dos trilhos e accessorios em grandeza de execução.

A companhia deverá tambem apresentar os dados e informações que tiver colligido sobre a população, industria, commercio, riqueza e composição mineralogica da zona percorrida pela estrada.

## VIII

Antes de resolver sobre os projectos submittidos á sua approvação, poderá o Governo mandar proceder, a expensas da companhia, ás operações graphicas necessarias ao exame dos projectos, e poderá modificar esses projectos como julgar conveniente.

O Governo poderá designar os pontos em que devem ser estabelecidas as estações e paradas.

A companhia não poderá, sem autorização expressa do Governo, modificar os projectos approvados.

Todavia, não obstante a approvação do perfil longitudinal, a companhia poderá fazer as modificações necessarias ao estabelecimento das obras d'arte, passagens de nivel e paradas indicadas no projecto approvado.

A approvação dos projectos apresentados pela companhia não poderá ser invocada para justificar a revogação de nenhuma destas condições.

## IX

Procurar-se-ha dar ás curvas o maior raio possivel. O raio minimo será de 100 metros.

As curvas dirigidas em sentido contrario deverão ser separadas por uma tangente de 10 metros pelo menos.

A declividade maxima será de 3  $\frac{1}{2}$ .

A estrada será dividida em secções de serviço de locomotivas, procurando-se em uma destas uniformar as condições technicas, de modo a effectuar o melhor aproveitamento de força dos motores.

As rampas, contra-rampas e patamares serão ligados por curvas verticaes de raios e desenvolvimento convenientes.

Toda a rampa seguida de uma contra-rampa será separada desta por um patamar de 30 metros pelo menos; nos tunneis e nas curvas de pequenos raios se evitará o mais possivel o emprego de fortes declives.

Sobre as grandes pontes e viaductos metallicos, bem como á entrada dessas obras, se procurará não empregar curvas de pequeno

raio ou as fortes declividades, afim de evitar a produção de vibrações nocivas ás juntas e articulações das diversas peças.

As paradas e estações serão de preferença situadas sobre porção da linha em recta e de nivel.

## X

A estrada poderá ser de via singela ; mas terá os desvios e linhas auxiliares que forem necessarios para o movimento dos trens.

A distancia entre as facos internas dos trilhos será de 1<sup>ma</sup>.00.

As dimensões do perfil transversal serão sujeitas á approvação do Governo.

As valletas longitudinaes terão as dimensões e declive necessarios para dar prompto escoamento ás aguas.

A inclinação dos taludes dos côrtes e aterros será fixada em vista da altura destes e da natureza do terreno.

## XI

A companhia executará todas as obras d'arte e fará todos os trabalhos necessarios para que a estrada não crêe obstaculo algum ao escoamento das aguas e para que a direcção das outras vias de comunicação existentes não receba senão as modificações indispensaveis e precedidas de approvação do Governo.

Os cruzamentos com as ruas ou caminhos publicos poderão ser superiores, inferiores, ou, quando absolutamente se não possa fazer por outro modo, de nivel, construido, porém, a companhia, a expensas suas, as obras que os mesmos cruzamentos tornarem necessarias, ficando tambem a seu cargo as despesas com os signaes e guardas que forem precisos para as cancellas durante o dia e a noite. Terá nesse caso a companhia o direito de alterar a direcção das ruas ou caminhos publicos com o fim de melhorar os cruzamentos ou de diminuir o seu numero, precedendo consentimento do Governo e, quando for de direito, da Camara Municipal, sem que possa perceber qualquer taxa pela passagem nos pontos de intersecção.

Executará as obras necessarias á passagem das aguas utilizadas para o abastecimento ou para fins industriaes ou agricolas, e permitirá que, com identicos fins, taes obras se effectuem em qualquer tempo, desde que dellas não resulte damno á propria estrada.

A estrada de ferro não poderá impelir a navegação dos rios ou canaes e, nesse intuito, as pontes ou viaductos sobre os rios e canaes terão a capacidade necessaria para que a navegação não seja embaraçada.

Em todos os cruzamentos superiores ou inferiores com as vias de comunicação ordinarias, o Governo terá o direito de marcar a altura dos vãos dos viaductos, a largura destes e a que deverá haver entre os parapeitos em relação ás necessidades da circulação da via publica que ficar inferior.

Nos cruzamentos de nivel os trilhos serão collocados sem saliencia nem depressão sobre o nivel da via de comunicação que cortar a estrada de ferro, de modo a não embaraçar a circulação de carros ou carroças.

O eixo da estrada de ferro não deverá fazer com o da via de comunicação ordinaria um angulo menor de 45°.

Os cruzamentos de nivel terão sempre cancellas ou barreiras vedando a circulação da via de comunicação ordinaria na occasião da passagem dos trens; havendo, além disso, uma casa de guarda todas as vezes que o Governo reconhecer essa necessidade.

## NII

Nos tunneis, como nos viaductos inferiores, deverá haver um intervallo livre nunca menor de 1<sup>ma</sup>,50 de cada lado dos trilhos.

Além disso haverá de distancia em distancia, no intervallo dos tunneis, nichos de abrigo.

As aberturas dos poços de construção e ventilação dos tunneis serão guardadas de um parapeito de alvenaria de dous metros de altura e não poderão ser feitas nas vias de comunicação existentes.

## NIII

A companhia empregará materiaes de boa qualidade na execução de todas as obras, e seguirá sempre as prescripções da arte, de modo que obtenha construções perfeitamente solidas.

O systema e dimensões das fundações das obras d'arte serão fixados por occasião da execução, tendo em attenção a natureza do terreno a as pressões supportadas, de accôrdo entre a companhia e o Governo. A companhia será obrigada a ministrar osapparelhos e pessoal necessários ás sondagens e fimeamento das estacas de ensaio, etc.

Nas superestructuras das pontes as vigas de madeira só poderão ser empregadas provisoriamente, devendo ser substituídas por vigas metallicas, logo que o Governo exija. O emprego do ferro fundido em lengerões não será tolerado.

Antes de entregues á circulação todas as obras d'arte serão experimentadas, fazendo-se passar e repassar sobre ellas, com diversa velocidade e depois estacionar algumas horas, um trem composto de locomotivas ou, em falta destas, de carros de mercadorias, quanto possível carregados.

As despezas destas experiencias correrão por conta da companhia.

## XIV

A companhia construirá todos os edificios e dependencias necessarias para que o trafego se effectue regularmente e sem perigo para a segurança publica.



As estações conterão salas de espera, bilheteria e accommodation para o agente, armazens para mercadorias, caixas d'agua, latrinas, mictorios, rampas de carregamento e embarque de animaes, balanças, relogios, lampeões, desvios, cruzamentos, chaves, signaes e cercas.

As estações e paradas terão mobilia appropriada.

Os edificios das estações e paradas terão do lado da linha uma plataforma coberta para embarque e desembarque dos passageiros. As estações e paradas terão dimensões de accordo com a sua importancia.

O Governo poderá exigir que a companhia faça nas estações e paradas os aumentos reclamados pelas necessidades da lavoura, commercio e industria.

## XV

O Governo reserva o direito de fazer executar pela companhia, ou por conta della, durante o prazo da concessão, alterações, novas obras cuja necessidade a experiencia haja indicado em relação á segurança publica, policia da estrada de ferro ou do trafego.

## XVI

A companhia fornecerá o material rodante, locomotivas e *tenders*, quer de passageiros, quer de mercadorias de qualquer natureza correspondentes ao serviço da estrada que faz objecto da presente concessão. Esse material será construido de modo que haja segurança nos transportes e commodidade para os passageiros o constará, para abertura da mesma estrada ao trafego, do que fór fixado no respectivo orçamento.

O Governo poderá prohibir o emprego de material que não preencha as condições acima referidas.

## XVII

Todas as indemnizações e despesas motivadas pela construcção, conservação, trafego e reparação da estrada de ferro correrão, exclusivamente e sem excepção, por conta da companhia.

## XVIII

A companhia será obrigada a cumprir as disposições do Regulamento de 26 de Abril de 1857 e bem assim quaesquer outras da mesma natureza, que forem decretadas para segurança e policia das estradas de ferro, uma vez que as novas disposições não contrariem as presentes clausulas.

## XIX

A companhia será obrigada a conservar com cuidado durante todo o tempo da concessão e a manter em estado que possam perfeitamente preencher o seu destino, tanto a estrada de ferro e suas dependencias, como o material rodante, sob pena de multa, suspensão da concessão, ou de ser a conservação feita pelo Governo á custa da companhia.

No caso de interrupção do trafego excedente de 30 dias consecutivos por motivos não justificados, o Governo terá o direito de impor uma multa por dia de interrupção, igual á renda liquida do dia anterior a ella, e restabelecerá o trafego, correndo as despezas por conta da companhia.

## XX

O Governo poderá realizar em toda a extensão da estrada, inclusive a parte actualmente em trafego, as construcções necessarias ao estabelecimento de uma linha telegraphica de sua propriedade, usando ou não, como melhor lhe parecer, dos mesmos postos das linhas telegraphicas que a companhia é obrigada a construir em toda a extensão da estrada, responsabilizando-se a mesma companhia pela guarda dos fios, postes eapparelhos electricos, que pertencerem ao Governo. Enquanto isto não se realizar, a companhia é obrigada a expedir telegrammas do Governo com 50 % de abatimento da tarifa estabelecida para os telegrammas particulares.

## XXI

Durante o tempo do privilegio o Governo não concederá outras estradas de ferro, dentro de uma zona de 20 kilometros para cada lado do eixo da estrada.

O Governo reserva-se o direito de conceder outras estradas que, tendo o mesmo ponto de partida e direcções diversas, possam approximar-se e até cruzar a linha concedida, contanto que dentro da referida zona não recebam generos ou passageiros.

O Governo fiscalisará, como julgar conveniente, não só a estrada que faz objecto da presente concessão, como o seu serviço. O Engenheiro ou os Engenheiros fiscaes por parte do Governo serão por este pagos, mas terão o direito de percorrer livremente toda a estrada.

E' livre ao Governo, em todo o tempo, mandar Engenheiros de sua confiança acompanhar os estudos e os trabalhos da construcção, afim de examinar si são executados com proficiencia, methodo e precisa actividade.

## XXII

Si durante a execução ou ainda depois da terminação dos trabalhos se verificar que qualquer obra não foi executada conforme as regras d'arte, o Governo poderá exigir da companhia a sua demolição e reconstrução total ou parcial, ou fazê-la por administração á custa da mesma companhia.

## XXIII

Um anno depois da terminação dos trabalhos a companhia entregará ao Governo uma planta cadastral de toda a estrada, bem como uma relação das estações e obras d'arte, e um quadro demonstrativo do custo da mesma estrada. De toda e qualquer alteração ou aquisição ulterior será tambem enviada planta ao Governo.

## XXIV

Os preços de transporte serão fixados em tarifas approvadas pelo Governo, não podendo exceder o dos meios ordinarios de condução no tempo da organização das mesmas tarifas. As tarifas serão revistas, pelo menos, todos os cinco annos.

## XXV

Pelos preços fixados nessas tarifas a companhia será obrigada a transportar constantemente, com cuidado, exactidão e presteza, as mercadorias de qualquer natureza, os passageiros e suas bagagens, os annaes domesticos e outros, e os valores que lhe forem confiados.

## XXVI

A companhia poderá fazer todos os transportes inferiores aos das tarifas approvadas pelo Governo, mas de modo geral e sem excepção, quer em prejuizo, quer em favor de quem quer que seja. Estas baixas de preço se farão effectivas com o consentimento do Governo, sendo o publico avisado por meio de annuncios afixados nas estações e insertos nos jornaes. Si a companhia fizer transportes por preços inferiores aos das tarifas, sem aquelle previo consentimento, o Governo poderá applicar a mesma redução a todos os transportes de igual categoria, isto é, pertencentes á mesma classe de tarifa, e os preços assim reduzidos não tornarão a ser elevados como no caso do previo consentimento do Governo, sem autorização expressa d'este, avisando-se o publico com um mez pelo menos de antecedencia. As reduções concedidas a indigentes não poderão dar logar á applicação d'esto artigo.

## XXVII

A companhia obriga-se a transportar gratuitamente os colonos e imigrantes, suas bagagens, ferramentas, utensilios e instrumentos aratorios, e com abatimento de 50 %:

1.º As autoridades, esoltas policiaes e respectiva bagagem, quando forem em diligencia :

2.º Munição de guerra e qualquer numero de soldados do Exercito ou da Guarda Nacional ou da Policia, com seus officiaes e respectiva bagagem, quando mandados a serviço do Governo a qualquer parte da linha, dada a ordem para tal fim pelo mesmo Governo, pelo Presidente da Provincia ou outras autoridades que para isso forem autorizadas ;

3.º As sementes e as plantas enviadas pelo Governo ou pelas Presidencias das Provincias para serem gratuitamente distribuidas aos lavradores ;

4.º Todos os generos de qualquer natureza que sejam, pelo Governo ou pelos Presidentes das Provincias enviados para atender aos soccorros publicos exigidos pela secca e inundação, peste, guerra ou outra calamidade publica.

Todos os mais passageiros e cargas do Governo geral ou provincial, não especificados acima, serão transportados com abatimento de 15 %.

Terão tambem abatimento de 15 % os transportes de materiaes que se destinarem á construcção e custeio dos ramaes e prolongamento da propria estrada, e os destinados ás obras municipaes nos municipios servidos pela mesma estrada.

Sempre que o Governo o exigir em circumstancias extraordinarias, a companhia porá ás suas ordens todos os meios de transporte de que dispuzer.

Neste caso o Governo, si o preferir, pagará á companhia o que fór convencionado, pelo uso da estrada e todo o seu material, não excedendo o valor da renda média do periodo identico nos ultimos tres annos.

As malas do Correio e seus conductores ou funcionarios encarregados por parte do Governo do serviço da linha telegraphica, bem como quaesquer sommas de dinheiro pertencentes ao Thesouro Nacional ou Provincial, serão conduzidos gratuitamente em carro especial adaptado para esse fim.

## XXVIII

Logo que os dividendos excederem de 12 % o Governo terá o direito de exigir a redução das tarifas de transporte.

Estas reduções se effectuarão principalmente em tarifas differenciaes para os grandes percursos e nas tarifas dos generos destinados á lavoura e á exportação.



## XXIX

O Governo poderá fazer, depois de ouvida a companhia, concessão de ramaes para uso particular, partindo das estações ou de qualquer ponto da linha concedida, sem que a companhia tenha direito a qualquer indemnização, salvo si houver augmento eventual de despesa e conservação.

Todas as obras definitivas ou provisórias necessárias para obter, neste caso, a segurança do tráfego, serão feitas sem onus para a companhia.

## XXX

Na época fixada para terminação da concessão a estrada de ferro e suas dependências deverão achar-se em bom estado de conservação. Si no ultimo quinquennio da concessão a conservação da estrada fôr descuidada, o Governo terá o direito de confiscar a receita e empregar-a naquelle serviço.

## XXXI

O Governo terá o direito de resgatar a estrada que faz objecto da presente concessão, depois de decorridos 30 annos desta data.

O preço do resgate será regulado, em falta de accôrdo, pelo termo médio do rendimento liquido do ultimo quinquennio e tendo-se em consideração a importancia das obras, material e dependências, no estado em que estiverem então.

A importancia do resgate poderá ser paga em titulos da divida publica interna de 6 % de juro annual.

Fica entendido que a presente clausula só é applicavel aos casos ordinarios e não abroga o direito de desapropriação por utilidade publica, que tem o Estado.

Findo o prazo de 60 annos do privilegio revertem á propriedade do Estado, sem indemnização alguma, as obras, estações e edificios, o material fixo e rodante, e accessorios que constituem a estrada de que trata a presente concessão.

## XXXII

A companhia não poderá alienar a estrada ou parte della sem prévia autorização do Governo.

Poderá, mediante consentimento do Governo, arrendar a mesma estrada e o material fixo á outra companhia ou empresa, á qual

passará a propriedade do material rodante e os direitos e obrigações resultantes das presentes clausulas referentes ao custeio da estrada, sem prejuizo da clausula de reversão acima estipulada.

## XXXIII

A companhia obriga-se a não possuir escravos e a não empregar nos diversos serviços da estrada senão pessoas livres.

## XXXIV

No caso de desaccôrdo entre o Governo e a companhia sobre a intelligencia das presentes clausulas, esta será decidida por arbitros nomeados, um pelo Governo, outro pela companhia. Servirá de desempatador a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado.

## XXXV

Pela inobservancia de qualquer das presentes condições poderá o Governo impor multas de 200\$ até 5:000\$, e o dobro na reincidencia.

## XXXVI

Para garantia da execução do contrato que, em virtude desta concessão, tem de celebrar-se, o concessionario depositará no Thezouro Nacional, antes da assignatura do mesmo contrato, a quantia de 5:000\$ em dinheiro ou titulos da divida publica, ficando entendido que, sendo o deposito feito em moeda corrente, não vencerá juros.

## XXXVII

Si decorridos os prazos fixados não quizer o Governo prorogal-os e declarar caduca a concessão, a companhia perderá em beneficio do Estado a caução prestada, a qual será completada á medida que dolla forem deduzidas as multas.

## XXXVIII

Ficam resalvados os direitos outorgados em outras concessões de igual natureza que existem feitas pelo Governo geral ou provincial.

## XXXIX

Ficará sem effeito a presente concessão si, dentro do prazo de 60 dias a contar da data da sua publicação no *Diario Official*, não fôr prestada a caução de que trata a clausula 36ª e assignado o respectivo contrato.

Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Janeiro de 1885.— *Antonio Carneiro da Rocha.*

*Antônio Carneiro da Rocha*

## DECRETO N. 9363 — DE 17 DE JANEIRO DE 1885

Proroga, por mais dous annos, o prazo fixado na clausula 2ª do Decreto n. 6996 de 17 de Agosto de 1878.

Attendendo ao que requereram Vasconcellos, Dias & Comp., Hei por bem Prorogar novamente, por mais dous annos, o prazo fixado na clausula 2ª do Decreto n. 6996 de 17 de Agosto de 1878, que concedeu permissão a Francisco Raymundo Luiz dos Santos e Affonso Augusto Rodrigues de Vasconcellos para lavrar ouro e outros mineraes no municipio de S. José d'El-Rei, Província de Minas Geraes.

Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Janeiro de 1885, 61ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

*Antônio Carneiro da Rocha*

## DECRETO N. 9364 — DE 24 DE JANEIRO DE 1885

Approva provisoriamente as instruções regulamentares e tarifas para o transporte de passageiros e mercadorias pela estrada de ferro do Paraná.

Hei por bem Approvar provisoriamente as instruções regulamentares e tarifas para o transporte de passageiros e mercadorias pela estrada de ferro do Paraná, as quaes com este baixam assignadas por Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario do Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Janeiro de 1885, 61º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

**Instruções e tarifas a que se refere o  
Decreto n. 9364, desta data**

PASSAGEIROS

Art. 1.º Os passageiros pagarão os preços da tarifa n. 1, correspondentes á classe de suas passagens.

Art. 2.º A venda dos bilhetes nas estações começa 30 minutos e cessa 15 minutos antes da partida dos trens.

Art. 3.º Nenhum passageiro poderá viajar na estrada de ferro sem bilhete ou passe, dado por agente da administração.

Art. 4.º Os passes só poderão ser concedidos em serviço do Governo ou da estrada de ferro e não são transferíveis; os seus portadores não podem viajar em carro de classe superior á nelles designada, ainda mesmo pagando a diferença correspondente.

Art. 5.º A companhia poderá conceder aos viajantes, entre pontos certos, bilhetes de ida e volta com valor por oito dias, abatendo 25 % da importancia total de suas passagens.

§ 1.º Os bilhetes de viagem singela são válidos unicamente no dia e trem para que forem comprados; e os de ida e volta, em qualquer trem ordinario de passageiros, durante os oito dias.

§ 2.º Si o passageiro, munido de bilhete singelo, ou de ida e volta, parar em uma estação áquem do termo da sua viagem indicado no bilhete, terá de comprar novo bilhete para



continuar a viagem. Si na volta quizer utilizar-se do bilhete de volta, parando em uma estação intermedia, terá de comprar novo bilhete para a primeira parte da viagem de volta ou para a segunda, conforme quizer se utilizar do bilhete de volta para a segunda ou para a primeira parte da viagem.

Art. 6.º A companhia poderá emitir bilhetes de assignatura para ida e volta diariamente, entre pontos cortos, nos trens ordinarios de passageiros, com as seguintes deducções sobre a tarifa geral :

Para um mez 30 %.

Para tres mezes 40 %.

Para seis mezes 50 %.

Estes bilhetes poderão comprehender ou não os domingos e dias santos, á vontade do assignante, e são intransferiveis, excepto os de 2ª classe para criados de uma mesma pessoa, inscrevendo esta no bilhete e no acto da assignatura os nomes dos que dellos se servirão.

Art. 7.º A companhia tem o direito de tomar qualquer dos bilhetes ou passes de que tratam os arts. 4º e 6º, quando não forem apresentados pelas pessoas, ás quaes foram concedidos, cobrando o duplo da passagem ; nos casos de reincidencia, os bilhetes ou passes serão considerados de nenhum valor, e os assignantes nenhum direito terão á indemnização.

Paragrapho unico. O viajante que recusar-se a exhibir o bilhete ou passe, quando exigido pelos empregados da estrada, é considerado sem bilhete e como tal sujeito ás determinações do art. 10.

Art. 8.º A familia ou pessoas que se reunirem para comprar ou occupar um compartimento de qualquer classe, poderão levar comsigo cães gratuitamente.

Art. 9.º A companhia poderá recusar trem especial.

Si o conceder, porém, cobrará a taxa correspondente á lotação completa de dous carros de 1ª classe e um de 2ª ; e mais a taxa correspondente á respectiva lotação, com desconto de 20 % por cada carro que for preciso além daquelle.

Art. 10. Os passageiros sem bilhetes, portadores de bilhetes não carimbados pela administração, ou que tenham carimbo de outro dia ou trem, salvo os casos previstos, pagarão o preço de sua viagem, contada do ponto de partida do trem, si pelo seu conhecimento de bagagem não estiver provada a estação de sua procedencia. Os que excederem o trajecto a que tiverem direito, ou viajarem em classe superior á indicada no seu bilhete, pagarão a differença de sua passagem, e nesse caso o chefe da estação é obrigado a dar um bilhete supplementar que indique a somma percebida, e, no caso de terem procedido de má fe, ficarão igualmente sujeitos á multa de 20\$ a 50\$, nos termos do art. 104 do Regulamento approved pelo Decreto n. 1930 de 26 de Abril de 1857.

Art. 11. As companhias lyricas, dramaticas ou equestres, collegios, bandas ou sociedades de musica, quando viajarem

incorporadas em numero superior a 10 pessoas, gozarão do abatimento de 50 %, em seus bilhetes; e de igual abatimento no frete da tarifa n. 3 pelo transporte da respectiva bagagem, quando não exijam que chegue a seu destino dentro de 24 horas, contadas da entrega.

Art. 12. As crianças menores de 3 annos, sendo conduzidas ao collo, terão passagem gratis. As de 3 até 12 annos pagarão meia passagem e terão direito a um logar separado; mas, em um mesmo compartimento, dous menores não poderão occupar senão o logar de um adulto, salvo si um delles houver pago passagem inteira.

Art. 13. Os doentes que viajarem deitados e os alienados devem ser acompanhados por pessoas que os vigiem, e só poderão ser transportados em compartimento separado, pagando a lotação respectiva com o abatimento de 25 %.

Art. 14. E' expressamente prohibido a qualquer passageiro :

1.º Passar de um carro para outro estando o trem em movimento ;

2.º Viajar nas varandas dos carros ou dobrucar-se para fóra ;

3.º Viajar nos carros de 1ª classe, estando descalço, de chinellos ou tamancos ;

4.º Entrar ou sahir dos carros estando o trem em movimento ;

5.º Entrar ou sahir por outro logar que não seja a plataforma da estação e porta para esse fim designada ;

6.º Entrar ou sahir, sem ser pela portinhola que o guarda designar ;

7.º Fumar nas salas de espera, enquanto ali permanecem senhoras.

Art. 15. A entrada dos trens é interdicta :

1.º A's pessoas embriagadas e indecentemente vestidas ;

2.º Aos portadores de armas carregadas, materias inflammaveis, ou objecto cujo odor possa incommodar aos passageiros.

Art. 16. Ninguem poderá transportar consigo nos carros mais do que uma arma de fogo, a qual deve ser apresentada ao chefe da estação para verificar si está carregada. Esta disposição não comprehende os agentes da força publica que viajarem em serviço do Governo, acompanhando presos ou recrutas.

Art. 17. O passageiro que infringir as presentes instrucções, e, depois de advertido pelos empregados da estrada de ferro, persistir na infracção, será posto fóra da estação, restituindo-se-lhe o valor do bilhete que houver comprado, si não tiver começado a viagem.

Si a infracção fór commettida durante a viagem, o passageiro incorrerá na multa de 20\$ a 50\$ (art. 104 do Regulamento de 26 de Abril de 1857) e, no caso de recusar-se a pagal-a, ou si depois desta satisfeita não corrigir-se, o con-

ductor o entregará ao chefe da estação mais proxima para remettel-o á autoridade policial, a qual procederá como fôr de direito.

*Bagagens, encomendas e valores*

Art. 18. As encomendas e bagagens, e os objectos cujo peso não exceder a 100 kilogrammas ou dous metros cubicos de volume, e que forem transportados pelos trens de passageiros, pagarão pela tarifa n. 3, sendo seus fretes satisfeitos no acto da inscripção.

Taes volumes devem ser apresentados a despacho pelo menos 20 minutos antes da partida do trem que tiver de conduzil-os, e serão registrados.

Art. 19. Os passageiros não poderão levar consigo, nos carros em que viajarem, senão pequenos volumes que caibam debaixo dos bancos dos carros, e não incommodem aos demais viajantes, a juizo do chefe da estação ou da pessoa encarregada da policia do trem. Esses volumes não serão considerados como bagagem, e por elles nenhuma responsabilidade terá a administração da estrada.

Art. 20. Os volumes de bagagem ou encomendas poderão ser recusados nos trens de passageiros, desde que o seu peso exceda a 100 kilogrammas ou o seu volume de dous metros cubicos.

Art. 21. A bagagem registrada, conduzida pelo trem de passageiros, deve ser retirada no dia de sua chegada á estação destinataria. A que não fôr reclamada naquella dia, ficará na estação, pagando de armazenagem 100 réis por dia, por 10 kilogrammas ou fracção de 10 kilogrammas. A companhia não se responsabilisa pelos riscos provenientes da natureza ou especie dos objectos contidos nos volumes de bagagem.

Art. 22. Em caso de perda ou damno de um ou mais volumes de bagagem, o passageiro tem direito de reclamar da administração a somma correspondente ao peso dos objectos perdidos ou damnificados, na razão de 1\$ por kilogramma. Si a indemnização tiver logar por damno ou avaria, na razão da somma fixada no presente artigo, a bagagem ficará pertencendo á companhia.

Art. 23. Estas disposições não comprehendem os objectos preciosos, cujos valores forem declarados, ou os volumes cujo conteúdo fôr conhecido, os quaes serão pagos, aquelles pelos respectivos valores e estes por arbitramento.

Art. 24. Para o despacho de pequenos volumes de encomenda fica estabelecido o peso de um kilogramma para pagamento de frete de 200 réis, que será o minimo admittido.

Deve constar nas encomendas o nome do consignatario e o da estação destinataria.

Art. 24 bis. O dinheiro em papel ou em metal, as joias e metaes preciosos, titulos ao portador e outros quaesquer valores as-

melhantes, serão sujeitos á taxa de  $1\frac{1}{2}\%$  *ad valorem* e deverão estar bem acondicionados em caixas ou saccos, ou formar pacotes revestidos de envoltorios intactos em papel ou panno encerado.

Taes volumes devem ser fechados por meio de sinete em lacre, sendo estes em numero sufficiente para assegurar a sua inviolabilidade (tres pelo menos).

### *Mercadorias*

Art. 25. As mercadorias depositadas nas estações, para serem despachadas, deverão ser acompanhadas de uma nota assignada pelo remettente, na qual estejam declaradas a data da entrega, a natureza da mercadoria, o numero, marca e acondicionamento dos volumes e os nomes e endereços do remettente e consignatario.

§ 1.º Os agentes da companhia não despacharão mercadoria alguma sem ter verificado a exactidão desta nota.

§ 2.º Os volumes devem trazer marca ou enredo bem legivel, e além disto o nome da estação do destino (ficando isentos os generos ensacados, em surrões ou jacás, quando em quantidade superior a 10 volumes) e ser acondicionados de modo a poderem resistir aos choques ordinarios inherentes ao transito por estrada de ferro.

Art. 26. As mercadorias que, misturadas com outras, possam damnificá-las, serão transportadas em vagão especial.

Art. 27. A companhia poderá recusar a expedição de qualquer carga nos seguintes casos:

1.º Si o genero estiver tão mal acondicionado, que haja probabilidade de não chegar ao seu destino sem perda ou avaria;

2.º Si reconhecer-se no acto da entrega que já está deteriorado;

3.º Si verificar-se que o peso é inferior ao indicado na nota, ou que a marca e numero são inexactos;

4.º Si faltarem alguns volumes.

Entretanto, o remettente poderá reparar os defeitos da carga e neste caso a companhia fará a remessa, substituindo-se por outra a nota apresentada, si for necessario.

Art. 28. Enquanto a carga não for reparada, ou retirada, si o remettente não quizer mais envia-la, poderá demorar-se 24 horas na estação, sem responsabilidade por parte da companhia, sujeitando-se depois á armazenagem.

Art. 29. A companhia poderá igualmente expedir a carga no estado em que for entregue, dando o remettente ao agente da estação uma nota assignada, na qual declare os defeitos da mesma carga, e allvie a companhia da responsabilidade das avarias.

Art. 30. As mercadorias susceptiveis de se deteriorarem em pouco tempo e os generos cujo valor importar em menos do

que o respectivo frete, serão despachados depois de pago o frete; e a companhia não será responsavel pelo estado em que chegarem ao seu destino os de facil deterioração.

Art. 31. A companhia não se responsabilisa pelas avarias inherentes á natureza das mercadorias, taes como a deterioração de frutas, etc., diminuição ordinaria de peso, combustão espontanea, effervescencia, evaporação ou esgoto de liquidos, etc.

Igualmente não será responsavel por avarias de outra qualquer natureza, desde que não forem authenticadas pelo chefe da estação antes da entrega dos objectos, e não houver estrago conhecido nos involucros, procedente de negligencia de seus empregados.

Art. 32. Os expeditores devem declarar si as suas mercadorias são frageis, ou si devem ser preservadas de humidade; em falta do que a companhia não responde por avarias desta especie.

Art. 33. Pela armazenagem das cargas que ficarem nas estações, por não terem sido retiradas pelos seus respectivos consignatarios, no prazo de 48 horas depois de avisados quando conhecidos, da chegada das mesmas cargas, cobrará a companhia os seguintes direitos:

1\$500 por tonelada metrica por dia nos primeiros 10 dias immediatos ao prazo acima marcado; 3\$ por tonelada, por dia, nos dias seguintes.

Art. 34. Nenhuma despeza de armazenagem poderá a companhia cobrar pela demora das cargas em suas estações, antes de serem expeditas, salvo si essa demora fôr motivada pelo remetente ou consignatario. Neste caso perceberá a companhia 1\$500 por tonelada metrica e por cada dia que decorrer entre aquelle em que deveria ter sido effectuado o embarque e aquelle em que o fôr.

Art. 35. As massas indivisas, que pesarem mais de 2.000 até 3.000 kilogrammas, ou cujo volume fôr superior de dois até tres metros cubicos, serão sujeitas a uma taxa adicional de 15\$ por volume; as que pesarem mais de 3.000 até 5.000 kilogrammas, ou cujo volume fôr superior de tres até cinco metros cubicos, serão sujeitas a uma taxa adicional de 20\$ por volume.

O transporte de massas indivisas de peso excedente a cinco toneladas metricas, ou de volume superior a cinco metros cubicos, ou que necessitem de emprego de material especial, não é obrigatorio; — porém, quando aceitas, os preços e condições de transporte serão regulados por mutuo accôrdo entre a companhia e o remetente.

Art. 36. O transporte das materias inflammaveis ou explosivas se fará sómente em trens exclusivamente de mercadorias e em dias determinados.

Art. 37. As mercadorias taxadas segundo os preços da tarifa n. 7 devem ser annunciadas no dia anterior ao do despacho.

A carga será feita pelos remetcentes, e a descarga pelos consignatarios ou á custa destes pela companhia, si dentro de 24 horas de avisados não a effectuarem elles.

Pela descarga que neste caso se fizer cobrará a companhia 2\$ por carro. Essas mercadorias não serão recolhidas debaixo do coberta.

Por todos os materiaes ou objectos, qualquer que seja sua natureza, que forem descarregados nos pateos das estações, a administração não cobrará armazenagem alguma dentro do prazo de cinco dias; si, porém, findo este prazo, não forem retirados da estação, pagarão a taxa diaria de 2\$ por tonelada.

Art. 38. Os animaes e madeiras, taxados segundo os preços das tarifas 7, 9 e 10, serão transportados sem demora, quando completarem a lotação dos carros proprios para este transporte, ou quando, não completando, pagar o remetcente o valor da lotação dos mesmos carros. No caso contrario, os animaes e madeiras poderão ser demorados até que haja lotação.

Art. 39. A companhia poderá recusar, por affluencia de mercadorias taxadas a peso, as cargas sujeitas ao preço de transporte das tarifas 7, 9 e 10.

Art. 40. Toda a inscripção de mercadorias, bagagem, dinheiro, joias, animaes e cascos vazios é feita, dando-se ao expeditor um conhecimento, que será exigido no acto da entrega dos objectos.

Art. 41. As mercadorias de qualquer natureza remettidas para as estações, afim de serem expeditas pelos trens de carga, e cujos despachos não forem pagos dentro de 12 horas, ficam sujeitas ás armazenagens previstas, a menos que tenha de ser pago o frete na estação destinataria.

Art. 42. Os artigos sujeitos a se deteriorarem poderão ser vendidos no fim de oito dias ou antes, sendo isto indispensavel, e no caso de serem recusados pelos destinatarios ou serem estes desconhecidos pela companhia, recolhendo-se qualquer excedente ao deposito publico.

Art. 43. Em caso de perda ou damno das mercadorias (salvo os casos do art. 31), a companhia não se responsabilisa senão pelo valor real e immediato dos volumes extraviados, e não pelos lucros que de sua entrega eram esperados; e isto mesmo sómente quando, na forma deste regulamento e leis em vigor, tiver o expeditor direito a esta indemnização.

#### *Animaes*

Art. 44. Os animaes serão transportados pelos trens de cargas e mixtos, e pagarão pelas tarifas respectivas.

Art. 45. Os animaes de sella ou para viagem, os de carro, os cães amordaçados, poderão ser transportados pelos trens de viajantes, pagando taxa dupla da indicada nas mesmas tarifas.

Art. 46. Os animais deverão ser apresentados a despacho pelo menos 30 minutos antes da partida do trem de passageiros, e 40 minutos antes da hora indicada para a partida dos trens de mercadorias.

Art. 47. Os animais deverão ser recebidos á chegada dos trens por seus donos ou consignatarios; e, caso o não sejam, remetidos para lugar conveniente, para serem tratados por conta e risco daquelles a quem pertencerem.

Art. 48. O expeditor que desejar effectuar o transporte de grande numero de animais, deverá prevenir a administração com antecedencia de 24 horas, pelo menos.

Art. 49. Os animais perigosos serão igualmente sujeitos a uma taxa convencional entre a companhia e o remittente, assim como aquelles cujos valores declarados forem superiores a 500\$000.

Art. 50. As capoeiras de gallinhas e os pequenos animais ou aves, em gaiolas ou caixões engradados, estão sujeitos ás mesmas condições de despacho e recebimento de animais, e pagarão pelas tarifas em que estão classificados, sendo transportados pelos trens de carga ou mixtos, e pelo duplo nos trens de passageiros.

As aves designadas na tarifa n. 8 serão taxadas por peso.

Art. 51. Os animais de cangalhas, bois, porcos, cabras, carneiros, etc. serão transportados nos trens de mercadorias.

Art. 52. Os animais não classificados serão taxados segundo as tarifas feitas para os animais, com os quaes tiverem mais analogia.

#### *Disposições gerais*

Art. 53. O systema metrico admittido no Imperio pela Lei n. 1157 de 26 de Junho de 1862, será exclusivamente adoptado nas estradas de ferro.

A tonelada metrica, cujo peso é de 1.000 kilogrammas, corresponde a 68 arrobas, duas libras, seis onças, tres oitavas e 14,4 grãos do antigo systema de pesos e medidas.

O kilogramma corresponde a duas libras, duas onças, seis oitavas e 60,13 grãos.

O metro cubico corresponde a 94 palmos cubicos, approximadamente.

O metro linear corresponde a quatro palmos e 4,25 polegadas.

Art. 54. Tanto nos trens de viajantes, como nos de mercadorias, as fracções de peso serão contadas por centesimos da tonelada ou por 10 kilogrammas. Assim, todo o peso comprehendido entre 0 e 10 kilogrammas, será taxado como si fosse 10 kilogrammas; entre 10 e 20 kilogrammas, como si fosse 20 kilogrammas, etc., etc.; do mesmo modo, as fracções de volumes serão contadas por centesimos do metro cubico ou por 10 decimetros cubicos, assim como as fracções menores de 20 rs.

serão contadas como 20 rs., quando não houver duas ou mais parcelas para semear; em caso contrario, a disposição deste artigo será applicada sómente á somma e não á cada parcela.

Art. 55. É expressamente prohibido á companhia fazer ajustes particulares com o fim de conceder a um ou outros remettentes quaesquer reduções das tarifas approvadas.

Art. 56. A companhia é obrigada a effectuar com cuidado, exactidão e presteza, e sem favorecer a um mais que a outro individuo, todos os transportes de qualquer natureza que lhe forem confiados; salvas as excepções declaradas nestas instrucções.

Art. 57. Os volumes, animaes ou outras quaesquer cargas, entregues á estrada de ferro, serão inscriptos na estação de partida e na estação de chegada, em registros especiaes, á medida que forem recebidos, mencionando-se a estação do destino, nome dos remettentes e dos consignatarios, marcas, qualidade dos volumes, especie de mercadorias, frete pago ou por pagar.

As remessas serão feitas pela ordem da inscripção no registro da estação de partida, salvos os casos de preferencia por objecto de serviço publico.

Art. 58. A companhia não poderá fazer directa ou indirectamente com empreza de transporte de viajantes ou de mercadorias por terra ou por agua, sob denominação ou forma alguma, arranjos ou convenções quaesquer, aqui não autorizada, salvo si fór para esse fim autorizada pelo Governo imperial.

Haverá sempre a mais completa igualdade entre as diversas emprezas de transporte em suas relações com a estrada de ferro.

Art. 59. A companhia não poderá exigir em nenhum caso taxa alguma adicional por carregar ou descarregar os vagões, ou por armazenagem, além da que fica estipulada nas presentes instrucções.

Art. 60. Desde que um expeditor necessitar de um vagão para carga completa da sua mercadoria, deve requisital-o com antecedencia de 24 horas, e de 48 horas si o pedido fór para dous ou mais vagões.

O expeditor fica sujeito á multa de 5\$ por vagão, si a mercadoria não fór remettida á estação no dia convencionado. A importancia desta multa é depositada no acto da requisição. A administração, no dia immediato ao fixado para a expedição, poderá dispor dos vagões.

O chefe da estação deve prevenir com antecedencia ao expeditor do dia e hora em que os vagões ficaram á sua disposição.

Nas estações intermedias os vagões serão carregados pelos trabalhadores do expeditor dentro do prazo que lhe fór fixado; e, quando o expeditor ou consignatario, por negligencia, não o tenha feito dentro do referido prazo, este serviço poderá ser



effectuado pela administração, cobrando esta, neste caso, além do frete, 2\$ por carga de vagão, o igual somma pela descarga.

Art. 61. Nenhum expeditor de um ou mais vagões de mercadorias poderá exceder, sob qualquer pretexto, a lotação dos mesmos vagões.

O expeditor é responsavel por qualquer avaria causada por seus agentes nos vehiculos da estrada de ferro, na carga ou descarga das mercadorias.

Art. 62. Nas estações intermedias as mercadorias só serão recebidas para serem transportadas nos trens que alli pararem. Os dias e horas das passagens dos trens serão affixados nas ditas estações.

Art. 63. O transporte de objectos que exigirem o emprego de material especial não é obrigatorio.

Art. 64. O transporte de materias inflammaveis, taes como phosphoros, liquidos alcoolicos, agua-raz, vitriolo, essencias e outras substancias perigosas ou de volume cujo involucro possa occasionar incendio, não pôdeter logar pelos trens de passageiros. Estes objectos devem ser acondicionados em barris ou caixões de madeira competentemente fechados, e são expedidos pelos trens de mercadorias em dias determinados pela companhia.

Art. 65. Os saccos vazios que tenham servido e sejam destinados ao transporte pela estrada de ferro, de generos produzidos no paiz, o que em caso de duvida será attestado pelo chefe da estação, são conduzidos gratuitamente, sem responsabilidade da companhia. Si, porém, estes objectos não forem retirados dentro do prazo de 48 horas depois da chegada á estação, pagarão os consignatarios ou destinatarios a seguinte armazenagem por unidade ou fracção de 10 kilogrammas e por dia :

Pelos primeiros 30 dias, 100 réis.

De 30 a 90 dias, 200 réis.

Art. 66. Os objectos que no fim de 90 dias não forem retirados das estações ou armazens da estrada de ferro, serão vendidos pela administração em hasta publica, por conta e risco de quem pertencer, para pagamento das despesas a que estiverem sujeitos, recolhendo-se qualquer excedente ao depositio publico.

Art. 67. A administração tem o direito de abrir os volumes todas as vezes que suspeitar falsa declaração do seu conteúdo.

Em taes casos cobrar-se-ha o frete duplo dos volumes não manifestados.

Si, porém, esses objectos forem inflammaveis ou de grande responsabilidade, o expeditor pagará a multa de 100\$ a 200\$000.

Art. 68. Si a remessa da bagagem ou mercadorias se compuzer de varios volumes, o frete será contado por um só, como o peso de todos os outros. Esta concessão só terá logar si os volumes se acharem reunidos em um só involucro debaixo do nome de um só destinatario.

Art. 69. A responsabilidade da companhia só cessa com a entrega dos objectos aos destinatarios ou seus delegados, salvo os casos especificados nas presentes instrucções, e para as quaes esta responsabilidade está definida.

Art. 70. Toda a reclamação tendo por fim a restituição de uma taxa indevidamente paga ou indemnização de perda e avaria, deve ser immediatamente dirigida ao chefe da estação.

Art. 71. A administração poderá deter os volumes pertencentes aos expeditores que, por falsas declarações, estiverem sujeitos ás multas impostas por este regulamento. Si no prazo de 15 dias não forem pagas as multas devidas, a administração procederá a venda dos objectos detidos, de conformidade com o art. 66. Si o producto da venda não for sufficiente para o pagamento das referidas multas, a administração cobrará o restante executivamente, de conformidade com o Regulamento de 26 de Abril de 1857.

Art. 72. Os empregados da estrada do ferro devem ministrar aos expeditores todas as informações necessarias para a intelligencia e cumprimento das presentes instrucções.

Art. 73. Os agentes da estrada de ferro não podem exigir outros fretes e retribuições de qualquer natureza que não se achem especificados neste regulamento, e de accôrdo com as tarifas annexas.

Art. 74. Os generos e outros objectos não designados nas tarifas serão taxados segundo as tarifas feitas para aquelles com os quaes tiverem mais analogia.

Art. 75. Os perús, ganços, patos, marrecos, gallinhas, pavões, araras, papagaios e quaesquer outras aves domesticas ou silvestres, gatos, leitões, coelhos, porcos da India, macacos, kagados, pacas, tatuís, coatys, etc., e quaesquer outros animaes pequenos, só serão transportados estando acondicionados dentro de gaiolas, cestos, capoeiras, barricas ou caixões fechados, e pagarão por peso.

Art. 76. Os cadaveres só serão transportados em carros cobertos, em compartimento separado e pelo respectivo preço da lotação dos compartimentos, com o abatimento de 25 %.

Art. 77. Nas estações deverão ser descarregados os vagões de cargas que compuzerem os trens segundo a ordem das suas chegadas, devendo ser recolhidas aos armazens aquellas mercadorias que devam ser abrigadas, e em caso algum poderão demorar-se os vagões carregados, ainda mesmo a pedido dos consignatarios ou destinatarios.

Art. 78. Os volumes cujo frete não atingir a 1\$ pagarão esta importancia, sendo livre ao expeditor fazer o despacho por trem de passageiros.

Art. 79. Por cada despacho de mercadorias a peso, animaes ou carros, não se exceptuando os transportes gratuitos, cobrará a companhia a taxa fixa de 100 rs., além da importancia do frete devido.

Pelos recibos em substituição de conhecimentos não apresentados, cobrará a companhia a taxa de 200 rs. por cada um.

Art. 80. Tanto as presentes instruções e tarifas, como os artigos do Regulamento anexo ao Decreto n. 1930 de 26 de Abril de 1857, as 8.<sup>a</sup>, 9.<sup>a</sup> e 10.<sup>a</sup> clausulas do Decreto n. 5012 de 1 de Maio de 1875 e as 7.<sup>a</sup>, 8.<sup>a</sup>, 11.<sup>a</sup>, 12.<sup>a</sup>, 13.<sup>a</sup>, 14.<sup>a</sup>, 15.<sup>a</sup> e 16.<sup>a</sup> das clausulas que baixaram com o Decreto n. 6925 de 10 de Agosto de 1878, deverão ser impressos e colligidos em folheto, do qual serão distribuidos exemplares por todas as estações, como determina o art. 36 do referido regulamento.

Art. 81. Todos os empregados das estações e dos trens e os guardas dos portões e das passagens de nível, usarão de uniforme apropriado ao serviço da estrada de ferro, devendo cada classe ter distinctivo especial.

Ficam isentos desta obrigação os machinistas, foguistas e serventes.

Art. 82. Por infracção de qualquer das disposições acima mencionadas relativas ao serviço de passageiros ou de mercadorias, serão os empregados da companhia sujeitos á multa de 30\$ a 50\$, ou demittidos conforme a gravidade do caso.

### *Telegrapho electrico*

Art. 83. A companhia fica autorizada a cobrar pelo serviço que o telegrapho electrico, por ella estabelecido, prestar aos particulares, as seguintes taxas :

Pela transmissão de um telegramma de 1 a 15 palavras para qualquer das estações da estrada de ferro — 1\$000.

Quando o telegramma tiver mais de 15 palavras, as taxas serão augmentadas de 1/5 por cada serie de cinco palavras ou fracção de serie excedente.

§ 1.<sup>o</sup> O communicante poderá pagar de antemão a resposta do telegramma que apresentar, fixando o numero de palavras ; neste caso a minuta do telegramma deverá ter a declaração :

« Resposta paga para . . . palavras », antes da assignatura do communicante.

§ 2.<sup>o</sup> Si a resposta tiver menor numero de palavras do que o indicado no telegramma, não se fará restituição da taxa ; no caso contrario será o excesso pago pela pessoa que apresentar a resposta.

§ 3.<sup>o</sup> A resposta para ser transmittida deverá ser apresentada dentro das 18 horas que se seguirem á da entrega do telegramma primitivo do destinatario. A resposta apresentada depois de findo este prazo fica sujeita ao pagamento da taxa.

Art. 84. Para o endereço do despacho são concedidas de 1 a 12 palavras, que não serão contadas na cobrança da taxa.

As palavras excedentes de 12 serão contadas á taxa as com o conteúdo do d' specho. O logar da partida e a data serão transmittidos *ex officio*.

Art. 85. Os traços de união e os signaes de pontuação não serão contados, mas os outros signaes serão taxados conforme o numero de palavras necessarias para traduzil-os.

Os numeros de 1 a 5 algarismos serão contados por uma palavra; cada algarismo excedente será contado por uma palavra.

Art. 86. O porte dos despachos ao domicilio dos destinatarios é gratuito; mas, quando quem expedir um telegramma quizer que se remettam cópias do despacho a muitos domicilios em um mesmo logar de estação, pagará 500 rs. de porte por cada cópia menos uma.

Até uma distancia de dous kilometros da estação os despachos serão levados á casa do destinatario por expresso; além daquelle limite serão expedidos pelo Correio.

Art. 87. Quem expedir um telegramma poderá exigir, pagando taxa dupla, que seja repetido para verificação pelo escriptorio do destino.

Si quizer sómente aviso de recepção do destino, pagará mais 10% da taxa.

Art. 88. Si a repetição do telegramma mostrar que houve viciamento na transmissão, não terá logar o pagamento da taxa dupla.

Art. 89. O agente da estação poderá exigir, si julgar conveniente, que a pessoa que quizer expedir um telegramma prove a sua identidade pelo testemunho de pessoas conhecidas ou pela apresentação de passaportes ou quosquer outros documentos sufficientes.

Art. 90. Os agentes das estações deverão recusar a expedição ou a entrega dos despachos prejudiciaes á ordem publica, ou offensivos á moral e aos bons costumes.

No caso de duvida deverão dirigir-se ás autoridades policiaes do logar, que decidirão si o telegramma poderá ou não ser enviado.

Art. 91. O despacho expedido simultaneamente a mais de uma estação será sujeito á taxa simples, e por cada uma das outras mais metade da mesma taxa.

Art. 92. A todo despacho levado ao domicilio do destinatario deve ir junto um recibo para ser assignado pela pessoa, a quem o despacho fór dirigido, ou por algum membro de sua familia ou por qualquer empregado seu. Si nenhuma dessas pessoas fór encontrada, far-se-á menção disso no despacho, que voltará ao escriptorio do destino.

Art. 93. Si o telegramma fór retirado depois de começada a transmissão, não se restituirá a taxa.

Art. 94. A restituição da taxa será feita quando:

1.º O despacho fór entregue ao destinatario com demora de mais de hora e meia depois da recepção, sendo levado por expresso, ou não fór enviado pelo primeiro Correio depois da recepção;

2.º O despacho que fór entregue tão alterado que não preencha o fim para que foi expedido;

3.º A autoridade do logar de destino prohibir a entrega do despacho;

4.º Fôr necessario retardar a transmissão do despacho, salvo si a parte sujeitar-se á demora inevitavel.

Art. 95. Os despachos devem ser feitos com tinta em linguagem ordinaria e intelligivel, sem abreviação alguma de palavras, ditados e assignados. Os que forem dados de viva voz não serão transmittidos.

Art. 96. Todos os despachos recebidos e transmittidos serão transcriptos integralment· em um livro de registro, com menção da hora do principio e do fim da transmissão e da taxa cobrada, da qual se passará recibo a quem expedir o telegramma.

Art. 97. A minuta do despacho será numerada e em uma das margens se marcará a hora da entrega no escriptorio de transmissão e a hora de chegada ao destino ou á agencia do Correio.

Estas minutas serão archivadas.

Art. 98. Os despachos serão transmittidos segundo a ordem da numeração, salvos os casos de preferencia estabelecidos no art. 100.

Todavia, os despachos de mais de 100 palavras poderão ser recusados ou demorados para cederem a prioridade a outros mais breves, posto que entregues posteriormente.

Art. 99. Os agentes da companhia deverão guardar fielmente o segredo dos despachos.

Art. 100. As precedencias para a expedição dos despachos serão reguladas do modo seguinte :

Em primeiro logar, o serviço da companhia nos casos urgentes em que qualquer demora poderia comprometter a segurança dos trens ;

Em segundo logar, o Governo geral ;

Em terceiro logar, o Governo provincial ;

Em quarto logar, o serviço ordinario da companhia ;

Em quinto logar, o serviço das autoridades ;

Em sexto logar, os particulares.

Art. 101. Por infracção de qualquer das disposições acima, relativas ao serviço do telegrapho electrico, serão os empregados da companhia demittidos ou sujeitos á multa de 30s a 50s, conforme a gravidade do caso.

Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Janeiro de 1885.—*Antonio Carneiro da Rocha.*

## PAUTA

## A

Abanos de pennas ou ventarolas.....	3
Abanos de palha.....	5
Abelhas.....	3
Aboboras.....	6
Absintho.....	4
Açafates e semelhantes.....	3
Açafrão.....	6
Accessorios de trilhos.....	7
Achas de lenha.....	7
Acidos mineraes.....	3
Aço.....	4
Acordeons.....	3
Aduellas de madeira.....	7
Agua para beber.....	6
Agua de Colonia e flôr de laranja.....	4
Aguas medicinaes ou mineraes estrangeiras.....	4
Aguas ditas do paiz.....	6
Agua-raz.....	4
Aguardente nacional.....	6
Aguardente importada.....	4
Agulhas.....	4
Alabastro em obra.....	3
Alabastro em bruto.....	6
Alcool nacional.....	6
Alcool importado.....	4
Alambique e pertenças.....	6
Alavancas de ferro.....	4
Alcatifas.....	4
Alcatrão.....	4
Altria.....	4
Alfafa a exportar.....	7
Alfafa importada.....	5
Alfazema.....	4
Alfinetes.....	4
Algodão em rama.....	4
Alhos.....	6
Almofadas.....	4
Almofarizes.....	4
Alpiste.....	4
Alvaíade.....	4
Amendoas.....	4
Amendoim.....	6
Amido.....	4
Ancoras e ancorotes vazios.....	6
Angico (resina).....	6

Anil.....	4
Aniagem.....	4
Animacs empalhados ou embalsamados.....	3
Animacs pequenos ou passaros engaiolados.....	8
Animacs ferozes. (Taxa convencional).	
Animacs de sella (o dobro no trem de passageiros).	10
Aniz.....	4
Anzoes.....	4
Aparadores finos.....	3
Aparadores ordinarios.....	4
Apparelhos para gaz.....	4
Apparelhos telegraphicos.....	4
Apparelhos scientificos.....	3
Arados.....	7
Arame.....	4
Araras.....	8
Araruta.....	6
Arbustos.....	6
Archotes.....	4
Arco de ferro ou madeira.....	4
Arções para sellins.....	4
Ardozia, arca, argilla.....	7
Argolas de metal.....	4
Armas de fogo.....	4
Armações para chapcos de sol.....	4
Armações para igrejas.....	4
Armações para lojas.....	3
Armamentos.....	4
Armarios finos.....	3
Armarios ordinarios sem vidro.....	4
Armarios desmontados.....	4
Arreios.....	4
Arroz.....	6
Artigos de folha de Flandres não classificados.....	4
Artigos de armario.....	4
Artigos de desenho.....	4
Artigos de escriptorio.....	4
Artigos de confeitaria.....	4
Artigos inflammaveis não classificados.....	3
Artigos de pacotilha não classificados.....	4
Artigos de luxo não classificados.....	3
Arvores.....	3
Arvores pelo trem de passageiros.....	3
Asphalto.....	7
Assucar.....	6
Assucareiros de metal.....	1
Aveia.....	6
Avelãs.....	4
Aves engaioladas.....	8
Aves empalhadas.....	3
Azarcão.....	4

Azeite doce.....	4
Azeite de mamona, peixe e outros.....	4
Azeitonas.....	4
Azulejos.....	4

## B

Babeiras.....	4
Bacalhau.....	5
Bacias de metal.....	4
Bacias de barro do paiz.....	6
Bacta.....	4
Bagagem pelo trem de passageiros.....	2
Bagas de mamona.....	6
Bagas de zimbro.....	6
Balões vazios.....	3
Bagatellas.....	4
Balaões.....	6
Balanças.....	4
Balas de chumbo ou de ferro.....	4
Baldes.....	4
Balões.....	3
Bambinellas.....	4
Bambús.....	6
Bananas.....	6
Bancos envernizados.....	4
Bancos d'itios finos.....	3
Bancos ordinarios.....	4
Bancos de ferro ou madeira ordinaria.....	4
Bandeira de estofa.....	4
Bandeiras de portas.....	4
Bandeiras de prata.....	2
Bandejas diversas.....	4
Banguês.....	3
Banha para cabello.....	4
Banha de porco.....	4
Banheiras.....	3
Barbante.....	4
Barbatanas de baleia.....	4
Barbatanas de aço.....	4
Barracas desarmadas.....	4
Barricas e burris vazios.....	4
Barrilha.....	4
Barro.....	7
Barrotes.....	7
Batatas importadas.....	6
Batatas exportadas.....	5
Baunilhas.....	4
Baionetas.....	4
Bebidas espirituosas não classificadas.....	4



Beijus.....	6
Bengalas.....	4
Benjoim.....	4
Bergos.....	3
Bestas e burros.....	10
Bezerros.....	9
Bigornas.....	4
Bilhares e bagatellas.....	4
Bilros.....	4
Biscoutos.....	4
Betumo.....	7
Boiões vazios.....	6
Bois.....	10
Bolacha.....	5
Bolsas de viagem vazias.....	4
Bolas de bilhar ou bagatellas.....	4
Bonocos.....	4
Bombas.....	4
Bonets.....	4
Borracha.....	4
Borra de vinho, azeite ou vinagre.....	4
Botijas vazias.....	6
Botões de prata ou ouro.....	2
Botões diversos.....	4
Breu.....	4
Bridas.....	4
Brinquedos.....	4
Broacas vazias.....	6
Brochas para pintar ou calar.....	4
Bronze em obras de arte.....	3
Bronze em obra ordinaria.....	4
Bronze em bruto.....	6
Bules de metal.....	4
Burnidores de café.....	4
Burras de ferro.....	4
Bustos.....	3

## C

Cabeçadas.....	4
Cabeções para animais.....	4
Cabellos.....	4
Cabello em obra.....	4
Cabides envernizalos.....	4
Cabides de ferro ou de madeira.....	4
Cabos de canhamo, linho, etc.....	4
Cabos de arame.....	4
Cabos de madeira.....	6
Cubriolets de quatro rodas.....	12
Cubritos.....	9

Caça morta.....	4
Cachimbos.....	4
Cacau.....	6
Cadaveres (vid. o art. 76).....	3
Cad ados.....	4
Cadeiras.....	4
Cadeiras ordinarias.....	4
Cadeiras desmontadas.....	4
Cadernaes.....	4
Cadinhos.....	4
Caes a nordaçados.....	9
Café em grão.....	4
Café moído.....	4
Caibros.....	7
Caixas de rapé, de ouro ou de prata.....	2
Caixas ordinarias.....	4
Caixas ( <i>de guerra</i> ).....	4
Caixas vazias de madeira, folha ou papelão.....	4
Caixão de defunto, vazio.....	3
Caixões vazios.....	4
Caixilhos com vidros.....	4
Caixilhos sem vidros.....	4
Cal.....	7
Calçado.....	4
Calie ras e suas pertenças.....	4
Camas onvernizadas.....	4
Camas ordinarias, usadas.....	4
Camas de ferro.....	4
Camas de lona.....	4
Camphora.....	4
Campainhas.....	4
Campanas de vidro.....	3
Canna da India.....	6
Canna de assucar.....	6
Candieiros.....	4
Canivetes.....	4
Canella.....	4
Canetas de ouro ou prata.....	2
Canetas de mad eperola, marfim ou outras.....	3
Cangalhs.....	6
Cangica.....	6
Canhamo bruto.....	6
Canço (em um ou dous vagões).....	4
Canos de cobre, chumbo, ferro ou zinco.....	4
Canos de barro.....	4
Caotichú em obra.....	4
Capachos.....	4
Capoeiras vazias.....	4
Capotes.....	4
Capim.....	6
Carborina.....	4

Cardas.....	4
Carnaúba.....	4
Carnaúba em palha.....	6
Carnaúba em cêra.....	4
Carne secca ou salgada.....	5
Carne fresca.....	5
Carneiros.....	9
Caroços de algodão.....	6
Carrinhos de mão.....	6
Carrinhos de criança.....	4
Carros, carroças e carrinhos de mão.....	11
Carros de quatro rodas.....	12
Carroças desmontadas.....	4
Carros para estradas de ferro, desmontados.....	4
Cartas para jogar.....	4
Carteiras.....	4
Carvão.....	7
Cascalho.....	7
Cascas de arvore para cortume.....	6
Cassarolas.....	4
Cascas do côco.....	6
Castanhas.....	4
Castiças de ouro ou prata.....	2
Castiças de metal, madeira ou vidro.....	3
Cavallos.....	10
Cebolas e cebolinhas.....	6
Centeio.....	6
Cêra em bruto.....	6
Cêra em velas.....	4
Cêra em obra.....	4
Cerveja.....	4
Cerveja nacional.....	5
Cestas vazias.....	4
Cevada.....	4
Cevadinha.....	4
Chá nacional.....	4
Chá importado.....	4
Chales.....	4
Chalças.....	4
Champanha.....	4
Chapas de ferro, ou zinco para cobrir casas.....	4
Chapas para fogão.....	4
Chapéos.....	4
Chapéos de sol.....	4
Chapelaria (artigos não classificados).....	4
Chapeleiras.....	4
Charutos.....	4
Charruas.....	7
Chifre em bruto.....	6
Chifre em obra.....	4
Chocolato.....	4

Chouriços .....	5
Chumbo em bruto.....	4
Chumbo de munição ou em obras, não classificado....	4
Cigarros.....	4
Cigarros nacionaes.....	4
Cilhas.....	4
Cilhões.....	4
Cimento.....	7
Coatys.....	8
Cobertores.....	4
Cobre velho em bruto ou em folhas.....	4
Cobre em obra não classificada.....	4
Côcos.....	5
Côcos para tirar agua.....	4
Cochonilhos.....	4
Cochonilha.....	4
Coelhos.....	8
Cofres de ferro ou madeira.....	4
Cognac.....	4
Coke.....	7
Colchão e pertenças.....	3
Coldres.....	4
Colheres de ouro ou prata.....	2
Colheres de metal.....	3
Colheres de madeira.....	4
Colla .....	4
Colmeias.....	4
Colxas.....	4
Colxetes.....	4
Colza em grão.....	6
Colza em oleo.....	4
Cominhos.....	6
Conchas .....	6
Confeitos.....	4
Conservas nacionaes em latas.....	4
Conservas estrangeiras em latas.....	4
Consolos .....	4
Copos de vidro ordinarios.....	4
Copos de vidro finos, com lavor.....	4
Copos de vidro sem lavor.....	4
Copos de crystal, lisos ou com lavor.....	4
Copos de folha ou madeira.....	4
Coral em bruto.....	4
Cordas de instrumentos.....	4
Cordas de embira e outras do paiz.....	4
Cordas de canhamo ou linho.....	4
Correame para tropa.....	4
Correntes de ferro ou metal.....	4
Cortiça.....	4
Couros seccos.....	6
Couros salgados.....	6

Couros trabalhados.....	4
Couves pelo trem de cargas.....	6
Coxins.....	1
Cravos de forraluras.....	4
Cravos de India.....	4
Creosoto.....	4
Crê.....	4
Crina.....	6
Cubos, pinas e raios para rodas.....	4
Cubos para destillação.....	4
Crystal em obra.....	4
Crystal bruto.....	6
Cuias.....	6
Cutilaria, artigos não classificados.....	4
Cylindros de ferro ou metal.....	4

## D

Dados.....	4
Debulhadores de milho.....	4
Dedaes de ouro ou prata.....	2
Dedaes ordinarios.....	4
Dentes artificiaes.....	4
Descaroçadores de café, arroz, algodão, etc.....	4
Despolpadores de café.....	4
Diamantes e outras pedras preciosas.....	2
Dobradiças.....	4
Docas estrangeiros.....	4
Doces do paiz.....	6
Dominós.....	4
Dormentos de madeira.....	7
Dormentos de ferro.....	4
Dragons.....	4
Drogas.....	4

## E

Eixos.....	4
Elasticos.....	4
Embiras.....	6
Encerados.....	4
Enceralos para mesas, assoldhos, etc.....	4
Enceralos para vagões, barracas, etc.....	4
Encommendas.....	2
Engenhos para estabelecimentos agricolas.....	4
Enxadas.....	4
Enxergas para animaes.....	4
Enxergões.....	4
Enxofre.....	4

Equipamento militar não classificado.....	1
Ervilhas em latas.....	4
Ervilhas do paiz.....	6
Escalas de mão.....	4
Escaleras em um ou dous vagões.....	1
Escarradeiras.....	4
Escorias de metal.....	7
Escovas.....	1
Esmeril.....	4
Espadas.....	4
Espanadores.....	4
Espartilhos.....	4
Especiarias não classificadas.....	4
Espeelhos.....	3
Espumacete.....	4
E petos de ferro para cozinha.....	4
Espingardas.....	4
Espiritos não classificados importados.....	4
Espoletas.....	3
Esponjas.....	4
Espora de ouro ou prata.....	2
Esporas de metal.....	4
Escumadeiras.....	4
Essências não classificadas.....	4
Estecas.....	7
Estampas.....	4
Estampas em moldura.....	3
Estanho em bruto.....	7
Estanho em obra.....	4
Estantes.....	4
Estantes de ferro.....	4
Estantes de madeira nacional.....	4
Estantes importadas.....	4
Estatuas finas.....	3
Esteiras da India.....	4
Esteiras do paiz.....	6
Estojos e instrumentos cirurgicos e mathematicos...	4
Estopa.....	4
Estopim.....	4
Estrados para vagões.....	4
Estrados para camas.....	4
Estribos de ouro ou prata.....	2
Estribos de metal.....	4
Estrume.....	7
Extractos não classificados.....	4

## F

Facas.....	5
Facões.....	5

Faxinas.....	7
Farelo.....	6
Farinha de trigo, milho ou mandioca.....	6
Farinha não classificada.....	6
Favas.....	6
Fazendas diversas não classificadas.....	4
Feculas.....	6
Fechaduras.....	4
Feltro.....	4
Ferrolhos.....	4
Feijão.....	6
Filtro.....	4
Feno.....	6
Ferro bruto para fundição.....	7
Ferro em barra batido.....	4
Ferro velho.....	7
Ferragens ordinarias não classificadas.....	4
Ferraduras.....	4
Ferro não classificado.....	4
Ferramentas de arte e officio.....	4
Ferros de engommar.....	4
Fibra vegetal para cordoaria.....	6
Figos seccos.....	6
Figos frescos.....	6
Fios de algodão, linho, lã ou seda.....	6
Fios telegraphicos.....	4
Fitas.....	4
Flores artificiaes.....	4
Flores naturaes.....	4
Flor de canna e outras, para enchimento.....	6
Fogareiros.....	4
Fogos artificiaes.....	3
Fogões de ferro.....	4
Folhas medicinaes.....	6
Folhas de cobre, chumbo, estanho, etc.....	4
Folles.....	4
Forjas portateis.....	4
Fôrmas para assucar.....	6
Fôrmas diversas.....	4
Formicida.....	6
Fornalhas e fornos de ferro.....	6
Fornalhas de engenho.....	6
Forragens não classificadas.....	4
Fouces.....	4
Frangos.....	8
Frascos.....	4
Freios.....	4
Frigideiras.....	4
Frutas enfeitadas.....	6
Frutas frescas em trem de passageiros.....	6
Fubá.....	6

Fumo do paiz .....	4
Fumo estrangeiro .....	4
Flexa .....	6

## G

Gaiolas vazias .....	6
Gaiolas com passarinhos .....	8
Galheteiros .....	4
Gallinhas .....	8
Gallos .....	8
Gamellas .....	6
Ganços .....	8
Garrafas de crystal ou vidro fino .....	3
Garrafas ordinarias .....	4
Garrações vazios .....	6
Gaz-globo .....	3
Gazolina .....	3
Garfos de metal .....	4
Garfos de ouro ou prata .....	2
Gatos de ferro .....	4
Gato ( <i>animal</i> ) .....	8
Geléas .....	4
Gelatina .....	4
Gelo .....	6
Gengibre .....	6
Genebra .....	4
Generos de importação não classificados .....	4
Generos de exportação não classificados .....	4
Generos alimenticios de primeira necessidade .....	6
Gesso em pó .....	4
Gesso em pedra .....	4
Gesso em obra .....	4
Gigos (cascos vazios) .....	6
Giradores para estradas de ferro .....	7
Giz .....	4
Globos de vidro ou louça .....	4
Globos geographicos .....	4
Goiabada .....	6
Gomma-arabica e outras não classificadas .....	4
Gomma de mandioca e outras do paiz .....	6
Gravés para lavoura .....	6
Grades de ferro ou madeira .....	6
Granadas .....	4
Granadeiras .....	4
Graxa para calçado .....	4
Graxa animal .....	4
Grelhas de ferro .....	4
Guano .....	7
Guaraná .....	6



Guarda-roupa.....	4
Guaritas.....	4
Guiachos.....	4
Guindastes.....	4
Guitarras.....	4

## II

Harpas.....	4
Herva doce.....	4
Herva matte.....	4
Hervas medicinaes e outras não classificadas.....	6
Hortalicas em conserva.....	4
Hortalicas frescas.....	6

## I

Inflamaveis não classificados.....	3
Imagens.....	3
Iman.....	4
Impressos.....	4
Incenso.....	4
Inhames e outras raizes semelhantes.....	6
Instrumentos de cirurgia, engenharia, optica, musica e outros semelhantes.....	4
Instrumentos uteis á lavoura.....	6
Isoladores de telegrapho.....	4

## J

Jaboty.....	8
Jacás vazios.....	6
Jardineiras.....	4
Jarras e jarros de porcelana ou louça fina.....	3
Jarras ordinarias.....	4
Jaspe.....	4
Jóias, 1/2 % <i>ad valorem</i> .....	
Jogos de damas, dominó, xadrez e outros.....	4
Jamentos.....	10
Junco da India.....	6
Junco do paiz para esteiras.....	6

## K

Kagados.....	8
Kaleidoscopio.....	4
Kerosene.....	3
Kirsch.....	4

## L

Lã em bruto.....	6
Lã em obra não classificada.....	4
Lacre.....	4
Ladrilhos de louça, barro, marmore ou pedra....	4
Lages em bruto ou preparadas.....	7
Lambrejus de madeira ou metal.....	4
Lamparinas.....	4
Lampeões sem vidros.....	4
Lampeões com vidros.....	4
Lanchas do madeira ou de ferro, desmanchadas...	4
Lanternas sem vidro.....	4
Lanterna com vidro.....	4
Lanternas magicas.....	4
Lapides para sepulturas.....	4
Lapis.....	4
Latas de folha, zinco, etc.....	4
Latão em obra não classificada.....	4
Latão em bruto ou velho.....	6
Lavatorios.....	4
Lavatorios de ferro ou madeira, ordinarios....	4
Lebres.....	8
Legumes em conserva.....	4
Legumes frescos.....	6
Leite em conserva.....	4
Leite fresco.....	6
Leitões.....	8
Lenha.....	7
Lentilha.....	6
Leques.....	4
Licores.....	4
Limalha de ferro.....	4
Linhas de aço.....	4
Linguas seccas ou salgadas.....	6
Linguas frescas.....	6
Linguiças.....	6
Linha para costura.....	4
Linhaça.....	6
Linho bruto.....	6
Liteiras.....	4
Livros.....	4
Lixa.....	4
Locomotivas desmontadas.....	7
Loco noveis.....	7
Lombo de porco salgado.....	6
Lona.....	4
Lótos.....	4
Louça de luxo.....	3
Louça commum.....	4

Louça do puiz.....	4
Louza preparada.....	6
Louza para escrever.....	4
Lupulo.....	6
Lustres.....	4
Luvax.....	4

## M

Macacos de ferro.....	4
Macaco ( <i>animal</i> ).....	8
Macarrão e outras massas alimenticias.....	4
Machados.....	4
Machinas de copiar cartas.....	4
Machinas de costura.....	4
Machinas desmontadas.....	4
Machinas photographicas.....	4
Machinas de imprimir.....	4
Machinas de tecidos.....	7
Machinas para lavoura.....	7
Machinas do descarregar algodão.....	7
Machinas de fazer farinha.....	7
Machinas de fazer tijolos.....	7
Machinas não classificadas.....	4
Machinas para industria ou agricultura.....	7
Madeira lavrada, serrada ou bruta.....	7
Madeiras curtas até 4 metros.....	7
Madeiras para tinturaria.....	4
Madrepérola.....	
Maizena.....	6
Malas de viagem vazias.....	4
Malhos para ferreiro.....	4
Mamona em baga.....	6
Mangas de vidro.....	4
Manguueiras para bombas de incendio.....	4
Mandioca.....	6
Manometro.....	4
Manteiga nacional.....	6
Manteiga estrangeira.....	4
Manteigueiras de metal, louça ou vidro.....	4
Mappas ou manuscriptos.....	4
Marfim.....	4
Mariscos.....	4
Marmore em bruto.....	6
Marmore trabalhado.....	7
Marmore em obras d'arte.....	4
Marrecos.....	8
Marroquina.....	4
Martellos.....	4
Mascaras.....	4

Massas alimenticias diversas.....	4
Matte.....	4
Matorias de construcção não classificadas.....	7
Materias explosivas.....	3
Medicamentos não classificadas.....	4
Medidas diversas.....	4
Melço.....	6
Mel de abelha.....	6
Mel de canna.....	6
Mel do paiz.....	6
Mel de fumo.....	6
Mercearias não classificadas.....	4
Mercurio.....	4
Mesas de ferro.....	4
Mesas envernizadas.....	4
Mesas ordinarias.....	4
Metaes brutos não classificados.....	6
Metaes em obras não classificados.....	4
Milho.....	6
Mineraes não denominados.....	6
Minerios de cobre, chumbo, zinco e outros.....	7
Missanga.....	4
Mobílias finas de luxo.....	3
Mobílias desmontadas.....	4
Mobílias finas, usadas.....	4
Mobiliá ordinaria ou em mau estado.....	4
Mochos envernizados superiores.....	4
Mochos de madeira ou ferro fino.....	4
Mochos ordinarios.....	4
Modelos.....	4
Moldes.....	4
Moendas para engenhos.....	7
Moinhos para café, arroz, cevada e semelhantes.....	4
Moinhos para lavoura.....	7
Moirões.....	7
Moitões.....	4
Molas.....	4
Molduras.....	4
Moringues de barro.....	6
Mós.....	7
Musicas.....	4

## N

Navalhas.....	4
Naphtalina.....	3
Naphta.....	3
Nickel bruto.....	4
Nickel em obra.....	4
Nozes.....	4

Noras .....	4
Noz muscada.....	4
Nitratos .....	4
Novilhos.....	10

## O

Objectos preciosos de arte, $1/2 \%$ <i>ad valorem</i> .....	2
Objectos de arte, de luxo ou metal.....	3
Objectos de grande responsabilidade.....	1
Objectos manufacturados não classificados.....	4
Objectos de carpinteiro desmontados.....	4
Objectos de mármore e trabalhados para tumulos....	4
Obreias .....	4
Obras de cabeleleiro.....	4
Ocre.....	4
Oleados.....	1
Oleos de qualquer qualidade não classificados.....	4
Opio.....	3
Oratorios.....	1
Orgãos .....	6
Origones .....	4
Ornamentos para igrejas.....	1
Ornamentos de ferro, bronze ou outros metaes.....	6
Ossos .....	4
Ossos em obra.....	4
Ostras em conserva.....	6
Ostras frescas.....	6
Ouro, $1/2 \%$ <i>ad valorem</i> .....	6
Ovas frescas.....	6
Ovos .....	

## P

Pacas.....	8
Padiolas .....	7
Patos nacionaes.....	6
Patos importados.....	4
Paina de soda.....	4
Paina nacional.....	6
Painço .....	6
Palas para bonets.....	4
Palanques.....	4
Palhas de coqueiro e palmeira.....	6
Palhas de trigo, canna e outras.....	6
Palhas do Chile e semelhantes.....	4
Paliteiros de ouro ou prata.....	2
Paliteiros diversos.....	4
Palitos.....	4

Panecús.....	6
Pandeiros.....	4
Panellas de barro.....	6
Panella de ferro ou cobre.....	4
Panell s de ferro a granel (sem responsabilidade da co manhia).....	6
Panellas de metal.....	4
Panellas de barro ou granito.....	6
Panno de qualquer qualidade.....	4
Pão.....	6
Paus preparados para tamancos.....	6
Paus para tinturaria.....	6
Papel de qualquer qualidade.....	4
Papel pintado.....	4
Papelão.....	4
Parafusos.....	4
Parallelepipedos.....	7
Paramentos ecclesiasticos.....	4
Pás.....	4
Passas.....	4
Passaros empalhados.....	4
Passaros vivos.....	8
Passaros enlatados.....	8
Pastas de papel ou papelão.....	6
Patos.....	8
Patronas.....	4
Pavios.....	4
Pavões.....	8
Pedras do afiar ou amolar.....	7
Peanhas.....	4
Peças de artilharia.....	4
Peças de engenho de assucar.....	7
Peças de machismo.....	4
Pedras de cantaria, calcareas e outras, para calça- mentos.....	7
Pedras açorinhas.....	4
Pedras lithographicas.....	4
Pedras de filtrar.....	4
Pedra hume.....	4
Pedra pomes.....	4
Peixe fresco.....	6
Peixe em conserva.....	4
Peixe em salmoura.....	6
Pellets e n bruto.....	6
Pellets preparadas.....	4
Pellica.....	4
Peneiras de arame, cabello ou seda.....	4
Peneiras de palha do paiz.....	6
Pendulas para relógio.....	4
Pennas para escrever.....	4
Pennas para enchimento.....	6

Pentes .....	4
Perfumarias.....	4
Perolas.....	2
Perús.....	8
Pesos para balanças.....	4
Petrechos de caça.....	3
Petrechos bellicos.....	3
Petroleo.....	3
Pez.....	4
Phosphoros.....	3
Pianos.....	3
Piassava.....	4
Petrechos explosivos.....	3
Picaretas.....	4
Pichoá.....	6
Pilhas electricas.....	4
Pimenta da India.....	4
Pimenta do paiz.....	6
Pinceis.....	4
Pinos para rodas.....	4
Pinhão.....	6
Pipas vazias.....	6
Pistolas.....	4
Pixe.....	4
Plantas medicinaes.....	6
Plantas vivas.....	6
Platina.....	2
Plumas.....	4
Poltronas.....	4
Polvilho.....	6
Polvora.....	3
Polvorinho.....	4
Pomadas para cabello.....	4
Pombos.....	8
Porcelana.....	4
Porcos.....	8
Porphiro bruto.....	7
Porphiro em obra.....	4
Portas, portões, portadas finas.....	4
Portas ordinarias.....	4
Porteiras de madeira ou ferro.....	4
Pós de sapatos.....	4
Postes telegraphicos.....	4
Postes de madeira.....	7
Potassa.....	4
Potes de barro diversos.....	6
Pranchões.....	7
Prata.....	2
Prateleiras envernizadas.....	4
Prateleiras ordinarias.....	4
Pratos de folha ou chumbo.....	4

Pregos.....	4
Prensas para algodão e outras não classificadas.....	7
Prensas para escriptorio.....	4
Presuntos.....	4
Prelos.....	4
Productos chimicos e preparações pharmaceuticas..	4
Punhaes.....	4
Puxadores para gavetas.....	4

## Q

Quadros.....	4
Queijos.....	6
Queijos estrangeiros.....	4
Quilhas de jogo.....	4
Quina.....	4
Quinino.....	4
Quinquilharias.....	4

## R

Rabecas e rabecões.....	4
Raios, pinas e cubos para rolas.....	4
Raizes alimenticias.....	6
Raizes medicinaes.....	6
Raizes para tinturaria.....	6
Rala lores de man tioca.....	7
Rapaduras.....	6
Rapé.....	4
Rapos de pontas de veado.....	4
Ratoeiras.....	4
Realejos.....	4
Robolos de pedra.....	4
Relés.....	4
Redomas de vidro.....	3
Reguas.....	4
Relogios.....	4
Relogios de ouro e prata.....	2
Remos.....	4
Rendas.....	4
Resinas não classificadas.....	6
Reservatorios para agua.....	4
Retortas.....	4
Retortas para gaz.....	4
Retrejes.....	4
Retratos.....	4
Ricino (oleo).....	4
Ripas.....	7
Rodas para carros e carroças.....	4



Rolhas.....	4
Rodetes e rodas para machinas.....	4
Rotim.....	6
Roupa.....	4

## S

Sabão.....	4
Sabão nacional.....	6
Sabonetes.....	4
Saca-rolhas.....	4
Saccas de algodão ou outras do paiz.....	6
Sagú.....	4
Salmo.....	4
Sal ordinario.....	5
Sal refinado.....	4
Sal ammoniaco.....	4
Sal de azedas.....	4
Sal de Epson.....	4
Salitre.....	6
Sanguessugas.....	4
Sapatos nacionaes.....	4
Sapatos estrangeiros.....	7
Sapê.....	6
Sebo nacional.....	4
Sebo estrangeiro.....	4
Sedas.....	4
Sellins e suas pertencas.....	4
Sementes.....	7
Serp ntinas de vidro, crystal, bronze, etc.....	3
Serp ntinas para alambiques.....	7
Serralheria (artigos de).....	4
Serragens.....	6
Serras e serrotes.....	4
Sinos.....	4
Sipó.....	6
Sirgueiros (artigos de).....	4
Soda.....	4
Sofás.....	4
Solís.....	4
Sovelas e instrumentos de sapateiro.....	4
Stearina.....	4
Suadores para sellins.....	4
Substancias de pouco valor uteis á lavoura.....	6
Sulphureto de carbono.....	6
Surrões.....	6
Suspensorios.....	4

## T

Tabaco estrangeiro.....	4
Tabaco nacional.....	4
Taboado em pequena quantidade.....	6
Taboado em grande quantidade.....	7
Taboleiros envernizados e com vidraças.....	4
Taboleiros ordinarios.....	4
Taboletas.....	4
Taboas de gamão.....	4
Tachos.....	4
Tacos para bilhar ou bagatella.....	4
Talhas de barro para agua.....	6
Tamancos nacionaes.....	4
Tamancos estrangeiros.....	4
Tamarindos em conserva.....	4
Tambores de musica.....	4
Tamborettes de luxo.....	4
Tamborettes ordinarios.....	4
Tanques para engenhos.....	7
Tapica.....	6
Tapetes.....	4
Tarrafas.....	4
Tartaruga em obra não classificada.....	4
Tartaruga bruta.....	4
Tartaruga (animal).....	8
Teares.....	7
Tecidos.....	4
Telhas de barro.....	7
Telhas de vidro.....	4
Tela metallica.....	4
Tigelas.....	4
Tijolos de barro.....	7
Tijolos de marmore ou louça.....	4
Tijolos para limpar facas.....	4
Tinas.....	4
Tinta de qualquer qualidade.....	4
Tinteiros.....	4
Torcidas.....	4
Torneiras.....	4
Torradores de café.....	4
Toucadores.....	4
Toucados para senhora.....	4
Toucinho.....	6
Tóros.....	10
Transparentes para janellas.....	4
Tapos.....	6
Travesseiros.....	4
Trem de cozinha.....	4
Trem de cozinha, usado.....	4
Trigo em grão.....	6

Trilhos para estradas de ferro.....	7
Tubos para encanamentos.....	7
Tubos de vidro.....	4
Tumulos.....	4
Turfa.....	7
Typos.....	4

## U

Unguento.....	4
Unhas de animaes.....	7
Urucú.....	6
Urnas.....	4
Utensilios ordinarios para casa de familia.....	4
Uvas seccas.....	4
Uvas frescas.....	6

## V

Vaccas.....	10
Varas.....	7
Varandas de ferro.....	4
Vassouras.....	6
Velas de cêra, carnatiba, espermaceto, composição ou stearina.....	4
Velas de sebo, nacionaes.....	6
Vellulo.....	4
Velocipedes.....	4
Venezianas.....	4
Ventarolas.....	7
Ventiladores.....	4
Verdete.....	6
Verduras.....	4
Vermelhão.....	4
Vermouth.....	4
Verniz.....	4
Vidros ordinarios.....	3
Vidros de grande responsabilidade.....	7
Vigas.....	6
Vime.....	4
Vinagre.....	4
Vinho estrangeiro.....	6
Vinho nacional.....	9
Vitelas.....	4
Vitriolo.....	

## W

Wagões desmontados.....	7
-------------------------	---

## X

Xarope.....	4
Xarque.....	6
Xergas para animaes.....	4

## Z

Zabumbas.....	4
Zinco em bruto ou em folha.....	4
Zinco em obra.....	4
Zarcão.....	4

Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Janeiro de 1885. — *Antonio Carneiro da Rocha.*



### DECRETO N. 9365 — DE 24 DE JANEIRO DE 1885

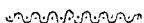
Approva os novos planos apresentados pela Presidencia da Provincia do S. Paulo para as obras do caes e melhoramento do porto de Santos.

Hei por bem Approvar os novos estudos e plano apresentado pela Presidencia do S. Paulo para as obras do caes e melhoramentos do porto de Santos, em conformidade com a clausula 3<sup>a</sup> do Decreto n. 8800 de 16 de Dezembro de 1882, os quaes com este baixam rubricados pelo Chefe interino da Directoria das Obras Publicas.

Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Janeiro de 1885, 6<sup>ta</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*



## DECRETO N. 9366 — DE 24 DE JANEIRO DE 1885

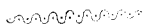
Concede á companhia que José Joaquim Ferreira de Alvarenga e Luiz Gonçalves de Azevedo organizarem para o estabelecimento de um engenho central na freguezia de Cordeiros, município de Nictheroy, Provincia do Rio de Janeiro, os favores mencionados nos §§ 2º, 3º e 5º do art. 6º do Regulamento approved pelo Decreto n. 8337 de 24 de Dezembro de 1881.

Attendendo ao que Mo requereram José Joaquim Ferreira de Alvarenga e Luiz Gonçalves de Azevedo, Hei por bem Conceder á companhia que organizarem dentro do prazo de um anno, contado desta data, para o estabelecimento de um engenho central destinado ao fabrico de assucar de canna, na freguezia de Cordeiros, município de Nictheroy, Provincia do Rio de Janeiro, os favores mencionados nos §§ 2º, 3º e 5º do art. 6º do Regulamento approved pelo Decreto n. 8337 de 24 de Dezembro de 1881, não tomando o Estado, directa nem indirectamente, qualquer responsabilidade de futura concessão de garantia ou fiança de juros, e ficando-lhe reservado o direito de fazer, para o mesmo município, concessões idênticas á do presente Decreto.

Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Janeiro de 1885, 61º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*



## DECRETO N. 9367 — DE 31 DE JANEIRO DE 1885

Approva o Regulamento para a Escola de aprendizes artilheiros.

Hei por bem Approvar o Regulamento, que com este baixa, para a Escola de aprendizes artilheiros, assignado por Candido Luiz Maria de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 31 de Janeiro de 1885, 61º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Candido Luiz Maria de Oliveira.*

## **Regulamento para a Escola de aprendizes artilheiros, a que se refere o Decreto n. 9367, desta data**

### **CAPITULO I**

#### **DO FIM DA INSTITUIÇÃO**

Art. 1.º O actual Depósito de aprendizes artilheiros se denominará — Escola de aprendizes artilheiros — e tem por fim preparar chefes de peça e artilheiros para os diversos corpos da arma de artilharia do Exército.

Art. 2.º A Escola de aprendizes artilheiros fica sob a immediata inspecção do Commando Geral da arma de artilharia, sem prejuizo, porém, da fiscalisação que incumbe ao Ajudante General, como primeira autoridade militar do Exército, em relação á organização, administração e disciplina do mesmo Exército.

### **CAPITULO II**

#### **DO PESSOAL DA ESCOLA E SUAS OBRIGAÇÕES**

Art. 3.º Para o regimen militar, administrativo, instructivo e economico da Escola, haverá o seguinte pessoal :

1 Commandante, official superior do estado-maior de artilharia ou do corpo de estado-maior de 1ª classe.

1 Fiscal, Major ou Capitão dos mesmos corpos.

1 Ajudante, Capitão ou subalterno de corpo especial do Exército.

1 Secretario, Capitão ou subalterno, de corpo especial, da classe dos reformados ou honorarios do Exército.

1 Quartel-mestre, Capitão ou subalterno, de corpo especial ou da classe dos reformados do Exército.

1 Agente, que será designado mensalmente pelo Commandante da Escola, d'entre os quatro subalternos das companhias.

4 Capitães, Commandantes das companhias, officiaes do estado-maior de artilharia ou do corpo de estado-maior de 1ª classe, e, na falta absoluta destes, reformados ou honorarios do Exército.

4 Subalternos das companhias, que poderão ser de corpo especial, da classe dos reformados ou honorarios do Exército.

1 Medico, Cirurgião do Corpo de Saude do Exército.

1 Pharmaceutico, official do mesmo corpo.

1 Capellão, official do Corpo Ecclesiastico do Exército.

1 Enfermeiro.

1 Ajudante de enfermeiro.

4 Professores, officiaes de qualquer corpo especial, da classe dos reformados ou honorarios do Exército, com as precisas habilitações.

3 Adjuntos, tirados das mesmas classes.

1 Mestre de esgrima, gymnastica e natção.

1 Mestre de musica.

4 Companhias com o numero de alumnos fixado annualmente pelo Poder Legislativo, e distribuido por id-dea, tanto quanto fôr possível; sendo, porém, a 4<sup>a</sup> especialmente destinada para os que contarem mais de 18 annos.

Art. 4.º O Commandante da Escola e o Fiscal serão nomeados por decreto; os Commandantes de companhias, professores e demais officiaes por portaria do Ministro da Guerra; o enfermeiro e seu ajudante pelo Commandante da Escola.

Art. 5.º O Commandante é a primeira autoridade da Escola, cabendo-lhe a inspecção de todos os serviços, executar e fazer executar este Regulamento, propondo ao Commando Geral de artilharia as modificações que a experiencia aconselhar, não só no mesmo Regulamento como nos programmas do ensino.

A sua correspondencia será feita directamente com o Commando Geral de artilharia, sem prejuizo, porém, da que deve manter com as Repartições de Ajudante General e Quartel-Mestre General, no que diz respeito ao exercicio das attribuições destas autoridades.

Art. 6.º Na falta ou impedimento de qualquer empregado, o Commandante da Escola designará quem o substitua interinamente; dando, porém, parte ao Commando Geral de artilharia, si a falta ou impedimento fôr de mais de tres dias, e o substituido fôr nomeado por decreto ou por portaria do Ministerio da Guerra.

Art. 7.º O Commandante da Escola apresentará annualmente ao Commando Geral de artilharia, até ao fim do mez de Fevereiro, um relatorio do estado e marcha do Estabelecimento a seu cargo, mencionando o procedimento dos diversos empregados, os melhoramentos aconselhados pela experiencia com relação a todos os ramos do serviço e o aproveitamento que tiveram os alumnos durante o anno anterior.

Art. 8.º São attribuições do Fiscal:

§ 1.º Substituir o Commandante, sempre que este não estiver no Estabelecimento ou se achar impedido por qualquer motivo.

§ 2.º Receber e transmittir as ordens do Commandante, verificando si foram fielmente cumpridas.

§ 3.º Detalhar os serviços militares, quer ordinarios, quer extraordinarios, segundo as ordens do Commandante.

§ 4.º Velar sobre o procedimento dos empregados e dos alumnos da Escola, advertindo os que achar em falta.

§ 5.º Participar diariamente ao Commandante qualquer occorrença que houver e fôr conveniente que chegue ao seu conhecimento.

§ 6.º Examinar e rubricar todos os documentos de receita e despesa, antes de os fazer subir á presença do Commandante.

§ 7.º Apresentar ao Commandante, depois de informada por escripto, qualquer reclamação ou participação dos empregados e dos alumnos.

§ 8.º Policiar o estabelecimento e fiscalisar os diversos serviços, para que sejam todos executados de accôrdo com os preceitos

deste Regulamento e das ordens e instrucções dadas pelo Commandante.

Art. 9.º Ao Ajudante cumpre desempenhar todos os serviços, que competem aos ajudantes dos corpos arregimentados de artilharia a pé, além da fiel e prompta execução de todas as ordens emanadas do Commandante.

Art. 10. Ao Secretario compete:

§ 1.º Distribuir, dirigir e fiscalisar todos os trabalhos da Secretaria, pelos quaes será responsavel.

§ 2.º Escrever, registrar e archivar a correspondencia reservada.

§ 3.º Escrever ou mandar escrever, registrar e archivar, depois de os conferir, todos os papeis do expediente ostensivo, segundo as ordens que receber do Commandante.

§ 4.º Apresentar ao Commandante todos os papeis dirigidos ao Commando da Escola, depois de os preparar com os necessarios esclarecimentos e informações, afim de ficar elle habilitado a resolver como fór mais conveniente ao serviço.

§ 5.º Organizar e apresentar opportunamente ao Commandante os elementos necessarios para o relatorio annual, de que trata o art. 7.º

§ 6.º Propor ao Commandante os modelos e o mais que julgar conveniente para o regular andamento do serviço a seu cargo.

§ 7.º Organizar as relações dos alumnos pertencentes á classe que estiver a cargo de cada um dos professores ou adjuntos, assim como a parte do programma e horario do respectivo ensino, quer theorico, quer pratico, afim de que fiquem sabendo as materias que lhes cumpre ensinar e as horas em que devem começar esses trabalhos.

§ 8.º Escripturnar os livros do conselho economico e subscrever as actas das respectivas sessões.

Art. 11. O Secretario será coadjuvado por dous aprendizes que houverem completado o 4º anno do curso e forem designados pelo Commandante da Escola.

Art. 12. O Quartel-mestre, além das obrigações pertencentes aos officiaes que exercem igual cargo nos corpos de artilharia a pé, tem por dever o fiel e prompto cumprimento de todas as ordens do Commandante, sendo o unico responsavel pela boa arrumação, asseio e exactidão dos artigos existentes na rouparia dos alumnos, para o que será auxiliado pelo aprendiz da 4ª companhia que fór designado pelo Commandante da Escola.

Art. 13. Ao Agente compete:

§ 1.º Responder pelos generos existentes na respectiva arrecadação.

§ 2.º Fazer com que todos os objectos pertencentes ao refeitório e á cozinha sejam conservados na melhor ordem e em completo estado de asseio.

§ 3.º Comprar todos os artigos que forem necessarios para os diversos serviços da Escola, segundo as ordens que receber do Commandante.

Art. 14. Ao Cirurgião encarregado da enfermaria, que deve



existir no Estabelecimento para tratamento dos alumnos, compete :

§ 1.º Prestar desveladamente os soccorros de sua profissão, não só aos alumnos como a todos os empregados da Escola que residirem dentro do edificio ou nas suas proximidades.

§ 2.º Apresentar annualmente ao Commandante, até ao fim do mez de Janeiro, um mappa estatístico do movimento da enfermaria durante o anno anterior.

§ 3.º Dar as precisas instrucções ao Pharmaceutico e ao enfermeiro para que os respectivos serviços marchem regularmente.

§ 4.º Pedir ao Commandante, por intermedio do Fiscal, todas as providencias que lhe parecerem necessarias e não estiverem em sua alçada, para a boa execução dos serviços a seu cargo.

§ 5.º Participar immediatamente ao Fiscal qualquer caso de molestia com caracter contagioso ou epidemico, indicando ao mesmo tempo os meios mais convenientes para atalhar ou remover o mal.

§ 6.º Examinar os generos alimenticios que entrarem para o Estabelecimento, fazendo parte da respectiva commissão, ou sempre que fôr determinado pelo Commandante.

§ 7.º Inspeccionar de saude os individuos que o Commandante lhe mandar apresentar, e dar parte por escripto si estão ou não em condições de ser admittidos como alumnos.

§ 8.º Inspeccionar todos os alumnos no começo de cada trimestre do anno, para o fim de verificar si ha algum caso de molestia incuravel que exija inspecção pela Junta militar de saude, e dar parte ao Commandante, por intermedio do Fiscal, para providenciar a respeito.

§ 9.º Vaccinar e revaccinar os alumnos, sempre que fôr conveniente nas épocas adequadas.

§ 10.º Comunicar ao Fiscal qualquer falta commetida pelo Pharmaceutico ou pelos enfermeiros no cumprimento dos seus deveres, ou em detrimento do asseio e bem-estar dos enfermos, afim de ser remediada de prompto.

§ 11.º Revistar, pelo menos uma vez por semana, todo o Estabelecimento, e propor ao Commandante, por intermedio do Fiscal, as medidas hygienicas que julgar convenientes.

Art. 15.º Ao Pharmaceutico compete :

§ 1.º Examinar os medicamentos, drogas e vasilhame que entrarem para a pharmacia, qualquer que seja a procedencia, dando parte ao Cirurgião encarregado da enfermaria acerca dos inconvenientes que encontrar, afim de se levar-os ao conhecimento do Commandante, por intermedio do Fiscal.

§ 2.º Aviar todas as receitas do mesmo Cirurgião, a quem dará parte de qualquer falta que houver na pharmacia, afim de que o Commandante providencie logo que subir o respectivo pedido á sua presença, pelos canaes competentes.

Art. 16.º Ao Capellão compete :

§ 1.º Dizer Missa nos domingos e dias santificados, ás horas marcadas pelo Commandante, explicando opportunamente o Evangelho, e assistir á oração da noite, sempre que as circumstancias o permittirem,

§ 2.º Ouvir de confissão a todos os alumnos, bem como ás outras pessoas pertencentes ao Estabelecimento, que para isso o procurarem.

§ 3.º Ensinar a doutrina christã aos alumnos e prestar-lhes todos os soccorros espirituaes.

Art. 17. Ao enfermeiro compete :

§ 1.º Tratar com todo o desvelo os alumnos que baixarem á enfermaria, sendo neste serviço auxiliado pelo seu ajudante.

§ 2.º Conservar as salas e tolas as dependencias da enfermaria no melhor arranjo e asseo, e as camas sempre com roupa limpa.

§ 3.º Ter sob sua guarda e responsabilidade a arrecadação especial da enfermaria, na qual serão depositados todos os utensilios e mais artigos que não estiverem em serviço diario.

§ 4.º Cumprir escrupulosamente todas as ordens do Cirurgião encarregado da enfermaria e responder por tudo quanto nella existir.

§ 5.º Dar parte ao mesmo Cirurgião de qualquer falta commetida pelo seu ajudante, o qual deve prestar-se a todos os serviços que forem necessarios para o tratamento dos enfermos.

### CAPITULO III

#### DA INSTRUÇÃO EM GERAL

Art. 18. Todos os aprendizes artilheiros receberão a instrução theorica e pratica mencionada neste Regulamento, segundo os respectivos programmas e horarios, que serão organizados pelo Commandante da Escola e submettidos á approvação do Ministerio da Guerra, por intermedio do Commando Geral de artilharia, com as alterações que este julgar convenientes.

Art. 19. O curso theorico da Escola será de quatro annos, divididas as principaes materias do seguinte modo :

Primeiro anno :

Leitura — alphabeto, syllabario e phrases.

Calligraphia — desde os primeiros exercicios até bastardo.

Contabilidade — taboada de sommar e diminuir ; exercicios destas operações.

Doutrina christã.

Segundo anno :

Leitura — corrente em livros facéis.

Calligraphia — bastardo, bastardinho e cursivo.

Contabilidade — taboada de multiplicar e dividir, numeração, operações fundamentaes, e suas regras e exercicios.

Doutrina christã.

Terceiro anno :

Leitura — autores classicos em prosa e verso, e manuscriptos.

Calligraphia — cursivo e diversos caracteres de letras.

Arithmetica — divisibilidade dos numeros, fracções ordinarias e decimaes, e problemas relativos.

Grammatica — etymologia e prosodia ; analys grammatical.

Desenho linear.

Quarto anno :

Arithmetica — potencias e raizes, razões e proporções ; systema metrico ; ex-reicios e problemas relativos.

Grammatica — syntaxe, analyse logica, dictado, orthographia e exercicios de redacção.

Elementos de chorographia e de historia do Brazil.

Art. 20. As materias do ensino pratico tambem serão divididas em quatro classes, correspondentes aos annos do curso theorico, do seguinte modo :

Infantaria, 1ª classe:

Escola de recruta.

Nomenclatura, limpeza e conservação das armas portateis, e equipamento.

Artilharia, 1ª classe :

Nomenclatura das differentes bocas de fogo, assim como das respectivas palamentas e munições.

Conhecimento dos nós empregados na artilharia.

Infantaria, 2ª classe:

Manejo das armas portateis.

Arrumação da roupa da ordem na mochila.

Artilharia, 2ª classe:

Exercicio de fogo com artilharia de campanha e de praça.

Movimentos do armão de artilharia de campanha.

Infantaria, 3ª classe :

Escola do pelotão.

Montar e desmontar armas portateis.

Artilharia, 3ª classe:

Classificação das differentes especies de bocas de fogo e seus respectivos projectis.

Regras do tiro.

Conhecimento dos differentes artificios de guerra, inclusive os foguetes.

Emprego das diversas especies de polvoras, das cargas determinadas para cada boca de fogo em uso no Exército.

Formação e contagem das diversas pilhas de balas.

Porcentagem que se deve calcular para as fallas das espolhas de fricção.

Infantaria, 4ª classe :

Deveres dos inferiores na escola de batalhão.

Conhecimento dos toques regulamentares de clarim e de corneta.

Apreciação de distancias no exercicio de tiro ao alvo.

Artilharia, 4ª classe :

Deveres dos inferiores nas manobras de uma bateria de campanha.

Apreciação de distancias e emprego das alças de mira no exercicio de tiro ao alvo.

Verificação do estado de qualquer boca de fogo e quaes os respectivos instrumentos.

Manobras de força,

Art. 21. O ensino de esgrima e gymnastica, natção e musica, terá sómente duas classes, que serão praticadas do seguinte modo :

1ª classe, no 1º e 2º annos do curso :

Esgrima, movimento sem arma.

Gymnastica, 1ª exercicios.

Natção, 1ª exercicios.

Musica, 1ª rudimentos e exercicios parciaes de solfejo, canto e instrumento, e execução de peças fieis.

2ª classe, no 3º e 4º annos do curso :

Esgrima, movimentos com arma.

Gymnastica, exercicios no trapézio.

Natção, diversas modos de nadar.

Musica, exercicios geraes de solfejo, canto e instrumento, e execução de peças de harmonia.

Art. 22. O ensino de escripturação militar tambem será dividido em duas classes, do seguinte modo

1ª classe, no 2º anno do curso :

Organização de mappas diarios, pernoites, vales, pedidos, guias de soccorrimto e partes de guarda.

2ª classe, no 3º e 4º annos do curso :

Organização de livranças, relações de mostra, ajustes de contas e partes em geral.

Conhecimento dos livros de uma bateria, dos vencimentos das praças de pret e do regulamento disciplinar.

Art. 23. Aos professores e adjuntos compete, não só a instrucção theorica, como a pratica, cumprindo-lhes observar rigorosamente os programmas de ensino e respectivos horarios, que só poderão ser alterados por determinação do Commando Geral de artilharia em virtude de proposta do Commandante da Escola e de approvação do Ministerio da Guerra.

Art. 24. Incumbe a cada professor :

§ 1.º Leccionar e ensinar no logar indicado para os exercicios, nos dias e horas marcados no horario.

§ 2.º Exercer a mais severa fiscalisação sobre seus alumnos, durante as horas do ensino, advertindo-os, admoestando-os e dando parte ao Fiscal contra o que proceder mal ou não se applicar ao estudo.

§ 3.º Prestar os esclarecimentos que forem determinados pelo Commandante, com relação ao exercicio de suas funcções.

§ 4.º Solicitar o que julgar de conveniencia para os ensinos theorico e pratico, que estiverem a seu cargo.

§ 5.º Dar ao seu adjunto as precisas instrucções para a regularidade e methodo do ensino.

§ 6.º Apresentar trimensalmente ao Commandante, por intermedio do Fiscal, uma nota indicativa do aproveitamento de cada um dos seus alumnos, tanto na aula theorica, como nos exercicios praticos.

Art. 25. A cada um dos adjuntos compete :

§ 1.º Apresentar-se nos logares e horas indicadas pelo respectivo professor, a quem deve auxiliar, segundo as instrucções que delle receber.

§ 2.º Substituir o professor nas suas faltas e impedimentos, bem como dirigir e fiscalisar os alumnos nas respectivas salas de estudo.

Art. 26. Os mestros de musica e de gymnastica exercerão as respectivas funcções inteiramente de accordo com os programmas e horarios approvados, e segundo as ordens do Commandante.

Art. 27. O pessoal destinado ao ensino não terá ingerencia no serviço administrativo da Escola.

Art. 28. Nos programmas e horarios se distribuirá o tempo de modo que o ensino pratico não fique prejudicado pelo theorico ou vice-versa; podendo-se para esse fim dividir as differentes materias pelos dias da semana, conforme fôr mais conveniente.

Art. 29. O Commandante da Escola proporá ao Commando Geral de artilharia os professores e adjuntos, que lhe parecerem mais aptos para o ensino das differentes materias que constituem o curso de instrucção theorica e pratica de aprendizes artilheiros.

Art. 30. Os compendios para o ensino das differentes materias serão adoptados em virtude de proposta do Commandante da Escola e approvação do Commando Geral de artilharia.

Art. 31. O Commandante da Escola poderá designar, para auxiliares dos respectivos professores, os alumnos que por seu exemplar procedimento e applicação se tornarem dignos dessa distincção, uma vez, porém, que d'aqui não resulte prejuizo para a instrucção de taes alumnos.

## CAPITULO IV

### DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO DOS ALUMNOS

Art. 32. Para a admissão na Escola de aprendizes artilheiros exige-se:

- 1.º Ser brasileiro;
- 2.º Ser de constituição robusta e ter sido vaccinado;
- 3.º Ter de 10 a 14 annos de idade;
- 4.º Ser apresentado por pessoa que se interesse pelo seu futuro, como pai, mãe, avô, avó, tutor ou autoridade competente.

Art. 33. Terão preferencia para a admissão:

- 1.º Os que já souberem ler, escrever e contar, pelo menos as quatro operações;
- 2.º Os filhos dos officiaes e das outras praças do Exercito;
- 3.º Os filhos dos officiaes e das outras praças da Armada;
- 4.º Os orphãos de pai e mãe, que forem apresentados pelos tutores ou pelos Juizes de Orphãos;
- 5.º Os orphãos de pai, que forem apresentados pelas mães;
- 6.º Os aprendizes artifices dos Arsenaes, que se acharem comprehendidos nos arts. 177 e 180 do Regulamento de 19 de Outubro de 1872.

Art. 34. Nos casos figurados nos ns. 1 a 5 do artigo antecedente, a admissão se effectuará em virtude de ordem do Com-

mando Geral de artilharia, precedendo informação do Commandante da escola, a quem deverá ser apresentado o menor, com a competente petição, afim de se verificar si está ou não nas condições regulamentares; feito o que, será o requerimento dirigido áquelle Commando Geral, com declaração não só de achar-se ou não o menor nas condições de ser admittido, conforme as circumstancias, como si ha vaga em qualquer das companhias.

Art. 35. Quanto ao caso figurado no n. 6 do art. 33, a admissão se realizará em virtude de ordem do Ministerio da Guerra, por intermedio do Commando Geral de artilharia.

Art. 36. Para se verificarem as condições exigidas no n. 2 do art. 32, mandará o Commandante inspecionar o menor pelo medico da Escola, que deverá declarar por escripto si o menor foi vacinado e si tem enfermidade ou defeito physico que o incapacite para o serviço das armas.

Art. 37. Na falta absoluta da certidão de baptismo, ou justificação julgada por sentença, para satisfazer a condição 3ª do art. 32, se avaliará a idade por meio de uma commissão de tres officiaes, nomeada pela Commandante, sendo um desses officiaes o medico do Estabelecimento.

Art. 38. Para reconhecer-se a condição 1ª do art. 33, o Commandante da Escola nomeará uma commissão, composta de um professor e dous adjuntos. Esta commissão examinará e classificará o candidato ou candidatos que se apresentarem, afim de serem matriculados no anno do curso theorico correspondente ás respectivas habilitações.

Art. 39. A idade mencionada na condição 3ª do art. 32 poderá ser elevada até 15 annos, si o candidato provar, em exame, que se acha habilitado nas materias do 1º anno do curso theorico, e até á de 16 annos, si fôr approvado nas materias do 2º anno do mesmo curso.

Art. 40. Em qualquer dos casos mencionados no artigo antecedente o alumno deverá habilitar-se, não só nas materias do ensino pratico relativo ao anno em que fôr matriculado, como nas correspondentes ao 1º ou ao 2º anno do curso theorico, segundo as circumstancias em que se achar.

Art. 41. No acto da admissão o Commandante da Escola designará a companhia em que leverá ser incluído o menor que fôr mandado admittir, segundo a sua idade e desenvolvimento physico.

## CAPITULO V

### DOS EXAMES FINAES

Art. 42. Cinco dias depois de encerradas as aulas começarão os exames das materias theoricas e praticas ensinadas durante o anno.

Art. 43. O Commandante nomeará as commissões que julgar necessarias para a realização desses exames. Ellas se comporão

de tres membros, devendo, porém, entrar em cada uma o professor ou adjunto que houver ensinado a respectiva materia, sendo presididas ou pelo Commandante ou pelo Fiscal, ou por um dos professores, para esse fim designado pelo Commandante.

Art. 44. O Commandante marcará as horas para a duração dos exames, que devem ter lugar em todos os dias uteis, salvo o caso de força maior.

Art. 45. Haverá, na Secretaria, um livro especial para o lançamento dos termos do exame de cada dia, sendo estes assignados por todos os membros da respectiva comissão.

Art. 46. Concluido o exame de cada materia do ensino theorico ou do pratico deverá a respectiva comissão organizar e apresentar ao Commandante da Escola duas relações, sendo uma por graus de merecimento, de todos os alumnos approvados, e outra dos que forem reprovados.

Art. 47. Os alumnos serão submettidos a exame no fim do anno. Aquelle, porém, que, por molestia ou por outro qualquer motivo de força maior, a juizo do Commandante da Escola, não o puder fazer na época ordinaria, poderá prestalo no começo de Fevereiro do anno seguinte, sendo para isso nomeada a competente comissão examinadora, de accordo com as disposições do art. 43.

Art. 48. Os alumnos que terminarem o curso com approvações plenas em todas as materias serão matriculados no curso preparatorio da Escola Militar da Corte; si, porém, o numero dos que estiverem nesse caso exceder de tres, terão preferencia os que houverem obtido melhores graus nas principaes materias do ensino theorico.

Art. 49. Logo que terminarem os exames de todas as materias do 4º anno do curso o Commandante da Escola remetterá ao Commando Geral de artilharia uma relação nominal dos tres alumnos que estiverem no caso de ser matriculados no curso preparatorio da Escola Militar da Corte.

## CAPITULO VI

### DO CONSELHO ECONOMICO

Art. 50. Para a administração do rancho e das dietas dos alumnos haverá um conselho economico, composto do Commandante, como presidente, o do Fiscal e Commandantes das companhias, como vogaes, servindo de secretario o da Escola.

Art. 51. Para a boa alimentação de cada um dos alumnos o Governo marcará, semestralmente, uma etapa igual á que for arbitrada para as praças da guarnição da Corte.

Art. 52. A aquisição dos generos alimenticios, quer para o rancho dos alumnos promptos, quer para a dieta dos que estiverem enfermos, compete ao conselho economico, mediante concorrência préviamente annunciada pela imprensa.

Art. 53. O conselho terá um cofre com tres chaves para a guarda dos dinheiros, que forem recebidos pelo Quartel-mestre da Escola com tal destino; sendo clavicularios o Fiscal e dous Commandantes de companhia designados pelo Commando Geral de artilharia, sob proposta do Commandante da Escola.

Art. 54. Nesse cofre haverá as seguintes caixas:

1.<sup>a</sup> Caixa geral, onto será recolhida a importancia das etapas recebidas da Pagadoria das Tropas da Córte, até se effectuar o pagamento não só dos generos comprados para o rancho, como para as dietas dos enfermos, logo que as respectivas contas tiverem o — pague-se — do Commandante da Escola e depois de convenientemente processadas na Secretaria e como — visto — do Fiscal.

2.<sup>a</sup> Caixa de sobras e musica, em a qual serão recolhidas as quantias provenientes das sobras da caixa geral, bem como as que forem adquiridas como gratificação á banda de musica, quando tocar fóra do Estabelecimento, com permissão do Commando Geral de artilharia ou do Ministro da Guerra, destinando-se estas quantias á aquisição de louça, talheres e mais objectos necessarios para o rancho, e bem assim á aquisição e concerto do instrumental.

3.<sup>a</sup> Caixa de peculios, para a qual deverá entrar mensalmente metade do soldo de cada alumno, sem distincção de classe ou de anno, afim de ser recolhida trimensalmente á Caixa Economica Publica Nacional, tendo cada alumno a sua caderneta, que só lhe será entregue quando fór desligado da Escola.

Art. 55. A outra metade do soldo dos alumnos da 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> companhias entrará mensalmente para a caixa geral, com applicação especial ao pagamento da lavagem da roupa das mesmas companhias e da enfermaria.

Art. 56. Os alumnos da 4.<sup>a</sup> companhia receberão metade do soldo, como remuneração do serviço que prestarem.

Art. 57. Para a escripturação a cargo do conselho haverá os seguintes livros:

1.<sup>o</sup> De actas das sessões mensaes, em que se lançará a demonstração da receita e despeza das tres caixas mencionadas no art. 54, discriminando-se o que fór attinente a cada uma dessas caixas.

2.<sup>o</sup> De termos das sessões especiaes para aquisição dos generos alimenticios e para a lavagem da roupa.

3.<sup>o</sup> Dos contratos que forem feitos pelo conselho, quer para a aquisição de generos alimenticios, quer para a lavagem da roupa.

4.<sup>o</sup> Do balancete da receita e despeza a cargo do conselho.

5.<sup>o</sup> Da averbação do peculio que fór recolhido á Caixa Economica, com declaração do numero da caderneta pertencente a cada alumno.

Art. 58. Esta escripturação será feita pelo methodo observado na do Arsenal de Guerra da Córte.

Art. 59. As cadernetas dos alumnos que forem transferidos para os corpos de artilharia serão remetidas para a Repartição Fiscal da Guerra, afim de serem opportunamente entregues a quem de direito; devendo-se, porem, recolher á Pagadoria das Tropas da Córte a importancia das que pertencerem aos fallecidos e aos que tiverem perdido os respectivos peculios.



## CAPITULO VII

## DOS VENCIMENTOS

Art. 60. Os empregados da Escola terão os seguintes vencimentos :

O Commandante, de comissão activa, como Chefo.

O Fiscal, de estado-maior de 1ª classe.

O Secretario, de estado-maior de 1ª classe.

Os Commandantes e os subalternos das companhias, o Ajudante e o Quartel-mestre, do estado-maior de 1ª classe.

Os professores e os adjuntos, além dos vencimentos de estado-maior de 1ª classe, terão uma gratificação especial, aquelles de 50\$ e estes de 40\$, mensalmente.

Os mestres de musica e de gymnastica terão a gratificação annual de 960\$000.

O Cirurgião, o Capellão e o Pharmaceutico terão os vencimentos marcados nas respectivas tabellas.

O enfermeiro e o seu ajudante terão as gratificações marcadas nas respectivas tabellas dos hospitais militares.

Os alumnos vencerão, indistinctamente, soldo de primeira praça de artilharia a p., sem gratificação alguma, e a etapa que fôr fixada.

Art. 61. Os vencimentos de todos os officiaes empregados na Escola serão pagos na Pagadoria das Tropas da Côrte, mediante uma ou mais folhas assignadas pelo Commandante ; os dos alumnos, porém, serão pagos na mesma Repartição por meio de um pret e relação de mostra, conforme se pratica com os aprendizes artifices do Arsenal de Guerra da Côrte.

Art. 62. Os professores e adjuntos só perceberão a gratificação especial marcada no art. 60 quando em effectivo exercicio do magisterio.

Para se verificar essa circumstancia haverá um livro de presença, no qual os ditos professores e adjuntos assignarão nos dias em que comparecerem para o ensino theorico e pratico a que forem obrigados, sendo diariamente encerrado pelo Fiscal.

No fim de cada mez será a respectiva folha de pagamento organizada na Secretaria da Escola, mencionando-se o numero de faltas que tiver dado cada um dos professores e adjuntos, afim de proceder-se ao competente desconto.

Paragrapho unico. O mesmo se praticará com os mestres, os quaes soffrerão desconto nos respectivos vencimentos, segundo as regras estabelecidas para os empregados de igual categoria no Arsenal de Guerra da Côrte.

Art. 63. O professor ou adjunto que, por qualquer circumstancia, reger mais de uma aula theorica, perceberá a gratificação especial correspondente.

## CAPITULO VIII

## DAS PENAS E RECOMPENSAS

Art. 64. Os castigos correccionaes devem ser impostos aos alumnos, segundo a gravidade da falta que commetterem, na seguinte ordem :

- 1.º Simple impedimento no recinto da Escola ;
- 2.º Rebaixamento da graduação ;
- 3.º Faxinas nas dependencias da Escola, durante tres a 20 dias, nas horas de recreio ;
- 4.º Prisão, em xadrez, até 20 dias ;
- 5.º Prisão, em solitaria, até 40 dias, com ração inteira ;
- 6.º Prisão, em solitaria, até seis dias, com metade da ração.

Art. 65. A pena do n. 1º do artigo antecedente poderá ser imposta pelos Commandantes das companhias ou pelo Fiscal ; todas as outras, porém, só poderão ser applicadas por ordem do Commandante da Escola.

Art. 66. Só em virtude das penas constantes dos ns. 5º e 6º do art. 64 deixarão os alumnos de frequentar as aulas e os exercicios.

Art. 67. Aos alumnos que se retirarem das aulas ou dos exercicios, sob qualquer pretexto, assim como aos que não derem provas de aproveitamento, quer nas aulas, quer nos exercicios, serão applicadas as penas dos ns. 1º a 5º do art. 64, a juizo do Commandante da Escola, á vista de notes fornecidas pelos respectivos professores, no fim de cada semana, para o caso da frequencia e trimensalmente para o de aproveitamento.

Art. 68. O alumno que tiver 17 annos completos e se tornar incorrigivel será, em virtude de representação do Commandante da Escola e ordem do Ministro da Guerra, della excluido e transferido para qualquer corpo de infantaria do Exercito, onde servirá seis annos contados da data da transferencia, perdendo o direito á gratificação de voluntario e ao peculio que tiver na Caixa Economica, o qual será recolhido á Pagadoria das Tropas da Côrte.

Art. 69. O alumno que fôr reprovado nos exames do fim do anno, ou tiver máo comportamento habitual, só poderá obter licença durante as feras, si fôr especialmente concedida pelo Commando Geral de artilharia, com informação do Commandante da Escola.

Art. 70. O alumno que se ausentar, por excesso de licença, será castigado com prisão em xadrez segundo os dias da ausencia ; si, porém, esse excesso fôr de mais de 30 dias será excluido da Escola, e quando se apresentar será julgado por um conselho de disciplina, nomeado pelo Commandante, e composto do Fiscal, como presidente, e de dous Commandantes de companhia, como vogaes, tendo em vista a disposição do art. 72.

Art. 71. O alumno que ausentar-se, sem licença, da Escola será castigado com prisão em solitaria, tendo-se em attenção o numero de dias que estiver ausente ; ficando ao arbitrio do Commandante marcar os dias em que deve ter meia ração, segundo a idade e as

circumstancias da ausencia, si, porém, *outra* exceder a 30 dias, será excluido da Escola, e quando se apresentar será julgado por um conselho composto na forma indicada no artigo antecedente, e tendo em vista a disposição do art. 72.

Art. 72. O alumno que estiver ausente mais de 30 dias e for apresentado preso, além de punição arbitrada pelo conselho, nunca excedente de 60 dias de prisão, não terá licença para sahir da Escola senão depois de seis mezes, contados da data em que terminar a prisão; si, porém, fôr maior de 17 annos e não proceder bem durante esse tempo de impedimento, será considerado incorrigivel, e como tal terá o destino indicado no art. 68.

Art. 73. O alumno que permanecer ausente até a idade de 18 annos não poderá reverter á Escola; o que em taes condições se apresentar voluntariamente, ou fôr preso, será alistado com praça de soldado em um dos corpos de infantaria do Exercito, onde servirá por seis annos, sem direito á gratificação concedida aos voluntarios e perdendo o respectivo peculio.

Art. 74. Em caso algum os alumnos serão julgados como desertores do Exercito.

Art. 75. Si algum alumno praticar qualquer crime em que caiba procedimento da Justiça, o Commandante da Escola nomeará um conselho de investigação, composto do Fiscal, como presidente, e de dous Commandantes de companhia e mais dous subalternos, como vogaes, servindo de secretario o menos graduado ou mais moderno, e submeterá esse processo ao Commando Geral de artilharia, com a informação que o caso exigir, para providenciar-se como fôr de direito.

Art. 76. Ao alumno que, ten lo idade menor de 16 annos, obtiver boas notas nas aulas e fôr de bom procedimento, poderá o Commandante da Escola conceder licença por escripto para sahir da Escola aos domingos e dias santificados, permitindo a saída de vespera; sendo, porém, o menor acompanhado por pessoa autorizada pelo pai, mãe ou tutor.

Art. 77. Ao alumno que se distinguir nas respectivas aulas, e fôr de bom procedimento, poderá o Commandante da Escola conceder licença, por escripto, para passar o tempo das feras em casa de sua familia, com a clausula do artigo antecedente para os menores de 16 annos.

## CAPITULO IX

### DISPOSIÇÕES ESPECIAES

Art. 78. Cada companhia de alumnos não poderá ter mais de um 1º sargento, dous 2ºs sargentos, um ferriel, seis cabos de esquadra e seis ansepa las.

Art. 79. As graduações de que trata o artigo antecedente serão concedidas pelo Commandante da Escola, como premio aos alumnos de bom comportamento que mais se distinguirem, não só

nas aulas do ensino theorico, como nos exercicios do ensino pratico, segundo as notas trimestralmente apresentadas pelos respectivos professores, ou quando para isso tiverem ordem especial do mesmo Commandante.

Art. 80. O Commandante da Escola fará taes concessões graduadamente como estimulo para os alumnos.

Art. 81. O Commandante da Escola, sempre que julgar conveniente, poderá mandar transferir qualquer alumno da 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> companhias, de uma para outra.

Art. 82. As aulas principiarão no segundo ou terceiro dia util depois da festa de Reis, e serão encerradas no ultimo dia util da 1.<sup>a</sup> quinzena do m.<sup>z</sup> de Novembro.

Art. 83. São feriados, além dos domingos e dias santificados, os de festa ou luto nacional, e desde o domingo de Ramos até ao da Paschoa da Resurreição.

Art. 84. Haverá uma arrecadação geral a cargo do Quartel-mestre da Escola, para o armamento, fardamento, utensilios e mais objectos que não estivorem em serviço effectivo.

Art. 85. Além dessa arrecadação haverá uma rouparia destinada não só ao fardamento distribuido nas épocas proprias para o uso diario dos alumnos, como ao de formatura; tendo, porém, cada uma das respectivas peças o numero da companhia e o do alumno.

Art. 86. Para a escripturação da Escola haverá, além dos livros já mencionados, os seguintes:

1.<sup>o</sup> A cargo do Secretario:

Matricula geral dos alumnos.

Registro das ordens do dia do Commandante.

Indice dos documentos archivados.

Registros dos pedidos feitos ás diversas Repartições.

Carga e descarga do armamento, equipamento, fardamento e utensilios.

2.<sup>o</sup> A cargo do Fiscal:

Detalhe do serviço ordinario e extraordinario.

3.<sup>o</sup> A cargo do Quartel-mestre:

Registro de folhas e prets.

Entradas e sahidas da arrecadação.

Resumo das entradas e sahidas de generos para o rancho geral.

Resumo das entradas e sahidas de generos para a enfermaria.

4.<sup>o</sup> A cargo dos Commandantes de companhias:

Carga e descarga do armamento, equipamento, fardamento e utensilios.

Registro de pedidos.

## CAPITULO X

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 87. Os alumnos que no fim de cada anno lectivo tiverem completado a idade de 18 annos, passarão para a 4.<sup>a</sup> companhia

da Escola, afim de praticarem um anno nos diversos serviços mencionados no art. 89, occupando-se, porém, os que estiverem de folga em exercicios militares, especialmente da arma de artilharia.

Art. 88. Os alumnos de que trata o artigo antecedente, no fim desse anno de pratica passarão immediatamente para os corpos de artilharia do Exercito como praças voluntarias, com direito á respectiva gratificação, mas não ao premio; tendo preferencia para os postos de officiaes inferiores os que tiverem o curso completo da Escola e os outros para os de cabos de esquadra e ansepeçadas.

Art. 89. Os serviços alludidos no art. 87 são :

- 1.º O da guarnição das baterias da barra, enquanto a Escola permanecer na fortaleza de S. João;
- 2.º O de guarias do Estabelecimento e de ordenanças;
- 3.º A faxina de todas as dependencias do aquartelamento, campo de instrucção, enfermaria e baterias da fortaleza;
- 4.º O que diz respeito ao rancho, cozinha e enfermaria;
- 5.º O de auxiliar do Secretario, do Quartel-mestre e do Agente.

Art. 90. Não se acham incluídos nas condições do art. 88 os tres alumnos que por sua notavel e distincta aptidão forem julgados no caso de ser matriculados no curso preparatorio da Escola Militar da Côte.

Art. 91. Os alumnos que forem transferidos para a Escola Militar da Côte e para os corpos de artilharia do Exercito servirão por seis annos, contados da data da transferencia; aquelles, porém, que tiverem pertencido ás companhias de aprendizes artifices dos Arsenaes de Guerra, servirão o tempo necessario para completar os dez annos a que serão obrigados pelo art. 263 do Regulamento approvado pelo Decreto n. 5118 de 19 de Outubro de 1872.

Art. 92. A exclusão determinada pelo Ministerio da Guerra, de quaesquer alumnos da Escola, antes do tempo legal e em virtude de requerimento dos pais ou tutores, só se fará effectiva depois de paga a indemnização devida ao Estado. Exceptua-se o caso de molestia, provada em inspecção de saude, em que a exclusão se fará gratuitamente.

Art. 93. O alumno que fôr transferido para o Exercito será acompanhado de uma guia, na qual se deverá declarar, além do nome, idade, naturalidade e filiação, o motivo da transferencia e quaes as respectivas approvações obtidas nos annos do curso escolar, afim de servir de base para os seus assentamentos no corpo em que verificar praça.

Art. 94. Os alumnos da 4ª companhia terão alojamento separado dos que pertencerem ás outras companhias da Escola.

Art. 95. O fardamento, quer dos alumnos promptos, quer dos enfermos, será fornecido pelo Estado de conformidade com as respectivas tabellas em vigor.

Art. 96. O material da enfermaria e da pharmacia, bem como os medicamentos necessarios para o tratamento dos alumnos e dos officiaes residentes na Escola, serão opportunamente fornecidos pelo Estado.

Art. 97. O material de todas as dependencias da Escola, assim como a roupa de cama, tanto dos alojamentos como da enfermaria, tambem será fornecido pelo Estado, segundo as respectivas tabellas.

Art. 98. Em caso algum serão os alumnos destacados para serviço em qualquer corpo do Exercito, e só poderão ser desligados da Escola nas condições estabelecidas neste Regulamento; o corpo escolar, porém, ou parte delle, poderá destacar para fóra de seu aquartelamento, com o fim de exercitar-se em qualquer ramo da instrução militar.

Art. 99. Enquanto a Escola permanecer na fortaleza de S. João, o Commandante, o Fiscal, o Quartel-mestre e o Secretario da Escola exercerão as respectivas funcções na mesma fortaleza, percebendo, como actualmente, as gratificações correspondentes pelo excesso de trabalho.

Art. 100. O Commandante da Escola organizará instrucções minuciosas, que regulem o regimen interno das companhias, e estabelecerá normas para os demais serviços internos da Escola, submettendo-as á approvação do Commando Geral de artilharia.

Art. 101. Ficam revogadas as Instrucções de 21 de Março de 1867 e mais disposições contrarias.

Palacio do Rio de Janeiro em 31 de Janeiro de 1885.— *Candido Luiz Maria de Oliveira.*

*Candido Luiz Maria de Oliveira.*

## DECRETO N. 9368 — DE 31 DE JANEIRO DE 1885

Dá novo Regulamento para a Fabrica de Polvora da Estrella.

Usando da autorização conferida pelo § 1º, n. 2, do art. 6º da Lei n. 3230 de 3 de Setembro do anno proximo passado, Hei por bem Approvar o Regulamento, que com este baixa, para a Fabrica de Polvora da Estrella, assignado por Candido Luiz Maria de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 31 de Janeiro de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Candido Luiz Maria de Oliveira.*

## **Regulamento para a Fabrica de Polvora da Estrella, a que se refere o Decreto n. 9368, desta data**

### **CAPITULO I**

#### **DESTINO, ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DO ESTABELECIMENTO**

Art. 1.º A Fabrica de Polvora da Estrella destina-se:

1.º A' preparação das materias primas de polvora, a saber: carbonisação de madeiras por destillação, refinação de salitre, trituração de enxofre e sua purificação, si fôr preciso;

2.º A' fabricação de polvoras de guerra, de todos os typos, para as armas de fogo em uso no Exercito e na Armada;

3.º A' fabricação de polvoras de caça e mina de qualquer marca, para serem expostas á venda;

4.º A' plantação de madeiras apropriadas á carbonisação e para o combustivel de que possam carecer as officinas.

Art. 2.º O Ministerio da Guerra poderá incumbir a Fabrica da preparação de outros agentes explosivos. Neste caso, porém, as officinas respectivas serão construidas inteiramente em separado das que se destinarem ao fabrico de polvoras de guerra, caça e mina, salvo si esses agentes forem obtidos por simples alterações de dosagem.

Art. 3.º O pessoal da Administração constará de:

Um Director.

Um Ajudante.

Um Amanuense do escriptorio do Director.

Um Escrevente do escriptorio do Ajudante.

Um Cirurgião encarregado da enfermaria.

Um Pharmaceutico e preparador.

Um Capellão.

Um enfermeiro.

Um Almoxarife.

Um guarda dos armazens.

Um apontador geral e encarregado do serviço de transportes.

Um guarda das matas e feitor do plantio.

Um servente do escriptorio do Director e zelador da Capella.

Um dito do escriptorio do Ajudante.

Um dito da pharmacia.

Quatro ditos ás ordens do encarregado do serviço de transportes.

Quatro ditos á disposição do guarda das matas e feitor do plantio.

Paragrapho unico. As funcções do feitor do plantio ficam reunidas, na fórma do disposto no Regulamento de 17 de Março de 1860, ás de guarda das matas, sendo creados os logares de apontador geral e encarregado do serviço de transportes e de Amanuense do escriptorio do Director.

Art. 4.º Para coadjuvar o serviço da Administração do Estabelecimento e das officinas auxiliares, haverá um destacamento de 36 prças, tiradas dos corpos do Exército, e commandado por um subalerno.

Art. 5.º O Estabelecimento constará de duas divisões com cinco secções: a 1ª divisão comprehenderá a 1ª, 2ª e 3ª secções, e a 2ª as secções 4ª e 5ª.

§ 1.º Pertencerão á 1ª secção:

A casa da balança.

A officina do mixtão binario.

A officina do mixtão ternario.

A officina da prensa hydraulica de polvoras communs.

A officina da prensa para polvoras prismaticas.

A officina das galgas pesadas.

A casa das polvoras verdes.

A officina de granulação.

A officina de desempoeiramento e alisamento.

A estufa e estições de seccagem.

A officina de separação.

A officina de encaixotamento e embarricamento.

O paiol e depositos de polvora.

O laboratorio chimico.

A linha de tiro e casas de experiencias balisticas.

§ 2.º Pertencerão á 2ª secção:

A officina de carbonisação e o respectivo deposito de lenha.

A officina de refinação e trituração do salitre.

A officina de trituração do enxofre.

Os depositos de materias primas preparadas.

A officina de machinas e ferraria.

A casa da bomba de extinguir incendios, existente dentro do recinto do fabrico.

Os açudes, canaes, encanamentos, vias ferreas e tudo mais não especificado, que existir do portão das officinas para dentro.

§ 3.º Pertencerão á 3ª secção:

A plantação de arvores para protecção dos edificios e officinas, para carbonisação e combustivel, e conservação de estradas e caminhos.

§ 4.º Pertencerão á 4ª secção:

A officina de carpinteiro.

A officina de tanoeiro.

A officina de funileiro.

Os trabalhos de pedreiro, reparos e obras em geral.

Os armazens e depositos existentes fóra do recinto das officinas.

§ 5.º Pertencerão á 5ª secção:

As cavallariças, carros de transporte, guarda e plantação de artigos de forragem, serviço de transporte e conservação dos animais e mais trabalhos não especificados, que forem feitos fóra do recinto das officinas de fabricação de polvora.

Art. 6.º Para o serviço das officinas da 1ª, 2ª e 3ª secções haverá o seguinte pessoal:

Um mestre geral do fabrico.



Um contramestro.  
 Um encarregado da officina de carbonisação.  
 Um dito da de refinação de salitre.  
 Um dito da dos mixtões binario e ternario.  
 Um dito da das galgas.  
 Um dito da da prensa hydraulica.  
 Um dito da de polvoras prismaticas.  
 Um dito da de granulação.  
 Um dito da de desemboçamento e alisamento.  
 Um dito da estufa e estações de seccagem.  
 Um dito da officina de separação.  
 Um dito da de embarricamento.  
 Um machinista.  
 Um aprendiz de machinista.  
 Um porteiro do fabrico e guarda dos paños e depositos de polvora.  
 10 operarios para o serviço das officinas.  
 Paragrapho unico. O numero de operarios poderá ser elevado, conforme as necessidades do serviço, precedendo sempre autorização do Ministerio da Guerra.  
 Art. 7.º O pessoal das officinas da 4ª secção constará de:  
 Um mestre geral.  
 Dous carpinteiros e um aprendiz.  
 Dous pedreiros e um aprendiz.  
 Um tanoeiro e um aprendiz.  
 Um funileiro e um aprendiz.

## CAPITULO II

### ATTRIBUIÇÕES, DEVERES E CONDIÇÕES QUE DEVEM SATISFAZER OS EMPREGADOS

#### *Do Director*

Art. 8.º O logar do Director será preenchido por um official general que tenha pertencido a corpo ou arma scientifica, ou superior dos corpos de estado-maior de artilharia ou de 1ª classe, competindo-lhe, como Chefe da Administração e do serviço tecnico:

1.º Receber e fazer executar todas as ordens do Ministerio da Guerra, além das prescripções deste Regulamento;

2.º Determinar todos os trabalhos, de conformidade com este Regulamento, ordens que lhe forem dadas pelo Ministerio da Guerra e preceitos de sciencia e pratica em relação ao fabrico de polvoras;

3.º Inspeccionar todos os trabalhos, providenciando para que sejam executados com presteza, economia e perfeição;

4.º Manter a melhor ordem na administração, policia e disciplina da Fabrica;

5.º Corresponder-se directamente com o Ministro da Guerra e com qualquer autoridade civil ou militar sobre assumpto da Administração a seu cargo ;

6.º Prestar ao Ministro da Guerra informações sobre a idoneidade dos individuos que pretenderem emprego na Fabrica, de nomeação do Governo ;

7.º Dar posse aos empregados ;

8.º Designar quem substitua interinamente qualquer empregado de nomeação do Governo, que esteja impedido, dando de seu acto immediatamente parte ao Ministro da Guerra ;

9.º Nomear quem exerça os logares, cujo provimento não fôr reservado por este Regulamento ao Governo, bem como admitir operarios e serventes, dentro dos limites marcados e conforme as exigencias do serviço ;

10. Despedir os empregados de sua nomeação que por carencia de trabalho se tornarem desnecessarios e os que se portarem mal ou não cumprirem os seus deveres ;

11. Suspender até 15 dias o empregado de nomeação do Governo que incorrer em falta grave, ou sem tempo limitado, si a falta fôr de tal natureza que exija a demissão do empregado ; devendo, porém, neste caso dar immediatamente parte ao Ministro da Guerra para resolver a respeito ;

12. Impor aos officiaes e praças que servirem no Estabelecimento as penas disciplinares do § 1º do art. 31 do Regulamento de 8 de Março de 1875 ;

13. Solicitar do Ministro da Guerra providencias sobre qualquer assumpto que não esteja na sua alçada resolver ;

14. Participar, para os effeitos legais, ao Ministro da Guerra qualquer irregularidade ou transgressão da lei ou deste Regulamento ;

15. Pedir com a precisa antecedencia os materiaes e materias primas de que possa carecer, de modo que haja tempo de se fazer o fornecimento pela Intendencia da Guerra ;

16. Prestar aos Chefes das diversas Repartições do Ministerio da Guerra as informações que forem solicitadas, e bem assim requisitar dessas autoridades o que julgar conveniente á boa marcha do serviço a seu cargo ;

17. Mandar passar, de accôrdo com as leis de Fazenda, as certidões que forem pedidas, sempre que não houver inconveniente e que se refiram a papeis existentes nas estações sob sua jurisdição ;

18. Rubricar os livros de escripturação da Fabrica, salvo os que devam selo pela Repartição Fiscal, podendo para isso comissionar qualquer empregado que não seja o que tiver de fazer a escripturação ;

19. Expedir as instrucções que julgar convenientes para o bom andamento do serviço, de accôrdo com as disposições deste Regulamento ;

20. Despachar os requerimentos das partes dentro dos limites de suas attribuições ;

21. Autorizar as despesas miudas, que forem necessarias, sem exceder a consignação mensal ;

22. Apresentar annualmente ao Ministro da Guerra, até ao ultimo dia de Fevereiro e sempre que for exigido, um relatório circumstanciado da marcha do serviço do Estabelecimento, durante o periodo decorrido da data do relatório anterior, indicando as medidas que julgar convenientes para melhorar a Fabrica e os seus productos;

23. Dirigir com a maxima attenção o serviço tecnico do Estabelecimento, fazendo por si e ordenando que se façam as analyses, ensaios e experiencias balisticas que forem necessarias, para se reconhecer a qualidade das materias primas empregadas o dos productos da Fabrica;

24. Estudar e fazer applicar os processos modernos de fabrico de polvora, solicitando do Ministro da Guerra a aquisição das machinas e apperelhos que forem necessarios afim de que cada typo de polvora seja confeccionado devidamente em relação á dosagem, trituração, incorporação, seccagem e alisamento, e para que o acondicionamento e conservação das polvoras offereçam a maior garantia;

25. Estudar e fazer classificar pelo methodo de Violête as diversas variedades existentes nos terrenos da Fabrica, organizando tabellas dos rendimentos de carbonisação, velocidade de inflammção e combustão, hygrometricidade, etc., com as precisas observações sobre as vantagens que offerecerem para ser empregadas nos diversos typos de polvora;

26. Providenciar do modo que as madeiras cortadas com destino á carbonisação sejam perfeitamente conservadas, e que haja sempre um deposito para 50.000 kilogrammas de polvora, pelo menos;

27. Estudar e fazer estudar o melhor meio de aproveitar a grande quantidade de polvora que existe armazenada, quer seja transformando-a nos diversos typos modernos, independentemente de qualquer alteração de dosagem, quer seja refizendo-a ou mesmo alterando a primitiva, quer, finalmente, beneficiando-a sem alterar a dosagem e mudar o typo;

28. Envidar todos os esforços para serem creados, tanto quanto for possivel, typos de polvora nacional para todas as armas de fogo, desde o revolver até o canhão de maior calibre, pertencentes ao armamento do Exército e Marinha, e que, tanto sob o ponto de vista dos effeitos balisticos e pressões, como dos volumes das cargas e sua conservação, sejam com a maior propriedade applicaveis ás referidas armas;

29. Fazer velar pela conservação das matas, para que os mananciaes não sofram;

30. Prestar, como membro effectivo da Comissão de melhoramentos do material de guerra, as informações que lhe forem exigidas sobre o serviço tecnico do Estabelecimento;

31. Envidar esforços para que, sem prejuizo do fabrico das polvoras de guerra, possa crear-se uma fonte de receita, expoundo-se á venda polvoras de caça e mina, que tenham aceitação no commercio, de forma que, sempre que não haja necessidade de fabricação de polvoras de guerra em grande escala, seja a parte do pessoal, desoccupada, applicada ao preparo de polvoras para o mercado, conservando-se assim a Fabrica constantemente montada com pessoal habilitado para qualquer emergencia.

*Do Ajudante*

Art. 9.º O Ajudante, tirado d'entre os officiaes superiores ou Capitães dos corpos scientificos do Exercito, é o fiscal e segunda autoridade do Estabelecimento, competendo-lhe :

- 1.º Substituir o Director sempre que este se ache impedido ;
- 2.º Receber do Director todas as ordens relativas ao serviço da Administração, sem por isso ficar aquelle impedido de dal-as directamente quando convenha ;
- 3.º Fazer com que essas ordens sejam prompta e fielmente executadas ;
- 4.º Dar conhecimento por escripto das irregularidades que encontrar no desempenho do serviço a seu cargo ;
- 5.º Dar parte semanalmente do estado de todas as obras e trabalhos executados pela 2ª divisão ;
- 6.º Fiscalisar a entrada dos materiaes que forem comprados e a sahida dos generos dos armazens ;
- 7.º Assistir ao peso e encaixotamento de polvora e rubricar as guias de sahida ;
- 8.º Fiscalisar a arrumação, boa ordem e escripturação dos armazens da 2ª divisão ;
- 9.º Fiscalisar o ponto e as férias dos operarios da 2ª divisão ;
- 10.º Fazer organizar e authenticar a escripturação do Almoxarife ;
- 11.º Organizar e fiscalisar a escripturação das diversas officinas da 2ª divisão, para que não se extraviem as ferramentas ;
- 12.º Evitar o extravio ou de perdicio dos materiaes destinados ás construcções e reparos que forem feitos na 2ª divisão ;
- 13.º Fiscalisar o serviço de limpeza das ruas e estradas que existirem fóra do recinto das officinas, cuidar da conservação das pontes e edificios destinados á moradia dos empregados, quarteis e enfermaria ;
- 14.º Promover e activar o bom tratamento dos animaes, guarda das forragens, conservação das pastagens, aguadas e meios de transporte, providenciando como fór conveniente e requisitando do Director o que fór necessario ;
- 15.º Manter a disciplina do destacamento, detalhando o respectivo serviço, de accôrdo com as ordens do Director, impondo os castigos disciplinares que estiverem em sua alçada e dando parte ao Director dos factos graves que exigirem mais severa punição ;
- 16.º Organizar as férias para pagamento dos operarios e mais empregados, e o preto para pagamento das praças e forragens ;
- 17.º Assistir ao pagamento dos operarios, quando para esse fim comprecer o empregado competente da Pagadoria ;
- 18.º Apresentar, no fim de cada mez, um relatório minucioso sobre cada um dos ramos do serviço a seu cargo, relação entre os trabalhos e seus productos, natureza e logares dos concertos, valor médio da despesa feita e calculo do valor da obra e de tudo quanto tiver executado, por si ou por ordem do Director, e que lhe parecer conveniente, a bem do Estabelecimento ;
- 19.º Dar parte ao Director, quando fór excessivo o pessoal das

secções a seu cargo, para ser despedido, e reclamar o augmento, quando fôr necessario.

Art. 10. Para o respectivo serviço de escripturação terá o Ajudante em seu escriptorio um Escrevente, que poderá ser auxiliado, quando fôr preciso, pelo pessoal do destacamento.

#### *Do Amanuense do escriptorio do Director*

Art. 11. Ninguem poderá ser nomeado Amanuense sem provar que tem bons precedentes e a idade de 21 annos completos, mostrando, em concurso, boa letra e conhecimento perfeito, não só da grammatica e lingua nacional, mas ainda de arithmetica e escripturação mercantil, por partidas dobradas.

Art. 12. Ao Amanuense compete :

1.º Lançar os despachos nos requerimentos dirigidos ao Director, segundo suas indicações ;

2.º Authenticar as certidões que forem passadas, em vista de despacho do Director ;

3.º Fazer os pedidos de objectos de escriptorio, que forem necessarios ao serviço ;

4.º Preparar a correspondencia do Director, de accôrdo com as indicações que delle receber ou minutas por elle feitas, archivando as referidas minutas, para serem annualmente encadernadas ;

5.º Zelar pela conservação e arranjo dos livros e papeis que estiverem a seu cargo ;

6.º Organizar, de accôrdo com o systema seguido pelas Repartições superiores do Ministerio da Guerra, um indice geral de todas as materias a que se referirem os papeis existentes no archivo da Fabrica, de modo que, com a maxima facilidade, possam ser encontrados os documentos que lhes forem relativos ; devendo ser organizado, em separado, o indice do que se referir a data anterior á publicação do presente Regulamento ;

7.º Fechar, sellar e expedir a correspondencia do Director, tomando nota da mesma ;

8.º Servir de Escrivão do Almoxarifado.

#### *Do Escrevente do escriptorio do Ajudante*

Art. 13. Para coaljuvar o Ajudante haverá no seu escriptorio um Escrevente com as mesmas habilitações exigidas para o Amanuense do escriptorio do Director, e que será obrigado a fazer todos os trabalhos de escripta que lhe forem ordenados, inclusive os que concernem ao Almoxarifado.

Haverá tambem um servente para a limpeza e conservação do edificio, livros, pateos, etc., pertencentes á referida estação.

*Do Cirurgião*

Art. 14. Para o tratamento das praças enfermas e dos operarios que, por falta de meios, não possam ser medicados em suas habitações, haverá na Fabrica um Cirurgião do Corpo de Saude do Exercito, a quem compete :

- 1.º Dirigir o serviço medico e cirurgico da enfermaria ;
- 2.º Atender promptamente aos chamados dos empregados que se acharem enfermos em suas residencias, tratá-os gratuitamente, e bem assim ás pessoas de sua familia ;
- 3.º Passar revistas medicas e sanitarias, inspecionar os officiaes, praças e empregados, de accôrdo com as ordens do Director ;
- 4.º Organizar os pedidos de dietas que forem precisas para os doentes ;
- 5.º Executar e fazer executar na enfermaria do Estabelecimento as disposições do Regulamento do Corpo de Saude do Exercito ;
- 6.º Fazer conservar a enfermaria na melhor ordem e maior asseio, tanto em relação ao edificio, como aos instrumentos, mobilia e utensis ;
- 7.º Conservar em dia a escripturação da enfermaria, velando pela conservação do que estiver a seu cargo ;
- 8.º Dar consultas diariamente em hora e logar marcados pelo Director, sobre proposta sua, aos enfermos pobres da localidade, que se apresentarem ;
- 9.º Organizar os mapps estatísticos pathologicos que devam ser remettidos á Repartição de Saude, e os que forem exigidos pelo Director, a quem prestará todas as informações que lhe forem ordenadas ;
10. Fiscalisar a escripturação da pharmacia, para que seja feita de accôrdo com as ordens em vigor, e a manipulação dos medicamentos, sempre que entender conveniente ;
11. Organizar, de accôrdo com o Pharmaceutico, o pedido dos medicamentos e utensis que forem necessarios á pharmacia.

*Do Pharmaceutico-preparador*

Art. 15. O Pharmaceutico será contratado ou tirado do Corpo de Saude do Exercito, d'entre os que, além do serviço da pharmacia, possam encarregar-se dos trabalhos do laboratorio chimico das officinas do fabrico de polvora, comp-tindo-lhe :

- 1.º Dirigir o serviço da pharmacia, aviando e fazendo aviar as receitas que lhe forem apresentadas ;
- 2.º Trazer em dia a escripturação da mesma e organizá-la de accôrdo com as instruções da Repartição de Saude do Exercito ;
- 3.º Velar pela conservação dos medicamentos e aparelhos, e tudo enfim que estiver a seu cargo ;
- 4.º Prestar as informações, que forem exigidas pela Directoria e pelo Cirurgião, acerca de tudo que estiver a seu cargo ;

5.º Como preparador, ser encarregado dos trabalhos do laboratorio chimico, cumprindo as ordens que a respeito lhe forem dadas pelo Director, relativamente a ensaios, analyses, experiencias, etc.

#### *Do Ajudante do Pharmaceutico*

Art. 16. Para coadjuvar o Pharmaceutico haverá um servente, que ficará ás suas ordens quanto aos trabalhos da pharmacia.

#### *Do enfermeiro*

Art. 17. Para o serviço interno da enfermaria haverá um enfermeiro, que ficará ás ordens do Cirurgião encarregado da mesma, e que será coadjuvado por um ou mais serventes tirados do destacamento.

Paragrapho unico. Em caso de epidemia, o Director poderá fazer auxiliar o serviço da enfermaria com empregados civis da Fabrica, tirados d'entre os serventes, e aquelles que não se prestarem a isso serão demittidos e compellidos a se retirar dos terrenos pertencentes á Fabrica; não podendo ser mais readmittidos.

#### *Do Capellão*

Art. 18. Compete ao Capellão:

1.º Dizer Missa nos domingos e dias santificados, e explicar o Evangelho ás quintas-feiras, ás horas marcadas pelo Director;

2.º Ouvir de confissão os empregados que para isso o procurarem;

3.º Prestar os soccorros espirituaes da Religião catholica apostolica romana aos empregados do Estabelecimento e ás suas familias;

4.º Dirigir uma escola nocturna de primeiras letras, que ora é creada para os operarios e seus filhos, reclamando do Director os recursos que para isso forem precisos;

5.º Cumprir as ordens do Director, relativas ao serviço do seu ministerio.

Art. 19. O Capellão não poderá exigir esportulas dos empregados, por serviços do seu ministerio que lhes houver prestado ou ás suas familias, salvo as que tiverem de reverter em beneficio da Igreja.

#### *Do Almoxarife*

Art. 20. O Almoxarife, mediante a fiança de 6:000\$, prestada no Thesouro Nacional, será o responsavel por toda a materia prima, machinas, ferramentas, materiaes de construcção que forem com-

prados em grosso, ou recebidos de qualquer estação publica e que tiverem entrada nos armazens; competindo-lhe:

1.º Conservar tudo quanto estiver a seu cargo na melhor ordem e arrumado systematicamente, de fórma a poder ser encontrado immediatamente qualquer objecto que seja preciso;

2.º Conservar o livro mappa em dia, de modo que *prima facie* se possa conhecer o movimento das entradas e saídas de todos os artigos e sua existencia; devendo a escripturação ser feita de accôrdo com as ordens e regulamentos fiscaes;

3.º Não fazer entrega de objecto algum sem ordem por escripto do Director ou de quem o substituir em seu impedimento;

4.º Conservar em boas condições de acondicionamento as materias primas que existirem nos armazens;

5.º Requisitar as providencias que forem necessarias para o bom desempenho do seu cargo, como seja auxilio de pessoal para as arrumações e limpeza dos armazens.

Art. 21. O Almoxarife terá para o ajudar em todos os trabalhos, e especialmente na limpeza e boa ordem dos depositos, um servento com a categoria de guarda.

#### *Do apontador geral*

Art. 22. O apontador geral é o encarregado de tomar o ponto a todos os operarios do Estabelecimento, do que dará parte diaria ao Ajudante, para ser registrada e servir para conferencia da fôrta mensal, competindo-lhe:

1.º Tomar nota em livro proprio, rubricado pelo Ajudante, das faltas commettidas pelos operarios e serventes, quer sejam civis, quer mil tares, assim como dos que por qualquer motivo se retirarem do trabalho antes do tempo, afim de se fazer o devido desconto nos seus salarios;

2.º Accumular os deveres de abegão, dirigindo o serviço de transportes internos e externos, e velando pela guarda, tratamento e curativo dos animais a cargo da Fabrica;

3.º A guarda, conservação e distribuição das forragens e pastagens. Os carros e carroças para o serviço interno e externo, arreadamento, etc., ficarão tambem a seu cargo, para o que terá á sua disposição quatro serventes;

4.º Fazer os pedidos de forragens e ferragens e do mais que fór necessario para desempenho do seu cargo, zelando a conservação de tudo, organizando sob as vistas do Ajudante a escripturação respectiva, de modo que a qualquer hora se possa verificar o que existe sob sua guarda, o que foi consumido, ou acha-se inutilizado.

#### *Do mestre geral, contramestre, encarregados e operarios das officinas*

Art. 23. O mestre geral das officinas é o encarregado do serviço de manipulação de polvora, cumprindo-lhe:

1.º Dirigir o trabalho pratico das officinas, de accôrdo com os



preceitos da arte, sciencia, ordens e instrucções que lhes forem dadas ;

2.º Obrigar os encarregados de officinas e operarios a cumprirem seus deveres, trabalhando com actividade e o maior cuidado no sentido de evitar sinistros ;

3.º Instruir os encarregados de officinas e operarios em tudo o que disser respeito ao fabrico da polvora, ensinando-lhes não só os processos novos como as causas dos sinistros e quaes os meios de evital-os, inconvenientes resultantes do mau trabalho, tanto para as propriedades physicas e chimicas dos productos, como dos seus effeitos balísticos, e tudo, enfim, quanto lhes possa ser util o ao Estabelecimento ;

4.º Ter a seu cargo a escripturação das officinas ;

5.º Encarregar-se de fazer as observações meteorologicas diarias, lançando-as no livro de registro ;

6.º Coadjuvar o Director e o preparador nos trabalhos do laboratorio e estudo das madeiras existentes na Fabrica e experiencias balísticas ;

7.º Velar pela boa preparação das materias primas e processo do fabrico de polvora conforme suas qualidades ;

8.º Ter o maior cuidado na conservação das officinas, machinas e tudo que exista no recinto das mesmas officinas ;

9.º Encarregar-se da escripturação das entradas e sahidas de materia prima e polvora fabricada e da organização do balanço, sob as vistas do Director ;

10. Assistir e dirigir, com o maior cuidado, o trabalho de pesadas para que as dosagens sejam perfectas ;

11. Assistir ao peso e embarricamento das polvoras ;

12. Cumprir todas as ordens que receber do Director ou do Ajudante, no impedimento daquelle ;

13. Visitar as officinas nos dias santificatos, tomando as observações meteorologicas e verificando si tudo se acha em ordem.

Art. 24. Para coadjuvar e substituir o mestre geral das officinas, haverá um contramestre habilitado em os trabalhos theoricos e praticos da Fabrica.

Art. 25. Aos encarregados das officinas incumbe fazer os respectivos trabalhos, o asseio e conservação dos edificios, machinas e utensis, sendo os primeiros responsaveis pelos sinistros que nellas se derem, si não houverem cumprido as ordens e instrucções recebidas ; devendo effectuar os trabalhos conforme lhes for ordenado pelos seus superiores.

Art. 26. Os operarios das officinas do fabrico cumprirão as ordens, e farão o serviço que lhes for ordenado pelos respectivos encarregados de officinas e mais superiores.

### *Do feitor das matas e plantio*

Art. 27. Incumbe ao feitor das matas e plantio:

1.º Policiar as matas pertencentes ao Estabelecimento, impedindo que se cortem as arvores existentes, e com muito particular

solicitude, cuidando da conservação das matas em todos os pontos em que o seu estrago possa concorrer para extincção dos mananciaes e correntes d'agua; devendo, para esse fim, rondar e fazer rondar as matas de dia e de noite, prendendo os que encontrar em flagrante delicto e dando parte dos que forem de encontro ao disposto neste Regulamento;

2.º Dirigir a plantação de arvores para protecção dos edificios e officinas, e para carbonisação e combustivel;

3.º Fazer retirar do mato todas as madeiras de construcção ou proprias para combustivel, que cahirem, em consequencia de temporaes ou por outras causas, afim de serem convenientemente aproveitadas;

4.º Dirigir o serviço de limpeza dos açudes, canaes, caminhos e terrenos dentro do recinto das officinas;

5.º Inspeccionar a conservação das linhas telephonicas do Estabelecimento, devendo participar ao Director qualquer occorrença que nellas se der.

Art. 28. Para o desempenho do serviço a seu cargo, terá o feitor das matas e plantio quatro serventes, que poderão ser tambem empregados nos serviços de transporte na linha ferrea que liga as officinas do fabrico.

### CAPITULO III

#### DAS NOMEAÇÕES

Art. 29. Serão nomeados por decreto o Director, e por portaria do Ministro da Guerra o Ajudante, o seu Escrevente, o Amanuense, o Medico, o Pharmaceutico, o Capellão e o Almoxarife. Todos os outros empregados serão nomeados pelo Director.

Art. 30. Os actuaes empregados da Fabrica de Polvora conservarão os seus logares independentemente de nova nomeação, si não tiverem sido supprimidos os ditos logares.

### CAPITULO IV

#### DAS DEMISSÕES E APOSENTADORIAS

Art. 31. Nenhum empregado, sob pena de demissão, poderá constituir-se procurador das partes nem associar-se a outrem em contratos celebrados com a Fazenda Nacional.

Art. 32. Poderá ser aposentado, com ordenado por inteiro, o empregado que, achando-se impossibilitado para continuar a servir por molestia ou avançada idade, contar 30 annos ou mais de serviço effectivo, e com o ordenado proporcional o que nessas condições tiver menos de 30 e mais de 10 annos de serviço, tambem effectivo.

Art. 33. Nenhum empregado será aposentado tendo menos de 10 annos de serviço, salvo os que estiverem comprehendidos no art. 48 do Regulamento approved pelo Decreto n. 2555 de 17 de Março de 1860, os quaes gozarão das vantagens estabelecidas nesse Regulamento.

Art. 34. A aposentadoria será concedida com o ordenado do ultimo logar, si o empregado contar nelle tres annos de effectivo exercicio, excluido todo o tempo de interrupções, ainda por motivo de molestia; e, emquanto não os completar, só o poderá ser com o ordenado do logar que houver anteriormente occupado.

Art. 35. Contar-se-ha para a aposentadoria: 1º, o tempo de serviço effectivo de empregos estipendiados pelo Thesouro; 2º, o que tiver sido prestado no Exercito e na Armada.

Art. 36. O tempo de licenças e faltas não justificadas, excedentes a 60 dias em cada anno, não será contado para a aposentadoria.

Paragrapho unico. O tempo de serviço militar será computado de accordo com a respectiva legislação do Exercito ou Armada.

Art. 37. Perderá a aposentadoria o empregado que, em qualquer tempo, for convencido, por sentença passada em julgado, de ter, emquanto se achava no exercicio de seu emprego, commettido os crimes de peita, de suborno e prevaricação, revelação de segredo a seu cargo, ou qualquer outro que não admitta fiança.

## CAPITULO V

### DAS PENAS DISCIPLINARES

Art. 38. Além das penas do Codigo Criminal e das leis militares, os empregados da Fabrica ficam sujeitos ás seguintes penas disciplinares, nos casos de negligencia, desobediencia, falta de cumprimento de deveres e de comparecimento á Repartição :

§ 1.º Simples advertencia, verbal ou em portaria.

§ 2.º Reprehensão verbal, em portaria ou ordem do dia.

§ 3.º Suspensão até 15 dias, com perda de todos os vencimentos.

Art. 39. As penas de que trata o artigo antecedente serão impostas pelo Director, e as do § 1º pelo Ajudante.

Art. 40. O Ministro da Guerra poderá suspender qualquer empregado da Fabrica ou demittil-o livremente, a bem do serviço publico.

Art. 41. A suspensão priva o empregado, pelo tempo correspondente, do exercicio do emprego e de todos os vencimentos.

## CAPITULO VI

### DO PONTO DOS EMPREGADOS E DESCONTO POR FALTAS

Art. 42. Haverá no escriptorio do Director um livro de presenca, numerado e rubricado, em que os empregados assignem por extenso seus nomes, ás horas marcadas para o começo e terminação dos trabalhos.

Art. 43. O livro de presença, um quarto de hora depois da que fôr marcada para o começo dos trabalhos, será guardado pelo funcionario designado pelo Director e novamente exposto á assignatura dos empregados á hora da retirada ; devendo ser encerrado diariamente pelo Ajudante e no impedimento d'elle por quem o Director designar.

Art. 44. No fim de cada mez será remettido á Repartição Fiscal do Ministerio da Guerra um extracto do ponto do mez anterior, para servir de base aos descontos que devam ser feitos.

Art. 45. Observar-se-hão as seguintes regras nos descontos :

1.<sup>a</sup> O empregado que faltar sem causa justificada perderá todo o vencimento.

2.<sup>a</sup> O que faltar por motivo de molestia perderá sómente a gratificação.

3.<sup>a</sup> O que comparecer depois de encerrado o ponto, mas dentro da primeira hora de trabalho, justificando a demora, perderá sómente metade da gratificação.

4.<sup>a</sup> Perderá todo o vencimento o empregado que, antes de terminados os trabalhos do dia, se retirar sem permissão do Director.

5.<sup>a</sup> Perderá toda a gratificação o empregado que se apresentar depois da primeira hora de trabalho.

Art. 46. O Director é o competente para julgar das faltas, considerando como justificativas : molestia, nojo e gala de casamento ; podendo exigir, sempre que lhe parecer, documentos comprobatorios.

Art. 47. Não soffrerá desconto algum o empregado que faltar :

1.<sup>o</sup> Por se achar em serviço fóra do Estabelecimento, por ordem do Ministerio da Guerra ;

2.<sup>o</sup> Por motivo de serviço determinado pelo Director ;

3.<sup>o</sup> Por estar servindo no Jury, em mesas eleitoraes ou outro cargo gratuito e obrigatorio por virtude da lei.

Art. 48. Para os empregados militares da Fabrica prevalecerá, no que toca ao serviço, faltas e irregularidades de disciplina, o que está disposto nas leis e regulamentos do Exército.

## CAPITULO VII

### DAS LICENÇAS

Art. 49. Na concessão de licenças se observará o que está prescripto nos arts. 315 a 321 do Regulamento approved pelo Decreto n. 5118 de 19 de Outubro de 1872.

## CAPITULO VIII

### DOS VENCIMENTOS

Art. 50. Os vencimentos dos empregados serão os constantes das tabellas annexas, sob numeros 1 e 2, ficando, porém, depen-

dentes de aprovação do Corpo Legislativo os aumentos para cujo pagamento não houver fundos decretados na Lei do orçamento em vigor.

Art. 51. O substituto do empregado licenciado, ausente ou impedido, perceberá a parte do vencimento que o substituído deixar de receber.

Art. 52. Não tem direito a vencimento algum o empregado comissionado em serviço estranho ao Ministerio da Guerra.

Art. 53. Os empregados, que forem nomeados para comissões fóra da Provincia do Rio de Janeiro e Côte, perceberão a ajuda de custo que se abona aos do Ministerio da Fazenda em igualdade de circumstancias.

## CAPITULO IX

### DO TEMPO DE TRABALHO

Art. 54. Entender-se-ha por dia de trabalho o tempo de 8  $\frac{1}{2}$  horas uteis de serviço no mínimo e de 10 no máximo, comprehendidas entre o nascer e pôr do sol e conforme as estações do anno.

Art. 55. Todos os empregados, desde o Director até os serventes, são obrigados ao serviço dentro do tempo marcado no artigo anterior; para os empregados, porém, que não forem operarios, mas pertencentes aos escriptorios e outros serviços, o Director marcará a hora do ponto, da entrada e sahida das respectivas estações, podendo alteral-a sempre que julgar conveniente.

Art. 56. Os empregados em geral não terão direito a vantagem alguma pelo trabalho que se prolongar além das horas ordinarias, salvo os operarios, aos quaes se abonará: 1º, meio serão, ou metade do jornal, pelo trabalho que se prolongar duas horas além do pôr do sol; 2º, serão inteiro, ou jornal duplo, quando o serviço fôr além das 10 horas.

Art. 57. Só poderá haver serão nas officinas de fabricação da polvora, gozando de vantagens, porém, os operarios que, não pertencendo a essas officinas, forem nellas empregados provisoriamente em reparos ou outros serviços fóra das horas ordinarias.

Art. 58. A chamada dos operarios e serventes será feita pelo apontador, sob a fiscalisação do Ajudante, e rectificada nas officinas pelos mestres geraes.

Art. 59. Quando a urgencia do serviço exigir que se façam transportes de materias primas e de polvora durante a noite, o encarregado desse serviço e serventes perceberão uma gratificação igual á metade dos respectivos vencimentos.

Art. 60. O Director organizará e fará publicar tabellas distributivas dos serviços, comprehendendo o tempo necessario para as refeições dos operarios; podendo alteral-as sempre que fôr conveniente ao serviço.

## CAPITULO X

## DA POLICIA DO ESTABELECIMENTO

Art. 61. E' prohibida a entrada no recinto das officinas sem permissão do Director, salvo ás autoridades superiores do Ministerio da Guerra ou aos que tiverem licença dada pelo Ministro ou Ajudante General.

Art. 62. As referidas autoridades e todas as pessoas a quem fôr permitido entrar no dito recinto, são obrigadas ao fiel cumprimento do que dispõe este Regulamento para a segurança do Estabelecimento.

Art. 63. E' expressamente prohibido fumar, trazer comsigo materias inflammaveis dentro do recinto da Fabrica, assim como entrar nas officinas, arrecadações de polvora e paíões, armado com peças de ferro ou qualquer metal que possa produzir contelhas, ou com o calçado taxeadó.

Art. 64. A' noite, quando não funcionarem as officinas, ninguém terá entrada no recinto do fabrico, senão em objecto de serviço e sempre acompanhado pelo Director, Ajudante ou mestre geral das officinas e com autorização do primeiro.

Art. 65. As pessoas, a quem pelo Ministerio da Guerra se conceder permissão para visitar a fabrica, ficam sujeitas a fazello quando e de modo que não perturbem o serviço, considerando-se cassada a dita licença desde que recusem-se a attender ao que lhes fôr recommendado, de accôrdo com as disposições deste Regulamento.

Art. 66. Durante o dia o portão das officinas será guardado pelo porteiro do fabrico, e de noite por uma força do destacamento, que deverá ser rondada e fiscalizada pelo Director, ou pelo empregado por elle designado.

Art. 67. A guarda do portão se apresentará quando se retirarem os operarios das officinas e retirar-se-ha quando estes occuparem seus postos de trabalho.

Art. 68. Os empregados que infringirem as disposições relativas á segurança do Estabelecimento, si forem civis, serão demittidos, e si militares, presos e punidos na fórma das leis, por infracção de disciplina.

Art. 69. Os empregados demittidos na fórma do artigo antecedente, não poderão ser mais readmittidos na Fabrica.

Art. 70. Além do que fica disposto neste capitulo, observar-se-ha no Estabelecimento tudo quanto tiver sido disposto nas Instrucções para o serviço interno dos depositos de polvora, munições e artificios bellicos de 12 de Julho de 1884, que possa no caso ter applicação.

## CAPITULO XI

## DO DESTACAMENTO

Art. 71. No destacamento de que trata o art. 4º do presente Regulamento haverá tres carpinteiros, dous ferreiros, um ser-

ralheiro, um correeiro, um torneiro, tres tanceiros e quatro pedreiros ; quatro conductores e dous officiaes inferiores habeis em escripturação.

Art. 72. Ao Commandante do destacamento compete:

1.º Velar pela economia e disciplina das praças de seu commando e pela boa alimentação dellas ;

2.º Distribuir o serviço diário, de accôrdo com as ordens que receber ;

3.º Infligir os castigos disciplinares que estiverem na sua alçada e dar parte ao Ajudante das faltas graves que exijam maior punição ;

4.º Obrigar as praças a cuidarem do seu armamento, equipamento e fardamento, entendendo-se com o Ajudante para fazer as revistas necessarias ;

5.º Fiscalisar o asseio do quartel e prisões, a guarda e conservação do material e utensis pertencentes ao mesmo ;

6.º Fazer os pedidos de generos necessarios á alimentação das praças ;

7.º Organizar toda a escripturação relativa ao rancho das praças, para pagamento, de accôrdo com os regulamentos e ordens em vigor ;

8.º Servir como membro do conselho de fornecimento na arrematação de generos para as praças ;

9.º Instruir a força de seu commando nos exercicios apropriados e especialmente no conhecimento e manejo das respectivas armas de fogo, solicitando do Director, por intermedio do Ajudante, os devidos meios e providencias ;

10. Cumprir todas as ordens que receber relativamente ao serviço ;

11. Assistir ao pagamento das praças e instruil-as no conhecimento dos regulamentos militares que lhes forem applicaveis ;

12. Organizar e apresentar em tempo proprio todos os papeis relativos ás praças que devam ser remettidas a seus corpos ;

13. Auxiliar o Director nas experiencias balisticas que forem feitas na linha de tiro.

Art. 73. O pessoal do destacamento será empregado em todos os trabalhos da Fabrica, guardas, rondas e escoltas, a juizo do Director.

## CAPITULO XII

### DA BIBLIOTHECA

Art. 74. O Director irá fazendo aquisição, com os recursos da Fabrica, das mais importantes obras sobre fabrico de polvoras de guerra e das revistas e jornaes scientificos em que forem publicados escriptos importantes e noticias sobre descobertas e melhoramentos introduzidos no seu preparo nos paizes mais adiantados, e com ellas formará uma pequena bibliotheca para uso dos empregados do Estabelecimento.

§ 1.º Os livros pertencentes á bibliotheca não poderão della sahir sem ordem por escripto do Director, que fará descontar

dos vencimentos dos empregados, integralmente, as importancias correspondentes aos livros, revistas e jornaes que extraviarem.

§ 2.º A bibliotheca ficará sob as immediatas vistas do empregado que o Director designar. A este empregado compete a organização do catalogo dos livros, revistas e mais documentos que possuir a bibliotheca.

§ 3.º Em livro proprio passarão os empregados recibo dos livros, revistas e jornaes que retirarem da bibliotheca, dando-se-lhes quitação quando delles fizerem entrega.

### CAPITULO XIII

#### DA AULA NOCTURNA

Art. 75. Haverá uma aula nocturna de primeiras letras, regida pelo Capellão. Esta aula será frequentada pelos operarios e serventes, que não souberem ler e escrever, e por seus filhos.

Paraphrasso unico. Serão obrigadas a frequentar a aula nocturna as praças do destacamento que igualmente não souberem ler e escrever.

### CAPITULO XIV

#### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 76. Os augmentos de vencimentos, para os quaes não foram consignados fundos na Lei do orçamento em vigor, ficam dependentes de approvação do Corpo Legislativo.

Art. 77. Ficam igualmente dependentes de approvação do Corpo Legislativo os augmentos de pessoal das officinas do fabrico.

Os vencimentos de mestre geral, contra mestre, porteiro do fabrico, apontador geral e encarregado do serviço de transportes, Amanuense e Escrevente dos escriptorios do Director e Ajudante, serão pagos com a quantia resultante da suppressão dos logares de encarregado do fabrico, ajudante do encarregado do fabrico, Escripturnario, ajudante do enfermeiro, servente da enfermaria, porteiro da Directoria e abegão, e consignada na Lei do orçamento em vigor.

Art. 78. Publicado este Regulamento, a Commissão de melhoramentos do material de guerra organizará, de accôrdo com os processos modernos, minuciosas instrucções para os serviços relativos á acquisição, guarda e conservação das materias primas, fabrico das diversas especies de polvoras, suas propriedades, marcas, embarrrilamento, encaixotamento e meios de transporte, destino e aproveitamento das polvoras velhas.



Art. 79. Igualmente a mesma Commissão formulará as regras para as construcções e reparos que se tenham de fazer no edificio e dependencias da Fabrica, de accôrdo com o Director, a quem pertence dirigir todas as obras, quer tenham de ser executadas por administração, quer por empreitada, competindo-lhe organizar e submeter ao Ministro da Guerra os respectivos planos e orçamentos.

Art. 80. Estas instrucções, depois de approvadas pelo Ministro da Guerra, serão publicadas e immediatamente postas em execução; podendo ser alteradas sempre que as novas descobertas ou as conveniencias do serviço assim aconselharem.

## CAPITULO XV

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 81. O Ministro da Guerra designará um ou dous officiaes subalternos, que tenham o curso de artilharia, para praticar no Estabelecimento.

§ 1.º Os praticantes são obrigados a coadjuvar o Director em todo e qualquer serviço do fabrico, tendo direito ás vantagens do corpo de estado-maior de 1ª classe.

§ 2.º No fim de dous annos serão substituidos por outros, designados pelo Ministro da Guerra; podendo sel-o antes, si não se prestarem ao serviço ou não mostrarem vocação para o fabrico da pólvora.

Art. 82. O Director distribuirá os edificios existentes e disponiveis para morada de alguns empregados, dando preferencia aos que se occuparem com os productos da Fabrica e que, pelas suas funções, estejam mais expostos a qualquer sinistro.

Art. 83. Os empregados que occupam actualmente os logares supprimidos e tenham a precisa idoneidade, serão preferidos para preenchimento dos logares creados por este Regulamento.

Art. 84. O Ministerio da Guerra expedirá instrucções regulando o modo por que devem d'ora em diante ser verificadas as polvoras, antes de recebidas da Fabrica.

Art. 85. Continúa em vigor o art. 19 do Regulamento que baixou com o Decreto n. 2555 de 17 de Março de 1860.

Art. 86. Todo o pessoal da Fabrica fica sujeito ao regimen militar.

Art. 87. O Ministerio da Guerra poderá, a todo tempo, fazer no presente Regulamento qualquer alteração que não importe augmento de despesa.

Art. 88. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Palacio do Rio de Janeiro em 31 de Janeiro de 1835. — *Candido Luiz Maria de Oliveira.*

**N. 1. — Tabella dos vencimentos annuaes, diarias e jornaes dos empregados da Administração, a que se refere o Decreto n. 9368, desta data.**

DIRECTOR	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	DIARIA	JORNAL	TOTAL ANNUAL	OBSERVAÇÕES
Director.....	.....	5:000\$000	.....	.....	5:000\$000	Além do soldo da patente.
Ajudante.....	.....	3:000\$000	.....	.....	3:000\$000	Idem.
Amanuense do escriptorio do Director....	720\$000	480\$000	.....	.....	1:200\$000	
Escrivente do escriptorio do Ajudante....	600\$000	400\$000	.....	.....	1:000\$000	
Encarregado da enfermaria.....	.....	60\$000	.....	.....	600\$000	Além dos vencimentos militares.
Pharmaceutico-preparador.....	.....	1:500\$000	.....	.....	1:500\$000	Idem.
Capellão.....	.....	.....	.....	.....	.....	Os vencimentos a que tiver direito pela sua patente.
Enfermeiro.....	.....	.....	2\$500	.....	912\$500	
Almoxarife.....	1:000\$000	600\$000	.....	.....	1:600\$000	
Guarda dos armazens.....	.....	.....	2\$500	.....	912\$500	
Apontador geral e encarregado do serviço de transporte.....	.....	1:400\$000	.....	.....	1:400\$000	
Guarda das matas e feitor do plantio....	.....	.....	2\$500	.....	912\$500	
Servente do escriptorio do Director e zelador da Capella.....	.....	.....	2\$000	.....	730\$000	
Servente do escriptorio do Ajudante.....	.....	.....	.....	1\$800	540\$000	
Servente da pharmacia.....	.....	.....	2\$000	.....	730\$000	
Servente para o serviço de transporte e tratamento dos annuaes.....	.....	.....	2\$000	.....	730\$000	
Serventes para o serviço das matas o plantio.....	.....	.....	1\$800	.....	657\$000	

Palacio do Rio de Janeiro, em 31 de Janeiro de 1885.— *Candido Luiz Maria de Oliveira.*

N. 2.— Tabella das diarias e jornaes dos empregados das officinas do fabrico e auxiliares, a que se refere o Decreto n. 9368, desta data.

EMPREGOS	DIARIA	JORNAL	OBSERVAÇÕES
Mestre geral.....	7\$500	.....	Os operarios militares, que trabalharem como serventes, perceberão uma gratificação diaria de 300 réis; os que trabalharem nas officinas de pedreiro, carpinteiro, funileiro, ferreiro e tanoeiro, de 400 réis; e de 300 réis a 1\$000 os que forem aproveitados nas officinas de fabrico de polvora.
Contramestre.....	.....	5\$000	
Encarregado da officina de fabrico de polvora.....	.....	4\$500	
Idem da officina de acondicionamento de polvora.....	.....	4\$000	
Idem da officina de materias primas.....	.....	3\$500	
Machinista.....	.....	3\$000	
Aprendiz de machinista.....	.....	1\$800	
Porteiro do fabrico e guarda do mesmo.....	3\$333	.....	
Operarios.....	.....	3\$000	
Mestre das officinas auxiliares.....	.....	3\$000	
Carpinteiro.....	.....	3\$500	
Pedreiro.....	.....	3\$500	
Tanoeiro.....	.....	3\$500	
Funileiro.....	.....	3\$500	
Aprendizes.....	.....	1\$800	

Palacio do Rio de Janeiro em 31 de Janeiro de 1883.— *Candido Luiz Maria de Oliveira.*

## DECRETO N. 9369 — DE 31 DE JANEIRO DE 1885

Determina que a fiança dos agentes de leilões da praça de Belém seja prestada em dinheiro ou em apolices da dívida publica geral ou provincial.

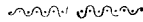
Hei por bem, sobre consulta da Junta Commercial de Belém, Decretar o seguinte :

Artigo unico. A fiança estabelecida nos Decretos ns. 858 de 10 de Novembro de 1851 e 1001 de 26 de Junho de 1852, a que se refere o de n. 1956 de 12 de Agosto de 1857, para os agentes de leilões da praça de Belém, será prestada em dinheiro ou em apolices da dívida publica geral ou provincial.

Francisco Maria Sodré Pereira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 31 de Janeiro de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Francisco Maria Sodré Pereira.*



## DECRETO N. 9370 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1885

Dá novo Regulamento á Caixa de Amortização.

Hei por bem, de conformidade com o art. 8<sup>o</sup>, n. 1, da Lei n. 3229 de 3 de Setembro de 1884, Dar á Caixa de Amortização o novo Regulamento, que com este baixa, assignado por Manoel Pinto de Souza Dantas, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e interino dos Negocios Estrangeiros, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Fevereiro de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*M. P. de Souza Dantas.*

# Regulamento para a Caixa de Amortização

## TITULO I

### Da organização e das attribuições da Caixa de Amortização

#### CAPITULO I

##### DA JUNTA

Art. 1.º A Caixa de Amortização, a cujo cargo se acha o serviço inherente ao pagamento dos juros e resgate dos titulos da divida publica fundada, á emissão, troco e amortização do papel-moeda e das notas do Banco do Brazil, continuará a ser administrada por uma Junta composta do Ministro da Fazenda, de cinco capitalistas nacionaes e do Inspector Geral (L. 15 Nov. 1827, arts. 40, 41 e 57, e Decr. 5454 de 5 Nov. 1873, art. 1º).

Art. 2.º Os capitalistas nomeados membros da Junta deverão possuir, em apolices da divida publica, quantia nunca inferior a 50:000\$000, e serão conservados no exercicio de suas funcções emquanto auxiliarem efficazmente o Governo.

Consiliar-se-hão relevantes os serviços que prestarem (L. de 1827, arts. 42 e 44, e D. 5454, art. 15).

Art. 3.º Compete á Junta:

1.º Exercer uma inspecção geral sobre todos os ramos de serviço da Caixa, e estabelecer regras para seu melhoramento (Res. Leg. 8 Out. 1828, Cap. 1º, art. 2º);

2.º Velar pelo fiel cumprimento da lei em materia de emissão, substituição, resgate e queima das notas do Thesouro e do Banco do Brazil (Res. Leg. 109 de 11 Out. 1837 e L. 1349 de 1866, art. 1º e § 7º);

3.º Resolver os negocios de transferencia, amortização e pagamento de juros de apolices, que offerecerem contestação ou duvida, ou versarem sobre questões de direito (D. 5454 de 1873, arts. 10 e 11);

4.º Examinar o estado dos cofres, pelo menos uma vez trimestralmente (Res. 8 Out. 1828, Cap. 1º, art. 5º);

5.º Propor a nomeação do Thesoureiro, corretor e seus ajudantes, conferentes e carimbadores (D. 5454, art. 3º, n. 2);

6.º Dar parecer sobre a fiança que devem prestar os empregados por ella propostos (D. 5454, art. 5º);

7.º Indicar os funcionarios que tenham de substituir o Inspector, e servir de Chefe das secções de contabilidade e do papel-moeda (Arg. da L. 2940 de 31 Out. 1879, art. 8º, n. 4);

8.º Administrar os fundos provenientes da conversão autorizada pela Lei de 28 de Outubro de 1848, art. 48.

Art. 4.º A Junta celebrará uma sessão ordinaria por mez, e as extraordinarias que se tornarem precisas, e forem requisitadas por qualquer de seus membros, ou convocadas pelo Ministro da Fazenda (L. de 1827, art. 43, e D. 5454, art. 16).

Art. 5.º Para deliberar-se sobre questões dependentes da Junta, será necessaria a presença de quatro de seus membros.

Os negocios se resolverão por maioria de votos, incluído o do Ministro da Fazenda, que terá tambem o de qualidade (D. de 20 Nov. 1850, arts. 8º e 9º).

Art. 6.º De cada reunião lavrar-se-ha uma acta, em que se mencionem as deliberações tomadas e os votos divergentes (Res. de 1828, art. 8º).

Art. 7.º Si o Ministro da Fazenda não puder comparecer á sessão, será esta presidida pelo membro mais antigo; as decisões, porém, queahi setomarem deverão, antes de publicadas, ser communicadas ao mesmo Ministro, afim de que este assigne o despacho, si concordar com ellas, ou determine, no caso contrario, que a materia entre de novo em exame na sua presença (D. 5454, art. 17).

Art. 8.º Cada um dos membros da Junta será responsavel pelo prejuizo que com seus votos, manifestamente dolosos, ou contrarios á lei, occasionar á Fazenda Publica ou aos particulares (D. 20 Nov. 1850, art. 10).

Art. 9.º Das decisões da Junta caberá recurso para o Conselho de Estado, quando se der incompetencia, excesso de poder, violação de lei ou de formulas essenciaes (I. R. de 3 Abril 1880).

Paragrapho unico. O prazo e o processo para esse recurso serão os mesmos que regulam nas materias submettidas ao Tribunal do Thesouro.

## CAPITULO II

### DO INSPECTOR

Art. 10. O Inspector é o representante da Junta, e fará cumprir tolas as suas deliberações (Res. de 1828, cap. 1º, art. 7º).

Art. 11. Cabe-lhe:

1.º Dirigir e fiscalisar os trabalhos da Repartição (L. de 1827, art. 46, e D. 5454, art. 10);

2.º Despachar os negocios sem contestação ou duvida, trazendo ao conhecimento da Junta, na primeira reunião, o que houver resolvido em taes casos;

3.º Coordenar as informações concernentes a questões que, por se acharem nos termos do § 3º do art. 3º, tenham de ser decididas em Junta (D. 5454, art. 11);

4.º Dar balanços extraordinarios nos cofres da Thesouraria ;

5.º Corresponder-se com as Secretarias de Estado, Directorias do Thesouro, Thesourarias de Fazenda e mais Repartições publicas, quando fôr isso exigido pelo serviço ;

6.º Escrever annualmente um relatório sobre as operações da Caixa, e mais pontos que interessarem á divida publica fundada (L. de 1827, art. 73).

Art. 12. Nas questões que versarem sobre Direito, ouvirá o Inspector a opinião do Procurador Fiscal do Thesouro (D. 5454, arts. 11 e 27).

### CAPITULO III

#### DA SECÇÃO DE CONTABILIDADE

Art. 13. A secção de contabilidade, composta de Escripturarios e Praticantes, e dirigida por um empregado designado pela Junta, incumbir-se-ha :

De escripturar os livros-cofres, os de assentamento dos possuidores de apolices e os auxiliares ;

De fazer a conferencia das propostas para a transferencia ;

De preparar as relações e cheques para o pagamento, e a correspondencia da Repartição ;

De extrahir as certidões e organizar os balancetes, quadros, etc. ;

De classificar os papeis e trazer em devida ordem o archivo.

Art. 14. Os seus empregados responderão por qualquer engano que commetterem, em prejuizo da Fazenda ou de terceiro, na escripturação dos livros de assentamento, na conferencia de propostas, no calculo de juros, no arranjo dos cheques e na extracção das certidões (L. de 1827, art. 55).

Art. 15. O encarregado de dirigir a secção será um dos clavicularios dos cofres e casas fortes, o assignatario e responsavel das partidas lançadas nos livros caixas e de cofre (D. 5454, art. 30).

### CAPITULO IV

#### DO CORRETOR E SEUS AJUDANTES

Art. 16. O corretor e ajudantes têm a seu cargo o exame e informação dos papeis relativos á transferencia de apolices ; o preparo dos termos dos registros, e a extracção, não só dos cheques para o pagamento dos juros, mas tambem das guias para a cobrança de impostos (L. de 1827, arts. 47, 63 e 64, Res.

Leg. 8 Out 1828, Caps. 2º e 4º, L. 567 de 1850 o D. 5454, arts. 21 e 25).

Art. 17. São particularmente responsáveis :

Pela validade das transferencias que fizerem, ou sobre as quaes informarem, devendo essa responsabilidade durar dez annos contados da data do termo ou da informação (L. de 1827, art. 59, e D. 5454, art. 9º);

Pelos enganos que tiverem na extracção e entrega dos cheques para o pagamento dos juros.

Art. 18. Fóra do tempo destinado a esse pagamento, o ajudante do corretor, que não estiver incumbido das transferencias, auxiliará os trabalhos da secção de contabilidade (L. 567 de 22 Jul. 1850, art. 4º).

## CAPITULO V

### DA SECÇÃO DO PAPEL-MOEDA

Art. 19. Esta secção, dirigida por um empregado designado pela Junta, terá um Escriptuario, cinco conferentes e dous carimbadores, e occupar-se-ha :

Na assignatura e verificação das notas novas ;

Na conferencia das substituidas e dilaceradas ;

No exame das falsas e falsificadas ;

No preparo das remessas para o Thesouro e Thesourarias de Fazenda ;

Na escripturação dos livros auxiliares da emissão e resgate.

Art. 20. O seu Chefe será um dos clavicularios dos cofres e casas fortes, rubricará os termos de conferencia, e prestará informações sobre os negocios relativos á emissão, substituição e resgate das cédulas do Governo e do Banco do Brazil.

Art. 21. Os conferentes serão responsáveis pelas quantias que emmassarem, rotularem e sellarem com o seu sinete até o momento em que os massos ou caixotes forem abertos e conferidos em outras Repartições, ou forem as notas queimadas em sessão publica da Junta (Av. de 9 Nov. 1883).

Art. 22. Os conferentes e carimbadores, sempre que não houver conferencia a fazer-se, assignarão notas.

## CAPITULO VI

### DA THEsourARIA

Art. 23. O Thesoureiro, que será um dos clavicularios dos cofres e casas fortes, terá a seu cargo :

O recebimento e guarda das notas novas, dilaceradas e substituidas ;



A sua entrega para a assignatura, troco e queima ;

O pagamento dos juros das apolices ;

A cobrança dos juros pertencentes aos titulos comprados em virtude da L. de 28 de Outubro de 1848 (L. de 1827, arts. 47 e 58, e Res. de 1828, Caps. 2º e 4º).

Art. 24. Responder-se-ha pelos valores recebidos para o pagamento dos juros e compra de apolices ; pela importancia dos massos de notas novas que abrir ; pelos bilhetes falsos e falsificados que apparecerem no troco realizado na Caixa, e, finalmente, pelos massos e caixotes, rotulados e sellados, que lhe forem entregues ( LL. cit. e Av. 9 Nov. 1883 ).

Art. 25. Terá como auxiliares quatro fiéis, que se incumbirão do pagamento dos juros e do troco e substituição das notas do Governo e do Banco do Brazil.

Art. 26. Para o acondicionamento e guarda dos valores sob sua responsabilidade terá o Thesoureiro, além das necessarias casas fortes, tres cofres destinados:

O primeiro á arrecadação das sommas recebidas do Thesouro para o pagamento dos juros correntes ;

O segundo ao deposito dos juros não reclamados ;

O terceiro á conservação dos titulos comprados por conta da Lei de 1848.

Esses cofres e casas fortes terão tres chaves, e não poderão, sob nenhum pretexto, ser abertos sem a presença dos clavicularios, que permanecerão junto delles até que se tornem a fechar (L. de 1827, art. 71, Res. de 1828, Cap. 2º, e D. 5454, arts. 28 a 31).

Do segundo cofre tirar-se-hão as quantias necessarias para o pagamento dos juros, á proporção que forem estes sendo reclamados (D. 5454, art. 29).

Art. 27. O Thesoureiro prestará contas:

Dos dinheiros recebidos para as operações da divida publica fundada — ao Thesouro Nacional, nos termos do Decreto de 20 de Novembro de 1850 ;

Dos massos de notas dilaceradas e substituidas, que lhe forem entregues — á Junta administrativa, em sessão publica, com assistencia do Director Geral da tomada de contas.

## CAPITULO VII

### DO PORTEIRO

Art. 28. E' obrigação do porteiro:

Providenciar para o asseio e boa ordem do edificio em que funciona a Repartição ;

Guardar e conservar os papeis e livros ;

Despachar as cedulas do Thesouro, que vierem do fabricante ;

Distribuir o material para o expediente.

Art. 29. Será auxiliado por dous continuos e pelos serventes que o Inspector julgar necessarios.

## CAPITULO VIII

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 30. As classes, numero e vencimentos dos empregados da Caixa de Amortização serão os constantes da tabella annexa.

Os empregados não incluídos nessa tabella poderão ser nomeados para empregos de comissão, ou ficar addidos a qualquer Repartição de Fazenda, ou á propria Caixa de Amortização, até que o Governo lhes dê outro destino.

Os conferentes nomeados depois da publicação deste Decreto não terão direito á gratificação de 400\$000 para quebras.

Art. 31. O provimento dos logares de Praticantes e terceiros Escripturarios effectuar-se-ha, como até agora, por meio de concurso, na fórma da legislação em vigor nas Repartições de Fazenda; e dos outros empregos da classe de Escripturarios far-se-ha por accesso (D. 5454, art. 3º e § 1º).

Art. 32. O Thesoureiro, corretor e ajudantes, conferentes e carimbadores, serão nomeados pelo Governo sobre proposta da Junta; os fíeis pelo Thesoureiro, com audiencia do seu fiador, e aprovação do Ministro da Fazenda, e os outros empregados por escolha do Governo (D. 5454, art. 3º, §§ 2º e 3º).

Art. 33. As nomeações dos empregados da Caixa serão feitas por decreto imperial, exceptuando-se as dos terceiros Escripturarios, Praticantes, porteiro, carimbadores e continuos, que o serão por titulo do Ministro da Fazenda, e as dos fíeis por titulo assignado pelo Thesoureiro (D. 5454, art. 4º).

Art. 34. Prestarão fiança ao Estado o Thesoureiro, os conferentes, o corretor e seus ajudantes, e os carimbadores.

Os fíeis prestal-a-hão ao Thesoureiro.

A importancia da fiança será fixada pelo Tribunal do Thesouro, precedendo parecer da Junta administrativa da Caixa (D. 5454, art. 5º).

Art. 35. No abono de vencimentos e gratificações, e em tudo o que fôr concernente á posse, exercicio, ponto, descontos, substituição, accessos, licenças, suspensões, antiguidade e aposentadoria, observar-se-hão as regras proscriptas para os empregados do Thesouro e Thesourarias de Fazenda com as seguintes alterações:

O Inspector da Caixa será substituido em seus impedimentos pelo Chefe de secção que fôr designado pela Junta; o corretor pelo ajudante mais antigo; o ajudante do corretor por um Escriptuario proposto, sob sua responsabilidade, pelo corretor; o conferente e o carimbador, aquelle pelo Escriptuario ou carimbador, e este pelo cidadão, que a Junta indicar, e, finalmente, o claviculário das casas fortes e cofres pelo empregado que elle escolher (L. de 1827, art. 48, D. 5454, art. 7º, e L. 2940, arts. 3º e 4º).

## TITULO II

### Do serviço da divida publica

#### CAPITULO I

##### DA EMISSÃO

Art. 36. Os titulos da divida publica fundada serão emittidos pelo Thesouro Nacional e lançados no grande livro (L. de 1827, arts. 17 e 19).

Serão do valor de 200\$, 400\$, 500\$, 600\$, 800\$ e 1:000\$, e as suas estampas deverão ter os requisitos exigidos nos arts. 29 e 30 da Lei de 15 de Novembro de 1827, e no art. 17 da de n. 2792 de 20 de Outubro de 1877.

Art. 37. Nos casos urgentes, em que o Thesouro não puder expedir logo as apolices, substitui-as-ha provisoriamente uma cautela, com a qual será permittido fazer-se traspasso ou caução, e cobrarem-se os juros vencidos (Av. de 5 Jan. 1861 e Ord. 340 de 26 Ag. 1868).

§ 1.º Realizar-se-ha o traspasso mediante acto publico, ou escripto particular assignado pelo possuidor e duas testemunhas idoneas, sendo as firmas daquelle e destas devidamente reconhecidas (L. de 1827, art. 64, e L. 567 de 22 Jul. 1850).

§ 2.º Effectuar-se-ha a caução mediante uma declaração, lavrada na cautela, que será confirmada por termo ou transferencia, quando o titulo provisorio fôr trocado pelo definitivo (Ord. 349 de 26 Ag. 1868).

Art. 38. A cautela deverá ser entregue a quem quer que apresente a importancia respectiva; receberá, porém, as apolices a pessoa, em cujo nome foram subscriptas, ou o seu representante (Ord. 462 de 22 Out. 1866 e 3 de 7 Jun. 1868).

#### CAPITULO II

##### DA INSCRIÇÃO

Art. 39. Recebidas nas Repartições, onde se tenham de satisfazer os juros, as relações das apolices emittidas pelo Thesouro, ou as guias de transferencia passadas pela Caixa de Amortização, ou pelas Thesourarias de Fazenda, proceder-se-ha á inscrição nos competentes livros de assentamento, notando-se ahí si o possuidor é nacional ou estrangeiro, e si a posse dos titulos está sujeita a qualquer condição.

Cada taxa de juro terá uma serie de livros, e cada letra do alphabeto um ou mais volumes. Far-se-ha o assentamento em duas paginas, na da esquerda lançar-se-hão os numeros das apolices adquiridas, e na da direita os das que passarem a outro possuidor (Inst. 154 e 194 de 13 Jun. e 7 Jul. 1870).

Art. 40. Enquanto não fór substituida pelos titulos definitivos a cautela de que trata o art. 37, não será inscripto na Caixa de Amortização o nome do respectivo possuidor (Ord. 186 de 6 Jan. 1871).

Art. 41. Si as apolices tiverem dous ou mais possuidores em commum, far-se-ha a inscripção em nome de todos com a precisa especificação.

Não será, porém, permitido inscreverem-se em separado fracções de apolice, nem inscreverem-se apolices em nome de possuidores que tenham fracções differentes.

Art. 42. Verificada a existencia de dous ou mais possuidores do mesmo nome, exigir-se-ha dos interessados a declaração da filiação, que será notada no assentamento.

Art. 43. Não estando regular a inscripção, em consequencia de engano havido na relação, guia, proposta ou documento que lhe serviu de base, deverá o interessado apresentar, com o pedido que fizer para a rectificação, aviso do Thezouro, officio das Repartições de Fazenda ou attestado do corretor de fundos, do Tabellião, ou do Magistrado que interveiu na transacção ou processo, provando pertencer-lhe o titulo, e estar sujeito a condição differente da que foi inscripta.

Art. 44. As inscripções das apolices poderão soffrer as seguintes alterações:

— Augmento ou troca de nome do possuidor, por se haver este tornado maior, ou por qualquer outro motivo;

— Averbação de minori lade, interdicção, dotação, usufructo, ou fidei-commisso, cessão de usufructo, inalienabilidade, onus, etc.;

— Averbação de fiança ou caução prestada para garantir a Fazenda Nacional, Provincial ou Municipal;

— Cancellamento das sobreditas averbações.

Art. 45. As alterações de mudança de nome serão obtidas — por meio de acto judicial, na hypothese de menores orphãos — e por petição documentada com justificações, certificado de Repartições publicas, ou de pessoas abonadas e reconhecidas, em outros casos.

As de averbação de menoridade — por alvará de Juizo competente — ou por proposta dos pais, tutores ou doadores.

As de interdicção, usufructo ou fidei-commisso, cessão de usufructo e dotação — por meio de requerimento dos interessados, que exhibirão decreto judicial ou traslado da respectiva escriptura.

As de inalienabilidade e onus — por autorização judicial ou administrativa.

As de fiança ou caução — por aviso ou officio de quem competir.

As annullações — por acto judicial, aviso ou officio das autoridades que motivaram as averbações — e por pedido dos interessados ou permissão de Juizes, a quem isso possa caber, quando as notas hajam sido feitas em virtude de proposta das partes.

Art. 46. Para o cancellamento de clausula que esteja gravando uma inscripção, se admittirá, porém, que o acto judicial da autoridade que a requisitou seja supprido, em caso de mudança de domicilio do interessado, por alvará do Juiz do municipio, em que se achar elle então residindo, contanto que desse documento conste haver deixado de existir a circumstancia que a impuzera.

Art. 47. Si o interessado residir fóra do Imperio alterar-se-ha a nota da inscripção á vista de sentença, carta rogatoria ou certidão extrahida do registro civil, ou de autos archivados, quando taes documentos estiverem devidamente legalizados pelo respectivo Consul ou Agente consular brasileiro, que declarará si foram elles expedidos de conformidade com a legislação que rege ahi a materia, e si as autoridades que nelles funcionaram são as competentes (D. 5454, art. 27).

§ 1.º As sentenças virão acompanhadas da portaria do *exequatur*, nos casos a que se referem o Decreto n. 7777 de 27 de Junho de 1880 e a Circular do Ministerio da Justiça de 31 de Março de 1884.

§ 2.º As assignaturas do Consul ou Agente consular serão reconhecidas pela Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros.

Art. 48. A annullação da clausula — menor — poderá ser realizada mediante a apresentação de certidão de baptismo e de um attestado passado pelos pais de achar-se o possuidor da apolice legalmente habilitado a reger seus bens, si se tratar de filho-familias; e á vista de certidão de casamento e de declaração dos pais de haver este sido effectuado sob o regimen da communhão, si se tratar de filha-familias, casada com pessoa *sui juris*.

Art. 49. Dando-se a emancipação por supplemento de idade ou por motivo de casamento, far-se-ha na inscripção nota dessa circumstancia, eliminando-se a clausula menor, que ahi existir.

Tornar-se-ha, porém, desnecessaria qualquer declaração, si o cancellamento fór requerido em beneficio de orphã casada com pessoa *sui juris*, precelidas as licenças exigidas por lei.

Art. 50. Não se passará certidão do assentamento senão ao proprio possuidor das apolices ou a seu legitimo representante, salvo si esse documento fór requisitado por autoridade judiciaria ou administrativa para esclarecimento de qualquer questão.

## CAPITULO III

## DAS TRANSFERENCIAS

*I. Das transferencias nos registros das Repartições*

Art. 51. A transferencia dos titulos de divida nominativa será effectuada em registros, de que haverá duas series, uma para as apolices emittidas de conformidade com a Lei de 15 de Novembro de 1827, e outra para as do emprestimo nacional de 1868.

A primeira serie terá tantos volumes, quantos forem precisos para a facilidade do serviço.

Art. 52. Conservar-se-ha aberto o registro durante os cinco primeiros mezes de cada semestre, correndo os semestres de Janeiro a Junho e de Julho a Dezembro para as apolices geraes, e de Abril a Setembro e de Outubro a Março para as do emprestimo de 1868.

Fundar-se-hão as transferencias em uma proposta assignada pelos interessados ou seus representantes, e nos documentos que o caso exigir (L. de 1827, arts. 63 e 64, L. 317 de 21 do Out. 1843, art. 28, e Ord. 273 de 17 Ag. 1872).

A proposta, alvará, escriptura ou qualquer papel exhibido mencionará o numero e valor das apolices, o nome do vendedor, doador ou finado, em cuja conta ellas se achem, o nome e a nacionalidade do comprador ou interessado, a cuja conta devam passar, e as condições com que se tenha de fazer a inscripção.

Art. 53. Durante o ultimo mez de cada semestre ficarão encerrados os registros, afim de calcularem-se os juros e preparar-se o expediente para o seu pagamento.

Quando, no mez seguinte, recommencarem as transferencias, apresentar-se-hão as escripturas publicas e escriptos particulares mencionados no art. 73, e lavrar-se-ha o competente termo, que será assignado pelo corretor da Caixa e pelo interessado (LL. de 1827, art. 64, e 22 de Jul. 1850).

Art. 54. Nas transferencias intervirá o corretor da Caixa, por si ou seus ajudantes, examinando os livros, os documentos e as procurações, informando sobre os requerimentos e verificando a identidade da pessoa dos interessados ou de seus representantes. Sempre que entender necessario, exigirá o corretor o reconhecimento das firmas e a exhibição das apolices (L. de 1827, art. 64, Av. 130 de 14 Dez. 1842, L. 567 de 22 Jul. 1850 e L. R. de 10 Abril 1880).

Art. 55. Não poderão ser transferidas no registro as cautelas de que trata o art. 37 (Ord. 186 de 6 Jun. 1874).

Art. 56. A transferencia no livro constará de um termo lavrado pelo corretor ou um dos seus ajudantes, que o firmará com os interessados, inutilizando estes as estampilhas do sello.

E' dispensavel a assignatura do possuidor, quando a translação fôr feita em beneficio do Estado, por falta de cumprimento de condições de contratos, perda do valor da fiança, etc. (Av. 405 de 12 Dez. 1871).

Art. 57. As propostas que servirem de base á transferencia, assim como os papeis que lhes disserem respeito, serão enviados á secção de contabilidade para a conferencia e as necessarias alterações nos livros de assentamento.

Art. 58. Nas Provincias as transferencias serão effectuadas nas Thesourarias de Fazenda, sob a responsabilidade e com a assignatura do respectivo Procurador Fiscal, tornando-se desnecessaria a subdivisão dos livros nos logares, em que não exista grande numero de possuidores de apolices, e não tenham muito desenvolvimento as operações que ellas occasionam.

Art. 59. Dependerão de autorização judicial, devidamente motivada, as transferencias por venda ou caução de apolices pertencentes :

§ 1.º A menores e interdictos (Ord. 565 de 16 Nov. 1881 e L. 3229 de 3 Set. 1884, art. 9 ).

§ 2.º A menores emancipados por supplemento de idade ou por motivo de casamento, attendida a excepção do art. 48 (Ord. 164 de 13 Março 1880 e 565 de 16 Nov. 1881).

§ 3.º A mulheres casadas sob o regimen dotal, ainda quando commerciantes (Av. do 27 Jan. 1875, Imp. R. 31 Jan. 1877, Av. 100 de 17 Março 1877 e L. 3229 cit.)

§ 4.º A legados, heranças ou doações oneradas com clausula, cuja annullação seja da competencia do Poder Judiciario.

§ 5.º A espolios não partilhados, si a operação fôr requerida para o pagamento de impostos, legados e despesas.

Art. 60. Dependerão igualmente de autorização judicial as transferencias provenientes de partilhas, verbas testamentarias (Reg. 5454, art. 26), liquidação de massas fallidas, excussão de penhores, e dissolução de sociedade, não sendo esta realizada de commun accôrdo.

No alvará, sentença ou qualquer documento expedido pelo Magistrado competente dever-se-ha declarar si o interessado tem direito a juros vencidos e ainda não pagos.

Art. 61. As translações, a que derem logar testamentos abertos e partilhas processadas em paiz estrangeiro, serão effectuadas á vista de documento extrahido do registro civil ou passado por Magistrados, Tabelliães e Escrivães, e legalizado de conformidade com o art. 47.

Cobrar-se-ha previamente o imposto de transmissão, segundo o grau de parentesco existente entre o fallecido e o legatario ou herdeiro, e de accôrdo com a tabella annexa ao Decreto de 31 de Março de 1874, devendo-se exigir a taxa de estranho, si a inscripção se tiver de fazer em nome do inventariante, testamenteiro ou administrador do espolio (Av. de 16 Jan. 1884).

Art. 62. As transferencias de apolices doadas basear-se-hão nos respectivos titulos (Ord. de 24 Março 1882, n. 50).

Art. 63. Nos alvarás que se referirem a successões e lega-

dos transcrever-se-ha a verba testamentaria, quando houver, e o conhecimento do imposto de transmissão pago nos termos dos Decretos de 4 de Março de 1838 e 31 de Março de 1874.

Declarar-se-ha nos papéis relativos a doações a importancia que se cobrou de sello (D. 4113 de 4 Março 1868 e Ord. 50 de 24 Março 1882).

Art. 64. A transferencia por venda ou caução de apolices deixadas em usufructo ou fidei-commisso só poderá ser admitida, precedendo prova de accôrdo entre o usufructuario ou fiduciario e o interessado na propriedade ou dominio, excepção feita do caso em que tiver sido facultado ao gravado o direito de dispor (Av. 289 de 16 Out. 1870 e D. 5581 de 31 Março 1874, art. 6º).

Art. 65. A transferencia de apolices para o nome do cabeça de casal far-se-ha :

Sendo a consorte maior — por proposta dos conjuges, que exhibirão o traslado da escriptura antenupcial, si o regimen fôr dotal ou de separação de bens ;

Sendo a consorte menor — por autorização do Juiz de Orphãos, quando estiver ella sujeita á sua jurisdicção — ou por attestação dos pais, quando se achar no caso indicado na ultima parte do art. 48, devendo os documentos, que se apresentarem, especificar o regimen do matrimonio.

Será indispensavel a exhibição da certidão de casamento, sempre que a transferencia se houver de realizar independentemente de decreto judicial.

O lançamento se effectuará simplesmente em nome do cabeça de casal, quando a inscripção primitiva não tiver clausula ; existindo esta, indicar-se-ha á margem do novo assentamento a condição que grava o capital ou o rendimento dos titulos.

Art. 66. O cabeça de casal poderá, na constancia do matrimonio, transferir para seu nome apolices, de que o filho menor fallecido tivesse tido a exclusiva propriedade, comtanto que prove a existencia da consorte, a filiação e obito do possuidor e o pagamento do imposto de transmissão.

Si fôr tambem fallecido um dos conjuges, ou si fôr caso de conjuge binubo, só se fará a transferencia por meio de decreto judicial devidamente motivado.

Art. 67. As apolices, inscriptas em nome da mulher, que o marido não transferir para o seu, como cabeça de casal, e não tiverem a clausula de dote ou usufructo, serão consideradas, salvo prova em contrario, bens paraphernaes, e só poderão ser por elle alienadas, si produzir autorização da consorte, conferida perante Tabellião, no caso de ser ella maior de 21 annos, ou a licença de Juiz competente, na hypothese contraria.

Art. 68. A mulher casada, de maior idade, poderá liyremmente alienar:

— As apolices que constituirem bens paraphernaes, quando, no pacto antenupcial, se tiver reservado semelhante direito ;

— As que lhe houverem tocado em partilha por divorcio perpetuo, tendo a respectiva sentença passado em julgado.



Art. 69. A possuidora de apolices, que as quizer alienar, mencionará na proposta o seu estado.

Art. 70. As transferencias por venda ou caução de apolices pertencentes a corporações de mão morta, e a instituições de previlencia, far-se-hão nos termos de seus compromissos ou estatutos, ou com o consentimento de autoridade competente, si alli nada se houver prevenido sobre a materia (Avs. de 15 Abril, 15 Jul. e 8 Out. 1858, 6 Jun. 1864, L. R. de 23 Out. e Av. de 27 Out. 1881), Av. de 3 Março 1881, L. 3150 de 4 Nov. 1882, art. 1º, § 2º). Serão, porém, intransferiveis as que provierem de permuta de bens de raiz, de conformidade com as Leis de 18 de Setembro de 1845, 28 de Junho de 1870 e 20 de Outubro de 1875, e as que formarem patrimonio concedido unicamente em usufructo pelas Assembléas Legislativas Geral e Provinciaes (Av. de 23 Jan. 1861 e Av. 331 de 31 Maio 1878).

Art. 71. A transferencia por subrogação de titulos inscriptos com clausula effectuar-se-ha mediante alvará do Juizo competente, ao qual dar-se-ha aviso da operação, logo que ella se realizar.

Nos casos, porém, de usufructo e fidei-commisso, deverá constar do documento judicial, que a autorizar, o assentimento de todos os interessados maiores e a intervenção do representante legal da Fazenda Publica (Av. 659 de 27 Set. 1878, 199 de 28 Out. 1882, 27 Nov. e 7 Dez. 1883, e L. 3229 de 1884, art. 9º).

Art. 72. As transferencias por penhor mercantil ou caução prestada a particulares ou a estabelecimentos de credito serão feitas á vista de proposta assignada pelo mutuante e pelo mutuuario; e o assentamento, que se abrir em nome do primeiro, terá a nota «caucionadas», que só poderá ser annullada a pedido de ambos os interessados.

Passando a propriedade ao mutuante, cobrar-se-ha o competente sello proporcional (Ord. 425 de 28 Set. 1861 e Av. 429 de 17 Jul. 1878).

## II. *Das transferencias por escriptura publica ou escripto particular*

Art. 73. Estando, na fôrma do art. 53, suspensas as transferencias no registro da Caixa de Amortização, far-se-hão por escriptura publica ou escripto particular as compras e vendas de apolices.

Lavar-se-ha o escripto particular em presença de duas pessoas idoneas, cujas firmas, assim como a do vendedor, serão reconhecidas por Tabellião (L. de 1827, art. 64, e L. 567 de 22 Jun. 1850).

*III. Das transferencias por guia ou conhecimento*

Art. 74. Nos quatro primeiros mezes de cada semestre será permittida, pagos os juros até então vencidos, a transferencia de apolices da Côrte para as Provincias, e vice-versa, ou de uma Provincia para outra (DD. 709 de 15 Dez. 1850, 5454 de 1873, art. 19, Ords. 169 e 180 de 22 Abril e 11 Maio 1875).

Art. 75. O possuidor, por si, ou por procurador, requererá a transferencia, declarando o valor, o numero e o anno da omissão dos titulos, e a Repartição onde deseja receber os juros.

O corretor da Caixa de Amortização, ou o empregado que suas funções exercer nas Thesourarias de Fazenda, reconhecerá a identidade da pessoa, e verificará dos livros de assentamento si realmente pertencem ao peticionario as apolices, cuja transferencia se pretende.

Si nenhuma duvida se offerecer, mandará o Chefe da Repartição expedir uma guia, que será assignada, na Côrte pelo Inspector da Caixa e pelo Chefe da secção de contabilidade, e nas Provincias pelo Inspector e pelo Procurador Fiscal da Thesouraria (D. 116 de 15 Jan. 1842. Instr. 194 de 7 Julho 1870, D. 5454 de 1873 e Ord. 300 de 31 Jul. 1877).

Art. 76. A guia mencionará o nome e a nacionalidade do possuidor, o valor, o numero e a taxa dos juros das apolices transferidas, o ultimo semestre pago, as clausulas que gravam a inscripção, e a Repartição onde se tem de fazer o novo assentamento (Instr. 194 de 1870 e D. 5454 de 1873, art. 25).

Art. 77. A essa Repartição remetter-se-ha official e directamente a guia, deixando-se de conservar os titulos em deposito.

Ficará na Repartição expedidora, em livro proprio, uma cópia do sobredito documento (D. 116 de 1842 e Ord. 300 de 1877).

Art. 78. Para dar-se segunda via de uma guia convirá:

Em caso de engano, que a Repartição destinataria restitua officialmente a primeira via á Repartição expedidora;

Em caso de descaminho, que o interessado prove não haver chegado á Repartição, que tem de abrir o assentamento, o officio da que passou a guia.

Art. 79. Fimlos os quatro mezes de que trata o art. 74, as Thesourarias enviarão impreterivelmente á Caixa de Amortização uma tabella demonstrativa, conforme o modelo que lhes será dado, das guias que, durante esse espaço de tempo, tenham sido por ellas recebidas e expedidas, cessando as communicções exigidas pela Circular n. 45 de 28 de Janeiro de 1875.

Art. 80. Nos primeiros dias de Janeiro de cada anno remetterão as mesmas Thesourarias á Caixa de Amortização um quadro do qual conste o numero, valor e juro das apolices inscriptas em seus livros até o ultimo de Dezembro anterior.

*IV. Da transferencia por tradição*

Art. 81. A simples entrega dos titulos operará a transferencia de apolices ao portador (Instr. de 19 Jul. 1879, art. 9º).

## CAPITULO IV

## DO PAGAMENTO DOS JUROS

*I. Dos juros das apolices geraes e das do emprestimo de 1868*

Art. 82. O pagamento dos juros das apolices geraes será realizado em todos os dias uteis dos mezes de Janeiro e Julho de cada anno; e os do emprestimo nacional de 1868 nos dos mezes de Abril e Outubro (D. 8125 de 28 Maio 1881, arts. 1º e 11).

Art. 83. Suspensas as transferencias, encerrados e verificados os assentamentos, a secção de contabilidade preparará as relações dos possuidores, e os cheques sobre o Thesoureiro, que serão examinados e approvados pela Junta administrativa (D. 8125 de 1881, art. 2º).

§ 1.º As relações e os cheques deverão ser feitos por ordem alphabetica, não terão rasuras, nem emendas, e serão rubricados pelos empregados a cujo cargo estiver esse serviço.

§ 2.º Os cheques e os respectivos talões mencionarão o semestre e o exercicio a que pertence o pagamento, a taxa dos juros, o nome do possuidor e as clausulas da inscripção. As relações conterão o numero de ordem, o nome do possuidor, as clausulas da inscripção e a importancia a satisfazer-se.

§ 3.º Serão duas as relações para as apolices geraes, uma destinada aos possuidores de titulos de 4 e 5 %, e outra aos de 6 %, esta dividir-se-ha em tantos volumes, quantos forem precisos para a facilidade do pagamento.

Art. 84. Os cheques serão entregues ao corretor e as relações ao Thesoureiro, a cuja guarda ficarão (Instr. de 12 Dez. 1876).

Os talões dos cheques, depois de tomada a conta do Thesoureiro, serão archivados na Caixa de Amortização.

Art. 85. Logo que estiver prompto o calculo dos juros pagaveis no semestre a findar-se, o Inspector da Caixa officiará ao Ministro da Fazenda afim de que se providencie para a entrega da respectiva importancia ao Thesoureiro.

Este effectuará o recebimento, apresentando portaria assignada pelos membros da Junta administrativa.

Art. 86. Principiando o pagamento, o corretor, ou o empregado que o auxiliar, reconhecerá a identidade da pessoa

que tiver de receber os juros, verificará a authenticidade dos titulos, si se tornar isso necessario, e, datando o cheque o talão, assignal-os-ha com o interessado, a quem entregará o primeiro (L. de 1827, arts. 25 e 58, D. 5454 de 1873, art. 20, Instr. de 12 Dez. 1876 e D. 8125 de 1881, arts. 3º e 4º).

Si nessa occasião fôr produzido qualquer documento, dar-lhe-ha o numero do cheque, mencionando a sua existencia no verso do talão (D. 8125, art. 5º).

Quando em um assentamento estiverem reunidos dous ou mais possuidores, e desejarem elles receber separadamente a importancia que lhes cabe, o corretor ou o seu auxiliar inutilisará o respectivo cheque, extrahindo de livro avulso, cujas folhas terão a rubrica do Chef. da secção de contabilidade, os que se fizerem precisos, notando, porém, naquelle o numero e a importancia destes (D. 8125, art. 6º).

Art. 87. Os cheques serão pagos pelo Thesoureiro ou seus feis, si se acharem devidamente assignados pelos interessados e pelo corretor ou seus auxiliares, si combinarem em quantia e nome com a relação, e si não contiverem emenda ou rasura (Instr. de 12 Dez. 1876, e D. 8125 de 1881).

Realizar-se-ha o pagamento do emprestimo de 1868 em ouro, na razão de 27 pence por 1s. (D. 4224 de 15 e Av. 403 de 25 Set. 1868).

Art. 88. São competentes para receber os juros:

— O possuidor inscripto, ainda que as apolices estejam cautionadas á Fazenda Geral, Provincial ou Municipal;

— O herdeiro ou legatario, si estiver autorizado por decreto judicial;

— O procurador, apresentando poderes especiaes;

— O cessionario, á vista de traslado da competente escriptura;

— O tutor, curador, administrador e inventariante, exhibindo alvará ou certidão do termo das funcções que exercem;

— O pai, si o inscripto fôr filho-familias não emancipado, ou orphão de menor idade;

— O marido, si as apolices inscriptas em nome da mulher não pertencerem á classe de bens de que tratam os arts. 67 e 68;

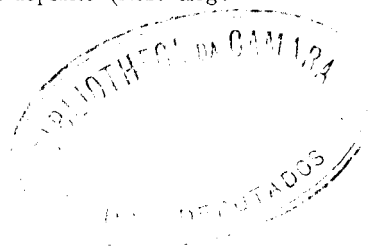
— Os Agentes consulares, quando hajam arrecadado espolios de seus compatriotas, na fórma das convenções.

Art. 89. Entregue a importancia dos juros, carimbar-se-ha o cheque, e notar-se-ha o pagamento na relação.

O numero e quantia serão em seguida escripturados no livro caixa, que será dividido em tantas partes ou volumes, quantos convenham ao serviço (D. 8125, art. 10).

Art. 90. Ao concluir-se o pagamento diario, proceder-se-ha á conferencia do saldo existente em cofre com o demonstrado no livro caixa, e providenciar-se-ha a respeito de qualquer differença encontrada (Instr. de 12 Dez. 1876).

Art. 91. Terminando o mez designado para o pagamento dos juros correntes, dará a Junta balanço no cofre geral, e fará passar o saldo para o cofre dos juros em deposito (Res. Leg. 1828, Cap. 4º).



Art. 92. Nas Thesourarias de Fazenda executar-se-hão, no que fôr applicavel, as disposições contidas nos artigos antecedentes, devendo a relação ser organizada pela Contadoria, examinada e approvada pela Junta.

A differença entre o total da relação e a importancia dos juros correntes satisfeita durante o mez, será transferida para o cofre de depositos, por conta do qual se pagará o que fôr senão reclamado (Circ. 401 de 26 Set. 1868 e Ord. de 18 Maio 1878).

A guia de transferencia da Corte para as Provincias e de uma Provincia para outra dispensa ordem especial, abrindo credito (Ords. 390 de 12 Ag. e 408 de 26 Set. 1868 e Ord. 354 de 1876).

### *II. Dos juros em deposito*

Art. 93. Logo que estiverem promptos os livros e mais papeis necessarios, principiara o pagamento dos juros não reclamados, que continuará nas terças, quintas e sabbados subsequentes.

O dos juros pertencentes ao primeiro semestre de cada exercicio far-se-ha com os mesmos cheques e relações que serviram no dos juros correntes, sendo estas, porém, modificadas de conformidade com o modelo que será dado.

O dos juros relativos ao segundo semestre effectuar-se-ha por meio de uma folha, em que serão ellos reunidos aos dos semestres anteriores, e por meio de novos cheques, escriptos e assignados á medida que forem apparecendo os interessados.

A folha conterá os nomes dos possuidores, em ordem alphabetica, os semestres a que pertencerem os juros e a somma a abonar (D. 8125 de 1881, arts. 1.<sup>o</sup>, 7.<sup>o</sup> e 8.<sup>o</sup>).

Art. 94. A importancia disponível dos juros não reclamados será, nos termos da Lei de 28 do Outubro de 1848, art. 48, empregada em apolices da divida publica, precedendo deliberação da Junta e approvação do Ministro da Fazenda.

As apolices assim compradas serão recolhidas aos cofres da Thesouraria da Caixa de Amortização, e o seu rendimento será applicado á aquisição de outros titulos.

Art. 95. Quando aconteça que a importancia restante no cofre não chegue para o pagamento dos juros, que se forem reclamando, o Thesouro supprirá o que faltar, sendo depois indemnizado pela Caixa de Amortização (Lei de 1848, art. 48).

### *III. Dos juros do emprestimo de 1879*

Art. 96. Far-se-ha o pagamento nos primeiros dias dos mezes de Janeiro, Abril, Julho e Outubro na Caixa de Amortização, nas Thesourarias de Fazenda da Bahia, Pernambuco, Pará, Rio Grande do Sul e S. Paulo, e nas Agencias creadas pelo Governo em Londres, Pariz e Lisboa (Decr. 7381 de 19 Julho 1879, arts. 4.<sup>o</sup> e 7.<sup>o</sup>).

Art. 97. Oito dias antes de vencerem-se os juros serão apresentados á Repartição competente os *coupons*, por ordem numerica, e acompanhados de uma declaração assignada pelo portador dos titulos. Em troca dar-se-ha um bilhete ou conhecimento, em que se determine a quantidade de *coupons* recebidos e a importancia que representam (Instr. de 19 Julho 1879, art. 15).

Art. 98. Si os *coupons* não offerecerem duvida, proceder-se-ha ao pagamento em ouro ou em moeda-papel, segundo o disposto no Decreto de 19 de Julho de 1879 e Ordem n. 81 de 5 de Fevereiro de 1880.

Art. 99. Satisfar-se-ha em qualquer tempo a importancia dos juros relativos a trimestres atrazados, preenchidas as formalidades do art. 97.

## CAPITULO V

### DA AMORTIZAÇÃO

Art. 100. Realizar-se-ha o resgate das apolices da divida publica por compra, quando os titulos se acharem abaixo do par; e por sorteio, quando estiverem ao par ou o excederem (L. de 1827, art. 60, D. 4244 de 15 Set. 1868, art. 3º, e D. 7381 de 19 Julho 1879).

O valor par de uma apolice de 1:000\$ do emprestimo de 1868 corresponde ao de 250 oitavas de ouro de 22 quilates (L. R. 957 de 15 Abril 1871).

Art. 101. A amortização do emprestimo de 1868 é annua, e a do emprestimo de 1879 semestral; a primeira torna-se efectiva em Outubro e a segunda em Abril e Outubro; a das apolices geraes será determinada na lei que interromper a sua suspensão.

Art. 102. O sorteio far-se-ha perante a Junta da Caixa de Amortização, tres mezes antes de ser devido o resgate.

Os numeros sorteados serão publicados no *Diario Official* por seis dias successivos, e communicados ás Agencias e Thesourarias encarregadas do pagamento dos juros. Esses Estabelecimentos e Repartições farão por sua vez os precisos annuncios na folha de maior circulação (Instr. de 1868, art. 13, e Instr. de 1879, art. 11).

Art. 103. Os juros das apolices sorteadas nos termos do artigo antecedente cessarão desde o dia marcado para o resgate (Instr. de 1868, art. 14 e Instr. de 1879, art. 12).

No acto do pagamento de apolices do emprestimo de 1879, sorteadas ou compradas, descontar-se-ha a importancia equivalente a qualquer *coupon* de juro ainda não vencido, que tenha sido cortado (D. de 1879, art. 5º).

Art. 104. Os titulos resgatados serão golpeados e conservados na Caixa de Amortização até ordenar-se a sua queima (L. de 1827, art. 62, e Instr. de 1868, art. 15).

## CAPITULO VI

## DA OPPOSIÇÃO

Art. 105. Não admittir-se-ha opposição, quer ao pagamento dos juros, quer ás transferencias das apolices da divida nominativa, senão no caso de ser ella promovida pelo possuidor (L. de 1827, art. 36).

Não gozarão deste privilegio :

1.º As apolices que se acharem garantindo a responsabilidade de pessoas que tiverem a seu cargo dinheiro ou quaesquer valores pertencentes á Fazenda Geral, Provincial ou Municipal (D. 5454, art. 23);

2.º As que representarem bens dolosamente convertidos para fraudar a Fazenda Publica e illudir execuções fiscaes (Ord. 112 de 1848) ;

3.º As que o possuidor houver caucionado ou dado a penhor, tendo depois faltado ás condições pactuadas (D. 5454, art. 23, e Av. 540 de 9 Out. 1879).

Art. 106. A opposição do pagamento dos juros e capital dos titulos ao portador só será admittida, si o opponente provar que é delles proprietario.

Art. 107. Promover-se-ha a opposição :

Por simples petição ao Inspector da Caixa, partindo ella do possuidor dos titulos ;

Por aviso ou officio da autoridade competente, quando se tratar de cauções em garantia da Fazenda Publica ;

Por acto do Poder Judiciario, si o caso estiver comprehendido nos §§ 2º e 3º do art. 105.

## CAPITULO VII

## DA SUBSTITUIÇÃO DOS TITULOS PERDIDOS OU DESTRUIDOS

Art. 108. Extraviada ou destruida alguma apolice das transferidas no registro da Caixa de Amortização, ou de qualquer Thesouraria de Fazenda, o possuidor, por si ou por seu representante, depois de haver annuciado durante 30 dias seguidos em uma das folhas de maior circulação a perda ou destruição, indicando o respectivo numero, valor, juro e anno da emissão, requererá ao Inspector da Repartição, em que se achar o registro, a substituição do titulo.

Esse funcionario mandará repetir o annuncio por tres vezes dentro do prazo de 15 dias, e, não apparecendo reclamação, remetterá ao Ministerio da Fazenda o requerimento e gazetas afim de que seja deferida a parte.

Cobrado desta um quarto por cento do valor da apolice, entregar-se-lhe-ha o novo titulo, cujo talão será enviado á Caixa para ser collado no livro competente (L. de 1827, art. 66, Instr. 130 de 9 Set. 1846, D. 5454, art. 24, e Ord. 213 de 8 Abril 1878).

Art. 109. Si a apolice estiver dilacerada o possuidor apresental-a-ha, requerendo a substituição, que se fará, pago o quarto por cento de que trata o artigo antecedente.

Art. 110. Si o possuidor da apolice ou seu representante perder o cheque mencionado no art. 86, dará disso aviso á Repartição pagadora, que lavrará uma nota á margem da relação, caso a importancia esteja ainda por satisfazer. Um mez depois, não se tendo apresentado outra reclamação, extrahir-se-ha novo cheque em favor do interessado. Si se der, porém, contestação, será ella resolvida perante o Juiz dos Feitos da Fazenda.

Art. 111. Os titulos ao portador, que se dilacerarem, serão pagos ou substituidos por outros da mesma especie, si não tiverem perdido os signaes distinctivos.

Si se acharem em fragmentos, representando a metade ou menos da metade, e si lhes faltarem *coupons* ou outro qualquer caracteristico, proceder-se-ha conforme se determina nos dous artigos subsequentes.

Art. 112. As apolices ao portador perdidas ou destruidas serão pagas ou substituidas por outras da mesma especie, logo que, feitos os annuncios exigidos no art. 108, se exhibir justificação julgada pelo Juiz dos Feitos da Fazenda, e se der caução, em dinheiro ou fundos publicos, que represente o valor dos titulos e dez annos dos respectivos juros (L. 3140 de 30 Out. 1882, art. 11).

Na falta de apolices da mesma especie, o Thesouro poderá substituir as que foram perdidas ou destruidas por certificados assignados pelo Ministro da Fazenda, Director Geral da contabilidade e Inspector da Caixa de Amortização.

Art. 113. Si em vez de apolices tiverem sido perdidos ou destruidos os *coupons*, que lhes estão adherentes, satisfar-se-ha a sua importancia, depois de produzida a prova supramencionada, e prestada uma caução, que represente a somma reclamada (L. 3140, art. 11).

Art. 114. A caução durará dez annos contados do dia do pagamento ou da substituição dos *coupons* ou apolices, salvo, 1º: si houver contestação judicial sobre a propriedade dos titulos; porquanto, em taes circumstancias, ficará a restituição da fiança para quando os Tribunaes decidirem a quem pertence a respectiva importancia: 2º, si forem os titulos apresentados por quem tiver recebido os substitutivos, ou o seu equivalente em dinheiro; porque, em semelhante caso, o Thesouro arrecadal-os-ha, restituindo logo a quantia em deposito (L. 3140, art. cit.)



## CAPITULO VIII

## DAS PROCURAÇÕES

Art. 115. Deverão ter poderes espeeiaes as procurações para o recebimento de juro e transferencia de apolices (Avs. de 29 Abril 1839, 3 Fev. 1841 e D. 116 de 15 Jan. 1842), não podendo ser admittidos traslados ou certidões das que forem passadas de proprio punho do constituinte.

Art. 116. A procuração, para accitar-se a transferencia em nome do comprador, poderá ser supprida por uma carta de ordens, ou dispensada, si o caso estiver comprehendido na excepção da Ordem n. 339 de 24 de Agosto de 1868.

Art. 117. As procurações, que de conformidade com as disposições vigentes forem dadas por subditos brasileiros em paiz estrangeiro, serão legalizadas de accôrdo com o Aviso n. 341 de 24 de Setembro de 1873, e as que forem passadas por subditos de nações estrangeiras terão, além da formalidade exigida nesse aviso, a declaração de que se occupa o art. 49 do presente Regulamento (D. 4968 de 24 Maio 1872).

O mandato conferido em lingua estrangeira deverá ser apresentado com a competente traducção (Avs. de 8 Out. 1857 e 1º Abril 1861).

Art. 118. Para o recebimento dos juro que se vencerem no proximo semestre, os mandatarios por tempo illimitado exhibirão nova procuração, e, de dous em dous annos, certidão de vida de seus constituintes (D. 4113 de 4 Março 1868). No caso, porém, de cessão de usufructo, a certidão de vida do usufructuario será apresentada semestralmente.

## TITULO III

## Do serviço do papel-moeda

## CAPITULO I

## DAS ESTAMPAS

Art. 119. Recebidas as estampas na Thesouraria, proceder-se-ha, em presença do Chefe da secção do papel-moeda, ao exame dos caixões, e organizar-se-ha uma relação do seu conteúdo afim de ser enviada a Directoria Geral da contabilidade. A relação mencionará o numero de ordem do caixão, a quantidade e o valor das notas.

## CAPITULO II

## DA ASSIGNATURA

Art. 120. Deverá existir sempre nas casas fortes da Reparação uma quantidade de notas preparadas e assignadas para acudir á exigencia do troco ou da substituição.

Art. 121. A assignatura será feita pelos empregados da Caixa de Amortização, durante ou depois da hora do expediente, como melhor parecer á Junta, comtanto que não haja accrescimento de despesa (D. 5454, art. 14).

Estão isentos d'este serviço o Inspector, o Thesoureiro e seus fiéis e os continuos. Os outros empregados, que, sem motivo justificado, deixarem de o desempenhar, incorrerão em responsabilidade (Av. 27 Agosto 1880).

Art. 122. A assignatura deverá occupar a maior parte do espaço para ella destinado.

Art. 123. Os assignatarios indemnizarão á Fazenda o valor das notas que extraviarem, e o custo das que inutilizarem.

## CAPITULO III

## DA EMISSÃO

Art. 124. Sem autorização legislativa não se emitirá papel-moeda, salvo si fôr em troco de notas dilaceradas ou em substituição das que se estiverem recolhendo. O funcionario que der sabida, ou consentir que saia da Caixa de Amortização qualquer importancia em papel-moeda sem aquella autorização, ou para outros fins que não os supramencionados, incorrerá nas penas do art. 175 do Código Criminal (L. 1349 de 12 Set., art. 1º § 7º, e D. 3720 de 18 Out. 1866, art. 2º).

Art. 125. Sempre que se emitirem notas novas, enviar-se-hão ás Thesourarias de Fazenda:

— Um exemplar, si a estampa ainda não fôr conhecida (Circs. 120 de 13 Abril 1868 e 315 de 12 Julho 1869);

— Uma relação das firmas dos assignatarios (Av. de 14 Ag. 1878 e 15 Abril 1879);

— Uma relação impressa dos numeros das notas com a indicação de quem as assignou (Circ. 120 de 1868 cit.)

## CAPITULO IV

## DO TROCO E SUBSTITUIÇÃO

Art. 126. Na Côrte a Caixa de Amortização encarregar-se-ha de trocar as notas dilaceradas, e de substituir as de estampa

que, por apparecerem falsas, ou por qualquer outro motivo, a Junta mandar recolher.

Não será permittido o troco de notas novas de grande valor por outras de pequena importancia (Instr. 779 de 25 Out. 1879).

Art. 127. Nas Provincias incumbir-se-hão desse trabalho as Thesourarias de Fazenda, sem augmento, porém, de despesa (L. 53 de 6 Out. 1835, Circ. 241 de 4 Ag. 1840, Ord. 281 de 31 Dez. 1853, 280 de 26 Junho 1865 e outras).

O troco ou a substituição será ali realizada com o producto da renda ordinaria, e, si não bastar, com os supprimentos feitos pelo Thesouro.

Art. 128. As estações de arrecadação não poderão recusar o recebimento de notas dilaceradas, ou das que, estando em substituição, lhes forem apresentadas até o dia em que terminar o prazo para o seu recolhimento sem desconto, contanto que taes notas sejam verdadeiras, achem-se completas, não se compoñham de pedaços, e não tenham carimbo ou marca que dificulte-lhes o exame, ou as inutilis (Ords. 454 de 26 Nov. 1874 e 416 de 29 Set. 1875, e Circ. 114 de 8 Março 1876).

Art. 129. As Repartições pagadoras não deverão lançar em circulação cédulas que estiverem dilaceradas ou em substituição.

Art. 130. As notas dilaceradas e em substituição, recebidas ou existentes nas Repartições de que tratam os artigos antecedentes, serão apresentadas, em massos separados, á Caixa de Amortização, e ás Thesourarias de Fazenda, para que se proceda ao troco e substituição.

Art. 131. A nota dilacerada, em um ou em diversos fragmentos, tendo mais de metade de um só lado, será trocada na Caixa de Amortização, ou nas Thesourarias de Fazenda, por outra de igual valor, si fôr reconhecida verdadeira.

A que tiver a metade ou menos da metade, e a que, tendo mais de metade, fôr composta dos dous lados extremos, só poderá ser trocada, ainda que reconhecida genuína, si o portador justificar, á satisfação da Junta administrativa da Caixa, que por força maior foi consumida ou extraviada a porção que falta (Circ. 389 de 22 Dez. 1855, 315 de 26 Set. 1856, Instr. 69 de 18 Fev. 1871, Av. 424 de 11 Ag. e Ord. 502 de 22 Set. 1879, Ords. 180 e 381 de 31 Março e 4 Ag. 1880).

Art. 132. Os fragmentos de notas, que se não puderem trocar, serão restituídos ao portador, depois de marcados com o signal — sem valor.

Art. 133. As notas falsas ou falsificadas, apresentadas ao troco, serão do igual modo inutilizadas com a marca indicativa, e entregues ás partes, quando se entender que não devam ir á autoridade policial.

Si fôr caso de intervenção da Policia, lavrar-se-ha termo, assignado pelo Chefe da secção do papel-moeda, pelo fiel encarregado do troco e pelo portador da nota.

Art. 134. A' medida que se fôr fazendo o troco ou a substituição, estampar-se-ha nas notas um carimbo com a palavra —

Inutilizada — e o nome da Repartição que as substituiu ou trocou (Ord. 372 de 28 Out. 1867, Circ. 114 de 8 Março e 326 de 8 Junho 1876, e 26 Fev. 1877).

O carimbo deverá ter 0<sup>m</sup>,070 de largura e 0<sup>m</sup>,145 de comprimento e ficar perfeitamente visível.

As notas trocadas por moeda de bronze terão no anverso o carimbo supramencionado, e no reverso o signal — troco de bronze.

Art. 135. Na Caixa de Amortização, duas horas antes de terminar o expediente, os fidei incumbidos do troco ou da substituição prestarão contas aos conferentes, recolhendo á casa forte o sallo em seu poder e a importancia substituida ou trocada.

Nas Provincias os Thesoureiros organizarão as relações do resgate diario, e as entregarão, datadas e assignadas, ao Escrivão do caixa para a competente escripturação, devendo a sua importancia figurar no saldo da Thesouraria, emquanto não fór remettida á Caixa de Amortização (Ord. 372 de 28 Out. 1867).

Art. 136. Resolvida a substituição de qualquer estampa, marcará a Junta o prazo, em que deverá ser ella effectuada sem desconto, e tornará publica a sua deliberação por meio de editaes inseridos nas folhas periodicas, e de circulares expedidas ás Thesourarias de Fazenda.

Si dentro desse prazo não se puder concluir a operação, a Junta o prorogará, mandando fazer os precisos avisos.

Art. 137. Por nenhum motivo os Presidentes de Provincia e os Inspectores de Thesouraria espaçarão o termo fixado de conformidade com o artigo antecedente.

Si no mez, em que findar o troco sem desconto, o cofre da Thesouraria não tiver fundos necessarios para a operação, dar-se-hão aos portadores das notas recibos nominativos, resgataveis com o producto da renda do mez seguinte ou com supplementos obtidos do Thesouro (Circ. 29 de 13 Jan. 1869 e outras).

Art. 138. As notas em substituição, que não forem apresentadas á Caixa de Amortização ou ás Thesourarias de Fazenda dentro do prazo determinado, soffrerão o desconto mensal de 10 %/, ficando sem valor no fim de dez mezes (L. 54 de 6 Out. 1835).

Exceptuar-se-hão as que forem recebidas até á ultima hora pelas estações de arrecadação; devendo, porém, os respectivos Chefes declarar ao Thesouro ou ás Thesourarias de Fazenda, em officio registrado no dia em que findar o prazo, a quantidade, valor, estampa e numero das notas que estiverem em seu poder (Ord. 68 de 15 Julho 1846, 180 de 21 Julho 1859, Circ. 354 de 16 Ag. 1861, Ord. 321 de 18 Ag. 1868 e Ord. 68 de 31 Jan. 1869).

## CAPITULO V

## DAS REMESSAS PARA AS THESOEURARIAS

Art. 139. As remessas do papel-moeda para as Thesourarias serão realizadas directamente pela Caixa de Amortização, á vista de aviso do Ministerio da Fazenda, que indique as classes ou valores das notas, de que ellas se devem compor, e a Repartição a que se destinam.

Art. 140. Serão encaixotados na presença do Thesoureiro da Caixa e dos conferentes que examinaram e rotularam os respectivos massos.

Esses empregados incluirão em cada volume uma relação, por elles datada e assignada, das notas ali contidas, cintarão e sellarão, quer a caixa de zinco interior, quer a de madeira, em que se escreverá o numero de ordem da remessa e o nome da Repartição destinataria (Instr. 779 de 1878).

Art. 141. As caixas assim preparadas serão entregues aos Commandantes, ou ás pessoas competentemente autorizadas pelo Ministro da Fazenda para conduzi-las.

No acto do recebimento dos volumes examinarão os conductores si as cintas e sellos estão intactos e em ordem, e declararão, no termo ou conhecimento que assignarem, o estado em que as encontraram (Circ. 779 de 1878).

Far-se-ha em triplicata o termo ou conhecimento, remetendo-se ao Thesoouro dous exemplares.

Art. 142. Chegando os volumes á Repartição destinataria, verificar-se-ha immediatamente si existem indícios de haverem sido violados.

Si não existirem, dar-se-ha descarga ao portador, e proceder-se-ha á contagem das notas em presença do Inspector, ou de um empregado por elle designado, lavrando-se termo, e guardando-se os involucros, caso se dê alguma falta.

Si existirem taes indícios, far-se-ha, com assistencia do conductor e da Junta da Thesouraria, o exame minucioso do conteúdo, lavrando-se o termo e conservando-se as caixas e os involucros em caso de falta.

Art. 143. Responderá pela falta o portador, si os volumes apresentarem indício de haver sido violados, e os empregados que rotularam os massos, si os volumes chegarem intactos (l. R. 137 de 22 Dez. 1847 e Instr. 779 de 1878).

## CAPITULO VI

## DAS REMESSAS DAS THESOEURARIAS

Art. 144. A' medida que se fôr realizando o troco ou a substituição, as Thesourarias enviarão directamente á Caixa de

Amortização as notas dilaceradas e substituídas devidamente inutilisa-las (Circ. 17 de Jan. 1848, 328 de 16 Nov. 1870, 87 de 10 Março 1873, 114 e 325 de 8 Março e 8 Junho 1876).

Dispostas por estampas e valores, formarão massas cobertas com papel forte, lacra-las, numerá-las e rotulá-las com a indicação da quantidade de notas que contiverem e a sua importância em réis (Circ. 17 de Jan. 1848 e Instr. 386 de 4 Set. 1865).

As notas trocadas por moedas de bronze serão separadas das que o forem por conta da renda geral.

Ainda que ocorram duvidas sobre a veracidade de qualquer nota recolhida pelas Repartições subordinadas ás Thesourarias, será ella carimbada e remetida; mas o Thesoureiro fará em sua escripturação e nas relações, que vierem á Caixa de Amortização e ao Thesouro, as necessarias observações (Ord. 553 de 30 Nov. 1875).

Art. 145. As remessas serão examinadas e encaixotadas em presença do Thesoureiro ou seu fiel, e do Escrivão do caixa (Circ. 17 de Janeiro 1848).

No volume, que terá o numero de ordem, os nomes da Caixa de Amortização e da Thesouraria expedidora, incluir-se-ha uma guia de que conste: 1.º, a quantidade de massas e a somma nelles contida; 2.º a data do officio em que se communica a remessa (Circ. 80 de 15 Fev. e Ord. 280 de 26 Junho 1865).

A pessoa incumbida de trazer o caixote procederá conforme se indica no art. 141, o passará o recibo com as devidas declarações.

Art. 146. Dar-se-ha aviso da remessa á Directoria Geral da contabilidade do Thesouro Nacional e á Inspectoria da Caixa de Amortização, juntando-se aos officios uma relação, em que se discrimine o numero de notas, a estampa, o desconto, quando houver, as importancias parciaes e a total.

A relação deverá ser datada e assignada pelos empregados que conferiram e prepararam a remessa (Circ. 17 de Jan. 1848, 127 de 19 Maio 1864, Instr. 386 de 1865, 240 de 22 Agosto 1870 e 18 Jan. 1873).

§ 1.º Para as notas trocadas por moeda de bronze far-se-hão officios e relações separadas.

§ 2.º Nas communicações dirigidas á Directoria Geral da contabilidade mencionar-se-ha o exercicio, a que pertence a remessa (Circ. 67 de 19 Fev. 1857, de 22 Ag. 1870 e 28 de 18 Jan. 1873).

Art. 147. Na secção do papel-moeda, ao receber-se a remessa, far-se-ha, em presença do conductor e do Thesoureiro, o exame de que trata o art. 142, exonerando-se o conductor, si o caixote não apresentar vestigio de ter sido aberto, e lavrando-se os necessarios termos e conservando-se os involucros, quando se reconhecer alguma falta.

Dando-se esta, será responsavel o conductor, si o volume tiver indicios de haver sido violado, e o Thesoureiro que preparou a remessa, si o caixote se achar intacto (Circ. de 17 Jan. 1848 e Instr. 386 de 1865).

Art. 148. As remessas dos saldos das Repartições, e de notas para converterem-se em outras de pequenos valores, continuarão a ser dirigidas com as formalidades do estylo á thesouraria Geral do Thesouro Nacional.

## CAPITULO VII

### DA CONFERENCIA

Art. 149. Distribuir-se-hão pelos conferentes as notas novas assignadas, e as trocadas e substituidas afim de que sejam examinadas, postas em ordem, emmassadas, rotuladas e selladas.

A conferencia das notas novas poderá ser feita por um mesmo empregado; mas a das trocadas ou substituidas na Caixa deverá sel-o alternadamente por todos os conferentes.

Art. 150. Logo depois da conferencia as notas substituidas e trocadas serão passadas ao carimbador, que as golpeará, dando-lhes um talho horizontal no lado direito (Circ. 234 de 10 Maio 1880).

Art. 151. Golpeadas as notas, preparar-se-ha o masso, em cujo rotulo, assignado e sellado pelo conferente, indicar-se-ha o numero da remessa e a data do officio da Thesouraria, ou o dia do troco, a quantidade, valor e importancia total das notas. Na mesma occasião o conferente organizará a tabella demonstrativa da conferencia, e lavrará os respectivos termos.

Art. 152. Do resultado da conferencia das notas vindas das Thesourarias dar-se-ha aviso á Directoria Geral da contabilidade, enviando-se-lhe os termos e mais esclarecimentos precisos para a escripturação.

## CAPITULO VIII

### DA QUEIMA

Art. 153. Em dia designado reunir-se-hão os membros da Junta e o Director Geral da tomada de contas afim de proceder-se ao exame das notas que deverão ser consumidas.

A secção de contabilidade apresentará um mappa explicativo do numero e valor dessas notas e os documentos referentes ao troco e remessas.

Art. 154. Verificar-se-ha a existencia de todos os massos conferidos, abrindo-se e reexaminando-se os que forem indicados pelo Director Geral da tomada de contas ou por qualquer membro da Junta.

Art. 155. Finda a verificação, e encerrados os massos em saccos ou caixotes devidamente sellados, serão em acto continuo, ou no dia immediato, conduzidos ás fornalhas. A queima realizar-se-ha na presença das mesmas pessoas mencionadas nos dous artigos antecedentes.

## TITULO IV

### Do serviço da emissão do Banco do Brazil

Art. 156. A direcção das operações do troco ou substituição e outras relativas á emissão de notas do Banco do Brazil, excepção feita da assignatura, compete á Junta da Caixa de Amortização (D. 3720 de 18 Out. 1866, art. 3º, Av. 295 de 20 Set. 1867, Ord. 371 de 28 Out. 1867 e Circ. 322 de 16 Julho 1869).

Art. 157. O serviço respectivo pertence á secção do papel-moeda e ao Thesoureiro da Caixa (L. 1349 de 1866, art. 1º § 7º, e D. 3720, art. 3º).

Incorrerá na pena indicada no art. 124 o funcionario que emittir ou consentir que se emittam notas do Banco, que não sejam em substituição ou troco (D. 3720, art. 2º).

Art. 158. A substituição das notas que, por dilaceradas, por indicio de falsificação ou por qualquer outro motivo, devam ser retiradas da circulação, será effectuada com outras da mesma ou de nova estampa, á custa do Banco (D. 3720, arts. 1º e 4º).

Art. 159. As notas serão recolhidas á casa forte da Caixa de Amortização, sob a responsabilidade dos mesmos clavicularios incumbidos da guarda do papel-moeda (D. 3720, art. 1º § 3º). Para a assignatura, que está a cargo da directoria do Banco, enviar-se-hão áquelle estabelecimento os precisos volumes de notas, acompanhados de uma guia em duplicata, da qual constem a quantidade de notas remettidas, os seus numeros, valores e series. Em uma das vias passará o Banco recibo, que ser-lhe-ha restituído, quando voltarem as notas. Nessa occasião virá uma relação dos numeros, valores, series e assignatarios (D. 3720, art. 5º).

Art. 160. O processo do troco, substituição e queima será o que fica determinado para as notas do Governo, com as seguintes alterações:

§ 1.º Logo que as notas principiarem a soffrer o desconto de 10 % (L. 1349, art. 1º, § 9º), serão trocadas no Banco e suas agencias, pelo valor que tiverem, e remettidas á Caixa de Amortização, que as substituirá por outras pelo valor nominal (D. 3720, art. 16, e Av. 699 de 24 Dez. 1879).

§ 2.º A verificação das notas e a queima far-se-hão em presença da Junta e de um director do Banco, lavrando-se os



termos em duplicata, um para esse estabelecimento e outro para a Caixa (D. 3720, art. 13).

Art. 161. O desconto mensal, e o valor total das notas não substituídas no prazo legal, reverterão em benefício do Banco (D. 3720, art. 15).

Art. 162. As notas que o Banco resgatar em virtude das Leis de 12 de Setembro de 1866 e 17 de Setembro de 1873 serão, depois de inutilizadas e golpeadas, remetidas á Caixa de Amortização para a conferencia e queima (D. 3720, art. 12).

Art. 163. Far-se-ha na Caixa, em livros separados, a escripturação das operações das notas do Banco (D. 3720, art. 17).

Art. 164. Ficam revogadas todas as disposições contrarias ás do presente Regulamento.

Rio de Janeiro em 14 de Fevereiro de 1885. — *M. P. de Souza Dantas.*

**Tabella do numero, classes e vencimentos dos empregados da Caixa de Amortização, a que se refere o Decreto n. 9370, desta data.**

NÚMERO DE EMPREGADOS	EMPREGOS	VENCIMENTOS		TOTAL DE CADA EMPREGO	TOTAL DE CADA CLASSE
		Ordenado	Gratificação		
1	Inspector.....	4:800\$	2:400\$	7:200\$	7:200\$
4	Primeiros Escripturarios.....	2:100\$	1:400\$	3:200\$	12:800\$
4	Segundos ditos.....	1:600\$	800\$	2:400\$	9:600\$
9	Terceiros ditos.....	1:000\$	600\$	1:600\$	3:200\$
9	Praticantes.....	700\$	300\$	1:000\$	2:000\$
1	Thesoureiro.....	3:400\$	1:400\$	5:000\$	5:000\$
	Para quebras.....	600\$	600\$	5:400\$	5:400\$
4	Fieis.....	2:000\$	1:000\$	3:000\$	12:000\$
4	Corretor.....	3:200\$	1:600\$	4:800\$	4:800\$
3	Ajudantes.....	2:000\$	1:000\$	3:000\$	9:000\$
3	Conferentes.....	2:000\$	1:200\$	4:200\$	4:200\$
	Para quebras.....	400\$	400\$	3:600\$	18:000\$
2	Carimbadores.....	800\$	400\$	1:200\$	2:400\$
1	Porteiro.....	1:600\$	800\$	2:400\$	2:400\$
2	Continuos.....	700\$	300\$	1:000\$	2:000\$
32					90:800\$

Rio de Janeiro em 14 de Fevereiro de 1885. — *M. P. de Souza Dantas.*



## DECRETO N. 9371 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1885

Dá nova organização ás companhias de aprendizes marinheiros.

De conformidade com o disposto no § 2º do art. 5º da Lei n. 3229 de 3 de Setembro do corrente anno, Hei por bem que sejam reorganizadas as companhias de aprendizes marinheiros, observando-se as disposições do Regulamento que com este baixa, assignado pelo Almirante Joaquim Raimundo de Lamare, do Meu Conselho e do de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Fevereiro de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de sua Magestade o Imperador.

*Joaquim Raimundo de Lamare.*

Regulamento a que se refere o Decreto desta data,  
para as escolas de aprendizes marinheiros

Das Escolas

1. As companhias de aprendizes marinheiros pas-sam a denominar-se « Escolas de aprendizes marinheiros ».

2. Serão numeradas, comprehendendo uma ou mais Provincias nas respectivas divisões e tendo aquartelamento em diversas cidades ; como explica o seguinte quadro :

ESCOLAS	PROVINCIAS	AQUARTELAMENTO
N. 1.	Amazonas e Pará.....	Belém.
N. 2.	Maranhão.....	S. Luiz.
N. 3.	Piahy.....	Theresina.
N. 4.	Ceará.....	Fortaleza.
N. 5.	Parahyba e Rio Grande do Norte.....	Parahyba.
N. 6.	Pernambuco e Alagoas.....	Recife.
N. 7.	Bahia, Sergipe e Espirito Santo.....	Bahia.
N. 8.	Municipio Neutro, Rio de Janeiro, Minas Geraes e S. Paulo.....	Côrte.
N. 9.	Paraná.....	Paranaguá.
N. 10.	Santa Catharina.....	Desterro.
N. 11.	Rio Grande do Sul.....	Rio Grande.
N. 12.	Goyaz, Mato Grosso.....	Ladario.

**3.** As Escolas têm por fim educar e preparar marinheiros para os diversos serviços da Marinha Imperial.

**4.** O numero de aprendizes será de milo quinhentos, distribuidos do modo seguinte:

Escolas ns. 4 e 8 cada uma.....	300	— total 600
» ns. 6 e 7 » » .....	150	» 300
» ns. 1, 2, 5 e 11 cada uma.	100	» 400
» ns. 3, 9, 10 e 12 cada uma.	50	» 200
Total.....		<hr/> 1.500

### Da Administração

**5.** Os Commandantes das Escolas ficam directamente subordinados ao Quartel-General da Marinha.

Nas Províncias, porém, onde estiverem aquarteladas, deverão os Presidentes inspeccional-as de seis em seis mezes, e as demais vezes que julgarom necessario; dando, desde logo, ao Governo communicação official do resultado da inspecção e indicando as providencias que lhes parecerem convenientes a bom do serviço.

**6.** O pessoal administrativo de cada uma das Escolas consta da tabella n. 1, annexa ao presente Regulamento.

**7.** Devem pertencer exclusivamente á primeira classe os officiaes da Armada e classes annexas escolhidos para servir nas Escolas.

**8.** Os mestres, inferiores e praças de pret serão tambem escolhidos e destacados do corpo de imperiaes marinheiros.

**9.** De tres em tres annos deverão ser impreterivelmente substituidos o Commandante, officiaes e praças do destacamento das Escolas.

**10.** Além das suas obrigações militares, no que diz respeito á disciplina, o Commandante exercerá tambem as de Director da Escola, sendo de sua exclusiva responsabilidade a educação moral e profissional dos aprendizes, de conformidade com este Regulamento.

Compete mais ao Commandante:

Enviar ao Quartel-General o mappa mensal da Escola com referencia a todo o seu pessoal e, de seis em seis mezes, informações sobre o adiantamento, conducta e aptidão profissional dos aprendizes, com declaração das faltas commettidas, dos castigos infligidos e de quaesquer outras occurrencias dignas de nota, que deverão constar do livro do serviço diario.

Finalmente, em Fevereiro de cada anno, remetter, com endereço áquella Repartição, o relatório geral do Estabelecimento, prestando esclarecimentos para organização do relatório do Ministro á Assembléa Geral.

### Da admissão

**11.** São condições de admissão :

- 1.º Ser brasileiro ;
- 2.º Ter de idade 13 a 16 annos ;
- 3.º Não ter defeitos physicos que inhabitem para o serviço da Armada ;
- 4.º Vaccinar-se ou revaccinar-se na Escola antes de ser matriculado ;
- 5.º Ser apresentado por seu pai ou tutor, ou por sua mãe quando filho illegitimo .

**12.** As Escolas admittirão aprendizes das seguintes procedencias:

- 1.º Contratados a premio, nas condições do § 5º do artigo antecedente ;
- 2.º Orphãos desvalidos ou ingenuos remettidos pelas autoridades competentes.

**13.** O aprendiz contratado terá direito ao premio de 100\$000. O que souber ler e escrever e além disso as quatro operações fundamentaes da arithmetica, receberá o premio de 150\$000.

Os premios, de que trata o presente artigo, que não forem reclamados no prazo de seis mezes pelos pais ou tutores, reverterão em favor do peculio dos aprendizes.

**14.** Nenhum aprendiz poderá ser desligado da Escola senão por incapacidade physica ou mental, provada por inspecção de saude e de ordem do Ministro da Marinha.

### Do ensino

**15.** O ensino dividir-se-ha em elemental e profissional.

O ensino elemental comprehende :

- 1.º Leitura de manuscriptos e impressos ;
- 2.º Calligraphia ;
- 3.º Rudimentos da grammatica portugueza ;
- 4.º Doutrina christã ;
- 5.º Principios de desenho linear e confecção de mappas regimentaes ;

6.º Noções elementares de geographia physica, principalmente no que diz respeito ao littoral do Brazil ;

7.º Pratica sobre operações de numeros inteiros, fracções ordinarias e decimaes ; conhecimento pratico e applicação do systema metrico.

O ensino profissional comprehende :

- 1.º Apparelho e nomenclatura completa de todas as peças de architectura do navio ;
- 2.º Nomenclatura das armas de fogo em geral ;
- 3.º Nomenclatura e uso dos reparos de artilharia ;

4.º Exercícios de infantaria, começando pela escola do soldado até a do pelotão ;

5.º Exercícios de bordejar e remar em escaleres ;

6.º Construção graphica da roza dos ventos, conhecimento dos rumos da agulha, pratica de sondagem ;

7.º Em geral, todos os conhecimentos praticos necessarios afim de serem depois desenvolvidos no tirocinio da profissão pelo imperial marinheiro.

**16.** O Commandante distribuirá as materias do ensino respectivamente pelos officiaes, Capellão, professor, mestre e inferiores; observando-se o horario que será organizado pelo Ajudante General da Armada.

**17.** No fim de cada anno, na Escola respectiva, serão os aprendizes sujeitos a exame de habilitação e classificados por ordem de precedencia, segundo as notas obtidas.

Esta precedencia, definitiva no ultimo anno do ensino, será titulo de merecimento para as promoções e outras vantagens no corpo de imperiaes marinheiros. Para o que constará da caderneta o grau de habilitação alcançada pelo aprendiz, salvo a verificação exigida no art. 20.

**18.** O modo de determinar o grau de habilitação, a que refere-se a primeira parte do artigo antecedente, será igual para todas as Escolas, e estabelecido como melhor convier, pelo Ajudante General da Armada, nas instrucções de que trata o art. 37.

#### Do tempo de serviço nas Escolas]

**19.** A permanencia dos aprendizes nas Escolas não excederá de tres annos.

**20.** O aprendiz que completar 18 annos será remettido para o corpo de imperiaes marinheiros.

Ahi, de ordem do Commandante do mesmo corpo, será submettido a exame geral dos diversos estudos feitos nas Escolas e logo depois terá praça na classe que lhe pertencer, conforme o seu merecimento e com a precedencia de que trata o art. 17.

Em ordem do dia o Quartel General publicará o resultado dos exames e ao Commandante da Escola a que tiver pertencido o aprendiz fará as observações que julgar necessarias, em vista das provas por este exhibidas, em credito ou descredito do Estabelecimento.

O aprendiz que concluir o apprendizado antes dos 18 annos ficará embarcado em um dos navios Escolas até attingir aquella idade.

#### Do navio Escola

**21.** As Escolas serão estabelecidas em terra, á beira mar, em lugar saudavel. Terá, porém, cada uma, impreterivelmente, á sua

disposição um navio armado e aparelhado convenientemente para se adestrarem os aprendizes, a bordo, nos diversos exercicios da profissão.

**22.** O Commandante e officiaes desse navio, de accôrdo com as ordens que receberem, empregarão todos os esforços para desenvolver a instrução dos aprendizes.

**23.** A bordo dos navios Escolas será observado, quanto possível, o programma de ensino profissional seguido no quartel em terra.

**24.** Durante o anno, na estação apropriada, o navio Escola fará, uma viagem de instrução ao longo da costa, de trinta a quarenta dias pelo menos. Além desta viagem, os referidos navios se empregarão em bordejos e exercicios á vela, dentro do porto ou nas proximidades, toda a vez que fôr possível, tendo sempre em vista habituar os aprendizes á vida do mar.

### Penalidade

**25.** Ao Commandante exclusivamente compete applicar castigos pelas faltas que forem commettidas pelos aprendizes.

As penas applicaveis serão as seguintes :

- 1.º Prisão simples ;
- 2.º Reprehensão em acto de mostra ;
- 3.º Privação de licença ;
- 4.º Serviço dobrado.
- 5.º Sentinella dobrada. { Não excedendo a duas horas por dia ;
- 6.º Multa pecuniaria em favor do proprio peculio, não excedendo a dous mezes de vencimentos ;

Esta pena não deverá ser applicada mais de duas vezes em um anno ;

- 7.º Prisão cellular ;
- 8.º Rebaixamento do posto de inferior.

**26.** O aprendiz que ausentar-se por mais de tres dias será punido com prisão cellular por oito dias, sem prejuizo das lições e exercicios a que fôr obrigado.

Repetida a falta, pela terceira vez, será considerado desertor e punido do seguinte modo :

Si tiver 17 annos completos será remettido para o corpo de imperiaes marinheiros, onde, em tempo proprio, assentará praça.

Com idade inferior a 17 annos, de ordem do Quartel-General será transferido para outra Escola de aprendizes, onde concluirá os estudos.

### Recompensas

**27.** O Commandante da Escola, tendo em attenção a conducta dos aprendizes e o seu aproveitamento, comprovado em concurso annual, poderá, sómente a titulo de recompensa honorifica, con-

ferir-lhes distinctivos e graluações, promovendo-os nos diversos graus da classe de officiaes inferiores, do simples praya a cabos o deste grau successivamente até o de 1º sargento.

Esta recompensa prevalecerá na Escola enquanto o aprendiz a merecer e não dará direito a qualquer outra vantagem senão a honorifica.

**28.** Nos domingos e dias santificados e de festa nacional poderão os aprendizes, em geral, ter licença para estar fóra do quartel.

**29.** Fica ao prudente arbitrio dos Commandantes a concessão de licenças por mais de um dia aos aprendizes, como premio do bom comportamento.

**30.** Não se permittirá a sahida dos aprendizes sem que estejam rigorosamente uniformizalos.

### Serviço interno das Escolas

**31.** Os aprendizes marinheiros serão divididos por decurias, cada uma das quaes terá por chefe um aprendiz escolhido entre os de maior merecimento e pertencente á classe de inferiores de que trata o art. 27.

**32.** O chefe de decuria tem por obrigação :

1.º Servir por escala como inferior de dia, durante vinte e quatro horas, tendo á sua responsabilidade a disciplina e ordem entre os alumnos e o assio dos alojamentos, das salas de estudo e do refeitório ;

2.º Passar revista em formatura aos aprendizes, dando parte do occorrido ao official de serviço, para os fins convenientes.

**33.** Nas aulas os chefes de decurias, guardada a subordinação ao professor, deverão manter, cada um com referencia á sua turma, o silencio e attenção devila ás explicações, bem assim não permittirão que os alumnos se retirem sem licença ou se demorem, nem que pratiquem outros actos reprehensiveis.

**34.** Do que occorrer apresentarão os chefes de decuria parte escripta ao inferior de dia, para que este, por sua vez, dê conhecimento á autoridade superior, conjunctamente com sua informação especial, tambem escripta, sobre o serviço a seu cargo nas vinte e quatro horas decorridas.

**35.** O inferior de dia e os chefes de decuria que, por mal entendida condescendencia, deixarem de satisfazer as obrigações impostas pelos artigos antecedentes, serão castigados como desobedientes.

**36.** O Commandante deverá detalhar o serviço das sentinellas e rondas como melhor convier á ordem e disciplina do Estabelecimento, sem que jámais possam ser preteridas as exigencias do ensino.

**37.** As disposições dos artigos antecedentes, serão desenvolvidas em um regimento interno que o Ajudante General fará organizar para ser observado nas Escolas, com approvação prévia do Ministro da Marinha.

### Do alistamento

**38.** Nenhum alistamento será definitivamente realizado sem prévio exame da sanidade na pessoa do menor, com assistência do Commandante da Escola (e do Capitão do Porto, sendo possível) afim de se verificarem as condições exigidas nos §§ 3º e 4º do art. 11.

**39.** Nas Províncias onde houver Capitánias e não Escolas, os menores apresentados para o alistamento serão examinados sob a responsabilidade do Capitão do Porto; e este, no caso de julgá-los idoneos, os remetterá à Escola a que se destinarem, conforme o disposto no art. 2.º

**40.** Nos lugares distantes as autoridades judicíarias ou as policias têm competencia para aceitar os menores; e os remetterão, de preferencia, à Escola do respectivo districto, como está determinado no art. 3º, ou à Capitania do Porto si assim convier pela proximidade.

**41.** Os aprendizes julgados capazes serão desde logo alistados. No caso de não ser o menor julgado apto para a admissão na competente Escola, será devolvido à autoridade que o tiver remettido, abonando-se para o seu regresso a diaria de 400 réis.

**42.** Aos menores que tiverem de transpor mais de duas leguas para assentar praça nas Escolas, será igualmente abonada uma diaria de 400 réis.

### Pecúlio, escripturação, espólio

**43.** Os aprendizes marinheiros contribuirão mensalmente para a formação de um pecúlio, com importancia igual ao terço do soldo que ora percebem, a qual será depositada a juros nas Caixas Economicas e na falta destas nas Thesourarias de Fazenda. Igual destino terão os premios cedidos pelos pais ou tutores dos aprendizes em beneficio destes.

**44.** Nos mezes em que os aprendizes não estiverem em debito por fornecimentos de fardamento ou tratamento em hospital, a contribuição será elevada ao duplo da marcada no artigo antecedente.

**45.** O restante do soldo, liquido da contribuição, será entregue aos aprendizes na occasião do pagamento, o qual se fará com as formalidades prescriptas para as praças dos corpos de marinha.

**46.** As quantias depositadas e os juros vencidos constarão de cadernetas, que serão entregues aos contribuintes, quando tiverem baixa do corpo de imperiaes marinheiros por qualquer motivo, e a seus pais ou tutores, na falta destes ao Juiz de Orphãos, si durante a menoridade forem os aprendizes desligados das companhias por incapazes do serviço.

Nos casos de desercção ou fallecimento, a importancia da contribuição será recolhida ao Thesouro Nacional como deposito, e rever-



terá para o Asylo de Invalidos no fim de dez annos, si durante esse tempo não fór legalmente reclamada.

**47.** Quando os aprendizes passarem para o corpo de imperiaes marinheiros as respectivas cadernetas serão remettidas ao Commandante do mesmo corpo, que as mandará guardar no cofre, sob a responsabilidade dos clavicularios, depois de inscriptas em livro proprio, com as convenientes especificações.

**48.** Em geral o serviço de escripturação e os fornecimentos serão feitos de accôrdo com os regulamentos de Fazenda e mais disposições em vigor.

Quanto á escripturação do peculio, observar-se-hão as seguintes disposições:

1.º Serão mencionados nas folhas de pagamento os descontos a que se refere o art. 43, considerando 1\$000 como unidade e desprezando as fracções;

3.º A Pagadoria da Marinha na Côrte e as Thesourarias nas Provincias entregarão o total desses descontos ao official de Fazenda, mediante a competente carga em livro proprio e á vista de requisições;

3.º O official de Fazenda apresentará mensalmente á Contadoria na Côrte e ás Thesourarias nas Provincias uma nota com as seguintes declarações:

I. Nome do aprendiz contribuinte.

II. Numero da caderneta.

III. A importancia da contribuição.

Esta nota, depois de conferida com a folha de pagamento, será pelo Pagador restituída ao official de Fazenda, na occasião de satisfazer as requisições, e servirá, não só de documento de descarga ao mesmo official, como de certificado do Commandante sobre o destino das quantias inscriptas, e ainda de contra-prova aos lançamentos feitos na caderneta;

4.º Nos assentamentos dos aprendizes se inscreverão: o numero da caderneta que lhes pertencer e as quantias descontadas para a formação do peculio;

5.º Haverá um livro demonstrativo do movimento do dinheiro e por elle prestará contas o official de Fazenda;

6.º As cadernetas e o dinheiro, enquanto não tiverem ulterior destino, serão recolhidos ao cofre da Escola, sob a responsabilidade do Commandante e do official de Fazenda;

7.º Por occasião dos inventarios annuaes a Contadoria da Marinha procederá á conferencia das cadernetas com as notas dos descontos, communicando á Secretaria de Estado o que occorrer.

Esta disposição refere-se á Escola n. 8, sendo que as conferencias das cadernetas nas Escolas das Provincias será feita pelas Thesourarias de Fazenda.

**49.** Haverá em cada Escola, além dos livros destinados á escripturação do official de Fazenda, um livro do serviço diario no qual o official de dia mencionará todas as occurrencias que se dorem com referencia ao mesmo serviço.

**50.** No caso de fallecimento ou de deserção, o espolio dos aprendizes será vendido em hasta publica, e o producto recolhido ao cofre

da respectiva Escola, com as formalidades prescriptas no Regulamento de Fazenda.

**31.** As Thesourarias de Fazenda, em vista da caderneta que lhes será remetida pelo Commandante da Escola, liquidarão os vencimentos do aprendiz fallecido ou desertado, e no caso de reconhecerem debito á Fazenda Nacional será este, desde logo, encontrado com o producto do espolio, pela fórma mencionada no regulamento de Fazenda.

O saldo que restar reverterá para o Asylo de Invalidos até ser reclamada, na fórma do art. 46.

#### Disposições diversas

**32.** O aprendiz não poderá ser empregado em serviço particular ou estranho ao regimen da Escola, ficando o Commandante responsável por qualquer infracção na rigorosa observancia deste artigo.

**33.** Sómente nos domingos e dias santificados ou no periodo das ferias, poderão os pais, tutores ou parentes dos aprendizes visitá-los nas Escolas, á hora determinada e precedendo licença do Commandante.

**34.** Os artigos deste Regulamento, concernentes á disciplina, serão expostos, dentro de quadros, nos alojamentos ou onde melhor convier, e lidos aos aprendizes, na presença de um official, uma vez por semana.

**35.** As disposições deste Regulamento poderão ser alteradas no fim do primeiro anno de execução e depois em cada triennio, afim de se adoptarem as providencias indicadas pela experiencia a bem da disciplina e do ensino, precedendo, porém, ordem do Ministro da Marinha, sobre proposta do Ajudante General com as necessarias informações.

Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Fovreiro de 1885.—*Joaquim Raimundo de Lamare.*

Tabella dos vencimentos do pessoal das Escolas de aprendizes marinheiros, a que se refere o Decreto desta data

NUMERO DO PESSOAL	PESSOAL	VENCIMENTOS		
		SOLDO DOS EXTRA-MILITARES E PLACAS DE FUET	GRATIFICAÇÕES	TOTAL
Escolas ns. 4 e 8				
1	Commandante .....		3.200\$00	3.200\$000
3	Officiaes .....		1.200\$00	3.600\$000
1	Capellão.....	504\$00	1.000\$00	1.504\$000
1	Professor de 1 <sup>as</sup> letras.....		1.200\$00	1.200\$000
1	Cirurgião.....		1.800\$00	1.800\$000
1	Mestre.....	480\$00	380\$00	860\$000
2	Inferiores.....	300\$00		600\$000
6	Cabos.....	240\$00		1.440\$000
1	Official de Fazenda.....		1.400\$00	1.400\$000
1	Fiel.....		675\$00	675\$000
1	Cozinheiro.....		480\$00	480\$000
Escolas ns. 6 e 7				
1	Commandante.....		3.000\$00	3.000\$000
2	Officiaes.....		1.200\$00	2.400\$000
1	Capellão.....	504\$00	1.000\$00	1.504\$000
1	Professor de 1 <sup>as</sup> letras.....		1.200\$00	1.200\$000
1	Cirurgião.....		1.800\$00	1.800\$000
1	Mestre.....	480\$00	380\$00	860\$000
2	Inferiores.....	300\$00		600\$000
3	Cabos.....	240\$00		720\$000
1	Official de Fazenda.....		1.400\$00	1.400\$000
1	Fiel.....		675\$00	675\$000
1	Cozinheiro.....		480\$00	480\$000
Escolas ns. 1, 2, 5 e 11				
1	Commandante.....		2.800\$00	2.800\$000
2	Officiaes.....		1.200\$00	2.400\$000
1	Capellão.....	504\$00	1.000\$00	1.504\$000
1	Professor de 1 <sup>a</sup> letras.....		1.200\$00	1.200\$000
1	Cirurgião.....		1.800\$00	1.800\$000
1	Mestre.....	480\$00	380\$00	860\$000
1	Inferior.....	300\$00		300\$000
2	Cabos.....	240\$00		480\$000
1	Official de Fazenda.....		1.400\$00	1.400\$000
1	Fiel.....		675\$00	675\$000
1	Cozinheiro.....		480\$00	480\$000
Escolas ns. 3, 9, 10 e 12				
1	Commandante.....		2.600\$00	2.600\$000
2	Officiaes.....		1.200\$00	2.400\$000
1	Capellão.....	504\$00	1.000\$00	1.504\$000
1	Professor de 1 <sup>as</sup> letras.....		1.200\$00	1.200\$000
1	Cirurgião.....		1.800\$00	1.800\$000
1	Mestre.....	480\$00	380\$00	860\$000
1	Inferior.....	300\$00		300\$000
2	Cabos.....	240\$00		480\$000
1	Official de Fazenda.....		1.400\$00	1.400\$000
1	Fiel.....		675\$00	675\$000
1	Cozinheiro.....		480\$00	480\$000

Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Fevereiro de 1885.— *Joaquim Raimundo de Lamare.*

## DECRETO N. 9372 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1885

Approva a reforma dos Estatutos da Companhia Beberibe.

Attendendo ao que requereu a Companhia Beberibe, devidamente representada, e de conformidade com a Minha Imperial Resolução de 14 do corrente mez, tomada sobre parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 9 de Janeiro proximo passado, Hei por bem Approvar a reforma dos seus Estatutos, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Fevereiro de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9372, desta data**

I

A companhia fica obrigada a archivar novamente, na Junta Commercial da Provincia de Pernambuco, a reforma de seus estatutos, conforme dispõe o art. 3º § 4º do Regulamento de 1882.

II

Ter em consideração, no que fôr applicavel, a disposição da Lei n. 3150 de 4 de Novembro de 1882, e respectivo regulamento.

III

Fica a companhia obrigada a trazer previamente ao conhecimento do Governo Imperial quaesquer alterações que fizer em seus estatutos.

IV

Ficam revalidados todos os actos praticados *in bona fide* pela companhia, que dependerem da approvação do Governo, até o dia em que forem de novo archivados os presentes estatutos.

Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Fevereiro de 1885.— *Antonio Carneiro da Rocha.*

## Estatutos da Companhia do Beberibe approvados em sessões de assembléa geral de 2, 6 e 9 de Agosto de 1883

### ABASTECIMENTO D'AGUA Á CIDADE DO RECIFE

#### Denominação, fim, capital, duração e dissolução da companhia

Art. 1.º A Companhia do Beberibe, estabelecida na cidade do Recife da Provincia de Pernambuco, reformando os seus estatutos, continúa sob a mesma denominação e regimen dos presentes.

Art. 2.º A companhia compõe-se dos possuidores de acções emitidas e averbadas na forma estabelecida por estes estatutos.

Art. 3.º O seu fim é fornecer d'agua potavel a cidade do Recife e seus arrabaldes, segundo os contratos celebrados com a Presidencia da Provincia, em virtude das respectivas leis provinciaes.

Art. 4.º O capital da companhia será de mil e duzentos contos de réis (1.200:000\$), constant de seu activo, reduzida assim a somma representada em seu ultimo balanço. Este capital será elevado a dous mil e seiscentos contos de réis (2.600:000\$), por deliberação da assembléa geral da companhia, para execução das novas obras, emitindo-se novas acções.

As acções existentes serão substituidas por iguaes de valor de cem mil réis (100\$) cada uma até prefazer o numero de 12.000 acções, correspondente ao capital existente.

Art. 5.º A duração da companhia, determinada pelo respectivo contrato, será de 15 annos.

Art. 6.º A companhia poderá ser dissolvida antes de findo o prazo de sua duração e prorrogações, não preenchendo o fim social, ou por mutuo accôrdo entre ella e a Presidencia da Provincia.

Art. 7.º A companhia prestará, de dous em dous annos, fiadores, na conformidade do contrato com a Presidencia da Provincia, assignando tola a direcção e compartilhada a responsabilidade da mesma fiança.

#### Das acções e dos accionistas

Art. 8.º Cada acção terá o valor de cem mil réis (100\$), reconhecida como titulo e assignada pelo gerente, secretario e caixa.

Art. 9.º Nenhuma acção é representada por mais de um individuo, mas cada accionista pôde possuir qualquer numero dellas, não sendo responsavel além do seu valor.

Art. 10. As acções da companhia são transmissiveis, conforme a legislação em vigor.

Art. 11. O novo possuidor de acções não será reconhecido accionista sem que faça certo seu direito por titulo legal perante o director gerente, assim de que este mande fazer nos livros da companhia as verbas necessarias, que serão assignadas pelo vende-lor e comprador.

#### Dos dividendos e fundo de reserva

Art. 12. Os dividendos serão feitos de seis em seis mezes, até 15 de Maio e de Novembro de cada anno, e pagos aos accionistas, ou a seus procuradores, achando-se as respectivas acções avorbadas 15 dias antes das épocas marcadas para cada dividendo.

Art. 13. Os dividendos consistirão nos lucros liquidos effectivamente realizados dentro do semestre, e que tiverem de ser repartidos com attenção ao que se dispõe a respeito do fundo de reserva.

Art. 14. Não se poderá fazer dividendo enquanto o capital desfalcado, em virtude de perdas, não fôr integralmente restabelecido.

Art. 15. O fundo de reserva será destinado exclusivamente para os fins declarados na Lei n. 1083 de 28 de Agosto e Decreto n. 2711 de 19 de Dezembro de 1860, e para as despesas que não puderem ser feitas pela receita ordinaria.

Art. 16. O fundo de reserva será constituido de dez por cento (10 %) sobre os lucros liquidos da companhia, e os dividendos não excederão de doze por cento (12 %) ao anno sobre o capital.

Art. 17. Logo que o fundo de reserva attingir a quarta parte do capital da companhia, a direcção fará cessar a deducção de dez por cento da renda liquida destinada á sua formação, e aumentará os dividendos enquanto se não desfalcar o mesmo fundo, ou logo que seja elle preenchido no caso de desfalque.

Art. 18. Nos ultimos 10 annos a direcção reservará de seis em seis mezes cinco por cento (5 %) do valor total das acções e pelo preço da cotação para applicar á compra de titulos do Governo Geral ou Provincial, e inscreverá sob a denominação de fundo de amortização para, na entrega das obras ao Governo, servir do resgate ás suas acções.

Art. 19. Si da renda do semestre não puder sahir capital preciso, a directoria fará uso do fundo de reserva em satisfação ao artigo antecedente.

Art. 20. Si ao tempo da entrega das obras ou findo o prazo do privilegio houver numerario e mais bens de qualquer natureza, serão tambem divididos pelos accionistas depois de reparadas as obras na fórma do contrato.

**Da assembléa geral dos accionistas**

Art. 21. A assembléa geral da Companhia do Beberibe compõe-se dos accionistas que tiverem direito de votar.

Art. 22. Tem direito de votar o accionista que possuir cinco ou mais acções, contando-se um voto por cada cinco acções; todavia, nenhum accionista terá mais de quinze votos (15), por maior que seja o numero de acções.

Art. 23. Os accionistas impedidos ou ausentes poderão ser representados em assembléa geral por seus procuradores munidos dos necessarios poderes, na fórma da Lei n. 3150, art. 15.

Art. 24. Para que tenham logar as sessões da assembléa geral se observará o disposto nos arts. 64 e 65 do Decreto n. 8821 de 20 de Dezembro de 1882.

Art. 25. Nas reuniões de assembléa geral extraordinaria as deliberações versarão sobre o assumpto para que tiverem sido convocadas.

Art. 26. A assembléa geral reunir-se-ha ordinariamente no primeiro dia util de Julho de cada anno, e extraordinariamente, quando ella o tiver determinado, ou a direcção, por si ou a requerimento da commissão fiscal, o julgar conveniente, e quando o requisitarem accionistas possuidores de um quinto das acções, devendo a convocação ser feita no prazo de tres dias.

Art. 27. As convocações da assembléa geral serão sempre feitas por meio de annuncios tres vezes repetidos nos jornaes de maior publicidade da Provincia, e suas sessões continuarão até que se concluem os trabalhos para que tiverem sido convocadas.

Art. 28. Os trabalhos de assembléa geral serão presididos e dirigidos pelo presidente eleito pela mesma, e o secretario, que tambem será eleito pela mesma assembléa geral, lerá todos os trabalhos, e fará lavrar as actas que serão assignadas por ambos; este substituirá aquelle, e na falta de ambos servirá de presidente um dos adjuntos da direcção, e outro de secretario.

Art. 29. As actas da reforma dos estatutos serão assignadas por todos os accionistas presentes.

Art. 30. Compete á assembléa geral :

§ 1.º Eleger annualmente, na sessão ordinaria, em uma só lista, por escrutinio secreto e maioria de votos, o presidente e secretario da assembléa geral, e os tres membros da commissão fiscal; e de dous em dous annos os cinco socios que constituirão a direcção.

§ 2.º Fixar o numero de seus empregados effectivos e seus vencimentos.

§ 3.º Vigiar sobre a observancia dos contratos da companhia, e execução das leis respectivas e dos presentes estatutos.

§ 4.º Tomar contas á direcção, examinar o balanço com attenção ao parecer da commissão fiscal.

§ 5.º Discutir e deliberar sobre o orçamento da receita e despeza do anno financeiro, apresentado pela direcção.

§ 6.º Autorizar a direcção a celebrar novos contratos e a modificar as condições dos já celebrados, a resolver sobre a emis-

são de novas acções e operações de credito, tudo segundo as bases indicadas pela mesma assembléa.

§ 7.º Determinar o numero de chafarizes que se houver de construir, além dos contratados com a Presidencia da Provincia.

§ 8.º Tomar quaesquer medidas que forem a bem da companhia, e não estiverem prevenidas nestes estatutos, nem as contrariem.

§ 9.º Alterar ou reformar os presentes estatutos na fórma da Lei n. 3150, e mais disposições em vigor.

### Da direcção

#### Art. 31. Da direcção :

§ 1.º Eleita a direcção, pela fórma expressa no artigo antecedente, e prestada a fiança do art. 7º, tres dias depois se reunirão os escolhidos e nomearão entre si o director gerente, que será o presidente da direcção, o secretario e caixa, e os outros servirão de adjuntos.

§ 2.º Constituida a direcção, pela fórma acima dita, se reunirá ordinariamente, pelo menos uma vez cada mez, até o dia 6; e extraordinariamente as que ella tenha previamente designado, e as que o director gerente convocar.

§ 3.º A direcção não póde tomar deliberações contrarias aos estatutos e resoluções da assembléa geral.

§ 4.º As resoluções da direcção serão tomadas por maioria de votos, e só poderá haver sessão com assistencia de tres membros pelo menos.

§ 5.º Os membros da direcção são responsaveis para com a companhia pelas deliberações prejudiciaes á mesma, para as quaes tenham concorrido.

§ 6.º Compete á direcção auxiliar o fiscalisar o director gerente, secretario e caixa na gerencia e administração dos negocios da companhia.

§ 7.º Discutir e approvar as contas de despezas, orçamentos e balanços, apresentados pelo director gerente, e submettel-os com o parecer fiscal ao conhecimento da assembléa geral ordinaria.

§ 8.º Approvar o pessoal technico e do escriptorio, e os vencimentos respectivos, propostos pelo director gerente.

§ 9.º Autorizar o director gerente a conceder pennas d'agua, arrematar os chafarizes, si julgar conveniente, e realizar outros contratos de utilidade ao desenvolvimento e aos interesses da companhia, e que não pertença expressamente á assembléa geral decidir.

§ 10. Convocar a assembléa geral ordinaria ou extraordinariamente quando o director gerente o não tenha feito no tempo marcado.

§ 11. Cumprir fielmente as resoluções da assembléa geral, as disposições dos estatutos, contratos, e examinar si são executados pelo director gerente, secretario e caixa.



Art. 32. Ao director gerente compete:

§ 1.º Convocar com o secretario todas as reuniões ordinarias e extraordinarias da assemblea geral.

§ 2.º Convocar todas as sessões da direcção, presidil-as, dirigir os trabalhos e manter a ordem.

§ 3.º Dar prompta execução ás deliberações da direcção, salvo si no momento da resolução appellar para a assemblea geral, que immediatamente convocará.

§ 4.º Administrar e dirigir todos os trabalhos e negocios da companhia na forma dos presentes estatutos; tomar qualquer medida ou providencia a bem dos interesses da companhia, a qual pela urgencia não possa aguardar decisão da directoria, e immediatamente a convocará e sujeitará á sua deliberação.

§ 5.º Propor á approvação da direcção o pessoal tecnico, o do escriptorio e os respectivos vencimentos, e por si tomar os mais trabalhadores.

§ 6.º Preparar e apresentar perante a direcção todos os planos e orçamentos de obras, de receita e despesa, e o relatorio que deve ser lido na assemblea geral ordinaria.

§ 7.º Assignar com o secretario as actas das sessões da direcção, termos de transferencias, e mais contratos; e com o secretario e caixa, as acções da companhia.

§ 8.º Representar a companhia e direcção perante as autoridades nacionaes ou estrangeiras, constituir advogados e procuradores que a representem em qualquer parte ou Tribunal.

§ 9.º Realizar contrato, de qualquer natureza, com prévia authorização na forma dos estatutos.

§ 10.º Offerecer á direcção e á assemblea geral as medidas que julgar convenientes á boa marcha e desenvolvimento dos negocios da companhia.

§ 11.º Exonerar ou suspender os empregados que, a seu juizo, não convenham ao serviço da companhia.

§ 12.º Não poderá deliberar, nem executar decisões da direcção em contrario ás determinações da assemblea geral, e disposições dos estatutos.

Art. 33. Ao secretario compete:

§ 1.º Lavar as actas das sessões da direcção, assignal-as, bem como os contratos, acções, transferencias e convocação da assemblea geral.

§ 2.º Fiscalisar a regularidade do serviço da escripturação da companhia, e levar ao conhecimento do director gerente e direcção as irregularidades que encontrar.

§ 3.º Substituir o director gerente nos seus impedimentos ou ausencia por qualquer causa.

§ 4.º No seu impedimento ou ausencia servirá um dos adjuntos designados pela direcção.

Art. 34. Ao caixa compete:

§ 1.º Arrecadar e conservar sob sua responsabilidade os dinheiros da companhia.

§ 2.º Fazer os pagamentos, procedendo ordem do director gerente.

§ 3.º Nomear e demittir os fideis e mais empregados que servirem debaixo de sua inspecção.

§ 4.º Apresentar ao conselho director, de tres em tres mezos, um balanço da receita e despesa, do estalo do cofre, e depois de approvado pelo mesmo conselho, publical-o pela imprensa.

§ 5.º As contas do caixa serão sempre acompanhadas dos documentos respectivos, ordens e recibos.

#### Da commissão fiscal

Art. 35. A commissão fiscal será eleita na fórma do art. 30 § 1.

Art. 36. A commissão fiscal compete :

§ 1.º Convocar extraordinariamente a assembléa geral sempre que occorrerem motivos graves e urgentes.

§ 2.º Dar parecer mencionando o modo por que a direcção e o director gerente geriram os negocios da companhia, seu estado, medidas a tomar, denunciando os erros, faltas e fraudes que descobrir ; e o mais constante do capitulo 4.º do Decreto n. 8821, de 30 de Dezembro de 1882.

Art. 37. O parecer da commissão fiscal será lido na reunião da assembléa geral, lavrado no livro das actas e mandado publicar.

#### Disposições geraes

Art. 38. A importancia de quaesquer saldos disponiveis da companhia, salvo o dos dividendos dos semestres anteriores, que será depositado em um Banco, será applicada em apolices da divida publica geral ou provincial ou lettras hypothecarias, como entender mais conveniente a direcção.

Art. 39. A proposta para alteração ou reforma destes estatutos poderá ser apresentada por um ou mais accionistas em sessão ordinaria de assembléa geral, a qual, depois de admittida pela maioria dos socios presentes, será sujeita á direcção para interpor seu parecer na sessão ordinaria seguinte, que apreciará e resolverá definitivamente por votos dos accionistas presentes, por si e por seus bastantes procuradores, representando a maioria da assembléa geral, devendo-se proceder na fórma da Lei n. 3150 de 4 de Novembro de 1882.

Art. 40. Sómente accionistas de cinco acções, para mais, poderão ser eleitos membros da direcção.

Art. 41. A direcção será renovada de dous em dous annos, podendo ser reeleitos todos os membros, sendo, todavia, a reeleição de um obrigatoria.

Art. 42. A direcção se reunirá ordinariamente uma vez por mez, e extraordinariamente quando ella o julgar preciso ou o director gerente a convocar. As decisões serão tomadas por maioria absoluta de votos, e os vencidos poderão declarar e motivar seus votos por escripto na acta.

Art. 43. Os directores serão assim retribuidos: o director geral e o caixa com cinco por cento (5 %) dos lucros liquidos da companhia, cada um; o secretario com cento e cincoenta mil réis (150\$) mensaes, e cada um dos adjuntos com cem mil réis (100\$), tambem mensaes.

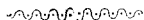
Paragrapho unico. Reputam-se liquidos os lucros para os fins deste artigo, depois de deduzidas as despezas de manutenção e custeio da mesma companhia, nas quaes não se comprehendem a quota destinada á formação do fundo de reserva e os dividendos.

Art. 44. No impedimento de qualquer dos membros da direcção, em occasião de ser convocada, será convidado para substituil-o o immediato em votos.

Art. 45. Os presentes estatutos e bem assim as resoluções da assembléa geral, em virtude das quaes foram elles approvados, serão archivados na Junta Commercial dentro de 10 dias, devendo, no prazo de 15 dias, depois disto, ter logar a eleição da nova direcção e em seguida a publicação dos mesmos estatutos e das alludidas resoluções, na folha competente.

Paragrapho unico. Estes estatutos só começarão a vigorar depois de empossada a nova direcção.

Recife, 9 de Agosto de 1883. (Seguem-se as assignaturas.)



#### DECRETO N. 9373 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1885

Concede permissão a Ferdinand Kugelmann para colher das mattas dos terrenos devolutos os fructos das palmeiras — Merity.

Attendendo ao que requereu Ferdinand Kugelmann, Hei por bem Conceder-lhe permissão para colher, durante o prazo de 15 annos, contados de 10 de Janeiro do corrente anno, das mattas dos terrenos devolutos, comprehendidos entre as Provincias da Bahia e Amazonas, os fructos das palmeiras denominadas — Merity, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Fevereiro de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

**Clausulas a que se refere o Decreto n. 9373,  
desta data**

**I**

Fica concedida a Ferdinand Kugelmann, pelo prazo de 15 annos, permissão para colher das mattas comprehendidas entre as Provincias da Bahia e Amazonas os fructos das palmeiras denominadas — Merity.

**II**

O concessionario não poderá utilizar-se das madeiras de lei, sem licença especial, senão para a construcção de casas para si ou seus trabalhadores, de pontes ou pontilhões, nunca, porém, para commercio.

**III**

O concessionario declarará todos os annos ao Presidente da Provincia quaes os logares do perimetro acima definido em que terá de proceder á colheita dos referidos fructos.

Si durante os trabalhos da colheita tiver de mudar o campo de suas operações, deverá dar parte ao Presidente da Provincia.

**IV**

O concessionario será obrigado a remetter para o Museu Nacional, convenientemente acondicionados, todos os specimens vegetaes, animaes e mineraes, fosseis ou não, e bem assim os artefactos indigenas antigos ou modernos, esqueletos, ossos dispersos e quaesquer outros objectos pertencentes aos nossos aborigenes que encontrar e lhe parecerem raros e uteis, correndo a despesa de transporte por conta da mesma Repartição.

**V**

O concessionario fica sujeito á pena de multa de 100\$ a 200\$ pela transgressão de qualquer destas clausulas. A pena será imposta pelo Presidente da Provincia e cobrada administrativa-mente.

## VI

O Governo reserva-se o direito de revogar esta concessão, si o concessionario, por mais de tres vezes consecutivas, incorrer na pena do artigo antecedente e por motivos de ordem publica, e nesti hypothese o concessionario não terá direito a indemnização, por qualquer titulo que seja, ficando-lhe, entretanto, salvo o direito de colher os referidos fructos durante o anno da revogação.

Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Fevereiro de 1885.—  
*Antonio Carneiro da Rocha.*

*Decreto n. 9374*

### DECRETO N. 9374 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1885

Reforma as disposições regulamentares e quadro do pessoal tecnico e de escriptorio da via permanente da Estrada de Ferro D. Pedro II.

Convindo dar nova organização ao pessoal tecnico e do escriptorio da via permanente da Estrada de Ferro D. Pedro II, Hei por bem Reformar as disposições regulamentares e quadro do pessoal approved pelo Decreto n. 8921 de 7 de Abril de 1883, vigorando as que com este baixam, assignadas por Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Fevereiro de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

**Disposições regulamentares para o pessoal tecnico e de escriptorio da via permanente da Estrada de Ferro D. Pedro II, a que se refere o Decreto n. 9374, desta data.**

Art. 1.º O serviço da via permanente, especificado no Regulamento approved por Decreto n. 6238 A, de 28 de Junho de 1876, será immediatamente dirigido por um Engenheiro, com a denominação de — Chefe de linha —, auxiliado pelo seguinte pessoal :

1 Ajudante.

1 Chefe de divisão para cada extensão (divisão) de 30 a 100 kilometros.

1 Praticante de linha para cada tres divisões.

Art. 2.º O chefe da linha será tambem auxiliado pelo pessoal de escripta e de contabilidade.

Art. 3.º O escriptorio será dividido em uma secção technica e outra de escripta e de contabilidade, com o seguinte pessoal :

1 Chefe da secção technica.

1 Dito idem do escripta.

2 1.ºs escripturarios.

3 2.ºs ditos.

6 Amanuenses.

Art. 4.º O chefe da linha e o respectivo ajudante, além dos vencimentos fixados na tabella abaixo mencionada, porceberão uma diaria de 6\$, durante o tempo que empregarem nas excursões que houverem de fazer pela linha fóra da Corte, em objecto de serviço a seu cargo.

Art. 5.º Fica abolida a gratificação de trimestre para todo o pessoal de Engenheiros da via permanente.

Art. 6.º Serão nomeados :

Por portaria do Ministro, sob proposta do Director, o chefe da linha e seu ajudante, e por acto do Director os demais empregados da via permanente, sob proposta do respectivo chefe.

Art. 7.º Continuam em vigor as disposições do Regulamento approved por Decreto n. 6233 A, de 28 de Junho de 1876, na parte em que não tiverem sido alteradas pelas da presente data.

*Tabella dos vencimentos do pessoal tecnico e de escriptorio da via permanente da Estrada de Ferro D. Pedro II*

	Ordenato	Gratificação	Total
1 Chefe de linha.....	5:600\$000	2:800\$000	8:400\$000
1 Ajudante.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
1 Chefe de secção technica...	2:680\$000	1:320\$000	4:000\$000
1 Chefe de secção de escripta	2:680\$000	1:320\$000	4:000\$000
2 Primeiros escripturarios a 1:600\$ de ordenado e 800\$ de gratificação.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000
3 Segundos ditos a 1:200\$ de ordenado e 600\$ de gratificação.....	2:600\$000	1:800\$000	5:400\$000
6 Amanuenses a 800\$ de ordenado e 400\$ de gratificação.	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000
Chefe de divisão.....	3:400\$000	1:700\$000	5:100\$000
Praticante de linha.....	1:440\$000	720\$000	2:160\$000

Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Fevereiro de 1885.—  
Antonio Carneiro da Rocha.

Digitized by Google

## DECRETO N. 9375 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1885

Concede aos vapores de propriedade da Companhia de navegação a vapor Espirito Santo e Caravellas as vantagens e regalias de paquetes, em viagem para qualquer porto do Imperio.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia de navegação a vapor Espirito Santo e Caravellas, Hei por bem Conceder as vantagens e regalias de paquetes para os vapores de sua propriedade, em viagem para qualquer porto do Imperio, sob as clausulas que com este baixam assignadas por Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Fevereiro de 1885, 61<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

**Clausulas a que se refere o Decreto n. 9375,  
desta data**

I

A companhia communicará ao Inspector da navegação subvencionada os nomes dos vapores de sua propriedade que, em virtude deste Decreto, ficam gozando dos privilegios de paquetes.

II

Em cada viagem redonda que fizerem estes vapores, terão passagem gratuita (sem comedoria) cinco colonos, immigrants ou retirantes, que forem designados pelo Inspector Geral das Terras Publicas e Colonização.

III

A companhia transportará gratuitamente :

- a) Quaesquer sommas de dinheiro pertencentes ao Estado ;
- b) Sementes, mudas de plantas, objectos de historia natural, destinados aos jardins publicos o museus do Imperio.

## IV

Durante o prazo desta concessão os vapores da companhia empregados na linha de Caravellas aguardarão, o mais proximo que fôr possível da barra do rio Mucury, o signal, que fôr convencionado, annunciando passageiros, cargas e malas da correspondencia que tiverem de embarcar.

A demora do vapor será de uma hora, no caso de não ser dado o signal convencionado; no caso contrario, porém, será de duas horas.

## V

A companhia fará o abate de 5 %, nos preços dos fretes e passagens por conta do Estado.

## VI

Esta concessão não terá vigor enquanto a companhia não assignar na Directoria Geral dos Correios termo em que declare aceitar estas condições e se obrigue a executal-as.

Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Fevereiro de 1885.—*Antonio Carneiro da Rocha.*

*Antônio Carneiro da Rocha*

## DECRETO N. 9376 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1885

Proroga por mais seis mezes o prazo dentro do qual a Companhia « Rio de Janeiro Central Sugar Factories, limited » deverá concluir as obras dos dous engenhos centraes em construcção nos municipios de Araruama e Mangaratiba, Provincia do Rio de Janeiro.

Attendendo ao caso de força maior, allegado, na fórma do art. 20 do Regulamento que baixou com o Decreto n. 8357, de 24 de Dezembro de 1881, pela Companhia *Rio de Janeiro Central Sugar Factories, limited*, cessionaria das concessões feitas pelos Decretos ns. 8088, de 7 de Maio do mesmo anno, e 7584, de 3 de Janeiro do anterior, para o estabelecimento de dous engenhos centraes, destinados ao fabrico de assucar de canna, nos municipios de Araruama e Mangaratiba, Provincia do Rio de Janeiro, Hei por bem Prorogar por mais seis mezes o prazo marcado no Decreto n. 9260, de 9 de Agosto do anno proximo findo, para a conclusão das respectivas obras.



Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Fevereiro de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*



DECRETO N. 9377 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1885

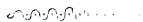
Approva os contratos apresentados pela Companhia «The Bahia Central Sugar Factories, limited», celebrados por escriptura publica com os respectivos proprietarios agricolas e plantadores, para o fornecimento da quantidade de canna precisa ás fabricas que têm de construir nos municipios da Matta de S. João e Villa do Conde, na Provincia da Bahia.

Attendendo ao que Me requerem a Companhia *The Bahia Central Sugar Factories, limited*, concessionaria, pelo Decreto n. 8278, de 15 de Outubro de 1881, de garantia de juros de 6 % ao anno sobre o capital de 5.600:000\$, para o estabelecimento de oito engenhos centraes, destinados ao fabrico de assucar de canna, nos municipios d. Matta de S. João, Villa do Conde, Santo Amaro, S. Francisco, Cachoeira e Cotegipo, na Provincia da Bahia, Hei por bem Approvar os contratos que, de conformidade com o § 1<sup>o</sup> do art. 19 do Regulamento approved pelo Decreto n. 8357, de 24 de Dezembro do mesmo anno, apresentem em requerimento de 6 de Dezembro ultimo, celebrados por escriptura publica com os respectivos proprietarios agricolas e plantadores, para o fornecimento da quantidade de canna precisa ás fabricas que têm de ser construidas nos dous primeiros dos mencionados municipio:.

Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Fevereiro de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*



## DECRETO N. 9378 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1885

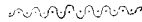
Proroga por mais tres mezes o prazo marcado para começo das obras do caes e melhoramentos do porto de Santos.

Attenlendo ao que Me representou o Presidente da Provincia de S. Paulo, Hei por bem Prorogar por mais tres mezos, a contar de 4 de Abril proximo futuro, o prazo marcado na clausula 5<sup>a</sup> das que baixaram com o Decreto n. 8800 de 16 de Dezembro de 1882 para começo das obras do caes e melhoramentos do porto de Santos, e a que se referem os Decretos ns. 9230 e 9349, de 14 de Junho e 23 do Dezembro de 1881.

Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Fevereiro de 1885 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*



## DECRETO N. 9379 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1885

Concede permissão a Antonio Candido de Siqueira ou á companhia que organizar, para a pesca, salga e secca de peixe, os favores do Decreto n. 8338 do 17 de Dezembro de 1881, menos a garantia de juros e dispensa de direitos.

Attendendo ao que requerem Antonio Candido de Siqueira, Hei por bem Conceder-lhe, ou á companhia que organizar, para a pesca, salga e secca de peixe na parte do 3<sup>o</sup> districto comprehendida entre os Alcatrazes, na Provincia de S. Paulo, e Chuy, na de S. Pedro do Rio Grande do Sul, os favores especificados no art. 30 do Decreto n. 8338 de 17 de Dezembro de 1881, que baixou para execução da Lei n. 876 de 10 de Setembro de 1856, menos a garantia de juros e dispensa de direitos, sob a clausula de observar as demais prescripções do citado decreto.

Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Fevereiro de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*



## DECRETO N. 9380 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1885

Concedo á companhia que Gregorio Garcia Seabra organizar para o estabelecimento de um engenho central, destinado ao fabrico de assucar de canna, no municipio do Paraty, Provincia do Rio de Janeiro, os favores mencionados nos §§ 2º, 3º e 5º do art. 6º do Regulamento approved pelo Decreto n. 8337, de 24 de Dezembro de 1881.

Attendendo ao que Me requerou Gregorio Garcia Seabra, Hei por bem Conceder á companhia que organizar para o estabelecimento de um engenho central, destinado ao fabrico de assucar de canna, no municipio do Paraty, Provincia do Rio de Janeiro, os favores mencionados nos §§ 2º, 3º e 5º do art. 6º do Regulamento approved pelo Decreto n. 8337, de 24 de Dezembro de 1881, não tomando o Estado, directa ou indirectamente, qualquer responsabilidade de futura concessão de garantia ou fiança de juros, e ficando-lhe reservado o direito de fazer, para o mesmo municipio, concessões identicas á do presente Decreto. Outrossim, Hei por bem Determinar que a mesma companhia esteja organizada e as respectivas obras tenham começo dentro do prazo de um anno, contado desta data, sob pena de caducidade da concessão.

Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Fevereiro de 1885, 61º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

## DECRETO N. 9381 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1885

Regulamento reorganizando a Typographia Nacional e o « Diário Official ».

Hei por bem, de conformidade com o art. 8º, n. 2, da Lei n. 3229 de 3 de Setembro de 1884, Ordenar se observe o Regulamento reorganizando a Typographia Nacional, com a denominação de Imprensa Nacional, e o *Diário Official*, e que com este baixa, assignado por Manoel Pinto de Souza Dantas, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e interino dos Negocios Estrangeiros, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 21 de Fevereiro de 1885, 61º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*M. P. de Souza Dantas.*

## Regulamento para a Imprensa Nacional e o « Diario Official »

### CAPITULO I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º A Imprensa Nacional funcionará sob a direcção e responsabilidade de um Chefe, com o título de Administrador, immediatamente sujeito á autoridade do Ministro da Fazenda, que a exercerá por si e pela Directoria Geral das Rendas Publicas.

Art. 2.º A Imprensa Nacional tem por fim :

§ 1.º Executar todos os trabalhos graphicos e accessorios de que precisarem as Camaras Legislativas, as Secretarias de Estado, o Conselho de Estado, os Tribunaes de Justiça e quaesquer outras Repartições publicas da Córte.

§ 2.º Encarregar-se de iguaes trabalhos, sem preterição dos de que trata o paragrapho anterior, para os Governos das Provincias, Camaras Municipaes e particulares.

§ 3.º Vender em collecções, ou em avulso, as leis, decretos, instrucções, regulamentos e outros quaesquer actos do Governo Geral, assim como os varios productos de suas officinas.

§ 4.º Imprimir o *Diario Official*.

Art. 3.º E' effectivo para a Imprensa Nacional o privilegio que pertence á Fazenda Publica, em virtude do art. 35 da Lei n. 369 de 18 de Setembro de 1845, Decreto n. 2941 de 30 de Setembro de 1859 e art. 19 da Lei n. 2940 de 31 de Outubro de 1879.

### CAPITULO II

#### DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4.º A Imprensa Nacional dividir-se-ha em duas secções — central e de artes.

§ 1.º A secção central comprehende o escriptorio e o almoxarifado.

§ 2.º A secção de artes subdivide-se nos seguintes serviços :

I. — *Typographia*, comprehendendo a revisão, e a composição com a escola de compositores e deposito de tipos ;

II. — *Impressão*, tendo annexos os serviços dos motores, prensa hydraulica, laminador, reparação e montagem de machinas e carpintaria ;

III. — *Serviços accessorios* de brochar, cartonar, encadernar, numerar, pontear, pautar e da expedição de encomendas ;

IV.— *Fundição de typos*, tendo annexos os serviços de stereotypia e galvanoplastia ;

V.— *Estamparia*, comprehendendo a lithographia, a xylographia, a ideographia, a gravura em metaes e respectiva impressão ;

VI.— Officinas do *Diário Official*.

### CAPITULO III

#### DO PESSOAL

Art. 5.º Além do Administrador haverá na Imprensa Nacional o seguinte pessoal :

§ 1.º Secção central :

1 Ajudante do Administrador.

1 1º escripturario.

2 2ºs ditos.

2 Praticantes.

1 Almozarife.

1 Fiel.

1 Porteiro.

1 Continuo, ajudante do porteiro.

§ 2.º Secção de artes :

#### *Officina de composição*

1 Mestre.

1 Contramestre.

1 Chefe de revisão.

#### *Officina de impressão*

1 Mestre.

1 Contramestre.

1 Machinista dos vapores.

1 Official mecanico.

1 Carpinteiro.

#### *Officina de serviços accessorios*

1 Mestre.

2 Contramestres, sendo um especialmente incumbido da expedição das encommendas.

1 Chefe de pautaço.

#### *Officina de fundição de typos*

1 Mestre.

1 Contramestre.

1 Official de stereotypia e galvanoplastia.

*Officinas do « Diário Official »*

- 1 Paginador.
- 1 Ajudante.
- 1 Machinista.
- 1 Encarregado da remessa.

Art. 6.º Além deste pessoal, de caracter permanente, haverá, quer na secção de artes da Imprensa Nacional, quer nas officinas do *Diário Official*, os revisores, conferentes, chefes de turma, artistas, aprendizes, empregados avulsos e serventes, pagos a jornal ou por obra feita, que forem necessarios ao serviço.

Paragrapho unico. O pessoal das officinas será dividido em classes, com vencimento determinado para cada uma dellas.

Art. 7.º O pessoal da officina de lithographia, xylographia e ideographia, gravura em motaes e respectiva impressão, será fixado quando essa officina iniciar seus trabalhos, contratando-se, si preciso for, mestres e artistas fóra do Imperio.

Art. 8.º Os quadros ns. 1 e 2 fixam os vencimentos dos empregados da secção central e da redacção do *Diário Official*; os de ns. 3 e 4 os vencimentos mensaes e diarios do pessoal a que se referem os arts. 6.º e 23 parte segunda, conforme a classe a que pertencer.

Art. 9.º Os artistas que trabalharem por obra serão pagos pela tarifa de preços que for approvada pelo Ministro da Fazenda. O numero destes artistas, variavel conforme a abundancia ou deficiencia de trabalhos, será augmentado ou reduzido a juizo do Administrador.

Art. 10. O numero e vencimentos do pessoal pago a jornal, do que trata o art. 8.º, com especificação das respectivas classes, será annualmente, antes de começar o exercicio, fixado pelo Ministro da Fazenda sobre proposta do Administrador, que deverá restringil-o o mais possivel, afim de deixar, na verba da Lei do orçamento que estiver em vigor, margem ampla para o pagamento dos trabalhos por obra.

Art. 11. O Director do *Diário Official* e o Administrador da Imprensa Nacional assignarão as folhas do pagamento de suas respectivas repartições.

Os artistas e empregados das officinas da Imprensa Nacional e do *Diário Official* serão pagos por ferias distinctas.

## CAPÍTULO IV

## DAS NOMEAÇÕES, SUBSTITUIÇÕES E APOSENTADORIAS

Art. 12. Serão nomeados:

Por decreto — o Administrador, o Ajudante do Administrador e o Almozarife;

Pelo Ministro da Fazenda — os escripturarios, os praticantes, o fiel do Almozarife (por proposta deste informada pelo Administrador), o porteiro e o continuo e ajudante do porteiro ;

Pelo Presidente do Conselho de Ministros — o Director do *Diario Official* e seus auxiliares ;

Pelo Administrador — o chefe da revisão, os revisores, conferentes, mestres, contramestres e chefes de serviço da Imprensa Nacional.

Todos os outros empregados serão admittidos mediante simples cartão de matricula, que lhes será cassado, desde que se retirem ou sejam despedidos do Estabelecimento.

Art. 13. Aos empregados nomeados por decreto imperial, ou pelo Ministro da Fazenda, são applicaveis as disposições, em vigor nas outras Repartições do Ministerio da Fazenda, com referencia a concursos, fiança, posse, substituições, accesso, gratificações, descontos, suspensões, aposentadorias e responsabilidade.

Art. 14. Os logares de escriptuario e praticante só serão preenchidos por quem tiver sido approved em concurso para os logares de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> entrancia das Repartições de Fazenda.

§ 1.<sup>o</sup> A disposição supra não comprehende as primeiras nomeações que se fizerem para execução do presente Regulamento, podendo ser aproveitado para ellas o pessoal existente que se tiver mostrado idoneo para o serviço.

§ 2.<sup>o</sup> Os empregados providos sem provas de habilitação, em virtude do paragrapho antecedente, não poderão ser removidos, ou ter accesso para outra Repartição de Fazenda, sem que previamente exhibam taes provas em concurso.

Art. 15. O pessoal das officinas da Imprensa Nacional e do *Diario Official* concorrerá mensalmente com o producto de um dia de salario para a instituição de um fundo destinado a pensões, approximadamente nas mesmas condições e nos casos previstos no Regulamento annexo ao Decreto n. 5622 do 2 de Maio de 1874, relativo ao monte de contribuições e pensões aos operarios do Arsenal de Marinha da Côrte. Opportunamente será expedido para esse fim o respectivo regulamento.

Art. 16. Serão substituidos:

§ 1.<sup>o</sup> O Administrador pelo seu Ajudante e na falta deste por quem o Ministro da Fazenda designar.

§ 2.<sup>o</sup> O Ajudante do Administrador pelo 1.<sup>o</sup> escriptuario.

§ 3.<sup>o</sup> O Director do *Diario Official* por quem o Presidente do Conselho de Ministros designar. Em falta de designação servirá o redactor Ajudante do Director.

§ 4.<sup>o</sup> O Almozarife pelo seu fiel, sob a respectiva fiança.

§ 5.<sup>o</sup> Os mestres, chefes de serviço e porteiro pelos seus immediatos, e na falta destes por quem o Administrador designar.

Art. 17. Para os empregados da secção central o serviço começará ás 9 horas da manhã e terminará ás 3 da tarde.

## CAPITULO V

## DAS ATRIBUIÇÕES DO PESSOAL

Art. 18. Ao Administrador compete:

§ 1.º Superintender todos os serviços a cargo da Imprensa Nacional.

§ 2.º Corresponder-se directamente com o Ministro da Fazenda, Directores Geraes do Thesouro Nacional, Chefes de Repartições geraes e provinciaes e pessoas particulares sobre negocios attinentes ao Estabelecimento.

§ 3.º Velar pela effectividade do privilegio que á Imprensa Nacional cabe em virtude da legislação em vigor.

§ 4.º Contratar com officinas particulares a execução de qualquer trabalho do Estado que, por affluencia de serviço ou outra causa, o Estabelecimento não puder executar, precedendo autorização do Ministerio que fizer a encomenda.

§ 5.º Sob a mesma condição, contratar mestres, contramestres e operarios para qualquer officina, dentro ou fóra do paiz.

§ 6.º Comprar dentro do paiz, mediante concorrência, os utensilios, materia prima e outros objectos que o serviço das officinas exigir; salvo os valores menores de 500\$000.

§ 7.º Advertir e reprehender verbalmente ou por escripto, suspendendo correccionalmente, até 15 dias, qualquer empregado, levando immediatamente ao conhecimento do Ministro da Fazenda as razões justificativas do seu acto.

§ 8.º Dispensar os empregados e operarios da sua nomeação, quando julgar conveniente ao serviço.

§ 9.º Mandar autoar pelo porteiro e enviar á autoridade qualquer individuo estranho á Repartição, encontrado em flagrante delicto dentro do Estabelecimento.

§ 10. Dar as instrucções que julgar necessarias para a fiel execução do regimento interno e tarifas do interior, propondo, quando convier, as alterações que a experiencia do serviço aconselhar.

§ 11. Chamar os empregados da secção central a serviço extraordinario, independente de qualquer remuneração, sempre que houver attrazo na escripturação ou serviço urgente.

§ 12. Organizar o indice de todos os actos que tiverem de ser incluídos nas collecções de leis, conforme preceituam os Decretos ns. 1 e 11 de 1 de Janeiro e 24 de Fevereiro de 1838.

§ 13. Fixar o preço dos impressos e productos destinados á venda.

§ 14. Ordenar os reparos de que carecerem as machinas do Estabelecimento, requisitando do Engenheiro encarregado das obras do Ministerio da Fazenda o orçamento dos concertos importantes de que precisar o edificio, pelo que, entretanto, autorizar os pequenos reparos, reconhecidamente urgentes, até á quantia de 100\$, dando, porém, immediatamente parte ao Ministro da Fazenda.

§ 15. Ordenar as despezas a fazer por conta da prestação adiantada no Thesouro ao Almoxarife para gastos miúdos.



§ 16. Apresentar ao Ministro da Fazenda, 30 dias antes da abertura do Parlamento, um relatório do estado do Estabelecimento e o orçamento da receita e despesa.

Art. 19. Ao Ajudante do Administrador incumbem :

§ 1.º Dirigir a secção, tomar o ponto e distribuir o serviço pelos empregados, solicitando a prorrogação das horas do serviço nos casos do § 11 do artigo antecedente.

§ 2.º Fazer escripturar sob suas vistas o livro das encomendas.

§ 3.º Legalizar os pedidos dos mestres das officinas.

§ 4.º Fiscalisar e activar, cumulativamente com o Administrador, o aviamento das encomendas, mandando preferir as mais urgentemente reclamadas.

§ 5.º Auxiliar o Administrador no desempenho dos deveres a seu cargo e velar pelo serviço interno.

§ 6.º Examinar com assiduidade a escripturação das officinas, afim de que marche de accordo com a da secção central.

§ 7.º Extrahir os pedidos de material feitos aos fornecedores do Estabelecimento, e expedil-os com a rubrica do Administrador.

Art. 20. A' secção central incumbem :

§ 1.º O expediente do Administrador.

§ 2.º A escripturação e liquidação das contas.

§ 3.º Os balanços mensaes da receita e despesa do Estabelecimento, e o definitivo do exercicio, acompanhado da relação da divida activa.

§ 4.º O inventario que se deve fazer no fim de cada exercicio, e, quando convier, o de todos os objectos a cargo do Almojarife, dos mestres e do porteiro, devendo ter por base o mais moderno.

§ 5.º As guias para o recolhimento da renda ao Thesouro Nacional, para a expedição de leis e mais productos das officinas e para a arrecadação, pelo Almojarife, da importancia das vendas e das encomendas.

§ 6.º A conferencia e fiscalisação das facturas, pedidos ou guias relativos aos objectos que entrarem no almojarifado e nas officinas, ou que destas e daquello sahirem.

§ 7.º O calculo e revisão das contas apresentadas ao pagamento immediato no Estabelecimento.

§ 8.º O processo e verificação das contas de fornecedores que devam ser pagas no Thesouro.

§ 9.º A extracção das contas dos devedores particulares para a entrega e pagamento das obras por elles encomendadas.

§ 10. A extracção, no fim de cada mez ou trimestre, das contas das Repartições publicas, não só relativas a trabalhos que encomendarem como das publicações feitas pelo *Diario Official*, e semestralmente as contas das assignaturas do mesmo *Diario* autorizadas pelos differentes Ministerios.

§ 11. A organização dos attestados mensaes de frequencia dos empregados.

§ 12. A confecção e verificação das ferias.

§ 13. A organização de contas-correntes de cada uma das officinas, pelas quaes se reconheça o movimento mensal da sua receita e despesa.

§ 14. A remessa á Directoria da Tomada de Contas, no segundo mez depois de findo o semestre adicional de cada exercicio, de todos os livros e documentos relativos á responsabilidade do Almo-xarife.

§ 15. A extracção de guias de debito e de expedição de encom-mendas.

§ 16. A estatística geral do Estabelecimento.

Art. 21. Ao Almo-xarife incumbê:

§ 1.º Receber, guardar e conservar a materia prima, utensi-lios e quaesquer objectos destinados aos serviços da secção de artes e das officinas do *Diario Official*.

§ 2.º Fornecer o material e objectos necessarios, em vista dos pedidos dos respectivos mestres, authenticados pelo Administra-dor ou seu Ajudante.

§ 3.º Obter no mercado amostras e preços da materia prima pe-dida pelos mestres, e que não existir no almo-xarifado, submettendo tudo ao conhecimento do Administrador para ulterior decisão.

§ 4.º Vender impressos, typos, productos das officinas e mais objectos para que fór devidamente autorizado.

§ 5.º Cobrar a importancia das assignaturas do *Diario Official* na Côte, e as contas da Imprensa Nacional não satisfeitas durante o exercicio financeiro, por intermedio de agentes, nomeados por proposta sua, que funcionarão sob a sua responsabilidade e aos quaes se abonará a commissão de 3 a 5 "/10, conforme a impor-tancia e difficuldade da cobrança.

§ 6.º Fazer a despesa autorizada pelo Administrador.

§ 7.º Entrar para o Thesouro Nacional, até ao dia 5 de cada mez, com a renda do mez antecedente.

Art. 22. O Almo-xarife prestará a fiança de 18:000\$ e o fiel servirá sob a mesma fiança.

## CAPITULO VI

### « DIARIO OFFICIAL »

Art. 23. O *Diario Official* terá o seguinte pessoal :

1 Director.

1 Redactor Ajudante do Director.

1 Traductor.

1 Auxiliar.

1 Chefe de revisão, além dos revisores ordinarios e extraor-dinarios que forem necessarios.

Art. 24. O *Diario Official*, órgão de publicidade do Governo, deverá inserir :

§ 1.º Os despachos imperiaes ; os actos dos Poderes Legislativo e Executivo ; o expediente das Secretarias de Estado ; as declara-ções, annuncios, avisos e editaes das mesmas Secretarias e das Repartições subordinadas ; os editaes dos Juizes e dos Tribunaes.

§ 2.º As explicações e defesas dos actos do Governo, quando este julgar conveniente.

§ 3.º Por extenso, as actas e debates de ambas as Camaras Legislativas, quando lhe forem confiados estes trabalhos.

§ 4.º Os actos officiaes de maior importancia que os Presidentes de Provincia e Inspectores de Thesourarias enviarem por intermedio ou ordem do Ministerio da Fazenda.

§ 5.º As informações ostensivas dos Agentes Diplomaticos e Consulares do Imperio, remettidas pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros.

§ 6.º Extractos dos relatorios apresentados á Assembléa Geral Legislativa e ás Assembleas Legislativas Provinciaes.

§ 7.º Artigos originaes ou traduzidos sobre instrucção publica, viação, colonisação, estatística, sciencias, artes e quaesquer outros assumptos de interesse publico.

§ 8.º Noticias politicas, commerciaes e litterarias do interior e do exterior.

§ 9.º Documentos de interesse privado, que acompanharem actos officiaes.

§ 10.º Annuncios, avisos e declarações particulares, que no fundo e na forma não contrariarem o programma da folha.

Art. 25. Todas as publicações, inclusive a dos debates da Assembléa Geral, correrão sob a fiscalisação do Director do *Diario Official*.

Art. 26. O *Diario Official* só poderá deixar de ser publicado nos dias subsequentes á sexta-feira Santa e aos do grande gala seguintes: 25 de Março, 7 de Setembro e 2 de Dezembro.

Distribuir-se-ha por assignaturas, que serão pagas adiantadamente: na Côrte ao Almoxarife da Imprensa Nacional e nas Provincias ás Thesourarias da Fazenda e estações de arrecadação de rendas geraes, pelo preço que fixar o Ministerio da Fazenda; e vender-se-ha tambem em avulso pelo preço que estipular o Administrador.

Art. 27. Os funcionarios publicos geraes e provinciaes, que autorizarem a estação competente a descontar mensalmente de seus vencimentos a quantia de 1\$, terão direito ao recebimento da folha pelo tempo que durar o desconto.

Art. 28. Pelo Director do *Diario Official* serão nomeados o chefe da revisão, revisores, conferentes, ordinarios ou extraordinarios, e bem assim os serventes do *Diario Official*.

Art. 29. O Director do *Diario Official* receberá directamente do Presidente do Conselho de Ministros instrucções para a redacção da folha, e, como responsavel pelas publicações, compete-lhe fazer selecção das materias a publicar, mencionadas nos §§ 6.º, 7.º e 8.º do art. 24, e resolver sobre a inserção ou rejeição dos escriptos de que trata o § 10 do mesmo artigo.

Art. 30. O Director do *Diario Official* designará os trabalhos que devam desempenhar os seus auxiliares na collaboração da folha, e lhes fixará as horas em que devam se achar na sala da redacção.

Art. 31. O paginador e seu ajudante e bem assim o encarregado da remessa cumprirão as ordens do Director do *Diario Official* concernentes á organização da folha e á sua expedição.

Art. 32. As partes typographica e economica do *Diario Official* continuarão a cargo do Administrador da Imprensa Nacional, sendo, porém, attribuição exclusiva do Director do *Diario Official* tudo o que se refere á troca da folha com os outros jornaes e á remessa da mesma folha ás bibliothecas publicas e áquellas pessoas cuja collaboração convier á redacção.

## CAPITULO VII

### DO PREÇO E VENDA DOS PRODUCTOS

Art. 33. O levantamento das contas dos devedores terá por base o custo da mão de obra e da materia prima com o acrescimo de 5 % para o deterioramento de machinas e utensis, e mais, sobre as tres parcelas, 20 a 25 %, quando os trabalhos forem do Governo Geral, das Provincias ou dos municipios.

Art. 34. O preço das colleções de leis em brochura será calculado na razão de 30 réis por folha de oito paginas. (Regulamento de 1859.)

Art. 35. Na venda de obras avulsas, sempre que a importancia exceder de 100\$, haverá o abatimento de 15 %. (Portaria de 14 de Março de 1884.)

Art. 36. O pagamento de obras particulares editadas pela Imprensa Nacional far-se-ha por folha impressa ou em duas prestações: a primeira adiantada e a segunda depois da impressão da ultima folha e antes da entrega da obra.

Art. 37. Quando, em virtude de autorização do Ministerio da Fazenda, o pagamento fôr a prazo, precederá contrato entre o editor e o Administrador, que exigirá as necessarias garantias para salvarguardar a respectiva indemnização.

Art. 38. Pela falta de pagamento das encomendas particulares será responsavel o Administrador, si a falta proceder de negligencia sua, ou de nullidade dos contratos e respectivas garantias.

Art. 39. A Imprensa Nacional não poderá publicar obra alguma por conta propria, nem receber, em pagamento das despesas que tiver feito com as obras particulares, exemplares das mesmas obras.

## CAPITULO VIII

### DAS ENCOMENDAS

Art. 40. As encomendas de impressões e de quaesquer outros artefactos que possam ser preparados na Imprensa Nacional, devem ser dirigidas officialmente ao Administrador pelos Chefes de Repartições ou funcionarios devidamente autorizados.

Art. 41. Verificada a possibilidade da execução, será a encomenda inscripta com as necessárias declarações em um livro geral e levará um numero da ordem. A inscripção de encomendas officiaes, reserva-las e as de particulares far-se-ha no mesmo livro, conforme determinar o Administrador.

## CAPITULO XI

### DA RECEITA E DESPEZA

Art. 42. A receita da Imprensa Nacional provirá do producto :

1.º Da venda dos actos, cuja impressão é privativa da Imprensa Nacional conforme o art. 3º ;

2.º Da venda de quaesquer outras obras e impressões feitas na Typographia por ordem e conta do Governo ;

3.º Da impressão de obras ou trabalhos por conta do Governo ou de particulares. (Decreto n. 2491 de 30 de Setembro de 1859, art. 4º §§ 11 e 20 e art. 44) ;

4.º Da venda dos productos das officinas de serviços accessorios e de fundição de typos, stereotypia e galvanoplastia ;

5.º Da publicação no *Diário Official*, paga por particulares, de decretos e actos officiaes que attenderem a interesses individuaes ou de associações, assim como de publicações solicitadas, editaes, declarações e annuncios ;

6.º Da publicação do expediente, declarações e annuncios das Repartições publicas (Lei n. 2940 de 31 de Outubro de 1879, art. 19), á razão de 80 réis por linha, reduzidos a 60 réis nas publicações repetidas. (Portaria do Ministerio da Fazenda n. 37 de 30 de Junho de 1883) ;

7.º Das assignaturas do *Diário Official*, sendo as officiaes pagas pelos Ministerios que determinarem a remessa. (Lei citada n. 2940) ;

8.º Da venda de numeros avulsos.

A receita de qualquer outra origem será escripturada e classificada na verba respectiva da Lei do orçamento que, na occasião, estiver em vigor.

Art. 43. As despesas da Imprensa Nacional continuarão a ser feitas como até hoje, quer a do pessoal quer a do material ; exceptuando-se, porém, as de restituições de quantias indevidamente recebidas e lançadas no correr do exercicio em que essas restituições forem pedidas, que deverão ser feitas pela propria Repartição.

Paragrapho unico. O Administrador remetterá mensalmente á Directoria de Contabilidade do Thesouro Nacional um balancete, conforme o modelo junto.

Art. 44. Antes de começar o exercicio os diversos Ministerios porão á disposição do Thesouro Nacional as quantias votadas para as impressões de character official, que devam ser feitas na Imprensa Nacional, publicações e assignaturas do *Diário Official*,

de conformidade com o disposto no art. 19 da Lei n. 2940 de 31 de Outubro de 1879; assim como para a compra das collecções de leis.

Art. 45. Essas quantias só serão escripturadas como receita da Imprensa Nacional á vista das contas de debito, devidamente legalizadas, que pelo Administrador forem remettidas á Directoria Geral de Contabilidade do Thesouro Nacional.

Art. 46. Esgotada a consignação fixada para qualquer Reparação ou Estabelecimento, o Administrador da Imprensa Nacional o participará immediatamente ao Ministerio por conta do qual foi feita a encomenda, e ao da Fazenda para providenciar como convier, juntando uma demonstração dos trabalhos feitos e sua importancia.

## CAPITULO X

### DA ESCRIPTURAÇÃO

Art. 47. A escripturação da Imprensa Nacional será feita nos seguintes livros:

*Caixa :*

*Entradas e sahidas do deposito :*

*Mappa dos objectos em deposito :*

*Devedores :*

*Encomendas :*

*Tabões que entendem com a receita e despesa.*

Estes livros, que continuarão a ser escripturados conforme as normas actualmente estabelecidas, serão abertos, rubricados e encerrados na Directoria Geral das Rendas Publicas.

Art. 48. O livro-mappa dos objectos em deposito deve dar o resumo do livro de entradas e sahidas, de modo que seja sempre possível fazer de prompto o balanço destes.

Art. 49. Além destes livros, haverá para cada officina um livro-mappa dos objectos entrados e sahidos dellas, e mais os auxiliares referentes á receita e despesa, protocolo, matricula dos empregados e quaesquer outros julgados necessarios, os quaes serão abertos, rubricados e encerrados pelo Administrador ou por empregado por elle autorizado.

## CAPITULO XI

### DO ARCHIVO DE IMPRESSOS

Art. 50. Haverá anexo ao archivo da secção central um outro especial para a guarda de todas as obras editadas na Imprensa Nacional. As entradas dessas obras constarão de um livro de

registro, e dellas serão organizados tres indices — chronologico, alphabetico pelos nomes dos autores, e systematico.

Art. 51. Ao deposito de impressos, a cargo e sob a responsabilidade do Almojarif, serão recolhidos, além do cinco exemplares das obras de que trata o artigo anterior, mais um de cada trabalho avulso; estes, attentas a sua natureza e numero, não serão catalogados, mas simplesmente dispostos por ordem, segundo as Repartições a que pertencerem.

Parapho unico. De todas as obras publicadas pela Imprensa Nacional será enviado um exemplar á Directoria do *Diario Official*.

Art. 52. As obras recolhidas ao archivo especial não serão em caso algum d'ahi retiradas, mas poder-se-ha permittir que sejam consultadas; as recolhidas ao deposito geral poderão sel-o por consentimento do Administrador mediante recibo.

Art. 53. Para a aquisição de obras impressas no Estabelecimento, das quaes não possua este exemplares, poderá o Administrador dar em troca obras que estiverem á venda ou existirem como sobra no deposito.

Art. 54. Para a coordenação do archivo, escripturação do registro e organização dos indices e dos *Annaes da Imprensa Nacional* de 1882 em diante, até que fiquem em dia esses trabalhos, poderá o Ministro da Fazenda mandar abonar pela fêria uma gratificação mensal e temporaria de 80\$ á pessoa que nomear para esse serviço.

## CAPITULO XII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 55. A quarta parte da despeza com o pessoal da Administração (quadro n. 1) correrá por conta da verba — *Diario Official* — enquanto não fôr ella incorporada á da Imprensa Nacional.

Art. 56. A criação da officina de estamperia, ou de alguns dos serviços que nella se comprehendem, fica dependente de autorização do Ministerio da Fazenda.

Art. 57. Fará parte do presente Regulamento o que foi approved e posto em execução, em virtude da Portaria do Ministerio da Fazenda de 20 de Dezembro de 1883, para o regimen interno da Repartição, salvas as disposições que tenham sido alteradas pelo presente Regulamento.

Art. 58. O Administrador terá no edificio commodos apropriados para sua residencia.

Art. 59. Haverá no edificio um aposento para que o Director do *Diario Official* possa ahi pernoitar, quando assim o exigir o serviço publico.

Rio de Janeiro, 21 de Fevereiro de 1885.— *M. P. de Souza Dantas*.

## N. 1

Tabella do numero e vencimentos dos empregados da Imprensa Nacional a que se refere o art. 5º, § 1º do Regulamento approved pelo Decreto n. 9381, desta data.

PESSOAL	EMPREGOS	VENCIMENTOS		
		ORDENADOS	GRATIFICAÇÕES	TOTAES
1	Administrador.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
1	Ajudante do Administrador....	2:600\$000	1:400\$000	4:000\$000
1	Escreptuario.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
2	dos Ditos.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
2	Praticantes.....	1:500\$000	600\$000	2:100\$000
1	Almoxarife.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
1	Fiel.....	1:000\$000	500\$000	1:500\$000
1	Porteiro.....	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
1	Continuo, ajudante do porteiro.	600\$000	300\$000	900\$000
				25:800\$000

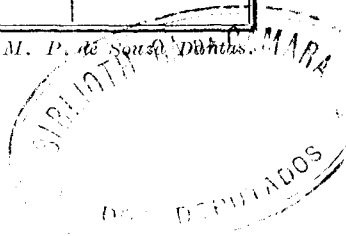
Rio de Janeiro, 21 de Fevereiro de 1885. — *M. P. de Souza Dantas.*

## N. 2

Tabella do numero e vencimentos dos empregados do « Diario Official » a que se refere o art. 23 do Regulamento approved pelo Decreto n. 9381, desta data.

PESSOAL	EMPREGOS	GRATIFICAÇÃO ANNUAL
1	Director.....	5:000\$000
1	Redactor Ajudante do Director.....	4:000\$000
1	Traductor.....	4:000\$000
1	Auxiliar.....	1:200\$000
		11:600\$000

Rio de Janeiro, 21 de Fevereiro de 1885. — *M. P. de Souza Dantas.*





## N. 3

Tabella do numero e vencimento maximo e minimo dos operarios permanentes a que se refere o art. 5º, §2º do Regulamento approved pelo Decreto n. 9381, desta data.

PESSOAL	LOGARES E OCCUPAÇÕES	VENCIMENTO MENSAL	DIARIA SEGUNDO AS CLASSES
NA SECÇÃO DE ARTES			
1	Mestre de composição.....	300\$000	
1	Contramestre.....		7\$000 a 8\$000
1	Chefe de revisão.....	480\$000	
1	Mestre de impressão.....	270\$000	
1	Contramestre.....		6\$000 a 7\$000
1	Official mecanico.....		4\$000 a 6\$000
1	Machinista dos vapores.....		4\$000 a 6\$000
1	Carpinteiro.....		4\$000 a 5\$100
1	Mestre de serviços accessorios.....	270\$000	
2	Contramestres.....		6\$000 a 7\$000
1	Chefe de pautação.....		5\$000 a 6\$000
1	Mestre da fundição de typos.....	270\$000	
1	Contramestre.....		6\$000 a 7\$000
1	Official de stereotypia e galvanoplastia.....		4\$000 a 5\$000
NO « DIARIO OFFICIAL »			
1	Paginador.....		7\$000 a 8\$000
1	Ajudante.....		6\$000 a 7\$000
1	Machinista.....		4\$000 a 6\$000
1	Encarregado da remessa.....		3\$000 a 4\$000

Rio de Janeiro, 21 de Fevereiro de 1885.— *M. P. de Souza Dantas.*

## N. 4

Tabella do vencimento maximo e minimo do pessoal a que se referem os arts. 6º e 8º do Regulamento approved pelo Decreto n. 9381, desta data.

LOGARES	DIARIA SEGUNDO AS CLASSES
SECÇÃO DE ARTES	
<i>Composição</i>	
Revisores.....	4800 a 5800
Conferentes.....	2800 a 3800
Chefes de turma.....	3800 a 6800
Compositores.....	3800 a 5800
Engratadores e tiradores de provas.....	1850 a 3800
Aprendizes.....	800 a 2800
<i>Impressão</i>	
Impressores.....	2850 a 4850
Aprendizes e apañadores.....	800 a 2800
Molhador de papel, fundidor de rolos, contador de edições e feguita.....	2800 a 3800
SERVIÇOS ACCESSÓRIOS	
Encadernadores, brochadores, dobradores e pautadores.....	2820 a 4800
Numeradores e ponteiros.....	1850 a 2850
Aprendizes.....	800 a 2800
FUNDIÇÃO DE TIPOS	
Fundidores, cortadores, preparadores.....	2800 a 5800
Aprendizes.....	800 a 2800
SERVIÇO INTERNO E EXTERNO	
Correios.....	2800 a 2850
Serventes.....	2800
NO «DIARIO OFFICIAL»	
Revisores.....	4800 a 5800
Conferentes.....	3800 a 4800
Compositores.....	3800
Tirador de provas.....	3800
Machinista.....	5800 a 7800
Marginaes, feguita, contador e molhador do papel.....	2800 a 2850
Apañadores.....	4800
Ajudantes do encarregado da remessa.....	2800 a 2850
Conductores.....	1800 a 2800
Dobradores.....	4800 a 4850
Entregadores.....	4800 a 4860
Serventes.....	2800

Rio de Janeiro, 21 de Fevereiro de 1885. — M. P. de Souza Dantas.

Rubrica do Administrador

188 — 188

## BALANÇO da Imprensa Nacional, relativo ao mez de de 188

A quo se refere o paragrapho unico do art. 43

RECEITA				DESPEZA		
ORDINARIA		POR CONTA DO ESTADO	POR CONTA DE PARTICULARES	TOTAL	RECEITA A ANNULAR	
INTERIOR					EM — RENDA DA IMPRENSA NACIONAL	
04	...	Renda da Imprensa Nacional				
			5		Importancia restituída a F.....	
	Venda de obras.....	5	5		pelo que de mais pagou no	
	Diversas impressões.....	5	5		dia....., producto de obras	
	Stereotypia e galvanoplastia.....	5	5		ao mesmo vendidas.....	
	Encomendas.....	5	5		5	
	Assignaturas.....	5	5		MOVIMENTO DE FUNDOS	
	Publicações.....	5	5		Remessas feitas ao Thesouro.....	
	Números avulsos.....	5	5	5	5	
EXTRAORDINARIA					5	
5	...	Eventual				
	Venda de objectos inúteis.....			5		
	Saldo do mez anterior.....			5	Saldo que passa para o mez de...	
				5	5	

Imprensa Nacional, em de de 188

O ALMOXARIFE.

O AJUDANTE DO ADMINISTRADOR,

## DECRETO N. 9382 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1885

Altera o Decreto n. 8943 de 12 de Maio de 1883, que prescreve regras para evitar abalroações no alto mar.

Tendo em consideração os motivos que Me foram apresentados a bem da execução do Decreto n. 8943 de 12 de Maio de 1883, o qual prescreve regras para evitar abalroações no alto mar, Hei por bem que desta data em diante o mesmo decreto seja executado com as alterações indicadas no documento que com este baixa, assignado por Joaquim Raimundo de Lamare, do Meu Conselho e do de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 21 de Fevereiro de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Joaquim Raimundo de Lamare.*

**Alterações a que se refere o Decreto n. 9382, desta data, que devem ser attendidas na execução do Decreto n. 8943 de 12 de Maio de 1883.**

No titulo «Regras concernentes ás luzes» fica o art. 10 alterado do seguinte modo :

As embarcações de bocca aberta e outros barcos de pescaria, de capacidade inferior a 20 toneladas registradas — ainda quando em movimento ou não tendo n'agua os seus utensilios de pesca — não serão obrigados a trazer em posição fixa e permanente as luzes dos lados estipulados neste Regulamento; em lugar dellas, porém, deverão taes barcos estar providos e ter constantemente á mão uma lanterna, munida de vidros com as côres prescriptas, sendo *verde* de um lado e *encarnada* do outro, e lanterna cuja luz mostrarão ao approximar-se qualquer navio, a tempo de evitar a abalroação, e tendo sempre o maior cuidado em que o *clarão verde* nunca seja visto de bombordo, nem o *encarnado* de boreste da proa.

Nota.— O mais que se contém no presente artigo, tão sómente se refere aos barcos e pequenas embarcações de pescaria, quando occupados nesse mister ou quando navegando nas proximidades das costas da Europa, ao norte do cabo Finisterra.

(a) Os barcos e embarcações de pescaria de 20 toneladas de registro, e d'ahi para cima, sempre que se acharem em movimento, não tendo fóra os seus utensilios de pesca, serão obrigados a trazer ou a mostrar *as mesmas luzes* regulamentares que os demais navios, quando em marcha.

(b) Todo o barco ou embarcação de pescaria que estiver occupado em pescar *com rede de cerco ou flutuante*, será obrigado a trazer

*duas luzes brancas*, collocadas indifferentemente em qualquer lugar do mesmo barco, contanto, porém, que ali fiquem bem visiveis e preencham os seguintes requisitos, a saber :

1.º Que o intervalo de uma a outra luz, medido no sentido vertical, não seja menor de 1<sup>m</sup>,80, nem maior de 3<sup>m</sup>,01 ;

2.º Que a distancia ou apartamento das duas luzes, medido no sentido da quilha da embarcação, nunca seja menor de 1<sup>m</sup>,50 nem maior de 3<sup>m</sup>,01 ;

3.º Que a luz inferior ou mais baixa esteja sempre situada por ante avante da superior ou mais alta ;

4.º Finalmente, que ambas as luzes estejam contidas em lanternas de tal natureza e tenham tanta intensidade que possam illuminar todo o horisonte até á distancia de tres milhas, pelo menos, em noite escura, mas limpa e a atmosphera.

(c) Todo o barco ou embarcação de pescaria occupado em pescar, por meio de linhas, sempre que tiver as *suas linhas na agua*, deverá mostrar — *as mesmas luzes* — que os outros barcos de pescaria, quando pescando com *redes de cerco* ou fluctuantes.

(d) Todas as vezes que a qualquer barco de pescaria, que estiver pescando com *utensilios de arrastão*, acontecer ficar estacionario por ter o respectivo apparelho ou utensilio de pescaria agarrado em algum rochedo ou obstaculo, esse barco deverá mostrar a *mesma luz e fazer o mesmo signal de cerração*, prescriptos para os navios em geral, quando ancorados.

(e) As embarcações de bocca aberta e mais barcos de pescaria poderão sempre, como additamento ás *luzes* estipuladas neste artigo, fazer uso, em qualquer eventualidade, de algum *facho* ou *fachos*, para melhor indicar a respectiva posição.

Haverá apenas que attender a que nos barcos pescando com *utensilios de arrastão* tais *fachos* deverão, por via de regra, ser mostrados da prôa da embarcação, salvo si esta tiver o respectivo apparelho de pesca dado pela popa, caso esse em que os mesmos *fachos* serão mostrados da prôa.

(f) Toda a embarcação de bocca aberta ou qualquer outro barco de pescaria, sempre que se achar ancorada entre o pôr e o nascer do sol, deverá mostrar *uma luz branca* que possa ser avistada de todos os pontos do horisonte, na distancia de uma milha, pelo menos.

(g) Em tempo de cerração, todo o barco ou embarcação de pescaria, que estiver em acto de pescar, seja com *utensilios fluctuantes*, *arrastões* ou *simples linhas*, deverá dar signal da respectiva posição, produzindo *um som* por meio da corneta ou busina de cerração, com intervallos nunca maiores de dois minutos e tocando o sino alternadamente.

No art. 5º § B, mesmo titulo, em vez de 0<sup>m</sup>,99 leia-se 1<sup>m</sup>,80.

No titulo : « Signaes de perigo », art. 27 § 2º, em vez de NE leia-se NC.

Palacio do Rio de Janeiro em 21 de Fevereiro de 1883.—  
Joaquim Raimundo de Lamare.



## DECRETO N. 9383 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1885

Concede permissão a Zacarias Salcedo para explorar mineraes no municipio do Arraial Queimado, Provincia do Paraná.

Attendendo ao que requereu Zacarias Salcedo, Hei por bem Conceder-lhe permissão para explorar ouro e outros mineraes no municipio do Arraial Queimado, Provincia do Paraná, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 21 de Fevereiro de 1885, 61<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

**Clausulas a que se refere o Decreto n. 9383,  
desta data**

I

Fica concedido a Zacarias Salcedo o prazo de dous annos, contados desta data, para, sem prejuizo dos direitos de terceiro, proceder á exploração do ouro e outros mineraes no municipio do Arraial Queimado, Provincia do Paraná.

Dentro deste prazo o concessionario deverá apresentar na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas plantas geologica e topographica dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, tanto quanto fór possivel e o permittirem os trabalhos executados, a superposição das camadas mineraes, e remetterá com as mesmas plantas amostras dos mineraes encontrados e relatório minucioso da localidade em que a mina estiver situada, declarando qual a possança e riqueza desta, qual sua extensão e sua direcção, a distancia entre ella e os povoados mais proximos e os meios de communicação existentes, a área necessaria para a mineração e, finalmente, os meios appropriados para o transporte dos productos das minas.

II

Os trabalhos de pesquisas ou explorações para descobrimento de minas poderão ser feitos por qualquer dos modos recommendados pela sciencia.

## III

O concessionario fica obrigado a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir ás propriedades adjacentes e restabelecerá á sua custa o curso natural das aguas que desviar por causa dos mesmos trabalhos, e dará conveniente direcção ás que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizer, quando destes serviços resultar damno aos mesmos proprietarios de terrenos adjacentes.

Si o desvio destas aguas exigir trabalhos em propriedade alheia, o concessionario solicitará prévio consentimento do proprietario, usando dos meios em direito permittidos.

## IV

O concessionario fica obrigado a dessecar os terrenos alagados em virtude dos trabalhos da exploração, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo que não possa ser prejudicada a saude dos moradores da circumvizinhança.

Palacio do Rio de Janeiro em 21 de Fevereiro de 1885.— *Antonio Carneiro da Rocha.*



## DECRETO N. 9384—DE 21 DE FEVEREIRO DE 1885

Autoriza a transference do engenho central concedido á Companhia « North Brazilian Sugar Factories » no municipio de Mecejana, Provincia do Ceará, para o da Penha, Provincia do Rio Grande do Norte; declara sem effeito a concessão de garantia de juros constante do Decreto n. 8406, de 11 de Fevereiro de 1882, e affiança 6% dos 7 %, garantidos por lei provincial á mesma companhia, para o estabelecimento de um engenho central no referido municipio da Penha.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia *North Brazilian Sugar Factories*, Hei por bem não só Autorizal-a a transferir o engenho central, que lhe foi concedido no municipio de Mecejana, Provincia do Ceará, para o da Penha, Provincia do Rio Grande do Norte, ficando sem effeito a concessão de garantia de juros constante do Decreto n. 8406, de 11 de Fevereiro de 1882, como Affiançar 6 % dos 7 % garantidos á mesma companhia, por lei provincial, para o estabelecimento de um engenho central no referido municipio da Penha.

Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 21 de Fevereiro de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*



DECRETO N. 9335 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1885

Equipara os vencimentos dos adjuntos effectivos e interinos, e determina o vencimento que compete ao adjunto quando reger cadeira.

Hei por bem Decretar :

Art. 1.<sup>o</sup> O vencimento dos adjuntos interinos ás escolas publicas de instrucção primaria do municipio da Côrte fica equiparado ao dos adjuntos effectivos.

Art. 2.<sup>o</sup> Os adjuntos designados para regerem escolas perceberão, além do seu vencimento, uma gratificação igual á do professor substituido, e sómente o vencimento da cadeira, si esta estiver vaga ou o professor nada perceber.

Art. 3.<sup>o</sup> Fica alterada a 2.<sup>a</sup> parte do art. 22 do Regulamento annexo ao Decreto n. 6479 de 18 de Janeiro de 1877, e revogam-se as mais disposições em contrario.

Filippe Franco de Sá, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 23 de Fevereiro de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Filippe Franco de Sá.*



DECRETO N. 9336 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1885

Dá novos Estatutos á Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro.

Attendendo ao que representou a Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro : Hei por bem que na mesma Academia se observem os novos Estatutos que com este baixam, assignados por



Filippe Franco de Sá, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario do Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 28 de Fevereiro de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Filippe Franco de Sá.*

## Estatutos da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro a que se refere o Decreto n. 9386, desta data

### CAPITULO I

#### DO FIM E DA ORGANIZAÇÃO DA ACADEMIA

Art. 1.º A Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro tem por fim concorrer para o progresso da medicina, da cirurgia, da pharmacia e da hygiene publica.

Incumbe-lhe estudar e discutir todos os assumptos concernentes a esse fim e responder ás consultas do Governo sobre tudo quanto possa interessar á saude publica ou ao descobrimento da verdade em casos de medicina legal.

Art. 2.º A Academia compõe-se de membros honorarios, titulares e correspondentes.

Divide-se em tres secções : medica, cirurgica e pharmaceutica. A 1ª terá 45 membros, sendo 15 honorarios e 30 titulares; a 2ª, 36 membros, sendo 12 honorarios e 24 titulares; a 3ª, 24 membros, sendo 8 honorarios e 16 titulares.

Cada secção póde ter numero illimitado de membros correspondentes.

Art. 3.º Cada uma das secções elegirá annualmente, d'entre seus membros, um presidente, um vice-presidente e um secretario.

Art. 4.º A Academia terá um conselho administrativo, composto do presidente, do thesoureiro e dos presidentes das secções.

A este conselho, que se reunirá pelo menos uma vez por mez, compete gerir o patrimonio da Academia e resolver sobre todos os assumptos que entendam com a administração e economia da corporação.

Art. 5.º O Ministro do Imperio é Presidente honorario da Academia.

## CAPITULO II

## DA ADMISSÃO E ELIMINAÇÃO DOS MEMBROS DA ACADEMIA

Art. 6.º Para ser eleito membro titular da Academia é necessario:

1.º Ser doutor em medicina, pharmaceutico ou parteira, por uma das Faculdades do Imperio, ou ter sido por alguma dellas habilitado ou reconhecido como tal, quando o candidato tiver diploma conferido por instituição estrangeira;

2.º Exercer ou professar a medicina official;

3.º Residir na Corte ou na cidade de Nietheroy.

Paragrapho unico. O candidato deverá apresentar uma memoria ou dissertação original e inédita, relativa a alguma das materias da socção a que desejar pertencer.

Art. 7.º Os nacionaes que não residirem na Corte ou em Nietheroy poderão ser admittidos na classe de membros correspondentes, satisfeitas as condições do artigo antecedente.

Na mesma classe poderão ser admittidos os estrangeiros não residentes na cidade do Rio de Janeiro ou na de Nietheroy, que tiverem diploma de medico, cirurgião ou pharmaceutico, precedendo a apresentação de um trabalho original, manuscripto ou impresso.

Art. 8.º Os membros titulares, depois de 12 annos de exercicio, e os membros correspondentes, depois de 20 annos, poderão passar, si a Academia assim o resolver, para a classe de membros honorarios, nas vagas que se derem.

Art. 9.º Os trabalhos enviados pelos candidatos serão sujeitos ao parecer de um membro titular, nomeado pelo presidente, e só depois da apresentação e leitura desse parecer, que sempre será dado por escripto, a Academia decidirá sobre a admissão do candidato.

Art. 10. Os membros honorarios serão escolhidos d'entre os profissionais eminentes, nacionaes ou estrangeiros, que tiverem prestado serviço relevante á sciencia ou á Academia.

Art. 11. O membro correspondente que estabelecer seu domicilio na Corte ou na cidade de Nietheroy passará para a classe dos membros titulares, logo que houver vaga, e pagará a joia estabelecida no art. 29.

Art. 12. O membro titular que mudar seu domicilio para fóra da Corte e da cidade de Nietheroy passará para a classe dos membros correspondentes.

Art. 13. Serão eliminados da Academia:

1.º Os que deixarem de professar a medicina official, adoptando outra;

2.º Os que irrogarem injuria á Academia ou de qualquer modo attentarem contra os seus credits;

3.º Os que se tornarem notoriamente indignos, por actos que offendam a moralidade publica ou a profissional;

4.º Os que forem condemnados por crime considerado infamante ou offensivo da moral e dos bons costumes.

## CAPITULO III

## DAS VOTAÇÕES E ELEIÇÕES

Art. 14. As votações serão feitas por escrutinio secreto:

1.º Nas eleições para cargos academicos ;

2.º Na admissão dos candidatos ;

3.º Quando assim o resolver a Academia.

Art. 15. Si o candidato a membro da Academia não obtiver no primeiro escrutinio duas terças partes dos votos dos membros presentes á sessão, proceder-se-ha a segundo escrutinio, e, si ainda não obtiver esse numero de votos, não poderá ser admittido sem apresentar novo trabalho.

Art. 16. Todos os membros da Academia, presentes á sessão, têm o direito de votar, qualquer que seja a classe a que pertençam e o fim da votação.

Art. 17. Só os membros titulares poderão ser eleitos para os cargos academicos.

Art. 18. O membro titular que durante o ultimo anno academico não tiver comparecido, pelo menos, a 12 sessões, perderá o direito de que trata o artigo antecedente.

## CAPITULO IV

## DAS SESSÕES DA ACADEMIA

Art. 19. A Academia celebrará annualmente, no dia 30 de Junho, anniversario da sua fundação, uma sessão solenne, presidida pelo Presidente honorario, si estiver presente, na qual se lerá um relatório dos principaes trabalhos de cada secção, se fará a commemoração dos membros da Academia fallecidos depois da ultima sessão solenne, serão annunciados os problemas para o concurso do anno seguinte, e proclamados os nomes das pessoas que tiverem obtido premios no ultimo concurso.

Serão convidadas para esta sessão as principaes sociedades scientificas da Córte.

Art. 20. Haverá uma sessão ordinaria por semana ; e sessões extraordinarias sempre que fór necessario, por convocação do presidente.

Art. 21. Não poderá haver sessão ordinaria ou extraordinaria, sem a presença de sete membros pelo menos.

Art. 22. As sessões serão publicas, mas a Academia poderá reunir-se em sessão secreta, quando julgar conveniente.

Art. 23. Cada uma das secções da Academia poderá, todas as vezes que o julgar conveniente, reunir-se em sessão privada, para os estudos que lhe forem incumbidos.

## CAPITULO V

## DOS CARGOS ACADEMICOS

Art. 24. Os cargos da Academia serão os seguintes, sendo a mesa constituída pelos tres primeiros:

- Um presidente.
- Dous secretarios.
- Um vice-presidente.
- Um thesoureiro.
- Um bibliothecario.
- Dous redactores dos *Anaes*.

Art. 25. Para todos estes cargos se fará eleição annualmente, por pluralidade de votos, na primeira sessão depois da solemne de 30 de Junho. Para todos poderá haver reeleição.

Art. 26. O presidente da Academia é o seu principal representante.

Terá voto deliberativo, como os outros membros, e o de qualidade, no caso de empate.

Será substituido, na falta do vice-presidente, pelos presidentes das secções na ordem em que são mencionadas no art. 2.º

Art. 27. Ficarão inhibidos por quatro annos de exercer cargos academicos os membros que não desempenharem os serviços de que forem encarregados, salvo por justo motivo, a juizo da Academia.

## CAPITULO VI

## DA RECEITA E DESPEZA

Art. 28. A receita da Academia comprehende:

- 1.º A subvenção annual dada pelo Estado ;
- 2.º As joias de admissão ;
- 3.º O producto das publicações ;
- 4.º Os legados e as doações que lhe forem feitos a bem do progresso da sciencia.

Art. 29. A joia da admissão dos membros titulares será de 50\$000.

Art. 30. A despesa da Academia comprehende a importancia das publicações e dos premios, os salarios dos empregados e os gastos do expediente.

Art. 31. Terminado o exercicio financeiro, a Academia apresentará ao Ministerio do Imperio, até o ultimo dia do mez de Julho, uma demonstração de sua receita e despesa.

## CAPITULO VII

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 32. A Academia publicará trimensalmente uma noticia dos seus trabalhos e os escriptos que qualquer de seus membros apresentar e ella julgar dignos de serem impressos. Esta publicação terá o titulo de *Annaes da Academia de Medicina do Rio de Janeiro*, e será dirigida pelo presidente e pelos dous redactores.

Sob o titulo de *Boletim da Academia* poderá publicar-se quinzenalmente o extracto das sessões.

Art. 33. A Academia porá annualmente em concurso a resolução de problemas medicos e dará um premio ao melhor trabalho, original e inedito, que se apresentar. Poderá conferir outro premio a quem tiver feito descoberta vantajosa para o progresso da medicina, da cirurgia, da pharmacia ou da hygiene.

Art. 34. Os membros da Academia poderão concorrer aos premios de que trata o artigo antecedente; mas os que forem concurrentes, serão excluidos da apreciação e votação dos trabalhos que entrarem em concurso.

Art. 35. A Academia organizará o regimento interno das sessões, o regulamento para os concursos e concessão de premios, e os mais que forem necessarios, os quaes serão submettidos á approvação do Governo.

Art. 36. A Academia terá um sello proprio, que será o mesmo que lhe foi concedido pelo Decreto de sua fundação, e que consiste nas Armas Imperiaes collocadas no centro de uma oval formada por uma facha, na qual está escripto o titulo da Academia, e de cuja parte inferior pende uma medalha, tambem oval, com um busto de Minerva no centro.

Art. 37. Os membros da Academia usarão como distinctivo, nos actos solemnes da mesma Academia, de uma medalha de ouro, pendente de collar symbolico. No anverso terá esta medalha o busto de Hyppocrates, gravado em relevo, e ao redor deste o titulo da Academia; no reverso, a data do Decreto que instituiu esta corporação.

Art. 38. Serão propriedade da Academia os cunhos da medalha, e cada um de seus membros a indemnizará da despeza com a aquisição da respectiva insignia.

## DISPOSIÇÃO TRANSITORIA

Art. 39. Os actuaes membros adjuntos passarão para a classe dos membros titulares, satisfazendo a contribuição fixada no art. 29.

Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Fevereiro de 1835. —  
*Filippe Franco de Sá.*

## DECRETO N. 9387 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1885

Concede permissão a Manoel Gonçalves da Rosa e José Pereira Ribeiro Guimarães Sobrinho, para explorarem ferro e outros mineraes na Provincia do Paraná.

Attendendo ao que Me requereram Manoel Gonçalves da Rosa e José Pereira Ribeiro Guimarães Sobrinho, Hei por bem Conceder-lhes permissão para explorarem ferro e outros mineraes no municipio de Guaratuba, Provincia do Paraná, mediante as clausulas que com este baixam assignadas por Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Fevereiro de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9387, desta data**

I

Fica concedido a Manoel Gonçalves da Rosa e José Pereira Ribeiro Guimarães Sobrinho o prazo de dois annos, contados desta data, para, sem prejuizo dos direitos do terceiro, procederem a explorações e pesquisas para descobrimento de minas de ferro e outros mineraes no municipio de Guaratuba, Provincia do Paraná.

Dentro deste prazo os concessionarios deverão apresentar na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas plantas geologica e topographica dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, tanto quanto fôr possível e o permittirem os trabalhos executados, a superposição das camadas mineraes, e remetterão, com as mesmas plantas, amostras dos mineraes encontrados e relatório minucioso da localidade em que a mina estiver situada, declarando qual a possança e riqueza desta, qual sua extensão e sua direcção, a distancia entre ella e os povoados mais proximos e os meios de communicação existentes, a área necessaria para a mineração e, finalmente, os meios apropriados para o transporte dos productos das minas.

## II

Os trabalhos de pesquisas ou explorações para descobrimento de minas poderão ser feitos por qualquer dos modos recommendados pela sciencia.

## III

Os concessionarios ficam obrigados a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir ás propriedades adjacentes, e restabelecerão, á sua custa, o curso natural das aguas que desviarem por causa dos mesmos trabalhos, e darão conveniente direcção ás que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizerem, quando destes serviços resultar damno aos mesmos proprietarios de terrenos adjacentes.

Si o desvio destas aguas exigir trabalhos em propriedade alheia, os concessionarios solicitarão pròvio consentimento do proprietario, usando dos meios em direito permittidos.

## IV

Os concessionarios ficam obrigados a dessecar os terrenos alagados em virtude dos trabalhos da exploração, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo que não possa ser prejudicada a saude dos moradores da circumvizinhança.

Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Fevereiro de 1885. — *Antonio Carneiro da Rocha.*



## DECRETO N. 9388 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1885

Concede permissão a Manoel Gonçalves da Rosa e José Pereira Ribeiro Guimarães Sobrinho para explorarem mineraes na Provincia de Santa Catharina.

Attendendo ao que Me requereram Manoel Gonçalves da Rosa e José Pereira Ribeiro Guimarães Sobrinho, Hei por bem Conceder-lhes permissão para explorarem ferro e outros mineraes no districto de Sahy, municipio de S. Francisco, da Provincia de Santa Catharina, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Fevereiro de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9384, desta data**

**I**

Fica concedido a Manoel Gonçalves da Rosa e José Pereira Ribeiro Guimarães Sobrinho o prazo de dous annos, contados desta data, para, sem prejuizo dos direitos de terceiro, procederem a explorações e pesquisas para descobrimento de minas de ferro e outros mineraes no districto de Sahy, municipio de S. Francisco, da Provincia de Santa Catharina.

Dentro deste prazo os concessionarios deverão apresentar na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas plantas geologica e topographica dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, tanto quanto fôr possível e o permittirem os trabalhos executados a superposição das camadas mineraes, e remetterão, com as mesmas plantas, amostras dos mineraes encontrados e relatorio iniducioso da localidade em que a mina estiver situada, declarando qual a possança e riqueza desta, qual sua extensão e sua direcção, a distancia entre ella e os povoados mais proximos e os meios de communicação existentes, a área necessaria para a mineração e, finalmente, os meios apropriados para o transporte dos productos das minas.

**II**

Os trabalhos de pesquisas ou explorações para descobrimento de minas, poderão ser feitos por qualquer dos meios recommendados pela sciencia.

**III**

Os concessionarios ficam obrigados a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir ás propriedades adjacentes e restabelecerão, á sua custa, o curso natural das aguas que desviaram por causa dos mesmos trabalhos, e darão conveniente direcção ás que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizerem, quando destes servigos resultar damno aos mesmos proprietarios de terrenos adjacentes.

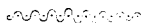
Si o desvio destas aguas exigir trabalhos em propriedade alheia, os concessionarios solicitarão prévio consentimento do proprietario, usando dos meios em direito permittidos.



## IV

Os concessionarios ficam obrigados a dessecar os terrenos alagados em virtude dos trabalhos da exploração, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo que não possa ser prejudicada a saúde dos moradores da circumvizinhança.

Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Fevereiro de 1885.— *Antonio Carneiro da Rocha.*



## DECRETO N. 9339 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1885

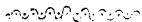
Approva não só as plantas da via ferrea que deve ligar o engenho central do S. João do Capivary, Provincia de S. Paulo, ás propriedades agricolas do mesmo municipio, como as plantas que alteram as que foram approvadas pelo Decreto n. 9154, de 23 de Fevereiro de 1884, apresentadas pela Companhia « The S. Paulo Central Sugar Factory of Brazil Limited ».

Attendendo ao que Me requereu a Companhia *The S. Paulo Central Sugar Factory of Brazil Limited*, concessionaria, por Decreto n. 8123, de 28 de Maio de 1881, de garantia de juros de 7 % ao anno sobre o capital de 500:000\$, para o estabelecimento de um engenho central destinado ao fabrico de assucar de canna, no municipio de S. João do Capivary, Provincia de S. Paulo, Hei por bem Approvar não só as plantas, apresentadas em requerimento de 30 de Janeiro ultimo, da via ferrea que deve ligar o mesmo engenho central ás propriedades agricolas do referido municipio, como as plantas, apresentadas em requerimento de 15 de Dezembro ultimo, que alteram as que foram approvadas pelo Decreto n. 9154, de 23 de Fevereiro do anno proximo passado, obrigando-se a companhia a construir, sem augmento do capital garantido, não só a necessaria distillaria, que não figura nas referidas plantas, como uma cobertura para a esteira sem fim, que leva a canna ás moendas.

Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Fevereiro de 1885, 61<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*



## DECRETO N. 9390 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1885

Approva o plano, o orçamento e os desenhos apresentados pela Companhia « Pará Central Sugar Factory, limited », para o estabelecimento de um engenho central, destinado ao fabrico de assucar de canna, no municipio de Igarapé-mirim, Provincia do Pará, e fixa o prazo dentro do qual a mesma companhia deverá reformar os contratos, que tambem apresentou, para fornecimento de canna ao dito engenho central.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia *Pará Central Sugar Factory, limited*, Hei por bem, de conformidade com o § 1º do art. 19 do Regulamento approved pelo Decreto n. 8357 de 24 de Dezembro de 1884, Approvar o plano e orçamento das obras e os desenhos dosapparelhos, que apresentou em requerimento com data de 5 de Outubro ultimo, para a construcção do engenho central do que é cessionaria, no municipio de Igarapé-mirim, Provincia do Pará, dovenio a mesma companhia reformar, dentro do prazo de tres mezes, contados desta data, os contratos apresentados no dito requerimento, no sentido de ser estipulada a quantidade de canna que cada plantador tem que fornecer á fabrica.

Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenho entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Fevereiro de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

— 100 —

## DECRETO N. 9391 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1885

Approva os estudos definitivos dos prolongamentos da estrada do ferro do Norte.

Hei por bem Approvar os estudos definitivos dos prolongamentos da estrada de ferro do Norte, de um lado até á proximidade da Igreja matriz da freguezia de Sant'Anna, no municipio neutro, e do outro até á cidade de Magé, de conformidade com as clausulas 5ª do Decreto n. 8725 de 4 de Novembro de 1882 e 1ª do Decreto n. 9011 de 15 de Setembro de 1883.

Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Fevereiro de 1885, 61<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

*Em Imperio*

#### DECRETO N. 932 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1885

Approva provisoriamente as instrucções regulamentares e tarifas para o serviço de transporte de passageiros e mercadorias pela estrada de ferro do Carangola.

Hei por bem Approvar provisoriamente as instrucções regulamentares e tarifas para o serviço de transporte de passageiros e mercadorias pela estrada de ferro do Carangola, as quaes com este baixam, assignadas por Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Fevereiro de 1885, 61<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

#### Instrucções e tarifas da Companhia estrada de ferro de Campos a Carangola

##### PASSAGEIROS

Art. 1. Os passageiros de 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> classe pagam as taxas das tabellas 1 e 2.

Paragrapho unico. Haverá para os passageiros de 1<sup>a</sup> classe entre as estações terminaes e as intermediarias e vice-versa bilhetes de ida e volta com direito a oito dias e pelos preços da tabella n. 1, e com abatimento de 20 % sobre o total das duas viagens simples.

Art. 2. As crianças menores de 3 annos, conduzidas ao collo, terão passagem gratuita; as menores de 8 annos, que se accommodam duas em cada lugar, pagarão meia passagem, devendo ser acompanhadas.

Art. 3. Os viajantes só terão entrada nos carros quando estiverem munidos de um bilhete ou passe de circulação em fôrma, fornecido por um funcionario da administração, para isso autorizado.

Art. 4. A distribuição dos bilhetes principia meia hora e acaba cinco minutos antes da hora fixada para a partida dos trens.

Art. 5. Os bilhetes devem ser conservados para serem entregues ou apresentados aos empregados dos trens, sempre que por estes forem exigidos.

Art. 6. Os bilhetes de viagem simples são válidos unicamente no dia e trem para que forem comprados e os de ida e volta em qualquer trem ordinario da passageiros, durante os oito dias.

Paragrapho unico. Si o passageiro munido de bilhete simples ou de ida e volta parar em uma estação a quem do termo de sua viagem, indicado no bilhete, terá de comprar novo bilhete para continuar a viagem.

Si na volta quizer utilizar-se do bilhete de volta, parando em uma estação intermediaria, terá de comprar novo bilhete para a primeira parte da viagem de volta ou para a segunda, conforme quizer se utilizar do bilhete de volta para a segunda ou para a primeira parte da viagem.

Art. 7. Os passes concedidos em serviço do Governo, ou da companhia, são intransferiveis, e seus portadores não podem viajar em carro de classe superior à designada nelles, ainda mesmo pagando a differença correspondente.

Art. 8. A administração tem o direito de tomar qualquer dos passes de que trata o artigo antecedente, quando apresentado por outras pessoas que não s jam as nelles indicadas, cobrando o duplo de passagem; nos casos de coincidência os passes serão considerados de nenhum valor.

Art. 9. A companhia poderá conceder trem especial para transporte de passageiros, cobrando a taxa de 50\$ o mil de 20\$ por kilometro que o trem de va percorrer, si fôr de dia, e 4\$ si fôr de noite.

Esta tarifa applicar-se-ha si o trem se compuzer de um carro de 1.<sup>a</sup> classe, um de 2.<sup>a</sup> e um de bagagem; sendo necessario mais carros, cobrar-se-ha mais 40\$ por carro de 1.<sup>a</sup> classe e 20\$ por carro de 2.<sup>a</sup> classe.

Art. 10. Os passageiros sem bilhetes, portadores de bilhetes não carimbados pela administração ou que tenham carimbo de outro dia e trem, salvo os casos previstos, pagarão o preço de sua viagem, contada do ponto de partida do trem, si pelo seu conhecimento da bagagem não estiver provada a estação de sua procedencia.

Art. 11. Os que excederem o trajecto a que tiverem direito ou

viajarem em classe superior á indicada no seu bilhete, pagarão a differença da sua passagem, e nesse caso o chefe da estação é obrigado a dar um bilhete supplementar que indique a somma percebida.

Art. 12. As companhias lyricas, dramaticas, equestres, collegios, bandas ou sociedades de musica, quando viajarem incorporadas em numero superior a 10 pessoas, gozarão do abatimento de 40 % em seus bilhetes; e de igual abatimento no frete da tarifa n. 3 pelo transporte das respectivas bagagens, quando não exijam que cheguem a seu destino dentro de 24 horas contadas da entrega.

Paragrapho unico. Far-se-ha extensivo este artigo ao transporte de colonos.

Art. 13. O passageiro que desembarcar em estação anterior á designada em seu bilhete, deve fazer entrega d' este ao chefe da estação, não tendo direito a indemnização alguma, e só poderá continuar a viagem munindo-se de novo bilhete.

Art. 14. Os doentes que viajarem deitados e os alienados, que devem ser acompanhados por pessoas que os vigiem, serão transportados em compartimentos ou carros separados de 1.<sup>a</sup> ou 2.<sup>a</sup> classe á requisição dos interessados. Pagarão uma taxa equivalente a 10 vezes (no maximo) o valor de uma passagem correspondente á classe ou carro que para isso fôr requisitado.

§ 1.<sup>o</sup> Si preferirem fazer a viagem em vagão fechado de mercadorias, pagarão o dobro do fretamento do vagão, especificado na tarifa n. 19.

§ 2.<sup>o</sup> Far-se-hão extensivas ao transporte dos cadaveros as obrigações deste artigo e paragrapho.

Art. 15. E' expressamente prohibido a qualquer viajante :

1.<sup>o</sup> Viajar em carro de classe superior á que designar o seu bilhete, salvo si previamente houver pago a differença da passagem ;

2.<sup>o</sup> Passar de um carro para outro estando o trem em movimento ;

3.<sup>o</sup> Viajar nas varandas dos carros, ou debruçar-se para fóra ;

4.<sup>o</sup> Viajar nos carros de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> classe estando descalço ;

5.<sup>o</sup> Entrar ou sahir dos carros estando o trem em movimento.

Art. 16. A entrada dos trens é interdicta :

1.<sup>o</sup> A's pessoas embriagadas ou indecentemente vestidas ;

2.<sup>o</sup> Aos portadores de armas carregadas, materias inflammaveis, ou objectos cujo odor possa incommodar aos viajantes.

Art. 17. Ninguém pôde transportar consigo nos trens mais de uma arma de fogo, a qual deve ser apresentada ao chefe da estação para verificar si se acha descarregada.

Esta disposição não se applica aos agentes da força publica que viajarem em serviço do Governo.

Art. 18. O passageiro que infringir as presentes instrucções, e, depois de advertido pelos empregados da companhia, persistir na infracção, será posto fóra da estação, restituindo-se-lhe o valor do bilhete que houver comprado, si não tiver começado a viagem.

Si a infracção fôr commettida durante a viagem o passageiro incorrerá na multa de 20\$ a 50\$, e no caso de recusar-se a pagal-a, ou, si depois desta satisfeita, não corrigir-se, o chefe do trem o entregará ao agente da estação principal mais proxima, para remettel-o á autoridade policial, a qual procederá como fôr de direito.

### *Bagagens*

Art. 19. Os passageiros não poderão levar consigo nos carros em que viajarem senão pequenos volumes que não incommodem aos demais passageiros, a juizo do agente da estação ou de pessoa encarregada da policia do trem. Estes volumes não serão considerados como bagagem. Cada passageiro tem direito ao transporte gratis como bagagem, para a 1ª classe, até ao peso de 50 kilogrammas não excedendo o volume de 100 decimetros cubicos; para a 2ª classe, não excedendo o peso de 30 kilogrammas e o volume da 50 decimetros cubicos. Ao excedente destes pesos ou volumes a companhia cobrará os respectivos fretes. Esta condição não se entende com os objectos preciosos, que pagarão pela respectiva tarifa.

Art. 20. Toda a bagagem que não se achar nas condições do artigo antecedente será despachada e conduzida em carro separado, para o que será entregue nas agencias 20 minutos antes da partida do trem que tiver de conduzi-la e pagará no acto do despacho as taxas da tabella n. 3. A bagagem pelos trens mixtos pagará pela tabella n. 3.

Art. 21. O *minimum* de um despacho de bagagem é de 200 réis.

Art. 22. Aos volumes de bagagem, cujo peso exceder de 100 kilogrammas e cujo volume exceder de 2 metros cubicos, pôde ser recusado transporte pelos trens de passageiros.

Art. 23. A bagagem que a pedido, ou por negligencia do expeditor, deixar de ser registrada no dia de sua entrega na estação, fica sujeita ás mesmas condições de armazenagem.

Art. 24. Os volumes apresentados na vespera poderão ser despachados mediante o pagamento da taxa adicional de 100 réis por cada um.

Art. 25. Os volumes de facil deterioração despachados ou não, que não forem reclamados em prazo conveniente, poderão ser vendidos, e, deduzido da importancia da venda o que fôr devido á companhia, será o excedente recolhido ao cofre á disposição da parte competente.

### *Animaes*

Art. 26. O transporte de animaes far-se-ha pelos trens de cargas e mixtos, pagando o frete pelas tarifas respectivas.

Art. 27. O despacho terá logar meia hora antes da partida dos trens que os conduzirem.

Art. 28. Os animaes devem ser retirados á chegada dos trens : caso o não sejam, serão remettidos para uma cocheira, por conta do consignatario, sem responsabilidade da estrada.

Art. 29. As capoeiras de galinhas e os pequenos animaes ou aves em gaiolas ou caixões engradados, estão sujeitos ás mesmas condições de despacho e de recebimento de animaes.

Art. 30. A administração deverá ser previamente avisada pelo expeditor que tiver de transportar grande numero de animaes, afim de ser effectuado o transporte.

### *Mercadorias*

Art. 31. O despacho de mercadorias principiará ás 7 horas da manhã e finalizará ás 4 horas da tarde, e a entrega começará ás 6 horas da manhã e terminará ás 5 da tarde.

Art. 32. Os volumes apresentados a despacho que não estiverem em boas condições de acondicionamento, podem ser recusados ou aceitos sob a responsabilidade do remettente, declarada na nota de expedição, e isto quando não resulte damno ás outras mercadorias.

Art. 33. Depois de effectuado o despacho das mercadorias, será fornecido á parte um recibo, á vista do qual serão as mesmas retiradas nas estações de destino.

Art. 34. Quando em quesequer volumes forem encontradas, juntas a outros objectos, materias inflammaveis que não tenham sido manifestadas, serão estas inutilisadas, pagando o expeditor 50\$ de multa; e para garantia desta serão apprehendidos os outros objectos e vendidos, entregando-se o producto á parte, depois de deduzida a multa.

Art. 35. Quando no acto da conferencia for encontrado em algum volume genero de natureza diversa da indicada no despacho, com o fim de ser cobrada taxa inferior á devida, se cobrará pelo peso de todo o volume o duplo da tabella relativa ao genero de taxa mais elevada que o mesmo volume contiver.

Art. 36. Quando um volume contiver generos sujeitos a differentes taxas, cobrar-se-ha o frete de todo o volume pela taxa mais elevada.

Art. 37. As massas indivisas que tiverem mais de 200 kilogrammas pagarão a taxa adicional de 500 réis por cada 100 kilogrammas de excesso até uma tonelada.

Exceptuam-se da taxa adicional os generos das tabellas ns. 15, 16 e 19.

Art. 38. Nenhum despacho de um ou mais volumes pagará monos de 200 réis, que é considerado o *minimum* de inscripção para um qualquer transporte.

### *Despachos e peças*

Art. 39. As pedras e metacs preciosos em bruto e em obra o o dinheiro serão despachados pela tabella n. 21.

Art. 40. Madeira em tóros rectilíneos, falquejada ou serrada, em pranchões ou em taboas amarradas, despacha-se calculando o peso de cada peça do modo seguinte :

Mede-se o maior diametro horizontal ou largura em centímetros ; o maior diametro vertical ou altura em centímetros ; o comprimento total em metros ; multiplicam-se estas tres dimensões, divide-se o producto por 10 e tem-se o peso em kilogrammas (que dividido por 1.000 é a unidade da tarifa).

No despacho da madeira observar-se-ha o seguinte :

1.º Qualquer porção de madeira, tendo esta de comprimento até 2<sup>m</sup>,50, será despachada pelo peso que se verificar, conforme o calculo acima ;

2.º Si a madeira tiver mais de 2<sup>m</sup>,50 até 8<sup>m</sup>,00, não poderá ser despachada por peso inferior a 6 toneladas ;

3.º A madeira que exceder a 8<sup>m</sup>,00 e tiver até 10<sup>m</sup>,00 de comprimento, não poderá ser despachada por peso inferior a 10 toneladas ;

4.º A madeira que exceder a 10 metros, só poderá ser despachada mediante ajuste previo com a administração.

A carga e descarga são feitas pelos expedidores ou consignatarios, ou pela estrada a razão de 1\$000 por tonelada para carga, e 200 réis por tonelada para descarga : devendo esta ser effectuada dentro de 24 horas, a partir da chegada do trem.

Art. 41. As madeiras designadas nos §§ 2º e 3º, quando não tiverem o peso de 6 toneladas no primeiro caso e 10 no segundo, poderão ser despachadas pagando a taxa correspondente ao peso que se verificar pela medição, no caso de sujeitar-se o remetente á demora que possa haver até que se apresente carga da mesma qualidade, para complemento da lotação dos carros.

Art. 42. Madeiras curvas :

Despacham-se nas mesmas condições do artigo antecedente ; mas as dimensões para o calculo serão tomadas do espaço rectangular que occupar a carga nos vagões.

Art. 43. Caibros, varas, ripas, moirões, taboas soltas e peças de pequena seção de madeira, curva ou rectilínea, despacham-se nas mesmas condições do artigo antecedente.

Art. 44. Mobília paga, quando encaixotada ou engradada, as taxas da tabella n. 5.

A mobília não engradada paga pela tabella n. 4.

O peso da mobília será calculado nunca menos de 200 kilogrammas para um metro cubico ou 1/5 de tonelada (o mesmo calculo da madeira dividido por 5).

A mobília, envernizada ou contendo vidros ou vidraças, será despachada pela tarifa n. 4.

Quando não venha engradada ou encaixotada, a administração não assume, por avaria que possa haver, responsabilidade alguma.

Art. 45. Caixas, bixús, pipas e barricas vazias, banheiras e obras de folha de Flanires, engradadas, calcular-se-ha o peso do mesmo modo que se calcula o da madeira, dividindo-o por 5.

Art. 46. Lenha, calcular-se-ha o peso do mesmo modo que o da madeira, tomando-se as dimensões do volume occupado no carro.



Art. 47. Tijolos, telhas, parallelipipedos e semelhantes, serão despachados calculando-se o peso do milheiro na proporção do peso de 10 dos de maiores dimensões da remessa.

Art. 48. Carretas e vehiculos para estradas de ferro, despacham-se, desmontados, pela tabella n. 13.

Carros para estradas de ferro, rebocados, despacham-se pela metade da mesma tabella.

Art. 49. Locomotivas rebocadas despacham-se pela tabella n. 14.

Locomotivas desmontadas despacham-se pela mesma tabella e mais 50 %.

Art. 50. Os cadaveres serão transportados conforme está especificado no art. 14.

Art. 51. Os animaes ferozes ou bravios só poderão ser transportados pelos trens de cargas, por taxa convencional, e unicamente quando estiverem acondicionados com toda a segurança.

### *Armazenagem*

Art. 52. As mercadorias das tarifas ns. 4 a 8 e 18 a 19 poderão ser conservadas livres de armazenagem 10 dias nas estações do interior, depois da chegada dos trens, que as conduzirem. O prazo será de 15 dias para as mercadorias provenientes da Côta.

Art. 53. As mercadorias que não tiverem sido reclamadas dentro do prazo marcado, pagarão de armazenagem de cada 10 kilogrammas e dia de demora, nos 10 primeiros dias 20 réis; nos 20 seguintes 50 réis, e nos seguintes até completar 90, 100 réis.

Paragraphe unico. A companhia encarrega-se de fazer entregar com a possivel brevidade, mediante a taxa de 500 réis, qualquer conhecimento de remessa de mercadorias, comtanto que o lugar a que se destine (com excepção das cidades e povoações que forem atravessadas pela estrada) não fiquem a distancia maior de 1/4 de legua distante das estações.

Art. 54. Pela armazenagem paga se dará recibo de talão impresso.

Art. 55. Passados 90 dias de armazenagem, serão as mercadorias vendidas em leilão publico pela administração da estrada, e o producto, depois de feita a deducção do que fôr devido, entrará para a caixa, onde ficará á disposição do consignatario.

Art. 56. Exceptuam-se desta disposição as mercadorias de facil deterioração, as quaes, não sendo de prompto reclamadas, serão vendidas antes de se damnificarem, procedendo a administração da estrada, depois de deduzir a importancia que lhe fôr devida, como no final do artigo precedente.

Art. 57. A administração não se responsabilisa pelas avarias que occorrerem aos generos das tarifas ns. 15, 16, 17 e 19, por ficarem elles expostos ao tempo.

Art. 58. Si não forem retirados dentro de um mez, serão vendidos, e depois de deduzida a importancia devida á estrada, proceder-se-ha para o restante, como no final do art. 55.

*Indemnizações*

Art. 59. A estrada não se responsabilisa por esgoto de liquidos ou diminuição de peso dos objectos conduzidos a frete, salvo provando-se malversação.

Tambem não se responsabilisa pelos estragos produzidos por força maior, como sejam, incenaios, rebelliões, desmoronamentos, etc. etc.

Igualmente não responde pela avaria dos generos encaixotados ou enfardados, salvo mostrando-se na caixa ou involucro signaes exteriores de estragos, devidos a culpa ou negligencia dos empregados, nem tão pouco se responsabilisa pelo estado em que chegarem a seu destino os de facil deterioração.

Art. 60. Em caso de perda, ou damno de um ou mais volumes de bagagem, o passageiro tem direito de reclamar da administração a somma correspondente ao peso dos objectos perdidos ou damnificados, na razão de 5\$000 por 10 kilogrammas, ou fracção de 10 kilogrammas.

Si a indemnização tiver logar por damno ou avaria, e na razão da somma fixada no presente artigo, a bagagem ficará pertencendo á companhia.

Art. 61. No caso do extravio, falta ou damno de qualquer volume de mercadorias, por culpa provada do pessoal ou do serviço da estrada, terá o consignatario direito a ser indemnizado do prejuizo que soffrer, na importancia que justificar por documento.

Quando não puder demonstrar este valor de modo satisfactorio, ou quando a mercadoria for de valor incerto, essa indemnização nunca poderá ser superior a 5\$000 por 10 kilogrammas, salvo a disposição do art. 63.

Art. 62. A companhia sómente se responsabilisa pelos damnos ou perdas no transporte de animaes, provando-se que por culpa de seus empregados foram elles extraviados, maltratados durante a viagem ou excedida a lotação dos respectivos carros.

Neste caso, não será, porém, obrigada a indemnização superior á seguinte :

Para animaes de montaria.....	100\$000
Bois, vaccas, etc.....	50\$000
Bezerros, carneiros, cães e porcos.....	10\$000
Aves e pequenos animaes.....	1\$000

Salvo sómente a disposição do art. 63.

Art. 63. A estrada responsabilisa-se, nas condições dos arts. 61 e 62, pelos valores dos animaes, e bem assim pelos valores declarados de quaesquer objectos de transporte, sempre que, além dos fretes, tiver sido paga a taxa adicional de seguro de 2 % *ad valorem*.

O *minimum* deste seguro é de 1\$ por expedição.

Art. 64. Das faltas e avarias encontradas no acto da entrega dos volumes ao consignatario, o agente da estação fará declaração circunstanciada em a nota de expedição que tem de entregar.

Art. 65. As reclamações, em caso de excesso de frete, extravio, falta ou avaria de volume, serão feitas pelos consignatarios ou remetentes, em modelo impresso, que lhes será fornecido pela agencia, por cujo intermedio irão convenientemente informadas ao escriptorio central, onde aguardarão despacho.

A nota de expedição acompanhará a reclamação.

### *Telegrapho*

Art. 66. Pela transmissão de telegrammas particulares de uma para qualquer das outras estações, cobrar-se-ha a taxa de 1\$500 por 20 palavras, addicionando-se 200 réis por cada 10 palavras mais.

§ 1.º As taxas serão pagas ao agente da estação de procedencia, na occasião em que o remittente apresentar o telegramma.

§ 2.º Têm preferencia aos telegrammas particulares os que forem relativos ao serviço da estrada, os do Governo Geral e os dos Governos Provinciaes.

Art. 67. Os telegrammas serão recebidos em todas as estações, tanto nos dias uteis como nos santificados ou de festa nacional, durante o tempo em que estiverem abertas as estações, e serão transmitidos sem demora.

§ 1.º Devem conter os nomes das estações de destino, o das pessoas a quem são dirigidos, logar de residencia do destinatario, com indicação da rua e numero da casa.

§ 2.º Devem ser escriptos de modo que possam ser lidos facilmente e redigidos com clareza.

§ 3.º Os telegrammas em lingua nacional ou estrangeira devem ser escriptos de modo que se possa entender distinctamente, letra por letra.

§ 4.º Não devem conter observações, rasuras, palavras emendadas ou inutilizadas por meio de riscos.

§ 5.º É prohibido o uso de cifras secretas.

Art. 68. Os telegrammas de mais de 100 palavras podem ser recusados ou retardados para se transmitir outros mais breves, embora escriptos posteriormente.

Art. 69. Muitos telegrammas successivos do mesmo remittente, para o mesmo ou differentes destinatarios, só poderão ser aceitos quando não houver outros telegrammas a transmittir.

Art. 70. É prohibida a transmissão de qualquer telegramma contrario ás leis, prejudicial á segurança publica, ou offensivo á moral e bons costumes.

Art. 71. Tudo que o communicante escrever em sua minuta, para ser transmittido, entra na contagem das palavras.

§ 1.º Conta-se como uma, qualquer palavra que não tenha mais de sete syllabas; a que contiver maior numero será contada como duas.

§ 2.º Toda a palavra composta, ecripta de modo que forme uma só, como tal será contada, de conformidade com o disposto no paragrapho anterior. Si, porém, as partes de que ella se compozer

forem escriptas separadamente, ou mesmo reunidas pelo traço de união, serão contadas como outras tantas palavras.

§ 3.º Todo o caracter alfabético, ou numerico isolado, toda a palavra ou particula seguida de apostrophe, será contada como uma palavra.

§ 4.º Os numeros escriptos em algarismo contam-se por tantas palavras quantas forem as series de cinco algarismos que contiver, e mais uma pelo excedente.

§ 5.º Será contado como uma só palavra o numero que tiver menos de cinco algarismos.

§ 6.º As virgulas, pontos e traços de divisão serão contados como outros tantos algarismos.

§ 7.º Os algarismos escriptos por extenso serão contados pelo numero de palavras empregadas para os exprimir.

§ 8.º Cada palavra sublinhada será contada como duas palavras.

§ 9.º Os signaes de accentuação não serão contados.

Art. 72. Entram na contagem das palavras: a direcção, a assignatura, as indicações relativas ao modo da remessa do telegramma, o reconhecimento da assignatura, os pedidos de repetição para conferencia de avisos de recepção e as palavras — resposta para para — palavras —, os nomes proprios de pessoas, cidades, praças, ruas, etc., os titulos, sobrenomes, particulas e qualificações.

Art. 73. Não serão taxados quaesquer palavras ou signaes acrescentados no interesse do serviço do telegrapho.

Iguamente não serão taxados a data, a hora de apresentação do telegramma, assim como o lugar e procedencia, sendo quando o communicante os escrever na minuta e exigir a transmissão.

Art. 74. Mediante a taxa adicional de 500 reis, que será paga com a de telegrammas, a administração da estrada se encarregará de fazel-o chegar com a possível brevidade ao lugar a que se destinar, contanto que este não diste mais de um quarto de legua das estações.

Fóra desses pontos e para outros quaesquer, será remettido o telegramma pelo Correio, sem pagamento de taxa adicional, ficando a despoza do sello comprehendida na taxa do telegramma.

Art. 75. O telegramma poderá ficar na estação do destino até que o destinatario venha procural-o.

Art. 76. Para a execução das disposições precedentemente indicadas, deverá o communicante fazer as respectivas declarações na minuta do telegramma, do seguinte modo: — Pela estrada — pelo Correio — na estação.

Art. 77. Ao empregado da estrada incumbido da condução do telegramma ao domicilio do destinatario, não é permitido encarregar-se das respostas ou de outro telegramma a transmittir.

Art. 78. Na ausencia do destinatario, os telegrammas serão entregues ás pessoas de sua familia, a seus empregados, criados ou hospedes, salvo si o communicante designar na minuta um delegado especial. A pessoa que receber o telegramma em nome do destinatario deverá assignar o recibo, indicando esta circumstancia.

Art. 79. Os telegrammas que devem ser procurados na estação de destino só serão entregues ao proprio destinatario ou a pessoa por elle competentemente autorizada.

Art. 80. O communicante póde pagar de antemão a resposta do telegramma que apresentar, fixando o numero de palavras. Neste caso a minuta do telegramma deve ter a declaração — resposta paga para — palavras — antes da assignatura do communicante.

Art. 81. Si a resposta tiver menor numero de palavras, do que o indicado no telegramma, não se fará restituição da taxa. Si o numero de palavras fór maior, o excesso será pago pela pessoa que apresentar a resposta.

Art. 82. A resposta para ser transmittida, deve ser apresentada dentro das 48 horas que se seguirem á da entrega do telegramma primitivo do destinatario. A resposta, apresentada depois de findo este prazo, fica sujeita ao pagamento da taxa.

Art. 83. O communicante póde exigir da estação do destino a repetição integral do seu telegramma, pelo que pagará a mesma taxa deste; si quizer simples aviso de recepção, pagará 10 % da taxa.

Art. 84. O telegramma antes de começar a transmissão póde ser retirado, restituindo-se ao communicante a taxa com desconto de 10 %.

Art. 85. A transmissão do telegramma póde ser interrompida a pedido do communicante, sem que elle tenha direito á restituição da taxa paga.

Art. 86. O pedido para que o telegramma expedido não seja enviado ao destinatario, deve ser feito por novo telegramma, que será sujeito á taxa, a qual será restituída si o pedido não chegar a tempo de ser satisfeito.

Art. 87. O communicante tem direito á restituição da taxa nos seguintes casos :

(a) Quando o telegramma não chegar ao seu destino por qualquer causa devida ao serviço do telegrapho.

(b) Quando o telegramma enviado ao consignatario estiver alterado, a ponto de não satisfazer o fim a que é destinado.

(c) Quando o telegramma, pelo qual se tiver cobrado a taxa adicional, chegar á casa do destinatario com demora maior de uma hora depois da recepção na estação do destino.

Art. 88. Nos casos ordinarios, a transmissão dos telegrammas far-se-ha segundo a ordem de sua apresentação na estação.

Art. 89. Os telegrammas do Governo e das autoridades, embora apresentados posteriormente aos dos particulares, serão sempre expedidos em primeiro logar.

Art. 90. Os empregados da estrada são obrigados a guardar o mais rigoroso segredo sobre os telegrammas.

São-lhes applicaveis pelo extravio ou abertura dos despachos telegraphicos, e pela divulgação dos segredos nelles contidos, as leis que garantem os segredos das cartas confiadas ao Correio.

*Disposições gerais*

Art. 91. No calculo dos fretes as fracções de kilometro e de 10 kilogrammas pagarão por unidades inteiras ; as de toneladas metricas (1.000 kilogrammas), si excederem de meia, serão contadas por unidades, e por meia unidade si forem inferiores áquelle limite.

Na importancia total do frete de um despacho, as fracções menores de 20 réis serão contadas como 20 réis.

Art. 92. As mercadorias que não puderem ser misturadas com outras, sem que as damnifiquem, só serão transportadas pelo frete de um vagão (6.000 kilogrammas).

Art. 93. Desde que um expeditor necessitar de um vagão para a carga completa de mercadorias, deve requisital-o com antecedencia de 24 horas, e de 48 horas si o pedido fôr de dous ou mais vagões. O expeditor fica sujeito á multa de 5\$000 por vagão si as mercadorias não forem remetidas á estação no dia convencionado.

A importancia desta multa é depositada no acto da requisição e a administração, no dia immediato ao fixado para a expedição, poderá dispor dos vagões. O chefe da estação deve prevenir com antecedencia ao expeditor, do dia e hora em que os vagões estarão á sua disposição.

Nas estações intermediarias os vagões são carregados pelos trabalhadores do expeditor, dentro do prazo que lhe fôr fixado.

A administração poderá fazer o serviço de carga e descarga, no caso de negligencia por parte dos expeditores ou consignatarios, ou por convenio, cobrando, além do frete, a taxa de 4\$ por carga de vagão e 2\$ por descarga.

Art. 94. Nenhum expeditor de um ou mais vagões de mercadorias pôde exceder, sob qualquer pretexto, a lotação dos mesmos vagões.

O expeditor é responsavel por qualquer avaria, causada nos vehiculos da estrada de ferro pelos seus empregatos, na carga ou descarga das mercadorias.

Art. 95. Nas estações intermediarias as mercadorias só são recebidas para serem transportadas nos trens que ali pararem. Os dias e horas das passagens dos trens são affixados nas ditas estações.

Art. 96. A administração não se obriga a transportar objectos de um peso superior a 1.000 kilogrammas ou que exijir a conservação de um ou mais vagões sobre a linha principal, nas estações onde não houver linha de desvio.

Art. 97. O transporte de objectos que reclamarem o emprego de um material especial, não é obrigatorio.

Art. 98. O transporte de materias inflammaveis, taes como phosphoros, liquidos alcoolicos, agua-raz, vitriolo, essencias e outras substancias perigosas, como fogos artificiaes, etc. ou de volume, cujo involucro possa occasionar incendio, não pôde ter logar pelos trens de passageiros. Estes objectos devem ser acondi-

cionados em barris ou caixões de madeira, competentemente fechados, e são expedidos pelos trans de mercadorias, sem que a companhia se responsabilise por qualquer avaria, salvo malvergação provada, por parte do pessoal da companhia.

Art. 99. A pólvora e outras substancias de grande perigo, só podem ser transportadas acondicionadas em duplos involucros de madeira, ou caixas de cobre, devidamente fechadas.

Art. 100. Em relação ao volume e carga dos vagões abertos, não pôde exceder ás devidas dimensões.

Art. 101. Os saccoz vazios, usados, destinados ao transporte pela estrada de ferro, de gener s produzidos no paiz, o que em caso de duvida será attestado pelo chefe da estação, são conduzidos gratuitamente sem responsabilidade da administração.

Estes artigos ficam sujeitos á armazenagem por occasião de demora.

Art. 102. No caso de perda do conhecimento de despacho de mercadorias, bagagem, etc., o recobedor, depois de justificar sua identidade, poderá receber seus objectos mediante um recibo pelo mesmo firmado.

Art. 103. A administração não responde pelos objectos depositados em seus armazens, antes de serem elles subnotificados a despacho.

Art. 104. A administração tem o direito de abrir os volumes tolas as vezes que suspeitar que se faz uma falsa declaração de seu conteúdo.

Art. 105. A administração pôde, nas estações do interior, fazer adiantamentos de dinheiro sobre os generos destinados ao transporte da estrada de ferro, mediante uma commissão convencionada, contanto que o valor da mercadoria exceda, pelo menos, o duplo da mesma somma.

Art. 106. A companhia recebe carga nas estações do interior para a de Campos e vice-versa, mediante a commissão de 30 réis por 10 kilogrammas, além das taxas da tarifa.

Art. 107. Nas estações do interior serão fornecidos saccoz vazios para transporte de café, mediante a taxa de 20 réis por cada 10 kilogrammas para Campos e de 40 réis para o Rio de Janeiro.

Art. 108. As mercadorias sujeitas a se deteriorarem pagam o seu frete, qualquer que seja a tarifa por que forem transportadas, sempre no acto da inscrição.

Art. 109. Os objectos que não se acharem sufficientemente acondicionados e que não tiverem um endereço ou marca intelligivel, podem ser recusados, ou transportados sem responsabilidade da companhia, fazendo-se esta declaração nos respectivos conhecimentos.

Art. 110. A responsabilidade da companhia só cessa com a entrega dos objectos aos destinatarios ou seus delegados, salvo os casos especificados nas presentes instrucções, e para os quaes esta responsabilidade é tá definida.

Art. 111. Em caso de perda ou damno de mercadoria, salvo os casos de que trata este Regulamento, a administração é responsavel unicamente pelo valor real e immediato dos volumes extraviados, e não pelos lucros, que de sua entrega eram esperados.

Art. 112. As malas do Correio e seus conductores serão transportados gratuitamente, e bem assim os dinheiros do Thesouro Nacional ou Provincial por conta e risco do Governo.

Art. 113. A companhia poderá conceder trens especiaes para cargas, composto no minimo de seis vagões grandes com carga completa ou 48 toneladas de mercadorias, cobrando o frete pelas respectivas tabellas e mais as despesas que constam das instrucções.

Art. 114. A importancia dos fretes dos trens e carros especiaes é paga no acto da requisição.

A administração não restitue a importancia destes transportes quando não se effectuarem por vontade ou negligencia dos que os tiverem requisitado.

Art. 115. Os empregados da estrada de ferro devem ministrar aos expedidores todas as informações necessarias para a intelligencia e cumprimento das presentes Instrucções.

Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Fevereiro de 1885.— *Antonio Carneiro da Rocha.*

#### PAUTA PARA APPLICAÇÃO DAS TARIFAS

##### A.

Atelhas.....	4
Aboboras.....	7
Açafates e semelhantes.....	6
Açidos mineraes.....	4
Aço.....	6
Accordões.....	4
Aduelas.....	16
Aguardente.....	Especial 3
Aguas medicinaes.....	5
Água-raz.....	7
Alabastro em bruto.....	5
Alabastro em obras.....	4
Alambiques e pertences.....	5 e 18
Alcatrão.....	6
Alcool.....	4
Algodão em caroço.....	7
Alhos.....	6
Almofarizes de metal, pedra ou madeira.....	5 e 6
Almofadas.....	5
Alpiste.....	5
Alvaiado.....	6
Amendoas.....	5
Amendoim.....	7
Ancoras.....	6
Angico, resina, gomma ou folhas.....	5
Anil.....	6



Animaes empalhados ou embalsamados.....	4
Animaes ferozes (frete convencional).	
Animaes pequenos engaiolados .....	7
Animaes pequenos soltos.....	12
Animaes de sella (vagão C).....	9 e C
Aniz.....	5
Arados e instrumentos de utilidade à lavoura.	7 e 18
Arame de metal.....	5
Araruta.....	6
Archotes.....	5
Arcos de ferro ou madeira.....	6
Ardosia.....	6 e 16
Areia.....	19
Argilla.....	19
Armação envernizada com vidros para lojas..	4
Armações para chapéus de sol.....	5
Armações para igreja.....	4
Armamento .....	5
Arreios.....	5
Arroz.....	Especial 4
Artigos de folha de Flandres não classificados.	8
Artigos de luxo não classificados.....	4
Arvores e arbustos vivos.....	3 e 19
Asphalto.....	16
Assucar.....	6 e especial 2
Avelãs.....	5
Aves empalhadas.....	4
Aves engaioladas.....	7
Aves soltas.....	12
Azeite doce ou outros.....	5
Azeite de exportação.....	6
Azeitonas .....	5
Azulejos.....	16
Artigos de pacotilha não classificados.....	5

**B**

Bacalhão.....	6
Bacias de metal.....	6
Bagagem pelos diversos trens.....	3
Bagas de mamona ou de zimbro.....	7
Bahús vazios.....	6 e 19
Baionetas.....	5
Baldios do paiz e outros.....	6 e 19
Balanças.....	5
Balas.....	5
Baldes de metal ou de madeira.....	6
Balões.....	5
Bambinellas.....	5
Bambú.....	15, 3 e 19

Banha de porco.....	6
Banheiras.....	6
Barricas e barris vazios.....	19
Barro.....	19
Barrotes.....	15 e 17
Batatas alimenticias.....	7
Bestas e burros (vagão C).....	9 e especial C
Bezerros (vagão C).....	10 e especial C
Bilhares e bagatellas.....	5
Biscoutos.....	5
Boiões vazios.....	5 e 19
Bois e vaccas (vagão C).....	9 e especial C
Bolachas.....	5
Bolsas de viagem.....	5
Bombas para poços e cisternas.....	5 e 18
Botijas vazias.....	5 e 19
Breu.....	6
Brinquedos.....	5
Brochas para pintar ou calar.....	6
Bronze em bruto.....	6
Bronze em objectos de arte.....	4
Burras de ferro.....	5
Bustos.....	4

## C

Cabeçadas ou cabeções para animaes.....	6
Cabello.....	8
Cabos.....	6
Cabriolets.....	13
Cabritos (vagão C).....	11 e especial C
Caça morta.....	7
Caça viva.....	12
Cacão.....	7
Cachimbos.....	5
Cadaveres (vide instrucções).	
Cães (vagão C).....	11 e especial C
Café em grão ou encascado (vide as tarifas)...	7 e especial 1
Café moido.....	5
Caibros.....	15 e 17
Caixas de guerra.....	4
Caixas vazias de madeira, folha ou papelão.	8 e 19
Cal.....	16
Calçado.....	5
Calteiras.....	5 e 18
Caldeiraria (artigos não classificados).....	5
Camphora.....	5
Canna de assucar.....	3 e 19
Canna da India.....	3 e 19
Canella.....	5

Cangalhas.....	6
Canôas.....	15
Canos de barro.....	16
Canos de metal.....	6 e 18
Capachos.....	5
Capim.....	19
Capoeiras vazias.....	19
Carnaúba.....	5
Carne fresca, secca ou salgada.....	7
Carneiros (vagão C).....	11 e especial C
Caroços de algodão.....	7
Carroças (vide tarifas).....	13
Carroças desmontadas (vide tarifas).....	13
Carrros de mão.....	6 e 19
Carros de passeio.....	13
Carros funebres.....	13
Carros para estradas de ferro, desmontados....	13
Carros para estradas de ferro, rebocados.....	13 menos 50 %
Carvão animal ou vegetal.....	7
Carvão mineral.....	19
Cascas de arvôres.....	6 e 19
Cascas de côco.....	6 e 19
Castanhas.....	5
Cavallos (vagão C).....	9 e especial C
Cavernas para embarcações.....	15
Cebollas e cebollinhas.....	6
Centeio.....	6
Cêra em bruto ou em velas importada.....	5
Cêra em bruto ou em velas exportada.....	6
Cêra em obras não classificadas.....	4
Cereaes não classificados.....	7
Cerveja.....	5
Cevada importada.....	5
Cevada exportada.....	6
Chá.....	5
Champagne.....	5
Chapas de ferro ou zinco para coberturas....	6
Chapas para fogões.....	6
Chapéos.....	5
Chapelaria (artigos não classificados).....	5
Charutos.....	5
Chifres.....	5 e 19
Chocolate.....	5
Chouricos.....	5
Chumbo em bruto ou munición.....	6
Chumbo em obras não classificadas.....	5
Cigarros.....	5
Cimento.....	16
Côcos seccos ou verdes.....	6
Cobre.....	6
Cofres de ferro.....	5

Coke.....	16
Colchões de palha, capim, etc.....	5
Colchões de tecido metallico.....	4
Colla.....	5
Confeitaria (artigos não classificados).....	5
Conservas em latas (não classificadas).....	5
Cordas diversas.....	6
Cordas de embira e outras do paiz.....	6 e 19
Correame militar.....	5
Correntes de ferro ou de latão.....	6
Cortiça em bruto.....	19
Cortiça em obra (não classificada).....	8
Couçoeiras.....	15
Couros.....	6 e 15
Couros trabalhados ou envernizados.....	5
Crina vegetal ou animal.....	8
Crystaes em obra.....	4
Crystaes em bruto.....	6
Cubos para distillação, engenhos, etc.....	8
Cubos, pinas e raios para rodas.....	6
Cutelaria (artigos não classificados).....	5
Cylindros de ferro.....	6 e 18

**D**

Dinheiro.....	21
Doces estrangeiros.....	5
Doces do paiz.....	6
Dormentes de madeira.....	17
Dormentes de ferro.....	6 e 18

**E**

Eixos.....	6 e 18
Embira.....	19
Encerados para mesa ou tapete.....	5
Encommendas pelos trens de viajantes.....	3
Enxadas.....	7
Enxergas para animaes.....	5
Enxergões.....	8
Enxofre.....	6
Equipamento militar (não classificado).....	5
Ervilhas sêccas importadas.....	6
Ervilhas sêccas exportadas.....	7
Escadas de mão ou para armador.....	15
Escadas para casas, desmontadas.....	6 e 15
Escaleres.....	19
Escovas de qualquer especie.....	5
Esmeril.....	5

Espadas.....	5
Especiarias ( não classificadas ).....	5
Espelhos .....	4
Espingardas.....	5
Espíritos (não classificados).....	4
Essencias (não classificadas).....	4
Estacas para cercas.....	15
Estampas.....	5
Estanho em bruto ou em obra (não classifi- cado).....	6
Estatuas.....	4
Esteiras da Índia.....	5
Esteiras para cangalhas ou de tabua.....	19
Estojos de instrumentos cirurgicos, mathemati- cos, etc.....	5
Estopa em bruto.....	6
Estopa em obras (não classificada).....	5
Estrume.....	19

I<sup>a</sup>

Fachina (varas de).....	19
Farelo.....	7
Farinha de mandioca, milho, trigo e outros nu- tritivos (farinha de trigo paga a tarifa 7)..	Especial 4
Fazendas de seda.....	5
Fazendas diversas ( não classificadas).....	5
Feijão.....	Especial 4
Feltro.....	5
Feno.....	19
Ferraduras para animaes.....	6
Ferragens (não classificadas).....	5
Ferramentas diversas.....	5
Ferrolhos.....	5
Ferro bruto ou em obra (não classificado)...	6
Ferros de engommar.....	5
Ferro velho, em chapa, barra, arco ou verga..	7
Ferro em barra ou vergas dobradas.....	6
Fibra vegetal para cordoaria.....	8 e 19
Fios.....	5
Flôres artificiaes.....	4
Flôr de cainca ou outras para enchimento..	5 e 19
Flôres naturaes.....	4
Fogareiros.....	6
Fogos artificiaes.....	4
Fogões de ferro.....	5
Folhas medicinaes.....	6
Foles.....	6
Forjas portateis.....	6
Fôrmas diversas.....	5

Fôrmas para assucar.....	6 e 19
Fornalhas e fornos de ferro.....	6
Fornalhas para engenho.....	7 e 18
Fouces.....	7
Frutas a granel.....	19
Frutas frescas.....	7
Frutas secas ou em doce.....	5
Fubá.....	7
Fumo do paiz.....	6
Fumo estrangeiro.....	5
Formicida e congêneres.....	6

## G

Gaiolas.....	7
Gallinhas.....	7
Gamellas.....	6
Gansos.....	7 e 12
Garrafas vazias.....	6 e 19
Garrações vazios.....	6 e 19
Gatos.....	7 e 11
Gaz liquido.....	4
Gelatina.....	5
Gelêa.....	5
Gelo.....	5
Genebra.....	5
Generos alimentícios de primeira necessidade (não classificados).....	7
Generos de exportação ( não classificados ).....	6
Generos de importação (não classificados).....	5
Generos de perigo ou de cuidado (não classi- ficados).....	4
Gengibre.....	6
Gesso.....	6
Gigos vazios.....	8 e 19
Giz.....	5
Globos de vidro ou louça.....	4
Globos geographicos.....	4
Gomma arabica e outras (não classificadas).....	5
Gomma de mandioca e outras do paiz.....	6
Grades de ferro ou madeira.....	6
Granadas.....	4
Graxa animal.....	6
Graxa para calçado.....	5
Grelias de ferro.....	6
Guano.....	19
Guarda-roupa, musicas, papeis, etc.....	4 e 5
Guindastes.....	6

**H**

Harpas.....	4
Herva mate.....	6
Hervas medicinaes e outras (não classificadas).....	6
Hortalças frescas.....	7

**I**

Imagens.....	4
Impressos.....	5
Incenso.....	5
Inhame e outras raízes alimenticias.....	7
Instrumentos de cirurgia, engenharia e semelhantes.....	4
Instrumentos para lavoura.....	7
Instrumentos de musica, optica, e semelhantes.....	4

**J**

Jacás.....	8 e 19
Jangadas.....	15 e 19
Jarros de louça, vidro, barro, etc.....	5
Jóias.....	21
Jumentos (vagão C).....	9 e especial C
Junco da India.....	16
Junco do paiz.....	19

**K**

Kerosene em latas encaixotadas.....	6
-------------------------------------	---

**L**

Lã em bruto ou em obras (não classificada)....	5
Lã do paiz.....	6
Lacre.....	5
Ladrilhos de azulejo ou marmore.....	5 e 16
Ladrilhos de barro, louça, etc.....	6 e 16
Lages.....	16
Lampeões e lanternas com vidros.....	4
Lampeões e lanternas sem vidros.....	5
Latão em obra.....	5
Latão em bruto.....	6
Lavatorios envernizados.....	4 e 5
Lavatorios de ferro ou madeira, ordinarios....	6

Legumes frescos.....	7
Leite condensado.....	5
Leite fresco.....	7
Leitões (vagão C).....	11 e especial C
Lentilhas.....	6
Licores.....	5
Limalha de ferro.....	6
Limas de aço.....	6
Linguicas.....	6
Lenha.....	19
Linguas frescas, seccas ou salgadas.....	6
Linha para costura.....	5
Linhaça.....	6
Liteiras.....	13
Livros.....	5
Lixa.....	6
Locomotivas desmontadas.....	14
Locomotivas rebocadas.....	14
Louça.....	4
Louça de barro do paiz.....	5
Louça em barricas, caixas ou gigos.....	6
Louza em lages.....	16
Louza para escrever.....	5

**M**

Macacos de ferro.....	6
Macarrão e outras massas alimenticias.....	6
Machados.....	7
Machinas de copiar cartas.....	5
Machinas de costura.....	5
Machinas photographicas.....	4
Machinas de fazer forinha e suas pertencas...	18
Machinas de descaroçar algodão.....	18
Machinas em geral destinadas á lavoura ou ao preparo de seus productos.....	18
Machinas para fabrico de telha, tijolo, etc...	18
Machinas de imprimir.....	5
Machinas para tecidos.....	18
Machinas pequenas (não classificadas).....	5
Madeiras.....	15, 16 e 17
Maizena.....	7
Malas de viagem, vazias.....	5
Malhos para ferreiro.....	6
Mangas de vidro.....	4
Mandioca.....	7 e 19
Manteiga.....	5
Mappas e manuscritos.....	5
Mariscos.....	5
Marfim.....	5



Marmore em bruto.....	16
Marmore em obras.....	4 e 5
Marquezas.....	5
Marquezas ordinarias.....	6
Marrecos.....	12
Marroquim.....	5
Martellos.....	6
Massas.....	6
Materiaes de construcção (não classificados)..	18
Medicamentos (não classificados).....	5
Medidas diversas.....	5
Mel de abelhas (importado).....	5
Mel de abelhas (exportado).....	6
Mel de canna.....	7 e especial 3
Meninos de menos de 3 annos de idade, ao collo, gratis.	
Mesas envernizadas.....	4 e 5
Mesas de ferro ou madeira, ordinarias.....	6
Milho.....	Especial 4
Mochos envernizados.....	4 e 5
Mochos ordinarios.....	6
Mobilia envernizada.....	4 e 5
Modelos.....	4
Mobilia ordinaria, usada ou em mão estado...	6
Moendas para engenho e pertences.....	18
Moinhos para café, pimenta, etc.....	6
Moinhos para lavoura.....	18
Moirões.....	16
Moitões e cadernaes.....	6
Molas.....	6
Molduras.....	4
Moringues de barro.....	6
Mós.....	18

## N

Novilhos (vagão C).....	10 e especial C
Nozes.....	5

## O

Objectos preciosos d'arte.....	4
Objectos de cuidado e perigo.....	4
Objectos de luxo, de ferro, cobre, bronze ou outra qualquer qualidade.....	4
Objectos manufacturados (não classificados)..	5
Objectos de marcenaria e carpintaria desmontados.....	6
Objectos de sirgueiro.....	4

Objectos de cabelleireiro.....	5
Oleados .....	5
Oleo de amendoas doces.....	5
Oleos de qualquer qualidade (não classificados)	5
Oleos do paiz.....	6
Oratorios.....	4 e 5
Orgãos.....	4 e 5
Ornamentos para Igreja.....	4
Ossos.....	6 e 19
Ovos.....	7
Ouro em bruto.....	21
Ouro em obras.....	21
Ovas frescas, seccas ou salgadas.....	7

## P

Pacas.....	10 e 11
Padiolas.....	16
Paina de seda.....	6
Painço.....	5
Paio.....	6
Palanquins.....	13
Palhas de milho, coqueiro ou palmeira.....	19
Palhas do Chile e outras para chapéos.....	5
Palhas de trigo, de canna e outras.....	19
Pandeiros.....	4
Panellas de cobre ou ferro esmaltadas.....	6
Panellas de ferro ou barro (ordinarias).....	6
Panno de qualquer qualidade.....	5
Pão.....	7
Pãos para tamancos.....	19
Papel de boa qualidade.....	5
Papel de embrulho ou ordinario.....	6
Papelão.....	6
Pás.....	7
Passas.....	5
Passaros empalhados.....	4
Passaros vivos.....	7 e 12
Pastas de papel ou papelão.....	5
Pates.....	12
Patronas.....	5
Peanhas.....	5
Piabanhas.....	5
Pedras açorianas.....	18
Pedras de afiar ou amolar.....	6
Pedras de cantaria, alvenaria, calcarea e outras para edificação e calçamento.....	16 e 19
Pedras de filtrar.....	6
Pedras lithographicas e porcelana para es- crever.....	4

Peixe fresco, salgado ou sêcco.....	7	
Peixe em latas.....	5	
Pelless em bruto ou preparadas.....	5	
Pelless do paiz.....	6	
Pendulas para relogios.....	4	
Peneiras de cabello, seda ou tela metallica..	5	
Peneiras de palha do paiz.....	6	
Pennas para enchimento e outras.....	5	
Perfumarias.....	5	
Perolas.....	21	
Perús.....	12	
Petrechos bellicos.....	5	
Petrechos de caça.....	5	
Petroleo.....	6	
Pesos de ferro ou latão para balanças.....	5	
Péz.....	6	
Phosphoros.....	4	
Phosphoros de segurança.....	6	
Pianos.....	4	
Piassava.....	19	
Picaretas.....	7	
Pimenta da Índia.....	5	
Pimenta do paiz.....	7	
Pinceis.....	6	
Pinhão verde ou sêcco.....	5	
Pipas vazias.....	3	Especial
Pistolas.....	5	
Pixe.....	6	
Platina em bruto ou em obra.....	21	
Plumas.....	4	
Poltronas.....	4 e 5	
Polvilho.....	7	
Polvora e artigos inflammaveis.....	4	
Polvorinho.....	5	
Pomada para cabello.....	5	
Pombos.....	7	
Porcelana.....	4	
Porcos.....	10 e 11	
Porcos da Índia.....	7	
Portas, portões, portadas e janellas de ma- deira ou ferro.....	6	
Porteiras de madeira ou ferro.....	6	
Potassa e perlassa.....	6	
Potes de barro do paiz.....	6	
Potes diversos.....	6	
Pranchões.....	15	
Prata em bruto.....	21	
Prata em obras.....	21	
Prata ingleza em obras.....	5	
Prateleiras envernizadas.....	4 e 5	
Prateleiras de ferro ou madeira.....	6	

Pratos de madeira, folha, estanho, etc.....	6
Pregos de ferro ou cobre.....	6
Prelos.....	5
Prensas para algodão e outras.....	18
Presuntos.....	5
Productos chimicos e preparações pharmaceu- ticas.....	5
Puxadores para gavetas, portaes, etc.....	5
Punhaes.....	5

## Q

Quadros.....	4
Quadrupedes pequenos, soltos.....	10 e 11
Queijos diversos.....	5
Queijos de Minas ou do paiz.....	7
Quinquilharias.....	5

## R

Rabecas e rabecões.....	4
Raios, pinas e cubos para rodas.....	6
Rapadura.....	7
Rapé.....	5
Raspas de pontas de veado.....	5
Realejos.....	4
Rebolo (pedras de).....	6
Redomas de vidro.....	4
Redes.....	5
Reguas.....	6
Relogios.....	4
Relogios de ouro ou prata.....	21
Resmas (não classificadas).....	6
Retortas de metal.....	4
Retortas de vidro ou louça.....	4
Retratos.....	4
Retretes.....	4 e 5
Ripas.....	16 e 19
Rodas para carros ou carroças.....	6
Rodas e rodetes para machinas.....	18
Rolhas.....	8
Roscas.....	7
Roupa.....	5

## S

Sabão.....	7
Sabonetes.....	5

Sagü.....	6	
Salames.....	5	
Sal ordinario.....	Especial	20
Sal refinado.....	6	
Salitre.....	6	
Sanguesugas.....	5	
Sapatos.....	5	
Sapê.....	19	
Sebo.....	6	
Sedas.....	5	
Sellins e pertences.....	5	
Sementes de especiarias, como herva doce, de Alcaravia, cupo, etc.....	6	
Sementes para agricultura.....	7	
Serpentinas de vidro crystal.....	4	
Serpentinas para alambiques.....	7 e	18
Sinos.....	5	
Sipó.....	19	
Soda.....	6	
Sola do paiz e outras.....	5	
Suadores para sellins.....	6	
Substancias de pouco valor uteis á lavoura....	6	

## T

Tabaco.....	5	
Taboado.....	16	
Tabocas.....	19	
Taboas de gamão.....	4 e	5
Taboleiros.....	5	
Taboletas.....	4 e	5
Tachos para fabrico de assucar, etc.....	18	
Tachos de ferro ou cobre.....	6	
Tacos para bilhar.....	4	
Talhas de barro para agua (engradadas).....	6	
Tamancos.....	5	
Tambores de musica.....	4	
Tambores para engenho.....	18	
Tanques de metal ou madeira, para engenho.	18	
Tapetes.....	5	
Tapioca.....	7	
Tecidos diversos.....	5	
Tela metallica.....	6	
Telhas de barro.....	16	
Telhas de vidro.....	5	
Tijolos de barro.....	16	
Tijolos de limpar facas.....	6	
Tijolos de marmore, louça e outros.....	16	
Tinas.....	8 e	19
Tintas de qualquer qualidade.....	5	

Toucinho .....	7
Transparentes para janellas, de panno ou madeira .....	4
Tapos .....	6
Traves e travetas .....	15 e 17
Traveseiros .....	5
Trens de cozinha .....	6
Trilhos para estrada de ferro .....	16
Tumulos .....	4

## U

Ungentos .....	5
Unhas de animaes .....	6 e 19
Urnas .....	1
Urugu .....	7

## V

Vaccas (vagão C) .....	9 e especial C
Varas .....	15 e 19
Vassouras de cabello e crina .....	5
Vassouras do paiz .....	6
Velas .....	6
Venezianas .....	6
Verduras .....	7
Vernizes de qualquer qualidade .....	5
Vidros .....	4
Vigas .....	15
Vimes .....	6
Vinagre .....	6
Vinho .....	5
Vitelas (vagão C) .....	9, 10 e especial C

## X

Xaropes .....	5
---------------	---

## Z

Zarcão .....	3
Zinco em bruto ou em obra .....	6

## TABELLA N. 1

*Passageiros de 1ª classe*

Até 40 kilometros, 70 rs. por um e por kilometro.  
De 40 até 100 kilometros, 50 rs. por um e por kilometro.  
Por kilometro excedente de 100 k. 30 rs.

Nota.— Para as passagens de ida e volta, das estações terminaes para qualquer das outras e vice-versa, cobrar-se-ha a importancia das duas viagens simples com o abatimento de 20 %.

## TABELLA N. 2

*Passageiros de 2ª classe*

Até 40 kilometros, 40 rs. por um e por kilometro.  
De 40 até 100 kilometros, 35 rs. por um e por kilometro.  
Por kilometro excedente de 100 k. 25 rs.

## TABELLA N. 3

*Bagagens e encomendas*

Até 60 kilometros, 7 rs. por 10 kilos e por kilometro.  
De 60 até o kilometro 120, 5 rs. por 10 kilos e por kilometro.  
Por kilometro excedente de 120, 4 rs. por 10 kilos e por kilometro.

Nota.— As encomendas e bagagens de pequeno volume e peso inferior a um kilogramma pagarão a taxa fixa de 200 rs., qualquer que seja a distancia a percorrer.

## TABELLA N. 4

*Generos de cuidado e inflammaveis*

Até 60 kilometros, 7 rs. por 10 kilos e por kilometro.  
De 60 a 120 kilometros, 6 rs. por 10 kilos e por kilometro.  
Por kilometro excedente de 120, 5 rs. por 10 kilos e por kilometro.

## TABELLA N. 5

*Generos de importação*

Até 60 kilometros, 3,5 por 10 kilos e por kilometro.  
De 60 até o 120 kilometro, 2,5 por 10 kilos e por kilometro.  
Por kilometro excedente de 120, 1 real por 10 kilos e por kilometro.

## TABELLA N. 6

*Generos de exportação*

Até 60 kilometros, 2,5 por 10 kilos e por kilometro.  
De 60 até o kilometro 120, 2 rs. por 10 kilos e por kilometro.  
Por kilometro excedente de 120, 1,5 por 10 kilos e por kilometro.



## TABELLA N. 7

*Generos alimenticios de primeira necessidade incluindo ovos, frutas, leite, verduras, gallinhas, etc.*

Até 60 kilometros, 1 real por 10 kilos e por kilometro.  
De 60 ao kilometro 120, 0,75 por 10 kilos e por kilometro.  
Por cada kilometro excedente, 0,25 por 10 kilos e por kilometro.

## TABELLA N. 8

*Objectos de grande volume e pouco peso*

Até 60 kilometros, 4 rs. por 10 kilos e por kilometro.  
De 60 até o kilometro 120, 3 rs. por 10 kilos e por kilometro.  
Por cada kilometro excedente de 120, 2 rs. por 10 kilos e por kilometro.

## TABELLA N. 9

*Bois, animaes de montaria, etc.*

Até 60 kilometros, 90 rs. por um e por kilometro.  
De 60 até o kilometro 120, 80 rs. por um e por kilometro.  
Por cada kilometro excedente de 120, 60 rs. por um e por kilometro.

Nota.—No caso de ser fretado um ou mais vagões para transporte dos animaes, cobrar-se-ha o frete pela tabella especial C.

## TABELLA N. 10

*Porcos e bezerras*

Até 40 kilometros, 40 rs. por um e por kilometro.  
De 40 até 100 kilometros, 20 rs. por um e por kilometro.  
Por cada kilometro excedente, 10 rs. por um e por kilometro.

Nota.—No caso de ser fretado um ou mais vagões para o transporte dos animaes, cobrar-se-ha o frete pela tabella especial C.

## TABELLA N. 11

*Carneiros e leitões*

Até 60 kilometros, 10 rs. por um e por kilometro.  
De 60 até 120 kilometros, 7 rs. por um e por kilometro.  
Por cada kilometro excedente, 3 rs. por um e por kilometro.

Nota.—No caso de ser fretado um ou mais vagões para o transporte dos animaes, cobrar-se-ha o frete pela tabella especial C.

## TABELLA N. 12

*Perus e aves semelhantes*

Até 100 kilometros, 4 rs. por um e por kilometro.  
Por cada kilometro excedente, 3 rs. por um e por kilometro.

## TABELLA N. 13

*Carros*

Até 100 kilometros, 400 rs. por um e por kilometro.  
Por kilometro excedente, 300 rs. por um e por kilometro.

Nota.— Os carros ou carroças destinados á lavoura ou movimento de terras terão 50 % de abatimento.

## TABELLA N. 14

*Locomotivas rebocadas*

1\$000 por kilometro e por uma.

Nota.— As locomotivas desmontadas despacham-se por esta tabella com o augmento de 50 %.

## TABELLA N. 15

*Madeiras em toros até 9 metros de comprimento*

Até 20 kilometros, 150 rs. por tonelada e por kilometro.  
De 20 a 50 kilometros, 50 rs. por tonelada e por kilometro.  
De 50 a 100 kilometros, 25 rs. por tonelada e por kilometro.  
Por cada kilometro excedente, 20 rs. por tonelada e por kilometro.

## TABELLA N. 16

*Taboado, cal, tijolos, cimento, asphalto e outros materiaes de construcção*

Até 30 kilometros, 90 rs. por tonelada e por kilometro.  
De 30 até 100 kilometros, 40 rs. por tonelada e por kilometro.  
Por kilometro excedente de 100, 20 rs. por tonelada e por kilometro.

## TABELLA N. 17

*Dormentes*

Até 30 kilometros, 90 rs. por tonelada e por kilometro.  
De 30 a 100 kilometros, 30 rs. por tonelada e por kilometro.  
Por kilometro excedente de 100 k., 15 rs. por tonelada e por kilometro.

Nota.— Os consignatarios são obrigados a retirar do terreno da estrada os materiaes das tabellas ns. 15, 16 e 17 que receberem, dentro do prazo de 15 dias contados da data da descarga; si o não fizerem pagarão pela demora até 30 dias á razão de 200 rs. por dia e por tonelada metrica, findos os 30 dias os materiaes serão vendidos em leilão para cobrança do que deverem á estrada.

## TABELLA N. 18

*Machinas destinadas à lavoura*

Até 100 kilometros, 1 real por 10 kilos e por kilometro.  
Por kilometro excedente, 0,5 por 10 kilos e por kilometro.

## TABELLA N. 19

*Estrume, capim, canna de assucar, etc.*

Até 20 kilometros, 200 rs. por vagão e por kilometro.  
De 20 a 50 kilometros, 100 rs. por vagão e por kilometro.  
Por kilometro excedente, 50 rs. por vagão e por kilometro.

## TABELLA N. 20

*Sal*

Até 60 kilometros, 2,5 por 40 kilos e por kilometro.  
De 60 a 120 kilometros, 1,5 por 40 kilos e por kilometro.  
Por kilometro excedente, 0,5 por 40 kilos e por kilometro.

## TABELLA N. 21

*Dinheiro, joias, metaes e pedras preciosas, e outros valores*

Até 60 kilometros, 10 rs. por 100\$ e por kilometro.  
De 60 a 120 kilometros, 6 rs. por 100\$ e por kilometro.  
Por kilometro excedente, 3 rs. por 100\$ e por kilometro.

## TABELLA ESPECIAL N. 1

*Café*

Estações		Frete por sacco de 60 kilos
Itabapoana.....	a Campos e vice-versa	\$900
S. Pedro.....	a » » »	1\$400
Belém.....	a » » »	1\$260
S. Domingos.....	a » » »	1\$400
Cubatão.....	a » » »	1\$600
Porto Alegre.....	a » » »	1\$700
Retiro.....	a » » »	1\$700
Lage.....	a » » »	1\$700
Poço Fundo.....	a » » »	1\$700

Nota.— As demais estações despacharão café pela tabella 6. O café em côco despachado pela tabella especial ou pela de n. 6 terá 50 % de abatimento.

## TABELLA ESPECIAL N. 2

*Assucar*

Estações		Frete por sacco de 60 kilos
Travessão.....	para Campos e vice-versa	\$260
Guandú.....	» » » »	\$320
Penha.....	» » » »	\$400
Villa Nova.....	» » » »	\$480
Murundú.....	» » » »	\$500
Itabapoana.....	» » » »	\$540
Cachoeiro.....	» » » »	\$400
Monção.....	» » » »	\$480
S. Pedro.....	» » » »	\$500
Belém.....	» » » »	\$600
S. Domingos.....	» » » »	\$700
Cubatão.....	» » » »	\$760
Porto Alegre.....	» » » »	\$780
Retiro.....	» » » »	\$800
Lage.....	» » » »	\$840
Poço Fundo.....	» » » »	\$860

Nota.— As estações intermediarias despacharão assucar entre si á razão de 10 rs. por kilometro e por sacco de 60 kilos.

## TABELLA ESPECIAL N. 3

*Aguardente*

Estações				Frete por pipa	
				Cheia	Vazia
Travessão.....	a	Campos e vice-versa		2\$000	\$500
Guandú .....	a	» » »		2\$500	\$500
Penha .....	a	» » »		3\$200	\$500
Villa Nova.....	a	» » »		3\$800	\$500
Murundú.....	a	» » »		4\$000	\$500
Itabapoana.....	a	» » »		5\$000	\$500
Cachoeiro.....	a	» » »		3\$500	\$500
Monção.....	a	» » »		4\$000	1\$000
S. Pedro.....	a	» » »		4\$300	1\$000
Belém.....	a	» » »		4\$500	1\$000
S. Domingos.....	a	» » »		4\$800	1\$000
Cubatão.....	a	» » »		5\$000	1\$000
Porto Alegre.....	a	» » »		5\$100	1\$000
Retiro.....	a	» » »		5\$300	1\$200
Lage.....	a	» » »		5\$500	1\$200
Poço Fundo.....	a	» » »		5\$800	1\$200

Nota.— As estações intermediarias despacharão aguardente entre si á razão de 200 rs. por kilometro e por pipa cheia até 20 kilometros; por cada kilometro excedente de 20 kilometros pagará 50 rs. As pipas vazias pagarão 50 rs. por pipa e por kilometro.

## TABELLA ESPECIAL N. 4

*Farinha de mandioca, feijão, milho e arroz*

Até 20 kilometros, 1,5 por 10 kilos e por kilometro.  
 De 20 a 50 kilometros, 0,75 por 10 kilos e por kilometro.  
 Por kilometro excedente, 0,25 por 10 kilos e por kilometro.

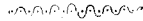
Nota.— O arroz em casca terá 50 % de abatimento.

## TABELLA ESPECIAL C

*Animacs por vagão*

Até 20 kilometros, 400 rs. por vagão e por kilometro.  
De 20 a 50 kilometros, 200 rs. por vagão e por kilometro.  
Por kilometro excedente, 100 rs. por vagão e por kilometro.

Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Fevereiro de 1885.— *Antonio Carneiro da Rocha.*



## DECRETO N. 9392 A — DE 1 DE MARÇO DE 1885

Abre ao Ministerio da Fazenda um credito supplementar da quantia de 1.690:196\$841, para as verbas 26, 27 e 28 do art. 8º da Lei n. 3141 de 30 de Outubro de 1882, para o exercicio de 1883-1884.

Tendo ouvido a Secção dos Negocios da Fazenda do Conselho de Estado, na fórma do art. 20 da Lei n. 3140 de 30 de Outubro de 1882, e Usando da attribuição concedida ao Governo pelo art. 10 da Lei n. 3141 da mesma data, Hei por bem Abrir ao Ministerio da Fazenda um credito supplementar da quantia de 1.690:196\$841, afim de ser applicado á liquidação das verbas 26, 27 e 28 do art. 8º da citada Lei n. 3141, no exercicio de 1883-1884, mencionadas na tabella, que este acompanha, assignada por Manoel Pinto de Souza Dantas, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 1 de Março de 1885, 61ª da Independencia e do Imperio.

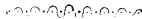
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*M. P. de Souza Dantas.*

**Tabella das verbas do art. 8º da Lei n. 3141 de 30 de Outubro de 1882, cujos creditos, por serem insufficientes, são suppridos pelo Decreto n. 9392 A desta data para liquidação do exercicio de 1883-1884**

26	Juros dos bilhetes do Thesouro.....	1.640:500\$000
27	Commissões e corretagens.....	58:909\$302
28	Juros do empréstimo do cofre do orphãos.....	20:787\$539
		1.690:196\$841

Palacio do Rio de Janeiro em 1º de Março de 1885.— *M. P. de Souza Dantas.*





## DECRETO N. 9393 — DE 7 DE MARÇO DE 1885

Concede á companhia que o Barão de Guapy organizar para o estabelecimento de um engenho central, destinado ao fabrico de assucar de canna, no municipio de Pirahy, Provincia do Rio de Janeiro, os favores mencionados nos §§ 2º, 3º e 4º do art. 6º do Regulamento approved pelo Decreto n. 8357, de 24 de Dezembro de 1881.

Attendendo ao que Me requereu o Barão de Guapy, Hei por bem Conceder á companhia, que organizar dentro do prazo de um anno, contado desta data, para o estabelecimento de um engenho central, destinado ao fabrico de assucar de canna, no municipio de Pirahy, Provincia do Rio de Janeiro, os favores mencionados nos §§ 2º, 3º e 4º do art. 6º do Regulamento approved pelo Decreto n. 8357, de 24 de Dezembro de 1881, não tomando o Estado, directa ou indirectamente, qualquer responsabilidade de futura concessão de garantia ou fiança de juros, e ficando-lhe reservado o direito de fazer, para o mesmo municipio, concessões identicas á do presente Decreto.

Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 7 de Março de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

*Antonio Carneiro da Rocha.*

## DECRETO N. 9394 — DE 7 DE MARÇO DE 1885

Concede autorização á Companhia engenho central Rio Negro para se organizar.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia engenho central Rio Negro, devidamente representada, e Conformando-me, por Minha Imperial Resolução desta data, com o parecer do Conselheiro de Estado Affonso Celso de Assis Figueiredo, exarado em Consulta da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado de 13 de Fevereiro proximo findo, Hei por bem Conceder-lhe autorização para se organizar com os estatutos que Me foram presentes e com este baixam.

Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 7 de Março de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

## Estatutos da Companhia do engenho central Rio Negro

### DOS FINS, SÉDE E DURAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 1.º Fica constituida, de accôrdo com as prescripções do Decreto n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882, a companhia sob a designação de — engenho central Rio Negro, — sendo o seu fim fundar á margem do Rio Negro, no municipio de Cantagallo, freguezia de Santa Rita, um engenho central para fabrico de assucar de canna, aguardente e alcool, com os machinismos modernos os mais aperfeiçoados, e servido por linhas ferreas.

Art. 2.º A séde da companhia será no proprio estabelecimento do engenho central, em qualquer outro local do municipio ou na Côte, conforme mais convier, a juizo da directoria, com prévia autorização da assembléa geral dos accionistas.

Art. 3.º O prazo ou duração da companhia será de 40 annos, podendo ser prorogado por deliberação da assembléa geral dos accionistas.

### DO CAPITAL SOCIAL

Art. 4.º O capital da companhia será por enquanto de 430:000\$, podendo ser elevado a 600:000\$, si as despesas da fundação o exigirem.

Art. 5.º O capital será representado por 2.150 acções do valor nominal de 200\$ cada uma.

Art. 6.º A responsabilidade dos accionistas da companhia é limitada ao valor das acções que subscreverem, e por cujas entradas, no valor integral, se obriguem na fórmula da lei.

Art. 7.º As acções serão nominativas, e as transferencias se farão no escriptorio da companhia, por meio de um termo lavrado no livro de registro.

Art. 8.º O capital será realizado por meio de chamadas, por deliberação da directoria e por meio de annuncios publicados em

uma das folhas diárias da Côte de maior circulação e da cidade de Cantagallo, com antecipação de 15 dias, conforme as necessidades da construção, ou de remessas de fundos para pagamento das machinas e utensilios encomendados. Em todo o caso, entre cada chamada deverá mediar o espaço de 30 dias.

Art. 9.º Quando, em seguida ás chamadas, o possuidor de acção não houver satisfeito a respectiva importancia no prazo determinado, poderá a directoria cancelar o marcar novos prazos, impondo ao accionista retardatario a multa de 10 % sobre o valor de cada entrada pela demora havida.

Art. 10. No caso de falta de pagamento nos novos prazos concedidos, a directoria declarará em commisso as respectivas acções e demandará o possuidor dellas pelo seu valor integral, descontando as prestações já feitas.

Art. 11. O commisso das acções será sempre a beneficio da companhia, e a sua importancia leva-la á conta do fundo de reserva, emittindo a directoria novas acções.

#### DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 12. A companhia será administrada, durante os tres primeiros annos, por uma directoria, que será eleita pela assembléa geral dos accionistas, e, terminado esse prazo, as directorias que se succederem servirão o mesmo tempo, podendo ser reeleitos os mesmos directores.

Art. 13. Os directores terão o vencimento annual de 4:000\$ cada um, desde a installação da companhia, mas que só receberão logo que a empresa tiver saldos liquidos.

Art. 14. Nenhum director poderá entrar em exercicio sem que possua, pelo menos, 50 acções, averbadas nos livros da companhia; e durante o tempo de sua gestão, e até serem approvadas as contas relativas ao periodo de sua administração, cada director é obrigado a caucionar a responsabilidade de sua gestão com o numero de acções fixado neste artigo.

A caução far-se-ha por tórmo no livro de registro das acções.

Art. 15. A falta absoluta ou temporaria de qualquer director será supprida por escolha dos demais directores, d'entre os accionistas, até á primeira reunião da assembléa geral.

Art. 16. A directoria fica revestida dos poderes necessarios para todos os actos de gestão, relativos ao fim e objecto da companhia, representando-a em Juizo activa e passivamente.

Art. 17. Os directores nomearão d'entre si um presidente, secretario e thesoureiro.

Art. 18. Ao presidente, como orgão da directoria, incumbem: presidir as suas sessões, fazer executar as suas deliberações, assignar procuração para execução de qualquer mandato da directoria, e, finalmente, representar a companhia em Juizo e fóra d'elle. No caso de vaga ou impedimento, será substituido pelo secretario ou thesoureiro.

Art. 19. Ao director thesoureiro incumbe especialmente, de accôrdo com os demais directores: dirigir e fiscalisar a contabilidade da companhia, effectuar o pagamento de todas as contas, despesas e obrigações da companhia, fazer recolher a qualquer estabelecimento bancario acreditado as sommas cobradas que não tiverem immediata applicação, e assignar os cheques para o recebimento de quaesquer quantias, que tenham de ser retiradas.

Art. 20. Ao director secretario incumbe, especialmente: lavar, em livro especial, as actas das sessões da directoria e ter sob sua direcção e inspecção o archivo da companhia.

Art. 21. Para o cargo de gerente a directoria nomeará um accionista de sua confiança.

#### DOS FISCAES

Art. 22. A assembléa geral nomeará, annualmente, tres ou mais fiscaes, accionistas, possuidores, pelo menos, de 10 acções, cada um.

Art. 23. Compete aos fiscaes dar parecer sobre os negocios e operações da companhia no anno seguinte de sua nomeação, tendo por base o balanço, inventario e contas da directoria e gerencia.

Art. 24. Os fiscaes têm o direito de examinar, durante o anno social, os livros, verificar o estado da caixa e carteira, exigir informações da directoria sobre as operações sociaes, e convocar extraordinariamente a assembléa geral, sempre que o julgarem necessario.

#### DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 25. Haverá em cada anno uma assembléa geral ordinaria, cuja reunião se effectuará em qualquer dia do mez de Maio, no lugar e hora designados pela directoria, em annuncios, publicados com 15 dias de antecedencia.

Art. 26. Nenhuma deliberação poderá ser tomada pela assembléa geral, relativamente ás contas e balanço, si antes não tiver sido apresentado o relatorio e parecer dos fiscaes.

Art. 27. A assembléa geral só poderá deliberar achando-se composta de um numero de accionistas que represente, pelo menos, a metade do capital social. Si esse numero não se reunir, será convocada uma nova reunião por annuncios nos jornaes, declarando-se que nella se deliberará, qualquer que seja a somma do capital representado pelos accionistas presentes.

Art. 28. Para as deliberações de qualquer natureza, bem como para a eleição da directoria ou fiscaes, serão admittidos votos por procuração, com poderes especiaes, comtanto que os mesmos poderes não sejam conferidos aos membros da directoria e fiscaes.

Art. 29. As assembleas geraes serão presididas pelo presidente da directoria e na falta por qualquer outro director, ou simples accionista eleito *ad hoc*.

Art. 30. A assemblea geral será convocada sempre que o requeriram sete ou mais accionistas, contanto que representem, pelo menos, um quinto do capital realizado, e, si a directoria se recusar ou retardar a convocação por mais de dous mezes, será a convocação feita pelos accionistas reclamantes, mediante autorização do Juiz do Commercio, com as formalidades prescriptas no Decreto n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882.

Art. 31. Os votos dos accionistas serão contados á razão de um por 10 accões, até ao maximo de 20 votos.

Art. 32. Na assemblea geral não poderão votar os membros da directoria, approvando os seus balanços, contas e inventario, nem os fiscaes approvando os seus pareceres.

Art. 33. Compete á assemblea geral :

§ 1.º Resolver acerca de todos os negocios sociaes.

§ 2.º Eleger os membros que devem compor a administração da companhia.

§ 3.º Deliberar sobre qualquer proposta iniciada pela directoria, gerencia ou por qualquer accionista.

§ 4.º Reformar os presentes estatutos ou alteral-os, achando-se para isso legalmente constituída, nos termos do Decreto n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882.

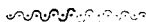
#### DOS DIVIDENDOS E FUNDO DE RESERVA

Art. 34. A directoria distribuirá annualmente em dividendo pelos accionistas os lucros sociaes liquidos, depois de deduzir delles 2 % para um fundo de reserva, destinado a fazer face aos desfalques do capital e a constituir fundo de amortização.

#### DOS SOCIOS FUNDADORES

Art. 35. Aos accionistas fundadores Jeronymo Cordeiro de Araujo Lima e Feliciano José Henriques é concedida, a titulo de indemnização e remuneração de serviços prestados, a metade dos lucros liquidos que excederem de 18 % ao anno, antes da deducção da quota do fundo de reserva, sendo a outra metade distribuida em dividendo a todos os accionistas.

Rio Negro, 3 de Abril de 1884. — *Jeronymo Cordeiro de Araujo Lima. — Feliciano José Henriques.*



## DECRETO N. 9395 — DE 7 DE MARÇO DE 1885

Dá novo Regulamento para o Corpo Militar de Policia da Côrte.

Usando da attribuição que Me Confere o art. 102 § 12 da Constituição, e na conformidade do art. 3º § 3º da Lei n. 3230 de 3 de Setembro de 1884, Hei por bem Decretar que no Corpo Militar de Policia da Côrte se observe o Regulamento, que com este baixa, assignado por Francisco Maria Sodré Pereira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 7 de Março de 1885, 64º da Independencia o do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Francisco Maria Sodré Pereira.*

## Regulamento do Corpo Militar de Policia da Côrte, a que se refere o Decreto n. 9395 desta data

### CAPITULO I

#### DA ORGANIZAÇÃO, ALISTAMENTO, NOMEAÇÕES, DEMISSÕES E DISCIPLINA INTERNA

Art. 1.º O Corpo Militar de Policia da Côrte se comporá de oito companhias, sendo duas de cavallaria e seis de infantaria.

Comportará a força de 1.008 homens e 182 cavallos, distribuida da maneira constante do quadro sob o n. 1.

As companhias terão a numeração: 1ª e 2ª de cavallaria, e 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª de infantaria, pertencendo á 1ª de cavallaria o estado-maior e o menor.

Art. 2.º Terão praça neste corpo os cidadãos brasileiros que tiverem boa conducta, robustez para o serviço e a idade de 18 a 45 annos, podendo tambem engajar-se estrangeiros que, se achando em taes circumstancias, tenham pelo menos dous annos de residencia no Brazil.

Art. 3.º Os voluntarios ou engajados servirão por tres annos.

Art. 4.º Concluido o prazo do serviço as praças do corpo terão baixa, precedendo ordem do Commandante geral, com recurso para o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, no caso de recusa do Commandante, dovendo ellas porém apresentar em bom

estado o armamento e mais objectos que se acharem em seu poder, e indemnizar os prejuizos por que forem responsaveis.

Art. 5.º As praças que quizerem continuar a servir e tiverem bom comportamento, poderão renovar o seu engajamento por mais dous annos, depois de competentemente inspecionadas, e perceberão mais uma quantia igual á 5ª parte do soldo.

Art. 6.º Enquanto as praças, que tiverem concluido o tempo de serviço, não requererem baixa, considerar-se-hão como novamente engajadas até que a requirem.

Art. 7.º As praças que tiverem servido por cinco annos consecutivos, sem que tenham soffrido pena por effeito de sentença, serão isentas do serviço do Exército e Armada e do serviço activo da Guarda Nacional, tendo preferencia em igualdade de circumstancias aos empregos publicos.

Art. 8.º Aos officiaes que contarem mais de 10 annos consecutivos de serviço no corpo, sem nota de prisão por effeito de sentença, e que houverem satisfeito as condições pelas quaes no Exército se concede o habito de S. Bento de Aviz, poderão ser conferidas as honras do posto sem nenhum vencimento quando sejam exonerados do serviço.

Art. 9.º Os officiaes do corpo poderão ser tirados d'entre qualquer das classes do Exército, ou por accesso dos inferiores do mesmo corpo, que em igualdade de serviços terão preferencia áquelles, com excepção do Commandante geral, que sempre será um official superior do Exército ou honorario. Os que pertencerem ao quadro effectivo não serão nomeados sem intelligencia e previo accordo do Ministerio da Guerra.

Art. 10. Os inferiores e cabos das companhias serão nomeados e promovidos pelo Commandante geral, sobre proposta dos Commandantes de companhias.

Art. 11. O Commandante geral e officiaes do corpo serão de livre nomeação e demissão do Governo, e gozarão, enquanto servirem, das mesmas honras e distincções que competem aos officiaes do Exército.

Art. 12. Aos individuos que se alistarem se arbitrará a quantia de 64\$000 por anno para fardamento, entrando ella para a caixa do corpo, ao qual incumbe a despesa com o fardamento que houver de ser distribuido ás praças.

## CAPITULO II

### DO UNIFORME, FARDAMENTO E VENCIMENTO

Art. 13. O uniforme e fardamento serão designados pelo Governo, que os poderá alterar quando julgar conveniente.

Os distinctivos do Commandante geral, dos officiaes e officiaes inferiores, serão os mesmos do que usa a 1ª linha.

Art. 14. O tempo de duração do fardamento, correame, equipamento, arreios e mais objectos precisos, será regulado pelas tabelas sob os ns. 3 a 5.

Cada praça fica responsavel pelos objectos a seu cargo e os que tiverem mais de metade da sua duração valerão metade de seu custo.

Art. 15. Os officiaes e praças terão os vencimentos indicados na tabela sob n. 2, os quaes lhes serão pagos mensalmente por meio de relações de todas as praças de companhias, assignadas pelos respectivos Commandantes, rubricadas pelo Commandante geral e cobertas com attestado deste, sobre a exactidão arithmetica e das observações e mais circumstancias de taes relações, que devem mencionar escrupulosamente todas as alterações que puderem influir no vencimento.

### CAPITULO III

#### DA ESCRITURAÇÃO

Art. 16. Haverá os seguintes livros:

- Do Commandante geral.
- Do registro dos officiaes e praças de cavallaria.
- Do registro dos officiaes e praças de infantaria.
- De officios dirigidos ao Ministerio da Justiça.
- De officios dirigidos a diversas autoridades.
- Da carga geral e descarga do armamento, equipamento e mais artigos recebidos pelo corpo.
- De indice dos documentos archivados.
- De registro de cavallos.
- De juramento dos officiaes.
- De registro das ordens do dia do Commandante geral do corpo.

#### DO MAJOR FISCAL

Do detalhe do serviço exigido ao corpo e por esto ás companhias.

#### DO QUARTEL-MESTRE

Um livro de registro das folhas mensaes e de todos os vencimentos recebidos em dinheiro.

De registro de todos os artigos entrados e sahidos nas arrecadações.

#### DOS COMMANDANTES DE COMPANHIAS

Um livro de registro da carga e descarga do armamento, equipamento e mais artigos recebidos e consumidos.

De pedidos em geral.



Art. 17. Os modelos para as differentes relações serão os adoptados no Exército.

Si para a regularidade do serviço e economia do corpo o Commandante geral necessitar de mais livros, os pedirá ao Ministerio da Justiça.

## CAPITULO IV

### DA DISTRIBUIÇÃO E ORDEM DO SERVIÇO

Art. 18. Uma portaria do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça distribuirá as companhias do corpo pelas differentes partes da cidade e seus arrabaldes, estabelecendo destacamentos e postos, do modo que mais conveniente fôr para a guarda e policia da mesma cidade.

Art. 19. O Corpo Militar de Policia da Côte estará á disposição do Chefe de Policia da Côte, para todas as diligencias do serviço, mas não poderá mover-se para fóra do municipio da Côte, sem ordem do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça.

Art. 20. O Chefe de Policia, calculando o numero de praças diariamente necessarias para o serviço da cidade e seus suburbios, para prender os que moverem desordem, e para quaesquer outras diligencias, ordenará com seus Delegados e Subdelegados as patrulhas e rondas precisas nas ruas e estradas.

Art. 21. Quando outra autoridade policial precisar de auxilio da força do corpo, deverá requisital-o do Chefe de Policia.

Exceptuam-se os casos urgentes nos quaes qualquer demora possa prejudicar o bom exito da diligencia, podendo em taes circumstancias ser feita a requisição verbalmente ou por escripto ao Commandante geral ou ao official do dia no quartel, ou a qualquer Commandante de destacamento ou estação, devendo a autoridade que requisitar a força dar conta posteriormente ao Chefe de Policia do numero de praças que empregou e do objecto e fim da diligencia.

Art. 22. O Chefe de Policia, ouvidos os Delegados e Subdelegados, organizará instrucções pelas quaes se devem reger as rondas e patrulhas no serviço ordinario da policia da cidade, dando conhecimento do conteúdo dessas instrucções ao Commandante geral do corpo, depois de approvadas pelo Ministro da Justiça.

Art. 23. O serviço das rondas e patrulhas poderá tambem ser feito com a força que houver disponivel nos postos policiaes e destacamentos em que se achar dividido o corpo.

Art. 24. O Chefe de Policia determinará patrulhas e rondas para os pontos e bairros mais frequentados da cidade, adoptando neste serviço o systema que lhe parecer mais apropriado, para que não fiquem fóra de vigilancia as localidades menos povoadas.

Art. 25. Em occurrencias imprevistas, senão necessario o emprego de maior numero de praças, os Commandantes das patrulhas

e ron las requisitarão auxilio de quaesquer postos de guarda ou destacamentos, e este não lhes poderá ser negado, sob as penas a que os respectivos corpos de guarda estiverem sujeitos por falta de cumprimento de ordens.

Art. 26. O Commandante geral dará instrucções ás patrulhas e ron las na parte disciplinar.

Estas instrucções serão communicadas ao Chefe de Policia.

## CAPITULO V

### DAS TRANSGRESSÕES DA DISCIPLINA, DOS CASTIGOS E SEUS LIMITES

Art. 27. Constitue transgressão da disciplina militar :

§ 1.º Todas as faltas previstas no presente Regulamento.

§ 2.º Todas as faltas aqui não previstas, nem classificadas como crimes nas leis penaes militares, commettidas contra os preceitos da subordinação e regras do serviço estabelecidas, e nas determinações das autoridades superiores competentes.

§ 3.º Todos os actos immoraes, e acções offensivas do socego e da ordem publica.

Art. 28. São circumstancias aggravantes das transgressões da disciplina :

§ 1.º Accumulação de duas ou mais transgressões.

§ 2.º A reincidência.

§ 3.º O conluio de duas ou mais praças.

§ 4.º O serem as transgressões commettidas durante o serviço, ou em razão do serviço.

§ 5.º O serem offensivas da honra e dignidade da corporação.

Art. 29. Considera-se circumstancias attenuantes das transgressões da disciplina, o facto de ser o transgressor de bom comportamento.

Art. 30. Consideram-se justificativas das transgressões da disciplina as circumstancias seguintes :

§ 1.º Terem sido as transgressões commettidas por ignorancia claramente reconhecida do ponto de disciplina infringido.

§ 2.º Terem sido commettidas em consequencia de obstaculos insuperaveis para o transgressor.

§ 3.º Terem sido commettidas por occasião de praticar o transgressor qualquer acção meritoria no interesse do socego publico, ou defesa da honra, vida e propriedade sua ou de alguém.

## CAPITULO VI

### DAS TRANSGRESSÕES PREVISTAS NESTE REGULAMENTO

Art. 31. São transgressões da disciplina :

§ 1.º Autorizar, promover ou assignar petições collectivas entre militares.

§ 2.º Não tratar o seu inferior com justiça ou offendel-o com palavras.

§ 3.º Perturbar em formatura, ou marcha, o silencio necessario para ser ouvida a voz, ou ordem do seu superior.

§ 4.º Mostrar-se negligente quanto ao asseio pessoal, prejudicar o das outras praças, ou limpeza do quartel, ou não ter a este respeito a devida vigilancia.

§ 5.º Dar toques ou signaes falsos, ou disparar armas sem ordem.

§ 6.º Desafiar seu camarada, ou com elle disputar.

§ 7.º Dirigir qualquer petição em objecto de serviço, ou queixar-se contra o superior, sem ser pelos tramites legais, ou dar queixa calumniosa.

§ 8.º Publicar qualquer representação que tenha feito contra seu superior, sem permissão da autoridade a quem a mesma representação fôr dirigida.

§ 9.º Usar do direito de representação em termos não commedidos, ou, em vez de recorrer a esse meio legal, censurar o seu superior por qualquer escripto ou impresso.

§ 10. Provoocar pela imprensa conflictos ou rixas com seus camaradas.

§ 11. Esquecer-se do respeito devido ao superior, responder-lhe com menos attenção, quer por escripto, quer verbalmente.

§ 12. Fallar mal do seu superior nos corpos de guardas, quartéis ou estabelecimentos publicos.

§ 13. Fazer estrondo, ruido, bulha e gritar ao pé de alguma guarda.

§ 14. Faltar á parada da guarda, ou de qualquer formatura, ou nella apresentar-se embriagado.

§ 15. Não querer receber a paga, quartel ou uniforme que se lhe der.

§ 16. Não ter cuidado em suas armas, uniforme, cavallo e em tudo que lhe pertencer, ou negligentemente os arruinar ou estragar.

§ 17. Servir-se de armas, uniformes alheios e de cavallo praças do outrem, ou pedil-os emprestados aos seus camaradas.

§ 18. Contrahirem as praças de pret dividas sem licença do seus Commandantes de companhia.

§ 19. Empréstar dinheiro a seu superior.

§ 20. Contrahir dividas para com os seus subordinados.

§ 21. Dar-se ao vicio da embriaguez.

§ 22. Casar-se o official sem previa participação ao seu Commandante, e a praça de pret sem licença deste.

§ 23. Ausentar-se sem licença, mas não por tempo que constitua deserção.

§ 24. Não se apresentar finda a licença ou depois de saber que foi revogada, não tendo ainda decorrido o tempo necessario para ser a falta qualificada como deserção.

§ 25. Estar fóra do quartel ao toque de recolher sem ser em serviço ou sem licença especial.

§ 26. Revelar a quem não competir quaesquer ordens, sante, senha, ou contra-senha.

§ 27. Não acudir por negligencia ao toque, á chamada aos exercicios, revistas e inspecções.

§ 23. Jogar, commetter actos immoraes, ou perturbadores da ordem publica dentro ou fóra dos quartéis, ou qualquer outro estabelecimento publico.

Art. 32. As transgressões especificadas no artigo antecedente não excluem quaesquer outras comprehendidas no art. 27 deste Regulamento.

## CAPITULO VII

### DOS CASTIGOS DISCIPLINARES

Art. 33. São castigos disciplinares:

§ 1.º Para os officiaes de patente:

- 1.º Admoestação.
- 2.º Reprehensão.
- 3.º Detenção.
- 4.º Prisão.

§ 2.º Para os officiaes inferiores do estado-menor e das companhias e para as praças que gozarem da graduação de postos correspondentes áquelles, ou de honras militares:

- 1.º Reprehensão.
- 2.º Dobro de serviço na guarda.
- 3.º Detenção.
- 4.º Prisão.
- 5.º Baixa temporaria do posto.
- 6.º Baixa indefinida do posto.

§ 3.º Para os cabos de guarda:

- 1.º Reprehensão.
- 2.º Dobro de serviço na guarda.
- 3.º Detenção.
- 4.º Prisão.
- 5.º Baixa temporaria do posto.
- 6.º Baixa definitiva do posto.

§ 4.º Para os soldados, cornetas, clarins, ferradores e outras praças do pret que não gozarem de graduação, nem honras militares:

- 1.º Reprehensão.
- 2.º Dobro de serviço.
- 3.º Detenção.
- 4.º Prisão.

Art. 34. A admoestação e a reprehensão podem ser applicadas:

- § 1.º Verbalmente.
- § 2.º Por escripto.

Art. 35. A admoestação e a reprehensão verbaes são:

- § 1.º Particularmente.
- § 2.º No circulo dos officiaes.
- § 3.º No circulo de todos os officiaes inferiores.

§ 4.º A reprehensão para as outras praças de pret será feita na frente da companhia do corpo.

Art. 36. Serão logares de detenção os seguintes :

§ 1.º Recinto de uma fortaleza.

§ 2.º Recinto do quartel do corpo.

§ 3.º Recinto das companhias.

§ 4.º Sala do estado-maior do corpo.

Art. 37. A detenção dos soldados e mais praças de pret, exceptuando-se os officiaes inferiores, poderá ser conforme a gravidade da transgressão, acompanhada das seguintes penas accessorias :

§ 1.º Carga de armas.

§ 2.º Carga de equipamento em ordem de marcha.

§ 3.º Fachina.

§ 4.º Repetição de instrucção pratica na escola de ensino.

§ 5.º Diminuição do numero de comidas diarias.

§ 6.º Privação de vicios tolerados.

§ 7.º Isolamento do culpado em cellula especial.

§ 8.º Multa em metade dos vencimentos, ou em todos ; ficando tambem sujeitos a esta pena os inferiores.

Art. 38. Os officiaes de patente, quando punidos disciplinarmente com detenção, serão recolhidos, conforme a gravidade da transgressão, ao recinto de uma fortaleza, á sala do estado-maior do corpo e ao recinto do quartel.

Paragrapho unico. Os officiaes inferiores serão recolhidos em casa fechada de fortaleza ou quartel.

## CAPITULO VIII

### DAS REGRAS E LIMITES QUE SE DEVEM OBSERVAR NA IMPOSIÇÃO DOS CASTIGOS DISCIPLINARES

Art. 39. Nenhum castigo disciplinar, exceptuados reprehensão e admoestação, será infligido sem declaração escripta do Commandante, devendo a mesma declaração mencionar a qualidade de castigo, seu limite, sua causa e circumstancias aggravantes ou atenuantes, si as houver, sendo tudo publicado em ordem geral do corpo.

Art. 40. Os castigos disciplinares abaixo mencionados não poderão exceder os limites seguintes:

§ 1.º O dobro de serviço de guarda de uma até 12 vezes, nunca porém seguidas, devendo o paciente ter sempre meio dia de folga, pelo menos.

§ 2.º A detenção de um a 30 dias.

§ 3.º A prisão de um a 25 dias.

§ 4.º A baixa temporaria do posto desde 15 a 60 dias.

Art. 41. A detenção ou prisão sem as penas accessorias não isenta o paciente do serviço que lhe competir por escala, ou que lhe for determinado.

Art. 42. A carga de armas nunca excederá o peso de sete espingardas de adarme 17, postas sobre os hombros. Este castigo não durará mais de duas horas, devendo mediar o intervallo de quatro horas, sempre que houver de ser infligido mais de uma vez pela mesma transgressão, e só será applicado no interior do quartel e sempre de dia.

Art. 43. A carga do equipamento em ordem de marcha será sempre applicada durante o dia.

Art. 44. A fachina consiste na limpeza dos quarteis e suas dependencias, na limpeza das armas e mais petrechos existentes na arrecalação, no serviço da conducção d'agua e lenha e outros semelhantes, em attorros, e nas obras e reparos dos quarteis.

Art. 45. A repetição de instrucção pratica não excederá de quatro horas por dia, sendo duas de manhã e duas á tarde.

Art. 46. Na diminuição da ração e do numero de comidas diarias, attender-se-ha sempre ao estado physico do paciente. Esta pena poderá ser applicada durante todo o tempo da prisão, observada a clausula que fica declarada.

Art. 47. O isolamento em cellula especial poderá ser durante todos os dias da prisão por castigo da transgressão commettida ou sómente durante parte delle.

Art. 48. A baixa do posto definitiva dos officiaes inferiores, effectivos ou graduados, e dos cabos effectivos ou graduados, será acompanhada de transferencia de companhia.

Art. 49. A baixa do posto indefinida por mau comportamento inhabilita o rebaixado para novos accessos.

Art. 50. As penas accessorias poderão ser, conforme a gravidade da transgressão, applicadas até tres conjunctamente, uma vez que não sejam incompativeis, nem gravemente prejudiciaes ao estado physico do paciente.

Art. 51. O tempo dos castigos contar-se-ha desde a hora em que o castigo começar, até que tenham decorrido tantas vezes 24 horas, quantos forem os dias determinados.

## CAPITULO IX

### DAS AUTORIDADES A QUEM COMPETE IMPOR CASTIGOS DISCIPLINARES

Art. 52. São competentes para impor castigos disciplinares:

§ 1.º O Ministro da Justiça aos officiaes e praças de pret.

§ 2.º O Commandante do corpo aos officiaes e praças de pret.

§ 3.º Os Commandantes de companhias ás praças de suas respectivas companhias.

## CAPÍTULO X

## DOS CASTIGOS DISCIPLINARES QUE PÓDE INFLIGIR CADA UMA DAS AUTORIDADES CITADAS NO ART. 52

Art. 53. As autoridades mencionadas no art. 52 podem infligir, a arbitrio proprio, dentro dos limites marcados, os castigos disciplinares abaixo mencionados:

§ 1.º O Commandante do corpo pôde infligir admoestação, reprehensão, o dobro do serviço de guarda, a detenção, a prisão, a baixa de posto temporaria, mandar proceder a conselho para baixa de posto indefinida e todos os mais castigos accessorios.

§ 2.º Os Commandantes de companhias, a admoestação, reprehensão, detenção e guardas de castigo.

§ 3.º Os Commandantes de destacamentos, admoestação, reprehensão, detenção e guardas de castigo.

## CAPÍTULO XI

## DAS PRAÇAS DE PRET MAL COMPORTADAS E INCORRIGIVEIS, E DO MODO POR QUE SE DEVE PROCEDER COM ELLAS

Art. 54. Com as praças de pret, que, no espaço de 12 mezes consecutivos, ou em menos tempo, commetterem 12 transgressões de disciplina quaesquer, com algumas das circumstancias aggravantes dos §§ 3º e 4º do art. 28, proceder-se-ha da maneira seguinte:

§ 1.º Si fôr official inferior, effectivo ou graduado, poderá ter baixa do posto por ordem do Commandante e sobre decisão do conselho de inquirição do corpo.

§ 2.º Si fôr cabo, ou outra praça de pret sem graduação, poderá ser declarado incorrigivel por decisão do mesmo conselho de inquirição confirmada pelo Commandante do corpo, e neste caso poderá ser escuso do serviço por indigno de pertencer ás fileiras do corpo, remettendo-se ao Chefe de Policia a fº de officio e a cópia da ordem do dia do corpo que dá publicidade ás causas da escusa.

## CAPÍTULO XII

## DO CONSELHO DE INQUIRÇÃO

Art. 55. Haverá um conselho de inquirição para os seguintes fins:

§ 1.º Verificar o mau procedimento dos officiaes inferiores e sua inaptidão para o cumprimento de seus deveres.

§ 2.º Verificar a incorrigibilidade das demais praças de pret.

§ 3.º Prestar ao Commandante do corpo sua opinião a respeito de qualquer falta commettida no corpo, si o Commandante entender consultal-o.

Art. 56. O conselho de inquirição será composto do Major do corpo como presidente, de um dos Ajudantes como auditor e de tres officiaes mais graduados, ou mais antigos que estiverem promptos, exceptuando porém o Commandante da companhia a que pertencer o individuo de quem houver de tratar o conselho.

Art. 57. O conselho de inquirição terá voto deliberativo por maioria absoluta, nos casos dos §§ 1º e 2º do art. 55, e sómente consultivo nos casos do § 3º do mesmo artigo.

Art. 58. O processo do conselho de inquirição será todo analogo ao conselho de inquirição seguido no Exército para verificar o mau comportamento dos officiaes inferiores.

Art. 59. A' vista da decisão do conselho, conformando-se com esta o Commandante do corpo, determinará em ordem do dia a baixa do posto do official inferior processado, e na escusa da praça que tambem fôr processada, e no caso contrario levará com seu parecer o processo ao Ministro da Justiça, que resolverá definitivamente.

Art. 60. Quando o conselho tratar de verificar o mau comportamento ou inhabilitação dos officiaes inferiores, e o mau comportamento de praças de pret, requisitará, para fazer juntar ao processo que organizar, a certidão dos assentamentos das ditas praças, e cópias de todos os mais documentos existentes no archivo do corpo, que possam servir para esclarecer os factos de que houver de tomar conhecimento.

Art. 61. O processo do conselho de inquirição, feito no caso do § 1º do art. 55, será tambem levado ao conhecimento do Ministro da Justiça, affin de resolver definitivamente.

Art. 62. A reunião do conselho de inquirição por deliberação do Commandante do corpo ou ordem de autoridade superior competente, será convocada por escripto do mesmo Commandante.

A ordem de convocação deve declarar qual o objecto de que o conselho ha de occupar-se.

## CAPITULO XIII

### OUTRAS DISPOSIÇÕES

Art. 63. Toda a prisão ou detenção, anterior á ordem que a designar como castigo de qualquer transgressão, será considerada preventiva e não poderá durar além de tres dias, salvo si houver qualquer occurrencia imprevista que demore a investigação do facto.

Art. 64. Toda a autoridade policial e militar é competente para prender preventivamente á ordem da autoridade que possa infligir castigo disciplinar ao que fôr preso.

Art. 65. Effectuada a prisão, o detentor dará parte immediatamente ao Commandante do corpo, mencionando na participação a causa da



prisão, todas as particularidades occorridas, e os nomes das testemunhas si as houver.

Art. 66. O Commandante do corpo não deixará passar falta alguma sem punição, e logo que della tenha conhecimento, procedendo ás investigações necessarias pelos meios a seu alcance, imporá ao culpado o castigo que julgar justo na fôrma deste Regulamento.

Art. 67. Si a prisão fôr á ordem da autoridade superior ao Commandante do corpo, levará este o occorrido ao conhecimento dessa autoridade para que providencie convenientemente.

Art. 68. O Commandante do corpo dirigirá á Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, nos mezes de Janeiro e Julho de cada anno, uma relação geral de todos os officiaes e praças pertencentes ao corpo, que houverem sido castigados disciplinarmente, durante o semestre anterior, e bem assim daquelles que forem expulsos por mau comportamento.

Art. 69. Si no fim dos periodos marcados no artigo antecedente não tiver havido castigo algum, ou expulsão, esta mesma circumstancia se participará.

Art. 70. O Inspector do corpo por occasião da inspecção examinará a relação geral dos castigos e dará parte em seu relatório dos abusos ou omissões que encontrar, mencionando todas as circumstancias relativas aos mesmos abusos, e fará as observações que julgar convenientes.

Art. 71. Si a autoridade superior competente conhecer que houve excesso ou injustiça manifesta na applicação do castigo disciplinar, responsabilisará o autor do excesso ou injustiça.

Art. 72. A declaração motivada da injustiça do castigo disciplinar, isenta o punido dos effeitos da nota do mesmo castigo, e não será essa nota lançada em seus assentamentos no livro mestre, e nas relações a que se refere o presente Regulamento.

Art. 73. As notas de castigos disciplinares que devam ser averbadas no livro mestre do corpo o serão por extracto, e antes da expedição das relações a que se refere o art. 68.

Art. 74. Os castigos disciplinares de qualquer natureza infligidos aos officiaes serão sempre averbados no respectivo livro mestre.

## CAPITULO XIV

### DOS CRIMES E PENAS

Art. 75. Toda a praça que sem legitima licença faltar ao serviço e ás revistas nos respectivos quartéis por oito dias consecutivos, será no fim delles qualificada desertor, assim como a que exceder o prazo da licença, por 30 dias, contado o excesso do dia seguinte áquelle em que houver terminado a mesma licença.

Art. 76. A deserção simples consiste unicamente na falta da praça a seu quartel, além dos prazos indicados no artigo antecedente.

A deserção se julgará aggravada quando o réo a tiver commettido:

1.º Estando de guarda, ronda ou patrulha, em marcha ou em diligencia;

2.º Achando-se em destacamento;

3.º Levando armas, munições de guerra, cavallo ou qualquer outro objecto pertencente á Fazenda Publica;

4.º Furtando ou roubando a seus camaradas;

5.º Estando nomeado para marchar.

Art. 77. As penas por crime de deserção serão impostas conforme a graduação seguinte:

§ 1.º O réo de 1ª deserção simples que se apresentar dentro do prazo de 30 dias, terá por castigo dous mezes de prisão: depois desse prazo 90 dias, e si fôr capturado quatro mezes, e o dobro dessas penas si fôr a deserção aggravada.

§ 2.º O réo de 2ª deserção simples ou aggravada que se apresentar dentro do dito prazo de 30 dias, terá por castigo seis mezes de prisão, e depois desse prazo oito mezes; si porém fôr capturado, além da sentença de 18 mezes de prisão, será expulso.

Art. 78. Aos desertores não se levará em tempo aquelle em que estiverem doentes no hospital, para computo da sentença.

Art. 79. Em todos os casos em que o réo tenha de cumprir sentença por deserção, perderá o tempo anterior de serviço no corpo, e se lhe contará nova praça desde o dia seguinte ao em que acabar de cumprir a mesma sentença, além de que irá á instrucção de recrutas duas horas de manhã e duas á tarde.

Art. 80. A praça que se ausentar tres vezes dentro do mesmo anno, por mais de tres dias, será considerada ré de deserção e como tal punida com as penas correspondentes.

Art. 81. Os officiaes do corpo que sem ordem ou licença se ausentarem de seu quartel ou guarnição por tempo de um mez, ou excederem a licença por tempo de dous mezes; ou estando com licença não se recolherem, quando assim lhes fôr ordenado, serão qualificados desertores ou demittidos do posto. (Decr. n. 1 de 26 de Maio de 1835, art. 1.º)

Art. 82. O condemnado por crime de deserção que fugir antes do cumprimento da sentença, soffrerá de castigo o dobro do tempo que lhe faltar para cumpril-o.

Art. 83. A desobediencia ao superior ou a recusa do castigo imposto, será punida com dous a oito mezes de prisão, podendo, segundo as circumstancias, ser o réo conservado em prisão penitenciaria por oito dias em cada mez.

A mesma pena será imposta ao que injuriar seu superior.

Art. 84. Todo aquelle que ameaçar seu superior soffrerá a pena de quatro mezes a um anno de prisão.

Si a ameaça fôr feita servindo-se o subdito de armas de qualquer especie, será elle punido pelas leis militares em vigor.

Art. 85. Todo aquelle que se servir das armas para fazer ou auxiliar algum ajuntamento illicito, será punido com um a quatro mezes de prisão com trabalho; e com 20 a 60 dias de prisão o que desarmado fizer parte de taes ajuntamentos.

Art. 86. A praça que resistir á prisão será punida segundo as leis militares, e conforme ellas tambem a que ferir ou matar seu camarada.

Art. 87. A que deixar fugir um preso confiado á sua guarda, sendo por omissão ou negligencia, soffrerá as penas correspondentes ao crime por que o preso foi condemnado, não excedendo porém a seis annos de prisão; sendo por connivencia ou peita, ou fugindo com o preso, a pena se elevará até 10 annos de prisão com trabalho.

Art. 88. A que abandonar o seu posto estando de sentinella, ou ahí fôr encontrada a dormir, será punida com 15 dias a um mez de prisão; sendo em cadeia ou logar importante, com o duplo desta pena.

Art. 89. A que furtar ou roubar alguma coisa á Fazenda Publica, a cargo da companhia, a seu camarada, inferior ou official, será punida com trez mezes a um anno de prisão com trabalho, e obrigada a restituir o objecto de que se apoderou ou a indemnizar o seu valor.

O réo será expulso do corpo sempre que fôr condemnado a mais de dous annos de prisão.

Art. 90. Todo aquelle que distrahir em proveito proprio ou de terceiro dinheiros ou objectos do corpo, ou das praças, será condemnado em um a quatro annos de prisão, salvas as acções competentes para a restituição, e em todo caso será expulso do corpo.

Art. 91. As penas deste Regulamento não isentam os réos daquellas a que possam estar sujeitos pelas leis em vigor e que forem impostas pela autoridade civil.

O que fôr condemnado a um anno de prisão simples ou a pena menor, a cumprirá nas prisões do corpo, e a maior deste prazo nas prisões militares, ficando neste caso sujeito aos respectivos regulamentos.

Art. 92. As praças de pret que forem pre-as para sentenciar perderão, durante o tempo da prisão, metade do soldo, que lhes será entregue si forem afinal absolvidas.

Art. 93. Aquella que vender, empenhar ou jogar peças do seu fardamento, armamento, o seu cavallo, ou qualquer objecto necessario ao serviço, será punida com um a seis mezes de prisão, além de perder o resto do soldo que ficar até prefazer o valor do objecto jogado, vendido ou destruido, ou até preencher a quantia por que o empenhou.

Esta disposição não será applicada no caso em que o corpo tenha sido indemnizado do prejuizo.

Art. 94. As praças condemnadas a prisão em virtude de sentença, quando não tenham de ser expulsas do corpo, só terão direito a meio soldo e etapa, e perderão o tempo de serviço durante o cumprimento da sentença.

## CAPITULO XV

## DO PROCESSO

Art. 95. Além do conselho de inquirição do que trata o capítulo 12, haverá um conselho de investigação composto de tres officiaes sob a presidencia do Major, que designará o official que deve escrever no mesmo conselho. Na falta ou impedimento do presidente servirá um Capitão.

Art. 96. A este conselho compete investigar o autor ou autores de qualquer delicto e colher todas as provas e circumstancias que possam esclarecer o facto sobre que assentam as averiguações. Embora pelas primeiras indagações não se descubra o criminoso, proseguirá o conselho até ser conhecido o delinquente.

Nestas diligencias se observará a mesma fôrma de processo adoptada no Exercito.

Art. 97. No caso de deserção o Commandante da companhia a que pertencer a praça, tendo declarado em tempo a novidade da ausencia nos mappas diários, dará, no dia seguinte ao em que a dita praça tiver completado a deserção, parte circumstanciada ao Commandante geral, o qual mandará extrahir do livro mestre uma nota de todos os assentamentos da mesma praça para ser presente ao conselho de investigação.

Art. 98. O conselho de investigação, segundo o depoimento das testemunhas, parte da deserção e assentamentos do livro mestre, escreverá o seu parecer qualificando o réo de deserção simples, ou aggravada.

Si durante o conselho apparecerem provas ou indícios acerca de qualquer outro delicto, deverá o mesmo conselho declarar o que a tal respeito houver colhido, afim de se proceder nos termos ultteriores. Todos os vogaes assignarão o parecer, e o processo será entregue ao Commandante geral, que, no caso de deserção, mandará averbar o parecer do conselho no livro mestre, e archivar o processo para servir de base ao conselho criminal, quando houver de installar-se. Nos outros crimes o conselho seguirá a marcha ordinaria estabelecida pelas leis.

Art. 99. O conselho criminal será composto de um presidente, um auditor e tres vogaes, dos quaes o mais graduado ou antigo será o interrogante.

Art. 100. O auditor, nos crimes a que forem applicaveis as leis militares, será o mesmo do Exercito, sem que por este serviço tenha direito a maior vencimento do que percebe, e no seu impedimento servirá um Capitão, nomeado pelo Commandante geral.

O presidente e vogaes serão sempre officiaes do corpo, cuja falta será substituida pelos do Exercito, á requisição do Ministerio da Justiça. Si o réo fór official, o presidente e vogaes serão de gradação maior, ou pelo menos igual á do mesmo réo.

Art. 101. O Commandante geral fará a nomeação e convocação de todos os conselhos, marcando-lhes dia, logar e hora para a reunião.

Art. 102. Não será vogal do conselho o official que tiver dado contra o réo a parte accusatoria, ou que tenha de depor no processo. Feita a nomeação do conselho criminal, o presidente remetterá ao auditor os papeis pertencentes ao processo, para que por escripto faça intimar ao réo, com declaração dos factos por que vai ser processado.

Art. 103. O conselho criminal se regulará, quanto á forma de processo, interrogatorios e inquirição de testemunhas, garantias e recursos do réo, funções do auditor e mais juizes do conselho, pelo disposto no Alvará de 4 de Setembro de 1765, e mais leis, usos e disposições por que se regem os auditores e conselhos de guerra, e não forem alterados ou revogados pelo presente Regulamento).

Art. 104. E' permittido ao réo, por si ou por seu curador ou defensor, pedir que seja adiada a reunião do conselho, quando para isso apresente motivo justificado. Este adiamento não poderá exceder a dez dias.

Art. 105. Concluida a sentença do conselho criminal será o processo remettido pelo Commandante geral ao Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, que o fará chegar ao Conselho Supremo Militar e de Justiça, que é competente para confirmar ou revogar as decisões proferidas pelo conselho criminal.

Art. 106. O Conselho Supremo Militar e de Justiça no seu julgamento se regulará pelo que se acha estabelecido no presente Regulamento, com applicação ás disposições legislativas por que se rege o mesmo Tribunal.

Art. 107. Baixando ao corpo o processo com a sentença do Tribunal de superior instancia, o Commandante geral lhe porá o — cumpra-se —, a fará ler ao réo, executar, averbar no livro mestre e publicar em ordem do dia.

Art. 108. Todas as decisões dos conselhos serão averbadas e publicalas em ordem do dia do corpo.

Art. 109. Os réos que commetterem algum delicto em destacamento serão remettidos para o logar em que se achar o estado-maior do corpo, afim de serem processados, devendo acompanhal-os as provas ou instrumentos do crime, assim como as testemunhas que pertencerem ao corpo e não fizerem falta ao serviço do destacamento, providenciando-se, segundo direito, para que todas as outras possam igualmente comparecer perante o conselho criminal.

Art. 110. Logo que qualquer réo tiver de responder a conselho será immediatamente preso.

Art. 111. No caso de ser o réo accusado por dous ou mais crimes dos mencionados neste Regulamento, será julgado por tolos elles no mesmo conselho, impondo-se a cada um a pena respectiva.

Art. 112. Occorrendo falta ou impedimento de algum dos membros dos conselhos, durante o tempo de suas sessões, o Commandante geral nomeará outros, ou na falta de officiaes que possam entrar no conselho, se procederá como ficou disposto na 2ª parte do art. 100.

~~Levar-se-á termo de substituição motivando aquella falta ou impedimento.~~

Art. 113. Quaesquer officiaes que estiverem servindo no corpo, quer addidos quer aggregados, poderão servir nos conselhos.

Art. 114. No caso de imposição de pena de prisão por qualquer crime, contar-se-ha ao réo o tempo anterior que tiver soffrido pelo delicto de que fôr accusado, descontados apenas os dias em que estiver no hospital.

## CAPITULO XVI

### DAS LICENÇAS

Art. 115. As licenças concedidas aos officiaes e praças do corpo serão de tres especies, a saber : 1.<sup>a</sup> De favor, 2.<sup>a</sup> Registradas, 3.<sup>a</sup> Por tempo determinado com vencimento.

Art. 116. As licenças de favor serão concedidas pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, até 60 dias, e até oito pelo Commandante geral, precedendo pedido justificado.

A licença de favor importa a percepção dos vencimentos ou de parte delles sómente.

Art. 117. As licenças registradas só podem ser concedidas aos officiaes do corpo sem vencimento algum.

Art. 118. As licenças por tempo determinado e com vencimento de soldo poderão ser obtidas por motivo de molestia até tres mezes, e com soldo por inteiro quando os officiaes se tratarem em suas casas, perdendo meio soldo em beneficio da caixa do corpo quando se tratarem no hospital.

Art. 119. O Commandante geral poderá conceder até quatro licenças em cada companhia ás praças de pret, sem prejuizo do serviço.

O vencimento das praças que obtiverem taes licenças entrará para a caixa por inteiro, ou em parte, conforme fôr a licença, e será igualmente applicado ás despezas particulares e extraordinarias do corpo.

Art. 120. O Governo, precedendo inspecção da junta medica, reformará com soldo simples as praças do corpo que em qualquer acto de serviço se inutilisarem; conservando ellas as honras do posto que tiverem, qualquer que seja o tempo de praça.

Art. 121. As praças e postos deixados em virtude de reforma, considerar-se-hão vagos, e serão preenchidos de conformidade com o disposto neste Regulamento.

## CAPITULO XVII

### DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO CORPO

Art. 122. Haverá um conselho de administração composto do Commandante geral, que será o presidente, do Major que servirá de fiscal, e dos Commandantes de companhias, que serão vogaes, sendo um thesoureiro.

Art. 123. Haverá mais um agente do conselho que será nomeado dentre os officiaes do corpo, que não forem vogaes.

Art. 124. O thesoureiro e o agente serão nomeados annualmente pelo conselho, por maioria absoluta de votos, até o dia 10 de Janeiro.

No caso de empate, decidirá o presidente do conselho, lavrando-se de tudo termo, e não poderão ser reeleitos por dois annos consecutivos.

Art. 125. Si por qualquer motivo vagarem os logares do thesoureiro ou agente, o conselho procederá logo á eleição de outros que os substituam pelo tempo por que cada um deveria ainda servir.

Art. 126. O impedimento temporario de qualquer dos vogaes não constitue vaga, salvo o de thesoureiro ou agente quando tiver de ser prolongado por mais de 30 dias.

Art. 127. Para que o conselho possa deliberar bastará que se reuna metade e mais um dos membros que o compoem.

O presidente tem voto no conselho, e o de qualidade no caso de empate.

Art. 128. Haverá no conselho um livro, no qual serão escriptos os termos de suas sessões e as suas deliberações e ordens. Toda a escripturação do conselho será feita pelo secretario do corpo, e os termos assignados por todos os vogaes presentes.

Art. 129. Haverá tambem um livro conta corrente de receita e despeza.

Debaixo da rubrica — Receita — se lançarão separadamente as quantias que derem entrada no cofre, com declaração dos titulos por que entram e do fim a que são destinadas.

Debaixo da rubrica — Despeza — em correspondencia aos mesmos titulos de receita se lançarão as sommas totaes das despezas que em cada um daquelles titulos se houverem feito.

Cada uma dessas sommas totaes de despeza será demonstrada por uma folha volante, á qual se referirá, assignada pelo agente, o que deverá declarar especificadamente as despezas feitas, os objectos, suas qualidades, quantidades, preço parcial e total, e acompanharão esta mesma folha os documentos que provem as ditas despezas, os quaes serão exigidos das pessoas que fizerem o fornecimento, exceptuando-se desta regra as despezas miudas, desde que por sua natureza não seja possível apresentar documentos, o que será julgado pelo conselho.

Art. 130. Haverá um cofre em que se guardará todo o dinheiro do corpo, com tres chaves differentes, as quaes serão confiadas ao Commandante geral, ao Major e ao thesoureiro. Si por substituição do emprego acontecer que um mesmo individuo venha a ficar com duas chaves, passará uma dellas a qualquer dos Commandantes de companhias por deliberação do conselho.

O cofre sómente será aberto em acto do conselho.

Art. 131. O conselho se reunirá ao menos duas vezes em cada mez, para fazer-se carga ao thesoureiro dos dinheiros recebidos, para se tomarem as contas do mez antecedente e pagarem-se as despezas nelle feitas. Além disso se reunirá todas as vezes que o

Commandante geral julgar necessario, ou houver requisição de um dos vogaes.

Art. 132. As contas serão tomadas em sessão por um termo á vista do livro de conta corrente da receita e despeza, da demonstração desta, dos documentos que a approvarem, e do saldo existente em cofre, dando-se descarga ao thesoureiro por cada um dos titulos da receita e despeza.

Art. 133. Nenhuma despeza será levada em conta senão quando fôr feita em virtude de deliberação do conselho ou autorização do Commandante geral. Far-se-ha um pedido ou nota do que fôr necessario comprar, declarando-se a qualidade, quantidade e fim para que se precisa do objecto, e o pedido será rubricado pelo Commandante geral para que se effectue a compra.

Art. 134. Pertence ao conselho a applicação, administração, fiscalisação e economia não só das quantias destinadas para sustento, ferragem e curativo dos cavallos, para as despezas do hospital e suas dietas, e para o rancho geral, mas tambem da quantia destinada no art. 12 para fardamento das praças.

Art. 135. O Commandante geral poderá autorizar quaesquer despezas miudas em reconhecido beneficio das praças do corpo, quando assim seja preciso, antes da reunião do conselho, a quem dará parte para a competente approvação.

Art. 136. Aos vogaes cumpre propor, para ser tomada em consideração, qualquer medida de melhor economia e proveito para a caixa da administração, assim como em beneficio das praças do corpo.

Art. 137. Ao agente compete fazer todos os contratos de compras que pelo conselho forem julgadas necessarias, e apresentará, antes de as ultimar, as amostras e os preços ao conselho para serem examinados e approvados.

Estes contratos serão feitos, precedendo hasta publica, com quem melhores condições offerecer.

Art. 138. O recebimento dos dinheiros para o cofre será feito pelo quartel-mestre ou por qualquer official que vá ao Thesouro com autorização do Commandante geral.

Art. 139. Recebido do Thesouro o dinheiro pertencente ao corpo, o quartel-mestre entregará immediatamente a cada Commandante de companhia a quantia que a ella pertencer, segundo a sua relação de vencimento, afim de que sejam promptamente pagas as praças, deduzindo-se o que estas devam dar para o rancho, hospital e dividas para o corpo, assim como o dinheiro destinado para o sustento dos cavallos, o que tudo será logo recolhido ao cofre e lançado em receita ao thesoureiro, em vista das guias dos mesmos Commandantes de companhias para cada uma especie de addição da receita.

Art. 140. Semelhantemente fará o quartel-mestre entrega, com as respectivas guias, de todo o dinheiro que tenha recebido para as diversas despezas do corpo, ou que por qualquer titulo deva entrar em receita, e tudo será carregado ao thesoureiro.

Art. 141. Todas as guias dos Commandantes de companhias para entradas de dinheiros no cofre devem demonstrar a quantia com que cada praça individualmente concorrer, e serão authen-



ticadas com a rubrica do Major como fiscal do corpo, e conferidas com as alterações que tiverem occorrido durante o mez em cada companhia.

As guias do quartel-mestre serão igualmente rubricadas pelo Major, e confrontadas com o registro dos pedidos de dinheiros ao Thesouro, e com as ordens do Commandante geral, que provem a existencia de qualquer quantia em mão do mesmo quartel-mestre.

Art. 142. A importancia das forragens será entregue á caixa do corpo para com a sua totalidade se sustentar, ferrar, curar os cavallos, e pagar os pastos para onde tenham de ser mandados quando precisarem.

Art. 143. Das praças que entrarem para o hospital se descontarão e serão recolhidos á caixa do corpo, para dietas, os seus vencimentos, excepto a quantia de 460 réis por dia, que ficará em mão do respectivo Commandante de companhia para quando tiverem alta lhes ser entregue, não tendo dividis a pagar.

No caso de fallecer no hospital a praça, a quantia reservada de 460 réis diarios será applicada para as despesas de seu funeral, e o remanescente entrará para a caixa do corpo, si se não apresentar pessoa habilitada segundo o direito, á qual deva ser entregue.

Art. 144. O importe dos medicamentos e sanguesugas para o hospital será tirado mensalmente do Thesouro, como se pratica actualmente, assim como o necessario para utensilios e roupa do mesmo hospital, quando o uso tenha estragado a que estiver em serviço, devendo isto ser exposto pelo Commandante geral ao Ministerio da Justiça.

Todas as despesas de dietas e mais mistores serão feitas á custa do que se descontar ás praças enfermas, na fórma do artigo antecedente; e quando isso não chegue, serão suppridas pela caixa de economias.

Art. 145. Do vencimento de cada praça arranchada se descontará, afim de entrar para a caixa do corpo, a quantia indispensavel para seu alimento, e que lhe pertencer *pro rata*, segundo a despesa total com o rancho geral.

Art. 146. O producto da venda dos cavallos em hasta publica, que tiverem baixa do corpo por incapazes, entrará para a caixa, afim de ser applicado á compra de outros.

Art. 147. Em mão do quartel-mestre, do agente ou do official encarregado do rancho, haverá uma quantia calculada pelo conselho para satisfazer ás despesas miulas e eventuaes; essa quantia ficará representada no cofre como dinheiro existente, até a apresentação das contas por um recibo daquelle a quem houver sido entregue.

Todos os pagamentos de quantia maior de 50,000 serão feitos em conselho pelo vogal thesoureiro.

Art. 148. Com a conta mensal do rancho apresentará o official que o tiver a seu cargo o mappa demonstrativo da distribuição por companhias dos generos que entrarem nas rações, de modo que se possa facilmente conhecer si o numero das rações consumidas corresponde á quantidade total de cada genero.

Art. 149. O Commandante da companhia dará, no principio do mez, uma nota que mostre quantas praças diariamente arrancharam em sua companhia, e cuja somma total deverá combinar com os respectivos vales diarios, e com a do mappa geral dado pelo official rancheiro.

Art. 150. O que fica disposto nos dois artigos antecedentes relativo ao rancho, se praticará com o sustento dos cavallos, de maneira que a distribuição das rações de forragem combine com o numero de cavallos effectivo.

O mesmo se fará conferindo-se o mappa geral das dietas e extras consumidas no hospital com o numero de doentes, confrontando-as as respectivas papelotas da enfermaria.

Art. 151. Organizadas as folhas volantes, demonstrativas da despesa com todos os documentos relativos na forma do art. 129, e presentes as guias das entradas dos dinheiros e ordens do Commandante geral para a compra dos objectos, ou para qualquer despesa; assim como os documentos que demonstrem o consumo dos generos e objectos comprados, será tudo examinado escurupulosamente por uma commissão de tres membros do conselho, nomeada pelo presidente para que dê, na sessão da tomada das contas, o seu parecer sobre a certeza de todos os documentos, sua moralidade e mais circumstancias, que possam guiar o conselho na approvação das contas.

Os membros do conselho podem examinar de per si todas as contas, as quaes depois de conferidas e approvadas serão immediatamente lançadas no livro, livrando-se o respectivo termo, e serão então archivadas as ordens do Commandante geral para a compra dos generos, bem como todos os mais documentos.

Art. 152. O saldo em favor da caixa da administração, depois de feitas as despesas de economias, e disposições particulares do corpo, será privativamente empregado em cada anno, em peças de fardamento que serão distribuidas gratuitamente ás praças mais antigas e ás que por sua assiduidade de serviço e outras circumstancias se fizerem disso merecedoras.

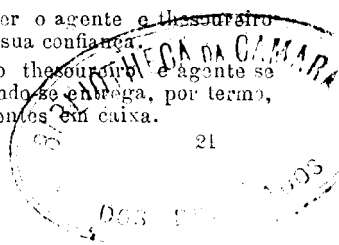
Art. 153. O Commandante geral estabelecerá os modelos de todos os mapps e mais papeis relativos ao conselho de administração.

Art. 154. O conselho determinará a qualidade e quantidade dos generos de que deve ser composta cada ração das praças arranchadas.

Art. 155. O quartel-mestre será rancheiro, podendo todavia o Commandante geral encarregar do rancho a outro official, ou nomear mais rancheiros, marcando-lhes suas obrigações e fiscalizando o cumprimento dellas.

Art. 156. O conselho poderá suspender o agente e thesoureiro logo que qualquer delles desmereça da sua confiança.

Art. 157. Depois da eleição do novo thesoureiro, o agente se tomarão e fecharão todas as contas, fazendo-se entrega, por termo, ao thesoureiro eleito, das quantias existentes em caixa.



Art. 158. Tendo de sahir do corpo algum destacamento, o Commandante geral lhe dará as instrucções necessarias para o provimento do rancho, e do mais que fôr preciso, e encarregará ao respectivo Commandante de as pôr em execução, dando conta ao conselho administrativo nos casos convenientes.

## CAPITULO XVIII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 159. Todas as praças que se alistarem no Corpo Militar de Policia da Corte prestarão juramento de fidelidade ao Imperador, ao systema jurado e ás ordens superiores.

O mesmo juramento se exigirá dos officiaes, dispensados por em os do Exercito por já o haverem dado.

Art. 160. O Commandante geral é responsavel pela conservação da disciplina e fiscalisação de todo o serviço do corpo. Elle se corresponderá directamente com a Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça sobre tudo quanto possa pertencer á regularidade da disciplina e á administração do corpo, devendo entender-se com o Chefe de Policia no que disser respeito ao emprego da força em diligencia ordinaria ou extraordinaria de serviço policial.

Art. 161. O Commandante geral é autorizado a ordenar a passagem das praças de uma para outras companhias, sempre que o reclamar a conveniencia da disciplina ou o bem do serviço.

Art. 162. Não se contará no enraçamento o tempo das licenças de favor que excederem de 15 dias e as registradas.

Art. 163. Os crimes commettidos pelas praças e officiaes do corpo em serviço, se considerarão militares e serão punidos segundo este Regulamento, ou as leis militares conforme as circumstancias que os revestirem.

Art. 164. No quartel central se reunirá o estado-maior do corpo e nelle tambem se estabelecerão a secretaria, o archivo, o hospital e as arrecadações.

No mesmo quartel se dará a instrucção de recrutas.

Art. 165. No corpo se observará a policia regimental interna adoptada nos corpos do Exercito.

Art. 166. Em dias designados haverá revista do armamento, fardamento, arreiamento e roupa nos respectivos quartéis, e exercicios em que serão ensinados os principios da Ordenança em relação á arma de cada uma das praças, e quando as circumstancias permitirem se reunirá para taes exercicios toda a força do corpo com autorização do Ministro da Justiça.

Art. 167. Os officiaes nomeados para qualquer serviço de destacamento fóra da cidade, terão direito ás forragens para uma besta de bagagem.

Art. 168. Nos ultimos dias de Dezembro será o corpo inspecionado por um official superior do Exercito designado pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, em virtude de requisição do da Justiça.

Este official será de patente igual, ou superior á do Commandante geral.

Art. 169. De seis em seis mezes se regulará a tabella das etapas das praças e forragem dos cavallos.

Art. 170. As praças de pret de cavallaria perceberão, além das vantagens que competem ás de infantaria, 20 réis diarios para conservação do arreiaimento.

Art. 171. A reforma dos officiaes e praças do Corpo Militar de Policia será regulada pela legislação do Exercito que vigorar ao tempo da reforma. (Lei n. 720 de 28 de Setembro de 1853.)

Art. 172. Em todos os casos omissos neste Regulamento e concernentes á economia, disciplina e instrucção do corpo, o ao modo pratico de cumprirem os officiaes e praças seus deveres, providenciara o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, com as instrucções e ordens necessarias.

Art. 173. As praças do corpo da Guarda Urbana, o qual fica extinto com a publicação deste Regulamento, poderão ser engajadas para o de Policia com as vantagens deste, levando-se em conta o tempo em que tiverem servido naquelle corpo.

Art. 174. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Palacio do Rio de Janeiro, 7 de Março de 1835. — *Francisco Maria Sodré Pereira.*

## TABELLA N. 1

Quadro do pessoal do Corpo Militar de Policia da Côrte com os cavallos que lhe competem. (Art. 1.º do presente Regulamento.)

CLASSIFICAÇÃO	HOMENS	CAVALLOS	COMPANHIAS DE CAVALLARIA	HOMENS	CAVALLOS	COMPANHIAS DE INFANTARIA	HOMENS
Coronel Commandante geral.....	1	1					
Major fiscal.....	1	1	Capitão.....	2	2	Capitão.....	6
Ajudantes (Capitães).....	2	2	Tenente.....	4	4	Tenente.....	6
Quartel-mestre, Alferes ou Tenente.	1	1	Alferes.....	4	4	Alferes.....	12
Secretario, Alferes ou Tenente...	1	1	1.ºs Sargentos	2	2	1.ºs Sargentos	6
Cirurgião-mór, Capitão.....	1	1	2.ºs ditos.....	4	4	2.ºs ditos.....	18
Cirurgião Ajudante, Tenente.....	1	1	Forrieis.....	2	2	Forrieis.....	6
Capellão, Tenente.....	1	1	Cabos.....	20	20	Cabos.....	60
Sargentos ajudantes.....	12	12	Soldados.....	130	130	Soldados.....	696
Sargento quartel-mestre.....	1	1	Clarins.....	4	4	Soldados.....	696
Clarim ou corneta-mór.....	1	1	Ferradores.....	2	2	Cornetas.....	12
	14	10		172	172		822
UMA COMPANHIA DE CAVALLARIA			UMA COMPANHIA DE INFANTARIA				
	HOMENS	CAVALLOS				HOMENS	
Capitão.....	1	1	Capitão.....			1	
Tenente.....	1	1	Tenente.....			4	
Alferes.....	2	2	Alferes.....			2	
Primeiro Sargento.....	1	1	Primeiro Sargento.....			4	
Segundos ditos.....	2	2	Segundos ditos.....			3	
Forriol.....	1	1	Forriol.....			1	
Cabos.....	10	10	Cabos.....			10	
Soldados.....	63	63	Soldados.....			116	
Clarins.....	2	2	Cornetas.....			2	
Ferradores.....	1	1					
	86	86				137	
Recapitulação geral							
				HOMENS	CAVALLOS		
Estado-maior e menor.....				41	10		
2 Companhias de cavallaria.....				172	172		
6 Companhias de infantaria.....				822			
				1.003	182		

Palacio do Rio de Janeiro, 7 de Março de 1883.

Francisco Maria Sodré Pereira.

## TABELLA N. 2

Dos vencimentos dos officiaes, officiaes inferiores e praças do Corpo Militar de Policia da Corte, a que se refere o art. 15 do presente Regulamento.

GRADUAÇÕES	VENCIMENTO MENSAL		VENCIMENTO DIARIO		CAVALLOS DE PESSOA
	SOLDO	GRATIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO	SOLDO	ETAPA FORRAGEM	
Coronel Commandante geral .....	235000	140000	18500	23000	1
Major fiscal .....	145000	80000	11500	18400	1
Capitão ajudante .....	100000	60000	8000	15000	12
Quartel-mestre (Alferes ou Tenente) .....	70000	40000	5500	10000	
Secretario (Alferes ou Tenente) .....	60000	40000	5000	10000	
Cirurgião-mór (Capitão) .....	100000	80000	10000	13000	
Cirurgião ajudante (Tenente) .....	90000	50000	7000	10000	
Capellão (Tenente) .....	90000	50000	7000	10000	
Sargento ajudante .....	20000	20000	2500	5000	
Sargento quartel-mestre .....	20000	20000	2500	5000	
Gla im-mór .....	15000	15000	1850	5000	
Capitão Commandante de companhia .....	100000	60000	8000	13000	
Tenente .....	90000	20000	7000	10000	
Alferes .....	80000	20000	6000	10000	
Primeiro Sargento .....	.....	.....	4500	5500	
Segundo Sargento .....	.....	.....	3500	5500	
Fornel .....	.....	.....	3500	5500	
Cabo de esquadra .....	.....	.....	3500	5500	
Soldado .....	.....	.....	3500	5500	
Ferrador .....	.....	.....	3500	5500	
Clarin ou correto .....	.....	.....	3500	5500	

As praças do pret de cavallaria terão mais vinte e seis (26) diarios de adicional ao soldo.

A cada cavallo da massa geral das companhias do corpo se abençoará para forragem, ferragem e curativo, uma quantia diaria determinada semestralmente pela Secretaria da Justica a semelhança do que se pratica no Exercito.

Cada companhia de cavallaria deverá ter deus muars e uma carroça e de cada um dellos vencerá uma forragem diaria.

Palacio do Rio de Janeiro, 7 de Março de 1853.

*Francisco Maria Sodré Pereira.*

## TABELLA N. 3

Das peças de armamento e correame a que se refere o art. 14  
do presente Regulamento

PEÇAS DE ARMAMENTO E CORREAME		ANNOS DE DURAÇÃO
INFANTARIA	CAVALLARIA	
Carabina.....	.....	10
Rifle completo.....	.....	10
	Carabina completa.....	10
	Revolver.....	10
Revolver.....	.....	10
Bayoneta.....	.....	10
Espada.....	.....	8
	Espada.....	6
Martelinho.....	.....	10
Sacatrapo.....	.....	10
Bandoleira.....	.....	8
Escovinha e agulheta.....	.....	6
Patrona.....	.....	8
Correia de patrona.....	.....	8
Cartucheira de folha.....	Cartucheira de folha.....	8
	Canana com correia.....	8
Cinturão com canana.....	.....	4
Cartucheira de pau para a canana.....	.....	4
Bainha de bayoneta.....	.....	4
	Boldriê de espada.....	4
	Fio-dor de espada.....	2
Bainha de espada.....	Bainha de espada.....	6
Guarda-fochos.....	Guarda-fechos.....	8
Poste para pistola.....	.....	8
	Pastas com correias.....	4
Corneta.....	Clarim.....	6

Palacio do Rio de Janeiro, 7 de Março de 1883.

*Francisco Maria Sodré Pereira.*

## TABELLA N. 4

Das peças de equipamento e arreios na fórmula do art. 14 do  
presente Regulamento

PEÇAS DE EQUIPAMENTO E ARREIOS		INFANTARIA	CAVALLARIA	ANNOS DE DURAÇÃO
EQUIPAMENTO	Garupa de capote (terno).....	1	1	6
	Esperas com correias.....		1	1
	Emborнал de lona para ração de cavallos.....		1	1
	Apparelhos de limpeza.....		1	2
	Bolsa do dito.....		1	2
	Porta-cabaina com fiavel.....		1	8
	Mola de ferro para o dito.....		1	1)
ARREIAENTO	Cabeçatas de freio.....		1	6
	Redeas das ditas.....		1	6
	Freio de ferro.....		1	6
	Cabeçada de bridão.....		1	6
	Bridão.....		1	6
	Redea do dito.....		1	6
	Sellim (o casco).....		1	6
	Coldres (o par).....		1	6
	Francaletes dos ditos.....		1	6
	Capelladas.....		1	6
	Estribos de ferro.....		1	8
	Loros.....		1	6
	Peitoral.....		1	6
	Silhaforte de paño.....		1	4
	Silha mestra de sola.....		1	4
	Rabicho.....		1	4
	Cabrestilho com corrente.....		1	4
	Cabeçada de prisão.....		1	4
	Vanta do sellim.....		1	2
	Peças de mão ou mancinhas.....		1	6

Além dos objectos constantes desta tabella destinados para cada praça, haverá tambem na reserva geral do corpo, para o serviço das forças que tiverem de marchar para algum ponto, um numero sufficiente dos objectos seguintes: fôrquinhos para ferragor, sogas de couro e equipamento, a saber: cantil com correia, mochila de oleado, com correias, para tacto, malote de oleado com correias, mochila de viveres, marmita de rancho, com os seus saccos para oito praças, marmita de folha para uma praça, malas de sola para a cavallaria e garupas com correias para as malas.

Palacio do Rio de Janeiro, 7 de Março de 1885.

*Francisco Maria Sodré Pereira.*



## TABELLA N. 5

Dos utensilios de que trata o art. 14 do presente Regulamento

UTENSILIOS	PARA A SECRETARIA DO CORPO E CASA DA ORDEM	PARA A CASA DO ESTADO- MAIOR	PARA QUALQUER GUARDA E FRENHA DO CORPO	PARA A PRISO GERAL DO QUARTEL	PARA O RANCHO GERAL	PARA CADA COMPANHIA DE QUALQUER DAS ARMAS	PARA CADA COMPANHIA DE CAVALLARIA	ANOS DE DURACAO
Almofada de folha.....			1					4
Armarios.....	4							
Balança.....	12				4		1	
Bancos grandes.....						As 900 33 Pias		
Camas de ferro para cada uma praça de pel.								
Barril.....			1	1	1	10		6
Cadeiras.....	6					10		
Caixão para fardamento.....					4			
Dito para fardado.....							10	
Dito para milho e farelo.....								
Candeeiro de cobre.....			1					
Carrinho de mão.....			1		2	10		
Cilher grande.....					1			6
Craveira de medir altura dos soldados.....	1							
Enxadas.....					4	1	1	2
Esmaldeira grande.....					1			4
Escrivaninha de metal.....	12							
Faca de cozinha.....					2			12
Facão.....					1			12
Gadinho para limpeza das cavallaticas.....							2	12
Gafo grande.....					1			4
Terno de medidas de capacidade pelo systema metrico.....					1		4	
Dito de pesos pelo systema metrico.....					1		1	
Dito de ditos de 1 a 150 kilos.....							1	
Livros para roteiros e ordens.....		1	1					
Machados.....					2	10		2
Marmitas de ferro para 50 praças.....					4			6
Marqueza para official.....		2						
Medidas para rações de milho.....							6	
Mesas grandes para escrever.....	12							
Ditas para a cozinha.....					1			
Ditas para o rancho.....						10		
Ditas pequenas com gavetas.....	1	1	1					
Ditas para inferiores.....						3		
Pás de ferro.....					2	2	2	4
Canecas de estanho.....			1		4	1		6
Sucros de hirao.....					2			4
Solhas grandes para a cozinha.....	1				10	1		4
Sinetes e prensas.....								
Tamboretes.....	6		1			3		
Tina para agua.....					4	4		
Vassouras para a cavallaria.....							2	4

Tudo quanto não tem annos de duração marcados, é dado por uma vez, podendo-o serem reformados os objectos que soffrerem estrago com o tempo ou que por motivos imprevistos possam inutilizar-se, o que será provado com documento do Commandante geral.

Palacio do Rio de Janeiro, 7 de Março de 1883.

*Francisco Maria Sodré Pereira.*

## DECRETO N. 9396 — DE 7 DE MARÇO DE 1885

Concede a José Antonio do Araujo, ou á sociedade que organizar, os favores dos §§ 1º, 2º, 3º, 5º e 6º da clausula 1ª do Decreto n. 7959 de 29 de Dezembro de 1880 para os fins a que allude o art. 1º da Lei provincial n. 2403 de 13 de Julho de 1883.

Attendendo ao que Me requereu José Antonio do Araujo e ao que informou a Presidencia da Provincia da Bahia, Hei por bem Conceder-lhe, ou á sociedade que organizar, os favores dos §§ 1º, 2º, 3º, 5º e 6º da clausula 1ª do Decreto n. 7959 de 29 de Dezembro de 1880 para os fins a que allude o art. 1º da Lei provincial n. 2403 de 13 de Julho de 1883 relativamente á construcção autorizada pela mesma Lei de um ramal do prolongamento da estrada de ferro da Bahia ao S. Francisco.

Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 7 de Março de 1885, 61ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

*Antonio Carneiro da Rocha.*

## DECRETO N. 9397 — DE 7 DE MARÇO DE 1885

Estabelece regras para a adopção das obras concernentes ao ensino primario e dá outras providencias.

Attendendo ao que propoz a Inspectoria Geral da Instrucção primaria e secundaria do municipio da Córte, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Nenhum livro, mappa ou objecto de ensino será adoptado nas escolas publicas sem prévia approvação do Ministro do Imperio, ouvido o Conselho Director, que dará parecer fundamentado.

A adopção dos livros ou compendios que contenham materia do ensino religioso, precederá também a approvação do Bispo Diocesano, na fórma do art. 56 do Regulamento annexo ao Decreto n. 1331 A d,e 17 de Fevereiro de 1854.

Art. 2.º A approvação será requerida ao Inspector Geral pelo autor ou editor, ou solicitada *ex officio* por qualquer dos membros do Conselho Director. Para se resolver sobre a approvação, deverão ser entregues na Inspectoria 12 exemplares da obra afim de serem distribuidos pelos membros do Conselho. Os exemplares restantes ficarão archivados.

Art. 3.º Os livros ou objectos approvados classificar-se-hão do seguinte modo:

- 1.º Para serem utilizados pelos alumnos na classe;
- 2.º Para servirem aos professores nas suas explicações;
- 3.º Para fazerem parte das bibliothecas escolares ou da ornamentação das aulas;
- 4.º Para serem distribuidos como premios.

Art. 4.º Nenhum livro ou objecto deverá applicar-se a fim diverso daquelle para que tiver sido adoptado.

Art. 5.º O Inspector Geral, ouvindo o Conselho Director, fará organizar, de accordo com o disposto no art. 3º, e submeterá á approvação do Ministro do Imperio um catalogo dos livros e trabalhos adoptados que devam continuar a servir nas escolas até verificar-se o concurso de que trata o art. 8.º

Art. 6.º Organizado o catalogo, publicar-se-ha annualmente, afim de ser distribuida pelos professores, a relação das obras approvadas durante o anno.

Art. 7.º Os professores que infringirem as disposições deste Decreto incorrerão na pena de multa, na conformidade do art. 115 do Regulamento de 17 de Fevereiro de 1854.

Art. 8.º O Governo, logo que esteja habilitado a fazer a despeza necessaria á substituição dos livros actualmente adoptados, providenciará para que pela Inspectoria Geral se annuncie um concurso para apresentação de livros destinados aos alumnos e organizados de accordo com o programma das escolas.

Realizado o concurso, serão exclusivamente distribuidos pela Inspectoria, nos termos do art. 60 do citado Regulamento, os livros que nelle tiverem sido escolhidos; e os autores ou editores se obrigarão a vendel-os pelo preço que fór taxado mediante accordo com o Inspector Geral, quando o Governo não preferir fazer acquisição de propriedade da obra.

Art. 9.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Filippe Franco de Sá, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 7 de Março de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Filippe Franco de Sá.*



## DECRETO N. 9398 — DE 13 DE MARÇO DE 1885

Approva os estudos definitivos e organoento para a construcção de mais 30 kilometros do prolongamento da estrada de ferro Leopoldina.

Hei por bem Approvar os estudos definitivos e o orçamento para a construcção do trecho do prolongamento da estrada de ferro Leopoldina, comprehendido entre o kilometro 60 a contar da cidade de Ponte Nova, e o kilometro 90 em direcção á de Itabora de Matto Dentro, apresentados de conformidade com o Decreto n. 8860 de 27 de Janeiro de 1883 pela respectiva companhia; ficando, porém, reservados os direitos da Provincia de Minas Geraes estabelecidos ou que se estabelecerem em contraos.

Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Março de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

*Antônio Carneiro da Rocha*

## DECRETO N. 9399 — DE 13 DE MARÇO DE 1885

Concede permissão a Gentil José de Castro para explorar carvão de pedra na comarca de Ilhéos, Provincia da Bahia.

Attendendo ao que requerem Gentil José de Castro, Hei por bem Conceder-lhe permissão para explorar carvão de pedra na comarca de Ilhéos, Provincia da Bahia, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Março de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9399, desta data**

**I**

Fica concedido a Gentil José de Castro o prazo de dous annos, contados desta data, para, sem prejuizo dos direitos do terceiro, proceder a explorações e pesquisas para descobrimento de minas de carvão de pedra na comarca de Ilhéos, Provincia da Bahia, exceptuados os terrenos de propriedade dos herdeiros do Major Christiano Alexandre Homem d'El-Rei, de Manoel Ascencio Homem d'El-Rei e de João Carlos Hehlensseger.

Dentro deste prazo o concessionario deverá apresentar na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas plantas geologica e topographica dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, tanto quanto fôr possível e o permittirem os trabalhos executados, a superposição das camadas mineraes, e remetterá com as mesmas plantas amostras dos mineraes encontrados e relatório minucioso da localidade em que a mina estiver situada, declarando qual a possança e riqueza desta, qual sua extensão e sua direcção, a distancia entre ella e os povoados mais proximos e os meios de comunicação existentes, a área necessaria para a mineração, e, finalmente, os meios apropriados para o transporte dos productos das minas.

**II**

Os trabalhos de pesquisa ou exploração para o descobrimento de minas pederão ser feitos por qualquer dos modos recomendados pela sciencia.

**III**

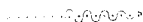
O concessionario fica obrigado a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir ás propriedades adjacentes; a restabelecer á sua custa o curso natural das aguas, que desviar por causa dos mesmos trabalhos, e a dar conveniente direcção ás que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizer, quando destes servicos resultar damno aos mesmos proprietarios de terrenos adjacentes.

Si o desvio destas aguas exigir trabalhos em propriedade alheia, o concessionario solicitará prévio consentimento do proprietario, usando dos meios em direito permittidos.

## IV

O concessionario fica obrigado a dessecar os terrenos alagados, em virtude dos trabalhos da exploração, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo que não possa ser prejudicada a saúde dos moradores da circumvizinhança.

Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Março de 1885.—*Antonio Carneiro da Rocha.*



## DECRETO N. 9400 — DE 13 DE MARÇO DE 1885

Concedo permissão a Luiz Maria da Silva para explorar ouro na Provincia do Rio-Grande do Sul.

Attendendo ao que requerem Luiz Maria da Silva, Hei por bem Conceder-lhe permissão para explorar ouro em terreno de sua propriedade, no lugar denominado Bossoróca, municipio de S. Sepé, da Provincia do Rio Grande do Sul, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Março de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9400, desta data**

## I

Fica concedido a Luiz Maria da Silva o prazo de dous annos, contados desta data, para, sem prejuizo dos direitos de terceiro, proceder a explorações e pesquisas para descobrimento de minas de ouro em terreno de sua propriedade, no lugar denominado — Bossoróca, municipio de S. Sepé, da Provincia do Rio Grande do Sul.

Dentro deste prazo o concessionario deverá apresentar na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas plantas geologica e topographica dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, tanto quanto fôr possível e o permittirem os trabalhos executados, a superposição das camadas mineraes, e remetterá, com as mesmas plantas, amostras dos mineraes encontrados e relatorio minucioso da localidade em que a mina estiver situada, declarando qual a possança e riqueza desta, qual sua extensão e sua direcção, a distancia entre ella e os povoados mais proximos e os meios de communicação existentes, a área necessaria para a mineração, e, finalmente, os meios apropriados para o transporte dos productos das minas.

## II

Os trabalhos de pesquisa ou exploração para descobrimento de minas, poderão ser feitos por qualquer dos modos recommendados pela sciencia.

## III

O concessionario fica obrigado a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir ás propriedades adjacentes; a restabelecer á sua custa o curso natural das aguas, que desviar por causa dos mesmos trabalhos, e a dar conveniente direcção ás que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizer, quando destes serviços resultar damno aos mesmos proprietarios de terrenos adjacentes.

Si o desvio destas aguas exigir trabalhos em propriedade alheia, o concessionario solicitará prévio consentimento do proprietario, usando dos meios em direito permittidos.

## IV

O concessionario fica obrigado a dessecar os terrenos alagados em virtude dos trabalhos da exploração, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo que não possa ser prejudicada a saude dos moradores da circumvizinhança.

Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Março de 1885.— *Antonio Carneiro da Rocha.*



## DECRETO N. 9401 — DE 13 DE MARÇO DE 1885

Concede permissão a Isidoro Corrêa Pinto e Antonio dos Santos Porto, para explorarem veios auríferos em terrenos de sua propriedade, na Província do Rio Grande do Sul.

Attendendo ao que requereram Isidoro Corrêa Pinto e Antonio dos Santos Porto, Hei por bem Conceder-lhes permissão para explorarem veios auríferos existentes em terrenos de sua propriedade, sitos no município de S. Sepé, na Província do Rio Grande do Sul, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Março de 1885, 61<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9401, desta data**

I

Fica concedido a Isidoro Corrêa Pinto e Antonio dos Santos Porto o prazo de dous annos, contados desta data, para, sem prejuizo dos direitos de terceiro, procederem a explorações e pesquisas para descobrimento de veios auríferos existentes em terrenos de sua propriedade, sitos no município de S. Sepé, Província do Rio Grande do Sul.

Dentro deste prazo os concessionarios deverão apresentar na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas plantas geologica e topographica dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, tanto quanto fôr possível e o permittirem os trabalhos executados, a superposição das camadas mineraes, e remetterão, com as mesmas plantas, amostras dos mineraes encontrados e relatorio minucioso da localidade em que a mina estiver situada, declarando qual a possança e riqueza desta, qual sua extensão e sua direcção, a distancia entre ella e os povoados mais proximos, e os meios de communicação existentes, a área necessaria para a mineração, e, finalmente, os meios apropriados para o transporte dos productos das minas.



## II

Os trabalhos de pesquisa ou exploração para' descobrimento de minas, poderão ser feitos por qualquer dos modos recommendados pela sciencia.

## III

Os concessionarios ficam obrigados a indemnizar os danos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir ás propriedades adjacentes ; a restabelecer, a sua custa, o curso natural das aguas, que desviarem por causa dos mesmos trabalhos, e a dar conveniente direcção ás que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizerem, quando destes serviços resultar damno aos mesmos proprietarios de terrenos adjacentes.

Si o desvio destas aguas exigir trabalhos em propriedade alheia, os concessionarios solicitarão prévio consentimento do proprietario, usando dos meios em direito permittidos.

## IV

Os concessionarios ficam obrigados a dessecar os terrenos alagados da exploração, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo que não possa ser prejudicada a saude dos moradores da circunvizinhança.

Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Março de 1883. — *Antonio Carneiro da Rocha*.

~~~~~

## DECRETO N. 9402 — DE 13 DE MARÇO DE 1885

Prorroga por mais 60 dias o prazo da clausula 12<sup>a</sup> das que baixaram com o Decreto n. 9220 de 31 de Maio de 1884.

Attendendo ao que Me requereu a *Imperial Brazilian Natal and Nova Cruz Railway Company, limited*, concessionaria do privilegio para a construcção do ramal do Ceará-Mirim daquelle estrada de ferro, Hei por bem Prorogar por mais 60 dias a contar da presente data o prazo marcado na clausula 12<sup>a</sup> do Decreto n. 9220 de 31 de Maio de 1884, para assignatura do contrato de que trata o mesmo decreto, sob pena de caducidade.

Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Março de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

*Assinado*

DECRETO N. 9403 — DE 21 DE MARÇO DE 1885

Proroga por seis mezes, a contar de 24 de Fevereiro deste anno, o prazo estabelecido na 1<sup>a</sup> parte da clausula 2<sup>a</sup> das que baixaram com o Decreto n. 8860 de 27 de Janeiro de 1883.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia da estrada de ferro Leopoldina, Hei por bem Prorogar por seis mezes, a contar de 24 de Fevereiro deste anno, o prazo de 12 mezes estabelecido na 1<sup>a</sup> parte da clausula 2<sup>a</sup> das que baixaram com o Decreto n. 8860, para a conclusão e abertura ao trafego do trecho do prolongamento comprehendido entre S. Geraldo e Coimbra.

Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 21 de Março de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

*Assinado*

DECRETO N. 9404 — DE 21 DE MARÇO DE 1885

Proroga por mais um anno o prazo fixado na clausula 3<sup>a</sup> das que baixaram com o Decreto n. 8725 de 4 de Novembro de 1882, para a conclusão das obras da estrada de ferro do Norte.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia da estrada de ferro do Norte, Hei por bem Prorogar por mais um anno o prazo

de 18 mezes fixado na clausula 3ª das que baixaram com o Decreto n. 8725 de 4 de Novembro de 1882 para a conclusão das obras da mesma estrada.

Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 21 de Março de 1885, 61º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

#### DECRETO N. 9405 — DE 21 DE MARÇO DE 1885

Concede a José Negreiros de Almeida Sariinha privilegio por 50 annos para a construcção de uma estrada de ferro entre Santa Helena de Alcobaça, na Provincia do Pará, e a cidade de Boa-Vista, na de Goyaz.

Attendendo ao que Me requerem José Negreiros de Almeida Sariinha, Hei por bem Conceder-lhe privilegio por 50 annos para, por si ou por meio de uma companhia, construir, usar e gozar de uma estrada de ferro que, partindo de Santa Helena de Alcobaça, na Provincia do Pará, vá terminar na cidade de Boa-Vista, na de Goyaz, passando pela povoação de Santo Anastacio, colônia militar de S. João de Araguaya, e S. Vicente, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 21 de Março de 1885, 61º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

#### **Clausulas a que se refere o Decreto n. 9405, desta data**

##### 1

Além do privilegio que pelo presente Decreto é concedido a José Negreiros de Almeida Sariinha para a construcção de uma

estrada de ferro entre Santa Helena de Alcobaça, na Provincia do Pará, e a cidade de Boa-Vista, na de Goyaz, gozará a companhia que pelo mesmo concessionario fôr organizada para tal fim dos favores consignados nas clausulas que baixaram com o Decreto n. 7959 de 29 de Dezembro de 1880, ficando sujeita a cumprir as obrigações estipuladas nas demais clausulas do referido decreto.

## II

Si dentro de um anno, a contar da presente data, a companhia não estiver organizada, caducará esta concessão.

Decorridos 12 mezes da data da incorporação da companhia, serão apresentados ao Governo os estudos, planos e mais documentos especificados na clausula 6<sup>a</sup> do Decreto n. 7959, e approvados os mesmos estudos pelo Governo deverá a companhia dentro do prazo de seis mezes, a contar da data da approvação, dar começo á construcção da estrada que terá a bitola de um metro entre trilhos, e bem assim concluil-a no prazo de cinco annos. O prazo para os fins de que trata a clausula 7<sup>a</sup> do Decreto n. 7959 será de tres mezes.

## III

Compôr-se-ha o material rodante correspondente á extensão da estrada de locomotivas, alimentadores (tenders), carros de 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> classes para passageiros, carros especiaes para o serviço do Correio, vagões de mercadorias, inclusive de gado, lastro, freio, e, finalmente, carros para a conducção de ferro, madeiras, etc., indicados no orçamento.

## IV

Sómente depois de decorridos trinta annos da presente data terá o Governo direito de resgatar a estrada pela forma prescripta na clausula 32<sup>a</sup> do Decreto n. 7959.

## V

A companhia em caso de desaccôrdo com o Governo sobre a intelligencia das presentes clausulas, terá o direito de indicar arbitro para com outro de nomeação do mesmo Governo decidir a questão, servindo de desempatador a Secção do Imperio do Conselho de Estado.

## VI

Fica estipulada na importancia de cinco contos de reis a caução de que trata a clausula 37<sup>a</sup> do Decreto n. 7959.

## VII

Findo o prazo do privilegio reverterão para o Estado, sem indemnização alguma, as obras, edificios, material fixo e rodante e accessorios que constituem a estrada de ferro de que trata a presente concessão.

## VIII

Decorridos sessenta dias da publicação deste Decreto no *Diario Official*, não estando assignado o respectivo contrato, considerar-se-ha caduca a concessão.

Palacio do Rio de Janeiro em 21 de Março de 1885. — *Antonio Carneiro da Rocha*.

~~~~~

## DECRETO N. 9406 — DE 21 DE MARÇO DE 1885

Altera as modificações feitas por Decreto n. 9346 de 23 de Dezembro de 1884, no pessoal da estrada de ferro de Paulo Affonso.

Hei por bem Alterar as modificações feitas pelo Decreto n. 9346 de 23 de Dezembro de 1884 nas tabellas do pessoal da estrada de ferro de Paulo Affonso; ficando substituidas pelas que com este baixam, assignadas por Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 21 de Março de 1885, 64<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha*.

**Tabella dos vencimentos do pessoal da estrada de ferro de Paulo Affonso, a que se refere o Decreto n. 9406, desta data.**

**I. — ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E TRAFEGO**

	Ordenado	Gratificação	Total
1 Director.....	5:600\$	2:800\$	8:400\$
1 Inspector do trafego.....	3:600\$	1:840\$	5:440\$
1 Contador.....	2:400\$	1:200\$	3:600\$
1 Guarda-livros.....	2:000\$	1:000\$	3:000\$
1 Almozarife.....	2:400\$	1:200\$	3:600\$
1 Fiel do almoxarife.....	800\$	400\$	1:200\$
Escriptuario .....	800\$	400\$	1:200\$
Conductor de trem de 1ª classe.....	800\$	400\$	1:200\$
Dito de dito de 2ª dita.....	700\$	300\$	1:000\$

**ESTAÇÕES**

*1ª classe*

Agente .....	1:600\$	800\$	2:400\$
Fiel.....	1:200\$	600\$	1:800\$
Telegraphista.....	800\$	400\$	1:200\$

*2ª classe*

Agente.....	1:100\$	500\$	1:600\$
Telegraphista .....	700\$	300\$	1:000\$

*3ª classe*

Agente telegraphista.....	800\$	400\$	1:200\$
---------------------------	-------	-------	---------

*4ª classe*

Agente telegraphista.....	600\$	300\$	900\$
---------------------------	-------	-------	-------

**OBSERVAÇÕES**

1.ª O Director, auxiliado pelo conductor de linha, terá a seu cargo a conservação da linha e a construção de obras novas.

2.<sup>a</sup> O inspector do trafego terá a seu cargo os trabalhos da locomoção.

3.<sup>a</sup> O contador servirá de secretario.

4.<sup>a</sup> O guarda-livros terá a seu cargo os trabalhos que incumbiam ao extinto 1.<sup>o</sup> escripturario.

5.<sup>a</sup> O almoxarife servirá de thesoureiro.

6.<sup>a</sup> Além da quantia que o Ministerio da Agricultura fixar para as quebras, todos os empregados encarregados de pagamentos fóra do escriptorio central vencerão mais 3\$ por dia em que se acharem nesse serviço.

7.<sup>a</sup> O jornal e numero dos apontadores, feitores, guardas, carregadores, bagageiros e serventes, em geral, serão fixados pelo Director, que lhes abonará de 1\$ a 5\$000.

## II. — VIA PERMANENTE

	Ordenado	Gratificação	Total
1 Conductor de linha.....	2:000\$	1:000\$	3:000\$
1 Escripturnario.....	1:200\$	600\$	1:800\$
1 Desenhista.....	1:200\$	600\$	1:800\$
Mestre de linha.....	1:200\$	600\$	1:800\$

### OBSERVAÇÕES

O numero e jornal de feitores, trabalhadores, operarios e guardas serão fixados, sobre proposta do conductor de linha, pelo Director, que lhes abonará de 1\$ a 5\$000. Si forem mestres de officios, e como taes empregados, vencerão pelo tempo de trabalho o que fór ajustado.

## III. — LOCOMOÇÃO

	Ordenado	Gratificação	Total
1 Escripturnario.....	1:200\$	600\$	1:800\$
1 Desenhista.....	1:200\$	600\$	1:800\$
1 Armazenista.....	1:200\$	600\$	1:800\$

### OBSERVAÇÕES

1.<sup>a</sup> Os trabalhos da locomoção ficam a cargo do inspector do trafego.

2.<sup>a</sup> Os mestres e contramestres de officinas vencerão de 3\$ a 10\$ diarios, e os operarios, foguistas, serventes e aprendizes perceberão a diaria de 1\$ a 2\$000.

3.<sup>a</sup> Os machinistas serão de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> classe, e seu numero marcado, conforme as necessidades do serviço, pelo Director, sobre

proposta do chefe da locomoção. Vencerão, quando estiverem em serviço, a seguinte diaria :

1.<sup>a</sup> classe, de 5\$ a 8\$000.

2.<sup>a</sup> dita, de 2\$ a 4\$000.

4.<sup>a</sup> Os empregados a que se referem as tabellas I, II e III que durante cada trimestre não incorrerem em multas, nem em falta que prejudique o serviço, a juizo do Director, por motivo algum, terão direito a uma gratificação equivalente ao respectivo vencimento de 10 dias.

#### IV. — CONSTRUÇÃO

	Ordenado	Gratificação	Total
Chefe de secção.....	4:000\$	2:000\$	6:000\$
Engenheiro de 1. <sup>a</sup> classe.....	3:200\$	1:600\$	4:800\$
Dito de 2. <sup>a</sup> dita.....	2:400\$	1:200\$	3:600\$
Escriptuario.....	800\$	400\$	1:200\$
Desenhista.....	1:100\$	500\$	1:600\$

#### OBSERVAÇÕES

1.<sup>a</sup> O Director, quando exercer as funções de Engenheiro chefe, vencerá mais a diaria de 6\$ para despezas de viagem ; e cada um de seus ajudantes ou conductores a diaria, que pelo mesmo Director fôr fixada, de 2\$ a 6\$, pelos dias em que trabalharem no campo.

2.<sup>a</sup> Os Engenheiros extranumerarios que tiverem de ser admitidos, terão vencimentos não excedentes aos de Engenheiro de 1.<sup>a</sup> classe, e direito á diaria pelos trabalhos de campo. Os desenhistas poderão ser nomeados ou contratados, conforme a diaria convencionada.

3.<sup>a</sup> Ao pagador ou a qualquer outro empregado do escriptorio se abonará 1\$ mais por dia em que fizer pagamento no lugar dos trabalhos.

Palacio do Rio de Janeiro em 21 de Março de 1885. — *Antonio Carneiro da Rocha.*

*Antonio Carneiro da Rocha*

#### DECRETO N. 9407 — DE 21 DE MARÇO DE 1885

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Cantareira e Esgotos de S. Paulo.

Attendendo ao que requereu a Companhia Cantareira e Esgotos, estabelecida em S. Paulo, devidamente representada, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 26 de Fevereiro



proximo findo, tomada sobre parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 13 do corrente mez. Hei por bem Autorizar-a a reformar seus estatutos, de accôrdo com o projecto que apresentou.

Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 21 de Março de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

## **Estatutos da Companhia Cantareira e Esgotos, reformados em Maio de 1883**

### **CAPITULO I**

#### **DA DENOMINAÇÃO, FIM, CAPITAL, SÉDE, DURAÇÃO E DISSOLUÇÃO DA COMPANHIA**

Art. 1.º A companhia continuará a se denominar como até aqui — Cantareira e Esgotos —, e terá por fim a construcção de obras e a exploração dos serviços a que as mesmas são destinadas, e que são os seguintes :

1.º Canalisação das aguas da Cantareira e sua distribuição pelas ruas e praças da capital de S. Paulo.

2.º Estabelecimento de um systema completo de esgotos e despejos dos predios da mesma capital.

Para isso a companhia se conformará com os contratos celebrados entre o Presidente da Provincia e os concessionarios Coronel Antonio Proost Rodvalho, Major Benedicto Antonio da Silva e D. M. Fox, datados de 9 de Outubro de 1875 e 7 de Abril de 1877, os quaes a companhia tomou a si, com todas as clausulas, favores, direitos, onus e obrigações.

Art. 2.º O capital da companhia será de 2.200.000\$, divididos em 11.000 acções de 200\$ cada uma, ahi comprehendidas 1.000 acções beneficiarias do valor de 200\$, consideradas como realizadas, que foram fornecidas aos concessionarios, em remuneração dos trabalhos que fizeram para a consecução destes melhoramentos na capital de S. Paulo, e organização desta companhia com obrigação de garantirem uma subscripção até 5.000 acções. Este capital poderá ser elevado pela directoria até mais 2.000.000\$, si as

necessidades das obras o exigirem, fazendo ella para isso emissão de acções ou de *debentures* (1).

Art. 3.º A sede da companhia será na capital de S. Paulo.

Art. 4.º A companhia continuará a funcionar, como até aqui, e durará até ao fim dos prazos dos respectivos privilegios.

Art. 5.º A dissolução da companhia verificar-se-ha nos casos do art. 17 e seguintes da Lei n. 3150 de 4 de Novembro de 1882 e leis vigentes, ou quando tenha perdido 50 % do capital social. Neste caso entrará logo em liquidação, vendendo-se o que possuir para pagamento de suas dividas, sendo o restante, depois de pagas estas, dividido entre os accionistas, na proporção de suas acções.

## CAPITULO II

### DAS ACÇÕES E DOS ACCIONISTAS

Art. 6.º As acções são realizaveis em prestações, nos prazos que forem marcados ou pela forma determinada nestes estatutos.

Art. 7.º As chamadas de capital serão feitas conforme as necessidades da companhia, e serão annunciadas com o prazo de 30 dias, pelo menos.

Art. 8.º Os accionistas são responsaveis pelo valor das acções que subscreverem. Aquelles que deixarem de fazer qualquer das entradas, perderão, para a companhia, as quantias que já houverem pago, assim como o direito ás suas acções.

Art. 9.º A transferencia das acções realiza-se por qualquer modo válido em direito. Não pôde, porém, essa transferencia ter lugar por meio algum, senão depois de realizado um quinto de seu valor. (Lei de 4 de Novembro de 1882, art. 7.º § 2.º) As transferencias serão averbadas por acto lançado em livro competente.

Art. 10. No escriptorio da companhia haverá um registro nominal de todos os possuidores de acções.

Art. 11. Si duas ou mais pessoas possuirem uma acção da companhia, só um dos possuidores poderá represental-a ; mas cada accionista pôde possuir qualquer numero dellas, não sendo responsavel além do seu valor.

Art. 12. Todo o accionista terá o direito de examinar pessoalmente a escripturação, documentos e quaesquer papeis da companhia ; mas essa faculdade será limitada a um dia por mez, o qual será designado pela directoria.

Art. 13. No caso de perda ou extravio de qualquer acção da companhia, a directoria substituirá os titulos perdidos por outros, que serão entregues a quem de direito pertençam, depois de feitos os competentes annuncios e de realizadas as competentes cautelas, de modo a inutilisar completamente os titulos perdidos.

---

(1) Regulamento de 30 de Dezembro de 1882, art. 21 § 5.º

As despesas, que para esse fim se fizerem, correrão por conta do interessado na substituição.

Art. 14. O accionista não fica com o exercício de seus direitos de accionista suspenso pelo facto de ter dado as suas acções em penhor (1).

Art. 15. O accionista pôde requerer ao Juiz Commercial que o autorize a convocar assemblea, si esta fór retardada por mais de dous mezes do tempo determinado nestes estatutos (2).

Art. 16. Sete ou mais accionistas, que representem pelo menos um quinto do capital realizado, podem requerer convocação de assemblea geral (3).

### CAPITULO III

#### DOS DIVIDENDOS, FUNDO DE RESERVA E FUNDO DE AMORTIZAÇÃO

Art. 17. Depois que a empresa estiver inteiramente funcionando, os dividendos serão pagos de seis em seis mezes, e os annuncios para isso apparecerão até ao dia 15 de Março e Setembro de cada anno — sendo aquelles relativos ao semestre findo em 31 de Dezembro, e estes relativos ao semestre findo em 30 de Junho.

Art. 18. Durante a construção das obras será o dividendo de 7  $\frac{1}{2}$ %, o tirado do capital social.

Art. 19. Quando estiver funcionando a empresa da companhia, dos lucros liquidos, provenientes de operações effectivamente concluidas em cada semestre, a directoria deduzirá :

1.º A quantia destinada ao fundo de amortização, na fórma do art. 28 ;

2.º A quota necessaria para constituir o fundo de reserva (art. 24)

3.º Tres por cento para gratificação da directoria, si com o resto se puder dar dividendo maior de 7  $\frac{1}{2}$ %.

Do restante fará o dividendo dos accionistas.

Art. 20. Não se poderá fazer dividendo enquanto o capital social, desfalcado em virtude de perdas, não fór integralmente restabelecido na fórma do art. 15, § 17, n. 2, do Decreto n. 2711 de 19 de Dezembro de 1850.

Art. 21. Para que os haveres sociaes possam entrar no calculo dos lucros liquidos, não é necessario que se achem recolhidos em dinheiro na caixa : basta que consistam em valores definitivamente adquiridos, ou em direitos e obrigações seguras, como lettras e quaesquer papeis de credito reputados bons (4).

---

(1) Lei de 4 de Novembro de 1882, art. 7º § 4º. Regulamento de 30 de Dezembro de 1882, art. 19 § 1.º

(2) Citada lei, art. 9.º

(3) Citada lei, art. 15 § 9º.

(4) Citado Regulamento, art. 2ª parte.

Art. 22. Dividendos não devidos, em caso da insolvabilidade da sociedade, serão restituídos pelo accionista que os receber, cabendo-lhe allegar o benefício de ordem (1).

Essa obrigação prescreve no prazo de cinco annos a contar da data da distribuição dos dividendos (2).

Art. 23. Pôde receber dividendos o accionista, que tem suas acções em penhor (3).

Art. 24. O fundo de reserva será formado pela deducção, que a directoria fará semestralmente, de 1 % dos lucros líquidos do semestre, na forma declarada no art. 19, e não poderá exceder a somma de 200:000\$000.

Art. 25. O fundo de reserva será convertido em apolices geraes ou provinciaes, que tenham os mesmos privilegios daquellas, em letras do Thesouro Nacional e hypothecarias, garantidas pelo Governo, segundo a directoria julgar mais conveniente.

Art. 26. O fundo de reserva é destinado exclusivamente á reconstrucção de obras damnificadas por acontecimentos extraordinarios.

Art. 27. Os rendimentos do fundo de reserva constituem renda da companhia e não augmentam o mesmo fundo.

Art. 28. O fundo de amortização é destinado a reproduzir o capital social no fim do prazo da duração da companhia, e será de 4:400\$ annuaes, conforme o determinou a assemblea geral de accionistas, celebrada a 7 de Agosto de 1881; ou quanto baste para essa reproducção, a juizo da directoria, si o capital fôr excedido a mais de 2.200:000\$, conforme fica autorizada a eleição no art. 2º destes estatutos.

## CAPITULO IV

### DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 29. A assemblea geral é, em regra, a reunião de todos os accionistas, ou pelo menos de um numero delles, que representem um quarto do capital social por meio de suas acções inscriptas no registro da companhia, 60 dias antes da reunião, ao mais tardar. Nos casos de deliberação sobre os arts. 3 e 6º da Lei de 4 de Novembro de 1882, para ser a assemblea validamente constituida, precisa de um numero de accionistas, que represente, pelo menos, dous terços do capital social.

Art. 30. E' licito aos portadores de obrigações da companhia (*debentures*) assistir ás reuniões da assemblea geral e tomar parte nas discussões, sem voto deliberativo (4).

---

(1) Lei cit., art. 13 2ª parte. Regul. cit., art. 52 § 1.º

(2) Lei cit., art. 13 3ª parte. Regul. cit., art. 52 § 1.º

(3) Regul. cit., art. 19 § 1.º

(4) Regul. cit., art. 21 § 4.

Art. 31. No dia annuciado para a assembléa geral, verificando-se não haver o numero exigido no art. 2.<sup>o</sup>, convocar-se-ha outra reunião por annuncios publicados nos jornaes desta capital, para oito dias depois, e então poder-se-ha deliberar, qualquer que seja o numero de accionistas e de accções representadas, salva a hypothese do artigo seguinte.

Art. 32. Si se tratar de deliberar sobre os casos dos arts. 3.<sup>o</sup> e 6.<sup>o</sup> da Lei de 4 de Novembro de 1882, e não comparecer nem na 1.<sup>a</sup>, nem na 2.<sup>a</sup> reunião, o numero de accionistas, que represente dous terços do capital social, se convocará 3.<sup>a</sup> reunião com a declaração de que a assembléa geral deliberará, qualquer que seja a somma do capital representado pelos presentes.

Art. 33. São competentes para fazer a convocação de assembléas geraes:

**A.** Os directores (1).

**B.** O conselho fiscal (2).

**C.** Sete ou mais accionistas que representem, pelo menos, um quinto do capital social realizable (3).

**D.** Um accionista autorizado pelo Juiz Commercial, no caso de convocação retardada por mais de dous mezes. (Lei de 4 de Novembro de 1882, art. 15 § 9.<sup>o</sup>, Regulamento de 30 de Dezembro de 1882, art. 70 § 2.<sup>o</sup>.)

**E.** Os liquidantes quando a sociedade estiver em liquidação (4).

Art. 34. A assembléa geral reunir-se-ha ordinariamente no mez de Abril de cada anno, para lhe ser apresentado o relatorio da directoria, balanço do anno social, que findará a 31 de Dezembro, e parecer do conselho fiscal sobre elle.

Reunir-se-ha extraordinariamente nos casos seguintes:

1.<sup>o</sup> Quando fôr requerida por accionistas em numero de sete pelo menos, e que representem um quinto do capital social, ou mais (5);

2.<sup>o</sup> Quando a directoria julgar conveniente;

3.<sup>o</sup> Quando os fiscoes o julgarem conveniente (6);

4.<sup>o</sup> Nos mais casos declarados na Lei de 4 de Novembro de 1882.

Art. 35. Nas sessões extraordinarias só se poderá tratar de objecto para que foram convocadas.

Art. 36. A assembléa geral ordinaria deve preceder um mez antes o seguinte:

**A.** Deposito no cartorio do Escrivão do Juizo Commercial das seguintes peças:

1.<sup>o</sup> Cópia do inventario, constando a indicação dos valores sociaes, moveis e immoveis, e uma synopse das dividas activas e passivas, por classes, segundo a natureza dos titulos;

---

(1) Lei cit., art. 15 § 9.<sup>o</sup>, 2.<sup>a</sup> parte. Regul. cit., art. 70.

(2) Lei cit., art. 15, § 9.<sup>o</sup>— art. 14, § 3.<sup>o</sup>

(3) Lei cit., art. 15 § 9.<sup>o</sup>

(4) Regul. cit., art. 88 n. 3.

(5) Lei cit., art. 14.

(6) Lei cit., art. 14, § 3.<sup>o</sup>

2.º Cópia da relação nominal dos accionistas com o numero de acções respectivas e estado do pagamento dellas.

**B.** Publicação pela imprensa das seguintes peças :

1.º Relação das transferencias de acções realizadas no anno ;

2.º Balanço mostrando, em resumo, a situação da sociedade ;

3.º Parecer dos fiscaes (1).

Art. 37. As peças depositadas, na forma do artigo anterior, serão franqueadas ao exame dos accionistas que as quizerem examinar.

Art. 38. A convocação para a primeira reunião se fará por annuncios na imprensa, 15 dias antes da reunião (2).

Art. 39. A convocação para a segunda reunião se fará por annuncios nos jornaes, com o prazo de oito dias, declarando-se nelles que se deliberará, qualquer que seja a somma do capital representado pelos accionistas presentes (3).

Art. 40. A convocação para a terceira reunião, nos casos em que esta deve ter lugar, se fará por annuncios nos jornaes, com o prazo de oito dias, e por meio de cartas, com a declaração de que se deliberará, qualquer que seja o numero de accionistas presentes (4).

Art. 41. Todas as convocações para assembléa geral serão motivadas (5).

Art. 42. Reunidos os accionistas no lugar, dia e horas marcados nos annuncios de convocação, será provisoriamente installada a assembléa geral pelo presidente da directoria ou pelo director a quem tocar substitui-lo ; e, em falta de todos, pelo maior accionista presente.

Art. 43. Installada a assembléa, proceder-se-ha á eleição do presidente definitivo da mesma.

Não pôde ser eleito presidente da assembléa geral qualquer dos directores, fiscaes, ou empregados da companhia.

Art. 44. No caso dos trabalhos da assembléa não se terminarem em um só dia, continuará a servir o mesmo presidente, independentemente de nova eleição.

Art. 45. A assembléa geral, regularmente convocada e constituida, representa a totalidade dos accionistas e suas decisões são obrigatorias.

Art. 46. Os votos dos accionistas serão recebidos na seguinte razão : cada cinco acções dará um voto, porém nenhum accionista poderá ter mais de 40 votos, qualquer que seja o numero de acções que possuir ou representar (6).

---

(1) Regul. cit., art. 76.

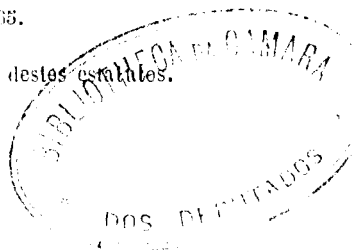
(2) Lei cit., art. 45.

(3) Lei cit., art. 45 § 3.º Regul. cit., art. 61.

(4) Lei cit., art. 45 § 4.º, Regul., art. 65.

(5) Regul. cit., art. 68.

(6) Vide quadro demonstrativo no fim destes estatutos.



Art. 47. Este regimen de votação só será realizado nas questões principaes.

Em questões de ordem, a votação se fará *per capita*.

Art. 48. São admittidos a deliberar e votar nas assembléas geraes, exhibindo os competentes documentos:

- 1.º Os tutores por seus pupillos;
- 2.º Os pais por seus filhos menores;
- 3.º Os maridos por suas mulheres;
- 4.º Os prepostos, ou representantes de firmas sociaes, corporações e outras pessoas juridicas;
- 5.º O inventariante pelo espolio de que façam parte acções da companhia.

Art. 49. O accionista que não comparecer poderá fazer-se representar por outro accionista, seja qual fôr o objecto da reunião (1), conferindo-lhe para isso poderes especiaes.

A procuração não pôde ser conferida a directores e fiscaes (2). Art. 50. Nas assembléas annuaes será lido o relatorio dos fiscaes, e apresentadas, discutidas e approvadas o balanço, contas e inventario com o dito relatorio (3).

Art. 51. A approvação do balanço e contas será nulla, si não fôr precedida da apresentação do parecer dos fiscaes (4).

Art. 52. A assembléa geral compete:

- § 1.º Eleger os directores.
- § 2.º Eleger o presidente de cada assembléa geral.
- § 3.º Julgar as contas annuaes.
- § 4.º Alterar ou reformar estes estatutos.
- § 5.º Deliberar sobre a responsabilidade dos membros da directoria, e mandar proceder a exame dos actos della, sem limitação alguma, nomeando delegados especiaes para esse fim.
- § 6.º Determinar a melhor forma de liquidação da companhia, quando esta tenha de ser liquidada, de accordo com o que determina o Código do Commercio, e mais leis vigentes.
- § 7.º Autorizar a directoria a celebrar com o Governo novos contratos e a modificar as condições dos já celebrados.
- § 8.º Tomar quaesquer medidas, que forem a bem da companhia, e não estiverem prevenidas nestes estatutos, nem os contrariem.
- § 9.º Autorizar a directoria a contrahir empréstimos, marcando-lhe o modo e as condições.
- § 10.º Autorizar o augmento do capital por nova emissão de acções ou *debentures*.
- § 11.º Resolver sobre a venda ou cessão da empresa ou incorporação da companhia a outras companhias.
- § 12.º Determinar o modo pelo qual se organizará o fundo de amortização.

---

(1) Lei cit., art. 15 § 8.º

(2) Lei cit., art. 15 § 8.º

(3) Lei cit., art. 75. Reg. cit., art. 73.

(4) Regul. cit., art. 58.

§ 13. Cumprir todas as mais disposições que nestes estatutos, na Lei de 4 de Novembro de 1882 e no respectivo regulamento, se acham determinadas.

Art. 53. As decisões em assembleia geral serão tomadas pela maioria dos votos representados. As decisões, porém, sobre assumptos dos §§ 4, 9, 10 e 11 do artigo antecedente, só poderão ser tomadas em assembleia geral, expressamente convocada para tal fim, e por dois terços, pelo menos, dos votos representados.

Art. 54. Quinze dias depois da reunião da assembleia geral ordinaria a acta respectiva será publicada pela imprensa (1).

## CAPITULO V

### DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 55. A companhia será dirigida por uma directoria composta de tres membros, que se denominarão directores e que serão eleitos pela assembleia de accionistas.

Art. 56. Os directores elegerão d'entre si um presidente e um vice-presidente, que servirão de secretario.

O terceiro director substituirá o secretario em suas faltas, e então exercerá todas as attribuições do substituido.

Art. 57. Os directores não poderão entrar em exercicio sem possuírem 100 acções, pelo menos, as quaes serão inalienaveis e ficarão depositadas nos cofres da companhia durante o exercicio desses cargos.

Art. 58. Não poderão ser conjunctamente directores os accionistas, que forem sogro e genro, cunhado durante o cunhadio, parentes por consanguinidade até ao segundo grau, e socios da mesma firma commercial ou industrial.

Art. 59. Não pôde ser director aquelle que exercer emprego de confiança da companhia, ou tenha, quer directa, quer indirectamente, interesse em algum contrato com ella.

A superveniencia de qualquer destes factos importa a perda do logar de director.

Art. 60. Os directores e os que substituirem a estes poderão ser reeleitos (2).

Art. 61. A directoria funcionará pelo prazo de tres annos. Findos estes far-se-ha annualmente a substituição de um director, que, por *motu proprio* ou designado pela sorte, tenha de sair.

Art. 62. Exceptua-se da regra do artigo anterior a actual primeira directoria, que servirá até á primeira reunião ordinaria da assembleia geral, celebrada depois da conclusão das obras de abastecimento d'agua e esgotos, e só então se começará a fazer a substituição de um director por anno.

---

(1) Lei cit., art. 16. Regul. cit., art. 76.

(2) Regul. cit., art. 41.



Art. 63. Vagando algum lugar ou logares de director, os directores, ou director restante, o preencherão provisoriamente, nomeando para este fim um accionista, que tenha pelo menos cem acções, que serão depositadas.

O nomeado ou nomeados exercerão o dito cargo até á primeira reunião ordinaria ou extraordinaria da assemblea geral, em que se fará a eleição definitiva, precedendo annuncios expressos para ella.

A mesma providencia de substituição provisoria terá lugar durante a ausencia, ou qualquer impedimento de algum dos directores, deixando de funcionar o substituto, desde que compareça o substituido.

Art. 64. Cada um dos directores vencerá uma gratificação annual de 1:200\$, durante as obras, e enquanto os dividendos não forem excedentes a 7 %.

Quando excederem esta taxa, cada um dos directores terá, além daquella gratificação fixa, uma percentagem de 1 % sobre o rendimento liquido do semestre, na fórma estabelecida no art. 19 n. 3.

Art. 65. A directoria reunir-se-ha ordinariamente uma vez por semana, extraordinariamente todas as vezes que o exigam os interesses da companhia.

Art. 66. Para que possa a directoria funcionar é essencial a presença de dous directores, pelo menos.

As decisões da directoria serão tomadas por maioria de votos. No caso de empate, o presidente, além de seu voto, terá o de qualidade.

Art. 67. A directoria decidirá todos os negocios da companhia, que não estiverem expressamente reservados para a assemblea geral, e para isso lhe são conferidos plenos poderes.

Art. 68. A directoria compete :

§ 1.º Cumprir e fazer cumprir as obrigações impostas á companhia pelos contratos, cujos onus esta assumiu, providenciando acerca da construcção das obras, conservação das mesmas, e custeio da empreza designada e definida no art. 1.º

§ 2.º Fazer todos os contratos, ajustes e arranjos, quer para a realização das obras, quer para a execução e efficacia da empreza que se vai explorar, quer para tudo quanto for util e necessario aos fins e interesses da companhia.

§ 3.º Nomear, d'entre seus membros, o presidente e secretario, na fórma do art. 56, além de um gerente que não poderá ser nenhum membro da directoria.

§ 4.º Determinar o numero de empregados precisos, marcando-lhes os ordenados e as fianças.

§ 5.º Nomear, suspender, multar e demittir os empregados, que mal servirem, depois das informações do gerente, podendo delegar a este as attribuições.

§ 6.º Recolher a um Banco acreditado as sommas cobradas, que não tiverem immediata applicação.

§ 7.º Fechar as contas no fim de cada semestre e repartir dividendos dos lucros liquidos nos semestres de Junho e Dezembro.

§ 8.º Organizar o balanço, que em cada anno tem de ser offerecido ao conselho fiscal, indicando o estado economico da companhia.

§ 9.º Organizar o relatorio, que em cada anno tem de ser offerecido á assembléa geral de accionistas, narrando as occurrencias do anno.

§ 10. Representar a companhia em suas relações com terceiros, com os Governos, ou em Juizo, sendo-lhe facultado para isso constituir mandatarios.

§ 11. Assignar os contratos celebrados com o Governo Geral ou Provincial.

§ 12. Resolver si a construcção das obras deve ser feita por administração ou por empreitadas, quer geraes, quer especiaes, precedendo ou não hasta publica.

§ 13. Organizar o regimento interno da companhia, tanto para reger os empregados, como para a direcção de qualquer serviço.

§ 14. Fazer aquisição de todos os bens moveis ou immoveis, e de tudo quando fór necessario á empresa, podendo igualmente alhear aquelles que se tornarem desnecessarios.

§ 15. Convocar assembléa geral de accionistas nas épocas marcadas, e sempre que julgar precisa uma assembléa extraordinaria.

§ 16. Assignar os titulos e cautelas de acções a emittir.

§ 17. Annunciar as chamadas de capital.

§ 18. Dirigir e dar execução aos trabalhos e contratos para a realização das obras.

§ 19. Decidir, finalmente, todas as questões, e regular todos os negocios da companhia, salvo os que são da privativa competencia da assembléa geral de accionistas.

Art. 69. Os directores não poderão votar nas deliberações sobre suas contas, balanço e inventario (1).

Art. 70. Os directores podem ser destituídos em qualquer tempo, sem necessidade de causa justificativa (2).

## CAPITULO VI

### DO PRESIDENTE DA DIRECTORIA

Art. 71. Sua eleição é feita conforme o art. 56.

Art. 72. Ao presidente compete:

§ 1.º Convocar directoria para suas sessões ordinarias ou extraordinarias.

§ 2.º Presidir as mesmas sessões.

§ 3.º Executar e fazer executar as resoluções, tanto da directoria, como das assembléas geraes.

---

(1) Lei cit., art. 45 § 58 ; art. 45 § 40. Regul., art. 72.

(2) Regul. cit., art. 44 § 1.º

§ 4.º Assignar os contratos, excepção feita daquelles em que for parte o Governo, pois que então deve assignar a directoria.

§ 5.º Assignar todo o expediente da companhia.

§ 6.º Rubricar, abrir, encerrar, classificar os livros da companhia.

§ 7.º Apresentar perante a assembléa geral o relatório organizado pela directoria.

§ 8.º Apresentar perante o conselho fiscal o inventario, balanço e contas da administração.

## CAPITULO VII

### DO DIRECTOR SECRETARIO OU VICE-PRESIDENTE

Art. 73. Sua eleição é feita conforme o art. 56.

Art. 74. Ao director secretario compete:

§ 1.º Substituir o presidente em suas faltas.

§ 2.º Escrever ou mandar escrever, sob sua minuta, o livro das actas das sessões da directoria.

§ 3.º Conservar em boa ordem o archivo da companhia.

§ 4.º Preparar e dirigir o expediente da companhia de accôrdo com o presidente da directoria.

## CAPITULO VIII

### DOS FISCAES

Art. 75. A companhia elegerá na sessão ordinaria do anno, ou outra para isso designada, um conselho fiscal composto de tres accionistas, que tenham habilitações para o cargo (1).

Art. 76. Os portadores de obrigações (*debentures*) da companhia poderão nomear um fiscal para collaborar com os que são eleitos pelos accionistas, com iguaes direitos (2).

Art. 77. Si não forem nomeados os fiscaes pela assembléa, si não aceitarem o cargo, ou si tornarem-se impedidos, o Juiz do Commercio do termo, a requerimento de qualquer dos directores, fará a nomeação de quem os substitua ou sirva durante seu impedimento (3).

Art. 78. O mandato dos fiscaes durará por um só anno, mas poderá ser renovado (4).

---

(1) Lei cit., art. 44.

(2) Regul. cit., art. 21 § 3.º

(3) Lei cit., art. 44 § 2.º Regul. cit., art. 60.

(4) Regul. cit., art. 54.

**Art. 79. Aos fiscaes incumbem :**

§ 1.º Durante o trimestre, que precede a reunião ordinaria da assembléa geral, examinar os livros, verificar o estado da caixa e exigir informações dos directores (1).

§ 2.º Em qualquer tempo convocar extraordinariamente a assembléa geral, sempre que occorram motivos graves e urgentes (2).

§ 3.º Dar parecer sobre os negocios e operações da companhia, no anno que se seguir á sua nomeação, tendo por base o balanço, inventario e contas da administração (3).

§ 4.º Denunciar os erros, faltas e fraudes que descobrirem no exame dos livros e negocios da companhia (4).

§ 5.º Expor a situação da companhia e suggerir as medidas e alvitre que entenderem a bem da mesma (5).

§ 6.º Dar parecer sobre a proposta e exposição justificativa para augmento do capital social (6).

§ 7.º Fazer relatorio sobre as contas e balanço para base das deliberações da assembléa (7).

**Art. 80.** Os fiscaes não poderão votar quando se tiver de deliberar sobre seus pareceres (8).

**Art. 81.** Os effeitos da responsabilidade dos fiscaes para com a companhia são determinados pelas regras do mandato (9).

**Art. 82.** Os fiscaes poderão ser destituídos, si não apresentarem o seu parecer em tempo. Destituídos elles, podem ser nomeados outros (10).

## CAPITULO IX

### DO GERENTE

**Art. 83.** Os negocios da companhia serão geridos immediatamente por um gerente de nomeação e demissão da directoria.

**Art. 84.** Ao gerente compete :

§ 1.º Proceder sempre de accôrdo com as ordens e instrucções da directoria e presidencia della.

---

(1) Regul. cit., art. 56.

(2) Regul. cit., art. 61.

(3) Lei cit., art. 14. Regul., art. 55.

(4) Regul. cit., art. 57.

(5) Regul. cit., art. 57.

(6) Regul. cit., art. 40 § 2.º

(7) Lei cit., art. 14 § 1.º

(8) Regul. cit., art. 72.

(9) Lei cit., art. 14 § 4.º, Regul. cit., art. 62.

(10) Regul. cit., art. 59.

§ 2.º Nomear, suspender, impor multas aos empregados, que mal servirem, si a directoria lhe delegar taes attribuições.

§ 3.º Prestar á directoria todas as informações, que esta exigir, indicar todas as medidas, que o bom exito da empresa reclamar.

§ 4.º Inspeccionar e dirigir as obras, si essa commissão lhe for concedida pela directoria.

§ 5.º Tratar com as partes, que tenham de se utilizar dos serviços a que se destina a companhia, assignando e fazendo assignar todos os papeis a esses serviços relativos.

§ 6.º Apresentar mensalmente á directoria um relatorio circumstanciado do andamento das obras, os contratos feitos para o abastecimento d'agua, para esgotos e despejos, e mais serviços a seu cargo.

## CAPITULO X

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 85. As acções beneficiarias, de que trata o art. 2º, conferem a seus possuidores todos os direitos, regalias e vantagens, que dão as outras acções.

Art. 86. A venda de agua continúa livre a todos os proprietarios de mananciaes, e a quantos se empregam ou empregarem neste commercio.

Art. 87. Continúa tambem livre o uso publico dos actuaes charizes da Municipalidade, na forma do contrato celebrado com o Governo Provincial a 8 de Abril de 1879.

Art. 88. Fica assim a antiga sociedade anonyma Cantareira e Esgotos, pre-existente á Lei n. 3150 de 4 de Novembro de 1882, convertida nas sociedades anonymas de que a mesma se occupa.

Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 1885.— Como procurador,  
*Martin Francisco Ribeiro de Andrada.*



### DECRETO N. 9408 — DE 28 DE MARÇO DE 1885

Concede permissão a Eduardo da Silva Abreu para colher em terrenos devolutos os fructos das arvores « *Mauritia venifera* » e « *Mauritia armata* ».

Attendendo ao que requereu Eduardo da Silva Abreu, Hei por bem Conceder-lhe permissão para colher, durante o prazo de 15 annos, contados desta data, das mattas dos terrenos devolutos comprehendidos entre as Provincias da Bahia e Amazonas, os

fructos das arvores denominadas *Mauritia venifera* e *Mauritia armata*, vulgarmente conhecidas pelo nome de — *Burity*, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 28 de Março de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

**Clausulas a que se refere o Decreto n. 9408,  
desta data**

I

Fica concedido a Eduardo da Silva Abreu, pelo prazo de 15 annos, permissão para colher, das mattas dos terrenos devolutos entre as Provincias da Bahia e Amazonas, os fructos das arvores denominadas *Mauritia venifera* e *Mauritia armata*, vulgarmente conhecidas pelo nome de — *Burity*.

II

O concessionario não poderá utilizar-se das madeiras de lei sem licença especial, senão para a construcção de casas para si ou seus trabalhadores, de pontes ou pontilhões, nunca, porém, para commercio.

III

O concessionario declarará todos os annos ao Presidente da Provincia quaes os logares do perimetro acima definido em que terá de proceder á colheita dos referidos fructos.

Si durante os trabalhos da colheita tiver de mudar o campo de suas operações, deverá dar parte ao Presidente da Provincia.

IV

O concessionario será obrigado a remetter para o Museu Nacional, convenientemente acondicionados, todos os specimens vegetaes, animaes e mineraes, fosseis ou não; e bem assim os

artefactos indigenas antigos ou modernos, esqueletos, ossos dispersos e quaesquer outros objectos pertencentes aos nossos aborigenes que encontrar e lhe parecerem raros e uteis, correndo a despesa de transporte por conta da mesma Repartição.

## V

O concessionario fica sujeito á pena de multa de 100\$ a 200\$ pela transgressão de qualquer destas clausulas.

A pena será imposta pelo Presidente da Provincia e cobrada administrativamente.

## VI

O concessionario, ou a companhia que organizar, fica obrigado a entregar annualmente no Thesouro Nacional ou em qualquer das Thesourarias de Fazenda das referidas Provincias 10 % dos lucros liquidos da empreza, ficando livre ao Governo o direito de mandar fiscalisar os trabalhos todas as vezes que assim o julgar necessario.

## VII

O Governo reserva-se o direito de revogar esta concessão, si o concessionario por mais de tres vezes consecutivas incorrer na pena do art. 5.<sup>o</sup> e por motivos de ordem publica, e nestas hypotheses o concessionario não terá direito a indemnização por qualquer titulo que seja, ficando-lhe, entretanto, salvo o direito de colher os referidos fructos durante o anno da revogação.

Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Março de 1885. — *Antonio Carneiro da Rocha.*



## DECRETO N. 9409 — DE 28 DE MARÇO DE 1885

Autoriza a Empreza do Plano inclinado de Santa Thereza a construir um outro plano em seguimento ao actual, adoptando o systema Hallidie, e prorroga para esse fim por mais vinte annos o prazo do privilegio concedido pelo Decreto n. 5126 de 30 de Outubro de 1872.

Attendendo ao que Me requereu a Empreza do Plano inclinado de Santa Thereza, e Tendo ouvido a Ilma. Camara Municipal, Hei por bem não só Autorizar a mesma empreza a construir um outro

plano inclinado em seguimento ao actual, segundo o traçado que foi apresentado, sendo adoptado no dito plano o systema Hallidie, como tambem Prorogar, para esse fim, por mais 20 annos o prazo do privilegio concedido á empresa de que se trata pelo Decreto n. 5126 de 30 de Outubro de 1872, mediante as condições que com este baixam, assignadas por Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Março de 1885, 61º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

**Clausulas a que se refere o Decreto n. 9409,  
desta data**

I

A Empresa do Plano inclinado de Santa Thereza é obrigada a não alterar, nos côrtes que tiver de fazer para o assentamento dos tubos que devem receber o cabo Hallidie, o nivelamento das ruas, sem autorização da Illma. Camara Municipal, ficando a mesma empresa responsavel pelos damnos que causar, quer em relação ao transito, quer ás propriedades; correndo, outrosim, por sua conta a conservação geral das ruas, onde tiverem de ser collocados os referidos tubos.

II

As viagens do novo plano corresponderão ás do actual.

III

A empresa prolongará a linha dos seus trilhos até ao Silvestre, sendo de 200 reis o preço da passagem, desde a rua do Riachuelo até onde actualmente vai a linha, e 100 rs. d'ahi até aos seus pontos terminaes, devendo estender a linha ás demais ruas transversaes á do Aqueducto, construindo, outrosim, nos pontos terminaes abrigo para os passageiros.

IV

A empresa será obrigada a executar nos projectos do novo plano as alterações que forem reclamadas pela segurança publica.



## V.

A empresa pagará á Illma. Camara Municipal a quantia de 500 réis annuaes por metro corrente de linha que tiver, a começar do actual plano inclinado.

## VI

Os estudos definitivos do novo plano deverão ser apresentados ao Governo, dentro de tres mezes, a contar desta data, ficando as obras concluidas no prazo de um anno, sob pena de caducidade da concessão.

## VII

Findo o prazo do privilegio reverterá para o dominio da Municipalidade, em perfeito estado de conservação, todo o material fixo e rodante da empresa, segundo estabeleceu a clausula 33<sup>a</sup> do Decreto n. 5126 de 30 de Outubro de 1872.

Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Março de 1885.— *Antonio Carneiro da Rocha.*



## DECRETO N. 9410 — DE 28 DE MARÇO DE 1885

Rescindo, mediante clausulas, o contrato celebrado entre o Governo Imperial e Dennis Blair & Comp., em 21 de Outubro de 1881, na parte relativa á construcção de quatro engenhos centraes destinados ao fabrico de assucar de canna, nos municipios da Matta de S. João, da Villa do Conde e do S. Francisco, Provincia da Bahia.

De conformidade com o art. 18 § 2º da Lei n. 3229 de 3 de Setembro do anno proximo passado e Attendendo ao que Me requereu a Companhia *The Bahia Central Sugar Factories, limited*, concessionaria, pelo Decreto n. 8278, de 15 de Outubro de 1881, de garantia de juros de 6 % sobre o capital de 5.600:000\$ para o estabelecimento de oito engenhos centraes, destinados ao fabrico de assucar de canna, nos municipios de Cachoeira, Santo Amaro, Cotegipe, Matta de S. João, Villa do Conde e S. Francisco, Provincia da Bahia, Hei por bem Rescindir o contrato celebrado entre o Governo Imperial e Dennis Blair & Comp. em 21 do mesmo mez e anno, na parte relativa á construcção dos quatro engenhos concedidos para os tres ultimos dos mencionados

municípios, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario do Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Março de 1885, 64<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio,

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

**Clausulas a que se refere o Decreto n. 9410.  
desta data**

I

A' Companhia *The Bahia Central Sugar Factories, limited* é concedido um augmento de dez por cento (10 %) ao capital garantido de dous mil e oitocentos contos de réis (2.800:000\$000), relativo aos quatro engenhos centraes em construcção nos municípios da Cachoeira, de Santo Amaro e de Cotegipe, Provincia da Bahia.

II

O levantamento desses dez por cento (10 %) só terá effectividade depois de approvedo pelo Poder Legislativo.

III

Fica prorogado até 29 de Julho do anno proximo vindouro o prazo concedido á mesma companhia para concluir os quatro referidos engenhos em construcção.

IV

Si dentro desse prazo as referidas obras não estiverem concluidas e os engenhos funcionando, suspender-se-ha totalmente a garantia de juros, inclusive a do augmento de capital de que trata a primeira das presentes clausulas.

Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Março de 1885.— *Antonio Carneiro da Rocha.*



## DECRETO N. 9411 — DE 28 DE MARÇO DE 1885

Approva os estudos definitivos da 1ª secção do prolongamento do ramal de Itabapoana a Itapemirim, e marca os prazos de seis meses para apresentação dos estudos completos do referido prolongamento e de 18 meses para a terminação das respectivas obras.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia da estrada de ferro do Carangola, Hei por bem Approvar os estudos definitivos e respectivo orçamento concernentes á 1ª secção do prolongamento do ramal de Itabapoana para Itapemirim, na extensão de 43.900 metros, comprehendidos desde a margem direita do ribeirão S. Eduardo até á fazenda de S. Francisco, de conformidade com o Decreto n. 6565 de 9 de Maio de 1877, devendo a mesma companhia apresentar os estudos completos deste prolongamento dentro de seis meses e terminar as respectivas obras no prazo de 18 meses, a contar desta data, sob pena de caducidade da concessão.

Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Março de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*



## DECRETO N. 9412 — DE 4 DE ABRIL DE 1885

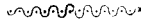
Altera o traçado da 12ª linha da Companhia de Carris Urbanos e Suburbanos, consignado na clausula 12ª do Decreto n. 8394 de 17 de Junho de 1882.

Attendendo á proposta feita pela Companhia de Carris Urbanos, Hei por bem Permittir que no estabelecimento da 12ª linha da mesma companhia se observe este traçado : Partirão os carros da rua da Uruguayana, esquina da rua do Ouvidor, e seguirão pelo largo da Sé, ruas do Rosario, Ourives, largo de Santa Rita e ruas do Visconde de Inhaúma e Primeiro de Março até ao portão do Arsenal de Marinha, subindo, depois, pelas ruas Primeiro de Março, Theophilo Ottoni e Uruguayana, até á esquina da do Ouvidor, devendo a companhia cobrar sómente 100 réis de cada passageiro pelo percurso de parte ou de toda a linha; ficando assim revogado o Decreto n. 9043 de 20 de Outubro de 1883 e subsistindo para a 6ª linha o traçado especificado na clausula 6ª das que accompanham o Decreto n. 8594 de 17 de Junho de 1882.

Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 4 de Abril de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*



**DECRETO N. 9413 — DE 11 DE ABRIL DE 1885**

Concedo permissão ao Bacharel Trajano Viriato de Medeiros para explorar mineraes na Provincia do Rio Grande do Sul.

Attendendo ao que Me requereu o Bacharel Trajano Viriato de Medeiros, Hei por bem Conceder-lhe permissão para explorar carvão de pedra e outros mineraes no 4<sup>o</sup> districto do municipio da Encruzilhada, Provincia do Rio Grande do Sul, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 11 de Abril de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9413, desta data**

**I**

Fica concedido ao Bacharel Trajano Viriato de Medeiros o prazo de dous annos, contados desta data, para, sem prejuizo dos direitos de terceiro, explorar carvão de pedra e outros mineraes no 4<sup>o</sup> districto do municipio da Encruzilhada, Provincia do Rio Grande do Sul.

Dentro deste prazo o concessionario deverá apresentar na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas plantas geologica e topographica dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, tanto quanto for possivel e o permittirem os trabalhos executados, a superposição das camadas mineraes, e remetterá, com as mesmas plantas, amostras dos mineraes encontrados e relatorio minucioso da localidade em que a mina estiver situada, declarando qual a possança e riqueza desta, qual sua extensão e sua direcção, a distancia entre ella e as povoações mais proximas e os meios de communicação existentes, a área necessaria para mineração, e, finalmente, os meios apropriados para o transporte dos productos das minas.

## II

Os trabalhos de pesquisa ou exploração para descobrimento de minas, poderão ser feitos por qualquer dos modos recommendados pela sciencia.

## III

O concessionario fica obrigado a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir ás propriedades adjacentes; a restabelecer, á sua custa, o curso natural das aguas que desviar por causa dos mesmos trabalhos, e a dar conveniente direcção ás que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizer, quando destes serviços resultar damno aos mesmos proprietarios de terrenos adjacentes.

Si o desvio destas aguas exigir trabalhos em propriedade alheia, o concessionario solicitará prévio consentimento do proprietario, usando dos meios em direito permittidos.

## IV

O concessionario fica obrigado a deseccar os terrenos alagados em virtude dos trabalhos da exploração, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo que não possa ser prejudicada a saude dos moradores da circumvizinhança.

Palacio do Rio de Janeiro em 11 de Abril de 1885.— *Antonio Carneiro da Rocha.*



## DECRETO N. 9414 — DE 18 DE ABRIL DE 1885

Approva os documentos apresentados pela Companhia « The London and Brazilian Sugar, limited », de conformidade com o § 1º do art. 19 do Regulamento approved pelo Decreto n. 8337 de 24 de Dezembro de 1881, e determina quaes os meios de communicacão que devem ligar os engenhos contraes da mesma companhia ás propriedades agricolas dos respectivos municipios.

Attendendo ao que Me roqueceu a Companhia *The London and Brazilian Sugar, limited*, Hei por bem A provar o plano e orçamento, os desenhos deapparelhos, a descripção do processo do fabrico de assucar e os contratos celebrados, por escriptura publica, com proprietários agricolas e plantadores, para fornecimento de canna, documentos esses apresentados todos de conformidade com o § 1º do art. 19 do Regulamento approved pelo Decreto n. 8357 de 24 de Dezembro de 1881, em requerimento de 31 de Janeiro ultimo ; outrossim Hei por bem Determinar que a communicacão entre o engenho central de Itaborahy, Provincia do Rio de Janeiro, e as propriedades agricolas do municipio, seja feita por via ferrea, e por navegacão fluvial a communicacão entre os engenhos contraes de S. João da Barra e Muriahy, na mesma Provincia, e de Itapemirim, na do Esprito Santo, e as respectivas propriedades agricolas, devendo a companhia apresentar os competentes planos para serem approved antes da conclusão das obras dos referidos engenhos centraes.

Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Abril de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*



## DECRETO N. 9415 — DE 18 DE ABRIL DE 1885

Rescinde, mediante clausulas, o contrato celebrado entre o Governo e Waring Brothers em 30 de Junho de 1882, para construcção da estrada de ferro da Victoria á Natividade.

De conformidade com o art. 18 § 2º da Lei n. 3229 de 3 de Setembro de 1884, e á vista do que propoz o representante de Waring Brothers, concessionarios, pelo Decreto n. 8575 de 10 de

Junho de 1882, da garantia de juros de 6 % sobre o capital que fosse fixado depois da revisão dos estudos respectivos para a construção da referida estrada de ferro, Hei por bem Rescindir o contrato celebrado entre o Governo Imperial e o indicado Waring Brothers em 30 de Junho de 1882, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Abril de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9415, desta data**

**I**

Pela rescisão do contrato de 30 de Junho de 1882 celebrado entre o Governo Imperial e Waring Brothers, — pelo qual concedeu á companhia que estes organisassem privilegio por 70 annos para a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro entre a cidade da Victoria, capital da Provincia do Espirito Santo, e o porto da Natividade no Rio Doce, fronteira da Provincia de Minas Geraes, e garantia de juros de 6 % sobre o capital que fosse fixado depois da revisão dos estudos. — será paga pelo Estado áquelles concessionarios a quantia de setenta mil libras sterlingas (£ 70.000), até Dezembro do corrente anno, na Delegacia do Thesouro Nacional em Londres, que comprehende a importancia dos estudos da referida estrada de ferro já feitos pelos ditos concessionarios e entregues ao Governo Imperial.

**II**

Si o Governo julgar conveniente promover a construção da estrada de ferro de que se trata, serão preferidos, para aquelle fim, Waring Brothers, em igualdade das condições estabelecidas pelo mesmo Governo.

**III**

E' permittido aos mesmos Waring Brothers levantar, desde já, a caução que depositaram na Delegacia do Thesouro Nacional em Londres, para celebração do contrato de 30 de Junho de 1882.

## IV

Além da indemnização indicada na 1.<sup>a</sup> das presentes cláusulas, nenhuma outra, sob qualquer título ou pretexto, poderão reclamar Waring Brothers pela rescisão ora decretada, ficando Waring Brothers, por sua parte, livres e isentos de qualquer compromisso para com o Governo Imperial.

Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Abril de 1885. — *Antonio Carneiro da Rocha.*

~~~~~

## DECRETO N. 9416 — DE 18 DE ABRIL DE 1885

Concede aos vapores de propriedade da Companhia de navegação Paulista as vantagens e regalias de paquetes, em viagem para qualquer porto do Imperio.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia de navegação Paulista, Hei por bem, ampliando as disposições do Decreto n. 9061 de 17 de Novembro de 1883, Conceder as vantagens e regalias de paquetes para os vapores de sua propriedade, em viagem para qualquer porto do Imperio.

Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Abril de 1885, 64.<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

~~~~~

## DECRETO N. 9417 — DE 25 DE ABRIL DE 1885

Approva o Regulamento geral para as estradas de ferro do Estado.

Convindo que a direcção e administração das estradas de ferro, quer em trafego, quer em construcção, pertencentes ao Estado, fiquem sujeitas a um Regulamento Geral, Hei por bem Approvar



para esse fim o que com este baixa assignado por Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Abril de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

## Reglamento a que se refere o Decreto desta data n. 9417

### Capitulo I

#### DA CLASSIFICAÇÃO DAS ESTRADAS DE FERRO

Art. 1.º As estradas de ferro do Estado serão, conforme a importancia do trafego, classificadas nas quatro ordens seguintes:

§ 1.º Serão de 1ª ordem as estradas de ferro que tiverem um movimento de trafego superior a trinta milhões (30.000.000) de toneladas-kilometro por anno.

§ 2.º Serão de 2ª ordem as estradas de ferro que tiverem um movimento de trafego de cinco a trinta milhões (5.000.000 a 30.000.000) de toneladas-kilometro por anno.

§ 3.º Serão de 3ª ordem as estradas de ferro que tiverem um movimento de trafego de um a cinco milhões (1.000.000 a 5.000.000) de toneladas-kilometro por anno.

§ 4.º Serão de 4ª ordem as estradas de ferro que tiverem um movimento de trafego inferior a um milhão (1.000.000) de toneladas-kilometro por anno.

Art. 2.º O movimento de trafego, a que se refere o art. 1º, será representado pelo numero total de toneladas de carga transportada pela estrada durante o anno multiplicado pela distancia média de transporte, isto é, será representado pelo numero total equivalente de toneladas de carga transportada a um kilometro de distancia.

Para este calculo, as differentes unidades consideradas nas tarifas de transporte serão reduzidas a peso, de conformidade com o quadro annexo a este Regulamento sob a lettra — A.

Art. 3.º A classificação das estradas de ferro será feita por decreto, ficando desde logo em vigor a tabella annexa a este Regulamento, correspondente á ordem da estrada.

Art. 4.º Quando se tenha de inaugurar o trafego em qualquer estrada, a sua classificação será feita com caracter provisório,

por portaria do Ministro da Agricultura, e tendo por base o movimento provavel do trafego calculado para a estrada. No fim do primeiro anno de trafego, á vista do movimento de transporte que se tiver realzado, será então definitivamente classificada a estrada, na fórma do art. 3.º

Paragrapho unico. A classificação das estradas de ferro que se acham actualmente em trafego será feita, na fórma do art. 3.º, pelos resultados do mesmo trafego no anno de 1884.

Art. 5.º Para qualquer alteração na classificação de uma estrada é preciso que, durante um triennio, e sem que para isso tenham concorrido causas temporarias ou transitorias, o movimento do trafego tenha seguido uma marcha ascendente ou descendente, apresentando no ultimo anno a quantidade de trafego necessaria para a referida alteração de classificação.

Paragrapho unico. Cumpro ao Director propor a nova classificação, fundamentando sua proposta, quando tenha ella por fim elevar a categoria da estrada, com os necessarios dados estatísticos e documentos comprobativos.

Art. 6.º Quando, pelo facto da inauguração do trafego em ramaes ou trechos do prolongamento de estradas já classificadas, deva provir um acrescimo de movimento tal que exija a alteração de sua classificação, será esta feita na fórma do art. 4.º

## Capítulo II

### DA ORGANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO

Art. 7.º Os estudos ou a construção das estradas de ferro que não tenham ainda parte em trafego, e bem assim os estudos e a construção do prolongamento ou ramaes importantes das estradas de ferro de 1.ª ordem, serão dirigidos por um Engenheiro Chefe, de livre escolha do Governo, e directamente subordinado ao Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

O Engenheiro Chefe será auxiliado pelo pessoal tecnico que fôr necessario, de accordo com a tabella n. 1 annexa a este Regulamento.

Art. 8.º Os estudos ou a construção dos prolongamentos ou ramaes de mais de 20 kilometros de extensão das estradas de ferro de 2.ª, 3.ª e 4.ª ordem ficam a cargo do Director da parte em trafego da mesma estrada, que accumulará as funcções de Engenheiro Chefe, de conformidade com a ultima observação da respectiva tabella de pessoal para o trafego da estrada, e será auxiliado pelo pessoal tecnico que fôr necessario, de accordo com a tabella n. 1 annexa a este Regulamento.

Paragrapho unico. Os estudos ou construções do prolongamento ou ramaes de menor extensão deverão ser realizados pelo Engenheiro encarregado da conservação da via permanente da respectiva estrada, devendo o Director propor ao Ministro a admissão do pessoal tecnico que porventura seja necessario.

Art. 9.º Os serviços do tráfego das estradas de ferro ficam distribuídos por cinco grandes divisões, na ordem e com as denominações seguintes:

- 1.ª Administração central.
- 2.ª Tráfego.
- 3.ª Contabilidade.
- 4.ª Locomoção.
- 5.ª Via permanente.

Art. 10. Nas estradas de 1ª e 2ª ordem, o Director, além de superintender todo o serviço, tem directamente a seu cargo a direcção da 1ª divisão.

Cada uma das outras divisões será dirigida por um Engenheiro Chefe de serviço, immediatamente subordinado ao Director, e com as denominações seguintes:

O da 2ª divisão.....	Chefe do tráfego.
O da 3ª divisão.....	Chefe da contabilidade.
O da 4ª divisão.....	Chefe da locomoção.
O da 5ª divisão.....	Chefe da linha.

As tabellas ns. 2 e 3, annexas a este Regulamento, referem-se ás estradas de 1ª e 2ª ordem e nellas se acham determinadas as categorias e vencimentos para as diversas especies de empregados.

Art. 11. Nas estradas de 3ª ordem o Director, superintendendo todos os serviços, tem directamente a seu cargo a direcção da 1ª divisão e parte da 3.ª

Será auxiliado por dous Engenheiros Chefes de serviço a elle directamente subordinados, e que têm a seu cargo:

- O Chefe do tráfego, a direcção da 2ª divisão e parte da 3.ª
- O Chefe da locomoção, a direcção da 4ª e da 5ª divisão.

A tabella, annexa a este Regulamento sob n. 4, refere-se ás estradas de 3ª ordem e marca as categorias e vencimentos para as diversas especies de empregados.

Art. 12. Nas estradas de ferro de 4ª ordem o Director, além da superintendencia de todos os serviços, tem directamente a seu cargo a direcção da 1ª, 2ª e 3ª divisão, sendo auxiliado por um Engenheiro Chefe da locomoção, a elle directamente subordinado e incumbido da direcção da 4ª e da 5ª divisão.

A tabella n. 5, annexa a este Regulamento, refere-se ás estradas de 4ª ordem e nella se acham determinadas as categorias e vencimentos para as diversas especies de empregados.

Art. 13. Nas estradas de 2ª ordem, quando a linha em tráfego tiver menos de 150 kilometros de extensão, não exigindo sua conservação um serviço especial ou fóra do ordinario em vias ferreas, ficará a 5ª divisão a cargo do Chefe da locomoção, supprimindo-se o logar de Chefe da linha e eliminando-se da tabella as categorias de empregados de escriptorio da 5ª divisão, que puderem ser dispensados.

Art. 14. Nas estradas de 2ª ordem, a divisão da contabilidade será organizada quando assim determine o Ministro da Agricultura

sob proposta do respectivo Director da estrada, baseada nos seguintes fundamentos: movimento importante de mercadorias, distribuido por grande numero de estações principaes ou, então, trafego mutuo com outras vias ferreas ou empresas de transporte.

Paragrapho unico. Quando deva ser supprimida esta divisão, os respectivos serviços passarão para a 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> divisão, sendo para esta a parte que diz respeito á contabilidade geral do trafego e para aquella a que se refere á contabilidade geral da receita e despesa.

Art. 15. Nas tabellas ns. 3, 4 e 5, annexas a este Regulamento e relativas ao pessoal, categorias e vencimentos das diversas especies de empregados para as quatro ordens de estradas de ferro, vão designadas:

§ 1.<sup>o</sup> Com a letra — **A** — as categorias de empregados cujo numero é fixo e não poderá ser alterado senão por decreto, que revogue nesta parte o presente Regulamento.

§ 2.<sup>o</sup> Com a letra — **B** — as categorias de empregados cujo numero será fixado pelo Ministro da Agricultura para cada uma das estradas, sobre proposta justificada dos respectivos Directores.

§ 3.<sup>o</sup> Com a letra — **C** — as categorias de empregados cujo numero será fixado pelos Directores das estradas de accordo com as necessidades dos serviços e sobre proposta dos respectivos Chefes.

§ 4.<sup>o</sup> Cumpre ao Director supprimir, ou propor ao Ministro da Agricultura a supressão das categorias de empregados que, achando-se na tabella relativa á estrada que dirigir, possam entretanto ser dispensados sem inconveniente para o serviço da mesma estrada.

### Capitulo III

#### 1.<sup>a</sup> DIVISÃO

##### DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Art. 16. O Director, além da superintendencia de todos os serviços do trafego da estrada, tem especialmente a seu cargo a administração central.

E' de sua exclusiva competencia:

§ 1.<sup>o</sup> A direcção geral de todos os serviços.

§ 2.<sup>o</sup> A nomeação de todos os empregados da estrada que por este Regulamento não competir ao Governo.

§ 3.<sup>o</sup> A organização ou approvação dos regulamentos e instrucções para os diversos serviços da estrada.

§ 4.<sup>o</sup> A organização das condições geraes, especificações e tabellas de preços para as obras, fornecimentos e quaesquer trabalhos.

§ 5.º A autorização das despesas dentro dos creditos votados.

§ 6.º O estudo e interpretação das tarifas e as providencias relativas ao desenvolvimento da renda da estrada.

§ 7.º A decisão das reclamações concernentes ao serviço da estrada.

§ 8.º A celebração de contratos de serviços, cessões, fornecimentos e ajustes com particulares.

§ 9.º A celebração de contratos ou ajustes com as companhias e empresas de transportes, para o estabelecimento de trafego mutuo, uso commum de estações, permutas e outros.

§ 10. A imposição de penas aos empregados, de conformidade com as disposições deste Regulamento.

§ 11. A adopção de quaesquer medidas tendentes á disciplina, segurança, economia e desenvolvimento do trafego da estrada.

Art. 17. Os serviços da Administração central comprehendem as tres secções seguintes:

1.ª Secretaria.

2.ª Thesouraria.

3.ª Almoxarifado.

Art. 18. A Secretaria será dirigida pelo Secretario, a quem incumbê:

§ 1.º O expediente geral da Directoria.

§ 2.º O lançamento dos contratos e ajustes, o assentamento dos empregados e o registro de toda a correspondencia official da Directoria.

§ 3.º O inventario dos proprios da estrada.

§ 4.º A guarda e conservação do Archivo central.

§ 5.º A organização das folhas de pagamento do pessoal da Administração central.

Art. 19. A Thesouraria ficará a cargo do Thesoureiro, que terá sob sua guarda a caixa, por cujos valores e operações é responsavel.

Ao Thesoureiro compete:

§ 1.º Receber e fazer escripturar diariamente no livro caixa a receita ordinaria, extraordinaria e eventual da estrada.

§ 2.º Receber no Thesouro ou Thesourarias de Fazenda, á vista de requisições do Director, a importância das prestações necessarias ao serviço da estrada.

§ 3.º Entregar no Thesouro ou Thesourarias de Fazenda, por ordem do Director, a renda liquida da estrada e a importância cobrada dos direitos e impostos, e multas dos empregados.

§ 4.º Fazer, por si ou por seus auxiliares devidamente autorizados, todos os pagamentos da estrada, excepto aquelles que, em virtude de contratos existentes ou que se fizerem, tenham de ser effectuados em outra Repartição publica.

§ 5.º Arrolar todos os documentos de receita e despesa que devam ser remettidos ao Thesouro ou Thesourarias de Fazenda, na conformidade dos Decretos n. 2548 de 10 de Março de 1860 e n. 9262 de 16 de Agosto de 1884.

Art. 20. O Escrivão da Thesouraria tem a seu cargo o exame e escripturação dos documentos comprobativos da receita e des-

peza, os quaes, depois de examinados e aceitos, serão por elle rubricados. O Escrivão é responsavel pela legalidade de todos os papeis que servirem de documentos da escripturação.

Paragrapho unico. Nas estradas de ferro de 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> ordem competem ao Guarda-livros as attribuições do Escrivão.

Art. 21. O almoxarifado ficará a cargo de um Almoxarife, a quem incumbe:

§ 1.<sup>o</sup> A arrecadação e conservação de todos os objectos que estiverem em deposito para o consumo da estrada, por cuja quantidade, qualidade e estado será responsavel, até que tenham sahida do deposito.

§ 2.<sup>o</sup> O fornecimento de taes objectos ás demais divisões da estrada, em virtude de ordem do Director e á vista de requisições assignadas ou rubricadas pelos chefes das mesmas divisões e mediante recibos destes ou de seus prepostos.

§ 3.<sup>o</sup> A compra dos objectos necessarios ao almoxarifado, por ordem escripta do Director e pela forma por este indicada.

§ 4.<sup>o</sup> A discriminação, coordenação e collecção de todas as requisições de fornecimento e a fiscalisação da respectiva escripturação.

§ 5.<sup>o</sup> A apresentação mensal ao Director de uma relação da quantidade e valor dos objectos remettidos a cada divisão e um balanço trimensal da quantidade e valor do material em ser no almoxarifado.

Art. 22. A escripturação do almoxarifado será feita por um Escrivão, que tem a seu cargo o exame dos documentos justificativos do movimento de entradas e saídas dos materiaes no almoxarifado. O Escrivão é responsavel pela legalidade de todos os papeis que servirem de documentos para a escripturação, os quaes depois de examinados e aceitos serão por elle rubricados.

Paragrapho unico. Nas estradas de ferro de 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> ordem competem ao Guarda-livros as attribuições do Escrivão.

Art. 23. O Director organizará instrucções que regulem os detalhes e o modo pratico como devem ser desempenhados os diversos serviços da Administração central, distribuindo-os pelo pessoal constante da tabella correspondente á categoria da estrada, e estabelecerá os livros, modelos e processos que deverão ser adoptados na escripturação e contabilidade.

## Capitulo IV

### 2.<sup>a</sup> DIVISÃO

#### DO TRAFEGO

Art. 24. Os serviços do trafego comprehendem as seguintes secções:

1.<sup>a</sup> Trafego (serviço central e das estações).

2.<sup>a</sup> Movimento (serviço dos trens).

3.<sup>a</sup> Telegrapho (serviço telegraphico).

Art. 25. A 1.<sup>a</sup> secção incumbê:

§ 1.<sup>o</sup> O expediente geral da divisão.

§ 2.<sup>o</sup> O serviço de passageiros nas estações; recebimento, guarda e expedição de bagagens, encomendas e mercadorias; a policia e asseio das estações e suas dependencias; o recebimento, transmissão e entrega dos telegrammas em serviço da estrada, do Estado ou de particulares.

§ 3.<sup>o</sup> A arrecadação das taxas de transporte.

§ 4.<sup>o</sup> O processo das reclamações sobre perda ou avaria das mercadorias ou de quaesquer outras relativas ao transporte de passageiros e mercadorias.

§ 5.<sup>o</sup> Organização e fiscalisação da escripturação propria do movimento da estação, com especialidade dos registros de recebimento de cargas e livro de circulação de trens.

§ 6.<sup>o</sup> A execução rigorosa das instruções e ordens de serviço, relativas ao movimento e segurança dos trens.

Art. 26. A 2.<sup>a</sup> secção incumbê:

§ 1.<sup>o</sup> A composição e circulação dos trens e a distribuição dos carros e vagões pelas estações.

§ 2.<sup>o</sup> A execução dos regulamentos de signaes, policia e segurança dos trens em movimento.

§ 3.<sup>o</sup> A organização das diversas estatísticas do movimento dos trens e dos vehiculos, conforme as instruções do Chefe do trafego.

Art. 27. A 3.<sup>a</sup> secção incumbê:

§ 1.<sup>o</sup> O assentamento da linha telegraphica e fiscalisação de sua conservação.

§ 2.<sup>o</sup> A inspecção, reparação e installação dosapparelhos telegraphicos.

§ 3.<sup>o</sup> O serviço chronometrico da estrada e o das diversas applicações da electricidade ao serviço da mesma.

§ 4.<sup>o</sup> Organização das estatísticas especiaes do serviço telegraphico.

Art. 28. Os serviços da 2.<sup>a</sup> divisão serão dirigidos:

Nas estradas de ferro de 1.<sup>a</sup> ordem, por um Chefe do trafego, auxiliado por um Chefe de movimento, encarregado do serviço telegraphico, e por um Inspector de estação.

Nas estradas de ferro de 2.<sup>a</sup> ordem, por um Chefe do trafego, auxiliado por um Ajudante, encarregado especialmente da direcção da 2.<sup>a</sup> secção.

Nas estradas de ferro de 3.<sup>a</sup> ordem, por um Chefe do trafego, que dirigirá directamente todas as tres secções.

Nas estradas de ferro de 4.<sup>a</sup> ordem, pelo proprio Director, a cujo cargo ficará a direcção immediata de todos os serviços do trafego.

Art. 29. Ao Chefe do trafego, que tem a seu cargo a direcção immediata do escriptorio central do trafego, compete:

§ 1.<sup>o</sup> Organizar, inspecionar e superintender todos os serviços das tres secções da divisão, de accôrdo com as instruções e regulamentos approvados pelo Director.

§ 2.º Distribuir o pessoal das estações, regular suas attribuições e fazer observar rigorosamente os regulamentos de signaes, policia e segurança do movimento e quaesquer outros relativos ao serviço do trafego.

§ 3.º Organizar e fiscalisar todo o serviço de movimento de trens e o serviço telegraphico.

§ 4.º Propor ao Director os regulamentos ou instrucções de signaes e de policia de trens e estações e os que delinirem as attribuições e as relações dos empregados da divisão.

§ 5.º Propor ao Director a classificação das estações, o pessoal e material de cada uma.

§ 6.º Visitar com assiduidade as estações, examinando si são regularmente feitos todos os serviços nas estações e nos trens.

§ 7.º Organizar os quadros estatísticos do percurso, composição e utilização dos trens e vehiculos e, com o maior rigor possível, o da quantidade de trafego ou do numero de toneladas-kilometro transportadas pela estrada, de accôrdo com a tabela A annexa a este Regulamento.

§ 8.º Apresentar ao Director, até o dia 30 de cada mez, um relatório resumido de todas as occurrencias havidas no trafego durante o mez anterior, com os respectivos quadros estatísticos e, até o dia 31 de Janeiro de cada anno, um relatório acompanhado dos sobreditos quadros concernentes ao anno anterior e do organamento da despesa provavel com o trafego no anno financeiro seguinte.

Art. 30. O serviço telegraphico será franqueado ao publico sem prejuizo do serviço da estrada.

Art. 31. A classificação das estações será feita ou alterada pelo Director, que dará conhecimento ao Ministro dos motivos que a justifiquem.

Paraphrasso unico. O pessoal das estações constará do que, para cada uma das classes, é indicado na tabela do pessoal correspondente a cada categoria de estrada.

Art. 32. Só poderão ser classificadas em 1ª ou 2ª classe as estações inicial e terminal e, das intermedias, aquellas que se acham em condições especiaes, de que provenha um notavel movimento de mercadorias em relação á quantidade de trafego da estrada.

As estações de composição de trens poderão ser, por esse facto, classificadas em 2ª classe.

Art. 33. Nenhum serviço de qualquer das divisões se fará nas estações e na parte da linha comprehendida entre as chaves respectivas, sem conhecimento prévio do Agente da estação.

Art. 34. Os Agentes são obrigados a prestar a todos os Chefes de serviço os auxilios que lhes requisitarem, uma vez que o possam fazer sem manifesto prejuizo do serviço das estações.

Art. 35. O Chefe do trafego procederá ao necessario estudo das tarifas, devendo propor ao Director as modificações que julgar necessarias, no intuito de desenvolver a renda da estrada.



**Capítulo V****3ª DIVISÃO****DA CONTABILIDADE**

Art. 35. Os serviços da contabilidade comprehendem as duas secções seguintes:

1.ª Receita do trafego.

2.ª Contabilidade geral da receita e despesa.

Art. 37. Nas estradas de ferro de 1ª e 2ª ordem, os serviços da contabilidade formarão uma divisão especial, a cargo de um Chefe da contabilidade auxiliado por um Contador, que terá a seu cargo a direcção immediata da 1ª secção, e por um Guarda-livros, que dirigirá a 2ª secção.

Art. 38. Quando se realizar a hypothese de que trata o parographo unico do art. 14, os serviços da contabilidade nas estradas de ferro de 2ª ordem passarão para a 1ª e 2ª divisões, formando em cada uma dellas uma secção de serviço distincta e reduzindo-se no quadro de pessoal para a contabilidade, constante da tabella n. 3 annexa a este Regulamento, o numero ou classe de empregados que puderem ser supprimidos.

§ 1.º A 2ª secção — Contabilidade geral da receita e despesa —, sob a direcção immediata do Guarda-livros, passará para a divisão da administração central.

§ 2.º A 1ª secção — Receita do trafego —, a cargo do Contador, passará para a divisão do trafego.

§ 3.º Competem ao Chefe do trafego as attribuições do Chefe da contabilidade, na parte relativa ao serviço da 1ª secção.

Art. 39. Nas estradas de ferro de 3ª ordem, os serviços da contabilidade serão distribuidos pela forma indicada nos §§ 1º, 2º e 3º do artigo antecedente.

Art. 40. Nas estradas de ferro de 4ª ordem, todos os serviços da contabilidade ficarão a cargo do Director, accumulando o Guarda-livros as funções de Contador.

Art. 41. Ao Chefe da contabilidade compete:

§ 1.º Dirigir e inspecionar o serviço geral da contabilidade da estrada, da arrecadação da receita e respectiva escripturação.

§ 2.º Proceder ao necessario estudo das tarifas, propondo ao Director o que lhe parecer conveniente na parte relativa á interpretação e applicação das mesmas tarifas.

§ 3.º Informar sobre as reclamações por excesso de frete e, em geral, sobre quaesquer questões relativas a pagamentos feitos pela estrada ou della reclamados.

§ 4.º Dirigir e inspecionar o serviço da contabilidade nas estações e paradas e a respectiva escripturação.

§ 5.º Fiscalisar a renda que fór diariamente recolhida á The-

souraria e, ao menos uma vez por mez, a que estiver por cobrar nas estações.

§ 6.º Remetter ao Director, até o fim de cada mez, a synopse e balanceete da receita e despesa no mez anterior e, até o dia 1.º de Março, um relatório do estado dos serviços a seu cargo, acompanhado do balanço da receita e despesa concernentes ao anno anterior, das estatísticas geraes da receita e do orçamento da despesa provavel com a divisão no anno financeiro seguinte.

Art. 42. Compete á 1.ª Secção:

§ 1.º Verificar todos os documentos de receita, revendo os calculos e applicação das tarifas.

§ 2.º Escripturar nos livros competentes a receita arrecadada e por arrecadar.

§ 3.º Archivar, competentemente coordenados, todos os documentos de receita.

§ 4.º Fazer imprimir os bilhetes de passageiros, rubricar e numerar os livros-talões de todas as verbas da receita.

§ 5.º Organizar as demonstrações das passagens e fretes concedidos aos diversos Ministerios e Repartições e a empresas ou particulares em virtude de contratos ou accordo.

§ 6.º Organizar mensalmente as contas correntes de receita entre a estrada e companhias ou empresas em trafego mutuo.

§ 7.º Fazer indemnizar pelos empregados da estrada do que, por falta ou engano destes, se achar desfalcada a renda da mesma estrada.

§ 8.º Organizar as estatísticas parciaes e geraes da receita.

Art. 43. Compete á 2.ª secção:

§ 1.º Processar todas as contas de fornecimento, examinando si estão competentemente documentadas e si as quantidades e preços conferem com os pedidos e contratos (quando os houver); e, finalmente, si o fornecimento foi devidamente autorizado pelo Director.

§ 2.º Processar todas as folhas de pagamento do pessoal, verificando si os vencimentos e diarias conferem com os das tabellas e ordens em vigor e as declarações constantes das mesmas folhas.

§ 3.º Verificar os calculos de todos os documentos de despesa.

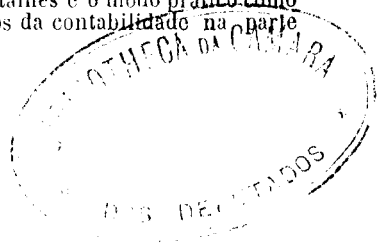
§ 4.º Formular todas as contas do que a estrada tiver de receber, quer dos diversos Ministerios, quer de particulares ou empresas.

§ 5.º Organizar mensalmente as contas correntes da estrada com as empresas em trafego mutuo.

§ 6.º Escripturar as despesas de todas as divisões do serviço da estrada e regular as contas entre os diversos serviços.

§ 7.º Ter em dia, nos livros *Diario*, *Bazão* e *Auxiliares*, toda a receita e despesa da estrada, na fórma das instrucções e modelos exigidos pelo Thesouro Nacional.

Art. 44. O Chefe da contabilidade, de accordo com o Chefe do trafego, organizará e sujeitará á approvação do Director as necessarias instrucções para regular os detalhes e o modo pratico como devem ser desempenhados os serviços da contabilidade na parte referente ás estações e paradas.



**Capitulo VI****4ª DIVISÃO****DA LOCOMOÇÃO**

Art. 45. A locomoção abrange tudo quanto concerne ao serviço das locomotivas e á construcção, conservação e reparação do material rodante.

Art. 46. Será dirigida por um Chefe da locomoção, auxiliado, nas estradas de ferro de 1ª ordem, por um Ajudante.

Ao Chefe da locomoção incumbem:

§ 1.º Organizar, inspeccionar e superintender os serviços da locomoção, fazendo manter em bom estado as locomotivas, tenders, carros, vagões, tanques de alimentação e quaesquer accessorios ou dependencias do serviço da tracção.

§ 2.º Administrar as officinas de construcção e reparação do material rodante.

§ 3.º Organizar e distribuir o pessoal da locomoção e o serviço das locomotivas.

§ 4.º Estudar e promover os melhoramentos que convenha adoptar na construcção e reparação do trem rodante.

§ 5.º Preparar os planos geraes e de execução, orçamento e especificações para as encomendas do trem rodante e seus accessorios, quer tenham de ser executados nas officinas da estrada, quer em outras.

§ 6.º Assistir, por si ou por seus auxiliares, ao recebimento do material encomendado, procedendo ás experiencias necessarias para verificação de seu estado e qualidade.

§ 7.º Organizar, de accordo com modelos approvados pelo Director, a escripturação, contabilidade e estatísticas da tracção, officinas e depósitos.

§ 8.º Percorrer frequentemente a linha, inspeccionando os serviços da tracção, dos depósitos e mais dependencias a seu cargo.

§ 9.º Remetter ao Director, até o dia 15 de cada mez, um relatório resumido do estado do material e officinas e das principaes occorrencias havidas no serviço a seu cargo durante o mez anterior, acompanhado dos quadros estatísticos do percurso, consumo e natureza dos reparos do trem rodante, especificados por numero e classes de vehiculos. Até o dia 31 de Janeiro, apresentará ao Director um relatório acompanhado dos quadros estatísticos acima indicados, comprehendendo as occorrencias do anno anterior e o orçamento, com a discriminação das verbas, para o anno financeiro seguinte.

Art. 47. As officinas e dependencias da tracção comprehendem:

§ 1.º As officinas de reparação de machinas.

§ 2.º As officinas para reparação e construcção de carros e vagões.

§ 3.º Os depositos de machinas e carros, o abastecimento d'agua ás locomotivas, armazens e depositos de combustivel, material para consumo e de sobressalente e um pequeno laboratorio para ensaio das substancias que tiverem de ser empregadas pela locomoção.

Art. 48. Os depositos de materiaes de consumo da locomoção deverão conter o indispensavel para um ou dous mezes e os sobressalentes necessarios para a reparação do material rodante.

Art. 49. A contabilidade e estatística da locomoção serão organizadas de fôrma que se conheça, para as locomotivas e vehiculos: 1º, o numero, natureza e importância dos reparos que tiverem soffrido; 2º, o consumo e despeza kilometrica em combustivel e lubrificantes; 3º, o percurso feito; e, para as officinas:— o trabalho util dos operarios, machinas eapparelhos e os custos, em material e mão d'obra, das construcções e reparos.

Art. 50. Tanto quanto for possível, o trabalho estatístico da locomoção subdividir-se-ha até o emprego dos menos importantes objectos de consumo.

Art. 51. Será organizado um inventario descriptivo de todo o material rodante, fixo e das officinas. Este inventario será revisto e conferido trimensalmente pelo Chefe da locomoção.

Art. 52. As officinas poderao, sem prejuizo do serviço da estrada, executar quaesquer trabalhos particulares, mediante ajuste prévio entre o interessado e o Director.

Taes trabalhos serão pagos, attendendo-se á percentagem correspondente á importancia das despesas geraes das officinas e seu producto levado á conta da receita eventual da estrada.

## Capítulo VII

### 5ª DIVISÃO

#### DA VIA PERMANENTE

Art. 53. O serviço da via permanente comprehende todos os trabalhos de conservação, reparação, reconstrucção e melhoramentos da linha, edificios e suas dependencias; a construcção de obras novas na estrada em trafego, incluindo a de pequenos ramaes a que se refere o paragrapho unico do art. 8º; e a conservação da linha telegraphica.

Art. 54. A via permanente será dirigida: nas estradas de 1ª ordem por um Chefe de linha e um Ajudante; nas de 2ª ordem por um Chefe de linha, e nas de 3ª e 4ª ordem pelo Chefe da locomoção, com accumulacão das respectivas funcções.

Paragrapho unico. Nas estradas de ferro de 2.<sup>a</sup> ordem o Chefe da locomoção accumulará igualmente as funcções de Chefe da linha, quando se realize a hypothese mencionada no art. 13.

Art. 55. Ao Chefe da linha compete :

§ 1.<sup>o</sup> Organizar, inspecionar e superintender todos os serviços da via permanente, mantendo a linha nas melhores condições, de modo que a circulação dos trens se effectue com a maior regularidade, segurança e economia.

§ 2.<sup>o</sup> Organizar o serviço de conservação, policia e vigilancia da linha, fazendo observar rigorosamente os regulamentos em vigor.

§ 3.<sup>o</sup> Auxiliar com o pessoal sob suas ordens o Inspector das linhas telegraphicas, na conservação do respectivo material. Nas estradas de ferro de 4.<sup>a</sup> ordem, o Chefe da linha e locomoção preenche tambem as funcções de Inspector da linha telegraphica.

§ 4.<sup>o</sup> Organizar os projectos, orçamentos e especificações para as obras e uma tabella de serie de preços para o serviço de reparação e obras novas da estrada em trafego, a qual será revista annualmente e approvada pelo Ministro.

§ 5.<sup>o</sup> Fazer escripturar as despesas por natureza de obra, discriminando o que for propriamente conservação e custeio do que constituir construcções novas.

§ 6.<sup>o</sup> Inventariar todo o material e utensilios da via permanente.

§ 7.<sup>o</sup> Conservar archivados em boa ordem os desenhos de todos os trabalhos executados na via permanente.

§ 8.<sup>o</sup> Percorrer frequentemente a linha, inspecionando cuidadosamente seu estado e o modo por que são effectuados os diversos serviços a seu cargo.

§ 9.<sup>o</sup> Apresentar ao Director, até o dia 15 de cada mez, um relatório resumido dos trabalhos executados e das principaes occurrencias havidas na via permanente durante o mez anterior, fazendo expressa menção do estado da linha, edificios e suas dependencias, do custo e quantidade do material consumido, discriminando os pontos em que foi empregado, e da despesa kilometrica de conservação.

Até o dia 31 de Janeiro apresentará ao mesmo Director um relatório analogo, concernente ao anno anterior, acompanhado do orçamento, com discriminação de verbas, para o anno financeiro seguinte.

Art. 56. Serão estabelecidos nos logares convenientes depósitos de material, com o indispensavel para os supprimentos occorrentes. Estes depósitos ficarão sob a guarda e responsabilidade dos empregados que o Chefe da linha designar.

Art. 57. As obras de conservação e reparação ordinaria serão feitas por administração.

As construcções ou reparos de valor consideravel serão feitos, a juizo do Director, por administração ou empreitada, mediante series de preços, e dirigidos exclusivamente pelo pessoal tecnico da via permanente.

Si as obras importarem em renovações completas e avultadas ou na construção de obras d'arte de grande importancia, nada resolverá o Director sem prévia autorização do Ministro.

## Capítulo VIII

### ESTUDOS E CONSTRUÇÃO

Art. 58. Os estudos e construção de vias ferreas ou do prolongamento e ramaes de estradas em trafego comprehendem:

§ 1.º As explorações e estudos para o melhor traçado de estradas, prolongamentos ou ramaes.

§ 2.º A organização dos projectos, orgamentos e instrucções para execução de obras, comprehendendo tabellas de preços, especificações para as obras e condições geraes para os contratos de empreitada.

§ 3.º A fiscalisação e direcção de todos os trabalhos e serviços relativos aos estudos e construção.

§ 4.º As medições e avaliações para pagamento de obras executadas.

§ 5.º A organização dos certificados para pagamento das obras e serviços executados relativamente á construção.

§ 6.º A organização das folhas de pagamento do pessoal technico, administrativo e operario, dos estudos e construção.

§ 7.º Escripção technica das despesas de construção, do custo e quantidade das obras e serviços.

Art. 59. As explorações e estudos comprehendem:

§ 1.º O exame das regiões por onde tiver de passar a linha projectada, tendo por fim especial determinar approximadamente os pontos de passagem obrigados e obter os dados e informações diversas que sirvam para decidir da escolha dos valles que devem ser estudados.

§ 2.º O traçado de uma linha de ensaio tão approximada quanto possível da directriz definitiva, medindo-se as distancias com a maior exactidão e tomando-se os angulos de deflexão das linhas com o theodolito e o rumo magnetico de cada uma.

§ 3.º O nivelamento longitudinal de todos os pontos da linha traçada.

§ 4.º O levantamento de secções transversaes em numero e largura suficientes para determinar a configuração do terreno em uma zona de 80<sup>m</sup>, pelo menos, para cada lado da linha estudada.

§ 5.º A construção da planta e perfil da linha estudada e a organização do projecto, orgamento e memoria descriptiva e justificativa do mesmo.

§ 6.º A determinação da latitude e longitude dos pontos mais notaveis situados na linha estudada ou em suas proximidades, dentro de seis kilometros para cada lado.

§ 7.º Uma noticia das localidades e povoações que tiverem de ser atravessadas ou servidas pela estrada, acompanhada de dados sobre sua riqueza, população e produção.

§ 8.º Notas sobre a confluencia de rios, sua navegabilidade e cheias, sobre vias de comunicação já existentes e quaisquer outras informações ou estudos exigidos pelo Ministro, nas instrucções especiaes para o estudo de cada estrada.

Art. 60. Os estudos e construcção de vias ferreas, seus prolongamentos e ramaes, serão dirigidos por um Engenheiro Chefe, observando-se as disposições dos arts. 7.º e 8.º

Art. 61. Terminados os estudos e explorações para construcção de obras das vias ferreas, seus prolongamentos ou ramaes, o Engenheiro Chefe remetterá ao Ministro, para toda a linha estudada ou para secções da mesma linha, os seguintes documentos exigidos pelo art. 21 § 1.º do Regulamento de 28 de Fevereiro de 1874 :

§ 1.º A planta geral da linha ferrea, na escala de  $\frac{1}{4000}$ , em que serão indicados os raios de curvatura, a configuração do terreno, representada por meio de curvas de nivel equidistantes de 3<sup>m</sup>, e, bem assim, em uma zona de 80<sup>m</sup>, pelo menos, para cada lado, os campos, mattas, rios, edificações, culturas, terrenos pedregosos e, sempre que fôr possível, as divisas de propriedades particulares, as terras devolutas e as minas.

§ 2.º O perfil longitudinal, na escala de  $\frac{1}{400}$  para as alturas e de  $\frac{1}{4000}$  para as distancias horizontaes, indicando as extensões e as inclinações dos declives.

§ 3.º Perfis transversaes na escala de  $\frac{1}{200}$  em numero sufficiente para a determinação de volumes das obras de terra.

§ 4.º Planos geraes das obras mais importantes, na escala de  $\frac{1}{200}$ , incluindo os typos a adoptar para as diversas classes de estações, suas dependencias e abastecimento d'agua ás locomotivas.

§ 5.º Relação das pontes, viaductos, pontilhões, boeiros e quaisquer outras obras d'arte, com as principaes dimensões, posição na linha, systema de construcção e quantidade de obra.

§ 6.º Tabella da quantidade de excavação para executar-se o projecto do transporte médio para o producto das excavações e a classificação provavel destas.

§ 7.º Tabella de alinhamentos e seus desenvolvimentos, raios de curvas, inclinação e extensão das declividades.

§ 8.º Cadernetas authenticadas das notas das operações topographicas, geodesicas e astronomicas feitas no terreno.

§ 9.º Orçamento geral do custo da linha, com indicação das quantidades de obra e dos preços de unidades, si estes não estiverem determinados e, bem assim, das despesas de exploração e estudos preliminares.

§ 10. Relatório geral das vantagens e exito provavel da linha projectada.

Art. 62. Sómente depois de approvados pelo Ministro os documentos relativos aos estudos e explorações, poderá ser autorizada a construcção das obras, que não terá começo enquanto não fôr expressamente ordenada pelo mesmo Ministro.

Art. 63. As obras serão executadas por empreitadas e series de preços, mediante concorrência em hasta publica.

As propostas serão reeebidas na Secretaria de Estado do Ministerio da Agricultura e no escriptorio do Engenheiro Chefe da estrada e terão por base os estudos feitos, que poderão ser alli examinados pelos concurrentes.

Art. 64. A extensão de cada empreitada e a natureza das obras que nella devam achar-se comprehendidas serão determinadas pelo Ministro e declaradas nos editaes de concorrência.

Art. 65. Serão contratadas separadamente das obras de preparação do leito e em novas concorrências publicas, as da construcção de edificios e o assentamento da via permanente.

Art. 66. Reeebidas as propostas, serão, depois de examinadas e devidamente informadas pelo Engenheiro Chefe, remettidas ao Ministro, que escolherá o proponente que lhe parecer mais idoneo; lavrando-se o contrato na Secretaria de Estado, ou no escriptorio, pelo Engenheiro Chefe, com autorização do Ministro.

Art. 67. Os contratos das obras terão por base os desenhos de execução que os acompanharem, ou a que se referirem, e as unidades de preço, especificações e condições geraes de execução que forem organizadas pelo Engenheiro Chefe e approvadas pelo Ministro; as quaes serão revistas sempre que se tratar de novos contratos, attendendo-se aos preços correntes, facilidades e vantagens propoçõesadas pelo Governo, distancias e local das obras.

Art. 68. Sem prejuizo dos contratos já existentes e em execução na data em que começar a vigorar este Regulamento, as « Considerações geraes » que forem organizadas para construcção de obras por empreitada conterão as seguintes disposições :

§ 1.º O recebimento provisorio ou definitivo de qualquer obra será feito pelo Engenheiro Chefe, e só este poderá passar os certificados necessarios ao pagamento devido ao empreiteiro.

§ 2.º As medições parciaes ou finaes serão feitas em presença do empreiteiro ou seu preposto, salvo si, avisado com a devida antecedencia, não comparecer.

§ 3.º O empreiteiro tem direito a que se proceda a segunda medição final, si o requerer dentro dos cinco dias decorridos da data em que se lhe houver dado aviso por escripto da conclusão da primeira.

§ 4.º O Engenheiro Chefe decidirá, sem recurso, todas as contestações que se derem com o empreiteiro nas medições parciaes e provisorias.

§ 5.º Para serem entregues a caução e o saldo final, o Engenheiro Chefe remetterá ao Ministro a conta corrente entre a



estrada e o empreiteiro, acompanhada pela cópia de todos os documentos justificativos.

Art. 69. As duvidas que se suscitarem sobre as medições finais e ajuste de contas serão resolvidas pelo Engenheiro Chefe, de cuja decisão não haverá recurso si versarem sobre questão technica.

Si se tratar, porém, de interpretação ou applicação de clausulas do contrato, das « Condições geraes » ou, em geral, de materia contenciosa, poderá o empreiteiro recorrer para o Ministro, que decidirá em ultimo recurso.

Art. 70. O Engenheiro Chefe terá um 1.<sup>o</sup> Engenheiro que o coadjuvará e substituirá em suas faltas e impedimentos. Será auxiliado pelo pessoal constante da tabella n. 1, annexa a este Regulamento, fixando sua quantidade conforme a extensão da linha em construcção ou em estudos, de accôrdo com as seguintes regras :

§ 1.<sup>o</sup> Para cada trecho de 30 a 50 kilometros de linha em construcção, ou de 60 a 100 kilometros em estudos, as secções compor-se-hão de :

1 Chefe de secção.

1 Engenheiro de 1.<sup>a</sup> classe.

2 Engenheiros de 2.<sup>a</sup> classe.

4 Conductores ou Auxiliares.

§ 2.<sup>o</sup> Nos casos em que os trechos em construcção ou em estudos tenham extensão inferior ao limite minimo acima fixado ou excedam o maximo sem attingir o multiplo do minimo, o Engenheiro Chefe proporá ao Ministro a redução ou augmento do pessoal conforme se fizer necessario.

§ 3.<sup>o</sup> Em todo caso, o quadro acima, das secções, só será preenchido á proporção que os trabalhos o exijam, devendo ser reduzido logo que as condições do serviço o permittam.

§ 4.<sup>o</sup> Em casos extraordinarios e excepcionaes, poderá o Engenheiro Chefe admittir temporariamente Engenheiros extranumerarios, com prévia autorização do Ministro.

Art. 71. Haverá um escriptorio technico que ficará sob as ordens immediatas do 1.<sup>o</sup> Engenheiro, para preparação de projectos e verificação dos trabalhos.

Ao 1.<sup>o</sup> Engenheiro compete:

§ 1.<sup>o</sup> Organizar o projecto definitivo da estrada e seus ramaes, á vista das plantas e mais documentos do estudo do terreno, comprehendendo o de todas as obras d'arte, estações e suas dependencias.

§ 2.<sup>o</sup> Effectuar os calculos de cubação e o orçamento das obras projectadas.

§ 3.<sup>o</sup> Proceder aos calculos de cubação e avaliação das obras feitas.

§ 4.<sup>o</sup> Preparar os certificados para os pagamentos parciaes e contas finais das obras executadas por empreitadas.

§ 5.<sup>o</sup> Visitar as obras em construcção, sempre que o Engenheiro Chefe o determinar.

§ 6.º A escripturação technica e organização das folhas de pagamento do pessoal technico e operario empregado nas obras por administração.

Art. 72. O escriptorio technico dos trabalhos de construcção ou dos estudos será estabelecido no lugar mais proximo e conveniente aos mesmos trabalhos.

Art. 73. Servirão no escriptorio technico os Engenheiros e Conductores empregados em trabalhos de construcção, que forem designados pelo Engenheiro Chefe; sendo, nos casos absolutamente indispensaveis, substituidos nas obras por outros, considerados extranumerarios.

Art. 74. O Engenheiro Chefe terá um Secretario, a quem incumbe o expediente, escripturação e contabilidade das obras.

Art. 75. A escripturação e contabilidade das obras serão feitas segundo as instrucções, livros e modelos, organizados pelo Engenheiro Chefe. Os orçamentos, despesas occorrentes e custo effectivo das obras de construcção e estudos, serão escripturados com methodo e clareza, por modo que de prompto se possa verificar a despesa real de cada especie de obra, o custo kilometrico de qualquer parte da estrada estudada ou concluida, e as causas que tenham motivado excesso no orçamento da obra, quando isto aconteça.

Art. 76. Ao Engenheiro Chefe compete autorizar todas as despesas do serviço a seu cargo, dentro da verba que para esse serviço tiver sido consignada na Lei de orçamento e, bem assim, promover amigavel ou judicialmente a aquisição ou desapropriação dos terrenos necessarios á construcção da estrada e seus ramaes.

Art. 77. Para effectuar o pagamento dos vencimentos do pessoal da direcção dos trabalhos e mais despesas occorrentes, haverá um Pagador, que será o responsavel pelas quantias que receber do Thesouro ou Thesourarias de Fazenda, e que sómente as empregará á vista de ordem assignada ou rubricada pelo Engenheiro Chefe.

Ao Pagador, no que lhe forem applicaveis, cabem as mesmas attribuições e deveres dos Thesouheiros das estradas em tráfego.

Art. 78. O Engenheiro Chefe expedirá instrucções especiaes que regulem o serviço sob sua direcção e as relações dos empregados entre si.

Art. 79. O Engenheiro Chefe apresentará igualmente ao Ministro relatorios trimensaes e annuaes sobre o estado das obras em construcção e o custo destas, acompanhados de cópias dos planos e descripções das obras mais importantes que tenham sido construidas; e bem assim da relação dos instrumentos de Engenharia existentes e do orçamento da parte das obras que se tiver de construir no anno financeiro seguinte.

**Capítulo IX**

## DO PESSOAL

Art. 80. O cargo de Director das estradas de ferro do Estado só será confiado a Engenheiros nacionaes praticamente habilitados no serviço de construcção ou custeio de vias ferreas e que notoriamente se recommendem pela sua experiencia e capacidade profissional.

Art. 81. Só poderão ser nomeados, para os logares de Chefes de divisão a que se refere o art. 10, Engenheiros que, além de satisfazerem as condições da Lei n. 3001 de 9 de Outubro de 1880, tenham pelo menos tres annos de pratica em trabalhos de construcção ou trafego de estradas de ferro.

Art. 82. Os logares de Chefe do movimento, Ajudantes do Chefe do trafego, do Chefe da locomoção, Engenheiros residentes do trafego, Chefes de secção, Engenheiros e Conductores de 1ª e 2ª classe e Desenhista architecto da construcção, só serão exercidos por Engenheiros titulares, nos termos da lei citada.

Art. 83. Serão nomeados por decreto: o Director e o Engenheiro Chefe, e por portaria do Ministro:

§ 1.º Sob proposta do Director: Os Chefes de divisão a que se refere o art. 10, o Secretario, o Thesoureiro, o Almojarife, o Pagador, os Ajudantes do Chefe do trafego, da locomoção e linha, o Chefe do movimento, Inspector de estações, o Guardalivros, o Contador e o Agente da estação central, e nas estradas de 2ª, 3ª e 4ª ordem, além do mencionado, mais os Officiaes, os Escrivães e os Engenheiros residentes do trafego.

§ 2.º Sob proposta do Engenheiro Chefe: o 1º Engenheiro, os Chefes de secção, os Engenheiros de 1ª classe, o Secretario e o Pagador da construcção.

Art. 84. Serão nomeados:

§ 1.º Pelo Director, sob proposta dos Chefes das respectivas divisões, as demais categorias de empregados da estrada em trafego, não mencionados no artigo anterior e constantes da tabella correspondente á ordem de classificação da estrada.

§ 2.º Pelo Engenheiro Chefe, o demais pessoal mencionado na tabella n. 1, annexa a este Regulamento e relativa a estudos e construcção de prolongamentos e ramaes.

Art. 85. Compete ao Thesoureiro, ao Pagador e ao Almojarife propor os respectivos Fiéis.

Art. 86. A admissão e demissão dos serventes, guardas, operarios, feitores e mais jornaleiros é da competencia dos Chefes das divisões ou de seus Auxiliares, encarregados da direcção immediata de qualquer ramo de serviço.

Art. 87. O Director e o Engenheiro Chefe são os responsaveis pelos abusos que não reprimirem, commettidos por seus subalternos, na admissão ou demissão do pessoal.

Art. 88. O Director será substituído em suas faltas ou impedimentos temporários pelo Chefe de divisão mais antigo no exercício do respectivo cargo.

Parapho unico. Nas estradas de ferro em que houver trabalhos de construção ou estudos, será o Director substituído, em suas funções de Engenheiro Chefe, na forma do artigo seguinte.

Art. 89. O Engenheiro Chefe será substituído pelo 1.º Engenheiro, e na falta deste pelo Chefe de secção mais antigo.

Art. 90. Quando o impedimento do Director ou Engenheiro Chefe deva prolongar-se por mais de 30 dias, o Ministro nomeará quem os substitua interinamente.

Art. 91. Os Chefes das divisões serão substituídos:

§ 1.º Nas estradas de 1.ª ordem:

Os Chefes de tráfego pelo Chefe do movimento; os Chefes de locomoção e de linha pelos seus respectivos Ajudantes; o Chefe da contabilidade pelo Contador ou Guarda-livros.

§ 2.º Nas estradas de 2.ª ordem:

O Chefe do tráfego pelo seu Ajudante; o Chefe da contabilidade pelo Contador; o Chefe da locomoção pelo Chefe da linha, e este pelo Engenheiro residente que for designado pelo Director.

§ 3.º Nas estradas de 3.ª ordem:

O Chefe do tráfego pelo Contador; e o Chefe da locomoção e da linha, pelo Engenheiro residente que for designado pelo Director.

§ 4.º Nas estradas de 4.ª ordem:

O Chefe da locomoção e da linha, pelo empregado que o Director designar.

Art. 92. O Thesoureiro e o Almoxarife serão substituídos, conservando sempre a responsabilidade que lhes cabe, pelos seus respectivos Fieis, nas estradas de 1.ª, 2.ª e 3.ª ordem.

Art. 93. Nas estradas de ferro de 4.ª ordem, o Thesoureiro e o Almoxarife proporão ao Director o empregado da Administração central e tráfego, com a excepção do Secretario e Guarda-livros, que deva respectivamente substituí-los em suas faltas e impedimentos temporários, conservando elles sempre a responsabilidade que lhes cabe.

Art. 94. No impedimento dos demais empregados do tráfego, a substituição, quando for *ex officio* nos termos do § 1.º do art. 96, far-se-ha na ordem hierarchica dos cargos, que será estabelecida nos regulamentos especiaes de cada divisão.

Quando o impedimento exceder de oito dias, o Director poderá designar outro substituto para o empregado impedido.

Art. 95. O Engenheiro em Chefe designará o Chefe de secção, ou um dos Engenheiros do escriptorio tecnico, que deva substituir o 1.º Engenheiro em suas faltas e impedimentos e, bem assim, designará os substitutos para os Chefes de secção e demais empregados do serviço a seu cargo.

Art. 96. Nas substituições de empregados em suas faltas e impedimentos temporários, serão observadas as seguintes regras:

§ 1.º ▲ substituição se fará simplesmente *ex officio* com accu-

mulação de funções, de conformidade com os arts. 88, 89, 91, 92, 93 e 94, quando as faltas ou impedimentos do substituído não excederem de oito dias, nada percebendo o substituto além dos seus próprios vencimentos.

§ 2.º A substituição se fará por interinidade e o substituto deixará o exercício do seu cargo, quando o impedimento ou falta do substituído excederem de oito dias.

Neste caso o substituto perderá os seus vencimentos e perceberá, a partir do 8º dia, os do empregado substituído, quaesquer que sejam as vantagens que a este couberem durante o seu impedimento.

§ 3.º Quando, pela natureza especial do serviço, a substituição só puder ter lugar com accumulação de funções, a juízo do Director, o empregado perceberá, além de seus vencimentos, a gratificação do substituído.

Art. 97. O provimento dos logares que vagarem será feito por tres modos: 1º,— por livre escolha do Governo ou do Director, a quem competir a nomeação; 2º,— por accesso; 3º,— por concurso.

§ 1.º Serão nomeados por accesso, attendendo de preferencia á aptidão e assiduidade: os Officiaes, os Escripturarios, os Agentes de estação, seus Ajudantes e Fieis, Conferentes de classes superiores, os Telegraphistas, os Conductores de trem, os Machinistas e os Mestres de linha.

§ 2.º Serão nomeados por concurso: os Amanuenses, Conferentes e Telegraphistas da ultima classe.

§ 3.º Serão nomeados por livre escolha todos os demais empregados não especificados nos §§ 1º e 2.º

Art. 98. O preenchimento das vagas de Conductores e Engenheiros no quadro do pessoal tecnico, para os estudos e construcção de prolongamentos e ramaes, será feito por accesso, promovendo-se das categorias immediatamente inferiores os Engenheiros que mais se tenham distinguido por sua actividade e habilitações.

Paragrapho unico. Exceptua-se o caso em que o preenchimento da vaga seja feito pela remoção de um Engenheiro de igual categoria de outra estrada do Estado.

Art. 99. Para os logares que vagarem na parte em trafego da estrada, serão sempre preferidos os Engenheiros que se achem ou tenham sido empregados nos trabalhos de construcção.

Art. 100. Competem aos empregados das estradas de ferro os respectivos vencimentos marcados nos quadros e observações das cinco tabellas annexas, correspondentes aos estudos e construcção de prolongamentos e ramaes e a cada uma das quatro ordens das estradas em trafego.

Art. 101. O empregado que exercer interinamente logar vago perceberá todos os vencimentos deste.

Art. 102. O empregado que faltar ao serviço sem causa justificada perderá todos os vencimentos. Si justificar as faltas, ser-lhe-ha descontada sómente a gratificação correspondente aos dias em que faltar, até o maximo de oito em um mez. As faltas

que excederem deste numero só poderão ser abonadas em virtude de licença concedida ao empregado.

Art. 103. O desconto por faltas interpoladas será correspondente aos dias em que ellas se derem; no caso de faltas consecutivas, serão descontados tambem os dias feriados comprehendidos nesse periodo.

Art. 104. São causas justificativas de faltas: 1.º, — molestia do empregado; 2.º, — nojo; 3.º, — gala de casamento; 4.º, — impedimento material de força maior.

§ 1.º Serão provadas com attestado de medico as faltas por molestia quando excederem a dous dias em cada mez.

§ 2.º Compete ao Director ou Engenheiro Chefe julgar da justificação das faltas.

Art. 105. As licenças aos empregados serão concedidas até 30 dias pelo Director ou Engenheiro Chefe e as de maior prazo pelo Ministro, precedendo, sempre que fôr possível, audiencia do Director ou Engenheiro Chefe.

Art. 106. Em caso nenhum se concederá licença com todos os vencimentos, mas sómente com o ordenado ou parte d'elle, observando-se as seguintes regras:

§ 1.º Em caso de molestia provada, o empregado terá direito a licença com o ordenado por inteiro até tres mezes e, com metade do ordenado, de tres a seis mezes. Serão sem vencimentos as licenças ou prorrogação de licenças além de seis mezes.

§ 2.º Dentro do periodo de um anno, não poderá o empregado obter mais licença com vencimentos além dos seis mezes fixados no paragrapho antecedente.

§ 3.º Tendo completado o tempo maximo nos termos do § 1.º, nenhum empregado poderá obter mais licença com vencimentos sem voltar ao exercicio do cargo e nelle permanecer por tempo pelo menos igual ao da ultima licença gozada.

§ 4.º As licenças com vencimentos só poderão ser concedidas a empregado que tenha pelo menos seis mezes de exercicio na estrada ou em emprego de que tenha sido para ella removido.

§ 5.º Nenhum vencimento será pago ao empregado licenciado sem que tenha registrado a licença na secretaria da estrada, com a declaração do dia em que começou a gozál-a, e sem que se achem satisfeitas as exigencias prescriptas nas leis fiscaes.

§ 6.º Ficará sem effeito a licença concedida quando o empregado não entrar em seu gozo dentro do prazo de um mez, contado da data em que fôr publicada no *Diario Official* ou lhe fôr communicado pela secretaria da estrada.

Art. 107. O empregado que sem causa justificativa faltar seguidamente mais de 15 dias, será considerado demittido.

Art. 108. As horas de trabalho serão fixadas nos regulamentos especiaes, que forem expedidos pelos Chefes das divisões com a approvação do Director.

Art. 109. Todo o trabalho do pessoal operario jornaleiro, executado além das horas do serviço ordinario, será retribuido com um accrescimo que poderá attingir, conforme a duração e condições do mesmo serviço, até o duplo do respectivo jornal.

Art. 110. As faltas disciplinares commettidas por empregados, que não constituírem crime definido na legislação vigente, serão punidas segundo a sua gravidade com as seguintes penas:

- 1.<sup>a</sup> Simples advertencia.
- 2.<sup>a</sup> Reprehensão em ordem de serviço.
- 3.<sup>a</sup> Multa, até um mez, dos vencimentos.
- 4.<sup>a</sup> Suspensão até 30 dias.
- 5.<sup>a</sup> Demissão.

§ 1.<sup>o</sup> O Director poderá impor qualquer das penas, designadas no artigo antecedente, aos empregados de sua nomeação e as de advertencia e suspensão até 15 dias aos de nomeação do Ministro, a quem dará conhecimento immediato.

§ 2.<sup>o</sup> Os Chefes das divisões poderão impor as penas de advertencia e de suspensão e multa até cinco dias ao pessoal sob suas ordens e as de multa até 15 dias e demissão aos jornalheiros e operarios de sua nomeação, sujeitando seu acto em qualquer dos casos á approvação do Director.

Art. 111. Poderão ser concedidas, mediante autorização do Ministro, gratificações extraordinárias, como premios ou recompensas de provado zelo, actos de coragem e previsão nos casos de accidentes ou quando estes forem imminentes, procedimento irreprehensivel ou melhoramentos notaveis propostos e adoptados no serviço de que estiver encarregado o empregado.

Art. 112. Na organização do pessoal de accôrdo com o presente Regulamento, serão preferidos os actuaes empregados na medida de suas habilitações e de conformidade com o art. 97, conservando-se nos cargos novamente classificados os que exercerem as principaes funções attribuidas aos mesmos cargos.

## Capítulo X

### DA RECEITA E DESPEZA

Art. 113. O pagamento do pessoal será feito mensalmente, nos logares do trabalho ou nas proximidades, em dias certos e previamente annunciados.

Art. 114. Os fornecimentos e as contas serão pagos na Administração central ou excepcionalmente, por ordem do Director ou do Engenheiro Chefe, em qualquer outro ponto da estrada.

Art. 115. Nenhum pagamento será effectuado sem que o respectivo documento tenha sido previamente processado e conferido pela secção encarregada da contabilidade e tenha o — *pague-se* — do Director, para o trafego, e do Engenheiro Chefe para os estudos e construcção.

Art. 116. O pagamento das obras de construcção dos prolongamentos ou ramaes, por contrato de empreitada, será feito aos respectivos empreiteiros ou contratantes directamente pelo Thesouro ou Thesourarias de Fazenda á vista dos certificados do

serviço feito passados pelo Engenheiro Chefe; e sómente em casos excepçionaes pelo Thesoureiro ou Pagador da estrada.

Art. 117. A compra de objectos que em pequena quantidade forem necessarios, será feita do seguinte modo:

§ 1.º Nas estradas de 1ª ordem, pelo Comprador, que receberá mensalmente do Thesoureiro, precedendo ordem do Director, até a quantia de 2:000\$000.

§ 2.º Nas estradas de 2ª, 3ª e 4ª ordem, pelo Almoxarife, que receberá mensalmente de 1:000\$ a 500\$, conforme a categoria das estradas.

§ 3.º A prestação de contas será feita dentro dos 10 primeiros dias do mez seguinte.

Art. 118. O fornecimento ou compra dos objectos necessarios ao almoxarifado sómente se effectuará por ordem do Director e em concorrência publica, não sendo permitida outra forma de fornecimento, senão quando não se possa conseguil-o por basta publica ou quando se trate de aquisições de pequeno valor, não excedendo a 500\$000.

Art. 119. As despesas do almoxarifado serão escripturadas e figurarão com a rubrica propria em todas as demonstrações e balanços das despesas geraes da estrada.

Art. 120. As contas, folhas de pagamento e reclamações que não forem satisfeitas até o encerramento do respectivo exercicio, não o serão por conta do exercicio seguinte, mas enviadas ao Thesouro ou Thesourarias, para o competente processo e liquidação.

Art. 121. Deixarão de ser atendidas as reclamações sobre extravio ou avaria de mercadorias, bagagens e encomendas transportadas pela estrada ou de excesso de frete cobrado por qualquer motivo, si não forem apresentadas á mesma estrada dentro do prazo de um anno, contado de conformidade com o que preceitua o art. 449 § 2º do Codice do Commercio.

Art. 122. Dentro da competente verba da Lei de orçamento, serão deduzidas da receita bruta as despesas da estrada em trafego, com excepção das que estiverem incluídas em credits especiaes e das que provierem de obras novas extraordinarias ou de augmento do material fixo e rodante, encomendado fóra das officinas da estrada.

Art. 123. As tarifas e regulamentos que interessarem ao publico só terão execução depois de publicados com antecedencia de oito dias pelo menos e affixados nos recintos das estações.

Exceptuam-se os casos de interpretação de tarifas ou de decisão nos casos omissos, nos quaes o que fór decidido pelo Director terá immediata execução.

Art. 124. A arrecadação das taxas de transporte deverá ser feita de accôrdo com a exacta e rigorosa applicação das tarifas em vigor, recalhando, sobre o empregado ou empregados culpados, a responsabilidade pelas differenças que forem verificadas, quer em relação á receita propria da estrada; quer á arrecadada para outras vias ferreas.

Art. 125. As quantias arrecadadas, de sellos de nomeações ou qualquer outro imposto, serão recolhidas pelo menos trimen-



salmente ao Thesouro ou Thesourarias acompanhadas de uma nota demonstrativa.

Art. 126. A escripturação da receita e despeza far-se-ha por exercicios, sendo organizada de accôrdo com as instrucções e modelos fornecidos pelo Thesouro Nacional ou pelas Thesourarias de Fazenda.

Art. 127. Em caso algum, o systema de escripturação e contabilidade central se afastará das regras prescriptas pela legislação de Fazenda.

Art. 128. As guias, conhecimentos e outros papeis justificativos da receita e despeza da estrada serão remettidos ao Thesouro ou Thesourarias de Fazenda, na conformidade dos Decretos ns. 2348 de 10 de Março de 1850 e 9262 de 16 de Agosto de 1884.

Art. 129. As notas de expedição, folhas, boletins, conhecimentos, relações, outros impressos e papeis justificativos da receita, movimento e mais serviço da estrada, serão queimados desde que estejam devidamente escripturados nos livros competentes e encerradas pelo Chefe da respectiva secção as contas e escripturação de cada anno.

Os livros, contas e recibos serão conservados pelo tempo fixado em lei para guarda de taes documentos.

Art. 130. O Director enviará mensalmente ao Thesouro ou Thesourarias de Fazenda a synopse da receita e despeza do trafego e a da despeza por conta de creditos especiaes, relativas ao mez anterior.

## Capitulo XI

DAS RELAÇÕES DO DIRECTOR DA ESTRADA DE FERRO COM O ENGENHEIRO CHEFE DA CONSTRUÇÃO DO PROLONGAMENTO E RAMAES DE ESTRADAS DE FERRO DE 1ª ORDEM.

Art. 131. O Director e o Engenheiro Chefe não poderão dirigir-se para objecto de serviço a empregados estranhos ás respectivas administrações. As requisições far-se-hão directamente de um para outro Chefe.

Art. 132. O material rodante que fôr preciso para o serviço da construção das obras será fornecido pelo Director da estrada com a possível presteza, mediante requisição do Engenheiro Chefe, assim como o necessario combustivel e lubrificantes.

As locomotivas empregadas na construção serão dirigidas e guardadas por pessoal da locomoção, embora sob as ordens do Engenheiro Chefe ou de quem, para este fim, fôr por elle designado.

Todas as despesas provenientes do uso ou emprego desse material correrão por conta da construção e serão indemnizadas á estrada em tráfego.

Art. 133. O transporte dos materiaes destinados á construção das obras far-se-ha mediante requisição do Engenheiro Chefe,

guardando-se, em relação aos transportes ordinarios, a ordem de prioridade nos despachos.

Só em casos de excepçãoal urgencia, declarada pelo Engenheiro Chefe, se fará a remessa do material pelo 1º trem que fôr expedido. Os transportes para as obras do prolongamento da estrada e ramaes serão levados á conta da respectiva construcção.

Art. 134. O fornecimento de materiaes e quaesquer objectos para as obras, bem como o concerto e fabrico de utensilios, machinas, etc., serão autorizados pelo Director da estrada com a possivel brevidade, mediante requisição do Engenheiro Chefe, sem prejuizo do serviço da estrada em trafego, levando-se as respectivas importancias á conta da construcção das obras.

Art. 135. Em caso algum e sob qualquer pretexto poderão circular na estrada em trafego as machinas, carros e vagões ao serviço da construcção, salvo si houver autorização escripta do Director ou dada em telegramma, especificando os pontos e tempo em que as referidas machinas e carros possam circular.

Em todo o caso serão rigorosamente observadas as instrucções e ordens de serviço, relativas ao movimento dos trens na linha e estações.

Art. 136. O Director da estrada e os respectivos empregados não poderão fazer circular machinas ou trollys em qualquer parte da linha em construcção, sem previo conhecimento do Engenheiro Chefe.

Art. 137. Os Agentes das estações concederão passe, por conta da construcção das obras, aos empregados que apresentarem autorização, assignada pelo Engenheiro Chefe, para a respectiva requisição.

Os passes concedidos serão recolhidos e conferidos como os demais bilhetes.

O Director providenciará sobre qualquer abuso na expedição de passes.

Art. 138. No que se referir ás condições technicas dos trechos ou ramaes em construcção ou estudos e os typos e qualidade do material fixo, planos e disposições das estações e edificios, será sempre ouvido o Director da estrada pelo Engenheiro Chefe e, em caso de divergencia, será a duvida submettida ao Ministro para ser por elle resolvida.

Art. 139. Apenas concluida uma secção ou trecho de estrada, o Engenheiro Chefe participará ao Ministro, que a mandará receber pelo Director.

Poder-se-ha, sempre que o Ministro entender conveniente e depois de ouvido o Engenheiro Chefe e o Director, abrir ao transito publico qualquer trecho da nova linha ainda não concluida definitivamente.

Neste caso, o Ministro providenciará sobre os meios de melhor harmonisar os dous serviços.

**Capítulo XII****DISPOSIÇÕES GERAES**

Art. 140. O Director expedirá as instrucções ou regimentos internos indispensaveis á boa marcha de cada um dos serviços.

Art. 141. Aos Chefes de divisões do trafego compete organizar e submeter á approvação do Director as instrucções e regulamentos que deverão reger os diversos serviços das respectivas divisões, especificando a distribuição e attribuições de cada classe de empregados e os processos e modelos a adoptar para a escripturação, contabilidade e estatísticas.

Art. 142. Cada uma das divisões do trafego terá um registro das nomeações, licenças, promoções, penas e demissão dos respectivos empregados.

Art. 143. O Director verificará, uma vez por mez e em dias indeterminados, a caixa e a escripturação central.

Art. 144. O Director examinará semestralmente, por si ou por empregado que designar, a escripturação do almoxarifado, dando balanço no material existente, e providenciará acerca do destino que deya ter o imprestavel, encerrando definitivamente as contas até á data em que se ultimar o mesmo exame.

Procederá tambem, nas mesmas condições e fórma acima, ao exame da escripturação e depositos de todas as divisões do serviço.

Art. 145. Todos os empregados que arrecadarem dinheiro, ou tiverem objectos ou valores sob sua guarda, prestarão uma fiança correspondente á importancia da responsabilidade.

§ 1.º O Thesoureiro prestará fiança:

Nas estradas de ferro de 1ª ordem, de.....	40:000\$000
Nas estradas de ferro de 2ª ordem, de.....	25:000\$000
Nas estradas de ferro de 3ª ordem, de.....	15:000\$000
Nas estradas de ferro de 4ª ordem, de.....	10:000\$000

§ 2.º Os Fieis do Thesoureiro:

Nas estradas de ferro de 1ª ordem, de.....	10:000\$000
Nas estradas de ferro de 2ª ordem, de.....	6:000\$000
Nas estradas de ferro de 3ª ordem, de.....	3:000\$000

§ 3.º O Almoxarife:

Nas estradas de ferro de 1ª ordem, de.....	6:000\$000
Nas estradas de ferro de 2ª ordem, de.....	4:000\$000
Nas estradas de ferro de 3ª ordem, de.....	3:000\$000
Nas estradas de ferro de 4ª ordem, de.....	3:000\$000

§ 4.º Os Fieis do Almoxarife:

Nas estradas de ferro de 1ª ordem, de.....	3:000\$000
Nas estradas de ferro de 2ª ordem, de.....	2:000\$000
Nas estradas de ferro de 3ª ordem, de.....	2:000\$000

§ 5.º O Pagador:

Nas estradas de ferro de 1ª ordem, de.....	30:000\$000
Nas estradas de ferro de 2ª ordem, de.....	15:000\$000
Nos estudos e construcção de prolongamentos e ramaes, de.....	10:000\$000

## § 6.º O Fiel do Pagador:

Nas estradas de ferro de 1ª ordem, de.....	2:000\$000
Nas estradas de ferro de 2ª ordem, de.....	2:000\$000

§ 7.º Para os mais empregados serão as fianças fixadas pelo Director e approvadas pelo Ministro.

Art. 146. Nos casos de affluencia do serviço, para os quaes seja insufficiente o pessoal das tabellas annexas, poderá o Director admitir extraordinariamente alguns auxiliares, sujeitando o seu acto á approvação do Ministro. Esses empregados extraordinarios serão dispensados logo que cesse a affluencia do serviço.

Art. 147. O Thesoureiro requisitará do Director os auxiliares de que carecer, quando os pagamentos fóra da Repartição exigirem maior pessoal.

Art. 148. O horario dos trens de viajantes, seu numero, velocidade e pontos de parada, serão préviamente approvados pelo Ministro.

Art. 149. Todos os Agentes e empregados da estrada, ao serviço das estações, dos trens e da via permanente, usarão de uniforme, que será o mesmo para todas as estradas de ferro do Estado e escolhido pelo Ministro.

Art. 150. Todos os empregados deverão communicar logo a seus Chefes immediatos e a quem caiba providenciar de prompto, quaesquer accidentes ou occorrencias extraordinarias que se derem na estrada e suas dependencias.

Art. 151. Nenhum empregado da estrada poderá ser distrahido para commissão ou serviço alheio ao da mesma estrada.

Art. 152. O Director só expedirá passes gratuitos para objecto estranho ao serviço da estrada, em virtude de ordem do Ministro.

Poderá entretanto conceder os referidos passes aos Engenheiros nacionaes ou estrangeiros de notoria reputação, que pela primeira vez visitarem a estrada de ferro.

Art. 153. Os empregados quando viajando em serviço da estrada e os empreiteiros, na forma dos seus contratos, terão passes livres, concedidos estes pelo Director e aquelles pelos Chefes de divisão aos empregados sob suas ordens.

Estes passes serão recolhidos e conferidos como os demais bilhetes.

Art. 154. As requisições de passagens para transporte de objectos de serviço publico, serão satisfeitas sempre que forem regularmente feitas pela autoridade competente; sendo a importancia das passagens e fretes levada á conta do Ministerio respectivo ou da Provincia, quando em serviço desta, devendo figurar como renda da estrada.

Art. 155. O supprimento de objectos pelo almoxarifado ás diversas divisões do trafego só será feito em virtude de ordem escripta do Director, á vista de requisições dos Chefes das divisões e mediante recibos destes ou de seus prepostos.

Art. 156. Para imposição das penas, decretadas no Regulamento annexo ao Decreto n. 1930 de 26 de Abril de 1857, contra pessoas estranhas á Administração da estrada, terá o Director, por seus empregados, a autoridade conferida naquelle regulamento aos Engenheiros fiscaes.

Art. 157. Todo o material fixo, rodante ou de consumo necessário á construção das obras dos prolongamentos e ramaes ou ao serviço das estradas em trafego, quando tenha de ser encomendado do estrangeiro, será contratado pelo Ministro á vista de requisição do Engenheiro Chefe ou Director por intermedio do agente especial do Ministerio da Agricultura, incumbido da acquisição desse material na Europa e Estados-Unidos.

Paragrapho unico. Na falta deste agente especial, o Engenheiro Chefe ou Director juntarão á requisição para a encomenda, acompanhada de todos os desenhos, especificações, preços correntes e orçamento, a indicação da fabrica que deve ser preferida para o fornecimento, com os motivos da preferencia.

Art. 158. O Director e o Engenheiro Chefe se entenderão directamente com o Ministro da Agricultura, cumprindo-lhes, porém, prestar aos Presidentes de Provincia quaesquer esclarecimentos que estes lhes requisitarem, satisfazendo suas determinações no que disser respeito a serviço publico.

Art. 159. Enquanto o contrario não fór resolvido pelo Governo Imperial, serão consideradas como uma só e mesma estrada de ferro, para todos os effeitos deste Regulamento, a « Prolongamento da estrada de ferro do Recife a S. Francisco » e a « Estrada de ferro do Recife a Caruarú » e, bem assim, não será applicavel o mesmo Regulamento á estrada de ferro do Rio d'Ouro.

Art. 160. Até o ultimo dia do mez, o Director apresentará ao Ministro um relatorio resumido dos factos mais notaveis occorridos no serviço da estrada e do estado das obras e do material fixo e rodante no mez anterior.

Este relatorio será acompanhado de mappas estatisticos da receita e despesa da estrada em trafego, discriminando aquella por estações e natureza de productos transportados e esta por divisões de serviço.

Até o dia 1º de Março, apresentará relatorio geral do anno anterior expondo com desenvolvimento o estado das obras e material.

Este relatorio será acompanhado: 1º,— do balanço geral; 2º,— da discriminação da receita e despesa por estações e productos, por divisões e por kilometro; 3º,— dos quadros estatisticos de todos os ramos de serviço da estrada; 4º,— do quadro do pessoal e relação dos proprios da estrada; 5º,— do orçamento detalhado das despesas provaveis para o anno financeiro seguinte; e 6º,— finalmente, de quaesquer outras informações que possam aproveitar ou interessar o Governo.

Art. 161. Fazem parte deste Regulamento as cinco tabellas, com as respectivas observações, annexas sob ns. 1, 2, 3, 4 e 5, relativas aos estudos e construção das estradas de ferro, seus prolongamentos e ramaes, e ao trafego das estradas de ferro de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª ordem.

Art. 162. O Director e o Engenheiro Chefe, cada um dentro de suas attribuições, providenciará provisoriamente nos casos omissos do presente Regulamento, quando a urgencia do serviço

o exigir, e representará immediatamente ao Ministro para que este providencie definitivamente.

Art. 163. Dentro de seis mezes depois de posto em vigor o presente Regulamento, os Directores das estradas de ferro remetterão ao Ministro da Agricultura uma nota das disposições do mesmo Regulamento que lhes pareçam defeituosas e devam ser alteradas, indicando as que convenha supprimir ou additar e justificando as indicações.

Art. 164. O presente Regulamento não terá vigor na parte em que contiver disposições dependentes de approvação do Poder Legislativo, enquanto não for por este approvado.

Art. 165. Ficam revogados todos os decretos anteriores que approvaram regulamentos para diversas estradas de ferro do Estado, e quaesquer disposições em contrario ao presente.

Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Abril de 1885.— *Antonio Carneiro da Rocha.*

Quadro A, a que se refere o art. 2º do Regulamento approved pelo Decreto  
n. 9417 de 25 de Abril de 1885

PARA REDUZIR A PESO AS DIVERSAS UNIDADES DAS TARIFAS

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES DAS TARIFAS	EQUIVALENCIA EM PESO
Mercadorias, bagagens e encomendas taxadas a peso...	1 kilogramma	1 kilogramma
Mercadorias, bagagens e encomendas taxadas por volume.	1 metro cubico	300 kilogrammas
Passageiros.....	um	70 kilogrammas
Animaes cavallares.....	um	300 kilogrammas
Gado vacum.....	um	400 kilogrammas
Carneiros, porcos e outros.....	um	100 kilogrammas
Vehiculos de quatro rodas.....	um	5000 kilogrammas
Vehiculos de duas rodas.....	um	2000 kilogrammas

Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Abril de 1885.— *Antonio Carneiro da Rocha.*

## TABELLA N. 1

## ESTUDOS OU CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS DE FERRO

Tabella das categorias e vencimentos do pessoal approvada pelo Decreto n. 9417 de 25 de Abril de 1885

CATEGORIA	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	VENCIMENTO
Engenheiro chefe .....	6:000\$000	4:000\$000	10:000\$000
Primeiro Engenheiro .....	5:600\$000	2:400\$000	8:000\$000
Engenheiro chefe de secção .....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
Engenheiro de 1ª classe .....	3:600\$000	1:200\$000	4:800\$000
Engenheiro de 2ª classe .....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Conductor de 1ª classe .....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Conductor de 2ª classe .....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Auxiliar de 1ª classe .....	1:440\$000	720\$000	2:160\$000
Auxiliar de 2ª classe .....	1:280\$000	640\$000	1:920\$000
Desenhista architecto .....	2:666\$667	1:333\$333	4:000\$000
Desenhista de 1ª classe .....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Desenhista de 2ª classe .....	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
Secretario .....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Pagador .....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Dois Amanuenses .....	800\$000	400\$000	1:200\$000
Continuo .....	540\$000	320\$000	960\$000

## Observações

I. O Engenheiro Chefe fixará opportunamente o numero e categoria dos desenhistas e para a construcção de cada trecho de 25 a 50 kilometros de linha, ou para estudos de 50 a 100 kilometros de estrada, organizará secções technicas compostas do pessoal seguinte:

- 1 Chefe de secção;
- 1 Engenheiro de 1ª classe;
- 1 Engenheiro de 2ª classe;
- 2 Conductores de 1ª classe;
- 2 Conductores de 2ª classe;
- 2 Auxiliares de 1ª ou 2ª classe.

II. O Engenheiro Chefe vencerá mais a diaria de 6\$ a titulo de despesas de viagem e fixará aos Engenheiros e conductores que estiverem em serviço de campo diarias de 2\$ a 6\$000.

III. Os Engenheiros extranumerarios que, por exigencias do serviço, tenham de ser admitidos, terão vencimentos não excedentes aos de Engenheiro de 1ª classe e terão tambem direito á diaria quando em serviço de campo.

IV. O numero e jornaes dos ajudantes de corda, feitores, trabalhadores e serventes serão determinados pelo Engenheiro Chefe, que lhes abonará de 1\$ a 3\$ por dia de trabalho.

V. Ao pagador ou a qualquer empregado do escriptorio que fizer pacamentos no logar dos trabalhos será abonada uma diaria de 6\$ para despesas de viagem.

Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Abril de 1885.— Antonio Carneiro da Rocha.

## TABELLA N. 2

TABELLA DO PESSOAL, CATEGORIAS E VENCIMENTOS PARA A ESTRADA DE FERRO DE 1ª ORDEM, APROVADA PELO DECRETO N. 9417 DE 25 DE ABRIL DE 1885

1ª DIVISÃO (ADMINISTRAÇÃO CENTRAL)					
DIVISÕES	CATEGORIA	NÚMEROS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	VENCIMENTO
Directoria....	Director.....	1	10:000\$	5:00 \$	13:000\$
	Secretario.....	1	3:200\$	1:600\$	4:800\$
	Official.....	1	2:000\$	1:000\$	3:000\$
	Comprador.....	1	2:400\$	1:200\$	3:600\$
	1º Escriptuario.....	1	1:720\$	860\$	2:580\$
Secretaria....	2ºs Ditos.....	2			
	Ord.. 1:520\$				
	Grat. 760\$		3:040\$	1:520\$	4:560\$
	3ºs Ditos.....	2			
	Ord.. 1:420\$				
	Grat. 560\$		2:240\$	1:420\$	3:360\$
	Amanuense.....	1	800\$	400\$	1:200\$
	Continuos.....	2			
	Ord.. 640\$				
	Grat. 320\$		1:280\$	640\$	1:920\$
Thesouraria..	Thesoureiro.....	1	3:200\$	1:600\$	4:800\$
	Escrivão.....	1	2:000\$	1:000\$	3:000\$
	Fieis.....	2			
	Ord.. 1:720\$				
	Grat. 860\$		3:440\$	1:720\$	5:160\$
	Ajudante do fiel.....	1	1:200\$	600\$	1:800\$
	Pagador.....	1	2:400\$	1:200\$	3:600\$
	Ajudante do pagador.....	1	1:200\$	600\$	1:800\$
	Amanuense.....	1	800\$	400\$	1:200\$
	Continuo.....	1	640\$	320\$	960\$
Almoxarifado	Almoxarife.....	1	3:200\$	1:600\$	4:800\$
	Escrivão.....	1	2:000\$	1:000\$	3:000\$
	Fiel de 1ª classe.....	1	1:720\$	860\$	2:580\$
	Ditos de 2ª classe.....	2			
	Ord.. 1:520\$				
	Grat. 760\$		3:040\$	1:520\$	4:560\$
	2ºs Escriptuarios.....	2			
	Ord.. 1:520\$				
	Grat. 760\$		3:040\$	1:520\$	4:560\$
	3ºs ditos.....	2			
	Ord.. 1:420\$				
	Grat. 560\$		2:240\$	1:420\$	3:360\$
	Despachante.....	1	1:400\$	700\$	2:100\$
	Amanuens.....	1	800\$	400\$	1:200\$
Total geral...		32	59:000\$	29:500\$	88:500\$



**Observações**

1.<sup>a</sup> O Director, além dos vencimentos fixados nesta tabella, porceberá mais a diaria de 5\$ a titulo de despesas de viagem.

2.<sup>a</sup> O thesoureiro e seus fideis terão além do seus vencimentos uma gratificação para quebras, correspondente a 15 % dos vencimentos respectivos.

3.<sup>a</sup> O numero o jornal dos guardas das Repartições da Administração central, e os de feitores, serventes e trabalhadores do almoxarifado, será fixado pelo Director, que poderá abonar 2\$300 a 5\$ aos feitores, 1\$500 a 2\$500 aos demais jornaleiros.

Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Abril de 1883.— *Antonio Carneiro da Rocha.*

**TABELLA N. 2 A**  
**2ª DIVISÃO**  
**TRAFEGO**

DESIGNAÇÃO	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
<b>ESCRITORIO CENTRAL</b>			
1 Chefe.....	5:600\$000	2:800\$000	8:400\$000
1 Inspector de estações.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000
1 Official.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
2 1ª Escripturarios.. Ord.. 1:720\$			
Grat.. 860\$	3:440\$000	1:720\$000	5:160\$000
1 2º Dito.....	1:520\$000	760\$000	2:280\$000
1 3º Dito.....	1:120\$000	560\$000	1:680\$000
6 Amanuenses..... Ord.. 800\$			
Grat.. 400\$	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000
5 Praticantes..... Ord.. 600\$			
Grat.. 300\$	3:000\$000	1:500\$000	4:500\$000
1 Impressor.....	1:400\$000	700\$000	2:100\$000
2 Continuos..... Ord.. 640\$			
Grat.. 320\$	1:280\$000	640\$000	1:920\$000
<b>MOVIMENTO</b>			
1 Chefe.....	3:600\$000	1:800\$000	5:400\$000
2 2ª Escripturarios.. Ord.. 1:520\$			
Grat.. 760\$	3:040\$000	1:520\$000	4:560\$000
1 3º Dito.....	1:120\$000	560\$000	1:680\$000
6 Amanuenses..... Ord.. 800\$			
Grat.. 400\$	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000
3 Praticantes..... Ord.. 600\$			
Grat.. 300\$	1:800\$000	900\$000	2:700\$000
1 Continuo.....	640\$000	320\$000	960\$000
13 Conductores de 1ª classe. Ord. 1:840\$			
Grat.. 920\$	23:920\$000	11:960\$000	35:880\$000
18 Ditos de 2ª classe. Ord. 1:333\$334			
Grat.. 666\$666	24:000\$012	11:999\$988	36:000\$000
28 Ditos de 3ª classe... Ord.. 1:000\$			
Grat.. 500\$	28:000\$000	14:000\$000	42:000\$000
8 Praticantes..... Ord.. 600\$			
Grat.. 300\$	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000
<b>ESTAÇÃO DA CORTE</b>			
<i>Agencia</i>			
1 Agente.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000
2 Ajudantes..... Ord.. 2:400\$			
Grat.. 1:200\$	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000
2 Amanuenses..... Ord.. 800\$			
Grat.. 400\$	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
8 Bilhoteiros..... Ord.. 1:200\$			
Grat.. 600\$	9:600\$000	4:800\$000	14:400\$000
4 Praticantes..... Ord.. 600\$			
Grat.. 300\$	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000

DESIGNAÇÃO	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL			
ARMAZEM DE IMPORTAÇÃO						
4 Fiel de 1ª classe.....	1:266,500	933,333	2:800,000			
4 Dito de 3ª classe.....	1:266,500	600,000	1:800,000			
12 Conferentes..... Ord., 1:000	1:000	6:000,000	18:000,000			
Grat., 500						
2 Amanuenses..... Ord., 800						
Grat., 400	1:000	800,000	2:400,000			
ARMAZEM DE EXPORTAÇÃO						
4 Fiel de 2ª classe.....	1:266,500	600,000	1:800,000			
4 Conferente de 1ª classe.....	1:266,500	500,000	1:500,000			
3 Ditos de 2ª classe..... Ord., 800	2:400,000	1:200,000	3:600,000			
Grat., 400						
4 Praticante.....	6:000,000	3:000,000	9:000,000			
ESCRITORIO DOS DESPACHOS						
4 1º Escriptuario.....	1:720,000	86,500	2:380,000			
3 2º Ditos..... Ord., 1:520	4:560,000	2:280,000	6:840,000			
Grat., 760						
4 3º Ditos..... Ord., 1:420	4:560,000	2:270,000	6:720,000			
Grat., 540						
10 Amanuenses..... Ord., 800	8:000,000	4:000,000	12:000,000			
Grat., 400						
3 Praticantes..... Ord., 600	4:800,000	900,000	2:700,000			
Grat., 300						
ESCRITORIO DO FIEL RECEBEDOR						
4 Fiel recebedor de 2ª classe.....	1:800,000	933,333	2:800,000			
4 3º Escriptuario.....	1:120,000	560,000	1:380,000			
3 Amanuenses..... Ord., 800	2:400,000	1:200,000	3:600,000			
Grat., 400						
ARMAZEM DE BAGAGEM, ENCOMENDAS E PEQUENOS VOLUMES						
4 Fiel de 2ª classe.....	1:600,000	800,000	2:400,000			
4 Dito de 3ª classe.....	1:200,000	600,000	1:800,000			
3 Conferentes de 2ª classe..... Ord., 800	2:400,000	1:200,000	3:600,000			
Grat., 400						
3 Praticantes..... Ord., 600	1:800,000	900,000	2:700,000			
Grat., 300						
ESTAÇÃO DA GAMBÓIA						
Agência						
4 Agente de 1ª classe.....	2:400,000	1:200,000	3:600,000			
4 Amanuense.....	800,000	400,000	1:200,000			
1 Praticante.....	600,000	300,000	900,000			

## ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DESIGNAÇÃO	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
<b>RECUPERAÇÃO</b>			
1 Fiel receptor de 1ª classe.....	2:400,00	1:200,00	3:600,00
2 3os Escripturarios.. Ord.. 1:120\$			
Grat.. 560\$	2:240,00	1:120,00	3:360,00
1 Amanuense.....	800,00	400,00	1:200,00
<b>ARMAZEM DE IMPORTAÇÃO</b>			
1 Fiel de 3ª classe.....	1:200,00	600,00	1:800,00
1 Conferente de 1ª classe.....	1:000,00	500,00	1:500,00
1 Praticante.....	600,00	300,00	900,00
<b>ARMAZEM DE EXPORTAÇÃO</b>			
1 Fiel de 1ª classe.....	1:866,667	933,333	2:800,00
2 3os Escripturarios.. Ord.. 1:120\$			
Grat.. 560\$	2:240,00	1:120,00	3:360,00
1 Amanuenses..... Ord.. 800\$			
Grat.. 400\$	3:200,00	1:600,00	4:800,00
6 Praticantes..... Ord.. 600\$			
Grat.. 300\$	3:600,00	1:800,00	5:400,00
<b>ESTAÇÃO DE S. DIOGO</b>			
1 Agente de 2ª classe.....	1:866,667	933,333	2:800,00
1 Fiel de 3ª ".....	1:200,00	600,00	1:800,00
1 Conferente de 2ª classe.....	800,00	400,00	1:200,00
1 Dito de 3ª classe.....	600,00	320,00	920,00
2 Praticantes..... Ord.. 600\$			
Grat.. 300\$	1:200,00	600,00	1:800,00
<b>ESTAÇÕES DO INTERIOR E ROSARIO</b>			
Agentes de 1ª classe.....	2:400,00	1:200,00	3:600,00
Ditos de 2ª classe.....	1:866,667	933,333	2:800,00
Ditos de 3ª ".....	1:600,00	800,00	2:400,00
Ditos de 3ª ".....	1:200,00	600,00	1:800,00
Ditos de 3ª " e paradas.....	1:000,00	500,00	1:500,00
Ajudantes de agentes de 1ª classe.....	1:866,667	933,333	2:800,00
Fi 1 de armazem de 1ª classe.....	1:866,667	933,333	2:800,00
Ditos de dito de 2ª classe.....	1:600,00	800,00	2:400,00
Ditos de dito de 3ª ".....	1:200,00	600,00	1:800,00
Conferentes de 1ª classe.....	1:000,00	500,00	1:500,00
Ditos de 2ª classe.....	800,00	400,00	1:200,00
Ditos de 3ª ".....	600,00	300,00	900,00
1 Inspetor das linhas eapparehos.....	2:000,00	1:000,00	3:000,00
1 2º Escriptuario.....	1:500,00	750,00	2:250,00
2 3os ditos..... Ord.. 1:120\$			
Grat.. 560\$	2:240,00	1:120,00	3:360,00
2 Amanuenses..... Ord.. 800\$			
Grat.. 400\$	1:600,00	800,00	2:400,00
2 Praticantes..... Ord.. 600\$			
Grat.. 300\$	1:200,00	600,00	1:800,00

DESIGNAÇÃO	ORDENADO	RATIFICAÇÃO	TOTAL
1 Contínuo.....	640\$000	32\$000	96\$5000
4 Armazenista.....	4:280\$000	640\$000	4:920\$000
8 Telegraphistas de 1. <sup>a</sup> classe.....	Ord.. 1:280\$ Grat. 6:00\$	10:240\$000	5:12\$5000
10 Ditos de 2. <sup>a</sup> classe...	Ord.. 1:000\$ Grat. 3:00\$	10:000\$000	45:360\$000
45 Ditos de 3. <sup>a</sup> classe..	Ord.. 800\$ Grat. 4:00\$	36:000\$000	5:000\$000
40 Ditos de 4. <sup>a</sup> classe...	Ord.. 6:00\$ Grat. 3:00\$	27:200\$000	18:000\$000
20 Adjuntos.....	Ord.. 600\$ Grat. 3:00\$	12:600\$000	800\$000
1 Mestre de officinas.....		6:000\$000	18:000\$000
		800\$000	2:400\$000

### Observações

1.<sup>a</sup> O numero de condutores de trem, agentes, ajudantes de agentes, fiéis, conferentes, telegraphistas, adjuntos e praticantes de escriptorios, estações e trens será fixado pelo Director, mediante proposta do Chefe do tráfego.

2.<sup>a</sup> O numero e diaria dos manobreiros, feitores, operarios da officina telegraphica, bagageiros, guarda-freios, guarda-fios, guardas de armazem, de portões, etc., trabalhadores e serventes, será marcado pelo Director sob proposta do chefe do tráfego.

A diaria será de 1\$00 a 7\$000.

3.<sup>a</sup> O numero e diaria dos aprendizes da officina telegraphica será fixado pelo Chefe do tráfego, que abonará de 200 reis a 2\$000.

4.<sup>a</sup> Os empregados da estação de Belém perceberão os vencimentos da tabella correspondente á 2.<sup>a</sup> classe, augmentados de 25 %.

5.<sup>a</sup> Os bilheteiros da estação da Corte, além dos vencimentos marcados nesta tabella, perceberão uma gratificação para quebras, correspondente a 15 % dos mesmos vencimentos.

Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Abril de 1883. — Antonio Carneiro da Rocha.

**TABELLA N. 2 B**  
**3ª DIVISÃO**  
**CONTABILIDADE**

DESIGNAÇÃO	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
<b>ESCRITORIO CENTRAL</b>			
1 Chefe.....	5:600\$000	2:800\$000	8:400\$000
1 Official.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
<i>1ª Sub-seção</i>			
4 Contador.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000
4 Ajudante.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
5 Los Escripturnarios :			
Ord., 4:720\$			
Grat. 860\$	8:600\$000	4:300\$000	12:900\$000
3 Dos Ditos :			
Ord., 4:520\$			
Grat. 760\$	7:600\$000	3:800\$000	11:400\$000
8 Dos Ditos :			
Ord., 4:120\$			
Grat. 560\$	8:000\$000	4:380\$000	13:440\$000
10 Amanuenses :			
Ord., 800\$			
Grat. 400\$	8:000\$000	4:000\$000	12:000\$000
13 Praticantes :			
Ord., 600\$			
Grat. 300\$	6:000\$000	3:000\$000	9:000\$000
4 Impressor.....	1:400\$000	700\$000	2:100\$000
1 Ajudante.....	500\$000	250\$000	750\$000
1 Contínuo.....	600\$000	300\$000	900\$000
<i>2ª Sub-seção</i>			
1 Guarda-livros.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
1 Almoço.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
1 Escripturnario.....	1:000\$000	500\$000	1:500\$000
1 Dos Ditos.....	1:000\$000	500\$000	1:500\$000
2 Dos Ditos.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
1 Contínuo.....	500\$000	250\$000	750\$000
32 Total por.....	61:120\$000	30:560\$000	99:180\$000

1. O numero dos annos de serviço a ser considerado augmentado, em caso de doença, de licença, de férias, de ausência do serviço, segundo o presente regulamento, e de qualquer outra natureza, será fixado pelo Director do Departamento de Contabilidade.

2. A validade do presente regulamento.

Palacio do Rio de Janeiro em 23 de Abril de 1885.— Antonio Carneiro da Rocha.

## TABELLA N. 2 C

## 4ª DIVISÃO

## LOCOMOÇÃO

DESIGNAÇÃO	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
1 Chefe.....	5:603,000	2:800,000	8:403,000
1 Ajudante.....	3:600,000	1:800,000	5:400,000
1 Official.....	2:000,000	1:000,000	3:000,000
1 4º Escriptuario.....	1:720,000	860,000	2:580,000
3 2ºs Ditos :			
Ord. 1:520,5			
Grat. 76,5	4:36,5000	2:280,500	6:840,500
4 3ºs Ditos :			
Ord. 1:120,5			
Grat. 56,5	4:180,5000	2:210,500	6:720,500
5 Amanuenses :			
Ord. 8,05			
Grat. 400,5	4:60,000	2:000,000	6:00,500
1 Armazenista.....	1:520,000	760,000	2:280,000
1 Dito.....	1:200,000	600,000	1:800,000
1 Desenhista de 1ª classe.....	4:410,000	720,000	2:16,5000
1 Dito de 2ª classe.....	1:280,000	640,000	1:920,000
1 Dito de 3ª classe.....	72,5000	360,000	1:08,5000
2 Praticantes:			
Ord. 60,5			
Grat. 300,5	1:200,000	600,000	1:8,0500
1 Chefe de deposito de 1ª classe.....	2:8,0500	1:40,500	3:20,5000
2 Ditos, dito de 2ª classe :			
Ord. 2:70,5			
Grat. 1:35,5	3:4,0500	2:700,000	8:100,500
12 Machinistas de 1ª classe :			
Ord. 2:600,5			
Grat. 1:000,5	26:00,5000	12:00,5000	36:000,500
12 Ditos de 2ª classe :			
Ord. 1:6,05			
Grat. 8,05	19:2,0500	9:600,500	28:800,500
12 Ditos de 3ª classe :			
Ord. 1:20,5			
Grat. 600,5	14:300,000	7:200,000	21:6,0500
2 Mestres de officinas :			
Ord. 2:400,5			
Grat. 1:20,5	4:800,5000	2:400,500	7:2,0500
2 Ditos de ditos :			
Ord. 2:000,5			
Grat. 1:000,5	14:000,000	7:000,000	21:00,5000
1 Dito de ditos.....	1:560,000	780,000	2:340,000
67 Total geral.....	119:480,500	59:740,500	179:22,5000

## Observações

1.ª O numero de desenhistas, chefes de deposito, mestres de officinas e machinistas poderá ser augmentado provisoriamente pelo Director, mediante proposta do Chefe da locomoção, em casos extraordinarios.

2.ª O numero e diaria dos contramestres, praticantes de machinistas, operarios, foguistas, graxeiros, carvoeiros, trabalhadores e serventes, será marcado pelo Director sob proposta do Chefe da locomoção.

3.ª O numero e diaria dos aprendizes das officinas será fixado pelo Chefe da locomoção, que poderá abonar de 200 réis. a 2:000.

4.ª Aos chefes de depositos, machinistas e foguistas será concedida, além dos vencimentos e diaria, uma gratificação especial calculada sobre a economia que realizarem em combustivel e lubrificantes, na conformidade de uma tabella que será organizada pelo Chefe da locomoção e approvada pelo Director.

Palacio do Rio de Janeiro em 23 de Abril de 1885.— Antonio Carneiro da Rocha.

## TABELLA N. 2 D

## 5ª DIVISÃO

## VIA PERMANENTE

DESIGNAÇÃO	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
1 Chefe.....	5:600,000	2:800,000	8:400,000
1 Ajudante.....	4:000,500	2:000,500	6:000,500
1 Chefe de secção technica.....	2:680,500	1:320,500	4:000,500
1 Chefe de secção de escripta.....	2:680,500	1:320,500	4:000,500
2 Escreventes de 1ª classe:			
Ord.. 4:600,5			
Grat. 800,5	3:200,500	1:600,500	4:800,500
3 Ditos de 2ª classe:			
Ord.. 4:200,5			
Grat. 600,5	3:600,500	1:800,500	5:400,500
6 Amanuenses:			
Ord.. 800,5			
Grat. 400,5	4:800,500	2:400,500	7:200,000
Chefes de divisão.....	3:400,000	1:700,000	5:100,000
Praticantes de linha.....	1:440,500	720,500	2:160,500

## Observações

1.ª O numero a diaria dos desenhistas, armazenistas, mestres de linha, feitores, apontadores, operarios, guardas, trabalhadores e serventes serão marcados pelo Director sob proposta do Chefe da linha.

Os desenhistas perceberão de 25000 a 105000 diarios.

Os mestres de linha, armazenistas, feitores, apontadores e operarios de 25000 a 65000 e os mais de 15500 a 35000.

2.ª Os mestres de officios vencerão pelo tempo de trabalho o que for previamente ajustado.

Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Abril de 1885.— Antonio Carneiro da Rocha.



# ESTRADA DE FERRO DO PARANÁ

Tarifas das taxas e dos fretes que devem ser cobrados nas tres secções, desde Paranaguá até Coritiba

	Distancias em kilometros	1		2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
		VIAJANTES		Bagagem por tonelada	Generos inflamaveis e de cuidado Objectos de grande volume e pouco peso, por tonelada	Generos de importação e exportação em geral, por tonelada	Sal e generos alimenticios importados por tonelada	Generos alimenticios destinados á exportação, o outros de pequena cultura, por tonelada	Madeiras, materiaes de construção, estruturas, etc., por tonelada	Aves domesticas, animais pequenos, por tonelada	Bezerros, carneiros, cabritos, cães amordaçados, etc., por cabeça	Bois, vaccas, cavallos e burros, por cabeça	Carros de duas rodas, por carro	Carros de quatro rodas, por carro
		1ª classe	2ª classe											
Paranaguá a Porto D. Pedro II e vice versa...	3	\$300	\$200	8\$000	5\$000	2\$000	2\$000	1\$000	1\$000	2\$000	\$100	\$500	1\$000	2\$000
» a Alexandra.....	17	1\$300	\$800	14\$000	11\$000	3\$000	3\$000	2\$000	1\$600	3\$000	\$200	1\$500	3\$000	5\$000
» a Morretes.....	41	3\$000	1\$800	30\$000	28\$000	4\$000	4\$000	3\$500	2\$100	4\$000	\$500	2\$000	5\$000	8\$000
» a Piraquára.....	88	6\$400	4\$000	72\$000	60\$000	28\$000	18\$000	9\$000	5\$000	32\$000	\$900	4\$000	9\$000	16\$000
» a S. José.....	103	7\$500	4\$700	85\$000	65\$000	29\$000	19\$000	9\$500	5\$200	34\$000	1\$100	4\$300	9\$500	17\$000
» a Coritiba.....	111	8\$000	5\$000	90\$000	70\$000	30\$000	20\$000	10\$000	5\$400	36\$000	1\$200	4\$500	10\$000	18\$000
Porto D. Pedro II a Alexandra.....	17	1\$300	\$800	14\$000	11\$000	3\$000	3\$000	2\$000	1\$600	3\$000	\$200	1\$500	3\$000	5\$000
» a Morretes.....	41	3\$000	1\$800	30\$000	28\$000	4\$000	4\$000	3\$500	2\$100	4\$000	\$500	2\$000	5\$000	8\$000
» a Piraquára.....	88	6\$400	4\$000	72\$000	60\$000	28\$000	18\$000	9\$000	5\$000	32\$000	\$900	4\$000	9\$000	16\$000
» a S. José.....	103	7\$500	4\$700	85\$000	65\$000	29\$000	19\$000	9\$500	5\$200	34\$000	1\$100	4\$300	9\$500	17\$000
» a Coritiba.....	111	8\$000	5\$000	90\$000	70\$000	30\$000	20\$000	10\$000	5\$400	36\$000	1\$200	4\$500	10\$000	18\$000
Alexandra a Morretes.....	25	1\$800	1\$200	20\$000	16\$000	3\$000	3\$000	2\$500	1\$800	3\$000	\$300	2\$000	4\$000	6\$000
» a Piraquára.....	72	5\$200	3\$300	65\$000	50\$000	27\$000	17\$000	8\$000	5\$000	32\$000	\$800	4\$000	8\$000	15\$000
» a S. José.....	86	6\$200	3\$900	75\$000	60\$000	28\$000	18\$000	8\$500	5\$200	34\$000	\$900	4\$300	9\$500	17\$000
» a Coritiba.....	94	6\$800	4\$300	80\$000	65\$000	29\$000	19\$000	9\$000	5\$400	36\$000	1\$000	4\$500	10\$000	18\$000
Morretes a Piraquára.....	47	3\$400	2\$200	45\$000	40\$000	27\$000	17\$000	8\$000	4\$500	30\$000	\$800	3\$500	8\$000	15\$000
» a S. José.....	62	4\$500	2\$800	55\$000	50\$000	27\$500	17\$500	8\$300	5\$000	32\$000	\$900	3\$800	8\$500	16\$000
» a Coritiba.....	70	5\$100	3\$200	60\$000	55\$000	28\$000	18\$000	8\$600	5\$200	34\$000	1\$000	4\$000	9\$000	17\$000
Piraquára a S. José.....	15	1\$100	\$700	15\$000	12\$000	5\$000	3\$000	2\$000	1\$600	5\$000	\$200	1\$500	3\$000	4\$000
» a Coritiba.....	23	1\$700	1\$100	20\$000	15\$000	6\$000	4\$000	2\$500	1\$800	6\$000	\$300	2\$000	4\$000	5\$000
S. José a Coritiba.....	8	\$600	\$400	8\$000	7\$000	4\$000	3\$000	1\$500	1\$500	4\$000	\$100	\$600	1\$500	3\$000

Movimento de trens.....	Estação de 2ª classe:					
	Agente de 2ª classe.....	C	1	4:600\$000	800\$000	2:400\$000
	Fiel de 2ª classe.....	C	1	960\$000	480\$000	1:440\$000
	Conferente do classe.....	C	1	8	8	8
	Telegraphista do classe.....	C	1	8	8	8
	Estação de 3ª classe:					
	Agente de 3ª classe.....	C	1	1:280\$000	640\$000	1:920\$000
	Conferente do classe.....	C	1	8	8	8
	Telegraphista do classe.....	C	1	8	8	8
	Estação de 4ª classe:					
	Agente de 4ª classe.....	C	1	660\$000	480\$000	1:440\$000
	Conferente telegraphista do classe.....	C	1	8	8	8
	Estação de 5ª classe:					
	Ajudante-telegraphista.....	C	1	800\$000	400\$000	1:200\$000

### 3ª DIVISÃO (Contabilidade)

Contabilidade, receita geral e despesa.	Chefe da contabilidade.....	A	1	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000
	Guarda-livros.....	A	1	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
	Ajudante do Guarda-livros.....	A	1	1:440\$000	720\$000	2:160\$000
	Segundo Escripturario.....	B	1	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
	Amanuense.....	B	1	800\$000	400\$000	1:200\$000
Contabilidade do trafego.....	Contador.....	A	1	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
	Ajudante do Contador.....	A	1	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
	Primeiro Escripturario.....	B	2	1:440\$000	720\$000	2:160\$000
	Segundo dito.....	B	2	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
	Terceiro dito.....	B	2	960\$000	480\$000	1:440\$000
	Amanuenses.....	B	4	800\$000	400\$000	1:200\$000
	Praticantes.....	C	...	640\$000	320\$000	960\$000
	Archivista.....	B	1	960\$000	480\$000	1:440\$000
	Impressor de bilhetes.....	B	1	1:000\$000	500\$000	1:500\$000

### 4ª DIVISÃO (Locomoção)

Tração e oficinas.....	Chefe da locomoção.....	A	1	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000
	Official.....	A	1	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
	Segundo Escripturario.....	B	1	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
	Terceiro dito.....	B	1	960\$000	480\$000	1:440\$000
	Amanuenses.....	B	2	800\$000	400\$000	1:200\$000
	Primeiro desenhador.....	A	1	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
	Desenhador de 1ª classe.....	C	...	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
	Dito de 2ª classe.....	C	...	960\$000	480\$000	1:440\$000
	Mestre de officina.....	C	...	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
	Chefe de deposito de machinas.....	C	...	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
	Armazonistas.....	C	...	1:066\$667	533\$333	1:600\$000
	Machinista de 1ª classe.....	C	...	1:733\$333	866\$666	2:600\$000
	Dito de 2ª classe.....	C	...	1:440\$000	720\$000	2:160\$000
	Dito de 3ª classe.....	C	...	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
	Dito de 4ª classe.....	C	...	960\$000	480\$000	1:440\$000

### 5ª DIVISÃO (Via-permanente)

Administração geral e escriptorio tecnico.	Chefe da linha.....	A	1	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000
	Official.....	A	1	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
	Segundo Escripturario.....	B	1	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
	Terceiro dito.....	B	1	960\$000	480\$000	1:440\$000
	Amanuenses.....	B	2	800\$000	400\$000	1:200\$000
	Primeiro Desenhador.....	A	1	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
	Desenhador de 1ª classe.....	C	...	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
	Dito de 2ª classe.....	C	...	960\$000	480\$000	1:440\$000
	Dito de 3ª classe.....	C	...	800\$000	400\$000	1:200\$000
Conservação da linha.....	Engenheiro residente de 1ª classe.....	B	...	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
	Dito dito de 2ª classe.....	B	...	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
	Praticantes de linha.....	C	...	1:440\$000	720\$000	2:160\$000
	Mestre de linha de 1ª classe.....	C	...	1:440\$000	720\$000	2:160\$000
	Dito dito de 2ª classe.....	C	...	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
	Dito dito de 3ª classe.....	C	...	960\$000	480\$000	1:440\$000
	Armazenistas de 1ª classe.....	C	...	1:066\$667	533\$333	1:600\$000
	Dito de 2ª classe.....	C	...	960\$000	480\$000	1:440\$000

### OBSERVAÇÕES

- I.— Ficam em vigor para as estradas de ferro de 2ª ordem todas as disposições constantes das observações das tabelas n. 2 relativas às estradas de ferro de 1ª ordem.
  - II.— Quando a linha em trafego tiver menos de 200 kilometros de extensão e não exija um serviço de conservação especial ou fora da ordinaria em estradas de ferro, ficará supprida a divisão da via-permanente, accumulando o Chefe da locomoção as funções do Chefe da linha.
  - III.— A divisão da contabilidade será organizada quando o Ministro a determinar sob proposta do Director da estrada, baseada nos seguintes fundamentos: movimento importante de cargas em grande numero de estações principais ou então trafego mutuo com outras vias-ferreas ou quaesquer emprezas de transporte.
  - IV.— Quando se ache em construção ou estudos o prolongamento ou ramos da estrada o Director accumulará as funções do Engenheiro em Chefia e será auxiliado pelo pessoal constante da tabella n. 1 relativa a estudos ou construção das vias-ferreas, accumulando também o Secretario da parte em trafego as respectivas funções do serviço da construção. O Director e o Secretario perceberão neste caso, além de todos os seus vencimentos pelo trafego, a metade das gratificações marcadas na respectiva tabella n. 1 e ao Annuario será abonada mais uma gratificação de 360\$000 annuaes pelo serviço da construção.
- Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Abril de 1885.— Antonio Carneiro da Rocha.

# TABELLA N. 3

Tabella do pessoal, categorias e vencimentos para as estradas de ferro de 2ª ordem,  
 aprovada pelo Decreto n. 9417 de 25 de Abril de 1885

1ª DIVISÃO (Administração central)						
SUB-DIVISÕES	CATEGORIAS	NUMERO	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	VENCIMENTO	
Secretaria.....	Director.....	A	1	6.000\$000	4.000\$000	10.000\$000
	Secretario.....	A	1	2.400\$000	1.200\$000	3.600\$000
	Official.....	A	1	1.600\$000	800\$000	2.400\$000
	Primeiro Escriptuario.....	B	1	1.440\$000	720\$000	2.160\$000
	Segundo dito.....	B	1	1.200\$000	600\$000	1.800\$000
	Amanuense.....	B	1	800\$000	400\$000	1.200\$000
	Porteiro.....	B	1	720\$000	360\$000	1.080\$000
	Continuo.....	B	1	640\$000	320\$000	960\$000
Thesouraria.....	Thesoureiro.....	A	1	2.400\$000	1.200\$000	3.600\$000
	Fiel do Thesoureiro.....	B	1	1.200\$000	600\$000	1.800\$000
	Escrivão.....	A	1	1.600\$000	800\$000	2.400\$000
	Pagador.....	A	1	2.000\$000	1.000\$000	3.000\$000
	Fiel do Pagador.....	B	1	960\$000	480\$000	1.440\$000
	Terceiro Escriptuario.....	B	1	960\$000	480\$000	1.440\$000
Almoxarifado.....	Almoxarife.....	A	1	2.400\$000	1.200\$000	3.600\$000
	Fieis do almoxarife.....	B	2	1.200\$000	600\$000	1.800\$000
	Escrivão.....	A	1	1.600\$000	800\$000	2.400\$000
	Segundo Escriptuario.....	B	1	1.200\$000	600\$000	1.800\$000
	Terceiro dito.....	B	1	960\$000	480\$000	1.440\$000
	Amanuense.....	B	1	800\$000	400\$000	1.200\$000
	Armazenista.....	B	2	1.066\$667	533\$333	1.600\$000
2ª DIVISÃO (Trafego)						
Administração geral, estações e telegraphos.	Chefe do trafego.....	A	1	4.800\$000	2.400\$000	7.200\$000
	Official.....	A	1	1.600\$000	800\$000	2.400\$000
	Segundo Escriptuario.....	B	2	1.200\$000	600\$000	1.800\$000
	Terceiro dito.....	B	2	960\$000	480\$000	1.440\$000
	Amanuenses.....	B	4	800\$000	400\$000	1.200\$000
	Praticantes.....	C	.....	640\$000	320\$000	960\$000
	Inspector das linhas telegraphicas.....	A	1	1.600\$000	800\$000	2.400\$000
	Telegraphistas de 1ª classe.....	C	.....	960\$000	480\$000	1.440\$000
	Ditos de 2ª classe.....	C	.....	800\$000	400\$000	1.200\$000
	Ditos de 3ª classe.....	C	.....	720\$000	360\$000	1.080\$000
	Ditos de 4ª classe.....	C	.....	640\$000	320\$000	960\$000
	Conferente de 1ª classe.....	C	.....	800\$000	400\$000	1.200\$000
	Dito de 2ª classe.....	C	.....	720\$000	360\$000	1.080\$000
	Dito de 3ª classe.....	C	.....	640\$000	320\$000	960\$000
	Estação central:					
	Agente.....	B	1	2.400\$000	1.200\$000	3.600\$000
	Ajudante.....	B	1	1.866\$667	933\$333	2.800\$000
	Recebedor.....	B	1	1.600\$000	800\$000	2.400\$000
	Bilheteiro.....	B	1	1.440\$000	720\$000	2.160\$000
	Fieis de armazem.....	B	12	1.200\$000	600\$000	1.800\$000
	Conferentes de classe.....	C	4	5	5	5
	Telegraphista de classe.....	C	2	5	5	5
	Estação de 1ª classe:					
	Agente de 1ª classe.....	B	1	1.866\$667	933\$333	2.800\$000
	Ajudante.....	C	1	1.200\$000	600\$000	1.800\$000
	Fiel de 1ª classe.....	C	1	1.066\$667	533\$333	1.600\$000
	Conferente de classe.....	C	2	5	5	5
	Telegraphista de classe.....	C	1	5	5	5
	Estação de 2ª classe:					
	Agente de 2ª classe.....	C	1	1.600\$000	800\$000	2.400\$000
	Fiel de 2ª classe.....	C	1	960\$000	480\$000	1.440\$000
	Conferente de classe.....	C	1	5	5	5
	Telegraphista de classe.....	C	1	5	5	5
	Estação de 3ª classe:					
	Agente de 3ª classe.....	C	1	1.280\$000	640\$000	1.920\$000
	Conferente de classe.....	C	1	5	5	5
	Telegraphista de classe.....	C	1	5	5	5
	Estação de 4ª classe:					
	Agente de 4ª classe.....	C	1	1.600\$000	800\$000	2.400\$000
	Conferente telegraphista de classe.....	C	1	5	5	5
	Estação de 5ª classe:					
	Ajudante-telegraphista.....	C	1	800\$000	400\$000	1.200\$000
Movimento de trans.....	Ajudante do Chefe do trafego.....	A	1	2.400\$000	1.200\$000	3.600\$000
	Segundo Escriptuario.....	B	1	1.200\$000	600\$000	1.800\$000
	Terceiro dito.....	B	1	960\$000	480\$000	1.440\$000
	Amanuense.....	B	1	800\$000	400\$000	1.200\$000
	Conductor de trem de 1ª classe.....	B	1	1.600\$000	800\$000	2.400\$000
	Dito dito de 2ª classe.....	B	1	960\$000	480\$000	1.440\$000
	Dito dito de 3ª classe.....	B	1	800\$000	400\$000	1.200\$000
	Dito dito de 4ª classe.....	B	1	800\$000	400\$000	1.200\$000
3ª DIVISÃO (Contabilidade)						
Contabilidade, receita geral e despesa.	Chefe da contabilidade.....	A	1	4.800\$000	2.400\$000	7.200\$000
	Guarda-livros.....	A	1	2.400\$000	1.200\$000	3.600\$000
	Ajudante do Guarda-livros.....	A	1	1.440\$000	720\$000	2.160\$000
	Segundo Escriptuario.....	B	1	1.200\$000	600\$000	1.800\$000
	Amanuense.....	B	1	800\$000	400\$000	1.200\$000

# TABELLA N. 4

**Tabella do pessoal, categorias e vencimentos para as estradas de ferro de 3.<sup>a</sup> ordem, approvada pelo Decreto n. 9417 de 23 de Abril de 1885**

DIVISÕES	CATEGORIAS	NUMERO	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	VENCIMENTO
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	Director.....	A	1	6.000\$000	8.400\$000
	Secretario.....	A	1	4.600\$000	2.400\$000
	Thesoureiro-pagador.....	A	1	2.000\$000	1.000\$000
	Fiel do Thesoureiro.....	B	1	960\$000	480\$000
	Guarda-hypos.....	A	1	2.000\$000	1.000\$000
	Almoxarife.....	A	1	1.600\$000	800\$000
	Fiel do Almoxarife.....	B	1	960\$000	480\$000
	1. <sup>o</sup> Escriptuario.....	B	1	1.200\$000	600\$000
	2. <sup>o</sup> dito.....	B	1	800\$000	400\$000
	Amanuense.....	B	1	640\$000	320\$000
	Praticante.....	C	1	480\$000	240\$000
	Porteiro.....	B	1	640\$000	320\$000
	Contínuo.....	B	1	400\$000	200\$000
	Chefe do trafego.....	A	1	3.600\$000	1.800\$000
	Contador.....	A	1	2.000\$000	1.000\$000
	Inspector das linhas telegraphicas.....	A	1	1.200\$000	600\$000
	1. <sup>o</sup> Escriptuario.....	B	1	1.066\$667	533\$333
	2. <sup>o</sup> dito.....	B	2	800\$000	400\$000
TRAFFEGO	Amanuense.....	C	2	640\$000	320\$000
	Praticante.....	C	2	480\$000	240\$000
	Conductor de trem de 1. <sup>a</sup> classe.....	C	1	960\$000	480\$000
	Dito dito de 2. <sup>a</sup> classe.....	C	1	800\$000	400\$000
	Dito dito de 3. <sup>a</sup> classe.....	C	1	666\$667	333\$333
	Conferente de 1. <sup>a</sup> classe.....	C	1	800\$000	400\$000
	Dito de 2. <sup>a</sup> classe.....	C	1	640\$000	320\$000
	Dito de 3. <sup>a</sup> classe.....	C	1	480\$000	240\$000
	Telegraphista de 1. <sup>a</sup> classe.....	C	1	800\$000	400\$000
	Dito de 2. <sup>a</sup> classe.....	C	1	720\$000	360\$000
	Dito de 3. <sup>a</sup> classe.....	C	1	640\$000	320\$000
	Dito de 4. <sup>a</sup> classe.....	C	1	560\$000	280\$000
	Estação central : Agente.....	B	1	1.600\$000	800\$000
	Fiel.....	C	1	1.200\$000	600\$000
	Conferente de classe.....	C	1	800\$000	400\$000
	Telegraphista de classe.....	C	1	800\$000	400\$000
	Estação de 1. <sup>a</sup> classe : Agente de 1. <sup>a</sup> classe.....	C	1	1.440\$000	720\$000
	Fiel.....	C	1	800\$000	400\$000
	Conferente de classe.....	C	1	800\$000	400\$000
	Telegraphista de classe.....	C	1	800\$000	400\$000
	Estação de 2. <sup>a</sup> classe : Agente de 2. <sup>a</sup> classe.....	C	1	1.200\$000	600\$000
	Conferente de classe.....	C	1	800\$000	400\$000
	Telegraphista de classe.....	C	1	800\$000	400\$000
	Estação de 3. <sup>a</sup> classe : Agente de 3. <sup>a</sup> classe.....	C	1	800\$000	400\$000
	Telegraphista de classe.....	C	1	800\$000	400\$000
	Estação de 4. <sup>a</sup> classe : Agente de 4. <sup>a</sup> classe.....	C	1	720\$000	360\$000
LOCOMOÇÃO E VIA-PERMANENTE	Chefe de locomoção e da linha.....	A	1	3.600\$000	1.800\$000
	Encarregado do material rodante.....	B	1	1.600\$000	800\$000
	1. <sup>o</sup> Escriptuario.....	B	1	1.066\$667	533\$333
	Amanuense.....	B	1	640\$000	320\$000
	Praticante.....	C	1	480\$000	240\$000
	Machinista de 1. <sup>a</sup> classe.....	C	1	1.440\$000	720\$000
	Dito de 2. <sup>a</sup> classe.....	C	1	1.200\$000	600\$000
	Dito de 3. <sup>a</sup> classe.....	C	1	960\$000	480\$000
	Dito de 4. <sup>a</sup> classe.....	C	1	800\$000	400\$000
	Engenheiro residente de 1. <sup>a</sup> classe.....	B	1	2.400\$000	1.200\$000
	Dito dito de 2. <sup>a</sup> classe.....	B	1	2.000\$000	1.000\$000
	Desenhista.....	C	1	960\$000	480\$000
	Mestre de linha de 1. <sup>a</sup> classe.....	C	1	1.440\$000	720\$000
	Dito dito de 2. <sup>a</sup> classe.....	C	1	1.200\$000	600\$000
	Dito dito de 3. <sup>a</sup> classe.....	C	1	960\$000	480\$000
	Armazenista.....	C	1	800\$000	400\$000
	Mestre de officinas.....	B	1	1.200\$000	600\$000
				2.000\$000	1.000\$000

## Observações

### I

De accordo com as necessidades do serviço, o Director sujeitará á approvação do Ministro o numero dos empregados que vão designados na tabella com a letra **B**, e fixará, sob proposta dos respectivos chefes de serviço, o numero daquelles que vão designados com a letra **C**, devendo supprimir qualquer das categorias, consideradas na tabella, que possa ser dispensada na estrada que dirigir.

### II

Para conservação da via-permanente, haverá um mestre de linha para cada trecho de 15 a 30 kilometros e um Engenheiro residente para cada trecho de 50 a 100 kilometros.

O numero e jornadas dos leitores, mestres e officiaes do officio, foguistas, trabalhadores, guardas diversos, serventes e operarios de qualquer natureza, será determinado, sob proposta dos respectivos chefes de serviço, pelo Director, que abonará salarios de 4500 a 6500, conforme a especie. Quando sejam necessarias habilitações ou aptidões especiaes, exigindo maior remuneração, deverá preceder a admissão do empregado autorização explicita do Ministro da Agricultura.

### III

Sempre que for possível, o serviço do telegraphista será desempenhado nas estações por um conferente, fiel ou pelo proprio agente abonando-se ao empregado que o desempenhar, alem dos vencimentos proprios, o de um telegraphista de 4.<sup>a</sup> classe.

### IV

Os empregados extranumerarios, que por urgencia temporaria do serviço tiverem de ser admittidos, perceberão os vencimentos correspondentes aos cargos que occuparem, sendo, porém, considerados como interinos para os effeitos de pagamentos de direitos e impostos, devendo ser dispensados logo que cesse a causa que motivou a sua admissão.

### V

O agente de estação, qualquer que seja a sua categoria, perceberá os vencimentos de agente de 1.<sup>a</sup> classe emquanto a sua estação servir como terminal.

### VI

Ao thesoureiro, seu fiel, ou qualquer empregado de escriptorio que tiver de fazer pagamentos no lugar dos trabalhos, fóra da estação central, será arbitrada pelo Director uma gratificação de 2500 a 3500 por dia emquanto durar o serviço do pagamento.

### VII

Com excepção do Director e dos chefes de serviço, todos os empregados mencionados na tabella que, durante cada trimestre, não tenham incorrido em multa, nem em qualquer falta que prejudique o serviço a juizo do Director, terão direito a uma gratificação equivalente a seis dias do respectivo vencimento.

### VIII

Para os despachos nas Alfandegas, poderá o Director nomear ou contratar um despachante mediante a retribuição de 1000\$00 mensaes ou, então, ajustar a gratificação para cada despacho que tiver de fazer.

### IX

Os empregados que occuparem qualquer cargo que não se ache suprimido na tabella não perderão o direito adquirido aos vencimentos que actualmente percebem, caso sejam elles superiores aos marcados na mesma tabella.

### X

Quando se ache em estudos ou construção o prolongamento ou ramaes da estrada, o Director accumulará as funções de Engenheiro em Chefe e será auxiliado pelo pessoal constante da tabella n. 4, relativa a estudos ou construção das vias-terreas, accumulando tambem Secretariado da parte em trafego as respectivas funções ao serviço da construção. O Director e o Secretario perceberão neste caso os vencimentos marcados na tabella n. 4, correndo por conta da construção a differença entre esses vencimentos e os marcados na presente tabella para o serviço do trafego.

Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Abril de 1885.— Antonio Carneiro da Rocha.

Decreto n. 9417 — Pag. 408.

## TABELLA N. 3

**Tabella do pessoal, categorias e vencimentos para as estradas de ferro de 1.<sup>a</sup> ordem, approvada pelo Decreto n. 9417 de 23 de Abril de 1883**

DIVISÕES	CATEGORIAS	NUMERO	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	VENCIMENTO
Administração central e trafego.	Director.....	A	1	4.800\$000	2.400\$000
	Secretario.....	A	1	1.333\$333	666\$666
	Guarda-livros-contador.....	A	1	2.000\$000	1.000\$000
	Thesoureiro-pagador.....	A	1	2.000\$000	1.000\$000
	Almoxarife.....	A	1	1.200\$000	600\$000
	Escripturario.....	B	1	800\$000	400\$000
	Amanuense.....	B	1	500\$000	250\$000
	Continuo.....	B	1	400\$000	200\$000
	Telegraphista de 1. <sup>a</sup> classe.....	C	1	480\$000	240\$000
	Dito de 2. <sup>a</sup> classe.....	C	1	360\$000	180\$000
	Dito de 3. <sup>a</sup> classe.....	C	1	240\$000	120\$000
	Conductor do trem de 1. <sup>a</sup> classe.....	C	1	800\$000	400\$000
	Dito dito de 2. <sup>a</sup> classe.....	C	1	720\$000	360\$000
	Estação central ou de 1. <sup>a</sup> classe. Agente de 1. <sup>a</sup> classe.....	C	1	1.200\$000	600\$000
	Conferente.....	C	1	500\$000	250\$000
	Telegraphista de classe.....	C	1	5	5
	Estação de 2. <sup>a</sup> classe..... Agente de 2. <sup>a</sup> classe.....	C	1	960\$000	480\$000
	Telegraphista de classe.....	C	1	5	5
	Estação de 3. <sup>a</sup> classe..... Agente.....	C	1	720\$000	360\$000
	Estação de 4. <sup>a</sup> classe ou parada. Agente.....	C	1	560\$000	280\$000
Locomoção e via-permanente.	Chefe da locomoção e da linha.....	A	1	3.200\$000	1.600\$000
	Mestre de officinas.....	B	1	1.200\$000	600\$000
	Machinista de 1. <sup>a</sup> classe.....	C	1	1.200\$000	600\$000
	Dito de 2. <sup>a</sup> classe.....	C	1	960\$000	480\$000
	Dito de 3. <sup>a</sup> classe.....	C	1	800\$000	400\$000
	Mestre de linha de 1. <sup>a</sup> classe.....	C	1	1.440\$000	720\$000
	Dito de 2. <sup>a</sup> classe.....	C	1	1.200\$000	600\$000
	Dito de 3. <sup>a</sup> classe.....	C	1	960\$000	480\$000
	Armazenista.....	C	1	720\$000	360\$000

### Observações

#### I

De accordo com as necessidades do serviço, o Director sujeitará á approvação do Ministro o numero dos empregados que vão designados na tabella com a letra B e fixará o numero daquelles que vão designados com a letra C, devendo supprimir qualquer das categorias consideradas na tabella, que possa ser dispensada na estrada que dirigir.

#### II

Para conservação da via-permanente haverá um mestre de linha para cada trecho de 25 a 30 kilometros. O numero e jornal dos feitores, mestres e officiaes de officio, foguistas, trabalhadores, guardas diversos, serventes e operarios de qualquer natureza, será determinado pelo Director, que abonará salarios de 15 a 45, conforme a especie. Quando sejam necessarias habilitações ou aptidões especiaes, exigindo maior remuneração, deverá preceder á admissão do empregado autorização explicita do Ministro da Agricultura.

#### III

Sempre que fôr possível, o serviço de telegraphista será desempenhado nas estações de 1.<sup>a</sup> classe por um conferente e nas outras pelo proprio Agente, abonando-se ao empregado que o desempenhar, alem dos vencimentos proprios, o de um Telegraphista de 3.<sup>a</sup> classe.

#### IV

Os empregados extrannumerarios que por urgencia temporaria do serviço tiverem de ser admitidos perceberão os vencimentos correspondentes aos cargos que occuparem; sendo, porém, considerados como interinos para os effeitos de pagamentos de direitos e impostos: devendo ser dispensados logo que cesse a causa que motivou a sua admissão.

#### V

O Agente de estação, qualquer que seja a sua categoria, perceberá os vencimentos do Agente de 1.<sup>a</sup> classe enquanto a sua estação servir como terminal.

#### VI

Ao Thesoureiro, ou a qualquer empregado do escriptorio que tiver de fazer pagamentos no logar dos trabalhos, fóra da estação central, será arbitrada pelo Director uma gratificação de 25 a 45 por dia, enquanto durar o serviço do pagamento.

#### VII

Com excepção do Director e do Chefe da locomoção todos os empregados mencionados na tabella, que durante cada trimestre não tenham incorrido em multa nem em qualquer falta que prejudique o serviço, a juizo do Director, terão direito a uma gratificação equivalente a seis dias do respectivo vencimento.

#### VIII

Para os despachos nas Alfandegas poderá o Director nomear ou contratar um despachante mediante a retribuição de 1005 mensaes, ou então ajustar a gratificação para cada despacho que tiver de fazer.

#### IX

Os empregados que occuparem qualquer cargo que não se ache supprimido na tabella não perderão o direito adquirido aos vencimentos que actualmente percebem, caso sejam elles superiores aos marcados na mesma tabella.

#### X

Quando se ache em estudos ou construcção o prolongamento ou ramaes da estrada, o Director accumulará as funções de Engenheiro em Chefe e será auxiliado pelo pessoal constante da tabella n. 1 relativa a estudos ou construcção das vias-ferreas, accumulando tambem o Secretario da parte em trafego as respectivas funções no serviço da construcção. O Director e o Secretario perceberão neste caso os vencimentos marcados na tabella n. 1, correndo por conta da construcção a differença entre esses vencimentos e os marcados na presente tabella para o serviço do trafego. Ao Almoxarife abonar-se-ha tambem por conta da construcção mais uma gratificação de 3605 annuaes.

Palacio do Rio de Janeiro em 23 de Abril de 1883.— Antonio Carneiro da Rocha.

Decreto n. 9417 — Pag. 498.

## TABELLAS NS. 2 A' 2 D

## Observações geraes

1.<sup>a</sup> Os empregados a que se referem as supracitadas tabellas, que durante cada trimestre não tiverem commettido faltas que prejudiquem o serviço, a juizo do Director, terão direito a uma gratificação equivalente ao respectivo vencimento de 10 dias.

Exceptuam-se :

1.<sup>o</sup> Os chefes das secções de serviço ;  
2.<sup>o</sup> Os ajudantes da locomoção e linha, os chefes do movimento e telegrapho e o inspector de estações ;

3.<sup>o</sup> Os chefes de divisão e praticantes de linha ;

4.<sup>o</sup> Os chefes de deposito e machinistas ;

5.<sup>o</sup> Os continuos e pessoal jornaleiro.

2.<sup>a</sup> Além dos vencimentos marcados nas respectivas tabellas terão mais uma diaria, a titulo de despesas de viagem, durante o tempo em que se acharem em serviço na linha ou estações e depositos fóra da Corte e suburbios, a saber :

De 5\$000 os chefes das secções de serviço, os chefes de movimento e telegrapho e os ajudantes da locomoção e linha ;

De 4\$000 a 5\$000 os empregados da thesouraria encarregados de fazer pagamento ao pessoal ;

De 4\$000 o inspector de estações e o das linhas telegraphicas e apparelhos ;

De 4\$000 a 2\$000 os demais empregados de escriptorio, mencionados nas divisões ns. 1 a 5, com excepção dos chefes de divisão, praticantes de linha, quando o serviço fór executado em suas respectivas divisões.

3.<sup>a</sup> Além dos empregados mencionados nas divisões de ns. 1 a 5, poderá o Director admitir provisoriamente, nos escriptorios e estações, quando a affluencia do trabalho exigir, auxiliares que vencerão diaria até 6\$000. Estes auxiliares serão dispensados logo que cessar o motivo da admissão.

4.<sup>a</sup> Os empregados actualmente em serviço da estrada não perdem o direito adquirido aos vencimentos que percebem, si estes forem superiores aos das divisões ns. 1 a 5.

Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Abril de 1885.— *Antonio Carneiro da Rocha.*

## DECRETO N. 9418 — DE 28 DE ABRIL DE 1885

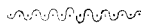
Adia a reunião ordinaria da Assembléa Geral para o dia 20 de Maio do corrente anno e prorroga até ao dia antecedente a actual sessão extraordinaria da mesma Assembléa.

Usando da attribuição que Me confere o art. 101 § 5º da Constituição Politica do Imperio, Hei por bem Adiar a reunião ordinaria da Assembléa Geral para o dia 20 de Maio do corrente anno, ficando prorogada até ao dia antecedente a actual sessão extraordinaria da mesma Assembléa.

Filippe Franco de Sá, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Abril de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Filippe Franco de Sá.*



## DECRETO N. 9419 — DE 28 DE ABRIL DE 1885

Concedo á « The Manãos Trading Company » autorização para funcíonar no Imperio.

Attendendo ao que requereu *The Manãos Trading Company*, devidamente representada, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 18 de Abril do corrente anno, tomada sobre parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 20 de Março ultimo, Hei por bem Conceder-lhe autorização para funcíonar no Imperio com agencias nas capitaes das Provincias do Amazonas e Pará, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Abril de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9419, desta data**

I

A companhia fica autorizada a estabelecer agencias nas capitales das Provincias do Amazonas e Pará, tendo nas mesmas pessoa habilitada que responda perante os Tribunaes.

II

Os actos praticados pelas referidas agencias ficam sujeitos á legislação do Imperio, sendo decididas pelos Tribunaes do Brazil as questões que se suscitarem entre a companhia e os particulares residentes no mesmo Imperio.

III

As mencionadas agencias não poderão funcionar enquanto a companhia não depositar no Thesouro Nacional ou em qualquer estabelecimento bancario do Imperio a quantia de 10:000\$ para garantir as transacções que fizer.

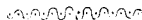
IV

O deposito de que trata a clausula anterior será feito pela companhia com a declaração do fim a que é destinado e de que não poderá ser levantado senão por ordem do Presidente da Junta do Commercio respectivo.

V

As alterações feitas nos estatutos serão communicadas ao Governo Imperial, sob pena de multa de 200\$ a 2:000\$, e de lhe ser cassada a presente autorização.

Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Abril de 1885.— *Antonio Carneiro da Rocha.*





## DECRETO N. 9120 — DE 28 DE ABRIL DE 1885

Consolida a legislação relativa aos empregos e officios de Justiça, provê aos casos omissos e elimina algumas disposições antinomicas, obsoletas ou inconvenientes ao serviço publico.

Convindo consolidar a legislação relativa aos empregos e officios de Justiça, prover aos casos omissos e eliminar algumas disposições antinomicas, obsoletas ou inconvenientes ao serviço publico, Hei por bem, Usando da attribuição que Me confere o art. 102 § 12 da Constituição, Decretar que se observe o Regulamento que com este baixa, assignado por Francisco Maria Sodré Pereira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Abril de 1885, 61º da Independencia o do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Francisco Maria Sodré Pereira.*

## Regulamento a que se refere o Decreto n. 9120, de 28 de Abril de 1885

### TITULO I

#### Disposições preliminares

Art. 1.º Nenhum officio de Justiça, seja qual fór a sua natureza e denominação, será conferido a título de propriedade. Seu provimento, porém, será dado, por meio de concurso, como serventia vitalicia, a quem o exercer pessoalmente. — Lei de 11 de Out. de 1827, arts. 1º e 2.º

Art. 2.º São considerados officios vitalicios :

- 1.º Tabelião de notas. — Ord. Liv. 1º Tits. 73 e 80.
- 2.º Tabelião do publico judicial, ou escrivão do civil e crime. — Ord. Liv. 1º Tits. 79 e 80 — Cod. Proc. art. 39.
- 3.º Escrivão de orphãos. — Ord. Liv. 1º Tit. 89.
- 4.º Escrivão de ausentes. — Lei de 3 de Nov. de 1830 — Reg. n. 2433 de 15 de Junho de 1859, art. 76.
- 5.º Escrivão da Provedoria de capellas e residuos. — Ord. Liv. 1º Tits. 50 § 16 e 63.
- 6.º Escrivão do Jury e execuções criminaes. — Lei de 3 de Dez. de 1841, art. 403.

7.º Escrivão de appellações.— Cod. Proc. art. 40.

8.º Escrivão do commercio.— Dec. n. 1597 de 1 de Maio de 1835, art. 59.

9.º Escrivão do Juízo dos Feitos da Fazenda Nacional.— Lei n. 242 de 29 de Nov. de 1841, art. 5.º

10.º Escrivão das Delegacias de Policia da Córte.— Dec. n. 1746 de 16 de Abril de 1856, art. 24.

11.º Official do Registro geral das hypothecas.— Lei n. 1237 de 24 de Set. de 1864, art. 7.º § 3.º — Dec. n. 3453 de 26 de Abril de 1863, art. 7.º

12.º Depositario publico.— Ord. Liv. 1.º Tit. 28 § 2.º

13.º Porteiro dos auditorios.— Ord. Liv. 1.º Tit. 32.

14.º Thesoureiro-porteiro do Supremo Tribunal de Justiça.— Lei de 18 de Set. de 1828, arts. 40 e 43.

15.º Distribuidor.— Ord. Liv. 1.º Tits. 27 e 85.

16.º Contador.— Ord. Liv. 1.º Tits. 85 e 91.

17.º Partidor.— Alvará de 21 de Junho de 1759.

Art. 3.º Todos os mais empregos, não contemplados no artigo antecedente, e exercidos perante autoridades ou tribunaes judiciarios, não terão o character de serventia vitalicia, e, como taes, não estarão sujeitos, quanto ao provimento, ás regras estabelecidas neste Regulamento.

Art. 4.º A criação dos officios de Justiça é da competencia dos Poderes geraes na Córte, e das Assembléas nas Províncias.— Const. art. 15 § 16, Acto Add. art. 40 § 7.º

Art. 5.º Enquanto não providenciarem as Assembléas Provincias sobre a criação destes officios, prevalecerá o Decreto de 30 de Janeiro de 1834.

Art. 6.º Logo que um município tenha fóro civil, nos termos do art. 31 da Lei n. 261 de 3 de Dezembro de 1841, ficarão creados dous tabelliães do publico judicial e notas; servindo o primeiro de escrivão de orphãos, da Provedoria de capellas e residuos, e o segundo de escrivão das execuções civis.— Dec. de 30 de Janeiro de 1834.

Art. 7.º Considera-se tambem creado, em virtude do art. 103 da Lei n. 261 de 3 de Dezembro de 1841, o officio de escrivão privativo do Jury e execuções criminaes, que não serão accumuladas com as execuções civis.

Art. 8.º Para todos os officios creados se procederá immediatamente á nomeação dos serventuarios interinos, seguindo-se as diligencias necessarias para o provimento definitivo.— Lei n. 261 de 3 de Dezembro de 1841, art. 108 — Reg. n. 422 de 2 de Fevereiro de 1842, art. 18 — Decs. ns. 707 de 9 de Out. de 1859, art. 21, e 4668 de 5 de Janeiro de 1871, art. 4.º

Art. 9.º Ao Governo cabe, cumulativamente com o Poder Legislativo, crear por decreto os officios seguintes :

1.º Escrivão dos Feitos da Fazenda.— Lei n. 242 de 29 de Nov. de 1841, art. 5.º

2.º Escrivão de ausentes.— Reg. de 15 de Junho de 1859, art. 76.

3.º Official do Registro geral das hypothecas.— Lei n. 1237 de 24 de Set. de 1864, art. 7º § 3º—Reg. n. 3453 de 26 de Abril de 1865, art. 7.º

Art. 10. A faculdade que têm as Assembléas Provinciaes de legislar sobre a creação e suppressão dos officios de Justiça, comprehende tanto os officios existentes ao tempo da promulgação do Acto Additional, como os creados posteriormente.— Act. Add., art. 10 § 1.º

Art. 11. Desde que uma lei provincial autoriza o Presidente para o provimento vitalicio de um officio de Justiça, deve, attenta a disposição do art. 8º da Lei n. 105 de 12 de Maio de 1840, prevalecer em inteiro vigor a dita lei provincial até á sua revogação pelo poder competente.

Art. 12. Enquanto não houver interpretação authentica do Acto Additional, deve ser mantida a posse em que se acham as Assembléas Provinciaes de legislarem sobre a annexação e desannexação dos officios de Justiça.

Art. 13. Portanto as resoluções legislativas provinciaes, annexando ou desannexando os officios de Justiça, devem ser executadas desde logo; não podendo o serventuário, que exercia um officio desannexado, permanecer nas respectivas funcções, logo que comecem a produzir os seus effeitos as referidas resoluções.

Art. 14. Quando os rendimentos dos officios forem tão ténues, que não baste cada um delles para a congrua sustentação dos serventuários, podem estar reunidos na mesma pessoa, precedendo concurso.— Dec. de 29 de Fevereiro de 1688—Lei de 20 de Out. de 1823.

Art. 15. Deve-se ter em vista a lei que creou o officio para determinar-se a competencia dos serventuários.

Art. 16. Si depois de expedido o título ao serventuário vitalicio, em virtude da lei que regula a competencia deste, forem de qualquer modo alteradas as respectivas attribuições por lei posterior, se expedirá pelo Ministerio da Justiça portaria declaratoria dessas novas attribuições.

## TITULO II

### SECÇÃO I

#### *Dos serventuários vitalicios*

Art. 17. Creados os officios a que se refere o Decreto de 30 de Janeiro de 1834 e os arts. 6º e 7º do presente Regulamento, o 1º tabelião accumulará, não havendo quem queira servir, o officio de escriptão do Jury e execuções criminaes, até que por concurso seja o dito officio provido em pessoa que o sirva separadamente.

Art. 18. Desannexado, porém, o officio de escriptão do Jury, e tornando-se, pela desannexação, privativo, não poderá ser accumulado pelo serventuário do officio de que tiver sido desannexado.

Art. 19. Em regra o provimento vitalício do officio de escrivão do Jury recahirá em quem possa servir separadamente o officio.

Art. 20. Pôde, porém, ser provido vitaliciamente no officio de escrivão do Jury o tabellião do judicial, por meio de concurso, si da accumulção não resultar embarço para o expediente, e não havendo quem queira servir separadamente o officio. — Dec. n. 122 de 2 de Fevereiro de 1842, art. 18.

Art. 21. O officio de escrivão do Jury e das execuções criminaes é indivisivel, e não podem consequentemente separar-se as respectivas funcções para serem exercidas por duas pessoas, servindo uma no Jury e outra nas execuções criminaes.

Art. 22. Cabe ao escrivão do Jury escrever nos processos de responsabilidade perante os juizes de direito, tanto no summario como no plenario.

Art. 23. O escrivão do Jury é o escrivão das correições, e nelleas funcionará tanto no civil como no crime.

Cumprirá, alem das obrigações geraes e communs a todo Escrivão, as especies impostas nos arts. 21 do Decreto n. 707 de 9 de Outubro de 1839 e 6º do Regulamento n. 834 de 2 de Outubro de 1831, e procederá ás diligencias de que pelo juiz de direito fôr encarregado.

Art. 24. Salvas as disposições citadas no artigo antecedente, não poderá o escrivão do Jury escrever em processos diversos dos que lhe são privativos.

Art. 25. Salva a parte privativa de cada um dos serventuarios creados pelo Decreto de 30 de Janeiro de 1834, são ambos habéis para as causas do foro commum, tanto civis como criminaes, precedendo distribuição.

Art. 26. Na Corte e nas capitães das Províncias os tabelliões terão dois livros de notas, alem dos de registro e de procurações: um para as escripturas de compra e venda, ou quaesquer actos translativos de propriedade plena ou limitada, e outro para as escripturas em geral. — Dec. n. 3738 de 2 de Set. de 1874, art. 1.º

Art. 27. A disposição do artigo antecedente é applicavel aos tabelliões das outras cidades populosas, si assim o exigir a affluencia de trabalho; precedendo licença do Presidente da Relação, e ouvido o juiz de direito da comarca, ou sobre representação deste. — Dec. n. 3738 de 2 de Set. de 1874, art. 1.º § 1.º

Art. 28. Os tabelliões de notas poderão mandar lavrar as escripturas pelos escreventes juramentados, subscrevendo-as, porém, e carregando com inteira responsabilidade. — Dec. n. 4824 de 22 de Nov. de 1871, art. 78.

Art. 29. Exceptuam-se as seguintes, que serão exclusivamente lavradas pelos tabelliões:

1.º As que contiverem disposições testamentarias.

2.º As que forem de doação *causa mortis*.

3.º Em geral as que houverem de ser lavradas fóra do cartorio. — Dec. n. 4824 de 22 de Nov. de 1871, art. 78.

Art. 30. Os escrivães, que servirem perante os juizes municipaes e de direito, escreverão em todos os actos, tanto no civil,

como no crime, conforme lhes tocar por distribuição.—Cod. Proc. art. 39—Orl. Liv. 1.<sup>o</sup> Tit. 79—Disp. prov. art. 12—Dec. de 26 de Março de 1833.

Art. 31. Aos escrivães do judicial, e não aos do Jury, compete escrever nos processos civis que os juizes de direito tiverem de julgar, quer em primeira, quer em segunda instancia.

Art. 32. Nos termos, onde nao estiver creado o officio das execuções civis, ficarão ellas exclusivamente a cargo do tabellião ou do escrivão do judicial, preferido o que nao tiver funcções privativas.

Art. 33. Os escrivães do civil e das execuções civis são também competentes para lavrar escripturas de venda de escravos.—Dec. n. 2833 de 12 de Out. de 1861, art. 1.<sup>o</sup>

Art. 34. Os escrivães de orphaos escrevem indistinctamente, por distribuição, nos feitos do respectivo Juizo nos lugares onde houver mais de um cartorio de orphaos.

Art. 35. Nos termos onde houver mais de um escrivão de orphaos, servirá de escrivão de ausentes o que fôr designado pelo Governo Imperial.—Lei de 3 de Nov. de 1830—Reg. n. 2433 de 15 de Julho de 1839, art. 76.

Art. 36. Enquanto as Assembléas Provinciaes não crearem o officio privativo de escrivão da Provedoria de capellas e residuos em um termo, serão as respectivas funcções exercidas por qualquer tabellião do judicial ou escrivão do civil, que o Governo designar, na Corte, e os Presidentes, nas Provincias, attendendo a melhor distribuição do serviço.

Art. 37. Só existe o lugar de escrivão especial do commercio onde houver juiz privativo para as causas commerciaes.—Dec. n. 1597 de 1 de Maio de 1855, art. 59.

Art. 38. Nos lugares onde não houver escrivão especial, ou quando, havendo, estiver impedido, são competentes para tomar os protestos de letras:

1.<sup>o</sup> Os tabelliães de notas das villas ou cidades;

2.<sup>o</sup> Os escrivães do juiz de paz dos districtos fóra das cidades ou villas;

3.<sup>o</sup> Os escrivães do civil.—Dec. n. 5557 de 29 de Fev. de 1874, art. 4.<sup>o</sup>

Art. 39. Ficarão extinctos, quando vagarem, segundo o disposto no art. 10 do Decreto n. 5457 de 6 de Novembro de 1873, os officios de escrivão privativo das causas commerciaes em 2.<sup>a</sup> instancia.—Dec. n. 5557 de 20 de Fev. de 1874.

Art. 40. Os escrivães existentes de 2.<sup>a</sup> instancia passarão a escrever perante as Relações nos processos commerciaes, e cumulativamente com os escrivães das Relações nos processos criminaes.—Dec. leg. n. 2342 de 6 de Agosto de 1873—Dec. n. 5457 de 6 de Nov. de 1873, art. 9.<sup>o</sup>

Art. 41. Continuam, porém, a ser tabelliães privativos do protesto de letras de cambio e da terra e mais titulos que o exigem.—Dec. n. 5557 de 20 de Fev. de 1874, art. 2.<sup>o</sup>

Art. 42. Quando ficarem extinctos todos os officios de escrivão das causas commerciaes da 2.<sup>a</sup> instancia, servirão como tabelliães

de protestos de letras e outros títulos os escrivães do commercio da 1.<sup>a</sup> instancia.— Dec. n. 5557 de 20 de Fev. de 1874, art. 3.<sup>o</sup>

Art. 43. Nos tribunaes da Relação onde houver um só escrivão das causas commerciaes em 2.<sup>a</sup> instancia, com elle escreverão por distribuição nas ditas causas os escrivães de appellações civeis e crimes das mesmas Relações.— Dec. n. 5557 de 20 de Fev. de 1874, art. 1.<sup>o</sup>

Art. 44. Em cada Relação haverá dous escrivães, que escreverão por distribuição em todos os feitos do tribunal.— Dec. n. 5457 de 6 de Nov. de 1873, art. 8.<sup>o</sup>

Art. 45. Os escrivães das Relações serão nomeados provisoriamente pelos Presidentes de Provincia, e definitivamente pelo Governo, na forma estabelecida para o provimento dos officios de Justiça.— Dec. n. 5457 de 6 de Nov. de 1873, art. 14.

Art. 46. Em cada um dos Juizos dos Feitos da Fazenda Nacional haverá um escrivão nomeado privativamente.

Onde, porém, o expediente fôr pequeno servirá qualquer dos escrivães do civil que o Governo designar.— Lei n. 242 de 29 de Nov. de 1844, art. 5.<sup>o</sup>

Art. 47. Nos municípios onde não residir juiz dos feitos da Fazenda, o juiz municipal designará o escrivão para as causas e diligencias da mesma Fazenda, que ali se tratarem.

Art. 48. Ficam extinctas, quando vagarem, as serventias vitalicias dos officios de escrivão privativo das causas da Fazenda Nacional em 2.<sup>a</sup> instancia, e neste caso os escrivães existentes continuarão a escrever privativamente em todos os processos da Fazenda, tanto na 1.<sup>a</sup> como na 2.<sup>a</sup> instancia.— Dec. n. 5457 de 6 de Nov. de 1873, art. 10.

Art. 49. O Registro geral das hypothecas está a cargo:

1.<sup>o</sup> De serventuarios especiaes creados privativamente;

2.<sup>o</sup> Dos tabelliães da cidade ou villa principal de cada comarca.— Lei n. 1237 de 24 de Nov. de 1864, art. 7.<sup>o</sup> § 1.<sup>o</sup>— Dec. n. 3453 de 26 de Abril de 1865, art. 7.<sup>o</sup>

Art. 50. Os encarregados do registro se denominam — officiaes do Registro geral das hypothecas; estendem suas attribuições á respectiva comarca e são exclusivamente sujeitos ao juiz de direito.— Dec. n. 3453 de 26 de Abril de 1865, arts. 8.<sup>o</sup> e 9.<sup>o</sup>

Art. 51. Nos casos do § 2.<sup>o</sup> do art. 49, serão designados pelo Presidente da Provincia, precedendo informação do juiz de direito da comarca.— Decs. ns. 482 de 14 de Nov. de 1846, art. 1.<sup>o</sup>, e 3453 de 26 de Abril de 1865, art. 7.<sup>o</sup> § 2.<sup>o</sup>

Art. 52. Os logares de official do Registro das hypothecas são privativos na Côrte e nas capitães das Provincias, onde já existem creados; podendo o Governo Imperial crear taes officios especialmente onde não houver, si julgar indispensavel.— Dec. n. 482 de 14 de Nov. de 1846, art. 1.<sup>o</sup> paragrapho unico.

Art. 53. Nos logares, onde o officio estiver creado especialmente, é elle por sua natureza unico e indivisivel; podendo comtudo ter o official respectivo os escreventes juramentados

que forem necessários para o serviço.—Dec. n. 3453 de 26 de Abril de 1865, arts. 10 e 11.

Art. 54. Apenas vagar ou fôr creado privativamente o logar de official do Registro geral das hypothecas, será posto a concurso, como as demais serventias vitalicias.

Art. 55. Vagando o logar de official do Registro geral das hypothecas por morte do tabellião designado, cabe ao juiz de direito nomear interinamente o tabellião companheiro, informando sobre quem deva ser definitivamente designado pelo Presidente da Provincia.

Art. 56. Enquanto não fôr creado o logar ou não se fizer a designação na fórma do art. 51, servirá provisoriamente de official do Registro geral das hypothecas o tabellião da sede da comarca, ou, si houver mais de um, o que o juiz de direito designar.

Art. 57. A designação para official do Registro geral das hypothecas deve recahir sómente nos tabelliães; mas, por occasião da installação do Registro, poderá ser nomeado interinamente qualquer dos escrivães do civil e de orphãos.

Não póde recusar-se a servir o tabellião que fôr designado.

Art. 58. A designação do official do Registro geral das hypothecas não depende da approvação do Governo Imperial.

Art. 59. O Presidente da Provincia só poderá cassar a designação, no caso de mudança de sede da comarca, recahindo a nova designação no tabellião da residencia do juiz de direito.

Art. 60. Si o tabellião, designado na fórma dos artigos antecedentes, commetter faltas no exercicio do cargo, soffrerá pena disciplinar ou será submettido a processo de responsabilidade, como no caso couber.

Art. 61. Os serventuarios vitalicios do Registro geral das hypothecas têm direito, nas mesmas condições que os dos outros officios, ao beneficio da terça parte, no caso de obter successor.

Art. 62. Quando um serventuario vitalicio estiver accumulando as funções de official do Registro geral das hypothecas, continuará a exercel-as ainda depois de supprimidos os officios a que estava annexo o mesmo Registro.

Art. 63. O official do Registro geral das hypothecas, quando se achar fóra da sede da comarca, em exercicio das funções do officio a que estiver ligado o cargo de official do Registro, usará de cadernos auxiliares, que trasladará para os livros competentes.

Art. 64. O officio de porteiro dos auditorios será provido vitaliciamente, como os demais officios de Justiça.

Art. 65. Na Côte os porteiros dos auditorios servirão:

O primeiro perante os juizes dos Feitos da Fazenda e de orphãos;

O segundo perante os juizes do commercio e do civil.—Dec. n. 1873 de 31 de Janeiro de 1857.

Art. 66. Nos juizes, em que o officio de porteiro dos auditorios não estiver creado privativamente, ou provido com titulo vitalicio, servirá o official de justiça, fazendo escala por semana.

Art. 67. Serão providos vitaliciamente os officios de contador,

distribuidor, partidor e depositario, nos termos, em que por lei forem especialmente creados.

Art. 68. Nos termos, porém, onde não estiverem especialmente creados servirão:

- 1.º Como contador e distribuidor o proprio juiz ;
- 2.º Como partidor os louvados das partes ;
- 3.º Como depositario, aquelle que, para cada execução, embargo, sequestro ou deposito, o juiz nomear.

Art. 69. Os officios de contador e distribuidor serão exercidos por uma só pessoa.—Ord. Liv. 1º Tit. 85.

Na Côrte, porém, serão providos separadamente, em virtude do Decreto n. 2861 de 14 de Dezembro de 1861.

Art. 70. Os contadores contam as custas de todos os pleitos que correm no fóro de sua jurisdição, sem distincção de varas, e tanto na 1ª como na 2ª instancia.

Art. 71. O porteiro do Supremo Tribunal de Justiça é provido pelo Governo, mediante concurso, como os demais serventuários vitalícios.—Lei de 11 de Out. de 1827 — Decs. de 1 de Julho de 1830, art. 2º, e 817 de 30 de Agosto de 1851, arts. 1º, 4º e 10.

Art. 72. Sómente na Côrte são os escriptães das Delegacias da Policia nomeados por concurso e com serventia vitalicia.—Decs. ns. 1746 de 16 de Abril de 1856, arts. 1º, § 4º, e 24, 2369 de 5 de Março de 1859 e 5113 de 17 de Outubro de 1872.

## SECÇÃO II

### *Dos empregos de Justiça*

Art. 73. O secretario do Supremo Tribunal de Justiça é nomeado pelo Governo Imperial sob informação do Presidente do Tribunal ; recahindo a nomeação, podendo ser, em doutor ou bacharel formado em direito.—Lei de 18 de Set. de 1828, arts. 4º, § 5º, e 40.

Art. 74. Serão igualmente nomeados pelo Governo o official e os amanuenses.

Os continuos serão nomeados pelo Presidente do Tribunal.—Dec. n. 6398 de 13 de Dez. de 1876.

Art. 75. Os secretarios das Relações serão nomeados por decreto imperial ; os amanuenses por portaria do Ministro da Justiça, e o porteiro e continuos pelo Presidente do Tribunal.—Decs. ns. 5457 de 6 de Nov. de 1873, art. 7º, e 5618 de 2 de Maio de 1874, art. 14 § 2.º

Art. 76. Os empregados de que trata o artigo antecedente têm direito á aposentadoria, na forma dos arts. 14 e 15 do Decreto n. 5457 de 6 de Novembro de 1873.

Art. 77. Os officiaes de justiça servem perante as Relações, e autoridades nas comarcas, termos e districtos.—Cod. do Proc. arts. 4º e 5º — Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, arts. 51 e 52 — Dec. n. 5457 de 6 de Nov. de 1873, art. 6.º



Art. 78. Em cada Relação haverá dous officiaes de justiça nomeados e demittidos discricionariamente pelo Presidente do Tribunal.—Dec. n. 5457 de 6 de Nov. de 1873, art. 7.º

Incumbem-lhes as obrigações que geralmente pertencem aos da 1ª instancia, e servirão alternadamente por semana.—Reg. de 3 de Janeiro de 1833, art. 75 — Decs. ns. 398 de 21 de Dez. de 1844, art. 1.º, 5457 de 6 de Nov. de 1873, arts. 1.º, 2.º, 3.º, 7.º, e 5618 de 2 de Maio de 1874, arts. 14, § 2.º, e 42.

Art. 79. Nas comarcas especiaes serão nomeados e demittidos pelos juizes de direito. Nos termos pelos juizes municipaes e nos districtos pelos subdelegados de policia.—Cod. Proc. arts. 41 e 42 — Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, arts. 51 e 52.

Art. 80. E' da competencia de quaesquer juizes a nomeação e demissão dos officiaes de justiça, que perante elles servirem.—Dec. n. 4858 de 30 de Dez. de 1871.

Art. 81. Os nomeados pelos juizes municipaes servirão tambem; perante os delegados de policia.—Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, art. 17.

Os officiaes de justicia dos subdelegados, que tambem servirão perante os juizes de paz, serão nomeados e demittidos por aquelles.—Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, art. 52.

Art. 82. Quando não bastem para o serviço, poderão ser requisitados de uns para outros Juizes.—Cod. do Proc., arts. 41 e 42 — Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, arts. 17, 51 e 52 — Dec. n. 4858 de 30 de Dez. de 1871, art. 3.º

Art. 83. O numero dos officiaes de justiça será fixado pelos juizes ou autoridades que os nomearem; segundo as necessidades do serviço.—Cod. Proc., arts. 4.º, 5.º e 42.

Art. 84. Para ser official de justiça é preciso:

1.º Ser cidadão brasileiro, estar no gozo dos direitos politicos e ter mais de 21 annos;

2.º Saber ler e escrever correctamente;

3.º Ter e provar a moralidade necessaria.—Cod. Proc., art. 244.

Art. 85. Para o provimento do logar exhibirão os pretendentes as provas de idoneidade perante a autoridade competente para a nomeação.—Dec. n. 398 de 21 de Dez. de 1844, art. 2.º

Art. 86. Poderão os juizes de paz ter escriptões separados, quando o julgarem conveniente, e haja pessoas que queiram servir esse cargo separadamente.—Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, arts. 19 e 42.

Para este fim precederá autorização do juiz de direito, que deverá cassal-a, quando cessarem os motivos da separação.

Art. 87. Concedida a autorização, na fórma do artigo antecedente, os escriptões de paz serão nomeados pelas Camaras Municipaes, sob proposta dos juizes de paz, nos termos do art. 14 doCodigo do Processo Criminal.

Art. 88. Nos municipios onde não houver fóro civil, assim como nas freguezias e capellas fóra das cidades e villas, os escriptões de paz servirão de tabelliães de notas e tomarão o protesto, letras e outros titulos.—Lei de 30 de Out. de 1830, art. 1.º — Decs.

ns. 2833 de 12 de Out. de 1861, art. 1.º, e 5557 de 20 de Fev. de 1874, art. 4.º

Art. 89. Os delegados de policia poderão ter escrivães es-  
peciaes.

Não havendo escrivão especialmente nomeado, servirão perante elle os escrivães do judicial.— Regs. ns. 120 de 31 de Janeiro de 1842, art. 17, e 4834 de 22 de Nov. de 1871, art. 81.

Art. 90. Perante os Chefes de Policia servirá de escrivão o em-  
pregado da respectiva secretaria por elles designado, o qual perce-  
berá os emolumentos taxados no Regimento de custas.— Reg.  
n. 4824 de 22 de Nov. de 1871, art. 81.

Art. 91. Nos termos onde não houver porteiro do Jury, nomeado  
e pago pelas Camaras Municipaes, o juiz de direito nomeará para  
servir o logar um official de justiça, a quem deferirá o juramento  
do estylo.— Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, art. 352.

Art. 92. O cargo de curador geral dos orphãos só pôde ser  
provido privativamente nos termos onde fôr creado por lei  
expressa.

No caso contrario, será provido temporariamente pelo juiz de  
orphãos, devendo dar-se preferencia aos promotores publicos.

Art. 93. Na Côrte os curadores geraes de orphãos são nomeados  
por decreto, accumulando o adjunto do promotor publico o cargo  
de curador da 2ª vara de orphãos. — Reg. n. 4824 de 22 de  
Nov. de 1871, art. 8º § 3.º

Art. 94. Mesmo nos termos onde estiver creado e provido  
especialmente o logar de curador, os juizes de orphãos não estão  
inhibidos da nomeal-os *in litem*, quando para isto occorram  
razões juridicas.

Art. 95. Os promotores e solicitadores dos residuos serão  
nomeados :

§ 1.º Definitivamente pelo Governo na Côrte, e pelos Presi-  
dentes nas Provincias.

§ 2.º Interinamente pelos juizes provedores. — Dec. de 19 de  
Out. de 1833.

Art. 96. Não pôde o cargo de promotor de capellas e residuos  
ser annexado ao de curador geral dos orphãos.

Art. 97. O thesoureiro de orphãos, onde os houver, será no-  
meado interinamente pelos juizes de orphãos, emquanto o Poder  
Legislativo não providenciar a este respeito.

Presta fiança antes de começar a servir.

Art. 98. Na falta de quem sirva o logar de thesoureiro, a  
guarda do cofre dos orphãos ficará a cargo dos collectores das  
rendas geraes, sem que por isso prestem elles novas fianças.

## SECÇÃO III

*Dos successores dos serventuários vitalícios e dos escreventes juramentados*

## CAPITULO I

## SUCCESSORES

Art. 99. O serventuário vitalício, que no exercício do officio se impossibilitar de continuar a servir, poderá ter successor. — Lei de 11 de Out. de 1827, art. 3.º

Art. 100. Para isto deverá provar perante o Presidente da Provincia que a impossibilidade provém de idade avançada, cegueira ou molestia incurável, segundo o juizo dos medicos. — Lei de 11 de Out. de 1827, art. 3.º — Decs. ns. 1294 de 16 de Dez. de 1853, art. 2º, e 4683 de 27 de Janeiro de 1871, art. 1.º

Art. 101. Os juizes e autoridades perante quem servirem os ditos serventuários, e bem assim os promotores publicos, serão obrigados a participar ao Presidente da Provincia motivadamente aquellas circumstancias, quando os serventuários, a respeito dos quaes se verificarem, não requeiram. — Decs. ns. 1294 de 16 de Dez. de 1853, art. 3º, e 4683 de 27 de Janeiro de 1871, art. 1º § 1.º

Art. 102. O Presidente da Provincia á vista destas participações ou das informações que houver exigido, mandará intimar o serventuário vitalício para que dentro de um prazo razoavel, que marcará, apresente o seu requerimento ou allegue e prove o que lhe convier, sob pena de ser havido o officio por vago, e sem o onus da terça parte de que tratam os arts. 109, 110 e seguintes. — Decs. ns. 1294 de 16 de Dez. de 1853, art. 4º, e 4683 de 27 de Janeiro de 1871, art. 1º § 1.º

Art. 103. Não satisfazendo o serventuário no prazo marcado, o Presidente da Provincia, depois de colligir as provas, documentos e informações precisas, e procedendo ás diligencias que houver por bem, o mandará ouvir em novo prazo para esse fim marcado.

No caso de demencia será competentemente nomeado curador que seja intimado e ouvido. — Decs. ns. 1294 de 16 de Dez. de 1853, art. 5º, e 4683 de 27 de Janeiro de 1871, art. 1º § 1.º

Art. 104. Para verificar-se a circumstancia da impossibilidade physica, deve ser o serventuário sujeito ao exame de uma junta medica, nomeada pelo Governo na Côte, e pelos Presidentes nas Provincias.

Art. 105. Este exame será presidido pela primeira autoridade judiciaria do lugar, com assistencia do promotor publico.

Art. 106. Os exames e diligencias necessarios, nos termos do art. 103 e seguintes, serão requeridos e promovidos pelos promotores publicos, e presididos pelos juizes de direito, nas

comarcas especiaes, e pelos municipaes nas geraes.— Dec. n. 1294 de 16 de Dez. de 1853, art. 8.º

Art. 107. Si os serventuários funcionarem perante as Relações, serão os referidos exames e diligencias requeridos e promovidos pelo procurador da Corôa, e presididos pelo Presidente do tribunal.

Art. 108. Si, á vista das informações, provas e documentos, o Presidente da Provincia se convencer de que o serventuario vitalicio é habil para servir o officio, assim o declarará, obrigando-o a servir-o pessoalmente.— Dec. n. 4683 de 27 de Janeiro de 1871, art. 1º, § 2º, 1º periodo.

Art. 109. No caso contrario sujeitará o negocio á decisão do Governo Imperial, propondo na mesma occasião pessoa idonea, que sirva em logar do serventuario vitalicio, com ou sem a obrigação de pagar ao dito serventuario a terça parte da quantia em que estiverem lotados os annuaes rendimentos do officio.— Dec. n. 4683 de 27 de Janeiro de 1871, art. 1º, § 2º, periodo 2.º

Art. 110. O Governo Imperial, á vista das informações, documentos e provas colligidas, decidirá o negocio, ou, declarando o serventuario habil para servir o officio pessoalmente, ou declarando a vacancia deste e nomeando successor com ou sem a obrigação de pagar ao dito serventuario a terça parte do rendimento.— Dec. n. 1294 de 16 de Dez. de 1853, art. 6.º

Art. 111. Das decisões do Governo Imperial, que declararem o officio vago, e o successor nomeado obrigado ou não ao pagamento da terça parte do rendimento, haverá o recurso estabelecido pelo art. 46 do Reg. n. 124 de 5 de Fevereiro de 1842, ouvida sempre a Secção de Justica do Conselho de Estado.— Dec. n. 1294 de 16 de Dez. de 1853, art. 7.º

Art. 112. Si quando os serventuários requererem a nomeação de successor provarem, além da impossibilidade absoluta, bons serviços no exercicio do cargo, e a falta de outro meio de subsistencia, terão direito á terça parte do rendimento do officio, segundo a respectiva lotação.— Lei de 11 de Out. de 1827, art. 3º — Dec. n. 1294 de 16 de Dez. de 1853, art. 2.º

Art. 113. O serventuario, que abandonar o officio ou exceder a licença sem motivo justificado, será intimado por ordem do juiz respectivo ou do Governo na Côte e dos Presidentes nas Provincias, para que, dentro do prazo, que se lhe marcará, reasuma o exercicio ou allegue e prove o que fór a bem de seu direito.

Art. 114. Não acudindo o serventuario á intimação e não provando impedimento legitimo, se procederá nos termos do art. 157 do Cod. Crim.

Art. 115. Os successores dos serventuários vitalicios dos officios de Justica servem durante a vida dos mesmos serventuários, ou emquanto durar o impedimento destes e não commetterem crime ou erro que os inhabilite.— Dec. n. 9324 de 22 de Nov. de 1884.

Art. 116. Os successores nomeados para as serventias vitallias não se podem esquivar ao pagamento da terça parte do rendimento do officio, si este onus for imposto no acto da nomeação.

Art. 117. Os successores nomeados, que não satisfizerem o onus indicado no artigo antecedente, ficarão inhabilitados de continuar nas serventias.— Dec. n. 4683 de 27 de Janeiro de 1871, art. 3.º, periodo 1.º

Art. 118. O processo neste caso, e nos outros mencionados no art. 7.º da Lei de 11 de Outubro de 1827, será o estabelecido no Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, arts. 396 e seguintes.— Dec. n. 4683 de 27 de Janeiro de 1871, art. 3.º, periodo 2.º

Art. 119. Aos successores nomeados é expressamente prohibido pagar mais da terça parte do rendimento annual do officio, sob pena de perderem tanto o serventuario vitalicio como o successor a serventia do officio.— Lei de 11 de Out. de 1827, art. 7.º

Art. 120. Os successores, que se seguirem depois do fallecimento do anterior, assumem a mesma obrigação de pagar a terça parte do rendimento do officio ao serventuario vitalicio, verificadas a continuação do impedimento deste e a falta de outros meios de subsistencia.

Art. 121. A mesma obrigação é imposta áquelles que forem nomeados para servir interinamente na falta dos successores.

Art. 122. O serventuario vitalicio só pôde ser privado da terça parte dos rendimentos do officio nas hypotheses seguintes:

1.ª Desistindo espontaneamente da serventia ;

2.ª Renunciando o beneficio da terça parte ;

3.ª Recusando-se, depois de julgado habil, a servir o officio.

Art. 123. Os successores poderão ventilar a verdade da falta de meios, allegada pelo serventuario, e, provada ser falsa a allegação, ficarão isentos do onus da terça parte, a que os tiver obrigado a nomeação.— Lei de 11 de Out. de 1827, art. 3.º

Art. 124. Por morte do successor de um serventuario, deve-se verificar si continua ou não a impossibilidade do serventuario vitalicio para, no primeiro caso, garantir-se-lhe o pagamento da terça parte e, no segundo, obrigar-se o serventuario a servir pessoalmente o officio, sob pena de ser este declarado vago, e nomeado successor, que, em tal caso, pôde ficar isento do onus da terça parte.

Art. 125. As diligencias para o fim indicado no artigo antecedente serão promovidas pelo juiz respectivo, e communicadas ao Governo para ulterior deliberação.

Art. 126. Desannexado um officio de outro sujeito ao onus da terça parte, o serventuario, que fór nomeado para aquelle officio desmembrado, não fica obrigado ao mesmo onus.

Art. 127. O pagamento da terça parte do rendimento dos officios de Justiça será feito mensalmente pelos serventuarios substitutos aos substituidos, salvo quando entre elles for combinado o contrario.— Dec. n. 7964 de 7 de Janeiro de 1881.

Art. 128. Para o calculo da terca parte do rendimento de um officio prevalecerá sempre a ultima lotação, regulada pelo Decreto n. 7545 de 22 de Novembro de 1879.

Art. 129. Os serventuários vitalícios dos officios de Justiça, no caso de fallecimento dos seus successores ou quando, durante a vida destes, se acharem em circumstancias de voltar ao exercicio, por ter cessado a razão do seu impedimento, na fórma do art. 6º da Lei de 11 de Outubro de 1827 e Decreto n. 9324 de 22 de Novembro ultimo, requererão neste sentido ao Governo na Côrte, e aos Presidentes nas Provincias, por intermedio e com informação dos juizes perante os quaes tiverem de servir.—Dec. n. 9344 de 16 de Dez. de 1884, art. 1.º

Art. 130. Recebidos os requerimentos, o Governo na Côrte, e os Presidentes nas Provincias, além de ordenarem quaesquer diligencias ou esclarecimentos que julguem necessarios, designarão dous ou tres medicos para procederem a exame sanitario nos serventuários vitalícios.—Dec. n. 9343 de 16 de Dez. de 1884, art. 2.º

Art. 131. Si o Governo, a quem, em todo caso, serão remettidos os papeis, verificar, pelas diligencias dos artigos precedentes, a capacidade physica e moral dos serventuários, ordenará que elles reassumam o exercicio de suas funcções e, no caso contrario, mandará que continuem os successores com os mesmos titulos com que serviam.—Dec. n. 9344 de 16 de Dez. de 1884, art. 3.º

Art. 132. Tendo fallecido o successor, e não se provando a capacidade physica e moral do serventuário vitalicio para voltar ao exercicio das respectivas funcções, deverá o Governo, sob informação dos Juizes na Côrte, e dos Presidentes nas Provincias, nomear novo successor com as mesmas habilitações exigidas para o serventuário vitalicio.—Dec. n. 9344 de 16 de Dez. de 1884.

Art. 133. Si no prazo de 30 dias, contados da data do fallecimento do successor, o serventuário vitalicio não declarar que pretende continuar na serventia do officio, na fórma do art. 129, será nomeado novo successor.—Dec. n. 9344 de 16 de Dez. de 1884, art. 5.º

Art. 134. Nos casos dos artigos antecedentes, deverão os successores pagar aos serventuários vitalícios a terca parte do rendimento, si esta tiver sido anteriormente concedida, nos termos do art. 6º do Decreto n. 1294 de 16 de Dezembro de 1853.

Art. 135. Logo que fallecer o serventuário vitalicio, ainda que exista successor, será posto o officio a concurso.

## CAPITULO II

### ESCREVENTES JURAMENTADOS

Art. 136. Os tabelliães e escrivães de qualquer vara ou serventia podem ter um ou mais escreventes juramentados, com

permissão dos respectivos juizes.— Ord. Liv. 1.<sup>o</sup> Tits. 24 § 3.<sup>o</sup> e 97 § 10 — Leis de 6 de Dez. de 1612, § 22, e de 22 de Set. de 1828, art. 2.<sup>o</sup> § 1.<sup>o</sup>

Art. 137. Os escreventes serão nomeados mediante proposta dos serventuários do cartório onde tiverem de servir e juramentados pelo juiz, perante quem escreverem os mesmos serventuários.— Ord. Liv. 1.<sup>o</sup> Tit. 97 § 10.

Art. 138. Para serem admittidos, devem exhibir provas de habilitação intellectual e ser maiores de 21 annos.— Ord. Liv. 1.<sup>o</sup> Tit. 97 § 10.

Art. 139. Têm direito á quarta parte da rasa ou a um salario pago pelo respectivo serventuário.— Alvará de 19 de Janeiro de 1776, art. 6.<sup>o</sup>

Art. 140. Suas attribuições estão marcadas pela Ord. Liv. 1.<sup>o</sup> Tits. 24 e 97 e Decreto de 16 de Janeiro de 1819, no que não estiver revogado pelas disposições em vigor.

Art. 141. O escrevente juramentado não é propriamente escrevão, apenas coadjuva o serventuário com quem escreve.

Art. 142. Nos termos onde houver um só tabellião de notas, a conferencia e o concerto dos traslados poderão ser feitos com o escrevente juramentado.— Dec. n. 4824 de 22 de Nov. de 1871, art. 80.

Art. 143. Não podem ir tomar os termos nas audiencias, ainda que lhes consinta o julgador, nem escrever as inquirições e querelas.— Ord. Liv. 1.<sup>o</sup> Tit. 79 § 10.

Art. 144. Escrevem com os tabelliães nos livros de notas, guardadas as excepções feitas no art. 78 do Decreto n. 4824 de 22 de Novembro de 1871; subcrevendo, porém, os tabelliães as escripturas que os escreventes lavrarem, sem necessidade de extracto.— Dec. n. 5738 de 2 de Set. de 1874, art. 1.<sup>o</sup> § 2.<sup>o</sup>

Art. 145. Podem fazer, subcrevendo, porém, o serventuário do officio, a descripção dos bens nos inventarios, quando esta fór simplesmente o traslado das avaliações.

Art. 146. Substituem os serventuários nos impedimentos até oito dias.

Nos impedimentos mais prolongados podem ser designados pelos juizes, pelo Governo na Côrte, e Presidentes nas Provincias, de accôrdo com as disposições do Tit. IV, Cap. I deste Regulamento.

Art. 147. A cada escrevão da Relação é permitido ter um escrevente juramentado de sua escolha, com approvação do Presidente do Tribunal, que poderá sujeital-o préviamente a exame de habilitação, nos termos dos arts. 35 e 39 do Decreto n. 5618 de 2 de Maio de 1874.

Art. 148. Os escreventes juramentados das Relações servem da mesma forma por que servem os escrevões de 1.<sup>a</sup> instancia.— Dec. n. 5618 de 2 de Maio de 1874, art. 40.

Art. 149. Os escreventes juramentados dos officiaes do Registro geral das hypothecas, denominados *sub-officiars*, são habéis para escrever todos os actos do Registro; devendo, porém,

subscrever estes actos o official respectivo.— Dec. n. 3453 de 26 de Abril de 1865, art. 12.

Exceptua-se a escripturação e numeração de ordem do Livro-protocollo, as quaes devem ser feitas pessoal e exclusivamente pelo official.— Dec. n. 3453 de 26 de Abril de 1865, art. 12.

### TITULO III

#### SECÇÃO I

##### *Do concurso e provimento dos officios de Justiça*

Art. 150. No provimento das vagas das serventias vitalicias proceder-se-ha do modo seguinte :

§ 1.º Apenas vagar ou fôr creado um officio de Justiça, será temporariamente provido pelo juiz ou Presidente do Tribunal, a cuja jurisdicção pertencer a serventia.— Dec. leg. de 1 de Junho de 1830 — Decs. ns. 817 de 30 de Agosto de 1851, art. 10 § 10, e 5457 de 6 de Nov. de 1873, art. 11.

§ 2.º O juiz ou Presidente do Tribunal, a quem incumbe a nomeação temporaria, dará logo parte da vaga ao Governo na Côrte, e aos Presidentes nas Províncias. — Dec. n. 817 de 30 de Agosto de 1851, art. 10 § 2.º

§ 3.º Na mesma occasião o juiz ou o Presidente do Tribunal fará affixar editaes nos logares dos officios, annunciando a vaga e convidando os pretendentes a apresentarem seus requerimentos dentro do prazo de 60 dias.— Dec. n. 817 de 30 de Agosto de 1851, art. 11.

Art. 151. A affixação dos editaes e mais diligencias para quaesquer concursos a officios de Justiça compete, nas comarcas especiaes, aos juizes de direito e, nas geraes, aos juizes municipaes.— Dec. n. 9344 de 16 de Dez. de 1881, art. 7.º

Art. 152. Para o concurso, porém, dos officios de official do Registro geral das hypothecas e de escrivão do Jury e execuções criminaes em todas as comarcas cabe exclusivamente aos juizes de direito a affixação dos editaes e mais diligencias.

Art. 153. Em acto continuo á affixação, será remettida uma cópia do edital ao Presidente da Província, com a declaração do dia em que foi affixado e publicado, segundo a certidão do porteiro dos auditorios.

Art. 154. Esta remessa é condição essencial e indispensavel, ainda mesmo que não se apresentem candidatos ao concurso.

Art. 155. Nestes editaes se devem consignar a disposição legal que criou o officio, o motivo da vaga e o nome da pessoa que servia o mesmo officio.

Igualmente se declarará si a vaga limita-se ao officio isoladamente ou si abrange os respectivos anexos.

Art. 156. Preterida esta formalidade, o Governo não tomará conhecimento do provimento e fará devolver os requerimentos



dos pretendentes, mandando annunciar esta occurrencia na folha official, para sciencia dos interessados.

Art. 157. O Presidente da Provincia fará reproduzir o edital na capital, prevalecendo o prazo de 60 dias, que será contado da data da affixação nos logares onde se der a vaga dos officios. — Decs. ns. 817 de 30 de Agosto de 1851, art. 11, e 4668 de 5 de Janeiro de 1871, art. 2.º

Art. 158. Não terá logar a reproducção dos editaes, si a vaga se der nas capitães das Provincias; nem serão affixados si a vaga occorrer na Corte. — Dec. n. 817 de 30 de Agosto de 1851, art. 13 § 3.º

Art. 159. Não tendo sido remettida opportunamente a cópia do edital, o Presidente da Provincia a exigirá, para que não deixe de ter logar a reproducção.

Art. 160. Não sendo enviada em tempo de ser reproduzida a cópia do edital dentro do prazo, o Presidente da Provincia mandará proceder contra quem houver dado motivo á falta, communicando esta circumstancia ao Governo.

Art. 161. Findo o prazo de 60 dias do § 3º do art. 150, o juiz ou Presidente do Tribunal, que tiver annuciado o concurso, enviará ao Presidente da Provincia todos os requerimentos, que ao dito juiz ou Presidente deverão ser apresentados durante o dito prazo. — Dec. n. 817 de 30 de Agosto de 1851, art. 12.

Art. 162. Os requerimentos serão sempre acompanhados das informações prestadas pelo juiz ou Presidente do Tribunal sobre o merecimento intellectual e moral de cada requerente.

Art. 163. Si não houver apparecido pretendente, disso mesmo dar-se-ha conta ao Presidente da Provincia. — Dec. n. 817 de 30 de Agosto de 1851, art. 12.

Art. 164. Os requerimentos devem ser datados e assignados pelos pretendentes ou seus procuradores, e acompanhados de folha corrida e mais documentos, que os mesmos pretendentes julgarem necessarios, sendo todos esses papeis devidamente sellados. — Dec. n. 817 de 30 de Agosto de 1851, art. 14.

Art. 165. Os requerimentos apresentados dentro do prazo serão remettidos conjuntamente; mas, si a necessidade de obterem-se informações, a falta de alguns documentos ou outro qualquer motivo obrigar a demora de algum, os magistrados que remetterem os referidos requerimentos mencionarão aquellas circumstancias em officio, que deverá conter a enumeração dos pretendentes. — Dec. n. 817 de 30 de Agosto de 1851, art. 13 § 1.º

Art. 166. Os requerimentos que forem apresentados depois do prazo, nem por isso deixarão de ser accitos e remettidos na primeira occasião, como additamento á remessa dos apresentados em tempo. — Dec. n. 817 de 30 de Agosto de 1851, art. 13 § 2.º

Art. 167. O Presidente da Provincia, logo que esteja findo o prazo dos 60 dias, mandará publicar na folha official os nomes de todos os pretendentes, cujos requerimentos lhe tiverem sido remettidos. — Dec. n. 4668 de 5 de Janeiro de 1871, art. 1º § 1.º

Art. 168. Oito dias depois desta publicação, o Presidente da Provincia nomeará para servir provisoriamente na vaga do officio o pretendente que mais idoneo parecer, o qual entrará logo em exercicio. — Dec. n. 4668 de 5 de Janeiro de 1871, art. 1º § 2º

Art. 169. Não podem ser providos nas serventias vitalicias ou nos empregos de Justiga:

- 1º O estrangeiro;
- 2º O menor de 21 annos;
- 3º O menor de 30 annos que não tiver satisfeito as obrigações impostas no art. 9º da Lei n. 2556 de 26 de Set. de 1874;
- 4º O que estiver interdito para occupar emprego, por sentença crime;
- 5º O furioso, demente, ou prodigo legitimamente privados da administração de seus bens;
- 6º O que não estiver livre de culpa e pena. — Ord. Liv. 4º Tit. 2º — Res. de 31 de Out. de 1831 — Cod. do Proc. art. 14 — Lei n. 2556 de 26 de Set. de 1874, art. 9º — Dec. n. 817 de 30 de Agosto de 1851, art. 14 — Dec. n. 4668 de 5 de Janeiro de 1871, art. 3º — Reg. n. 5881 de 27 de Fevereiro de 1875, art. 133.

Art. 170. Quando todos os pretendentes de um officio não se habilitarem convenientemente, deverá o Presidente da Provincia abster-se de fazer a nomeação provisoria, sujeitando os papeis á apreciação do Governo.

Antes da decisão do Governo não se abrirá novo concurso.

Art. 171. Feita a nomeação, sera immediatamente publicada, e o pretendente que se julgar injustamente preterido poderá reclamar perante o Presidente da Provincia dentro de 30 dias, instruindo sua petição com os documentos em que se funde a reclamação. — Dec. n. 4668 de 5 de Janeiro de 1871, art. 1º § 3º

Art. 172. Si o concorrente nomeado não accitar a nomeação provisoria, pôde o Presidente da Provincia nomear qualquer dos outros, que fôr idoneo, e só na falta de algum nestas condições, dever-se-ha abrir novo concurso.

Art. 173. Findo o prazo de que trata o artigo antecedente, o Presidente da Provincia sujeitará seu acto á confirmação do Governo, para ser expedido o competente titulo. — Dec. n. 4668 de 5 de Janeiro de 1871, art. 1º § 4º.

Art. 174. No caso de haver reclamação, a remetterá ao mesmo tempo, com uma circumstanciada informação, para ser provido na serventia aquelle que tiver direito á preferencia. — Dec. n. 4668 de 5 de Janeiro de 1871, art. 1º § 4º.

Art. 175. Recebidas na Secretaria de Estado dos Negocios da Justiga, por intermedio do Presidente da Provincia, as reclamações de que trata o artigo antecedente, serão logo publicados no *Diario Official* os nomes dos nomeados para servirem provisoriamente, e de todos os reclamantes. — Dec. n. 4668 de 5 de Janeiro de 1871, art. 1º § 5º.

Art. 176. As informações dos Presidentes de Provincia que acompanharem as petições, conterão, além da sua opinião sobre

o merecimento da pretensão, todos os esclarecimentos que se puderem dar sobre as circumstancias dos pretendentes, seu estado, moralidade, profissão e serviços.—Dec. n. 632 de 27 de Agosto de 1849, art. 8.º

Art. 177. Os requerimentos que não vierem por intermedio dos Presidentes de Provincia não terão andamento na Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça.—Dec. n. 632 de 27 de Agosto de 1849, art. 1.º

Art. 178. Não poderão igualmente ter andamento os requerimentos, cujos documentos não estejam devidamente sellados.—Dec. n. 817 de 30 de Agosto de 1851, art. 14.

Art. 179. A secção por onde correr o exame de taes provimentos deverá, dentro de 60 dias, contados da publicação, submeter a despacho, juntamente com a nomeação provisoria, as reclamações e requerimentos, convenientemente processados, na conformidade do regulamento em vigor.—Dec. n. 4668 de 5 de Janeiro de 1871, art. 1.º § 5.º

Art. 180. Os Presidentes de Provincia só podem annullar os concursos, quando não tiverem sido affixados os editaes pelo juiz competente, e nenhum pretendente se houver habilitado pela fórma e no prazo legais.

Art. 181. Fora destes casos só ao Governo compete resolver, á vista das informações e documentos que lhe forem presentes.

Art. 182. Annullado um concurso abrir-se-ha novo, com o prazo do § 3º do art. 150.

Art. 183. Annullado o concurso para um officio de Justiça, deixa de subsistir a nomeação provisoria e considera-se vago o logar para ser interinamente exercido por pessoa designada pelo juiz competente; podendo a designação recahir no mesmo nomeado provisoriamente.

Art. 184. Na Còrte os requerimentos serão apresentados directamente na Secretaria de Estado dentro de um prazo razoavel, marcado pelo Governo e annuciado no *Diario Official*, logo que se der a vaga.—Dec. n. 4668 de 5 de Janeiro de 1871, art. 5.º

Art. 185. Não se realizando o provimento dentro de 60 dias, depois de findo o prazo de que trata o artigo antecedente, será por uma só vez prorogado pela metade do tempo, com as mesmas formalidades.—Dec. n. 4668 de 5 de Janeiro de 1871, art. 5.º

Art. 186. O serventuario vitalicio não perde o seu officio pelo facto de ser nomeado para exercer provisoriamente outro, salvo no caso de incompatibilidade entre ambos, no qual, aceitando o serventuario a nomeação provisoria, renuncia tacitamente a mercê primitiva.

## SECÇÃO II

### *Do exame de sufficiencia e provas de habilitação*

Art. 187. O exame de sufficiencia dos concurrentes aos officios de Justiça será presidido (Dec. n. 8276 de 15 de Outubro de 1881, art. 1º):

§ 1.º Nas comarcas especiaes, por qualquer dos juizes de direito a quem fôr requerido. — Dec. n. 8276 de 15 de Out. de 1881, art. 1º § 1.º

§ 2.º Nas comarcas geraes, pelo juiz de direito no termo em que este residir. — Dec. n. 8276 de 15 de Out. de 1881, art. 1º § 2.º

§ 3.º Nos demais termos, ainda reunidos, pelos juizes municipaes letrados, ou pelos supplentes com jurisdicção plena. — Decs. n. 1294 de 16 de Dez. de 1853, art. 9º, e n. 8276 de 15 de Out. de 1881, art. 1º § 3.º

Art. 188. O exame será publico e versará sobre os assumptos e obrigações de cada officio e annexos, comprehendidos os que possam resultar das substituições dos serventuários, e determinados pelas disposições em vigor. — Dec. n. 8274 de 15 de Out. de 1881, art. 3.º

Art. 189. Cada exame se fará á proporção que fôr requerido e de per si, para que um dos examinandos não possa regular as suas pelas respostas do outro. — Dec. n. 8274 de 15 de Out. de 1881, art. 6.º

Art. 190. Os examinadores serão nomeados pelos juizes ou magistrados que annunciarem o concurso, seguindo a ordem estabelecida nos arts. 150 § 3º, 151 e 152; recabindo a nomeação em advogados, serventuários de Justiça e outras pessoas idoneas e insuspeitas. — Decs. ns. 8276 de 15 de Out. de 1881, art. 2º, e 9344 de 16 de Dez. de 1884, art. 7.º

Art. 191. O exame será oral e escripto, e constará das materias comprehendidas no art. 188, as quaes se referem não só ás generalidades, mas também ás especialidades dos officios em concurso. — Dec. n. 8276 de 15 de Out. de 1881, arts. 3º e 4.º

Art. 192. Depois da prova oral, na qual o examinando será interrogado pelos examinadores, reduzirá elle a escripto as principaes perguntas, que serão dictadas pelo presidente do concurso, e em seguida as respostas dadas. — Dec. n. 8276 de 15 de Out. de 1881, art. 4.º

Art. 193. As provas escriptas serão, depois de rubricadas pelo presidente e pelos examinadores, juntas com o auto de exame aos demais papeis do concurso.

Art. 194. A falta de rubrica em todas as folhas ou outra qualquer irregularidade invalida o auto do exame, que por isso não pôde ser aceito. — Dec. n. 8276 de 15 de Out. de 1881, art. 5.º

Art. 195. No auto do exame será declarada a approvação plena ou simples, ou a reprovação. — Dec. n. 8276 de 15 de Out. de 1881, art. 8.º

Art. 196. A votação se fará logo depois do exame e por escripto secreto, podendo ser préviamente discutido entre o presidente e os examinadores o valor das provas. — Dec. n. 8276 de 15 de Out. de 1881, art. 7.º

Art. 197. O examinando, que tiver a nota de inhabilitado, só seis mezes depois poderá entrar em novo exame para o mesmo officio. — Dec. n. 8276 de 15 de Out. de 1881, art. 9.º

Art. 198. Estão dispensados do exame de sufficiência de que trata o art. 210 § 1.º:

1.º Os doutores e bachareis em direito ;

2.º Os advogados, ainda que provisionados ;

3.º Os serventuários de officios de igual natureza.— Dec. n. 4668 de 5 de Janeiro de 1871, art. 3.º

Art. 199. Além dos documentos exigidos pelas disposições colligidas no Presente Regulamento, deverão os pretendentes aos officios de Justiça apresentar certificado de exame da lingua portugueza e arithmetica, até a theoria das proporções.— Dec. n. 8276 de 15 de Out. de 1881, art. 11.

Art. 200. Na capital do Imperio e nas das Provincias, os exames, de que devem apresentar certificados os pretendentes, na fôrma do artigo antecedente, serão:

§ 1.º Nas Repartições publicas que os exigirem por occasião de concurso para preenchimento das respectivas vagas.

§ 2.º Em qualquer estabelecimento publico, geral ou provincial, de instrucção secundaria.

§ 3.º Perante as commissões julgadoras de que trata o Decreto n. 5429 de 2 de Out. de 1873.— Dec. n. 8526 de 13 de Maio de 1882, art. 1.º

Art. 201. Os pretendentes, porém, que residirem a mais de 10 leguas de distancia das capitaes poderão requerer ao inspector ou director da instrucção publica da Provincia a nomeação de uma commissão, perante a qual sejam examinados no logar de sua residencia.— Dec. n. 8526 de 12 de Maio de 1882, art. 2.º

Art. 202. Esta commissão será composta do professor publico da localidade do examinando e de duas pessoas mais, que sejam idoneas.— Dec. n. 8526 de 13 de Maio de 1882, art. 2.º

Art. 203. A competencia de designar a commissão do art. 201 é exclusiva dos inspectores e directores da instrucção publica, e não podem, portanto, os Presidentes de Provincia usar da mesma attribuição.

Art. 204. Os certificados dos exames prestados perante as commissões examinadoras de que trata o art. 201 devem ser acompanhados de officios do inspector ou director da instrucção publica, nos quaes se mencionem os nomes dos examinadores.

Art. 205. Não serão suppridos os certificados de que trata o artigo antecedente por titulos de professor de primeiras lettras, nem aceitos, si não estiverem revestidos das seguintes formalidades:

§ 1.º Declaração de ter sido a commissão designada pelo inspector ou director da instrucção publica.

§ 2.º Declaração de haver della feito parte o professor publico da localidade.

§ 3.º Assignatura de todos os examinadores de que se compuzer a commissão.

§ 4.º Menção não só do grau de approvação, como de todas as circumstancias que revelem regularidade do acto.— Dec. n. 8526 de 13 de Maio de 1882, art. 2.º

Art. 206. Os exames de que trata o art. 199 nunca poderão

ser prestados perante commissões designadas pelo inspector ou director da instrucção publica, si os mesmos tiverem de ser feitos na Córte e nas capitães das Provincias, na conformidade do art. 200.

Art. 207. Os exames de habilitação para os officios de escrivão de appellações das Relações serão feitos, segundo o art. 35 do Decreto n. 5618 de 2 de Maio de 1874:

§ 1.º Perante o Presidente do Tribunal, publicamente e em dia previamente annuciado pelos jornaes.

§ 2.º Por examinadores designados em numero de tres d'entre pessoas idoneas pelo Presidente do mesmo Tribunal.

Art. 208. Assim habilitado o pretendente com o exame de que tratam os paragraphos precedentes e com certificados do exame da lingua portugueza e arithmetica, se apresentará ao concurso como os demais pretendentes de officios de Justiça. — Dec. n. 5618 de 2 de Maio de 1874, art. 35 § 3.º

Art. 209. Os Presidentes das Relações e os juizes de direito das comarcas enviarão directamente na Córte, e por intermedio dos Presidentes nas Provincias, á Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça uma nota dos pretendentes inhabilitados, com a declaração da data dos exames. — Dec. n. 8276 de 15 de Out. de 1881, art. 10.

### SECÇÃO III

*Dos documentos com que devem ser instruidas as petições e dos motivos que podem concorrer para irregularidade da habilitação dos pretendentes.*

Art. 210. Os pretendentes aos officios de Justiça devem juntar ás petições, em que requererem qualquer serventia, os documentos seguintes:

§ 1.º Auto de exame de sufficiencia.

§ 2.º Certificado do exame da lingua portugueza e arithmetica.

§ 3.º Folha corrida.

§ 4.º Certidão de idade.

§ 5.º Atestado medico de capacidade physica.

§ 6.º Certidão, no caso de ser menor de 30 annos, de ter satisfeito a obrigação da Lei n. 2556 de 26 de Setembro de 1874.

§ 7.º Procuração especial, si requererem por procurador.

§ 8.º E mais documentos que forem convenientes para prova de capacidade profissional. — Decs. ns. 817 de 30 de Agosto de 1851, art. 14, 5881 de 27 de Fevereiro de 1875, art. 133, e 8276 de 15 de Out. de 1881, arts. 11 e 12.

Art. 211. Todos os documentos mencionados nos §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º do artigo antecedente são essenciaes, e deverão ser apresentados em original. A falta de exhibição de qualquer

delles é motivo para excluir do concurso o pretendente e prejudicar a sua nomeação.

Art. 212. Ficam igualmente prejudicados, e não contemplados no concurso, os pretendentes que não se habilitarem na conformidade das disposições do presente Regulamento e dentro do prazo legal.

Art. 213. Os pretendentes que forem officiaes voluntarios ou honorarios do Exercito devem juntar os originaes das fés de officio.

Sómente serão aceitas as certidões destas, quando se allegar concludentemente o extravio dos originaes.

Art. 214. Fica abolida a formalidade do julgamento por sentença nos autos de exames de sufficiencia.

Art. 215. Não prevalece para o concurso o exame de sufficiencia e da lingua portugueza e arithmetica, prestado depois de encerrado o prazo marcado para a habilitação.

Art. 216. A folha corrida deve ser requerida perante as autoridades criminaes do logar onde tenha o impetrante residido.

Nella devem fallar os escriptores do Jury.— Dec. n. 632 de 27 de Agosto de 1849, art. 4.<sup>o</sup> — Reg. n. 4824 de 22 de Nov. de 1871, art. 82.

Art. 217. A folha corrida deve ter data que não excêda de seis mezes a terminarem dentro do prazo da habilitação.— Dec. n. 632 de 27 de Agosto de 1849, art. 4.<sup>o</sup>

Art. 218. Estão dispensados de apresentar folha corrida os que exercerem funções publicas por nomeação effectiva e não interina.— Dec. n. 4668 de 5 de Janeiro de 1871, art. 3.<sup>o</sup>

Art. 219. A certidão de idade só será exigida quando de outro modo não constar que o pretendente é maior de 21 annos.— Dec. n. 4668 de 5 de Janeiro de 1871, art. 3.<sup>o</sup>

Art. 220. Na falta da certidão de baptismo, pôde ser provada a idade por outras quaesquer provas legais.— Lei de 24 de Set. de 1829.

Art. 221. Não aproveitarão os requisitos de idoneidade, si o concorrente tiver qualquer enfermidade ou defeito physico, que o embarace no bom desempenho do cargo.— Dec. n. 8276 de 15 de Out. de 1881, art. 12.

Art. 222. As disposições dos artigos antecedentes relativas ao exame para os pretendentes de officios vagos, são extensivas aos successores dos serventuarios vitalicios.

## TITULO IV

### CAPITULO I

#### DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 223. Nos casos de impedimento dos serventuarios vitalicios e dos empregados de Justiça, a substituição terá logar pela

fôrma seguinte (Decs. ns. 817 de 30 de Agosto de 1851 e 1294 de 16 de Dez. de 1853):

Art. 224. O Secretario do Supremo Tribunal de Justiça será substituído:

§ 1.º Nos impedimentos repentinos, pelo official da respectiva Secretaria.

§ 2.º Na falta de official, por um dos escrivães de appellações, designado pelo Presidente do Tribunal. — Lei de 18 de Set. de 1828, art. 42 — Dec. n. 817 de 30 de Agosto de 1851, art. 1.º

Art. 225. Si o impedimento prolongar-se, será substituído por pessoa idonea, nomeada interinamente pelo Presidente do Tribunal. — Lei de 18 de Set. de 1828, art. 4º § 3.º

Art. 226. O official da Secretaria será substituído por um dos amanuenses designado pelo secretario.

Art. 227. O thesoureiro-porteiro pelo primeiro continuo e, na falta deste, pelo segundo. — Lei de 18 de Set. de 1828, art. 44 — Dec. n. 817 de 30 de Agosto de 1851, art. 1.º

Art. 228. Os continuos um pelo outro ou por qualquer official de justiça, designado pelo secretario, estando ambos impedidos.

Art. 229. Os secretarios das Relações, nas suas faltas ou impedimentos por menos de 15 dias, serão substituídos:

§ 1.º Pelo amanuense e onde houver mais de um, pelo mais antigo.

§ 2.º Pelo escrivão mais antigo, nas Relações onde não houver amanuense.

§ 3.º Na falta do amanuense ou do escrivão, por pessoa nomeada interinamente pelo Presidente do Tribunal. — Decs. ns. 5457 de 6 de Nov. de 1873, art. 3º, e 5618 de 2 de Maio de 1874, arts. 14, § 3º, e 25.

Art. 230. Si o impedimento do secretario exceder de 15 dias, ao Governo na Córte, e aos Presidentes nas Provincias, compete designar quem o substitua, precedendo representação ou informação do Presidente da Relação.

Art. 231. Os amanuenses serão substituídos por quem o Presidente designar, conforme a urgencia de serviço. — Dec. n. 5618 de 2 de Maio de 1874, art. 28.

Art. 232. Os escrivães da Relação se substituirão reciprocamente ou por pessoa designada pelo Presidente do Tribunal, segundo a urgencia do serviço. — Dec. n. 5618 de 2 de Maio de 1874, art. 41.

Art. 233. O porteiro será substituído por um dos continuos, e estes pelos officiaes de justiça, mediante designação do secretario, si o impedimento fôr menor de 15 dias. — Dec. n. 5618 de 2 de Maio de 1874, arts. 30 e 32.

Art. 234. Os officiaes de justiça serão substituídos um pelo outro. — Dec. n. 5618 de 2 de Maio de 1874, art. 42.

Art. 235. Fôra dos casos previstos nos artigos antecedentes, a nomeação do substituto interno do porteiro, continuo e officiaes de justiça será do Presidente da Relação, a quem compete prover taes logares.



Art. 236. Os porteiros dos auditorios serão substituídos :

§ 1.º Na Côrte ou nas capitães das Províncias onde forem dous os officios, um pelo outro reciprocamente.

§ 2.º Estando ambos impedidos ou havendo um só, por qualquer official do justiça designado pelo juiz perante quem tenha de servir.

Art. 237. No impedimento ou falta do porteiro do Jury, o Presidente do Tribunal nomeará para servir um official de justiça.

Art. 238. Os secretarios das Juntas Commercias serão substituídos pelo deputado commerciante, que o Presidente da Junta designar.

Nos impedimentos prolongados cabe ao Governo, na Côrte, e aos Presidentes, nas Províncias, nomear quem os substitua interinamente. — Dec. n. 738 de 25 de Nov. de 1850, art. 37.

Art. 239. Os tabelliães de notas serão substituídos do modo seguinte:

§ 1.º Onde houver mais de um, reciprocamente, segundo a ordem das collocações e na escala ascendente ou descendente, quando estiver esgotado o numero.

§ 2.º Onde houver um só tabellião, por pessoa idonea, para isto designada.

Art. 240. O official do Registro geral das hypothecas será substituído:

§ 1.º Na Côrte, por quem o Governo designar. — Dec. n. 817 de 30 de Agosto de 1851, art. 5.º

§ 2.º Nas comarcas, por um dos tabelliães de notas e, na falta destes, pelo tabellião do judicial, designado pelo juiz de direito.

§ 3.º Não podem ser designados os escrivães de varas privativas.

Art. 241. Os escrivães privativos do Juizo dos Feitos da Fazenda serão substituídos:

§ 1.º Onde houver Relação, por um dos escrivães de appellações, designado pelo Presidente do Tribunal.

§ 2.º Onde não houver Relação, por um dos escrivães do judicial, designado pelo juiz dos feitos. — Dec. n. 817 de 30 de Agosto de 1851, art. 6.º

Art. 242. A competencia do Presidente da Relação a respeito da designação indicada no artigo antecedente limita-se ao caso de impedimento temporario; no caso de vaga por fallecimento, cabe ao juiz dos feitos a nomeação interina.

Art. 243. Os escrivães da Provedoria de capellas e residuos serão substituídos pelos escrivães do judicial designados pelo juiz provedor. — Dec. n. 817 de 30 de Agosto de 1851, art. 6º § 1.º

Art. 244. Os escrivães ou tabelliães do judicial serão substituídos uns pelos outros, designados pelo juiz, podendo a designação recahir no escrivão de orphãos. — Dec. n. 817 de 30 de Agosto de 1851, art. 6º § 2.º

Art. 245. Os escrivães de orphãos, onde houver mais de um, se substituirão reciprocamente; estando ambos impedidos ou onde houver um só, pelo escrivão do judicial que o juiz de orphãos designar.

Art. 246. Os escrivães privativos do juizo commercial se substituirão reciprocamente onde houver mais de um; havendo um só, a substituição se fará entre os tabelliães de notas e escrivães do civil, preferidos os primeiros.

Art. 247. Os escrivães privativos do Jury e execuções criminaes serão substituidos:

§ 1.º Onde existirem dous, um pelo outro.

§ 2.º Onde houver sómente um, pelo tabellião ou escrivão do judicial designado pelo presidente do Jury.

Art. 248. Os contadores, distribuidores e partidores serão substituidos por quem o juiz competente nomear.— Dec. n. 817 de 30 de Agosto de 1851, art. 8.º

Art. 249. Os curadores geraes dos orphãos serão substituidos por advogados ou pessoas idoneas, designados pelo juiz de orphãos.— Dec. n. 817 de 30 de Agosto de 1851, art. 4.º

Art. 250. Os promotores e solicitadores de capellas e residuos serão substituidos por quem o juiz provedor nomear; sendo os primeiros escolhidos d'entre os advogados, preferidos os formados, e os segundos d'entre os procuradores do respectivo auditorio.— Dec. n. 817 de 30 de Agosto de 1851, art. 7.º

Art. 251. Os escrivães dos juizes de paz serão substituidos:

1.º Pelos dos subdelegados;

2.º Pelos dos delegados;

3.º Pelos dos districtos mais proximos;

4.º Pelos do judicial;

5.º Por qualquer pessoa que o juiz de paz designar e juramentar, no caso de urgencia e impedimento.— Lei n. 2033 de 20 de Set. de 1874, art. 12 § 2.º

Art. 252. Não é lícito, porém, ao juiz de paz nomear escrivão interino, quando para o juizo de paz não houver escrivão especial.

Art. 253. Os escrivães dos delegados e dos subdelegados serão substituidos, successivamente entre si, pelos escrivães de paz e pelos do judicial.— Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, art. 17, e Lei n. 2033 de 20 de Set. de 1874, art. 12 § 2.º

Art. 254. Nos casos de substituição dos escrivães da delegacia, da subdelegacia e do juizo de paz, pelos do judicial, deverá haver intelligencia prévia com os juizes perante quem servirem estes escrivães.

Art. 255. Nos termos onde houver mais de um cartorio, quanto á substituição, se observará sempre o disposto no art. 6º § 2º do Decreto n. 817 de 30 de Agosto de 1851, e a regra do art. 1º do Decreto n. 1294 de 16 de Dezembro de 1853, nas hypoteses ali mencionadas.

Art. 256. Os escrivães de paz não podem substituir os tabelliães de notas.

Art. 257. O substituto, nomeado para servir no impedimento do successor do serventuario vitalicio, está igualmente sujeito á obrigação da terça parte do rendimento do officio durante a substituição.

Art. 258. As gratificações e emolumentos concedidos a qualquer dos serventuários ou empregados acima mencionados, serão percebidos, nas substituições, por aquelles que exercerem os officios ou empregos.— Dec. n. 817 de 30 de Agosto de 1851, art. 9.º

## CAPITULO II

### DISPOSIÇÕES COMMUNS AOS EMPREGADOS E SERVENTUARIOS DE JUSTIÇA DE 1ª INSTANCIA

Art. 259. Em geral o serventuario ou empregado de Justiça pertence á jurisdicção do juiz perante quem servir.

Art. 260. Si exercer as respectivas funcções perante dous ou mais juizes, preferirá o mais graduado e, em identicas condições, o que tiver a prioridade na numeração da vara.

Si os juizes perante os quaes servir o empregado ou serventuario forem da mesma categoria, mas de jurisdicções differentes, e sem distincção de varas, prevalecerá a prioridade da deliberação competente de qualquer destes, quando o cumprimento dessa deliberação exclua absolutamente a outra, por sua natureza, ou circumstancias de tempo e outras.

Art. 261. Só na falta ou impedimento dos juizes effectivos, caberá a nomeação ou destituição aos substitutos que tiverem a jurisdicção plena, observando-se neste caso a prioridade estabelecida no artigo antecedente.

Art. 262. Fóra dos casos expressamente exceptuados, as nomeações ou designações provisórias para substituição dos empregados ou serventuários de Justiça, por vaga ou impedimento, competem :

§ 1.º Nas comarcas especiaes, aos juizes de direito.

§ 2.º Nas varas privativas, tanto nas comarcas especiaes como nas geraes, aos juizes respectivos.

§ 3.º Nas comarcas geraes, aos juizes de direito, nos termos em que estes residirem.

§ 4.º Nos termos em que não residirem os juizes de direito, caberá a nomeação ou designação aos juizes municipaes.

## CAPITULO III

### DA COMPETENCIA DO GOVERNO PARA AS NOMEAÇÕES, DEMISSÕES E SUBSTITUIÇÕES

Art. 263. Além dos providimentos definitivos, compete ao Governo na Corte e aos Presidentes nas Províncias a nomeação interina para qualquer emprego ou officio de Justiça nos seguintes casos :

§ 1.º Quando ao serventuario se conceder licença por mais de seis mezes.— Decr. n. 1294 de 16 de Dez. de 1853, art. 10.

§ 2.º No caso de sentença condemnatoria á prisão por mais de seis mezes, imposta ao serventuário.

§ 3.º Quando o serventuário tiver abandonado o officio.— Dec. n. 3797 de 9 de Fevereiro de 1867.

§ 4.º Quando o serventuário aceitar o lugar de Deputado á Assembléa Geral ou de membro da Assembléa Legislativa Provincial.— Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881, art. 12.

§ 5.º Quando, em razão de avultado expediente de dous ou mais cargos reunidos, não possam os substitutos legitimos accumulal-os sem desvantagem do serviço.— Decr. n. 1284 de 16 de Dez. de 1853, art. 1.º

Art. 264. Os casos de que trata o artigo antecedente serão verificados por meio de representação ou informação do juiz, perante quem tiverem de servir os substituídos.— Decr. n. 1294 de 16 de Dez. de 1853.

Art. 265. São de livre nomeação e demissão os empregados de Justiça que não tiverem titulo vitalicio.

## TITULO V

### SECÇÃO I

#### *Do juramento, posse e exercicio*

Art. 266. Os nomeados para qualquer officio de Justiça deverão :  
§ 1.º Si estiverem exercendo cargos geraes ou provinciaes, deixar as respectivas funcções.

§ 2.º Declarar, por escripto, ao Director Geral da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça na Còrte, e aos Presidentes nas Provincias, si aceitam o provimento.— Dec. n. 7989 de 5 de Fevereiro de 1881, art. 1.º §§ 1.º e 2.º

Art. 267. Só por motivos ponderosos de interesse publico, que serão communicados immediatamente ao Governo, para ulterior approvação, poderão os Presidentes permittir que os nomeados continuem no exercicio do outro cargo anterior, mas isto pelo tempo strictamente indispensavel, que em todo o caso não excederá o prazo estabelecido para posse do officio.— Dec. n. 7989 de 5 de Fevereiro de 1881, art. 4.º

Art. 268. Si os nomeados estiverem na Còrte ou nas capitães das Provincias, farão as declarações no prazo de 15 dias, contados da publicação no *Diario Official*; si no interior das Provincias, no prazo que os Presidentes deverão marcar, segundo as distancias, contadas na razão de 10 leguas por dia, e communicar aos nomeados logo que constar a nomeação.— Dec. n. 7989 de 5 de Fevereiro de 1881, art. 2.º

Art. 269. As declarações serão logo participadas, nas Provincias, pelos Presidentes ao Ministro da Justiça.

Art. 270. A falta de declaração do nomeado, de aceitar o provimento, induz a perda da serventia ou emprego de Justiça; e quando os Presidentes communicarem aquella falta, devolverão ao mesmo tempo o titulo para ser cassado. — Dec. n. 7989 de 5 de Fevereiro de 1881, arts. 1.º, § 2.º, e 3.º

Art. 271. O prazo para o serventuário tirar seu titulo e entrar em exercicio regula-se pelo Decreto n. 4302 de 23 de Dezembro de 1868, e é contado da publicação do decreto que confirmar a nomeação.

Art. 272. O serventuário que não tirar o titulo respectivo dentro do prazo fixado no citado Decreto n. 4302 de 23 de Dezembro de 1868 perderá direito á nomeação. — Dec. n. 4302 de 23 de Dez. de 1868, art. 16.

Art. 273. A disposição do artigo antecedente não se entende com os titulos que rectificam os decretos do provimento de serventias, os quaes devem ser entregues ás partes para os devidos effeitos.

Art. 274. Pelos titulos de que trata o artigo antecedente pagarão as partes direitos, si com a junção dos ramos que passarem a fazer parte da serventia, houver acrescimo de lotação; sendo, neste caso, intimado o serventuário pela estação fiscal.

Art. 275. Proovando o serventuário impedimento legitimo, antes de expirar o prazo, ser-lhe-ha concedida uma prorrogação por metade do tempo.

Art. 276. O prazo para tirar o titulo poderá ser prorogado provisoriamente pelo Presidente da Provincia, havendo motivos ponderosos, e com dependencia de ulterior approvação do Governo.

Art. 277. Si o officio não estiver lotado, o prazo começará a correr, depois de findo o processo da lotação, estabelecido pelo Decreto n. 7545 de 22 de Novembro de 1879.

Art. 278. Havendo demora na lotação, os interessados deverão reclamar perante as Thesourarias de Fazenda, e, não sendo attendidos, recorrer ao Presidente da Provincia, para providenciar.

Art. 279. Si pela demora da lotação sobrevier alguma circumstancia, que embarace a apresentação do titulo, como o desaparecimento deste na Repartição onde devia existir, este facto, ou outro reputado de força maior, relevará o nomeado, que requererá para continuar ou assumir o exercicio do officio. — Dec. n. 6295 de 9 de Agosto de 1876, art. 2.º

Art. 280. O pagamento dos direitos é condição essencial, cuja falta equivale á de não ter sido solicitado o titulo dentro do prazo legal, e importa a perda do officio.

Art. 281. Não deixa de incorrer na perda do officio o serventuário que, embora tenha pago opportunamente os direitos do titulo, não houver assumido o exercicio dentro do prazo ou sua prorrogação.

Art. 282. Não perde o officio o serventuário que deixar de entrar em exercicio dentro do prazo legal por circumstancias imprevistas e alheias á sua vontade, que deverão ser justificadas.

Art. 283. Si o serventuario tiver assumido o exercicio, em seguida á nomeação provisoria do Presidente, e não houver tirado o titulo dentro do prazo legal, continuará, não obstante, no exercicio das funcções, até que o Governo resolva, á vista da participação do Presidente.

Art. 284. Suspende o prazo a pronuncia em crime commettido pelo nomeado, continuando a correr o mesmo prazo depois da absolvição.

Art. 285. O juramento é condição imprescindivel, e nenhum serventuario ou empregado de justiça nomeado, deve, antes de preencher aquella formalidade, assumir o exercicio das respectivas funcções, sob as penas do art. 138 do Cod. Crim.— Dec. n. 6295 de 9 de Agosto de 1876.

Art. 286. O juramento será prestado nas mãos do magistrado a quem couber a nomeação interina, quer o serventuario ou empregado tenha sido por elle nomeado para substituir interinamente, quer provido provisoriamente pelo Presidente da Provincia, quer definitivamente pelo Governo Imperial.

Art. 287. Ao juiz de direito não é lícito, sob qualquer pretexto, negar posse e exercicio ao nomeado, quando o acto da nomeação estiver revestido das formalidades legais exteriores, que não induzam duvida sobre a sua authenticidade.

Art. 288. O juramento póde ser prestado por procurador com poderes especiaes para isso; mas só pelo exercicio se considera completo o acto da posse, para os effeitos legais, um dos quaes é a perpetuidade do officio. — Dec. n. 4302 de 23 de Dez. de 1868, art. 16.

Art. 289. A simples falta, porém, do juramento, tendo o serventuario solicitado em tempo o titulo e pago os direitos devidos, não importa o perdimento do officio, tendo entrado elle em exercicio.

Não obstante deve ser preenchida a formalidade do juramento em prazo breve, sob pena de ficar invalidado o titulo.

## SECÇÃO II

### *Da fiança, permuta, opção e distribuição*

Art. 290. Os escrivães de orphãos não podem entrar em exercicio antes de prestar fiança, incorrendo nas penas do art. 130 doCodigo Criminal aquelle que o fizer sem esta garantia.

Art. 291. Esta fiança será prestada na seguinte proporção:

§ 1.º Nas cidades e villas principaes, em 600\$000.

§ 2.º Nas localidades menos importantes, em 450\$ até 300\$000.

— Alv. de 13 de Maio de 1713.

Art. 292. Será determinada pelo juiz de orphãos, segundo a população e importancia da localidade.

Art. 293. Será prestada perante o mesmo juiz, observando-se o disposto na Ord. Liv. 1.º Tits. 88 § 54, e 89 § 1.º, com a seguinte alteração:

1.º Ser incluída na escriptura a certidão negativa do Registro geral das hypothecas relativa aos bens sujeitos á fiança;

2.º Ser feito o registro da escriptura em um livro proprio para isto existente no juizo.

Art. 294. Podem servir independentemente de fiança os substitutos nomeados para servirem no impedimento dos escrivães de orphãos.

Art. 295. Estão igualmente sujeitos á prestação de fiança os depositarios publicos, ficando, porém, ao arbitrio do juiz o *quantum* e o modo da mesma fiança.

Art. 296. Cabe ao serventuario vitalicio o direito de opção, quando um officio é desannexado de outro.

Art. 297. Quando um officio fór dividido em dous, cabe ao serventuario que os accumulava o direito de opção.

Art. 298. O officio que ficar vago será posto a concurso, assim como o que fór desmembrado, si o serventuario não usar do direito de opção.

Art. 299. Não pôde o serventuario optar pela serventia do officio do termo desmembrado daquelle, em que funcionava.

Art. 300. É permittida contudo a opção, si se tratar de simples mudança de séde ou denominação de termo.

Art. 301. É permittida a permuta dos officios de Justiça, quando as serventias forem da mesma natureza e tiverem igual rendimento.

Art. 302. Fóra do caso de permuta não é permittida a remoção do serventuario de um para outro officio.

Art. 303. A permuta será requerida pelos serventuarios, perante os Presidentes das Províncias, que submeterão os requerimentos á decisão do Governo, acompanhados de informação.— Dec. n. 4683 de 27 de Janeiro de 1871, art. 4.º

Art. 304. Concedida a permuta, deve cada um dos serventuarios deixar o exercicio das respectivas funcções, apenas tenha conhecimento do acto que a permittiu.

Art. 305. No caso de permuta, prevalece o prazo de que trata o Decreto n. 4302 de 23 de Dezembro de 1868, para o exercicio.

Art. 306. Compete aos Presidentes de Província aceitar as desistencias dos officios de Justiça, ordenando logo as diligencias necessarias para o respectivo concurso.— Dec. n. 4668 de 5 de Janeiro de 1871, art. 4.º

Art. 307. Nos termos onde houver um só tabellião, assim como nos juizos onde houver um só escrivão, não se dá distribuição.— Dec. de 13 de Set. de 1827.

Art. 308. Havendo dous tabelliães, ambos são habéis para escreverem por distribuição em todos os feitos, que não forem especies ou privativos.

Art. 309. Entre o tabellião de notas e o escrivão de paz não se dá distribuição.— Lei de 30 de Out. de 1830, art. 1.º

Art. 310. As partes podem indicar ao distribuidor o tabellião de sua escolha para lavrar a escriptura, sem que por esta preferencia tenha o tabellião companheiro direito a compensação.

### SECÇÃO III

#### *Penas disciplinares*

Art. 311. Ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça cabe advertir os officiaes do Tribunal quando faltarem ao cumprimento de seus deveres, e multal-os, bem como ao secretario, até á decima parte dos ordenados de seis mezes. — Lei de 18 de Set. de 1828, art. 4.º § 6.º

Art. 312. O Presidente da Relação pôde impor correccionalmente aos empregados da Secretaria e aos escrivães as seguintes penas:

1.º Reprehensão ;

2.º Suspensão até 15 dias. — Decs. ns. 5457 de 6 de Nov. de 1873, art. 17, e 5618 de 2 de Maio de 1874, art. 14 § 19.

Art. 313. A pena de suspensão, a que se refere o artigo antecedente, será infligida com a perda da gratificação ou de todo o vencimento. — Decs. ns. 5457 de 6 de Nov. de 1873, art. 17, e 5618 de 2 de Maio de 1874, art. 14 § 19.

Art. 314. Poderão igualmente os escrivães das Relações, assim como os officiaes de justiça, remissos no cumprimento de seus deveres, ser punidos com prisão correccional, contanto que não exceda de cinco dias. — Decs. ns. 5457 de 6 de Nov. de 1873, art. 17, e 5618 de 2 de Maio de 1874, art. 14 § 19.

Art. 315. As autoridades criminaes são competentes para impor aos subalternos, que perante ellas servirem, as seguintes penas disciplinares :

1.º Advertencia ;

2.º Suspensão do officio até dous mezes ;

3.º Prisão até cinco dias. — Cod. Proc. art. 212 — Reg. n. 824 de 2 de Out. de 1851, art. 50 — Dec. n. 1572 de 7 de Março de 1855.

Art. 316. Ao juiz de direito em correição compete impor a qualquer serventuário as penas seguintes :

1.º Advertencia com comminação e censura ;

2.º Multa até 100\$000 ;

3.º Suspensão até dous mezes.

Art. 317. A pena de suspensão importa a cessação de todos os vencimentos do emprego. — Dec. n. 834 de 2 de Out. de 1851, art. 50.

Art. 318. Não podem, porém, os juizes suspender os escrivães das autoridades policiaes, quando chamados para servirem perante elles nos actos de formação de culpa.

Neste caso, cabe o procedimento criminal contra os referidos escrivães pela falta em que incorrerem.

Art. 319. A faculdade de suspender correccionalmente é extensiva aos supplentes dos juizes municipaes e aos juizes substitutos,



quando no effectivo exercicio da jurisdicção, que lhes compete pela Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871 e mais legislação em vigor.

Art. 320. Quanto ao tempo, caso e fôrma da suspensão, devem os juizes regular-se pelo art. 50 § 3º e seguintes do Reg. n. 834 de 2 de Out. de 1851, e Dec. n. 1572 de 7 de Março de 1855.

Art. 321. O acto da imposição da pena disciplinar de suspensão tem o caracter de sentença, e não esta sujeita a recurso algum. — Decs. ns. 834 de 2 de Outubro de 1851, art. 52 — 1572 de 7 de Março de 1855 — Consulta de 5 de Março de 1869.

Art. 322. O Governo na Còrte e os Presidentes nas Províncias não podem sobrestar nos effeitos desta pena.

Art. 323. Exercendo o serventuario officios annexos, mas que constituam uma só serventia em virtude da lei da criação dos mesmos officios ou do provimento, a suspensão atingirá as funções de todos os officios, embora de natureza diversa.

Art. 324. Si, porém, a accumulção se der entre officios distinctos, que possam ser exercidos separadamente, a suspensão limitar-se-ha ao officio, em cujas funções commetteu o serventuario a falta que determinou a pena.

Art. 325. Os nomeados, para servirem nos impedimentos temporarios do serventuario vitalicio, quando incorrerem em falta na qual não caiba o procedimento criminal, deverão ser demittidos e não suspensos.

Art. 326. Incorre em responsabilidade o escrivão que sem motivo justificado deixar de comparecer nas audiencias, ou de anotar os requerimentos e deferimentos nos seus protocolos.

## TITULO VI

### Disposições geraes

Art. 327. Supprimido por lei um officio de Justiça ou annexado a outro, cessa o exercicio do serventuario, salvo si, por clausula expressa na mesma lei, ficar a extincção ou desannexação dependente da vaga do mesmo officio por morte, sentença ou desistencia.

Art. 328. Quando, porem, fôr restabelecido por lei o officio nas mesmas condições anteriores, voltará o serventuario ao exercicio, si o requerer no prazo de 15 dias, independentemente de concurso e com o mesmo titulo que já tinha.

Art. 329. Nos casos do artigo antecedente todos os livros e papeis fludos ou pendentes passarão para o cartorio do serventuario a quem couber o exercicio.

Art. 330. Extincto o fóro civil em um municipio, os serventuarios dos respectivos officios passarão a funcionar na cabeça do termo, a cuja circumscripção pertencer o municipio supprimido.

Art. 331. Exceptua-se o officio de escrivão do Jury, por ser uni. o em cada conselho de jurados. — Lei n. 261 de 3 de Dez. de 1841, art. 108.

Art. 332. Si vagarem, porém, não serão providos os officios accrescidos no termo pela forma indicada nos artigos antecedentes.

Art. 333. Uma vez restabelecido o municipio com os limites anteriores, regressará o serventuario, e continuará a servir com o titulo primitivo.

Voltam igualmente todos os livros e papeis, que serão distribuidos pelos respectivos cartorios.

Art. 334. A disposição do artigo precedente refere-se tanto ao serventuario que conservar o officio, como ao que foi d'elle privado pela extincção do municipio.

Art. 335. Quando, por alteração na divisão dos officios exercidos cumulativamente, passarem a ser especiaes as funções dos dous serventuários, cessando a distribuição, se transferirão de um para o outro os papeis relativos a cada officio.

Art. 336. O serventuario de Justiça não está inhibido de commerciar, contanto que não falte ao exacto cumprimento de seus deveres.

No caso contrario será compellido a cumpril-os ou punido pela contumacia, nos casos determinados pelas disposições em vigor.

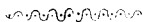
Art. 337. Cassada a nomeação de um serventuario por incompatibilidade, não pôde, cessando o motivo desta, voltar o mesmo serventuario ao exercicio do cargo, senão em virtude de nova nomeação.

Art. 338. O serventuario que fôr condemnado a prisão temporaria não perderá o officio; devendo no seu impedimento servir o substituto legal, nomeado na forma do art. 265 § 2.º

Art. 339. O escrivão, que se achar impossibilitado de comparecer na audiencia, mandará o protocolo para nelle tomar os requerimentos e despachos proferidos quem suas vezes fizer.

Art. 340. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Palácio do Rio de Janeiro em 28 de Abril de 1885.— *Francisco Maria Sodré Pereira.*



#### DECRETO N. 9421 — DE 28 DE ABRIL DE 1885

Approva os contratos celebrados por escriptura publica apresentados pela Companhia «The North Brazilian Sugar Factories, limited» para o fornecimento de canna aos engenhos contraes que se obrigou a construir nos municipios de S. José de Mipibú, Provincia do Rio Grande do Norte; de S. Lourenço da Matta, Sorinhaem, Pau d'Alho e Ipojuca, Provincia de Pernambuco; de Pilar, Provincia das Alagoas, e de Marim, Provincia de Sergipe, e fixa prazo para a modificação dos contratos da mesma natureza, relativos ao engenho central do municipio de Camaragibo, Provincia das Alagoas.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia *The North Brazilian Sugar Factories, limited*, Hei por bem, de conformidade

com o § 1º do art. 19 do Regulamento approved pelo Decreto n. 8357 de 24 de Dezembro de 1881, Approvar os contratos, que apresentou em requerimento com data de 19 de Maio do anno proximo findo, celebrados por escriptura publica, para o fornecimento de cannas aos engenhos centraes dos municipios de S. José de Mipibá, Provincia do Rio Grande do Norte; de S. Lourenço da Matta, Serinhaem, Pau d'Alho e Ipojuca, Provincia de Pernambuco; de Pilar, Provincia das Alagoas, e de Maroim, Provincia de Sergipe; obrigando-se a companhia a modificar, dentro do prazo de tres mezes, contados desta data, os contratos apresentados no mesmo requerimento, para o fornecimento de canna ao engenho central do municipio de Camaragibe, Provincia das Alagoas, de modo que sejam feitos nos mesmos termos que os approveds pelo presente Decreto.

Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Abril de 1885, 64ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

*(Assinatura)*

#### DECRETO N. 9422 — DE 28 DE ABRIL DE 1885

Approva os estudos definitivos e o orçamento para a construção do ultimo trecho do prolongamento da estrada de ferro Leopoldina.

Hoi por bem Approvar os estudos definitivos e o orçamento para a construção do ultimo trecho do prolongamento da estrada de ferro Leopoldina na extensão de 83 kilometros e 470 metros entre o kilometro 90 e a cidade de Itabira de Matto Dentro, apresentados pela respectiva companhia de conformidade com a clausula 4ª das que baixaram com o Decreto n. 8860 de 27 de Janeiro de 1883, ficando resalvados os direitos da Provincia de Minas Geraes estabelecidos ou que se estabelecerem em contratos.

Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Abril de 1885, 64ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

*(Assinatura)*

## DECRETO N. 9423 — DE 28 DE ABRIL DE 1885

Concede permissão a Isaias José Cavalcante para lavar ouro e outros mineraes no lugar denominado Seio de Abrahão, Provincia do Rio de Janeiro.

Attendendo ao que Me requereu Isaias Jos Cavalcante. Hei por bem Conceder-lhe permissão para lavar ouro e outros mineraes, no lugar denominado Seio de Abrahão, municipio da Nova Friburgo, da Provincia do Rio de Janeiro, med'ante as clausulas que com esta baixam, assignadas por Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Abril de 1885, 64 da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

**Clausulas a que se refere o Decreto n. 9423,  
desta data**

I

Ficam concedidas a Isaias José Cavalcante 10 datas mineraes de 141.750 braças quadradas (686.070 metros quadrados) para lavar ouro e outros mineraes no lugar denominado — Seio de Abrahão — municipio de Nova Friburgo, da Provincia do Rio de Janeiro.

II

O concessionario respeitará os direitos de terceiro e dos proprietarios de terrenos em que tiver de minerar, e poderá proceder aos trabalhos da lavra da mina por si ou por meio de uma companhia anonyma, organizada dentro ou fóra do Imperio.

III

Fica marcado o prazo de 50 annos para o concessionario aproveitar a referida mina.

Este prazo começa a correr da data deste Decreto.

## IV

O terreno mineral, de que trata a clausula 1<sup>a</sup>, será medido e demarcado dentro do prazo de dous annos, contados desta data, devendo o concessionario apresentar a planta de medição e demarcação ao Presidente da Provincia no mesmo prazo, e obrigar-se a pagar as despesas de verificação por Engenheiro nomeado pelo mesmo Presidente.

## V

A approvação de medição e demarcação do terreno mineral não dará direito ao concessionario á sua propriedade, emquanto não provar, perante o Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que empregou nos trabalhos da lavra quantia correspondente a 10:000\$ por data mineral.

Si, dentro do prazo de cinco annos, o concessionario não tiver empregado a quantia correspondente á totalidade de todo o terreno mineral concedido, perderá tantas datas quantas forem as parcelas de 10:000\$ que tiver deixado de empregar, e o Governo as poderá conceder a outro.

## VI

Na fórma do Decreto n. 3236 de 21 de Março de 1864, considerar-se-ha effectivamente empregada para os fins da clausula anterior a importancia das despesas feitas com :

As explorações e trabalhos preliminares para o descobrimento e reconhecimento da mina ;

Medição e demarcação dos terrenos mineraes, levantamento da planta, e verificação por parte do Governo ;

Preço do solo em que estiverem situadas as minas ;

Acquisição, transporte e collocação de instrumentos,apparelhos e machinas destinadas á lavra ;

Transporte de Engenheiros, empregados e trabalhadores da mina.

A esta verba sómente será levado o preço da primeira passagem ;

Obras executadas no interesse de facilitar os trabalhos e o transporte dos productos da mina, casas de morada, armazens, officinas e outros edificios indispensaveis ;

Acquisição de animais de tracção, carros, carroças, barcos e quaesquer outros vehiculos appropriados ao serviço de que se trata ;

Custo dos serviços executados com a extracção do mineral e quaesquer outros feitos *bona fide*, exclusivamente com a lavra, ficando entendido que não será incluída nesta conta a despesa com a plantação de cereaes.

## VII

A prova das hypotheses da clausula anterior será recobida *bona fide*; mas, verificando-se ter sido empregado artifício para illudir o Governo, a concessão calucará *ipso facto*, e o concessionario não terá direito a indemnização, sendo-lhe sómente permitido tirar da mina os objectos, moveis e semoventes que lhe pertencerem.

## VIII

O concessionario fica obrigado :

A submeter á approvaçã do Ministro da Agricultura a planta dos trabalhos da mina que adoptar. Esta planta deverá ser levantada por Engenheiro de minas ou por pessoa reconhecidamente habilitada nesses trabalhos, e uma vez approvada, não poderá ser alterada sem permissão do mesmo Ministro.

Fica entendido que os trabalhos de cavas, poços ou galerias não poderão ser feitos sob os edificios a 15 metros de circumferencia delles, nem sob os caminhos, estradas e canaes publicos e na distancia de 10 metros das suas margens :

A collocar e conservar na direcção do serviço da lavra Engenheiro de minas ou profissional de reconhecida aptidão, preferidos os nacionaes, cuja nomeação será submettida ao Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, para ser confirmada ;

A sujeitar-se a cumprir as instrucções e regulamentos para a policia das minas existentes ou que forem expedidos ;

A indemnizar o damno e prejuizo causados pelos trabalhos da lavra, provenientes de culpa ou inobservancia do plano approved pelo Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

Esta indemnização consistirá na somma arbitrada pelos peritos do Governo ou em trabalhos e serviços necessarios para remover ou remediar o mal causado e na obrigação de prover á subsistencia dos individuos que se inutilizarem para o trabalho e das familias dos que fallecerem em qualquer das hypotheses acima indicadas ;

A dar conveniente direcção ás aguas empregadas nos trabalhos da mineração ; ás que brotarem dos poços, galerias ou córtes, de modo que não fiquem estagnadas, nem prejudiquem a terceiro.

Si, para a execução desta clausula, fôr indispensavel passar pela propriedade alheia, o concessionario procurará obter o consentimento do proprietario ou empregará os meios em direito permittidos ;

A remetter semestralmente á Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, por intermedio do Engenheiro fiscal da mineração na Provincia ou da Presidencia, relatório circumstanciado dos trabalhos feitos e em execução, declarando a quantidade do mineral extrahido e apurado, os processos adoptados para a apuração, as machinas e aparelhos exis-

tontes, força motora delles calculada em cavallos, combustivel gasto, e, finalmente, o numero dos trabalhadores e dos dias de trabalho.

Além desse relatório, deverá prestar todos os esclarecimentos que lhe forem exigidos pelo Governo ou por seus delegados.

A inobservancia desta clausula será punida ou com a diminuição de um ate cinco annos do prazo da concessão, ou com a multa de 1:000\$ a 10:000\$, a arbitrio do Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas;

A remetter á mesma Secretaria os fosseis, que forem encontrados nas excavações;

A pagar a taxa annual de cinco réis por braça quadrada (4m,84) dos terrenos mineraria que obtiver o imposto de 2% do rendimento liquido da mina, na conformidade do § 1º do art. 23 da Lei n. 1.07 de 26 de Setembro de 1867;

A permitir ao Engenheiro fiscal ou a qualquer outro commissario do Governo o ingresso nas minas, nas offinas e quaesquer outros logares do serviço da mineração, prestando-lhes os esclarecimentos de que carecerem para a boa execução das ordens do mesmo Governo.

## IX

Caduca esta concessão:

Si não forem começados os trabalhos preparatorios para a mineração dentro do prazo de dous annos, depois de medidos e demarcados os terrenos minerarios concedidos;

Por abandono da mina.

Considerar-se-ha abandonada a mina, provando-se que o concessionario suspendeu os trabalhos por mais de 60 dias, sem causa de força maior.

Para que o concessionario seja admittido a provar força maior, é indispensavel que communique immediatamente ao Presidente da Provincia ou ao Engenheiro fiscal a suspensão dos trabalhos da lavra e as causas que a tiverem determinado.

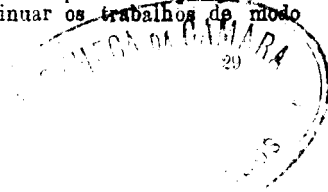
Reconhecida officilmente a força maior, será marcado o prazo razoavel para recommencarem os trabalhos da mineração.

Na reincidencia de infracção destas clausulas, será imposta pena pecuniaria.

## X

O concessionario não poderá transferir esta concessão sem permissão do Governo, e por sua morte ou fallencia seus herdeiros ou representantes não poderão gozar desta concessão enquanto não forem confirmados nella pelo mesmo Governo, que poderá negal-as si os ditos herdeiros ou representantes não provarem que possuem as faculdades necessarias para continuar os trabalhos de modo conveniente e proveitoso.

PODER EXECUTIVO 1885



Nesta hypothese os herdeiros ou representantes do concessionario terão direito de haver o valor dos engenhos, machinaria e que-quer instrumentos, espezialmente destinados a lavra da mina daquelles a quem este fôr concedida pelo Governo Imperial, que no acto da concessão inscripção inscripção que resguarde este direito, que em nenhum caso poderá prejulgar contra o mesmo Governo.

Si a lavra da mina fôr emprehendida por companhia, sociedade ou empresa organizada fôr do Imperio, deverá esta ter no Brazil representante com plenos poderes para representala activa e passivamente em Juizo ou fôr d'elle, ficando desde já estabelecido que as questões entre ella e o Governo Imperial serão decididas por arbitramento, e as que se suscitarem entre ella e os particulares serão discutidas e julgadas definitivamente nos Tribunaes brasileiros, de conformidade com a legislação do Imperio.

O arbitramento far-se-ha da seguinte forma :

Cada uma das partes interessadas, si não concordarem no mesmo juiz, nomeará seu arbitro, e os arbitros assinarão nome dos comearão seus trabalhos pela escolha de um Conselheiro de Estado que devere decidir definitivamente a questão.

No caso de não chegarem a accordo a esse respeito, cada um dos arbitros apresentará o nome de um Conselheiro de Estado, e a sorte indicará qual delles sera o arbitro desempataador.

## XI

O concessionario ou cessionarios desta concessão ficam obrigados a não admitir escravos nos trabalhos da lavra.

## XII

A infracção de qualquer destas clausulas, para a qual não haja cominada pena especial, será punida com a multa de 200\$ a 2:000\$000.

Palacio do Rio de Janeiro em 23 de Abril de 1885.— *Antonio Carneiro da Rocha.*



## DECRETO N. 9421 — DE 28 DE ABRIL DE 1885

Proroga o prazo do privilegio concedido a Francisco de Camargo Pinto para o (apparelio compressor de herva)matte de sumões de sua invenção.

Attendendo ao que requereu Francisco de Camargo Pinto, e Tendo ouvido o Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e



Fazenda Nacional, Hei por bem Prorogar por cinco annos, a contar de 1 de Março de 1884, o prazo do privilegio que lhe foi concedido pelo Decreto n. 9180 de 1 de Março de 1879 para fabricar e vender o apparelho compressor de herva matte e os surdões de sua invenção.

Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Abril de 1885, 64<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

—————

#### DECRETO N. 9425 — DE 28 DE ABRIL DE 1885

Substitue a clausula 10<sup>a</sup> das que baixaram com o Decreto n. 8124 de 28 de Maio de 1881.

Attendendo ao que Me requereu Francisco Teixeira de Souza Alvaes, concessionario, pelo Decreto n. 8124, de 28 de Maio de 1881, de garantia de juros de 7 % reduzida posteriormente a 6 % sobre o capital de 400:000\$ para o estabelecimento de um engenho central, destinado ao fabrico de assucar de canna, mediante o emprego deapparelhos e de processos modernos os mais aperfeçoados, na freguezia de Campo Grande, municipio dentro, Hei por bem Substituir a clausula 10<sup>a</sup> das que baixaram com o referido decreto, pela que com este baixa, assignada por Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Abril de 1885, 64<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*

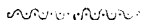
#### **Clausulas a que se refere o Decreto n. 9425, desta data**

O engenho central, que a companhia estabelecer, terá capacidade para moer, pelo menos, diariamente 150.000 kilogrammas de

canna e fabricar annualmente pelo menos 800.000 kilogrammas de assucar, sob pena de caducar a concessão.

A' medida que fór augmentando a producção da canna no municipio, será elevada a potencia do machinismo, si a não tiver de modo a obter, pelo menos, uma quantidade de assucar na mesma proporção acima estabelecida.

Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Abril de 1885. — *Antonio Carneiro da Rocha.*



DECRETO N. 9426 — DE 28 DE ABRIL DE 1885

Proroga por um anno o prazo concedido a João Pinto Ferreira Leite para a organização da companhia destinada a estabelecer seis engenhos centraes em outros tantos municipios da Provincia do Espirito Santo, e restringo ao mesmo prazo a duração do favor de isenção de direitos de importação sobre as machinas, instrumentos, trilhos e mais objectos destinados ao serviço das fabricas.

Attendendo ao que Me requereu João Pinto Ferreira Leite, como cessionario, pelo Decreto n. 9020 de 22 de Setembro de 1883, dos favores mencionados no art. 6º do Regulamento que baixou com o Decreto n. 8357 de 24 de Dezembro de 1881, com excepção do de garantia ou fiança de juros, para o estabelecimento de seis engenhos centraes, destinados ao fabrico de assucar de canna, nos municipios de Vianna, Cariacica, Serra, Linhares, Nova Almeida e S. Matheus, na Provincia do Espirito Santo, concessão essa que foi revalidada pelo Decreto n. 9130 de 1 de Fevereiro do anno proximo passado: Hei por bem Prorogar por um anno, contado desta data, o prazo fixado pelo ultimo dos referidos decretos, para a organização da respectiva companhia, ficando porém, em virtude do art. 16 da Lei n. 3229 de 3 de Setembro ultimo, restringida ao mesmo prazo a duração do favor, constante do § 4º do mencionado art. 6º, de isenção de direitos de importação sobre as machinas, instrumentos, trilhos e mais objectos destinados ao serviço das fabricas.

Antonio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Abril de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Carneiro da Rocha.*



## DECRETO N. 9427 — DE 16 DE MAIO DE 1885

Concede permissão a Agostinho Pereira Liberato para lavrar mineraes na  
Provincia de Santa Catharina.

Attendendo ao que requereu Agostinho Pereira Liberato e a que foram preenchidas as clausulas de que trata o Decreto n. 8612 A, de 1 de Julho de 1882, pelo qual foi-lhe conferida permissão para fazer explorações de mineraes na freguezia de Imaruhy, comarca da Laguna, da Provincia de Santa Catharina: Hei por bem Conceder-lhe authorização para lavrar mineraes nos terrenos descriptos na planta e relatorio que apresentou e ficam archivados, e nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas por João Ferreira de Moura, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Maio de 1885.  
64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Ferreira de Moura.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9427, desta data**

**I**

Ficam concedidas a Agostinho Pereira Liberato 10 datas mineraes de 141,75 braças quadradas (686.070 metros quadrados) para lavrar mineraes nos terrenos descriptos na planta e relatorio que apresentou e ficam archivados, situados na freguezia de Imaruhy, comarca da Laguna, da Provincia de Santa Catharina.

**II**

O concessionario respeitará os direitos de terceiro e poderá proceder aos trabalhos da lavra da mina por si ou por meio de uma companhia anonyma, organizada dentro ou fóra do Imperio.

**III**

Fica marcado o prazo de trinta (30) annos para o concessionario aproveitar a referida mina.

Este prazo começa a correr da data deste Decreto.

## IV

O terreno mineral, de que trata a clausula 1.<sup>a</sup>, será medido e demarcado dentro do prazo de dous annos, contados desta data, devendo o concessionario apresentar a planta de medição e demarcação ao Presidente da Provincia no mes do prazo, e obrigar-se a pagar as despesas de verificação por Engenheiro nomeado pelo mesmo Presidente.

## V

A approvação de medição e demarcação do terreno mineral não dará direito ao concessionario á sua propriedade, enquanto não provar, perante o Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que empregou nos trabalhos da lavra quantia correspondente a 10:000\$ por data mineral.

Si, dentro do prazo de cinco annos, o concessionario não tiver empregado a quantia correspondente á totalidade de todo o terreno mineral concedido, perderá tantas datas quantas forem as parcellas de 10:000\$ que tiver deixado de empregar, e o Governo as poderá conceder a outro.

## VI

Na fórma do Decreto n. 3236 de 21 de Março de 1864, considerar-se-ha effectivamente empregada para os fins da clausula anterior a importancia das despesas feitas com :

As explorações e trabalhos preliminares para o descobrimento e reconhecimento da mina ;

Medição e demarcação dos terrenos mineraes, levantamento da planta e verificação por parte do Governo ;

Preço do sólo em que estiverem situadas as minas ;

Acquisição, transporte e collocação de instrumentos,apparelhos e machinas destinadas á lavra ;

Transporte de Engenheiros, empregados e trabalhadores da mina ;

A esta verba sómente será levado o preço da primeira passagem ;

Obras executadas no interesse de facilitar os trabalhos e o transporte dos productos da mina, casas de morada, armazens, officinas e outros edificios indispensaveis ;

Acquisição de animaes de tracção, carros, carroças, barcos e quasi-quer outros vehiculos apropriados ao serviço de que se trata ;

Custo dos serviços executados com a extracção do mineral e quasi-quer outros feitos *bona fide*, exclusivamente com a lavra, ficando entendido que não será incluída nesta conta a despesa com a plantação de cereaes...

## VII

A prova das hypothèses da clausula anterior será recebida *bona fide*; mas, verificand-se ter sido empregado artifício para iludir o Governo, a concessão valerá *ipso facto*, e o concessionario não terá direito a indemnização, sendo-lhe sómente permitido tirar da mina os objectos, moveis e semoventes que lhe pertencerem.

## VIII

O concessionario fica obrigado:

A submeter á approvaçào do Ministro da Agricultura a planta dos trabalhos da mina que adoptar. Esta planta deverá ser levantada por Engenheiro de minas ou por pessoa reconhecidamente habilitada nesses trabalhos, e, uma vez approvada, não poderá ser alterada sem permissoão do mesmo Ministro.

Fica entendido que os trabalhos de cavas, poços ou galerias não poderão ser feitos sob os edificios e a 15 metros de circumferencia de les, nem sob os caminhos, estradas e canaes publicos e na distancia de 10 metros das suas marcos;

A collocar e conservar na direcção do serviço da lavra Engenheiro de minas ou profissional de reconhecida pericia, preter dos os nacionaes cuja nomeação será submettida ao Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, para ser confirmada;

A sujeitar-se a cumprir as instrucções e rezuamantos para a policia das minas existentes ou que forem expedidos;

A indemnizar o danno e prejuizo causados pelos trabalhos da lavra, provenientes de culpa ou inobservancia do plano, approvedo pelo Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

Esta indemnização consistirá na somma arbitrada pelos peritos do Governo ou em trabalhos e serviços necessarios para remover ou remediar o mal causado, e na obrigação de prover á subsistencia dos individuos que se utilizarem para o trabalho e das familias dos que fallecerem em qualquer das hypothèses acima indicadas;

A dar conveniente direcção ás aguas empregadas nos trabalhos da mineração; ás que brotarem dos poços, galerias ou côrtes, de modo que não fiquem estagnadas, nem prejudiquem a terceiro.

Si, para a execução desta clausula, fór indispensavel passar pela propriedade alheia, o concessionario procurará obter o consentimento do proprietario ou empregará os meios em direito permittidos;

A remetter semestralmente á Secretaria de Estado do Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, por intermedio do Engenheiro fiscal da mineração na Provincia ou da Presidencia, relatório circumstanciado dos trabalhos feitos e em execução, declarando a quantidade do mineral extrahido e apurado, os processos adoptados para a apurção, as machinas e aparelhos existentes, força motora delles calculada em cavallos, combustivel

gasto, e, finalmente, o numero dos trabalhadores e dos dias de trabalho.

Além das e relatorio, deverá prestar todos os esclarecimentos que lhe forem exigidos pelo Governo ou por seus del gados.

A inobservancia desta clausula será punida ou com a diminuição de um até cinco annos do prazo da concessão, ou com a multa de 1:000\$ a 10:000\$, a arbitrio do Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas ;

A re metter á mesma Secretaria os fosses que forem encontrados nas excavações ;

A pagar a taxa annual de cinco réis por braça quadrada (4<sup>m</sup>,84) dos terrenos mineraes que obtiver e o imposto de 2 % do rendimento liquido da mina, na conformidade do § 1º do art. 23 da Lei n. 1507 de 26 de Setembro de 1877 ;

A permitir ao Engenheiro fiscal ou a qualquer outro commissario do Governo o ingresso nas minas, nas officinas quaesquer outros logares do serviço da mineração, prestando lhes os esclarecimentos de que carecerem para a boa execução das ordens do mesmo Governo.

## IX

Caduca esta concessão :

Si não forem começados os trabalhos preparatorios para a mineração dentro do prazo de dous annos, depois de medidos e demarcados os terrenos mineraes concedidos :

Por abandono da mina.

Considerar-se ha abandonada a mina, provando-se que o concessionario suspendeu os trabalhos por mais de 60 dias, sem causa de força maior.

Para que o concessionario seja admittido a provar força maior, é indis pensavel que communique immediatamente ao Presidente da Provincia ou ao Engenheiro fiscal a suspensão dos trabalhos da lavra e as causas que a tiverem determinado.

Reconhecida oficialmente a força maior, será marcado o prazo razoavel para recommencarem os trabalhos da mineração.

Na reincidencia de infracção destas clausulas, será imposta pena pecuniaria.

## X

O concessionario não poderá transferir esta concessão sem permissão do Governo, e por sua morte ou fallencia seus herdeiros ou representantes não poderão gozar desta concessão enquanto não forem confirmados nella pelo mesmo Governo, que poderá negal-a si os ditos herdeiros ou representantes não provarem que possuem as faculdades necessarias para continuar os trabalhos de modo conveniente e proveitoso.

Os herdeiros ou representantes do concessionario terão direito de haver o valor dos engenhos, m chinas e quaesquer instrumentos, es oialmente destinados á lavra da mina aquellas a quem esta fór concedida pelo Governo Imperial, que no acto da concessão inheri á clausula que resguarda este direito, que em nenhum caso poderá prevalecer contra o mesmo Governo.

Si a lavra da mina fór emprehenida por companhia, sociedade ou empresa organizada fóra do Imperio, deverá esta ter no Brazil representante com plenos poderes para representalla activa e passivamente em Juizo ou fóra delle, ficando deste já estabelecido que as questões entre ella e o Governo Imperial serão decididas por arbitramento e as que se suscitarem entre ella e os particulares serão discutidas e julgadas definitivamente nos Tribunaes brazileiros, de conformidade com a legislação do Imperio.

O arbitramento far-se-ha de seguinte fórma :

Cada uma das partes interessadas, não concordarem no mesmo juiz, nomeará seu arbitro, e os arbitros assim nomeados começarão seus trabalhos pela escolha de um Conselheiro de Estado que deverá decidir definitivamente a questão.

No caso de não chegarem a accôrdo a esse respeito, cada um dos arbitros apresentará o nome de um Conselheiro de Estado, e a sorte indicará qual delles será o arbitro desempatador.

## XI

O concessionario ou cessionarios desta concessão ficam obrigados a não admittir escravos nos trabalhos da lavra.

## XII

A infracção de qualquer destas clausulas, para a qual não haja comminada pena especial, será punida com a multa de 200\$ a 2:000 000.

Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Maio de 1885.— *João Ferreira de Moura.*



### DECRETO N. 9428 — DE 16 DE MAIO DE 1885

Declara caduca a concessão feita pelo Decreto n. 9051, de 27 de Outubro de 1883.

Considerando que a Companhia Assucareira do Tieté, á qual, pelo Decreto n. 9051, de 27 de Outubro de 1883, foram concedidos os favores mencionados no art. 6º do Regulamento de 24 de

Dezembro de 1881, com excepção da de garantia ou fiança de juros, para o estabelecimento de um rendimento central, das inadias ao fabrico de açúcar de cana, no município do Ficté, Província de S. Paulo, não dei começo ás respectivas obras dentro do prazo fixado pelo Decreto n.º 9229, de 11 de Junho do anno proximo passado, nem mesmo assignei littera lavrada em virtude desse Decreto, Hei por bem Declarar caduca a mesma concessão.

João Ferreira de Moura, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenho entendido e fica executar. Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Maio de 1885, 6.º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Ferreira de Moura.*

*Antônio Eleutherio de Camargo.*

SENHOR. — A Lei n.º 3230 de 3 de Setembro do anno proximo passado autorizou o Governo a crear na Província do Rio Grande do Sul uma Escola tactica e de tiro, organizada sob as bases do regulamento que reformou a do Campo Grande.

Para levar a effeito semelhante creação o Ministerio da Guerra incumbiu a Sua Alteza o Sr. Marechal do Exercito Conde d'Eu de fazer naquella Província os necessarios estudos, indicando localidade onde mais conviesse estabelecer a referida Escola, e o mesmo Serenissimo Senhor, comtudo lhe pareça ser a invornalla de Sayran o ponto mais vantajoso, já pela sua posição geographica, já pelas suas condições topographicas, comtudo entendendo que, não havendo alli edificio algum em que se possa installar a Escola sem grande dispendio dos cofres publicos, e de tola a conveniencia que seja ella estabelecida na cidade do Rio Paulo, onde existe sem applicação um predio com as necessarias accommodações para o alojamento do respectivo pessoal, e que para esse fim é cobrado gratuitamente pela Lemantala do Senhor Bom Jesus dos Passos, naquella cidade.

Aceitando a indicação do Sua Alteza, venho submeter á approvação de Vossa Magestade Imperial o incluzo Decreto, creando a mencionada Escola, a qual se deverá provisoriamente reger pelo regulamento da de Tiro do Campo Grande.

A despesa resultante desta criação poderá effectuar-se dentro das forças do orçamento vigente, por isso que todo o pessoal e recebido vencimentos militares consignados nas respectivas taboas, e para o pequeno augmento que se terá de fazer com a conservação do predio, expellente, etc., o Governo solicitará oportunamente do Poder Legislativo.

Seu, Senhor, com o mais profundo respeito, — de Vossa Magestade Imperial, — subdito fiel e reverente — *Antonio Eleutherio de Camargo.*



## DECRETO N. 9429 — DE 30 DE MAIO DE 1885

Crêa na Província do Rio Grande do Sul uma Escola tática e de tiro.

Usando da authorizção conferida pelo § 1º n. 1 do art. 6º da Lei n. 3230 de 3 de Setembro do anno proximo passado, Hei por bem Crear uma Escola tática e de tiro na Província do Rio Grande do Sul, a qual se terá reger provisoriamente pelo Regulamento approvado pelo Decreto n. 929 de 9 de Agosto do mesmo anno para a Escola Geral de Tiro do Campo Grande.

Antonio Eleutherio de Camargo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario do Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e expeça os despachos necessario. Palacio do Rio de Janeiro em 30 de Maio de 1885, 64 da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Eleutherio de Camargo.*

.....

## DECRETO N. 9430 — DE 30 DE MAIO DE 1885

Eleva a quatro esquadrões o 27º corpo de cavallaria de Guardas Nacionaes da comarca do Rio Pardo, na Província do Rio Grande do Sul, e crêa alli outro corpo da mesma arma.

Attenlendo ao que representou o Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Hei por bem Decretar o seguinte:

Art. 1.º Fica elevado a quatro esquadrões o 27º corpo de cavallaria de Guardas Nacionaes da comarca do Rio Pardo, na Província do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º E' creado na freguezia de Nossa Senhora do Rosario, da referida comarca do Rio Pardo, um outro corpo de cavallaria de Guardas Nacionaes, com dous esquadrões e a designação de 74.º

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Afonso Augusto Moreira Penna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justica, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 30 de Maio de 1885, 64 da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Afonso Augusto Moreira Penna.*

.....

## DECRETO N. 9431 — DE 6 DE JUNHO DE 1885

Declara caduca a concessão feita pelo Decreto n. 9153 de 23 de Fevereiro de 1881.

Considerando que Jeronymo Cordeiro de Araujo Lima e Domingos Loureiro da Cruz, a quem pelo Decreto n. 9153 de 23 de Fevereiro do anno proximo passado, foram concedidos os favores mencionados no Regulamento de 24 de Dezembro de 1881, com excepção do de garantia ou fiança de juros, para o estabelecimento de um engenho central, destinado ao fabrico de assucar de canna, no municipio de Santa Maria Magdalena, Provincia do Rio de Janeiro, não organizaram a respectiva companhia dentro do prazo fixado no referido decreto. Hei por bem Declarar caduca a mesma concessão.

João Ferreira de Moura, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Est. dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 6 de Junho de 1885, 64<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Ferreira de Moura.*

~~~~~

## DECRETO N. 9432 — DE 6 DE JUNHO DE 1885

Declara caduca a concessão feita pelo Decreto n. 6483 de 18 de Janeiro de 1877.

Considerando que a Companhia *Pará Central Sugar Factory, Limited*, cessionaria da concessão feita pelo Decreto n. 6483 de 18 de Janeiro de 1877, para o estabelecimento de um engenho central, destinado ao fabrico de assucar de canna, no municipio de Igarapémerim, Provincia do Pará, não se habilitou para exercer as suas funções dentro dos prazos fixados, visto não estipularem os contratos, que apresentou em 5 de Outubro ultimo, a quantidade de canna que cada plantador tem que fornecer á fabrica, e não terem sido taes contratos reformados dentro da prorrogação concedida pelo Decreto n. 9390 de 23 de Fevereiro proximo passado; Hei por bem, na conformidade do § 2º do art. 25 do Regulamento approvado pelo Decreto n. 8357 de 24 de Dezembro de 1881, Declarar caduca a mesma concessão.

João Ferreira de Moura, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 6 de Junho de 1885, 64<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Ferreira de Moura.*

~~~~~

## DECRETO N. 9433 — DE 6 DE JUNHO DE 1885

Approva a reforma dos estatutos da Companhia de seguro mutuo contra fogo.

Attendendo ao que requereu a Companhia de seguro mutuo contra fogo, devidamente representada, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 30 de Maio ultimo, tomada sobre parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 21 de Abril do corrente anno: Hei por bem Approvar a reforma de seus estatutos, ficando supprimido o art. 1.º.

João Ferreira de Moura, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 6 de Junho de 1885, 64.º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Ferreira de Moura.*

**Projecto de reforma dos estatutos da Imperial Companhia de seguro mutuo contra fogo**

**CAPITULO I**

**DA COMPANHIA, SUA DURAÇÃO E FINS**

Art. 1.º A Imperial Companhia do seguro mutuo contra fogo, creada por Decreto n. 1353 do 1.º de Abril de 1854, fica prorrogado por mais 20 annos, e a sua actuação regulada pelos presentes estatutos.

Art. 2.º A sua sede continua a ser na cidade do Rio de Janeiro, com rehendendo suas operações a mesma cidade e a de Niteroy.

Art. 3.º A companhia tem por objecto principal e unico garantir mutuamente aos seus associados quaesquer riscos e damnos provenientes do fogo e raio nas propriedades que na mesma estiverem seguras.

Ficam, porem, excluidos do seguro de predios ou edificios: os theatros publicos ou particulares, circos ou praças, alfandegas, consulados, trapiches e depositos de generos inflammaveis e quaesquer substancias combustiveis.

Art. 4.º A pessoa que segurar nesta companhia fica sendo ao mesmo tempo segurado e segurador e a responsabilidade de uns para com os outros associados é reciproca e não se estenderá a mais do valor dado aos objectos na sua apolice de seguro.

Art. 5.º O associado pôde, quando lhe aprouver, desistir da sua qualidade de asegurado; isto é, não continuar a ter suas propriedades seguras nesta companhia; do de-segurar, porém, só finão o anno a que estiver obrigado é que ficará desligado dessa qualidade, não tendo direito ao fundo de reserva nem a dividendos.

## CAPITULO II

### DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 6.º O governo e administração da companhia reside na reunião dos associados constituídos em assemblea geral, em um conselho de administração nomeado por esta, e na directoria por este mesmo conselho escolhida na forma do art. 24.

Art. 7.º A companhia não tem fôrma social; todos os actos praticados e assignados pela directoria, ou pelo conselho de administração, nos casos previstos e não previstos, obrigam toda a companhia.

Ficam, porém, uns e outros responsaveis pessoal e individualmente até a concorrência do valor dos seus seguros, segundo o disposto no art. 4.º, sem prejuizo aliás das acções que possam dar-se por abuso do mandato.

Art. 8.º A directoria, como representante immediata da companhia, é competente para demandar activa e passivamente, e representar a companhia em todos os actos civis em que ella tenha de comparecer ou funcionar, revestida de todos os poderes de livre e geral administração como em causa propria.

## CAPITULO III

### DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 9.º A assemblea geral compor-se-ha de associados que tenham seguros em o valor de 5:000\$ pelo menos e estejam quites com a companhia.

Ao associado que tiver seguro de valor inferior a 5:000\$ é permitido discutir em assemblea geral, mas não tem direito de votar.

Os votos serão contados do modo seguinte: o associado que tiver seguro de 5:000\$ a 20:000\$ terá um voto; mais de 20 a 40:000\$, dous votos; mais de 40 a 60:000\$, tres votos; mais de 60 a 80:000\$, quatro votos; mais de 80:000\$, cinco votos; nem um, porém, terá mais de cinco votos, qualquer que seja o valor do seu seguro.

Art. 10. A assemblea geral reunirse-ha legalment e constituida, achando-se presentes 100, pelo menos, dos seus associados, que tenham seguros nesta companhia os valores de que trata o artigo antecedente, salvo os casos previstos nos arts. 24 e 25.

Art. 11. Si na primeira reunião não comparecer o numero de associados do artigo antecedente, fa-se-lhe nova convocação, declarando que a assemblea geral funcionará com os que estiverem presentes, sendo válidas as deliberações que nesta segunda reunião forem tomadas, com excepção das de que trata o art. 21.

Art. 12. Não são admitidas procurações para votação do conselho de administração e da comissão de exame de contas, salvo os associados que, achando-se ausentes, deixem procuradores que os representem.

Art. 13. Podem, contudo, fazer-se representar o mari o pela mulher, pupillos e curatellados por seus tutores e curadores, a firma social por um dos seus socios, as corporações por seus representantes, cabendo-lhes o direito de votar, uma vez que os valores dos seus seguros attingam a cifra de 5:000\$ e segundo o art. 9.º Para os demais actos são admissíveis procurações.

Art. 14. A assemblea geral será presidida por um dos associados presentes, que sob proposta de um dos directores for approvada, servindo de secretario e escrutador os associados que pelo presidente da assemblea forem convidados para exercerem taes funcções.

Art. 15. Antes de começarem os trabalhos, deverão os associados assinar seus nomes na lista de presença e declarar o valor total dos objectos seguros.

Art. 16. Competem á assemblea geral as seguintes attribuições :  
§ 1.º Alterar e reformar os estatutos, ficando, porém, qualquer alteração ou reforma dependente da approvação do Governo Imperial.

§ 2.º Resolver qualquer objecto, para o qual for convocada e seja da sua competencia.

§ 3.º Julgar as contas annuaes.

§ 4.º Eleger e destituir os membros do conselho de administração e os da comissão de exame de contas.

§ 5.º Na hypothese da destituição, proceder em seguida á eleição.

§ 6.º Delib. rar sobre a responsabilidade da directoria e conselho de administração.

Art. 17. Em o mez de Maio ou Junho de cada anno reunir-se-ha a assemblea geral ordinaria, para ser lhe presente o relatório da directoria com o parecer da comissão de exame de contas, tomando-se em seguida á discussão e approvação, tanto do relatório como do parecer da comissão de exame de contas, as deliberações que pareçam convenien es.

Tanto a cópia do parecer da comissão de exame e do relatório da directoria, como a do resumo do balanço, serão, até 30 dias depois de sua approvação, remettida ao Ministerio competente; devendo os mencionados relatórios, resumo do balanço e parecer, de off. de impressos, ser distribuidos p. los associados, pelo menos 15 dias antes da reunião em que se realizar a discussão dos mesmos.

Art. 18. Em o mez de Dezembro do anno respectivo reunir-se-ha a assemblea geral ordinaria para eleger, por escrutínio

secreto. o conselho de administração de que trata o art. 6.º e os tres membros para a comissão de exame de contas, que tem de dar seu parecer na reunião de Maio ou Junho.

Art. 19. A convocação ordinaria ou extraordinaria da assemblea geral será feita por annuncios no jornal de maior circulação, publicados pelo menos por tres vezes, sendo a primeira com 15 dias de antecedencia, declarando-se o fim da reunião com designação do logar, dia e hora.

Art. 20. Reunir-se-ha a assemblea geral extraordinaria quando a bem dos interesses da companhia o julgar conveniente a directoria, o conselho de administração, ou fôr requerido por 50 associados, pelo menos.

Em taes casos, a reunião far-se-ha dentro de 15 dias seguintes.

Art. 21. Nenhuma proposta que dissir respeito á reforma de estatutos, á responsabilidade do conselho de administração ou da directoria, ou á sua destituição, e bem assim á dissolução e liquidação da companhia, poderá ser votada em a mesma assemblea geral em que tiver sido apresentada, devendo na em que fôr votada achar-se presente pelo menos a 5ª parte dos associados e na conformidade com o disposto no art. 9.º

Si nem na primeira, nem na segunda reunião comparecer numero que represente um quinto dos associados, se conoará terceira, com a declaração de que a assemblea poderá deliberar, qualquer que seja o numero dos associados.

Neste caso, além dos annuncios, a convocação se fará por meio de cartas.

## CAPITULO IV

### DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 22. O conselho de administração será composto de nove membros tirados dentre os associados que estiverem nas condições do artigo seguinte, nomeados por maioria de votos em assemblea geral.

Art. 23. A nomeação de membro do conselho de administração só poderá recahir em associado que tenha em seguros de prodios nesta companhia valor não menor de 40:000\$000.

Art. 24. D'entre os membros do conselho serão por este escolhidos, logo que entrarem no exercicio de suas funcções, um presidente e um secretario. O mesmo conselho escolherá d'entre si dois membros, que constituirão a directoria que tem de administrar a companhia.

Art. 25. Não podem fazer parte do conselho nem exercer as respectivas funcções conjuntamente, sogro e genro, cunhados, nem os parentes até 2º grau.

Art. 26. O conselho de administração reunir-se-ha, pelo menos, uma vez por mez, e sempre que fôr convocado pela directoria.

Art. 27. Compete ao mesmo conselho :

§ 1.º Tomar as medidas que julgar convenientes aos interesses da companhia.

§ 2.º Decidir os negocios occurrentes sobre o que fôr ouvido pela directoria.

§ 3.º Approvar o regimento interno que fôr organizado pela directoria.

§ 4.º Examinar a escripturação, verificar o estado da caixa e exigir informações para bem fiscalisar os actos da administração.

§ 5.º Examinar e approvar os balancetes mensaes que lhe serão apresentados pela directoria.

§ 6.º Resolver qualquer duvida ou divergencia entre os directores.

§ 7.º Convocar a assembléa geral, nos casos ordinarios, quando o não fôr pela directoria, e nos casos extraordinarios, sempre que o exijam as conveniencias sociaes.

§ 8.º Estabelecer as condições das apolices dos seguros, segundo as basos e clausulas destes estatutos.

Art. 28. As deliberações do conselho serão tomadas por maioria de votos, reservando-se o do presidente para o desempate, quando fôr necessario ; sendo licito a qualquer dos membros do conselho fundamentar o seu voto e fazel-o inserir na acta, para salvar, a todo o tempo, sua responsabilidade.

Art. 29. As funções dos membros do conselho durarão por tres annos, salvo o caso da destituição pela assembléa geral ; poderão ser reeleitos.

Art. 30. O conselho de administração não poderá ser reeleito sem que sejam approvadas pela assembléa geral as contas apresentadas pela directoria.

## CAPITULO V

### DA DIRECTORIA

Art. 31. A directoria será composta de dous directores, na forma determinada no art. 24, e suas funções durarão pelo prazo de tres annos, podendo os mesmos ser reeleitos.

Art. 32. Os directores achar-se-hão effectivamente no escriptorio da companhia, para resolverem e fiscalisarem todos os negocios, segundo suas attribuições, competindo-lhes além disto :

§ 1.º Executar fielmente estes estatutos.

§ 2.º Executar as deliberações da assembléa geral e do conselho de administração.

§ 3.º Organizar o regimento interno da companhia.

§ 4.º Apresentar mensalmente ao conselho o balancete, offerecendo-lhe todos os esclarecimentos precisos para effectuar-se a rigorosa fiscalisação.

§ 5.º Nomear e demittir os empregados da companhia.

§ 6.º Marcar ordenados e gratificações aos mesmos empregados.

§ 7.º Fixar o *quantum* das fianças para os cargos que as devem ter.

§ 8.º Assignar o expediente, as apolices, os contratos, os cheques para o levantamento do dinheiro da companhia.

§ 9.º Resolver os negocios occurrentes.

§ 10. Estabelecer os premios que os seguros devem pagar, segundo a tabella reguladora e a natureza dos riscos dos objectos seguros.

§ 11. Convocar a assembléa geral ordinaria ou extraordinaria, e o conselho de administração, nos casos previstos nestes estatutos.

§ 12. Promover, de conformidade com os estatutos, o progresso e desenvolvimento da companhia.

§ 13. Remetter ao Ministerio competente as cópias do parecer da commissão de exame de contas, do relatório da directoria e um resumo do balanço annual da companhia.

§ 14. Exercer finalmente livre o geral administração, para o que lhe são conferidos poderes amplos e illimitados, sem reserva, que não seja especificada nestes estatutos.

Art. 33. Em remuneração do seu trabalho, cada director vencerá o honorario de 4:800\$ annuaes e mais, igualmente repartido pelos dous directores, a porcentagem de quatro por cento dos dividendos que forem distribuidos aos associados, provenientes dos lucros liquidos propriamente ditos, não podendo exceder o honorario e a porcentagem da quantia de seis contos de réis para cada um.

Art. 34. Os directores deverão prestar uma fiança ou hypotheca de bens no valor de 20:000\$, a qual só poderá ser levantada quando approvadas as contas de sua gestão.

Art. 35. Qualquer dos directores que deixar de possuir predios no valor de 40:000\$, como é exigido pelo art. 23, ou hypothecal-os, ou por qualquer circumstancia mudar de estado de fortuna, de maneira que não offereça as garantias subentendidas no citado artigo, não pode exercer o cargo, reputando-se vago para ser preenchido na forma marcada nestes estatutos.

Art. 36. No impedimento temporario de um dos directores, que não exceda de trinta dias, fica o outro director autorizado para todos os actos que ordinariamente a directoria costuma praticar, como seja: assignar o expediente, contratos de seguro, cheques para pagamentos, etc., etc.; não estão neste caso, porém, os compromissos com sinistros que tenham occorrido, bem como outros actos e despesas extraordinarias, que precisam para sua validade do consentimento expresso do outro director ou do conselho de administração.

## CAPITULO VI

### COMMISSÃO DE EXAME DE CONTAS

Art. 37. Haverá uma commissão de exame de contas composta de tres associados, eleita pela assembléa geral na forma indicada no § 4º do art. 16.



Compete à comissão de exame de contas :

§ 1.º Examinar escrupulosamente a escripturação da companhia, para o que a directoria lhe franqueará todos os livros e documentos probatorios da receita e despesa, ministrando-lhe sem reserva todas as informações pedidas.

§ 2.º Apresentar à assemblea geral ordinaria o seu parecer sobre a gestão e contas da directoria, relativas ao anno decorrido, e quaesquer negocios concernentes á companhia.

## CAPITULO VII

### DOS DIVIDENDOS E RETORNOS

Art. 38. Da totalidade dos premios de seguros de cada anno deduzir-se-hão as commissões, percentagens, importancias de sinistros e todas as demais despesas nelle occorridas ; do saldo que ficar, depois de tirada a decima parte, pelo menos, para fundo de reserva, se deduzirá o imposto sobre o dividendo desse anno, distribuindo-se proporcionalmente o restante por todos os associados.

Art. 39. Quando, em consequencia das rescisões, diminuições e abatimentos dos contratos dos seguros ou valores dos objectos segurados, resultar que o saldo a favor de algum ou alguns associados seja superior á importancia a que no anno seguinte ficarem reduzidos os premios dos seus seguros, têm elles direito ao retorno dessa differença, e a receberão no tempo e na forma estabelecida no artigo seguinte.

Art. 40. Em todos os annos, do mez de Maio em diante, pagar-se-hão os retornos provenientes das diminuições dos objectos seguros ou dos abatimentos dos valores ou de riscos da apolice, occorridos no anno anterior, e bem assim far-se-ha o pagamento dos dividendos do anno findo aos que se acharem quites no anno da descontinuação de seus seguros.

Art. 41. Os dividendos dos associados, que, achando-se quites, tiverem por declaração propria, ou pela rescisão feita pela directoria, quando julgar conveniente, deixado de fazer parte da companhia em virtude da retirada de seguros, reverterão para o fundo de reserva, si não forem reclamados dentro do prazo de tres annos, contados da data de sua respectiva liquidação.

## CAPITULO VIII

### DO FUNDO DE RESERVA

Art. 42. Fica creado um fundo de reserva do valor de 300:000\$, na forma abaixo determinada, destinado a subvencionar o pagamento dos sinistros, quando os premios dos seguros de qualquer anno sejam insufficientes para occorrer a taes prejuizos.

Art. 43. Deixará de haver accumulção do fundo de reserva com applicação de todas as verbas que lhe são destinadas no artigo seguinte, logo que attinja á somma de 200:000\$ com o producto das verbas dos §§ 3.º, 4.º, 5.º, 6.º e 7.º do referido artigo antecedente; entrando desde então as verbas dos §§ 1.º e 2.º do mesmo artigo para os dividendos annuaes, assina como aquellas, logo que complete-se a somma de 300:000\$000.

O fundo de reserva deverá ser elevado ás referidas sommas sempre que fôr desfalcado.

Art. 44. O fundo de reserva formar-se-ha das seguintes verbas :

§ 1.º A decima parte, pelo menos, do saldo que ficar depois de feitas todas as despezas de que trata o art. 38.

§ 2.º Os juros dos dinheiros da companhia.

§ 3.º Os dividendos e os retornos, não reclamados ou procurados, nos prazos estabelecidos no art. 41.

§ 4.º As custas judiciaes em questões ganhas pela companhia.

§ 5.º O producto das mercadorias avariadas, entregues pelos segurados á companhia e por conta desta vendidos em leilão publico.

§ 6.º As quantias reputadas quebrados por não perfazerem no quociente da divisão do saldo annual um numero inteiro.

§ 7.º As quantias provenientes de duplicatas das apolices.

Art. 45. E' só no caso de dissolução da companhia que o fundo de reserva poderá ser dividido.

Art. 46. A importancia do fundo de reserva deverá ser empregada em apolices da divida publica geral ou provincial que tiverem garantia do Governo.

## CAPITULO IX

### DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 47. A dissolução e liquidação desta companhia sómente terá lugar nos seguintes casos:

§ 1.º Na hypothese de não poder preencher o intuito e fim social.

§ 2.º Quando findar o tempo da duração da companhia o que os associados não queiram prorogação além dos prazos estabelecidos no art. 4.º

Art. 48. Neste ultimo caso, é indispensavel que a deliberação seja votada uniformemente, por mais de dous terços do numero dos seus associados, e nas condições do art. 9.º

Art. 49. No caso de dissolução e liquidação, a assembléa geral, que vota-a, nomeará uma commissão de tres membros para effectual-a, marcando-lhe os honorarios que deve perceber.

Art. 50. Os bens serão repartidos pelos associados que fizerem parte da companhia, tendo já tido seguros os seus predios por mais de cinco annos consecutivos até á data da mesma dissolução e liquidação, devendo ser a partilha na proporção dos valores dos seguros.

## CAPITULO X

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 51. Em o mez de Abril de cada anno a directoria annunciará pelos jornaes de maior circulação, de quantos por cento foi o dividendo do anno anterior sobre o total dos premios de seguros, convidando os associados a virem satisfazer no escriptorio da companhia, em todos os dias uteis do mesmo mez, a importancia das suas contribuições pela continuação do seu seguro no anno corrente.

Art. 52. O associado que durante o dito mez de Abril deixar de pagar a sua contribuição, perderá desde logo a sua qualidade de segurado, e do dia 31 de Dezembro desse anno em diante a de segurador, sem direito de reclamar da companhia indemnização alguma, si porventura depois das 5 horas da tarde do dia 30 de Abril acontecer algum sinistro nos objectos que segurara.

Art. 53. Das apolices deverão constar todas as condições que forem estabelecidas no contrato de seguro.

Art. 54. As apolices dos seguros e todos os documentos importantes da companhia, só terão validade e produzirão effectos juridicos sendo assignados pela directoria, salvos os casos previstos no art. 36.

Art. 55. O maximo de qualquer seguro de mercadorias o moveis é até 25:000\$ para cada segurado.

Art. 56. E' nulla a deliberação da assembléa geral que approvar as contas e o balanço da directoria, si não fór precedida do relatório e parecer da commissão de exame de contas.

Art. 57. No caso extraordinario de ser preciso ratear-se o pagamento de qualquer sinistro, por ser insufficiente o premio annual e o fundo de reserva, far-se-ha o rateio na proporção do valor do seguro de cada um associado, e aquelle que 15 dias depois de avisado não pagar a sua quota, incorrerá em uma multa igual á mesma quota em favor do fundo de reserva, e, tanto um como outra serão demandados judicialmente, correndo por sua conta as despesas do pleito.

Art. 58. As vagas ou impedimentos dos membros do conselho de administração, da directoria e da commissão de exame de contas, serão preenchidas da maneira seguinte: a de membro do conselho por um associado que esteja nas condições do art. 23; a da directoria, quando exceda o prazo do art. 36, por um dos membros do conselho de administração, ambos á livre escolha do mesmo conselho, e até á reunião da assembléa geral; e da commissão de exame de contas pelo que se lhe seguir na ordem da votação.

Art. 59. Sómente no caso de vaga por morte, destituição e desistência ou renuncia, proceder-se-ha á eleição e não ao impedimento temporario.

Art. 60. A directoria fará depositar diariamente todas as quantias que receber, abrindo conta corrente com um dos bancos e os

cheques serão assignados pelos dous directores, salvo o caso de impedimento previsto e regulado pelo disposto no art. 36.

Art. 61. A fiança ou hypotheca que têm de prestar os directores será effectuada sendo a companhia representada por dous membros do conselho, especialmente escolhidos por este para esse fim.

Art. 62. Logo que qualquer dos directores deixe de fazer parte da directoria, poderá com uma certidão da acta da prestação e approvação de contas, dar baixa da fiança ou hypotheca, devendo no respectivo contrato declarar-se que o onus cessa com a approvação das contas do ultimo anno da administração do director.

Art. 63. Nos casos omissos ou duvidosos nestes estatutos, compete ao conselho deliberar como entender mais de equidade, e conforme os interesses da companhia, até á proxima reunião da assembléa geral, a quem compete providenciar definitivamente.

Art. 64. Approvados os presentes estatutos, o actual conselho de administração se reunirá logo para proceder á escolha d'entre si do presidente e secretario, de conformidade com o disposto no art. 24, bem assim para a escolha de um director, que, com o que ora funciona, preencham a directoria na fórma do art. 31.

Art. 65. Fica a directoria autorizada a impetrar do Governo Imperial a approvação destes estatutos e a aceitar as modificações que o mesmo Governo fizer, uma vez que não alterem as idéas capitae que foram adoptadas pela assembléa geral dos associados da companhia.

Rio de Janeiro, 7 de Abril de 1885.— O director presidente, *Antonio Carlos da Veiga Junior*.— *Antonio A. Sayão*.



#### DECRETO N. 9431 — DE 6 DE JUNHO DE 1885

Concede autorização á Companhia engenho central Rio Branco para se organizar.

Attendendo ao que requereu a Companhia engenho central Rio Branco, devidamente representada, e Conformando-me, por Minha Imperial Resolução de 7 de Março ultimo, com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 3 de Janeiro do corrente anno, Hei por bem Autorizal-a a organizar-se com os estatutos que Me foram presentes e com este baixam.

João Ferreira de Moura, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 6 de Junho de 1885, 61<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Ferreira de Moura.*

## Projecto\* de estatutos do engenho central Rio Branco

### CAPITULO I

#### DA CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA

Art. 1.º A Companhia engenho central Rio Branco é constituída de conformidade com o art. 3.º § 1.º n. 2 da Lei n. 3150 de 4 de Novembro de 1882, o segundo as mais disposições legislativas que regem as sociedades anonymas.

§ 1.º Forma-se por meio da transferencia que lhe é feita pelo concessionario oncorporador Joaquim José Campos de Bittencourt, da concessão que o mesmo obteve do Governo Provincial de Minas Geraes.

§ 2.º Essa concessão, que consta do contrato de 22 de Dezembro de 1882, celebrado entre o concessionario e o Governo Provincial de Minas Geraes, nos termos da Lei mineira n. 2900 de 7 de Outubro de 1882, para a construcção, uso e gozo exclusivo de um engenho central de canna de assucar, em qualquer dos municipios de Ubi, Visconde do Rio Branco (antigo Presidio), Muriaé, Carangola e Ponte Nova, com a garantia do juro da Provincia de Minas Geraes de 7 % annuaes, sobre o capital de 800:000\$ por 25 annos, é transferida á companhia, com todos os favores, onus, isenções e mais condições da citada lei e contrato, mediante a remuneração que ao encorporador concessionario for arbitrada na assembleia geral constitutiva da companhia.

§ 3.º Aceita pelo encorporador concessionario a remuneração arbitrada, ficará o mesmo sem direito, de qualquer ordem que seja, a reclamação alguma.

#### DO FIM SOCIAL

Art. 2.º A companhia tem por fim executar o contrato celebrado com o Governo Provincial de Minas Geraes pelo encorporador, fazendo construir e custear o referido engenho com os privilegios e mais condições constantes da mencionada lei e contrato.

Art. 3.º A companhia terá sua sede na cidade do Rio de Janeiro, e o tempo da sua duração será o da concessão feita pelo Governo Provincial.

### CAPITULO II

#### DO CAPITAL

Art. 4.º O capital da companhia será de 800:000\$ dividido em 4.000 acções de 200\$ cada uma, e poderá ser augmentado de accordo

com o disposto no art. 3.<sup>o</sup> da Lei mineira de 7 de Outubro de 1882, n. 2900, e mais disposições da lei geral sobre sociedades anónimas.

Art. 5.<sup>o</sup> A companhia é desde já autorizada a emitir obrigações de preferencia ao portador (*debentures*) do valor nominal de 200\$ cada uma, até a somma de 800:000\$, vencendo juro annual nunca excedente de 6  $\frac{1}{2}$  % e sendo amortizados ao par, na razão de 1 % pelo menos, por meio de sorteio que terá lugar annualmente nos primeiros dez dias do mez de Janeiro ou por compra no mercado.

Os titulos deste emprestimo serão privilegiados, e, como taes, terão preferencia sobre os dividendos da companhia, cujos bens também servirão de garantia áquelles titulos.

Art. 6.<sup>o</sup> O accionista é responsavel sómente pela quota de capital que subscrever.

Art. 7.<sup>o</sup> O capital será realizado por prestações de 10 % o com intervallo de 30 dias, pelo menos.

Ao accionista impontual será concedida a móra de 30 dias, a contar do prazo fixado no edital publicado nos jornaes de maior circulação, para realizar o pagamento da chamada feita e accrescida dos respectivos juros, na razão de 8  $\frac{1}{2}$  % ao anno.

Art. 8.<sup>o</sup> No caso de falta de pagamento nos prazos concedidos, a directoria declarará em commissão as respectivas acções, que ficarão pertencendo á companhia, que poderá novamente emitil-las.

O commissão, porém, é um direito da companhia e nunca uma faculdade outorgada ao accionista.

Art. 9.<sup>o</sup> A transferencia das acções só poderá ter lugar depois de realizado o pagamento da 5.<sup>a</sup> parte do seu valor, e deverá ser feita por termo lavrado no registro da companhia e assignado pelo cedente e cessionario, ou por seus procuradores.

### CAPITULO III

#### DA DIRECTORIA

Art. 10. A directoria da companhia será composta de tres membros eleitos pela assembléa geral, d'entre os accionistas possuidores de 100 acções, pelo menos, averbadas no registro da companhia 60 dias antes do dia da eleição.

Essas acções servirão de caução e serão inalienaveis durante o exercicio do cargo, cujo mandato será de tres annos.

Art. 11. A remuneração da directoria será de 4:000\$ annuaes a cada um, pagos trimestralmente durante a construcção ou de 5 % da renda liquida, depois de deduzidos os gastos de custeio, logo que o engenho comece a funcionar.

Art. 12. Compete ao presidente da directoria :

§ 1.<sup>o</sup> Executar e fazer executar as resoluções da mesma directoria, que poderá deliberar com a presença de dous de seus membros, cabendo ao director presidente o voto de qualidade nos casos de empate.

§ 2.º Representar a directoria em todos os interesses da companhia, com plenos poderes outorgados, sem reserva alguma.

§ 3.º Convocar ordinaria e extraordinariamente a assembléa geral dos accionistas.

§ 4.º Organizar e apresentar á mesma assembléa o relatório e balanço annua.

Art. 13. Compete ao director thesoureiro ter a seu cargo a caixa da companhia e assignar os cheques para pagamento de suas despesas.

Art. 14. Cabe ao director secretario assignar os termos das transferencias das acções, e fazer as vezes do presidente.

Art. 15. A directoria tem a faculdade de exercer plenos poderes administrativos.

## CAPITULO IV

### DOS FISCAES

Art. 16. O conselho fiscal, eleito annualmente pela assembléa geral ordinaria, será composto de tres accionistas possuidores de 50 acções, pelo menos. Este conselho dará parecer sobre a gestão dos negocios da companhia no anno que se seguir á sua nomeação, tendo por base o balanço, inventario e contas da administração. (Art. 11 da Lei n. 3150 de 4 de Novembro de 1882.)

## CAPITULO V

### DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 17. A assembléa geral reunir-se-ha ordinariamente no decurso do mez de Abril de cada anno, e extraordinariamente quando fór legal e devidamente convocada.

Art. 18. A assembléa geral julgar-se-ha constituida sempre que, por convite do presidente, se reunam accionistas que representem a quarta parte do capital da companhia. Na falta de numero sufficiente, será a assembléa convocada para outro dia, com a declaração expressa de que, nesse dia, considerar-se-ha a mesma constituida, qualquer que seja o numero de accionistas presentes.

Art. 19. A assembléa geral será presidida pelo presidente da companhia ou por quem o substituir, e servirá de secretario o accionista que, por convite do presidente, fór chamado para esse fim.

Art. 20. A votação das questões sujeitas á discussão far-se-ha *per capita*. Basta para isso reclamação de um só accionista com direito de voto, para determinar a votação por acções.

Art. 21. Cada grupo de 20 acções dá direito a um voto, com-tanto que sejam averbadas em nome do accionista, pelo menos, 60 dias antes da reunião.

Art. 22. As eleições serão feitas por escrutinio, e nellas serão aceitos votos por procuração.

## CAPITULO VI

## DO FUNDO DE RESERVA E DIVIDENDOS

Art. 23. Dos lucros liquidos de cada semestre será deduzida uma somma equivalente a 2 % dos referidos lucros para o fim de constituir um ou mais fundos de reserva ou de depreciação. Esse ou esses fundos de reserva serão para fazer face aos desfalques do capital ou para pagar as contingentes reclamações e responsabilidades da companhia, ou para serem utilizados como fundo de amortização para pagamento dos titulos de prelação (*debentures*).

## CAPITULO VII

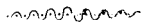
## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 24. A primeira directoria, que tiver de funcionar com a execução dos presentes estatutos, compor-se-ha dos Srs. Drs. Antonio Paulo de Mello Barreto, José Arthur de Murinelly e Lindolpho Martins Ferreira.

Art. 25. Semelhantemente o primeiro conselho fiscal será composto dos Srs. Dr. João Baptista de Sampaio Ferraz, Comendador José Antonio Moreira Filho e Dr. Guilherme Carlos Lassance.

Art. 26. Os casos omissos nestes estatutos serão regulados pelas disposições do Decreto n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882.

Rio de Janeiro, 26 de Abril de 1884. — Os directores, *Antonio Paulo de Mello Barreto.* — *José Arthur de Murinelly.* — *Lindolpho Martins Ferreira.*



## DECRETO N. 9435 — DE 6 DE JUNHO DE 1885

Proroga por seis mezes o prazo para a immersão do primeiro dos cabos telegraphicos submarinos concedidos pelo Decreto n. 8992 de 18 de Agosto de 1883 e transferidos á « D. Pedro II American Telegraph and Cable Company », e altera a clausula 2ª do mesmo decreto.

Attendendo ao que requereu a *D. Pedro II American Telegraph and Cable Company*, Hei por bem Prorogar por seis mezes o prazo para a immersão do cabo telegraphico submarino de que trata a clausula 4ª da concessão a que se refere o Decreto n. 8992 de 18 de Agosto de 1883, transferida áquella companhia em virtude

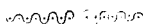


do Decreto n. 9084 de 15 de Dezembro de 1883, e Permittir que o porto para emersão do mesmo cabo seja, o de Vizeu, na Provincia do Pará, em vez do da Fortaleza, designado na clausula 2ª das que baixaram com o primeiro dos mencionados decretos.

João Ferreira de Moura, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 6 de Junho de 1885, 64ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Ferreira de Moura.*



DECRETO N. 9436 — DE 6 DE JUNHO DE 1885

Grêa um Commando Superior de Guardas Nacionais na comarca de Uruguayana, separado do de Alegrete, na Provincia do Rio Grande do Sul.

Attendendo ao que representou o Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º E' creado na comarca de Uruguayana, da Provincia do Rio Grande do Sul, um Commando Superior de Guardas Nacionais que se comporá do 50º corpo de cavallaria e do 11º batalhão da reserva, já organizados na referida comarca.

Art. 2.º O Commando Superior da comarca de Alegrete será formado do 48º corpo de cavallaria, do 4º batalhão de infantaria do serviço activo e do 10º batalhão da reserva já alli organizados.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Affonso Augusto Moreira Penna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 6 de Junho de 1885, 64ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Affonso Augusto Moreira Penna.*



## DECRETO N. 9437 — DE 6 DE JUNHO DE 1885

Crêa uma secção de batalhão de Guardas Nacionais do serviço da reserva no município da Vargem Grande, comarca de Itapicuru-mirim, na Província do Maranhão.

Attendendo ao que representou o Presidente da Província do Maranhão, Hei por bem Decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creada no município da Vargem Grande, comarca de Itapicuru-mirim, da Província do Maranhão, uma secção de batalhão de Guardas Nacionais do serviço da reserva, com quatro companhias e a designação de 11<sup>a</sup>; revogadas as disposições em contrario.

Afonso Augusto Moreira Penna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 6 de Junho de 1885, 61<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Afonso Augusto Moreira Penna.*



## DECRETO N. 9438 — DE 6 DE JUNHO DE 1885

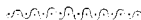
Proroga por mais tres mezes o prazo marcado no Decreto n. 8800 de 16 de Dezembro de 1882 para começo das obras do caes e porto de Santos.

Attendendo ao que representou o Presidente da Província de S. Paulo, Hei por bem Prorogar por mais tres mezes, contados de 4 de Julho proximo futuro, o prazo marcado na clausula 5<sup>a</sup> das que baixaram com o Decreto n. 8800 de 16 de Dezembro de 1882 para começo das obras do caes e melhoramentos do porto de Santos e a que se refere o Decreto n. 9378 de 14 de Fevereiro do corrente anno.

João Ferreira de Moura, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 6 de Junho de 1885, 61<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Ferreira de Moura.*



## DECRETO N. 9439 — DE 13 DE JUNHO DE 1885

Eleva a tres esquadões o 46º corpo de cavallaria da Guarda Nacional das comarcas do Rio dos Sinos e Maquiné, na Provincia do Rio Grande do Sul, e crea alli uma secção de batalhão da reserva.

Attendendo ao que representou o Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica elevado a tres esquadões o 46º corpo de cavallaria da Guarda Nacional das comarcas do Rio dos Sinos e Maquiné, organizado na freguezia de S. Domingos das Torres, Provincia do Rio Grande do Sul.

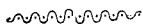
Art. 2.º E' creada na referida freguezia de S. Domingos das Torres uma secção de batalhão da reserva, com quatro companhias e a designação de 1.ª, a qual ficará subordinada ao Commando Superior daquellas comarcas.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Afonso Augusto Moreira Penna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Junho de 1885, 61º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Afonso Augusto Moreira Penna.*



## DECRETO N. 9440 — DE 13 DE JUNHO DE 1885

Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes do serviço activo na comarca do Rio Bagagem, na Provincia de Minas Geraes.

Attendendo ao que representou o Presidente da Provincia de Minas Geraes, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º E' creado na comarca do Rio Bagagem, na Provincia de Minas Geraes, mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes do serviço activo, com oito companhias e a designação de 89ª, que será organizado com os guardas daquelle serviço, qualificados nas freguezias de Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora da Abbadia da Agua Suja e Sant'Anna do Rio das Velhas.

Art. 2.º O batalhão de infantaria n. 75 da dita comarca se comporá dos guardas do serviço activo, alistados nas freguezias

de Nossa Senhora Mãe dos Homens da Bagagem e do Brejo Alegre.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Affonso Augusto Moreira Penna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Junho de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Affonso Augusto Moreira Penna.*



DECRETO N. 9441 — DE 13 DE JUNHO DE 1885

Crêa um Commando Superior de Guardas Nacionaes na comarca de Camaquã, separado do da Encruzilhada, na Provincia do Rio Grande do Sul.

Attendendo ao que representou o Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º E' creado na comarca de Camaquã, separado do da Encruzilhada, na Provincia do Rio Grande do Sul, um Commando Superior de Guardas Nacionaes que se comporá dos corpos de cavallaria ns. 10 e 11, e da 8ª secção do batalhão da reserva, todos já alli organizados.

Art. 2.º O Commando Superior da comarca da Encruzilhada se comporá dos corpos de cavallaria ns. 9 e 68, e da 7ª secção de batalhão da reserva, já alli organizados.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Affonso Augusto Moreira Penna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Junho de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Affonso Augusto Moreira Penna.*



## DECRETO N. 9442 — DE 13 DE JUNHO DE 1885

Declara que nos concursos para provimento dos logares de Instructores geraes da Escola de Tiro do Campo Grande não farão parte do conselho de instrucção os instructores adjuntos.

Usando da attribuição constitucional e de accôrdo com o art. 117 do Regulamento approved pelo Decreto n. 9259 de 9 de Agosto do anno proximo passado, Hei por bem Determinar que na Escola Geral de Tiro do Campo Grande se observem as seguintes disposições:

Art. 1.º Nos concursos para provimento dos logares de Instructores geraes não farão parte do conselho de instrucção os Instructores adjuntos.

Art. 2.º Tanto no caso de que trata o artigo antecedente, como em outro qualquer em que não esteja completo o conselho de instrucção, o Governo designará para completal-o outros officiaes que tenham, pelo menos, o curso de artilharia e posto não inferior ao de Capitão.

Antonio Eleutherio de Camargo, do Meu Conselho, Ministro o Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Junho de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio Eleutherio de Camargo.*



## DECRETO N. 9443 — DE 20 DE JUNHO DE 1885

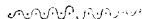
Declara caduca a concessão feita pelo Decreto n. 8533 de 13 de Maio de 1882 e revalidada pelo Decreto n. 9107 de 22 de Dezembro de 1883.

Considerando que a Companhia *Nazareth Central Sugar Factory of Brasil, limited*, cessionaria da concessão feita e revalidada pelos Decretos ns. 8533 de 13 de Maio de 1882 e 9107 de 22 de Dezembro do anno seguinte, de garantia de juros de 6 % ao anno sobre o capital de 500:000\$ para o estabelecimento de um engenho central, destinado ao fabrico de assucar de canna, no municipio de Nazareth, Provincia da Bahia, não se habilitou para exercer suas funções dentro dos prazos fixados: Hei por bem, na conformidade do § 2º do art. 25 do Regulamento approved pelo Decreto n. 8357 de 24 de Dezembro de 1881, Declarar caduca a mesma concessão.

João Ferreira de Moura, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 20 de Junho de 1885, 61<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Ferreira de Moura.*



DECRETO N. 9444 — DE 20 DE JUNHO DE 1885

Concede permissão a Manoel Vidal Barbosa Lage para explorar carvão de pedra e petroleo na Provincia de Minas Geraes.

Attendendo ao que requereu Manoel Vidal Barbosa Lage, Hei por bem Conceder-lhe permissão para explorar carvão de pedra e petroleo em terras de sua propriedade no municipio do Juiz de Fóra, Provincia de Minas Geraes, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por João Ferreira de Moura, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 20 de Junho de 1885. 61<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Ferreira de Moura.*

**Clausulas a que se refere o Decreto n. 9444,  
desta data**

1

Fica concedido a Manoel Vidal Barbosa Lage o prazo de dous annos, contados desta data, para, sem prejuizo dos direitos de terceiro, proceder a explorações e pesquisas para descobrimento de minas de carvão de pedra e petroleo em terras de sua propriedade no municipio do Juiz de Fóra, Provincia de Minas Geraes.

Dentro deste prazo o concessionario deverá apresentar na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas plantas geologica e topographica dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, tanto quanto fôr possível e o permittirem os trabalhos executalos, a superposição das camadas mineraes, e remetterá, com as mesmas plantas, amostras dos mineraes encontrados e relatorio minucioso da localidade em que a mina estiver situada, declarando qual a possança e riqueza desta, qual sua extensão e sua direcção; a distancia entre ella e os povoados mais proximos, e os meios de communição existentes; a área necessaria para a mineração, e, finalmente, os meios apropriados para o transporte dos productos das minas.

## II

Os trabalhos de pesquisa ou exploração para descobrimento de minas, poderão ser feitos por qualquer dos modos recommendados pela sciencia.

## III

O concessionario fica obrigado a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir ás propriedades adjacentes; a restabelecer, á sua custa, o curso natural das aguas, que desviar por causa dos mesmos trabalhos, e a dar conveniente direcção ás que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizer, quando destes serviços resultar damno aos mesmos proprietarios de terrenos adjacentes.

Si o desvio destas aguas exigir trabalhos em propriedade alheia, o concessionario solicitará previo consentimento do proprietario, usando dos meios em direito permittidos.

## IV

O concessionario fica obrigado a dessecar os terrenos alagados da exploração, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo que não possa ser prejudicada a saude dos moradores da circumvizinhança.

Palacio do Rio de Janeiro em 20 de Junho de 1885.—*João Ferreira de Moura*.

## DECRETO N. 9445 — DE 20 DE JUNHO DE 1885

Crêa um Commando Superior de Guardas Nacionais na comarca do Icatú, da  
Provincia do Maranhão.

Attendendo ao que representou o Presidente da Provincia do  
Maranhão, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º E' creado na comarca de Icatú, da Provincia do  
Maranhão, um Commando Superior de Guardas Nacionais que  
se comporá do 14º batalhão de infantaria do serviço activo e do  
3º batalhão da reserva, que para este fim são desligados do  
Commando Superior da comarca do Rosario, da referida Provincia.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Affonso Augusto Moreira Penna, do Meu Conselho, Ministro  
e Secretário de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha  
entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 20 de  
Junho de 1885, 64' da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Affonso Augusto Moreira Penna.*



## DECRETO N. 9446 — DE 20 DE JUNHO DE 1885

Eleva á categoria de batalhão a 9ª secção de batalhão de infantaria do serviço  
activo da Guarda Nacional da comarca de Breves, na Provincia do Pará.

Attendendo ao que Me representou o Presidente da Provincia do  
Pará, Hei por bem Decretar o seguinte:

Art. 1.º E' elevada á categoria de batalhão, com oito compa-  
nhias e a designação de 35º, a 9ª secção de batalhão de infantaria  
da Guarda Nacional do serviço activo, organiza-la na freguezia de  
S. João Baptista do Curralinho, comarca de Breves, na Provincia  
do Pará.

Art. 2.º Ficam addidas ao referido batalhão, nos termos do  
art. 7º do Decreto n. 5573 de 21 de Março de 1874, as praças do  
serviço da reserva, qualificadas na dita freguezia.

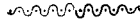
Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.



Affonso Augusto Moreira Penna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 20 de Junho de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Affonso Augusto Moreira Penna.*



DECRETO N. 9447 — DE 20 DE JUNHO DE 1885

Concede á Companhia da estrada de ferro Principe do Grão-Pará, com applicação ao prolongamento da mesma estrada de Petropolis a S. José do Rio Preto, os favores constantes dos §§ 2º, 4º, 6º e 7º do art. 9º do Decreto n. 5561 de 28 de Fevereiro de 1874.

Attendendo ao que solicitou a Presidencia da Provincia do Rio de Janeiro, Hei por bem Conceder á Companhia da estrada de ferro Principe do Grão-Pará os favores constantes dos §§ 2º, 4º, 6º e 7º do art. 9º do Decreto n. 5561 de 28 de Fevereiro de 1874, com applicação ao prolongamento da mesma estrada desde Petropolis até á freguezia de S. José do Rio Preto, ficando a referida companhia sujeita ás disposições do Decreto n. 6995 de 10 de Agosto de 1878, no que lhe fôr applicavel em referencia ao dito prolongamento.

João Ferreira de Moura, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 20 de Junho de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Ferreira de Moura.*



## DECRETO N. 9448 — DE 27 DE JUNHO DE 1885

Dá novo Regulamento à Escola de Minas.

Usando da autorização concedida pelo art. 2.<sup>o</sup> § 4.<sup>o</sup> da Lei n. 3230 de 3 de Setembro do anno passado, Hei por bem que na Escola de Minas se observe o novo Regulamento que com este baixa, assignado por João Florentino Meira de Vasconcellos, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 27 de Junho de 1885, 64.<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Florentino Meira de Vasconcellos.*

**Regulamento a que se refere o Decreto  
n. 9448, desta data**

CAPITULO I

DA ESCOLA E SEUS CURSOS

Art. 1.<sup>o</sup> A Escola de Minas, cuja sede continúa a ser na cidade de Ouro Preto, Provincia de Minas Geraes, tem por fim especial preparar Engenheiros para a lavra de minas, para os estabelecimentos metallurgicos, e em geral para os demais serviços a que corresponde o seu ensino.

Art. 2.<sup>o</sup> Os cursos desta Escola são gratuitos.

Art. 3.<sup>o</sup> As materias ensinadas na Escola constituirão dous cursos : um geral e outro superior.

Art. 4.<sup>o</sup> O curso geral durará tres annos e comprehenderá as seguintes materias :

*1.<sup>o</sup> anno*

1.<sup>a</sup> cadeira.— Arithmetica, geometria, algebra e trigonometria elementar.

2.<sup>a</sup> cadeira.— Noções de physica e chimica.  
Desenho de imitação.

*2º anno*

1ª cadeira.— Complementos de algebra, calculo das derivadas, geometria analytica a duas e tres dimensões, complementos de trigonometria rectilinea.

2ª cadeira.— Geometria descriptiva : linha recta e plano.

3ª cadeira.— Agrimensura, cosmographia e topographia elemental.

4ª cadeira.— Chimica dos metalloides.

Physica : calor, magnetismo, electricidade.

5ª cadeira.— Zoologia.

Epuras, trabalhos praticos de chimica, de physica e de zoologia.

Desenho de imitação e de topographia.

Pratica de trabalhos de campo.

*3º anno*

1ª cadeira.— Calculo differencial e integral, mecânica racional, trigonometria espherica.

2ª cadeira.— Geometria descriptiva : planos tangentes e intersecção de superficies.

3ª cadeira.— Chimica dos metaes e organica ; physica : acustica e luz.

4ª cadeira.— Botanica.

Epuras, trabalhos praticos de chimica, de physica e de botanica.

Desenho de imitação.

Art. 5.º O curso superior durará tres annos e o respectivo ensino comprehendêrã :

*1º anno*

1ª cadeira.— Mineralogia, docimasia, complementos de physica e chimica industriaes.

2ª cadeira.— Lavra de minas, 1ª parte ; metallurgia, 1ª parte.

3ª cadeira.— Stereotomia, madeiramento, sombras e perspectiva, planos cotados, etc.

4ª cadeira.— Mecanica applicada: machinas por vapor, thermodynamica e hydraulica.

Epuras, trabalhos praticos de mineralogia, de chimica e de docimasia ; visitas de minas, excursões mineralogicas.

*2º anno*

1ª cadeira.— Geologia, 1ª parte ; phenomenos actuaes, petrographia.

2ª cadeira.— Lavra de minas, 2ª parte ; metallurgia, metallurgia dos pequenos metaes.

3ª cadeira.— Mecanica applicada á resistencia dos materiaes e ás construcções.

4ª cadeira.— Estudo dos materiaes de construcção, architectura, technologia das pequenas profissões.

5ª cadeira.— Topographia superficial e subterranea, tracado de uma estrada de rodagem.

Trabalhos praticos de geologia, trabalhos praticos de topographia, desenhos de architectura, visitas de minas e estabelecimentos metallurgicos, excursões geologicas.

### 3º anno

1ª cadeira.— Geologia, 2ª parte; descripção dos terrenos e dos principaes fosseis que os caracterizam.

2ª cadeira.— Estradas de ferro, pontes e viaductos, estradas ordinarias.

3ª cadeira.— Complementos de mecanica applicada aos rios e canaes, portos, hydraulica agricola.

4ª cadeira.— Legislação de minas, economia politica, direito administrativo e estatistica.

Trabalhos praticos de geologia, trabalhos graphicos, redacção de projectos sobre metallurgia, exploração de minas, mecanica applicada e estradas de ferro.

Exercicios technicos, visitas aos trabalhos de construcção de estradas de ferro e ás usinas, e excursões geologicas.

## CAPITULO II

### DA DIRECÇÃO DA ESCOLA

#### SECÇÃO I

##### *Do Director*

Art. 6.º O Director será nomeado d'entre os lentes e exercerá o cargo sem prejuizo da regencia de sua cadeira.

No impedimento ou na falta do effectivo, servirá quem fôr designado pelo Ministro do Imperio, e provisoriamente o lente mais antigo que estiver em exercicio.

Art. 7.º O Director será nomeado por decreto, ou servirá por contrato si fôr estrangeiro.

Art. 8.º O Director é o presidente da Congregação; incumbelhe regular e dirigir, de conformidade com o presente Regulamento e as ordens do Governo, tudo quanto pertencer á Escola e não estiver especialmente encarregado á Congregação.

Art. 9.º Compete-lhe:

1.º Dirigir as sessões da Congregação, e convocar-a não só nos casos expressamente determinados, como naquelles em

que o julgar necessario, por deliberação propria ou á requisição de qualquer lente, ou quem suas vezes fizer, com declaração do objecto, marcando a hora da reunião, de fórma que não se prejudique o serviço das aulas e dos exames, ou quaesquer trabalhos escolares.

2.º Mandar abrir a inscripção para os concursos de que trata o cap. 5.º

3.º Nomear o porteiro, dando parte ao Governo, e admittir os serventes que forem necesarios.

4.º Fazer, de conformidade com as instrucções que receber do Ministro do Imperio, as despesas que tenham sido autorizadas.

5.º Informar o Ministro do Imperio das occurrencias mais importantes que se derem na Escola.

6.º Organizar o orçamento annual das despesas do Estabelecimento.

7.º Visitar os cursos e assistir, sempre que lhe fôr possivel, aos actos e exercicios escolares.

8.º Dar aos repetidores, ao secretario e demais empregados as instrucções e ordens relativas ao serviço da Escola.

9.º Exercer a policia no recinto do edificio da Escola, procedendo na fórma deste Regulamento contra os infractores e perturbadores da ordem e disciplina.

10. Enviar no fim de cada anno lectivo um relatório circumstanciado sobre os trabalhos do anno, com declaração do aproveitamento de cada um dos alumnos e regularidade de seu proceder, assim como do desempenho e pontualidade do serviço do pessoal da Escola.

Art. 10. O Director será responsavel pela regularidade da Escola e representará sobre tudo que fôr concernente ao ensino, á boa ordem e ás necessidades do Estabelecimento.

Art. 11. Os actos do Director ficam debaixo da immediata inspecção do Ministro do Imperio. O Presidente da Provincia de Minas Geraes poderá exigir do mesmo Director informações relativas á Escola, a qual continúa a depender exclusivamente do Governo Geral, sem que nenhuma ingerencia nella possa ter o Provincial.

## SECÇÃO II

### *Da Congregação*

Art. 12. A Congregação compõe-se do Director e de todos os lentes cathedrauticos, effectivos ou interinos, nacionaes, ou estrangeiros contratados, e não póde exercer suas funções sem que se reuna mais da metade dos seus membros que estiverem em exercicio.

Art. 13. As deliberações da Congregação serão tomadas por maioria dos membros presentes, e sempre por votação

nominal, salvo o caso em que se tratar de questões de interesse pessoal, sobre as quaes se votará por escrutinio secreto.

Art. 14. O Director terá voto nas decisões da Congregação, cabendo-lhe mais no caso de empate o de qualidade nas votações nominaes.

Nas que se verificarem por escrutinio secreto prevalecerá, no caso de empate, a decisão mais favoravel.

Art. 15. Compete á Congregação :

1.º Formular no principio de cada anno os programmas de estudos de cada uma das aulas da Escola.

2.º Organizar as tabellas de pontos para os exames.

3.º Regular o horario para cada uma das aulas e para os exames.

4.º Propor ao Governo, sendo por este consultada, as pessoas que possam interinamente exercer o magisterio, quando haja deficiencia de pessoal e não seja praticavel ou conveniente a accumulção entre os professores em exercicio.

Art. 16. A Congregação corresponder-se-ha com o Governo por intermedio do Director.

Art. 17. O professor de desenho será convidado para as sessões da Congregação, em geral afim de ser ouvido a respeito da organização do programma do ensino e do horario da aula respectiva, e, em particular, bem como os repetidores, quando a Congregação julgar conveniente ouvir-o.

Art. 18. O secretario assistirá ás reuniões da Congregação para redigir as actas, que, depois de approvadas na sessão seguinte, e assignadas pelos membros da mesma Congregação, serão por elle archivadas e registradas.

Quando a Congregação resolver que fique em segredo alguma de suas deliberações, lavrar-se-ha acta especial, que, depois de copiada, será fechada, lacrada e sellada com o sello da Escola, ficando o original debaixo da responsabilidade do secretario. A cópia será immediatamente remettida ao Governo, que poderá determinar a publicidade. A Congregação poderá tambem, quando lhe parecer opportuno, ordenar essa publicidade, precedendo autorização do Governo.

### CAPITULO III

#### DO PESSOAL DOCENTE

Art. 19. O pessoal docente compõe-se de :

1 lente de mineralogia, geologia, docimasia e de complementos de physica e chimica industriaes.

1 de lavra de minas e metallurgia.

1 de mecanica applicada.

1 de materiaes de construcção, architectura, technologia das pequenas profissões, estradas de ferro, pontes e viaductos, e estradas ordinarias.

1 de geometria descriptiva no curso geral, e de stereotomia, madeiramento, sombras e perspectiva, planos cotados, etc. no curso superior.

1 de agrimensura, cosmographia e topographia elemental no curso geral, e de topographia superficial e subterranea no curso superior.

1 de legislação de minas, economia politica, direito administrativo e estatistica.

1 da 1ª cadeira do 1º anno do curso geral.

1 da 1ª cadeira do 2º anno do curso geral.

1 da 1ª cadeira do 3º anno do curso geral.

1 da 2ª cadeira do 1º anno ; da 5ª do 2º, e da 4ª do 3º anno do curso geral.

1 da 4ª cadeira do 2º e da 3ª do 3º anno do mesmo curso.

1 professor de desenho.

1 repetidor-preparador de geologia e mineralogia.

1 de physica, chimica, metallurgia e docimasia.

1 de mecanica applicada, geometria descriptiva, stereotomia, madeiramento, sombras e perspectiva, e topographia.

Art. 20. As nomeações para os logares do magisterio serão feitas por decreto mediante concurso.

Art. 21. Para a regencia de cadeiras do curso superior poderão ser contratados profissionaes estrangeiros.

Art. 22. Os lentes são obrigados :

1.º A reger suas cadeiras conforme o horario e o programma adoptado.

2.º A redigir em cada anno lectivo e apresentar ao Director, para serem submettidos á Congregação, os programmas das lições que lhes incumbem.

3.º A fiscalisar os trabalhos praticos, os quaes poderão verificar-se nos domingos e dias feriados, si o exigirem as necessidades do ensino.

4.º A dirigir as excursões scientificas, que poderão ser feitas durante as férias.

Art. 23. Os repetidores devem assistir ás lições dos lentes das diversas cadeiras, cujo ensino lhes compete auxiliar.

Poderão entretanto ser dispensados desta obrigação pelos lentes, quando d'ahi não resultar inconveniente.

Art. 24. Serão tambem obrigados :

1.º A executar, com o auxilio dos serventes sob suas ordens, todas as preparações e demonstrações que o lente julgar necessarias.

2.º A dirigir os trabalhos praticos dos alumnos, conforme as indicações do lente.

3.º A velar pela conservação e boa ordem dos laboratorios e colleções, e a formar, no ultimo mez do anno lectivo, o

catalogo de todos osapparelhos, instrumentos, reactivos, mineraes e fosseis que a Escola possuir.

Art. 25. O professor deve dirigir todos os trabalhos de desenho dos cursos geral e superior.

Art. 26. Aos lentes nomeados por decreto e mediante concurso serão concedidas as vantagens que têm os lentes da Escola Polytechnica pelos arts. 17 a 21 e 109 dos Estatutos annexos ao Decreto n. 5600 de 25 de Abril de 1874.

Art. 27. Qualquer membro do pessoal docente da Escola, que escrever tratados ou compendios sobre as doutrinas alli ensinadas, terá direito á impressão de seu trabalho por conta do Estado, si pela Congregação fór a obra considerada de utilidade para o ensino, e mais a um premio pecuniario proporcional á importancia do escripto, não excedente á quantia de 2.000\$000, proposto pela Congregação e dependente da approvação do Governo.

Art. 28. Os repetidores e o professor terão para a jubilação as mesmas vantagens que competem aos lentes, e serão considerados vitalicios os que, completando cinco annos de effectivo exercicio, houverem bem servido.

## CAPITULO IV

### DO PESSOAL ADMINISTRATIVO E DA BIBLIOTHECA

Art. 29. A Escola terá um secretario, que servirá tambem de bibliothecario, e um porteiro.

O secretario será nomeado por decreto, e o porteiro na conformidade do art. 9º n. 3º.

Art. 30. O secretario e bibliothecario deve estar presente na Escola, em todos os dias uteis, das 10 horas da manhã ás 3 da tarde.

Art. 31. Incumbe-lhe, na qualidade de secretario, além das obrigações relativas aos trabalhos mencionados neste Regulamento, redigir, na fórma das ordens do Director, toda a correspondencia concernente aos diversos serviços, e organizar, no fim de cada mez, as folhas de pagamento do pessoal, e das despesas realizadas.

Art. 32. Na qualidade de bibliothecario, deve redigir e ter em dia o catalogo das obras da Escola e das publicações periodicas que ella recebe, e empregar o maior zelo na fiel execução das disposições relativas ao serviço da bibliotheca.

Art. 33. O secretario e bibliothecario, nos casos de impedimento, será substituido pelo repetidor que o Director designar.

Art. 34. A bibliotheca será franqueada todos os dias uteis, das 10 horas da manhã ás 3 da tarde, aos funcionarios e alumnos da Escola, aos quaes poderá o Director permittir que nella trabalhem durante a noite, sob suas vistas.



Art. 35. Mediante expressa licença do Director, e por tempo determinado, poderão os funcionarios e alumnos da Escola levar para fóra desta as obras de que tenham necessidade, exceptuados os livros e mappas raros, os manuscritos, os dictionarios e as publicações periodicas, comtanto que passem recibo, de que se fará menção no registro das sahidas, e se responsabilisem pelo preço da obra completa, ainda que só levem parte della.

Art. 36. As pessoas estranhas á Escola poderão ser admittidas, com permissão escripta do Director, a consultar os livros da bibliotheca, mas em nenhum caso lhes será lícito levar-os para fóra da Escola.

Art. 37. Em Dezembro de cada anno o bibliothecario dará balanço na bibliotheca, sob as vistas do Director, e organizará a relação dos livros que se tiverem extraviado.

A respectiva importancia será proporcionalmente descontada nos vencimentos do secretario e bibliothecario, quando não houver razões que o justifiquem.

## CAPITULO V

### DO CONCURSO PARA OS LOGARES DO MAGISTERIO

Art. 38. Serão admittidos a concurso para o provimento dos logares do magisterio os cidadãos brasileiros que estiverem no gozo dos direitos civis e politicos, bem assim os estrangeiros que fallarem correntemente o portuguez ou francez, os quaes, porém, não serão nomeados sem que hajam obtido carta de naturalização.

Os candidatos além disto deverão possuir os requisitos especificados nos paragraphos seguintes :

§ 1.º Si o logar pertencer ao curso superior, é necessario que o candidato tenha diploma de Engenheiro pela Escola de Minas ou, conforme a cadeira em concurso, de Engenheiro civil pelas extinctas Escolas Militar e Central, ou de Engenheiro civil ou de minas pela Escola Polytechnica, ou finalmente de Engenheiro civil ou de minas obtido em escola estrangeira.

§ 2.º Os candidatos a qualquer dos logares de lente do curso geral ou de repetidor deverão apresentar algum dos documentos scientificos declarados no paragrapho antecedente, ou diploma de Bacharel em sciencias mathematicas, quanto aos logares de lente e repetidor de mathematicas; ou de sciencias physicas e naturaes, quanto aos de lente e repetidor de physica e chimica e de repetidor de geologia e mineralogia.

§ 3.º Para o logar de professor de desenho serão admittidos a concorrer os approvados no curso geral da Escola de Minas ou no da Escola Polytechnica.

Serão também admittidos os laureados com os primeiros premios da Academia das Bellas Artes e do Imperial Lyceu de Artes e Officios e os habilitados por escolas nacionaes e estrangeiras, comtanto que sejam uns e outros approvados em exame de sufficiencia, o qual constará de uma arguição sobre as materias do curso geral da Escola.

§ 4.º Para a cadeira de legislação de minas, economia politica, direito administrativo e estatistica deverá o candidato ter approvação nessas materias pelas Escolas de Minas ou Polytechnica ou por outra escola nacional ou estrangeira, ou ser Bacharel ou Doutor em Direito.

Art. 39. Para aceitarem-se os diplomas ou documentos de habilitação passados por escolas estrangeiras é necessario que os cursos respectivos sejam analogos aos das escolas nacionaes declaradas no artigo antecedente, e que os titulos sejam reconhecidos pelos governos dos paizes a que pertencerem os estabelecimentos.

Art. 40. Pela secretaria da Escola se annunciará na folha official da Província de Minas e no *Diario Official* o prazo para a inscripção, o qual será de tres a seis mezes. Si houver mais de uma vaga, guardar-se-ha o intervallo de 30 dias, pelo menos, entre o encerramento de uma e o de outra inscripção, afim de que para cada vaga se estabeleça concurso especial.

Art. 41. Dentro do prazo marcado para a inscripção os requerimentos dos candidatos serão entregues na secretaria da Escola, instruidos não só com os titulos de habilitação ou publicas-formas destes, justificada a impossibilidade da apresentação dos originaes, mas ainda com certidão de idade ou documento equivalente, e folha corrida, tirada no logar em que os candidatos tenham residido nos dous ultimos annos.

Os candidatos poderão apresentar em seu abono quaesquer outros documentos, dos quaes se lhes passará recibo.

O Director, ou quem suas vezes fizer, verificando que estão com os precisos requisitos, escreverá logo no alto de cada requerimento o dia e a hora em que o recebeu, e o candidato assignará o nome em livro especial, no qual para cada concurso haverá um termo de abertura e outro de encerramento, assignados pelo Director.

Art. 42. Si no exame dos documentos de que trata a 1ª parte do artigo anterior, suscitar-se duvida sobre a validade e importancia de qualquer delles, será decidida pela Congregação, dentro do prazo de tres dias, ouvido o interessado, quando isto seja preciso.

A informação do interessado será ministrada por escripto e por elle assignada.

Art. 43. Da decisão da Congregação poderá recorrer para o Governo, no prazo de oito dias, qualquer dos candidatos que se julgar prejudicado pelo que se resolver, quer a seu respeito, quer em relação aos outros concurrentes.

Art. 44. Terminada a inscripção e decididos os recursos que se tenham apresentado, será logo publicada a relação dos

nomes dos candidatos inscriptos, segundo a data da apresentação dos requerimentos.

A relação será opportunamente enviada, com os requerimentos, á comissão julgadora do concurso.

Art. 45. A dita comissão, que será presidida pelo Director, compor-se-ha de todos os lentes da Escola, quando o logar pertencer ao curso geral, e dos lentes cujos diplomas corresponderem á habilitação nas materias da cadeira em concurso, quando o logar pertencer ao curso superior.

Art. 46. O Director determinará o dia em que deva começar o concurso.

Art. 47. As provas para os logares de lentes consistirão em uma dissertação escripta; uma prelecção oral sobre ponto tirado á sorte com 24 horas de antecedencia; uma prova pratica, salvo quanto á cadeira de legislação de minas, economia politica, direito administrativo e estatístico; e uma prova oral de improviso; e para os logares de repetidores e de professor de desenho, em duas provas: escripta e pratica.

O ponto ou os pontos de cada prova serão communs a todos os candidatos e tirados á sorte pelo primeiro inscripto ou, no caso do art. 51, pelo primeiro de cada turma.

Art. 48. A dissertação escripta versará sobre um dos pontos que a comissão houver organizado no mesmo dia, antes da hora fixada para começo da prova. Taes pontos não excederão a 20 e abrangerão todas as materias do ensino correspondente á cadeira ou logar vago. Para a prova de mathematicas poder-se-ha addicionar á questão theorica um problema concernente a estas materias.

Os candidatos terão o espaço de quatro horas para a composição; deixarão em cada meia folha de papel uma pagina em branco, e não poderão consultar notas, nem livros. O papel para a prova ser-lhes-ha dado na occasião.

Os membros da comissão julgadora fiscalisarão o trabalho pela maneira que entre si combinarem.

Art. 49. Cada prova escripta será datada e assignada por seu autor, e rubricada no verso de todas as folhas pelos demais concurrentes e pelo presidente do acto. Si houver um só candidato, a respectiva prova, depois de datada e assignada por elle, será rubricada no verso de todas as folhas pela comissão julgadora.

Feçada cada uma das composições em envoltorio lacrado, no qual o autor escreverá o nome e cada um dos candidatos e os membros da comissão a rubrica, serão todas as provas convenientemente guardadas.

Terminado este trabalho, a comissão extrahirá do programma do ensino correspondente ao logar vago, excluida a materia a que pertencer o ponto sorteado para a prova escripta, os pontos destinados á prelecção oral, em numero não superior a 20, e marcará a hora em que dous dias depois se fará esta prova sobre ponto tirado á sorte com 24 horas de antecedencia.

Art. 50. A prelecção oral será feita publicamente, dando-se ao candidato o espaço de hora e meia.

Aos candidatos se prestarão os aparelhos, reactivos, fosséis, mineraes e mais objectos necessarios ás experiencias ou demonstrações que lhes parecer util apresentar.

Art. 51. Si, por causa do numero dos candidatos, não se puderem concluir no mesmo dia as provas oraes, dividir-se-hão aquelles em tantas turmas quantas forem necessarias.

A divisão se fará por sorte, no primeiro dia em que se houverem de effectuar as provas, e para cada turma se escolherão pontos, excluido o que já tiver sido tirado.

Art. 52. Nenhum candidato ouvirá a exposição dos que o precederem no mesmo dia, e em sala reservada os concurrentes aguardarão, pela ordem em que se acharem inscriptos, a hora da exhibição de sua prova.

Art. 53. A prova pratica constará :

§ 1.º Quanto á cadeira de mineralogia, geologia, docimasia e complementos de physica e chimica industriaes : da determinação especifica de seis fosséis, quatro rochas e quatro mineraes, para o que se concederão quatro horas ; da analyse qualitativa de uma mistura de dous saes e da analyse quantitativa de um minerio, em seis horas.

§ 2.º Quanto á cadeira de lavra de minas e metallurgia : da redacção de um esboço de projecto sobre dados fornecidos pela commissão, para o que se concederão seis horas.

§ 3.º Quanto á cadeira de mecanica applicada: da solução de uma questão ou problema concernente ás materias do respectivo ensino, para o que terão os candidatos quatro horas.

§ 4.º Quanto á cadeira de materiaes de construcção, architectura, technologia das pequenas profissões, estradas de ferro, pontes e viaductos, e estradas ordinarias: da solução de uma questão ou problema concernente ás materias do respectivo ensino, para o que se concederão quatro horas.

§ 5.º Quanto á cadeira de geometria descriptiva, stereotomia, madeiramento, sombras e perspectiva, planos cotados, etc.: de uma epura de geometria descriptiva, stereotomia ou madeiramento, que será executada em quatro horas.

§ 6.º Quanto á 1.ª cadeira do 1.º anno, á 1.ª do 2.º anno e á 1.ª do 3.º anno do curso geral : da solução de uma questão ou problema concernente ás materias do respectivo ensino, para o que terão os candidatos quatro horas.

§ 7.º Quanto á 2.ª cadeira do 1.º anno, 5.ª do 2.º anno e 4.ª do 3.º anno do curso geral: de uma experiencia de physica e de duas preparações de chimica, que os candidatos farão no prazo de quatro horas ; de uma preparação de zoologia, e da determinação especifica de duas plantas, para o que se concederá igual tempo.

§ 8.º Quanto á 4.ª cadeira do 2.º e 3.º do 3.º anno do mesmo curso: de uma experiencia de physica, que comprehenderá a verificação de uma lei de physica ou a determinação de uma propriedade physica, e que os candidatos farão no prazo de

quatro horas, e de quatro preparações de chimica, para as quaes se concederão seis horas.

§ 9.º Quanto á cadeira de agrimensura, cosmographia e topographia: da resolução de uma questão ou problema referente ás materias do curso, ou de um trabalho pratico.

§ 10. Quanto ao logar de repetidor-preparador de geologia e mineralogia: da determinação especifica de quatro fosseis, dous mineraes, duas rochas, para a qual os candidatos terão quatro horas; e da medida dos angulos de um crystal por meio do goniometro de reflexão, executada em duas horas.

§ 11. Quanto ao logar de repetidor-preparador de physica, chimica, metallurgia e docimasia: de uma experiencia de physica, que comprehenderá a verificação de uma das leis da physica ou a determinação de uma propriedade physica, e que os candidatos farão em quatro horas; de duas preparações de chimica ou de um ensaio de docimasia, e da analyse qualitativa de dous saes que contenham o mesmo acido, para o que se concederão seis horas.

§ 12. Quanto ao logar de repetidor de mecanica applicada, geometria descriptiva, stereotomia, madeiramento, sombras e perspectiva, e topographia: da solução de uma questão ou problema concernente ás materias dos respectivos cursos, para o que se marcarão quatro horas, e de uma epura de geometria descriptiva, stereotomia ou madeiramento, executada em igual espaço de tempo.

§ 13. Quanto ao logar de professor de desenho: de uma epura de geometria descriptiva tirada dos programmas do curso geral da Escola e cópia de um desenho de imitação feito a lapis.

Art. 54. No segundo dia util depois da prelecção oral comparecerão os candidatos ás 10 horas da manhã para a prova pratica.

Antes se reunirá a commissão afim de escolher os pontos, os quaes não serão menos de seis, nem mais de 12.

No caso de duas provas praticas, a segunda se fará no dia immediato áquelle em que ficar concluida a 1.ª e com o mesmo prazo.

E quando não se puder realizar cada prova em um só dia por causa do numero dos candidatos, dividir-se-hão estes em turmas, conforme o disposto no art. 51.

A commissão julgadora inspecionará o trabalho, e o ordenará pela melhor forma.

Art. 55. No segundo dia util depois da prova pratica se fará a prova oral de improviso, que versará sobre um dos pontos que, no maximo, em numero de 20, a commissão houver organizado no mesmo dia antes da hora fixada para começo da prova, tendo em vista que se prestem a considerações geraes acerca das materias a que se referirem.

O ponto será tirado á sorte com duas horas de antecedencia.

Art. 56. No caso de não se poderem concluir as provas no mesmo dia, por causa do numero dos candidatos, observar-se-ha o processo indicado nos arts. 51 e 54.

Art. 57. Do ponto tirado pelo candidato inscripto em 1º lugar, os outros, que ficarão recolhidos em sala reservada, só terão conhecimento, cada um por sua vez, duas horas antes da exhibição da prova.

Durante esse prazo, concedido ao candidato para a coordenação das idéas, não poderá elle recorrer a nenhum livro ou a outro qualquer auxilio.

Art. 58. No primeira dia util depois da prova oral de improviso se procederá publicamente, pelas 10 horas da manhã, á leitura da dissertação escripta.

Cada candidato lerá sua prova sob a inspecção do que se lhe seguir na ordem da inscripção, e o ultimo sob a do primeiro. Quando houver só um, o presidente designará um dos membros da commissão afim de acompanhar a leitura.

Terminada esta, a commissão encerrar-se-ha para o julgamento.

Art. 59. O julgamento constará de duas votações nominaes : a 1ª terá por fim declarar si cada candidato está, ou não, habilitado ; a 2ª servirá para a classificação, por ordem de merecimento, dos considerados habilitados.

Votará também o presidente do acto, que, no caso de empate, terá o voto de qualidade.

Si houver um só candidato, uma só será a votação.

Art. 60. No caso de ser algum candidato acommittido de molestia que o inhíba ou de tirar ponto ou de fazer qualquer das provas, poderá justificar o impedimento perante a commissão julgadora, a qual, si reconhecer que o motivo é legitimo, espaçará o acto até oito dias, ou, havendo um só candidato, ainda por maior prazo, até 30 dias.

Art. 61. O candidato que, mesmo por motivo de molestia, retirar-se depois de começada qualquer das provas, será excluido do concurso.

Art. 62. Em livro proprio, com especificação de todas as occurrencias, se lavrarão as actas, que serão escriptas pelo secretario, e assignadas por elle e pelos membros da commissão julgadora, no fim do trabalho de cada dia.

Depois do julgamento a commissão enviará ao Ministro do Imperio as provas escriptas, acompanhadas não só de cópias das actas, mas também dos papeis pertencentes aos candidatos ; e poderá fazer a respeito destes, das suas provas e do resultado do concurso as observações que reputar necessarias.

Art. 63. Si não apparecer candidato ou não forem habilitados os que houverem concorrido, abrir-se-ha novo concurso, e dando-se, segunda vez, qualquer destes casos, serão abertas novas inscripções de seis em seis mezes, até que o lugar possa ser definitivamente provido mediante concurso.

## CAPITULO VI

## DOS EXERCICIOS ESCOLARES

Art. 64. O anno lectivo será de dez mezes contados de 15 de Agosto a 15 de Junho.

Art. 65. Além dos domingos e dias santificados, considerar-se-hão feriados os dias de festa nacional, a Semana Santa e os dias de Carnaval.

Art. 66. As lições durarão pelo menos 1<sup>1/2</sup> hora, e os lentes destinarão parte do tempo para arguirem os alumnos sobre as materias leccionadas anteriormente e lhes darem exercicios numericos, assim como problemas concernentes ao objecto das lições. Estes trabalhos deverão ser entregues pelos alumnos na época que fôr marcada.

Art. 67. Além das arguições de que trata o artigo antecedente, todas as semanas, nos dias determinados no horario, os repetidores examinarão os alumnos do curso superior nas materias ensinadas pelos lentes.

Art. 68. Para cada cadeira e laboratorio haverá um livro especial, que, antes de começar a lição ou os trabalhos praticos, o porteiro entregará ao lente ou repetidor, afim de escrever o ponto sobre que versará a lição ou os mesmos trabalhos; os nomes dos alumnos que faltarem; a nota conferida aos que forem interrogados e a dos exercicios e problemas a que se refere o art. 66.

Art. 69. Os alumnos são obrigados a assistir a todas as aulas dos cursos da Escola, e a tomar parte nos exercicios praticos e excursões scientificas, os quaes poderão verificar-se durante as ferias, apresentando, um mez depois de seu regresso, um relatorio, com desenhos, sobre as minas e estabelecimentos industriaes que tiverem visitado, ou sobre a constituição geologica e mineralogica da região que houverem percorrido.

Art. 70. Os alumnos deverão ter cadernos especiaes, onde tomarão notas relativas ás lições de cada uma das cadeiras dos cursos da Escola, ou aos trabalhos praticos.

Quando forem interrogados, apresentarão os cadernos aos lentes ou repetidores para que elles corrijam os erros que tenham sido commettidos na redacção das mesmas notas.

Art. 71. Os alumnos devem munir-se dos objectos necessarios para os trabalhos graphicos.

Art. 72. Um numero de faltas não justificadas igual á quinta parte das lições, aulas de desenho e exercicios praticos, determinará a perda do anno.

Só serão justificadas as faltas por causa de molestia, provada mediante attestado medico, ou por causa de nojo.

Determinará igualmente a perda do anno um numero de faltas, embora abonadas, correspondente a duas quintas partes das lições, aulas e exercicios praticos.

## CAPITULO VII

## DA MATRICULA

Art. 73. Para a admissão á matricula no 1º anno do curso geral é necessario que o candidato apresente certidões de approvação em portuguez, francez, inglez ou allemão, e historia e geographia, válidos para a matricula nos cursos superiores do Imperio.

Art. 74. Serão dispensados dos preparatorios a que se refere o artigo antecedente os individuos que provarem habilitações equivalentes, a juizo da Congregação, mediante documento passado por escola, faculdade ou universidade estrangeira.

Art. 75. A matricula no 1º anno do curso superior, a qual será obtida por meio de concurso, se admitirá o numero de alumnos que o Ministro do Imperio fixar cada anno, em vista das informações do Director.

Art. 76. Os concorrentes deverão preencher as condições marcadas no art. 92, si houverem frequentado a Escola, ou apresentar certidões de approvação nas materias do curso geral da Escola Polytechnica ou nas dos cursos das Faculdades ou escolas nacionaes ou estrangeiras cujo ensino for considerado equivalente, a juizo da Congregação.

Art. 77. O concurso realizar-se-á em Ouro Preto perante uma commissão, nomeada pelo Director dentre os lentes e repetidores-preparadores da Escola.

Art. 78. Os candidatos aptos para entrar no concurso entregarão, até o dia 13 de Junho, na secretaria da Escola, as suas petições acompanhadas dos documentos a que se refere o art. 76.

Art. 79. O concurso constará de provas escriptas e oraes.

Art. 80. As provas escriptas far-se-ão nos dias 15 e 16 de junho ou nos dias seguintes, si aquelles forem feriados, e constarão de uma composição de mathematicas, de um desenho de geometria descriptiva e de um calculo de trigonometria rectilinea ou espherica.

Os candidatos terão quatro horas para a 1ª prova, igual tempo para a 2ª e duas horas para a ultima.

Art. 81. O trabalho das provas escriptas será em cada hora fiscalizado por um membro da commissão examinadora, a qual, nos dias em que houverem de verificar-se aquellas provas, escolherá, para cada uma, um ponto extrahido do programma do curso geral da Escola.

Art. 82. Os candidatos não poderão fazer uso de notas, nem de livros, excepto de taboas de logarithmos; munir-seão dos instrumentos indispensaveis para executar o desenho de geometria descriptiva e receberão, da commissão que



houver de fiscalizar o trabalho, o papel necessario, rubricado pelo respectivo presidente.

Art. 83. Concluida cada prova, será ella rubricada pelo membro da commissão que a estiver fiscalizando; e, depois de fechada e lacrada, entregue ao Director para ser julgada opportunamente.

Art. 84. As provas oraes começarão no primeiro dia util depois de terminadas as escriptas, á hora que a commissão julgadora annunciar.

Art. 85. As materias sobre que deverão versar as provas oraes serão repartidas entre os examinadores, pelo modo seguinte:

1º examinador: Algebra, calculo differencial e integral, mecanica racional.

2º examinador: Geometria analytica a duas e tres dimensões, geometria descriptiva, trigonometria rectilinea e espherica.

3º examinador: Zoologia, botanica, physica e chimica.

4º examinador: Linguas.

Art. 86. Os exames de sciencias serão vagos; durarão pelo menos tres quartos de hora e far-se-ão segundo o programma do curso geral.

Os de linguas consistirão na traducção, feita de viva voz, de um trecho de qualquer das obras adoptadas para o ensino no Imperial Collegio de Pedro II, e em uma composição escripta, no prazo de uma hora, perante a commissão, a qual dará o thema.

Art. 87. As notas serão expressadas relativamente a cada materia por algarismos de 0 a 20.

Considerar-se-á inhabilitado o candidato que em qualquer das provas escriptas ou oraes obtiver nota inferior a 5.

Cada uma das notas obtidas pelos candidatos será multiplicada por um coëfficiente, cujo valor a Congregação previamente fixará.

A classificação dos candidatos se fará segundo a somma dos productos das notas multiplicadas pelos respectivos coëfficientes.

Art. 88. Concluidas todas as provas, os examinadores procederão ao julgamento e organizarão uma lista dos candidatos, com as competentes notas, nos termos do artigo anterior.

Lavrada no livro respectivo a acta do exame, e assignadas esta e a referida lista pelos examinadores, o Director da Escola communicará ao Ministro do Imperio o resultado do concurso.

Art. 89. Os nomes dos candidatos approvados segundo a ordem de sua classificação, até o numero a que se refere o art. 75, serão proclamados na sala dos exames, e depois publicados no *Diario Official*.

A cada um dos candidatos se dará um attestado, conforme o modelo n. 1.

## CAPITULO VIII

## DOS EXAMES

Art. 90. Os exames finaes do 1º e 2º anno do curso geral e dos tres annos do curso superior versarão sobre todas as materias do ensino e comprehenderão :

*1º anno do curso geral*

- 1.º Composição escripta de arithmetica.
- 2.º Composição escripta de algebra.
- 3.º Composição escripta de geometria.
- 4.º Exame oral de arithmetica.
- 5.º Exame oral de algebra.
- 6.º Exame oral de geometria.
- 7.º Exame oral de physica.
- 8.º Exame oral de chimica.
- 9.º Exame pratico de desenho.

*2º anno do curso geral*

- 1.º Prova escripta de mathematicas.
- 2.º Prova oral de mathematicas.
- 3.º prova escripta de trigonometria.
- 4.º Epura de geometria descriptiva.
- 5.º Exame oral de geometria descriptiva.
- 6.º Exame oral de cosmographia e topographia.
- 7.º Exame pratico de chimica.
- 8.º Exame oral de chimica.
- 9.º Exame oral de physica.
10. Exame oral de zoologia.

*1º anno do curso superior*

- 1.º Exame pratico de mineralogia.
- 2.º Exame pratico de docimasia.
- 3.º Exame oral de docimasia.
- 4.º Exame oral de lavra de minas.
- 5.º Exame oral de metallurgia.
- 6.º Exame pratico de mecanica applicada.
- 7.º Exame oral de mecanica applicada.
- 8.º Epura de stereo'omia, etc.
- 9.º Exame oral de stereotomia, etc.

*2º anno do curso superior*

- 1.º Exame pratico de geologia.
- 2.º Exame oral de geologia.

- 3.º Exame oral de lavra de minas.
- 4.º Exame oral de metallurgia.
- 5.º Exame escripto de resistencia de materiaes e construção.
- 6.º Exame oral de resistencia de materiaes e construção.
- 7.º Exame pratico de topographia.
- 8.º Exame oral de topographia.
- 9.º Exame pratico de architectura, etc.
10. Exame oral de architectura, etc.

*3º anno do curso superior*

- 1.º Exame pratico de geologia.
- 2.º Exame oral de geologia.
- 3.º Exame escripto de estradas de ferro, pontes e viaductos, estradas ordinarias, etc.
- 4.º Exame oral de estradas de ferro, pontes e viaductos, estradas ordinarias, etc.
- 5.º Exame escripto de complementos de hydraulica.
- 6.º Exame oral de complementos de hydraulica.
- 7.º Exame oral de legislação de minas, economia politica, direito administrativo e estatistica.

Art. 91. Os alumnos do 1º e 2º anno do curso geral não serão admittidos a exames finaes sem terem entregue todos os desenhos, projectos e relatorios de excursões scientificas de que forem encarregados durante o anno lectivo e as ferias.

No caso de molestia devidamente provada, ou de força maior, reconhecida pela Congregação, poderá ser-lhes concedido, para concluirem aquelles trabalhos, o prazo de dous mezes, correspondente ao periodo das ferias.

Art. 92. Os alumnos do 1º e 2º anno do curso geral serão admittidos a prestar exames das materias do anno e os do 3º anno ao concurso para a matricula no curso superior, quando houverem uns e outros alcançado durante o anno média superior a oito, comtanto que os ultimos tambem tenham apresentado os desenhos e feito os exercicios de que houverem sido incumbidos.

Os alumnos do 1º e 2º anno que no exame obtiverem notas superiores a cinco serão approvados e admittidos á matricula no anno seguinte.

Art. 93. Será conferido pela Escola de Minas o titulo de agrimensor aos alumnos do 2º anno nas condições declaradas no artigo antecedente.

A cada um dos candidatos approvados se dará um titulo conforme o modelo n. 2.

Art. 94. A exames finaes do 1º, 2º e 3º anno do curso superior só serão admittidos os alumnos que, durante o anno lectivo, houverem obtido a nota média excedente a oito, apresentando todos os desenhos, projectos e relatorios de que forem encarregados no decurso do mesmo anno.

Art. 95. As notas dos exames finais de que trata o artigo antecedente, combinadas com as obtidas nos que os alumnos houverem feito durante o anno, servirão para determinar sua classificação e admissão no anno seguinte.

O mesmo se observará para o grau de approvação no 3º anno do curso superior.

Art. 96. Nos exames finais do curso superior a nota inferior a cinco ou a média geral inferior a oito determinará a perda do anno.

No caso, porém, de ter o alumno alcançado no exame final de tres materias nota superior a 15, será admittido, depois das ferias, ás provas em que houver obtido notas inferiores a cinco. O mesmo se observará quanto aos alumnos do 1º e 2º anno do curso geral.

Art. 97. Os alumnos approvados nos exames finais do 3º anno do curso superior receberão o diploma de Engenheiro de minas, sellado com as armas imperiaes, e assignado pelo Ministro do Imperio e pelo Director da Escola, conforme o modelo annexo sob n. 3, e também gozarão dos direitos e regalias dos Engenheiros civis.

Art. 98. Os exames prestados na Escola para a matricula no 1º anno do curso geral são válidos para a matricula em qualquer dos estabelecimentos de instrucção superior.

## CAPITULO IX

### DA POLICIA ESCOLAR

Art. 99. Os alumnos deverão guardar as leis da civilidade, já entre si, já para com os lentes e mais empregados da Escola.

Art. 100. O alumno que proceder mal durante a aula será advertido pelo lente, e, si não se contiver, o mesmo lente o fará immediatamente sair da sala, e dará conhecimento do occorrido ao Director, o qual, conforme a gravidade da falta, imporá a pena de advertencia, na aula a que o alumno pertencer, presentes o lente e os outros estudantes, ou a de reprehensão, perante a Congregação.

A estes actos assistirá o secretario, que lavrará termo, o qual será transcripto nas informações dadas ao Governo sobre o procedimento dos alumnos.

Art. 101. Nas mesmas penas incorrerá o alumno que tiver máo procedimento, dentro ou fóra do edificio da Escola, em relação aos lentes e mais empregados, ou que se desmandar em acto de exame ou qualquer acto publico da Escola, cabendo neste caso ao presidente do acto providenciar nos termos da 1ª parte do artigo anterior.

Art. 102. Si o Director entender que o alumno merece mais severa punição do que as declaradas no artigo antecedente, mandará lavrar termo de tudo pelo secretario.

com as razões que o alumno allegar a seu favor e com os depoimentos das testemunhas que souberem do facto, e o apresentará á Congregação.

Esta, depois de empregar os meios necessarios para se conhecer a verdade, condemnará o delinquente á perda de um até dous annos, ou á pena de exclusão, conforme a gravidade do caso.

Nas mesmas penas incorrerão os alumnos que dentro ou fóra do edificio da Escola praticarem acto de injuria, por palavras, ou por escripto, ou por qualquer outro modo contra o Director ou contra os lentes, ou que dentro do edificio commetterem actos offensivos da moral publica, ou finalmente, em qualquer lugar, ou por qualquer modo que seja, dirigirem ameaças, tentarem aggressão ou vias de facto contra aquellas pessoas.

Art. 103. Si os alumnos se combinarem entre si para não irem á aula, a cada um será imposta a pena de cinco faltas, e os cabecas serão punidos com a perda do anno.

Art. 104. Ao alumno que desacatar o Director, os lentes ou qualquer empregado da Escola, realizando aggressão ou vias de facto, será applicada a pena de exclusão dos estudos em qualquer dos estabelecimentos de ensino superior do Imperio.

As penas deste artigo e dos anteriores não excluem aquellas em que incorrerem os delinquentes segundo a legislação geral.

Art. 105. No caso de ser o delicto praticado por alumno do ultimo anno, será elle punido, pelo tempo de um a dous annos, com a suspensão do acto, ou com a retenção do diploma, si aquelle já tiver sido feito.

Art. 106. O alumno que, chamado pelo Director, nos casos de que tratam os artigos anteriores, não comparecer sem motivo justificado, será considerado como tendo abandonado a Escola e não poderá mais ser admittido á matricula.

Art. 107. As penas de suspensão do acto, de perda do anno e de exclusão serão impostas pela Congregação, da qual se admittirá recurso para o Governo, sendo interposto dentro do prazo de oito dias contados da intimação.

O recurso será suspensivo nos casos de perda do anno ou de exclusão.

O Governo Imperial, a quem serão presentes todos os papeis que formarem o processo, resolverá por decreto, confirmando, revogando, ou modificando a decisão da Congregação, depois de ouvida a Secção respectiva do Conselho de Estado.

## CAPITULO X

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 108. O Director, os lentes nomeados por decreto, os repetidores, o professor, e mais empregados da Escola,

perceberão os vencimentos marcados na tabella junta, na qual se mencionam tambem os que competem aos estrangeiros contratados na forma dos arts. 7º e 21.

Art. 109. As despesas assim com o pessoal, como com o material, e instrucção pratica dos alumnos, que, em virtude da nova organização dada á Escola pelo presente Regulamento, accrescerem desde já ás que se acham autorizadas na Lei do orçamento do Imperio, serão pagas por conta da subvenção, de que trata a tabella a que se refere o artigo anterior, e que foi concedida pela Assembléa Legislativa da Provincia de Minas Geraes.

No futuro os novos serviços serão sempre regulados conforme os meios que a mesma Assembléa continuar a votar.

Art. 110. Perderá todo o vencimento o lente, repetidor, professor ou qualquer outro empregado da Escola, que faltar sem causa justificada, e sómente a gratificação, quando faltar por motivo justificado de molestia, não lhe sendo abonadas, para este effeito, independentemente de justificação, mais de duas faltas em cada mez.

No caso de impedimento por serviço obrigatorio e gratuito, não se fará desconto.

As faltas ás sessões da Congregação ou a quaesquer trabalhos a que fôr obrigado o lente, repetidor ou professor, serão contadas como as que se derem nas aulas.

Art. 111. O alumno de grande aptidão e reconhecida pobreza poderá obter do Governo uma pensão para frequentar a Escola.

Art. 112. D'entre os alumnos brasileiros que completarem o curso superior o Governo poderá mandar os mais distinctos, até o numero de tres, estudar á custa do Estado, em um districto mineiro da America do Norte ou da Europa.

O alumno que fôr escolhido receberá do Director da Escola, ouvida a Congregação, instrucções para o desempenho da commissão, e, ao regressar, apresentará ao Ministro do Imperio um relatorio sobre os trabalhos que tiver feito, para, segundo o valor deste, poder ser empregado pelo Governo.

Art. 113. O diploma de Engenheiro conferido pela Escola habilita para o concurso ao provimento das cadeiras da Escola Polytechnica, cujo ensino não tiver maior desenvolvimento.

Art. 114. Um dos serventes da Escola desempenhará as funções de guarda.

Art. 115. O Director e o porteiro, ou o guarda, habitarão na casa da Escola.

## CAPITULO XI

### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 116. Em instrucções que a Congregação organizará, e serão submittidas á approvação do Governo, se indicarão os

meios praticos para que os alumnos matriculados e approvados nos differentes annos dos antigos cursos da Escola possam continuar e concluir seus estudos sob o regimen deste Regulamento.

Art. 117. Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Junho de 1885. — *João Florentino Meira de Vasconcellos.*

**Modelos a que se refere o Regulamento da Escola nos arts. 89, 93 e 97**

**MODELO N. 1**

ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO

*Attestado para a matricula*

A comissão examinadora de que trata o art. 77 do Regulamento annexo ao Decreto n. 9448 de 27 de Junho de 1885 considerou habilitado a F..., de... annos de idade e natural de....., para ser admittido no 1º anno do curso superior da Escola. E, para constar, se lhe dá o presente attestado.

Ouro Preto, em        de        de

(Assignaturas)

F... — Presidente

F...

F...

**MODELO N. 2**

IMPERIO DO BRAZIL

ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO

Eu F..., Director da Escola de Minas, faço saber que o Sr. F..., nascido a... em..., acha-se habilitado, na conformidade do art. 93 do Regulamento annexo ao Decreto n. 9448 de 27 de Junho de 1885, para exercer a profissão de Agrimensor de terras publicas, em firmeza do que mandei passar este titulo, com o qual o dito Sr... gozará dos direitos inherentes ao mesmo titulo.

Ouro Preto, em        de        de

O Director da Escola de Minas

(Assignatura)

(Assignatura do Agrimensor)

(Adiante do nome se mencionará a filiação, si fôr declarada.)

## MODELO N. 3

IMPERIO DO BRAZIL

ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO

Eu F. . . . Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, faço saber que o Sr. F. . . . nascido a . . . em . . . foi approved nas materias do curso da Escola de Minas, nos termos do art. 97 do Regulamento annexo ao Decreto n. 9448 de 27 de Junho de 1885, e portanto acha-se habilitado para exercer a profissão de Engenheiro de minas, em firmeza do que mandei passar este diploma, com o qual o dito Sr. . . . gozará dos direitos inherentes ao mesmo diploma.

Rio de Janeiro, em       de       de       .

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio.

(Assignatura)

O Director da Escola de Minas

(Assignatura)

(Assignatura do Engenheiro)

(O diploma será impresso em pergaminho e terá fita azul e encarnada.)

(Adiante do nome se mencionará a filiação, si fôr declarada.)

(No verso do diploma serão transcriptos os arts. 97 e 113 deste Regulamento.)



**Tabella dos vencimentos a que se refere o art. 108 do Regulamento da Escola de Minas, annexo ao Decreto n. 9118 desta data**

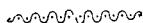
	Ordenado	Gratificação	TOTAL
Director.....	4:000\$000	2:000\$500	6:000\$500
Lente de mineralogia, geologia, docima- sia e de complementos de physica e chimica industriaes.....	4:000\$000	2:000\$500	6:000\$500
Lente de lavra de minas e metallurgia.....	4:000\$000	2:000\$500	6:000\$500
Lente de mecanica applicada.....	4:000\$000	2:000\$500	6:000\$500
Lente de materiaes de construcção, archi- tectura, tecnologia das pe- quenas profissões, estradas de ferro, pontes e viaductos, e estradas ordi- narias.....	3:200\$000	4:600\$000	4:800\$000
Lente de geometria descriptiva, stero- eotomia, madeiramento, sombras e perspectiva, planos cotados, etc.....	3:200\$000	4:600\$000	4:800\$000
Lente de legislação de minas, econo- mia politica, direito administrativo e estatistica.....	2:000\$500	1:000\$500	3:000\$000
6 lentes do curso geral, dos quaes um terá a seu cargo, no curso superior, o ensino da topographia superficial e subterranea, a 4:800\$000 cada um.....	3:200\$500	4:600\$000	4:800\$000
3 repetidores a 4:000\$ cada um.....	2:000\$500	1:000\$000	3:000\$000
Professor de desenho.....	2:000\$000	4:000\$000	2:000\$000
Secretario e bibliothecario.....	800\$000	4:000\$000	4:200\$000
Porteiro.....			

Pela subvenção annual de 30.000\$, de que trata a Lei da Provincia de Minas Geraes n. 3185 de 13 de Agosto do anno passado, e se destina á creação de novas cadeiras e outros serviços da Escola de Minas, serão pagos os vencimentos do lugar de lente de legislação de minas, economia politica, direito administrativo e estatistica; e dos tres lugares de lentes do curso geral, bem como a differença entre os vencimentos dos outros tres lugares de lentes do curso geral, em que foram convertidos os de professores do curso preparatorio, e os que para estes marcou a Lei n. 3239 de 3 de Setembro de 1884.

OS VENCIMENTOS DOS CONTRATADOS NA CONFORMIDADE DOS ARTS. 79 e 21  
SERÃO NO MAXIMO OS SEGUINTEs :

	Ordenado	Gratificação	TOTAL
Director.....	2:000\$000	2:000\$500	4:000\$500
Lente de mineralogia, geologia, docima- sia e de complementos de physica e chimica industriaes.....	6:000\$500	2:000\$500	8:000\$500
Lente de lavra de minas e metal- lurgia.....	6:666\$666	3:333\$334	10:000\$000
Lente de mecanica applicada.....	6:666\$666	2:666\$666	8:000\$000

Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Junho de 1885. — *João Florentino  
Alcira de Vasconcellos.*



## DECRETO N. 9449 — DE 27 DE JUNHO DE 1885

Concede autorização á Companhia de engenhos centraes nas Provincias da Parahyba e Sergipe para funcconar.

Attendendo ao que requereu a Companhia de engenhos centraes nas Provincias da Parahyba e Sergipe, devidamente representadas, e Conformando-me por Minha Imperial Resolução de 23 de Maio do corrente anno com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 25 de Abril ultimo, Hui por bem Autorizal-a a funcconar com os estatutos com que se organizou e que com este baixam.

João Ferreira de Moura, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Junho de 1885, 64º da Independencia e do Imperio,

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Ferreira de Moura.*

**Estatutos da Companhia de engenhos  
centraes nas Provincias da Parahyba  
do Norte e Sergipe.**

**CAPITULO I**

**DA COMPANHIA, SEU OBJECTO, SUA DURAÇÃO E DISSOLUÇÃO**

Art. 1.º Sob a denominação supra, fica organizada, com sua sede nesta Corte, uma sociedade anonyma, para favorecer o desenvolvimento da cultura de canna, no municipio de Laranjeiras, da Provincia de Sergipe, e no municipio da capital da Provincia da Parahyba do Norte, e melhorar o fabrico do assucar de canna, mediante o emprego dos appparelhos e processos modernos mais aperfeçoados; construindo para este fim os engenhos centraes, de que tratam as concessões do Governo Imperial ao Engenheiro Joaquim Machado Fagundes de Mello, por Decreto n. 8407, de 11 de Fevereiro de 1882, e ao Engenheiros Francisco Antonio Carneiro da Cunha, João Evangelista Carneiro da Cunha e Luiz Monteiro Caminhoá, por Decretos ns. 8451 de 11 de Março de 1882 e n. 8568 de 10 de Junho de 1882.

Neste intuito, a companhia ora organizada assume todos os direitos e aceita todas as obrigações dos referidos concessionarios,

constantes das clausulas a que se referem os citados Decretos ns. 8407 e 8451, e dos contratos com o Governo Imperial por elles firmados.

Paragrapho unico. A companhia poderá solicitar do Governo Imperial outras concessões de engenhos contraes, ou adquirirá concessões já feitas, conforme a directoria julgar conveniente.

Art. 2.º Será de 20 annos o prazo da duração social, podendo ser prorogado pela assemblea geral dos accionistas.

Art. 3.º Dissolver-se-ha findo o mesmo prazo, e ainda antes, nos casos previstos pelas leis vigentes, ou quando a assemblea geral dos accionistas, *ad hoc* convocada, resolver a liquidação. O modo pratico desta será o que fôr determinado pela mesma assemblea geral, respeitadas as disposições legais.

## CAPITULO II

### DO CAPITAL SOCIAL

Art. 4.º E' fixado em 1.500:000\$ o capital social, representado por 7.500 acções, cada uma do valor nominal de 200\$000.

Paragrapho unico. Fica a companhia autorizada, nos termos do art. 32 da Lei n. 3150, de 4 de Novembro de 1882, para contrahir empréstimos de dinheiro, dentro ou fóra do paiz, por via de obrigações garantidas (*debentures*), remiveis no prazo e pelo modo que forem convencionados, e dando ao portador direito a um juro certo semestralmente.

Art. 5.º Os accionistas são responsaveis sómente pelo valor nominal de suas acções. Nas respectivas transferencias guardar-se-ha o disposto na citada Lei n. 3150.

Art. 6.º A importancia das acções subscriptas será realizada por prestações, nunca maiores de 10 % em cada chamada, nos prazos designados pela directoria e annunciados pela imprensa, com antecedencia, pelo menos, de dez dias.

Paragrapho unico. Os accionistas impontuaes perderão, em beneficio do monte social, as respectivas acções, com as prestações já effectuadas, salvo si justificarem perante a directoria casos de força maior.

## CAPITULO III

### DA ASSEMBLEA GERAL DA COMPANHIA

Art. 7.º A assemblea geral é a reunião dos accionistas, convocada e constituida de conformidade com os presentes estatutos.

Compete-lhe :

§ 1.º Resolver todos os negocios, tomar quaesquer decisões, deliberar, approvar e ratificar todos os actos que interessem á companhia.

§ 2.º Elegar triennialmente a directoria e annualmente a comissão fiscal.

§ 3.º Marcar o honorario da directoria.

§ 4.º Approvar ou reprovavar as contas da directoria, e dar ou negar-lhe quitação.

Art. 8.º A convocação da assembleia geral será feita pelo presidente da directoria, em edital por elle firmado e publicado, com antecedencia de oito dias, pelos jornaes de maior circulação, pelo menos tres vezes successivas.

Art. 9.º Julgar-se-ha constituida a assemblea geral, desde que esteja representada uma quarta parte das acções emittidas, legitimamente inscriptas nos registros da companhia, pelo menos 30 dias antes da reunião.

Paragrapho unico. Tratando-se, porém, de elevação do capital, reforma dos estatutos ou dissolução da companhia, o *quorum* legal será de dous terços do capital social.

Art. 10. Não se reunindo numero sufficiente de accionistas na primeira convocação, convocar-se-ha nova reunião, e nesta os accionistas presentes, por si ou por seus procuradores, constituem assemblea geral para todos os effeitos legais, dentro da orbita destes estatutos, qualquer que seja o numero de acções representadas.

Art. 11. A assemblea geral reunir-se-ha ordinariamente na cidade do Rio de Janeiro, de Julho a Setembro de cada anno, e extraordinariamente sempre que parecer conveniente á directoria ou a esta fór requisitada a sua convocação pela comissão fiscal; ou então por sete ou mais accionistas, representando, pelo menos, o quinto do capital social.

Art. 12. Nas reuniões ordinarias da assemblea geral serão apresentados o relatorio da directoria e balanço geral da companhia com parecer da comissão fiscal, os quaes serão submettidos á apreciação e votação da dita assemblea; podendo os accionistas exigir todas as informações, que julgarem precisas para esclarecimento de seu voto, ou requerer o adiamento da votação.

Art. 13. Em regra geral, nas votações decide a maioria absoluta dos votos presentes, contando-se um voto por grupo completo de cinco acções, inscriptas nas condições do art. 9.º

Art. 14. Todo o accionista tem direito de comparecer pessoalmente ou fazer-se representar na assemblea geral por outro accionista constituido seu procurador.

Paragrapho unico. Pelos accionistas incapazes, como são os menores, interdictos e mulheres casadas, figuram seus representantes legais; pelas pessoas juridicas, seus administradores, gerentes ou prepostos; pelos condôminos de acções, o condômino ou procurador por elles designado.

A legitimidade desses representantes deve ser provada perante a directoria.

Art. 15. Nos editaes de convocação das assembleas geraes, ordinarias, e extraordinarias, indicar-se-ha sempre o fim da reunião.

As assembleas extraordinarias não poderão tratar, nem deliberar sobre ponto extranho ao objecto da convocação.

Art. 16. As sessões da assemblea geral serão presididas por um accionista eleito ou aclamado na occasião, o qual nomeará um secretario e um escrutador.

Art. 17. As deliberações da assemblea geral legitimamente constituída, quando tomadas dentro da orbita destes estatutos, obrigam a todos os accionistas, embora ausentes ou dissidentes.

## CAPITULO IV

### DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 18. A direcção da companhia incumbe a uma directoria de tres membros, os quaes deverão possuir, no acto da posse, pelo menos 50 accções, inalienaveis, até á approvação de suas contas pela assemblea geral, o que importa plena quitação pela gestão comprehendida no periodo das contas approvadas.

Paragrapho unico. A directoria designará d'entre si um presidente e um secretario, este para escrever as suas actas e aquelle para representá-la em suas relações officiaes.

Art. 19. A eleição da directoria far-se-ha em assemblea geral dos accionistas, de tres em tres annos, por escriptinio secreto e maioria absoluta dos votos presentes.

Si do primeiro escriptinio não resultar maioria absoluta, proceder-se-ha a segundo entre os candidatos mais votados, em numero duplo dos que tiverem de ser eleitos, decidindo a sorte em caso de empate; nesse segundo escriptinio bastará a maioria relativa de votos.

Paragrapho unico. Os membros de uma directoria servirão até que os novos eleitos se apresentem a tomar posse.

Art. 20. E' permittida a reeleição da directoria.

Art. 21. No impedimento ou falta prolongada de qualquer director, os outros directores, ou aquelle que restar, escolherão um accionista idoneo para substituir o impedido durante o impedimento, e no caso de vacancia (por morte, renuncia ou outro motivo) para preencher o logar vago, exercendo-o sómente até á primeira reunião da assemblea geral, ordinaria ou extraordinaria, que se pronunciará a respeito, confirmando o accionista escolhido ou elegendo outro candidato.

Art. 22. Compete á directoria, além das mais attribuições que lhe são inherentes :

§ 1.º Administrar todos os negocios da companhia e celebrar todos os contratos que convenham, ou directamente ou autorizando a sua celebração.

§ 2.º Nomear pessoas de sua confiança para os logares de gerentes, que, si julgar conveniente, fica autorizada a crear nas sedes dos engenhos centraes; demittir os nomeados ou supprimir os logares, conforme convier.

Não poderá haver mais de um gerente para cada engenho central, competindo á directoria marcar-lhe as attribuições e expedir as convenientes instrucções.

§ 3.º Nomear e demittir livremente todos os empregados da companhia.

§ 4.º Fazer-lhes os respectivos ordenados e gratificações, e marcar-lhes os deveres e attribuições.

§ 5.º Dirigir a escripturação da companhia.

§ 6.º Fazer recolher em um ou mais Bancos acreditados os saldos pertencentes á companhia, assim como arrecadar todos os seus haveres e receitas.

§ 7.º Realizar o emprestimo de que trata o paragrapho unico do art. 4.º

§ 8.º Comprar e adquirir tudo que fôr do interesse da companhia, não podendo, porém, vender ou alienar de qualquer modo bens de raiz sem autorização da assemblea geral dos accionistas.

§ 9.º Exercer, finalmente, livre e geral administração, para o que lhe são outorgados plenos poderes, nos quaes se devem sem reserva alguma considerar comprehendidos todos, mesmo os de procurador em causa propria.

Art. 23. Qualquer resolução da directoria se tornará exequivel havendo dous votos concordos, e deve constar da acta de suas sessões.

## CAPITULO V

### DA COMMISSÃO FISCAL

Art. 24. Esta commissão compor-se-ha de tres membros, eleitos em cada sessão ordinaria da assemblea geral, por escrutinio secreto e maioria absoluta do votos presentes, servindo de regra para a eleição ou substituição de seus membros o que fica disposto no capitulo antecedente, tanto quanto possa ser applicavel.

Art. 25. Esta commissão exercerá todas as attribuições, que a Lei n. 3150 de 4 de Novembro de 1882 e o Decreto n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882 conferem aos fiscaes de companhias e sociedades anonymas.

## CAPITULO VI

### DA DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS SOCIAES

Art. 26. No fim de cada anno social dar-se-ha balanço, considerando-se lucro o que restar, depois de deduzirem-se: 1.º, as despesas de custeio dos engenhos centraes, sem restricção alguma; 2.º, os juros do emprestimo porventura contrahido e a quota da amortização fixada no contrato respectivo. Do lucro assim liquidado far-se-ha então a seguinte distribuição:

1.º A quota de 5% para constituir um fundo de reserva, destinado á substituição geral ou parcial do material empregado, e ás

obras novas, inclusive o augmento das contratadas, cessando tal accumulção desde que o mesmo fundo represente um terço do capital.

2.º O dividendo para os accionistas, até 25 % do capital realzado.

Si, feitas as deducções e distribuições supra indicadas, ainda ficarem lucros, dous terços formarão um fundo especial, destinado a abreviar o resgate do emprestimo ou á fundação de novas fabricas, conforme indicar a assemblea geral dos accionistas, e um terço se resolverá em beneficio do encorporador, Engenheiro Manoel de Mendonça Guimarães, sómente emquanto não se verificar a hypothese prevista no art. 28.

## CAPITULO VII

### DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 27. Si a companhia realizar emprestimos dentro ou fóra do paiz, o fará por meio da emissão de obrigações garantidas ou titulos de prelação (*debentures*), aos quaes será applicavel a garantia dos juros concedida pelos Decretos ns. 8407, 8451 e 8568.

Art. 28. Concluida definitivamente a amortização do emprestimo, serão então recolhidas as acções emitidas e os respectivos possuidores embolsados das prestações realizadas; procedendo-se em seguida á conversão dellas em acções ao portador, com o capital integralmente realizado, em valor correspondente ao computo do emprestimo amortizado e das prestações embolsadas. Metade dessas acções se distribuirá proporcionalmente entre os accionistas, e a outra metade pertencerá ao encorporador, Engenheiro Manoel de Mendonça Guimarães, como beneficio que lhe é assegurado, ficando todos equiparados em direitos.

Art. 29. Fica entendido que as disposições da Lei n. 3150 de 4 de Novembro de 1882 e do Decreto n. 8821, de 30 de Dezembro de 1882, são reguladoras dos casos não previstos nestes estatutos, devendo ser applicadas pela directoria, pela commissão fiscal e pela assemblea geral, conforme a competencia e attribuições de cada um desses corpos.

Art. 30. A primeira directoria compor-se-ha do encorporador, Engenheiro Manoel de Mendonça Guimarães, e de mais dous accionistas, eleitos na reunião que se verificar para a constituição definitiva da companhia, durando o seu mandato até liquidar-se a primeira safra dos dous engenhos centraes.



## DECRETO N. 9450 — DE 27 DE JUNHO DE 1885

Approva, mediante clausulas, os documentos apresentados pela Companhia « Engenheiros contraes das Provincias da Parahyba do Norte e de Sergipe, » na conformidade do § 1º do art. 19 do Regulamento approved pelo Decreto n. 8357 do 24 de Dezembro de 1881.

Attendendo ao Me requereu a Companhia « Engenheiros contraes das Provincias da Parahyba do Norte e de Sergipe », Hei por bem Approvar o plano e orçamento das obras projectadas, os desenhos dos apparatus, a descripção do processo do fabrico do assucar o os contratos, celebrados por escriptura publica, com os respectivos proprietarios agricolas e plantadores de canna, documentos esses apresentados, na conformidade do § 1º do art. 19 do Regulamento de 24 de Dezembro de 1881, em requerimento com data de 7 de Novembro ultimo, observadas as clausulas que com este baixam, assignadas por João Ferreira de Moura, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Junho de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Ferreira de Moura.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9450, desta data**

**I**

O Estado não se responsabilisa pelo excesso do orçamento sobre o capital garantido.

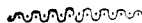
**II**

Fica fixada em 7 graus Baumé a densidade minima das cannas que poderão ser aceitas pelos engenheiros contraes.

**III**

A defecação do caldo será operada por meio do acido carbonico.

Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Junho de 1885. — *João Ferreira de Moura.*





## DECRETO N. 9451 — DE 27 DE JUNHO DE 1885

Fixa a intelligencia dos arts. 43 a 47 do Regulamento n. 124 de 5 de Fevereiro de 1842.

Sendo conveniente fixar a intelligencia dos arts. 45 a 47 do Regulamento n. 124 de 5 de Fevereiro de 1842, conforme propoz a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho do Estado em Consulta de 28 de Fevereiro de 1884, Hei por bem Decretar:

Art. 1.<sup>o</sup> Julgado administrativamente um negocio contencioso, é lícito ao interessado, dentro do prazo de 10 dias, recorrer ou simplesmente replicar.

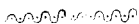
Art. 2.<sup>o</sup> No caso da 2.<sup>a</sup> parte do artigo antecedente, o recurso deverá ser interposto dentro do igual prazo, contado do despacho proferido sobre a replica.

Art. 3.<sup>o</sup> Ficam revogadas as disposições em contrario.

João Florentino Moira de Vasconcellos, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 27 de Junho de 1885, 64.<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Florentino Moira de Vasconcellos.*



## DECRETO N. 9452 — DE 27 DE JUNHO DE 1885

Proroga o prazo concedido á Companhia de seguros Garantia, da cidade do Porto, para funcionar no Imperio: permite-lhe crear novas agencias e fazer seguros sobre vidas.

Attendendo ao que representou a Companhia de seguros Garantia, da cidade do Porto, e Conformando-me por Minha Imperial Resolução de 21 de Março do corrente anno com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho do Estado, exarado em Consulta de 3 do dito mez, Hei por bem Prorogar, por cinco annos, o prazo fixado no Decreto n. 6830 de 30 de Janeiro de 1878 para funcionar no Imperio com uma agencia na cidade da Bahia; e bem assim Conceder-lhe permissão não só para estabelecer outras agencias desde que para cada uma depositar a mesma somma que garante as operações da que se acha estabelecida, ficando nesta parte modificada a mencionada resolução, mas tambem para fazer operações de seguros de vida, de confor-

midade com as clausulas que com este baixam, assignadas por João Ferreira de Moura, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Junho de 1855, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Ferreira de Moura.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9452 desta data**

I

A companhia é autorizada a estabelecer outras agencias em quaesquer praças do Imperio, nas quaes terá um representante devidamente habilitado que responda perante os Tribunaes.

II

Os actos praticados pelas referidas agencias ficam sujeitos á legislação do Imperio, sendo decididas pelos Tribunaes brasileiros as questões que se suscitarem entre a companhia e os particulares.

III

Nenhuma destas agencias poderá funcionar enquanto a companhia não depositar no Thesouro Nacional ou em qualquer estabelecimento bancario do Imperio a somma de 20:000\$, igual á do deposito que fez para a agencia estabelecida na capital da Bahia, como garantia das operações de cada uma.

As transacções sobre seguros de vida, porém, não serão realizadas, enquanto o deposito de cada uma dessas agencias não fór reforçado com mais 180:000\$000.

IV

Os depositos, de que falla a clausula antecedente, serão feitos pela companhia, com a declaração do fim a que são destinados, e de que não poderão ser levantados senão por ordem dos Presidentes das Juntas Commerciaes respectivas.

## V

As alterações feitas nos estatutos serão communicadas ao Governo Imperial, sob pena de multa de 200\$ a 2:000\$ e de ser-lhe cassada a presente concessão.

Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Junho de 1885. — *João Ferreira de Moura.*



## DECRETO N. 9453 — DE 27 DE JUNHO DE 1885

Eleva a oito companhias o 25º batalhão de infantaria da Guarda Nacional das comarcas de Bananal e Arêas, na Provincia do S. Paulo, e cria alli uma secção de batalhão da reserva.

Attendendo ao que representou o Presidente da Provincia do S. Paulo, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica elevado a oito companhias o 25º batalhão de infantaria do serviço activo, organizado nas freguezias de Sant'Anna de Arêas e S. José do Barreiro, e pertencente ao Commando Superior da Guarda Nacional das comarcas de Bananal e Arêas, na Provincia de S. Paulo.

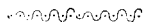
Art. 2.º E' creada nas referidas freguezias uma secção de batalhão da reserva com quatro companhias.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Affonso Augusto Moreira Penna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Junho de 1885, 64ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Affonso Augusto Moreira Penna.*



## DECRETO N. 9454 — DE 4 DE JULHO DE 1885

Promulga a Convenção, assignada em Pariz a 14 de Março de 1884, pela qual o Brazil e outros Estados se constituem em União, para a protecção dos cabos submarinos.

Tendo-se concluido e assignado em Pariz aos 14 dias do mez de Março do anno proximo passado uma Convenção pela qual, para

a protecção dos cabos submarinos, se constituem em União o Brazil e os seguintes Estados — Alemanha, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Republica de Costa Rica, Dinamarca, Republica Dominicana, Hespanha, Estados-Unidos da America, Estados-Unidos da Colombia, Republica Franceza, Gran-Bretanha, Republica do Guatemala, Grecia, Italia, Turquia, Paizes Baixos, Persia, Portugal, Romania, Russia, Republica do Salvador, Servia, Suecia e Noruega e Republica Oriental do Uruguay—; e tendo-se depositado no Ministerio dos Negocios Estrangeiros de França no dia 16 de Abril ultimo as respectivas ratificações: Hei por bem que a mesma Convenção e o artigo adicional a ella annexo sejam observados e cumpridos tão inteiramente como nelles se contém.

O Visconde de Paranaguá, do Meu Conselho e do de Estado, Senador do Imperio e Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, assim o tenha entendido e faça executar, com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro aos 4 dias do mez de Julho de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Visconde de Paranaguá.*

Nós D. Pedro II, por Graça do Deus e Unanime Acclamação dos Povos Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil, Fazemos saber a todos os que a presente carta de Approvação, Confirmação e Ratificação virem que entre o Brazil e varios outros Estados se assignou em Pariz aos quatorze dias do mez de Março do corrente anno uma Convenção para a protecção das communicações telegraphicas submarinas, do teor seguinte:

Sa Majesté l'Empereur du Brésil, Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse, Son Excellence le Président de la Confédération Argentine, Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., Roi Apostolique de Hongrie, Sa Majesté le Roi des Belges, Son Excellence le Président de la République de Costa Rica, Sa Majesté le Roi de Danemark, Son Excellence le Président de la République Dominicaine, Sa Majesté le Roi d'Espagne, Son Excellence le Président des Etats-Unis d'Amérique, Son Excellence le Président des Etats-Unis de Colombie, Son Excellence le Président de la République Française, Sa Majesté la Reine du Royaume Uni de la Grande Bretagne et d'Irlande, Imperatrice des Indes, Son Excellence le Président de la République du Guatemala, Sa Majesté le Roi des Hellènes, Sa Majesté le Roi d'Italie, Sa Majesté l'Empereur des Ottomans, Sa Majesté le Roi des Pays-Bas, Grand-Duc de Luxembourg, Sa Majesté le Schah de Perse, Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, Sa Majesté le Roi de Roumanie, Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies, Son Excellence le Président de la République de Salvador, Sa Majesté le Roi de Serbie, Sa Majesté le Roi de Suède et Norvège et Son Excellence le Président de la République Orientale de l'Uru-

guay, désirant assurer le maintien des communications télégraphiques, qui ont lieu au moyen des câbles sous-marins, ont résolu de conclure une Convention à cet effet et ont nommé pour leurs Plénipotentiaires, savoir :

Sa Majesté l'Empereur du Brésil, M. de Araujo Baron d'Itajubá, Chargé d'Affaires du Brésil à Paris, etc., etc., etc. ;

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse, Son Altesse le Prince Chlodwig-Charles Victor de Hohenlohe Schillingfurst, Prince de Ratibor et Corvey, Grand Chambellan de la Couronne de Bavière, Son Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire près le Gouvernement de la République Française, etc., etc., etc. ;

Son Excellence le Président de la Confédération Argentine, M. Bilearce, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de la Confédération à Paris, etc., etc., etc. ;

Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., Roi Apostolique de Hongrie, S. Ex. M. le Comte Ladislas Hoyos, Conseiller Intime Actuel, Son Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire près le Gouvernement de la République Française, etc., etc., etc. ;

Sa Majesté le Roi des Belges, M. le Baron Bayens, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire à Paris, etc., etc., etc., et M. Léopold Orban, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire, Directeur Général de la Politique au Département des Affaires Etrangères de Belgique, etc., etc., etc. ;

Son Excellence le Président de la République de Costa-Rica, M. Léon Samzée, Secrétaire de la Légation de Costa-Rica à Paris, etc., etc., etc. ;

Sa Majesté le Roi de Danemark, M. le Comte de Moltke-Hvitfeldt, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire à Paris, etc., etc., etc. ;

Son Excellence le Président de la République Dominicaine, M. le Baron de Alameda, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de la République Dominicaine à Paris, etc., etc., etc. ;

Sa Majesté le Roi d'Espagne, S. Ex. M. Manuel Silveira de la Vielleuse, Sénateur inamovible, membre de l'Académie Espagnole, Son Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire près le Gouvernement de la République Française, etc., etc., etc. ;

Son Excellence le Président des Etats-Unis d'Amérique, M. L. P. Morton, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire des Etats Unis d'Amérique à Paris, etc., etc., etc. ; et M. Vignaud, Secrétaire de la Légation des Etats Unis d'Amérique à Paris, etc., etc., etc. ;

Son Excellence le Président des Etats-Unis de Colombie, M. le Docteur José G. Triana, Consul Général des Etats-Unis de Colombie à Paris, etc., etc., etc. ;

Son Excellence le Président de la République Française, M. Jules Ferry, Député, Président du Conseil, Ministre des

Affaires Etrangères, etc., etc., etc.; et M. Adolphe Cochery, Député, Ministre des Postes et des Télégraphes, etc., etc., etc.;

Sa Majesté la Reine du Royaume Uni de la Grande-Bretagne et d'Irlande, Impératrice des Indes, Son Excellence le très honorable Richard Bickerton Pernell, Vicomte Lyons, Pair du Royaume-Uni de la Grande-Bretagne et d'Irlande, Membre du Conseil Privé de Sa Majesté Britannique, Son Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire près le Gouvernement de la République Française, etc., etc., etc.;

Son Excellence le Président de la République de Guatemala, M. Crisanto Medina, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de la République de Guatemala à Paris, etc., etc., etc.;

Sa Majesté le Roi des Hellènes, M. le Prince Maurocordato, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire à Paris, etc., etc., etc.;

Sa Majesté le Roi d'Italie, Son Excellence M. le Général Comte Menabrea, Marquis de Valdora, Son Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire près le Gouvernement de la République Française, etc., etc., etc.;

Sa Majesté l'Empereur des Ottomans, Son Excellence Essad Pachá, Son Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire près le Gouvernement de la République Française, etc., etc., etc.;

Sa Majesté le Roi des Pays-Bas, Grand Duc de Luxembourg, M. le Baron de Zuylen de Nyevelt, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire à Paris, etc., etc., etc.;

Sa Majesté le Schah de Perse, M. le Général Nazare Aga, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire à Paris, etc., etc., etc.;

Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, M. d'Azevedo, Chargé d'Affaires de Portugal à Paris, etc., etc., etc.;

Sa Majesté le Roi de Roumanie, M. Alexandre Odobesco, Chargé d'Affaires par intérim de Roumanie à Paris, etc., etc., etc.;

Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies, Son Excellence M. l'Aide de Camp Général Prince Nicolas Orloff, Son Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire près le Gouvernement de la République Française, etc., etc., etc.;

Son Excellence le Président de la République de Salvador, M. Torres Caicedo, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de la République de Salvador à Paris, etc., etc., etc.;

Sa Majesté le Roi de Serbie, M. Marinovitch, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire à Paris, etc., etc., etc.;

Sa Majesté le Roi de Suède et Norvège, M. Sibbern, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire à Paris, etc., etc., etc.;

Son Excellence le Président de la République Orientale de l'Uruguay, M. le Colonel Diaz, Envoyé Extraordinaire et Mi-

nistre Plénipotentiaire de la République de l'Uruguay à Paris, etc., etc., etc. ;

Lesquels, après avoir échangé leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus des articles suivants :

#### ARTICLE PREMIER

La présente Convention s'applique, en dehors des eaux territoriales, à tous les câbles sous-marins légalement établis et qui atterrissent sur les territoires, colonies ou possessions de l'une ou de plusieurs des Hautes Parties Contractantes.

#### ART. 2

La rupture ou la détérioration d'un câble sous-marin, faite volontairement ou par négligence coupable, et qui pourrait avoir pour résultat d'interrompre ou d'entraver, en tout ou en partie, les communications télégraphiques est punissable, sans préjudice de l'action civile en dommages et intérêts.

Cette disposition ne s'applique pas aux ruptures ou détériorations dont les auteurs n'auraient eu que le but légitime de protéger leur vie ou la sécurité de leurs bâtiments, après avoir pris toutes les précautions nécessaires pour éviter ces ruptures ou détériorations.

#### ART. 3

Les Hautes Parties Contractantes s'engagent à imposer, autant que possible, quand elles autoriseront l'atterrissement d'un câble sous-marin, les conditions de sûreté convenables, tant sous le rapport du tracé que sous celui des dimensions du câble.

#### ART. 4

Le propriétaire d'un câble qui, par la pose ou la réparation de ce câble, cause la rupture ou la détérioration d'un autre câble doit supporter les frais de réparation que cette rupture ou cette détérioration aura rendus nécessaires, sans préjudice, s'il y a lieu, de l'application de l'article 2 de la présente Convention.

#### ART. 5

Les bâtiments occupés à la pose ou à la réparation des câbles sous-marins doivent observer les règles sur les signaux qui sont ou seront adoptés, d'un commun accord, par les Hautes Parties Contractantes, en vue de prévenir les abordages.

Quand un bâtiment occupé à la réparation d'un câble porte les dits signaux, les autres bâtiments qui aperçoivent ou sont en mesure d'apercevoir ces signaux doivent ou se retirer ou se tenir

éloignés d'un mille nautique au moins de ce bâtiment, pour ne pas le gêner dans ses opérations.

Les engins ou filets des pêcheurs devront être tenus à la même distance.

Toutefois, les bateaux de pêche qui aperçoivent ou sont en mesure d'apercevoir un navire télégraphique portant les dits signaux auront, pour se conformer à l'avertissement ainsi donné, un délai de vingt-quatre heures au plus, pendant lequel aucun obstacle ne devra être apporté à leurs manœuvres.

Les opérations du navire télégraphique devront être achevées dans le plus bref délai possible.

#### ART. 6

Les bâtiments qui voient ou sont en mesure de voir les bouées destinées à indiquer la position des câbles, en cas de pose, de dérangement ou de rupture, doivent se tenir éloignés de ces bouées à un quart de mille nautique au moins.

Les engins ou filets des pêcheurs devront être tenus à la même distance.

#### ART. 7

Les propriétaires des navires ou bâtiments qui peuvent prouver qu'ils ont sacrifié une ancre, un filet ou un autre engin de pêche, pour ne pas endommager un câble sous-marin, doivent être indemnisés par le propriétaire du câble.

Pour avoir droit à une telle indemnité, il faut, autant que possible, qu'aussitôt après l'accident, on ait dressé, pour le constater, un procès-verbal appuyé des témoignages des gens de l'équipage, et que le capitaine du navire fasse, dans les vingt-quatre heures de son arrivée au premier port de retour ou de relâche, sa déclaration aux autorités compétentes. Celles-ci en donnent avis aux autorités consulaires de la nation du propriétaire du câble.

#### ART. 8

Les tribunaux compétents pour connaître des infractions à la présente Convention sont ceux du pays auquel appartient le bâtiment à bord duquel l'infraction a été commise.

Il est, d'ailleurs, entendu que, dans les cas où la disposition insérée dans le précédent alinéa ne pourrait pas recevoir d'exécution, la répression des infractions à la présente Convention aurait lieu, dans chacun des Etats contractants à l'égard de ses nationaux, conformément aux règles générales de compétence pénale résultant des lois particulières de ces Etats ou des traités internationaux.



## ART. 9

La poursuite des infractions prévues aux articles 2, 5 et 6 de la présente Convention aura lieu par l'Etat ou en son nom.

## ART. 10

Les infractions à la présente Convention pourront être constatées par tous les moyens de preuve admis dans la législation du pays où siège le tribunal saisi.

Lorsque les officiers commandant les bâtiments de guerre ou les bâtiments spécialement commissionnés à cet effet de l'un des Hautes Parties Contractantes auront lieu de croire qu'une infraction aux mesures prévues par la présente Convention a été commise par un bâtiment autre qu'un bâtiment de guerre, ils pourront exiger du capitaine ou du patron l'exhibition des pièces officielles justifiant de la nationalité du dit bâtiment. Mention sommaire de cette exhibition sera faite immédiatement sur les pièces produites.

En outre, des procès-verbaux pourront être dressés par les dits officiers, quelle que soit la nationalité du bâtiment inculpé. Ces procès-verbaux seront dressés suivant les formes et dans la langue en usage dans le pays auquel appartient l'officier qui les dresse ; ils pourront servir de moyen de preuve dans le pays où ils seront invoqués et suivant la législation de ce pays. Les inculpés et les témoins auront le droit d'y ajouter ou d'y faire ajouter, dans leur propre langue, toutes explications qu'ils croiront utiles ; ces déclarations devront être dûment signées.

## ART. 11

La procédure et le jugement des infractions aux dispositions de la présente Convention ont toujours lieu aussi sommairement que les lois et règlements en vigueur le permettent.

## ART. 12

Les Hautes Parties Contractantes s'engagent à prendre ou à proposer à leurs législatures respectives les mesures nécessaires pour assurer l'exécution de la présente Convention, et notamment pour faire punir soit de l'emprisonnement, soit de l'amende, soit de ces deux peines, ceux qui contreviendraient aux dispositions des articles 2, 5 et 6.

## ART. 13

Les Hautes Parties Contractantes se communiqueront les lois qui auraient déjà été rendues ou qui viendraient à l'être dans leurs Etats, relativement à l'objet de la présente Convention.

## ART. 14

Les Etats qui n'ont point pris part à la présente Convention sont admis à y adhérer, sur leur demande. Cette adhésion sera notifiée par la voie diplomatique au Gouvernement de la République Française, et par celui-ci aux autres Gouvernements signataires.

## ART. 15

Il est bien entendu que les stipulations de la présente Convention ne portent aucune atteinte à la liberté d'action des belligérants.

## ART. 16

La présente Convention sera mise à exécution à partir du jour dont les Hautes Parties Contractantes conviendront.

Elle restera en vigueur pendant cinq années à dater de ce jour, et, dans le cas où aucune des Hautes Parties Contractantes n'aurait notifié, douze mois avant l'expiration de la dite période de cinq années, son intention d'en faire cesser les effets, elle continuera à rester en vigueur une année, et ainsi de suite d'année en année.

Dans le cas où l'une des Puissances signataires dénoncerait la Convention, cette dénonciation n'aurait d'effet qu'à son égard.

## ART. 17

La présente Convention sera ratifiée; les ratifications en seront échangées à Paris, le plus tôt possible, et, au plus tard, dans le délai d'un an.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires respectifs l'ont signée et y ont apposé leurs cachets.

Fait en vingt six exemplaires, à Paris, le 14 mars 1881.

(L. S.) Baron de Itajubá.

(L. S.) Hohenlohe.

(L. S.) M. Balcarce.

(L. S.) Ladislas Comte Hoyos.

(L. S.) Beyens.

(L. S.) Léopold Orban.

(L. S.) Léon Somzée.

(L. S.) Moltke-Hvitfeldt.

(L. S.) Emmanuel de Almeida.

(L. S.) Manuel Silveira.

(L. S.) L. P. Morton.

(L. S.) Henry Vignaud.

(L. S.) José G. Triana.

(L. S.) Jules Ferry.

(L. S.) Cochery A.  
(L. S.) Lyons.  
(L. S.) Crisanto Medina.  
(L. S.) Maurocordato.  
(L. S.) Menabrea.  
(L. S.) Essad.  
(L. S.) B. Zuylen de Nyevelt.  
(L. S.) Nazare Aga.  
(L. S.) F. d'Azevedo.  
(L. S.) Odobesco.  
(L. S.) Prince Orloff.  
(L. S.) J. M. Torres Caicedo.  
(L. S.) I. Marinovitch.  
(L. S.) G. Sibborn.  
(L. S.) Juan J. Diaz.

## ARTICLE ADDITIONNEL

Les stipulations de la Convention conclue à la date de ce jour pour la protection des câbles sous-marins seront applicables, conformément l'article 1<sup>er</sup>, aux colonies et possessions de Sa Majesté Britannique, à l'exception de celles ci-après dénommées, savoir :

Le Canada ;  
Terre-Nouve ;  
Le Cap ;  
Natal ;  
La Nouvelle-Galles du Sud ;  
Victoria ;  
Queensland ;  
La Tasmanie ;  
L'Australie du Sud ;  
L'Australie Occidentale ;  
La Nouvelle Zélande.

Toutefois, les stipulations de la dite Convention seront applicables à l'une des colonies ou possessions ci-dessus indiquées, si, en leur nom, une notification à cet effet a été adressée par le Représentant de Sa Majesté Britannique à Paris au Ministre des Affaires Etrangères de France.

Chacune des colonies ou possessions ci-dessus dénommées qui aurait adhéré à la dite Convention conserve la faculté de se retirer de la même manière que les Puissances Contractantes. Dans le cas où l'une des colonies ou possessions dont il s'agit désirerait se retirer de la Convention, une notification à cet effet serait adressée par le Représentant de Sa Majesté Britannique à Paris au Ministre des Affaires Etrangères de France.

Fait en vingt-six exemplaires, à Paris, le 14 mars 1884.

Baron d'Itajubá.  
Hohenlohe.

M. Balcarce.  
 Ladislao Comte Hoyos.  
 Beyens.  
 Léopold Orban.  
 Léon Somzée.  
 Moltke-Hvitfeldt.  
 Emmanuel de Almeda.  
 Manuel Silveira.  
 L. P. Morton.  
 Henry Vignaud.  
 José G. Triana.  
 Jules Ferry.  
 Cocheret A.  
 Lyons.  
 Crisanto Medina.  
 Maurocordato.  
 Menabrea.  
 Essad.  
 B. Zuylen de Nyevelt.  
 Nazare Aga.  
 F. d'Azevedo.  
 Odobesco.  
 Prince Orloff.  
 J. M. Torres Caicedo.  
 I. Marinovitch.  
 G. Sibbern.  
 Juan J. Diaz.

E, sendo-nos presente a mesma Convenção, cujo teor fica acima inserido com o do artigo adicional da mesma data, e bem visto, considerado e examinado tudo quanto nella se contém, a Approvamos, Confirmamos e Ratificamos assim no todo como em cada um dos seus artigos e estipulações, e pela presente a Damos por firme e valiosa para produzir os seus devidos effeitos, Promettendo em Fé e Palavra Imperial observal-a e cumpri-la inviolavelmente, e fazel-a cumprir e observar por qualquer modo que possa ser.

Em testemunho e firmeza do que Fizemos passar a presente Carta, por Nós assignada, sellada com o sello das Armas do Imperio e referendada pelo Ministro e Secretario de Estado abaixo assignado.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos 16 dias do mez de Agosto do anno do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de 1881.

(L. S.) Pedro Imperador (com guarda).

*Dr. João da Matta Machado.*

**Tradução**

Sua Magestade o Imperador do Brazil, Sua Magestade o Imperador Allemão, Rei da Prussia, Sua Excellencia o Presidente da Confederação Argentina, Sua Magestade o Imperador da Austria, Rei da Bohemia, etc., Rei Apostolico da Hungria, Sua Magestade o Rei dos Belgas, Sua Excellencia o Presidente da Republica do Costa Rica, Sua Magestade o Rei da Dinamarca, Sua Excellencia o Presidente da Republica Dominicana, Sua Magestade o Rei de Hespanha, Sua Excellencia o Presidente dos Estados Unidos da America, Sua Excellencia o Presidente dos Estados Unidos da Colombia, Sua Excellencia o Presidente da Republica Franceza, Sua Magestade a Rainha do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda, Imperatriz das Indias, Sua Excellencia o Presidente da Republica de Guatemala, Sua Magestade o Rei dos Hellenos, Sua Magestade o Rei da Italia, Sua Magestade o Imperador dos Ottomanos, Sua Magestade o Rei dos Paizes Baixos, Grão-Duque de Luxemburgo, Sua Magestade o Schah da Persia, Sua Magestade o Rei de Portugal e dos Algarves, Sua Magestade o Rei de Romania, Sua Magestade o Imperador de Todas as Russias, Sua Excellencia o Presidente da Republica do Salvador, Sua Magestade o Rei da Servia, Sua Magestade o Rei da Suecia e Noruega e Sua Excellencia o Presidente da Republica Oriental do Uruguay, desejando assegurar a conservação das communicações telegraphicas, que se fazem por meio dos cabos submarinos, resolveram concluir uma Convenção para este fim e nomearam seus Plenipotenciarios, a saber:

Sua Magestade o Imperador do Brazil, o Sr. de Araujo, Barão de Itajubá, Encarregado de Negocios do Brazil em Pariz, etc., etc., etc.;

Sua Magestade o Imperador Allemão, Rei da Prussia, Sua Alteza o Principe Chloiwig Carlos Victor de Hohenlohe-Schillingsfurst, Principe de Ratibor e Carvey, Camareiro-Mór da Corôa da Baviera, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario junto do Governo da Republica Franceza, etc., etc., etc.;

Sua Excellencia o Presidente da Confederação Argentina, o Sr. Balcario, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Confederação em Pariz, etc., etc., etc.;

Sua Magestade o Imperador d'Austria, Rei de Bohemia, etc., Rei Apostolico da Hungria, Sua Excellencia o Sr. Conde Ladisláu Hoyos, Conselheiro intimo actual, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario junto do Governo da Republica Franceza, etc., etc., etc.;

Sua Magestade o Rei dos Belgas, o Sr. Barão Beyens, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Pariz, etc., etc., etc., e o Sr. Leopoldo Orban, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, Director Geral da Politica na Repartição dos Negocios Estrangeiros da Belgica, etc., etc., etc.;

Sua Excellencia o Presidente da Republica de Costa Rica, o Sr. Leão Somzée, Secretario da Legação do Costa Rica em Pariz, etc., etc., etc.;

Sua Magestade o Rei da Dinamarca, o Sr. Conde de Moltke-Hvitfeldt, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Pariz, etc., etc., etc.;

Sua Excellencia o Presidente da Republica Dominicana, o Sr. Barão de Almeida, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Dominicana em Pariz, etc., etc., etc.;

Sua Magestade o Rei de Hespanha, Sua Excellencia o Sr. Manoel Silveira de la Vielleuse, Senador inamovivel, Membro da Academia Hespanhola, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario junto do Governo da Republica Franceza, etc., etc., etc.;

Sua Excellencia o Presidente dos Estados Unidos da America, o Sr. L. P. Morton, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario dos Estados Unidos da America, em Pariz, etc., etc., etc., e o Sr. Vignaud, Secretario da Legação dos Estados Unidos da America em Pariz, etc., etc., etc.;

Sua Excellencia o Presidente dos Estados Unidos da Colombia, o Sr. Dr. José G. Triana, Consul Geral dos Estados Unidos de Colombia em Pariz, etc., etc., etc.;

Sua Excellencia o Presidente da Republica Franceza, o Sr. Jules Ferry, Deputado, Presidente do Conselho, Ministro dos Negocios Estrangeiros, etc., etc., etc., e o Sr. Adolpho Cochery, Deputado, Ministro dos Correios e Telegraphos, etc., etc., etc.;

Sua Magestade a Rainha do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda, Imperatriz das Indias, S. Ex. o muito honrado Ricardo Bickerton Pernell, Visconde Lyons, Par do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda, Membro do Conselho Privado de Sua Magestade Britannica, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario junto do Governo da Republica Franceza, etc., etc., etc.;

Sua Excellencia o Presidente da Republica de Guatemala, o Sr. Crisanto Melina, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica de Guatemala em Pariz, etc., etc., etc.;

Sua Magestade o Rei dos Hellenos, o Sr. Principe Maurocordato, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Pariz, etc., etc., etc.;

Sua Magestade o Rei de Italia, S. Ex. o Sr. General Conle de Menabrea, Marquez de Valdora, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario junto do Governo da Republica Franceza, etc., etc., etc.;

Sua Magestade o Imperador dos Ottomanos, S. Ex. Essad Pachá, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario junto do Governo da Republica Franceza, etc., etc., etc.;

Sua Magestade o Rei dos Paizes Baixos, Grão-Duque de Luxemburgo, o Sr. Barão de Zuylen de Nyevelt, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Pariz, etc., etc., etc.;

Sua Magestade o Schah da Persia, o Sr. General Nazare Aga, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Pariz, etc., etc., etc.;

Sua Magestade o Rei de Portugal e dos Algarves, o Sr. de Azevedo, Encarregado de Negocios de Portugal em Pariz, etc., etc., etc.;

Sua Magestade o Rei da Romania, o Sr. Alexandre Odobesco, Encarregado de Negocios interino da Romania em Pariz, etc., etc., etc.;

Sua Magestade o Imperador de Todas as Russias, S. Ex. o Sr. Ajudante de Campo General Principe Nicolau Orloff, Seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario junto do Governo da Republica Franceza, etc., etc., etc.;

Sua Excellencia o Presidente da Republica do Salvador, o Sr. Torres Caicedo, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica do Salvador em Pariz, etc., etc., etc.;

Sua Magestade o Rei da Servia, o Sr. Marinovitch, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Pariz, etc., etc., etc.;

Sua Magestade o Rei da Suecia e Noruega, o Sr. Sibbern, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Pariz, etc., etc., etc.;

Sua Excellencia o Presidente da Republica Oriental do Uruguay, o Sr. Coronel Diaz, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica do Uruguay, em Pariz, etc., etc., etc.;

Os quaes, depois de trocarem os seus plenos poderes, achados em boa e devida fórma, concordaram nos artigos seguintes :

#### ARTIGO PRIMEIRO

A presente Convenção applica-se, fóra das aguas territoriaes, a todos os cabos submarinos legalmente estabelecidos, que emergirem (*qui atterrissent*) nos territorios, colonias ou possessões de uma ou mais das Altas Partes Contractantes.

#### ART. 2

O rompimento ou o estrago de um cabo submarino, feito voluntariamente ou por negligencia culposa, e do qual possa resultar interrompimento ou estorvo, no todo ou em parte, das communicações telegraphicas, é punivel, sem prejuizo da acção civil por damnos e lucros.

Esta disposição não se applica aos rompimentos ou estragos, cujos autores só tenham tido o fim legitimo de proteger a sua vida ou a segurança de suas embarcações, depois de tomarem todas as precauções necessarias para evitar esses rompimentos ou estragos.

## ART. 3

As Altas Partes Contractantes obrigam-se a impor, tanto quanto fôr possível, quando autorizarem a amarração de um cabo submarino, as convenientes condições de segurança, não só quanto ao traçado, mas também quanto ás dimensões do cabo.

## ART. 4

O proprietario de um cabo que, pelo seu assentamento ou concerto, causar o rompimento ou o estrago de outro, deve pagar as despesas de reparação que esse rompimento ou esse estrago tornarem necessarias, sem prejuizo, dado o caso da applicação do art. 2, da presente Convenção.

## ART. 5

As embarcações occupadas no assentamento ou na reparação dos cabos submarinos devem observar as regras sobre os signaes que são ou forem adoptadas, de commum accordo, pelas Altas Partes Contractantes, afim de prevenir os abalroamentos.

Quando uma embarcação occupa a na reparação de um cabo trazer os ditos signaes, as outras embarcações que avistarem ou estiverem em condições de avistar estes signaes deverão retirar-se ou conservar-se afastadas uma milha nautica pelo menos daquella embarcação, para não embaraçar a nos seus trabalhos.

Os appparelhos ou redes dos pescadores deverão conservar-se á mesma distancia.

Todavia, os barcos de pesca, que avistarem ou estiverem em condições de avistar um navio telegraphico que trazer os ditos signaes, terão, para se conformarem com a advertencia assim feita, o prazo maximo de 24 horas, durante o qual nenhum obstaculo se deverá oppor ás suas manobras.

Os trabalhos do navio telegraphico deverão ser concluidos no prazo mais breve possível.

## ART. 6

As embarcações que virem ou estiverem nas condições de ver as boias destinadas a indicar a posição dos cabos, no caso de assentamento, de desarranjo ou de rompimento, deverão conservar-se afastadas destas boias pelo menos um quarto de milha nautica.

Os appparelhos ou redes dos pescadores deverão conservar-se á mesma distancia.

## ART. 7

Os proprietarios dos navios ou embarcações, que puderem provar que sacrificaram uma ancora, uma rede ou outro appparelho de pesca;



para não damnificar um cabo submarino, deverão ser indemnizados pelo proprietario do cabo.

Para ter direito a essa indemnização, é necessario, tanto quanto fôr possível, que logo depois do accidente se lavre, para proval-o, um auto apoiado no testemunho dos individuos da tripolação, e que o capitão do navio faça, dentro das 24 horas da sua chegada ao primeiro porto de regresso ou de arribada, a sua declaração ás autoridades competentes. Estas a communicarão ás autoridades consulares da nação do proprietario do cabo.

#### ART. 8

São competentes para tomar conhecimento das infracções á presente Convenção os tribunaes do paiz a que pertencer a embarcação, a cujo bordo fôr commettida a infracção.

Fica além dis-o entendido que, nos casos em que a disposição inserta no paragrapho precedente, não puder ser cumprida, a repressão das infracções á presente Convenção será feita, em cada um dos Estados contractantes quanto aos seus nacionaes, de conformidade com as regras geraes de competencia penal, resultantes das leis particulares desses Estados ou dos tratados internacionaes.

#### ART. 9

O procedimento contra as infracções previstas nos artigos 2, 5 e 6 da presente Convenção, será intentado pelo Estado ou em seu nome.

#### ART. 10

As infracções á presente Convenção poderão ser verificadas por todos os meios de prova admittidos na legislação do paiz onde funcionar o tribunal chamado a tomar conhecimento da causa.

Quando os officiaes que commandarem os navios de guerra de uma das Altas Partes Contractantes ou os que por ella forem especialmente commissionedos para este fim tiverem motivo para crer que uma infracção ás medidas previstas pela presente Convenção foi commettida por navio que não seja de guerra, poderão exigir do capitão ou mestre a exhibição dos documentos officiaes que justifiquem a nacionalidade do dito navio. Far-se-ha immediatamente menção summaria desta exhibição nos documentos apresentados.

Além disso, os referidos officiaes poderão lavrar termos, seja qual fôr a nacionalidade do navio accusado. Estes termos serão feitos segundo as fórmulas e na lingua usadas no paiz a que pertencer o official que os lavrar; poderão servir de meio de prova no paiz onde forem invocados e segundo a legislação deste paiz. Os accusados e as testemunhas terão o direito de lhes juntar ou fazer juntar, na sua propria lingua, todas as explicações que julgarem uteis; estas declarações serão devidamente assignadas.

## ART. 11

O processo e o julgamento das infracções ás disposições da presente Convenção serão sempre feitos tão summariamente quanto o permittam as leis e os regulamentos em vigor.

## ART. 12

As Altas Partes Contractantes obrigam-se a tomar, ou a propor ás suas respectivas camaras legislativas, as medidas necessarias para assegurar a execução da presente Convenção, e especialmente para fazer punir com prisão, ou multa, ou com ambas estas penas, os que violarem as disposições dos artigos 2, 5 e 6.

## ART. 13

As Altas Partes Contractantes communicar-se-hão as leis que já tiverem sido promulgadas, ou que venham a sel-o nos seus Estados, relativamente ao objecto da presente Convenção.

## ART. 14

Os Estados, que não tomaram parte na presente Convenção, são admittidos a adherir a ella, si o peírem. Esta adhesão será notificada por via diplomatica ao Governo da Republica Franceza, e por este aos outros Governos signatarios.

## ART. 15

Fica bem entendido que as estipulações da presente Convenção em nada prejudicam a liberdade de acção dos belligerantes.

## ART. 16

A presente Convenção será posta em execução desde o dia que fór convencionado pelas Altas Partes Contractantes.

Ficará em vigor durante cinco annos contados desse dia, e, si nenhuma das Altas Partes Contractantes notificar, doze mezes antes da conclusão do dito prazo de cinco annos, a intenção de fazer cessar os seus effeitos, continuará em vigor um anno, e assim successivamente de anno a anno.

Si uma das Potencias signatarias denunciar a Convenção, esta denuncia só terá effeito com relação a essa Potencia.

## ART. 17

A presente Convenção será ratificada e as ratificações serão trocadas em Pariz o mais cedo possivel, e, o mais tardar, no prazo de um anno.

Em fé do que os Plenipotenciarios respectivos a assignaram e lhe puzeram os seus sellos.

Feito em 26 exemplares em Pariz a 14 de Março de 1884.

(L. S.) Barão de Itajubá.  
(L. S.) Hohenlohe.  
(L. S.) M. Balcarce.  
(L. S.) Ladislau Conde Hoyos.  
(L. S.) Beyens.  
(L. S.) Leopoldo Orban.  
(L. S.) Leão Somzée.  
(L. S.) Hvitfeldt.  
(L. S.) Emanuel de Almeda.  
(L. S.) Manuel Silveira.  
(L. S.) L. P. Morton.  
(L. S.) Henry Vignaud.  
(L. S.) José G. Triana.  
(L. S.) Julio Ferry.  
(L. S.) A. Cocherer.  
(L. S.) Lyons.  
(L. S.) Crisanto Medina.  
(L. S.) Maurocordato.  
(L. S.) Menabrea.  
(L. S.) Essad.  
(L. S.) Barão de Zuylen de Nyevelt.  
(L. S.) Nazare Aga.  
(L. S.) F. de Azevedo.  
(L. S.) Odobesco.  
(L. S.) Principe Orloff.  
(L. S.) Torres Caicedo.  
(L. S.) I. Marinovitch.  
(L. S.) Sibbern.  
(L. S.) Juan J. Diaz.

#### ARTIGO ADICIONAL

As estipulações da Convenção concluida na data de hoje, para a protecção dos cabos submarinos, serão applicaveis, conforme o art. 1º, ás colonias e possessões de Sua Magestade Britannica, á excepção destas abaixo nomeadas, a saber :

Canadá ;  
Terra Nova ;  
Cabo ;  
Natal ;  
Nova Galles do Sul ;  
Victoria ;  
Queensland ;  
Tasmania ;  
Australia do Sul ;  
Australia Occidental ;  
Nova Zelandia.

As estipulações da referida Convenção serão, todavia, applicaveis a uma das colonias ou possessões acima indicadas, si uma notificação para este fim fôr dirigida em seu nome pelo Representante de Sua Magestade Britannica em Pariz ao Ministro dos Negocios Estrangeiros de França.

Cada uma das colonias ou possessões acima designadas, que adherir á dita Convenção, conservará a faculdade de se retirar do mesmo modo que as Potencias contractantes. Quando uma das colonias ou possessões, de que se trata, deseje retirar-se da Convenção, uma notificação será para este fim dirigida pelo Representante de Sua Magestade Britannica em Pariz ao Ministro dos Negocios Estrangeiros de França.

Feito em 26 exemplares em Pariz a 14 de Março de 1884.

Barão de Itajubá.  
Hohenlohe.  
M. Balcarco.  
Ladislau Conde Hoyos.  
Beyens.  
Leopoldo Orban.  
Leão Somzée.  
Hvitfeldt.  
Emanuel de Almeda.  
Manuel Silveira.  
L. P. Morton.  
Henry Vignaul.  
José G. Triana.  
Julio Ferry.  
A. Cochery.  
Lyons.  
Crisanto Medina.  
Maurocordato.  
Menabrea.  
Essad.  
Barão de Zuylen de Nyevelt.  
Nazare Aga.  
F. de Azevedo.  
Odobesco.  
Principe Orloff.  
Torres Caicedo.  
I. Marinovitch.  
Sibbern.  
Juan J. Diaz.



## DECRETO N. 9455 — DE 4 DE JULHO DE 1885

Approva provisoriamente as Instrucções regulamentares e tarifas para a estrada de ferro Central da Bahia.

Hei por bem Approvar provisoriamente as Instrucções regulamentares e tarifas que com este baixam para o serviço de transporte de passageiros e mercadorias pela linha principal e ramal da Feira de Sant'Anna da estrada do ferro Central da Bahia.

João Ferreira de Moura, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 4 de Julho de 1885, 61º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Ferreira de Moura.*

**Instrucções regulamentares e tarifas a que se refere o Decreto n. 9455 de 4 de Julho de 1885**

TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

Art. 1.º Os passageiros pagarão por passagem simples os preços das tabellas ns. 1 e 2 correspondentes á classe de suas passagens.

Art. 2.º Os preços dos bilhetes de ida e volta são designados nas tabellas ns. 3 e 4, e dão direito a uma só viagem em cada sentido, entre as estações mencionadas no bilhete, devendo, para o ramal e linha principal até Tapera, ser a volta no primeiro ou segundo trem regular depois do da ida, e para as outras estações além da Tapera, no 1º, 2º ou 3º trem regular.

Si, porém, o prazo de vencimento do bilhete terminar em dia santo ou feriado, elle será ainda válido até o dia immediato. Fóra do prazo concedido para ida e volta, poderá o mesmo bilhete servir por quatro dias no ramal e na linha principal até a Tapera, e por seis dias para as outras estações, si o viajante restituir a differença de preço de modo a ficar o bilhete, quer de ida quer de volta, considerado como simples, sem o direito de transferir-o a outro.

Art. 3.º Os menores de 8 annos, accomodando-se dous em cada assento, si necessario fôr, pagarão meia passagem e os menores de 3 annos trazidos ao collo terão passagem gratuita. Os menores de 12 annos não podem viajar sós, facultando-se, porém, passagem aos de 8 até 12 si trouxerem para isso autorização escripta de seus pais ou tutores.

Art. 4.º Será licito á companhia em casos excepcionaes, como sejam: missões, regozijos publicos, etc., vender bilhetes de ida e volta com abatimento de 33  $\frac{1}{3}$  %.

Art. 5.º A venda dos bilhetes nas estações deverá principiar 30 minutos, e cessar 5 minutos antes da partida dos trens.

Art. 6.º Nas estações terminaes os passageiros só poderão entrar nos respectivos carros depois do toque da campá, que terá logar 10 minutos, pelo menos, antes da partida do trem.

Art. 7.º Nas disposições dos quatro ultimos paragraphos do art. 102 do Regulamento geral de 26 de Abril de 1837, ficam autorizadas as seguintes interpretações:

1.º A prohibição de saltar do trem fóra dos pontos marcados ou quando ainda esteja aquelle em movimento é extensiva ao embarque em identicas circumstancias, ficando todavia a prohibição na primeira hypothese sujeita aos casos de força maior ou de prévia licença.

2.º E' licito passar dos carros de 2ª classe para 1ª, pagando a differença da passagem correspondente ao bilhete comprado. Será tambem licito passar dos carros de 1ª e 2ª classes para o de refeição (si isto fór estabelecido) e vice-versa, quando estiver o trem parado em alguma estação.

3.º Será tolerado fumar-se nos carros si não houver reclamação por parte dos viajantes; subsistindo, porém, sem essa condição a faculdade de fumar-se nas varandas fechadas dos carros de 1ª classe.

4.º Poder-se-ha trazer ao collo cães pequenas e mansos, pagando-se o respectivo frete, si não houver reclamação por parte dos companheiros do carro.

5.º Ficam exceptuados das disposições do regulamento geral, relativas ás armas de fogo, os guardas conduzindo presos ou em diligencias officiaes.

Art. 8.º Não poderão os passageiros estacionar nas varandas dos carros em movimento, quando não forem ellas fechadas.

Art. 9.º Todas as vezes que os empregados da companhia requisitarem dos passageiros seus bilhetes ou passes, deverão apresentar ou entregal-os, si assim fór exigido.

Art. 10. Os bilhetes só dão direito a passagem no trem do dia, classe, e até a estação nelles indicada, perdendo o viajante o direito a qualquer restituição si saltar em uma estação anterior, isto quer se trate dos bilhetes simples, quer de ida e volta.

Art. 11. Os bilhetes e passes são intransferiveis.

Art. 12. Terão passagem gratuita em carro de 2ª classe os tangedores de gado de qualquer especie, até o numero absolutamente indispensavel, não excedendo em caso algum uma passagem por cada dous vagões. O tangedor acompanhando um vagão pagará a importancia de meia passagem. Os passes poderão ser de ida e volta, devendo os tangedores acompanhar os animaes no trem, e regressar dentro do prazo de tres dias, ou até o quinto, pagando a importancia de meia passagem. Serão considerados tangedores sómente as pessoas que habitualmente exercem este officio.

Art. 13. Cada passageiro sem bilhete, portador de bilhete não carimbado pela administração, ou que tenha carimbo de outro dia ou trem, cada passageiro encontrado em classe superior á do bilhete comprado, salvo os casos previstos, pagará o preço da sua viagem contado do ponto de partida do trem, si não estiver provada a estação de sua procedencia. Além disto cobrar-se-ha um excedente de 10 %, conforme a classe em que se verificar a supradita infracção do art. 102 do regulamento geral, a qual, no caso de dolo flagrante, ficará sujeita ás comminações do art. 104 do mesmo regulamento.

Art. 14. O passageiro que ficar em qualquer ponto aquem do designado em seu bilhete, deve fazer entrega deste ao agente da estação.

Art. 15. O passageiro que infringir as presentes instrucções e, depois de advertido pelo empregado da companhia, persistir na infracção, será posto fóra da estação, restituindo-se-lhe o valor do bilhete comprado, si não tiver começado a viagem. Si a infracção fór commettida durante a viagem, o passageiro incorrerá na multa de 5\$000 a 25\$000, e no caso de recusar-se a pagá-la, ou si depois desta satisfeita não corrigir-se, o chefe do trem o entregará ao chefe da estação mais proxima, para remettel-o á autoridade policial, de conformidade com o Regulamento geral de 26 de Abril de 1857.

Art. 16. Será permittido a cada viajante levar consigo, livre de frete, um bahu, uma mala de viagem e uma chapeleira contendo exclusivamente objectos de uso pessoal não excedendo a 50 kilogrammas. O excedente será taxado como encomenda.

Em todo caso as bagagens, quer estejam ou não dentro dos limites acima, são sujeitas a taxa *ad valorem* si pelos interessados se manifestar que contém dinheiro ou objectos preciosos, e ás regras estabelecidas para as encomendas em geral.

Art. 17. As meias passagens só dão direito ao transporte gratuito da bagagem até metade do que corresponder a uma passagem inteira.

Art. 18. Ficam sujeitas ás regras acima as bagagens dos que viajam gratuitamente.

Art. 19. A recepção da bagagem começará 45 minutos e cessará 15 minutos antes da partida de cada trem.

Art. 20. A responsabilidade da companhia pela bagagem que não tenha pago taxa *ad valorem*, não se entende além de 10\$ por cada 10 kilogrammas até 50\$000.

Não é responsavel a companhia pela bagagem não registrada e conservada pelos passageiros por sua conta e risco.

Art. 21. A companhia póde conceder trens especiaes de passageiros, quando pedidos com antecedencia de seis horas á estação de S. Felix ou Cachoeira, e de 24 horas as demais estações.

O preço de um trem especial de viajantes com um carro de 1ª ou 2ª classe, á vontade, será calculado á razão de 2\$000 por kilometro, fazendo-se um abatimento de 25 % quando a viagem fór de ida e volta.

Por qualquer carro mais cobrar-se-ha pela respectiva lotação conforme a tabella, com 25 % de abatimento.

O minimo do preço de um trem especial é 100\$900 para viagem simples, e de 130\$900 para o de ida e volta.

Art. 22. Os trens especiaes que não chegarem aos seus destinos antes das 6 horas da tarde, calculada a viagem á razão de 25 kilometros por hora, custarão mais 20\$000 por cada hora da noite.

Art. 23. Quando fór a viagem de ida e volta, conceder-se-ha gratuitamente duas horas de demora na estação terminal de ida, sendo cobradas a 10\$000 cada uma das horas que excederem, até mais 10 horas além das duas.

Findo esse segundo prazo poderá a companhia dispor do trem, perdendo o concessionario todo direito ao mesmo, salvo o caso de ajuste prévio.

Conceder-se-hão gratuitamente 15 minutos de demora para a partida do trem da estação inicial, findos os quaes cobrar-se-ha 10\$000 por cada meia hora ou fracção de meia hora que exceder.

Art. 24. Para os trens de recreio, quando consistirem de seis ou mais carros, será licito á companhia conceder abatimento até 25 % no frete total calculado para os outros trens especiaes ou até 50 % quando a distancia entre as duas estações exceder de 50 kilometros.

Art. 25. Os cadaveres serão transportados em trens especiaes mediante o frete calculado em conformidade com o art. 24, ou em carros separados conforme o especificado no art. 27.

As pessoas que acompanharem o cadaver pagarão segundo a tarifa dos viajantes. Sómente seis pessoas serão transportadas gratuitamente.

Os trens para os cadaveres estão sujeitos ás mesmas regras que os trens especiaes, sendo sempre o carro de 2.<sup>a</sup> classe.

Art. 26. Nenhum cadaver será transportado sem licença das autoridades competentes, e quando a causa da morte tiver sido uma molestia epidemica não será transportado, nem mesmo com essa licença, si existir proximo ao lugar em que se der o fallecimento um cemitério.

Art. 27. Os doentes que viajarem deitados e os alienados devem ser acompanhados por pessoas que os vigiem e delles cuidem e serão transportados em carros separados, cobrando-se no maximo o valor de 10 passagens da classe a que pertencer o carro que fór requisitado.

§ 1.<sup>o</sup> Si os doentes forem transportados em vagões fechados de mercadorias, pagarão o frete especificado na tabella 12.

§ 2.<sup>o</sup> Par-se-hão extensivas ao transporte dos cadaveres as condições impostas por este artigo, no caso em que os interessados não preferam fretar um trem especial.

Art. 28. As importancias das passagens, tanto ordinarias como especiaes, serão arrecadadas sem excepção nas estações de procedencia no acto da emissão dos bilhetes ou conhecimentos.

Art. 29. Quem pedir um trem especial ou carro alugado fica obrigado a 25 % do respectivo frete, no caso de rejeital-o antes



de ter principiado a viagem, ou 50 % si tiver a machina ou carro sahido do respectivo deposito.

Art. 30. Ao viajante em estado de embriaguez é vedada a permanencia nas estações ou nos trens, devendo no primeiro caso ser posto fóra da estação e no segundo ser desembarcado na primeira estação, restituindo-se-lhe o preço de seu bilhete si não houver ainda encetado a viagem.

Art. 31. É absolutamente prohibido nas estações, nos trens ou em qualquer estabelecimento da companhia, a pratica de actos ou expressões deshonestas; em caso tal praticar-se-ha conforme o art. 15.

Art. 32. O passageiro que comprar bilhete da 1.<sup>a</sup> classe e depois de estar no carro reconhecer-se não estar decentemente vestido, passará para a 2.<sup>a</sup> classe, restituindo-se-lhe a differença do bilhete comprado.

Art. 33. Além do frete das tarifas da estrada será cobrada a « Taxa de transporte », de conformidade com as Leis n. 2940 de 31 de Outubro de 1879 e n. 3018 de 5 de Novembro de 1880.

#### ENCOMENDAS E BAGAGENS

Art. 34. A carga remettida como encomenda é recebida nas estações de passageiros de 45 a 20 minutos antes da partida de cada trem, sem o que só seguirá pelo trem immediato.

Art. 35. Não serão aceitas como encomendas:

- 1.<sup>o</sup> Quaesquer substancias de conducção perigosa;
- 2.<sup>o</sup> Generos que encommodem aos passageiros;
- 3.<sup>o</sup> Volumes de mais de um metro cubico ou pesando mais de 100 kilogrammas;
- 4.<sup>o</sup> Objectos de fórma ou disposição que traga demora no embarque ou que não encontrem accommodação no vagão.

Art. 36. Taxam-se as encomendas e excedentes de bagagem por peso segundo a tabella n. 5.

Art. 37. Si as encomendas ou bagagens contiverem dinheiro, papeis de valor ou objectos preciosos, sendo a existencia desses objectos manifestada pelo remittente, além da taxa do peso cobrar-se-ha por estes a taxa de 1/2 % *ad valorem* e serão pagos no caso de extrayio, pelos seus respectivos valores, tendo em vista o que dispõe o art. 119.

Art. 38. Quando o frete calculado da bagagem ou encomenda fór inferior a 160 réis, cobrar-se-ha esta ultima quantia.

Art. 39. Quando houver necessidade de transportar diariamente encomendas de pequeno peso e valor insignificante, como: pão, carne verde, hortaliças frescas, raizes alimenticias, leite, em pequena porção, será reduzido o frete a 40 réis por kilogramma com o minimo de 80 réis por volume para qualquer distancia.

Art. 40. As bagagens que não forem reclamadas dentro do prazo de 45 minutos contados depois da chegada do trem, ficam

sujeitas a um imposto de estada na razão de 10 réis por kilogramma e por dia de demora.

Art. 41. A companhia não se responsabilisa pela avaria ou troca de volumes de bagagem que não forem reclamados dentro do prazo de 45 minutos depois da chegada do respectivo trem.

Art. 42. As bagagens e encomendas apresentadas a despacho devem estar convenientemente acondicionadas, de modo a poderem resistir aos choques ordinarios inherentes ao transporte em estradas de ferro, e em volumes que não se prestem facilmente a ser violados. Na falta dessa condição o transporte se fará a inteiro risco do viajante ou remetente.

As malas, caixas, canastras, etc., devem estar fechadas; si um volume estiver aberto, será convidado o viajante a fechalo, e si não puder fazelo será o volume aceito mediante boletim de resalva; no caso de recusa do passageiro a dar o boletim de resalva, a bagagem ou encomenda será recusada.

Art. 43. Deve constar nas encomendas o nome do consignatario e o da estação destinataria.

Art. 44. Registrada a bagagem taxada como encomenda, dar-se-ha ao viajante uma guia que lhe servira de titulo enquanto não estiver de posse de sua bagagem.

Art. 45. As bagagens ou encomendas serão postas á disposição do viajante ou destinatario 15 minutos depois da chegada do trem, e serão entregues mediante apresentação da guia.

Art. 46. Si fôr allegada a perda da guia, o agente da estação verificará si a bagagem ou encomenda pertence ao reclamante, fazendo adduzir provas, como: apresentação das chaves, relação do conteúdo, o testemunho de pessoas fidedignas, etc.

Feita a verificação pôde o agente, si julgar provada a identidade do proprietario, entregar-lh'a passando elle recibo.

Art. 47. As bagagens ou encomendas apresentadas de vespera ou antes da hora marcada para comecar o despacho, serão recebidas em deposito, entregando-se ao viajante ou expeditor um recibo; por este deposito pagará o viajante no acto de despachar a bagagem ou encomenda 200 réis por volume que será addicionado ao frete. Si porém não forem procuradas no dia designado, ficarão sujeitas a armazenagem desde o dia immediato, conforme o art. 40.

Art. 48. As bagagens ou encomendas que ficarem em deposito por não serem procuradas após a chegada do trem e tambem aquellas depositadas de vespera ou antes da hora, e não procuradas, serão consideradas quanto á indemnização por perda ou avaria a pagar, como extinto em curso de transporte.

#### MERCADORIAS

Art. 49. Para o recebimento e entrega de mercadorias estarão os escriptorios abertos em todas as estações das 8 horas da manhã ás 5 da tarde, em todos os dias uteis.

Art. 50. As mercadorias e cargas em geral seguirão pelo primeiro trem apropriado, cuja partida fôr posterior ao despacho da mercadoria ou entrega do vagão carregado, de quatro ou mais horas uteis (6 da manhã ás 6 da tarde), o que não tira á administração o direito de fazer seguir a mercadoria, etc., antes de esgotado aquelle prazo mínimo.

Art. 51. Ficam exceptuadas da precedente disposição:

1.º Os generos que por sua natureza, a juizo da administração, não puderem ser demorados nas estações, os quaes, sendo apresentados até uma hora antes da partida de cada trem mixto ou de carga, nelle serão transportados:

2.º A pólvora, vitriolo, agua-raz, phosphoros, e em geral as materias perigosas ou nocivas, ficam sujeitas ás condições estipuladas nos arts. 67 a 76.

Art. 52. Mobílias. (Vide as tarifas.)

Enchendo-se um vagão fechado com mobília ordinaria, e correndo os riscos do transporte por conta do dono, paga-se o duplo da tarifa n.º 10.

Art. 53. A mobília desencapada, sómente encapada ou mesmo engradada, seguirá por conta e risco do remittente, respondendo a companhia unicamente pelo extravio.

Art. 54. Madeiras. (Vide as tarifas.)

As madeiras cujo comprimento demande transporte em dous vagões unidos, pagarão como dous vagões. O frete mínimo por vagão sera 35000.

Art. 55. Serão gratuitamente transportados, porém sem responsabilidade da companhia:

As sementes — de canna, para os proprietarios de engenhos que remetterem seus productos habitualmente pela estrada de ferro, e os saccos, caixas, pipas e barris vazios, usados, em retorno, destinados ao transporte pela estrada.

Art. 56. As porcelanas, crystaes e outros objectos de valor excessivo relativamente ao peso a companhia pôde considerar objectos preciosos, e neste caso só serão aceitos como encomendas.

Art. 57. A companhia considera effectuadas a recepção e entrega dos generos, quando, satisfeitas as obrigações do regulamento geral, forem depositados elles nos logares para taes fins designados, os quaes serão, conforme aquelles o permittirem, ou a plataforma da estação ou o proprio vagão de transporte, ou outro qualquer ponto que offereça melhor commodo ao embarque ou desembarque da carga.

Art. 58. A responsabilidade da companhia pelo transporte dos generos vai do acto da recepção da carga na estação da procedencia até ao da entrega na do destino.

Art. 59. A carga e descarga das mercadorias pagadas pelas tarifas ns. 10 e 11 serão feitas pelo dono.

Si a companhia fizer estes servicos será por conta do remittente ou consignatario, na razão de 25000 por vagão pela carga e 15500 pela descarga.

Essas mercadorias não serão recolhidas debaixo de coberta.

Art. 60. A lingada de massas indivisas superiores a 800 kilo-

grammas em tres metros cubicos, nas estações onde não houver guindaste, será préviamente ajustada, si a companhia consentir em ligar e mesmo transportar taes cargas.

Para as estações onde houver guindaste poderá recusar os volumes pesando mais do que a lotação do guindaste.

Art. 61. Para o carregamento e descarga de objectos que devam ser por conta do remettente ou destinatario, se permittirá o uso dos guindastes mediante uma taxa addicional de 500 réis por tonelada ou fracção de tonelada, sempre sob as vistas de um empregado da estrada. Para cada caso essa concessão fica dependente da conveniencia do serviço da estrada, não aproveitando ao remettente ou destinatario, para eximir-se da armazenagem, o facto de ser ella negada ou retardada.

Art. 62. Os objectos descarregados com guindaste devem ser logo retirados pelos destinatarios para que não embaracem a circulação ou atravancuem o logar.

Semelhantemente os objectos a carregar por meio de guindaste, não podem ser accumulados junto deste, nem os vagões em que elles devam ser carregados demorados na linha impedindo o movimento e manobra dos trens e vagões.

Art. 63. O remettente ou destinatario quando usar dos guindastes fica responsavel pelas avarias causadas por impericia ou imprudencia do seu pessoal.

Art. 64. O transporte de armas será recusado sempre que o Governo assim o entender conveniente á segurança publica.

Art. 65. As machinas eapparelhos diversos, as barras, chapas, trilhos, tubos, moendas, etc., provenientes de fabricas nacionaes, terão um abatimento de 20 % sobre o preço da respectiva tarifa, quando expedidos pelas mesmas fabricas e a estrada puder verificar que são realmente productos nacionaes.

Art. 66. A pauta pôde ser revista de dous em dous annos pelo superintendente da companhia, de accordo com o Engenheiro fiscal do Governo.

#### MATERIAS PERIGOSAS OU NOCIVAS

Art. 67. O transporte da dynamite, da nitro-glycerina, de algodão-polvora e dos fulminantes de nenhum modo pôde ter logar; a polvora de mina ou de caça em grande quantidade pôde ou não ser transportada, a juizo da administração.

Art. 68. Os artigos bellicos por conta do Ministerio da Guerra, polvora para a construcção de outras estradas de ferro, os fogos de artificio, as capsulas, espoletas, alcool, phosphoro, collodio, ether, as essencias e outras materias analogas, são excluidas dos trens que levarem viajantes.

Nas secções da estrada em que não houver trens regulares de mercadorias, devem ficar sujeitas ao primeiro trem de carga.

Art. 69. A palha, o feno, o carvão de madeira e outras substancias semelhantes, mais ou menos inflammaveis, podem ser transportadas em trens mixtos.

Art. 70. As materias causticas, como : acidos mineraes, alcali-volatil, bromo, etc. ; as materias venenosas, como : acidos arsenicos, sulphureto de arsenico, acetato e nitrato de chumbo, etc., e as materias muito venenosas, como : alcalis organicos, chlorureto e bromureto de phosphoro, cyanureto de potassio, etc., em grandes quantidades, estão sujeitas ás disposições do art. 68.

Art. 71. Os volumes encerrando venenos ou substancias perigosas, explosivas ou inflammaveis devem trazer no exterior indicação de seu conteúdo e são submettidos ás condições seguintes :

1.<sup>a</sup> *Pólvora*. Acondicionamento em caixas ou barris hermeticamente fechados e protegidos exteriormente por envoltorio solido.

2.<sup>a</sup> *Fogos de artificio*. Acondicionamento em caixas de taboas de um centimetro pelo menos de espessura.

3.<sup>a</sup> *Phosphoros* (mechas químicas). Acondicionamento cuidadoso e bem apertado em caixas de taboas de um centimetro pelo menos de espessura.

4.<sup>a</sup> *Explosivos, capsulas, carbazolina, cartuchos de retro-carga, estopim e pudrolito*. Acondicionamento em boecas ou saccos dentro de caixas de taboas de um centimetro pelo menos.

5.<sup>a</sup> *Bromo-phosphoro, sulphureto de carbono*. Acondicionamento em vasos-estanquo, cheios de agua e cujas paredes não sejam frageis.

6.<sup>a</sup> *Materias causticas inflammaveis e explosivas*. Acondicionamento em vasos ou botijas de paredes não frageis e estanques, fixados em caixas ou cestos.

7.<sup>a</sup> *Materias venenosas*. Acondicionamento em barrias bem construidas e cujas aduelas estejam perfeitamente juntas.

8.<sup>a</sup> *Materias muito venenosas*. Acondicionamento em vasos fechados e fixados em caixas de madeira.

Art. 72. As substancias de que trata o art. 68 não podem ficar depositadas nas estações de partida ou chegada.

Devem ser recebidas meia hora antes da partida do trem, e entregues dentro de uma hora depois da chegada. O destinatario que não retirar dentro do prazo de uma hora fica incurso em uma multa de 1\$000 por cada 10 kilogrammas.

Art. 73. A multa a que se refere o artigo antecedente é cobrada com o frete, e será restituída dentro de 24 horas depois de retirada a pólvora ou substancia analoga, no caso de serem cumpridas as estipulações do mesmo artigo.

Art. 74. Todas as mercadorias mencionadas nos arts. 68, 69 e 70 devem ser expedidas sós e fazer objecto de notas de expedição especiaes ; não podem, além disto, ser comprehendidas em uma mesma remessa com mercadorias ordinarias.

Art. 75. Os que esconderem as materias prohibidas, ou aquellas para cujo transporte precisam decisão da administração, em qualquer volume, incorrerão na multa de 400\$000 para as primeiras e 50\$000 para as outras ; pertencendo 10 % da multa ao chefe da estação ou chefe de trem que fizer a apprehensão.

Art. 76. Para a remessa das materias perigosas cujo embarque e transporte necessita precauções especiaes, deverá o remetente se entender previamente com a administração para fixação dos dias e horas da recepção na estação de partida.



Art. 82. Na determinação dos prazos citados para armazenagens, estadas, etc., serão contados os dias feriados, salvo o que seguir á recepção, sendo esta feita na vespéra.

Art. 83. As mercadorias, encomendas, bagagens, ou carros que forem deixados nas estações sem despacho, ficarão sem responsabilidade alguma da companhia, porém sujeitas até o dia immediato á respectiva armazenagem da classe a que pertencerem, e ás regras prescriptas no art. 77.

Art. 84. O expeditor que, tendo pedido um vagão, o deixa sem despacho 24 horas, fica sujeito á estadia de 3\$000 e mais 2\$000 por cada dia addicional, podendo a companhia dispor do vagão si assim lhe convier.

Art. 85. Em casos muito especiaes de legitimo impedimento do remittente ou destinatario, quando se prove não poderem elles encarregar a outrem de fazer as suas vezes, poderá a estrada conceder abatimento até 75 % sobre a taxa de armazenagem ou estadia.

#### ANIMAES

Art. 86. Os animaes serão transportados pelos trens mixtos de carga e passageiros, pagando os fretes conforme as tarifas ns. 12, 13 e 14.

Art. 87. Deverão os animaes em pequena quantidade ser apresentados a despacho 30 minutos antes da partida do trem.

Art. 88. O trem não pôde ser demorado em consequencia de difficuldades offerecidas ao embarque pelos animaes.

Art. 89. Os animaes deverão ser recebidos por seus consignatarios á chegada dos trens ; caso não sejam, poderão ser remittidos para logar conveniente, por conta de quem pertencerem, sem responsabilidade da companhia.

Art. 90. As capoeiras de gallinhas e os pequenos animaes ou aves em gaiolas ou caixões engradados, estão sujeitos ás mesmas condições de despacho e recebimento, conforme o art. 89.

Os animaes e aves de que trata este artigo, quando vivos e soltos, são aceitos sómente por conta e risco do dono.

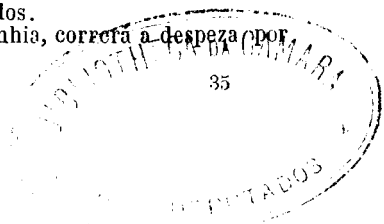
Art. 91. Nas expedições de animaes por vagão deverão estes ser embarcados durante a noite, si o trem tiver de sahir antes das 8 horas da manhã.

Art. 92. O expeditor que desejar effectuar o transporte de grande numero de animaes, deverá prevenir a administração com antecedencia de 24 horas.

Art. 93. O expeditor que fretar um vagão só terá direito de embarcar o numero de animaes que fôr determinado, conforme a lotação do mesmo vagão.

Art. 94. Os animaes, em quantidade possivel de abatimento no respectivo frete, deverão ser embarcados e desembarcados pelos donos ou seus agentes autorizados.

Si o serviço fôr feito pela companhia, correrá a despesa por conta daquelles.



Art. 95. A companhia não responde pelos danos resultantes do perigo que o transporte em caminho de ferro, ou demora da viagem, acarreta para os animaes vivos.

Art. 96. A companhia não responderá pela má qualidade das capoeiras que não se prestarem a boa arrumação nos carros, correndo neste caso o risco por conta do carregador.

Art. 97. Os cães só serão recebidos amarrados com corrente, e amordaçados quando assim se tornar preciso.

Art. 98. Os animaes não domesticados só serão recebidos em condições taes que offereçam a mais completa segurança e por taxa convencional.

Art. 99. Os porcos, carneiros e outros animaes semelhantes em pequena quantidade, que não forem apresentados em caixões engradados, gaiolas, etc., serão recebidos sómente em um dia da semana indicado pela companhia.

#### DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 100. Os fretes de encomendas e excedentes de bagagem ; os de carros, cavallos, cães e outros animaes (exceptuado gado do interior), e bem assim os de generos de facil deterioração, ou de valor insignificante, deverão ser pagos adiantados.

Os fretes de mercadorias (salvo os acima estipulados) poderão ser pagos na estação da expedição ou na da recepção, a vontade do remetente.

Art. 101. Os transportes por conta do Governo geral ou dos Governos provinciaes, ficam sujeitos ás mesmas condições que os transportes ordinarios.

Art. 102. Nenhum frete ou taxa cobrada será inferior a 160 réis, salvo o frete de encomendas nas condições estipuladas em o art. 39.

Art. 103. Os objectos que tiverem transporte gratuito ficam sujeitos ao pagamento das taxas de carregamento e descarga, armazenagem ou estadia, e a todas as mais despesas, com excepção unicamente do frete propriamente dito.

Art. 104. A importancia total de qualquer frete ou taxa de mercadorias, encomendas ou excedentes de bagagem deve ser arredondada em multiplo de 20 réis.

Art. 105. Toda reclamação tendo por fim a restituição de uma taxa indevidamente paga, ou indemnização por avaria, deve ser immediatamente dirigida ao chefe da estação.

Da decisão do chefe da estação poderá o reclamante appellar para a administração dentro de oito dias ; findo esse prazo não será mais attendido.

Qualquer reclamação por avaria deve preceder a sahida do genero do recinto da estrada.

Art. 106. Os generos e outros objectos não designados nas tarifas e pautas serão taxados segundo as tabellas feitas para aquelles com os quaes tiverem mais analogia.

Art. 107. Quando os generos taxados pelas tarifas ns. 10 e 11



tiverem peso inferior ao da lotação de um vagão, e poderem ser conduzidos com outras mercadorias sem damnificá-los, serão taxados pela tarifa n. 9.

Art. 108. Na contagem do excesso sobre os prazos de dias, ou horas, estipulados neste Regulamento para demoras, armazenagens e estadas, como também no calculo de distancias tomadas por kilometros e os pesos por kilogrammas, a fracção que houver deverá ser tomada como unidade.

Art. 109. O volume de qualquer objecto transportado é o do espaço por elle occupado no vagão, devendo ser sempre calculado por suas tres maiores dimensões, seja elle redondo ou prismatico, esteja cheio ou vazio.

Art. 110. O volume ou peso total de diversos objectos pouco mais ou menos iguaes podem ser calculados na proporção de tres ou quatro dos maiores da remessa.

Art. 111. Todo o carregador que precisar de vagões deverá pedir-os ao chefe da estação onde devam ser embarcadas as cargas ou animaes com antecedencia de 24 horas. A companhia não se obriga sempre a satisfazer o pedido dentro do referido prazo, mas se esforçará em tornar o menos possivel qualquer demora excedente.

Nota. — As lotações dos vagões de mercadorias são consideradas:

Cobertos	4 ½ toneladas	
Descobertos	4 ½	ou 6 metros cubicos
Madeira	3	

Art. 112. As mercadorias, etc. apresentadas a despacho deverão ser acompanhadas de uma nota de expedição declarando a data da apresentação, estação de procedencia e a do destino, nome do remettente e do consignatario, numeragão, marcas, quantidade e designação dos volumes, peso em kilogrammas e natureza da mercadoria.

Art. 113. Estas notas devem ser assignadas pelo remettente ou seu preposto e serão recusadas sempre que contiverem emendas, rasuras, entrelinhas, palavras illegiveis ou indicações inexactas.

Art. 114. Nenhum empregado da estrada poderá dar ao publico documento que contenha emenda ou raspadura substancial não resalvada.

Art. 115. Si depois de registrada uma expedição e antes do feito o transporte, quizer o expeditor, por qualquer motivo, variar a consignação da mesma ou retirá-la, annullar-se-ha o despacho feito, fazendo-se no primeiro caso novo despacho pelo qual se cobrará ou restituirá a differença do frete, e restituindo-se no segundo caso o frete menos a taxa de carga e des-carga, si houver pago.

O expeditor em um e outro caso deve restituir os documentos que houver recebido e pelos novos documentos pagará uma taxa de 200 réis por cada um.

Art. 116. Quando houver suspeita de ter sido despachado qualquer volume com declaração falsa, poderá a companhia

abril-o e verificando o dolo applicar-lhe as penas do art. 118 do regulamento geral.

Art. 117. Os volumes que tiverem dinheiro e objectos preciosos só podem seguir como encomenda, e a omissão dessa circumstancia no despacho de qualquer mercadoria constitue igualmente dolo sujeito ás consequencias do supracitado artigo.

Art. 118. No caso de extravio, falta ou damno de qualquer volume de mercadorias ou encomendas por culpa provada do pessoal ou do serviço da estrada, terá o dono direito a ser indemnizado do prejuizo que soffrer, em conformidade com os artigos seguintes. Quando, porém, não puder demonstral-o de modo satisfactorio, ou quando o objecto fôr de valor incerto, essa indemnização nunca poderá ser superior a 500 réis por kilogramma de mercadorias em geral, e de 1\$000 por kilogramma de bagagem ou encomenda.

Art. 119. A carga mal acondicionada nos respectivos envoltorios, ou sendo estes defeituosos e insufficientes, só será recebida, eximindo-se a companhia da responsabilidade pelas avarias ou diminuições de peso e poderá ser recusada no caso em que do seu mau estado de acondicionamento possa resultar damno ás outras mercadorias.

Art. 120. Tambem não responderá a companhia pela diminuição de peso proveniente de effervescencia, evaporação, ou esgotamento, como succede com o fumo em folha, assucar humido, liquidos, etc.

Não se responsabilisa igualmente pelas avarias nos seguintes casos :

1.º Quando os generos forem de natureza tal que não se possam conservar em perfeito estado entre as horas da recepção e entrega (salvo si a demora desta fôr por culpa da administração, nem tão pouco pelo estado em que chegarem ao seu destino os de facil deterioração ;

2.º Quando os volumes não mostrarem exteriormente que a avaria teve lugar durante a permanencia da carga em poder da companhia ;

3.º Quando forem os objectos dinheiro, joias, ouro e outros objectos preciosos, quadros, mobilia de luxo, crystaes e louça fina, porcelanas, etc. etc., salvo si fôr possível verificar-se no acto da recepção o perfeito estado dos mesmos, e o carregador se sujeitar a pagar uma taxa adicional de seguro igual a 2 % *ad valorem*.

Art. 121. A estrada sómente se responsabilisa pelas perdas no transporte de animaes, provando-se que por culpa de seus empregados foram elles extraviados.

No caso de extravio, e provada a culpa dos empregados da estrada, a indemnização não poderá exceder a :

80\$000 por animaes de montaria.

40\$000 por bois, vaccas, etc.

6\$000 por bezeros, vitellas, carneiros, cabras, porcos, etc.

2\$000 por cães acorrentados.

1\$000 por aves e pequenos animaes engaiolados.

Salva sómente a disposição do artigo seguinte :

Art. 122. A companhia responsabilisa-se nas condições prece-  
dentes, pelos valores declarados de quaesquer objectos de trans-  
porte, até á importancia de 1:000\$, sempre que além dos fretes  
tiver sido paga a taxa adicional de seguro de 2 % *ad valorem*.

O minimo deste seguro é de 1\$000 por expedição.

No caso de damno ou perda terá o dono de justificar o valor  
declarado por documentos, ou por algum outro modo satisfa-  
ctorio, sob pena de receber apenas a indemnização referida no  
art. 119.

Art. 123. A responsabilidade da companhia estende-se só-  
mente ao valor real e immediato dos volumes ou animaes, e não  
ao lucro esperado.

Art. 124. Os objectos embargados ou penhorados não podem  
ser retirados das estações e depositos da estrada sem que esta seja  
indemnizada do que lhe fôr devido por frete, armazenagens e  
todas as mais despesas.

Art. 125. Quando o embargo ou penhora recahir em generos  
de facil deterioração, nocivos ou perigosos, não poderão esses  
generos ficar depositados nas estações.

Art. 126. Nas estações ou paradas onde não houver desvio  
poderá a estrada recusar o estacionamento dos vagões para  
carga e descarga.

Art. 127. As pessoas que estragarem os carros, estações ou  
apparelhos da companhia, serão responsaveis pelo damno cau-  
sado, e si fôr este intencional, proceder-se-ha judicialmente  
contra os delinquentes.

Art. 128. Será lícito á companhia estabelecer temporaria-  
mente, de accôrdo com o Engenheiro fiscal do Governo, pontos  
de parada para passageiros ou carga, cobrando as respectivas  
passagens ou fretes pelos preços estipulados para as estações que  
precedem ou seguem immediatamente ás de parada, no sentido  
do movimento do trem, conforme forem estas de procedencia ou  
destino.

Art. 129. Fica a companhia autorizada, de accôrdo com o  
Engenheiro fiscal do Governo, a conceder abatimento até 25 %  
nos fretes estabelecidos nas tarifas ns. 6, 7, 8 e 9, em favor dos  
districtos do sertão quatro ou mais leguas distantes da linha.

Art. 130. Gado vindo de Queimadinhos para a Feira de  
Sant'Anna pagará 6\$000 adicional a cada carro calculado pela  
tabella n. 12.

Art. 131. Fica a companhia autorizada a affixar annuncios  
commerciaes nas suas estações e nos carros de 2.ª classe, cobrando  
por cada carro ou estação uma taxa calculada na razão de  
80 réis por decimetro quadrado, e por mez; mas cuja impor-  
tancia total nunca será menor de 1\$000, e poderá, aliás, ter  
abatimento até de 50 %.

Art. 132. Os empregados da estrada são obrigados a ministrar  
aos expedidores e passageiros, com a necessaria urbanidade,  
as explicações de que precisarem para a intelligencia das pre-  
sentes instrucções.

Art. 133. O systema metrico admittido no Imperio pela Lei n. 1157 de 26 de Junho de 1862 será o exclusivamente adoptado na estrada de ferro.

#### TELEGRAPHO ELECTRICO

Art. 134. O telegrapho electrico fica franqueado ao publico nas respectivas estações todos os dias, inclusive os feriados, de 7 horas ás 11 da manhã e das 12 horas e 30 minutos até 5 horas da tarde.

Art. 135. Cada telegramma até 20 palavras percorrendo distancia que não exceda de 200 kilometros, paga a taxa de 1,5000; de 200 kilometros para cima 2,5000.

O telegramma que tiver mais de 20 palavras até 30 paga mais metade da taxa do telegramma simples; e assim seguidamente, augmentando-se metade da taxa simples por cada augmento de 10 ou menos de 10 palavras.

Art. 136. Os telegrammas dividem-se nas seguintes classes que representam a ordem da transmissão:

- 1.º Telegramma urgente em serviço da estrada.
- 2.º       "       "       "       "       do Governo.
- 3.º       "       ordinario particular.
- 4.º       "       "       em serviço da estrada.

Art. 137. Os despachos de serviço do Engenheiro fiscal do Governo e seus ajudantes serão considerados a todos os respeitoes como os da companhia.

Art. 138. Só poderá ser interrompida a transmissão de um despacho para fazer-se a de outro, quando este fór de ordem superior, e houver extrema urgencia em expedil-o.

Estando duas estações em comunicação e tratando-se de despachos da mesma ordem, ellas alternadamente os transmittirão.

Art. 139. Despachos urgentes para segurança dos trens têm preferencia sobre qualquer outro.

Art. 140. Será comprehendido no numero de palavras sujeitas á taxa tudo que o expeditor tiver escripto no original para ser transmittido, como tambem as indicações sobre modo de transporte, além do alcance da linha telegraphica.

Exceptua-se o nome do destinatario e rua em que resida, assim como a assignatura do expeditor.

Art. 141. Serão comprehendidos no numero de palavras sujeitas a taxa os titulos honorificos.

Art. 142. Toda palavra que não tiver mais de sete syllabas será contada por uma palavra; as mais longas serão contadas como duas. A palavra composta, escripta como uma só, será contada como tal todas as vezes que não tiver mais de sete syllabas; si, porém, as partes componentes estiverem escriptas separadamente, contar-se-hão por outras tantas palavras, ainda quando estejam ligadas por traços de união.

Todo caracter alphabetico isolado, toda palavra ou particula seguida de apostrophe, contar-se-ha como uma palavra. Os signaes que o apparelho tiver de exprimir por palavras contar-se-hão pelo numero dellas.

Art. 143. Não se contarão os signaes de pontuação, os de paragraphos, os apostrophes, traços de união, virgulas dobradas, e parenthesis; as palavras, numeros ou signaes accrescentados pelo telegraphista a bem do serviço, a data, hora e minuto da entrada do telegramma, e a estação da partida, si o expeditor não tiver lançado estas indicações no original.

Art. 144. O original de cada despacho deverá ser escripto com tinta, em linguagem ordinaria, legivelmente, de modo que se possa entender distinctamente letra por letra, e em caracteres que osapparelhos telegraphicos possam reproduzir, não sendo admissivel abreviaturas, nem numeros expressos por algarismos, e não devendo conter rasuras ou palavras emendadas ou inutilizadas.

O endereço indicará o destinatario e sua residencia, de maneira que não offereça duvida alguma. O expeditor soffrerá as consequências do endereço inexacto ou incompleto.

Art. 145. Será prohibido o uso de cifra secreta, menos ao Governo e á administração da estrada.

Art. 146. Rejeitar-se-ha o telegramma que fôr contrario ás leis, offensivo da moral e dos bons costumes, ou prejudicial á segurança publica, ou á segurança e interesses da estrada.

As estações telegraphicas não exercerão censura sobre os telegrammas officiaes.

Art. 147. Os telegrammas de mais de 100 palavras podem ser recusados ou retardados para se transmittir outros mais breves.

Art. 148. Muitos telegrammas de um mesmo expeditor para o mesmo ou diversos destinatarios, só podem ser aceitos quando não houver outros telegrammas mais breves a transmittir.

Art. 149. Os despachos serão remettidos fechados aos destinatarios. No caso de ausencia delles poderão ser entregues aos membros adultos de suas familias, aos seus empregados, inquilinos ou hospedeiros, excepto quando se declarar por escripto nos despachos que se faça entrega ao proprio destinatario ou a algum delegado seu.

Nada restituirá a estação não se encontrando a quem entregar o despacho.

Art. 150. Quem receber um despacho deverá passar recibo, indicando a data, hora e minutos da recepção.

Art. 151. A administração da estrada não se responsabilisará pelos damnos resultantes da perda, alteração ou retardamento dos despachos.

Art. 152. A companhia não se responsabilisa pela entrega de telegrammas dirigidos para logares além das povoações e cidades annexas ás suas estações em limite maximo de um kilometro.

Além deste limite serão expedidos pelo Correio.

Art. 153. Sendo um telegramma expedido a uma só estação, porém dirigido a diversos destinatarios, pagará, além da taxa da

tarifa, mais um quarto della por cada cópia suplementar que se houver de entregar.

Art. 154. O pedido de que um telegramma já transmittido não seja enviado ao destinatario, caso seja ainda tempo, far-se-ha por novo telegramma sujeito á taxa.

A estação nada restituirá si fôr retirado um telegramma no decurso da transmissão.

Art. 155. O expeditor poderá pedir a repetição integral do seu telegramma pela estação do destino, afim de conferil-o, pagando pela repetição a metade da taxa.

Art. 156. Só se dará segunda cópia do telegramma ao expeditor ou destinatario, ou a quem fôr por qualquer desses autorizado, cobrando a estação por isso um quarto da taxa.

Art. 157. Qualquer expeditor terá a faculdade de pagar antecipadamente a resposta ao telegramma que apresentar, fixando a seu arbitrio o numero de palavras. Em tal caso o telegramma terá immediatamente, antes da assignatura, a indicação — Resposta paga de ... palavras.

Art. 158. A resposta para ser transmittida deve ser apresentada dentro das 48 horas que se seguirem á entrega do telegramma primitivo ao destinatario.

A resposta apresentada depois de findo este prazo fica sujeita ao pagamento da taxa.

Art. 159. Si a resposta tiver menor numero de palavras do que as que tiverem sido pagas, não se fará restituição alguma; si constar de mais, quem a apresentar deverá pagar a differença.

Art. 160. Todas as taxas sem distincção serão pagas pelo expeditor antes da transmissão.

Art. 161. Restituir-se-ha integralmente a taxa :

1.º Reconhecendo-se a necessidade de retardar consideravelmente a transmissão do despacho, salvo querendo a parte sujeitar-se á demora;

2.º Não chegando o despacho ao destino, sendo a falta por serviço telegraphico;

3.º Provando-se que o despacho ou cópia remettido ao destinatario, foi alterado a ponto de não preencher o seu fim.

Art. 162. Os empregados da estrada são obrigados a guardar o mais rigoroso segredo sobre os telegrammas de todas as classes, sob pena de demissão immediata ou de multa, conforme a gravidade do caso.

Palacio do Rio de Janeiro em 4 de Julho de 1885. — *João Ferreira de Moura.*

## Brazilian Imperial Central Bahia Railway

## PAUTA

## A

ARTIGOS	TARIFA
Abacatos .....	9
Abacaxis e auanazes .....	9
Abanos de palha .....	8
Abanos de pennas .....	3
Abelhas .....	7
Aboboras .....	9
Absintho .....	6
Açafates e semelhantes .....	7
Açafrão .....	8
Accessorios de trilhos .....	9
Acordeons .....	3
Acidos mineraes .....	6
Aço .....	8
Aduelas .....	8
Agua ordinaria .....	9
Agua de Cologne .....	6
Agua medicinal ou mineraes .....	6
Aguardente estrangeira .....	6
Aguardente de mel .....	7
Agua-raz .....	5
Aipim .....	9
Alabastro em bruto .....	8
Alabastro em obra .....	3
Alavancas de ferro ou aço .....	8
Alambiques e pertencos .....	8
Alcatifas .....	6
Alcatrão .....	8
Alcool em garrafas ou garrafões .....	7
Alface .....	9
Alfegria .....	8
Alfafa .....	10
Alfazema .....	6
Algodão impronsado .....	8
Algodão não impronsado .....	7
Alhos .....	8
Almofadas .....	8
Almofarizes .....	7
Alpiste .....	8
Alvalade .....	8
Ameixas .....	6
Amendoas .....	6
Amendoim .....	7
Ancoras .....	7
Ancorêtas vazias .....	9
Aniagem .....	9
Angico — resina, gomma ou folhas .....	7
Aoíl .....	6
Animaes de sella .....	12
Animaes pequenos, engaiolados .....	14
Animaes ferozos (frete convencional).	

ARTIGOS	TARIFA
Animaes empalhados ou embalsamados.....	5
Antz.....	6
Aparadores ordinarios.....	7
Apparelhos de mesa, de louça ou vidro.....	6
Apparelhos telegraphicos, scientificos ou para gaz.....	5
Arados e instrumentos uteis a lavoura.....	9
Arame de metal.....	6
Arandellas.....	6
Araruta.....	8
Arbustos.....	8
Archotes.....	8
Arco de ferro ou madeira.....	8
Arções para sellius.....	6
Ardozas.....	11
Areia.....	11
Argila.....	11
Argolas.....	6
Armações para chapéos de sol.....	6
Armações ordinarias para lojas.....	7
Armações com vidros, ou envernizadas.....	6
Armamento.....	6
Armarios ordinarios ou sem vidros.....	7
Armarios finos.....	6
Arreios.....	7
Arroz.....	9
Arvores e arbustos vivos.....	8
Artigos de desenho e de escriptorio.....	5
Artigos de folha de Flandres, não classificados.....	7
Artigos de luxo, não classificados.....	5
Artigos de parotilha, não classificados.....	6
Asphalto.....	8
Assucar bruto.....	9
Assucar refinado.....	8
Aveia.....	8
Aves engaioladas.....	14
Aves empalhadas.....	5
Avelãs.....	6
Azeite doce, de palma, mamona, peixe e outros não classificados, em barris ou latas.....	8
Azeite doce, etc. em garrações ou garrafas.....	6
Azeitonas.....	6
Azulejos.....	8

## B

Bacalhau.....	8
Bacias de metal.....	6
Bacias de porcelana ou vidro.....	5
Baceta.....	6
Bagagem, pelos trens de passageiros.....	5
Bagas de mamona ou de zimbro.....	9
Balhus vazios.....	8
Balaios vazios.....	8
Balanças.....	6
Balas.....	6
Baldes de metal ou de madeira.....	8
Bambinellas.....	6
Bambu.....	11
Bananas.....	9
Bancos ordinarios.....	7
Bancos envernizados.....	6
Bandejas.....	6
Banha de porco.....	9
Banha para o cavallo.....	6
Banheira.....	5
Barbante.....	6



ARTIGOS	TARIFA
Barbatanas de baleia.....	6
Barracas desarmadas.....	8
Barricas e barris vazios.....	9
Barriguda impronsada.....	8
Barriguda não impronsada.....	7
Barro.....	11
Barros.....	14
Batatas alimenticias.....	9
Baunilha.....	6
Bayonetas.....	6
Bebidas espirituosas, não classificadas.....	6
Beljús.....	8
Bengalas finas.....	6
Bengalas ordinarias.....	8
Bergos de ferro.....	7
Bestas.....	12
Betume.....	8
Bezerros.....	13
Bigornas.....	9
Bilhares ou bagatellas.....	7
B descontos ordinarios.....	8
Bois e vacas.....	12
Boiões vazios.....	9
Bolaxa ordinaria.....	8
Bolsas de viagem, vazias.....	6
Bombas para pegos e cisternas.....	8
Boueros.....	6
Borra de azeito, gaz, vinho, vinagre, etc.....	8
Borracha em bruto.....	8
Borracha em obras.....	6
Botijas vazias.....	9
Botões diversos.....	6
Breu.....	8
Bridas.....	8
Brinquedos.....	5
Brochas para pintor, etc.....	6
Bules de louça ou metal.....	6
Bronze, em objectos d'arte.....	5
Bronze em bruto.....	6
Bruidores de café.....	9
Burras do ferro ou de madeira.....	6
Burros.....	12
Bustos.....	5

## C

Cabeçadas.....	6
Cabeções para animaes.....	6
Cabellos.....	7
Cabos de ferramenta, vassoura, etc.....	8
Cabriolets.....	15
Cabos de arame, linho, canhamo, etc.....	8
Cabras, cabritos e carneiros.....	13
Caca.....	8
Cacão.....	8
Cachimbo do barro ordinarios do paiz.....	7
Cadavores (Vid. arts. 25 e 27).....	
Cadogados.....	6
Cadeiras ordinarias.....	7
Cadeiras finas.....	6
Cadernaos.....	8
Cães amordacados.....	13
Café em grão.....	8
Café moido.....	8
Caibros.....	11
Caixas e caixões vazios, de madeira.....	9

ARTIGOS	TARIFA
Caixas vazias, de folha ou de papelão.....	6
Caixas de guerra.....	3
Caixões funebres ordinarios, vazios.....	6
Caixilhos sem vidros.....	6
Caixilhos com vidros.....	3
Cajús.....	9
Cal do paiz.....	10
Cal de Lisboa.....	8
Calçado.....	6
Caldeiras.....	9
Caldeiraria (artigos não classificados).....	7
Camas envernizadas.....	6
Camas de ferro ou de madeira, ordinarias.....	7
Camas de lona.....	7
Camarões.....	8
Camphora.....	6
Campainhas.....	6
Canna da India.....	6
Canna do assucar.....	11
Candieiros com vidro.....	3
Candieiros ordinarios sem vidro.....	6
Canella.....	6
Cangalhas.....	9
Canóas.....	10
Canos de cobre.....	8
Canos de barro.....	10
Canos de chumbo, ferro ou zinco.....	9
Capachos.....	6
Capoeiras vazias.....	9
Capim.....	11
Caranguejos e semelhantes.....	8
Carnaúba.....	7
Carne salgada, secca ou fresca.....	9
Carneiros.....	13
Carregos de algodão.....	9
Carroças.....	15
Carroças desmontadas.....	9
Carros de passeio, de duas rodas.....	15
Carros de passeio, de quatro rodas.....	15 e mais 50 %
Carros de mão.....	8
Carros funebres, de quatro rodas.....	15 e mais 50 %
Carros e vagões para estradas do ferro, rebocados.....	15 e mais 50 %
Carros e vagões para estradas de ferro, desmontados.....	9
Carvão animal.....	10
Carvão mineral ou vegetal.....	10
Cascas de arvore ou de côco.....	10
Cassuás vazios.....	9
Castanhas.....	6
Cavallos.....	12
Cebolas estrangeiras.....	6
Centeio.....	8
Cera em bruto.....	7
Cera em obra não classificada.....	6
Cerveja.....	6
Cestos de junco, etc.....	8
Cercas não classificados.....	9
Cevada.....	8
Chá.....	6
Chales.....	6
Chaleiras e cafeteiras.....	6
Chaleiras e cafeteiras de prata, etc. $\frac{1}{2}$ % <i>ad valorem</i> o.....	3
Champagne.....	6
Chapas de ferro, zinco, etc.....	8
Chapelaria (artigos não classificados).....	6
Chapeleiras vazias.....	6
Chapéos.....	6
Chapéos de sol.....	6

ARTIGOS	TARIFA
Charque.....	9
Charutos nacionaes.....	7
Chiffres em bruto.....	9
Chiffres em obra não classificada.....	6
Chocolato.....	7
Chouriças.....	8
Chumbo em bruto ou de munição.....	8
Chumbo em obra não classificada.....	8
Cigarros.....	7
Cimento.....	10
Coadores de mandioca.....	8
Cobertores.....	6
Cobre velho ou em bruto.....	8
Cobre em folha ou em barras.....	7
Cobre em obra não classificada.....	6
Cocos secos ou verdes.....	8
Cocos de tirar agua.....	8
Cofres de ferro ou madeira.....	8
Cognac.....	6
Coke.....	10
Colchões e pertencos de cama.....	8
Colheres de prata, etc., $\frac{1}{2}$ % <i>ad valorem</i> o.....	5
Colheres de metal e outras.....	6
Colheres de madeira do paiz.....	7
Colla.....	6
Columnas de ferro fundido.....	9
Cominhos.....	8
Confeitaria (artigos não classificados).....	6
Consolos.....	6
Conservas estrangeiras, não classificadas.....	6
Conservas nacionaes, não classificadas.....	8
Copos de vidro, etc.....	6
Copos de folha, madeira ou barro.....	7
Coqueiros para plantar.....	8
Coquilhos.....	8
Cordas de embira, piassava e outras do paiz.....	9
Cordas para instrumentos de musica.....	5
Cordas diversas, não classificadas.....	7
Correame militar.....	7
Correntes de ferro, latão, etc.....	8
Cortiça em bruto.....	7
Cortiça em obras.....	6
Couçoeiras.....	10
Couros secos, frescos ou salgados.....	9
Couros trabalhados, envernizados, etc.....	6
Couvos.....	9
Crina.....	7
Crinolina.....	6
Crystal bruto.....	7
Crystaes em obra.....	5
Cubos, pinas e raios para rodas.....	8
Cutelaria (artigos não classificados).....	6
Cylindros de ferro.....	8

## D

Diamantes e mais pedras preciosas, $\frac{1}{2}$ % <i>ad valorem</i> o.....	5
Dinheiro, $\frac{1}{2}$ % <i>ad valorem</i> o.....	5
Dobradiças.....	6
Doces estrangeiros, não classificados.....	6
Doces do paiz.....	8
Dormentes de madeira.....	11
Dormentes de ferro.....	9
Drogas não classificadas.....	6

## E

ARTIGOS	TARIFA
Eixos.....	8
Embira.....	8
Encerados.....	6
Enchadas.....	6
Encomendas.....	5
Enxergas para animaes.....	8
Enxergões.....	7
Enxofre.....	6
Equipamento militar não classificado.....	6
Ervilhas em latas.....	6
Ervilhas do paiz (seccas).....	9
Escadas do mão.....	8
Escadas desmontadas para casas.....	7
Eskaleres..... (frote convencional)	
Esmeril.....	6
Espadas.....	6
Espociarias não classificadas.....	6
Espelhos.....	5
Espermaceto.....	6
Espingardas.....	6
Espiritos não classificados.....	6
Espoletas.....	5
Esponjas.....	5
Esporas de ouro ou prata, $\frac{1}{2}$ % <i>ad valorem</i> e.....	5
Escoras.....	6
Esporas do metal, etc.....	6
Essencias não classificadas.....	5
Estacas para cerca.....	10
Estampas.....	5
Estanho em bruto.....	8
Estanho em obras não classificadas.....	6
Estatuas.....	5
Esteiras da India.....	6
Esteiras do paiz.....	8
Esteira para cangalhas.....	8
Estojo cirurgicos, mathematicos, etc.....	5
Estôpa bruta.....	8
Estôpa em obra não classificada.....	7
Estopim para minas.....	5
Estrume.....	11

## F

Faxina (varas de).....	11
Farelo.....	9
Farinha de araruta e trigo.....	8
Farinha de mandioca, milho, etc.....	9
Favas.....	9
Fazendas diversas.....	6
Fechaduras.....	6
Felijão.....	9
Feltro.....	6
Fono.....	10
Ferragens não classificadas.....	6
Ferraduras para animaes.....	8
Ferramentas de carapinas, torneiros, ferreiros, marceneiros, sapateiros, etc.....	8
Ferrolhos.....	6
Ferros de engommar, etc.....	6
Ferro em guza.....	10
Ferro em arco, chapa, barra, etc., o ferro velho.....	8

ARTIGOS	TARIFA
Fibras vegetaes para cordoaria.....	9
Figos frescos.....	9
Figos seccos.....	6
Filtros.....	6
Fios de algodão, linha, seda, etc.....	6
Fios telegraphicos.....	8
Fitas de seda e outras.....	6
Flôres de canna e outras, para enchimento.....	6
Flechas.....	6
Flôres artificiaes.....	5
Flôres naturaes.....	5
Fogareiros.....	8
Fogos artificiaes.....	5
Fogões de ferro.....	8
Folhas medicinaes.....	6
Folhas de cobre.....	7
Folhas de chumbo, estanho, ferro, zinco ou de Flandres.....	8
Folles.....	8
Forjas portateis.....	8
Fôrmas para assucar.....	9
Fôrmas diversas.....	8
Formicidas.....	5
Fornalhas e fornos de ferro.....	8
Fornalhas para engenho.....	9
Fouces.....	8
Frangos engaiolados.....	14
Frutas confeitadas não classificadas.....	6
Frutas frescas não classificadas.....	9
Frutas seccas não classificadas.....	6
Fubá.....	9
Fumo de qualquer quantidade.....	7

## G

Gaiolas.....	6
Gallinhas engaioladas.....	14
Gamellas.....	8
Ganços.....	14
Garfos e facas de prata, $\frac{1}{2}$ % <i>ad valorem</i> e.....	5
Garfos e facas de metal e outros.....	6
Garrafas ordinarias.....	8
Garrafoes vazios.....	8
Garrafas de crystal e vidro fino.....	5
Gatos engaiolados.....	14
Gaz liquido, em latas e encaixotado.....	6
Gelatinas.....	6
Geléas.....	6
Gelo.....	6
Genebra.....	6
Generos alimenticios de primeira necessidade, não clas- sificados.....	9
Generos de exportação não classificados.....	7
Generos de importação não classificados.....	6
Generos de perigo, ou de cuidado, não classificados.....	5
Gengibre.....	8
Gesso.....	8
Gigros vazios.....	8
Giz.....	8
Globos de vidro ou louça.....	5
Globos geographicos.....	5
Goiabas.....	9
Goiabada e doce de araçá.....	8
Gomma arabica e outras não classificadas.....	6
Gomma de mandioca e outras do paiz.....	8

ARTIGOS	TARIFA
Grades de ferro ou madeira.....	8
Grades para lavoura.....	9
Granadas.....	6
Granadeiras.....	6
Graxa animal.....	8
Graxa para calçado.....	6
Grelhas de ferro.....	8
Grelhas para engenhos ou locomotivas.....	9
Guano.....	10
Guarda-roupa, musicas, papeis, etc. ordinario.....	7
Guarda-chuva.....	6
Guindastos.....	8
Guitarras.....	5

## H

Harpas.....	5
Herva-doce.....	8
Herva-mate.....	6
Hervas medicinaes e outras não classificadas.....	6
Hortalicas em conserva.....	6
Hortalicas frescas.....	9

## I

Imagens.....	6
Impressos.....	6
Incenso.....	6
Inhamos e outras raizes semelhantes não classificadas.....	9
Instrumentos de cirurgia, engenharia, medicina, etc., não classificados.....	6
Instrumentos de musica, de optica, etc., não classificados.....	5
Instrumentos para lavoura, não classificados.....	9
Isoladores para telegrapho.....	6

## J

Jacas.....	9
Jacás vazios.....	8
Jardineiras.....	6
Jarras de prata, etc., $\frac{1}{2}$ % <i>ad valorem</i> e.....	5
Jarras e jarros de barro do paiz.....	9
Jarros e jarros de porcelana ou louça fina.....	5
Jogos de damas, dominó, xadrez, gamão, etc.....	6
Joias, $\frac{1}{2}$ % <i>ad valorem</i> o.....	5
Junco da India.....	6
Junco do paiz.....	9
Jumentos.....	12

## K

Kagados engalolados.....	14
Kerosene em latas encaixotadas.....	6
Kirsch.....	6

## L

ARTIGOS	TARIFA
Lã em bruto, impressada, ou em obra não classificada.....	8
Lacre.....	6
Ladrilho de azulejo, louça, marmore, etc.....	8
Ladrilho de barro.....	10
Lages em bruto.....	11
Lages preparadas.....	10
Lambrequins ou enfeites de madeira e metal para edificios....	6
Lamparinas.....	6
Lampeões e lanternas sem vidro.....	7
Lampeões e lanternas com vidro.....	6
Lanchas de madeira ou de ferro, desmontadas.....	9
Laranjas.....	7
Latão bruto ou velho.....	9
Latão em obra não classificada.....	6
Lavatorios de madeira, envernizados.....	6
Lavatorios de ferro ou madeira, ordinarios.....	7
Legumes em conserva.....	8
Legumes frescos.....	9
Lebres engaioladas.....	14
Leite em conserva.....	6
Leite fresco.....	8
Leitões engaiolados.....	14
Lenha.....	11
Lentilhas.....	6
Leques.....	5
Licôres.....	6
Limalha de ferro, latão, etc.....	8
Limas (frutas).....	9
Limões.....	9
Linguas — frescas, salgadas ou secas.....	8
Linguicas.....	8
Linha para costura.....	6
Linhaça.....	6
Liteiras ou banguês.....	15
Livros.....	6
Lixa.....	6
Lombo de porco, salgado ou frasco.....	9
Lona.....	6
Louça ordinaria, em barricas, etc.....	8
Louça de barro, ordinaria, do paiz.....	9
Lousa para escrever.....	6
Lousa em lages.....	8
Locomotiva rebocada, — o quadruplo da tarifa.....	11
Locomotivas desmontadas.....	9
Lustres com vidros ou crystaes.....	5
Lustres sem vidros.....	6

## M

Macacos pequenos, engaiolados.....	14
Macacos de ferro.....	8
Macarrão.....	8
Machados.....	8
Machinas para copiar cartas.....	6
Machinas de costura.....	5
Machinas photographicas.....	5
Machinas destinadas á lavoura ou ao preparo de seus productos, não classificadas.....	9
Machinas de imprimir, para tecidos, e pequenas não classificadas.....	6

ARTIGOS	TARIFA
Machinas para fabricar telhas ou tijolos.....	9
Machinas diversas, não classificadas.....	6
Madeira em bruto, lavrada ou em taboado.....	41
Madeira para tinturaria.....	7
Madroperola.....	5
Maisena.....	6
Malas de viagem, vazias, estrangeiras.....	6
Malhos para ferreiro.....	8
Mamona em bagas.....	9
Mangas (fruta).....	9
Mangas de vidro.....	5
Mandioca.....	9
Manteiga.....	6
Manteigueiras da prata, etc., $\frac{1}{2}$ % <i>ad valorem</i> e.....	5
Manteigueiras de metal, louça, etc.....	6
Mappas e manuscritos.....	5
Mariscos, não classificados.....	8
Marfim.....	5
Marmore em bruto.....	8
Marmore em obra não classificada.....	6
Marquezas envernizadas.....	6
Marquezas ordinarias.....	7
Marroquim.....	6
Martellos.....	8
Massas alimenticias, do paiz.....	9
Mate.....	6
Materiaes de construcção, não classificados.....	10
Materias explosivas, não classificadas.....	5
Medicamentos não classificados.....	6
Meiidas diversas.....	6
Mel de abelhas.....	7
Mel de assucar em barris.....	9
Melancias.....	9
Melões.....	9
Meninos de menos de 8 annos, meia passagem.	
Meninos de menos de 3 annos, ao collo, gratis.	
Mesas envernizadas.....	6
Mesas de ferro ou madeira, ordinarias.....	7
Milho.....	9
Mochos envernizados.....	6
Mochos ordinarios.....	7
Mobilia envernizada, ou ordinaria, com vidro.....	6
Mobilia sem vidro, desmontada.....	8
Mobilia ordinaria, usada e em máo estado.....	9
Mobilia ordinaria, sem vidro.....	7
Modelos.....	6
Moendas para ongenhos e pertences.....	9
Moinhos para café, pimenta, etc.....	6
Moinhos para lavoura.....	9
Moirões.....	41
Moitões e cadernaes.....	8
Molas para carros, locomotivas, etc.....	8
Molduras.....	5
Moringues de barro do paiz.....	9
Mós.....	8

## N

Naphta ou naphthalina em latas oncaixotadas.....	6
Nitratos.....	6
Nickel em obra não classificada.....	6
Novilhos.....	12
Nozes.....	6



## O

ARTIGOS	TARIFA
Objectos preciosos de arte, $\frac{1}{2}$ % <i>ad valorem</i> e.....	5
Objectos de arte, de luxo, ou metal.....	5
Objectos de grande responsabilidade, não classificados.....	5
Objectos manufacturados, não classificados.....	6
Objectos de marcenaria, carpintaria, desmontados.....	7
Objectos de sirgheiro.....	5
Oleados.....	6
Óleo de amendoas doces.....	6
Óleo de linhaça em barris ou latas.....	8
Óleo de linhaça em garrações.....	6
Óleo de qualquer qualidade, não classificada — em barris ou latas.....	8
Óleo não classificado, em garrações.....	6
Obras de cabelleiro, não classificadas.....	5
Oratorios.....	6
Orgão.....	6
Ornamentos para Igrejas.....	5
Ornamentos de ferro, folha, bronze, etc., não classificados..	5
Ossos.....	10
Ostras frescas.....	8
Ostras em conserva.....	6
Ouro em bruto ou em obra, $\frac{1}{2}$ % <i>ad valorem</i> e.....	5
Ovas frescas, seccas ou salgadas.....	8
Ovos, despachados como encomenda.....	5
Ovos, despachados como carga.....	8

## P

Pacas engaioladas.....	14
Padiolas.....	15
Paina de seda.....	6
Painço.....	8
Pás.....	8
Paços.....	8
Palanquim.....	15
Palha de milho, canna, coqueiro, etc.....	11
Palha de Chile e outras semelhantes.....	6
Pãos para tamancos.....	8
Pãos para tinturaria.....	7
Papagaios.....	14
Papel e papolão.....	6
Parallelepipedos para calçamento.....	11
Paramentos ecclesiasticos.....	5
Pastas de papel ou papelão.....	6
Passas.....	6
Pat s.....	14
Patronas.....	6
Peanhas.....	6
Pecas de artilharia.....	8
Pecas de engenhos de assucar ou de café, não classificadas..	9
Pecas de locomotivas, carros ou vagões.....	8
Pedras de filtrar.....	6
Pedras de afiar ou de amolar.....	6
Pedras de cantaria ou aparelhadas.....	10
Pedras de alvenaria para edificação ou calçamento.....	11
Peixe fresco, salgado ou secco, não classificado.....	9
Peixe em latas.....	6
Peles em bruto.....	8
Polles preparadas.....	7
Poneiras de cabelo, seda ou tela metallica.....	6
Poneiras de palha.....	8

ARTIGOS	TARIFA
Pennas do aves.....	6
Perfumarias.....	5
Perolas, $\frac{1}{2}$ % <i>ad valorem</i> o.....	5
Perús.....	14
Pesos para balanças.....	6
Petrechos bellicos ou de caça, não explosivos.....	6
Petroleo em latas encaixotadas.....	6
Pez.....	7
Phosphoros em latas encaixotadas.....	6
Pianos.....	6
Piassava.....	10
Picaretas.....	8
Pilhas electricas.....	5
Pimenta da India.....	6
Pimenta do paiz.....	8
Pinas para rodas.....	8
Pincois.....	6
Pinhão verde ou secco.....	8
Pipas vazias.....	9
Pistolas.....	6
Pixo.....	8
Plantas vivas.....	8
Plantas medicinas.....	7
Platina, $\frac{1}{2}$ % <i>ad valorem</i> o.....	5
Plumas.....	9
Polvilho.....	5
Polvora e todos os mais artigos perigosos inflammaveis.....	3
Polvorinhos.....	6
Pomada para o cabello.....	6
Pombos engaiolados.....	14
Porcelana.....	5
Porcos.....	13
Porcos da India, engaiolados.....	14
Portas, portões, portadas e janellas finas de madeira ou ferro.....	6
Portas, etc., ordinarias.....	7
Porteiras de madeira ou ferro.....	7
Postes telegraphicos e seus pertences, do ferro.....	9
Postes telegraphicos, de madeira.....	10
Potassa e potassa.....	6
Potes do barro do paiz.....	9
Potes diversos.....	6
Pranchões.....	10
Prata, $\frac{1}{2}$ % <i>ad valorem</i> o.....	5
Prata ingleza, cristophlo, etc.....	6
Prateleiras envernizadas.....	6
Prateleiras ordinarias ou do ferro.....	7
Pratos de louça ou vidro.....	6
Pratos de metal ou madeira.....	6
Pregos de ferro, cobre ou zinco.....	8
Prensas para algodão e outras, não classificadas.....	9
Prolos.....	6
Presuntos.....	6
Productos chimicos e preparações pharmaceuticas.....	6
Punhaes.....	6
Puxadores para gaveta, etc.....	6

## Q

Quadros.....	5
Queijos estrangeiros.....	6
Queijos do paiz.....	8
Quiabos.....	9
Quinquilharias.....	6

## R

ARTIGOS	TARIFA
Rabocas • rabecões.....	5
Raios, pinas e cubos para rodas.....	8
Raizes alimenticias.....	9
Rapaduras.....	9
Rapé.....	6
Ratoeiras.....	6
Realojos.....	5
Rebolos de pedra.....	6
Redes.....	8
Redomas do vidro.....	5
Reguas.....	6
Relogios.....	5
Relogios de ouro ou prata, $\frac{1}{2}$ % <i>ad valorem</i> e.....	5
Remos.....	8
Rendas estrangeiras.....	5
Rendas do paiz.....	6
Repolho.....	9
Reservatorios para agua.....	8
Residuos de açougue.....	8
Resinas não classificadas.....	7
Retortas do vidro ou louça.....	5
Retortas de cobre.....	6
Retratos.....	5
Retretes ordinarios.....	7
Ricino (oleo) em latas ou barris.....	8
Ripas.....	11
Rodas para carros ou carroças.....	8
Rodas e rodetes para machinas.....	8
Rolhas.....	6
Roscas.....	8
Roupas.....	6

## S

Sabão ordinario, do paiz.....	8
Sabonotes.....	6
Saccos vazios.....	9
Sagú.....	6
Salamo.....	6
Sal ordinario.....	8
Sal refinado.....	7
Sal ammoniaco.....	6
Sal inglez (de Epsom).....	6
Salitre.....	8
Sanguessugas.....	6
Sapatos.....	6
Sapé.....	11
Sapotis.....	9
Sebo.....	8
Sedas.....	6
Sellins e pertencos.....	6
Sementes para agricultura.....	9
Sementes de especiarias.....	6
Serpentinas do vidro, crystal, bronze, etc.....	5
Serpentinas para alambique.....	8
Serras.....	6
Sinos.....	6
Sipós.....	8
Soda.....	6
Sofás envernizados.....	6
Sofás ordinarios.....	7

ARTIGOS	TARIFA
Solas.....	8
Sovelas e instrumentos de sapateiro.....	8
Suadores para sellins.....	6
Substancias de pouco valor uteis á lavoura.....	11

## T

Tabaco.....	8
Tabatinga.....	11
Taboado.....	11
Tabocas.....	8
Taboleiros envernizados ou envidraçados.....	6
Taboleiros ordinarios.....	7
Taboleta.....	7
Tachas para fabrico de assucar, etc.....	9
Tachos de ferro ou cobre.....	8
Tacos para bilhar, etc.....	5
Talhas de barro para agua.....	7
Talheres e objectos de cutelaria.....	6
Tamancos.....	8
Tambores de musica.....	5
Tambores para engenho.....	9
Tambores envernizados.....	6
Tamboretes.....	7
Tanques de metal ou madeira para engenho.....	9
Tapetos.....	6
Tapioca.....	9
Tartaruga.....	6
Tartaruga em obra não classificada.....	5
Tatús engaiolados.....	14
Tachas de ferro, zinco ou cobre.....	8
Tecidos de fabricas nacionaes.....	9
Tecidos diversos.....	6
Tela metallica.....	6
Telhas de vidro ou louça.....	6
Telhas de barro.....	11
Ticuns.....	8
Tigelas de louça ou marmore.....	6
Tigelas ordinarias.....	7
Tijolos de barro.....	11
Tijolos de louça ou marmore.....	8
Tijolos de limpar facas.....	6
Tinas vazias.....	9
Tintas de qualquer qualidade.....	6
Tinteiros ordinarios.....	6
Tinteiros de prata, $\frac{1}{2}$ % <i>ad valorem</i> e.....	5
Torneiras.....	6
Torradoras de café.....	8
Toucinho.....	9
Transparentos para janellas.....	5
Trapos.....	8
Traves.....	11
Travessieiros.....	8
Trens de cozinha, de cobre ou ferro.....	7
Trilhos, agulhas e seus accessorios.....	9
Tubos de barro.....	10
Tubos de ferro.....	9
Tubos de vidro.....	6
Tucanos engaiolados.....	14
Tumulos.....	7
Turfa.....	10
Typos.....	6

## U

ARTIGOS	TARIFA
Unguentos.....	6
Unhas de animaes.....	9
Urucú.....	7
Urnas.....	5
Urupemas.....	8
Utensilios de casa, de pouco valor e em máo estado.....	9
Uvas frescas.....	9
Uvas seccas.....	6

## V

Vaccas ordinarias.....	12
Vagões armados, rebocados.....	15 c mais 50 %
Vagões desmontados.....	9
Varas.....	11
Vassouras de cabello ou crina.....	6
Vassouras de piassava, palha e outras do paiz.....	9
Velas de cêra, espermacete, composição, etc.....	6
Velas de sebo nacionaes.....	8
Velludo.....	6
Venezianas.....	5
Verdura.....	9
Vernizes.....	6
Vidros ordinarios, encaixotados.....	6
Vidros finos.....	5
Vigas.....	11
Vimes.....	11
Vinagro em pipas ou barris.....	8
Vinagro em garrações.....	7
Vinho em pipas ou barris.....	8
Vinho em garrações ou garrafas.....	7
Vitellas.....	12
Vitriolo.....	5

## X

Xaropes.....	6
Xergas para animaes.....	8

## Z

Zarcão.....	8
Zinco em bruto ou em folha.....	8
Zinco em obra não classificada.....	6

Palacio do Rio de Janeiro em 4 de Julho de 1885.— *João Ferreira de Moura.*

# Brazilian Imperial Central Bahia Railway

## RAMAL

Preços das passagens simples de 1ª classe

### TARIFA N. 1

ESTAÇÕES	Belém	Serra	Conceição	Pinheiro	Cruz	Jacaré	Magalhães	Tapera	Feira
Cachoeira.....	2500	2800	1200	1200	1250	1280	2500	2200	2570
Belém.....	—	2300	2500	2800	1200	12300	1600	1280	2560
Serra.....	—	—	2200	2500	2300	12100	1230	12500	22100
Conceição.....	—	—	—	2500	2700	12000	12100	1230	22000
Pinheiro.....	—	—	—	—	2500	2800	12000	1210	12700
Cruz.....	—	—	—	—	—	2300	2000	2800	12300
Jacaré.....	—	—	—	—	—	—	2200	2500	12000
Magalhães.....	—	—	—	—	—	—	—	2200	2800
Tapera.....	—	—	—	—	—	—	—	—	2600

Além dos preços desta tarifa pagarão mais a taxa de transporte, conforme o Decreto imperial n. 7565, de 13 de Dezembro de 1879. (Art. 33 do Regulamento de tarifas.)

Preços das passagens simples de 2ª classe

### TARIFA N. 2

ESTAÇÕES	Belém	Serra	Conceição	Pinheiro	Cruz	Jacaré	Magalhães	Tapera	Feira
Cachoeira.....	2300	2500	2700	2800	1200	12200	12300	12500	12800
Belém.....	—	2200	2300	2500	2800	2900	12100	1220	1600
Serra.....	—	—	2100	2300	2600	2800	2900	12100	12400
Conceição.....	—	—	—	2200	2500	2700	2800	12000	12200
Pinheiro.....	—	—	—	—	2300	2500	2700	2800	12100
Cruz.....	—	—	—	—	—	2200	2500	2600	2900
Jacaré.....	—	—	—	—	—	—	2200	2300	2700
Magalhães.....	—	—	—	—	—	—	—	2200	2600
Tapera.....	—	—	—	—	—	—	—	—	2400

Além dos preços desta tarifa, pagarão mais a taxa de transporte, conforme o Decreto imperial n. 7565, de 13 de Dezembro de 1879. (Art. 33 do Regulamento de tarifas.)

## RAMAL

Preços das passagens de ida e volta de 1ª classe

## TARIFA N. 3

ESTAÇÕES	Belém	Serra	Conceição	Pinheiro	Cruz	Jacaré	Magalhães	Tapera	Feira
Cachoeira.....	\$800	1500	1500	1500	2500	2500	3500	3500	4500
Belém.....	—	500	800	1500	1500	2500	2500	2500	3500
Serra.....	—	—	300	800	1500	2500	2500	2500	3500
Conceição.....	—	—	—	300	800	1500	2500	2500	3500
Pinheiro.....	—	—	—	—	300	800	1500	2500	2500
Cruz.....	—	—	—	—	—	300	800	1500	2500
Jacaré.....	—	—	—	—	—	—	300	800	1500
Magalhães.....	—	—	—	—	—	—	—	300	800
Tapera.....	—	—	—	—	—	—	—	—	800

Além dos preços desta tarifa pagarão mais a taxa de transporte, conforme o Decreto imperial n. 7563, de 13 de Dezembro de 1879. (Art. 33 do Regulamento de tarifas.)

Preços das passagens de ida e volta de 2ª classe

## TARIFA N. 4

ESTAÇÕES	Belém	Serra	Conceição	Pinheiro	Cruz	Jacaré	Magalhães	Tapera	Feira
Cachoeira....	\$460	\$760	\$960	1500	1560	1500	2500	2520	25700
Belém.....	—	300	560	760	1500	1530	1560	1500	25400
Serra.....	—	—	200	560	1500	1500	1530	1560	25100
Conceição.....	—	—	—	300	760	960	1510	1530	15900
Pinheiro.....	—	—	—	—	360	760	960	1500	15760
Cruz.....	—	—	—	—	—	300	600	900	15300
Jacaré.....	—	—	—	—	—	—	300	560	15060
Magalhães.....	—	—	—	—	—	—	—	300	900
Tapera.....	—	—	—	—	—	—	—	—	600

Além dos preços desta tarifa pagarão mais a taxa de transporte, conforme o Decreto imperial n. 7563, de 13 de Dezembro de 1879. (Art. 33 do Regulamento de tarifas.)







## RAMAL

Mercadorias designadas na pauta com o numero desta tarifa

## TARIFA N. 9

Por 10 kilogrammas

ESTAÇÕES	Belém	Serra	Conceição	Pinheiro	Cruz	Jacaré	Magalhães	Tapera	Feira
Cachoeira.....	\$012	\$019	\$025	\$032	\$042	\$051	\$058	\$063	\$079
Belém.....	—	\$007	\$012	\$019	\$030	\$039	\$046	\$051	\$067
Serra.....	—	—	\$005	\$012	\$023	\$032	\$039	\$044	\$061
Conceição.....	—	—	—	\$007	\$018	\$026	\$033	\$039	\$054
Pinheiro.....	—	—	—	—	\$011	\$019	\$026	\$032	\$047
Cruz.....	—	—	—	—	—	\$009	\$016	\$021	\$037
Jacaré.....	—	—	—	—	—	—	\$007	\$012	\$028
Magalhães.....	—	—	—	—	—	—	—	\$005	\$021
Tapera.....	—	—	—	—	—	—	—	—	\$016

Carvão vegetal e mineral, cal, coque, cimento, ferro bruto para fundição,  
piassava, etc. etc.

## TARIFA N. 10

Por vagão

ESTAÇÕES	Belém	Serra	Conceição	Pinheiro	Cruz	Jacaré	Magalhães	Tapera	Feira
Cachoeira ...	3\$500	4\$000	5\$000	5\$500	7\$000	8\$000	8\$500	9\$000	10\$500
Belém.....	—	3\$000	3\$500	4\$000	5\$500	6\$500	7\$000	8\$000	9\$500
Serra.....	—	—	3\$000	3\$500	4\$500	5\$500	6\$500	7\$000	8\$500
Conceição....	—	—	—	3\$000	4\$000	5\$000	6\$000	6\$500	8\$000
Pinheiro.....	—	—	—	—	3\$000	4\$000	5\$000	5\$500	7\$500
Cruz.....	—	—	—	—	—	3\$000	4\$000	4\$500	6\$000
Jacaré.....	—	—	—	—	—	—	3\$000	3\$500	5\$000
Magalhães....	—	—	—	—	—	—	—	3\$000	4\$500
Tapera.....	—	—	—	—	—	—	—	—	4\$000

Capacidade dos vagões 4 ½ toneladas metricas ou 6 metros cúbicos.

**RAMAL**

Areia, argilla, barro, canna de assucar, estromes, lenha, madeira bruta ou serrada, substancias de pouco valor uteis á lavoura, tijolos de barro, etc.

**TARIFA N. 11**

Por vagão

ESTAÇÕES	Belém	Serra	Conceição	Pinheiro	Cruz	Jacaré	Magalhães	Tapera	Feira
Cachoeira.....	3,5000	3,5000	3,5000	3,5000	4,5500	5,5000	6,5000	6,5500	8,5000
Belém.....	—	3,5000	3,5000	3,5000	4,5500	4,5000	4,5500	5,5000	7,5000
Serra.....	—	—	3,5000	3,5000	3,5000	3,5000	4,5000	4,5500	6,5000
Conceição.....	—	—	—	3,5000	3,5000	3,5000	3,5500	4,5000	5,5500
Pinheiro.....	—	—	—	—	3,5000	3,5000	3,5000	3,5000	3,5000
Cruz.....	—	—	—	—	—	3,5000	3,5000	3,5000	4,5000
Jacaré.....	—	—	—	—	—	—	3,5000	3,5000	3,5000
Magalhães.....	—	—	—	—	—	—	—	3,5000	3,5000
Tapera.....	—	—	—	—	—	—	—	—	3,5000

Bois, vacas, cavallos, bestas, etc.

**TARIFA N. 12**

Por vagão de seis animaes

ESTAÇÕES	Belém	Serra	Conceição	Pinheiro	Cruz	Jacaré	Magalhães	Tapera	Feira
Cachoeira.....	3,5000	3,5000	3,5000	3,5000	3,5500	4,5500	5,5000	5,5500	7,5000
Belém.....	—	3,5000	3,5000	3,5000	3,5000	3,5000	4,5000	4,5500	5,5500
Serra.....	—	—	3,5000	3,5000	3,5000	3,5000	3,5000	4,5000	5,5000
Conceição.....	—	—	—	3,5000	3,5000	3,5000	3,5000	3,5000	4,5000
Pinheiro.....	—	—	—	—	3,5000	3,5000	3,5000	3,5000	4,5000
Cruz.....	—	—	—	—	—	3,5000	3,5000	3,5000	4,5000
Jacaré.....	—	—	—	—	—	—	3,5000	3,5000	4,5000
Magalhães.....	—	—	—	—	—	—	—	3,5000	4,5000
Tapera.....	—	—	—	—	—	—	—	—	3,5000

Bois, etc., em numero menor do complemento de um vagão pagarão por cabeça a terça parte do frete acima. O mínimo por cabeça é 700 reis para as distancias pequenas. O mínimo por vagão é 3,5000.



## RAMAL

## Carros de duas rodas

TARIFA N. 15

Por cada um

[illegible]

Os carros de 4 rodas pagarão mais 50 %.

Tabella das distancias kilometricas das estações

[illegible]

BRASILIAN IMPERIAL CENTRAL BAHIA RAILWAY  
LINHA PRINCIPAL  
Preços das passagens simples de 1ª classe  
TARIFA N. 1

ESTAÇÕES	Cachoeirinha	Pombal	S. José	Sapê	Genipapo	Candial	Curralinho	Cruz Medrado	Tapera	Serra Grande	Tanquinho	Lagado	Lapa	Santo Antonio	Sítio Novo	João Amaro	Tambury	Queimadinhãs	Riacho dos Bois
S. Félix.....	33 0	15100	15100	252 0	2390 0	35200	35600	45100	45500	55000	55600	65100	65900	85100	85600	95400	115300	125700	135200
Cachoeirinha..	—	3900	15100	25000	256 0	35000	35300	35000	452 0	45800	55300	65100	65700	75900	85300	95100	115000	125500	125900
Pombal.....	—	—	5100	15100	158 0	25100	25300	35000	35400	45000	45500	55400	55900	75100	75600	85000	105200	115700	125200
S. José.....	—	—	—	800	15400	15800	25100	25600	35000	35600	45100	55100	55600	65800	75200	85000	95800	115100	115800
Sapê.....	—	—	—	—	500	15000	15500	15900	25300	25800	35200	45200	45800	65000	65500	75300	95100	105700	115100
Genipapo.....	—	—	—	—	—	5100	8000	15200	15700	25100	25700	35600	35100	55500	55000	65800	85500	105900	105500
Candial.....	—	—	—	—	—	—	5100	15000	15200	15700	25000	35200	35800	55300	55600	65300	85100	95600	105100
Curralinho.....	—	—	—	—	—	—	—	500	15000	15400	25000	25000	35000	55000	55000	65000	75800	95200	95700
Cruz Medrado..	—	—	—	—	—	—	—	—	500	15000	15000	25000	25000	35000	55000	55000	65000	85000	95200
Tapera.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5500	15000	15000	25000	35000	55000	55000	65000	85000	95100
Serra Grande..	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15000	15000	25000	35000	55000	55000	65000	85000	85300
Tanquinho.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15000	15000	25000	35000	55000	55000	65000	75300
Lagado.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15000	15000	25000	35000	55000	55000	75300
Lapa.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15000	15000	25000	35000	55000	75300
Santo Antonio..	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15000	15000	25000	35000	55000
Sítio Novo.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15000	15000	25000	35000
João Amaro.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15000	25000	35000
Tambury.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15000	25000
Queimadinhãs..	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	25000

Além dos preços desta tarifa pagarão mais a taxa de transporte, conforme o Decreto imperial n. 7535, de 13 de Dezembro de 1879. (Art. 33 do Regulamento de tarifas)

# LINHA PRINCIPAL

Preços das passagens simples de 2ª classe

TARIFA N. 2

ESTAÇÕES	Cachoeirinha	Pombal	S. José	Sapê	Genipapo	Candial	Currallindo	Cruz Medrado	Tapera	Serra Grande	Tanquinho	Lagado	Lapa	Santo Antonio	Sítio Novo	João Amaro	Tambury	Queimadinhos	Barcho dos Bois
S. Felix.....	8200	8800	1000	15300	15900	25100	25700	25700	3500	35500	35700	45300	45600	55100	55800	6530	7550	85300	85500
Cachoeirinha...	—	8600	2500	15200	15700	25000	25200	25500	25500	35100	35300	45100	45400	55200	55900	65400	75200	85100	85400
Pombal.....	—	—	—	5900	6500	15100	15700	25000	25300	25600	35000	35600	45000	45800	55600	65800	75700	85000	85300
S. José.....	—	—	—	—	15000	15400	15800	15900	25000	25300	25700	35300	35700	45700	45800	55600	65900	75500	75800
Sapê.....	—	—	—	—	—	6500	6800	15000	15000	15000	25200	25900	35200	45500	45600	45900	65900	75900	75300
Genipapo.....	—	—	—	—	—	5900	5700	5900	15100	15100	15800	25400	25800	35300	35300	45500	55700	65700	75000
Candial.....	—	—	—	—	—	—	6300	5700	2500	45100	15900	25100	25500	35300	35700	45200	55500	65400	65700
Currallindo.....	—	—	—	—	—	—	—	5000	2500	5900	15200	15900	15900	25200	35400	35400	55200	65100	65500
Cruz Medrado.....	—	—	—	—	—	—	—	5000	2500	5900	15200	15900	15900	25200	35400	35700	45900	55900	65100
Tapera.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2500	15300	15300	15600	25700	25900	35400	45700	55700	65000
Serra Grande.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15400	15400	15900	25400	25500	35100	45300	55300	55600
Tanquinho.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15400	15600	15800	25600	25800	45000	55000	55200
Lagado.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15700	15600	15800	25600	25800	35400	45400	45700
Lapa.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15600	15900	15900	25800	35000	45000	45300
Santo Antonio.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15900	15900	25800	35000	45000	45300
Sítio Novo.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15900	25700	15800	25900	35200
João Amaro.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15700	15800	25900	35200
Tambury.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15800	25900	35200
Queimadinhos.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15900	45300
																		8400	

Além dos preços desta tarifa pagarão mais a taxa do transporte, conforme o Decreto imperial n. 7563 de 13 de Dezembro de 1879. (Art. 33 do Regulamento de tarifas.)

## LINHA PRINCIPAL

Preços das passagens de ida e volta de 1ª classe

## TARIFA N. 3

ESTAÇÕES	Cachoeirinha	Pombal	S. José	Sapé	Genipapo	Candial	Curralinho	Cruz Medrado	Tapera	Serra Grande	Tanquinho	Lagedo	Lapa	Santo Antonio	Sítio Novo	João Amaro	Tambury	Queimadinhos	Riacho dos Dols
S. Felix.....	8460	18600	28100	38360	45300	48900	55400	63200	68800	78600	88400	98660	108400	128500	138260	1485600	178460	198560	208300
Cachoeirinha...	—	18160	18760	38000	38960	48460	55000	63860	68360	78160	88000	98200	108400	128060	128800	148160	178000	198260	198860
Pombal.....	—	—	8600	16760	23700	38200	38800	46000	50000	60000	68800	88100	88860	108860	118600	128960	158800	188160	188800
S. José.....	—	—	—	16000	23400	28700	38200	38960	48600	58400	68200	78600	88400	108260	118300	128360	158210	178600	188200
Sapé.....	—	—	—	—	8960	18460	28100	28860	38500	48160	58000	68360	78160	98000	98800	118160	148160	168560	178160
Genipapo.....	—	—	—	—	—	8600	18000	18900	28760	38200	48000	58400	68200	88260	88860	108260	138100	158300	168260
Candial.....	—	—	—	—	—	—	8600	18000	18900	28700	38300	48900	58700	78460	88400	98660	128500	148900	158660
Curralinho.....	—	—	—	—	—	—	—	8760	18300	28400	38000	48300	58000	78000	78900	98060	118900	148300	158600
Cruz Medrado..	—	—	—	—	—	—	—	—	8760	18300	28100	38000	48500	68360	78000	88400	118160	138560	148300
Tapera.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8760	18460	38000	38800	58860	68360	78900	108360	138100	138860
Serra Grande..	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8900	28100	38000	48900	58700	78300	98800	128200	128800
Tanquinho.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	18300	28100	48000	48900	68200	98900	118300	128600
Lagedo.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	28100	48000	28700	38500	48900	78460	98960
Lapa.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	18900	28700	38500	48900	68800	98800
Santo Antonio..	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8900	28100	58000	78300
Sítio Novo.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	48160	68900
João Amaro....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	18300	48160	68900	78160
Tambury.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	58100	58860
Queimadinhos..	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	28260	38000
Riacho dos Dols	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8760

Além dos preços desta tarifa pagarão mais a taxa de transporte, conforme o Decreto imperial n. 7563 de 13 de Dezembro de 1879. (Art. 33 do Regulamento de tarifas.)



# LINHA PRINCIPAL

Preços das passagens de ida e volta de 2ª classe

TARIFA N. 4

ESTAÇÕES	Cachoeirinha	Pombal	S. José	Sapê	Genipapo	Candial	Curralinho	Cruz Medrado	Tapera	Serra Grande	Tanquinho	Lagedo	Lapa	Santo Antonio	Sítio Novo	João Amaro	Tambury	Queimadinhos	Riacho dos Bois
S. Felix.....	5300	45000	45360	25260	25860	35200	35660	45000	45600	55000	55560	65700	65960	85100	85700	95500	115300	125800	135100
Cachoeirinha...	—	2900	15160	45000	25400	35000	35360	35960	45300	45760	55260	65200	65660	75900	85160	95200	115000	125500	135900
Pombal.....	—	—	5460	15160	45760	25400	35360	35960	35500	35960	45460	55400	65900	75460	85600	95700	105260	115760	125200
S. José.....	—	—	—	5900	45460	15760	25100	25700	35060	35500	45000	55000	65360	65800	75160	85400	95960	115460	115900
Sapê.....	—	—	—	—	5760	15000	15460	15900	25250	25860	35360	45300	45800	65900	65500	75300	95000	105560	115160
Genipapo.....	—	—	—	—	—	5460	5960	15160	15760	25100	25700	35660	45160	55400	65000	65800	85360	105100	105560
Candial.....	—	—	—	—	—	—	5460	5960	15300	15760	25260	35200	35800	55100	55560	65360	85400	95660	105100
Curralinho.....	—	—	—	—	—	—	—	5600	5960	15300	15760	25860	35360	45760	55100	65060	75900	95200	95800
Cruz Medrado...	—	—	—	—	—	—	—	—	5960	15460	15760	25400	25860	45160	45760	55560	75300	85860	95200
Tapera.....	—	—	—	—	—	—	—	—	5460	5600	15000	15900	25400	35800	45300	55400	75000	85560	95100
Serra Grande...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5600	15000	15900	25400	35800	45300	55400	75000	85560	95100
Tanquinho.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5960	15460	25700	35200	45160	65000	75460	75900
Lagedo.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	25260	35200	45160	65000	75460	75900
Lapa.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15160	15760	25700	45160	65000	65500
Santo Antonio...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5600	15460	35200	45900	55400
Sítio Novo.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5960	25700	45300	45900
João Amaro...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	45900	35360	35960
Tambury.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	45460	25000
Queimadinhos...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5600

Além dos preços desta tarifa pagarão mais a taxa de transporte, conforme o Decreto imperial n. 7565 de 43 de Dezembro de 1879. (Art. 33 do Regulamento de tarifas.)



# LINHA PRINCIPAL

Mercadorias designadas na pauta com o numero desta tarifa

TARIFA N. 6

Por 10 kilogrammas

ESTAÇÕES	Cachoeirinha	Pombal	S. José	Sapé	Genipapo	Candial	Curralinho	Cruz Medrado	Tapera	Serra Grande	Tanquinho	Lagedo	Lapa	Santo Antonio	Sítio Novo	João Amaro	Tambury	Queimadinhãs	Riacho dos Bois
S. Felix.....	8017	8070	8094	8143	8185	8210	8234	8266	8290	8325	8356	8390	8440	8456	8476	8510	8572	8616	8629
Cachoeirinha...	8032	8077	8126	8168	8192	8217	8248	8273	8308	8343	8380	8400	8446	8466	8500	8565	8608	8622	
Pombal.....	—	8024	8073	8115	8140	8164	8196	8225	8255	8290	8350	8370	8416	8436	8470	8540	8586	8599	
S. José.....	—	—	8049	8091	8145	8171	8196	8231	8266	8325	8356	8402	8422	8456	8526	8575	8589		
Sapé.....	—	—	—	8042	8066	8091	8122	8147	8182	8217	8276	8311	8374	8394	8428	8498	8534	8568	
Genipapo.....	—	—	—	—	8024	8049	8080	8105	8140	8175	8234	8269	8330	8370	8404	8474	8532	8550	
Candial.....	—	—	—	—	—	8124	8156	8180	8204	8231	8269	8304	8336	8370	8404	8474	8532	8550	
Curralinho.....	—	—	—	—	—	—	8126	8156	8185	8220	8269	8304	8336	8370	8404	8474	8532	8550	
Cruz Medrado...	—	—	—	—	—	—	—	8031	8059	8094	8154	8189	8269	8304	8336	8404	8474	8532	
Tapera.....	—	—	—	—	—	—	—	8024	8059	8094	8154	8189	8269	8304	8336	8404	8474	8532	
Serra Grande...	—	—	—	—	—	—	—	—	8031	8059	8094	8154	8189	8269	8304	8336	8404	8474	
Tanquinho.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8033	8094	8129	8210	8245	8304	8392	8450	8468	
Lagedo.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8059	8094	8129	8210	8245	8304	8392	8450	
Lapa.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8059	8094	8129	8210	8245	8304	8392	
Santo Antonio...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8033	8113	8150	8210	8329	8396	
Sítio Novo.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8080	8115	8175	8294	8376	
João Amaro....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8094	8213	8315	8346	
Tambury.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8059	8178	8280	8311	
Queimadinhãs..	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8119	8220	8252	
	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8104	8133	
	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8034	

## LINHA PRINCIPAL

Mercadorias designadas na pauta com o numero desta tarifa

## TARIFA N. 7

Por 10 kilogrammas

ESTAÇÕES	Cachoeirinha	Pombal	S. José	Sapê	Genipapo	Candial	Curralinho	Cruz Medrado	Tapera	Serra Grande	Tanquinho	Lagedo	Lapa	Santo Antonio	Sítio Novo	João Amaro	Tambury	Queimadinhãs	Biacho dos Bois
S. Felix.....	5014	5044	5079	5090	5117	5132	5147	5167	5183	5205	5224	5250	5265	5309	5315	5340	5375	5404	5413
Cachoeirinha ..	—	5033	5048	5079	5106	5121	5136	5156	5172	5194	5216	5243	5257	5292	5307	5333	5370	5399	5408
Pombal .....	—	—	5045	5046	5073	5088	5103	5123	5139	5161	5183	5220	5235	5269	5284	5310	5355	5384	5393
S. José.....	—	—	—	5031	5057	5073	5088	5108	5123	5145	5167	5205	5225	5249	5271	5300	5348	5377	5386
Sapê.....	—	—	—	—	5042	5057	5072	5077	5092	5114	5136	5174	5196	5238	5253	5279	5331	5363	5372
Genipapo.....	—	—	—	—	—	5045	5041	5041	5066	5088	5110	5147	5169	5220	5235	5261	5313	5351	5360
Candial.....	—	—	—	—	—	—	5045	5035	5051	5073	5095	5132	5154	5205	5225	5250	5302	5344	5353
Curralinho.....	—	—	—	—	—	—	—	5021	5035	5057	5079	5117	5139	5189	5211	5240	5292	5333	5346
Cruz Medrado..	—	—	—	—	—	—	—	—	5048	5067	5089	5127	5149	5199	5226	5278	5322	5365	—
Tapera.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5020	5042	5070	5091	5156	5174	5241	5268	5311	5325
Serra Grande..	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5022	5070	5081	5132	5154	5191	5251	5295	5308
Tanquinho.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5037	5059	5110	5132	5169	5237	5280	5293
Lagedo.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5022	5059	5095	5132	5207	5254	5268
Lapa.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5051	5073	5110	5185	5239	5333
Santo Antonio..	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5022	5059	5134	5198	5218
Sítio Novo.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5037	5112	5176	5196
João Amaro....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5075	5139	5158
Tambury.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5064	5084
Queimadinhãs..	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5020

# LINHA PRINCIPAL

Mercadorias designadas na pauta com o numero desta tarifa

## TARIFA N. 8

Por 10 kilogrammas

ESTAÇÕES	Cachoeirinha	Pombal	S. José	Sapé	Guapapo	Candial	Curralinho	Cruz Medrado	Tapera	Serra Grande	Taquinho	Lagado	Lapa	Santo Antonio	Sítio Novo	João Amaro	Tambury	Queimadinhos	Blacho dos Bois
S. Felix.....	2140	2040	2034	2082	2100	2120	2134	2146	2153	2163	2173	2190	2200	2223	2233	2250	2276	2298	2305
Cachoeirinha...	—	2030	2044	2072	2096	2110	2121	2141	2148	2158	2168	2185	2195	2218	2228	2245	2273	2294	2301
Pombal.....	—	—	2014	2042	2066	2080	2094	2112	2126	2133	2153	2170	2179	2203	2213	2230	2261	2283	2290
S. José.....	—	—	—	2028	2052	2066	2080	2098	2112	2132	2146	2163	2173	2196	2206	2223	2256	2278	2287
Sapé.....	—	—	—	—	2021	2038	2052	2070	2084	2101	2124	2149	2159	2182	2192	2210	2244	2267	2274
Guapapo.....	—	—	—	—	—	2044	2028	2046	2060	2080	2100	2134	2147	2176	2180	2197	2232	2258	2265
Candial.....	—	—	—	—	—	—	2014	2032	2046	2066	2086	2120	2140	2163	2173	2190	2225	2253	2260
Curralinho.....	—	—	—	—	—	—	—	2018	2032	2052	2072	2106	2126	2156	2166	2183	2218	2247	2255
Cruz Medrado.....	—	—	—	—	—	—	—	—	2014	2034	2054	2088	2108	2147	2157	2174	2209	2238	2247
Tapera.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2018	2038	2072	2092	2138	2149	2166	2202	2231	2241
Serra Grande...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2020	2051	2120	2140	2177	2194	2220	2229
Taquinho.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2034	2054	2121	2141	2178	2181	2200	219
Lagado.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2020	2066	2086	2120	2164	2193	2202
Lapa.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2046	2066	2100	2154	2183	2192
Santo Antonio...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2020	2051	2122	2160	2169
Sítio Novo.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2034	2102	2150	2159
João Amaro...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2068	2126	2142	2142
Tambury.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2058	2076	2076
Queimadinhos...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2048



# LINHA PRINCIPAL

Carvão vegetal, carvão mineral, cal, coque, cimento, ferro bruto para fundição, piassava, etc. etc.

TARIFA N. 10

Por vagão

ESTACÕES	Cachoeirinha	Pombal	S. José	Sapé	Genipapo	Candial	Curralinho	Cruz Medrado	Tapera	Serra Grande	Tanquinho	Lagado	Lapa	Santo Antonio	Sítio Novo	João Amaro	Tambury	Queimadinhas	Riacho dos Bois
S. Felix.....	35000	65000	75500	105000	125000	125500	135500	145000	155000	165000	175000	185000	195000	215000	215500	235000	255000	265000	255500
Cachoeirinha.....	—	35000	65500	95000	115000	125000	135000	145000	155000	165000	175000	185000	195000	215000	215500	235000	255000	265000	255000
Pombal.....	—	—	35500	65000	85500	105000	115000	125000	135000	145000	155000	165000	175000	195000	205000	215000	235000	255000	255000
S. José.....	—	—	—	35000	75000	85500	105000	115000	125000	135000	145000	165000	175000	185000	195000	215000	235000	255000	255000
Sapé.....	—	—	—	—	45500	65000	75000	95000	105000	125000	135000	145000	155000	175000	185000	195000	215000	235000	255000
Genipapo.....	—	—	—	—	—	35500	55000	65000	85000	105000	115000	135000	145000	165000	175000	195000	215000	235000	255000
Candial.....	—	—	—	—	—	—	35500	55000	65000	85000	105000	125000	135000	155000	175000	195000	215000	235000	255000
Curralinho.....	—	—	—	—	—	—	—	35000	55000	75000	95000	125000	135000	155000	175000	195000	215000	235000	255000
Cruz Medrado.....	—	—	—	—	—	—	—	—	35500	55000	75000	105000	125000	145000	165000	185000	205000	225000	245000
Tapera.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	45000	65000	95000	115000	135000	155000	175000	195000	215000	235000
Serra Grande.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	45000	65000	95000	115000	135000	155000	175000	195000	215000
Tanquinho.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	55500	75500	105500	125500	145500	165500	185500	205500
Lagado.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	45000	65000	85500	105500	125500	145500	165500
Lapa.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	65500	85500	105500	125500	145500	165500
Santo Antonio.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	45000	65500	85500	105500	125500
Sítio Novo.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	55500	75500	95500	115500
João Amaro.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	85000	105000	125000
Tambury.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	85000	105000
Queimadinhas.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	45000

Capacidade dos vagões 4 ½ toneladas ou 6 metros cúbicos.





**LINHA PRINCIPAL**  
Bois, vaccas, cavallos, bestas, etc.

TARIFA N. 12

Por vagão de 6 animais

ESTACÕES	Cachoeirinha	Pombal	S. José	Sapé	Guipopo	Candial	Garrafinho	Cruz Medrado	Tapera	Serra Grande	Tanquinho	Lagado	Lapa	Santo Antonio	Sítio Novo	João Amaro	Tambury	Queimadilhas	Itaú dos Bois
S. Felix.....	3.000	35.000	45.000	6.000	8.500	8.500	9.500	10.500	11.500	13.500	14.500	13.500	165.500	195.000	195.000	205.000	225.000	245.000	245.000
Cachoeirinha.....	—	35.000	35.500	7.500	8.500	9.500	10.500	11.500	12.500	13.500	14.500	13.500	165.000	185.000	195.000	205.000	225.000	235.000	245.000
Pombal.....	—	—	35.000	35.000	55.000	65.000	75.000	8.000	9.000	10.500	11.500	13.500	145.500	175.000	185.000	195.000	215.000	235.000	235.000
S. José.....	—	—	—	35.000	45.000	55.000	65.000	7.500	8.500	9.500	11.500	13.500	145.000	165.000	175.000	195.000	215.000	235.000	235.000
Sapé.....	—	—	—	—	35.000	45.000	55.000	4.500	5.500	6.500	8.500	11.500	125.500	155.000	165.000	175.000	195.000	215.000	225.000
Guipopo.....	—	—	—	—	—	35.000	45.000	3.500	4.500	5.500	6.500	7.500	9.500	11.500	125.000	145.000	165.000	185.000	205.000
Candial.....	—	—	—	—	—	—	35.000	3.500	4.500	5.500	6.500	7.500	9.500	11.500	125.000	145.000	165.000	185.000	205.000
Garrafinho.....	—	—	—	—	—	—	—	3.500	4.500	5.500	6.500	7.500	9.500	11.500	125.000	145.000	165.000	185.000	205.000
Cruz Medrado.....	—	—	—	—	—	—	—	—	3.500	4.500	5.500	6.500	9.500	11.500	125.000	145.000	165.000	185.000	205.000
Tapera.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3.000	4.000	5.000	7.000	9.000	10.000	11.000	12.000	13.000	14.000
Serra Grande.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3.000	4.000	6.000	8.000	9.000	10.000	11.000	12.000	13.000
Tanquinho.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3.000	5.000	7.000	8.000	9.000	10.000	11.000	12.000
Lagado.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5.000	7.000	8.000	9.000	10.000	11.000	12.000
Lapa.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5.000	7.000	8.000	9.000	10.000	11.000
Santo Antonio.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5.000	7.000	8.000	9.000	10.000
Sítio Novo.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5.000	7.000	8.000	9.000
João Amaro.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5.000	7.000	8.000
Tambury.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5.000	7.000
Queimadilhas.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5.000

Bois, etc., em numero menor do complemento de um vagão pagarão por cabeça a terça parte do frete acima. O minimo por cabeça é 700 réis para as distancias pequenas. O minimo por vagão é 3.500.

## Linha Principal

Porcos, carneiros, cabras, cães amordaçados, etc.

## TARIFA N. 13

Por cabeça

ESTAÇÕES	Cachoeirinha	Pombal	S. José	Sape	Genipapo	Candial	Curralinho	Cruz Medrado	Tapera	Serra Grande	Tanquinho	Lagado	Lapa	Santo Antonio	Sítio Novo	João Amaro	Tambury	Queimadinhos	Riacho dos Bois
S. Felix.....	\$050	\$200	\$270	\$440	\$370	\$600	\$670	\$760	\$830	\$930	\$1020	\$1160	\$1240	\$1320	\$1500	\$1640	\$1780	\$1900	\$1930
Cachoeirinha...	—	\$450	\$220	\$390	\$380	\$550	\$620	\$710	\$780	\$880	\$980	\$1120	\$1200	\$1280	\$1460	\$1600	\$1760	\$1880	\$1910
Pombal.....	—	—	\$670	\$210	\$410	\$400	\$470	\$560	\$630	\$730	\$830	\$900	\$980	\$1060	\$1240	\$1380	\$1500	\$1620	\$1650
S. José.....	—	—	—	\$140	—	—	\$330	\$400	\$490	\$560	\$660	\$760	\$820	\$890	\$1020	\$1160	\$1280	\$1400	\$1430
Sape.....	—	—	—	—	\$120	—	\$330	\$400	\$490	\$560	\$660	\$760	\$820	\$890	\$1020	\$1160	\$1280	\$1400	\$1430
Genipapo.....	—	—	—	—	—	\$070	\$140	\$230	\$300	\$400	\$500	\$600	\$670	\$770	\$900	\$1020	\$1160	\$1280	\$1310
Candial.....	—	—	—	—	—	—	\$170	\$260	\$330	\$430	\$530	\$630	\$700	\$800	\$930	\$1050	\$1170	\$1290	\$1320
Curralinho.....	—	—	—	—	—	—	—	\$090	\$160	\$260	\$360	\$440	\$540	\$630	\$760	\$880	\$1000	\$1120	\$1150
Cruz Medrado.....	—	—	—	—	—	—	—	—	\$070	\$170	\$270	\$370	\$440	\$540	\$670	\$790	\$910	\$1030	\$1060
Tapera.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$400	\$490	\$590	\$660	\$760	\$900	\$1020	\$1160	\$1280	\$1310
Serra Grande.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$170	\$270	\$370	\$500	\$620	\$740	\$860	\$890
Tanquinho.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$170	—	—	—	—	—	—	—
Lagado.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$170	—	—	—	—	—	—
Lapa.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$230	—	—	—	—	—
Santo Antonio.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$330	—	—	—	—
Sítio Novo.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$400	—	—	—
João Amaro.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$470	—	—
Tambury.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$340	—
Queimadinhos.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$290
Riacho dos Bois.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	\$090

Quando a expedição completar a lotação de um carro, far-se-ha um abatimento de 25 % para porcos e de 33 1/3 % para carneiros, cabras, etc.

# LINHA PRINCIPAL

Perús, gallinhas, gansos, patos, animaes e aves pequenas engaioladas, etc.

TARIFA N. 14

Por 10 kilogrammas

ESTAÇÕES	Cachoeirinha	Pombal	S. José	S. João	Gonipapo	Candial	Curralinho	Cruz Medrado	Tapera	Serra Grande	Tanquinho	Lagedo	Lapa	Santo Antonio	Sitio Novo	João Amaro	Tambury	Queimadinhos	Riacho dos Bois
S. Felix.....	5020	5080	5104	5161	5242	5210	5268	5304	5332	5372	5411	5470	5505	5566	5621	5680	5735	5872	5899
Cachoeirinha...	—	5060	5088	5144	5192	5220	5278	5284	5312	5352	5392	5433	5488	5538	5593	5643	5660	5759	5857
Pombal.....	—	—	5028	5084	5132	5160	5188	5224	5252	5292	5332	5400	5435	5516	5551	5610	5725	5812	5839
S. José.....	—	—	—	5056	5104	5132	5160	5196	5224	5264	5304	5372	5411	5491	5526	5586	5704	5791	5818
Sapê.....	—	—	—	—	5048	5076	5104	5140	5168	5208	5248	5316	5356	5442	5477	5537	5659	5749	5776
Gonipapo.....	—	—	—	—	—	5028	5056	5092	5120	5160	5200	5268	5318	5400	5435	5495	5617	5713	5740
Candial.....	—	—	—	—	—	—	5036	5064	5092	5132	5172	5240	5280	5372	5411	5470	5593	5692	5719
Curralinho.....	—	—	—	—	—	—	—	5064	5092	5132	5172	5240	5280	5372	5411	5470	5593	5692	5719
Cruz Medrado.....	—	—	—	—	—	—	—	5064	5092	5132	5172	5240	5280	5372	5411	5470	5593	5692	5719
Tapera.....	—	—	—	—	—	—	—	5068	5096	5136	5176	5244	5284	5376	5415	5474	5597	5696	5723
Serra Grande.....	—	—	—	—	—	—	—	5040	5068	5108	5148	5216	5256	5348	5384	5446	5568	5670	5698
Tanquinho.....	—	—	—	—	—	—	—	—	5040	5068	5108	5148	5216	5256	5348	5384	5446	5568	5670
Lagedo.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5040	5068	5108	5148	5216	5256	5348	5384	5446	5568
Lapa.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5040	5068	5108	5148	5216	5256	5348	5384	5446
Santo Antonio.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5040	5068	5108	5148	5216	5256	5348	5384
Sitio Novo.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5040	5068	5108	5148	5216	5256	5348
João Amaro.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5040	5068	5108	5148	5216	5256
Tambury.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5040	5068	5108	5148	5216
Queimadinhos.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5040	5068	5108	5148

LINHA PRINCIPAL  
Carros de duas rodas  
TARIFA N. 15  
Por cada um

ESTAÇÕES	Cachoeirinha	Pombal	S. José	Sapé	Genipapo	Candial	Corralinho	Cruz Medrado	Tapera	Serra Grande	Tanquinho	Lagado	Lapa	Santo Antonio	Sítio Novo	João Amaro	Tambury	Queimadinhás	Riacho dos Bois
S. Felix.....	35000	55000	65000	85000	105000	115000	120000	135000	145000	165000	175000	205000	215000	235000	265000	295000	345000	385000	405000
Cachoeirinha...	—	35000	55000	75000	95000	105000	115000	125000	135000	155000	165000	195000	215000	245000	275000	285000	335000	385000	395000
Pombal.....	—	—	35000	55000	75000	85000	95000	105000	115000	135000	145000	175000	185000	215000	235000	265000	315000	355000	375000
S. José.....	—	—	—	35000	55000	65000	75000	85000	95000	105000	125000	135000	165000	175000	215000	225000	255000	305000	345000
Sapé.....	—	—	—	—	45000	55000	65000	75000	85000	105000	115000	145000	155000	195000	205000	235000	285000	325000	345000
Genipapo.....	—	—	—	—	—	35000	45000	55000	65000	85000	95000	125000	135000	175000	185000	215000	265000	305000	325000
Candial.....	—	—	—	—	—	—	35000	45000	55000	75000	85000	115000	125000	165000	175000	215000	255000	295000	315000
Corralinho.....	—	—	—	—	—	—	—	35000	45000	65000	75000	105000	115000	155000	165000	195000	245000	285000	305000
Cruz Medrado...	—	—	—	—	—	—	—	—	35000	45000	65000	85000	105000	135000	145000	175000	215000	255000	285000
Tapera.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	35000	45000	65000	85000	105000	125000	145000	175000	215000	255000
Serra Grande...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	35000	45000	65000	85000	105000	125000	155000	195000	235000
Tanquinho.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	35000	45000	65000	85000	105000	135000	175000	215000
Lagado.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	35000	45000	65000	85000	105000	135000	175000
Lapa.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	35000	45000	65000	85000	105000	135000
Santo Antonio...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	35000	45000	65000	85000	105000
Sítio Novo.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	35000	45000	65000	85000
João Amaro....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	35000	45000	65000
Tambury.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	35000	45000
Queimadinhás..	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	35000

Os carros de quatro rodas pagarão mais 50 %.

# LINHA PRINCIPAL

## Brasilian Imperial Central Bahia Railway

Tabella das distancias kilometricas das estações

ESTAÇÕES	Cachoeirinha	Pombal	S. José	Sapé	Genipapo	Candial	Curralinho	Cruz Medrado	Tapera	Serra Grande	Tanquinho	Lagado	Lapa	Santo Antonio	Sítio Novo	João Amaro	Tambury	Queimadinhos	Rio dos Bois
S. Felix.....	3	20	27	44	53	60	67	76	83	94	104	121	131	151	164	181	215	244	253
Cachoeirinha...	—	15	22	36	48	55	62	71	78	89	99	116	126	149	159	176	210	239	248
Pombal.....	—	—	7	21	33	40	47	56	63	74	84	101	111	134	144	164	195	224	233
S. José.....	—	—	—	14	26	33	40	49	56	67	77	94	104	127	137	154	188	217	226
Sapé.....	—	—	—	—	12	19	26	35	42	53	63	80	90	113	123	140	174	203	212
Genipapo.....	—	—	—	—	—	7	14	23	30	41	51	68	78	101	111	128	162	191	200
Candial.....	—	—	—	—	—	—	7	16	23	34	44	61	71	94	104	124	155	184	193
Curralinho.....	—	—	—	—	—	—	—	9	16	27	37	54	64	87	97	114	148	177	186
Cruz Medrado..	—	—	—	—	—	—	—	—	7	18	28	45	55	78	88	105	139	168	177
Tapera.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	11	21	38	48	71	81	98	132	161	170
Serra Grande..	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10	27	37	60	70	87	121	150	159
Tanquinho.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	17	27	50	60	77	111	140	149
Lagado.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10	33	43	60	94	123	132
Lapa.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	23	33	50	84	113	122
Santo Antonio.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10	27	61	90	99
Sítio Novo.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	17	51	80	89
João Amaro....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	34	63	72
Tambury.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	29	38
Queimadinhos..	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	9

Palacio do Rio de Janeiro em 4 de Julho de 1885.—*João Ferreira de Moura.*

## DECRETO N. 9456 — DE 4 DE JULHO DE 1885

Concede permissão á « *North British and Mercantile Insurance Company* »  
para continuar a funcçãoar no Imperio.

Attendendo ao que requereu a *North British and Mercantile Insurance Company*, devidamente representada, e Conformando-me pór Minha Imperial Resolução de 20 de Junho do corrente anno, com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 9 de Maio ultimo, Hei por bem Conceder-lhe permissão para continuar a funcçãoar no Imperio com os seus novos Estatutos e mediante as clausulas que baixaram com o Decreto n. 4590 de 9 de Setembro de 1870.

João Ferreira de Moura, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 4 de Julho de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Ferreira de Moura.*

Eu Carlos João Kunhardt, traductor publico e interprete commercial juramentado da Praça do Rio de Janeiro, etc. etc.

Certifico que me foi apresentado um documento escripto em inglez, o qual a pedido da parte traduzi litteralmente para o idioma nacional e diz o seguinte, a saber :

## A

## TRADUÇÃO

Lei da Companhia *North British and Mercantile Insurance Company*, de 1882.

## CAPITULO III

Lei para regular o capital e estabelecer novos regulamentos para a administração da *North British and Mercantile Insurance Company* (19 de Junho de 1882).

Visto ter sido a *North British Insurance Company*, estabelecida como companhia de seguros contra o fogo e sobre a vida, com estatutos de associação, datados de 2 de Novembro de 1809 e de datas subseqüentes (a que nesta lei se faz referencia como

escriptura de associação de 1809) e ter sido incorporada sob o nome de *North British Insurance Company*, por carta real datada de 6 de Fevereiro de 1824.

E visto que por um contrato supplementar de associação ou escriptura de accessão ou accôrdo, datado de 4 de Maio de 1824 e de datas subsequentes, os compradores do novo capital da dita companhia incorporada tornaram-se accionistas ou membros da dita companhia incorporada.

E visto que pela lei da *North British Insurance Company* de 1860 (aqui em seguida denominada a lei de 1860) foi concedida a faculdade de estender as operações da companhia até ás Indias Orientaes e ás colonias e dependencias de sua magestade e aos paizes e Estados estrangeiros e os poderes dos directores e relativamente ao emprego dos fundos da companhia para outros fins foram modificados e ampliados.

E visto que pela lei da *North British and Mercantile Insurance Company*, de 1862 (aqui em seguida denominada a lei de 1862), as operações de uma companhia de seguros contra o fogo então recentemente estabelecida em Londres sob o nome de *Mercantile Fire Insurance Company* foram transferidas á dita companhia incorporada e a fusão das duas companhias virtualmente realizada, e o nome das companhias fusionistas mudado para o de *North British and Mercantile Insurance Company* (aqui em seguida denominada « a corporação »).

E visto que pela lei da *North British and Mercantile Insurance Company* de 1870 (aqui em seguida denominada a lei de 1870), os fundos da secção de seguros sobre a vida e a secção de seguros contra o fogo da corporação foram definidos e separados e as leis de 1860 e 1862 foram a varios respeitos emendadas.

E visto que o capital da corporação é de £ 2.000.000, divididos em 40.000 acções de £ 50 cada uma e todas as ditas acções foram emittidas e a somma de £ 12 e 10 shillings por acção foi chamada, deixando uma responsabilidade relativa a cada acção, de £ 37 e 10 shillings.

E visto que é conveniente estabelecer regras para a conversão das acções existentes em acções de um menor valor, mas sem alterar as importancias totaes realizadas e a responsabilidade restante sujeita a ser respectivamente chamada.

E visto que, attendendo aos crescentes negocios da corporação é conveniente autorizar a criação de capital adicional, e tornar effectivas as outras disposições, relativamente ao capital, nesta lei contidas.

E visto que a lei de 1862 decreta (secção 17ª) que haverão 24 directores da corporação, que formarão o conselho geral, e que 12 delles formarão a directoria de Edimburgo e 12 formarão a directoria de Londres e que a lei de 1870 estatue (secção 10ª) que o numero de cada directoria poderia ser augmentado, porém não poderá exceder a 15 e que o numero total de directores nunca excederá a trinta.

E visto que a lei de 1862 autoriza (secção 25ª) a nomeação de um gerente geral pelo conselho geral e (secção 33ª) a nomeação de

commissões pelas directorias de Edimburgo e de Londres respectivamente, porém nenhuma disposição estatue para a nomeação de uma comissão pelo conselho geral.

E visto que é conveniente autorizar um augmento no numero de directores e estabelecer novos regulamentos para a nomeação de commissões e do presidente do conselho geral e para o desempenho de certas funcções e deveres até hoje desempenhados pelo gerente e pelo gerente geral.

E visto que é tambem conveniente estabelecer novos regulamentos para o emprego dos fundos da corporação e para os votos dos accionistas e igualmente para a gerencia da corporação.

E visto como não se possam realizar estes intentos sem a autorização do parlamento :

Haja vossa magestade por bem fazer decretar e seja decretado por vossa magestade a excelsa rainha por e com o conselho e assentimento dos Lords espirituaes e temporaes e pelos commons, no presente parlamento reunidos e pela autoridade dos mesmos, o seguinte (a saber):

( i ) *Preliminar*

1. — Esta lei poderá ser citada como lei da Companhia *North British and Mercantile Insurance Company*, de 1882.

Esta lei vigorará (salvo si por outra fórma disposto) na terceira quarta-feira depois de votada, a cuja data se faz aqui em seguida referencia no principio desta lei.

2. — Nesta lei (a menos que seja incompativel com o contexto) :

A expressão « acção ou acções » significa uma ou mais acções no capital da corporação.

A expressão « accionista » significa um possuidor de uma ou mais acções e inclue os seus legaes representantes o, referindo-se a qualquer desses possuidores, as expressões propriamente applicaveis a uma pessoa têm applicação a uma corporação ou companhia.

As expressões « conselho geral », « directoria de Edimburgo » e « directoria de Londres » têm respectivamente as significações que lhes são attribuidas pela lei de 1862.

A expressão « existentes » significa existentes no começo desta lei.

A expressão « terras » inclue casas, terras, propriedades, heranças, bens hereditarios e immoveis, e bens em geral, de qualquer especie.

( ii ) *Capital*

3. — O capital existente da corporação será, no começo desta lei em virtude deste acto legislativo, dividido em 80.000 acções cada uma do valor nominal de £ 25 e duas dessas acções serão, logo que esteja em execução esta lei, substituidas por cada uma das acções existentes valor nominal de £ 50.



4.— Sobre cada acção de £ 25 do capital existente será considerada como paga a somma de £ 6 e 5 shillings.

5.— O conselho geral, como e quando julgar apropriado, recolherá os certificados, dos existentes, das acções de £ 50 e emitirá certificados das acções de £ 25, que por esta lei substituem as acções existentes, sob as condições, quanto á entrega para cancellação ou prova da perda ou destruição dos certificados de acção de £ 50, que o conselho geral em qualquer occasião determinar.

6.— Até que sejam emittidos certificados das acções de £ 25 que por esta lei substituem as acções existentes de £ 50, os certificados destas acções serão admittidos como prova da propriedade das acções substituídas.

7.— O conselho geral mandará fazer no registro de accionistas e nos outros livros e documentos da companhia as alterações que possam ser requeridas afim de levar a effeito as disposições legislativas supra.

8.— Com relação a toda e qualquer acção de £ 50 por esta lei substituídas por duas acções de £ 25, as acções de £ 25 representarão para todos os intentos e propositos essa acção de £ 50, e estarão sujeitas e obrigadas aos mesmos *fidei commissos*, poderes, disposições, declarações, accórdos, onus, hypothecas e encargos que immediatamente antes da effectividade desta lei affectarem essa acção de £ 50, de fôrma a dar effeito e não annullar ou prejudicar qualquer disposição testamentaria ou de outra natureza que a affecte.

9.— A contar do dia ou depois do dia em que tiver começo esta lei o capital da corporação será de £ 3.000.000, dividido em 120.000 acções do valor nominal de £ 25 cada uma, dous terços do qual consistem do capital existente de £ 2.000.000, e o terço restante do capital adicional de £ 1.000.000 que é por esta lei creado.

10.— Todas as acções e interesses dos accionistas na corporação, são bens pessoais e como taes transmissiveis e não são bens immoveis ou hereditarios, não obstante a acquisição e a posse pela corporação de quaesquer bens ou direitos immoveis.

11.— As diversas pessoas que na occasião forem possuidoras de acções do capital da corporação de £ 3.000.000 em virtude desta lei, são accionistas conjunctos da corporação e sujeitos aos deveres e obrigações da corporação e terão, na proporção das importancias pagas ou que do conformidade com esta lei têm de ser pagas sobre as suas acções respectivamente, direito ás vantagens e privilegios de accionistas da corporação.

12.— O conselho geral poderá emittir e distribuir as acções do capital adicional creado por esta lei (nesta lei denominadas novas acções) pelos preços e nas épocas e pela maneira e em geral sob as condições que elle possa com a sancção de uma assembléa geral dos accionistas determinar, sujeito ás condições desta lei, concernentes a essa emissão e distribuição.

13.— As condições desta lei, concernentes á emissão e distribuição de novas acções, são :

(1) Que todas as novas acções serão em primeiro lugar offerecidas aos accionistas na proporção do numero de acções por elles respectivamente possuidas, sendo essa offerta feita por aviso dirigido a cada accionista, especificando o numero de acções a que elle tiver direito e o preço (sendo o mesmo em todos os casos) pelo qual são offerecidas e limitando o prazo dentro do qual a offerta, si não fôr aceita, será considerada como rejeitada.

(2) Que no caso de todos os accionistas rejeitarem ou não responderem á offerta dentro do prazo limitado, as acções que lhes tiverem sido offerecidas (tanto quanto o permittir o numero de acções assim offerecidas e recusadas, a outras circumstancias) serão offerecidas aos accionistas que aceitaram a primeira offerta pelo mesmo preço e na mesma proporção e pela maneira acima dita.

(3) Que no caso de ficarem quaesquer acções por distribuir na segunda offerta, o conselho geral poderá dispor dessas acções pelos preços e ás pessoas que possa julgar conveniente.

(4) Que qualquer difficuldade que se suscitar a respeito da exacta proporção de acções que devam ser offerecidas a qualquer accionista ou por qualquer outra causa, será resolvida pelo conselho geral, cuja decisão será final.

14.— Até que a somma de £ 6 e 5 shillings tenha sido chamada e paga sobre cada uma das novas acções na occasião emittidas, nenhuma outra chamada será feita sobre as acções do capital existente, sobre a qual a somma de £ 6 e 5 shillings é considerada como tendo sido paga de conformidade com esta lei.

Fica, porém, entendido que nenhuma das novas acções serão distribuidas senão sob a condição que, antes da sua emissão, a somma de seis libras e cinco shillings será realizada sobre cada uma dessas novas acções.

15.— (1) O conselho geral poderá, em qualquer occasião, fazer as chamadas que elle julgar apropriadas, relativas ao dinheiro não realizado sobre as acções possuidas pelos accionistas.

(2) Deve-se dar aviso, com vinte e um dias pelo menos, de antecedencia de cada chamada, especificando a data e o lugar para o pagamento e a pessoa a quem deverá ser paga a chamada.

(3) Toda a chamada será considerada feita na época em que fôr pelo conselho tomada a deliberação de fazer-se essa chamada.

16.— (1) Si uma chamada, sobre qualquer acção, não fôr realizada na época marcada para o seu pagamento, o possuidor dessa acção na occasião pagará (excepto si o conselho geral o decidir por outra forma) juros sobre a somma não paga, á taxa de cinco por cento ao anno, a contar da época marcada para o pagamento, até áquella em que o realizar.

(2) A importancia de qualquer chamada e dos juros não pagos poderá ser cobrada pelo conselho geral judicialmente.

(3) A apresentação do registro dos accionistas será prova *prima facie* de ser o autor ou o réo em qualquer processo para cobrança, como acima dito, accionista e do numero e da importancia das suas acções.

17.—(1) O conselho geral poderá em qualquer occasião emquanto uma chamada ou qualquer parte della estiver por pagar depois da época marcada para o pagamento, enviar aviso do accionista reclamando o pagamento da chamada ou da parte não paga, com quaesquer juros accrescidos e todas as despesas em que a companhia incorrer em razão de sua falta de pagamento e marcando um dia, nunca menos de 14 dias depois de enviado o aviso, e um local para esse pagamento e declarando para esse fim que no caso de falta de pagamento a acção será passivel de ser declarada em commisso.

(2) No caso dessa falta de pagamento a acção poderá ser declarada em commisso por deliberação do conselho geral.

18.—Esse commisso envolverá, relativamente ao accionista em relação á acção, a extinção de todo o interesse na corporação e de quaesquer pretensões contra a corporação e de quaesquer outros direitos incidentes á acção, excepto o direito a qualquer dividendo previamente declarado sobre ella.

19.—(1) Uma acção assim cahida em commisso torna-se propriedade da corporação e o conselho geral logo que fór razoavelmente exequível vendel-a-ha em hasta publica ou por contrato particular, conforme julgar mais favoravel aos interesses da corporação.

(2) O conselho geral poderá a todo o tempo, antes de se ter vendido a acção ou della ter disposto por outra forma, annullar o commisso sob as condições que o conselho geral julgar apropriado.

(3) Si o producto de uma acção assim cahida em commisso e vendida exceder ao sufficiente para o pagamento de todas as chamadas, juros e despesas devidas sobre ella, o excesso será entregue ao primitivo possuidor da acção.

(4) Si o dito producto fór insufficiente, o primitivo possuidor continuará responsavel para com a corporação pelo saldo das chamadas, juros, e despesas devidas na época do commisso, porém o conselho geral poderá entrar em accordo com elle e dispensar o pagamento, ou qualquer parte dello, si assim o julgar apropriado.

20.—(1) Um certificado por escripto, assignado por dous directores, declarando que uma acção cahiu em commisso na época nelle designada, é prova conclusiva dos factos nelle especificados contra todas as pessoas que poderiam ter direito á acção si não tivesse tido lugar o commisso, e esse certificado e o recibo da corporação do preço da acção constituirão um bom titulo da acção.

(2) A corporação entregará ao comprador da acção cahida em commisso um certificado da acção a ella relativo e desde então esse comprador tornar-se-ha o possuidor da acção, exonerado de todas as chamadas devidas antes da compra, e não será obrigado a olhar pela applicação do dinheiro da compra, nem será o seu titulo affectado por qualquer irregularidade nos actos relativos á venda.

21.—A directoria de Edimburgo ou a directoria de Londres poderão recusar-se a registrar no livro de transferencias o nome de

qualquer pessoa como transferido de qualquer acção ou acções ( que não estejam de tolo realizadas ) que essas directorias possam, na sua absoluta discrição, julgar incompetente para accionista.

22.— Salvo si por outra fôrma disposta por esta lei, as disposições não revogadas da lei de 1860 relativas ao capital e ás acções terão applicação ao capital e ás acções da corporação a que se refere esta lei.

### (iii) *Directores*

23.— Sujeito a augmento, como aqui em seguida mencionado, o numero de directores da corporação será de 30.

24.— Sujeitos a augmento, como aqui em seguida mencionado, 15 dos directores e os seus respectivos successores constituirão a directoria de Edimburgo e 15 dos directores e seus respectivos successores constituirão a directoria de Londres. O numero total de directores na occasião constituirá o conselho geral.

25.— Nenhuma pessoa será competente para o cargo de director, não possuindo pelo menos 80 acções, cada uma do valor nominal de £ 25.

26.— O numero de directores da corporação poderá ser augmentado pela eleição na fôrma disposta nesta lei, de directores supplentes, quer da directoria de Edimburgo quer da directoria de Londres, porém de fôrma que os membros da directoria de Edimburgo e da directoria de Londres respectivamente nunca excedam a 18, e o numero total de directores nunca excederá a 36.

27.— As directorias de Edimburgo e de Londres poderão respectivamente em qualquer época e de tempos a tempos eleger tres ou um menor numero de accionistas, devidamente qualificados, para directores supplentes das suas directorias respectivas, mas de fôrma que o numero de cada directoria nunca exceda a 18, e os nomes das pessoas eleitas pela directoria de Edimburgo serão inscriptos pela ordem da sua eleição no principio da lista daquella directoria, e os nomes das pessoas eleitas pela directoria de Londres serão inscriptos pela ordem da sua eleição no principio da lista daquella directoria, e os directores supplentes ( si os houver ) assim eleitos serão os primeiros que terão de se retirar do cargo nessa ordem.

28.— Salvo quando por outra fôrma disposta por esta lei, as directorias de Edimburgo e de Londres e o conselho geral constituido de conformidade com esta lei, terão os mesmos poderes e deveres e estarão sujeitos ás mesmas disposições e regulamentos relativamente a *quorum*, procedimento, retirada pelo turno, competencia para reeleição e preenchimento de vagas casuaes e a todos os outros respeitoes que têm as directorias de Edimburgo e de Londres e o conselho geral, creados pela lei de 1862 e a que estão sujeitos em virtude daquella lei.

29.— Os actos da directoria de Edimburgo ou da directoria de Londres ou do conselho geral não serão invalidados pela razão de

não terem sido eleitos os directores supplentes, pela maneira acima dita, nem pela razão de qualquer vaga em qualquer das ditas directorias não ter sido preenchida, embora o numero de qualquer das ditas directorias ou do conselho geral ache-se por isso temporariamente reduzido a numero inferior ao prescripto ou autorizado por esta lei, porém os actos dos directores sobreviventes ou que continuarem serão válidos a todos os respeito, contanto que o devido *quorum* se ache presente.

30.— A remuneração dos directores em cada anno, a menos e até que uma assemblea geral o determine por outra forma, será na razão de 300 libras para cada director e a somma total assim calculada será dividida entre os directores de cada anno, nas proporções que o conselho geral possa determinar.

Fica, porém, entendido que na contagem do numero dos directores para os fins deste artigo, o presidente, na occasião, do conselho geral não será incluído.

31.— Haverá, pelo menos, uma reunião do conselho geral em cada semestre (denominadas reuniões obrigadas) e o conselho geral poderá fixar as épocas e os logares dessas reuniões e das suas outras reuniões, conforme possa em qualquer occasião julgar conveniente.

32.— (1) O conselho geral poderá nomear annualmente uma commissão denominada commissão do conselho geral, consistindo de igual numero (em caso algum excedente a quatro) de membros da directoria de Edimburgo e da directoria de Londres respectivamente.

(2) Os deveres da commissão do conselho geral são: discutir com o presidente do conselho geral, relativamente aos negocios e operações da corporação, e dar cumprimento aos encargos que possam ser-lhe delegados pelo conselho geral.

(3) O presidente do conselho geral será *ex officio* membro da commissão do conselho geral, e achando-se presente assumirá a presidencia nas suas reuniões, mas não será incluído na contagem do numero dos membros da commissão do conselho geral, de conformidade com as disposições supra desta lei.

(4) A reunião da commissão do conselho geral poderá ser convocada em qualquer época pelo presidente do conselho geral, o qual deverá convocar-a dentro de 14 dias depois do recebimento de qualquer requerimento por escripto nesse sentido, de dous dos seus membros.

(5) Si o presidente do conselho geral não se achar presente a alguma sessão da commissão do conselho geral, os membros presentes poderão escolher um presidente que terá um voto deliberativo, bem como um voto de desempate.

(6) No caso de qualquer membro não poder comparecer a alguma reunião da commissão do conselho geral, a directoria de Edimburgo e a directoria de Londres, conforme o caso se der, poderão deputar um dos seus membros para supprir o seu logar nessa reunião.

(7) A primeira commissão do conselho geral poderá, de conformidade com esta lei, ser nomeada em qualquer época dentro de seis mezes, depois de começar a vigorar esta lei.

*(iv) Presidente do conselho geral — Gerente geral*

33.— O presidente do conselho geral (quer seja membro da directoria de Edimburgo ou da de Londres na época da sua eleição para presidente) será considerado, enquanto occupar o lugar, como sendo membro de ambas as directorias e de todas as comissões nomeadas pelo conselho geral ou por qualquer das directorias, e terá um voto deliberativo em todas as sessões das directorias e comissões, ás quizes estiver presente e, quando occupar a presidencia, terá mais um voto de desempate. Na contagem, porém, do numero actual dos membros de cada directoria e para qua squer fins relativos ao turno dos membros, o presidente do conselho será considerado membro tão unicamente da directoria da qual fôr membro na occasião da sua eleição para essa presidencia.

34.— O conselho geral poderá em qualquer occasião delegar no seu presidente os poderes e as funcções (não sendo poderes ou funcções que os estatutos exijam que sejam exercidos unicamente pelo conselho geral) que o conselho geral possa julgar apropriado.

35.— O presidente do conselho geral receberá como tal uma somma annual não excedendo a mil libras, ou uma quantia maior, conforme o conselho geral possa em qualquer occasião (com a sancção de uma assemblea geral) determinar, e enquanto exercer o cargo do presidente não poderá receber outros quaesquer emolumentos ou remuneração como director.

36.— O conselho geral nomeará em qualquer occasião e poderá em qualquer occasião remover, um official da corporação, que será denominado «o registrador» e que residirá em Edimburgo e desempenhará as funcções e os deveres impostos ao «gerente», secretario ou escriptuario da corporação pela lei de 1860 (secções sete, nove, dezo, quatorze e trinta e nove) e ao «gerente geral» pela lei de 1862 (secções vinte e sete e trinta e cinco).

37.— Causa alguma nesta lei será tomada como cerceando ou afftando os poderes do conselho geral de nomear um gerente geral, si assim o julgar conveniente ou a capacidade de qualquer pessoa assim nomeada para exercer e cumprir esses deveres e funcções que possam ser-lhe delegadas pelo conselho.

38.— Todas as vezes que nas leis de 1860, 1862 ou 1870 é empregada a expressão «secretario da corporação» ou «secretario», essa expressão (expressão, nos casos mencionados na secção 36 desta lei) será considerada como incluindo os secretarios das directorias de Edimburgo e Londres respectivamente, e os documentos assignados e as cousas feitas por qualquer desses secretarios serão nessa conformidade válidas.

*(v) Votos dos accionistas*

39.— Nas assembleas geraes da corporação os accionistas votarão de conformidade com a seguinte escala, isto é, cada accionista terá:  
Um voto por cada acção até 10, e

Um voto adicional por cada cinco acções a maior das primeiras 10 acções até 100, e

Um voto adicional por cada 10 acções a maior das primeiras 100 acções.

40.— Os votos nas assembléas geraes poderão ser dados quer pessoalmente quer por procuração.

41.— (1) Os procuradores serão nomeados por instrumento por escripto nesta lei denominada « titulo de procuração » assignado pelo outorgante, ou, si o outorgante fór uma corporação, sellado com o seu sello commum.

(2) O titulo de procuração poderá ser segundo a formula constante do primeiro appendice a esta lei ou de identico effeito.

(3) Nenhuma pessoa poderá ser nomeada procurador, não sendo accionista e qualifica lo para votar.

(4) O titulo de procuração poderá ser entregue no escriptorio da corporação em Edimburgo ou em Londres, quarenta e oito horas pelo menos antes da hora marcada para a reunião em que tiver de servir.

(5) Um voto dado de accôrdo com os termos do titulo de procuração será válido, embora tenha tido logar préviamente a morte do outorgante ou a revogação do titulo de procuração ou a transferencia de qualquer acção em relação á qual o voto fór dado, e mtanto que nenhuma participação, por escripto, da morte, da revogação, ou da transferencia authenticada, á satisfação da corporação, tenha sido recebida no escriptorio da corporação em Edimburgo ou em Londres antes da reunião.

#### *(vi) Emprego de fundos*

42.— Os fundos da corporação que não forem precisos para satisfazer os immediatos encargos e despezas da corporação, poderão ser empregados pela directoria de Edimburgo e pela directoria de Londres respectivamente, quer no nome da corporação ou dos fiduciarios, que serão nomeados por qualquer das directorias por conta da corporação:

(1) Na compra de quaesquer terras ou interesse em terras no Reino Unido que os directores possam considerar conveniente adquirir no intuito de habilital-os a realizar e obterem o reembolso de quaesquer dinheiros emprestados, sob a garantia dessas terras ou parte dellas ou interesse nellas.

Fica entendido que os directores não conservarão como emprego permanente qualquer dessas terras ou interesses nellas, mas procederão á sua realização na ópoca ou nas épocas e pela maneira que possam considerar mais vantajosa para a corporação e que os directores não conservarão essas terras ou interesses em terras por um prazo superior a dez annos da data da compra. Fica tambem entendido que, si tal venda fór demorada além desse periodo de dez annos, as terras ou os interesses nas terras assim compradas serão então confiscados em proveito de Sua Magestade, seus herdeiros ou successores de direito á corôa.

(2) Na compra de feudos, foros, alugueis ou quaesquer especies de renda ou rendimento provenientes ou applicados a terras no Reino Unido.

(3) Na compra ou no emprestimo de dinheiro sob a garantia de apolices sobre a vida, da corporação ou de quaesquer outras companhias de seguros sobre a vida estabelecidas no Reino Unido.

(4) Em emprestimos de dinheiro sob garantia pessoal com a garantia conjuncta ou separada, consenso ou responsabilidade de qualquer pessoa, e nunca menos de duas garantias ou co-responsaveis cuja responsabilidade satisfizer as directorias de Edimburgo e de Londres respectivamente.

(5) Na compra ou sob a garantia de qualquer dos titulos do parlamento ou fundos publicos do Reino Unido.

(6) Com garantia ou sob hypotheca de terras ou de quaesquer bens de raiz ou interesses territoriaes no Reino Unido.

(7) Em obrigações hypothecarias ou com garantias, das taxas, direitos ou impostos de qualquer municipalidade, parochia, districto ou logar no Reino Unido, ou com qualquer garantia, na qual qualquer autoridade local, corporação, commissarios ou outro corpo publico no Reino Unido possa por qualquer lei especial ou geral do parlamento estar autorizado a contrahir emprestimos ou levantar dinheiro.

(8) Em ou sobre *debentures*, titulos de prelação, hypothecas, ou outros titulos de qualquer corporação ou corporação publica, municipal ou outra qualquer, no Reino Unido, ou em ou sobre *debentures*, titulos de prelação, hypothecas ou outras garantias ou titulos de prelação ou acções preferenciaes de qualquer companhia incorporada na occasião, pagando dividendos sobre o seu fundo or linario ou acções.

(9) Na compra, na India ou em qualquer colonia, ou dependencia do Reino Unido, ou em qualquer paiz estrangeiro, de apolices sobre a vida da corporação ou de qualquer outra companhia de seguros sobre a vida ou em emprestimos sob a garantia de quaesquer dessas apolices com poderes á directoria de Edimburgo e á directoria de Londres, respectivamente para em qualquer occasião variarem e trocarem qualquer dos titulos, fundos, acções, garantias e empregos de capitais acima mencionados, para ou por outros aqui anteriormente mencionados.

43.— Tanto quanto, no entender da directoria de Edimburgo ou da directoria de Londres respectivamente, possa ser necessario ou conveniente para habilitar a corporação a fazer negocios na India ou em qualquer colonia ou dependencia do Reino Unido, ou em qualquer paiz ou estado estrangeiro no qual qualquer agencia ou ramo de corporação esteja ou possa ser estabelecido ou funcionar, a directoria de Edimburgo e a directoria de Londres, respectivamente, poderá em qualquer occasião empregar os fundos da corporação quer no nome da corporação, quer no dos fiduciarios, que deverão ser nomeados por qualquer das directorias por conta da corporação :

Em titulos, fundos ou garantias publicas, do governo ou municipaes da India ou de qualquer colonia ou dependencia como acima dito, ou de outro qualquer paiz ou Estado como acima dito.



Em ou sobre *hypotheras*, *debentures* ou títulos de qualquer corporação ou companhia na India ou em outra qualquer colonia ou dependencia como acima dito, ou em outro qualquer paiz ou Estado estrangeiro como acima dito.

Na compra ou sob a garantia de terras ou de qualquer interesse em terras ou outros bens de raiz na India ou em outra qualquer colonia ou dependencia como acima dito, ou em outro qualquer paiz ou Estado estrangeiro como acima dito.

Com poderes á directoria de Edimburgo e á directoria de Londres, respectivamente, para, em qualquer occasião, variarem e disporem de qualquer desses empregos e garantias.

41. — O conselho geral poderá, em qualquer occasião, após deliberação tomada nesse sentido, autorizar a directoria de Edimburgo e a directoria de Londres, respectivamente, para empregar os fundos da corporação em qualquer classe especial ou classes especiaes dos empregos e títulos mencionados no ultimo artigo supra, quer em geral quer até á importancia e sujeito ás restricções que possam ser prescriptas nessa deliberação, e nessa conformidade a directoria de Edimburgo e a directoria de Londres, respectivamente, poderão, (sujeito ao disposto em qualquer dessas deliberações) collocar e empregar os fundos da corporação em qualquer das classes dos empregos ou títulos pelo conselho autorizados, com poderes para, em qualquer occasião, variar e dispor de quaesquer desses empregos ou títulos.

45. — A directoria de Edimburgo e a directoria de Londres respectivamente, poderão, em qualquer occasião, conservar ou pôr de parte as quantias que julgarem apropriadas para acompanhar os negocios correntes da corporação e as depositarão nos bancos ou casas bancarias que elles escolherem, em contas correntes ou de deposito, no nome ou para utilidade da corporação e para as applicar pela maneira que as respectivas directorias possam entender.

#### (vii) *Assignatura de documento*

46. — Todos os títulos de bens moveis e immoveis e outras escripturas e documentos formaes de qualquer natureza (não sendo apolices de seguro e documentos que possa haver necessidade de serem assignados pelo registrador nomeado de conformidade com o art. 36 desta lei) serão sellados com o sello da corporação e assignados por um dos directores e por um dos gerentes ou secretarios, tanto da directoria de Edimburgo como da directoria de Londres.

Fica entendido que um recibo, passalo em qualquer documento ou instrumento, de dinheiro, declarando nesse documento ou instrumento ter sido pago á corporação, será válido e efficaz quando assignado por um dos ditos gerentes ou secretarios.

Fica mais entendido que a corporação será obrigada e terá por dever salvar os directores gerentes e secretarios que, por essa forma, assignarem taes documentos, de toda e qualquer responsabilidade que lhes provenha dessa assignatura.

## (viii) Avisos

47.— A corporação poderá dar os avisos aos accionistas cujo endereço, pelos livros da corporação, se encontrar ser no Reino Unido, quer pessoalmente quer enviando-lh'os pelo Correio em carta franqueada com direcção ao seu endereço.

48.— (1) O accionista cujo lugar de endereço não fôr no Reino Unido, poderá em qualquer occasião indicar por escripto á corporação um lugar no Reino Unido para servir de endereço para os avisos.

(2) Os avisos poderão ser-lhe dados pela corporação, enviando-lh'os pelo Correio em carta franqueada, a esse endereço.

(3) Todo o accionista que, na occasião, não tiver indicado, como fica dito, um endereço para receber os avisos, será considerado como tendo desistido dos avisos.

49.— Um aviso enviado pelo Correio é considerado como tendo sido dado na occasião em que a carta contendo-o devera ser entregue no seu curso ordinario, e para provar o ter sido dado o aviso será sufficiente provar que a carta que o continha fôra convenientemente endereçada e lançada ao Correio.

*(ix) Disposições transitórias e diversas, e revogações*

50.— Causa alguma nesta lei affectará a continuação no seu cargo dos directores que, ao ella entrar em vigor, se acharem em exercicio como membros das directorias de Edimburgo e de Londres respectivamente, ou a sua retirada pelo turno, salvo quando a sua retirada fôr adiada pela eleição de maior numero de directores, de conformidade com esta lei.

51.— A commissão do conselho geral em exercicio, ao ter começo esta lei, será considerada como tendo sido nomeada sob a autoridade desta lei e continuará no exercicio destes poderes e deveres até á nomeação dos seus successores, de conformidade com esta lei.

52.— A corporação poderá continuar a possuir todas as terras, propriedades e bens no Reino Unido ou em outra qualquer parte, que tiverem sido até ao presente compradas pela corporação ou por qualquer pessoa ou pessoas por conta da corporação com applicação para escriptorios e dependencias de negocio, e a corporação poderá igualmente, em qualquer occasião futura, comprar e possuir para identicos fins quaesquer terras, propriedades e bens de qualquer natureza no Reino Unido, na India ou em qualquer colonia ou dependencia do Reino Unido ou em qualquer paiz estrangeiro, e poderá em qualquer occasião vender, arrendar, trocar ou por outra fórma dispor de quaesquer terras, propriedades e bens comprados como acima dito ou qualquer parte delles, nos termos e condições que julgar conveniente.

53.— O acto da associação de 1809, e a escriptura de accessão de 1824, o decreto real, a lei de 1860, a lei de 1862 e a lei de 1870, respectivamente, tanto quanto respectivamente se achavam immediatamente antes de ter principio esta lei, em vigor, e excepto

tão sómente tanto quanto quaesquer dos artigos, clausulas ou disposições das mesmas respectivamente foram revogadas, alteradas, contrarias ou inconsistentes com quaesquer das disposições desta lei, continuarão respectivamente em inteiro vigor e effeito.

54. — Causa alguma nesta lei eximirá a corporação das disposições de qualquer lei geral votada durante o presente em qualquer futura sessão do parlamento, referentes as companhias de seguros organizadas anteriormente á sua decretação.

55. — O artigo vigesimo quinto ( poderes para empregar capitães ) da escriptura da associação de 1809 fica pelo presente revogado, as leis de 1860, 1862 e 1870 são pelo presente revogadas até ao ponto especificado na segunda columna do segundo appendice desta lei.

Estas revogações, porém, não affectarão causa alguma feita ou consentida, nem qualquer direito alcançado ou responsabilidade assumida em virtude de quaesquer disposições ou decretos pela presente lei revogados, nem affectarão o proseguimento de qualquer acção ou processo pendente ao ter principio esta lei.

56. — Os gastos e despezas preliminares e incidentes ao preparo, obtenção e promulgação desta lei serão pagos pela corporação.

#### Appendices a que se faz referencia na lei supra

##### *Primeiro appendice*

( Formula do titulo de procuração. )

« Eu....., accionista da *North British and Mercantile Insurance Company*, pelo presente nomeio A B. de.....e, na sua falta C D, de.....ou na sua falta E F, de..... ( sendo todos elles accionistas qualificados para votarem ) meu procurador, para votar na assembléa geral semestral ( ou especial ) da corporação que deverá ter logar no dia....de 18 ....ou em qualquer dos seus adiamentos.

« Em testemunho do que o assigno aos.....de 18....( assignado). ....»

##### *Segundo appendice*

( Disposições revogadas. )

Titulo da lei. Alcance da revogação.

Lei de 1860 da *The North Insurance Company* ( 23 e 24..... Vict. C. CXV ) á qual acima se faz referencia como « lei de 1860 ».

Art. 6.

As palavras « de Edimburgo » nos arts. 7º e 8º e a palavra « geral », no art. 7.º

Art. 10.

Art. 11.

Art. 16, desde o principio do artigo até « fica entendido » ( inclusive ).

Lei de 1862, da *North British and Mercantile Insurance Company* (25 e 26 Vict. C. CII) á qual acima se faz referencia como lei de 1862.

Lei de 1870, da *North British and Mercantile Insurance Company* (33 Vict. C. XXI) á qual acima se faz referencia como lei de 1860.

Art. 17.

Art. 18, desde o principio do artigo até « nunca serão menos de 8, e » (inclusive).

Arts. 19 a 21 (inclusive).

Art. 24.

Art. 28.

Art. 31, e

Art. 43, desde « e será competente » até ao fim do artigo.

Arts. 5º até 20, ambos inclusive.

Art. 26.

Art. 29.

Art. 34.

Art. 36.

Art. 7.º

Arts. 10 a 14, ambos inclusive.

Art. 17.

Eu, Douglas John Newton, notario publico com real autorização, devidamente admittido o juramentado, em exercicio em Londres, pelo presente certifico a todos quantos possa interessar, que o documento impresso, aqui junto, marcado « A » e paginado de 1 a 16 inclusive, é uma cópia da lei do parlamento da Grã-Bretanha, votado em dezanove de Junho de mil oitocentos oitenta e dous, intitulada « Lei de mil oitocentos oitenta e dous, da *The North British and Mercantile Insurance Company*. »

E que o dito documento foi impresso pelos impressores da rainha em Londres e é, de conformidade com a lei da Inglaterra, *ipso facto*, uma cópia certificada da lei do parlamento supra mencionada. E que a mesma deverá ser aceita como tal em qualquer jurisdicção na Grã-Bretanha e Irlanda, sem outra prova da sua authenticidade.

Do que sendo-me pedido eu o dito notario passei o presente que assignei com a minha firma notarial e sellei com o meu sello official, para servir e valer segundo as occasiões o exijam.

Feito e passado em Londres no dia 3 de Abril de mil oitocentos oitenta e tres.

*In testimonium veritatis.*— Douglas J. Newton, notario publico.

(Estava o sello do notario.)

Reconheço verdadeira a assignatura retro de Douglas John Newton, tabellião publico desta cidade, e para constar onde convier, a pedido do mesmo passei o presente que assignei e fiz sellar

com o sello das Imperiaes Armas deste Consulado Geral do Imperio do Brazil em Londres, aos 4 de Abril de 1883.— (Assignado) *J. L. C. de Salles*, Consul Geral.

(Estava o sello do Consulado do Brazil em Londres.)

Reconheço verdadeira a assignatura supra do Sr. *J. L. C. de Salles*, Consul Geral do Brazil em Londres.

Ministerio dos Negocios Estrangeiros.— Rio, 3 de Novembro de 1883.— O Director Geral, (assignado) *Barão de Cabo Frio*.

(Estavam tres estampilhas no valor de 2\$300.)

Nada mais continha ou declarava o dito documento, que bem o fielmente traduzi do proprio original escripto em inglez, ao qual me reporto.

Em fé do que passei o presente que assignei e sellei com o sello do meu officio, nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 6 de Novembro de 1883.

*Carlos João Kunhardt*, traductor publico e interprete commercial juramentado.



#### DECRETO N. 9157 — DE 11 DE JULHO DE 1885

Autoriza a incorporação e approva os Estatutos de uma Sociedade anonyma denominada Banco de Credito Real de Pernambuco.

Attendendo ao que Me requerou José da Silva Loyo Junior e outros, e Tendo ouvido a Secção de Fazenda do Conselho de Estado, Hei por bem, de conformidade com a Minha Imperial Resolução de 4 do corrente mez, Conceder-lhes autorização para incorporarem na Provincia de Pernambuco, em substituição do Banco Commercial e Agricola da mesma Provincia, uma Sociedade anonyma com o titulo de Banco de Credito Real de Pernambuco, a qual se regerá pelos Estatutos que a este acompanham.

José Antonio Saraiva, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 11 de Julho de 1885, 64º da Independencia o do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Antonio Saraiva.*

## Estatutos do Banco de Credito Real de Pernambuco

### CAPITULO I

#### DA CONSTITUIÇÃO, FINS E DURAÇÃO DO BANCO

Art. 1.º Fica instituída na cidade do Recife, capital da Província de Pernambuco, uma sociedade anonyma sob a denominação de Banco de Credito Real de Pernambuco.

Art. 2.º Os seus fins são:

Paragrapho unico. Fazer emprestimos sob garantia de hypotheca de bens immoveis, ruraes e urbanos, de accôrdo com as disposições do art. 13 da Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864, e Decreto n. 3471 de 3 de Junho de 1865.

Art. 3.º O prazo da duração do Banco é de 40 annos, contados da data da approvação destes estatutos pelo Governo Geral. Findo esse prazo, entrará o Banco em liquidção, salvo si fôr prorogado por deliberação da assembléa geral dos accionistas, approvada pelo poder competente.

Art. 4.º O capital do Banco é de 500:000\$, dividido em acções de 200\$ cada uma.

Art. 5.º As entradas se effectuarão pela fôrma seguinte :

Paragrapho unico. Dez por cento do valor nominal de cada acção logo que pelo Governo Geral fôr autorizada a sua incorporação.

As outras entradas serão feitas á medida do desenvolvimento dos emprestimos hypothecarios, de maneira que o capital realizado nunca seja inferior á decima parte do valor nominal das letras hypothecarias que o Banco emitir, em virtude de taes emprestimos. (Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864, art. 13 § 6.º)

Art. 6.º As entradas, de que trata o artigo anterior, serão precedidas de annuncios publicos com antecedencia de 15 dias nos jornaes de maior circulação da cidade do Recife.

Art. 7.º Julgar-se-ha caduca a autorização do Governo Geral para a incorporação do Banco, si dentro de seis mezes da data da approvação destes estatutos:

1.º Não estiver concluída a distribuição das acções representativas do capital social;

2.º Não estiver feita a primeira entrada do valor nominal de cada acção;

3.º Não houver o Banco começado as suas operações.

Art. 8.º O anno financeiro do Banco será o civil, contado de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro.

## CAPITULO II

## DOS ACCIONISTAS E DAS ACÇÕES

## TITULO I

*Dos accionistas*

Art. 9.º Será considerado accionista do Banco todo aquelle que possuir uma ou mais de uma de suas acções, quer como primeiro possuidor, quer como cessionario.

Art. 10. O accionista só responde pelo valor das acções que possui, as quaes podem ser transferidas de conformidade com os presentes estatutos e a legislação em vigor.

Art. 11. O accionista é obrigado a realizar as entradas até ao valor nominal das acções nas épocas determinadas pela administração, de conformidade com os arts. 5.º e 6.º dos presentes estatutos.

Art. 12. O accionista impontual perderá em beneficio do Banco todas as entradas anteriores, si não realizar as entradas em atraso, dentro do prazo de 90 dias, com a multa de 20 % sobre o seu valor.

Art. 13. O accionista que possuir cinco ou mais acções tem o direito de votar e ser votado, contando-se um voto por cada cinco acções. Por maior, porém, que seja o numero de acções que possuir, nenhum accionista poderá ter mais de 20 votos. Aquelle que possuir menos de cinco acções poderá assistir ás reuniões da assembléa geral e discutir o objecto sujeito á deliberação, mas não poderá votar, nem ser votado para cargo algum de eleição.

Art. 14. Si o accionista fór firma social ou corporação só um dos seus representantes poderá votar, guardadas as disposições do artigo anterior.

Art. 15. O accionista pôde ser representado por procuração com poderes especiaes, contanto que estes não sejam conferidos a administradores ou a fiscaes do Banco.

## TITULO II

*Das acções*

Art. 16. As acções são indivisiveis e o Banco não reconhece accionista de menos de uma acção, registrada no livro competente.

Art. 17. As acções até ao seu integral pagamento serão nominativas. Completo este, poderão ser convertidas em acções ad portatorem, guardadas as disposições do art. 10 do Decreto n. 8321 de 30 de Dezembro de 1882.

Art. 18. As acções não são negociaveis senão depois de realizada, pelo menos, a quinta parte do seu valor nominal.

Art. 19. A transferencia das acções se opera por termo lavrado no livro de registro, assignado pelo cedente e pelo cessionario, ou por seus legitimos procuradores com poderes bastantes. No caso de transmissão das acções a titulo de legado, de successão universal, ou por virtude de arrematação ou adjudicação, o termo de transferencia para o nome do legatario, herdeiro, ou credor adjudicatario, não poderá ser lavrado senão á vista do alvará do juiz competente do formal de partilha ou do carta de arrematação.

Art. 20. As acções que cahirem em commissa, art. 11, serão consideradas nullas de pleno direito, e substituidas immediatamente por outras, de igual numeração, que serão emitidas pela administração, segundo o modo que julgar conveniente. A administração publicará pelos jornaes os numeros das acções substituidas.

Art. 21. As acções serão assignadas pela administração, e devem ter, além dos requisitos do art. 16 do Decreto n. 8821, o sello do Banco.

### CAPITULO III

#### DAS OPERAÇÕES DO BANCO

Art. 22. A circumscripção territorial do Banco limita-se á Provincia de Pernambuco.

Art. 23. As operações ou são fundamentaes ou accidentaes.

§ 1.º São operações fundamentaes :

I. Fazer empréstimos de quantia não inferior a 5:000\$, sobre hypotheca de bens immoveis, a longos prazos, com amortização por annuidades.

II. Emitir e negociar letras hypothecarias provenientes dos mesmos empréstimos.

§ 2.º São operações accidentaes :

I. Fazer empréstimos não menores de 1:000\$, sobre hypotheca, a curto prazo, com ou sem amortização.

II. Receber depositos em conta corrente com ou sem juros.

Art. 24. Os empréstimos a longos prazos serão feitos em letras hypothecarias ao par.

Art. 25. Os empréstimos sobre hypothecas a longos prazos não serão contrahidos por tempo menor de 10 annos, nem maior de 30, e só poderão ser feitos sobre primeira hypotheca constituida, cedida ou subrogada, conforme a Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1861 e Decreto n. 3471 de 3 de Junho de 1865.

Paraphrasso unico. Consideram-se como feitos sobre primeira hypotheca os empréstimos destinados ao pagamento do hypothecas anteriormente inscriptas ou registradas, quando o Banco venha a ficar por esse empréstimo em primeiro logar e sem concorrência. Neste caso o Banco conservará em seu poder a quantia necessaria para operar a subrogação.



Art. 26. Sómente podem ser objecto de hypotheca para os empréstimos, a longo prazo, os immoveis que tenham rendimento certo e constante.

São excluidos :

I. Os theatros.

II. As minas e pedreiras.

III. Os immoveis indivisos ou communs na sua totalidade a diversos proprietarios, excepto com o consentimento de todos estes.

IV. Os immoveis cujo usufructo se achar separado do direito de propriedade, salvo dando-se o consentimento do usufructuario.

Art. 27. Os empréstimos hypothecarios não poderão exceder a metade do valor dos immoveis ruraes, e a tres quartos dos urbanos.

Art. 28. Os empréstimos sobre hypothecas a longo prazo serão reembolsados por meio de annuidades, calculadas de modo a amortizarem o capital mutuado ; os juros e a commissão, no prazo estipulado para o pagamento dos mesmos empréstimos.

Art. 29. Os empréstimos a longo prazo, seja qual fôr a época do contrato, ficam sujeitos aos vencimentos semestraes previamente fixados pelo Banco.

Paragrapho unico. No acto do empréstimo o Banco receberá do mutuario, ou deduzirá do capital mutuado, a annuidade respectiva ao tempo que deve decorrer desde a data do contrato até ao fim do semestre em que o mesmo contrato se fizer. (Art. 24 do Decreto n. 3471 de 3 de Junho de 1865.)

Art. 30. A annuidade comprehenderá os juros estipulados, a amortização do capital e a commissão da administração.

§ 1.º A taxa dos juros não excederá de 9 % ao anno.

§ 2.º A amortização será calculada sobre os juros e a duração do empréstimo.

§ 3.º A commissão de administração é fixada em 1 % ao anno.

Art. 31. O Banco publicará as suas tabellas de annuidades, calculadas de modo a poderem os interessados verificar facilmente e em qualquer tempo qual a somma amortizada e por amortizar, bem como as parcelas dos juros, amortização do capital e commissão de que se compõe cada annuidade.

Art. 32. As annuidades serão pagas em moeda corrente, metade em cada semestre nas datas fixadas pela administração do Banco, de modo que se effectuem, pelo menos, 30 dias antes daquelle que fôr marcado para o pagamento semestral dos juros das letras hypothecarias.

Art. 33. Si não fôr paga em devido tempo a prestação semestral relativa á annuidade, o mutuario pagará ao Banco os juros de 1 % ao mez pela móra. Vencerão igualmente os mesmos juros todas as despesas com a cobrança dos creditos hypothecarios, a contar do dia em que ellas forem feitas.

Art. 34. A falta de pontual pagamento de qualquer annuidade dá ao Banco o direito de exigir do mutuario o pagamento immediato da totalidade da divida. Querendo o Banco usar desse

direito, avisará o interessado para effectuar o pagamento dentro do prazo de 30 dias, a contar da data do aviso.

Não convindo ao Banco a excussão do immovel hypothecado, poderá requerer o sequestro do mesmo para pagar-se pelas suas rendas, ou pelo deposito em poder do devedor, ou pela antichrese. (Arts. 70 e 71 §§ 1.º e 2.º do Decreto n. 3471 de 3 de Junho de 1865.)

Art. 35. Os empréstimos hypothecarios a longo prazo podem ser pagos antecipadamente pelos mutuarios, no todo ou em parte, em moeda corrente, ou em letras hypothecarias, as quaes lhes serão recebidas ao par.

§ 1.º Si o pagamento antecipado fôr parcial, o resto da divida será reembolsado nos prazos do contrato, por meio de annuidades proporcionalmente reduzidas.

§ 2.º Si o pagamento antecipado for em letras hypothecarias, o Banco receberá do mutuario uma indemnização de 1 % sobre o capital reembolsado.

Art. 36. As letras hypothecarias dadas ao Banco pelo mutuario, por occasião dos pagamentos antecipados, serão retiradas da circulação; e, quando taes pagamentos forem feitos em moeda corrente, será a respectiva importancia applicada a retirar da circulação e a amortizar letras hypothecarias.

Art. 37. A divida se tornará exigivel, e o Banco terá o direito á indemnização de 1 %:

§ 1.º Si o mutuario não communicar ao Banco, dentro do prazo de um mez, a alienação total ou parcial que tenha feito dos immoveis hypothecados.

§ 2.º Si o mutuario não communicar, no prazo do paragrapho antecedente, quaesquer deteriorações soffridas pelo immovel hypothecado, e quaesquer circumstancias que lhe diminuam o valor, ou que perturbem a posse do mesmo, ou alterem, modifiquem e tornem duvidoso o seu direito de propriedade.

§ 3.º Si o devedor tiver occultado a existencia de dividas ou responsabilidades que tenham força de hypotheca legal, independente do registro, ou outros factos que possam dar logar á resolução ou rescisão que affecte o immovel hypothecado.

Art. 38. Os immoveis urbanos hypothecados deverão estar seguros contra fogo, e o instrumento do contrato do seguro será transferido ao Banco, que fica com o direito a receber a indemnização em caso de sinistro. O seguro será renovado annualmente pelo mutuario emquanto durar o empréstimo.

§ 1.º Si na occasião do empréstimo o immovel não estiver seguro, este será feito em nome do Banco, que pagará o respectivo premio por conta do mutuario, sendo a annuidade do empréstimo augmentada nesse caso com a importancia do mesmo premio.

§ 2.º Si o immovel hypothecado já estiver seguro por occasião do empréstimo, fica ao cargo do Banco tratar directamente com as companhias a renovação do respectivo contrato, logo que venha este a expirar, sendo o mutuario obrigado a fazer as respectivas despesas.

§ 3.º Em caso de sinistro a indemnização será recebida directamente pelo Banco, que conservará em seu poder, a titulo

de garantia, pelo espaço de um anno, a contar do dia da liquidação do sinistro, a quantia correspondente ao valor do empréstimo, entregando ao mutuário o excedente si o houver.

§ 4.º Si a propriedade tiver sido reedificada, terminado o prazo do paragrapho antecedente, entregará o Banco ao devedor hypothecario a parte da indemnização retida, deduzida a respectiva annuidade.

§ 5.º O contrato do empréstimo hypothecario será liquidado com a indemnização retida pelo Banco, a qual será levada a credito do devedor e considerada como pagamento antecipado em dinheiro:

I. Si terminado o prazo do § 3º o devedor não tiver usado do seu direito de reedificar o immovel;

II. Si dentro do mesmo prazo communicar ao Banco a sua deliberação de não usar desse direito;

III. Si feita a reedificação, o Banco julgar que o immovel offerece as mesmas e sufficientes garantias que offerecia antes do sinistro; salvo o caso de dar o mutuário, em reforço ou substituição, outros immoveis a contento do Banco.

Art. 39. A proposta para empréstimo hypothecario deverá ser acompanhada dos titulos de propriedade do immovel, declaração de sua situação, limites e confrontações, contrato de arrendamento, recibos de decimas, certidão de não serem os proponentes responsaveis para com o Governo geral ou provincial por qualquer contrato, fiança ou prestação de contas, certidão de casamento com exclusão de escriptura de dote, ou de contrato dotal si o houver, si forem casados, e certidão de obito da mulher, si forem viuvos, bem como os demais documentos exigidos pelas disposições regulamentares do Banco.

Art. 40. Feita a proposta, nos termos do artigo antecedente, o Banco mandará proceder aos exames que entender necessarios, bem como á avaliação dos bens offerecidos por peritos de sua exclusiva nomeação.

Art. 41. Feita a avaliação pelo Banco, contratado o empréstimo e fixada a sua importancia, se lavrará a respectiva escriptura com as declarações necessarias, na qual, além do mais, renunciará o mutuário ao seu fóro domiciliario, para o fim de poder ser demandado no da séde do Banco, e se obrigará, outrosim, a aceitar, como preço da adjudicação, o que fór estipulado na referida escriptura.

A escriptura só será assignada em vista da certidão negativa de hypotheca legal ou convencional.

Art. 42. Todas as despesas de qualquer natureza, effectuadas pelo Banco em consequencia de pedidos de empréstimos hypothecarios, serão feitas por conta de quem os pretender, ainda que se não realizem.

Para garantia dessas despesas depositará o proponente, por occasião de fazer a sua proposta, uma quantia convencionada.

Art. 43. O Banco reserva-se o direito de não realizar a hypotheca ainda quando tenham sido preenchidas todas as formalidades da lei, dos presentes estatutos e do seu regulamento interno.

Art. 44. Os empréstimos a longos prazos são representados por letras hypothecarias. Em caso algum poderá a emissão dessas letras exceder á somma do valor nominal dos mesmos empréstimos e ao decuplo da importancia do capital realizado do Banco.

Art. 45. As letras hypothecarias serão emitidas pelo Banco, pagaveis ao portador, transmissiveis por simples tradição e isentas de sello proporcional. Cada uma dellas será do valor nominal de cem mil réis, e vencerão o juro de 7 % ao anno, pagaveis por semestre. Haverá para ellas um livro de talão do qual serão extrahidas e postas em circulação com as assignaturas de dous membros da administração e do gerente.

§ 1.º Serão appensos ás letras hypothecarias *coupons* de juros semestraes do valor de 3:500\$ cada um, em numero correspondente aos semestres dos annos pelos quaes houver sido effectuado o empréstimo, que serviu de base á sua emissão.

§ 2.º Os *coupons* de que trata o paragrapho antecedente serão impreterivelmente pagos nas datas fixadas pelo Banco, e taes pagamentos se effectuarão sempre, pelo menos, 30 dias depois daquello que fôr marcado para o pagamento das annuidades; de accôrdo com o art. 31, e á medida que forem sendo pagos, serão destacados das letras hypothecarias pelo proprio Banco ou por este recolhidos.

§ 3.º Os *coupons* apresentados ao Banco já destacados das letras hypothecarias a que pertencerem serão considerados de nenhum valor.

§ 4.º As letras hypothecarias só vencerão juros a partir do semestre seguinte áquelle em que se tiver feito a sua emissão.

§ 5.º Pagos e recolhidos os *coupons* de juros, serão elles archivados e inutilizados provisoriamente pelo Banco, com um carimbo especial, guardadas as disposições do art. 48 § 5º dos presentes estatutos com relação á incineração das letras hypothecarias amortizadas.

Art. 46. As letras hypothecarias serão emitidas por series relativas ao anno de sua emissão e numeradas por ordem seguida.

Art. 47. Não haverá época fixa e determinada para o pagamento das letras hypothecarias, as quaes serão amortizadas por meio de sorteios semestraes.

Paragrapho unico. Os fundos necessarios para essa amortização serão fornecidos pelas quotas das annuidades dos empréstimos hypothecarios a longo prazo e pelos pagamentos antecipados em dinheiro.

Art. 48. O sorteio de que trata o artigo antecedente se fará em presença da administração e comissão fiscal do Banco. O local onde se effectuar será franqueado a qualquer accionista. Proceder-se-ha ao sorteio do modo seguinte:

§ 1.º Haverá para cada anno de emissão uma roda especial, na qual serão lançados todos os numeros das letras hypothecarias relativas á serie que lhe corresponder.

§ 2.º De cada roda se tirará á sorte a quantidade de numeros de

letras hypothecarias correspondente á somma destinada pelo Banco para a respectiva amortização semestral.

§ 3.º Os primeiros numeros poderão ser premiados, si o Banco assim o deliberar.

§ 4.º Os numeros designados pela sorte serão publicados nos jornaes oito dias depois do sorteio. As respectivas letras hypothecarias serão pagas pelo Banco desde o dia do annuncio, e quer sejam ou não apresentadas, não vencerão mais juro.

§ 5.º As letras hypothecarias, assim amortizadas, serão, depois de pagas pelo Banco, selladas com um sello especial para serem queimadas, juntamente com as que forem recebidas em pagamentos antecipados, em presença de todos os membros da administração, fiscaes e gerente, do que se lavrará acta em livro proprio, aberto e encerrado pelo presidente da assembléa geral dos accionistas e rubricado pelo respectivo secretario.

Art. 49. As letras hypothecarias não são directa e designadamente garantidas por tal ou tal immovel hypothecado, e sim :

- I. Por todos os immoveis hypothecados indistinctamente ;
- II. Pelo fundo capital do Banco ;
- III. Pelo respectivo fundo de reserva.

Art. 50. As operações accidentaes facultadas pelo art. 23 § 2º II só podem ter logar sem prejuizo do objecto essencial do Banco, devendo ter-se em attenção as prescripções seguintes:

§ 1.º Os capitães depositados serão empregados:

- I. Em empréstimos garantidos por letras hypothecarias ou apolices da divida publica por prazo que não exceda a 90 dias.
- II. Na compra e desconto de bilhetes do Thesouro.

§ 2.º Os mesmos capitães só podem ser retirados com prévio aviso de 60 dias, e não excederão á importancia do capital realizado.

I. Terão uma caixa especial, escripturação e contabilidade distinctas, de modo que se possa conhecer a sua importancia, as suas garantias, a sua applicação e os titulos do empréstimo em que se converterão e empregarão os mesmos depositos.

## CAPITULO IV

### DO FUNDO DE RESERVA, LUCROS E DIVIDENDOS

Art. 51. O Banco terá um fundo de reserva exclusivamente destinado a reconstituir e amparar o capital social contra perdas eventuaes.

A sua accumulção não cessará enquanto não attingir a 20 % do capital realizado. A importancia do fundo de reserva deverá ser empregada em apolices da divida publica geral do Estado, ou em letras hypothecarias do proprio Banco.

Art. 52. Da importancia dos lucros liquidos, provenientes das operações effectivamente concluidas em cada semestre, se de luzirão 10 % para o fundo de reserva. Os 90 % restantes dos lucros liquidos serão divididos entre os accionistas, guardadas as seguintes prescripções :

§ 1.º Não se distribuirão dividendos enquanto o capital desfalcado por perdas não fôr integralmente restabelecido.

§ 2.º Os dividendos não excederão a 12 % ao anno do valor realzado das acções, enquanto o fundo de reserva não estiver completo, sendo o excedente levado á conta do mesmo fundo.

Art. 53. Para que os haveres sociaes possam entrar no calculo dos lucros liquidos não é necessario que se achem recolhidos em dinheiro á caixa; basta que consistam em valores definitivamente adquiridos, ou em direitos e obrigações, fóra de toda duvida.

Art. 54. Os dividendos serão pagos semestralmente, um no mez de Julho e o outro dentro de 30 dias depois da reunião da assembléa geral ordinaria, na sêde do Banco, de accôrdo com a inscripção do livro do registro de acções.

Paragrapho unico. Só termina-lo o semestre seguinte ao da installação do Banco, se fará o primeiro dividendo si o houver.

Art. 55. Os dividendos não reclamados no prazo de dous annos, a contar da data fixada para o seu pagamento, ficam sujeitos á deducção de uma commissão de 1 % ao anno em favor do Banco.

## CAPITULO V

### DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 56. A assembléa geral, regular e legalmente constituida, representa a totalidade dos accionistas.

Art. 57. Para que a assembléa geral possa constituir-se legalmente, é necessario :

I. Que seja annunciada com antecedencia de 15 dias nos jornaes de maior circulação ;

II. Que se declare no annuncio o dia, logar e hora em que deve funcionar, bem como o motivo de sua convocação ;

III. Que compareça um numero de accionistas representando, pelo menos, um quarto do capital social.

§ 1.º Si este numero se não reunir, será convocada pelos jornaes uma nova reunião para cinco dias depois do marcado na primeira convocação, declarando-se nos annuncios que a assembléa deliberará com o numero de socios que comparecer.

§ 2.º Nas assembléas geraes convocadas para modificar ou alterar os presentes estatutos, ou para resolver a dissolução do Banco, se cumprirá o disposto no art. 65 do Decreto n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882.

Art. 58. A assembléa geral, uma vez constituida, continúa até solução da materia para que foi convocada ; mas, si para deliberar carecer de novos esclarecimentos, poderá adiar a sessão e ordenar os exames e investigações, que forem necessarios.

Art. 59. As assembléas geraes são ordinarias ou extraordinarias.

§ 1.º A assembléa geral ordinaria tem por fim especial deliberar sobre o inventario, balanço e contas da administração,

depois de lido o respectivo parecer dos fiscaes, e proceder ás eleições de que trata o § 2.º do art. 62. Reunir-se-ha uma vez no anno até ao dia 31 de Março.

§ 2.º As assembléas geraes extraordinarias têm por fim discutir e deliberar sobre os assumptos para que forem expressamente convocadas, e se reunirão tantas vezes quantas forem necessarias.

Art. 60. A convocação da assembléa geral ordinaria será feita pela administração do Banco, e subsidiariamente pela comissão fiscal.

Paragrapho unico. Si a sua convocação fôr retardada por mais de dous mezes, e si dentro desse prazo não tiver sido convocada pela comissão fiscal, é permittido a qualquer accionista do Banco requerer autorização ao Juiz do commercio para fazel-o, declarando-se neste caso nos annuncios qual o Juiz que autorizou e a data do despacho.

Art. 61. A convocação da assembléa geral extraordinaria será feita:

§ 1.º Pela administração do Banco, quando o entender conveniente.

§ 2.º Pelos fiscaes, quando occorrerem motivos graves e urgentes.

§ 3.º Pela administração ou pelos fiscaes, quando o requererem sete ou mais accionistas que representem, pelo menos, o quinto do capital social.

§ 4.º Pelos proprios accionistas reclamantes, no caso de recusa da administração ou dos fiscaes.

Art. 62. Compete á assembléa geral:

§ 1.º Approvar ou modificar o regulamento interno do Banco.

§ 2.º Eleger, annualmente, por escrutinio secreto, o seu presidente, vice-presidente, 1.º e 2.º secretarios, tres membros da comissão fiscal e, biennialmente, tres administradores.

§ 3.º Tomar contas á administração, em face do balanço e do parecer da comissão fiscal que o acompanhar, e sem o qual será nulla a deliberação da assembléa geral sobre a approvação do balanço e contas.

§ 4.º Destituir, por incapacidade, negligencia ou omissão no cumprimento de seus deveres, infracção da lei ou destes estatutos, a qualquer dos funcionarios eleitos e mandal-os responsabilisar, quando a lei o permittir.

§ 5.º Adiar a sessão da assembléa geral e tomar as providencias necessarias, si os fiscaes não apresentarem o seu parecer em devido tempo.

§ 6.º Tomar qualquer medida a bem da marcha regular e dos interesses do Banco, não prevista nestes estatutos e não contraria ás disposições nelles contidas.

Art. 63. As deliberações da assembléa geral serão tomadas por maioria de votos, guardadas as disposições do art. 13 dos presentes estatutos. Não podem, porém, votar na assembléa geral os administradores para approvarem os seus balanços, contas e inventarios, nem os fiscaes os seus pareceres.

Paragrapho unico. No caso de empate na votação das deliberações, o presidente da assembléa geral tem voto de qualidade.

Art. 64. A approvação sem reserva do balanço e contas importa a ratificação dos actos e operações a que se referem. Poderá, porém, tal deliberação ser annullada, nos casos de erro, dolo, fraude ou simulação.

Paragrapho unico. A approvação pela assembléa geral de actos e operações, que importem violação de lei ou dos estatutos, não perime as acções que por direito competem contra os infractores aos accionistas ausentes e áquellos que não houverem concorrido com seus votos para tal approvação.

Art. 65. A mesa da assembléa geral compõe-se do presidente, vice-presidente, 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> secretarios.

Paragrapho unico. Não poderão ser elitos para nenhum dos cargos acima indicados os membros da administração e da commissão fiscal.

Art. 66. Nas votações por escrutinio secreto, para os cargos do artigo antecedente e dos arts. 74 e 79, proceder-se-ha á chamada pela lista dos accionistas. As cédulas recebidas pela mesa deverão declarar exteriormente o numero de votos correspondentes ás acções possuidas pelo accionista. Depois de verificada pela mesa a exactidão do numero de votos, será a cédula depositada na urna respectiva.

Art. 67. As cédulas serão tres: uma para a mesa da assembléa geral, outra para a administração, e outra, finalmente, para a commissão fiscal.

Cada uma dessas cédulas será lançada na urna que lhe estiver especialmente destinada.

Art. 68. No caso de empate na eleição decidirá a sorte.

Art. 69. Ao presidente da assembléa geral compete:

Abrir e encerrar as sessões; dirigir os trabalhos; conceder a palavra e manter a ordem nas discussões, não consentindo aos accionistas o uso da palavra por mais de duas vezes sobre o mesmo assumpto, ainda quando seja para explicações.

Paragrapho unico. Os membros da administração e da commissão fiscal poderão usar da palavra quantas vezes quizerem.

Art. 70. Compete ao vice-presidente: substituir o presidente da assembléa geral em seus impedimentos.

Art. 71. Compete ao 1.<sup>o</sup> secretario: substituir o vice-presidente em seus impedimentos, ler o expediente, fazer as chamadas e apurar os votos nas eleições, no que será auxiliado por dous escrutadores, nomeados pelo presidente.

Art. 72. Compete ao 2.<sup>o</sup> secretario: tomar os apontamentos necessarios, redigir e ler as actas, auxiliar o 1.<sup>o</sup> secretario na apuração dos votos e substitui-lo em seus impedimentos.

Art. 73. Si a mesa da assembléa geral não puder funcionar por falta ou impedimento de um ou mais de seus membros, serão successivamente chamados os accionistas que, na eleição, tiverem obtido maior numero de votos para os respectivos cargos, até que a mesa possa funcionar.



## CAPITULO VI

## DA COMMISSÃO FISCAL

Art. 74. A comissão fiscal será composta de tres membros eleitos pela assembléa geral ordinaria d'entre os accionistas elegiveis. O seu mandato durará um anno; mas podem ser reeleitos.

Art. 75. A' comissão fiscal cumpre:

§ 1.º Inspeccionar os actos da administração do Banco.

§ 2.º Apresentar á assembléa geral o parecer sobre os negocios e operações do anno, denunciar os erros, faltas e fraudes que descobrir, expor a situação do Banco e suggerir as medidas e alvitres, cuja adopção julgue conveniente.

§ 3.º Examinar os livros do Banco, verificar o estado da caixa e a existencia dos valores, e exigir dos administradores quaesquer informações, durante o trimestre que proceder á reunião ordinaria da assembléa geral.

§ 4.º Convocar extraordinariamente a assembléa geral sempre que occorram motivos graves e urgentes (art. 61 § 2º), ou quando o requeriram sete ou mais accionistas, que representem pelo menos o quinto do capital social. (Art. 75 § 3.º)

§ 5.º Convocar a assembléa geral ordinaria impreterivelmente no mez de Abril ou Maio, si a administração não o houver feito até ao dia 31 de Março.

Art. 76. No caso de recusa, impedimento ou ausencia dos fiscaes, serão chamados os immediatos em votos, na ordem da respectiva votação, e, na falta destes, se convocará a assembléa geral para nova eleição.

Art. 77. Os effeitos da responsabilidade dos fiscaes para com o Banco são determinados pelas regras do mandato.

Paragrapho unico. Os fiscaes que não denunciarem, em seu parecer, a indevida distribuição de dividendos e quaesquer outras fraudes praticadas durante o anno em que tiverem funccionado, constando ellas dos livros, documentos e papeis sujeitos ao seu exame, serão havidos como complices dos autores do taes delictos.

## CAPITULO VII

## DA ADMINISTRAÇÃO DO BANCO

Art. 78. O Banco será dirigido por uma administração composta de tres membros e por um gerente de nomeação e confiança dos administradores.

Art. 79. Os administradores serão eleitos biennialmente pela assembléa geral ordinaria d'entre os accionistas elegiveis, e serão substituidos, em caso de recusa, impedimento ou ausencia, pelos immediatos em votos.

Art. 80. Os administradores escolherão entre si o seu presidente, que será substituído em suas faltas por aquelle dos administradores presentes que tiver obtido maior numero de votos na eleição.

Art. 81. Dos administradores eleitos em um biennio sómente dous poderão ser reeleitos no biennio seguinte.

Art. 82. O cargo de administrador é gratuito.

Art. 83. Compete á administração:

§ 1.º Representar o Banco em todas as acções judiciaes por elle ou contra elle intentadas.

§ 2.º Superintender todos os negocios do Banco, para cujo fim um dos membros da administração, alternadamente em cada semana, deverá comparecer diariamente no estabelecimento.

§ 3.º Fixar as despezas de administração, contratar e exonerar o gerente, assim como nomear todos os empregados, que forem necessarios, sob proposta deste.

§ 4.º Organizar o regulamento interno, de conformidade com os estatutos, e executá-lo provisoriamente enquanto não for approvedo pela assembléa geral; no regulamento interno se marcará o ordenado dos empregados do Banco e as obrigações especiaes de cada um.

§ 5.º Ouvir a commissão fiscal sempre que o julgar convenientemente aos interesses do Banco.

§ 6.º estipular, guardadas as disposições dos estatutos, o maximo e o minimo das taxas dos empréstimos sobre hypothecas a longo e curto prazo e dos depositos em conta corrente com juros.

§ 7.º Marcar o valor dos dividendos a distribuir em cada semestre.

§ 8.º Fixar as épocas dos pagamentos das annuidades e dos juros e amortizações semestraes das letras hypothecarias, de accordo com os arts. 32 e 45 § 2º dos presentes estatutos.

§ 9.º Convocar a assembléa geral ordinaria ou extraordinariamente, de conformidade com os arts. 60 e 61 §§ 1º e 3º destes estatutos.

§ 10. Provilenciar para que se faça no devido tempo tudo o que for necessario para o exacto cumprimento do art. 99.

§ 11. Publicar nos jornaes de maior circulação os balancetes mensaes do Banco.

§ 12. Organizar um balanço circumstanciado das operações do anno, para ser apresentado á assembléa geral com o parecer da commissão fiscal.

§ 13. Dar fiel cumprimento a estes estatutos.

Art. 84. Não póde a administração contrahir obrigações que onerem o Banco para as quaes não esteja expressamente autorizada.

Art. 85. Cada um dos administradores, antes de entrar em exercicio, é obrigado a garantir a responsabilidade de sua gestão com o penhor ou caução de 20 acções do proprio Banco, mediante o respectivo termo no livro competente.

§ 1.º Sobre as acções caucionadas terão preferencia para seu pagamento o Banco e terceiros pelas responsabilidades em que os administradores incorrem por falta, omissão, culpa ou delicto.

§ 2.º O administrador, que dentro do prazo de 30 dias não prestar caução, será considerado como não tendo aceito o cargo.

Art. 86. Comquanto os administradores não contraíam obrigação pessoal ou solidaria pelos contratos ou operações que realizarem por si ou por intermedio do gerente, contudo são responsáveis :

I. Ao Banco e aos terceiros prejudicados pelo excesso do mandato ;

II. Solidariamente ao Banco e aos terceiros prejudicados pela violação da lei e dos estatutos ;

III. Ao Banco pela negligencia, culpa ou dolo com que se houverem no exercicio de seu mandato.

Art. 87. Serão pessoalmente responsáveis os administradores :

I. Por perdas e damnos, si tomarem parte em deliberação acerca de qualquer operação social em que tiverem interesses oppositos aos do Banco ;

II. A restituir á caixa social a somma dos dividendos, que na falta de inventario, ou, não obstante inventario, ou por meio de inventario fraudulento, repartirem indovidamente.

Art. 88. A administração julgar-se-ha constituida com dous de seus membros ; as deliberações, porém, de certa importancia e gravidade deverão ser tomadas, reunidos todos os administradores.

Art. 89. A administração reunir-se-ha no escriptorio do Banco uma vez por semana, pelo menos, e as suas deliberações serão tomadas por maioria de votos. Em caso de empate decidirá o voto do presidente.

Paragrapho unico. Todas as resoluções da administração serão reduzidas a actas, em um livro para isso destinado, e assignadas pelos administradores presentes.

Art. 90. As operações do Banco serão divididas, classificadas e escripturadas de modo que a administração e o gerente possam dirigi-las, inspecional-as e conhecel-as immediata e facilmente.

Art. 91. Nenhum administrador poderá deixar o exercicio de seu cargo por mais de tres mezes, sob pena de considerar-se resignatario. Quando fôr exigida a sua presença, e não comparecer, será chamado o immediato em votos.

Art. 92. Os administradores são obrigados a guardar o maior segredo acerca dos negocios e operações do Banco, sob pena de responderem pelos damnos, que de sua indiscricão possam resultar.

Art. 93. A administração procurará pôr termo a quaesquer questões suscitadas entre o Banco e terceiros, por meio de arbitramento, quando a isto não se opponham os interesses daquello.

Art. 94. Ao presidente do Banco compete presidir as sessões da administração, ser o seu órgão e represental-o officialmente, inspecionar as operações, examinar o estado da caixa, convocar extraordinariamente a administração, quando o entender necessario, abrir, rubricar e encerrar o livro das actas da administração e os demais livros sociaes, em que o preenchimento de taes formalidades não seja por lei ou pelos estatutos attribuição de outrem.

Art. 95. Ao gerente incumbe a gestão o manejo dos negocios internos do Banco, tendo em consideração os interesses sociaes, cumprindo fielmente os estatutos, o regulamento interno e as determinações da administração.

## CAPITULO VIII

### DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO BANCO

Art. 96. O Banco será considerado dissolvido:

- I. Pelo consenso de todos os accionistas constante de instrumento publico ou particular;
- II. Por insolvabilidade;
- III. Pela cessação do pagamento das suas dividas;
- IV. Pela redução do numero dos socios a menos de sete;
- V. Pela perda de dous terços do capital social;
- VI. Por impossibilidade de preencher os fins para que foi creado;
- VII. Pela terminação do prazo marcado para a sua duração, si não fôr prorogado;
- VIII. Por deliberação da assembléa geral, de conformidade com o disposto no art. 57 § 2.º

Art. 97. Dissolvido o Banco, nos casos dos ns. I, II e IV a VIII do artigo antecedente, entrará em liquidação amigavel, e serão liquidantes os administradores em exercicio, si outros não forem para tal fim especialmente eleitos pela assembléa geral.

Art. 98. Os direitos e obrigações dos liquidantes e a fórma da liquidação serão regulados pelo Decreto n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882.

## CAPITULO IX

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 99. Um mez, antes da reunião da assembléa geral ordinaria, a administração depositará na secretaria da Junta Commercial:

- I. Cópia do inventario do Banco, contendo a descripção dos valores e bens sociaes, bem como uma synopse das dividas activas e passivas, por classes, segundo a natureza dos titulos;
- II. Cópia da relação nominal dos accionistas do Banco e numero de suas acções, com a declaração das entradas realizadas.

§ 1.º No mesmo prazo serão publicadas nos jornaes de maior circulação as transferencias de acções, realizadas no anno, o balanço, em resumo, da situação do Banco e o parecer dos fiscaes.

§ 2.º Quinze dias depois da reunião ordinaria da assembléa geral, será tambem publicada nos jornaes a respectiva acta.

Art. 100. Os bens immoveis que o Banco venha a receber de seus devedores, amigavel ou judicialmente, deverão ser immediatamente vendidos, salvo quando da prompta venda resultarem taes prejuizos que, a juizo da administração, possam ser evitados com alguma demora.

Art. 101. O fóro judicial para as questões entre os accionistas e os administradores, quer relativamente a negocios sociaes, quer á satisfação do damno resultante de abusos e delictos por estes commettidos, será o da séde do Banco.

Art. 102. Os ascendentes e descendentes, irmãos, sogro e genro, cunhados e os socios da mesma firma, não poderão ser eleitos, nem servir conjunctamente como administradores o fiscaes.

## CAPITULO X

### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 103. Os accionistas que subscrovem os presentes estatutos e que representam metade do capital social do Banco approvam todas as disposições nelles contidas, e conferem aos accionistas Srs. José da Silva Loyo Junior, José Fiuza de Oliveira, Manoel João de Amorim, Antonio Fernandes Ribeiro, Barão de Petrolina, Antonio João Furtado e José Maria Andrade, todos os poderes necesarios para requererem ao Governo Geral a approvação destes estatutos, e bem assim aceitarem as alterações que possam ser exigidas.

Pernambuco, 20 de Janeiro de 1885.

Amorim Irmãos & C. <sup>ta</sup> .....	Negociantes	Recife	100 acções
Barão de Petrolina.....	»	»	100 »
José João d'Amorim.....	»	»	100 »
PP. de Antonio G. de Azevedo.....	»	»	50 »
Antonio Augusto Pereira da Silva.			
Antonio Fernandes Ribeiro....	Negociante	»	50 »
José Antonio de Pinho Borges.....	»	Jaboatão	25 »
José da Silva Loyo Junior.....	»	Recife	50 »
Luiz Duprat.....	Negociante	»	50 »
Tavares de Mello, Genro & C. <sup>ta</sup> .....	»	»	50 »
Souza Pinheiro & C. <sup>ta</sup> .....	»	»	50 »
Joseph Krause & C. <sup>ta</sup> .....	»	»	50 »
João J. R. Mendes.....	»	»	50 »
Cardoso & Irmão.....	»	»	25 »
B. de Arariba.....	»	»	50 »
Leal & Irmão.....	»	»	50 »
Silva Guimarães & C. <sup>ta</sup> .....	»	»	25 »
Fonseca, Irmãos & C. <sup>ta</sup> .....	»	»	25 »
Manoel Gomes de Mattos.....	»	»	25 »
Andrade, Lopes & C. <sup>ta</sup> .....	»	»	25 »
PP. de Antonio G. de Azevedo.....	»	»	50 »
Antonio Augusto Pereira da Silva.			

Severino Saraiva de Andrade.....	Recife	25 acções
Antonio João Furtado.....	»	25 »
Cunha, Irmãos & C. <sup>a</sup> .....	»	50 »
PP. do Barão de Frecheiras.....	Escada	25 »
PP. do Barão de Jundia.....	»	25 »
PP. de Francisco da Rocha Pontual.....	»	25 »
PP. de Davino dos Santos Pontual.....	»	25 »
PP. de Ernesto Gonçalves Pereira Lima.....	»	25 »
PP. de João Mauricio da Costa Cabral.....	»	5 »
Barão de Petrolina.		
PP. de José Antonio de Souza		
Basto.....	Negociante Recife	25 »
Souza Basto, Amorim &		
Filho.		
Joaquim José de Amorim.....	»	25 »
Antonio José Ferreira Mon-	»	25 »
teiro.....		
Antonio Valentim da Silva		
Barroso.....	»	5 »
Francisco do Rego Baptista....	Advogado	10 »
José Joaquim de Oliveira Fon-		
seca.....	»	10 »
Somma.....		1.330 acções

(Estão reconhecidas as firmas.)

Relação dos subscriptores, em acções de 200\$000 cada uma, para o Banco de Credito Real de Pernambuco, organizado conforme os Estatutos datados de 20 de Janeiro de 1885

NOMES	NATURALIDADES	DOMÍCIOS	PROFISSÕES	NÚMERO DE ACÇÕES	VALORES
Amorim Irmãos & C. <sup>as</sup> .....	Brazil	Recife	Negociante	100	20:000\$
Barão de Petrolina.....	"	"	"	100	20:000\$
José João de Amorim.....	Portugal	"	Proprietario	100	20:000\$
Antonio Gonçalves de Azevedo.....	"	"	Negociante	50	10:000\$
Antonio Fernandes Ribeiro.....	"	"	"	50	10:000\$
José Antonio de Pinho Borges.....	Brazil	Jaboatão	Agricultor	25	5:000\$
José da Silva Loyo & Filho.....	"	Recife	Negociante	50	10:000\$
Luiz Duprat.....	Portugal	"	"	50	10:000\$
Tavares de Mello, Genro & C. <sup>as</sup> .....	Brazil	"	"	50	10:000\$
Souza Pinheiro & C. <sup>as</sup> .....	Portugal	"	"	50	10:000\$
Joseph Krause & C. <sup>as</sup> .....	Brazil	"	"	50	10:000\$
João José Rodrigues Mendes.....	Portugal	"	"	50	10:000\$
Cardoso & Irmãos.....	"	"	"	25	5:000\$
Barão de Arariba.....	Brazil	Cabo	Agricultor	50	10:000\$
Leal & Irmãos.....	"	Recife	Negociante	50	10:000\$
Silva Guimarães & C. <sup>as</sup> .....	"	"	"	25	5:000\$
Fonseca, Irmãos & C. <sup>as</sup> .....	"	"	"	25	5:000\$
Dr. Manoel Gomes de Mattos.....	"	"	"	25	5:000\$
Andrade, Lopes & C. <sup>as</sup> .....	Portugal	"	"	25	5:000\$
Antonio Gonçalves de Azevedo.....	"	"	"	50	10:000\$
Severino Saraiva de Andrade.....	"	"	"	25	5:000\$
Antonio João Furtado.....	"	"	"	25	5:000\$
Cunha, Irmãos & C. <sup>as</sup> .....	"	"	"	50	10:000\$
Barão de Frecheiras.....	Brazil	Escada	Agricultor	25	5:000\$
Barão de Jundiá.....	"	"	"	25	5:000\$
Francisco da Rocha Pontual.....	"	"	"	25	5:000\$
Dayno dos Santos Pontual.....	"	"	"	25	5:000\$
Ernesto Gonçalves Pereira Lima.....	"	"	"	25	5:000\$
João Maurino do Couto Cabral.....	"	"	"	5	1:000\$
José Antonio de Souza Bastos.....	Portugal	Recife	Negociante	25	5:000\$
Joaquim José de Amorim.....	"	"	"	25	5:000\$
Antonio José Ferreira Monteiro.....	"	"	"	25	5:000\$
Antonio Valentim da Silva Barroca.....	Brazil	"	"	5	1:000\$
Dr. Francisco do Rego Baptista.....	"	"	Advogado	10	2:000\$
Dr. José Joaquim de Oliveira Fonseca.....	"	"	"	10	2:000\$
Somma.....				1.330	265:000\$

Pernambuco, 20 de Janeiro de 1885. — José da Silva Loyo Junior. — José Finza de Oliveira. — Manoel José de Amorim. — Antonio João Furtado. — Antonio Fernandes Ribeiro. — Barão de Petrolina. — José Maria de Andrade. — (Estão reconhecidas todas as firmas.)

## DECRETO N. 9458—DE 20 DE JULHO DE 1885

Altera a circumscripção do diversos Commandos Superiores da Guarda Nacional da Provincia do Rio Grande do Sul e cria nellos novos corpos.

Hei por bem, para execução da Lei n. 2395 de 10 de Setembro de 1873 e Decreto n. 5573 de 21 de Março de 1881, Decretar o seguinte:

Art. 1.º E' desligada do Commando Superior da Guarda Nacional da comarca de Itaquí e annexada ao da comarca de S. Borja, na Provincia do Rio Grande do Sul, a força da mesma Guarda alistada no municipio de S. Thiago do Boqueirão.

Art. 2.º E' desligada do Commando Superior da comarca de S. Borja e annexada ao da de Santo Angelo, na dita Provincia, a força da Guarda Nacional alistada no municipio de S. Luiz das Missões.

Art. 3.º O corpo de cavallaria n. 51 da comarca de S. Borja será organizado com as praças do serviço activo qualificadas no 1º districto.

Art. 4.º E' creado mais um corpo de cavallaria com quatro esquadrões e a designação de 75º nos 2º e 3º districto, da comarca de S. Borja.

Art. 5.º O corpo de cavallaria n. 52 já creado no municipio de S. Luiz das Missões e que, em virtude do art. 2º, fica pertencendo á comarca de Santo Angelo, será organizado com as praças qualificadas no dito municipio, 1º districto.

Art. 6.º E' creado nos 2º e 3º districtos do municipio de S. Luiz das Missões mais um corpo de cavallaria com quatro esquadrões e a designação de 76º que terá sua paraça no districto de Carvey.

Art. 7.º E' elevado á categoria de corpo com dous esquadrões e a designação de 77º, o 7º esquadrão avulso organizado no municipio de S. Thiago do Boqueirão, o qual, em virtude do art. 1º, fica subordinado ao Commando Superior da comarca de S. Borja.

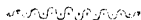
Art. 8.º O 12º batalhão de reserva será organizado sómente com os guardas nacionaes deesso serviço qualificados nos 1º, 2º e 3º districtos do municipio de S. Borja.

Art. 9.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Affonso Augusto Moreira Penna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faga executar. Palacio do Rio de Janeiro em 20 de Julho de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Affonso Augusto Moreira Penna.*





## DECRETO N. 9459 — DE 11 DE JULHO DE 1885

Crea mais uma Subdelegacia de Policia na freguezia de Nossa Senhora do Loreto de Jacarépagná.

Hei por bem, sobre proposta do Chefe de Policia da Côrte, e de conformidade com o art. 6.º do Regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, Decretar o seguinte:

Art. 1.º Fica creada na freguezia de Nossa Senhora do Loreto de Jacarépagná mais uma Subdelegacia de Policia, comprehendendo o seu districto que se denominará — segundo —, o segundo quarteirão, parte do terceiro e do quarto, e o quinto ao decimo sexto, e limitando-se com a freguezia da Guaratiba pela Vargem Grande, com a do Campo Grande pela serra do Catonho e com a do Irajá pelo Campinho.

Art. 2.º O actual 1.º districto, que terá por limites a serra do Matheus na freguezia do Engenho Novo, o alto da Boa Vista na Tijuca na do Engenho Velho, e a Vargem da Tijuca na da Gavea, comprehenderá o 1.º quarteirão, parte do terceiro e do quarto e o decimo setimo ao vigesimo oitavo.

Art. 3.º A linha divisoria da freguezia será a que, partindo da Lagôa de Jacarépagná pelo rio Fundo, que desemboca na Banca, d'ahi segue pela estrada da Banca Nova e Velha, estrada do Capenna até o Pau-ferro, e vai em linha recta ao alto da serra do Ignacio Dias.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Afonso Augusto Moreira Penna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario do Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 11 de Julho de 1885, 64.ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Afonso Augusto Moreira Penna.*

~~~~~

## DECRETO N. 9460 — DE 11 DE JULHO DE 1885

Concede permissão a Guilherme Francisco Jones para lavrar ouro e outros mineraes na Provincia de Goyaz.

Attendendo ao que requereu Guilherme Francisco Jones, Hei por bem Conceder-lhe permissão para lavrar ouro e outros mineraes no Rio Claro e seus affluentes, na Provincia de Goyaz, mediante

as clausulas que com este baixam, assignadas por João Ferreira de Moura, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 11 de Julho de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Ferreira de Moura.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9.160, desta data**

I

Ficam concedidas a Guilherme Francisco Jones vinte das mineraes de 111.750 braças quadradas (686.070 metros quadrados) para lavar ouro e outros mineraes no Rio Claro e seus afluentes, na Provincia de Goyaz, conforme a planta o relatório que apresentou e ficam archivados.

II

O concessionario respeitara os direitos de terceiro, e podera proceder aos trabalhos da lavra da mina por si ou por meio de uma companhia anonyma, organizada dentro ou fora do Imperio.

III

Fica marcado o prazo de 30 annos para o concessionario aproveitar a referida mina.

Este prazo começa a correr da data deste decreto.

IV

O terreno mineral, de que trata a clausula 1<sup>a</sup>, sera medido e demarcado dentro do prazo de dous annos, contados desta data, devendo o concessionario apresentar a planta de medição e demarcação ao Presidente da Provincia no mesmo prazo e obrigar-se a pagar as despesas de verificação por Engenheiro nomeado pelo mesmo Presidente.

V

A approvação de medição e demarcação do terreno mineral não dará direito ao concessionario á sua propriedade enquanto

não provar, perante o Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que empregou nos trabalhos da lavra quantia correspondente a 10:000\$ por data mineral.

Si, dentro do prazo de cinco annos, o concessionario não tiver empregado a quantia correspondente á totalidade de todo o terreno mineral concedido, perderá tantas datas quantas forem as parcelas de 10:000\$ que tiver deixado de empregar, e o Governo as poderá conceder a outro.

## VI

Na fórma do Decreto n. 3236 de 21 de Março de 1864, considerar-se-ha effectivamente empregada, para os fins da clausula anterior, a importancia das despesas feitas com :

As explorações e trabalhos preliminares para o descobrimento e reconhecimento da mina ;

Medição e demarcação dos terrenos mineraes, levantamento da planta, e verificação por parte do Governo ;

Preço do solo em que estiverem situadas as minas ;

Acquisição, transporte e collocação de instrumentos,apparelhos e machinas destinadas á lavra ;

Transporte de Engenheiros, empregados e trabalhadores da mina.

A esta verba sómente será levado o preço da primeira passagem ;

Obras executadas no interesse de facilitar os trabalhos e o transporte dos productos da mina, casas de morada, armazens, officinas e outros edificios indispensaveis ;

Acquisição de animaes de tracção, carros, carroças, barcos e quaesquer outros vehiculos apropriados ao serviço de que se trata ;

Custo dos serviços executados com a extracção do mineral e quaesquer outros feitos *bona fide*, exclusivamente com a lavra, ficando entendido que não será incluída nesta conta a despesa com a plantação de cercas.

## VII

A prova das hypotheses da clausula anterior será recebida *bona fide* : mas, verificando-se ter sido empregado artificio para illudir o Governo, a concessão caducará *ipso facto*, e o concessionario não terá direito a indemnização ; sendo-lhe sómente permitido tirar da mina os objectos, moveis e semoventes que lhe pertencorem.

## VIII

O concessionario fica obrigado:

A submeter á approvação do Ministro da Agricultura a planta dos trabalhos da mina que adoptar. Esta planta deverá ser levantada por Engenheiro de minas ou por pessoa reconhecidamente

habilitada nesses trabalhos, e, uma vez approvada, não poderá ser alterada sem permissão do mesmo Ministro.

Fica entendido que os trabalhos de cavas, poços ou galerias não poderão ser feitos sob os edificios o a 15 metros de circumferencia delles, nem sob os caminhos, estradas e canaes publicos e na distancia de 10 metros das suas margens;

A collocar e conservar na direcção do serviço da lavra Engenheiro de minas ou profissional de reconhecida aptidão, preferidos os nacionaes cuja nomeação será submettida ao Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, para ser confirmada;

A sujeitar-se a cumprir as instrucções e regulamentos para a policia das minas existentes ou que forem expedidos;

A indemnizar o damno e prejuizo causados pelos trabalhos da lavra, provenientes de culpa ou inobservancia do plano approvedo pelo Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

Esta indemnização consistirá na somma arbitrada pelos peritos do Governo ou em trabalhos e serviços necessarios para remover ou remediar o mal causado, e na obrigação de prover á subsistencia dos individuos que se inutilizarem para o trabalho e das familias dos que fallocerem em qualquer das hypothses acima indicadas;

A dar conveniente direcção ás aguas empregadas nos trabalhos da mineração, ás que brotarem dos poços, galerias ou côrtes, do modo que não fiquem estagnadas, nem prejudiquem a lavoura;

Si, para a execução desta clausula, fôr indispensavel passar pela propriedade alheia, o concessionario procurará obter o consentimento do proprietario ou empregará os meios em direito permittidos;

A remetter semestralmente á Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, por intermedio do Engenheiro fiscal da mineração na Provincia ou da Presidencia, relatório circumstanciado dos trabalhos feitos e em execução, declarando a quantidade do mineral extrahido e apurado, os processos adoptados para a apuração, as machinas e apparatus existentes, força motora delles calculada em cavallos, combustivel gasto, e, finalmente, o numero dos trabalhadores e dos dias de trabalho.

Além deste relatório, deverá prestar todos os esclarecimentos que lhe forem exigidos pelo Governo ou por seus delegados.

A inobservancia desta clausula será punida, ou com a diminuição de um até cinco annos do prazo da concessão, ou com a multa de 1:000\$ a 10:000\$ a arbitrio do Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas;

A remetter á mesma Secretaria os fosséis que forem encontrados nas excavações;

A pagar a taxa annual de cinco réis por braça quadrada (4<sup>m</sup>,81) dos terrenos mineraes que obtiver e o imposto de 2 % do rendimento liquido da mina, na conformidade do § 1<sup>o</sup> do art. 23 da Lei n. 1507 de 26 de Setembro de 1867;

A permittir ao Engenheiro fiscal ou a qualquer outro commissario do Governo o ingresso nas minas, nas officinas e quaesquer outros logares do serviço da mineração, prestando-lhes os esclarecimentos de que carecerem para a boa execução das ordens do mesmo Governo.

## IX

Caluca esta concessão :

Si não forem começados os trabalhos preparatorios para a mineração dentro do prazo de dous annos, depois de medidos e demarcados os terrenos mineraes concedidos ;

Por abandono da mina.

Considerar-se-ha abandonada a mina, provando-se que o concessionario suspendeu os trabalhos por mais de 60 dias, sem causa de força maior.

Para que o concessionario seja admittido a provar força maior é indispensavel que communique immediatamente ao Presidente da Provincia ou ao Engenheiro fiscal a suspensão dos trabalhos da lavra e as causas que a tiverem determinado.

Reconhecida officialmente a força maior, será marcado prazo razoavel para recommencarem os trabalhos da mineração.

Na reincidencia de infracção destas clausulas será imposta pena pecuniaria.

## X

O concessionario não poderá transferir esta concessão sem permissão do Governo, e por sua morte ou fallencia seus herdeiros ou representantes não poderão gozar desta concessão enquanto não forem confirmados nella pelo mesmo Governo, que poderá negal-a, si os ditos herdeiros ou representantes não provarem que possuem as faculdades necessarias para continuar os trabalhos de modo conveniente e proveitoso.

Os herdeiros ou representantes do concessionario terão direito de haver o valor dos engenhos, machinas e quaesquer instrumentos, especialmente destinados á lavra da mina daquelles a quem esta fór concedida pelo Governo Imperial, que no acto da concessão inserirá clausula que resguarde este direito, que em nenhum caso poderá prevalecer contra o mesmo Governo.

Si a lavra da mina fór comprehendida por companhia, sociedade ou empresa organizada fóra do Imperio, deverá esta ter no Brazil representante com plenos poderes para represental-a activa e passivamente em Juizo ou fóra delle, ficando desde já estabelecido que as questões entre ella e o Governo Imperial serão decididas por arbitramento e as que se suscitarem entre ella e os particulares serão discutidas e julgadas definitivamente nos Tribunaes brasileiros, de conformidade com a legislação do Imperio.

O arbitramento far-se-ha da seguinte fórma :

Cada uma das partes interessadas, si não concordarem no mesmo Juiz, nomeará seu arbitro, e os arbitros assim nomeados começarão seus trabalhos pela escolha de um Conselheiro do Estado que deverá decidir definitivamente a questão.

No caso de não chegarem a accôrdo a esse respeito, cada um dos arbitros apresentará o nome de um Conselheiro do Estado, e a sorte indicará qual delles será o arbitro desempatador.

## XI

O concessionario ou cessionarios desta concessão ficam obrigados a não admittir escravos nos trabalhos da lavra.

## XII

A infracção de qualquer destas clausulas, para a qual não haja comminada pena especial, será punida com a multa de 200\$ a 2.000\$000.

Palacio do Rio de Janeiro em 11 de Julho de 1885. — *João Ferreira de Moura*.



DECRETO N. 9461 — DE 11 DE JULHO DE 1885

Autoriza a *The London Assurance* a funcionar no Imperio.

Attendendo ao que requerem a *The London Assurance* devidamente representada, e Conformando-me, por Minha Imperial Resolução de 18 de Abril do corrente anno, com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 19 de Março ultimo, Hei por bem Autorizar a a funcionar no Imperio, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por João Ferreira de Moura, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 11 de Julho de 1885, 61<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Ferreira de Moura*.

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9461, desta data**

I

A companhia fica autorizada a estabelecer uma agencia na praça do Rio de Janeiro e outra na de Porto Alegre, tendo nas mesmas pes-oa habilitada para que responda perante os Tribunaes.

## II

Os actos praticados pelas referidas agencias (menos os referentes a seguros de vida, que não poderão effectuar) ficam sujeitos á legislação do Imperio, sendo decididas pelos Tribunaes do Brazil as questões que se suscitarem entre a companhia e os particulares residentes no mesmo Imperio.

## III

As mencionadas agencias não poderão funcçãoar enquanto a companhia não depositar, no Thesouro Nacional ou em qualquer estabelecimento bancario do Imperio, a quantia de vinte contos de réis (20:000\$) para garantir as transacções que fizer em cada uma dellas.

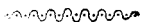
## IV

O deposito de que falla a clausula anterior será feito pela companhia, com a declaração do fim a que é destinado, e de que não poderá ser levantado senão por ordem dos Presidentes das Juntas do Commercio das respectivas Provincias.

## V

As alterações feitas nos estatutos serão communicadas ao Governo Imperial, sob pena de multa de duzentos mil réis (200\$) a dous contos de réis (2:000\$) e de ser-lhe cassada a presente concessão.

Palacio do Rio de Janeiro em 11 de Julho de 1885. — *João Ferreira de Moura.*



## DECRETO N. 9462 — DE 18 DE JULHO DE 1885

Cria um Commando Superior de Guardas Nacionaes na comarca de Areia,  
na Provincia da Bahia.

Hei por bem, para execução da Lei n. 2395 de 10 de Setembro de 1873 e Decreto n. 5573 de 21 de Março de 1874, Decretar o seguinte :

Art. 1.º E' creado na comarca de Areia, na Provincia da Bahia, um Commando Superior de Guardas Nacionaes que se comporá

do 4º corpo de cavallaria, do 40º batalhão de infantaria do serviço activo e da 3ª seção do batalhão de reserva, que para este fim ficam desligados do Commando Superior da comarca da Amargosa.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Afonso Augusto Moreira Penna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario do Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Julho de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Afonso Augusto Moreira Penna.*

~~~~~

#### DECRETO N. 9463 — DE 18 DE JULHO DE 1885

Crêa um corpo de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Olinda, na Provincia de Pernambuco, e altera a organizaço dos batalhões de infantaria ns. 65 e 66 da referida comarca.

Attendendo ao que Mo representou o Presilente da Provincia de Pernambuco, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º E' creado no municipio de Olinda, na Provincia de Pernambuco, um corpo de cavallaria com quatro esquadrões e a designaço de 7º, que ficará subordinado ao Commando Superior das comarcas de Olinda e Iguarassú.

Art. 2.º E' reduzido a seis companhias : o 65º batalhão de infantaria, já organizado na freguezia de São Beberibe.

Art. 3.º O 66º batalhão de infantaria será organizado nas freguezias de Maranguape e Beberibe.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Afonso Augusto Moreira Penna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario do Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Julho de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Afonso Augusto Moreira Penna.*

~~~~~



## DECRETO N. 9464 — DE 18 DE JULHO DE 1885

Crêa mais dous corpos de cavallaria do Guardas Nacionaes na comarca de S. Leopoldo, da Provincia do Rio Grande do Sul.

Attendendo ao que Me representou o Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º São creados na comarca de S. Leopoldo, da Provincia do Rio Grande do Sul, mais dous corpos de cavallaria do Guardas Nacionaes, de tres esquadraes cada um e as designações de 79º e 80º, sendo aquelle organizado na parochia de S. Pedro do Bom-Jardim e este na de S. Miguel dos Dous Irmaes.

Art. 2.º O 5º corpo de cavallaria, já creado na referida comarca, será organizado sómente com os guardas nacionaes do serviço activo qualificados na parochia de Nossa Senhora da Conceição de S. Leopoldo.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Affonso Augusto Moreira Penna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Julho de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Affonso Augusto Moreira Penna.*

.....

## DECRETO N. 9465 — DE 18 DE JULHO DE 1885

Crêa mais um batalhão de infantaria do Guardas Nacionaes na comarca da Amargosa, na Provincia da Bahia.

Attendendo ao que Me representou o Presidente da Provincia da Bahia, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º E' creado na comarca da Amargosa, na Provincia da Bahia, mais um batalhão de infantaria do serviço activo com seis companhias e a designação de 107º, que será organizado nas freguezias de Nossa Senhora da Conceição da Tapera, Nossa Senhora do Nazareth da Pedra Branca e Nossa Senhora do Bom Conselho.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Affonso Augusto Moreira Penna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Julho de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Affonso Augusto Moreira Penna.*

~~~~~

## DECRETO N. 9466 — DE 18 DE JULHO DE 1885

Crêa um Commando Superior de Guardas Nacionaes na comarca de Santa Christina do Pinhal, na Província do Rio Grande do Sul.

Hei por bem, para execução da Lei n. 2395 de 10 de Setembro de 1873 e Decreto n. 5573 de 21 de Março de 1874, Decretar o seguinte:

Art. 1.º E' creado na comarca de Santa Christina do Pinhal, da Província do Rio Grande do Sul, um Commando Superior de Guardas Nacionaes que se comporá do 6º corpo de cavallaria e da 5ª secção do batalhão de reserva, desligados do Commando Superior da comarca de S. Leopoldo e organizados sómente na freguezia de Santa Christina; do 17º corpo de cavallaria e da 9ª secção de batalhão da reserva, desligados do Commando Superior das comarcas do Rio dos Sinos e Maquiné e de um corpo de cavallaria com tres esquadrões e a designação de 78ª, e de uma secção de batalhão da reserva, com quatro companhias e a designação de 9ª, ora creados na freguezia do Senhor Bom Jesus da Taquara.

Art. 2.º Fica elevado a quatro esquadrões o 17º corpo de cavallaria, e á categoria de batalhão, com seis companhias e a designação de 24ª, a 9ª secção de batalhão da reserva, acima mencionados.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Affonso Augusto Moreira Penna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Julho de 1885, 64ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Affonso Augusto Moreira Penna.*

— 000000000000 —

## DECRETO N. 9467 — DE 18 DE JULHO DE 1885

Reorganiza a Guarda Nacional da comarca de Iguatú, na Província do Ceará.

Hei por bem, para execução da Lei n. 2395 de 10 de Setembro de 1873 e Decreto n. 5573 de 21 de Março de 1874, Decretar o seguinte:

Art. 1.º E' creado na comarca de Iguatú, na Província do Ceará, um Commando Superior de Guardas Nacionaes, que se comporá de um esquadrão de cavallaria com a designação de 1ª, de

tres batalhões de infantaria, de seis companhias cada um e as designações de 51º, 52º e 53º, e de uma secção de batalhão da reserva, com quatro companhias e a designação de 13.ª

Art. 2.º Os referidos corpos serão organizados :

O 1º esquadrão de cavallaria, o 51º batalhão de infantaria, o 52º e a 13ª secção de batalhão da reserva, na freguezia de Iguatú.

O 53º na freguezia de S. Matheus.

Art. 3.º Os guardas nacionaes do serviço da reserva qualificados na freguezia de S. Matheus, ficam addidos ao 53º batalhão de infantaria do serviço activo, na conformidade do art. 7º do Decreto n. 5573 de 21 de Março de 1874.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Afonso Augusto Moreira Penna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido o faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Julho de 1885, 61ª da Independencia e do Imperio.

Com a a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Afonso Augusto Moreira Penna.*

~~~~~

#### DECRETO N. 9468 — DE 25 DE JULHO DE 1885

Declara sem effeito o Decreto n. 9112 de 5 de Janeiro de 1884 na parte que se refere aos terrenos das cachoeiras Brava e Maucos, ainda não entregues ao Estado.

Tendo em consideração que cessaram os motivos de utilidade publica que, para abastecimento d'agua á capital do Imperio, determinaram a desapropriação dos terrenos por onde correm as cachoeiras denominadas *Brava* e *Maucos*, na serra do Commercio, as quaes foram comprehendidas na planta approvada pelo Decreto n. 9112 de 5 de Janeiro de 1884, Hei por bem Declarar sem effeito o mencionado decreto na parte que se refere aos terrenos cuja desapropriação autorizára para o aproveitamento das aguas das referidas cachoeiras « Brava e Maucos ».

João Ferreira de Moura, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido o faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Julho de 1885, 61ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Ferreira de Moura.*

~~~~~

## DECRETO N. 9469 — DE 25 DE JULHO DE 1885

Declara de nenhum effeito o Decreto n. 8702 de 7 de Outubro de 1882.

Não tendo Francisco Marques Teixeira cumprido as clausulas com que lhe foi concedida permissão para explorações e pesquisas de mineraes combustiveis e outros nos municipios de Mangaratiba, Itaguahy e S. João do Principa, da Provincia do Rio de Janeiro, Hei por bem Declarar de nenhum effeito o Decreto n. 8702 de 7 de Outubro de 1882, que autorizou as mesmas explorações.

João Ferreira de Moura, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Julho de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Ferreira de Moura.*



## DECRETO N. 9470 — DE 25 DE JULHO DE 1885

Renova o prazo concedido a Luiz Augusto de Magalhães e Candida Augusta de Araujo Guimarães para a medição e demarcação de datas minieras na Provincia de Santa Catharina.

Attendendo ao que requereram Luiz Augusto de Magalhães e Candida Augusta de Araujo Guimarães, Hei por bem Renovar, por mais um anno, o prazo que foi-lhes concedido pelo Decreto n. 8886 de 10 de Fevereiro de 1883 para a medição e demarcação das datas minieras na freguezia de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Araranguá, Provincia de Santa Catharina, mediante as clausulas a que se refere o Decreto n. 4692 de 14 de Fevereiro de 1871.

João Ferreira de Moura, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Julho de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Ferreira de Moura.*



## DECRETO N. 9471 — DE 25 DE JULHO DE 1885

Concede á Companhia « The Ceará Harbour Corporation Limited » autorização para funcionar no Imperio.

Attendendo ao que requereu a Companhia *The Ceará Harbour Corporation Limited* devidamente representada, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 18 de Julho do corrente anno, tomada sob parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 5 de Junho ultimo, Hei por bem Conceder-lhe autorização para funcionar no Imperio, mediante as clausulas que com este baixam, assigna-las por João Ferreira de Moura, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Julho de 1885, 64. da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Ferreira de Moura.*

**Clausulas a que se refere o Decreto n. 9471, desta data**

I

A companhia é obrigada a ter um representante no Imperio com plenos poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem, quer com o Governo, quer com os particulares.

II

Todos os actos que praticar no Imperio ficarão sujeitos ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdicção de seus Tribunaes judiciarios ou administrativos, sem que, em tempo algum, possa a referida companhia reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos.

III

As alterações feitas em seus estatutos serão communicadas ao Governo, sob pena de multa de 200\$ a 2:000\$, e de lhe ser cassada esta concessão.

## IV

No caso da companhia deliberar executar algum ou alguns dos fins de sua criação, que não estiverem em completa connexão com o contrato celebrado com o Governo Imperial, deverá primeiramente pedir permissão ao mesmo Governo.

## V

Nenhum artigo dos estatutos poderá ser interpretado ou entendido em sentido contrario ás clausulas do contrato de que a companhia é cessionaria, o qual prevalecerá sempre, qualquer que seja a intelligencia das disposições dos mesmos estatutos.

Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Julho de 1885. — *João Ferreira de Moura*.

Eu, Carlos João Kunhardt, traductor publico e interprete commercial juramentado desta praça, etc. etc.

Certifico que me foram apresentados os estatutos da *The Ceará Harbour Corporation Limited*, afim de os traduzir da lingua ingleza em que estavam escriptos para o idioma nacional, e litteralmente traduzidos dizem o seguinte; a saber:

## Tradução

## B

## LEIS DAS SOCIEDADES ANONYMAS DE 1862-80

*Memorandum da «The Ceará Harbour Corporation Limited»*

1.º O nome da companhia é *The Ceará Harbour Corporation Limited*.

2.º A sede official da companhia será na Inglaterra.

3.º Os fins para os quacs se forma a companhia são:

(a) Adquirir os privilegios e vantagens da concessão feita pelo Decreto n. 8493 do Governo Imperial do Brazil, de 12 de Março de 1883, e o contrato de 5 de Maio de 1883, feito entre o Governo Imperial no Brazil e Tobias Lauriano Figueira de Mello juntamente com Ricardo Lange, para a construcção das obras de melhoramento do porto da capital da Provincia do Ceará, no Imperio do Brazil, e para a construcção de uma Alfandega na mesma capital, e bem assim obter para a companhia a transferencia da concessão, decreto e contrato, e de todas as confirmações, prorrogações ou modificações respectivas, juntamente com a vantagem de todas as garantias ou decretos do Governo Imperial ou Provincial, que

possam ser ou tenham sido concedidos ou publicados acerca da concessão, decreto ou contrato, sua prorrogação ou modificação.

(b) Construir, estabelecer, manter e fazer estradas, vias ferreas, canaes, caes, docas, telegraphos, navios e barcos a vapor e á vela, edificações, obras de mineração, melhoramentos de terrenos e outras obras exigidas ou autorizadas por taes concessões, decretos ou contratos, ou que forem julgadas vantajosas ou convenientes em relação ás obras exigidas ou autorizadas, e adquirir ou construir e manter ou concorrer para construir e manter casas, igrejas, escolas, hospitaes e outros estabelecimentos e edificios de uso e beneficio geral ou parcial dos operarios e empregados da companhia, quer em suas obras, quer em suas propriedades, e em geral fazer tudo que estiver dentro de sua esphera ou que julgar conducente ao desenvolvimento e aproveitamento das vantagens de taes concessões, decretos ou contratos.

(c) Nomear um representante da companhia no Imperio do Brazil, revestido de todos os poderes necessarios, para tratar e arranjar directamente com o Governo Imperial todas as questões provenientes de qualquer contrato com esse Governo.

(d) Fazer tudo quanto fór necessario ou conveniente para obter do Governo Imperial carta de autorização para funcçãoar no Imperio.

(e) Comprar, tomar por arrendamento ou troca, alugar ou por outros meios adquirir terrenos, casas, cáes, pontes de desembarque, edificios, aguas ou outros direitos, aforamentos, material de trafego, instrumentos, machinas, navios e quaesquer outras propriedades, assim no Imperio do Brazil, como no Reino Unido ou em outra parte, segundo entender que é util ou conducente aos fins e objectos da companhia.

(f) Promover, solicitar, e obter, conservar e levar a effeito resoluções de qualquer governo, parlamento, ou legislatura, concessões, favores, privilegios, aforamentos, contratos, convenções ou qualquer direito real, relativo ou attinente a todos ou a algum dos fins da companhia.

(g) Contrahir emprestimo por meio de titulos hypothecarios, titulos de prelação e obrigações da companhia, ao par, com premio ou desconto, e bem assim contrahir emprestimos sob a garantia de chamadas não realizadas de acções da companhia, ou por quaesquer outros meios e mediante outras garantias, e, em geral, nos termos e condições que a companhia a todo o tempo determinar, ou empregar os fundos da companhia, que não forem immediatamente necessarios, em titulos garantidos conforme em qualquer occasião fór determinado.

(h) Comprar, ou por outra forma adquirir, explorar ou proseguir nas transacções ou negocio ou qualquer interesse no mesmo de qualquer corporação, companhia, sociedade, empresa ou pessoa com fins commerciaes identicos ou semelhantes aos da companhia, em tolo ou em parte, e adquirir e possuir, quer por compra ou em garantia, quer por outra forma, acções, titulos de prelação, obrigações ou interesse nas rendas ou lucros de taes corporações, empresas, sociedades ou pessoas.

(i) Fazer contratos e ajustes no intuito de realizar quaesquer dos fins da companhia.

(j) Aforar, hypothecar, trocar, transferir, dar em penhor, vender, entregar, resgatar, pagar ou de qualquer modo negociar e dispor, quer por dinheiro á vista, quer diversamente de todo ou parte da empreza ou negocios da companhia ou de quaesquer concessões, decretos, favores, privilegios, obras, contratos, ajustes, acções, direitos e qualquer propriedade, bens e offeitos da companhia, e fazer, alterar, rever e arrecadar, quer por si só, quer de accôrdo com o Governo do Brazil, todas as taxas, impostos e direitos cobráveis em razão das obras ou propriedade da companhia.

(k) Fazer tudo quanto fica especificado quer por conta da companhia, quer como agente gestor de negocios ou socio de alguma outra companhia, sociedade ou individuo.

(l) Fazer tudo quanto directa ou indirectamente possa concorrer para a consecução de todos ou alguns dos objectos supra-mencionados.

4.º A responsabilidade dos socios é limitada.

5.º O capital da companhia é de 200.000 libras esterlinas, dividido em 20.000 acções de 10 libras cada uma.

Nós, as diversas pessoas, cujos nomes e endereços vão abaixo declarados, desejamos constituir uma companhia, de accôrdo com este instrumento de associação, e cada um de nós accorda em tomar o numero de acções declarado ao lado dos respectivos nomes :

Nomes, endereços e descripção dos subscriptores	Numero de acções tomadas por cada subscriptor
Adolf Geithensohn, negociante. Globe Wharf Mile End..	Uma
R. Lange, negociante, 93 Bishopsgate Street. E. C.	Uma
George Tucker, negociante. C. Crosby square. E. C....	Uma
Vernon C. Knight, empregado no commercio. Bildorn's Park, Rasper, Sussex.....	Uma
D. Forbes, engenheiro. Wardroke Chambers, Londres. E. C.....	Uma
George Fraser, liquidante commercial. 2, To-kenhouse Buildings, London, E. C.....	Uma
John Morrison, Priory Lodge, Lee Road, Blackheath, Kent, guarda-livros.....	Uma

Em 7 de Abril de 1884. — Testemunha das assignaturas supra :  
A. Neale, advogado, procurador de Godden, Holme & Comp. — 34.  
Old Jewry, E. C.



## C

LEIS DAS SOCIEDADES ANONYMAS DE 1862 A 1880

**Estatutos da Companhia denominada  
«The Ceará Harbour Corporation Li-  
mited».**

## PRELIMINAR

1. As disposições contidas na tabella A do 1º annexo da lei das sociedades, de 1862, não terão applicação a esta companhia.

*Ações*

2. A companhia poderá funcionar depois de incorporada, logo que os directores entenderem conveniente, ainda que só parte das acções tenha sido distribuida.

3. As acções, até sua respectiva distribuição, ficam á disposição da directoria, a qual pôde, nos termos do art. 48, distribui-las ou dispor dellas, nos termos e sob as condições e nas épocas que julgar convenientes.

4. A companhia, por ocasião da emissão de acções, pôde estabelecer distincções entre os possuidores de taes acções, quanto á importância das chamadas a realizar e á época do pagamento dessas chamadas.

5. Si, pelas condições da distribuição de quaesquer acções, todo ou parte do seu valor fôr pagável em prestações, cada prestação deverá, na época de seu vencimento, ser paga á companhia pelo possuidor dessas acções.

6. Os co-possuidores de uma acção serão solidaria e individualmente responsaveis por todas as prestações e chamadas devidas em razão da mesma.

7. No caso do fallecimento de um ou mais co-possuidores, o sobrevivente ou sobreviventes serão as unicas pessoas que a companhia reconhecerá com direito ou interesse em taes acções ou capital consolidado (stock).

8. A companhia não será obrigada a reconhecer interesse contingente ou futuro, parcial ou de equidade, a titulo de deposito ou cação, ou de outra natureza em qualquer acção, ou qualquer outro direito em referencia á acção, a não ser o direito absoluto da pessoa em qualquer occasião inscripta como possuidor da mesma, ou o direito da pessoa, que, nos termos dos arts. 30 e 31 destes estatutos, tem de tornar-se accionista ou de fazer transferencia de qualquer acção.

9. A companhia poderá exercer as faculdades concedidas pela Lei dos sellos das companhias, de 1864. (The Companies Seals Act, 1864.)

*Certificados*

10. Os certificados de acções ou de capital consolidado serão emitidos com o sello da companhia e assignallos, pelo menos, por dous membros da directoria e subscriptos pelo secretario ou por pessoa autorizada pela directoria.

11. Cada accionista terá direito a um certificado de todas as suas acções ou capital consolidado, ou a diversos certificados, comprehendendo cada certificado uma parte dellas. Cada certificado especificará os numeros das acções por que é emitido, e, querendo o accionista, a quantia paga.

12. Si algum certificado ficar inutilizado ou estragado, poderá a directoria, a quem este fór apresentado, ordenar que seja cancellado e mandar passar outro, e, si perder-se ou destruir-se, á vista de prova satisfactoria, e com a indemnização que a directoria julgar sufficiente, será substituído por outro, que será entregue ao accionista ou á pessoa a elle com direito. Um lançamento declarativo da emissão do novo certificado e do pagamento da indemnização, si tiver havido, será feito pelo secretario nas actas das resoluções da directoria.

13. Pagar-se-ha um shilling á companhia por qualquer certificado da lo em substituição.

14. Os certificados de acções ou de capital consolidado registados no nome de duas ou mais pessoas, serão entregues á pessoa cujo nome estiver em primeiro logar no registro.

*Chamadas*

15. A directoria poderá em qualquer occasião fazer as chamadas que julgar convenientes por conta do valor das acções, excepto, si pelas condições de distribuição forem estipulados para as entradas prazos prefixos, e cada accionista pagará a chamada exigida ás pessoas e na época, ou no caso de estabelecimento de prestações, na época e logar designados pela directoria.

16. As chamadas podem ser feitas quer para serem pagas em uma unica ou em mais prestações.

17. Entender-se-ha feita a chamada na occasião em que tiver sido votada a resolução da directoria autorizando-a.

18. Si deixar de ser paga qualquer chamada ou prestação no dia ou até o dia marcado para o seu pagamento, o então possuidor da acção, por conta da qual se fez a chamada ou fór a prestação devida, pagará os juros correspondentes á razão de dez libras por cento ao anno ou juro menor, conforme determinar a directoria a contar do dia marcado para o pagamento até o dia do pagamento effectivo.

19. Na acção ou processo intentado para a cobrança de quantia devida por chamadas, será sufficiente provar que o nome do accionista demandado está inscripto no registro dos membros da companhia como possuidor ou como um dos possuidores das acções a

respeito das quaes proveiu tal divida, e que foi devidamente lançada no livro de actas a resolução da chamada e dado regularmente o aviso ao accionista demandado, de conformidade com estes estatutos, e não será necessario provar a nomeação da directoria que fez tal chamada, nem cousa alguma mais, formando, porém, prova concludente da divida a prova dos actos supraditos.

20. A directoria pôde receber de qualquer accionista, querendo este, por adiantamento e nos termos e condições que ella julgar convenientes, todas ou parte das quantias devidas pelas acções que elle possuir, além das quantias já pagas ou chamadas.

*Transferencias de acções ou titulos do capital consolidado*

21. As acções e titulos de capital consolidado são transferiveis, sujeitos ás disposições em seguida :

22. O instrumento de transferencia de qualquer acção ou titulo consolidado será feito, tanto pelo transferente como pelo transferido ; mas o transferente continuará a ser considerado como o possuidor, enquanto o nome do transferido não fôr inscripto como possuidor da acção no registro dos socios.

23. O instrumento de transferencia de qualquer acção pôde ser redigido da seguinte fórma, ou tanto quanto o permittirem as circunstancias de accôrdo com ella :

« Eu... morador em... pela quantia de... libras esterlinas pagas a mim por... de (tal logar) transiro ao mesmo... a acção ou acções de numero... inscripta em meu nome nos livros da *Ceará Harbour Corporation Limited*, para que elle, seus testamenteiros, inventariantes e representantes a possuam, sob as mesmas condições em que eu a possuia ao fazer deste, e eu... supra-mencionado concordo receber essa acção sob taes condições.

« Em testemunho do que firmamos o presente de nosso punho em... de... de 18.»

24. A directoria pôde recusar-se a registrar qualquer transferencia de acções ou de titulos consolidados sobre os quaes a companhia tiver alguma hypotheca tacita em virtude do disposto no art. 39, e no caso de acções cujas chamadas não estiverem de todo realizadas, poderá negar-se a fazer o registro da transferencia sem dar a razão do seu acto.

25. Não se fará transferencia de acções ou titulos consolidados a crianças ou mentecaptos nem á mulher casada, excepto na hypothese da lei sobre propriedades das mulheres casadas de 1882.

26. Todo e qualquer instrumento de transferencia deverá ser levado ao escriptorio da companhia, afim de ser registrado juntamente com o certificado das acções ou titulos consolidados a transferir e outras provas que a companhia exigir para demonstração do titulo do transferente ou seu direito de transferir as acções ou titulos consolidados.

27. Todo o instrumento de transferencia, que tenha de ser registrado, ficará em poder da companhia ; porém o instrumento

de transferencia a que a directoria tiver negado registro será restituído (salvo o caso de fraude) á pessoa que o tiver apresentado.

28. Uma taxa, nunca maior de 2 shillings e 6 pence, poderá ser imposta a cada transferencia, e será paga antes do registro.

29. Os livros de transferencia poderão ser encerrados durante o tempo que a directoria entender conveniente, comtanto que esse tempo não exceda no todo a 30 dias por anno.

#### *Transpasso de accões ou titulos consolidados*

30. Os testamenteiros e inventariantes do accionista finado serão as unicas pessoas em quem a companhia reconhecerá direito ás accões ou titulos consolidados.

31. O tutor de um accionista menor ou o conselho de um accionista demente, ou a pessoa que tiver adquirido direito a accões ou a titulos consolidados, em consequencia do fallecimento de algum accionista ou em consequencia do casamento de um accionista do sexo feminino ou por qualquer outro modo que não o de transferencia, desde que exhiba prova do caracter em que pretende proceder nos termos deste artigo ou do seu titulo, como entender a directoria, poderá, com o consentimento desta, ser registrado como accionista por taes accões ou titulos consolidados, ou, sujeitando-se ás disposições relativas ás transferencias destes estatutos, transfiri-los a terceiros.

#### *Commisso de accões*

32. Si algum accionista deixar de satisfazer qualquer chamada ou prestação até o dia marcado para o seu pagamento, poderá a directoria, em qualquer tempo posterior, durante o qual tal chamada ou prestação estiver por pagar, mandar aviso ao membro devedor, reclamando tal pagamento, juntamente com os juros accrescidos e despesas que, porventura, tenha feito a companhia por motivo dessa falta.

33. O aviso designará o dia (a contar da sua data pelo menos quatorze dias) e o logar ou logares em que deverá ser satisfeita a chamada ou a prestação e os juros e despesas. O aviso declarará igualmente que, na falta de pagamento até o dia e no logar designados, as accões, a respeito das quaes foi feita a chamada ou é devida a prestação, ficarão sujeitas ao commisso.

34. Si qualquer desses avisos não fór attendido, qualquer acção com relação á qual elle tiver sido feito poderá em qualquer época posterior, antes de realizados os pagamentos de todas as chamadas ou prestações, juros e despesas, ser declarada incursa no commisso por uma deliberação da directoria.

35. Quando alguma acção tiver incorrido em commisso, enviar-se-ha aviso da resolução ao accionista em cujo nome estava

inscripta a acção, e far-se-ha, acto continuo, no registro, o lançamento do commisso com a respectiva data.

36. A acção que tiver sido declarada incursa em commisso será reputada pertencente á companhia, e a directoria poderá vendel-a de novo, distribuil-a e della dispor como entender. Antes disso, porém, poderá a directoria, em qualquer occasião, declarar sem effeito o commisso sob as condções que entender.

37. Um attestado por escripto, assignado, pelo menos, por um dos directores e subscripto pelo secretario, certificando a imposição de pena de commisso de conformidade com estes estatutos e fazendo menção de sua data, será prova concludente dos factos nelle declarados contra todas as pessoas que teriam direito á acção, si não fosse o commisso, e esse attestado juntamente com o recibo do preço de tal acção, passado pela companhia, constituirá titulo bastante de sua propriedade.

38. O accionista, cujas acções tiverem cahido em commisso, será, não obstante, obrigado pelo pagamento e pagará immediatamente todas as chamadas, prestações, juros e despezas devidas por motivo de taes acções ao tempo da declaração do commisso, bem como os juros de tudo, desde a época do commisso até o pagamento á razão de dez libras sterlinas por cento ao anno, ou uma percentagem menor conforme determinar a directoria, a qual poderá usar dos meios coercitivos, si assim entender.

### *Hypotheca*

39. A companhia terá uma hypotheca tacita preferencial sobre as acções ou capital consolidado de todo e qualquer accionista, por suas dividas, responsabilidades e obrigações, quer só, quer solidariamente com outrem, para com a companhia, tenha ou não expirado o prazo do pagamento ou desencargo, ou solução.

40. No exercicio desse direito de hypotheca, poderá a directoria vender as acções ou o capital consolidado a ella sujeitas sem dar aviso ou receber autorização do seu possuidor ou de quem quer que seja. Essa venda, porém, não se poderá effectuar desde que não tenha havido falta no pagamento, solução ou desencargo de taes dividas, responsabilidades ou obrigações no todo ou em parte.

41. Um attestado por escripto, assignado por um dos directores, subscripto pelo secretario, declarando que se verifica esse direito de venda e que cabe á companhia exercel-o nos termos dos presentes estatutos, será prova concludente do facto.

42. No caso de semelhante venda a directoria ou qualquer de seus membros pôde lavrar termo de transferencia das acções ou do capital consolidado ao comprador, e essa transferencia, acompanhada do attestado supra, conferirá ao comprador direito perfeito sobre taes acções ou capital consolidado.

*Conversão das acções em títulos de capital consolidado*

43. A companhia, reunida em assembléa geral, poderá converter em títulos de capital consolidado as acções cujo valor estiver completo.

44. Quando quaesquer acções tiverem sido convertidas em títulos de capital consolidado, poderão, de então em diante, seus possuidores transferir todo ou parte de taes valores, de conformidade e sob as condições das disposições acima estatuidas.

45. Os possuidores de títulos de capital consolidado têm direito de participar nos dividendos e lucros da companhia, segundo a importancia de sua parte nesses títulos; e na proporção dessa parte esses títulos conferem aos seus possuidores, respectivamente, as mesmas vantagens e privilegios para votarem nas assembléas da companhia e para outros fins, iguaes aos que lhes teriam conferido as acções de valor equivalente do capital da companhia.

Porém nenhuma dessas vantagens ou privilegios, a não ser a participação nos dividendos e lucros da companhia, será conferida por nenhuma dessas partes aliquotas de tal capital consolidado, assim como não o seria por partes aliquotas de acções.

*Aumento de capital*

46. A companhia, em assembléa geral, poderá, em qualquer occasião, augmentar o capital, criando novas acções do valor que julgar conveniente.

47. As novas acções serão emittidas nos termos e condições o com os direitos e privilegios que lhes forem annexos, que a assembléa geral marcar ao creal-as, e não os marcando serão emittidas conforme deliberar a directoria, observando-se que essas acções podem ser emittidas com direito preferencial, qualificado nos dividendos na distribuição dos haveres da companhia e com direito especial na votação.

48. A companhia, em assembléa geral, pôde, antes da emissão de novas acções, determinar que essas acções ou parte dellas sejam em primeiro logar offercidas a todos os accionistas, na proporção do capital que possuirem, ou tomar quaesquer outras deliberações acerca da emissão e distribuição das novas acções. Porém, na falta de taes deliberações ou na parte a que ellas não se referirem, ficarão as novas acções sujeitas ás disposições do art. 3º destes estatutos.

49. Si outra cousa não fôr estatuida nas condições da emissão, todo o capital levantado pela criação de novas acções considerase-ha parte do capital primitivo, e ficará sujeito ás disposições destes estatutos com relação ao pagamento de chamadas e prestações, transferencias e traspasso, comisso, hypotheca, resgate, etc.

*Redução de capital, consolidação, remissão e subdivisão de acções*

50. A companhia poderá em qualquer occasião reduzir o capital, e por consolidação ou subdivisão dividir o capital ou parte delle, em acções de maior ou menor valor nominal, e tambem em qualquer occasião, remidos que sejam os titulos de obrigação ou de prelação, remir, resgatar ou trocar acções ou titulos de capital consolidado da companhia por apolices da divida publica do Governo do Brazil, vencendo juros de 6 % ao anno.

*Renuncia de acções ou de titulos de capital consolidado*

51. A directoria pôde aceitar de qualquer accionista, nos termos e condições que se convencionar, a renuncia de suas acções ou titulos de capital consolidado ou de parte delles.

*Autorização para empréstimos*

52. (\*) A directoria pôde, de tempos a tempos, crear e emittir, para os fins da companhia, obrigações ou titulos de prelação até uma somma não excedente a \$ 150.000 garantidos com onus privilegiado sobre toda a empresa, renda e propriedade da companhia, na occasião, ou sobre qualquer parte della; e esses titulos vencerão juros á razão de \$ 5 % ao anno, e serão remiveis, quer por dinheiro, quer por outra fôrma, pelo modo, termos e nas épocas que a directoria marcar, e serão emitidos acima ou abaixo do par, nominaes ou ao portador, como determinar a directoria.

53. A directoria pôde levantar e garantir o pagamento dessas sommas nos termos e condições que julgar conveniente, e especialmente pela emissão de titulos de prelação ou titulos de obrigação da companhia, ou pela criação de titulos de capital preferencial; ou passando, sacando, aceitando ou endossando em nome da companhia notas promissorias e letras de cambio, ou dando ou emittindo outra qualquer garantia da companhia, ou hypothecando e obrigando toda ou parte da propriedade da companhia e seu capital não realizado na occasião.

54. Todo titulo de obrigação ou qualquer titulo de garantia emittido pela companhia pôde ser redigido de fôrma a serem as quantias garantidas exigidas, isentas de toda e qualquer deducção ou compensação entre a companhia e a pessoa a quem o titulo tiver sido passado.

55. Os titulos de prelação, obrigações e outros titulos de garantia podem ser emittidos com desconto, premio ou por outra fôrma.

---

(\*) Por especial resolução da corporação, devidamente votada, a faculdade para contrahir empréstimos foi elevada a \$ 200.000. (Vide cópia annexa da resolução especial.)

56. A directoria estabelecerá um registro de accôrdo com a secção 43 da lei de 1892, sobre companhias, de todas as hypothecas, onus e obrigações reais da companhia.

### *Assembléas geraes*

57. A primeira assembléa geral reunir-se-ha quando (contanto que seja dentro de quatro mezes depois do registro dos estatutos) e onde a directoria determinar.

58. As subsequentes assembléas geraes terão logar quando e onde a companhia em assembléa geral determinar, e, na falta de designação, reunir-se-ha todos os annos a assembléa geral, onde e quando a directoria determinar.

59. Estas assembléas geraes serão denominadas assembléas geraes ordinarias, todas as mais assembléas denominar-se-hão extraordinarias.

60. A directoria poderá, quando entender conveniente, e deverá, quando houver requisição por escripto de accionistas representando no todo 2.000 accções, convocar a assembléa geral extraordinaria.

61. Essa requisição especificará o objecto da reunião e será assignada pelos accionistas que a reclamarem, devendo ser entregue no escriptorio da companhia.

62. Deixando a directoria de convocar uma assembléa geral extraordinaria dentro de 21 dias a contar da data da entrega da requisição supra, os reclamantes ou outros accionistas de igual porção de capital podem por si convocar a assembléa.

Tal requisição, porém, não produzirá effeito, decorridos dous mezes depois de sua entrega no escriptorio.

63. Com antecedencia ao menos de sete dias, dar-se-ha aviso quer pela imprensa, quer por carta, ou por qualquer forma, como adiante se determina, especificando o logar, dia e hora da assembléa; e tratando-se de assembléa geral extraordinaria, com designação do fim da convocação. Adiando-se qualquer assembléa por 21 dias ou mais, dar-se-ha aviso com quatro dias, pelo menos, de antecedencia, do logar e hora da nova reunião.

64. A omissão accidental ou a não recepção do aviso por algum accionista, não invalidará a resolução votada na reunião de que tratar o aviso.

### *Regimen das assembléas geraes*

65. O fim e objecto de uma assembléa geral ordinaria é tomar conhecimento da exposição da receita e despesa e do balanço que lhe deve ser apresentado de conformidade com o art. 132 destes estatutos, dos relatorios da directoria e dos fiscals, de conformidade com os arts. 133 e 140 destes estatutos, dos factos connexos ou dos factos de que se haja dado aviso nos termos do art. 60, eleger directores e outros empregados para o logar dos que suc-



cessivamente se forem retirando, e resolver sobre os dividendos propostos pela directoria. Outros quaesquer negocios serão reputados especiaes e serão discutidos em assembléa geral extraordinária.

66. O accionista que tiver direito de votar pôde, sujeito ás disposições em seguida, submeter qualquer moção ou proposta á assembléa geral ordinária; contanto que tenha deixado no escriptorio, pelo menos dez dias antes do dia marcado para a assembléa, um aviso declarando a intenção de submeter tal moção ou proposta, juntamente com uma cópia da mesma.

67. Tres accionistas presentes em pessoa constituem numero sufficiente para uma assembléa geral, para eleição de presidente, declaração de dividendo e adiamento de uma assembléa geral. Para todos os mais fins o *quorum* de uma assembléa geral será de cinco accionistas presentes em pessoa. Nenhum negocio será tratado em assembléa geral sem que o necessario *quorum* se acho presente no começo da sessão.

68. O presidente da directoria tem o direito de assumir a presidencia de todas as assembléas geraes; mas, si não houver presidente ou si em alguma assembléa geral elle não estiver presente 15 minutos depois da hora marcada para a reunião, os accionistas elegerão outro director para presidente, ou si não estiver presente director algum ou si todos os directores presentes recusarem a presidencia, os accionistas presentes elegerão, entre si, um para tomar a presidencia.

69. Si meia hora depois do tempo marcado para a reunião não se tiver reunido numero sufficiente e a assembléa tiver sido convocada conforme a requisição supra, ella dissolver-se-ha; mas, em qualquer outra hypothese, ella será adiada para igual dia da semana seguinte, para a mesma hora e lugar, e si nessa assembléa de adiamento não se reunir numero sufficiente, os accionistas presentes constituirão numero, e poderão deliberar sobre o objecto de sua convocação.

70. Toda moção apresentada em assembléa geral será decidida em primiro lugar por demonstração das mãos, e, no caso de empate de votos, o presidente terá, tanto na votação symbolica como na de escrutinio secreto, um voto de qualidade, além do voto ou votos a que elle tenha direito como accionista.

71. Em qualquer assembléa geral, excepto si a votação por escrutinio secreto fôr pedida por escripto por cinco accionistas, pelo menos, possuidores ou representando por procuração ou revestidos do direito de voto como possuidores de mil (1.000) acções, a declaração feita pelo presidente de que tal resolução foi votada, e o lançamento respectivo no livro das actas da companhia serão prova sufficiente do que se venceu, independente da prova do numero ou proporção de votos tomados a favor ou contra.

72. Si, como fica dito, fôr pedida a votação por escrutinio secreto, essa terá lugar da maneira e na hora e lugar que o presidente da assembléa designar, nomeando-se dous escrutadores, um pelo presidente e outro pelo proponente, e esses escrutadores relatarão por escripto ao presidente o resultado da votação. O relatorio

desses escrutadores será concludente quanto aos factos e o presidente o apregoará, tendo em vista os factos relatados pelos escrutadores e o art. 79 destes estatutos, e sua declaração entender-se-ha ser a resolução da assemblea em que tal votação foi pedida.

73. Toda assemblea geral terá o poder de adiar os seus trabalhos para dia e dias e para logar e logares diversos, mas nas assembleas de adiamento não se tratará senão da materia que não ficou liquidada na reunião de que houve adiamento.

74. O pedido de votação por escrutinio secreto não impedirá a continuação da assemblea afim de tratar-se de objectos diversos daquelle para o qual fez-se o pedido dessa votação.

### *Votos dos accionistas*

75. Cada accionista tem um voto por cada acção que possuir. O voto póde ser dado, quer em pessoa, quer por procurador, nos termos e condições dos presentes estatutos.

76. O tutor ou a pessoa, de conformidade com o art. 31 destes estatutos, authoriza a transferir acções ou titulos de capital consolidado, póde votar nessa qualidade em qualquer assemblea geral, como si fosse o possuidor registrado de taes acções ou capital consolidado, contanto que, pelo menos 48 horas antes do dia marcado para a assemblea, em que pretende votar, elle tenha provado satisfactoriamente á directoria o direito que lhe assiste de transferir taes acções ou capital consolidado ou si, préviamente, a directoria lhe tiver reconhecido o direito de votar em tal assemblea.

77. Si forem diversos os possuidores de acções ou capital consolidado, o accionista cujo nome se achar em primeiro logar no registro, e nenhum mais, terá o direito de votar. O outro ou outros possuidores conjunctos poderão, no entretanto, assistir a qualquer assemblea geral.

78. Não se poderá exigir votação por escrutinio secreto na eleição de presidente da assemblea geral, nem em questão de adiamento.

79. O presidente da assemblea geral será o unico e absoluto juiz da validade do voto dado em tal assemblea ou na votação por escrutinio secreto pedida, e póde aceitar ou recusar os votos dados, segundo a sua opinião, quanto á sua validade.

80. Não se póde apresentar contestação á validade de qualquer voto, senão na assemblea geral ou na occasião da votação por escrutinio secreto em que tiver de ser dado; e o voto, quer seja dado em pessoa, quer por procurador que não fôr impugnado em tal assemblea geral ou votação por escrutinio secreto, julgar-se-ha válido para todos os fins da assemblea ou da votação por escrutinio secreto.

81. O instrumento constitutivo de procurador será feito por escripto e assignado pelo constituinte, e no caso de ser este uma sociedade ou corporação, será sellado com o respectivo sello. Não

poderá ser nomeado procurador quem não fôr accionista da companhia e qualificado para votar.

82. O instrumento de procuração será entregue no escriptorio da directoria, pelo menos 48 horas antes do dia marcado para a assemblea geral em que tiver de votar o procurador. Não será válida a procuração, passados 12 meses do calendario, a contar de sua data.

83. O voto dado nos termos da procuração será válido não obstante o fallecimento do constituinte ou a revogação da procuração ou transferencia da acção com referencia á qual foi dado o voto, si nenhuma comunicação, por escripto, da morte, revogação ou transferencia tiver sido recebida no escriptorio da companhia antes da assemblea geral.

84. A procuração será concebida, mais ou menos, nos termos o para os fins seguintes:

« *The Ceará Harbour Corporation, limited.*

« Eu... e tal logar, accionista da *Ceará Harbour Corporation, limited*, e com direito a voto (ou votos) pela presente nomeio... de (tal logar) e em sua falta a... de (tal logar) e em sua falta a... de (tal logar), meu procurador, para votar por mim e em meu nome na assemblea geral ordinaria (ou extraordinaria, conforme fôr a hypothese) da companhia que terá logar no dia... de tal mez e anno ou em seus adiamentos. Em fé do que assigno em... de... de 18....»

85. Nenhum accionista terá direito de assistir e de votar em qualquer questão, quer em pessoa, quer por procuração ou como procurador de outro accionista, em qualquer assemblea geral, ou de tomar parte em qualquer votação por escrutinio secreto ou de ser contado para fazer numero, enquanto tiver entrada a fazer ou dever qualquer quantia á companhia, com relação a alguma ou algumas de suas acções.

### *Directoria*

86. O numero dos directores não será menos de dous, nem mais de seis.

87. Os primeiros directores serão nomeados pelos subscriptores do instrumento de associação ou por sua maioria, e essa nomeação será attestada por uma declaração por escripto firmada pelos nomeantes.

Os directores assim nomeados permanecerão em seus cargos até a assemblea geral ordinaria de 1887.

Até á nomeação desses directores, os subscriptores do instrumento de associação constituirão a directoria, não obstante não terem os requisitos abaixo exigidos, e terão de deixar os logares quando forem nomeados os directores de que trata este artigo.

88. Os directores nomeados nos termos do art. 87 terão poderes para nomear para directores outras pessoas em qualquer época antes da assemblea geral ordinaria, que se deve reunir em 1885,

porém de modo que o numero total dos directores nunca exceda o maximo fixado no art. 86.

89. A condição essencial para ser director (excepto no caso do art. 87) será a posse em seu proprio nome de acções ou capital consolidado, titulos de prelação e titulos de obrigação do valor nominal de £ 500 pelo menos.

90. Qualquer director poderá retirar-se do cargo, avisando a companhia de sua intenção, com um mez de antecedencia. Findo esse prazo terá effeito a resignação.

91. A directoria receberá, a titulo de ordenado, a somma de £ 1.600 por anno, a qual será dividida entre os directores na proporção e pelo modo que elles determinarem.

92. Julgar-se-ha vago o logar de director :

(a) Si elle aceitar ou exercer na companhia qualquer outro cargo, excepto o de director gerente.

(b) Si elle fallir, suspender pagamentos, requerer a liquidação de seu negocio, fizer composição com os credores, ou de qualquer fórma prevalecer-se de qualquer lei promulgada em beneficio de devedores insolventes.

(c) Si se verificar que é demente ou vier a sel-o.

(d) Si deixar de possuir o numero necessario de acções ou capital consolidado ou titulos de obrigação que o qualificam para o cargo.

(e) Si tiver parte ou fór interessado nos lucros do contrato ou obra feita por conta da companhia, excepto no caso previsto pelo art. 118 (q), nenhum director, porém, perderá seu logar pelo facto de ser accionista de alguma companhia que tenha feito contrato com esta companhia ou feito obra para ella, ou que seja interessado ou participe dos lucros de algum contrato feito com a companhia.

(f) Si deixar de comparecer ás reuniões da directoria por mais de tres mezes do calendario, sem licença especial da directoria.

#### *Turno dos directores*

93. Na assembléa geral ordinaria, que terá logar em 1887, e em todas as assembléas geraes ordinarias que se seguirem, um terço dos directores, ou si seu numero não fór um multiplo de tres, o numero mais proximo, contanto que não exceda do terço, retirar-se-ha do cargo.

94. O terço ou o numero mais proximo que tiver de retirar-se por occasião da assembléa geral de 1887 será designado á sorte, excepto si outra cousa fór convencionada entre os directores; nos annos subsequentes o terço ou outro numero mais proximo dos que tiverem servido mais tempo retirar-se-ha.

95. O director que se retirar é reelegivel.

96. A companhia, na assembléa geral em que se retirar algum ou alguns dos directores, pela maneira supra, preencherá o logar ou logares vagos, elegendo um numero igual de pessoas que estejam nas condições de ser directores.

97. Si, na assembléa geral em que se tiver de proceder á eleição da directoria, não se preencherem os logares dos directores demissionarios, todos estes ou aquelles cujos logaros não tiverem sido preenchidos continuarão nos seus cargos até a assembléa geral ordinaria do anno seguinte, e assim de anno a anno até que se preencham os seus logares, excepto si nessa assembléa geral se resolver a redução do numero dos directores.

98. A companhia, em assembléa geral, poderá em qualquer occasião augmentar ou diminuir o numero dos directores, e poderá tambem determinar em que turno esse numero augmentado ou diminuido terá de retirar-se.

99. A companhia poderá, por uma resolução especial, exonerar qualquer director antes de terminado o tempo de seu exercicio e nomear outra pessoa habilitada em seu logar.

A pessoa assim nomeada só permanecerá no cargo o tempo que ficaria seu antecessor si não fosse exonerado.

100. As vagas accidentaes que se derem na directoria podem ser preenchidas pelos directores, mas a pessoa escolhida só exercerá o cargo durante o tempo que seu antecessor teria de exercel-o si não tivesse occorrido a vaga.

101. Pessoa alguma, a não ser um director demissionario ou recommendada pela directoria, será elegivel ao cargo de director em assembléa geral, si ella ou o membro que a queira propor não tiver entregue 10 dias, pelo menos, antes da assembléa geral, no escriptorio da companhia, aviso por escripto e por elle assignado, noticiando sua candidatura ao cargo, ou a intenção que tem esse membro de propol-a.

#### *Director gerente*

102. A directoria poderá, em qualquer occasião, nomear um ou mais de seus membros para o cargo de director gerente ou de directores gerentes da companhia, quer por tempo limitado, quer por tempo illimitado, e poderá tambem em qualquer occasião removel-os ou destituil-os e nomear outro ou outros para o seu ou seus logares.

103. O director gerente, enquanto exercer o cargo, não estará sujeito a retirar-se pelo turno nem entrará no turno dos directores; estará, porém, sujeito ás disposições ou clausulas de qualquer contrato que fizer com a companhia comprehendidos nas disposições que regem a resignação e demissão dos outros directores da companhia, e em cessando de exercer o cargo de director, qualquer que seja a causa, deixará logo, *ipso facto*, de ser director gerente.

104. A remuneração do director gerente será periodicamente fixada pela directoria, e o poderá ser, quer em parte, quer no todo, a titulo de salario ou de commissão, ou por via de participação nos lucros ou por outra fórma.

105. A directoria em qualquer occasião pôde delegar e commetter ao director gerente em exercicio os poderes de que está investida pelos presentes estatutos conforme entender, e pôde conferil-os temporariamente e a respeito de certos e determinados negocios e sob as condições que julgar convenientes, e pôde outrossim conferil-os, quer a par, quer com exclusão, quer em substituição de todos ou de alguns dos poderes da directoria, e pôde, em qualquer occasião, revogar, retirar, alterar ou variar todos ou alguns desses poderes.

*Actos da directoria*

106. A directoria pôde reunir-se para as suas deliberações, adiar e regular suas reuniões, conforme entender e determinar, o numero de membros necessarios para constituir *quorum* para as suas deliberações. Si não houver deliberação em contrario, dous directores constituirão *quorum*.

107. Qualquer director pôde, em qualquer occasião, convocar uma reunião da directoria.

108. As questões que se suscitarem em reunião serão decididas por maioria de votos, e em caso de empate terá o presidente voto de qualidade.

109. A directoria pôde eleger um presidente para as suas reuniões, e determinar o periodo de suas funcções; mas si não se eleger presidente, ou si em alguma reunião não comparecer o presidente na hora marcada para a mesma, escolherão os directores presentes um d'entre si para ser o presidente dessa reunião.

110. A directoria pôde delegar quaesquer de suas attribuições a commissões compostas de um ou mais de seus membros, como julgar conveniente. As commissões assim constituidas conformar-se-hão no exercicio das funcções delegadas com as regras que lhes tiver imposto a directoria.

111. As commissões podem eleger os presidentes para as suas reuniões; si nenhum fôr eleito, ou si o eleito não comparecer á hora marcada para a reunião, os membros presentes escolherão um d'entre si para ser o presidente dessa reunião.

112. As commissões podem reunir-se ou aliar os seus trabalhos como entenderem. As questões que se suscitarem em qualquer reunião serão resolvidas pela maioria dos votos dos membros presentes, e no caso de empate terá o presidente o voto de qualidade.

113. Todos os actos praticados em sessão da directoria, ou de uma commissão da directoria, ou por pessoa que fizer as vezes de director, ainda quando posteriormente descobrir-se que houve irregularidade na nomeação dessa directoria ou das pessoas, agindo como acima fica dito, ou que elles ou qualquer dellas não tinham os requisitos necessarios, serão tão válidos como si todas essas pessoas tivessem sido legitimamente nomeadas e tivessem esses requisitos.

114. Uma deliberação escripta e assignada por todos os directores terá o mesmo valor e effeito como si tivesse sido tomada em sessão da directoria devidamente convocada e constituida.

115. Si qualquer dos directores fôr designado para serviços extraordinarios ou para trabalhos especiaes indo a paiz estrangeiro e ali residindo em beneficio e para a consecução dos fins da companhia ou de interesse della, a companhia poderá remunerar o director ou directores, que assim servirem, quer com uma somma prefixa, ou com uma porcentagem dos lucros ou pela forma que fôr determinada. Essa remuneração pôde ser quer adicional, quer substitutiva, da parte que lhe cabe na remuneração da directoria estabelecida no art. 91 destes estatutos.

#### *Actas*

116. A directoria mandará lavrar actas em livros para isso destinados:

- (a) de todas as nomeações de empregados;
- (b) dos nomes dos directores presentes em cada sessão da directoria ou das commissões de directores;
- (c) de todas as ordens passadas pelos directores ou commissões de directores;
- (d) de todas as resoluções de sessões das assembleas geraes e das sessões da directoria e commissões, e essas actas das sessões da directoria, das commissões ou da companhia, desde que trouxerem a assignatura do presidente da sessão ou do presidente da seguinte sessão, serão recebidas como prova *prima facie* plena dos assumptos nellas especificados.

#### *Attribuições da directoria*

117. A administração da companhia e a direcção de seus negocios pertencerão á directoria, a qual, além dos poderes que nestes estatutos lhe são conferidos expressamente, poderá exercer todos os poderes e praticar todos os actos e fazer todas as cousas que podem ser exercidas e praticadas pela companhia e que pelos presentes estatutos não se determina nem se exige sejam exercidos ou praticados pela companhia em assemblea geral, ficando, porém, a directoria sujeita ás prescripções que em qualquer tempo decretar a companhia em assemblea geral; fica entendido que nenhuma deliberação invalidará acto algum anterior da directoria, que teria sido válido si essa deliberação não tivesse sido tomada.

118. De accôrdo e sem limitação ou prejuizo dos poderes geraes conferidos ou comprehendidos no artigo precedente e de todos os mais poderes conferidos por estes estatutos, fica expressamente declarado que a directoria será investida e exercerá as seguintes attribuições e obrigações:

- (a) Poderá pagar custas e despozas preliminares e concomitantes á formação, constituição e registro da companhia.

(b) Poderá, ao seu arbitrio, dar em pagamento de qualquer propriedade o direitos adquiridos pela companhia e de serviços a ella prestalos, quer com preço total, quer com parte delle, dinheiro ou acções, obrigações, titulos de prelação ou outros titulos de garantia da companhia, e essas acções podem ser emitidas quer com todas as suas entradas realizadas, quer com a somma nellas acreditada como paga, conforme fôr convencionado, e essas obrigações, titulos de prelação e de garantia, podem, ou não comprehender todos os haveres da companhia, ou só parte dellos, e o capital ainda não realizado.

(c) Poderá garantir o cumprimento de quaesquer contratos ou obrigações da companhia com hypotheca e obrigação de todos os haveres da companhia ou de parte delles e do seu capital ainda não realizado, ou da forma que julgar conveniente.

(d) Poderá solicitar e obter para o em nome da companhia todas e quaesquer licenças, concessões, patentes, aforamentos, arrendamentos, favores, confirmações, poderes e privilegios, em virtude de lei ou por outro meio, do Governo Imperial do Brazil ou do Governo de qualquer Provincia do Imperio do Brazil, ou de Sua Magestade Britannica ou do parlamento ou secretaria de estado ou dos governos estrangeiros e colonias.

(e) Poderá recorrer ao parlamento quando fôr mister, dar os passos, tomar as medidas e fazer tudo que julgar conveniente á consecução dos fins da companhia.

(f) Poderá comprar, construir ou levantar e conservar os edificios, engenhos, instrumentos e machinismos, estradas de rodagem, caminhos de ferro, tramways, canaes, ees, pontes, armazens e outras obras de vantagem, conforme forem tornando-se necessarias aos fins da companhia.

(g) Poderá comprar, alugar, arrendar ou por outra forma adquirir edificios, servidões de transito e outras terras, posses e propriedades, ou sómente a parte ou interesse em taes bens, e nos termos que, segundo a occasião, julgar conveniente. Poderá tambem, quando lho parecer acortado, reparar, demolir, remover, alterar as casas e edificios adquiridos e em seu logar levantar casas e edificios da forma que julgar necessaria, ou mais adequada ao serviço ou fins da companhia. Poderá, outrosim, em qualquer occasião arrendar, vender e comprar terras, posses e propriedades ou parte desses bens, como acima fica dito, e revendel-os e em geral dispor delles como julgar mais conveniente aos interesses da companhia.

(h) Poderá segurar contra prejuizo ou damno pelo fogo e outros sinistros toda propriedade seguravel, mercadorias e effeitos da companhia.

(i) Poderá nomear, e á sua discreção demittir ou suspender os gerentes, secretarios, empregados, caixeiros, agentes e criados incumbidos de serviços permanentes, temporarios e especiaes, quando fôr conveniente, determinando-lhes as obrigações, fixando-lhes os salarios e emolumentos, e exigindo delles fiança maior ou menor, segundo os casos e sua opinião.



(j) Poderá nomear uma ou mais pessoas para receberem em *fidei commissio* para a companhia quaesquer bens a ella pertencentes ou nos quaes ella fôr interessada, passando as escripturas ou instrumentos, e fazer tudo o que fôr necessario para delles empossar essa pessoa ou pessoas.

(k) Poderá intentar, proseguir, defender quaesquer acções em que a companhia ou seus empregados forem autores ou réos, ou em que fôr interessada, fazer desistencia e entrar em composição, e poderá tambem transigir, conceder e obter prazos para o pagamento e satisfação de dividas vencidas ou de debitos e creditos da companhia.

(l) Poderá sujeitar quaesquer reclamações ou litigios a arbitramento, observar e cumprir as decisões dos arbitros.

(m) Poderá passar e aceitar recibos, clarezas e outras quitações de dinheiro pagaveis á companhia e de reclamações da mesma.

(n) Poderá agir em nome da companhia em tudo quanto se refere a fallidos e insolventes.

(o) Poderá estabelecer escriptorios filiaes e nomear agentes para tratarem de negocios da companhia, quer no Imperio do Brazil, quer fóra d'elle, sob as condições e com os poderes e attribuições que julgar convenientes.

(p) Poderá empregar os fundos da companhia que não forem de immediata necessidade em titulos garantidos, outros que não as acções da companhia e da melhor fórma que entender, e segundo a occasião variar ou realizar estes empregos de capital.

(q) Poderá dar a algum de seus membros ou empregados interesse em qualquer negocio ou transacção especial, quer concedendo-lhe uma percentagem sobre o dispendio total desse negocio ou transacção, ou uma parte nos lucros geraes da companhia, e esse interesse, comissão ou parte nos lucros levar-se-ha á conta das despesas de custeio da companhia.

(r) Poderá, antes de propor algum dividendo, separar dos lucros da companhia as quantias que forem necessarias para satisfazer as exigencias de alguma concessão que a companhia tenha ou adquira.

(s) Poderá (attendidos os encargos de qualquer concessão de propriedade da companhia ou que ella possa adquirir e além do fundo de reserva nella exigido) separar, antes de propor algum dividendo, dos lucros da companhia a somma que julgar necessaria para um fundo de reserva, para occorrer ás emergencias, ou para igualar dividendos ou para reparar, melhorar e conservar qualquer propriedade ou bens da companhia e para os mais fins que a directoria, na plenitude de seu poder discricionario, entender vantajosos á companhia; e ella poderá empregar as sommas assim separadas, como entender, uma vez que não empregue em acções da companhia, e, quando offerecer-se a occasião, poderá variar de collocação, dispondo de toda ou parte de sommas separadas em beneficio da companhia e bem assim dividir o fundo de reserva em tantos fundos especiaes quantos julgue conveniente.

(t) Poderá, em qualquer occasião, fazer alterar e revogar estatutos regulamentares da administração e da companhia, seus

empregados e agentes subalternos ou accionistas ou qualquer secção dos mesmos, e poderá fazer, alterar, rever e collectar, quer só, quer de accôrdo com o Governo Imperial, todas as tarifas, impostos, direitos e taxas collectaveis em razão das obras ou material da companhia.

(u) Poderá fazer todos os negocios e contratos, rescindir e alterar todos os contratos e escripturas feitas em nome da companhia, conforme entender util ou conducente ás materias supraditas, ou, em geral, aos fins da companhia, e especialmente poderá fazer contratos para aquisição dos privilegios e favores da concessão referida no instrumento da associação.

(v) Poderá fazer regulamentos para o uso e salvaguarda do sello commum, sendo que todo o instrumento que fôr sellado com o sello commum será sempre assignado por dous directores, pelo menos, e subscripto pelo secretario.

(w) Poderá saccar, aceitar, endossar e passar letras de cambio, notas promissórias e cheques em nome e para os fins da companhia, contanto que sejam assignados ou endossados, conforme as hypotheses, pelo menos, por dous directores e subscriptos pelo secretario.

### *Dividendos*

119. A directoria poderá, satisfazendo as condições de qualquer concessão que a companhia tenha adquirido e ao disposto no art. 118 (s) e precedendo approvação da companhia em assembléa geral, marcar os dividendos a pagar aos accionistas na proporção de suas acções, respeitadas os direitos de preferencia que possam existir entre as diversas classes de acções.

120. Não se poderá annunciar dividendo maior do que o proposto pela directoria, porém a companhia, em assembléa geral, poderá marcar um menor.

121. Não se poderá pagar dividendo algum senão dos lucros liquidos da companhia, nos quaes poderá ser incluída qualquer quantia paga á companhia a titulo de juros garantidos por qualquer concessão.

122. A declaração feita pela directoria acerca da importancia dos lucros liquidos da companhia será decisiva.

123. A directoria poderá, em qualquer occasião, pagar aos accionistas por conta do proximo futuro dividendo um dividendo antecipado, que a seu juizo as circumstancias da companhia justifiquem.

124. A directoria poderá, dos dividendos a pagar a qualquer accionista, deduzir as quantias por elle devidas e não pagas á companhia por conta de chamadas, prestações ou outro titulo.

125. A directoria poderá reter os dividendos a pagar por acções ou titulos de capital consolidado, com relação aos quaes qualquer pessoa, nos termos dos arts. 30 e 31 dos presentes estatutos, tenha direito de constituir-se accionista, ou tenha direito de transferencia, até que o sa pessoa se constitua accionista

com relação a essas acções ou títulos, ou as transfira devidamente.

126. Todos os dividendos serão pagos com cheques sobre os banqueiros e serão entregues ou remetidos aos accionistas pelo secretario.

127. No caso de acharem-se registradas diversas pessoas como co-possuidores de acções ou títulos de capital consolidado, pôde qualquer dellas passar o recibo de dividendos e de pagamentos feitos por conta dessas acções ou títulos.

128. Nenhum dividendo vencerá juros contra a companhia e todos os dividendos não reclamados durante seis annos consecutivos ficarão prescriptos em beneficio da companhia.

### *Contabilidade*

129. A directoria fará organizar uma contabilidade exacta das quantias recebidas e despendidas pela companhia, e das operações que determinaram essas receita e despesa, e bem assim de todos os haveres, creditos e responsabilidades da companhia.

130. Os livros de contabilidade serão escripturados no escriptorio da companhia ou no logar ou logares que a directoria entender.

131. A directoria determinará em que horas e logar e sob que condições e regras, limitada ou illimitadamente, a contabilidade e livros da companhia ou alguns delles serão facultados á inspecção dos accionistas; e nenhum accionista terá direito de examinar qualquer conta, livro ou documento, salvo quando esse direito lhe fór conferido por lei ou quando autorizado pela directoria ou por deliberação da companhia em assembléa geral.

132. Na assembléa geral ordinaria de cada anno apresentará a directoria á companhia uma demonstração da receita e despesa e um balanço contendo um resumo do activo e passivo da companhia, organizado até uma data que não exceda a quatro mezes anteriores á da assembléa geral e abrangendo o espaço de tempo decorrido depois do ultimo balanço, e no caso da primeira demonstração e balanço a contar da incorporação da companhia.

133. Cada uma dessas demonstrações será acompanhada de um relatorio da directoria acerca do estado e condições economicas da companhia e acerca da importancia que ella propõe que seja paga ou distribuida dos lucros dos accionistas a titulo de dividendo ou bonus e acerca da importancia (caso a haja) que a directoria levou ao fundo de reserva, segundo as disposições constantes dos presentes estatutos; e a demonstração, o relatorio e o balanço serão assignados pelo presidente e em sua falta por um director, e subscriptos pelo secretario.

134. Uma cópia impressa desse balanço e relatorio será, sete dias antes da assembléa geral, distribuida aos accionistas e possuidores de títulos de capital consolidado, pela mesma maneira aqui em seguida estabelecida para se fazerem os avisos.

*Fiscalisação*

135. Uma vez pelo menos cada anno será examinada a contabilidade da companhia e verificada a exactidão da demonstração e do balanço por um ou mais fiscaes.

136. O primeiro fiscal (ou primeiros fiscaes) será de nomeação da directoria; os subsequentes serão nomeados pela companhia na assembléa geral de cada anno. A remuneração dos fiscaes será fixada pela companhia em assembléa geral. O fiscal que tiver do retirar-se do cargo poderá ser reeleito.

137. Si fór nomeado só um fiscal, todas as disposições aqui contidas relativamente aos fiscaes ser-lhe-hão applicaveis.

138. Os fiscaes serão nomeados d'entre os accionistas. Pessoa alguma, porém, será eleita, quando, além do interesse que tiver na companhia como accionista, se achar interessada em qualquer das suas transacções; e nenhum director ou empregado será eleito enquanto estiver em exercicio.

139. Dando-se alguma vaga casual no cargo de fiscal, a directoria a preencherá immediatamente.

140. Aos fiscaes serão entregues cópias da demonstração e do balanço que têm de ser submettidos á companhia em assembléa geral, com antecedencia pelo menos de quatorze dias da assembléa geral em que têm de ser apresentados, e ó de seu dever confrontal-os com a contabilidade e documentos que lhe são relativos, e fazer o relatório que as circumstancias exigirem. O relatório dos fiscaes será lido na proxima assembléa geral da companhia.

141. Em todas as occasiões que não forem inconvenientes, terão os fiscaes accesso aos livros e escripturação da companhia e com relação a elles ou a ella poderão interrogar a directoria e mais empregados.

*Avisos*

142. Os avisos da companhia podem ser feitos aos accionistas cujo endereço registrado fór no Reino Unido, quer pessoal e directamente, quer por meio do Correio em carta sellada dirigida ao accionista ou seu endereço registrado.

143. Todo o accionista possuidor de acções ou de titulos de capital consolidado, cujo endereço registrado fór fóra do Reino Unido, deve, de tempos a tempos, indicar por escripto á companhia algum logar na Inglaterra que deva ser considerado seu endereço, para as respectivas remessas, e os avisos que tiverem de ser-lhe feitos pela companhia o serão por carta sellada remettida pelo Correio ao seu endereço dado para as remessas. Na falta dessa indicação, o escriptorio da companhia será tido como o endereço para as remessas do accionista.

144. Os avisos que tiverem de ser feitos aos accionistas ou a algum delles, e a respeito dos quaes os presentes estatutos não providenciarem expressamente, será sufficiente que sejam feitos por annuncios.

145. O aviso que tiver de ser ou possa ser feito por annuncios, será publicado uma vez em duas folhas diarias de Londres.

146. Os avisos relativos a acções ou titulos de capital consolidado em que haja co-proprietarios, serão feitos á pessoa cujo nome figura em primeiro logar no registro, e o aviso assim feito será sufficiente para todos os co-proprietarios dessas acções ou titulos.

147. Todo aviso feito pelo Correio reputar-se-ha ter sido feito no dia seguinte áquelle em que a carta foi levada ao Correio, e para prova da communicação bastará provar que a carta contendo o aviso foi devidamente endereçada e lançada no Correio.

148. Toda e qualquer pessoa que por effeito da lei, por transferencia ou por outra fórma vier a ter direito a alguma acção ou titulo de capital consolidado, estará obrigada por todo o aviso que, com relação a essa acção ou titulo e anteriormente ao registro do seu nome e endereço, tiver sido devidamente feito á pessoa a quem deriva o seu direito a essa acção ou titulo.

149. Todo aviso ou documento entregue ou remetido pelo Correio no ou para o endereço registrado ou endereço indicado para a remessa de qualquer accionista, nos termos dos presentes estatutos, não obstante esse accionista ser então fallecido e quer a companhia tenha, quer não, sciencia do seu fallecimento, reputar-se-ha devidamente feito com relação ás suas acções ou titulos de capital consolidado, quer ellas sejam possuidas por um só accionista, quer por mais de um, até que outra pessoa seja registrada no seu logar como possuidora ou co-possuidora, e essa entrega do documento e esse aviso assim feito valerá como si fosse feita a entrega ou o aviso aos seus herdeiros, testamentarios e inventariantes, a todas e quaesquer pessoas por ventura interessadas e m elle em taes accções ou titulos.

150. Quando se tiver de fazer o aviso com determinados dias de antecedencia ou outro qualquer espaço de tempo, o dia de expedição do aviso não será incluído no numero dos dias ou no periodo; sel-o-ha, porém, o dia em que expirar o aviso.

#### *Arbitramento*

151. Sempre que se levantar qualquer divergencia entre a companhia, de uma parte, e qualquer accionista, seus testamentarios e inventariantes ou representantes, de outra parte, a respeito do verdadeiro pensamento ou interpretação, ou dos incidentes ou consequencias destes estatutos, ou das leis ou acerca de qualquer cousa então ou posteriormente feita ou omissão na execução destes estatutos ou da lei, ou acerca da infracção ou allegada infracção destes estatutos ou de qualquer reclamação em consequencia de infracção ou allegada infracção, ou de qualquer maneira relativa aos preliminares, aos presentes estatutos ou ás leis ou a quaesquer negocios da companhia, póde essa divergencia por iniciativa da companhia ser submettida á decisão de um arbitro nomeado pelas partes divergentes e na falta de accôrdo na nomeação de um unico arbitro, á decisão de dous arbitros, cada um dos quaes será nomeado

por uma das partes divergentes, ou a de um arbitro desempatador, nomeado pelos dous arbitros.

152. As custas provenientes e consequentes desse arbitramento ficarão á discreção do arbitro, arbitros ou desempatador, que poderão estabelecer sua importancia ou decidir que sejam taxados como no caso de procura-lor e cliente, ou por outra fórma, e bem assim por quem, a quem e de que modo deverão ser pagos.

153. O submettimento a arbitramento estará sujeito ás disposições da lei do processo commum, de 1854, e a qualquer modificação legal que estiver vigente e será considerado como uma disposição ou mandado do Superior Tribunal de Justiça quando fór requerido por qualquer das partes, as quaes poderão dar autorização aos seus procuradores judiciaes, cada uma para prestar o consentimento da outra.

*Nomes, endereços e profissões dos subscriptores*

Adolf Geithensohn, negociante. — Globe Wharf Mile End.

R. Lange, negociante. — 93 Bishopsgate St. E. C.

George F. Tucker, negociante. — C. Crosby Square, E. C.

Vernon C. Knight, empregado do commercio. — Baldon's Park, Ruspur, Sussex.

D. Forbes, engenheiro. — Wardrobe Chambers, Londres. E. C.

George Fraser, contador publico. — 2 Tockenhouse Buildings, Londres. E. C.

John S. Morrison, guarda-livros. — Priory Lodge, Lee Road, Blackheath Kent.

Em 7 de Abril de 1884. — Testemunha das assignaturas supra :  
A. Neale, advogado, empregado dos Srs. Golden, Holme, 31 Old Jewry, E. C. Advogados.

D

LEIS DAS SOCIEDADES ANONYMAS DE 1862

(25 e 26 Vic. c. 89, e 30 e 31 Vic. c. 131.)

Resolução especial (de accôrdo com a Lei das sociedades anonymas de 1862 rs. 51) da *Ceará Harbour Corporation Limited*, approvada em 2 de Agosto de 1884. Confirmada em 18 de Agosto de 1884.

Na assembléa geral extraordinaria dos accionistas da supra-mencionada companhia, devidamente convocada e reunida na casa n. 110 de Common Street, em Londres, sabbado, 2 de Agosto de

1884, foi approvada a seguinte resolução ; e na subsequente assembléa geral extr. ordinaria dos ditos accionistas da companhia, devidamente convocada e reunida na referida casa n. 110 de Common Street, em 18 de Agosto de 1884, foi devidamente confirmada a seguinte resolução especial :

« Que seja cancellado o art. 52 dos estatutos e que em seu lugar se diga :

« Art. 52. A directoria póle em qualquer occasião tomar por empréstimo no interesse dos fins da companhia as quantias que ella julgar necessarias ou convenientes, contanto que o capital devido nunca exceda de 200,000 libras sterlingas, excepto si obtiver o consentimento de uma assembléa geral.

« Por ordem da directoria.— F. W. Lowther, presidente. »

Para cópia, conforme.— (assignado) *Ernest Cleave*, ajudante do registrador de companhias anonymas.

**A.** Certificado de incorporação de companhia (estavam as Armas do Inglaterra):

Pelo presente instrumento certifico que a *Ceará Harbour Corporation Limited* foi incorporada de conformidade com as Leis sobre companhias, de 1862 a 1883, como companhia limitada, aos sete dias de Abril de mil oitocentos oitenta e quatro.

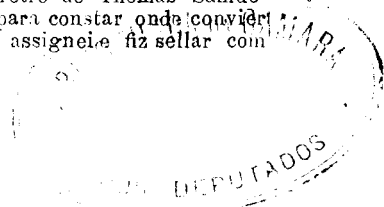
Assignado por meu punho em Londres, aos dezoenove de Agosto de mil oitocentos oitenta e quatro. — (Assignado) *Ernest Cleave*, ajudante do registrador de companhias anonymas.

Eu Thomas Samuel Girdler, tabellião publico da cidade de Londres, devidamente nomeado e juramentado por autorização real, certifico e attesto a quem possa interessar que a assignatura Ernest Cleave exarada e subscripta no fim do certificado de incorporação da *Ceará Harbour Corporation Limited*, aqui annexo, marcado **A**, e a identica assignatura exarada e subscripta no certificado feito no fim da cópia official do *memorandum* ou instrumento de associação da dita corporação aqui annexo, marcado **B**, e a identica assignatura exarada e subscripta no certificado que se acha no fim da cópia official dos estatutos da dita corporação, tambem aqui annexa marcada **C**, e a identica assignatura exarada e subscripta no certificado que se acha no fim da cópia official de uma resolução especial da dita corporação, tambem aqui annexa, marcada **D**, é a verdadeira de Ernest Cleave, ajudante do registrador de companhias anonymas em Inglaterra, que com o seu proprio punho a subscreveu em minha presença.

Portanto, deve-se dar plena fé e crelito ao referido certificado e cópias officiaes em juizo e fóra delle.

Em testemunho do que, assigno e affixo o meu sello notorial em Londres, aos 21 dias de Agosto de 1884.— *In fidem*, (assignado) *Thomas S. Girdler*, tabellião publico. (Sello do tabellião publico.)

Reconheço verdadeira a assignatura retro de Thomas Samuel Girdler, tabellião publico desta cidade, e para constar onde convier a pedido do mesmo passei o presente que assignei e fiz sellar com



o sello das Imperiaes Armas deste Consulado Geral do Imperio do Brazil, em Londres, aos 22 de Agosto de 1884.—(Assignado) *Luiz Augusto da Costa*, Vice-Consul (sello do Consulado Geral).

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. Luiz Augusto da Costa, Vice-Consul do Brazil em Londres.

Ministerio dos Negocios Estrangeiros.—Rio de Janeiro, 16 de Abril de 1885.

No impedimento do Director Geral (assignado sobre tres estampilhas no valor collectivo de 5\$300).

Nada mais continham os ditos estatutos que fielmente verti do proprio original, ao qual me reporto. Em fe do que passei a presente que assignei e sellei com o meu sello de officio nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 2 de Maio de 1875.—*Carlos João Kunhardt*, traductor publico e interprete commercial juramentado.



#### DECRETO N. 9472 — DE 25 DE JULHO DE 1885

Approva o orçamento do custo provavel do prolongamento do ramal de Nazareth a Timbaúba.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia *Great Western of Brasil Railway*, Hei por bem Approvar o orçamento do custo provavel da construcção do prolongamento do ramal de Nazareth a Timbaúba, pertencente á estrada de ferro do Recife ao Limoeiro, para todos os seus effeitos.

João Ferreira de Moura, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Julho de 1885, 61º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Ferreira de Moura.*





## DECRETO N. 9473 — DE 1 DE AGOSTO DE 1885

Crêa um Commando Superior de Guardas Nacionaes na comarca de Paulo Afonso, da Provincia das Alagoas, e altera a organização de outros Commandos Superiores.

Attendendo ao que Me representou o Presidente da Provincia das Alagoas, Hei por bem Decretar o seguinte:

Art. 1.º E' creado na comarca de Paulo Afonso, da Provincia das Alagoas, um Commando Superior de Guardas Nacionaes, que se comporá dos 29.º e 30.º batalhões de infantaria do serviço activo, e do 8.º batalhão da reserva já alli organizados.

Art. 2.º O Commando Superior da comarca de Pão de Açúcar será organizado com o 31.º batalhão de infantaria do serviço activo, a 2.ª secção da mesma arma e serviço e a 7.ª secção de batalhão da reserva, já organizados no municipio daquelle nome, e do 28.º e 36.º batalhões de infantaria do serviço activo e do 7.º batalhão da reserva já organizados no municipio de Ipanema.

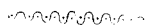
Art. 3.º O Commando Superior da comarca de Traipú se comporá do 27.º batalhão de infantaria do serviço activo já organizado, o qual fica elevado a oito companhias, de mais um batalhão da mesma arma e serviço, com seis companhias e a designação de 37.º, e de um batalhão da reserva com igual numero de companhias e a designação de 9.º ora creados na dita comarca.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Afonso Augusto Moreira Penna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 1 de Agosto de 1885, 64.ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Afonso Augusto Moreira Penna.*



## DECRETO N. 9474 — DE 1 DE AGOSTO DE 1885

Reorganiza a Guarda Nacional da comarca de Assaré, na Provincia do Ceará

Hei por bem, para execução da Lei n. 2395 de 10 de Setembro de 1873 e Decreto n. 5573 de 21 de Março de 1884, Decretar o seguinte:

Art. 1.º E' creado na comarca de Assaré, da Provincia do Ceará, um Commando Superior de Guardas Nacionaes que se comporá de

tres batalhões de infantaria do serviço activo, com seis companhias cada um e as designações de 54.º, 55.º e 56.º e de duas secções de batalhão da reserva, com quatro companhias cada uma e as designações de 14.ª e 15.ª.

Art. 2.º Os referidos corpos serão organizados :

O batalhão de infantaria n. 54 e a 14.ª secção de batalhão da reserva, no municipio do Assaré.

O 55.º batalhão de infantaria e a 15.ª secção de batalhão da reserva, no municipio do Saboeiro.

O 56.º batalhão de infantaria, no municipio do Brejo Secco.

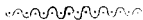
Art. 3.º Os guardas nacionaes do serviço da reserva, alistados na freguezia do Brejo Secco, ficam aggregados ao 55.º batalhão do serviço activo, na forma do art. 7.º do Decreto n. 5573 de 21 de Março de 1874.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Affonso Augusto Moreira Penna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 1 de Agosto de 1885, 64.ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Affonso Augusto Moreira Penna.*



#### DECRETO N. 9475 — DE 1 DE AGOSTO DE 1885

Approva os estudos para o prolongamento do plano inclinado da Empreza de Santa Thereza.

De conformidade com as clausulas que baixaram com o Decreto n. 9409 de 28 de Março do corrente anno, Hei por bem Approvar a planta e perfis apresentados pela Empreza do plano inclinado de Santa Thereza para prolongamento da sua linha ferrea pelo systema Hallidie.

João Ferreira de Moura, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 1 de Agosto de 1885, 64.ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Ferreira de Moura.*



## DECRETO N. 9476 — DE 1 DE AGOSTO DE 1885

Concede á companhia que Antonio Augusto Ribeiro Vaz organizar para o estabelecimento de um engenho central destinado ao fabrico de assucar de canna, no municipio de Paraty, Provincia do Rio de Janeiro, os favores mencionados nos §§ 2º, 3º e 5º do art. 6º do Regulamento approved pelo Decreto n. 8357 de 24 de Dezembro de 1881.

Attendendo ao que Me requereu Antonio Augusto Ribeiro Vaz, Hei por bem Conceder á companhia que organizar para o estabelecimento de um engenho central destinado ao fabrico de assucar de canna, no municipio de Paraty, Provincia do Rio de Janeiro, os favores mencionados nos §§ 2º, 3º e 5º do art. 6º do Regulamento approved pelo Decreto n. 8357 de 24 de Dezembro de 1881, não tomando o Estado, directa ou indirectamente, qualquer responsabilidade de futura concessão de garantia ou fiança de juros, e ficando-lhe reservado o direito de fazer, para o mesmo municipio, concessões identicas á do presente Decreto. Outrosim, Hei por bem Determinar que a mesma companhia esteja organizada e as respectivas obras tenham começo dentro do prazo de um anno, contado desta data, sob pena de caducidade da concessão.

João Ferreira de Moura, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 1 de Agosto de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Ferreira de Moura.*



## DECRETO N. 9477 — DE 1 DE AGOSTO DE 1885

Reorganiza a Guarda Nacional da comarca de Maria Pereira, na Provincia do Ceará.

Hei por bem, para execução da Lei n. 2395 de 10 de Setembro de 1873 e Decreto n. 5573 de 21 de Março de 1874, Decretar o seguinte :

Art. 1.º E' creado na comarca de Maria Pereira, da Provincia do Ceará, um Commando Superior de Guardas Nacionaes, que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com as designações de 59º e 60º, este de oito e aquelle de seis compa-

nhas, e de duas secções de batalhão da reserva de quatro companhias cada uma, com as designações de 17.<sup>a</sup> e 18.<sup>a</sup>

Art. 2.<sup>o</sup> Os referidos corpos serão organizados:

O 59.<sup>o</sup> batalhão de infantaria e a 17.<sup>a</sup> secção de batalhão da reserva, no município de Maria Pereira.

O 60.<sup>o</sup> batalhão de infantaria e a 18.<sup>a</sup> secção de batalhão da reserva, no município de Pedra Branca.

Art. 3.<sup>o</sup> Ficam revogadas as disposições em contrario.

Affonso Augusto Moreira Penna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 1 de Agosto de 1885, 61.<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperalor.

*Affonso Augusto Moreira Penna.*



#### DECRETO N. 9478 — DE 1 DE AGOSTO DE 1885

Reorganiza a Guarda Nacional da comarca de Lavras, da Provincia do Ceará.

Hei por bem, para execução da Lei n. 2395 de 10 de Setembro de 1873 e Decreto n. 5573 de 21 de Março de 1874, Decretar o seguinte:

Art. 1.<sup>o</sup> É creado na comarca de Lavras, da Provincia do Ceará, um Commando Superior de Guardas Nacionais que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo com as designações de 57.<sup>o</sup> e 58.<sup>o</sup>, este de seis e aquelle de oito companhias, de um batalhão e uma secção de batalhão da reserva, aquelle de e seis companhias e a designação de 16.<sup>a</sup> e esta de oito companhias, e a designação de 16.<sup>o</sup>

Art. 2.<sup>o</sup> Os referidos corpos serão organizados:

O 57.<sup>o</sup> batalhão de infantaria e o 16.<sup>o</sup> batalhão da reserva, no município de Lavras.

O 58.<sup>o</sup> batalhão de infantaria e a 16.<sup>a</sup> secção de batalhão da reserva, no município da Varzea Alegre.

Art. 3.<sup>o</sup> Ficam revogadas as disposições em contrario.

Affonso Augusto Moreira Penna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 1 de Agosto de 1885, 64.<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Affonso Augusto Moreira Penna.*



## DECRETO N. 9479 — DE 1 DE AGOSTO DE 1885

Crêa diversos corpos de Guardas Nacionais na comarca de Pelotas, da Província do Rio Grande do Sul.

Attendendo ao que Me representou o Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Ficam creados na comarca de Pelotas, da Província do Rio Grande do Sul, mais um corpo de cavallaria de Guardas Nacionais, com tres esquadrões e a designação de 81º, um esquadrão avulso da mesma arma com a designação de 1º, um batalhão de infantaria do serviço activo com oito companhias e a designação de 9º, e um batalhão da reserva com seis companhias e a designação de 25.º

Art. 2.º Os referidos corpos serão organizados :

O corpo de cavallaria n. 81, nas freguezias de S. Francisco de Paula e Santo Antonio da Boa Vista ;

O esquadrão avulso n. 1, na freguezia do Boquete ;

O batalhão de infantaria n. 9, na freguezia de S. Francisco de Paula ;

O batalhão da reserva n. 25, nas quatro freguezias do municipio de Pelotas.

Art. 3.º E' elevado á categoria de corpo, com tres esquadrões e a designação de 82º, o 1º esquadrão avulso, organizado na parochia do Boqueirão, da dita comarca.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Affonso Augusto Moreira Penna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario do Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 1 de Agosto de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Affonso Augusto Moreira Penna.*



## DECRETO N. 9480 — DE 1 DE AGOSTO DE 1885

Altera a organização do Commando Superior de Guardas Nacionais da comarca de Monte-Alto, na Província da Bahia, e crêa nella novos corpos.

Attendendo ao que Me representou o Presidente da Província da Bahia, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º O 92º batalhão de infantaria e o 24º batalhão da reserva, já creados na comarca de Monte-Alto, da Província da Bahia,

serão organizados, aquelle no 1.<sup>o</sup> districto da freguezia de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Monte-Alto e este nos diversos districtos da mesma freguezia.

Art. 2.<sup>o</sup> Ficam creados na dita comarca mais dous batalhões de infantaria do serviço activo com oito companhias cada um e as designações de 108.<sup>o</sup> e 109.<sup>o</sup>, aquelle organizado nos 2.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> districtos da freguezia de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Monte-Alto e este na freguezia de Nossa Senhora do Rosario do Riacho Sant'Anna.

Art. 3.<sup>o</sup> Os guardas nacionaes do serviço da reserva alistados nesta ultima freguezia ficam aggregados ao batalhão de infantaria n. 109 alli organizado, nos termos do art. 7.<sup>o</sup> do Decreto n. 5573 de 21 de Março de 1874.

Art. 4.<sup>o</sup> Ficam revogadas as disposições em contrario.

Afonso Augusto Moreira Penna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 1 de Agosto de 1885, 61.<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Afonso Augusto Moreira Penna.*



#### DECRETO N. 9481 — DE 13 DE AGOSTO DE 1885

Eleva o numero de corretores geraes da Praça Commercial de Santos.

Hei por bem, sobre proposta da Junta Commercial da Córte, Decretar o seguinte:

Artigo unico. O numero de corretores geraes da Praça Commercial de Santos é elevado a nove, ficando nesta parte alterado o Decreto n. 7697 de 3 de Maio de 1880.

Afonso Augusto Moreira Penna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Agosto de 1885, 64.<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Afonso Augusto Moreira Penna.*



## DECRETO N. 9482 — DE 13 DE AGOSTO DE 1885

Declara especial, com um Juiz de Direito e um Juiz substituto, a comarca de Itaguahy, da Província do Rio de Janeiro.

Hei por bem, de conformidade com o art. 1.º da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871, Decretar o seguinte:

Art. 1.º E' declarada especial a comarca de Itaguahy, na Província do Rio de Janeiro.

Art. 2.º Haverá na mesma comarca um Juiz de Direito e um Juiz substituto.

Afonso Augusto Moreira Penna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Agosto de 1885, 64.º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Afonso Augusto Moreira Penna.*



## DECRETO N. 9483 — DE 13 DE AGOSTO DE 1885

Eleva a oito companhias o 30.º batalhão de infantaria da Guarda Nacional das comarcas de Paulo Afonso e Pão de Assucar, da Província das Alagoas, e cria um batalhão da reserva.

Attendendo ao que Me representou o Presidente da Província das Alagoas, Hei por bem Decretar o seguinte:

Art. 1.º Fica elevado a oito companhias o 30.º batalhão de infantaria do serviço activo, organizado no municipio de Agua Branca da comarca de Paulo Afonso, na Província das Alagoas.

Art. 2.º E' creado no referido municipio um batalhão da reserva com seis companhias e a designação de 9.º

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Afonso Augusto Moreira Penna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Agosto de 1885, 64.º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Afonso Augusto Moreira Penna.*



## DECRETO N. 9484 — DE 13 DE AGOSTO DE 1885

Eleva á categoria de batalhão com seis companhias a 6.<sup>a</sup> secção do batalhão da reserva organizada no município de Picos, comarca de Jaicós, da Província do Piahy.

Attendendo ao que Me representou o Presidente da Província do Piahy, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.<sup>o</sup> E' elevada á categoria de batalhão, com seis companhias e a designação de 5.<sup>a</sup>, a 6.<sup>a</sup> secção do batalhão da reserva organizada no município de Picos, comarca de Jaicós, na Província do Piahy.

Art. 2.<sup>o</sup> Ficam revogadas as disposições em contrario.

Affonso Augusto Moreira Penna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Agosto de 1885, 64.<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Affonso Augusto Moreira Penna.*

*Roberto Freire*

## DECRETO N. 9485 — DE 13 DE AGOSTO DE 1885

Cria uma secção de batalhão de Guardas Nacionais do serviço da reserva no município da Manga, comarca de Jeromenha, na Província do Piahy.

Attendendo ao que Me representou o Presidente da Província do Piahy, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.<sup>o</sup> E' creada no município da Manga, da comarca de Jeromenha, na Província do Piahy, uma secção de batalhão da reserva com quatro companhias e a designação de terceira.

Art. 2.<sup>o</sup> A 5.<sup>a</sup> secção de batalhão da reserva já creada na referida comarca será organizada sómente com os guardas desse serviço qualificados no município de Jeromenha.

Art. 3.<sup>o</sup> Ficam revogadas as disposições em contrario.

Affonso Augusto Moreira Penna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Agosto de 1885, 64.<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Affonso Augusto Moreira Penna.*

*Roberto Freire*



## DECRETO N. 9487 (\*) — DE 18 DE AGOSTO DE 1885

Approva os documentos apresentados pela Companhia « Engenho central de S. Fidelis », na conformidade do § 1º do art. 19 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 8357, de 24 de Dezembro de 1881.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia « Engenho central de S. Fidelis », concessionaria, pelo Decreto n. 9057, de 10 de Novembro de 1883, da garantia de juros de 6 % ao anno sobre o capital de 400:000\$, para o estabelecimento de um engenho central, destinado ao fabrico de assucar de canna, no municipio de S. Fidelis, Provincia do Rio de Janeiro, Hei por bem Approvar os planos, o orçamento, os desenhos dosapparelhos, a descripção do processo de fabrico de assucar e os contratos celebrados, por escriptura publica, para o fornecimento de canna, que apresentou de conformidade com o § 1º do art. 9º do Regulamento que baixou com o Decreto n. 8357, de 24 de Dezembro de 1881.

João Ferreira de Moura, do Meu Conselho, Ministro e Secretario do Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Agosto de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Ferreira de Moura.*



## DECRETO N. 9488 — DE 18 DE AGOSTO DE 1885

Concede permissão a José Sabo Alves de Oliveira e José Marcelino da Silva Prado para explorarem mineraes na Provincia de Mato Grosso.

Attendendo ao que requereram José Sabo Alves de Oliveira e José Marcelino da Silva Prado, Hei por bem Conceder-lhes permissão para explorarem ouro e outros mineraes, exceptuando diamantes, no Ribeiro das Arêas e seus affluentes, municipio de Diamantino, da Provincia de Mato Grosso, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por João Ferreira de Moura, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Agosto de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Ferreira de Moura.*

---

(\*) Com o n. 9486 não houve acto.

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9488 desta data**

I

Fica concedido a José Sabo Alves de Oliveira e José Marcelino da Silva Prado o prazo de dous annos, contados desta data, para, sem prejuizo dos direitos de terceiro, procederem a explorações e pesquisas para descobrimento de minas de ouro e outros mineraes, exceptuando diamantes, no Ribeiro de Arêas e seus afluentes, no municipio de Diamantino, da Provincia de Mato Grosso.

Dentro deste prazo, os concessionarios deverão apresentar, na Secretaria do Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, plantas geologica e topographica dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, tanto quanto for possivel e o permittirem os trabalhos executados, a superposição das camadas mineraes, e remetterão, com as mesmas plantas, amostras dos mineraes encontrados e relatorio minucioso da localidade em que a mina estiver situada, declarando qual a possessão e riqueza desta; qual sua extensão e sua direcção; a distancia entre ella e os povoados mais proximos, e os meios de comunicação existentes; a área necessaria para a mineração; e, finalmente, os meios apropriados para o transporte dos productos das minas.

II

- Os trabalhos de pesquisa ou exploração para descobrimento de minas poderão ser feitos por qualquer dos modos recommendados pela sciencia.

III

Os concessionarios ficam obrigados a indemnizar os danos e prejuizos que de seus trabalhos possam provir ás propriedades adjacentes; a restabelecer á sua custa o curso natural das aguas que desviarem por causa dos mesmos trabalhos e a dar conveniente direcção ás que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizerem, quando destes serviços resultar damno aos mesmos proprietarios de terrenos adjacentes.

Si o desvio destas aguas exigir trabalhos em propriedade alheia, os concessionarios solicitarão prévio consentimento do proprietario, usando dos meios em direito permittidos.

IV

Os concessionarios ficam obrigados a dessecar os terrenos alagados em virtude dos trabalhos da exploração, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo que não possa ser prejudicada a saúde dos moradores da circumvizinhança.

Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Agosto de 1885. — *João Ferreira de Mouro.*



## DECRETO N. 9489 — DE 22 DE AGOSTO DE 1885

Autoriza a organização da Companhia « Engenho central da Pureza ».

Attendendo ao que representaram Raphael Sanches & Comp., concessionarios de um engenho central no municipio de S. Fidelis, Provincia do Rio de Janeiro, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 13 de Agosto do corrente anno, tomada sobre parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado de 13 de Julho ultimo, Hei por bem Permittir a organização da Companhia « Engenho central da Pureza », destinado a construir e custear aquelle engenho, regendo-se pelos estatutos que com este baixam, acrescentando-se ao final do art. 3.<sup>o</sup> as seguintes palavras — 15 dias antes nas gazetas de maior circulação, e com intervallo de 30 dias pelo menos.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 22 de Agosto de 1885, 64.<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

## ESTATUTOS

## CAPITULO I

## DA COMPANHIA, SEU OBJECTO E CAPITAL

Art. 1.<sup>o</sup> E' constituida uma companhia ou sociedade anonyma, denominada « Engenho central da Pureza », com sêde nesta Côte, para o fabrico e venda de assucar, alcohol, aguardente e outros productos da canna, no engenho já fundado na fazenda da Pureza, municipio de S. Fidelis, á margem direita do rio Parahyba.

Art. 2.<sup>o</sup> A companhia durará 30 annos, contados do dia em que estes estatutos forem publicados no *Diario Official*.

Art. 3.<sup>o</sup> O seu capital é de 800:000\$, dividido em 4.000 acções de 200\$ cada uma, sendo 2.750 integralizadas pela effectiva entrada do respectivo contingente de cada accionista, e 1.250 cujo valor será realzado a dinheiro na forma das leis e mediante chamadas annunciadas pela directoria.

§ 1.<sup>o</sup> O capital correspondente ás acções integralizadas consiste:

a) Na fazenda da Pureza com que entram os accionistas Raphael Sanches, Antonio da Costa Chaves Faria, Gottfried Joppert e Furquim Joppert & Comp., estimada em 300:000\$000.

b) O activo da sociedade em commandita R. Sanches & Comp., sujeito ao passivo, com que entram os accionistas Raphael Sanches, Hermano Joppert, Paulo Furquim de Almeida, Manoel Furquim Severo de Almeida e G. Joppert & Comp., estimado em 250:000\$000.

§ 2.º Os bens a que se refere o § 1º são especificados na escriptura de 30 de Junho do corrente anno passada entre os accionistas, e considerada como integrante destes estatutos.

§ 3.º Em consequencia do disposto no preambulo e paragraphos precedentes, compete a cada um dos accionistas o numero do accções indicado adiante de suas assignaturas.

Art. 4.º Para solver o passivo mencionado no art. 3º, § 1º, assim como para maior desenvolvimento da empresa, a directoria é autorizada desde já a contrahir um emprestimo até a importancia do capital, por meio de obrigações ao portador (*debentures*), e a garantil-o com hypotheca dos immoveis da companhia; para o que são-lhe conferidos especiaes poderes.

Art. 5.º O capital pôde ser augmentado por deliberação da assemblea geral, na conformidade da lei.

§ 1.º Aos subscriptores das 1.250 accções a que se refere o art. 3º e das que representarem o augmento de capital, que não fizerem as entradas nas épocas fixadas pela directoria, poderá esta impor a pena de commisso.

§ 2.º O commisso importa a perda das entradas feitas, em beneficio da companhia.

§ 3.º Os accionistas responderão pelo valor das accções que subscrverem ou lhes forem cedidas.

Art. 6.º As accções são nominativas e transferiveis por termos ou registro da companhia, assignados pelos cedentes e cessionarios, ou seus bastantos procuradores.

## CAPITULO II

### DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 7.º A administração é exercida por uma directoria de quatro membros, eleitos de tres em tres annos e reelegiveis.

§ 1.º Tres dos directores funcionarão na sede da companhia e escolherão entre si o presidente, o secretario e o thesoureiro.

§ 2.º O quarto director exerce as funcções de gerente e é obrigado a permanecer nas proximidades do engenho.

§ 3.º O director-gerente prestará caução de 100 accções e cada um dos outros prestal-a-ha de 50. As ditas accções são inalienaveis até approvação das contas.

§ 4.º Só os accionistas podem ser eleitos directores.

Art. 8.º Aos directores da sede, reunidos em conselho, compete:

§ 1.º Nomearem e admittirem o profissional ou profissionais necessarios para os trabalhos technicos do engenho, mediante proposta do director-gerente.

§ 2.º Nomearem e demittirem os demais empregados da companhia, á excepção dos immediatos delegados do gerente.

§ 3.º Celebrarem todos os contratos, inclusive o de que trata o art. 4.º, salvo os da competencia do gerente.

§ 4.º Representarem a companhia activa e passivamente, em Juizo e fóra d'elle, e perante todas as autoridades constituídas.

§ 5.º Transigirem livremente, adquirirem bens e alienarem os moveis que não prestem utilidade á companhia.

§ 6.º Convocarem a assemblea geral, ordinaria e extraordinariamente.

§ 7.º Nomearem ao director impellido substituto, d'entre os accionistas.

§ 8.º E em geral promoverem os interesses da companhia, na forma destes estatutos e das leis, tomando e praticando todas as providencias que não compitam exclusivamente á assemblea geral.

Art. 9.º Os directores da sode reuñem-se em sessão pelo menos duas vezes por mez. Para haver sessão basta a presença de dous directores. O presidente tem voto de qualidade em caso de empate. As actas das sessões são assignadas pelos directores presentes.

Art. 10. Compete ao director-gerente :

§ 1.º Regular os serviços da fazenda e do engenho, fiscalisar-os continuamente, nomear e demittir os delegados necessarios para o auxiliarem.

§ 2.º Fazer os contratos precisos para o fornecimento da materia prima, e para a obtenção de operarios e trabalhadores.

§ 3.º Prestar aos directores da sode as informações que estes requisitarem ; remetter-lhes no fim de cada primeiro semestre do anno social um balanço do estado da empresa, e no fim do segundo as contas e o relatorio que devem ser presentes á assemblea geral.

§ 4.º Cooperar com os directores da sode para a prosperidade da empresa, e tomar todas as medidas a esse fim necessarias, pondo-as logo em execução e dando dellas communicação aos demais directores.

Art. 11. O director-gerente toma parte nas deliberações da directoria reunida em conselho, quer quando comparecer espontaneamente, quer quando fór para isso convidado pelos directores da sode, e tem o direito de requisitar a convocação do reuniões extraordinarias da directoria e da assemblea geral.

Art. 12. O director-gerente tem o vencimento de 500\$ mensaes, *pro labore*. Os demais directores servem gratuitamente.

### CAPITULO III

#### DO CONSELHO FISCAL

Art. 13. A assemblea geral em sua sessão ordinaria annual elegera tres fiscaes, accionistas ou não accionistas.

§ 1.º Os fiscaes servem gratuitamente, e exercem as funções definidas no Regulamento n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882, arts. 51 e 54 a 61.

§ 2.º Em seus impedimentos accidentaes são substituidos pelos immediatos em votos; e nos demais casos, pela maneira proscripta no art. 6º do citado regulamento.

## CAPITULO IV

### DA ASSEMBLÉA GERAL.

Art. 14. A assembléa goral compõe-se de accionistas em numero legal, regularmente convocados, cujas acções estejam inscriptas em seus nomes com a antecedencia minima de 30 dias.

Art. 15. Os accionistas podem fazer-se representar em assembléa por procuradores bastantes, socios ou não socios.

Art. 16. A assembléa é installada pelo director presidente; na falta dello por alguns dos outros; e na falta de todos, pelo accionista mais velho em idade. Em seguida é nomeado por acclamação ou por escrutinio o presidente da assembléa, o qual designa os secretarios.

Art. 17. A reunião ordinaria é convocada com antecedencia de 15 dias, e a extraordinaria, com a de oito dias, por meio de annuncios repetidos.

§ 1.º Na reunião ordinaria delibera-se sobre o relatorio e contas da administração e parecer do conselho fiscal, assim como sobre quaesquer assumptos que interessem a companhia.

§ 2.º Nas extraordinarias só se delibera sobre o assumpto que as motivar, constante da ordem do dia, declarada nos annuncios de convocação.

Art. 18. As deliberações da assembléa são tomadas por maioria relativa de votos. Os votos são contados por cabeças, salvo si algum accionista propuzer que o sejam por acções.

§ 1.º Nesse ultimo caso, cada accionista tem um voto por cinco acções, até ao numero maximo de 20 votos.

§ 2.º Todas as eleições são feitas por escrutinio e por acções.

Art. 19. A assembléa entende-se legitimamente constituída quando concorram accionistas que representem um quarto do capital social. Todavia, nos casos dos arts. 39 e 65 do Regulamento n. 8821, é necessario que se achem assim representados dous terços do capital.

Paragrapho unico. As deliberações da assembléa, accorres com os estatutos e a lei, obrigam todos os accionistas, ainda que ausentes ou dissidentes.

Art. 20. A reunião ordinaria da assembléa tem lugar no correr do mez de Julho de cada anno.

Art. 21. Compete á assembléa geral :

§ 1.º Exercer as attribuições que lhe são conferidas em diversos artigos destes estatutos.

§ 2.º Deliberar livremente sobre todos os negocios da companhia e actos que lhe interessarem, com a unica limitação da parte final do art. 63 do Regulamento n. 8821.

§ 3.º Elegor os administradores e fiscaes.

§ 4.º Resolver os conflictos entre os directores da séde e o gerente, que não tenham sido decididos pela directoria em conselho, por não comparecimento do dito gerente.

## CAPITULO V

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 22. O anno social vai de 1.º de Julho a 30 de Junho seguinte.

Art. 23. Os lucros liquidos provenientes de operações effectivamente concluidas em cada semestre, são applicados a dividendos, deduzidos 10 % para fundo de reserva.

Art. 24. Cessa a deducção quando o fundo de reserva attingir á metade do capital social.

§ 1.º O fundo de reserva é empregado em apolices da divida publica.

§ 2.º O dito fundo destina-se a fazer face á deterioração de machinas e ás perdas do capital social, e será estabelecido na fórmula do art. 24, quando desfalcado em virtude delles.

Art. 25. Os dividendos não reclamados durante cinco annos prescrevem a favor da companhia.

Art. 26. Os accionistas Raphael Sanches, Hermano Joppert, Paulo Furquim de Almeida, Manoel Furquim Severo de Almeida, e G. Joppert & Comp. pelos serviços prestados para a formação da companhia, têm direito á metade dos lucros liquidos excedentes a 10 % do capital social, depois de deduzida a quota destinada ao fundo de reserva. Essa metade será subdividiua entre os ditos accionistas na proporção do valor das acções que actualmente têm, ainda que venham a ter mais ou menos, e em quanto forem accionistas.

Art. 27. Fica entendido que, nos casos não expressos nestes estatutos, regem interinamente as disposições do Decreto n. 8821 de Dezembro de 1882.

### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

#### I

São nomeados para o 1.º triennio : directores da séde os accionistas Hermano Joppert, Paulo Furquim de Almeida e Manoel Furquim Severo de Almeida, e director-gerente o accionista Raphael Sanches.

## II

Os accionistas infra-assignados, que constituem a totalidade dos da companhia, conferem aos directores da sôde plenos poderes para todos os actos exigidos em lei, afim de que a dita companhia entre em exercicio.

Rio de Janeiro, 30 de Junho de 1885.

Assignaturas	Ações
Raphael Sanches, lavrador no municipio de S. Fidelis...	1.797 1/2
Hermano Joppert, negociante morador nesta Côte.....	312 1/2
Paulo Furquim de Almeida, morador nesta Côte.....	206 1/1
Manoel Furquim Severo de Almeida, negociante morador nesta Côte.....	106 1/1
Furquim Joppert & Comp., negociantes e estabelecidos nesta praça.....	5
Antonio da Costa Chaves Faria, negociante e morador nesta Côte.....	5
G. Joppert & Comp., negociantes estabelecidos nesta praça.....	312 1/2
Gottfried Joppert, negociante estabelecido nesta praça...	5
(De valor integralizado).....	2.750
G. Joppert & Comp., negociantes estabelecidos nesta praça.....	312 1/2
(Com 1/10 realizado.)	
Furquim Joppert & Comp., negociantes estabelecidos nesta praça.....	937 1/2
(Com 1/10 realizado.).....	1.025

### DECRETO N. 9490 — DE 29 DE AGOSTO DE 1885

Altera a redacção do art. 13 dos estatutos da Imperial Companhia de seguro mutuo contra fogo, approvados por Decreto n. 9433 de 6 de Junho de 1885.

Attendendo ao que requereu a Imperial Companhia de seguro mutuo contra fogo, e a que pela eliminacção do art. 12 dos estatutos, ordenada pelo Decreto n. 9433 de 6 de Junho do corrente anno, que os approvou, não póle subsistir a redacção do art. 13, sem ser alterada: Hei por bem Declarar que ao mencionado



art. 13, que passa a ser 12 na ordem numerica, deve preceder a seguinte disposição : — Não se admittem votos por procurador para a eleição de membros da administração e da comissão de exame de contas.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 29 de Agosto de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

~~~~~

DECRETO N. 9491 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1885

Concede permissão a Jorge Mirandola Filho e Manoel do Val Pires Ferrão para explorar mineraes na Provincia de Minas Geraes.

Attendendo ao que requereram Jorge Mirandola Filho e Manoel do Val Pires Ferrão, Hei por bem Conceder-lhes permissão para explorarem minerios no rio Conquista e suas margens, comprehendendo o logar denominado «Tanque da Conquista», na Provincia de Minas Geraes, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Setembro de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9491 desta data**

I

Fica concedido a Jorge Mirandola Filho e Manoel do Val Pires Ferrão o prazo de dous annos, contados desta data, para, sem prejuizo dos direitos de torceiro, procederem a explorações o

pesquisas para descobrimento de mineraes no rio Conquista e suas margens, comprehendendo o logar denominado — Tanque da Conquista — da Provincia de Minas Geraes.

Dentro deste prazo os concessionarios deverão apresentar na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas plantas geologica e topographica dos terrenos explorados com perfis que demonstrem, tanto quanto fôr possível e o permittirem os trabalhos executados, a superposição das camadas mineraes, e remetterão com as mesmas plantas amostras dos mineraes encontrados e relatorio minucioso da localidade em que a mina estiver situada, declarando qual a possança e riqueza desta; qual sua extensão e sua direcção; a distancia entre ella e os povoados mais proximos e os meios de communicação existentes; e finalmente os meios apropriados para o transporte dos productos das minas.

## II

Os trabalhos de pesquisa ou exploração para descobrimento de minas poderão ser feitos por qualquer dos modos recommendados pela sciencia.

## III

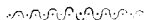
Os concessionarios ficam obrigados a indemnizar os damnos e prejuizos que, de seus trabalhos, possam provir ás propriedades adjacentes; a restabelecer, á sua custa, o curso natural das aguas que desviarem por causa dos mesmos trabalhos, e a dar conveniente direcção ás que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizerem, quando destes serviços resultar damno aos mesmos proprietarios de terrenos adjacentes.

Si o desvio destas aguas exigir trabalhos em propriedade alheia, os concessionarios solicitarão prévio consentimento do proprietario, usando dos meios em direito permittidos.

## IV

Os concessionarios ficam obrigados a dessecar os terrenos alagados, em virtude dos trabalhos da exploração, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo que não possa ser prejudicada a saude dos moradores da circunvizinhança.

Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Setembro de 1885. — *Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9492 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1885

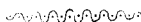
Autoriza a transferencia da sede da Companhia « Engenho central Aracaty ».

Attendendo ao que representou a Companhia « Engenho central Aracaty », devidamente representada, e Conformando-me, por Minha Immediata Resolução de 13 de Agosto passado, com o parecer de Consulta da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado de 6 de Julho anterior. Hei por bem Autorizar a transferencia de sua sede, da freguezia de S. Sebastião da Leopoldina, em Minas Geraes, para a capital do Imperio.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Setembro de 1885, 61º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9493 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1885

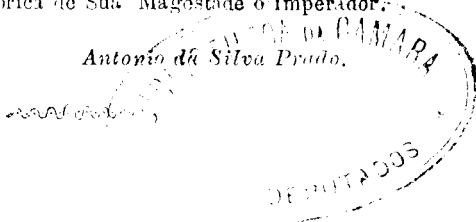
Renova a concessão de que trata o Decreto n. 5744 de 16 de Setembro de 1874 para exploração de carvão de pedra e petroleo na Provincia de S. Paulo.

Attendendo ao que requereu Henri Raffard, cessionario da concessão das minas de carvão de pedra e petroleo no municipio de Tatuhy, Provincia de S. Paulo, por transferencia feita pelo primitivo concessionario Luiz Matheus Myslaski, Hei por bem Renovar a mesma concessão, mediante as clausulas estabelecidas no Decreto n. 5744 de 16 de Setembro de 1874.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Setembro de 1885, 61º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9494 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1885

Proroga por mais um anno o prazo a que refere-se a clausula 3.<sup>a</sup> do Decreto n. 9004 de 1.<sup>o</sup> de Setembro de 1883.

Attendendo ao que Me requereu o Visconde de Goussencourt, cessionario do privilegio concedido pelo Decreto n. 8586 de 10 de Junho de 1882 para a construcção da estrada de ferro da bahia de S. Francisco, no littoral da Provincia de Santa Catharina, á villa do Rio Negro, da do Paraná, Hei por bem Prorogar o prazo estabelecido na clausula 2.<sup>a</sup> do Decreto n. 8586, de 10 de Junho de 1882, e a que refere-se a clausula 3.<sup>a</sup> do Decreto n. 9004 de 1.<sup>o</sup> de Setembro de 1883, para organização da companhia que tiver de levar a effeito, por mais um anno além da prorrogação concedida pelo Decreto n. 9256 de 2 de Agosto de 1881.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario do Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Setembro de 1885, 64.<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

~~~~~

## DECRETO N. 9495 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1885

Declara caducas as concessões feitas pelos Decretos ns. 7534 e 8088, de 3 de Janeiro de 1880 e 7 de Maio de 1881.

Considerando que a Companhia *Rio de Janeiro Central Sugar Factories, limited*, cessionaria das concessões feitas pelos Decretos ns. 7534, de 3 de Janeiro de 1880, e 8088, de 7 de Maio de 1881, para o estabelecimento de dous engenhos centraes, destinados ao fabrico de assucar de canna, nos municipios de Araruama e Manaratiba, Provincia do Rio de Janeiro, não concluiu as obras dos mesmos engenhos dentro do prazo prorogado pelo Decreto n. 9363 de 14 de Fevereiro ultimo, Hei por bem, na conformidade do § 3.<sup>o</sup> do art. 25 do Regulamento approved pelo Decreto n. 8357 de 24 de Dezembro de 1881, Declarar caducas as mesmas concessões.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario do Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Setembro de 1885, 64.<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

~~~~~

## DECRETO N. 9496 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1885

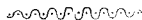
Approva os estudos definitivos e orçamento para a construção da terceira secção da estrada de ferro do Carangola.

Hei por bem Approvar os estudos definitivos e o orçamento, na importância de 1.684.792\$165, para construção da terceira secção da estrada de ferro do Carangola, que, partindo do kilometro 4 mais 530 metros do ramal do Patrocínio e seguindo as variantes ns. 5 e 1, chega à povoação dos Tombos, ponto terminal, com a extensão de 47.419 metros, apresentados pela respectiva companhia, de conformidade com a clausula 3<sup>a</sup> das que baixaram com o Decreto n. 5822 de 12 de Dezembro de 1874, e rubricados pelo Chefe interino da Directoria de Obras Publicas.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 12 de Setembro de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9497 — DE 18 DE SETEMBRO DE 1885

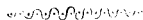
Proroga a presente sessão da Assembléa Geral.

Hei por bem Prorogar até ao dia 26 do corrente mez a presente sessão da Assembléa Geral.

O Barão de Mamoré, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Setembro de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Mamoré*



## DECRETO N. 9498 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1885

Declara caduca a concessão feita por Decreto n. 8835 de 5 de Janeiro de 1883.

Hei por bem Declarar caduca a concessão feita pelo Decreto n. 8835 de 5 de Janeiro de 1883 á Companhia da estrada de ferro do Pirapetinga para prolongamento de sua linha até o arraial do Divino ou suas immediações, na Província do Rio de Janeiro, por não ter sido observado o disposto na clausula 4<sup>a</sup> das que baixaram com o referido decreto.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 19 de Setembro de 1885, 61<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9499 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1885

Proroga por mais seis mezes o prazo marcado pela clausula 3<sup>a</sup> das que baixaram com o Decreto n. 8822 de 30 de Dezembro de 1882, para o começo da construcção do ramal de Nazareth a Timbaúba, da estrada de ferro do Recife ao Limoeiro.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia *Great Western of Brasil Railway, limited*, concessionaria do prolongamento do ramal de Nazareth a Timbaúba, da estrada de ferro do Recife ao Limoeiro, na Província de Pernambuco, Hei por bem Prorogar por mais seis mezes o prazo concedido na clausula 3<sup>a</sup> das que baixaram com o Decreto n. 8822 de 30 de Dezembro de 1882, para começo da construcção das obras do mesmo prolongamento.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 19 de Setembro de 1885, 61<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9500 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1885

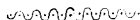
Dissolve a Camara dos Deputados e convoca outra.

Usando da attribuição que Me confere a Constituição Política do Imperio, no art. 101, § 5º, e Tendo ouvido o Conselho de Estado, Hei por bem Dissolver a Camara dos Deputados e Convocar outra, que se reunirá no dia 3 de Maio do anno proximo vindouro.

O Barão de Mamoré, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 26 de Setembro de 1885, 64ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Mamoré.*



## DECRETO N. 9501 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1885

Convoca para o dia 3 de Maio do anno proximo vindouro a nova Assembléa Geral e designa o dia 15 de Janeiro do mesmo anno para se proceder, em todo o Imperio, á eleição de Deputados.

Tendo por Decreto desta data dissolvido a Camara dos Deputados e convocado outra, que se reunirá no dia 3 de Maio do anno proximo vindouro, Hei por bem Convocar para o mesmo dia a nova Assembléa Geral, Designando, de conformidade com o art. 2º, § 3º, 2ª parte, da Lei n. 2675 de 20 de Outubro de 1875 e com o art. 170 do Decreto n. 8213 de 13 de Agosto de 1881, o dia 15 de Janeiro do dito anno vindouro para se proceder, em todo o Imperio, á eleição de Deputados.

O Barão de Mamoré, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 26 de Setembro de 1885, 64ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Mamoré.*



## DECRETO N. 9502 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1885

Concedo permissão a José Floriano de Freitas para explorar mineraes na Província de S. Paulo.

Attendendo ao que requereu José Floriano de Freitas, Hei por bem Conceder-lhe permissão para explorar carvão de pedra e outros mineraes em terreno de sua propriedade, no lugar denominado Jatehy, municipio do Rio Novo, da Provincia de S. Paulo, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 30 de Setembro de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica do Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto n. 9502 desta data**

## I

Fica concedido a José Floriano de Freitas o prazo de dous annos, contados desta data, para, sem prejuizo dos direitos de terceiro, proceder a exploração e pesquisas para descobrimento de minas de carvão de pedra e outros mineraes em terreno de sua propriedade, no lugar denominado — Jatehy — municipio do Rio Novo, da Provincia de S. Paulo.

Dentro deste prazo o concessionario deverá apresentar, na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, plantas geologica e topographica dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, tanto quanto fôr possivel e o permittirem os trabalhos executados, a superposição das camadas mineraes, e remetterá, com as mesmas plantas, amostras dos mineraes encontrados o relatorio minucioso da localidade em que a mina estiver situada, declarando qual a possança e riqueza desta; qual sua extensão e sua direcção, a distancia entre ella e os povoados mais proximos, e os meios de communicação existentes; a área necessaria para a mineração; e, finalmente, os meios apropriados para o transporte dos productos das minas.

## II

Os trabalhos de pesquisa ou exploração para descobrimento de minas poderão ser feitos por qualquer dos modos recommendados pela sciencia.



## III

O concessionario fica obrigado a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos possam provir ás propriedades adjacentes ; a restabelecer á sua custa o curso natural das aguas que desviar por causa dos mesmos trabalhos e a dar conveniente direcção ás que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizer, quando destes serviços resultar damno aos mesmos proprietarios dos terrenos adjacentes.

Si o desvio destas aguas exigir trabalhos em propriedade alheia, o concessionario solicitará prévio consentimento do proprietario, usando dos meios em direito permittidos.

## IV

O concessionario fica obrigado a dessecar os terrenos alagados em virtude dos trabalhos da exploração, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo que não possa ser prejudicada a saude dos moradores da circumvizinhança.

Palacio do Rio de Janeiro em 30 de Setembro de 1885.— *Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9503 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1885

Concede permissão á « New-York Life Insurance Company » para funcionar no Imperio.

Attendendo ao que requereu a *New-York Life Insurance Company*, devidamente representada, e de conformidade com a Minha Imperial Resolução de 3 do corrente mez, tomada sobre parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 4 de Setembro proximo passado : Hei por bem Conceder-lhe permissão para funcionar no Imperio, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 3 de Outubro de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

## Clausulas a que se refere o Decreto n. 9503 desta data

### I

A companhia terá no Imperio representante com plenos poderes para tratar e resolver definitivamente quaesquer questões que suscitarem-se, quer com o Governo Imperial, quer com os particulares; ficando sujeita ás leis, regulamentos e aos Tribunaes brasileiros em todos os actos que praticar no mesmo Imperio, sem que possa, em tempo algum, e sob qualquer fundamento, allegar excepção fundada em seus estatutos.

### II

A companhia não poderá: 1.º, começar suas operações, enquanto não provar, perante o Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que depositou no Thesouro Nacional a somma de duzentos contos de réis (200:000\$), ou seu equivalente em apolices da divida publica; 2.º, dar execução ás alterações feitas em seus estatutos, ou acto de incorporação, sem obter prévia autorização do Governo Imperial, sob pena de lhe ser cassada esta concessão.

Palacio do Rio de Janeiro em 3 de Outubro de 1885.— *Antonio da Silva Prado.*

Eu, Carlos João Kunhardt, traductor publico e interprete commercial juramentado da praça do Rio de Janeiro:

Certifico que me foi apresentado um documento escripto em inglez, o qual, a pedido da parte, traduzi litteralmente para o idioma nacional e diz o seguinte, a saber:— Traducção.— Carta de lei da *New-York Life Insurance Company* — Companhia de seguros sobre a vida, de Nova-York. — Capitulo 209. — Lei para incorporar a *The Nautilus Insurance Company*, votada em 21 de Maio de 1844 por uma votação de dous terços.

O povo do Estado de Nova-York, representado no Senado e na Assembléa, decreta o seguinte:

§ 1.º Poderá ser estabelecida na cidade de Nova-York uma companhia de seguros contra os riscos da navegação marítima e interior e de transportes e contra o fogo, a qual se denominará *The Nautilus Insurance Company*, cuja duração será de 30 annos.

§ 2.º Todas as pessoas que de ora em diante forem accionistas da dita companhia serão e pelo presente são declaradas corporação, sob a denominação de *Nautilus Insurance Company*.

§ 3.º O fundo capital da dita companhia será de 200.000 dollars, com o privilegio de o elevar em qualquer occasião até 400.000 dollars, que serão divididos em acções de 50 dollars cada uma; esse augmento de capital pôde ser feito em qualquer occasião que os directores desta corporação indicarem; e Addison Dhou-

gherty, J. B. Nones, D. A. Cushman, H. W. Childes, Caleb S. Woodhull e William V. Brady são nomeados commissarios para receberem as inscripções para o dito fundo capital, e os ditos commissarios ou uma maioria d'entre elles abrirão livros de inscripção para o dito capital no dia ou dias o no local ou locaes que elles indicarem e darão aviso com, pelo menos, duas semanas de antecedencia, dessa época e desse local em um ou mais periodicos publicados na cidade de Nova-York o de cada uma acção subscripta do capital pagar-se-ha aos commissarios, na occasião em que forem subscriptas, dous dollars e 50 cents. e no caso de excederem as subscripções o dito fundo capital, os commissarios poderão distribuil-os entre os subscriptores, conforme julgarem melhor para os interesses da dita corporação.

§ 4.º Em acrescimo aos poderes geraes e privilegios das corporações, declarados no titulo terceiro do capitulo decimo oitavo da primeira parte da revisão das leis, a corporação pelo presente creada terá a faculdade de, por instrumento sob seu sello ou por outra fôrma, tomar seguros maritimos sobre navios, fretes, fazenda, generos e mercadorias, especie, moeda, commissões, lucros, notas do Banco e letras de cambio, e outros titulos de divida, empréstimos a risco maritimo sobre cascos ou carga, e de tomar todo e qualquer seguro pertencente ou relativo a riscos de transportes maritimos e terrestres, e tambem de tomar seguro sobre casas de residencia, armazens e outros edificios, moveis, mercadorias e outra propriedade contra perda ou damno occasionado pelo fogo. Podem por si mesmos resegar contra qualquer risco que tenham tomado ou tomem seguro.

§ 5.º A corporação pelo presente creada realizará dentro em dous annos, a contar da approvação desta lei, o seu fundo capital, como o prescreve a secção terceira desta lei.

§ 6.º Além das disposições supra mencionadas desta lei, a corporação pelo presente creada terá todos os poderes e estará sujeita ás provisões contidas nas secções sexta, setima, nona, decima primeira, decima segunda, decima terceira, decima quarta, decima quinta, decima setima, decima oitava e decima nona da lei de incorporação da *Hamilton Marine Insurance Company* (Companhia de seguros maritimos, de Hamilton) da cidade de Nova York, votada em 4 de Abril de 1838.

§ 7.º A legislatura pôde, em qualquer occasião, d'ora avante, alterar, modificar ou revogar esta lei.

#### Capítulo 155

Lei de incorporação da *The Hamilton Marine Insurance Company*, da cidade de Nova York, votada em 4 de Abril de 1838 por uma votação de dous terços. O povo do Estado de Nova York, representado no Senado e na Assembléa, decreta o seguinte:

§ 1.º Estabelecer-se-ha na cidade de Nova York uma companhia de seguros maritimos, que será denominada *The Hamilton Insurance Company*, cuja duração será de 30 annos.

§ 2.º Todas as pessoas que d'ora em diante forem accionistas da dita companhia constituirão e ficarão pelo presente declaradas como sendo corporação sob o nome de *The Hamilton Insurance Company*.

§ 3.º O fundo capital da dita corporação será de duzentos e cincoenta mil dollars, que serão divididos em acções de cem dollars cada uma, e Shepherd Knapp, Simeon Draper Junior e Benjamin F. Wheelwright são nomeados commissarios para receberem as inscrições para o dito fundo capital.

§ 4.º No caso de morte, resignação ou ausencia de qualquer dos commissarios nomeados por esta lei de incorporação, será e poderá ser licito para o restante delles encetar as operações, sendo os seus deveres os mesmos, dentro das premissas que as prescriptas para todos os ditos commissarios nomeados pela lei de incorporação, e esses actos serão legais.

§ 5.º A corporação pelo presente creada terá poderes e autoridade para realizar seguros sobre navios, fazendas, generos ou mercadorias, fretes, emprestimo a risco maritimo ou interesse na carga e todos os riscos de transportes maritimos e terrestres, incluindo o risco de fogo durante a continuação do risco deste ou seu principio.

§ 6.º O fundo e as operações da dita corporação serão geridos e dirigidos por 21 directores, devendo todos possuir acções da corporação e residir no Estado de Nova York, sendo eleitos na segunda segunda-feira de Janeiro de cada anno, na hora do dia e no logar na cidade de Nova York, que a directoria na occasião indicar e exercerão os cargos por espaço de um anno e até que outros sejam eleitos para tomarem os seus logares, e nunca por mais tempo; e annunciar-se-ha diariamente pelo espaço de 10 dias em, pelo menos, duas folhas diarias, publicadas na cidade de Nova York, a época e o logar em que se tiver de proceder á eleição annual; essas eleições realizar-se-hão sob a inspecção de tres ou mais accionistas da dita corporação, não sendo directores, previamente nomeados pela directoria para esse fim, e essas eleições serão feitas por escrutinio secreto, á pluralidade de votos dos accionistas presentes, contando-se um voto para cada uma acção e os accionistas não presentes pessoalmente podem votar por procuração, sendo esta procuração conferida directamente ás pessoas que os representarem nessa eleição e sendo os primeiros directores da dita corporação pessoas que forem devidamente eleitas para esse cargo, por pluralidade de votos dos accionistas reunidos para essa eleição logo que isso possa effectuar-se, o mais breve possivel depois que o capital tiver sido subscripto de accordo com as disposições desta lei, e continuarão em exercicio por um anno, a contar do dia em que a dita corporação encetar as suas operações, e si o prazo de um anno não expirar antes da segunda segunda-feira do mez de Janeiro, então os ditos directores continuarão no cargo até á segunda segunda-feira do mez de Janeiro seguinte, sendo então escolhidos os outros directores.

§ 7.º Os directores assim escolhidos logo que esta lei tiver sido votada, e os directores que para o futuro forem escolhidos em cada eleição annual procederão, logo após a sua eleição, á escolha, d'entre si, de um presidente (que com a directoria póde nomear um ou mais presidentes interinos ou vice-presidentes estranhos á directoria), o qual occupará o cargo até á proxima eleição annual ou até á escolha de outro presidente, e no caso de sua morte, resignação, ausencia ou dispensa do cargo, presidirá o presidente interino ou o vice-presidente, ou, no caso de fallecimento, resignação, ausencia ou dispensa do cargo de presidente, presidente interino ou vice-presidente, ou do fallecimento ou resignação de qualquer director, taes vagas poderão ser preenchidas para o resto do anno em que occorrerem pela directoria, ou no caso de ausencia do presidente, do presidente interino ou do vice-presidente, a directoria terá poderes para nomear um presidente *pro tempore*, que terá e exercerá os poderes e funções estabelecidos pelos estatutos da dita corporação.

§ 8.º Os commissarios acima mencionados organizarão livros ou subscripção para o dito capital no dia e nos dias e no lugar ou nos lugares que elles escolherem, e annunciarão diariamente, durante duas semanas, pelo menos, em uma ou mais folhas impressas na cidade de Nova-York, a época da subscripção e o local, e pagar-se-hão aos commissarios cinco dollars sobre cada acção subscripta no acto da subscripção.

§ 9.º Todas as apolices de seguro e outros contratos que são autorizados por esta lei e que forem feitos ou contratados pela dita corporação, poderão ser passados sob o sello da corporação ou sem elle, e serão assignados pelo presidente ou por qualquer outro official, que fór designado para esse fim pelos estatutos da dita corporação, e attestados pelo secretario, e achando-se assim assignados, passados e attestados, constituirão um compromisso e obrigação para a dita corporação, de conformidade com o verdadeiro interesse e sentido dessas apolices e contratos, e o segurado póde, portanto, no caso de dar-se algum prejuizo, sustentar uma acção contra a corporação, e todas as apolices e contratos podom ser assim feitos, assignal-os, lavrados e attestados, sem a presença da directoria, pelo presidente, presidente interino ou pelo vice-presidente (ou por qualquer delles) ou por qualquer delles, ou por uma commissão de directores, nomeada para esse fim, e os actos desse presidente, presidente interino ou vice-presidente, ou de qualquer delles, ou dessa commissão, quando praticados sob e de conformidade com os estatutos da dita corporação, constituirão um compromisso e uma obrigação para a dita corporação.

§ 10. O presidente e os directores terão por dever, em um dia conveniente dos mezes de Janeiro e Julho de cada anno, distribuir um dividendo da parte dos lucros da dita corporação, que a elles ou á maioria delles parecer acertado, e nenhum dividendo se fará com os premios recebidos pela dita corporação, por contratos de seguro, sem que a viagem ou risco seguro tenha terminado.

§ 11. Antes da dita corporação encetar as suas operações ou assumir qualquer risco de conformidade com esta lei, toda a

importancia do fundo capital deverá estar paga em especie ou em letras bancarias correntes, ou o seu pagamento garantido, quer por titulos da divida publica dos Estados-Unidos ou pelos do Estado de Nova York ou de qualquer outro Estado nos Estados-Unidos ou por titulos de qualquer corporação creada pela legislatura do Estado de Nova-York, que estiverem ao par, ou acima do par na occasião, ou por titulos da corporação da cidade de Nova-York ou de qualquer cidade incorporada do Estado de Nova-York ou por caução e hypotheca de bens immoveis proprios ou aforados, livres e desembaraçados, neste Estado do valor de, pelo menos, trinta e tres e um terço por cento mais do que a importancia emprestada sobre ellas, e póde emprestar os fundos e os dinheiros da corporação sobre os titulos acima ditos, mas as construcções existentes nessas propriedades, proprios ou aforados, serão sempre conservadas proporcionadamente seguras.

§ 12. A dita corporação não possuirá bens alguns immoveis, proprios ou aforados, excepto os que forem necessarios para o conveniente andamento das operações ou os que possam ser *bona fide* hypothecados á dita companhia, a titulo de garantia, ou os que possam ser-lhe traspassados em pagamento de dividas anteriormente contrahidas no curso das suas transacções ou comprados em vendas feitas por sentenças ou por decretos que ella p-sa ter obtido por taes dividas, e de todos esses bens immoveis, proprios ou aforados, como supra declarado, excepto os que possam ser necessarios para sua immediata installação ou os que possam ter sido *bona fide* hypothecados, como acima dito, a dita corporação será obrigada a dispor delles respectivamente dentro em cinco annos depois da sua acquisição, do contrario serão ellos confiscados e reverterão ao povo deste Estado.

§ 13. Não será licito á dita corporação encetar qualquer operação sujeita a esta lei sem que o presidente e o secretario tenham feito uma declaração por escripto perante o *mayor* ou o guarda dos archivos da cidade de Nova-York e registrarão a mesma na repartição do escrivão da cidade e condado de Nova-York, expondo que todo o fundo capital foi realizado ou o seu pagamento garantido de conformidade com as disposições desta lei, e qualquer juramento falso proposital nas premissas sujeitará a parte a todas as penas e penalidades do perjurio, e si tal depoimento jurado não fôr registrado dentro de dous annos depois da approvação desta lei, então esta lei e tudo quanto nella se contém ficará nullo e de nenhum effeito.

§ 14. Será dever do presidente e do secretario, 30 dias, pelo menos, antes da eleição annual de directores, preparar e lançar em um livro apropriado a esse fim uma plena e verdadeira relação dos fundos, propriedade e titulos da dita corporação, demonstrando a importancia dos bens immoveis, proprios e aforados, das garantias e hypothecas, das notas e titulos em fundos da divida publica ou outros fundos e a importancia das dividas activas e passivas da dita corporação, cujas relações deverão ser certificadas pelo presidente e o secretario e serão franqueadas no escriptorio á inspecção de todos os accionistas da dita companhia durante as horas usuaes

das transacções até ao dia da eleição, e no caso do presidente ou do secretario se recusar ou descuidar de preparar essa demonstração ou de a apresentar quando exigida, elles e cada um delles incorrerá em uma multa e pagará á pessoa que precisar examinar essa demonstração quando essa pessoa fór na época da sua recusa ou falta accionista da companhia a quantia de 500 dollars, que poderão ser reclamados e cobrados por esse accionista para seu proprio uso, em qualquer Juizo com jurisdicção para tal importancia, mas essa acção será intentada dentro de 20 dias depois da eleição annual dos directores da dita corporação.

§ 15. O escriptorio de operações da dita corporação será estabelecido na cidade de Nova-York e não em outra parte.

§ 16. A corporação creada pela presente lei gozará dos poderes geraes e estará sujeita ás disposições do capitulo XVIII da primeira parte da revisão das leis, tanto quanto lhe forem applicaveis.

§ 17. A corporação creada por esta lei estará sujeita, sempre que parecer conveniente, á investigação do chancellor ou do vice-chancellor do primeiro circulo, o qual pôde mandar que os negocios e a situação da dita corporação sejam examinados e relatados ao dito chancellor ou vice-chancellor por um juiz da chancellaria ou qualquer outra pessoa que o chancellor ou o vice-chancellor nomear, sendo as custas determinadas pelo dito chancellor ou o vice-chancellor, o qual á sua discreção poderá ordenar que essas despesas sejam pagas pela corporação ou por outra forma; porém, as disposições deste artigo não serão applicaveis a qualquer caso de queixa de qualquer individuo que não fór accionista.

§ 18. A pessoa assim nomeada para fazer esse exame terá poderes para inquirir, sob juramento, o presidente, o vice-presidente e o secretario ou qualquer outro official ou empregado da dita corporação e examinar os livros, papeis e titulos da mesma, pela maneira que mais convier ao fim dessa investigação.

§ 19. Si dessa investigação constar que a dita corporação tenha em qualquer ponto excedido os poderes pela presente lei concedidos, ou tenha violado as disposições desta lei, o chancellor ou o vice-chancellor terá por dever exercer para com a dita corporação os mesmos poderes e a autoridade actualmente conferida por lei ao chancellor com relação aos estabelecimentos bancarios.

§ 20. Será licito á dita corporação fazer resseguros de quaesquer riscos maritimos, todas as vezes que os officiaes da mesma julgarem prudente e acertado fazel-o.

§ 21. A legislatura pôde em qualquer occasião futura, alterar, modificar ou revogar esta lei, ou qualquer das suas disposições.

### *Capitulo 267*

Lei para reformar a carta de lei da *Nautilus Insurance Company* approvada em 21 de Maio de 1841.

Approvada em 18 de Abril de 1843, por uma votação de dous terços.

O povo do Estado de Nova-York, representado pelo Senado e pela assembléa, decreta o seguinte :

§ 1.º A lei da incorporação da *The Nautilus Insurance Company* approvada em 21 de Maio de 1841 é pela presente reformada para facultar á dita companhia em accrescimento aos direitos já concedidos por lei o privilegio de se organizar e fazer operações sob o plano de seguro mutuo, e para esse fim fica a dita companhia pela presente autorizada a ter e gozar de uma carta de lei semelhante a todos os respeitos á da *The New York Mutual Insurance Company*, da cidade de Nova York, expedida em 12 de Abril de 1842, excepto quanto aos nomes dos fidei-commissarios ou commissarios para levarem a effeito a carta de lei; e os commissarios nomeados na lei original de 21 de Maio de 1841 são, pelo presente, conservados para o fim supra e quando tiverem recebido propostas para seguros, elevando-se á importancia de 300.000 dollars (pelo menos), os commissarios poderão então proceder á organização da companhia.

§ 2.º A dita corporação encetará as suas operações dentro do prazo de dous annos, a contar da approvação desta lei, do contrario esta lei e a lei original de 21 de Maio de 1841 ficarão nullas e de nenhum effeito.

§ 3.º Será licito á dita companhia, dentro de dous annos, a contar da approvação desta lei, organizar e encetar operações sob e em virtude de sua carta de lei de 21 de Maio de 1841 ou em virtude da carta de lei pela presente reformada.

§ 4.º A legislatura poderá em qualquer época futura alterar ou revogar esta lei ou quaesquer das suas disposições.

### Capitulo 287

Lei para incorporar a *The New York Mutual Insurance Company* (Companhia de seguros mutuos de Nova York). Approvada em 12 de Abril de 1842, por uma votação de dous terços.

O povo do Estado de Nova York, representado no Senado e na assembléa, decreta o seguinte :

§ 1.º Ficarâ estabelecida na cidade de Nova York uma Companhia de seguros sobre a vida e contra os riscos de fogo, da navegação e transportes no interior e maritimos, que será denominada *The New-York Mutual Insurance Company*.

§ 2.º Em accrescimento aos poderes geraes e privilegios de corporação, conforme se acham declarados no titulo terceiro do capitulo 18º da primeira parte da revisão das leis, a corporação pelo presente creada terá poderes para por documento passado sob o seu sello ou por outra fórma:

1.º Fazer seguros sobre vida e fazer todo e qualquer seguro concernente á vida ;

2.º Fazer seguros sobre casas de residencia, armazens e outros edificios, moveis, mercadorias e outras propriedades contra perda ou damno occasionado pelo fogo ;



3.º Fazer seguros marítimos sobre navios, frete, generos, fazendas e mercadorias, especie, moeda, commissões, lucros, notas e letras do banco e outros titulos de divida, e sobre contratos de emprestimo a risco marítimo e interesse correspondente, e fazer todo e qualquer seguro relativo a ou concernento a riscos marítimos ou transporte ou navegação no interior ;

4.º Ella póde fazer seguros de quaesquer dos riscos que tiver segurado.

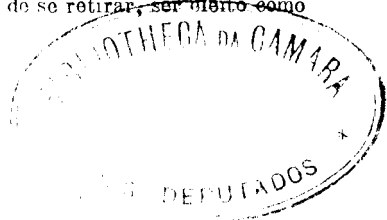
§ 3.º Todos os poderes da corporação da dita companhia serão exercidos por um conselho de fidei-commissarios e pelos officiaes e agentes que elles possam nomear. O conselho de fidei-commissarios consistirá de 20 pessoas, todas as quaes deverão ser cidadãos deste Estado ; estes elegerão um presidente e um vice-presidente annualmente, os quaes deverão ser pela sua eleição membros ex-officio do dito conselho de fidei-commissarios e exercerão os seus cargos até que outros sejam eleitos para fazerem as suas vezes : 9 ou mais dos ditos fidei-commissarios constituirão o *quorum* para resolver os negocios.

§ 4.º Bache Mc. Evers, David S. Kennedy, Daniel Trimble Stewart Brown e Robert B. Minturn, da cidade de Nova York, são pela presente nomeados commissarios, cujo dever será, dentro de dous annos a contar da approvação desta lei, organizar livros para receber propostas para seguros, para serem effectuados pela dita companhia, e logo que as propostas se elevarem á importância de quinhentos mil dollars, elles darão aviso da época e do lugar em que deverão reunir-se essas pessoas, para eleição de 20 fidei-commissarios e tambem de tres inspectores para presidirem a eleição dos fidei-commissarios que têm de succeder á primeira eleição, devendo esse aviso ser publicado diariamente pelo espaço de uma semana precedente a essa reunião, em, pelo menos, duas folhas publicas publicadas na cidade de Nova York, e na folha official, e toda a pessoa que assim tiver proposto um seguro, terá o direito de votar na dita eleição e as pessoas escolhidas na dita eleição serão os fidei-commissarios da dita companhia para o anno immediato.

§ 5.º Os fidei-commissarios na sua primeira reunião dividir-se-hão á sorte, em quatro classes de cinco membros cada uma ; as funções da primeira classe expirarão no fim de um anno ; as funções da segunda classe expirarão no fim de dous annos ; as funções da terceira classe expirarão no fim de tres annos, e as funções da quarta classe expirarão no fim de quatro annos, e assim successivamente em cada um e em todos os annos.

Os logares das diversas classes serão occupados por membros desta corporação e as vagas occasionadas por morte, resignação ou ausencia do Estado serão preenchidas pelo conselho de fidei-commissarios ; a pluralidade de votos determinará a escolha.

Cada classe exercerá as suas funções, até que outros sejam eleitos no seu logar, e esta secção não será organizada de fórma que vede o fidei-commissario que tem de se retirar, ser eleito como novo fidei-commissario.



§ 6.º Toda a pessoa que tiver tomado uma apolice durante o anno precedente directamente no seu proprio nome ou no nome da sua firma, e toda a pessoa que possuir no seu proprio nome ou no nome da sua firma um certificado ou certificados da companhia (não absorvidos por pagamentos de prejuizos) de uma quota proporcional aos premios auferidos, como aqui em seguida disposto, na importancia de cem dollars, será considerada como membro da dita companhia e com direito de votar pessoalmente ou por procuração em todas as eleições, e toda a pessoa que possuir esse certificado ou esses certificados no seu proprio nome ou no nome da sua firma terá direito a um voto adicional por cada somma de cem dollars que exceder aos primeiros cem dollars incluídos nesse certificado; fica porém entendido que em caso algum terá essa pessoa direito a mais de cem votos.

§ 7.º Toda a pessoa que tornar-se membro desta corporação, effectuando seguros nella, pagará a primeira vez que effectuar o seguro o antes de receber a sua apolice, as taxas que forem fixadas e determinadas pelos fidei-commissarios e nenhum premio assim pago será retirado da dita companhia durante a sua existencia, estará porém sujeita a todos os prejuizos e despesas em que incorrer a companhia durante a existencia da sua carta de lei.

Todavia cousa alguma do que se contém nesta secção velará á dita companhia o receber as contas dos premios sobre seguros maritimos effectuados pela dita companhia.

§ 8.º Será licito á dita companhia emprestar todos os premios recebidos e empregar os mesmos em obrigações e hypothecas sobre bens immoveis, livres e desembaraçados, dentro do Estado de Nova York, que valham 50 % mais do que a importancia emprestada sobre elles, em quaesquer fundos creados por ou de conformidade com as leis deste Estado ou dos Estados-Unidos e em obrigações de risco marítimo ou de respondencia, porém a importancia collocada em obrigações a risco marítimo ou respondencia não excederá á metade dos lucros líquidos da dita companhia na época dessa collocação.

§ 9.º A companhia, para maior segurança dos seus co-associados, poderá receber notas de premios adiantados de pessoas que tencionem realizar seguros com ella, e póle negociar essas notas afim de pagar reclamações ou outros encargos relativos ás suas operações e sobre a parte das ditas notas que possam exceder á importancia de premios pagos pelos respectivos signatarios das mesmas nas épocas successivas, nas quaes a companhia organizar o seu relatório annual, como disposto aqui em seguida; e sobre novas notas tomadas adiantadas, poderá ser estabelecida e paga de tempos a tempos aos signatarios das mesmas, uma compensação, pela taxa, que será determinada pelos fidei-commissarios, não excedendo, porém, a 5 % ao anno.

§ 10. Depois da primeira eleição, far-se-hão eleições annuaes para a escolha de fidei-commissarios e de tres inspectores para convocarem as proximas eleições; o annuncio da época e do lugar dessas eleições será publicado pelos fidei-commissarios, diariamente,

em duas folhas publicas impressas na cidade de Nova York e na folha official, durante a semana anterior a essas eleições.

§ 11. Os officiaes da companhia a expirar um anno a contar da data em que a primeira apolice tiver sido emittida e que a mesma declarar, e dentro de um mez depois o durante o primeiro mez depois da expiração de cada anno subsequente, mandarão organizar uma estimativa dos lucros e do estado real dos negocios da companhia o mais appproximadamente possivel no anno precedente, e assim por diante em cada anno successivo; estas estimativas serão conclusivas para todas as pessoas com direito de receberem certificados, como aqui em seguida disposto, e sobre ellas mandarão organizar um balanço dos negocios da companhia nos quaes elles lançarão á conta de cada membro uma quota proporcional dos prejuizos da companhia, de accôrdo com a primitiva importancia, premio pago por elle, porém em caso algum essa quota excederá a importancia desse premio. Cada um desses membros será creditado pela sua quota proporcional da importancia de premios adquiridos depois de deduzidos os prejuizos e as despesas e dos lucros da companhia provenientes das collocações de capitaes e essa quota dos lucros proveniente das collocações de capitaes será paga a esses membros e pela sua quota proporcional dos premios adquiridos elle terá direito a um certificado lançado nos livros da companhia, da importancia que restar ao seu credito na dita companhia, e esse certificado conterá uma clauzula condicional de que a importancia nella mencionada está sujeita a qualquer prejuizo futuro da dita companhia. Todavia não se emittirão certificados por qualquer somma inferior a dez dollars, nem por qualquer fracção de quantias entre dezenas numeros inteiros do dollars, sendo todas essas fracções de quantias e as quantias inferiores a dez dollars lançadas nas contas contingentes da companhia e applicadas ás despesas e outros gastos dos annos a que pertencerem.

§ 12. Em um dia do primeiro mez depois da expiração do primeiro anno, a contar da época em que a dita companhia emittir a sua primeira apolice e dentro do primeiro mez de cada subsequente anno, os officiaes da companhia mandarão organizar e imprimir um balanço geral demonstrando os negocios da companhia, o qual conterá:

1.º A importancia de premios recebida durante o anno precedente, especificando qual a importancia recebida sobre riscos de vida, de fogo, riscos maritimos e sobre os riscos de navegação e transportes no interior.

2.º A importancia das despesas da companhia durante o anno.

3.º A importancia dos prejuizos durante o anno, especificando a importancia dos prejuizos soffridos pelos riscos sobre vida, pelos riscos de fogo, pelos riscos maritimos, e pelos riscos da navegação e transportes no interior.

4.º O saldo que ficar na companhia.

5.º A natureza dos titulos em que o mesmo está collocado, especificando qual a importancia empregada em bens immoveis na cidade de Nova York, qual a empregada em bens immoveis em

outras partes do Estado, qual a empregada em fundos publicos e acções, qual a empregada em obrigações, risco marítimo e responsabilidade, e qual a importancia do dinheiro em caixa.

Uma cópia impressa desse balanço e exposição será entregue a cada membro que a reclamar, e publicada diariamente por espaço de duas semanas após o primeiro mez de cada anno, como acima dito, na folha official e em duas folhas diárias na cidade de Nova York.

§ 13. Logo que os lucros liquidos accumulados excederem a 500.000 dollars, o excesso pôde ser applicado d'ahi em diante, annualmente ou semi-annualmente ao resgate dos certificados de cada anno, no todo ou em parte, como possa ser determinado pelo conselho de fidei-commissarios, porém os certificados do anno subsequente não deverão ser resgatados sem que os do precedente estejam acautelados, e quando esses lucros accumulados excederem um milhão de dollars, os fidei-commissarios terão por dever applicar esse anterior excesso ao resgate de certificados no todo ou em parte pela maneira acima especificada.

§ 14. Qualquer membro poderá propor e sustentar pleitos contra a corporação e nenhum membro da corporação, não sendo na sua qualidade individual parte nesse pleito, será incompetente como testemunha.

§ 15. As secções da revisão das leis de 19 a 25, ambas inclusive do primeiro artigo do segundo titulo do cap. 18 da primeira parte, não serão applicaveis á corporação pelo presente creada.

§ 16. As operações e negocios da corporação serão effectuados no logar, na cidade de Nova York, que os fidei-commissarios indicarem e nunca em outra parte qualquer.

§ 17. Esta lei terá effeito immediatamente e continuará em vigor por espaço de 30 annos.

§ 18. A legislatura pôde em qualquer epoca alterar e revogar esta lei.

### Capítulo 211

Lei para reformar a carta de lei da *Nautilus Insurance Company*, na cidade de Nova York. Approvada em 5 de Abril do 1849.

O povo do Estado de Nova York, representado no Senado e na assemblea, decreta o seguinte:

§ 1.º A *The Nautilus Insurance Company* será d'ora avante conhecida por *The New York Life Insurance Company*.

§ 2.º As operações da dita companhia limitar-se-hão a seguro sobre a vida e poderá fazer todo e qualquer seguro relativo á vida e aceitar e satisfazer fidei-commisso, fazer dotações, e conceder e comprar annuidades.

§ 3.º Na eleição dos fidei-commissarios cada pessoa que tiver contratado um seguro por qualquer somma paga ou garantida como premio de seguro á dita companhia, durante o anno anterior a essa eleição, terá um voto quer pessoalmente quer por pro-

curação devidamente assignada pela pessoa que tiver effectuado esse seguro, e toda a pessoa que possuir um certificado ou certificados da companhia (não prejudicados pelo pagamento de prejuizos) na importancia de 100 dollars, terá igualmente direito a um voto e pela mesma forma terá um voto por cada 100 dollars addicionaes.

§ 4.º Quando o capital effectivo dessa companhia, sujeito ao pagamento dos prejuizos, elevar-se á somma de 200.000 dollars, as notas dadas por premios adiantadamente poderão ser entregues para serem cancelladas.

§ 5.º Os officiaes desta companhia, dentro de um mez subsequente do primeiro dia de Janeiro de cada anno, mandarão proceder á estimativa dos lucros e do verdadeiro estado dos negocios da dita companhia, o mais approximadamente possível do anno precedente, e todos os dividendos que forem declarados pelos fidei-commissarios, serão lançados ao credito das pessoas com direito a elles, nos livros da companhia, e todas as pessoas que tenham esse direito, poderão receber um certificado do mesmo.

Porém nenhum certificado será emittido por qualquer quantia inferior a 10 dollars.

Esses certificados de dividendos conterão a clausula de que a importancia nelles mencionada está sujeita a qualquer prejuizo da companhia.

Os fidei-commissarios poderão á sua discreção declarar ou pagar juros sobre esses certificados, a uma taxa que não excederá de 6 % ao anno; porém nenhum dividendo será jámais declarado e pago quando affectar o capital ou o fundo de reserva da dita companhia.

§ 6.º A demonstração exigida pela lei que reforma a — Carta de lei — da dita companhia approvada em 15 de Abril de 1843, será feita d'ora avante dentro de 30 dias depois do 1.º de Janeiro de cada anno.

§ 7.º A mudança de um nome da corporação não prejudicará os direitos de qualquer pessoa que tenha negocios ou seguros na companhia; poder-se-ha todavia intentar processos *pro* ou *contra* a companhia no seu actual nome de corporação, por qualquer apolice ou responsabilidade tomada anteriormente á mudança e qualquer acto ou contrato da companhia, feito de conformidade com a carta de lei, ora reformada, não inconsistente com as disposições desta lei, será considerado válido entre todas as partes e todas as disposições da carta de lei, ora reformada, inconsistentes com esta lei, ficam desde agora sem effecto.

§ 8.º A legislatura póle em qualquer época alterar ou revogar esta lei.

§ 9.º Esta lei terá effito immediato.

Estado de Nova York.

Repartição do secretario de estado. S. S.

Comparei o documento que precede com a lei archivada nesta repartição e certifico que é uma cópia correcta da mesma lei, e de todas as ditas leis originaes.

Passado e assignado e sellado com o sello do meu officio na cidade de Albany no dia 4 de Maio de 1882. Assignado, Anson S. Wood, Secretario de Estado interino. (Estava um sello.)

Consulado Geral dos Estados-Unidos da America.— Rio de Janeiro.— Imperio do Brazil. Eu abaixo assignado, Consul Geral dos Estados Unidos da America para o Rio de Janeiro e suas dependencias, pelo presente certifico que a assignatura de Anson S. Wood exarada na cópia da carta de lei precedente, e aqui junta como instrumento publico, é na minha opinião a assignatura authentica do dito Anson S. Wood, o qual é publicamente bem conhecido de mim como Secretario interino de Estado, do Estado de Nova York, e a cujos actos officiaes são devidos ampla fé e credito.

Passado sob a minha assignatura e sello official no Rio de Janeiro ao decimo terceiro dia de Setembro do anno do Senhor de mil oitocentos oitenta e dous.— Assignado, C. C. Andrews, Consul Geral.

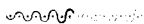
Estava o sello.— Consulado Geral dos Estados Unidos no Rio de Janeiro.

Nada mais continha ou declarava o dito documento que bem e fielmente traduzi do proprio original, escripto em inglez, ao qual me reporto. Em fé do que, passei o presente que assignei e sellei com o sello do meu officio nesta muito leal e heroica cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, aos vinte e tres dias do mez de Setembro do anno de mil oitocentos oitenta e dous.

Assignado, Carlos João Kunhardt, traductor publico e interprete commercial juramentado.

(Estava o sello.)

(Estavam inutilizadas quatro estampilhas no valor de seis mil e oitocentos réis.)



#### DECRETO N. 9504 — DE 8 DE OUTUBRO DE 1885

Concede permissão a Francisco Alves dos Reis para explorar ferro e outros mineraes na Provincia do Rio de Janeiro.

Attendendo ao que requereu Francisco Alves dos Reis, Hei por bem Conceder-lhe permissão para explorar ferro e outros mineraes no municipio de Mangaratiba, Provincia do Rio de Janeiro, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de

Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 8 de Outubro de 1885, 64<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9504 desta data**

**I**

Fica concedido a Francisco Alves dos Reis o prazo de dous annos contados desta data, para, sem prejuizo dos direitos de terceiro, proceder a exploração e pesquisas para descobrimento de minas de ferro e outros mineraes no municipio de Mangaratiba, da Provincia do Rio de Janeiro.

Dentro deste prazo o concessionario deverá apresentar, na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, plantas geologica e topographica dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, tanto quanto fôr possível e o permitirem os trabalhos executados, a superposição das camadas mineraes, e remetterá, com as mesmas plantas, amostras dos mineraes encontrados e relatorio minucioso da localidade em que a mina estiver situada, declarando qual a possança e riqueza desta; qual sua extensão e sua direcção, a distancia entre ella e os povoados mais proximos e os meios de communicação existentes; a área necessaria para a mineração; e, finalmente, os meios apropriados para o transporte dos productos das minas.

**II**

Os trabalhos de pesquisa ou exploração para descobrimento de minas poderão ser feitos por qualquer dos modos recommendados pela sciencia.

**III**

O concessionario fica obrigado a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos possam provir ás propriedades adjacentes, a restabelecer á sua custa o curso natural das aguas que desviar por causa dos mesmos trabalhos e a dar conveniente direcção ás que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizer,

quando destes serviços resultar damno aos mesmos proprietarios de terrenos adjacentes.

Si o desvio destas aguas exigir trabalhos em propriedade alheia, o concessionario solicitará prévio consentimento do proprietario, usando dos meios em direito permittidos.

## IV

O concessionario fica obrigado a deseccar os terrenos alagados em virtude dos trabalhos da exploração, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo que não possa ser prejudicada a saude dos moradores da circumvizinhança.

Palacio do Rio de Janeiro em 8 de Outubro de 1885. — *Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9505 — DE 12 DE OUTUBRO DE 1885

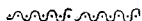
Declara caduca a concessão feita pelo Decreto n. 8123 de 28 de Maio de 1881.

Considerando que a Companhia *San Paulo Central Sugar Factory of Brasil, Limited*, concessionaria, pelo Decreto n. 8123, de 28 de Maio de 1881, de garantia de juros de 7 % ao anno sobre o capital de 500:000\$, para o estabelecimento de um engenho central, destinado ao fabrico de assucar de canna, no municipio de S. João do Capivary, Provincia de S. Paulo, não se habilitou para exercer suas funcções dentro dos prazos fixados, Hei por bem, na conformidade do § 2º do art. 25 do Regulamento approved pelo Decreto n. 8357, de 21 de Dezembro de 1881, Declarar caduca a mesma concessão.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 12 de Outubro de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*





## DECRETO N. 9506 — DE 12 DE OUTUBRO DE 1885

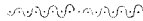
Declara caduca a concessão feita pelo Decreto n. 8405 de 11 de Fevereiro de 1882.

Considerando que a Companhia Agricola de Campos, á qual, pelo Decreto n. 8405, de 11 de Fevereiro de 1882, foi concedida garantia de juros de 6 % sobre o capital de 750:000\$, para o estabelecimento de um engenho central, destinado ao fabrico de assucar de canna, á margem do rio Parahyba, no municipio de Campos, Provincia do Rio de Janeiro, não começou as obras da construcção da fabrica dentro do prazo marcado no § 3º do art. 19 do Regulamento approvado pelo Decreto n. 8357, de 24 de Dezembro de 1881, Hei por bem, na conformidade do § 3º do art. 25 do mesmo regulamento, Declarar caduca a referida concessão.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 12 de Outubro de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9507 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1885

Altera as clausulas primeira e trigesima primeira das que baixaram com o Decreto n. 9362 de 17 de Janeiro de 1885.

Attendendo ao que Me requereu o Engenheiro Augusto Carlos da Silva Tell's, concessionario do privilegio para construcção, uso e gozo da estrada de ferro entre o porto de Benevente, na Provincia do Espirito Santo, e a cidade de Santa Luzia, na de Minas Geraes, Hei por bem Alterar a primeira e trigesima primeira das clausulas que baixaram com o Decreto n. 9362 de 17 de Janeiro de 1885, que fez a referida concessão, de accôrdo com as que a este acompanham, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Outubro de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9507 desta data**

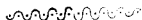
I

O prazo do privilegio fixado na clausula primeira das que baixaram com o Decreto n. 9362 de 17 de Janeiro do corrente anno fica elevado a 90 annos.

II

O prazo estipulado na ultima parto da clausula trigesima primeira do referido decreto fica tambem elevado a 90 annos.

Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Outubro de 1885. — *Antonio da Silva Prado.*



**DECRETO N. 9508 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1885**

Transfere á Companhia da estrada de ferro da Leopoldina os favores constantes dos Decretos ns. 7046 de 18 de Outubro de 1878 e 7460 de 6 de Setembro de 1879 da concessão da extincta Companhia da estrada de ferro do Sumidouro.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia da estrada de ferro da Leopoldina, em virtude de sua incorporação com a estrada de ferro do Sumidouro, na Provincia do Rio de Janeiro, Hei por bem Transferir á mesma companhia a concessão feita pelos Decretos ns. 7046 e 7460, de 18 de Outubro de 1878 e 6 de Setembro de 1879, referentes á mencionada ferro-via do Sumidouro.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Outubro de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9509 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1885

Concede a Jorge Mirandola Filho ou á empresa que fór por elle organizada os favores da lei relativamente aos edificios que construir para habitação de operarios e classes pobres.

Attendendo ao que requereu Jorge Mirandola Filho, Hei por bem, de conformidade com o Decreto Legislativo n. 3151 de 9 de Dezembro de 1882, Conceder-lhe, ou á empresa que organizar com o fim de construir na cidade do Rio de Janeiro e seus arredores edificios destinados á habitação de operarios e classes pobres, os favores de que trata o mesmo decreto, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo Barão de Mamoré, do Meu Conselho, Senador de Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Outubro de 1885, 64º da Independencia o do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Mamoré.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9509 desta data**

**I**

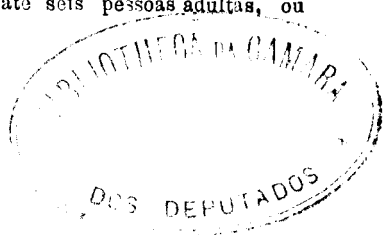
Os edificios serão construidos de accôrdo com as prescripções constantes do parecer da Junta Central de Hygieno Publica, de 25 de Janeiro de 1884, inclusive a conveniente orientação de cada edificio e a drenagem do solo que occuparem.

**II**

Os planos definitivos serão approvados pelo Governo, com prévia audiencia da mesma Junta.

**III**

As habitações serão de differentes classes: para uma só pessoa ; para duas pessoas, e para familias até seis pessoas adultas, ou oito entre adultos e crianças.



## IV

Os grupos de habitações serão de tres classes :

- 1º grupo — Habitações para uma ou duas pessoas ;
- 2º grupo — Habitações para familias ;
- 3º grupo — Habitações mixtas, para uma ou duas pessoas e para familias.

## V

As habitações, quer isoladas, quer em grupos, para familias terão entrada independente, uma torneira d'agua potavel, uma latrina e um pequeno quintal calçado, com o competente esgoto das aguas pluviaes.

O compartimento da latrina será collocado nos fundos da habitação.

## VI

As habitações para uma ou duas pessoas serão sempre em commun, e cada grupo terá numero de torneiras d'agua potavel com as competentes pias e esgotos, e de latrinas, em proporção ao dos locatarios.

## VII

As habitações mixtas participarão dos caracteristicos e condições relativos ás duas outras classes.

## VIII

As habitações de qualquer classe, de um só pavimento, terão de altura 4,40 metros e um porão com 50 centimetros de altura.

As habitações de dous pavimentos terão, além das condições indicadas, quatro metros de altura no pavimento superior.

## IX

Todas as habitações serão arejadas por meio de janellas e ventiladores convenientemente dispostos, devendo cada compartimento ter pelo menos uma janella ou porta para o exterior ; assim tambem o porão e o vigamento entre os pavimentos, por meio dos processos mais adequados.

## X

Nas habitações em grupo para familias, e nas mixtas, construir-se-ha um telheiro isolado com um lavadouro, munido dos competentes esgotos, para o uso dos locatarios.

## XI

A empresa fornecerá gratuitamente a illuminação a gaz dos corredores, escadas e todos os commodos communs, assim como das passagens exteriores e pateos.

## XII

Os materiaes empregados na construcção dos edificios serão isentos de qualquer causa de humidade no interior das habitações.

## XIII

A empresa manterá um empregado seu incumbido de fiscalisar o procedimento dos locatarios e de conservar o asseio e boa ordem nos commodos, logradouros e construcções, que forem de uso commun.

## XIV

Entre os grupos diferentes de habitações mediará sempre uma passagem, tendo nunca menos de cinco metros de largura, calçada e com o devido esgoto de aguas pluvias.

## XV

A empresa poderá construir varios grupos de habitações em locais diversos. Em cada local, o numero maximo de habitações será determinado pela Junta Central de Hygiene Publica, com approvação do Governo.

## XVI

A empresa não poderá cobrar de aluguel mensal mais que as seguintes quantias :

|                                                                                         |         |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| Pela habitação de uma pessoa.....                                                       | 7\$000  |
| Pela de duas pessoas .....                                                              | 12\$000 |
| Pela de uma familia até quatro pessoas adultas, ou cinco, entre adultos e crianças..... | 20\$000 |
| Pela de uma familia até cinco pessoas adultas, ou seis, entre adultos e crianças.....   | 24\$000 |
| Pela de uma familia até seis pessoas adultas, ou oito, entre adultos e crianças.....    | 28\$000 |

## XVII

Os planos deverão ser apresentados dentro de dous mezes, a contar desta data.

## XVIII

As construcções começarão no prazo de tres mezes, contados da data da approvação dos planos.

## XIX

Dentro do prazo de tres annos, contados dessa ultima data, deverá a empresa ter construido habitações para 2.000 pessoas.

## XX

Para levar a effeito as construcções, os concessionarios se obrigam a incorporar uma companhia, com o capital que for necessario.

## XXI

A companhia será constituida no prazo de tres mezes, contados desta data.

## XXII

A empresa fica obrigada a demolir os cortiços, que lhe forem designados pelo Governo, em proporção das habitações que tiver construido, calculado o numero conforme o dos individuos que occuparem os mesmos cortiços e a capacidade das novas edificações.

## XXIII

A empresa fará á sua custa a demolição dos cortiços condemnados pela autoridade sanitaria e indemnizará os proprietarios da importancia dos materiaes, da mão d'obra, calculado o valor desta conforme a época em que foram construidos os edificios e o daquelles segundo o seu estado de conservação.

## XXIV

O calculo da indemnização será feito por peritos escolhidos pelas partes.

Havendo divergencia entre os peritos, será a questão decidida pelo Governo.

Em todo caso, fica livre ás partes o direito de recorrer ao arbitramento judicial.

## XXV

Nas novas edificações não poderá ser empregado material proveniente da demolição dos cortiços.

## XXVI

Ficam concedidos á empresa:

I. Isenção por 20 annos do imposto predial para os edificios que construir, excluida a taxa adicional do § 3º, parte 1ª, do art. 11, da Lei n. 719 de 21 de Setembro de 1853, cessando a isenção si a empresa alienar os edificios ;

II. Dispensa, tambem por 20 annos, do imposto de transmissão de propriedade, quanto á aquisição dos immoveis necessarios para as construcções ;

III. Direito de desapropriação, conforme a Lei n. 816 de 10 de Julho de 1855, relativamente aos terrenos em que tiver de edificar, comtanto que não haja nelles edificio sujeito ao pagamento do imposto predial ou isento deste por lei.

## XXVII

O Governo resolverá opportunamente sobre a concessão, nos termos da lei, do dominio util dos terrenos do Estado em que a empresa pretender construir.

## XXVIII

Si, no correr das construcções, o Governo reconhecer a conveniencia de ser modificado o plano das habitações, determinará, mediante accôrdo com a empresa, as alterações que devam ser observadas nos novos edificios e nos que houverem de ser reconstruidos.

## XXIX

A empresa não poderá transferir a terceiros os direitos, vantagens e onus inherentes á presente concessão.

## XXX

O Governo reserva-se o direito de mandar examinar ou fiscalisar a execução dos trabalhos por pessoa de sua confiança.

## XXXI

O Ministerio do Imperio, ouvidas a Illma. Camara Municipal e a Junta Central de Hygiene Publica, dará regulamento para a policia e regimen interno das habitações.

## XXXII

A infracção de qualquer das obrigações a que a empresa fica sujeita será punida com a pena de multa de 1:000\$ a 5:000\$, salvo a das clausulas 18<sup>a</sup>, 21<sup>a</sup> e 29<sup>a</sup>, que importará a caducidade da concessão.

Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Outubro de 1885. — *Barão de Mamoré*.

~~~~~

## DECRETO N. 9540 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1885

Concede a Francisco Eugenio de Azevedo e João Franklin de Alencar Lima ou á empresa que fór por elles organizada, os favores da lei, relativamente aos edificios que construirẽ para habitação de operarios e classes pobres.

Attendendo ao que requereram Francisco Eugenio de Azevedo e João Franklin de Alencar Lima. Hei por bem, de conformidade com o Decreto Legislativo n. 3151 de 9 de Dezembro de 1882, Conceder-lhes ou á empresa que organizarem com o fim de construir, na cidade do Rio de Janeiro e seus arrabaldes, edificios destinados á habitação de operarios e classes pobres, os favores de que trata o mesmo decreto, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo Barão de Mamoré, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Outubro de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Mamoré.*



## **Clausulas a que se refere o Decreto n. 9510 desta data**

### **I**

Os edificios serão construidos de accôrdo com as prescripções constantes do parecer da Junta Central de Hygiene Publica, de 25 de Janeiro de 1884, inclusive a conveniente orientação de cada edificio e a drenagem do solo que occuparem.

### **II**

Os planos definitivos serão approvados pelo Governo, com prévia audiencia da mesma Junta.

### **III**

As habitações serão de differentes classes : para uma só pessoa ; para duas pessoas, e para familias até seis pessoas adultas, ou oito entre adultos e crianças.

### **IV**

Os grupos de habitações serão de tres classes :

- 1º grupo — Habitações para uma ou duas pessoas ;
- 2º grupo — Habitações para familias ;
- 3º grupo — Habitações mixtas, para uma ou duas pessoas e para familias.

### **V**

As habitações, quer isoladas, quer em grupos, para familias terão entrada independente, uma torneira d'agua potavel, uma latrina e um pequeno quintal calçado, com o competente esgoto das aguas pluviaes.

O compartimento da latrina será collocado nos fundos da habitação.

### **VI**

As habitações para uma ou duas pessoas serão sempre em commum, e cada grupo terá numero de torneiras d'agua potavel com as competentes pias e esgotos, e de latrinas, em proporção ao dos locatarios.

## VII

As habitações mixtas participarão dos característicos e condições relativos ás duas outras classes.

## VIII

As habitações de qualquer classe, de um só pavimento, terão de altura 4,40 metros e um porão com 50 centímetros de altura.

As habitações de dous pavimentos terão, além das condições indicadas, quatro metros de altura no pavimento superior.

## IX

Todas as habitações serão arejadas por meio de janellas e ventiladores convenientemente dispostos, devendo cada compartimento ter pelo menos uma janella ou porta para o exterior; assim tambem o porão e o vigaamento entre os pavimentos, por meio dos processos mais adequados.

## X

Nas habitações em grupo para familias, e nas mixtas, construir-se-ha um telheiro isolado com um lavadouro, munido dos competentes esgotos, para o uso dos locatarios.

## XI

A empresa fornecerá gratuitamente a illuminação a gaz dos corredores, escadas e todos os commodos communs, assim como das passagens exteriores e pateos.

## XII

Os materiaes empregados na construcção dos edificios serão isentos de qualquer causa de humidade no interior das habitações.

## XIII

A empresa manterá um empregado seu incumbido de fiscalisar o procedimento dos locatarios e de conservar o asseio e boa ordem nos commodos, logradouros e construcções, que forem de uso commum.

## XIV

Entre os grupos diferentes de habitações mediará sempre uma passagem, tendo nunca menos de cinco metros de largura, calçada e com o devido esgoto de aguas pluviaes.

## XV

A empresa poderá construir varios grupos de habitações em locais diversos. Em cada local, o numero maximo de habitações será determinado pela Junta Central de Hygiene Publica, com approvação do Governo.

## XVI

A empresa não poderá cobrar de aluguel mensal mais que as seguintes quantias:

Pela habitação de uma pessoa.....	7\$000
Pela de duas pessoas.....	12\$000
Pela de uma familia até quatro pessoas adultas, ou cinco, entre adultos e crianças.....	20\$000
Pela de uma familia até cinco pessoas adultas, ou seis, entre adultos e crianças.....	24\$000
Pela de uma familia até seis pessoas adultas, ou oito, entre adultos e crianças.....	28\$000

## XVII

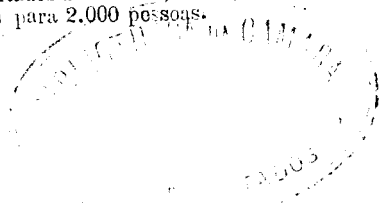
Os planos deverão ser apresentados dentro de dois mezes, a contar desta data.

## XVIII

As construcções começarão no prazo de tres mezes, contados da data da approvação dos planos.

## XIX

Dentro do prazo de tres annos, contados dessa ultima data, deverá a empresa ter construido habitações para 2.000 pessoas.



## XX

Para levar a effeito as construcções, os concessionarios se obrigam a encorporar uma companhia, com o capital que fôr necessario.

## XXI

A companhia será constituida no prazo de tres mezes, contados desta data.

## XXII

A empresa fica obrigada a demolir os cortiços, que lhe forem designados pelo Governo, em proporção das habitações que tiver construido, calculado o numero conforme o dos individuos que occuparem os mesmos cortiços e a capacidade das novas edificações.

## XXIII

A empresa fará á sua custa a demolição dos cortiços condemnados pela autoridade sanitaria e indemnizará os proprietarios da importancia dos materiaes, da mão'd'obra, calculado o valor desta conforme a época em que foram construidos os edificios e o daquelles segundo o seu estado de conservação.

## XXIV

O calculo da indemnização será feito por peritos escolhidos pelas partes.

Havendo divergencia entre os peritos, será a questão decidida pelo Governo.

Em todo caso, fica livre ás partes o direito de recorrer ao arbitramento judicial.

## XXV

Nas novas edificações não poderá ser empregado material proveniente da demolição dos cortiços.

## XXVI

Ficam concedidos á empresa:

1. Isenção por 20 annos do imposto predial para os edificios que construir, excluida a taxa adicional do § 3º, parte 1ª, do art. 11, da Lei n. 749 de 24 de Setembro de 1853, cessando a isenção si a empresa alienar os edificios;

II. Dispensa, tambem por 20 annos, do imposto de transmissão de propriedade, quanto á aquisição dos immoveis necessarios para as construcções ;

III. Direito de desapropriação, conforme a Lei n. 816 de 10 de Julho de 1855, relativamente aos terrenos em que tiver de edificar, comtanto que não haja nelles edificio sujeito ao pagamento do imposto predial ou isento deste por lei.

## XXVII

O Governo resolverá opportunamente sobre a concessão, nos termos da lei, do dominio util dos terrenos do Estado em que a empresa pretender construir.

## XXVIII

Si, no correr das construcções, o Governo reconhecer a conveniencia de ser modificado o plano das habitações, determinará, mediante accôrdo com a empresa, as alterações que devam ser observadas nos novos edificios e nos que houverem de ser reconstruidos.

## XXIX

A empresa não poderá transferir a terceiros os direitos, vantagens e onus inherentes á presente concessão.

## XXX

O Governo reserva-se o direito de mandar examinar ou fiscalisar a execução dos trabalhos por pessoa de sua confiança.

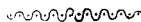
## XXXI

O Ministerio do Imperio, ouvidas a Illma. Camara Municipal e a Junta Central de Hygiene Publica, dará regulamento para a policia e regimen interno das habitações.

## XXXII

A infracção de qualquer das obrigações a que a empresa fica sujeita será punida com a pena de multa de 1:000\$ a 5:000\$, salvo a das clausulas 18<sup>a</sup>, 21<sup>a</sup> e 29<sup>a</sup>, que importará a caducidade da concessão.

Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Outubro de 1885.— *Barão de Mamoré.*



## DECRETO N. 9511 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1885

Concede a Luiz Raphael Vieira Souto e Antonio Domingues dos Santos Silva, ou á empresa que fór por elles organizada, os favores da lei relativamente aos edificios que construirem para habitação de operarios e classes pobres.

Attendendo ao que requereram Luiz Raphael Vieira Souto e Antonio Domingues dos Santos Silva, Hei por bem, de conformidade com o Decreto Legislativo n. 3151 de 9 de Dezembro de 1882, Conceder-lhes ou á empresa que organizarem com o fim de construir, na cidade do Rio de Janeiro e seus arrabaldos, edificios destinados á habitação de operarios e classes pobres, os favores de que trata o mesmo decreto, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo Barão de Mamore, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Outubro de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Mamoré.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9511 desta data**

I

Os edificios serão construidos de accôrdo com as prescripções constantes do parecer da Junta Central de Hygiene Publica, de 25 de Janeiro de 1884, inclusive a conveniente orientação de cada edificio e a drenagem do sólo que occuparem.

II

Os planos definitivos serão approvados pelo Governo, com prévia audiencia da mesma Junta.

III

As habitações serão de differentes classes: para uma só pessoas, para duas pessoas, e para familias até seis pessoas adultas, ou oito entre adultos e crianças.

## IV

Os grupos de habitações serão de tres classes :  
1º grupo — habitações para uma ou duas pessoas ;  
2º grupo — habitações para familias ;  
3º grupo — habitações mixtas, para uma ou duas pessoas e para familias.

As habitações, quer isoladas, quer em grupos, para familias terão entrada independente, uma torneira d'agua potavel, uma latrina e um pequeno quintal calçado, com o competente esgoto das aguas pluvias.

O compartimento da latrina será collocado nos fundos da habitação.

## VI

As habitações para uma ou duas pessoas serão sempre em commun, e cada grupo terá numero de torneiras d'agua potavel com as competentes pias e esgotos, e de latrinas, em proporção ao dos locatarios.

## VII

As habitações mixtas participarão dos caracteristicos e condições relativas ás duas outras classes.

## VIII

As habitações de qualquer classe, de um só pavimento, terão de altura 4,40 metros e um porão com 50 centimetros de altura.

As habitações de dous pavimentos terão, além das condições indicadas, quatro metros de altura no pavimento superior.

## IX

Todas as habitações serão arejadas por meio de janellas e ventiladores convenientemente dispostos, devendo cada compartimento ter pelo menos uma janella ou porta para o exterior, assim tambem o porão e o vigamento entre os pavimentos, por meio dos processos mais adequados.

## X

Nas habitações em grupo para familias e nas mixtas, construir-se-ha um telheiro isolado com um lavadouro, munido dos competentes esgotos, para o uso dos locatarios.

## XI

A empresa fornece gratuitamente a iluminação a gaz dos corredores, escadas e todos os commodos communs, assim como das passagens exteriores e pateos.

## XII

Os materiaes empregados na construcção dos edificios serão isentos de qualquer causa de humidade no interior das habitações.

## XIII

A empresa manterá um empregado seu, incumbido de fiscalisar o procedimento dos locatarios e de conservar o asseio e boa ordem nos commodos, logradouros e construcções que forem de uso commum.

## XIV

Entre os grupos differentes de habitações mediará sempre uma passagem, tendo nunca menos de cinco metros de largura, calçada e com o devilo esgoto de aguas pluvias.

## XV

A empresa poderá construir varios grupos de habitações em locais diversos. Em cada local o numero maximo de habitações será determinado pela Junta Central de Hygiene Publica, com approvação do Governo.

## XVI

A empresa não poderá cobrar de aluguel mensal mais que as seguintes quantias:

Pela habitação de uma pessoa.....	7\$000
Pela de duas pessoas.....	12\$000
Pela de uma familia até quatro pessoas adultas, ou cinco, entre adultos e crianças.....	20\$000
Pela de uma familia até cinco pessoas adultas ou seis, entre adultos e crianças.....	24\$000
Pela de uma familia até seis pessoas adultas, ou oito, entre adultos e crianças.....	28\$000



## XVII

Os planos deverão ser apresentados dentro de dois mezes, a contar desta data.

## XVIII

As construcções começarão no prazo de tres mezes, contados da data da approvação dos planos.

## XIX

Dentro do prazo de tres annos, contados dessa ultima data, deverá a empresa ter construido habitações para 2.000 pessoas.

## XX

Para levar a effeito as construcções, os concessionarios se obrigam a incorporar uma companhia com o capital que fôr necessario.

## XXI

A companhia será constituida no prazo de tres mezes, contados desta data.

## XXII

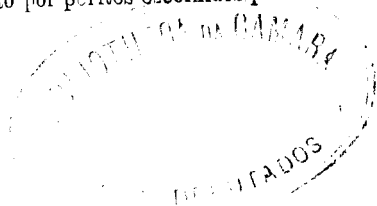
A empresa fica obrigada a demolir os cortiços que lhe forem designados pelo Governo, em proporção das habitações que tiver construido, calculado o numero conforme o dos individuos que occuparem os mesmos cortiços e a capacidade das novas edificações.

## XXIII

A empresa fará á sua custa a demolição dos cortiços condemnados pela autoridade sanitaria e indemnizará os proprietarios da importancia dos materiaes e da mão de obra, calculado o valor desta conforme a época em que foram construidos os edificios, e o daquelles segundo o seu estado de conservação.

## XXIV

O calculo da indemnização será feito por peritos escolhidos pelas partes.



Havendo divergencia entre os peritos, será a questão decidida pelo Governo.

Em todo caso, fica livre ás partes o direito de recorrer ao arbitramento judicial.

## XXV

Nas novas edificações não poderá ser empregado material proveniente da demolição dos cortiços.

## XXVI

A empresa facultará a aquisição das casas de família aos respectivos locatarios, mediante as seguintes condições :

- I. Pagamento de uma joia unica de 50\$400 ;
- II. Pagamento de uma taxa mensal de amortização entre 15\$ e 7\$, conforme o prazo para a aquisição variar entre oito e dezeseis annos ;
- III. A empresa nenhuma quantia cobrará pela escriptura de transmissão de propriedade.

## XXVII

Em caso de morte do chefe da familia, receberá esta integralmente as quotas de amortização, que tiverem sido pagas ; poderá, porém, si o preferir, continuar a pagar as quotas restantes até definitiva aquisição da propriedade.

No caso de ser o contrato rescindido por arrependimento do inquilino ou falta de pagamento da joia ou da taxa mensal de amortização, as quotas pagas serão restituídas com deducção de 2 % do seu valor total.

## XXVIII

As garantias mutuas e todas as condições de aquisição de propriedade serão estabelecidas em regulamento especial, approved pelo Ministerio do Imperio.

## XXIX

Ficam concedidos á empresa :

- I. Isenção, por vinte annos, do imposto predial para os edificios que construir, excluida a taxa adicional do § 3º, parte 1ª, do art. 11 da Lei n. 719 de 21 de Setembro de 1853, cessando a isenção si a empresa alienar os edificios ;

II. Dispensa, tambem por vinte annos, do imposto de transmissão de propriedade, quanto á acquisição dos immoveis necessarios para as construcções ;

III. Direito de desapropriação conforme a Lei n. 816 de 10 de Julho de 1855, relativamente aos terrenos em que tiver de edificar, contanto que não haja nelles edificio sujeito ao pagamento do imposto predial ou isento deste por lei.

XXX

O Governo resolverá opportunamente sobre a concessão, nos termos da lei, do dominio util dos terrenos do Estado em que a empresa pretender construir.

XXXI

Si, no correr das construcções, o Governo reconhecer a conveniencia de ser modificado o plano das habitações, determinará, mediante accôrdo com a empresa, as alterações que devam ser observadas nos novos edificios e nos que houverem de ser reconstruidos.

XXXII

A empresa não poderá transferir a terceiros os direitos, vantagens e onus inherentes á presente concessão.

XXXIII

O Governo reserva-se o direito de mandar examinar ou fiscalizar a execução dos trabalhos por pessoa de sua confiança.

XXXIV

O Ministerio do Imperio, ouvida a Illma. Camara Municipal e a Junta Central de Hygiene Publica, dará regulamento para a policia e regimen interno das habitações.

XXXV

A infracção de qualquer das obrigações a que a empresa fica sujeita será punida com a pena de multa de um a cinco contos de réis, salvo a das clausulas 18<sup>a</sup>, 21<sup>a</sup> e 32<sup>a</sup>, que importará a caducidade da concessão.

Palacio do Rio de Janeiro, 17 de Outubro de 1885.— *Barão de Mamoré*.



## DECRETO N. 9512 — DE 24 DE OUTUBRO DE 1885

Concede permissão á Companhia de seguros Hamburgo-Magdeburgo para continuar a funcçãoar no Imperio.

Attendendo ao que requereu a Companhia de seguros Hamburgo-Magdeburgo, devidamente representada, e de conformidade com a Minha Imperial Resolução de 3 de Setembro ultimo, tomada sobre parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado de 20 de Julho do corrente anno, Hei por bem Permittir que continue a funcçãoar no Imperio, com as alterações feitas em seus estatutos em virtude da Lei do Imperio Allemão de 18 de Julho de 1884.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Outubro de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

Eu abaixo assignado, Johannes Jochim Christian Voigt, corretor de navios, traductor publico juramentado e interprete commercial matriculado no Meritissimo Tribunal do Commercio desta praça, para as linguas allemã, franceza, ingleza, sueca, dinamarqueza, hollandeza e hespanhola; Praça do Commercio, escriptorio n. 7.

Certifico pela presente em como me foram apresentados uns estatutos da Companhia de seguros Hamburgo-Magdeburgo, escriptos na lingua allemã, apontando-se-me algumas clausulas, afim de as traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri em razão do meu officio e litteralmente vertidas, dizem o seguinte :

### Traducção

Os estatutos originaes dos quaes foram traduzidas as clausulas aqui adiante contidas, que formam alterações dos mesmos estatutos, foram devidamente publicados por Decreto n. 6547 de 13 de Abril de 1877 que autorizou a Companhia de seguros *Hamburgo-Magdeburgo* a funcçãoar no Imperio. Depois de pagos os respectivos emolumentos, foi a carta competentemente registrada na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em data de 25 do Abril de 1877.

## Alterações nos estatutos

## § 19

1) Ao comité de Hamburgo competem em primeira linha : todos os negocios que dizem respeito á caixa, escripturação e administração, nomeação e instalação dos empregados da sociedade, negocios de contabilidade, disposição e emprego dos capitães, revisão de caixas e livros, e todas taes funções mercantis. *Assiste-lhe também o direito de delegação a alguns de seus membros para tratar dos negocios da directoria ou assignar a firma da sociedade.*

§ 25.)

2) Fica como se acha.

3) São dependentes de decisão plenaria da directoria : a convocação de uma assemblea geral extraordinaria (§ 34), a nomeação e instalação de membros da directoria (*sem prejuizo do direito de delegação estabelecido no paragrapho precedente sob n. 1, conferido ao comité de Hamburgo*), a eleição de um membro do conselho de administração como fiscal (*courtollieur*), affixação do balanço, a distribuição do lucro, a determinação dos dividendos e, finalmente, a decisão em assumptos discordantes das decisões de ambos os comités.

## § 25

Para o conselho de administração é nomeada uma directoria composta de um só director e de um ou mais substitutos para o mesmo.

Os membros do conselho da administração não poderão funcionar no dito conselho durante o periodo em que se acharem delegados para tratar dos negocios da directoria ou para assignar a firma da sociedade, conforme o estipulado no § 19, sob n. 1.

**Hamburg-Magdeburger Feuerversicherungs-Gesellschaft**

(Sociedade de seguros contra fogo Hamburgo-Magdeburgo.)

Modificação dos estatutos de accordo com a lei do Imperio, de 18 de Julho de 1884, concernente ás sociedades em commandita e em accções e ás sociedades anonymas.

(Annexa ao relatorio da companhia, de 1884.)

§ 16. Pelo art. 224 (191) § 1 da lei, fica abolido o direito de *co-optio* de que gozava o conselho da administração, em conformidade com o § 16 dos estatutos, visto estipular a lei que os membros do conselho fiscal só poderão ser eleitos pela assemblea geral.

§ 17. Segundo a nova lei, a moção para que seja revogada a nomeação de um membro do conselho da administração não é sujeita a outras condições que a de qualquer outra proposta feita á assembléa geral.

Deixa de ser sufficiente a maioria de 2/3, como o exigem os estatutos, em virtude da disposição do art. 191, § 4º, que determina « que para se tomar uma resolução é de necessidade uma maioria de 3/4 do capital fundamental representado na assembléa geral.

§ 19. A fixação do balanço que por este paragrapho se acha determinado que seja da competencia do conselho da administração, deverá ser feita actualmente pela assembléa geral, segundo o art. 238 B (185 c) da lei.

Igualmente as estipulações dos arts. 19 e 25 dos estatutos, que dizem respeito á delegação de membros do conselho da administração na directoria, são modificadas pelo art. 245 da nova lei : « que o conselho fiscal só poderá nomear um ou mais dos seus membros para substituir a directoria por um prazo previamente limitado, e além disso taes membros não poderão funcçãoar activamente como membros do conselho fiscal durante o referido prazo e até a época de sua desoneração definitiva de substituto. »

De accôrdo com o § 33 dos estatutos é a directoria obrigada a convidar a reunião de uma assembléa geral ordinaria dentro de seis mezes depois de findo o anno financeiro ; conforme a disposição do art. 239 da nova lei a assembléa geral deverá ter já logar dentro dos primeiros seis mezes.

O § 34 dos estatutos sob a obriga a directoria a convocar uma assembléa geral extraordinaria quando accionistas possuidores de 1.000 acções pelo menos a exijam ; entretanto estipula o art. 237 da nova lei que os accionistas, cujas partes conjunctas representarem a vigesima parte do fundo social da companhia (isto é, 250 acções) têm o direito de exigir a convocação de uma assembléa geral em uma representação por elles assignada, declarando o fim e os motivos da convocação.

Em consequencia do art. 239 b (185 c) da nova lei que marca que a estipulação do balanço só e exclusivamente poderá ser feita pela assembléa geral, caducam os arts. 85 I e 35 dos estatutos pelos quaes compete ao conselho de administração examinar e estipular o balanço e a conta annual, emquanto a assembléa geral só tinha o direito de dar ou recusar a quitação, segundo o relatorio do conselho de administração sobre o resultado do exame do balanço do anno precedente.

O § 35 II dos estatutos, segundo o qual a apresentação da conta annual e o balanço do anno anterior, etc. etc. se fará na assembléa geral ordinaria, é modificado pelo art. 239 da nova lei que determina que a directoria é obrigada a apresentar previamente, perante a assembléa geral ordinaria do anno financeiro precedente, um balanço, uma conta de lucros e perdas, um relatorio desenvolvendo circumstanciadamente o estado do capital e todas as demais particularidades da sociedade ao conselho fiscal ; os quaes documentos, contendo as observações deste conselho, serão submettidos á decisão da assembléa geral, e expostos

no escriptorio ou séde da sociedade, duas semanas, pelo menos, antes da assembléa geral, para serem vistos e examinados pelos accionistas, tendo cada um o direito de exigir á sua custa uma cópia do balanço, da conta do lucros e perdas, assim como do relatório.

O § 35, sob 4, determina que qualquer proposta de accionistas deverá ser apresentada por escripto oito dias, pelo menos, antes da assembléa geral; e o art. 238, § II da nova lei, diz: « Não se podem tomar resoluções sobre assumptos cujo teor não tenha sido publicado uma semana, pelo menos, antes do dia da assembléa geral. »

Assim se tornará mais rigorosa a precedente disposição dos estatutos, visto que as propostas dos accionistas deverão ser apresentadas com tanta antecedência que a publicação exigida pela lei ainda possa ter lugar.

O art. 47 diz: « Logo depois de fixado o balanço, o conselho de administração determinará o dividendo, depois do que cumprido pagar-se-ha os dividendos e os tantiêmes. »

Devendo, em conformidade com o art. 239 B (185 c) da nova lei, ser feita a fixação do balanço pela assembléa geral, os dividendos e tantiêmes só poderão ser distribuídos depois da dita assembléa. Segundo o art. 185 c, § 1º da nova lei, o balanço e a conta de lucros e perdas deverão ser publicados sem demora nos jornaes designados para esse fim e entregues no Registro do commercio.

O § 49 dos estatutos determina que os accionistas que conjunctamente possuírem um quinto do capital em acções, poderão propor a dissolução da sociedade, mas que só poderá ser resolvida em uma assembléa geral, expressamente convocada para esse fim por uma maioria de 2/3 das acções presentes ou representadas, entretanto marca o art. 237 da nova lei que terão o direito de propor a dissolução da sociedade accionistas, cujas partes conjunctas formem a vigesima parte do capital fundamental; mas por outro lado a decisão definitiva da dissolução, segundo o art. 242 da nova lei, exige que seja representada na assembléa geral uma maioria de tres quartas partes do capital fundamental.

O art. 50 dos estatutos dispõe que se possa resolver alterações dos mesmos estatutos com uma maioria de 2/3 dos votos presentes ou representados em uma assembléa geral, enquanto que o art. 245 da nova lei exige uma maioria de 3/4 para uma alteração de qualquer assumpto da empresa.

O § 51, além dos jornaes diários destinados á publicação de objectos do interesse da companhia, declara o art. 209 da nova lei que: « Publicações que tiverem de ser feitas em jornaes, deverão ser também insertas no *Deutschen Reichs Anzeiger* (corresponde a — Indicador do Imperio Allemão). »

Mas, visto que em conformidade com o art. 245 da lei, só por resolução da assembléa geral poderá haver uma alteração na substancia do contrato social da companhia, só, também, por decisão de uma assembléa geral, e não como disposto no art. 51, § 2º, dos estatutos, simplesmente pelo conselho de administração,

se pôde effectuar uma alteração relativamente aos jornaes em que tem, d'ora em diante, de publicar os assumptos da companhia.

Nada mais continham as ditas clausulas dos estatutos da Companhia de seguros — Hamburgo — Magdeburgo —, que me foram apontadas e que fielmente verti do proprio original, ao qual me reporto, e que depois de conferido com esta tornei a entregar a quem m'o apresentou.

Em fé do que, passei a presente que assignoi e sellei com o meu sello de officio nesta cidade do Rio de Janeiro aos 26 de Junho de 1885. — *Johannes Jochim Christian Voight*, traductor publico juramentado.

—————

### DECRETO N. 9513 — DE 24 DE OUTUBRO DE 1885

Concede autorização ao Commendador Francisco Eugenio de Azevedo para prolongar a linha da Empreza ferro-carril Villa Guarany, de que é concessionario, por diversas ruas do bairro de S. Christovão.

Attendendo ao que Me requereu o Commendador Francisco Eugenio de Azevedo, concessionario, por Decreto n. 8548 de 20 de Maio de 1882, da linha ferro-carril entre a Praia Formosa e a estação de S. Christovão da Estrada de Ferro D. Pedro II, com um ramal para a praça D. Pedro Primeiro, Hei por bem Conceder-lhe autorização para prolongar a mencionada linha, partindo da praia de S. Christovão pelas ruas Pau Ferro, travessa das Flores, Bomfim, Senador Alencar e Aurora, a voltar ao ponto inicial do mesmo prolongamento, sob as clausulas que acompanharam o referido Decreto n. 8548 de 20 de Maio de 1882 e as que em additamento a estas com este baixam assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Outubro de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

• *Antonio da Silva Prado.*

### Clausulas addicticias a que se refere o Decreto n. 9513 desta data

#### I

A empreza estabelecerá uma estação apropriada ao serviço dos passageiros e bagagens, na praia de S. Christovão, cujo projecto



deve ser submettido á approvação do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas antes de começar a respectiva construcção.

## II

A empreza obrigar-se-ha a conceder passes gratuitos, sem limitação de numero, ás crianças pobres que frequentarem as aulas publicas.

Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Outubro de 1885. — *Antonio da Silva Prado.*

—————

DECRETO N. 9514 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1885

Approva, com modificações, as alterações feitas nos estatutos do Grande Banco de Credito Real do Imperio do Brazil.

Attendendo ao que Me requereu o conselho director do Grande Banco de Credito Real do Imperio do Brazil, e Tendo ouvido a Secção de Fazenda do Conselho de Estado, Hei por bem, de conformidade com a Minha Imperial Resolução de 24 do corrente mez. Approvar as alterações feitas pela assembléa geral dos accionistas nos respectivos estatutos, nos annos de 1882 e 1883, com excepção, porém, das que se referem ao art. 9º § 1º, e ao additivo 1º ao art. 42.

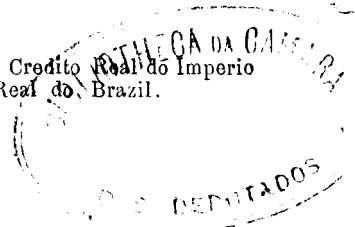
Francisco Belisario Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 31 de Outubro de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Francisco Belisario Soares de Souza.*

**Alterações dos estatutos do Grande Banco de Credito Real do Imperio do Brazil a que se refere o Decreto n. 9514 desta data, votadas pela assembléa geral dos accionistas na reunião de 12 de Outubro de 1882**

Ao art. 1º, onde diz : Grande Banco de Credito Real do Imperio do Brazil, diga-se — Banco de Credito Real do Brazil.



Ao art. 5.º Fique assim redigido: O capital do Banco será de 20.000:000\$, em 100.000 acções de 200\$ cada uma, divididas em oito series iguaes de 12.500 acções cada uma.

As 50.000 acções actualmente emitidas ficarão reduzidas a 12.500 acções, constituindo a 1ª serie com o capital já realizado de 40\$000 por acção.

As demais series serão emitidas quando a assembléa geral o deliberar, sob proposta do conselho director e commissão fiscal.

Ao art. 6.º Fique supprimido.

Ao art. 9.º Idem.

Ao art. 10. Idem.

Ao art. 11. Onde diz: O importe das acções será realizado em prestações nunca inferiores de 10 % diga-se — de 5 %.

A ultima parte deste artigo fique supprimida.

Ao art. 14. Fique supprimido.

Ao art. 17. Acrescente-se — ou de 100\$, moeda do Brazil.

Ao art. 39. Onde diz: A assembléa geral do Banco se comporá dos accionistas que possuirem 25 o mais acções, diga-se — cinco o mais acções.

Ao art. 44. Onde diz: Cada 25 acções dá direito a um voto, diga-se — cada cinco acções dá direito a um voto.

Ao art. 47. Onde diz: sete membros, diga-se — cinco membros.

Ao art. 50. Onde diz: O Banco terá um gerente, diga-se — o Banco poderá ter um gerente.

Ao paragrapho unico deste artigo, onde diz: com voto deliberativo, diga-se — com voto consultivo.

Ao art. 52, paragrapho unico, onde diz: cinco membros, diga-se — tres membros.

Ao art. 63. Acrescente-se o seguinte: Na falta ou impedimento do gerente, será substituido nas assignaturas pelo secretario do conselho.

Ao art. 64. Supprima-se — gerente — e — na sua primeira reunião.

Ao art. 65. A 1ª parte deste artigo fique assim redigida: O vice-presidente e demais directores perceberão tambem cada um os honorarios que lhes forem arbitrados pela assembléa geral nas suas reuniões ordinarias.

Ao art. 70. Substitua-se pelo seguinte: A commissão fiscal assistirá ás reuniões do conselho director com voto consultivo, quando for para isso convidada.

Ao art. 104. Fique supprimido.

### **Alterações dos estatutos do Banco de Credito Real do Brazil, votadas pela assembléa geral de 11 de Setembro de 1888:**

A primeira parte do art. 1º substitua-se pelo seguinte:

A sociedade anonyma denominada Banco de Credito Real do Brazil, autorizada pelo Governo Imperial, continúa a funcçãoar

nesta praça, de accôrdo com as disposições constantes destes estatutos, e tem por fim fazer empréstimos sob garantia de hypothecas de bens immoveis, rurais e urbanos, de conformidade com as disposições do art. 13 da Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864.

(A segunda parte continúa como está.)

O art. 5º substitua-se pelo seguinte:

O capital do Banco continúa a ser de 20.000.000\$ em 100.000 acções de 200\$ cada uma, divididas em oito series de 12.500 acções, na conformidade da sua organização primitiva.

A 1ª serie de 12.500 acções acha-se toda subscrita, e realizado um quinto do seu valor, e as demais serão emitidas quando a assembléa geral o liberar, sob proposta do conselho director e parecer da commissão fiscal.

O art. 9º substitua-se pelo seguinte:

O accionista é responsavel pela quota do capital das acções que subscrever ou lhe forem cedidas por qualquer titulo, e o que não effectuar a entrada na época determinada, ou perderá, em beneficio do banco, as quotas anteriormente realizadas, declarando-se o commisso das suas acções, ou, no caso de força maior, devidamente justificado perante o conselho director, ser-lhe-ha marcado novo prazo, pagando, então, além da entrada em falta, mais o juro da mora, na razão de 9 % ao anno.

§ 1.º Fica entendido que a pena do commisso é um direito reservado especialmente ao conselho director, que o exercerá com plena liberdade.

§ 2.º O conselho director disporá na primeira oportunidade das acções declaradas em commisso, devendo as entradas do capital effectuadas e qualquer premio, si o houver, ser levados á conta das reservas facultativas.

Ao art. 13 acresceute-se, depois da palavra — hypothecarias, o seguinte:

... que dêem lugar os empréstimos, na conformidade do art. 28.

Substitua-se o art. 28 pelo seguinte:

Os empréstimos hypothecarios serão feitos a dinheiro inteiramente, parte em dinheiro e parte em letras hypothecarias, ou nestas unicamente, conforme a convenção entre os contratantes.

Sendo os empréstimos feitos em letras hypothecarias, estas serão sempre ao par, podendo o Banco negociar essas mesmas letras de accôrdo com o hypothecante. (Arts. 21 e 22 do Reg. de 3 de Junho de 1865.)

O art. 35 passa a ser assim redigido:

A assembléa geral é o poder soberano do Banco, achando-se legalmente constituída, e as suas deliberações, sendo tomadas de accôrdo com o disposto nestes estatutos, obrigam a minoria.

O art. 36 passa a ser assim redigido:

A assembléa se considerará legalmente constituída quando, em virtude de sua convocação, acharem-se reunidos accionistas que representem pelo menos 1/4 do capital realizado em acções inscriptas no registro do Banco com 90 dias de antecedencia ao da reunião.

Paragrapho unico. Assim constituída, a assembléa geral poderá

resolver sobre tudo que fôr de sua competencia, excepto sobre reforma dos estatutos, liquidação, dissolução do Banco e augmento do capital, para o que é necessario pelo menos achar-se reunido um numero de accionistas que represente no minimo 2/3 do capital em acções inscriptas no registro do Banco com 90 dias de antecelencia ao da reunião.

O art. 37 passa a ser assim redigido :

No caso de não reunir-se o numero de accionistas exigido para constituir a assembléa geral, observar-se-ha o disposto nos arts. 64 e 65 do Regulamento n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882.

O art. 38 passa a ser assim redigido :

A convocação da assembléa geral ordinaria ou extraordinaria será feita por annuncios nos jornaes, com 15 dias de antecedença, nos quaes se declarará o objecto da convocação.

O art. 39 passa a ser assim redigido :

As deliberações da assembléa geral serão sempre tomadas pela maioria dos socios presentes ou seus legitimos representantes.

O art. 40 passa a ser assim redigido :

São permittidos votos por procuração para a eleição dos directores e fiscaes, comtanto que os mandatarios sejam accionistas ou se apresentem munidos de poderes especiaes.

Parapho unico. Não podem ser manlatarios os directores e fiscaes do Banco.

O art. 41 passa a ser assim redigido :

A reunião ordinaria da assembléa geral terá lugar annualmente no correr do mez de Agosto, e a da extraordinaria sempre que a directoria o resolver por acto seu ou a requerimento de sete ou mais accionistas que representem pelo menos 1/5 do capital social, observando-se a este respeito o que dispõem o art. 70 e seus paraphos do Regulamento n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882.

O art. 42 passa a ser assim redigido :

Cada cinco acções dará direito a um voto. Podem votar os tutores por seus pupillos, os maridos por suas mulheres, um dos socios pela firma, os prepostos de corporações e os procuradores, sendo accionistas, uma vez que os representados estejam no caso de fazer parte da assembléa geral.

A votação será sempre por escrutinio secreto.

Não podem votar nas assembléas geraes os administradores para approvarem seus balanços, contas e inventarios, e os fiscaes os seus pareceres.

Accrescente-se :

Art. 43. O presidente do Banco será o das assembléas geraes, e em cada reunião convidará dous secretarios para constituir a mesa.

Parapho unico. Ao 1º secretario compete lançar ou fazer lançar em livro apropriado as resoluções da assembléa com o resumo dos assumptos que lhe foram sujeitos o votalos.

Accrescente-se :

Art. 44. Compete á assembléa geral :

Alterar ou reformar os estatutos.

Julgar as contas annuaes.

Nomear e destituir os membros do conselho e da comissão fiscal.  
Resolver sobre o augmento do capital, liquidação, dissolução do Banco e sobre qualquer objecto para que fôr convocada, dentro dos limites da sua competencia.

Accrescente-se :

Art. 45. Na reunião ordinaria annual da assembléa geral será apresentado o relatório do conselho director, acompanhado do balanço, conta de lucros e perdas, e parecer da comissão fiscal, para ser discutido e approved ou não pela mesma assembléa.

§ 1.º Nessas reuniões é permittido tratar-se de todos os assumptos que possam interessar ao Banco.

§ 2.º Nas reuniões extraordinarias, porém, só se tratará do objecto para que foi convocada.

O art. 46. Elimine-se, depois da palavra servir:

... o qual depositará 200 acções nas condições do art. 44.

O art. 48. Elimine-se do paragrapho unico, depois do precedente:

... e o gerente.

O art. 53. Elimine-se depois de reeleito, as palavras:

... no todo ou em parte.

O art. 59. Substituam-se na ultima parte as palavras — secretario do conselho — pelas:

... empregado que o conselho designar.

No art. 62 substitua-se — tres, — por — um — anno.

Accrescente-se:

Paragrapho unico. A eleição da comissão fiscal será feita na reunião ordinaria annual da assembléa geral.

O art. 63 passa a ser assim redigido:

Conjunctamente com a eleição da comissão fiscal, a assembléa elegará mais tres accionistas, que, como supplentes, exercerão o mandato no impedimento dos effectivos.

No art. 71, accrescente-se, na primeira parte, depois da palavra — immoveis :

... salvo quando pertencerem a companhia, ou associações legalmente constituidas.

O art. 80 passa a ser assim redigido :

Todos os semestros, dos lucros liquidos do Banco relativos ás operações respectivas a cada um, será feito o dividendo do capital, o qual não excederá de 12 % ao anno.

Outrosim, nos termos da resolução da assembléa geral de 12 de Outubro de 1882, o fundador do Banco, Francisco de Paula Mayrink, participará de 30 % dos lucros liquidos do Banco, depois de deduzidos 8 % para o dividendo dos accionistas.

§ 1.º Si, depois de retiradas as quotas para os fundos de reserva, remuneração do fundador do Banco e dividendo, houver sobras, serão estas escripturadas sob o titulo de — lucros suspensos.

§ 2.º Não se distribuirá dividendo enquanto o fundo social, desfalcado em virtude de perdas, não fôr integralmente restabelecido.

No art. 82, substituam-se as palavras — Janeiro a 31 de Dezembro -- pelas :

1.º de Julho a 30 de Junho do anno seguinte.

¶ O art. 83 fica eliminado.

No art. 96, substitua-se as palavras — o fundador do Banco, Francisco de Paula Mayrink, pelas :

O conselho director.

No art. 93, acrescente-se, depois da palavra — materia — o seguinte :

... e nomeadamente as de ns. 1237 de 21 de Setembro de 1864 e 3150 de 4 de Novembro de 1882 e seus respectivos regulamentos.

O art. 99 fica eliminado.

Acrescente-se :

Art. — O conselho director fica autorizado a remeter ao Governo Imperial a approvação das presentes alterações e a aceitar as modificações que lhe forem feitas, observando o que a respeito dispõe a Lei n. 3150 de 4 de Novembro de 1882.

Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 1885. — *F. Belizario Soares de Souza*.

*de Souza*

#### DECRETO N. 9515 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1885

Altera varias disposições dos Estatutos das Faculdades de Medicina.

Hei por bem que os Estatutos das Faculdades de Medicina, annexos ao Decreto n. 9311 de 25 de Outubro de 1884, se observem com as seguintes alterações :

Art. 1.º Exceptuados os exames de clinica e das cadeiras a que não estiver ligado algum laboratorio, o exame de cada materia constará de tres provas : pratica, escripta e oral.

Art. 2.º Para a prova pratica de cada materia se chamarão diariamente os alumnos que puderem ser admittidos a fazel-a, tendo-se em vista a capacidade da sala, os recursos do laboratorio e a natureza da materia sobre que houver de versar a prova. Sómente depois de chamados todos os alumnos inscriptos, passar-se-ha a igual prova de outra materia da serie.

Art. 3.º Terminados os trabalhos de cada dia, os examinadores, em termos claros e succintos, darão por escripto a respeito da prova de cada um dos alumnos parecer motivado, concluindo por declarar si a consideram — optima, boa, soffrivel ou má.

Art. 4.º O alumno, cuja prova pratica fór julgada má, será desde logo considerado reprovado e não poderá prestar a subsequente.

Art. 5.º Ficará annullada a prova pratica de qualquer materia da serie, si o alumno, duas vezes chamado na mesma época, não comparecer para a prova escripta ou oral, ou fór reprovado no julgamento final.

Art. 6.º O examinando terá para a prova escripta de cada materia da serie o tempo de 60 a 80 minutos, conforme marcar a commissão examinadora, em vista da importancia do ponto.

Art. 7.º Terminada a prova oral de todos os alumnos da turma, os membros da comissão examinadora, tendo presentes as provas escriptas e os pareceres sobre as provas praticas, procederão ao julgamento.

Art. 8.º A votação será por escrutinio secreto e por espheras brancas e pretas.

Art. 9.º Terá a nota de approvado plenamente o examinando que obtiver todas as espheras brancas, a de approvado simplesmente o que reunir maioria de espheras brancas, e a de reprovado o que reunir a totalidade ou maioria de espheras pretas.

A nota de distincção será conferida ao examinando approvado plenamente, que obtiver todas as espheras brancas em segundo escrutinio, requerido para esse fim por um dos examinadores.

Art. 10. Ficam alterados, na conformidade deste Decreto, os arts. 410, 416, 420, segunda parte, 424, 432, primeira parte, e 440, e revogados os arts. 412, 417, 421, 422 e 423 dos Estatutos vigentes.

O Barão de Mamoré, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario do Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 31 de Outubro de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Mamoré.*



#### DECRETO N. 9516 — DE 7 DE NOVEMBRO DE 1885

Extingue a classe de alumnos meio-pensionistas do Externato do Imperial Collegio de Pedro II.

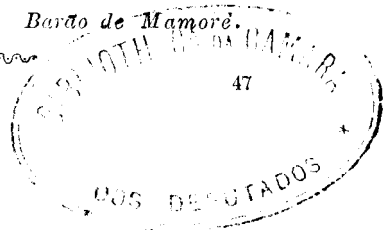
Hei por bem Extinguir a classe de alumnos meio-pensionistas do Externato do Imperial Collegio de Pedro II; revogada a disposição do art. 13 do Regulamento que baixou com o Decreto n. 8051 de 24 de Março de 1881.

O Barão de Mamoré, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario do Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 7 de Novembro de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Mamoré.*

PODER EXECUTIVO 1885



## DECRETO N. 9517 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1885

Approva o Regulamento para a nova (matricula dos) escravos' menores de 60 annos de idade, arrolamento especial dos de 60 annos em diante e apuração da matricula, em execução do art. 4º da Lei n. 3270 de 28 de Setembro deste anno.

Hei por bem Approvar o Regulamento para a nova matricula dos escravos menores de 60 annos de idade, arrolamento especial dos de 60 annos em diante e apuração da matricula, em execução do art. 4º da Lei n. 3270 de 28 de Setembro deste anno, o qual com este baixa, assignado por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, 14 de Novembro de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

Regulamento a que se refere o Decreto n. 9517 desta data para a execução do art. 1º da Lei n. 3270, de 28 de Setembro de 1885

Art. 1.º Do dia 30 de Março de 1886 até o dia 30 de Março de 1887 ficarão abertos em todo o Imperio a nova matricula e arrolamento dos escravos.

§ 1.º Deste serviço ficam encarregados os funcionarios da anterior matricula, observando-se o processo e disposições em vigor, de accôrdo com as determinações do presente Regulamento.

§ 2.º Os funcionarios encarregados da nova matricula, pelo modo dos arts. 10 e 11 do Decreto n. 4835 do 1º de Dezembro de 1871 e com antecedencia de 90 dias, mandarão annunciar o prazo marcado neste artigo, inserindo integralmente nos annuncios a disposição do § 7º do art. 4º da lei.

§ 3.º Logo que fôr annunciado o prazo para a nova matricula, ficarão relevadas as multas incorridas por inobservancia das disposições da Lei de 28 de Setembro de 1871, relativas á matricula e declarações prescriptas por ella e pelos respectivos regulamentos.

Art. 2.º A inscripção para a nova matricula far-se-ha á vista das relações, que servirão de base á matricula especial ou de averbação effectuada em virtude da Lei de 28 de Setembro de 1871, ou de certidões da mesma matricula, ou da averbação, ou á vista do titulo de dominio, quando nelle estiver exarada a matricula do escravo.



§ 1.º As relações em duplicata para a nova matricula serão conformes ao modelo **A**, contendo a declaração do nome do escravo, nacionalidade, sexo, filiação, si fôr conhecida, occupação ou serviço em que fôr empregado, idade e valor, calculado conforme a tabella do art. 3º, além do numero de ordem da matricula anterior.

§ 2.º A idade declarada na antiga matricula se addicionará o tempo decorrido até o dia em que fôr apresentada na Repartição competente a relação para a nova matricula e arrolamento.

§ 3.º Si a idade fôr declarada por annos se addicionará como completo aquelle, em que se fizer a matricula ou arrolamento.

Art. 3.º O valor será dado pelo senhor do escravo, ou quem legalmente por elle, não excedendo o maximo regulado pela idade do matriculando conforme a seguinte tabella :

Escravos menores de 30 annos.....	900\$000
» » » 30 a 40.....	800\$000
» » » 40 a 50.....	600\$000
» » » 50 a 55.....	400\$000
» » » 55 a 60.....	200\$000

§ 1.º O valor das escravas será regulado pela mesma tabella com o abatimento de 25 % dos preços nella estabelecidos.

§ 2.º Presumem-se certas para os effeitos da Lei, as declarações da antiga matricula, e esta presumpção só cederá á vista de sentença passada em julgado.

§ 3.º Verificado o caso do paragrapho antecedente, o funcionario encarregado da matricula remetterá para o Juizo a contestação (art. 7º da Lei de 23 de Setembro de 1871, e arts. 80º e 81º do Decreto n. 5135 de 13 de Novembro de 1872), suspensa a matricula do respectivo matriculando.

§ 4.º Em qualquer tempo, a requerimento do senhor, proceder-se-ha á matricula suspensa, si, pelo que fôr julgado, tenha de prevalecer a declaração contestada.

§ 5.º A declaração de idade e valor do escravo, assim nas relações, como na matricula e arrolamento, serão escriptos por extenso.

Art. 4.º Além das pessoas mencionadas no art. 3º do Decreto n. 4835 do 1º de Dezembro de 1871, cabe ao credor hypothecario ou pignoratício dar á matricula os escravos constituídos em garantia.

§ 1.º Si concorrerem á matricula o devedor com o credor hypothecario ou pignoratício e divergirem no valor, prevalecerá o valor da Lei ou que delle mais se approximar.

§ 2.º Si concorrerem condminos e divergirem no valor, prevalecerá o declarado pelo que tiver maior porção no condmino.

§ 3.º Si o direito dos condminos fôr igual, prevalecerá o valor da lei ou o que delle mais se approximar.

Art. 5.º Não será admittido á matricula o escravo de 60 annos de idade em diante, verificada pela declaração da antiga matricula, addicionado o tempo decorrido até a data deste Regulamento.

Art. 6.º Os funcionarios encarregados da nova matricula são obrigados a dar recibo dos documentos que lhes forem entregues para a inscripção.

Art. 7.º Terminado o prazo do art. 1.º, serão considerados libertos, e gozarão desde logo da liberdade, os escravos que não tiverem sido dados á matricula ou arrolamento, independente de qualquer formalidade.

§ 1.º O escravo assim libertado, ou alguém por elle, poderá requerer, e o empregado da inscripção ou a cargo de quem ficar o livro da nova matricula, fornecerá gratuitamente certidão negativa, que servirá de titulo de liberdade, e como tal será acceito e reconhecido.

§ 2.º Si o escravo fôr dado á inscripção da nova matricula, que não se effectue por culpa ou omissão dos encarregados della, fica salvo aos senhores ou a quem legalmente por estes, o direito de requerel-a, e para os efeitos legais vigorará como si effectuada no tempo designado.

Porta culpa ou omissão incorrerá o responsavel nas penas do art. 154 do Cod. Penal.

§ 3.º O senhor do escravo libertado por não ter sido dado á matricula, terá o direito de haver do responsavel pela omissão (art. 3.º do Decreto n. 4835 do 1.º de Dezembro de 1871) a indemnização do valor do libertado, calculado pela tabella da lei.

Art. 8.º E' nulla a matricula de individuo não contemplado na antiga. A identidade do matriculando e do matriculado resulta da combinação exacta das declarações nas relações, que servirão de base á matricula especial, ou averbação effectuada, ou das certidões de uma e outra, e da matricula anterior com as declarações nas relações para a nova matricula.

§ 1.º A nullidade declarada importa multa de 100\$ a 300\$ contra o Collector ou Agente fiscal, que effectuar a matricula.

§ 2.º Incorrem no crime do art. 179 doCodigo Penal, os que concorrerem para que se effectue a matricula do possoa livre, ou já liberta pela posse da liberdade ou por disposição da lei.

§ 3.º A nullidade pôde ser declarada em qualquer tempo, ou *ex officio* ou por provocação.

§ 4.º Pela só declaração da nullidade, compete ao matriculado indevidamente a acção de indemnização do damno soffrido.

Art. 9.º Cada uma das estações encarregadas da matricula terá um livro intitulado — da nova matricula dos escravos — com os requisitos do art. 8.º do Decreto n. 4835 do 1.º de Dezembro de 1871, e um indice alphabetico. (Art. 9.º do citado decreto.)

§ 1.º O livro será escripturado conforme o modelo **B**, com as declarações do art. 2.º § 1.º do presente Regulamento, do numero do ordem, averbações e mais individuações constantes da matricula especial; e o indice conforme o modelo **C**.

§ 2.º Não será feita averbação no livro da matricula, de transferencia do domicilio do escravo para outra Provincia, senão nos casos exceptuados no art. 3.º § 1.º da Lei n. 3270 declarados

no tempo e pelo modo estabelecidos no art. 21 do Decreto n. 4335 e provados:

a) por documento que mostre ser o senhor proprietário do estabelecimento para onde mudou o escravo;

b) por formal de partilhas, e carta de adjudicação forçada.

§ 3.º A averbação de transferencia do domicilio do escravo, sem prévia apresentação dos documentos indicados, ou com falsos documentos, é nulla. A nullidade póde ser declarada em qualquer tempo, *ex officio* ou por provocação, e produzirá os effeitos dos §§ 1.º a 4.º do art. 8.º do presente Regulamento.

Art. 10. O arrolamento especial dos escravos de 60 annos em diante será feito no municipio, em que residirem, á vista das relações em duplicata para os fins dos §§ 10 a 12 do art. 3.º da lei.

§ 1.º São competentes para promover o arrolamento as pessoas indicadas no art. 4.º do presente Regulamento.

§ 2.º As relações para o arrolamento devem conter: o nome por inteiro do ex-senhor, o seu domicilio e o do escravo, o numero de ordem da matricula, o nome do escravo, seu sexo, idade, nacionalidade, filiação, si fôr conhecida, occupação ou serviço em que fôr empregado, numero de ordem na relação e observações. (Modelo D.)

§ 3.º Fica creado para o arrolamento um livro intitulado do arrolamento especial dos libertos pela idade — com os mesmos requisitos do livro da nova matricula dos escravos, e o respectivo indice alphabetico. (Modelo E.)

§ 4.º Neste livro far-se-ha o assentamento da idade do arrolando, do prazo dos serviços a que está obrigado (§§ 10 e 11 do art. 3.º da lei), do nome do ex-senhor a quem deve os serviços, a data em que se extingue a obrigação, numeros de ordem, indicação do tomo e folhas, designação do domicilio do senhor e o do arrolando, data do arrolamento (mez, dia e anno), sexo, nacionalidade, filiação, si fôr conhecida, occupação ou serviço em que fôr empregado, numeros de ordem, tomo e folhas da matricula especial anterior.

§ 5.º No indice alphabetico declarar-se-ha: o nome do ex-senhor, os numeros de ordem, o tomo e folhas do arrolamento. (Modelo F.)

§ 6.º Presume-se certa, para os effeitos da lei, a idade declarada na matricula especial, feita a addição a que allude o § 2.º do art. 2.º do presente Regulamento, salvo si tiver sido alterada por sentença passada em julgado, anteriormente á data da mesma lei.

Será considerado, em todo o caso, desde já, livre, ainda que sujeito a prestação de serviços, o escravo que, pela referida matricula sómente, ou pela addição do tempo decorrido, tiver completado a idade de 60 annos.

§ 7.º No caso de prova de idade certa por sentença passada em julgado, se observará a disposição dos §§ 3.º e 4.º do art. 3.º do presente Regulamento.

Art. 11. Ficarão isentos de prestação de serviços os escravos de 60 a 65 não arrolados, salvo o caso do art. 7.º § 2.º deste Regu-

lamento, no qual é applicavel ao responsavel a pena do art. 154 do Código Penal.

§ 1.º O arrolado que completar a idade de 65 annos será eliminado do arrolamento, feita a necessaria averbação, e não será sujeito a serviços em indemnização de alforria, qualquer que seja o tempo em que os tenha prestado.

§ 2.º No fim de cada trimestre, a contar da data do encerramento da nova matricula, serão eliminados della, mediante as respectivas averbações, e transferidos para o livro do arrolamento, os escravos matriculados que, no correr do trimestre, tiverem completado 60 annos de idade, dando os encarregados da matricula ao Juiz dos Orphãos communicação immediata de taes averbações e transferencias.

§ 3.º Dentro de 10 dias, contados do recebimento da communicação, o Juiz dos Orphãos mandará intimar por Carta do Escrivão os senhores de taes escravos para, no decurso do mez seguinte, os trazerem á sua presença, sob pena de, não o fazendo no referido prazo, pagarem a multa de 20\$ para o fundo de emancipação e assignar-se-lhes novo prazo de mais um mez, findo o qual se imporá ao remisso outra multa de 100\$, que será applicada ao resgate do arrolado, na fórma disposta no art. 3.º § 12 da Lei n. 3270 de 28 de Setembro de 1885.

§ 4.º Comparecendo os senhores, ou alguém por elles com os escravos, o Juiz, presente o Escrivão, que lavrará o competente auto em livro especial para esse fim, declarará aos escravos que, por effeito da lei, estão libertos, com a clausula de continuarem a prestar serviços aos seus ex-senhores, ainda durante o tempo de tres annos, e que, findos estes, ficarão na companhia dos mesmos seus ex-senhores, nos termos do art. 3.º § 13 da lei.

§ 5.º Seja qual fôr o tempo em que se cumprir esta formalidade, o prazo de tres annos se contará sempre do dia em que o escravo tiver completado a idade de 60 annos, e, do mesmo dia, assim como daquelle em que deverá terminar o referido prazo, se fará menção no auto de que trata o paragrapho antecedente.

Art. 12. Pela inscripção ou arrolamento de cada escravo, o senhor, ou quem legalmente por elle, pagará mil réis de emolumentos, cuja importância será destinada ao fundo de emancipação, depois de satisfeitas as despesas da matricula.

Art. 13. Expirado o prazo marcado no art. 1.º ficará encerrada a nova matricula, e salvos os casos do § 2.º do art. 7.º e art. 11 deste Regulamento, não será admittida nova relação ou pedido de matricula ou arrolamento, qualquer que seja a razão ou pretexto allegado, ainda que a favor de menores, interdictos, ausentes e outras pessoas privilegiadas em Direito.

§ 1.º Nos casos exceptuados é necessario despacho do funcionario incumbido da matricula e arrolamento, lançado em requerimento da parte prejudicada, ou decisão superior administrativa em recurso interposto, ou sentença.

§ 2.º Os termos de encerramento da matricula e arrolamento serão lavrados ás 4 horas da tarde do dia 30 de Março de 1887 —

com as solemnidades do art. 15 do Decr. n. 4835 do 1º de Dezembro de 1871.

§ 3.º O funcionario encarregado da matricula, concluida e encerrada esta, assim como o arrolamento, remetterá ao Presidente da respectiva Provincia, e o da Côte ao Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas as relações destinadas a serem archivadas. (Art. 13 do Decreto n. 4835.)

A remessa será feita em officio registrado, dentro do prazo de dous mezes, depois de encerrada a matricula.

§ 4.º Os Presidentes das Provincias remetterão ao Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, no prazo improrogavel de tres mezes, um resumo das relações da matricula e arrolamento dos escravos da respectiva Provincia, segundo os modelos **G** e **H**.

§ 5.º O Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas mandará publicar em um só corpo o resumo da nova matricula e do arrolamento, por Provincias e municipios.

Art. 14. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Novembro de 1885.— *Antonio da Silva Prado.*

Modelo — A

Relação n. 4 dos escravos pertencentes a Justino de Mendonça, residente no município de Nictheroy

( Art. 2º § 1º do Regulamento. )

NUMERO DE ORDEM DA PRESENTE MATRICULA	NUMERO DE ORDEM DA MATRICULA ANTERIOR	NUMERO DE ORDEM DA RELAÇÃO	NOMES	COR	IDADE ( POR EXTENSO ) COM A ADICÇÃO DO § 2º ART. 2º	ESTADO	NATURALIDADE	FILIAÇÃO	PROFISSÃO	VALOR DADO CONFORME A TABELLA ( POR EXTENSO )	OBSERVAÇÕES
8	400	1	João.....	Prta..	Trinta annos.	Solteiro.	Rio de Janeiro.	Desconhecida.	Lavoura...	Oitocentos mil réis	
9	1.220	2	Manoel...	Parda.	Vinte e cinco annos.....	"	S. Paulo .....	João e Maria.	Cozinheiro.	Oitocentos e sessenta mil réis.	
40	234	3	Mathias..	"	Quarenta annos.....	Casado.	Bahia.....	Desconhecida	Pedreiro...	Seiscentos mil réis	Casado com mulher livre.
41	448	4	Firmino..	Prta.	Trinta e um annos.....	"	Rio de Janeiro.	"	Lavoura...	Setecentos e oitenta mil réis.	E' casado com a escrava Maria n. 5 desta relação.
42	956	5	Maria....	"	Vinte e nove annos.....	"	"	"	"	Seiscentos setenta e cinco mil réis.	
43	766	6	Thereza...	"	Cincoenta annos.....	Solteira.	"	"	"	Trezentos mil réis.	

Apresentados á matricula e matriculados em 30 de Abril de 1886.

Pagou.....

O Administrador,

Bernardino José Borges.

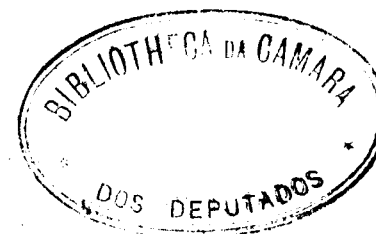
O Escrivão,

Silva.

Côrte, 30 de Abril de 1886.

Como procurador do senhor,

Domingos José dos Santos.



Modelo — B

Para a escripturação do livro da nova matricula de todos os escravos existentes no municipio de.... da Provincia de....

(Art. 9º § 4º do Regulamento.)

NUMERO DE ORDEM DAS RELAÇÕES	SENHORES		MATRICULA					ESCRAVOS								OBSERVAÇÕES	AVERBAÇÕES	
	NOMES	RESIDENCIA	NUMERO DE ORDEM		DATA			NUMERO DA MATRICULA ANTERIOR	NOMES	SEXO	CÔR	IDADE (por extenso)	ESTADO	FILIAÇÃO	PROFISSÃO			VALOR DA TABELLA (por extenso)
			Na matricula geral do municipio	Nos relações apre- sentadas	Dia	Moz	Anno											
1.º	Justina da Silva	Côrto	1	1	6	Abril	1886	3040	Maria	Feminino	Parda	Trinta annos	Casada	Desconhecida	Costureira	Seiscentos mil réis	.....	Mudada para a provincia de S. Paulo, por adju- dicação forçada em 10 de Julho de 1886.
2.º	"	"	2	2	6	"	"	4124	Manoel	Masculino	Preta	"	Solteiro	"	Carpinteiro	Oitocentos mil réis		
3.º	João Manoel Poi- xoto.....	Nietheroy	3	1	10	"	"	259	Joaquim	"	"	"	Casado	"	Trabalhador de enxada	Setecentos e cin- coenta mil réis	Fugido desde De- zembro de 1884	
4.º	"	"	4	2	10	"	"	423	Eudoxia	Feminino	"	Vinte annes	Solteira	"	Engomma- deira	Seiscentos e vinte mil réis	.....	Manumittida por carta de 1 de Agosto de 1886, lançada em notas do Tabellião Ramos.



## Modelo — C

## Índice alfabético da matrícula dos escravos pelos nomes dos senhores

( Art. 9º § 1º do Regulamento. )

NOMES DOS SENHORES	NUMEROS DE ORDEM DOS ESCRAVOS		MATRICULA		A
	NA MATRICULA GERAL	NAS RELAÇÕES DOS SENHORES	LIVRO	FOLHAS	B
					C
					D
					E
					F
Aarão da Silva.....	450 a 471	1 a 22	1º	24	
Abel da Cunha.....	200 a 204	1 a 5	1º	12	
Adão dos Santos.....	903 a 905	1 a 3	1º	46	
Arthur da Costa.....	1.152	1	1º	58	
Agasilão Pereira.....	621 a 629	1 a 9	1º	37	
Amancio Borges.....	1.103 a 1.115	1 a 49	1º	57	
Antonio de Abreu.....	205 a 292	1 a 88	1º	12	
Antonio Alves.....	630 a 649	1 a 20	1º	37	
Antonio Fonseca.....	936 a 920	1 a 15	1º	47	
Antonio Rocha.....	472 a 479	1 a 8	1º	24	





## Modelo - D

## Relação dos arrolandos pertencentes a Manoel da Costa e Silva, residente no municipio da Côte

(Art. 10 § 2º do Regulamento.)

NOME DO EX-SENHOR	DOMICILIO DO EX-SENHOR	NUMERO DE ORDEM DA RELAÇÃO	NUMERO DE ORDEM DA MATRICULA	NOME DO ARROLANDO	DOMICILIO	SEXO	IDADE	NATURALIDADE	FILIAÇÃO	PROFISSÃO	OBSERVAÇÕES
Manoel da Costa e Silva.	Côte.	10	914	Manoel...	Côte.	Masculino	Sessenta e um annos	Minas.....	Desconhecida.	Pedreiro....	
"	"	11	901	Joaquim..	"	"	Sessenta e qua- tro annos	S. Paulo .....	"	Carpinteiro.	
"	"	12	954	Francisco.	"	"	Sessenta e dous annos	Rio de Janeiro..	"	"	

Apresentada ao arrolamento e arrolada em 20 de Abril de 1886.

Manoel da Costa e Silva

Domiciliado em...

Modelo — E

Para escripturação do livro do arrolamento especial dos libertos pela idade, no municipio de..... da Provincia de.....


(Art. 40 § 4º do Regulamento.)

NOME DO EX-SENHOR A QUEM DEVE OS SERVIÇOS	DOMICILIO DO EX-SENHOR	NUMERO DE ORDEM	NOME DO ARROLANDO	DOMICILIO DO ARROLANDO	IDADE (POR EXTENSO)	SEXO	COR	ESTADO	NATURALIDADE	FILIAÇÃO	OCCUPAÇÃO	DATA EM QUE SE EXTINGUE A OBRIGAÇÃO DOS SERVIÇOS	NUMERO DE ORDEM, TOMO E FOLHAS DA MATRICULA NOVA	NUMERO DE ORDEM, TOMO E FOLHAS DA MATRICULA ANTERIOR	DATA DO ARROLAMENTO			OBSERVAÇÕES
															DIA	MEZ	ANNO	
Joaquim da Silva Costa...	Côrte.	1	Manoel.	Côrte.	Sessenta annos.	Masculino	Preta.	Casado.	Rio de Janeiro.	Desconhecida.	Lavoura..	3 de Março de.....	284—1º—22	439—2º—100	7	Abril.....	1886	
Manoel Corqueira.....	"	2	José....	"	Sessenta e tres annos	"	"	Solteiro	"	"	"	20 de Abril de.....	519—1º—50	59—4º—62	5	Agosto..	"	
Carlos Alberto de Andrade	"	3	Joaquim	"	Sessenta e um annos	"	"	"	Bahia.....	"	"	14 de Agosto de.....	650—1º—64	101—1º—69	6	Setembro.	"	

## Modelo — F

## Indice alphabetico dos arrolados pelos nomes dos ex-senhores

( Art. 40 § 5º do Regulamento. )

NOMES DOS EX-SENHORES	NUMEROS DE ORDEM DOS ARROLADOS		ARROLAMENTO		A
	NO ARROLAMENTO	NAS RELAÇÕES DOS EX-SENHORES	LIVRO	FOLHAS	B
					C
					D
					&
Antonio Costa.....	320 a 340	1 a 21	1º	30	
Amancio Silva.....	400 a 406	1 a 7	1º	40	
 .....	1.000	1	1º	80	

## Modelo — G

Resumo geral dos escravos matriculados no municipio de..... Provincia de.....

Desde o dia... de..... de 188.. até o dia... de.....  
de 188.... matricularam-se.... escravos, sendo:

(Art. 13 § 4º do Regulamento.)

Sexo.....	{	Masculino.....		
		Feminino.....		
		Somma.....		
Idade.....	{	Menores de 30 annos.....		
		Maiores de 30 a 40 annos.....		
		" de 40 a 50 " .....		
		" de 50 a 55 " .....		
		" de 55 a 60 " .....		
		Somma.....		
Valor fixado acompanhando as series da tabella	{	Dos menores de 30 annos.....		
		Dos maiores de 30 a 40 annos...		
		" de 40 a 50 " ..		
		" de 50 a 55 " ..		
		" de 55 a 60 " ..		
		Somma.....		
Estado.....	{	Solteiros.....		
		Casados.....		
		Viuvos.....		
		Somma.....		
Profissão.....	{	Agricola.....		
		Artista.....		
		Jornaleiro.....		
		Somma.....		
Domicilio.....	{	Urbanos.....		
		Ruraes.....		
		Total.....		

## Modelo — H

Resumo geral dos libertos arrolados no município de.... Provincia de...

(Art. 13 § 4º do Regulamento.)

Desde o dia..... de..... de 188... até  
o dia.... de..... de 188... foram arro-  
lados.... libertos, sendo:

Sexo.....	{	Masculino.....		
		Feminino.....		
		Somma.....		
Idade.....	{	De 60 annos.....		
		» 61 » .....		
		» 62 » .....		
		» 63 » .....		
		» 64 a 65 » .....		
		Somma.....		
Estado.....	{	Solteiros.....		
		Casados.....		
		Viuvos.....		
		Somma.....		
Profissão.....	{	Agricola.....		
		Artista.....		
		Jornaleiro.....		
		Somma.....		
Domicilio.....	{	Urbanos.....		
		Rusticos.....		
		Somma.....		
Numero dos libertos por extinção de serviços.	{	Masculinos.....		
		Femininos.....		
		Somma.....		
Numero dos que ficam obrigados a serviços.	{	Masculinos.....		
		Femininos.....		
		Total.....		



## Modelo — I

Para as averbações dos escravos que mudarem de domicilio

Provincia de....

Municipio de....

NUMERO DE ORDEM	AVERBAÇÃO DO SENHOR DO ESCRAVO		AVERBAÇÃO DO ESCRAVO														OBSERVAÇÕES	
	NOME	DOMICILIO	NOME	SEXO	COR	IDADE	ESTADO	PROFISSÃO	LOGAR EM QUE FOI MATRICULADO		DATA DA MATRICULA			NUMERO DE ORDEM DA MATRICULA	DATA DA AVERBAÇÃO			
									Provincia	Municipio	Dia	Mez	Anno		Dia	Mez		Anno
1	Antonio Manoel da Silva.	Rezendo	Manoel	Masculino	Preta	Quarenta annos	Solteiro	Cozinheiro	Rio de Janeiro	Magé	30	Set.	1886	300	5	Março	1887	
2	Manoel José da Fonseca.	Angra	José	"	"	Trinta annos	"	Pedreiro	Pará	Camotá	5	Jan.	1887	100	26	"	"	

Modelo — J

Para as averbações dos arrolados que mudarem de domicilio

Provincia de.....

Municipio de.....

NUMERO DE ORDEM	AVERBAÇÃO DO EX-SENHOR DO ARROLADO		AVERBAÇÃO DO ARROLADO												OBSERVAÇÕES			
	NOME	RESIDENCIA	NOME	SEXO	COR	IDADE	ESTADO	PROFISSÃO	LOGAR EM QUE FOI MATRICULADO		DATA DA MATRICULA			NUMERO DE ORDEM DA MATRICULA		DATA DA AVERBAÇÃO		
									Provincia	Municipio	Dia	Moz	Anno			Dia	Moz	Anno
1	Antonio José da Silva.	Cidade de Angra...	Antonio...	Masculino	Preta.....	Sessenta e dois annos .....	Solteiro..	Cozinheiro ....	Pará .....	Cametá.....	2	Maior ...	1886	11	5 Setembro	1887		
2	José Manoel Fonseca..	Cidade de Rezende..	Eudoxia ..	Feminino.	Parda ....	Sessenta e um annos .....	Casada...	Costureira.....	Bahia .....	Santo Amaro..	7	Junho...	1885	4	4 Outubro..	1887		

N. B.— A indicação do numero da nova matricula comprehende os escravos que, incluídos nesta, passaram depois para o arrolamento por completarem a idade de 60 annos.

## DECRETO N. 9518 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1885

Concede permissão a Francisco Raymundo Luiz dos Santos e Albino dos Santos Pereira para explorar mineraes na Provincia de Minas Geraes.

Attendendo ao que Me requereram Francisco Raymundo Luiz dos Santos e Albino dos Santos Pereira, Hei por bem Conceder-lhes permissão para explorar mineraes no termo de S. João d'El-Rei, na Provincia de Minas Geraes, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Novembro de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9518 desta data**

**I**

Fica concedido a Francisco Raymundo Luiz dos Santos e Albino dos Santos Pereira o prazo de dous annos, contados desta data, para, sem prejuizo dos direitos de terceiro, procederem a explorações e pesquisas para descobrimento de ouro e outros mineraes no rio Grande, suas cabeceiras, logar denominado — Sacco —, suas vertentes e vizinhanças, no termo de S. João d'El-Rei, Provincia de Minas Geraes.

Dentro deste prazo os concessionarios deverão apresentar, na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, plantas geologica e topographica dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, tanto quanto fôr possivel e o permittirem os trabalhos executados, a superposição das camadas mineraes, e remetterão, com as mesmas plantas, amostras dos mineraes encontrados e relatorio minucioso da localidade em que a mina estiver situada, declarando qual a possança e riqueza desta; qual sua extensão e sua direcção; a distancia entre ella e os povoados mais proximos e os meios de comunicação existentes; a área necessaria para a mineração; e, finalmente, os meios apropriados para o transporte dos productos das minas.

**II**

Os trabalhos de pesquisa ou exploração para descobrimento de minas poderão ser feitos por qualquer dos modos recommendados pela sciencia.



## III

Os concessionarios ficam obrigados a indemnizar os danos e prejuizos que de seus trabalhos possam provir ás propriedades adjacentes, a restabelecer á sua custa o curso natural das aguas que desviarem por causa dos mesmos trabalhos e a dar conveniente direcção ás que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizerem, quando destes serviços resultarem danos aos mesmos proprietarios de terrenos adjacentes.

Si o desvio destas aguas exigir trabalhos em propriedade alheia, os concessionarios solicitarão prévio consentimento do proprietario, usando dos meios em direito permitidos.

## IV

Os concessionarios ficam obrigados a dessecar os terrenos alagados em virtude dos trabalhos da exploração, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo que não possa ser prejudicada a saúde dos moradores da circumvizinhança.

Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Novembro de 1885.—  
*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9519 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1885

Approva as plantas e orçamentos para construcção do ramal do Alto Muriahé, da estrada de ferro Leopoldina.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia da estrada de ferro Leopoldina, Hei por bem Approvar os estudos definitivos e orçamento para construcção do trecho do ramal do Alto Muriahé, da referida estrada, comprehendido no territorio da Provincia do Rio de Janeiro, os quaes com este baixam, rubricados pelo Chefe interino da Directoria de Obras Publicas.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Novembro de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9520 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1885

Determina que, a partir da estação Lafayette, na cidade de Queluz, Provincia de Minas Geraes, a largura do prolongamento da Estrada de Ferro D. Pedro II seja reduzida a um metro entre trilhos.

Attendendo á proposta do Engenheiro em chefe do Prolongamento da Estrada de Ferro D. Pedro II, Hei por bem Determinar que, a partir da estação Lafayette, na cidade de Queluz, Provincia de Minas Geraes, a largura do referido prolongamento seja reduzida a um metro entre trilhos, alterando-se, nessa conformidade, os estudos já organizados para a construcção do trecho que termina na cidade de Sabará.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 21 de Novembro de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

—————

## DECRETO N. 9521 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1885

Concedo permissão a G. Gehlen & Comp. para explorarem ferro, carvão de pedra e outros mineraes na Provincia do Rio de Janeiro.

Attendendo ao que requereram G. Gehlen & Comp., Hei por bem Conceder-lhes permissão para explorarem ferro, carvão de pedra e outros mineraes no municipio de Mangaratiba, Provincia do Rio de Janeiro, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Novembro de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9521 desta data**

**I**

Fica concedido a G. Gehlen & Comp. o prazo de dous annos, contados desta data, para, sem prejuizo dos direitos de terceiro, procederem a explorações e pesquisas para descobrimento de minas de ferro, carvão de pedra e outros mineraes em terrenos de sua propriedade e outros devolutos que existirem no municipio de Mangaratiba, da Provincia do Rio de Janeiro.

Dentro deste prazo, os concessionarios deverão apresentar, na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, plantas geologica e topographica dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, tanto quanto fôr possível e o permittirem os trabalhos executados, a superposição das camadas mineraes, e remetterão, com as mesmas plantas, amostras dos mineraes encontrados e relatorio minucioso da localidade em que a mina estiver situada, declarando qual a possança e riqueza desta; qual sua extensão e sua direcção; a distancia entre ella e os povoados mais proximos e os meios de communicação existentes; a área necessaria para a mineração; e, finalmente, os meios apropriados para o transporte dos productos das minas.

**II**

Os trabalhos de pesquisa ou exploração para descobrimento de minas poderão ser feitos por qualquer dos modos recommendados pela sciencia.

**III**

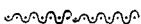
Os concessionarios ficam obrigados a indemnizar os danos e prejuizos que de seus trabalhos possam provir ás propriedades adjacentes, a restabelecer á sua custa o curso natural das aguas que desviarem por causa dos mesmos trabalhos e a dar conveniente direcção ás que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizerem, quando destes serviços resultarem danos aos mesmos proprietarios de terrenos adjacentes.

Si o desvio destas aguas exigir trabalhos em propriedade alheia, os concessionarios solicitarão prévio consentimento do proprietario, usando dos meios em direito permittidos.

**IV**

Os concessionarios ficam obrigados a dessecar os terrenos alagados em virtude dos trabalhos da exploração, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo que não possa ser prejudicada a saude dos moradores da circunvizinhança.

Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Novembro de 1885.—  
*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9522 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1885

Suspende a execução dos Estatutos das Faculdades de Direito mandados observar pelo Decreto n. 9360 do 17 de Janeiro do corrente anno.

Hei por bem que seja suspensa a execução dos Estatutos das Faculdades de Direito do Imperio mandados observar pelo Decreto n. 9360 do 17 de Janeiro do corrente anno.

O Barão de Mamoré, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Novembro de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Mamoré.*



## DECRETO N. 9523 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1885

Designa a ordem da substituição reciproca dos Juizes de Direito da Côte no anno de 1886.

Hei por bem, para execução do art. 4<sup>o</sup> do Decreto n. 4824 de 22 de Novembro de 1871, Decretar que no anno proximo futuro de 1886 os Juizes de Direito da Côte substituam-se conforme a ordem estabelecida na relação que com este baixa, assignada por Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Novembro de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

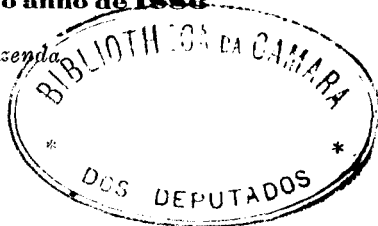
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.*

**Relação a que se refere o Decreto desta data,  
designando a ordem em que devem substituir-se  
os Juizes de Direito da Côte no anno de 1886.**

*Juiz dos Feitos da Fazenda*

- 1.<sup>o</sup> Juiz commercial da 2<sup>a</sup> vara.
- 2.<sup>o</sup> Auditor de guerra.
- 3.<sup>o</sup> Juiz commercial da 1<sup>a</sup> vara.



- 4.º Juiz do civil da 2ª vara.
- 5.º Juiz do civil da 1ª vara.
- 6.º Auditor de marinha.
- 7.º Juiz de orphãos da 1ª vara.
- 8.º Juiz de orphãos da 2ª vara.
- 9.º Provedor de capellas e residuos.

*Provedor de capellas e residuos*

- 1.º Auditor de guerra.
- 2.º Juiz commercial da 1ª vara.
- 3.º Auditor de marinha.
- 4.º Juiz de orphãos da 1ª vara.
- 5.º Juiz de orphãos da 2ª vara.
- 6.º Juiz do civil da 1ª vara.
- 7.º Juiz do civil da 2ª vara.
- 8.º Juiz commercial da 2ª vara.
- 9.º Juiz dos Feitos da Fazenda.

*Juiz commercial da 1ª vara*

- 1.º Auditor de marinha.
- 2.º Juiz de orphãos da 1ª vara.
- 3.º Auditor de guerra.
- 4.º Juiz do civil da 1ª vara.
- 5.º Juiz do civil da 2ª vara.
- 6.º Juiz de orphãos da 2ª vara.
- 7.º Provedor de capellas e residuos.
- 8.º Juiz dos Feitos da Fazenda.
- 9.º Juiz commercial da 2ª vara.

*Juiz commercial da 2ª vara*

- 1.º Juiz de orphãos da 1ª vara.
- 2.º Auditor de marinha.
- 3.º Juiz do civil da 1ª vara.
- 4.º Juiz de orphãos da 2ª vara.
- 5.º Auditor de guerra.
- 6.º Juiz do civil da 2ª vara.
- 7.º Juiz dos Feitos da Fazenda.
- 8.º Provedor de capellas e residuos.
- 9.º Juiz commercial da 1ª vara.

*Juiz de orphãos da 1ª vara*

- 1.º Provedor de capellas e residuos.
- 2.º Juiz do civil da 1ª vara.

- 3.º Juiz do civil da 2ª vara.
- 4.º Auditor de guerra.
- 5.º Auditor de marinha.
- 6.º Juiz dos Feitos da Fazenda.
- 7.º Juiz commercial da 2ª vara.
- 8.º Juiz commercial da 1ª vara.
- 9.º Juiz de orphãos da 2ª vara.

*Juiz de orphãos da 2ª vara*

- 1.º Juiz do civil da 2ª vara.
- 2.º Juiz commercial da 2ª vara.
- 3.º Juiz dos Feitos da Fazenda.
- 4.º Juiz commercial da 1ª vara.
- 5.º Provedor de capellas e residuos.
- 6.º Auditor de guerra.
- 7.º Juiz do civil da 1ª vara.
- 8.º Auditor de marinha.
- 9.º Juiz de orphãos da 1ª vara.

*Juiz do civil da 1ª vara*

- 1.º Juiz commercial da 1ª vara.
- 2.º Juiz de orphãos da 2ª vara.
- 3.º Provedor de capellas e residuos.
- 4.º Juiz dos Feitos da Fazenda.
- 5.º Juiz commercial da 2ª vara.
- 6.º Juiz de orphãos da 1ª vara.
- 7.º Auditor de marinha.
- 8.º Auditor de guerra.
- 9.º Juiz do civil da 2ª vara.

*Juiz do civil da 2ª vara*

- 1.º Juiz dos Feitos da Fazenda.
- 2.º Provedor de capellas e residuos.
- 3.º Juiz de orphãos da 2ª vara.
- 4.º Auditor de marinha.
- 5.º Juiz commercial da 1ª vara.
- 6.º Juiz commercial da 2ª vara.
- 7.º Auditor de guerra.
- 8.º Juiz de orphãos da 1ª vara.
- 9.º Juiz do civil da 1ª vara.

*Auditor de marinha*

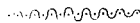
- 1.º Juiz do civil da 1ª vara.
- 2.º Juiz dos Feitos da Fazenda.

- 3.º Juiz commercial da 2ª vara.
- 4.º Provedor de capellas e residuos.
- 5.º Juiz de orphãos da 1ª vara.
- 6.º Juiz commercial da 1ª vara.
- 7.º Juiz de orphãos da 2ª vara.
- 8.º Juiz do civil da 2ª vara.
- 9.º Auditor de guerra.

*Auditor de guerra*

- 1.º Juiz de orphãos da 2ª vara.
- 2.º Juiz do civil da 2ª vara.
- 3.º Juiz de orphãos da 1ª vara.
- 4.º Juiz commercial da 2ª vara.
- 5.º Juiz dos Feitos da Fazenda.
- 6.º Provedor de capellas e residuos.
- 7.º Juiz commercial da 1ª vara.
- 8.º Juiz do civil da 1ª vara.
- 9.º Auditor de marinha.

Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Novembro de 1885.—  
*Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.*



DECRETO N. 9524 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1885

Designa a ordem em que os Juizes substitutos da Côte deverão cooperar com os Juizes de Direito e substituir-se reciprocamente no anno de 1886.

Hei por bem, para execução dos arts. 3º e 4º do Decreto n. 4824 de 22 de Novembro de 1871, Decretar que no anno de 1886 os Juizes substitutos da Côte cooperem com os Juizes de Direito e se substituam do modo seguinte :

Art. 1.º Serão immediatos supplentes :

O 1º Juiz substituto, da 2ª vara civil e da Auditoria de marinha.

O 2º Juiz substituto, da 1ª vara commercial e da Auditoria de guerra.

O 3º Juiz substituto, da 2ª vara commercial e da 2ª vara de orphãos.

O 4º Juiz substituto, da Provedoria e da 1ª vara civil.

O 5º Juiz substituto, dos Feitos da Fazenda e da 1ª vara de orphãos.

Art. 2.º Na substituição dos Juizes substitutos se observará a ordem em que se acham collocados.

Paragrapho unico. Esta substituição reciproca terá logar ainda nos casos em que não se tratar de actos de jurisdicção plena

sempre que, por impedimento ou vaga, ficar esgotado o numero dos tres supplentes de cada substituto para o effeito de passar a jurisdicção, quanto ao preparo dos feitos, ao substituto immediato ou aos seus respectivos supplentes, e assim por diante, indo ter a vara aos Vereadores da Camara Municipal sómente quando esgotada toda a escala dos substitutos e seus tres respectivos supplentes.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Novembro de 1885, 61º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.*

~~~~~

DECRETO N. 9525 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1885

Autoriza transportes de sobras na somma de 5:671\$070 e o augmento de credito de 1:363\$305 para despesas da Ilma. Camara no exercicio de 1885. 2

Attendendo ao que representou a Ilma. Camara Municipal, Hei por bem, na conformidade do art. 12 do Decreto n. 4309 de 31 de Dezembro de 1868, Autorizar, para occorrer á despesa na importancia de 7:034\$381, do exercicio de 1885, não só os transportes de sobras, na somma de 5:671\$070, verificadas nos §§ 1º, 2º, 10º, 11º, 19º e 20º do art. 2º do Decreto n. 9352 de 30 de Dezembro de 1884, mas tambem o augmento de credito de 1:363\$305, tirado do excesso de receita proveniente dos §§ 13º, 31º, 32º e 33º do art. 1º do citado decreto, afim de applicarem-se ás despesas do § 18 — Expediente e publicações, etc. — 4:034\$381 e ás do § 26 — Eventuaes — 3:000\$000.

O Barão de Mamoré, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Novembro de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Mamoré.*

~~~~~



## DECRETO N. 9526 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1885

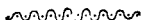
Supprime dous logares de Addidos de 1ª classe, um á Legação Imperial em Londres e outro á Legação em Pariz.

Attendendo á conveniencia do serviço publico, Hei por bem Modificar o Decreto n. 3079 de 25 de Abril de 1863, supprimindo dous logares de addidos de 1ª classe, um á Legação Imperial em Londres e outro á Legação em Pariz.

O Barão de Cotegeipe, Senador do Imperio, do Meu Conselho, Presidente do Conselho de Ministros e Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, assim o tenha entendido e faça executar, expedindo os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Novembro de 1885, 61º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Cotegeipe.*



## DECRETO N. 9527 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1885

Restabelece a disposição do Decreto n. 5874 de 6 de Fevereiro de 1875.

Hei por bem Restabelecer a disposição do Decreto n. 5874 do 6 de Fevereiro de 1875, que desannexou o logar de Curador Geral de Orphãos da 2ª vara da Corte do de Adjunto dos Promotores Publicos.

Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Dezembro de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.*



## DECRETO N. 9528]— DE 5 DE DEZEMBRO DE 1885

Eleva o capital garantido á Companhia estrada de ferro D. Theroza Christina, a que refere-se o Decreto n. 7049 de 18 de Outubro de 1878.

Tendo em vista o parecer do Engenheiro encarregado da liquidação final das contas da construcção da estrada de ferro D. Thereza Christina e a reclamação da respectiva companhia sobre o augmento do seu capital garantido, e Attendendo á conveniencia de determinar por meio de accôrdo as questões que a esse respeito se tem suscitado, Hei por bem Conceder á *Dona Thereza Christina Railway Company, Limited*, de conformidade com a Lei n. 2450 de 24 de Setembro de 1873 e nos termos do Decreto n. 6995 de 10 de Agosto de 1878, a garantia de juros de 7 % ao anno, sobre a quantia de 158:289\$120, destinada a augmentar o capital afiançado e garantido de 5.451:008\$900 a que refere-se o Decreto n. 7049 de 18 de Outubro de 1878, para construcção da estrada de ferro da referida companhia, o qual fica assim elevado á somma de 5.609:298\$020, mediante as clausulas que com esto baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Dezembro de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9528 desta data**

I

O Governo Imperial concede á Companhia *Dona Thereza Christina Railway Company, Limited*, de conformidade com a Lei n. 2450 de 24 de Setembro de 1873 e nos termos do Decreto n. 6995 de 10 de Agosto de 1878, garantia de juros de 7 % ao anno sobre a quantia de 158:289\$120, destinada a augmentar o capital afiançado e garantido de 5.451:008\$900 a que se refere o Decreto n. 7049 de 18 de Outubro de 1878, para a construcção da estrada de ferro da referida companhia, o qual fica assim elevado á somma de 5.609:298\$020.

II

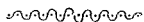
O augmento de capital garantido, de que trata a clausula precedente, é motivado pelas despesas que a companhia realizou

com o estabelecimento do vão movel da ponto do Cabeçuda e construção de um tunnel de ferro nos arciaes da Laguna; os juros respectivos só serão contados da data do começo do 2º semestre do corrente anno e cessarão no fim do prazo da garantia do capital, que ora é augmentado.

## III

A *Dona Thereza Christina Railway Company, Limited*, dá, por esta fôrma, por liquidadas todas as despesas da construção e estabelecimento da estrada, não podendo mais em tempo algum fazer qualquer reclamação baseada em taes despesas.

Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Dezembro de 1885. — *Antonio da Silva Prado*.



## DECRETO N. 9529 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1885

Concede á Companhia « Campos Syndicate, Limited » autorização para funcionar no Imperio.

Attendendo ao que requereu a Companhia *Campos Syndicate, Limited*, devidamente representada, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 12 de Dezembro do corrente anno, tomada sobre parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 23 de Novembro ultimo: Hei por bem Conceder-lhe autorização para funcionar no Imperio, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 12 de Dezembro de 1885, 64ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica do Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9529 desta data**

## I

A companhia é obrigada a ter um representante no Imperio com plenos poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem, quer com o Governo, quer com os particulares.

## II

Todos os actos que praticar no Imperio ficarão sujeitos ás respectivas leis e regulamentos, e á jurisdicção de seus Tribunaes judicarios ou administrativos, sem que em tempo algum possa a referida companhia reclamar qualquer excepção, fundada em seus estatutos.

## III

As alterações feitas em seus estatutos serão communicadas ao Governo, sob pena de multa de 200\$ a 2:000\$ e de ser-lhe cassada esta concessão.

## IV

No caso da companhia deliberar executar algum ou alguns dos fins da sua criação que não estiverem em completa conexão com o contrato celebrado com o Governo Imperial, deverá primeiramente pedir permissão ao mesmo Governo.

## V

Nenhum artigo dos estatutos poderá ser interpretado ou entendido em sentido contrario ás clausulas do contrato de que a companhia é cessionaria, o qual prevalecerá sempre, qualquer que seja a intelligencia das disposições dos mesmos estatutos.

Palacio do Rio de Janeiro em 12 de Dezembro de 1885.— *Antonio da Silva Prado.*

Eu abaixo assignado, William Eustace Venn, desta cidade de Londres, tabellião publico, por autoridade real, devidamente nomeado e juramentado, certifico pela presente que o documento em idioma portuguez aqui annexo sob o meu sello official, é traducção fiel e verdadeira do exemplar da escriptura social de constituição e dos estatutos da sociedade intitulada *The Campos Syndicate, Limited*, indo o exemplar referido tambem igualmente annexo, e que o mesmo exemplar trazendo a folhas 1, 3, 7 e 9, (um, tres, sete e nove) a firma que certifico ser verdadeira, do Sr. John Samuel Purcell, registrador das sociedades anonymas em Inglaterra, merece toda a fé e credito, assim como a traducção, tanto nos tribunaes de justiça como fóra delles. Em testemunho do que, e para fazer constar onde convier, passo a presente que assigno e sello com o meu dito sello official, em Londres, aos 17 de Outubro de 1885.

Veritas.— *W. E. Venn*, notario publico.

Reconheço verdadeira a assignatura retro de William Eustace Venn, tabellião publico desta cidade, e para constar onde convier a pedido do mesmo passei o presente que assignei e fiz sellar com o sello das Imperiaes Armas deste Consulado Geral do Imperio do Brazil, em Londres, aos 17 de Outubro de 1885.— *Luiz Augusto da Costa*, Vice-Consul.

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. Luiz Augusto da Costa, Vice-Consul do Brazil em Londres.— Ministerio dos Negocios Estrangeiros. Rio de Janeiro, 10 de Novembro de 1885.— Pelo Director Geral, *Joaquim Teixeira de Macedo*.

(TRADUÇÃO)

**Escriptura social e estatutos da sociedade denominada « The Campos Syndicate, Limited »**

A lei das companhias 1862-1880 inclusive. Sociedades de capital limitado por acções.

*Escriptura social da Sociedade « The Campos Syndicate, Limited »*

1. O titulo desta companhia é: *The Campos Syndicate, Limited*. (O syndicato de Campos, de responsabilidade limitada.)

2. A sede legal da companhia será em Inglaterra.

3. Os fins para os quaes se estabelece a companhia, são :

(A) Adquirir os beneficios completos de um contrato ou concessão feita a Alberto da Rocha Miranda pelo Governo Provincial do Rio de Janeiro no dia 12 de Maio de 1882, de conformidade com o Decreto que baixou sob a data de 6 de Maio de 1882, para o abastecimento d'agua potavel filtrada á cidade de Campos e para a construcção de um serviço de esgoto que tenha por fim remover das casas as materias feccas e as aguas pluvias da dita cidade de Campos e logares adjacentes, nos termos e condições estipulados na referida concessão, ou de conformidade com a extensão e modificações que puderem ser obtidas no futuro.

(B) Executar e levar a effeito todos os actos e cousas especificadas no contrato celebrado entre o dito Alberto da Rocha Miranda e o referido Governo Provincial, conformemente a mencionada concessão.

(C) Requerer ou adquirir do precitado Governo qualquer outra concessão addicional ou supplementar para a construcção, conservação, concerto e operação do systema de quaesquer trabalhos necessarios aos fins acima expostos.

(D) Executar trabalhos para fornecer á cidade de Campos e logares adjacentes, com agua e com serviço de esgoto, e construir todas as obras que forem necessarias para esse fim, celebrar con-

tratos, fazer e concluir todas as obras e cousas que forem incidentes e necessarias aos mesmos trabalhos.

(E) Tratar e dispor das materias feaes por qualquer fórma que se julgar expediente.

(F) Comprar, adquirir e conservar a posse ou tornar a vender ou fazer negocio com qualquer terreno ou edificios, e estabelecer escriptorios, e construir quaesquer obras para os objectos da companhia.

(G) Promover, prestar serviços e tomar acções em qualquer companhia ou empreza publica, que offereça facilidades para os fins da companhia, ou que de qualquer maneira tendam a facilitar os negocios da companhia.

(H) Dispor ou fazer tirar vantagem de toda ou qualquer propriedade da companhia, por meio de venda, hypotheca, arrendamentos, licenças ou de qualquer outro modo, e nos termos que pareçam convenientes á companhia, e receber e possuir acções em qualquer companhia e negocial-as, e abrir creditos ou contrahir empréstimos de capitães sobre os valores e cauções da companhia ou sobre as obrigações da companhia.

(I) Adquirir os negocios, traspasso o propriedade ou qualquer parte dos negocios, — traspasso e propriedade de qualquer companhia, cujos fins sejam identicos a quaesquer dos objectos desta companhia em termos de amalgamação ou outros, e assumir as responsabilidades ou qualquer parte das responsabilidades da dita companhia, em termos semelhantes.

(J) Executar todos ou quaesquer dos objectos acima, no Imperio do Brazil, e para esse fim estabelecer dentro do dito Imperio e conservar alli um representante responsavel da companhia, mas tanto quanto os mesmos objectos dizem respeito á gerencia ou administração geral dos negocios da companhia na Inglaterra ou em outra qualquer parte do mundo, e no tocante a qualquer dos ditos objectos, quer de per si, quer em conjunção ou sociedade com qualquer pessoa, companhia ou empreza, e quer como principaes ou agentes, e, quanto ás operações no estrangeiro, obrar de conformidade com o costume de paizes estrangeiros.

(K) Adquirir a compra, ou alcançar de outro modo, hypothecar ou vender qualquer acção ou quaesquer acções da companhia no tempo, do modo, e nos termos em que e si os seus directores o julgarem conveniente.

(L) Fazer tudo o que fôr incidente ou conducente aos fins mencionados acima.

4. E' limitada a responsabilidade dos membros ao valor das acções que subscreverem.

5. O capital da companhia é £ 150.000 dividido em 150 acções de £ 1.000 cada uma.

Nós, as diversas pessoas cujos nomes e moradas vão abaixo declarados, desejamos formar-nos em uma companhia de accôrdo com esta escriptura social, e convimos respectivamente a assignar o numero de acções no capital da companhia indicado ao lado dos nossos nomes respectivos.

Nomes, residencias e descrições dos subscriptores	Numero de acções assignadas por cada subscriptor
Wm. Mc. Arthur, 29 Holland Park, W., vereador da cidade de Londres, M. P.....	5
James Whitehead, Highfield House, Catford Bridge, S. E., vereador da cidade de Londres.....	5
R. Birkin, Aspley Hall, Notts, proprietario.....	5
Alf. J. Newton, 8 Leadenhall St., E. C., proprietario de vapores.....	5
W. C. Anderson, 6 Upper Thames Street, E. C., fabricante de cimento.....	5
D. W. Bell, 14 Milton Street, E. C., negociante..	10
Clarence Smith, 4 Queen Victoria Street, E. C., corretor de fundos.....	5
Em data de 12 de Outubro de 1885.	

Testemunha das firmas acima, *Willm. Bohm*, solicitador.— 23 Old Jewry, E. C.—(Estampilha)— Está conforme — *J. S. Purcell*, registrador das companhias anonymas.

## A LEI DAS COMPANHIAS 1862-1880 INCLUSIVE

### *Sociedade de capital limitado por acções*

#### ESTATUTOS DA SOCIEDADE « THE CAMPOS SYNDICATE, LIMITED »

#### *Preliminares*

1. Os regulamentos da tabella A da primeira pauta da lei das companhias de 1862 não são applicaveis a esta companhia, senão sómente tanto quanto se acharem repetidos ou contidos nestes estatutos os mesmos regulamentos.

2. Será o primeiro objecto da companhia adquirir a concessão e executar as obras mencionadas na escriptura de contrato social.

3. A sede legal da companhia será situada em qualquer logar que a junta de administração determinar de tempos a tempos, e a companhia representada e operando pela junta administrativa ou conselho director pôde exercer os poderes da lei dos sellos das companhias de 1864.

#### *Augmento ou redução de capital — acções*

4. Poderá a companhia de tempos a tempos por uma deliberação especial augmentar o seu capital, creando novas acções de um valor que se considere conveniente, e dado o caso de augmento de capital por deliberação especial, a emissão do novo capital será

de tal natureza e conterá as restricções que designar a deliberação especial, com a condição de que cada uma das deliberações especiaes e augmentos de capital referidos e todos ficarão sujeitos e serão sem prejuizo de qualquer contrato ou pacto celebrado pela companhia que se refira ao capital então possuido pela companhia, ou a qualquer novo capital, ou que limite os poderes da companhia.

5. Sujeito ao expresso no art. 4º, e a qualquer disposição em contrario passada pela reunião que autorize o augmento de capital, todas as acções novas serão offerecidas aos membros na proporção das acções existentes de que são possuidores, e far-se-ha o offerecimento por meio de avisos que especifiquem o numero de acções a que tem direito o membro avisado, e que limitem um prazo no qual, si não fôr aceito o offerecimento, considerar-se-ha como recusado, e no fim do dito prazo ou á recepção de notificação da parte do membro a quem se fez o aviso que elle recusa as acções a elle offerecidas, terá o conselho director a faculdade de dispor das mesmas pelo modo que julgar mais a bem dos interesses da companhia.

6. Poderá a companhia, sujeitando-se á condição do art. 4º, subdividir as acções segundo a fórma autorizada pela lei das companhias de 1867, e poderá tambem reduzir o capital do modo e com todas ou quaesquer das circumstancias autorizadas pelas leis das companhias de 1867 e 1877.

7. Poderá a companhia fazer todas ou quaesquer das cousas autorizadas pela secção 24 da lei das companhias de 1867.

### *Acções*

8. O conselho director poderá (sujeito ás disposições da lei das companhias de 1867) adjudicar quaesquer acções como libertadas (ou integralmente pagas), quer para o effeito de comprar o negocio e propriedade, quer como consideração do valor de qualquer outra propriedade adquirida pela companhia ou de serviços prestados á companhia, e poderá adjudicar acções sendo os termos das mesmas pagos integralmente ou em parte, no acto de adjudicação, ou em quaesquer outros termos que o conselho julgar, e fixará a quantia a pagar no acto de fazer-se applicação ou adjudicação.

9. Não é obrigada a companhia a reconhecer direitos de interesses divididos ou equitativos de qualquer acção. Si varias pessoas acharem-se inscriptas como co-proprietarias de qualquer acção, qualquer uma das ditas pessoas poderá passar recibo válido de qualquer dividendo pagavel por conta da mesma acção.

10. Cada um membro terá direito a um titulo, que levará o sello social da companhia e especificará a acção ou acções de que é proprietario, e as quantias pagas por sua conta.

11. Si se gastar pelo uso, ou si se perder este titulo, poder-se-ha, na discrição do conselho director, emittir um novo, pagando-se um shilling (xelim inglez), ou qualquer outra quantia, a menos que fôr estabelecida pelo conselho director.



*Prestações sobre as acções*

12. Poderão os directores, da forma que julgarem conveniente, fazer chamadas sobre os membros com referencia ás quantias por pagar sobre as suas acções, porém o prazo pelo menos de um mez deve intervir depois do pagamento da ultima prestação, antes que se vença a seguinte, nem poderá o total de cada prestação exceder a quantia de £ 10 por cento da somma da acção ou acções de que fôr proprietario cada membro, cada um dos quaes será obrigado a pagar as prestações assim requisitadas ás pessoas, nos tempos e logares que forem designados pelo conselho director, e, faltando-se a este dever, terão os membros a pagar juros sobre as mesmas prestações na razão de £ 10 por cento ao anno, a partir do dia em que deviam ter sido satisfeitas as prestações até ao do pagamento actual; e as mesmas obrigações terão os co-proprietarios de acções, tanto conjunctamente como cada um em particular, com relação a todas as prestações exigidas pelas suas acções.

13. Considerar-se-ha feita a chamada de qualquer prestação desde quando fôr adoptada a deliberação dos directores que autorize essa chamada.

14. Poderá o conselho director, si o entender, receber de qualquer membro que se promptifique a fazel-o, o todo ou parte das quantias por pagar sobre as acções de que fôr proprietario, além das sommas actualmente chamadas, e sobre as importancias assim adiantadas poderá a companhia pagar juros na razão que fôr concordada entre os directores e o mesmo membro.

*Transferencia de acções*

15. O instrumento de transferencia ou cessão de qualquer acção da companhia deverá ser executado, tanto pela pessoa que a transfere como por aquella a quem é cedida, e o transferente continuará a ser considerado proprietario da acção até que no livro de registro seja a mesma averbada em nome do novo possuidor.

16. O conselho director poderá adjudicar e emittir acções com termos especiaes relativos á sua cessão, que julgar convenientes.

17. Antes de inscrever-se qualquer transferencia, deverá ser entregue no escriptorio da companhia o instrumento de transferencia, e bem assim o titulo da acção que se deseja ceder juntamente com qualquer outra evidencia de que possam carecer os directores para fazer comprovar o direito do transferente, depois do que serão os assentos relativos feitos pela companhia.

18. Pagar-se-ha pelo averbamento de qualquer acção transferida ou transmittida qualquer importancia não superior a cinco shillings, que os directores de tempos a tempos determinem.

19. Poderá a companhia recusar-se a averbar a transferencia de qualquer acção por uma das razões seguintes:

Que o transferente é seu devedor, ou é responsavel para com ella por letras ou notas de compromisso, ou contrato ainda por executar;

Que não se effectuou a transferencia de conformidade com as disposições destes estatutos, nem nos termos da emissão de acções, segundo o art. 16;

Que na opinião dos directores não é para desejar que seja membro a pessoa a quem se propõe fazer a cessão.

20. Todas as escripturas de traspasso de acção ou acções serão na forma do costume.

21. Poderão fechar-se durante os 14 dias immediatamente anteriores á reunião da assembléa geral ordinaria, em cada anno, os livros das escripturações de transferencia, ou em qualquer outra época que os directores entenderem, não se excedendo de sete dias cada vez.

### *Transmissão de acções*

22. Os testamenteiros e administradores de um membro que houver fallecido são as unicas pessoas que a companhia reconhece como tendo direito ás suas acções.

23. Qualquer pessoa vindo a ter direito a uma acção em consequencia da morte, quebra ou insolvencia de qualquer membro, ou por casamento de qualquer proprietaria de acções, poderá fazer-se inscrever como membro pela exhibição das provas que, de tempos a tempos, sejam exigidas pela companhia, e sujeito aos mesmos direitos do conselho administrador de recusar ou differir o averbamento no mesmo caso, como si fosse pessoa a quem se houvesse feito uma transferencia da acção.

24. Qualquer pessoa que vier a ter direito a uma acção em consequencia da morte, quebra ou insolubidade de um membro, ou em consequencia do casamento de qualquer proprietaria de acção, poderá, em vez de fazer averbar a acção em seu nome, transferil-a da mesma forma, e sujeito ás mesmas restricções como si fosse o seu proprietario averbado, em produzindo a evidencia que o conselho director exija para fazer comprovar o seu direito.

25. Qualquer membro ou pessoa que tiver direito a uma acção ou acções, e que desejar ceder a sua acção ou acções em qualquer tempo durante dous annos a contar da data da incorporação da companhia, deverá primeiro offerecel-as aos outros membros então existentes ao preço que ha de ser fixado em uma reunião geral especial, que terá logar de accôrdo com o disposto no artigo seguinte, e vendel-as-ha aos ditos membros ou a qualquer um ou mais delles que a assembléa geral especial declarar ter o direito de comprar-as. E o membro ou pessoa não terá o direito de vender qualquer acção senão depois de tel-a offerecido por escripto que deve, com tres semanas de antecedencia, ser entregue na séde legal da companhia. Si nenhum membro ou membros se propuzer ou propuzerem a comprar qualquer acção ou acções offerecidas, então poderá o membro que deseja desfazer-se de sua acção ou acções, procurar dispor das mesmas onde lhe convier.

26. A primeira assembléa geral especial cuja reunião terá por fim regular o preço por acção durante os tres mezes seguintes, terá

logar dentro do prazo de quatro mezes da data da incorporação da companhia, e as assembléas geraes especiaes subseqüentes com objectos identicos terão logar uma vez em cada tres mezes, ou tão approximadamente quanto fôr possível.

#### *Perda de direito ás acções*

27. Si qualquer membro deixar de satisfazer no dia designado as suas prestações, poderá o conselho director em qualquer época posterior e durante o tempo em que se achar em atrazo o pagamento das mesmas, notificar o membro pedindo-lhe que satisfaça as prestações assim como os juros e todas as despesas que houverem sido causadas pela falta do pagamento.

28. O aviso de notificação fixará um outro dia quando ou antes do qual deverão ser pagas as prestações em divida e mais despesas e juros que houverem resultado da falta do pagamento no tempo devido. Tambem indicará o logar onde se deverá fazer o pagamento (sendo esse logar quer a sôde legal da companhia, quer um outro aonde se pagam geralmente as prestações das acções da companhia).

O aviso tambem declarará que á falta de pagamento ao tempo ou anteriormente ao tempo e no logar designado, perderão os membros que não satisfizerem as prestações das suas acções todo o direito ás mesmas, ou poderão perdê-las.

29. Si não se cumprir com as requisições do aviso supra-mencionado, quesequer acções, relativas ás quaes se expediu o aviso, poderão ser em qualquer tempo posteriormente, antes de satisfeitas as prestações, juros e despesas que se deverem sobre as mesmas, confiscadas pela companhia por meio de deliberação que para esse fim adoptar o conselho director.

30. Para os fins dos tres artigos precedentes, considerar-se-ha chamada de prestação qualquer quantia que fôr pagavel de conformidade com os termos de adjudicação.

31. Serão consideradas propriedade da companhia todas as acções cujos direitos se perderem, e os directores poderão dispor dellas como entenderem.

32. Qualquer membro que houver perdido o direito ás suas acções, será, comtudo, responsavel pelo pagamento á companhia de todas as prestações vencidas em divida por conta das ditas acções, quando foram confiscadas.

33. Poderá o conselho director, segundo o seu arbitrio e discrição, revogar o annullar a perda de direitos de qualquer acção dentro de um anno da data da mesma, nos termos que julgar conveniente.

#### *Renuncia de acções*

34. O conselho de directores poderá aceitar renuncias de acções nos termos que entender.

*Direito de retenção*

35. Terá a companhia o primeiro e supremo direito de retenção sobre as acções de qualquer membro que fôr seu devedor, e sobre todos os dividendos e benefícios a que se achasse com direito, para o pagamento das suas dividas, sendo os dividendos e benefícios referidos em virtude das acções de que fôr proprietario; e o mesmo direito de retenção existirá em consequencia de dividas que houver incorrido o mesmo membro, quer por si só, quer conjunctamente com qualquer outra pessoa e em consequencia de debitos accumulados antes do averbamento da transferencia das acções, si a companhia houver recusado a mesma transferencia por qualquer dos motivos expostos nos regulamentos da companhia mencionada; e applicar-se-ha esse direito ao interesse absoluto que tiver em qualquer acção, juntamente com qualquer outra pessoa.

36. Terá a companhia a faculdade de levar a effeito esse direito de retenção por meio de venda ou confiscação e emissão nova das acções, ou conservando posse de todos os dividendos e lucros sobre as mesmas, ou por todos ou qualquer dos referidos meios; mas com a clausula de que não se fará venda ou confiscação sem aviso prévio de um mez aos membros.

*Annulação ou venda de acções*

37. Poderá a companhia vender as acções que adquirir por perdas de direito ou renuncia, ou annullar quaesquer acções adquiridas dessa maneira, e poderá tambem emittir novas acções em seu logar.

38. Para o fim de dar effeito (sem annulação e emissão nova) á venda ou disposição de qualquer acção adquirida pela companhia por meio de confiscação ou renuncia, ou de qualquer acção relativa á qual esteja em vigor o direito de retenção de que se fez menção, poderá o conselho director, sob o sello social da companhia, fazer a transferencia da acção a um comprador, e tal transferencia terá todo o valor ou conferirá ao novo averbado todos os direitos como si a houvesse praticado o membro em cujo nome se achar inscripta a acção.

*Emprestimos*

39. Poderão os directores crear capital ou tomar-o a emprestimo sobre os valores das propriedades da companhia ou sobre as obrigações da companhia nos termos que possam entender.

*Assembléas geraes*

40. A primeira reunião da assembléa geral terá logar em qualquer tempo no anno de 1886, e em qualquer logar que os directores resolvam na fôrma da lei.

41. As assembléas geraes subsequentes terão lógar pelo menos uma vez por anno, nos logares e quando determinem os directores.

42. As assembléas geraes sobreditas serão chamadas reuniões ordinarias, e chamar-se-hão reuniões extraordinarias quaesquer outras.

43. Terão os directores a faculdade quando o julgarem necessario, e farão o pedido por escripto de não menos que um quinto do numero e representando um terço do capital social da companhia, de convocar uma reunião da assembléa geral extraordinaria.

44. Qualquer requisição feita pelos membros deverá designar o objecto da reunião que se propõe convocar, e deve ser entregue no escriptorio legal da companhia.

45. A' recepção dessa requisição os directores farão immediatamente convocar a assembléa geral extraordinaria. Si não a convocarem dentro de 21 dias a contar da data da requisição, os requisitores ou quaesquer outros membros, formando o numero preciso, terão a faculdade de convocar por si mesmos a assembléa geral extraordinaria.

46. Com sete dias pelo menos de antecedencia, serão os membros avisados do logar, dia e hora da reunião, e no caso de trabalhos especiaes participar-se-ha aos membros a natureza geral dos mesmos trabalhos, na fôrma que se indicará aqui, ou por qualquer outra fôrma (si alguma houver), que a companhia designe em assembléa geral; porém não invalidará os trabalhos de qualquer assembléa geral a falta de recepção por qualquer membro do aviso referido.

47. Serão considerados especiaes todos os trabalhos de uma assembléa extraordinaria, e serão tambem considerados especiaes todos os trabalhos de uma assembléa ordinaria com a excepção dos de autorizar dividendos, e considerar as contas, balancetes e relatorios ordinarios do conselho de directores, e a reeleição dos membros do conselho director e conselho fiscal que tiverem de deixar de exercer as suas funcções.

#### *Trabalhos das assembléas geraes*

48. Nas reuniões das assembléas geraes não se fará mais trabalhos que a nomeação do presidente e o annuncio de dividendos, salvo si houver um numero legal quando começarem os trabalhos da assembléa; e esse numero legal consistirá de tres membros presentes pessoalmente ou representados quando a assembléa começar os ditos trabalhos; e quando o numero de socios passar de 20, o numero legal para as reuniões será cinco membros presentes ou representados por procuração.

49. Si dentro do espaço de uma hora da que fôr designada para uma reunião, si esta fôr convocada á requisição dos membros, não houver presente numero legal, será dissolvida a reunião. Nos outros casos adiar-se-ha a reunião para o mesmo dia da semana seguinte, á mesma hora e logar, e, si por essa occasião não houver numero legal, se prorogará a reunião *sine die*.

50. O presidente, si o houver, do conselho director será tambem o presidente de todas as assembléas geraes da companhia.

51. Si não houver presidente, ou, havendo-o, si este não se apresentar no espaço de 15 minutos da hora fixa para qualquer reunião da assembléa, os membros presentes elegerão um de entre si para presidir.

52. Poderá o presidente, com a sancção da assembléa, adiar qualquer reunião de um tempo a outro e de um lugar a outro, porém, em qualquer das reuniões adiadas só se tratará dos assumptos que ficarem incompletos na reunião de que se adiar.

53. Em qualquer das assembléas geraes, salvo quando fôr pedido por escripto por dous socios, pelo menos, quando o numero dos membros não passar de 21, e por tres membros quando o numero de socios fôr superior a 20, que se faça um apuramento ; a declaração do presidente que uma deliberação qualquer foi approvada, e o assento relativo no livro das actas da companhia, serão sufficiente evidencia do facto sem que seja preciso recorrer a provas do numero ou proporção dos votos registrados a favor ou em contrario da mesma deliberação.

54. Si se pedir o apuramento na fórmula devida como acima se dispõe, será este feito onde, como e quando o presidente determinar, e o resultado do apuramento será a deliberação da companhia em assembléa geral.

#### *Votos dos membros*

55. Cada um dos membros terá direito a um voto por cada acção, e dado o caso de igualdade de votos em uma reunião qualquer da assembléa ou no seu apuramento, o presidente terá um voto adicional ou preponderante.

56. Si qualquer dos accionistas soffrer de alienação mental ou fôr imbecil, poderá elle votar por intermedio dos seus administradores, *curator bonis*, ou outro curador legal.

57. Si duas ou mais pessoas se acharem inscriptas como co-proprietarias de qualquer acção, o accionista cujo nome é o primeiro inscripto no registro de membros como um dos co-proprietarios da dita acção, e nenhum outro, terá o direito de votar no que diz respeito á mesma acção.

58. Nenhum membro terá o direito de votar em qualquer assembléa geral, a menos que haja pago as suas prestações vencidas, e nenhum accionista poderá votar pelas acções que houver adquirido por meio de transferencia, sem que as mesmas se achem devidamente averbadas nos livros da companhia.

59. Os votos podem ser emitidos, quer pessoalmente, quer por meio de representação.

60. O instrumento que nomeie um representante deverá ser por escripto sob o signal manual do representado ; ou si o representado fôr uma corporação, deverá o instrumento levar o sello symbolico da mesma, e deverá tambem ser attestado por uma ou mais testemunhas.

61. O instrumento que nomeie um procurador deverá ser depositado no escriptorio da companhia com vinte e quatro horas pelo menos antes da reunião da assembléa, na qual o nomeado por esse instrumento propõe-se a votar.

62. Os instrumentos, nomeando representantes, deverão ou poderão ser na forma do costume com as variantes que as circunstancias exigiam.

### *Directores*

63. Não será inferior a cinco nem passará de sete o numero dos directores. Os primeiros directores serão Alexandre Mc. Arthur, Clarence Smith, Morgan Harvey, Alfred James Newton, William Curling Anderson e James Whitehead.

64. A habilitação de cada um dos directores será a posse pessoal de, pelo menos, cinco acções da companhia, e a eleição de qualquer pessoa que não tenha essa habilitação será nulla, salvo si se habilitar dentro de um mez da data da eleição.

65. O conselho director terá direito á remuneração que os accionistas em assembléa geral entenderem assignalar, a qual, sujeita ás direcções que forem dadas pela assembléa geral, será distribuida entre si na proporção que os directores determinem.

### *Attribuições dos directores*

66. Os negocios da companhia serão dirigidos pelo conselho director, o qual fará pagar dos fundos da companhia todas as despesas incursas com a preparação e execução do contrato social, estatutos e registração da companhia, e poderá exercer todas as attribuições que a lei das companhias de 1862 ou os presentes estatutos não exijam que sejam desempenhadas pela companhia em assembléa geral, e em particular terá a faculdade de celebrar pacto por parte da companhia para a compra da concessão e contrato a que se refere na escriptura social e de dispor, quer por meio de venda quer por hypotheca, de qualquer propriedade da companhia, sujeito comtudo aos regulamentos e disposições da companhia em assembléa geral; mas os regulamentos e disposições da companhia, estatuidos em assembléa geral, não invalidarão qualquer acto prévio dos directores, o qual seria válido si não se houvesse redigido o mesmo regulamento ou disposição.

67. Poderão os directores operar, não obstante qualquer vaga que se der entre si, e poderão eleger qualquer membro legalmente habilitado, para que preencha o cargo de director até completar o numero de sete directores.

68. Terá o conselho director o direito de nomear de tempos em tempos, por deliberação que deve ser lançada em seu livro de actas no dia em que fôr adoptada, qualquer director ou directores, empregado ou empregados da companhia para que a representem no Imperio do Brazil, ou para sacar, endossar, aceitar, executar

ou assignar por parte da companhia quaesquer letras de cambio, escriptos de divida, cheques ou quaesquer outros instrumentos do curso ordinario dos negocios, e poderá tambem annullar ou variar quaesquer dessas nomeações.

69. Poderá o conselho director dar a qualquer procurador, juridico ou official ou empregado, um interesse em qualquer negocio ou transacção particular, commissão sobre a importancia total de qualquer parte da mesma, ou participação nos lucros da mesma ou nos lucros geraes da companhia em additamento ou em substituição de vencimento, e o mesmo interesse, participação, commissão ou vencimento serão considerados parte das despesas de custeamento.

#### *Inhabilitade dos directores*

70. Vagará o seu cargo o director :

(1) Si fôr interessado ou participar dos lucros de qualquer contrato, celebrado com a companhia, sem que houvesse, antes da celebração do mesmo contrato, declarado que tinha interesse nelle ; mas no caso de contratos feitos com companhias ou firmas de que qualquer director desta companhia fôr tambem director ou socio, não será necessario explicar mais do que o simples facto do seu cargo ou interesse.

(2) Si quebrar, ou tornar-se devedor em liquidação, ou vier a compor com os seus credores, ou si fôr adoptada uma deliberação especial pela assembléa geral, tendo por objecto exonerar-o do cargo de director.

(3) Si deixar de possuir a habilitação de que acima se tratou ; com a clausula de que (salvo o caso de perda de habilitação ou de fallencia actual) não ficará vago esse cargo senão quando o conselho adoptar uma deliberação, declarando que o director está inhabilitado e vagou o seu logar.

#### *Successão dos directores*

71. Na reunião da assembléa geral em 1886 deixarão de exercer as suas funções os directores formando um terço do seu numero, e na primeira assembléa geral ordinaria em todos os annos consecutivos deixará de funcçãoar um terço dos directores então em officio ; e si o numero dos mesmos não fôr multiplo de tres, então vagará os seus cargos o numero mais proximo de um terço.

72. Os directores que terão de vagar os exercicios na primeira assembléa geral ordinaria, e no anno que immediatamente se seguir, serão determinados por votação, salvo o caso de concordarem uns com os outros quaes os que deixarão de funcçãoar.



Nos mais annos terão de vagar os que tiverem estado em exercicio por mais tempo.

73. Poderão ser reeleitos os directores que tiverem de retirar-se.

74. A companhia na reunião da assemblea geral na qual deverão vagar os directores da forma que fica dita, preencherá as vacaturas elegendo um numero igual de pessoas.

75. Si em qualquer reunião da assemblea na qual se deveria proceder á eleição de directores, não se preencherem os logares vagos, os directores que então teriam de vagar ou aquelles cujos logares não forem preenchidos, serão considerados reeleitos. Poderá a companhia de tempos em tempos, em assemblea geral, augmentar ou diminuir o numero dos directores.

76. Qualquer vacatura que se der logar no conselho director, poderá ser preenchida pelos directores, sujeita á sua confirmação pela assemblea geral na reunião seguinte, mas o director assim eleito só exercerá o cargo durante o tempo que faltava para preencher-o, si não se houvesse dado vaga.

#### *Trabalhos dos directores*

77. Poderá o conselho director reunir-se para expedir os negocios, adiar e regular de qualquer forma as suas reuniões, de conformidade com os regulamentos que redigirem, e declarar o numero necessario para que se possa tratar dos negocios da companhia, e nomear o presidente e revestil-o dos poderes e attribuições que entenderem, incluindo o voto preponderante.

78. Em quanto não determinar-se de outro modo, pelo conselho, tres directores constituirão numero legal.

79. Poderá o conselho director delegar quaesquer das suas attribuições a comissões compostas de qualquer membro ou membros do seu mesmo numero, que entender; qualquer comissão assim autorizada deverá, no exercicio das attribuições que lhe forem delegadas, conformar-se aos regulamentos que lhe forem impostos pelo conselho administrativo, e sujeito a esta clausula poderá regular os seus trabalhos da mesma forma em que tem a faculdade de fazel-o o conselho director.

80. Todos os actos praticados pelo conselho administrativo em qualquer das suas reuniões, ou por qualquer comissão de directores, ou por qualquer pessoa na qualidade de director, serão, não obstante o descobrir-se depois que houve defeito na nomeação do mesmo director, ou directores ou pessoa, obrando em sua qualidade como fica dito, ou que estavam elles inhabilitados, ou qualquer um delles, tão válidos como si a nomeação tivesse sido na forma devida, e si cada uma das ditas pessoas tivesse a habilitação necessaria para ser director.

81. O conselho de administração fará lavrar actas dos seus trabalhos, e todos os actos que das mesmas conste ter sido praticados de conformidade com as disposições ou autorizações dos directores serão considerados actos praticados pelos directores de accôrdo com os presentes estatutos.

*Dividendos*

82. Terão os directores a faculdade, com a sanção da companhia em assembléa geral, de annunciar dividendos que devem ser pagos aos accionistas em proporção ás suas acções ou ás prestações pagas sobre as mesmas, dando-se a devida attenção a quaesquer termos especiaes de quaesquer acções.

83. Só dos lucros que resultarem dos negocios da companhia é que se poderá pagar dividendos.

84. Será facultado ao conselho administrativo antes de recomendar o annuncio de qualquer dividendo e com a approvação dos accionistas reunidos em assembléa geral, tirar dos productos liquidos da companhia a quantia que julgar conveniente para formar um fundo de amortização e um fundo de reserva para as necessidades que possam occorrer, ou para igualar os dividendos; o poderão os directores empregar a quantia ou quantias postas de parte para formar fundos de reserva nos valores e titulos publicos que estimem convenientes. Terão os directores a faculdade de fazer descontar dos dividendos pagaveis a qualquer proprietario ou quaesquer co-proprietarios de uma acção qualquer, todas as quantias de dinheiro que forem devidas á companhia pelo mesmo proprietario, ou todos ou quaesquer co-proprietarios de acções, quer por conta de prestações, quer por outra.

85. Far-se-ha aviso, de qualquer dividendo annuciado aos membros, pela maneira que depois se declarar.

86. A companhia não tem a obrigação de pagar juros sobre os dividendos.

*Contas*

87. E' dever dos directores fazer assentar contas correctas das transacções e negocios da companhia e de todas as quantias recebidas ou pagas pela companhia, e de tudo o que tiver relação com as ditas receitas e despezas e de todos os creditos e debitos da companhia.

88. Os livros de contas serão conservados no logar que os directores indicarem, mas nenhum accionista terá o direito de examinal-os nem qualquer documento da companhia, excepto os que para esse fim forem exhibidos em reunião da assembléa geral. Ao conselho fiscal compete decidir quaes os livros que devem ser exhibidos, e esta decisão é terminante.

89. Pelo menos uma vez em cada anno o conselho dos directores apresentará á companhia reunida em assembléa geral uma exposição da receita e despeza da companhia, durante o anno prévio até á data de 31 de Dezembro então ultimo.

90. Esta exposição declarará a somma da receita total e a da despeza total. Todas as verbas de despeza que propriamente pertencerem aos encargos da receita do anno deverão ser declaradas, de maneira que, sendo estes tomados em consideração, se possa apresentar á assembléa um balancete correcto dos lucros e de perdas, e

quando qualquer das verbas que possam ser propriamente distribuidas por varios annos tiver sido incorrida em um anno qualquer, a somma total da dita verba deverá ser indicada, e bem assim as razões pelas quaes sòmente parte da despesa figura contra a receita do anno.

91. Far-se-ha todos os annos um balancete que se apresentará á companhia em assembléa geral. Este balancete expará summariamente o activo e passivo da companhia.

### *Conselho fiscal*

92. O primeiro contador ou contadores da companhia serão nomeados pelo conselho director, e os futuros contadores ou conselho fiscal (não passando de dous) serão de tempos em tempos nomeados pela companhia reunida em assembléa geral; qualquer contador publico ou qualquer membro de uma firma de contadores publicos, poderá, não obstante o facto de que elle ou sua firma tenha sido nomeado contador professo ou contadores professos da companhia, ser eleito membro do conselho fiscal, porém não mais que um membro de qualquer firma de contadores poderá ser eleito membro do conselho fiscal.

93. Em antecipação de cada uma das reuniões da assembléa geral ordinaria, as contas da companhia serão examinadas, e verificada a sua exactidão, com referencia á exposição do estado financeiro, pelo conselho fiscal da companhia.

94. Não é necessario, mas é permittido, que os membros do conselho fiscal sejam accionistas da companhia; porém, não será elegivel para membro do conselho fiscal qualquer pessoa que tiver outros interesses na companhia que os de accionista, e nenhum director ou official da companhia, como fica dito, será elegivel em quanto estiver em exercicio, para o cargo acima.

95. Os vencimentos dos membros do conselho fiscal serão assignalados pela companhia, em assembléa geral, e serão exclusivos dos que forem fixos pelos directores, pelos serviços do contador ou contadores de guarda-livros da companhia, de que acima se trata.

96. Qualquer membro do conselho fiscal poderá ser reeleito.

97. Si se der qualquer vaga no officio do conselho fiscal, os directores farão convocar uma assembléa geral extraordinaria, com o fim de preenchê-la.

98. Fornecer-se-ha a cada um dos membros do conselho fiscal um exemplar da exposição financeira annual, e será dever dos mesmos membros examinal-a e conferil-a com as contas e peças justificativas referentes á mesma.

99. Dar-se-ha a cada um dos membros do conselho fiscal uma lista dos livros da companhia e de todos os valores publicos da companhia, e será franqueado accesso aos mesmos em qualquer tempo razoavel, e lhes será dada, quando a desejem, pelo conselho administrativo e por todos os empregados da companhia, toda a informação ao seu alcance.

100. O conselho fiscal certificará aos accionistas a exactidão da exposição financeira annual, ou preparará por si mesmo uma exposição para apresental-a como julgar conveniente.

#### *Avisos*

101. A companhia fará avisos aos membros, quer em pessoa, quer por meio do Correio, por carta, préviamente paga, dirigida ao accionista ou accionistas, em sua residencia reconhecida.

102. Todos os avisos que tiverem de ser dados aos membros, deverão, quando se referirem a acções, cujos possuidores são varios co-proprietarios, ser entregues áquelles que são os primeiros mencionados no registro dos accionistas, e os mesmos avisos serão considerados como sufficientes para todos os co-proprietarios dessas acções.

103. Os avisos remettidos pelo Correio considerar-se-hão dados ao tempo em que a carta que os contiver deveria ter sido entregue no curso ordinario do Correio, e para provar que se faz o aviso será sufficiente dar prova que a carta contendo o aviso foi endereçada devidamente e deitada no Correio.

104. Os accionistas residentes fóra do Reino Unido poderão indicar um lugar dentro do reino, ao qual devam ser enviados todos os seus avisos e serão considerados validamente dados os que forem remettidos aos lugares indicados. Os membros que não designarem logares, não terão direito a ser avisados, e todas as providencias tomadas sem que fossem avisados esses membros, serão tão válidas como si se houvesse dado aviso, e elles deixassem de annuir ou de aproveitar-se delles.

#### *Divulgação*

105. Nenhum accionista ou assembléa geral ou outra reunião de accionistas, terá o direito de exigir que se lhe communique ou dê qualquer informação, relativa a quaesquer promenores das operações da companhia ou qualquer assumpto que fôr da natureza de segredo ou mysterio do negocio, ou que diga respeito ao modo de trabalhar da companhia e que, na opinião dos administradores, não é conveniente aos interesses dos accionistas que se faça publica, e em particular nenhum accionista terá a faculdade, sem a expressa ordem dos directores para esse fim, de frequentar as officinas da companhia ou de rever quaesquer dos livros de operações ou outros documentos da companhia, ou de ingerir-se de qualquer fôrma com os promenores dos trabalhos e expedição dos negocios da companhia.

#### *Nomes, residencias e descripções dos assignantes*

William Mc. Arthur, 29 Holland Park, W., vereador da cidade de Londres, e membro do parlamento.

James Whitehead, Highfield House, Catford Bridge, S. E., ve-  
reador da cidade de Londres.

R. Birkin, Aspley Hall, Notts, proprietario.

Alf. J. Newton, 8 Leadenhall Street, Londres, E. C., proprie-  
tario de vapores.

W. C. Anderson, 6 Upper Thames Street, E. C., fabricante de  
cimento.

D. W. Bell, 14 Milton Street, E. C., negociante.

Clarence Smith, 4 Queen Victoria Street, E. C., corretor de  
fundos.

Em data de 12 de Outubro de 1885. — Testemanha das firmas  
acima. — *Willm. Bohm*, procurador juridico, 23 Old Jewry, E.  
C. — (Estampilha) — Está conforme. — *J. S. Purcell*, registrador  
das sociedades anonymas.



#### DECRETO N. 9530 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1885

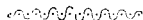
Supprime um lugar de Addido de 1.<sup>a</sup> classe á Legação Imperial em Portugal.

Attendendo á conveniencia do serviço publico, Hei por bem Mo-  
dificar o Decreto n. 3079 de 25 de Abril de 1863, supprimindo um  
lugar de Addido de 1.<sup>a</sup> classe á Legação Imperial em Portugal.

O Barão de Cotegipe, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Pre-  
sidente do Conselho de Ministros e Ministro e Secretario de Es-  
tado dos Negocios Estrangeiros, assim o tenha entendido e faça  
executar, expedindo os despachos necessarios. Palacio do Rio  
de Janeiro em 12 de Dezembro de 1885, 64.<sup>o</sup> da Independencia e do  
Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Cotegipe.*



#### DECRETO N. 9531 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1885

Altera o art. 45 do Regulamento approved pelo Decreto n. 9367 de 31 de Janeiro  
do corrente anno.

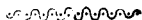
Hei por bem Determinar que o lançamento dos termos de exame  
das materias que constituem o curso da Escola de aprendizes  
artilheiros seja feito no livro especial, de que trata o art. 45 do

Regulamento approved pelo Decreto n. 9367 de 31 de Janeiro do corrente anno, sómente depois de terminados os exames de cada anno theorico e de cada classe da pratica, ficando nesta parte alterado o mencionado artigo, que manda lançar taes termos nos dias em que se effectuarem os referidos exames.

João José de Oliveira Junqueira, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 12 de Dezembro de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João José de Oliveira Junqueira.*



# DECRETO N. 9532 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1885

Approva o contrato celebrado com a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão.

Usando da autorização que Me concede o n. 2, § 4º, do art. 1º do Decreto do Poder Legislativo n. 3271 de 28 de Setembro de 1885, Hei por bem Approvar o contrato celebrado pelo Director Geral dos Correios com a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 12 de Dezembro de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

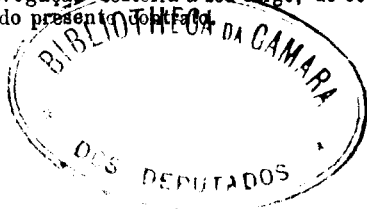
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Contrato que celebram entre si o Director Geral dos Correios e a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, em virtude do Aviso do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, n. 115, de 28 de Novembro do corrente anno.**

## I

A Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão obriga-se a continuar o serviço de navegação costeira a seu cargo, de conformidade com as clausulas do presente contrato.



## II

Na linha do Norte haverá uma viagem mensal entre o porto de S. Luiz do Maranhão e o da cidade de Belém, na Provincia do Pará, com escala pelos portos de Guimarães, Turyassú, Bragança e Vigia.

Na do Sul haverá duas viagens mensaes entre o mesmo porto de S. Luiz e o da cidade da Fortaleza, na Provincia do Ceará, com escalas em uma dellas pelo porto da Amarração e na outra, pelos portos da Amarração, Camocim e Acarahú. Estas escalas poderão ser alteradas pelo Governo, sobre representação da companhia, como aconselhar a experiencia.

Haverá além disso uma viagem mensal entre o porto de S. Luiz e o de Barreirinhas.

## III

A companhia empregará no serviço que ora contrata os vapores que actualmente possui; mas os que se inutilizarem serão substituidos no mais curto prazo possivel, a juizo do Governo, por outros inteiramente novos, que satisfaçam as seguintes condições: accommodações para 40 passageiros do ré e 60 de prôa, debaixo do coberta, capacidade para 300 toneladas metricas de carga e marcha nunca inferior a 16 kilometros por hora (nove milhas inglezas tendo o calado necessario para transpor as barras em que devem entrar.

## IV

Os vapores adquiridos pela companhia para o serviço do presente contrato serão nacionalizados brasileiros e isentos de qualquer imposto por transferencia de propriedade ou matricula: gozarão todos os privilegios e isenções de paquetes, e a respeito de suas tripolações se observará o mesmo que se pratica com os navios de guerra nacionaes, o que, porém, não os isentará dos regulamentos policiaes e da Alfandega.

## V

Os vapores deverão ter a bordo os sobressalentes, aprestos salva-vidas, cintas de salvação, ambulancia, material combustivel objectos de serviço dos passageiros e numero de officiaes, machinistas, foguistas e os individuos de equipagem que forem necessarios, a juizo do Governo.

Os vapores serão vistoriados de seis em seis mezes, com assistencia do Inspector da navegação subvencionada, devendo, porém estar completamente descarregados.

## VI

Os dias de saídas e chegadas dos vapores empregados nas linhas do Norte e do Sul, o maximo prazo de duração de cada viagem redonda e o tempo de demora nos portos de escala, serão fixados em uma tabella organizada pela Presidencia da Provincia, de accôrdo com a companhia, dentro de tres mezes, contados desta data, e submettida á approvação do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

## VII

A tarifa dos preços das passagens e fretes será organizada dentro de tres mezes, contados da data deste contrato, pela Presidencia da Provincia, de accôrdo com a companhia, e submettida tambem á approvação do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas ; ficando entendido que as passagens e os fretes por conta do Estado gozarão de um abatimento de 50 % dos preços da tarifa e de 20 %, os que correrem por conta da Provincia.

A tarifa a que se refere esta clausula vigorará provisoriamente emquanto não fôr approvada, e será revista de tres em tres annos.

## VIII

A companhia fará transportar gratuitamente nos seus vapores:

1.º As malas do Correio, fazendo-as conduzir de terra para bordo e vice-versa, ou entregal-as aos agentes do Correio devidamente autorizados para as receber.

O Commandante ou seus prepostos e immediatos passarão recibo das malas que lhes forem entregues e o exigirão das que entregarem.

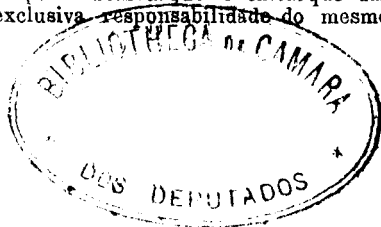
2.º Até vinte colonos immigrants ou retirantes, em cada viagem, quer para o Norte, quer para o Sul, pagando sómente as comedorias ; e dos que excederem áquelle numero só cobrará 50 % do prego da tarifa.

3.º Ao Inspector da navegação subvencionada, á ré e com comedorias, quando o mesmo funcionario fôr percorrer as linhas.

4.º Aos empregados do Correio incumbidos pelo Director Geral de inspecionar as administrações postaes nas Provincias, tambem á ré e com comedorias.

5.º Ao empregado do Correio que fôr encarregado das malas, á ré e com comedorias.

Neste ultimo caso os Commandantes dos vapores fornecerão escale tripulado para o prompto desembarque e embarque das malas, que correrão sob a exclusiva responsabilidade do mesmo empregado.





## IX

A companhia fará transportar gratuitamente quaesquer sommas de dinheiros que as Thesourarias de Fazenda das Provincias, em que seus vapores tocarem, remetterem. Estas remessas serão encaixotadas na fórma das Instrucções do Thesouro de 4 de Setembro de 1865, e entregues os volumes que as contiverem aos Commandantes dos vapores, sem obrigação de procederem elles á contagem e conferencia das mesmas sommas, assignados préviamente os conhecimentos de embarque, segundo os estylos commerciaes. Fica entendido que a restituição dos volumes intactos, isto é, sem signal exterior de violação, isenta os Commandantes de toda e qualquer responsabilidade.

## X

As Repartições do Correio deverão ter as suas malas sempre promptas a tempo de não retardarem a viagem dos vapores além da hora marcada para a sahida.

## XI

Salvos os casos de sedição, rebellião ou qualquer perturbação grave da ordem publica, não poderão os Presidentes das Provincias transferir as sahidadas dos vapores, nem demoral-os nos portos além do prazo marcado na tabella respectiva.

Si a demora ou transferencia fór causada por motivo de força maior devidamente provada perante a Presidencia da Provincia, será a companhia isenta da multa, ouvido o Inspector da navegação subvencionada. Si a demora tiver logar em algum porto de escala, será ouvida a tal respeito a Presidencia da Provincia a que pertencer esse porto.

Da decisão da Presidencia da Provincia do Maranhão, sobre o motivo ou motivos de força maior, haverá recurso voluntario ou *ex officio* para o Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

## XII

Si algum dos vapores da companhia se tornar innavegavel, poderá ella, precedendo autorização do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, ou, no caso de urgencia, do Presidente da Provincia, fretar outro vapor, na mesma Provincia ou nas mais proximas, para substituir provisoriamente o innavegavel, contanto que o vapor fretado satisfaça as condições exigidas neste contrato.

## XIII

A interrupção do serviço por mais de um mez, em toda ou em parte de qualquer das linhas, sem ser por effeito de força maior, sujeitará a companhia á indemnização de todas as despesas que o Governo fizer para a continuação do serviço interrompido e mais á multa de 50 % das mesmas despesas.

No caso de abandono, além da caducidade do contrato, a companhia pagará a multa de 50 % da subvenção annual, entendendo-se por abandono a interrupção do serviço por mais de tres mezes, salvo caso de força maior.

## XIV

O Governo Imperial poderá lançar mão dos vapores da companhia para o serviço do Estado em circumstancias imperiosas e imprevistas, mediante prévio accôrdo sobre o preço quer do fretamento, quer da compra.

Si fôr por compra, a companhia é obrigada a substituir os vapores que ceder ao Estado por outros nas condições deste contrato, dentro do prazo de um anno da data da cessão.

Nos casos de força maior, o Governo poderá usar do direito que lhe confere a presente clausula, independentemente de prévio accôrdo, sendo posteriormente regulada a indemnização que fôr devida á companhia.

## XV

A companhia perceberá em retribuição dos serviços declarados no presente contrato a subvenção annual de 170:000\$, paga em prestações mensaes, depois de vencidas, na Thesouraria de Fazenda da Provincia do Maranhão, á vista de attestação do Fiscal da navegação subvencionada e do Administrador do Correio, a saber:

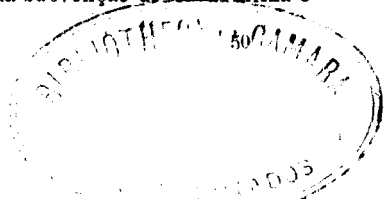
Por viagem redonda do porto de S. Luiz ao de Belém 4:200\$, ao da Fortaleza, na viagem da escala do porto da Amarração, 4:300\$; ao mesmo porto na viagem com as tres escalas 4:466\$666; finalmente, ao porto de Barreirinhas 1:200\$000.

Para desconto da subvenção, na hypothese figurada no terceiro período da clausula 19<sup>a</sup>, fica accordado:

1.º Que a viagem redonda do porto de S. Luiz a Belém comprehende a extensão de 730 milhas e que o preço da subvenção de cada milha é de 5\$753;

2.º Que a viagem redonda do mesmo porto ao do Ceará, em qualquer das viagens, comprehende 1.500 milhas, e o preço da subvenção de cada milha é de 5\$620;

3.º Que a viagem redonda do mesmo porto ao de Barreirinhas comprehende 240 milhas, e o preço da subvenção de cada milha é de 5\$000.



## XVI

As Alfandegas dos portos em que os vapores da companhia têm de tocar expedirão os despachos necessários para se proceder ao desembarque ou embarque da carga ou das encomendas que elles transportarem ou tiverem de transportar, com preferencia á carga ou descarga de qualquer embarcação e sem embargo de ser domingo, dia santificado ou feriado; admittindo, por conseguinte, a despachos anticipados a carga e as encomendas que por ventura tenham de ser transportadas pelos vapores da companhia.

Os Presidentes das Provincias, dentro de suas attribuições e na fórma da lei, prestarão aos vapores toda a protecção e o auxilio de que por qualquer motivo necessitarem para a continuação de suas viagens, dentro do devido tempo e em cumprimento do presente contrato, pagas pela companhia todas as despesas que tiverem sido indispensaveis.

## XVII

As questões que se suscitaram entre o Governo e a companhia, na execução do presente contrato, inclusive as que versarem sobre os preços do fretamento ou compra dos vapores, nos termos da clausula 15ª, serão resolvidas por arbitros.

Si as partes contratantes não accordarem no mesmo arbitro, cada uma nomeará o seu, e estes começarão os seus trabalhos por designar um terceiro, cujo voto será definitivo.

Si, porém, não houver accôrdo sobre o terceiro, cada arbitro escolherá um Conselheiro de Estado, e entre estes decidirá a sorte.

## XVIII

No acto do pagamento da subvenção a que a companhia tenha direito, entrará ella para a Thesouraria de Fazenda do Maranhão com a quantia equivalente a 1/2 % da mesma subvenção, para pagamento do Inspector da navegação subvencionada na Provincia.

## XIX

A companhia fica sujeita ás seguintes multas :

1.ª Da quantia equivalente á subvenção respectiva, si não effectuar alguma das viagens estipuladas.

2.ª De 1:000\$ a 3:000\$, além da perda da respectiva subvenção na parte correspondente ao numero de kilometros não percorridos, si a viagem começada fôr interrompida, salvos os casos de força maior.

3.ª De 250\$ a 500\$ por prazo de 12 horas que exceder ao marcado, tanto para a partida como para a chegada dos vapores ao

porto de S. Luiz, e de seis horas nos portos de escala, salvo caso de força maior, julgado pelo Governo.

4.<sup>a</sup> De 100\$ a 500\$ pela demora que houver na entrega ou recebimento das malas do Correio, pelo extravio de uma ou mais malas ou pelo mau acondicionamento dellas a bordo.

5.<sup>a</sup> De 100\$ por carta ou objecto postal que fôr conduzido, sem estar devidamente porteado, e inutilizados os sellos pelo Commandante do vapor ou por outro qualquer empregado de bordo.

6.<sup>a</sup> De 100\$ a 500\$ pela não observancia de qualquer das clausulas deste contrato para as quaes não haja pena especial.

## XX

A companhia não tem direito de exigir do Governo Imperial outros favores ou isenções além dos designados neste contrato.

## XXI

A companhia fornecerá no fim de cada semestre ao Inspector respectivo da navegação subvencionada um quadro do numero e classe dos passageiros, de qualidade e quantidade dos generos e mercadorias transportados em seus vapores no mesmo semestre.

## XXII

Nos vapores da companhia serão admittidos passageiros de prôa, pagando sómente a passagem, podendo levar suas provisões para a viagem.

## XXIII

O presente contrato durará por cinco annos contados do dia 9 de Setembro de 1885, em que findou o prazo do contrato anterior.

Directoria Geral dos Correios em 28 de Novembro de 1885.— *Luiz Betim Paes Leme*.— *Trajano A. Valente* por procuração.— Como testemunhas, *Ismael Augusto Cavalcanti de Mello*.— *Manoel Balthazar da Silva Lima*.— N. 9, Pg. 850\$ de sello. Recebedoria em 28 de Novembro de 1885.— *Cordeiro, Lemos*.— Confere, *Paulino José de Souza*, 1.<sup>o</sup> Official.



## DECRETO N. 9533 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1885

Concede permissão ao Dr. João Raymundo Pereira da Silva para explorar guano e phosphato de cal desde o Cabo do Santo Agostinho até o Chuy, no Rio Grande do Sul.

Atendendo ao que requereu o Dr. João Raymundo Pereira da Silva, Hei por bem Conceder-lhe permissão para explorar guano e phosphato de cal nas costas e ilhas do Imperio, desde o Cabo de Santo Agostinho até o Chuy, na Provincia do Rio Grande do Sul, com excepção das ilhas do archipelago de Fernando de Noronha, e mediante as clausulas que com este baixam assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 12 de Dezembro de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto n. 9533 desta data**

I

Dentro do prazo de dous annos o concessionario apresentará, na Secretaria de Estado competente, plantas geologica e topographica dos logares explorados, com os perfis que demonstrem a superposição das camadas, indicando, outrosim, qual o meio mais apropriado para o transporte do guano e a distancia das respectivas jazidas e os povoados mais proximos.

II

Satisfeitas as exigencias da clausula 1<sup>a</sup>, ser-lhe-ha concedida a necessaria autorização para extrahir guano das jazidas, sob as condições que o Governo Imperial julgar conveniente impor-lhe no interesse dessa industria e em beneficio dos direitos do Estado e dos particulares.

Palacio do Rio de Janeiro em 12 de Dezembro de 1885.— *Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9534 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1885

Concede permissão a Manoel Ignacio Gomes Valladão Junior e Antonio de Souza Silva Brito para explorarem mineraes na Provincia de Minas Geraes.

Attendendo ao que Me requereram Manoel Ignacio Gomes Valladão Junior e Antonio de Souza Silva Brito, Hei por bem Conceder-lhes permissão para explorarem ouro e outros mineraes na fazenda do Bairro Alto, propriedade do Estado, municipio da Campanha, da Provincia de Minas Geraes, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 12 de Dezembro de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto n. 9534  
desta data**

**1**

Fica concedido a Manoel Ignacio Gomes Valladão Junior e Antonio de Souza Silva Brito o prazo de dous annos, contados desta data, para, sem prejuizo dos direitos de terceiro, procederem a exploração e pesquisas para descobrimento de minas de ouro e outros mineraes na fazenda do Bairro Alto, propriedade do Estado, sita no municipio da Campanha, da Provincia de Minas Geraes.

Dentro deste prazo os concessionarios deverão apresentar, na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, plantas geologica e topographica dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, tanto quanto fôr possivel e o permittirem os trabalhos executados, a superposição das camadas mineraes, e remetterão, com as mesmas plantas, amostras dos mineraes encontrados e relatorio minucioso da localidade em que a mina estiver situada, declarando qual a possança e riqueza desta, qual sua extensão e sua direcção, a distancia entre ella e os povoados mais proximos e os meios de communicação existentes, a área necessaria para a mineração e, finalmente, os meios apropriados para o transporte dos productos das minas.

## II

Os trabalhos de pesquisa ou exploração para o descobrimento de minas poderão ser feitos por qualquer dos modos recommendados pela sciencia.

## III

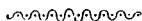
Os concessionarios ficam obrigados a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos possam provir ás propriedades adjacentes, a restabelecer á sua custa o curso natural das aguas que desviarem por causa dos mesmos trabalhos e a dar conveniente direcção ás que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizerem, quando destes serviços resultarem damnos aos mesmos proprietarios de terrenos adjacentes.

Si o desvio destas aguas exigir trabalhos em propriedade alheia, os concessionarios solicitarão prévio consentimento do proprietario, usando dos meios em direito permittidos.

## IV

Os concessionarios ficam obrigados a dessecar os terrenos alagados em virtude dos trabalhos da exploração, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo que não possa ser prejudicada a saude dos moradores da circumvizinhança.

Palacio do Rio de Janeiro em 12 de Dezembro de 1885.— *Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9535 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1885

Eleva a 1.322:817\$425 os creditos extraordinarios, na importancia de 850:000\$, concedidos ao Ministerio dos Negocios do Imperio pela Lei n. 3228 de 3 de Setembro de 1884 e Decreto legislativo n. 3271 de 28 de Setembro do corrente anno.

Tendo ouvido o Conselho de Estado Pleno, na fórma do art. 20 da Lei n. 3140 de 30 de Outubro de 1882, e Conformando-me com o parecer da maioria do mesmo Conselho de Estado, Hei por bem, nos termos do art. 4º, § 3º, da Lei n. 589 de 9 de Setembro de 1850, Elevar a 1.322:817\$425 os creditos extraordinarios na importancia de 850:000\$, concedidos ao Ministerio dos Negocios do Imperio pela Lei n. 3228 de 3 de Setembro de 1884 e Decreto legislativo n. 3271 de 28 de Setembro do corrente anno, afim de occorrer-se, no exercicio de 1885-1886, ás despesas que se

estão fazendo não só com a conclusão do edificio destinado ao lazareto na Ilha Grande, mas tambem com a aquisição dos moveis necessarios á installação do respectivo serviço quarentenario.

O Barão de Mamoré, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 12 de Dezembro de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Mamoré.*



DECRETO N. 9536 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1885

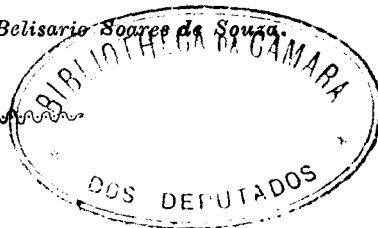
Permitte a mudança de nome do « The New London & Brazilian Bank Limited » para o de « London & Brazilian Bank limited ».

Attendendo ao que Me requereu o Banco estabelecido nesta cidade sob a denominação de *The New London & Brazilian Bank, limited*, e Tendo ouvido a Secção de Fazenda do Conselho de Estado, Hei por bem Approvar a deliberação que tomou, devidamente autorizado pelos accionistas do mesmo Banco, de mudar o nome que actualmente tem pelo de *London & Brazilian Bank, limited*; comprehendendo-se na presente concessão as respectivas caixas filiaes.

Francisco Belisario Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 19 de Dezembro de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Francisco Belisario Soares de Souza.*





## DECRETO N. 9537 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1885

Concedo permissão a Raymundo Newton para explorar ouro na Provincia de Minas Geraes.

Attendendo ao que requereu Raymundo Newton, Hei por bem Conceder-lhe permissão para explorar ouro em terrenos de sua propriedade, sitos na freguezia do Morro Vermelho, municipio de Caethé, da Provincia de Minas Geraes, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 19 de Dezembro de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto n. 9537 desta data**

**I**

Fica concedido a Raymundo Newton o prazo de dous annos, contados desta data, para, sem prejuizo dos direitos de terceiro, proceder a exploração e pesquisas para descobrimento de minas de ouro em terrenos de sua propriedade, sitos na freguezia do Morro Vermelho, municipio de Caethé, da Provincia de Minas Geraes.

Dentro deste prazo o concessionario deverá apresentar, na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, plantas geologica e topographica dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, tanto quanto fôr possivel e o permittirem os trabalhos executados, a superposição das camadas mineraes e remetterá, com as mesmas plantas, amostras dos mineraes da localidade em que a mina estiver situada, declarando qual a possança e riqueza desta, qual sua extensão e sua direcção, a distancia entre ella e os povoados mais proximos, e os meios de comunicação existentes, a área necessaria para a mineração e, finalmente, os meios apropriados para o transporte dos productos das minas.

**II**

Os trabalhos de pesquisa ou exploração para o descobrimento de minas poderão ser feitos por qualquer dos modos recommendados pela sciencia.

## III

O concessionario fica obrigado a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos possam provir ás propriedades adjacentes, a restabelecer á sua custa o curso natural das aguas que desviar por causa dos mesmos trabalhos e a dar conveniente direcção ás que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizer, quando destes serviços resultarem damnos aos mesmos proprietarios de terrenos adjacentes.

Si o desvio destas aguas exigir trabalhos em propriedade alheia, o concessionario solicitará previo consentimento do proprietario, usando dos meios em direito permittidos.

## IV

O concessionario fica obrigado a dessecar os terrenos alagados em virtude dos trabalhos da exploração, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo que não possa ser prejudicada a saude dos moradores da circunvizinhança.

Palacio do Rio de Janeiro em 19 de Dezembro de 1885.— *Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9538 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1885

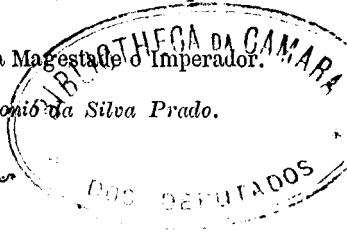
Transfere a Arens Irmãos a concessão para estabelecimento do Elevador de Paula Mattos a que se refere o Decreto n. 7730 de 14 de Junho de 1880.

Attendendo ao que Me requereu a Empreza concessionaria do Elevador para Paula Mattos, Hei por bem Transferir a Arens Irmãos a respectiva concessão feita por Decreto n. 7730 de 14 de Junho de 1880 com as alterações a que referem-se os Decretos de ns. 8804 de 23 de Dezembro de 1882, 8953 de 9 de Junho e 9019 de 15 de Setembro de 1883.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 26 de Dezembro de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9539 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1885

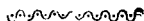
Proroga o prazo estabelecido no Decreto n. 8808 de 23 de Dezembro de 1882 para a lavra de mineraes na Provincia de Minas Geraes.

Attendendo ao que requereram Manoel Timotheo da Costa e Augusto de Almeida Torres, Hei por bem Prorogar, por um anno, o prazo estabelecido pelo Decreto n. 8808 de 23 de Dezembro de 1882 para a medição e demarcação das datas mineraes que lhes foram concedidas nos municipios de Pitangui e Pará, da Provincia de Minas Geraes.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 26 de Dezembro de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9540 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1885

Innova os contratos approvados pelos Decretos ns. 3898 de 22 de Junho de 1867 e 2949 de 21 de Junho de 1880, relativos ás linhas de navegação por vapor nos rios Madeira, Purús e Negro e nos de Iquitos, Manáos, Macapá e Bayão.

Usando da autorização concedida pelo n. 2, § 4º, do art. 1º do Decreto do Poder Legislativo n. 3271 de 28 de Setembro de 1885, Hei por bem Innovar, sob as clausulas que com este baixam, os contratos approvados pelos Decretos ns. 3898 de 22 de Junho de 1867 e 2949 de 21 de Junho de 1880.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 26 de Dezembro de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto n. 9540  
desta data**

I

Os contratos celebrados em virtude das concessões feitas pelos Decretos ns. 3898 de 22 de Junho de 1867 e 6826 de 29 de Dezembro de 1877 ficam prorogados por mais cinco annos.

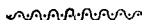
II

A subvenção que pelo serviço de navegação estabelecido pelos precitados contratos percebe a *Amazon Stean Navigation Company, limited*, soffrerá desde já a redução de 10 %.

III

A companhia organizará e apresentará á approvação do Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, por intermedio das Presidencias das Provincias do Amazonas e do Pará, as tabellas dos preços das passagens e dos fretes das cargas, devendo fazer uma tabella para subida dos rios e outra para a descida.

Palacio do Rio de Janeiro em 26 de Dezembro de 1885.— *Antonio da Silva Prado*.

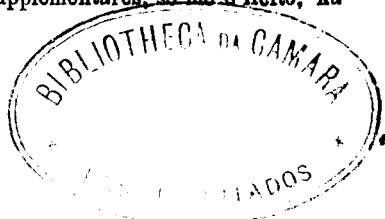


Senhor. — Conforme se verifica pela demonstração que me apresentou a Contadoria da Marinha, o credito de 80:000\$ votado pela Lei n. 3230 de 3 de Setembro de 1884 para as despesas da verba — Fretes, tratamento de praças fóra dos hospitaes e enfermarias de Marinha, enterros, diferenças de cambio e commissões de saques — no exercicio de 1884 - 1885, não foi sufficiente, havendo um deficit de 15:273\$945.

Provém este deficit exclusivamente das diferenças de cambio, resultantes dos saques feitos pelos navios estacionados no Rio da Prata e Assumpção e dos vencimentos de officiaes e praças na Europa.

Pela demonstração, a que acima me referi, se vê que na despesa geral do exercicio apparece o saldo de 709:523\$532, havendo, porém, nas verbas — Corpo da Armada e classes annexas, — Munições navaes, — Combustivel (ainda sujeita á liquidação) — e — Fretes, etc. — o deficit de 60:166\$790.

Das verbas em que apparecem deficits e para as quaes é permitida a concessão de creditos supplementares, só me é licito, na



**fôrma da lei**, abril-o para a de — Fretes, etc. — por não se terem **dado em relação á de — Munções navaes — as circumstancias especificas** nas mesma lei; devendo opportunamente solicitar do Poder Legislativo os fundos necessarios para esta e para as duas outras verbas.

Assim, depois de ouvir, nos termos do art. 20 da Lei n. 3140 de 30 de Outubro de 1882, a Secção de Guerra e Marinha do Conselho de Estado, venho submeter á approvação de Vossa Magestade Imperial o Decreto junto, abrindo o credito supplementar de 15:273\$945, para as despezas da verba — Fretes, etc. — do exercicio de 1884 - 1885.

De Vossa Magestade Imperial subdito fiel e reverente — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*. — Palacio do Rio de Janeiro em 30 de Dezembro de 1885.

#### DECRETO N. 9541 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1885

Autoriza o credito supplementar de 15:273\$945 para as despezas da verba — Fretes, etc. — do Ministerio da Marinha, do exercicio de 1884 - 1885.

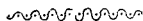
Sendo insufficiente o credito votado para o § 28 do art. 5º da Lei n. 3230 de 3 de Setembro de 1884, Hei por bem, Tendo ouvido o Conselho de Ministros, Autorizar, na fôrma da lei, o credito supplementar de 15:273\$945 para a verba — Fretes, etc. — do exercicio de 1884 - 1885.

A presente autorização será opportunamente submettida á approvação da Assembléa Geral Legislativa.

Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 30 de Dezembro de 1885, 64º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.*



#### DECRETO N. 9542 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1885

Autoriza o « English Bank of Rio de Janeiro, limited » para estabelecer caixas filiaes nas cidades de S. Paulo, capital da Provincia do mesmo nome, e de Polotas, da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

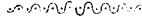
Attendendo ao que Me requereu o *English Bank of Rio de Janeiro, limited*, por seu bastante procurador Lovel John Mulluis, e

Tendo ouvido a Secção de Fazenda do Conselho de Estado, Hei por bem Autorizar o dito Banco para estabelecer caixas filiaes nas cidades de S. Paulo, capital da Provincia do mesmo nome, e de Pelotas, da Provincia do S. Pedro do Rio Grande do Sul; ficando as mencionadas caixas filiaes sujeitas ás clausulas a que se refere o Decreto n. 8305 de 12 de Novembro de 1881 e ao disposto no art. 134 do Regulamento que baixou com o Decreto n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882.

Francisco Belisario Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 31 de Dezembro de 1885, 61<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Francisco Belisario Soares de Souza.*



DECRETO N. 9543 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1885

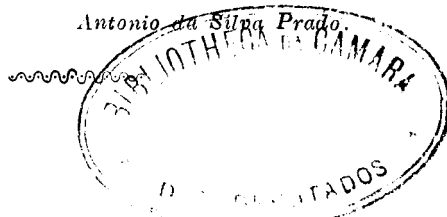
Declara caduca a concessão feita á Companhia engenho central de S. Fidelis, pelo Decreto n. 9057 de 10 de Novembro de 1883, para o estabelecimento de um engenho central, destinado ao fabrico de assucar de canna, no municipio da S. Fidelis, Provincia do Rio de Janeiro.

Considerando que a Companhia engenho central de S. Fidelis, á qual, pelo Decreto n. 9057 de 10 de Novembro de 1883, foi concedida garantia de juros de 6 % ao anno sobre o capital de 400:000\$, para o estabelecimento de um engenho central destinado ao fabrico de assucar de canna, no municipio de S. Fidelis, Provincia do Rio de Janeiro, não começou as respectivas obras de construcção dentro do prazo marcado no § 3<sup>o</sup> do art. 19 do Regulamento approved pelo Decreto n. 8357 de 24 de Dezembro de 1881, Hei por bem, na conformidade do § 3<sup>o</sup> do art. 25 do citado regulamento, Declarar caduca a mesma concessão.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 31 de Dezembro de 1885, 64<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9543 A — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1885

Orça a receita e fixa a despesa da Ilma. Camara Municipal para o exercicio de 1886.

Hei por bem, de conformidade com o disposto no art. 23 da Lei n. 108 de 26 de Maio de 1840, Approvar e Mandar que se execute, pela maneira abaixo declarada, o orçamento da Ilma. Camara Municipal, para o exercicio de 1886.

**Receita**

Art. 1.º E' orçada a receita na quantia de.....	1.356:240\$910
A saber :	
§ 1.º Imposto de bebidas.....	67:930\$917
§ 2.º Idem de policia.....	22:869\$533
§ 3.º Idem de seges e carros.....	87:336\$785
§ 4.º Fóros de terrenos da Camara.....	9:218\$260
§ 5.º Idem de terrenos de marinhas e mangues.	3:992\$352
§ 6.º Idem de armazens.....	6:508\$800
§ 7.º Idem de tavernas.....	33:3\$100
§ 8.º Idem de carroças.....	5:8:8\$160
§ 9.º Idem de carros de bois.....	400\$000
§ 10. Laudemios de terrenos da Camara.....	40:000\$000
§ 11. Idem de terrenos de marinhas.....	6:089\$829
§ 12. Rendimento do Mata-louro.....	520:000\$000
§ 13. Idem da Praça do Mercado.....	\$
§ 14. Alvarás de licença, termos, etc.....	160:000\$000
§ 15. Renda da aferição e carimbo.....	139:037\$016
§ 16. Premio de depositos.....	8:021\$732
§ 17. Taxa sobre venda do peixe pela cidade.....	687\$333
§ 18. Multas de posturas.....	19:642\$443
§ 19. Idem impostas pela Policia.....	5:759\$938
§ 20. Licenças para festividades.....	800\$000
§ 21. Idem a mascates.....	17:600\$000
§ 22. Idem a despachantes.....	1:800\$000
§ 23. Renda de proprios municipaes.....	7:220\$000
§ 24. Locação de terrenos.....	10:000\$000
§ 25. Arrendamentos de terrenos de marinhas...	15:000\$000
§ 26. Investiduras.....	269\$940
§ 27. Arruações.....	6:133\$904
§ 28. Restituições.....	48:367\$158
§ 29. Cobrança activa.....	\$
§ 30. Juros de apolices.....	3:804\$000
§ 31. Productos de generos vendidos.....	\$
§ 32. Multa a empreiteiro.....	\$
§ 33. Joias de terrenos aforados.....	\$
§ 34. Imposto de aguardente, por grosso.....	1:540\$000
§ 35. Idem de empresario de bilhar.....	2:000\$000

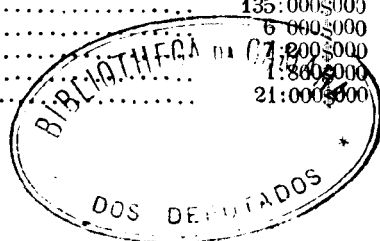
§ 36. Imposto de botes de vender comidas.....	1:000\$000
§ 37. Idem de botequins.....	12:000\$000
§ 38. Idem de casa de pasto.....	15:288\$000
§ 39. Idem de fabrica de cerveja.....	3:124\$333
§ 40. Idem de mercador de dita.....	338\$000
§ 41. Idem de confeitaria.....	2:268\$000
§ 42. Idem de fabrica de distillação.....	1:202\$666
§ 43. Idem de hospedarias.....	2:534\$666
§ 44. Idem de kiosques.....	2:322\$666
§ 45. Idem de mercador de licôres.....	392\$666
§ 46. Idem de liquidos e comestiveis.....	16:000\$000
§ 47. Idem de fabrica de vinhos.....	1:353\$000
§ 48. Idem de taverna com comida.....	11:911\$413
§ 49. Idem de taverna sem comida.....	67:164\$000
§ 50. Idem de mercador de vinhos por grosso....	1:110\$000
§ 51. Renda eventual e donativos.....	\$

## Despeza

Art. 2.º E' fixada a despeza na quantia de.... 1.356:163\$834

A saber :

§ 1.º Secretaria.....	33:200\$000
§ 2.º Contadoria.....	21:000\$000
§ 3.º Thesouraria.....	10:600\$000
§ 4.º Contencioso.....	12:000\$000
§ 5.º Directorio de obras.....	32:800\$000
§ 6.º Fiscaes e guardas.....	72:300\$000
§ 7.º Matadouro (sendo 4 o numero de Medicos). ..	225:350\$000
§ 8.º Aferição e carimbo.....	22:400\$000
§ 9.º Necroterio.....	4:800\$000
§ 10. Empregados aposentados.....	12:078\$432
§ 11. Bibliotheca.....	10:400\$000
§ 12. Escolas municipaes.....	60:386\$400
§ 13. Tombamento.....	10:000\$000
§ 14. Fóros de terrenos occupados pela Camara.....	1:500\$000
§ 15. Conservação de calçamento, estradas e re- construccões.....	80:000\$000
§ 16. Idem de jardins e praças.....	9:600\$000
§ 17. Judicial e custas.....	36:000\$000
§ 18. Expediente e publicações.....	38:000\$000
§ 19. Eleições e qualificações.....	2:000\$000
§ 20. Restituições e reposições.....	5:000\$000
§ 21. Porcentagem á Alfandega e Recebedoria..	5:000\$000
§ 22. Amortização e juros do emprestimo.....	146:625\$000
§ 23. Idem da divida passiva.....	334:124\$002
§ 24. Obras novas.....	135:000\$000
§ 25. Escolas de ingenuos.....	6:000\$000
§ 26. Fiscalisação de vaccas.....	17:200\$000
§ 27. Idem dos inflammaveis.....	1:800\$000
§ 28. Eventuaes.....	21:000\$000





Art. 3.º A Illma. Camara Municipal remetterá ao Governo Imperial, no fim do primeiro semestre do sobre lito exercicio de 1886, uma demonstração do que tiver arrecadado por conta dos §§ 13, 29, 31, 32, 33 e 51, cuja renda não pôde, desde já, ser orçada, afim de que então se providencie sobre a applicação do augmento de receita que se verificar.

Art. 4.º E' prohibido attribuir a qualquer rubrica do orçamento despesa com pessoal que não esteja especificadamente declarada nas tabellas explicativas do mesmo orçamento, de conformidade com as alterações nellas feitas pelo Governo Imperial.

Art. 5.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

O Barão de Mamoré, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 31 de Dezembro de 1885, 64ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Mamoré.*

